

354

Classificado de acordo com o art. 181
de Resolução 561/02 de 2006
de Arquivo 26/190/2010
Chefe do Serviço de Arquivo Legislativo
Chefe de Arquivo Legislativo
Luís Sérgio de Vasconcelos
Matr.: 2500



SENADO FEDERAL

FICHADO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Autor: Senador Francisco Rollemberg

Nº 354, DE 1989

EMENTA: Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Autor: Câmara dos Deputados

Nº 354, DE 1989

(PL. 00203 de 1991, na origem)

EMENTA: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.



SENADO FEDERAL
FÔLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA		ÓRGÃO			IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			 FUNCIONÁRIO
5F	PL/EG	PLS	354	89	27	10	89				

ESTE PROCESSO CONTEM 12 FOLHAS NUMERADAS E RUBRICADAS


✓

SSCOM

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			 _____ FUNCIONÁRIO
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO					
SF	SSA	PLS	354	89	27	10	89			


Leitura.

À CAS (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após sua ~~sem~~ publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			 FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
SE	SRAP	PLS	354	89	30	10	89			

A.0

SCP

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			 FUNCIONÁRIO
sf	sep	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
		PLS	354	89	30	10	89			

À CAS



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	06	11	89

FUNCIONÁRIO

NÃO FORAM APRESENTADAS EMENTAS DEBANTE
A CAS, DURANTE O PRATO RESPIRACIONAL.

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	24	11	89

FUNCIONÁRIO

Ao Senhor Senador Senador Paulo Peste
distribuiu o presente projeto.
24-11-89
Senador [Assinatura]
Presidente

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	10	04	90

FUNCIONÁRIO

Devolvido pelo Reclutador, estando pronto
para incluir em prouta.

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	29	11	90

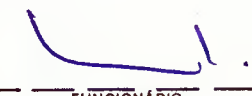
FUNCIONÁRIO

Ao Senhor Senador JAMIL HADDAD
Redistribuiu o presente projeto.
Senador [Assinatura]
Presidente ALMIR GABRIEL



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	29	11	90



FUNCIONÁRIO

ANEXEI AS PLS. 13 à 18 o Parecer da COMISSÃO CONCLUINDO FAVORAVELMENTE AO PROJETO NA FORMA DAS EMENDAS QUE APRESENTA APROVAÇÃO 14 VOTOS, E AS PLS. 19 à 39 o texto FINAL APROVADO PELA COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	CAS	PLS	354	89	04	12	90



FUNCIONÁRIO

AO SEP

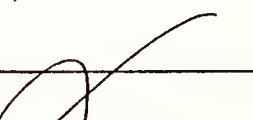
IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	SSA	PLS	354	89	04	12	90



FUNCIONÁRIO

17:45 - Leitura do Parecer nº 410 - CAS
À SSCLS.

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO				
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	SSA	PLS	354	89	04	12	90



FUNCIONÁRIO

17:45 - A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 8 /90, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 29.11.90.
É aberto o prazo de 5 dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
SF	SSA	PLS	354	89	04	12	90	

17:45 - apreciado pelo Plenário, esgotado esse prazo sem a interposição de recurso, a proposição será remetida à Câmara dos Deputados.

À SSCLS.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
SF	SSA	PLS	354	89	11	12	90	

A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem apresentação do recursos previsto ~~no~~ no art. 91, § 4º, do Regimento Interno, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

À Câmara dos Deputados.

À SSEXP.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
SF	SSEXP	PLS	354	89	5	3	91	

Ofício SM/Nº 274/91 ao 1º Secretário CD encaminhando para a Comissão da CD nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO			
SF	SSEXP	PLS	354	89	13	11	91	

À SECRETARIA GERAL DA MESA.



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
SF	SLEG	PLS	354	89	18	11	91			

Nesta data, foi anexado ao processo, nota expedida pelo Sr. Presidente Mauro Benevides, na sessão de 13.11.91, na qual relate acusações infundadas atribuídas ao ex-senador Jamil Haddad e veiculadas por órgãos da imprensa, a respeito de irregularidades

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
SF	SLEG	PLS	354	89	18	11	91			

des que teriam ocorrido na aprovação da matéria no âmbito da CAS, igualmente, são anexados os notas Taquigráficas da referida reunião que delebrou sobre o projeto.
A SSEX

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	THEES Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	SSEX	PLS	00354	1989	11	05	2005	SF SSEXP	

Ofício SF nº 265 /2005, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados solicitando informar tramitação da matéria naquela Casa.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	THEES Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	SSEX	PLS	00354	1989	01	12	2005	SF SSEXP	

STATUS: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexado ao processo cópia do Of. PS-GSE nº 235/05 do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, acerca da tramitação da matéria.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CARLOSGF Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SSEX	PLS	00354	1989	08	01	2007	SF SARQ	

STATUS: AGUARDANDO DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AO PLEG, com destino ao Arquivo.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZSERG Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SARQ	PLS	00354	1989	12	02	2007	SF SARQ	

ARQUIVADO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZSERG rev. LUIZSERG
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SARQ	PLS	00354	1989	25	03	2010	SF PLEG	

ENCAMINHADO AO PLEG POR SOLICITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AMENDES
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF PLEG	PLS	00354	1989	25	03	2010	SF PLEG	

Esta matéria passa a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD 00354 1989.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AMENDES
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF PLEG	SCD	00354	1989	25	03	2010	SF SSCLSF	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como SCD 00354 1989, proveniente do PLS 00354 1989.

Anexei folhas de nºs 88 a 212, bem como o Processo Especial, que compreende o avulso do Projeto de Lei nº 203-A, de 1991, da Câmara dos Deputados.
À SSCLSF.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	BEDRITIC rev. BEDRITIC
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SSCLSF	SCD	00354	1989	25	03	2010	SF ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Aguardando leitura.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	OTAVIOL rev. MARNIA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF ATA-PLEN	SCD	00354	1989	25	03	2010	SF CCJ	

Leitura.

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
À CCJ.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CAROLAR rev. CAROLAR
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF CCJ	SCD	00354	1989	26	03	2010	SF CCJ	

STATUS: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.



N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		FHROCHA rev. FHROCHA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	06	04	2010	SF	CCJ	

STATUS: MATÉRIA COM A RELATORIA

Avocada a Relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Demóstenes Torres.
(Art. 129, do RISF).



N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CAROLAR rev. CAROLAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	09	04	2010	SF	CCJ	

STATUS: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Devolvido pelo Gabinete do Senador Demóstenes Torres, para redistribuição.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CAROLAR rev. CAROLAR
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	09	04	2010	SF	CCJ	

STATUS: MATÉRIA COM A RELATORIA

Redistribuído ao Senador César Borges, para emitir relatório.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		EPASSOS rev. EDNALDO
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	14	04	2010	SF	CCJ	

STATUS: MATÉRIA COM A RELATORIA

Na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 37, de 2010-CCJ, de iniciativa do Senador César Borges, para instrução da matéria, em data oportuna.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		EPASSOS rev. EDNALDO
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	05	05	2010	SF	CCJ	

STATUS: MATÉRIA COM A RELATORIA

Na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada nesta data, em conjunto com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é aprovado o Requerimento nº 48, de 2010-CCJ/CAE/CAS/CMA, em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2010-CCJ, aprovado em 14/04/2010, para que a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seja realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA); é aprovado ainda o Requerimento nº 49, de 2010-CCJ/CAE/CAS/CMA de iniciativa do Senador César Borges, para que, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria seja feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		EPASSOS rev. EPASSOS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	05	05	2010	SF	CCJ	

STATUS: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada nesta data, em conjunto com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimentos nºs , 37 e 48 de 2010-CCJ, de iniciativa do Senador César Borges, com a presença dos seguintes convidados: IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA, Ministra do Meio Ambiente; SILVANO SILVÉRIO DA COSTA, Secretário da Secretaria de Recursos Humanos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; NADJA LIMEIRA ARAÚJO, Gerente de Projetos da Gerência de Resíduos Sólidos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, representante do Ministro MÁRCIO FORTES, do Ministério das Cidades; EDSON MARTINS, Técnico em Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), representante do Sr. PAULO ZIULKOSKI, Presidente da CNM; NEWTON DE LIMA AZEVEDO, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB); CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); RAFAEL LUCCHESI, Diretor de Operações da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), representante do Diretor-Executivo da CNI, Sr. José Augusto Coelho Fernandes; RONEI ALVES DA SILVA, Representante do senhor Severino Francisco de Lima Júnior e Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e (MNCR). Usam da palavra os Senadores César Borges, Kátia Abreu, Jefferson Praia, Valter Pereira, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Geovani Borges e o Senador Demóstenes Torres, Presidente da CCJ.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM rev. WILLYCM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	27	05	2010	SF	CCJ	

STATUS: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Recebido o Relatório do Senador César Borges, com voto pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão *após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput*; e, do art. 28, a expressão *ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13*; rejeitando o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão *I a XVIII* por *I a XIX*; no inciso VII do art. 21, da expressão *art. 30* por *art. 31*; no § 4º do art. 33, da expressão *I a IV* por *I a VI*; e no § 2º do art. 36, da expressão *inciso II do caput* por *§ 1º*.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM rev. WILLYCM
		SF	CCJ	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	SF	CCJ	
				SCD	00354	1989	05	07	2010			

STATUS: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Recebido Relatório reformulado pelo Senador César Borges, com voto favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" por "§ 1º".

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM rev. WILLYCM ret. WILLYCM
		SF	CCJ	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	SF	CCJ	
				SCD	00354	1989	05	07	2010			

STATUS: MATÉRIA COM A RELATORIA

Recebido Relatório reformulado pelo Senador César Borges, com voto favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" por "§ 1º".

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

***** Retificado em 06/07/2010*****

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, designa Relator da matéria o Senador Cicero Lucena.

Nas demais comissões, permanece como Relator o Senador César Borges, assim designado pelo Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; pelo Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; e pela Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM
		SF	CCJ	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	SF	CCJ	
				SCD	00354	1989	06	07	2010			

STATUS: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Recebido, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais, Relatório reformulado pelo Senador César Borges, com voto favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" por "§ 1º".

Matéria incluída na Pauta da Comissão.



N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM rev. ELISSA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	07	07	2010	SF	CCJ	

STATUS: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Recebido, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, o Relatório do Senador Cícero Lucena, com voto favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, com a supressão, no § 1º do art. 9º, da expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, no art. 28, da expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; com a rejeição do art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e do parágrafo único do art. 55; e promovendo os seguintes ajustes de remissão: correção, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" para "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" para "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" para "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" para "§ 1º".

Matéria incluída na Pauta.

**SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO**

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		WILLYCM rev. ELISSA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	SF	CCJ	SCD	00354	1989	07	07	2010	SF	SSCLSF	

STATUS: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

É realizada nesta data a 36ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres.

Durante a Reunião, o Senador Jorge Yanai apresenta oralmente sugestão para restaurar o art. 16 do Projeto original, rejeitada pelos Relatores e pelas Comissões.

O Senador César Borges apresenta Relatório reformulado, reproduzindo o voto do Relatório anterior e acrescentando a rejeição do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo.

A CCJ, a CAE e a CAS aprovam o Relatório do Senador César Borges, que passa a constituir o Parecer dessas Comissões, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" por "§ 1º".

A CMA aprova o Relatório do Senador Cícero Lucena, que passa a constituir o Parecer dessa Comissão, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 354, de 1989, com a supressão, no § 1º do art. 9º, da expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, no art. 28, da expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; com a rejeição do art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e do parágrafo único do art. 55; e promovendo os seguintes ajustes de remissão: correção, no § 9º do art. 19, da expressão "I a XVIII" para "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão "art. 30" para "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão "I a IV" para "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão "inciso II do caput" para "§ 1º".

A Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle aprova o Requerimento nº 29, de 2010-CMA, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Renato Casagrande, de URGÊNCIA para a matéria.

À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.



CASA

FUNCIONÁRIO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ALSOCARV rev. OTAVIOL
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF ATA-PLEN	SCD	00354	1989	07	07	2010	SF SEXP	

STATUS: APROVADA

20:08 - Anunciada a matéria, é lido o Parecer nº 1.038, de 2010 - CCJ/CAE/CAS/CMA, relator Senador César Borges, favorável ao Substitutivo da Câmara, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão: "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão: "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão: "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão: "inciso II do caput" por "§ 1º".

Aprovados, em globo, os dispositivos de parecer favorável, com as adequações redacionais propostas.

Rejeitados, em globo, os dispositivos de parecer contrário.

Leitura do Parecer nº 1.039, de 2010 - CDIR, apresentando a redação final da matéria.

Aprovada a redação final.

À sanção

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

À SEXP.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ALSOCARV rev. OTAVIOL ret. ILAN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF ATA-PLEN	SCD	00354	1989	07	07	2010	SF SEXP	

STATUS: APROVADA

20:08 - Anunciada a matéria, é lido o Parecer nº 1.038, de 2010 - CCJ/CAE/CAS/CMA, relator Senador César Borges, favorável ao Substitutivo da Câmara, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão: "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão: "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão: "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão: "inciso II do caput" por "§ 1º".

Aprovados, em globo, os dispositivos de parecer favorável, com as adequações redacionais propostas.

Rejeitados, em globo, os dispositivos de parecer contrário.

Leitura do Parecer nº 1.039, de 2010 - CDIR, apresentando a redação final da matéria.

Aprovada a redação final.

À sanção

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

À SEXP.

***** Retificado em 13/07/2010*****

20h08 - Anunciada a matéria, são lidos os Pareceres nºs

1.038, de 2010 - CCJ/CAE/CAS, relator Senador César Borges, favorável ao Substitutivo da Câmara, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão "após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput" e, do art. 28, a expressão "ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13"; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão: "I a XVIII" por "I a XIX"; no inciso VII do art. 21, da expressão: "art. 30" por "art. 31"; no § 4º do art. 33, da expressão: "I a IV" por "I a VI"; e no § 2º do art. 36, da expressão: "inciso II do caput" por "§ 1º"; e

Parecer nº 1.038-A, de 2010 - CMA, relator Senador Cícero Lucena, favorável ao Substitutivo da Câmara, nos termos do Parecer nº 1.038, de 2010 - CCJ/CAE/CAS.

Aprovados, em globo, os dispositivos de parecer favorável, com as adequações redacionais propostas.

Rejeitados, em globo, os dispositivos de parecer contrário.

Leitura do Parecer nº 1.039, de 2010 - CDIR, apresentando a redação final da matéria.

Aprovada a redação final.

À sanção

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

À SEXP.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		GERCEZAR rev. GERCEZAR
		SF	SEXP	SCD	00354	1989	Dia	Mês	Ano	SF	SEXP	
							13	07	2010			

Recebido neste órgão às 17:43 hs.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MATUZA rev. MATUZA
		SF	SEXP	SCD	00354	1989	Dia	Mês	Ano	SF	SEXP	
							14	07	2010			

Anexado o texto revisado (fls.320 a 344)

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOSANE rev. JOSANE
		SF	SEXP	SCD	00354	1989	Dia	Mês	Ano	SF	SEXP	
							15	07	2010			

STATUS: REMETIDA À SANÇÃO

Ofício SF nº 1499 de 14/07/10, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem SF nº 158/10, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 345 a 371).

Ofício SF nº 1500 de 14/07/10, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o referido Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 372).

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		ZIZELMA rev. ZIZELMA
		SF	SEXP	SCD	00354	1989	Dia	Mês	Ano	SF	SSCLSF	
							28	07	2010			

À SSCLSF, a pedido.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RHAUA rev. RHAUA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SSCLSF	SCD	00354	1989	29	07	2010	SF SEXP	

Juntadas as seguintes manifestações sobre a presente matéria:

Ofício CM/0515/10, de 9 de junho de 2010, da Câmara Municipal de Canoas - RS, às fls. 373/375;
Manifestação s/nº, de 16 de junho de 2010, da Associação Brasileira de Embalagem, às fls. 376/377; e
Manifestação s/nº, de 23 de junho de 2010, da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, às fls. 378/379.
Devolvido à SEXP.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ZIZELMA rev. ZIZELMA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SEXP	SCD	00354	1989	29	07	2010	SF SEXP	

Recebido neste órgão às 12h46.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSANE rev. JOSANE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SEXP	SCD	00354	1989	03	08	2010	SF SEXP	

STATUS: TRANSFORMADA EM NORMA JURIDICA

(PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 012.305 DE 2010.
DOU - 03/08/2010 PÁG. 00003 a 00007.
Sancionada em 02/08/2010.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSANE rev. JOSANE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SEXP	SCD	00354	1989	04	08	2010	SF SSCLSF	

À SCLSF, a pedido.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RHAUA rev. RHAUA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SSCLSF	SCD	00354	1989	04	08	2010	SF SEXP	

Juntei, às fls. 385/389, original da Carta-encaminhamento 02/40ª Assembleia, da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, sobre a presente matéria.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ZIZELMA rev. ZIZELMA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SEXP	SCD	00354	1989	04	08	2010	SF SEXP	

Recebido neste órgão às 12h48.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSANE rev. JOSANE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SEXP	SCD	00354	1989	04	08	2010	SF SSCLSF	

A SCLSF, a pedido.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MYRIRIMA rev. MYRIRIMA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SSCLSF	SCD	00354	1989	04	08	2010	SF SSCLSF	

Recebido neste Órgão, nesta data.



N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOAO LOBO rev. JOAO LOBO
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	SSCLS	SCD	00354	1989	06	08	2010	SF ATA-PLEN	

Encaminhado ao Plenário.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	FERROFIL rev. ILAN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	ATA-PLEN	SCD	00354	1989	11	08	2010	SF SEXP	

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 242, de 2010 (nº 463/2010, na origem), restituindo autógrafos do projeto, sancionado e transformado na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.
À SEXP, para o encaminhamento à Câmara dos Deputados de exemplar de autógrafo do projeto sancionado, e posterior remessa do processado ao Arquivo.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ZIZELMA rev. ZIZELMA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	SEXP	SCD	00354	1989	12	08	2010	SF SEXP	

Recebido neste órgão às 9h19.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSANE rev. JOSANE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF	SEXP	SCD	00354	1989	18	08	2010	SF SARQ	

Ofício SF nº 1757 de 18/08/10, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando para os devidos fins o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (fls. 444).

Ao Arquivo.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZSERG rev. LUIZSERG
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	SF SARQ	SCD	00354	1989	26	08	2010	SF SARQ	

PROCESSO ARQUIVADO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL

A Comissão de Assuntos Sociais
(decisão terminativa) *Em 27.10.89*

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º. 354, DE 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

(Senador FRANCISCO ROLLEMBERG)

TÍTULO I

Disposições gerais

Art. 1º. - Para os efeitos desta Lei, considera-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º. - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - lixo de tipo domiciliar ou não-séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

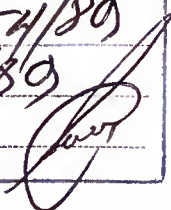
II - lixo séptico - materiais que constituem risco biológico por conterem patógenos em quantidade ou concentração suficientes para causar risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) materiais infecciosos ou contaminados - aqueles provenientes das unidades e serviços de atendimento a clientes, laboratórios, salas de cirurgia e de autópsia, alas de isolamento e demais materiais que entrem em contato com pacientes ou animais, real ou potencialmente infectados, portadores, inoculados ou sofrendo de doença infecciosa, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluidos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes - agulhas, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

Secretaria do Senado Federal
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO

PLS Nº 354/89
EM 27/10/89



SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
11



c) resíduos alimentares - restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo - resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radio-nuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterápicos anti-neoplásicos - drogas citotóxicas e antineoplásicas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes - resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados - recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 30. - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde, assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatorios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários, neles compreendidos clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológicas, compreendendo laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza classificáveis segundo dispõe o art. 20.

Art. 40. - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 20. serão separadas e acondicionadas, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
Fla. 02



§ 1o. Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2o. O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO I

Das obrigações dos estabelecimentos geradores de resíduos

Art. 5o. - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria (art. 3o.) a serem processadas na fonte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo;

III - a manutenção de suportes, recipientes, contenedores e meios de transporte interno adequados;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo este último o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes do sistema de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/59
Fls. 03



- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normalização de procedimentos internos ao estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- h) programação para situações de emergência e outras contingências.

Parágrafo único. Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

Art. 6o. - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4o.

Art. 7o. - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6o.

Art. 8o. - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3o.

Art. 9o. - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100 oC (cem graus Celsius) por 60 (sessenta) minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, 72 (setenta e duas) horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3o. está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Por-

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P L S. 354/89
Fls. 04



taria no. 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental no. 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental no. 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único. Sua coleta, transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerando-se apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.

TÍTULO III

Das obrigações da administração municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

- I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde; e
- II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
Fls. 05



Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 30. em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único. Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 10. - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, em sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 20. - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;
- c) controle periódico de condições de saúde.

§ 30. - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no mínimo, a cada 72 (setenta e duas) horas.

§ 40. - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 20., não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 60.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal.

Parágrafo único. A instalação e a operação de tais equipamentos ficam sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com os estabelecidos na Portaria no. 231, de 27/04/76, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
06



substituí-la.

Art. 20 - Fica a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indica a adoção de soluções individualizadas,

Parágrafo único. Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e sanções cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I- construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 30., contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa.

II- obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa.

III- deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa.

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa.

V - instalar ou operar inclinadores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
No. 07



multa.

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa.

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a 72 (setenta e duas) horas:

Pena - advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária.

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena - multa.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados quer à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único. A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cum-

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
08 2



primento desta Lei.

TÍTULO V

Disposições finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, 10 (dez) anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo

P. L. S. 354/89

Fl. 09



J U S T I F I C A Ç Ã O

O lixo hospitalar, tecnicamente denominado "resíduos de serviços de saúde", é a ponta de um iceberg representado pelo sério e crescente problema da produção, tratamento e destino do lixo urbano. Um problema que não é só nacional, mas que também afeta os países desenvolvidos, a ponto de o organismo federal de proteção ambiental americano reconhecer, em publicação de 1988, que "este permanece um importante e não resolvido dilema nacional".

Nos Estados Unidos, leis federais sobre a matéria são recentes (Medical Waste Tracking Act, de 1988), da mesma forma que na Inglaterra (Public Health Acts and the Civil Government Act, de 1982) e na França.

É razoável prever que os resíduos dos serviços de saúde possam representar perigos para a saúde; no entanto, os estudos disponíveis estão mostrando, ao contrário, que o lixo doméstico é, geralmente, mais perigoso. Não existe evidência epidemiológica de que o lixo hospitalar seja mais infeccioso que o doméstico ou que tenha sido causa ou fonte de doença nas comunidades dos países desenvolvidos em decorrência de seu destino inadequado. Existem, sim - e são importantes - relatos de risco ocupacional, isto é, o lixo hospitalar é perigoso e causa frequentemente doenças nos trabalhadores que manejam estes resíduos.

De qualquer forma, pela sua natureza agressiva quando disposto inadequadamente à vista do público em geral e sujando e contaminando ruas, praias, rios, lagoas e o próprio mar - o que vem acontecendo tanto em nosso País como em outras partes - os resíduos de serviços de saúde passaram, nos Estados Unidos, na Europa e em nosso País, a ser uma crescente preocupação pública e a receber espaços na imprensa e nos parlamentos.

Estão, assim, muito ligados os problemas do manejo dos resíduos de serviços de saúde e o controle da qualidade do ar atmosférico, de mananciais de água e de praias.

Em nosso País, na grande maioria das cidades, o poder público municipal continua não dando atenção adequada ao problema e, desde o ponto de vista legal, ele tem sido tratado apenas parcialmente, através de portarias ministeriais e raras leis municipais. As melhores experiências - que aproveitamos nesta proposição - são das municipalidades de Curitiba, Belo Horizonte e Natal e dos programas de controle de infecção hospitalar do Ministério da Saúde e de alguns hospitais por todo o País.

De qualquer forma, são pouquíssimos os municípios que dispensam cuidados ao lixo hospitalar. Na grande maioria das nossas cidades, os resíduos são abandonados a céu aberto pelos serviços e misturado com o lixo domiciliar. Não há coleta regular nem diferenciada pela administração pública municipal e lhes é da-

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
Fls. 70



do destino final nos chamados "lixões".

Creio ser chegado o momento de encaminharmos a solução deste grave e crescente problema pela promulgação de uma lei federal sobre a matéria. Uma lei que - segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde - restrinja-se aos princípios básicos, induzindo os serviços e municipalidades a adotar os sistemas que melhor se lhes adaptem.

É esta a proposição que gostaria de ver acatada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1989.


Senador Francisco Rollemberg
PMDB-SE

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
Fls. 11



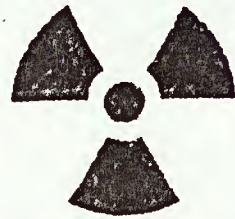
PROJETO DE LEI DO SENADO No. , de 1989

ANEXO

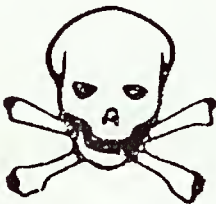
SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ADVERTÊNCIA DE MATERIAIS PERIGOSOS
PARA EMBALAGENS DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE



SÍMBOLO INDICATIVO
MATERIAL INFECIOSO
(RISCO BIOLÓGICO)



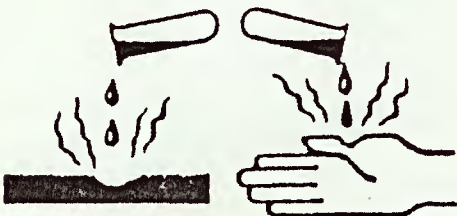
SÍMBOLO INDICATIVO
DE MATERIAL RADIATIVO



SÍMBOLO INDICATIVO
DE SUBSTÂNCIA TÓXICA



SÍMBOLO INDICATIVO DE
MATERIAIS OU SUBSTÂNCIAS
INFLAMÁVEIS



SÍMBOLO INDICATIVO DE
SUBSTÂNCIA CORROSIVA



SÍMBOLO INDICATIVO
DE MATERIAL EXPLOSIVO

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P. L. S. 354/89
Fla. 124



PARECER No. 410, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde".

RELATOR: Senador JAMIL HADDAD

Trata o referido projeto do manuseio e destino final de resíduos produzidos em serviços de saúde, potencialmente geradores de risco para a saúde humana e contaminação do meio ambiente.

Inicialmente classifica os resíduos dos serviços de saúde em lixo tipo domiciliar, lixo séptico e lixo especial, segundo o destino específico que cada um deve ter.

Relaciona a seguir os serviços de saúde que se sujeitam à regulamentação desta lei, suas obrigações quanto ao manejo dos seus resíduos e as proibições referentes ao destino dos mesmos.

As administrações municipais ficam obrigadas a manter serviços regulares de coleta, transporte e destino final dos resíduos dos serviços de saúde, a seguir normas sobre o manejo adequado dos resíduos e, eventualmente, quando necessário constituírem-se em consórcios reunindo vários municípios para cumprimento das exigências desta lei.

Prevê as diversas infrações à lei e as respectivas sanções cabíveis.

Nas disposições finais, prevê a participação da iniciativa privada de forma complementar, como concessionária da prestação e venda de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos e na produção de equipamentos e garantia de peças e serviços de manutenção para um período de 10 (dez) anos após suspensão de fabricação. Define a responsabilidade dos órgãos de gestão municipal dos sistemas de saúde e dos de saneamento e preservação do meio ambiente a nível municipal, estadual, e do Distrito Federal.

O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde e do órgão federal de preservação ambiental deverá regulamentar esta lei no prazo de 6 (seis) meses a qual deverá entrar em vigor após um ano da sua publicação.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLS N.º 354 de 1989
15



Sem dúvida, trata este Projeto de Lei de um tema emergente nas sociedades modernas - manejo e destino do lixo urbano, particularmente o lixo especial dos serviços de saúde.

Carece o assunto de uma regulamentação a nível legal a exemplo do que vêm fazendo os países mais desenvolvidos.

Alguns municípios brasileiros já contam com uma legislação municipal, como salienta o ilustre Senador Francisco Rollemberg na justificação do seu Projeto de Lei.

Apesar da complexidade que se revesta esta questão, soube o Exmo. Senador Rollemberg abordá-lo de forma abrangente e garantir soluções específicas para realidades tão distintas como são os municípios brasileiros.

Apenas com o intuito de aprimorar o texto do referido Projeto, somos obrigados a apresentar algumas emendas, manifestando nosso parecer favorável ao Projeto como um todo.

Desta forma, nosso voto é pela aprovação, com as seguintes alterações:

Emenda nº 1

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

JUSTIFICAÇÃO

Foi suprimida a palavra "promoção" pois suas ações não geram resíduos. Foi acrescentada a expressão "pela medicina legal e anatomia patológica" para incluir os resíduos destes serviços, pois são igualmente de risco para a saúde humana.

Emenda nº 2:

Dê-se ao inciso II, do Art. 2º a seguinte redação:

II- Lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:



a) resíduos infectados ou contaminados - aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como.....;

b) objetos pontiagudos e cortantes - agulhas, escalpes, lâminas de bisturi

JUSTIFICAÇÃO

A palavra "resíduos" substitui "materiais" para uniformização do texto. Foi suprimida a expressão "em quantidade ou concentração suficientes para", em virtude da dificuldade de ser determinada esta quantidade ou concentração.

Na letra a) alteramos novamente a palavra "materiais" para "resíduos" e substituímos a palavra "infecciosos" por "infectados", por ser mais apropriada ao sentido da frase. Foi suprimida a expressão "real ou potencialmente infectados, portadores inoculados ou sofrendo de doença infecciosa", para simplificação operacional, na qualificação do tipo de resíduo, isto é, todo resíduo proveniente de material que entrou em contacto com paciente ou animal, é considerado infectado ou contaminado.

Na letra b) foi aditada a palavra "escalpes" por ser material pontiagudo e cortante.

Emenda nº 3

Adicione-se o inciso IV no art. 3º.

.....

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

JUSTIFICAÇÃO

Por não serem serviços específicos de saúde, devem ser os serviços de medicina legal e de anatomia patológica (serviços de verificação de óbito) explicitamente citados, como geradores de resíduos infectados ou contaminados.

Emenda nº 4

Onde se lê "serão separadas e acondicionadas" leia-se "será separada e acondicionada".

COMISSÃO DE ASSUNTOS SÓCIS
PLS. N.º 384 de 19 89
Fis. 15



JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emenda redacional de retificação de concordância com o sujeito da frase.

Emenda nº 5

Os incisos I, II e III passam a ter a seguinte redação:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o artigo 3º desta lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o artigo 6º desta lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o artigo 17 desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira alteração é apenas de técnica legislativa. As duas seguintes reverterem o tratado nos incisos para os artigos correspondentes, onde o assunto é tratado de forma mais específica.

Emenda nº 6

Acrescente-se um parágrafo segundo, ao artigo 5º, dando-se ao parágrafo único, a numeração de primeiro.

Parágrafo 2º Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) controle periódico de condições de saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Consideramos necessário estender aos servidores intra-hospitalares o que é devido aos que cuidam dos resíduos após sua saída do estabelecimento (parágrafo 2º do artigo 18 deste Projeto de Lei).

Emenda nº 7



No § 3º do artigo 18, substitua-se a palavra "mínimo" por "máximo".

JUSTIFICAÇÃO

A intenção do autor é melhor expressada com a palavra "máximo", para impedir maiores espaços de tempo na coleta dos resíduos.

Emenda nº 8

Acrescente-se ao final do "caput" do artigo 19 a expressão "salvo o previsto no artigo 10 desta lei".

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emenda que visa apenas a coerência do texto legal, pois já se previa a instalação de incineradores no artigo 10, sob certas condições, e pelo artigo 19, seria totalmente proibida sua instalação.

Emenda nº 9

Acrescente-se ao final do "caput" do artigo 20 a expressão, "previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente".

JUSTIFICAÇÃO

A finalidade da emenda é impedir que soluções individualizadas não adequadas sejam adotadas em detrimento da saúde



das pessoas. É preciso que antes de implantá-las, elas sejam submetidas à aprovação dos órgãos competentes do Estado.

é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de NOVENBRO de 1990.

ALMIR GABRIEL

PRESIDENTE.

JAMIL HADDAD

RELATOR.

MAURÍCIO CORRÊA

RONALDO ARAGÃO

ANTÔNIO ALVES

JOÃO LOBO

JOÃO CALMON

LOURIVAL BAPTISTA

JOSÉ FOGAÇA

OZIEL CARNEIRO

NABOR JÚNIOR

MANSUETO DE LAVOR

CID SABÓIA DE CARVALHO

ODACIR SOARES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PL. 11.324 de 1989
Fls. 18



TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o
tratamento, o transporte e a destinação final
dos resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, conside-
ram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos
gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de
pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e vete-
rinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veteri-
nária, pela medicina-legal e anatomia patológica, e pela
produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, pa-
ra os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classifica-
ção:

I - lixo de tipo domiciliar ou não-séptico - re-
síduos provenientes das unidades adminis-
trativas, onde não são admitidos clientes,
tais como papéis, materiais de embalagem,
cinzas e varreduras;



II - Lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados - aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como, tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluídos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes - agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;



c) resíduos alimentares - restos de alimentos e de sua preparação;

III - Lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo - resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterapia - antineoplásicos - drogas citotóxicas e antineoplásicas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes - resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
N.º _____ de 19 ____
Fls. 21



d) recipientes pressurizados - recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossois que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

- I - os serviços de saúde - assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatórios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;
- II - os serviços veterinários, neles compreendidos clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;
- III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológicas, compreendendo laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos.



tos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza classificáveis segundo dispõe o art. 2º;

IV - *os serviços de medicina legal e anatomia patológica.*

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

T Í T U L O I I

Das obrigações dos estabelecimentos geradores de
resíduos

6

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
N.º _____ de 13
11s. 23



Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

- I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o artigo 3º desta lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);
- II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o artigo 6º desta lei;
- III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o artigo 17 desta lei;
- IV - o recolhimento regular, pelos menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);
- V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo este último o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;



- VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;
- VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10;
- VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes do sistema de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;
- IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:
 - a) definição de diretrizes;



- a) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- b) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- c) normalização de procedimentos internos ao estabelecimento;
- d) treinamento e supervisão de pessoal;
- e) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- f) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- g) programação para situações de emergência e outras contingências.

Parágrafo único. Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.



Parágrafo 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual,
- b) controle periódico de condições de saúde.

Art. 6º - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4º.

Art. 7º - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6º.

Art. 8º - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º.

Art. 9º - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de



comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100°C (cem graus Celsius) por 60 (sessenta) minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, 72 (setenta e duas) horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria nº 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SECURIT
N.º _____ de 12
Fls. 28



Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único. Sua coleta, transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;

II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerando-se apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regula-



mentação específica

T Í T U L O I I I

Das obrigações da administração municipal

Art. 16 - é responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde; e

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único. Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre

6



a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º. - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º. - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;
- c) controle periódico de condições de saúde.

6



§ 3º. - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo a cada 72 (setenta e duas) horas.

§ 4º. - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º., não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no artigo 10 desta lei.

Parágrafo único. A instalação e a operação de tais equipamentos ficam sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27/04/76, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la. 6



Art. 20 - Fica a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indica a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das infrações a esta Lei e sanções cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º., contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa. 6



II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa.

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa.

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa.

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico: 6



Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa.

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a 72 (setenta e duas) horas:

Pena - advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de concessão.

6



concessionária.

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena - multa.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados quer à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único. A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor



nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO IV

Disposições finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, 10 (dez) anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
N.º 37
de 10
Pág. 37



final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de 6 (seis) meses. 6

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
N.º 38
de 19
15



Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES em , 29 de NOVENBRO de 1990.

, Presidente.

, Relator.

ssscm\meca\vc10\cas354tf\dsn e jpf.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
N.º 39 de 19
Fls.



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Publicação

Em 4/12/90

Antônio Luiz Maye

OFÍCIO CAS 008 /90


BRASÍLIA, DF., 29 de novembro de 1990.

Senhor Presidente

Nos termos do parágrafo 3º do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o PLS. nº 354/89, QUE " DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE "

em reunião de 29 / 11 / 90.

Na oportunidade renovo a V.Exa. meus protestos de estima e consideração.


Senador ALMIR GABRIEL
Presidente

Exmº Sr.

Senador NELSON CARNEIRO

DD. Presidente do Senado Federal

NESTA.

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - Lixo do tipo domiciliar ou não séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - Lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico, por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados: aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluídos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes: agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares: restos de alimentos e de sua preparação.

III - Lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo: resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásticos: drogas citotóxicas e antineoplásticas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatorios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza, classificáveis segundo dispõe o art. 2º desta Lei;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê

de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das obrigações dos estabelecimentos geradores de resíduos

Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º desta Lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o art. 6º desta Lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o art. 17 desta Lei;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo, este último, o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10 desta Lei;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes dos sistemas de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementa

4

ção e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normalização de procedimentos internos do estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- h) programação para situações de emergência e outras contingências.

§ 1º - Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

§ 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) o controle periódico de condições de saúde.

Art. 6º - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT- NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6º desta Lei.

Art. 8º - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (**shootes**) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 9º - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes

tes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100°C (cem graus Celsius) por sessenta minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, setenta e duas horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria nº 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único - A coleta do lixo especial mencionado no caput deste artigo, bem como o seu transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerada apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20 desta Lei, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.

TÍTULO III

Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

a) o uso de equipamento de proteção individual;
b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;

c) controle periódico de condições de saúde.

§ 3º - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada setenta e duas horas.

§ 4º - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º, não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º desta Lei.

7

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único - A instalação e a operação de tais equipamentos são sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - É a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indique a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único - Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das infrações a esta Lei e sanções cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º desta Lei, contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa;

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas:

Pena: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena: multa.

Parágrafo único - As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados que à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre dez e cinquenta BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO IV ✓ **Disposições Finais**

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único - Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de seis meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de um ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

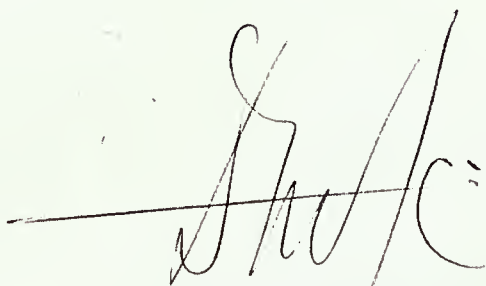
SM/Nº 274

Em 5 de março de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 354, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Dirceu Carneiro', written over a horizontal line.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
VPL/.

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - lixo do tipo domiciliar ou não séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico, por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados: aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluídos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes: agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares: restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo: resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

54

b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásticos: drogas citotóxicas e antineoplásticas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatórios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza, classificáveis segundo dispõe o art. 2º desta Lei;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das Obrigações dos Estabelecimentos Geradores de Resíduos

Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º desta Lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);

54

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o art. 6º desta Lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o art. 17 desta Lei;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo, este último, o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10 desta Lei;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes dos sistemas de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normalização de procedimentos internos do estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- h) programação para situações de emergência e outras contingências.

§ 1º - Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

§ 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) o controle periódico de condições de saúde.

Art. 6º - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa,

de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6º desta Lei.

Art. 8º - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 9º - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100°C (cem graus Celsius) por sessenta minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, setenta e duas horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria nº 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único - A coleta do lixo especial mencionado no caput deste artigo, bem como o seu transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerada apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20 desta Lei, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.

GM

TÍTULO III
Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

a) o uso de equipamento de proteção individual;
b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;

c) controle periódico de condições de saúde.

§ 3º - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada setenta e duas horas.

§ 4º - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º, não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único - A instalação e a operação de tais equipamentos são sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com

5

os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - É a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indique a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único - Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e Sanções Cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º desta Lei, contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa;

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

51

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas:

Pena: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena: multa.

Parágrafo único - As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados que à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre dez e cinquenta BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A reincidência, mesmo que não especifica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO V Disposições Finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços

54

de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único - Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

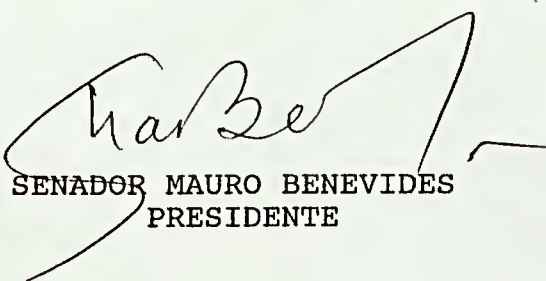
Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de seis meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de um ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 5 DE MARÇO DE 1991



SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

VPL/.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

Apresentado pelo Senador FRANCISCO ROLLEMBERG

Lido no expediente da Sessão de 27/10/89 e publicado no DCN (Seção II) de 28/10/89. À Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 4/12/90, leitura do Parecer nº 410/90-CAS, relatado pelo Senador Jamil Haddad, favorável. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 8/90, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 29/11/90. É aberto o prazo de 5 dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário.

Em 11/12/90, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem apresentação do recurso previsto no art. 91, § 4º, do Regimento Interno.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.274, de 5.03.91

VPL/.



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

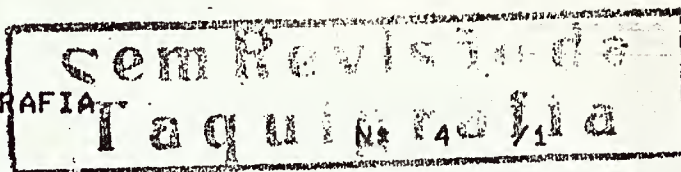
TAQUIGRAFO: gema

REVISOR: *Marilda*

COMISSÃO: assuntos sociais

N.º DA COMISSÃO: 231

DATA: 29-11-90



O SR. NABOR JÚNIOR - Sr. Presidente, voto com o parecer do Relator, mas gostaria de sugerir à secretaria da Comissão que encaminhasse aos Membros da Comissão, ^{com} ~~em~~ antecipação, esses projetos e os realtórios para que possamos examiná-los antes da votação, porque estamos sendo apanhados de surpresa com algumas matérias muito importantes, as quais não nos foi possível examinar. O que ocorreu com o Senador José Fogaça, que se viu impossibilitado de manifestar o seu voto, ^{foi} ~~porque~~ não teve conhecimento prévio da matéria.

O SR. PRESIDENTE (*Aluísio Fabião*) - Há um aspecto que considero importante. É que as matérias ainda irão a Plenário. Esta não é terminativa. Há o recurso de pedir vista.



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: gema

REVISOR: .

COMISSÃO: assuntos sociais

Nº DA COMISSÃO: 231

DATA: 29-11-90



O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Os que estão aqui presentes podem fazer um recurso para o Plenário.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, o projeto do Senador Itamar Franco - é uma dúvida que tenho, por isso estou deixando em aberto, daí por que o voto "não" - é no sentido de que ele retira dos Municípios a autonomia quanto ao licenciamento para instalações de depósitos radioativos. Quer dizer, o Município perde esta autonomia que fica praticamente concentrada na Comissão Nacional de Assuntos Nucleares. Daí a minha dúvida e conseqüente voto "não".

O projeto no seu todo, na sua propositura, é correto, é válido e tem a melhor das boas intenções. No entanto, apenas essa questão de preservar o sentido da autonomia municipal quanto a licenciamento para instalação de depósito é que me fez levar

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: gema

REVISOR:

COMISSÃO: assuntos sociais

Nº DA COMISSÃO: 231

DATA: 29-11-90

tar esta dúvida e ~~como~~ não foi feita nenhuma emenda
nesse sentido. ~~na~~

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, há o
recurso, ~~um~~ todos que aqui estão ^{foram} assinaram o recurso
^{para o projeto} PARA ir a Plenário, onde ainda ~~se~~ poderá ^{ser} emendado.

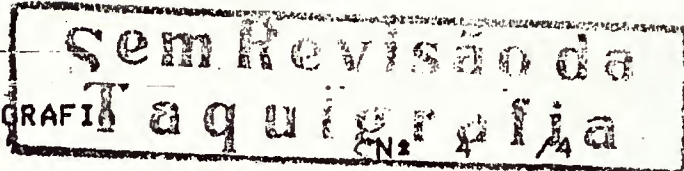
O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - Vamos proce-
der à apuração.

Votaram SIM 13 Srs. Senadores e 1 NÃO.

Aprovada.

Solicito ao nobre Senador Jamil Hadad ^d para que
faça a leitura do parecer sobre o item 3 da pauta.

O SR. RELATOR (Jamil Hadad) - Sr. Presidente, o
parecer já está, inclusive, assinado pelo Senador Má-
rio Maia. Assim, farei apenas a leitura, ~~de uma vez só~~
é um parecer longo, que os colegas já têm e que
é favorável, mas com apresentação de emendas.



TAQUIGRAFO: gema

REVISOR:

COMISSÃO: assuntos sociais

Nº DA COMISSÃO:

231

DATA: 29-11-90

A Emenda nº 1 considera resíduo de serviço de saúde o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação de saúde, pessoas e animais, bem como gerados pela pesquisa médica e veterinária, executados por serviços de saúde e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica e pela produção e testagem de produtos biológicos de uso animal.

A Emenda nº 2 refere-se ao inciso II, do art. 2º, dando-lhe a seguinte redação:

Lixo séptico: resíduos que constituem risco biológico ^{de} conterem patógenos que causam risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entram em contato com eles, compreendendo: resíduos infectados ou contaminados, aqueles provenientes das unidades de serviço, onde clientes pacientes ou animais tenham acesso, onde haja manipulação de suas



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

em Rev.
Taquiografia

TAQUIGRAFO: gema

REVISOR:

COMISSÃO: assuntos sociais

Nº DA COMISSÃO:

231

DATA: 29-11-90

excreções ou secreções tais como: —————> objetos
ponteagudos e cortantes, agulhas, lâminas e bistu-
ris. ↑

A EMENDA nº 3 adiciona ao inciso IV, do art. 3º,
um item 4: SERVIÇOS DE MEDICINA LEGAL E ANATOMIA
PATOLÓGICA.

EMENDA nº 4, onde se lê ↑ serão separados e acondi-
cionados, ↑ leia-se: ↑ Será separado e acondicionado. ↑

EMENDA nº 5, nos Incisos I, II e III, passam a
ter a seguinte redação:

~~1- A classificação separação de resíduo por ca-
tegoria de acordo com o art. 3º desta lei~~ →

EXPIRA

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Deuse*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

Nº 5 71

DATA: 29 /21/90

seguinte redação:

1 - A classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º dessa lei, a serem processados na *parte da* produção, serviço e unidade.

2 - Condicionamento e identificação adequados ^{de} ~~por~~ cada tipo de resíduo de acordo com o art. 6º desta lei.

3 - Apresentação dos resíduos pública em condições adequadas, de acordo com o art. 17 desta lei.

Emenda nº 6 - Acrescenta-se o § 2º ao art. 5º.

§ 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham *normalment* com resíduos hospitalares:

**Sem Revisão de
Taquigrafia**

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Denise*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

Nº 5 / 2

DATA: 27 / 21 / 96

a - / _____ equipamentos de proteção individual; e b - controle periódico de condições de saúde.

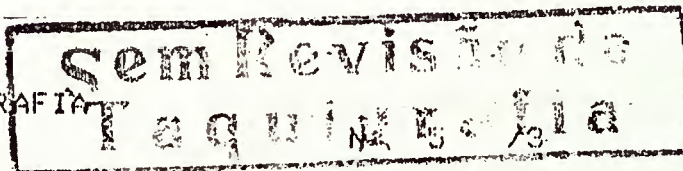
A Emenda nº 7, § 3º do art. 18, substitui ^a ~~essa~~ palavra "mínimo" por máximo.

Emenda nº 8 - Acrescenta^e-se ao final do caput do art. 19 a expressão "salvo o previsto no art. 10 dessa lei".

Emenda nº 9 - Acrescenta^e-se ao final do caput do art. 2º a expressão "previamente aprovada pela ^{de} Secretaria ~~do~~ Estado de saúde e ^{de preservação} ~~estadual~~ ~~reservação~~ ^{do} meio ambiente.

Esse, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE *(Almir Gabeil)* - Em discussão.



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Denise*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

DATA: 29 /21/90

O SR. ODACIR SOARES - Peco a palavra, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Tem a

palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Eu queria apenas

fazer uma sugestão aqui ao Relator, se couber, para acrescentar, no Título 3º, onde fala "das obrigações da administração municipal", ~~que incluisse~~ "das obrigações da administração municipal e do Distrito Federal, porque está fora o Distrito Federal. Do ponto de vista físico *e constitucional, e* há uma administração municipal. E onde houver a expressão "administração municipal" *que* se inclua sempre "Distrito Federal".

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente,

quero deixar bem claro que li o relatório do Senador *em cuja análise,* Mário Maia, inclusive, nem pude me aprofundar. ~~na~~



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Deuse*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

**Sem Revisão da
Taqui^Ngrafia**

DATA: 29 /21/90

~~realidade, no projeto.~~

O SR. PRESIDENTE

(Almir Gabriel) - A

será ~~for~~ sugestão ~~for~~ levada ao Relator e creio que nenhuma
dificuldade haverá na aprovação.

Em votação.

Como vota o senador
o Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO *Sim,* ~~com o Re-~~

lator.

O SR. PRESIDENTE *(Almir Gabriel)* - João Cal-*mon?*
mon.O SR. JOÃO CALMON - *Sim;* com o Relator.O SR. PRESIDENTE *(Almir Gabriel)* - José Fo-*gaça?*
gaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE *(Almir Gabriel)* - Ronaldo*Aragão?*
Aragão.



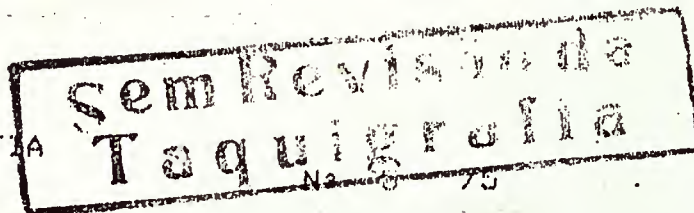
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: Denise

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231



DATA: 29 /21/90

O SR. RONALDO ARAGÃO - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - João

Lobo?

O SR. JOÃO LOBO - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - Odacir

Soares?

O SR. ODACIR SOARES - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - Lourival

Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - Jutahy

Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) - Oziel Car-

neiro?

O SR. OZIEL CARNEIRO - Com o Relator.



**Sem Revisão de
Taquigrafia**

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Demur*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

DATA: 29/21/90

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Jamil
Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD - Com o Relator, com o
acréscimo do Senador Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Antônio
Alves.

O SR. ANTÔNIO ALVES - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Man-
suetto de Lavour.

O SR. MANSUETO DE LAOUR - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Nabor
Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (*Almir Gabriel*) - Maurí-
cio Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Com o Relator.



SENADO FEDERAL

Sem Revisão de
Taquigrafia

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: ANDRÉIA

REVISOR: *Perise*

COMISSÃO: ASSUNTOS SOCIAIS

Nº DA COMISSÃO: 231

DATA: 29 /21/90

O SR. PRESIDENTE

(Almir Gabriel) Houve *favoráveis*
- 14 votos.

Fx
✓ aprovado.

Solicito ao Senador Jutahy Magalhães que

apresente parecer.

por Projeto de Lei do Senado nº 027/ 90,

que institui renda mensal vitalícia em favor de pes-

soas portadoras de deficiências e de idosos, *no termo*

do art. 203, inciso V, da Constituição Federal e dá ou-

tras providências.

~~OPOR JUTAHY MAGALHÃES~~ ~~Assinatura de pa~~



Nº20 /2
HORA:15:08

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: AUGUSTO
REVISOR: Patrícia
DATA: 13/11/91



201

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - O

Expediente lido vai à publicação.

A Presidência deseja comunicar à Casa
que, na manhã de hoje, recebeu ^{de} uma comissão de empre-
sários brasileiros um documento denominado Movimento
Opção Brasil, com uma solicitação para que fizesse
chegar exemplares dessa matéria ao conhecimento de
todas as lideranças do Senado Federal, a Secretaria
da Mesa se incumbirá dessa tarefa.

Srs. Senadores,

S/regina



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: REGINA STEIN
REVISOR: VICENTE
DATA: 13/11/91

Nº 21 /1
HORA: 15:10



202

~~(Cont o Sr. Presidente Mauro Benevides)~~

← / O *Journal* O Estado de S. Paulo publicou com destaque e a Agência Estado distribuiu matéria reproduzida por outros órgãos de imprensa, segundo a qual o Senado aprovou uma "lei falsificada".

O fato seria de suma gravidade, não fora inverídica a notícia.

Na verdade, o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do eminente Senador Francisco Rollemberg, dispendo sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, teve tramitação rigorosamente normal, obedecendo aos preceitos constitucionais e regimentais.

A notícia, que os jornais dizem ter sido baseada em declarações-denúncia do ilustre Deputado



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: REGINA STEIN
REVISOR: VICENTE
DATA: 13/11/91

Nº 21 / 2
HORA: 15:10



803

e ex-Senador Jamil Haddad, acusa:

1 - que o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, sem ter sido aprovado, terminativamente, pela Comissão de Assuntos Sociais, que sequer se reuniu para apreciá-lo;

2 - que o Deputado Jamil Haddad nega haver relatado o projeto;

3 - que, nos arquivos da Comissão, encontrou o "suposto" parecer, de sete páginas, rubricado com uma assinatura que garante não ser a sua;

4 - que a lei inquinada de "falsa", nos fins do ano transacto, passou despercebida de todas as lideranças políticas, especialmente dos Presidentes da Casa, Mauro Benevides; e da Comissão de Assuntos Sociais, Almir Gabriel.



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: REGINA STEIN
REVISOR: VICENTE
DATA: 13/11/91

Tr



Nº 21 / 3
HORA: 15:10

804

Eis a verdade, Srs. Senadores, de fácil
comprovação:

1 - a Comissão de Assuntos Sociais reu-
niu-se às 10 horas de 29/11/90, para apreciar diver-
sos projetos, entre eles o de

~~2~~ 57/CARREM



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: REGINA STEIN
REVISOR: VICENTE
DATA: 13/11/91



Nº 22 / 4
HORA: 15:10

205

~~(Cont. o Sr. Presidente M. Benevides)~~

autoria do nobre Senador Francisco Rollemberg. [Da
reunião foi lavrada a Ata nº 4, assinada por seu Pre-
sidente, Senador Almir Gabriel;

2) - O Relator do projeto era o Senador Mário
Maia, que se encontrava ausente. Em consequência, a
relatoria foi redistribuída ao Senador Jamil Haddad,
que leu o parecer elaborado pelo Senador acreano. Os
trabalhos da reunião foram gravados - como ocorre em
todas as reuniões das Comissões Técnicas. A gravação
está arquivada, e por ela se infere que S. Exa., cu-
ja voz é inconfundível, leu o parecer e votou a fa-
vor do projeto, alterado por nove emendas e por uma
sugestão do Senador Odacir Soares;



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: C A R L E N

REVISOR: vicente

DATA: 13/11/91

Nº 22 152
HORA: 15,12



206

3) - De fato, as rubricas constantes do parecer não são do Senador Jamil Haddad e sim do Relator designado, Senador Mário Maia;

4) A notícia assevera que a falsificação, ocorrida em princípios de dezembro do ano passado, "passou despercebida" pelo Presidente da Casa, Mauro Benvides. À época, quem presidia o Senado, e exemplarmente, era o eminente Senador Nelson Carneiro, cuja inocência no caso - a dele e a do Senado - são flagrantes.

O projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes, tendo votado, nominalmente, concordando com o parecer do Relator, os seguintes Senadores: Cid Sabóia de Carvalho, João Calmon, José Fogaça, Ronaldo Aragão, João Lobo, Odacir Soares, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Oziel Carneiro, Jamil



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
TAQUIGRAFO: C A R M E N
REVISOR: vicente
DATA: 13/11/91



Nº 22 / 83
HORA: 15,12

807

Haddad, Antônio Alves, Mansueto de Lavor, Nabor Júnior e Maurício Corrêa.

A fita gravada não deixa que remanesçam dúvidas.

Lamentável é que o jornalista, ante fato de tamanha gravidade, não tenha procurado inteirar-se da autenticidade de que a mesma se revestia, antes de abrir espaços à sua veiculação em importantes órgãos de comunicação social do País. | →



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: CRISTINA

REVISOR: VICENTE

DATA: 13/11/91

Te



Nº 23/A
HORA: 15:14

208

(cont. o Sr Presidente)

~~do País.~~

Mesmo assim, a Presidência franqueará aos jornalistas o acesso ao projeto respectivo, às notas taquigráficas da reunião da Comissão de Assuntos Sociais, bem assim à fita magnética, na qual se acham gravados os debates em torno da matéria, ora injustificadamente questionada.

Qualquer outro esclarecimento será prestado pelo Diretor da Secretaria Legislativa, a quem incumbe coordenar os trabalhos das Comissões ^P permanentes da Casa.

A Presidência sente-se no dever, também, de comunicar ao Presidente do Comitê de Imprensa da Casa que colocará, com o instrumental de gravação da SUSTEL, órgão incumbido dessa matéria na Casa, o



SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

TAQUIGRAFO: Cristina

REVISOR: Vicente

DATA: 13/11/91

SF-209

Nº /1

HORA:

S.F. 209

gravador e a fita respectiva para que todos jornalistas e Srs. Senadores que desejem acompanhar essa ocorrência possam fazê-lo no próprio Gabinete da Presidência, dentro de mais alguns instantes. Faremos rodar a fita para que os jornalistas, que sempre prestigiaram esta Casa da forma mais decidida e coerente, extraiam desse fato aquela conclusão que ponha em realce a lisura e a seriedade com que se processam os trabalhos nesta Casa do Parlamento brasileiro.

OF. SF Nº 265 /2005

Brasília, 7 de março de 2005

Senhor Primeiro Secretário,

Solicito a V. Ex^a a gentileza de informar, a esta Casa, a tramitação dos Projetos de Lei do Senado a seguir discriminados, submetidos à revisão da Câmara dos Deputados, a fim de serem, conforme o caso, encaminhados ao Arquivo:

ANO 1989

PLS 06	PLS 110	PLS 203
PLS 23	PLS 120	PLS 257
PLS 24	PLS 123	PLS 265
PLS 25	PLS 150	PLS 284
PLS 34	PLS 155	PLS 286
PLS 53	PLS 162	PLS 302
PLS 72	PLS 166	PLS 303
PLS 83	PLS 171	PLS 342
PLS 87	PLS 179	PLS 354
PLS 89	PLS 190	PLS 381
PLS 109	PLS 198	PLS 389
		PLS 406

Atenciosamente,


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Exmº Sr.
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
Edifício Principal da Câmara dos Deputados

Junta de as presentes de 1º
pto de lei da Câmara nº 54, de
2000.
A publicação
em 23.06.05.

Senador Aelton Freitas
Suplente de Secretário

PS-GSE nº 235

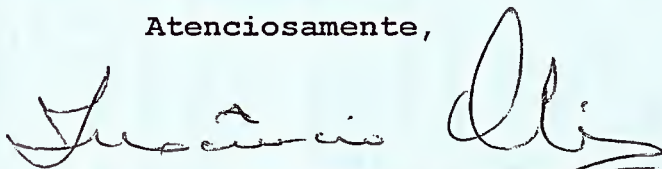
Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Em resposta aos ofícios OF.SF nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação.

A par disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se pudesse informar a esta Secretaria o estágio de tramitação das proposições de iniciativa dos Deputados Federais e outras, enviadas à revisão do Senado Federal, a fim de serem, conforme o caso, encaminhadas ao arquivo.

Atenciosamente,



Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A

Recebido
7878
24/05/05
17:31



		PLS 354, de 1989	PL 203, de 1991	Mesa - aguardando constituição de Comissão Temporária
		PLS 381, de 1989	PL 4574, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 389, de 1989	PL 4589, de 1990	Transformado na Lei 8071/90. Remetido à sanção pelo Senado Federal. Of. SM 224/90
		PLS 406, de 1989	PL 5709, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
12	266/2005	PLC 19, de 1990	PL 2082, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 37, de 1990	PL 3690, de 1989	Arquivado. Art. 105 R.I.
		PLC 52, de 1990	PL 6763, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 84, de 1990	PL 1523, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
13	267/2005	PLS 62, de 1990	PL 200, de 1991	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 118, de 1990	PL 5942, de 1990	CCJC - aguardando designação de Relator
		PLS 125, de 1990	PL 3875, de 1993	Aguardando remessa ao arquivado. Remetido à sanção pelo Senado Federal. Transformado na Lei 10295/01
14	268/2005	PLS 166, de 1990	PL 5941, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 05, de 1991	PL 4796, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 41, de 1991	PL 1626, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 83, de 1991	PL 2605, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 87, de 1991	PL 2838, de 1989	CCJC - Pronto para pauta
15	269/2005	PLS 12, de 1991	PL 913, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 17, de 1991	PL 2902, de 1992	CCTCI - aguardando Parecer
		PLS 28, de 1991	PL 1048, de 1991	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 146/01
		PLS 42, de 1991	PL 1587, de 1991	CCJC - Pronto para pauta



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 354, DE 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I

Disposições gerais

Art. 1º. - Para os efeitos desta Lei, considera-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º. - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - Lixo de tipo domiciliar ou não-séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - Lixo séptico - materiais que constituem risco biológico por conterem patógenos em quantidade ou concentração suficientes para causar risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) materiais infecciosos ou contaminados - aqueles provenientes das unidades e serviços de atendimento a clientes, laboratórios, salas de cirurgia e de autópsia, alas de isolamento, e demais materiais que entrem em contato com pacientes ou animais, real ou potencialmente infectados, portadores, inoculados ou sofrendo de doença infecciosa, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluidos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

PLS Nº 354 de 1989

Fls. 81

transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes - agulhas, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares - restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radioativo - resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásicos - drogas citotóxicas e antineoplásicas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes - resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados - recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 30. - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde, assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatorios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários, neles compreendidos clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológicas, compreendendo laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza classificáveis segundo dispõe o art. 20.

Art. 40. - Cada uma das categorias de resíduos regulamentadas no art. 20. serão separadas e acondicionadas, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 10. Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelho sobre fundo branco.

§ 20. O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das obrigações dos estabelecimentos geradores de resíduos

Art. 50. - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria (art. 30.) a serem processadas na fonte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo;

III - a manutenção de suportes, recipientes, contenedores e meios de transporte interno adequados;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo este último o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes do sistema de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

a) definição de diretrizes;

b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;

c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

PLS Nº 354 de 1989

Fls. 82

d) normalização de procedimentos internos ao estabelecimento;

e) treinamento e supervisão de pessoal;

f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;

g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;

h) programação para situações de emergência e outras contingências.

Parágrafo único. Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

Art. 60. - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 40.

Art. 70. - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 60.

Art. 80. - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 30.

Art. 90. - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100 °C (cem graus Celsius) por 60 (sessenta) minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, 72 (setenta e duas) horas.

Art. 10. - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 30, está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria no. 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11. - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental no. 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental no. 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12. - O lixo especial, exceto os materiais ra-

diativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único. Sua coleta, transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;

II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerando-se apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.

TÍTULO III

Das obrigações da administração municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde; e

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 30, em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único. Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º. - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

PLS Nº 354 de 84 VO

Fls.

83

10

em sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 20. - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;
- c) controle periódico de condições de saúde.

§ 30. - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no mínimo, a cada 72 (setenta e duas) horas.

§ 40. - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 20., não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 60.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal.

Parágrafo único. A instalação e a operação de tais equipamentos ficam sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com os estabelecidos na Portaria no. 231, de 27/04/76, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - Fica a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indica a adoção de soluções individualizadas.

Parágrafo único. Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das infrações a esta Lei e sanções cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 30., contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa.

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa.

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa.

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa.

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa.

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa.

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a 72 (setenta e duas) horas:

Pena - advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária.

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena - multa.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta Lei

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

PLS Nº 354 de 1980

Fls. 84

são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados quer à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre 10 (dez) e 50 (cinquenta) BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único. A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO V

Disposições finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, 10 (dez) anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a

fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O lixo hospitalar, tecnicamente denominado "resíduos de serviços de saúde", é a ponta de um iceberg representado pelo sério e crescente problema da produção, tratamento e destino do lixo urbano. Um problema que não é só nacional, mas que também afeta os países desenvolvidos, a ponto de o organismo federal de proteção ambiental americano reconhecer, em publicação de 1988, que "este permanece um importante e não resolvido dilema nacional".

Nos Estados Unidos, leis federais sobre a matéria são recentes (Medical Waste Tracking Act, de 1988), da mesma forma que na Inglaterra (Public Health Acts and the Civil Government Act, de 1982) e na França.

É razoável prever que os resíduos dos serviços de saúde possam representar perigos para a saúde; no entanto, os estudos disponíveis estão mostrando, ao contrário, que o lixo doméstico é, geralmente, mais perigoso. Não existe evidência epidemiológica de que o lixo hospitalar seja mais infeccioso que o doméstico ou que tenha sido causa ou fonte de doença nas comunidades dos países desenvolvidos em decorrência de seu destino inapropriado. Existem, sim - e são importantes - relatos de risco ocupacional. Isto é, o lixo hospitalar é perigoso e causa frequentemente doenças nos trabalhadores que manuseiam estes resíduos.

De qualquer forma, pela sua natureza agressiva quando disposto inadequadamente à vista do público em geral e sujando e contaminando ruas, praias, rios, lagoas e o próprio mar - o que vem acontecendo tanto em nosso País como em outras partes - os resíduos de serviços de saúde passaram, nos Estados Unidos, na Europa e em nosso País, a ser uma crescente preocupação pública e a receber espaços na imprensa e nos parlamentos.

Estão, assim, muito ligados os problemas do manejo dos resíduos de serviços de saúde e o controle da qualidade do ar atmosférico, de mananciais de água e de praias.

Em nosso País, na grande maioria das cidades, o poder público municipal continua não dando atenção adequada ao problema e, desde o ponto de vista legal, ele tem sido tratado apenas parcialmente, através de portarias ministeriais e raras leis municipais. As melhores experiências - que aproveitamos nesta proposição - são das municipalidades de Curitiba, Belo Horizonte e Natal e dos programas de controle de infecção hospitalar do Ministério da Saúde e de alguns hospitais por todo o País.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

PIS Nº 354 de 1484

Fls. 85

De qualquer forma, são pouquíssimos os municípios que dispensam cuidados ao lixo hospitalar. Na grande maioria das nossas cidades, os resíduos são abandonados a céu aberto pelos serviços e misturado com o lixo domiciliar. Não há coleta regular nem diferenciada pela administração pública municipal e lhes é dado destino final nos chamados "lixões".

Creio ser chegado o momento de encaminharmos a solução deste grave e crescente problema pela promulgação de uma lei federal sobre a matéria. Uma lei que - segundo recomendações da Organização Mundial da Saúde - restrinja-se aos princípios básicos, induzindo os serviços e municipalidades a adotar os sistemas que melhor se lhes adaptem.

É esta a proposição que gostaria de ver acatada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1989.


Senador Francisco Rollemberg
PMDB-SP

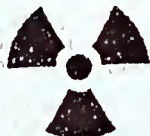
PROJETO DE LEI DO SENADO No. 100, de 1989

ANEXO

**SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ADVERTÊNCIA DE MATERIAIS PERIGOSOS
PARA EMBALAGENS DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**



**SÍMBOLO INDICATIVO
MATERIAL INFECIOSO
(RISCO BIOLÓGICO)**



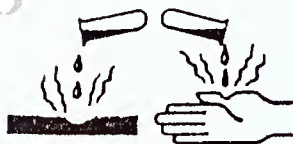
**SÍMBOLO INDICATIVO
DE MATERIAL RADIATIVO**



SÍMBOLO INDICATIVO
DE SUBSTANCIA TÓXICA



SÍMBOLO INDICATIVO DE
MATERIAIS OU SUBSTÂNCIAS
INFLAMÁVEIS



SÍMBOLO INDICATIVO DE
SUBSTANCIA CORROSIVA



SÍMBOLO INDICATIVO
DE MATERIAL EXPLOSIVO

A Comissão de Assuntos Sociais - decisão terminativa

TERMO DE ARQUIVAMENTO - DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354
DE 1489

Contém este processo 86 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 181, do Regulamento Administrativo (Resolução 056/2002), estando o mesmo com sua tramitação concluída.

SSARQ, 06 de fevereiro de 2007

Alcino
Responsável pelo preenchimento

Conferido,

SSARQ, 06 de FEVEREIRO de 2007

Luís Sérgio de Vasconcelos
Chefe do Serviço de Arquivo Legislativo.

Luís Sérgio de Vasconcelos
Chefe do Serviço de
Arquivo Legislativo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 235/10/PS-GSE

Brasília, 24 de março de 2010.

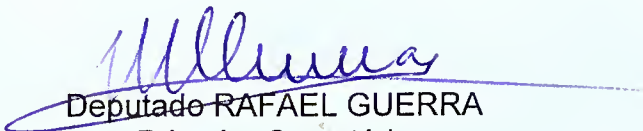
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, do Senado Federal (PLS Nº 354/89 na Casa de origem), aprovado na Sessão Plenária do dia 10.03.10, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências."

Atenciosamente,


Deputado RAFAEL GUERRA
Primeiro-Secretário

Recebido em 24/03/10
Hora 14h30
Mariano Machado - Mat 38262
SCLSE-SGM

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SCD nº 354 / 1989
Fls. 88

✓
24.03.10

As
Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania;

Comissão de Assuntos
Econômicos;

Comissão de Assuntos
Sociais; e

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do
Consumidor e Fiscalização e Controle

em 25.03.2010

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 203-A de 1991 do
Senado Federal (PLS Nº 354/89 na Casa
de origem), que dispõe sobre o acondi-
cionamento, a coleta, o tratamento, o
transporte e a destinação final dos
resíduos de serviços de saúde.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Institui a Política Nacional de Resí-
duos Sólidos; altera a Lei nº 9.605,
de 12 de fevereiro de 1998; e dá ou-
tras providências.

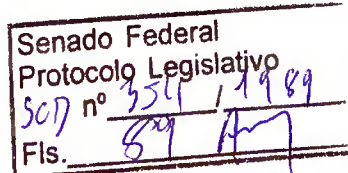
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Re-
síduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e
instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão
integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os
perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder pú-
blico e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pes-
soas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, res-
ponsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos
sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão inte-
grada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.



§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis n.ºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

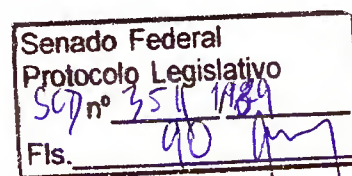
Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordos setoriais: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;



V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

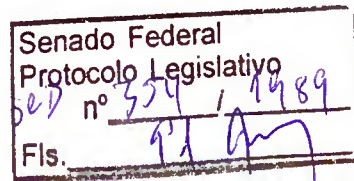
VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com



plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

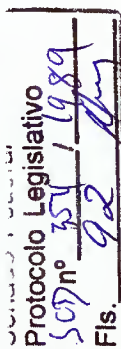
XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas na transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em socieda-

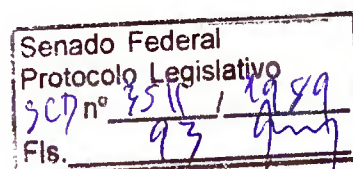


de, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.



TÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

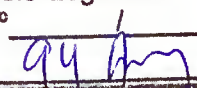
Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - os princípios da prevenção e da precaução;
- II - os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>94</u> 

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do Planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
Setor nº 354 / 1989
Fls. 95

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas na cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

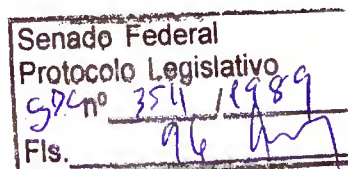
a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos proces-



sos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluída a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SD nº 351/2989
Fls. 97

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR;

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental;

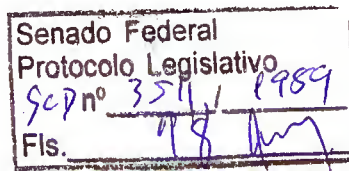
d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA;

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas na elevação das escalas de aproveitamento e na redução dos custos envolvidos.



TÍTULO III
DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental, após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no § 1º e nas demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

Senado Federal
Protocolo Legislativo
Seq nº 3541/1989
Fls. 99

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do caput deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - Sinir, articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
Scpnº 334/1989
Fls. 100

c) resíduos sólidos urbanos: os resíduos englobados nas alíneas a e b;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas b, e, g, h e j;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea c;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrosilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: resíduos que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saú-

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SEP nº 354 / 1989
Fls. 101

de pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: resíduos não enquadrados na alínea a.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea d do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Será assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos e controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SD nº 359 / 8989
Fls. 102

Seção II
Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

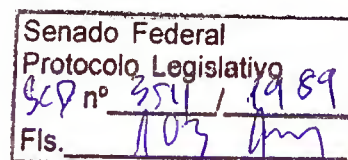
IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados às ações e a programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;



IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

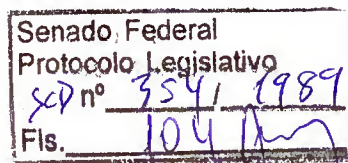
Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.



§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrosilvopastoris, ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

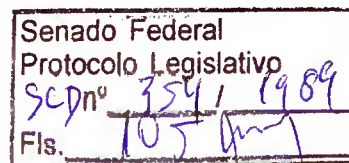
II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;



VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, prever:

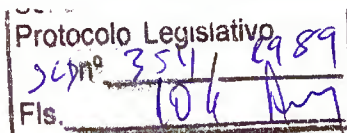
a) as zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) as áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de



regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não exclui nem substitui qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

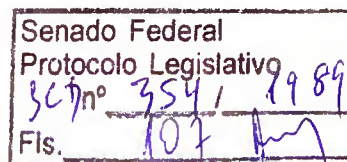
§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV
Dos Planos Municipais de Gestão
Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;



II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

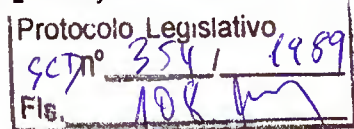
I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final am-



bientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições da legislação federal e estadual pertinente;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados à sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial, se houver, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SCD nº 354 / 1989
Fls. 109

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto no caput e observado o disposto no § 2º.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

Protocolo Legislativo
354/1989
Fls. 110

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

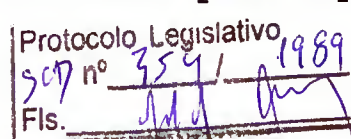
§ 4º A existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas na utilização racional dos recursos ambientais, no combate a todas as formas de desperdício e na minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não pode ser utilizada para impe-



dir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

↳ § 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XVIII do caput, pode ser dispensado da elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Seção V Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas e, f, g e k do inciso I do art. 13;

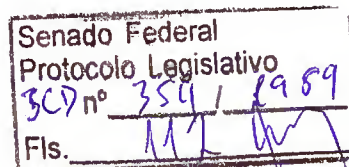
II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea j do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;



V - os responsáveis por atividades agrosilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

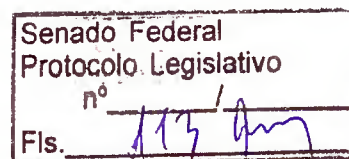
a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;



VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 30;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da

Protocolo Legislativo
SCP nº 354 / 1989
Fls. 114

disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

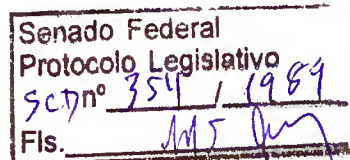
§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.



CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas a assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____ / _____
Fls. _____

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares, ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13, tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas em minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

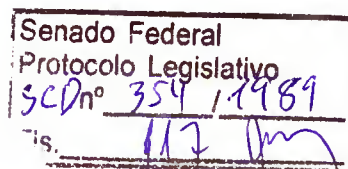
Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Seção II Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. Fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;



II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas em fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

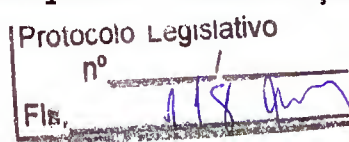
I - investir no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou à outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgar informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolher os produtos e os resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final



ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - comprometer-se, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, a participar das ações previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

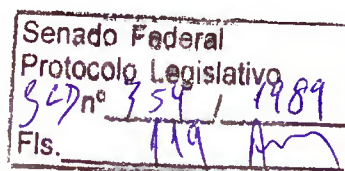
§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no *caput*.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou forneça materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. Estão obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço



público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

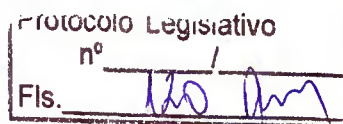
V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comer-



ciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo consoante o estabelecido neste artigo, podendo adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a IV do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
nº	121
Fls.	

de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do caput do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

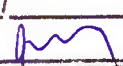
§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Federal	
Legislativo	
nº	122
Fls.	

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou outras formas de associação

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 123 / <i>Am</i>

de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no inciso II do *caput* é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS


Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no *caput* será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no *caput* necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o *caput* é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>124</u> 

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no

Protocolo Legislativo
nº 125
Fls. 125

caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no caput considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados a promover a descontaminação de áreas órfãs.

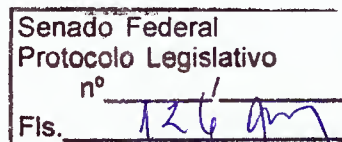
Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;



III - implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do caput do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas a tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal para:

I - as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>137</u>

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - as empresas dedicadas a limpeza urbana e atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.


Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>128</u> 

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

~~CIV~~ Art. 48. Fica proibida a disposição final de rejeitos, incluída a instalação de aterros sanitários ou industriais, em Unidades de Conservação reguladas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como em áreas de preservação permanente ou de proteção de mananciais.

Parágrafo único. Mediante autorização prévia do órgão ambiental competente, podem ser excetuadas da proibição do disposto no caput as Áreas de Proteção Ambiental, desde que compatível com o plano de manejo da unidade.

Art. 49. Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 50. Fica proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente e à saúde pública, animal e sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 51. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 52. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e seu regulamento.

Art. 53. A observância do disposto no caput do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 54. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 130

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento;

III - dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com esta Lei.

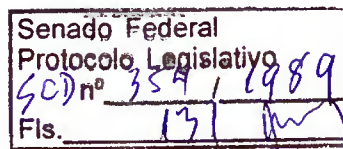
....." (NR)

Art. 55. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos constantes, respectivamente, das Seções III e IV do Capítulo II do Título III desta Lei, poderão definir prazo diferente do previsto no caput, com o objetivo de adequá-lo às condições e necessidades de cada região.

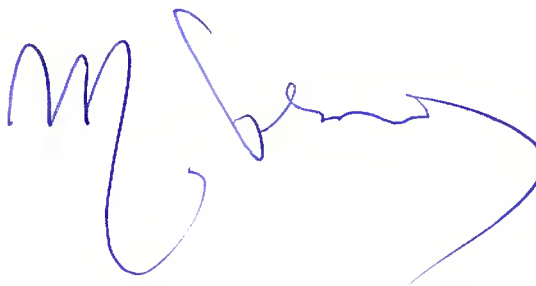
Art. 56. O disposto nos arts. 16 e 18 entrará em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 57. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do caput do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.



Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de Março de 2010.



Senado Federal
Protocolo Legislativo
SCP nº 339/1989
Fls. 132



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI N° 203-B DE 1991 DO SENADO FEDERAL
(PLS N° 354/89 na Casa de origem)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei n° 203-A de 1991 do
Senado Federal (PLS N° 354/89 na Casa
de origem), que dispõe sobre o acondi-
cionamento, a coleta, o tratamento, o
transporte e a destinação final dos
resíduos de serviços de saúde.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Institui a Política Nacional de Resí-
duos Sólidos; altera a Lei n° 9.605,
de 12 de fevereiro de 1998; e dá ou-
tras providências.

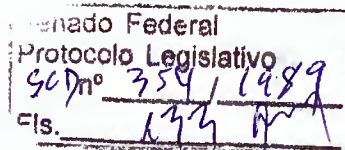
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1° Esta Lei institui a Política Nacional de Re-
síduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e
instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão
integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os
perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder pú-
blico e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1° Estão sujeitas à observância desta Lei as pes-
soas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, res-
ponsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos
sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão inte-
grada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.





§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordos setoriais: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 134



V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com



plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas na transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em socieda-

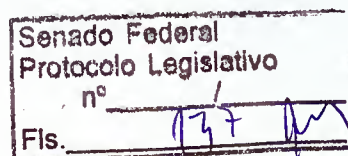


de, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.





TÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

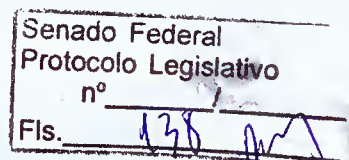
Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - os princípios da prevenção e da precaução;
- II - os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;





V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do Planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº
Fls. 138



VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas na cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos proces-

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 140



...sos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluída a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. _____



X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR;

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA;

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas na elevação das escalas de aproveitamento e na redução dos custos envolvidos.



TÍTULO III
DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental, após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no § 1º e nas demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 143



I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do caput deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - Sinir, articulado com o Sinisa e o Sinima.

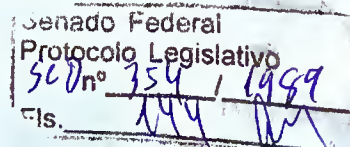
Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;





c) resíduos sólidos urbanos: os resíduos englobados nas alíneas a e b;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas b, e, g, h e j;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea c;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrosilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: resíduos que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saú-



de pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: resíduos não enquadrados na alínea a.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea d do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Será assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos e controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.



Seção II
Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados às ações e a programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SCD nº 359 / 1989
Fls. 147



IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.



§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrosilvopastoris, ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

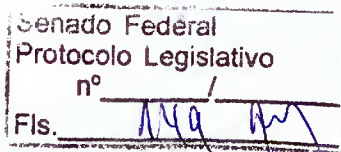
II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;





VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, prever:

a) as zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) as áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de



regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não exclui nem substitui qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

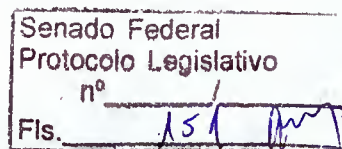
§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;





II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final am-



bientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições da legislação federal e estadual pertinente;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

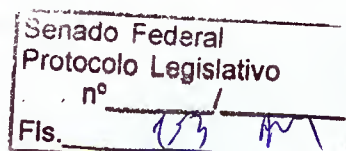
IX - programas e ações de capacitação técnica voltados à sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial, se houver, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;





XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto no caput e observado o disposto no § 2º.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:



I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas na utilização racional dos recursos ambientais, no combate a todas as formas de desperdício e na minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não pode ser utilizada para impe-



dir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XVIII do caput, pode ser dispensado da elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. XIX

Seção V
Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas e, f, g e k do inciso I do art. 13;

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea j do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;



V - os responsáveis por atividades agrosilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. _____



VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 30;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da

Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 158



disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

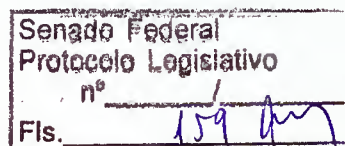
§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.





CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

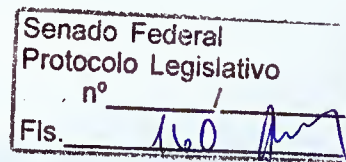
Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas a assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.





Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares, ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13, tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas em minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

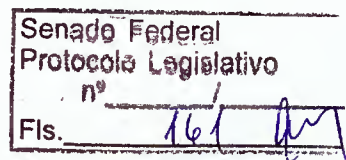
Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. Fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;





II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas em fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investir no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou à outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgar informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolher os produtos e os resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final

Protocolo Legislativo
nº
Fls. 162



ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - comprometer-se, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, a participar das ações previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou forneça materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. Estão obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço



público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comer-



ciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo consoante o estabelecido neste artigo, podendo adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a IV do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º. VI

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se



de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do *caput* do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.



Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no *caput*, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do *caput*, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou outras formas de associação

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº <u>1</u>
Fls. <u>167</u> <i>Am</i>



de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no inciso II do caput é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no caput será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no caput necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o caput é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>168</u> <u>Am</u>



Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no

Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. 169



caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no caput considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados a promover a descontaminação de áreas órfãs.

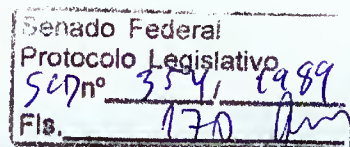
Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;





III - implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do caput do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas a tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal para:

I - as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____ / _____
Fls. _____



II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - as empresas dedicadas a limpeza urbana e atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

Senado Federal
Protocolo Legislativo
500 nº 359 / 2089
Fls. 171



III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art. 48. Fica proibida a disposição final de rejeitos, incluída a instalação de aterros sanitários ou industriais, em Unidades de Conservação reguladas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como em áreas de preservação permanente ou de proteção de mananciais.

Parágrafo único. Mediante autorização prévia do órgão ambiental competente, podem ser excetuadas da proibição do disposto no caput as Áreas de Proteção Ambiental, desde que compatível com o plano de manejo da unidade.

Art. 49. Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>172</u> <i>[assinatura]</i>



Art. 50. Fica proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente e à saúde pública, animal e sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 51. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 52. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e seu regulamento.

Art. 53. A observância do disposto no *caput* do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 54. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

Protocolo Legislativo
nº <u>173</u>
Fls. <u>173</u>



§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento;

III - dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com esta Lei.

.....”(NR)

Art. 55. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos constantes, respectivamente, das Seções III e IV do Capítulo II do Título III desta Lei, poderão definir prazo diferente do previsto no caput, com o objetivo de adequá-lo às condições e necessidades de cada região.

Art. 56. O disposto nos arts. 16 e 18 entrará em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 57. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do caput do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº _____
Fls. <u>174</u>



Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2010.

Deputado DR. NECHAR
Relator

Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento


Nova Pesquisa


Proposição: PL-203/1991 **Autor:** Senado Federal - Francisco Rollemberg - PFL /SE**Data de Apresentação:** 01/04/1991**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência art. 155 RICD**Proposição Originária:** PLS-354/1989**Situação:** SEAUT(SGM): Aguardando Autógrafos na Mesa.**Ementa:** Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

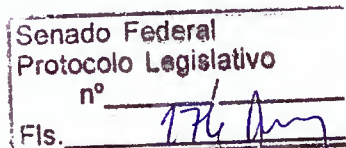
Indexação: Normas, acondicionamento, coleta, tratamento, transporte, destinação, disposição final, lixo, resíduos sólidos, lixo hospitalar, laboratório, análise biológica, farmácia, drogaria, consultório médico, dentista, serviço de veterinária, medicina legal, medicina nuclear, material radioativo, drogas, medicamentos, tóxico, embalagem, aerosol, incineração, inspeção, instalações, equipamentos, limpeza pública, vigilância epidemiológica, treinamento, pessoal, utilização, equipamento de proteção individual. _Requisitos, reaproveitamento, resíduos sólidos, material hospitalar, agricultura, pecuária. _Proibição, lançamento, resíduos sólidos, serviço de saúde, curso d'água, lago, lagoa, rio, mar, ar livre. _Definição, responsabilidade, prefeitura, manutenção, serviço, coleta, transporte, lixo, serviço de saúde, cobrança, tarifas, penalidade, infrator. _Fixação, prazo, fabricante, equipamentos, resíduos sólidos, serviço de saúde, manutenção, produção, peças, reposição. _Autorização, empresa privada, concessionária, serviços públicos, coleta, tratamento, lixo. _Competência, órgãos, administração municipal, administração estadual, saneamento basico, preservação, meio ambiente, inspeção, fiscalização, controle, processamento, lixo, serviço de saúde.

Despacho:

14/4/2000 - DESPACHO À CSSF, CDUI, CDCMAM, CEIC E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - CONSTITUA-SE COMISSÃO ESPECIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, DO RI. (NOVO DESPACHO).

Emendas**- PLEN (PLEN)**[EMP 1/2010 \(Emenda de Plenário\) - Paulo Teixeira](#) [EMP 2/2010 \(Emenda de Plenário\) - Arnaldo Jardim](#) [EMP 3/2010 \(Emenda de Plenário\) - Arnaldo Jardim](#) [EMP 4/2010 \(Emenda de Plenário\) - Arnaldo Jardim](#) [EMP 5/2010 \(Emenda de Plenário\) - João Almeida](#) [EMP 6/2010 \(Emenda de Plenário\) - Edson Duarte](#) [EMP 7/2010 \(Emenda de Plenário\) - Lobbe Neto](#) [EMP 8/2010 \(Emenda de Plenário\) - Lobbe Neto](#) [EMP 9/2010 \(Emenda de Plenário\) - Lobbe Neto](#) [EMP 10/2010 \(Emenda de Plenário\) - Lobbe Neto](#) [EMP 11/2010 \(Emenda de Plenário\) - Lobbe Neto](#) **Pareceres, Votos e Redação Final****- PLO20391 (PL 203/91 -POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS)**[PEP 1 PLO20391 \(Parecer às Emendas de Plenário\) - Dr. Nechar](#) [PAR 1 PLO20391 \(Parecer de Comissão\)](#) [PRR 1 PLO20391 \(Parecer Reformulado\) - Cezar Silvestri](#) **Substitutos****- PLEN (PLEN)**[SSP 1 \(Subemenda Substitutiva de Plenário\) - Dr. Nechar](#) **- PLO20391 (PL 203/91 - POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS)**

[SBT 1 PLO20391 \(Substitutivo\) - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados.](#) 

Requerimentos, Recursos e Ofícios**- PLEN (PLEN)**[REQ 101/2003 \(Requerimento\) - Edson Duarte](#) [REQ 901/2003 \(Requerimento\) - José Carlos Aleluia](#) [REQ 1045/2003 \(Requerimento\) - Ronaldo Vasconcellos](#) [REQ 1759/2004 \(Requerimento\) - Lobbe Neto](#) [REQ 2927/2005 \(Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto\) - Marcos Abramo](#) [REQ 3145/2005 \(Requerimento de Apensação\) - Luciano Zica](#) [REQ 3411/2005 \(Requerimento de Desapensação\) - Leodegar Tiscoski](#) [REQ 3423/2005 \(Requerimento de Apensação\) - Max Rosenmann](#) [REQ 3461/2005 \(Requerimento de Desapensação\) - Reginaldo Lopes](#) [REQ 3471/2005 \(Requerimento de Apensação\) - Max Rosenmann](#) [REQ 338/2007 \(Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia\) - Max Rosenmann](#) [REQ 427/2007 \(Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia\) - Max Rosenmann](#) [REQ 1489/2007 \(Requerimento de Desapensação\) - Jovair Arantes](#) [REQ 1670/2007 \(Requerimento de Apensação\) - Fernando Ferro](#) [REQ 1851/2007 \(Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia\) - Luciano Castro](#) 

- REQ 1870/2007 (Requerimento de Apensação) - Manoel Junior
- REQ 2843/2008 (Requerimento de Desapensação) - Henrique Fontana
- REQ 2930/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vital do Rêgo Filho
- REQ 2942/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 3040/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 3271/2008 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 3374/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 3807/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 4311/2009 (Requerimento) - Arnaldo Jardim
- REQ 4979/2009 (Requerimento) - Arnaldo Jardim
- REQ 5335/2009 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria.
- REQ 5834/2009 (Requerimento de Desapensação) - Sarney Filho
- REQ 5985/2009 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vital do Rêgo Filho

Publicação e Erratas

- Errata de 15/04/2000
- Errata de 22/05/1999

Última Ação:

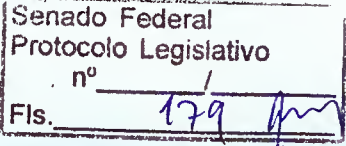
10/3/2010 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria retorna ao Senado Federal (PL 203-B/91).




Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.




Andamento:	
1/4/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO INICIAL A CCJR (ADM) E CSSF.
1/4/1991	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCN1 02 04 91 PAG 2765 COL 01.
21/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 21 A 27 06 91. DCN1 21 06 91 PAG 10724 COL 02.
21/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) RELATOR DEP ADYLSO MOTA.
27/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
3/10/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). REDISTRIBUIDO RESOLUÇÃO 10/91.
30/10/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 30 10 A 05 11 91. DCN1 30 10 91 PAG 21465 COL 01.
30/10/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATOR DEP JAMIL HADDAD. DCN1 31 10 91 PAG 21631 COL 01.
6/11/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) APRESENTAÇÃO DE OITO EMENDAS PELO DEP EDUARDO JORGE.
12/11/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF 410/91, DA CDCMAM, SOLICITANDO AUDIENCIA PARA ESTE PROJETO. DCN1 13 11 91 PAG 22765 COL 02.
20/10/1992	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OFICIO 352/92-P, DA CSSF, SOLICITANDO A RECONSTITUIÇÃO DESTE PROJETO. DCN1 21 10 92 PAG 22918 COL 01.
3/11/1992	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) REDISTRIBUIDO A RELATORA, DEP RITA CAMATA. DCN1 04 11 92 PAG 23975 COL 02.
26/2/1993	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3333/92.
18/3/1994	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

	DEFERIDO REQUERIMENTO, DO DEP SIDNEY DE MIGUEL, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 4313/93, DESTE. DCN1 19 03 94 PAG 3896 COL 01.
8/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATORA DEP RITA CAMATA. DCN1 09 03 95 PAG 2903 COL 01.
10/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES. DCN1 10 03 95 PAG 2976 COL 02.
20/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
7/4/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 50/95, DA DEP RITA CAMATA, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 3333/92, DESTE. DCN1 08 04 95 PAG 5820 COL 01.
23/11/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1094/95
23/11/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1138/95.
31/7/1996	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) DEVOLUÇÃO DO PROJETO PELA DEP RITA CAMATA, SEM SE MANIFESTAR.
8/8/1996	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP SERGIO AROUCA (AUDIENCIA). DCD 09 08 96 PAG 22281 COL 02.
27/5/1997	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3029/97.
10/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDCMAM E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
10/6/1998	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCD 22 05 99 PAG 23227 COL 02.
15/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4502/98.
15/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4511/98.
10/9/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4730/98.
9/3/1999	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATOR DEP CARLOS MOSCONI.
31/3/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 59/99.
15/4/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 203/99
14/6/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OFICIO 35/99, DA CDUI, REVENDO O DESPACHO INICIAL DADO A ESTE, PARA INCLUIR ESTA COMISSÃO, QUE DEVERA SE MANIFESTAR SOBRE O MERITO DA PROPOSIÇÃO APÓS A CSSF.
16/6/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDUI, CDCMAM (AUDIENCIA) E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
16/6/1999	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
2/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDUI, CDCMAM E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
2/12/1999	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
17/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP LUIZ BITTENCOURT, DETERMINA O ENVIO DESTE PROJETO A CDUI, PASSANDO A SER DE COMPETENCIA DO PLENARIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS (ARTIGO 52, PARAGRAFO SEXTO DO RI.
20/3/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 70/00, DO DEP CARLOS MOSCONI, SOLICITANDO O ENVIO DESTE PROJETO À CDCMAM, TENDO EM VISTA A INTEMPESTIVIDADE DO PEDIDO (ARTIGO 52, PARÁGRAFO SEXTO DO RI).
14/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF 43/00, DO DEP EMERSON KAPAZ, INCLUINDO A CEIC, COMO COMPETENTE QUANTO AO MÉRITO. EM CONSEQUÊNCIA RESOLVE CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL, DETERMINA A APENSAÇÃO DOS PL. 1814/91, PL. 4344/93, PL. 1259/95, PL. 2272/96, PL. 2949/97, PL. 3750/97, PL. 3344/98, PL. 722/99, PL. 988/99, PL. 1756/99, PL. 1760/99, PL. 1857/99, PL. 1917/99, PL. 2075/99, A ESTE E PASSANDO À COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO TODOS OS PROJETOS MENCIONADOS.
14/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)








	DESPACHO À CSSF, CDUI, CDCMAM, CEIC E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - CONSTITUA-SE COMISSÃO ESPECIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, DO RI. (NOVO DESPACHO).
25/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 2815/00
10/5/2000	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP CARLOS MOSCONI A ESTE E AOS PL. 3333/92, PL. 3029/97, PL. 4502/98 E PL. 4730/98, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO, E CONTRÁRIO AOS PL. 1094/95, PL. 1138/95, PL. 4511/98, PL. 59/99 E PL. 203/99, APENSADOS, E AS EMENDAS APRESENTADAS NA COMISSÃO.
23/5/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 193/00, DO DEP MAX ROSENMANN, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 1259/95, DESTE, POR ENTENDER QUE A APENSAÇÃO SE DEU NOS TERMOS REGIMENTAIS (ARTIGOS 142 E 143 DO RI). DCD 24 05 00 PAG 26559 COL 02.
24/5/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) ATO DA PRESIDÊNCIA: NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, PARÁGRAFO PRIMEIRO, C/C O ARTIGO 33, PARÁGRAFO PRIMEIRO, TODOS DO REGIMENTO INTERNO, ESTA PRESIDÊNCIA DECIDE CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER A ESTE PROJETO, COM A APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS E ACRESCIDO DE MAIS UM DESTINADO AO RODÍZIO ENTRE OS PARTIDOS NÃO CONTEMPLADOS. AGUARDANDO A INDICAÇÃO DOS MEMBROS PARA INSTALAÇÃO.
13/6/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OF P-92/00, DA CFT, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 999/99, A ESTE.
29/6/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF P-438/00, DA CCJR, SOLICITANDO AS APENSAÇÕES DOS PL. 1720/99, 2251/99 E 2491/00, A ESTE.
30/8/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3480/00
5/10/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3606/00.
9/11/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OF TP-293/00, DA CDCMAM, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 1724/99, A ESTE.
27/11/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF TP 293/00, DA CDCMAM, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 1724/99 A ESTE.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-3878/2000.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-3883/2000.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-4029/2001.
13/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DOS SENHORES LÍDERES NA SESSÃO DO DIA 16 06 98, QUE FORA APRESENTADO NA SESSÃO DO DIA 20 05 98, QUE SOLICITA, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGENCIA PARA O PL. 3750/97, APENSADO.
19/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4307/2001.
29/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-4136/2001.
11/4/2001	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLo20391) Recebido pela PLo20391, com os PL's 1814/91, 3480/00, 3606/00, 3878/00, 3883/00, 4029/01, 4307/01, 4136/01, apensados.
2/5/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OFÍCIO GABRV 085/01, DO DEP RONALDO VASCONCELLOS, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 3606/00, DESTE.
24/5/2001	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLo20391) Designado Relator, Dep. Emerson Kapaz
24/8/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5194/2001.
20/9/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5336/2001.
20/9/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5349/2001.
22/11/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5543/2001.
27/11/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

































	Apense-se a este o PL-5649/2001.
10/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5695/2001.
10/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5757/2001.
19/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4.329/2001. Deferido requerimento do Dep. Êmerson Kapaz solicitando a apensação.
4/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5765/2001.
13/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5974/2001.
18/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6080/2002.
22/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6149/2002.
2/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6298/2002.
10/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6483/2002.
16/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6518/2002.
22/5/2002	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Parecer do Relator, Dep. Emerson Kapaz, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela rejeição do PL-59/1999, e do PL-2491/2000, apensados, com substitutivo, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, do PL-5974/2001, do PL-6149/2002, do PL-6298/2002, do PL-732/1999, do PL-1259/1995, do PL-1633/1999, do PL-1677/1999, do PL-1724/1999, do PL-1756/1999, do PL-1857/1999, do PL-1917/1999, do PL-2075/1999, do PL-2100/1999, do PL-2216/1999, do PL-2949/1997, do PL-3606/2000, do PL-3750/1997, do PL-3878/2000, do PL-4178/1998, do PL-4344/1993, do PL-4344/1998, do PL-4398/1994, do PL-4730/1998, do PL-4029/2001, do PL-4307/2001, do PL-4992/2001, do PL-5194/2001, do PL-5336/2001, do PL-5349/2001, do PL-5543/2001, do PL-5574/2001, do PL-5649/2001, do PL-5695/2001, do PL-5807/2001, do PL-5757/2001, e do PL-5765/2001, apensados, pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6011/2001, do PL-203/1999, do PL-1138/1995, do PL-1760/1999, do PL-2817/2000, do PL-3480/2000, do PL-4511/1998, e do PL-5501/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6483/2002, do PL-6518/2002, do PL-447/1991, do PL-722/1999, do PL-1094/1995, do PL-1137/1991, do PL-1154/1991, do PL-1610/1999, do PL-1720/1999, do PL-1814/1991, do PL-2013/1999, do PL-2251/1999, do PL-2272/1996, do PL-2815/2000, do PL-2932/1992, do PL-3883/2000, do PL-4131/1989, e do PL-4136/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-988/1999, apensado, pela inadequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-1016/1999, e do PL-2254/1999, apensados, e pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL-2201/1999, do PL-3029/1997, do PL-3333/1992, do PL-3578/2000, do PL-4502/1998, e do PL-4329/2001, apensados. 
25/6/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6970/2002.
27/11/2002	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Parecer do Relator, Dep. Emerson Kapaz, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela rejeição do PL-59/1999, e do PL-2491/2000, apensados, com substitutivo, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, do PL-5974/2001, do PL-6149/2002, do PL-6298/2002, do PL-732/1999, do PL-1259/1995, do PL-1633/1999, do PL-1677/1999, do PL-1724/1999, do PL-1756/1999, do PL-1857/1999, do PL-1917/1999, do PL-2075/1999, do PL-2100/1999, do PL-2216/1999, do PL-2949/1997, do PL-3606/2000, do PL-3750/1997, do PL-3878/2000, do PL-4178/1998, do PL-4344/1993, do PL-4344/1998, do PL-4398/1994, do PL-4730/1998, do PL-4029/2001, do PL-4307/2001, do PL-4992/2001, do PL-5194/2001, do PL-5336/2001, do PL-5349/2001, do PL-5543/2001, do PL-5574/2001, do PL-5649/2001, do PL-5695/2001, do PL-5807/2001, do PL-5757/2001, e do PL-5765/2001, apensados, pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6011/2001, do PL-203/1999, do PL-1138/1995, do PL-1760/1999, do PL-2817/2000, do PL-3480/2000, do PL-4511/1998, e do PL-5501/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6483/2002, do PL-6518/2002, do PL-447/1991, do PL-722/1999, do PL-1094/1995, do PL-1137/1991, do PL-1154/1991, do PL-1610/1999, do PL-1720/1999, do PL-1814/1991, do PL-2013/1999, do PL-2251/1999, do PL-2272/1996, do PL-2815/2000, do PL-2932/1992, do PL-3883/2000, do PL-4131/1989, e do PL-4136/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-988/1999, apensado, pela inadequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-1016/1999, e do PL-2254/1999, apensados, e pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL-2201/1999, do PL-3029/1997, do PL-3333/1992, do PL-3578/2000, do PL-4502/1998, e do PL-4329/2001, apensados. 
18/2/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 101/2003, pelo Dep. Edson Duarte, que requer a constituição de Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e seus apensos. 
27/2/2003	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391)

	Devolução por força da saída do relator da comissão.
11/3/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 13/03.
11/3/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 121/03.
31/3/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) APENSE-SE A ESTE O PL-371/2003.
5/5/2003	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Desapensação do PL-371/2003 desta. Deferido Requerimento 582/03, do Sr. José Borba, solicitando a retirada do PL 371/03.
13/5/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-822/2003.
5/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1072/2003.
6/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-637/2003.
18/6/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 901/2003, pelo Dep. José Carlos Aleluia querequer a criação de Comissão Especial a fim de proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. 
25/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1169/2003.
12/8/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 1045/2003, pelo Dep. Ronaldo Vasconcellos que, requer a constituição de Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e seus apensos. 
19/8/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1619/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1724/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1765/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1787/2003.
9/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1805/2003.
26/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1980/2003.
13/10/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2120/2003.
16/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno. 
17/11/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1760/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2439/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2709/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2761/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2796/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2929/2004.
23/4/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3387/2004.
27/4/2004	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 1759/2004, pelo Dep. Lobbe Neto, que requer seja desapensado o Projeto de Lei nº 1765/2003, de



	<p>autoria da Deputada Maninha e seu apensado o Projeto Lei nº 2429/2003, de autoria do Deputado Lobbe Neto, do Projeto Lei nº 203/1991, de autoria do Senado Federal.</p>
12/5/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido Requerimento nº 1759/04, do Dep Lobbe Neto, solicitando a desapensação deste do PL nº 203/91.</p>
28/5/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3576/2004.</p>
23/6/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 2796/2003.</p>
23/9/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4173/2004.</p>
4/10/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4137/2004.</p>
26/10/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4271/2004.</p>
10/11/2004	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4356/2004.</p>
14/1/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido Requerimento nº 2390/04, do Dep. Luciano Zica, Solicitando a apensação do PL 2530/30 a este.</p>
17/1/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2530/2003.</p>
26/4/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Declaração de prejudicialidade do PL 2530/2003, tendo em vista a Lei nº 11.107, de 06 de abril 2005.</p>
23/5/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5231/2005.</p>
1/6/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação do PL 2530/2003, em face do arquivamento, nos termos do artigo 164, § 4º do RICD.</p>
9/8/2005	<p>PLENÁRIO (PLEN) 148) Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno. À Comissão de Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.</p>
10/8/2005	<p>Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PL020391) Recebimento pela PL020391, com as proposições PL-4511/1998, PL-5807/2001, PL-722/1999, PL-1720/1999, PL-3480/2000, PL-3883/2000, PL-4329/2001, PL-5336/2001, PL-5765/2001, PL-6080/2002, PL-5574/2001, PL-6518/2002, PL-121/2003, PL-5501/2001, PL-1169/2003, PL-6011/2001, PL-1610/1999, PL-2013/1999, PL-2817/2000, PL-1633/1999, PL-5231/2005, PL-4131/1989, PL-447/1991, PL-1786/2003, PL-4178/1998, PL-2100/1999, PL-4271/2004, PL-2932/1992, PL-3387/2004, PL-2120/2003, PL-2147/2003, PL-1760/2003, PL-1016/1999, PL-2201/1999, PL-4398/1994, PL-2216/1999, PL-2439/2003, PL-2440/2003, PL-2659/2003, PL-2761/2003, PL-3637/2004, PL-2929/2004, PL-2254/1999, PL-4137/2004, PL-3912/2004, PL-4344/1998, PL-5695/2001, PL-1814/1991, PL-4344/1993, PL-2272/1996, PL-3576/2004, PL-4730/1998, PL-988/1999, PL-1724/1999, PL-1137/1991, PL-1917/1999, PL-1857/1999, PL-2491/2000, PL-732/1999, PL-4029/2001, PL-2949/1997, PL-5349/2001, PL-5649/2001, PL-4123/2004, PL-6149/2002, PL-6970/2002, PL-637/2003, PL-4709/2001, PL-1595/2003, PL-1787/2003, PL-1094/1995, PL-59/1999, PL-1756/1999, PL-2815/2000, PL-3606/2000, PL-1154/1991, PL-4136/2001, PL-1760/1999, PL-5974/2001, PL-6298/2002, PL-13/2003, PL-822/2003, PL-1619/2003, PL-1805/2003, PL-4992/2001, PL-3333/1992, PL-4356/2004, PL-4502/1998, PL-203/1999, PL-1677/1999, PL-2075/1999, PL-2251/1999, PL-4173/2004, PL-3878/2000, PL-4307/2001, PL-5194/2001, PL-5543/2001, PL-5757/2001, PL-6483/2002, PL-1072/2003, PL-1724/2003, PL-1980/2003, PL-1259/1995, PL-3750/1997 apensadas.</p>
17/8/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5745/2005.</p>
30/8/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento nº 3145/05, do Dep Luciano Zica, solicitando a apensação do PL 449/03 a este. DCD 31/08/05 PÁG 42913 COL 01.</p>
31/8/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-449/2003.</p>
21/9/2005	<p>Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PL020391) Designado Relator, Dep. Ivo José (PT-MG)</p>
17/10/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6014/2005.</p>
9/11/2005	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento n.º 3411/05, do Senhor Deputado Leodegar Tiscoski, que requer a desapensação do PL 5745/05, do PL</p>

	203/91.
24/11/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 3461/2005, pelo Dep. Reginaldo Lopes e outros, que requer, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei 1259/1995, 988/1999, 1610/1999, 1677/1999, 2075/1999, 5574/2001, 5565/2001, 6011/2001, 13/2003, 637/2003, 822/2003, 1072/2003, 1169/2003, 4356/2004, 5231/2005, 6136/2005. Todos apensados ao PL 203 de 1991.
28/11/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) O PL 203/1991 e seus apensados passam a tramitar nos termos do que determina o Art. 64 § 2º da CF e Art. 155 do RICD, tendo em vista a apensação do PL 6136/2005 ao PL 449/2003, que por sua vez encontra-se apensado a este.
2/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n.º 3411/2005, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, c/c artigo 142, parágrafo único, todos do RICD.
14/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferida a Mensagem n.º 854/05 da Presidência da República, solicitando a retirada do PL 6136/05. Por consequência o PL 203/2001 e seus apensados continuam a tramitar nos termos do Art. 155 do RICD e sujeito à apreciação do Plenário.
14/12/2005	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação do parecer do relator pelo Dep. Ivo José 
22/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6402/2005. 
26/1/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6508/2006. 
23/5/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento 3461/2005, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, I, c/c art. 142, parágrafo único, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Esclarecendo-se, ainda, que o PL n. 6.136/05, mencionado no Requerimento, não se encontra mais em tramitação, em virtude da retirada da matéria pelo Autor. DCD 24 05 06 PAG 26365 COL 02. 
24/5/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-7047/2006. 
7/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Encerrada a discussão de acordo com o art. 57, XI.
21/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação de Complementação de voto pelo relator, Dep. Ivo José. 
21/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Designado Novo Relator, Dep. Feu Rosa (PP-ES) em virtude da saída do relator anterior, Dep. Ivo José, da Comissão
11/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovado o Parecer com Complementação de Voto
22/6/2006	PLENÁRIO (PLEN) Questão de Ordem nº 695/06, formulada pelo Deputado Luciano Zica, solicita a anulação do relatório do Dep. Feu Rosa, na Comissão Especial que apreciou o PL 203/01, já que o mesmo foi designado relator substituto, mesmo sendo autor do PL 6080/02, apensado ao PL 203/91.
28/6/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Decisão da Presidência dando provimento à Questão de Ordem nº 695, formulada pelo Deputado Luciano Zica, determinando a anulação dos atos praticados na Comissão Especial do PL 203/91 a partir da designação do Deputado Feu Rosa como Relator da matéria. 
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Designado Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR)
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Parecer do Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR), acatando o parecer apresentado pelo relator anterior, Dep. Ivo José.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, ressalvados os destaques e contra os votos dos Deputados César Medeiros, Orlando Desconsi, Luciano Zica e Jamil Murad

4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação de 17 destaques.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovação do destaque nº 17 de autoria do Dep. Luciano Zica, que requer a supressão do art. 23 do Substitutivo do relator.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Reformulação de voto do Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR).
20/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Parecer Reformulado, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR), pela aprovação, nos termos da Complementação de voto, com alterações causadas pela aprovação do destaque. 
1/11/2006	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". publicado no DCD de 12 11 06 PAG 03 COL 01, Letra A. Errata; DCD 07 11 06 PÁG 49267 COL 01. 
8/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Proposições sujeitas a arquivamento, nos termos do art. 54, combinado com o § 4º do art. 58 do RICD. PROJETOS DE LEI NºS: 59/99, 988/99, 1016/99, 2254/99 E 2491/00, APENSADOS, COM PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE. PROJETOS DE LEI NºS: 3333/92, 4502/98, 4511/98, 203/99, 1016/99, 1760/99, 2201/99, 2254/99, 2817/00, 3480/00, 4329/01, 4709/01, 5501/01, 6011/01, 637/03, 2147/03, 2659/03, 3637/04, 3912/04, 4271/04, 4356/04, 6375/05, 6446/05 E 6615/06, APENSADOS, COM PARECER PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 09/11/2006)
23/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.
27/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação dos PLs de nºs 3333/92, 4502/98, 4511/98, 59/99, 203/99, 988/99, 1016/99, 1760/99, 2201/99, 2254/99, 2491/00, 2817/00, 3480/00, 4329/01, 4709/01, 5501/01, 6011/01, 637/03, 2147/03, 2659/03, 3637/04, 3912/04, 4271/04, 4356/04, 6375/05, 6446/05 e 6615/06, apensados, em face do arquivamento, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD.
15/12/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1610/1999. 
15/12/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1677/1999. 
8/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 133, DE 2007, pelo Deputado(a) Edson Duarte, que solicita o desarquivamento de proposição. 
12/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 181, DE 2007, pelo Deputado(a) Nilson Mourão, que solicita o desarquivamento de proposição. 
14/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 268, DE 2007, pelo Deputado(a) Luiz Bittencourt, que solicita o desarquivamento de proposição. 
27/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 351, DE 2007, pelo Deputado(a) Dr. Nechar, que solicita o desarquivamento de proposição. 
28/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 338/2007, pelo Dep. Max Rosenmann, que "solicita a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde.""
28/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 375, DE 2007, pelo Deputado(a) Antonio Carlos Mendes Thame, que solicita o desarquivamento de proposição. 
5/3/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 427, DE 2007, pelo Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que "requer a colocação em pauta de votação do PL 203/1991". 
23/3/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-133/2007 => PEC-119/1999. DCD de 24 03 07 PÁG 12193 COL 01. 
29/3/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-181/2007. DCD de 31 03 07 PÁG

	13812 COL 01. 
12/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-268/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 13 04 07 PAG 16144 COL 01. 
18/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 787, DE 2007, pelo Deputado(a) Sandro Matos, que solicita o desarquivamento de proposição. 
19/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-351/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 20 04 07 PAG 17841 COL 01. 
20/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-375/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 21 04 07 PAG 18254 COL 01. 
9/5/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-787/2007 porquanto a proposição não foi arquivada. DCD 10 05 07 PAG 22123 COL 01. 
12/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 1.348, DE 2007, pelo Deputado(a) Enio Bacci, que solicita o desarquivamento de proposição. 
17/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-1348/2007 => REQ-1/2007 CFT porquanto a proposição não foi arquivada. DCD de 18 07 07 PÁG 36839 COL 01. 
21/8/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento nº 1489/2007, pelo Deputado Jovair Arantes, que solicita a desapensação do Projeto de Lei 520/2007 dos PL's 5.194/01 e 203/91.
30/8/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento de Desapensação, Req. 1489/07, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, eis que a apensação se deu na forma regimental. Publique-se. Oficie-se." DCD de 31/8/07 PÁG 43847 COL 01. 
13/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 1670/2007, pelo Deputado Fernando Ferro, que solicita que o PL 203, de 1991, seja apensado ao PL 1991, de 2007. 
14/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento de Apensação, REQ 1670/07, conforme despacho do seguinte teor: Defiro. Apense-se ao PL 203/91 o PL 1991/07. Oficie-se e, após, publique-se. DCD de 19 09 07 PÁG 47725 COL 02. 
8/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2143/2007. 
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 1851/2007, pelo Deputado Luciano Castro (PR-RR), que Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados do PL nº 203, de 1991, do Senado Federal, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. 
17/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento n. 1870/2007, pelo Deputado Manoel Junior, que "Requer, com base no artigo 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Projeto de Lei nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, seja apensado ao Projeto de Lei nº 1966, de 2007, do Senhor Homero Pereira, e ao PL 203 de 1991, do Senado Federal.
23/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prejudicado o Requerimento n.º 1870/07, conforme despacho do seguinte teor: "Prejudicado, visto que as Proposições já tramitam em conjunto. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se." DCD de 24/10/07 PÁG 56501 COL 02. 
16/11/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2373/2007. 
16/11/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2388/2007. 
30/1/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2659/2007. 
15/4/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3152/2008. 
13/5/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3341/2008. 
4/6/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2843/2008, pelo Deputado Henrique Fontana (PT-RS), que requer, nos termos regimentais, o

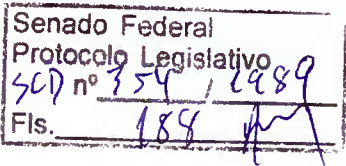
	desapensamento do Projeto de Lei 3341 de 2008 apenso ao PL 203 de 1991 pelos motivos que se segue.
4/6/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) ATO DA PRESIDÊNCIA constituindo Grupo de Trabalho destinado a examinar, no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao PL 203/91, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. DCD de 06/06/08 PÁG 25636 COL 01.
24/6/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2930 de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que requer a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde."B).
1/7/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2942, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao PL 203/91, que solicita prorrogação do prazo por 30 dias.
8/7/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o REQ 2942/08, conforme despacho: "Defiro. Publique-se." DCD de 09/07/08 PÁG 31806 COL 02.
1/8/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3040/2008, oelo Grupo de Trabalho,que solicita prorrogação do prazo para o Grupo de Trabalho.
12/8/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o REQ 2843/08, conforme seguinte despacho: "Indefiro a solicitação de desapensação, haja vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, inciso I, do RICD. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."
28/10/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3271, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que solicita prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias, a partir de 18.09.08.
13/11/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3374, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar , no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 199, que solicita prorrogação do prazo.
17/12/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso letra A - em virtude de apensações. REP: Suplemento nº 216 ao DCD 18 12 08 PAG 03 COL 01, Letra A.
17/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3807/2008, que solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho. DCD de 20/12/08 PÁG 61953 COL 02.
30/1/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4532/2008.
10/3/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do REQ 4311/2009, pelo Dep. Arnaldo Jardim e outros, que "solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho."
3/6/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5272/2009.
7/6/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do REQ 4979/2009, pelo Dep. Arnaldo Jardim e outros, que "solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos." DCD de 11/06/09 PÁG 28688 COL 02.
19/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 5335/2009, que Requer a prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho.. DCD de 20/08/09 PÁG 42187 COL 01.
7/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 5657/09, pelo Deputado Guilherme Campos, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 2074 de 2007 e 203 de 1991.
14/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6157/2009.
21/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o REQ 5657/09, conforme despacho do seguinte teor: DEFIRO, nos termos do art. 142 do RICD. Com efeito, promova-se a apensação do Projeto de Lei n. 2.074/07 ao Projeto de Lei n. 203/91. Oficie-se. Publique-se. DCD 22 10 09 PAG 58385 COL 01.
9/11/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 5834/2009 pelo Deputado Sarney Filho (PV-MA), que requer a desapensação do Projeto de Lei nº 6.157, de 2009, do Projeto de Lei nº 203, de 1991.
12/11/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6360/2009.
13/11/2009	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Recebido Relatório Final do Grupo de Trabalho destinada a examinar o parcer da Comissão Especial a este, concluindo pela

	apresentação, em Plenário, de subemenda substitutiva global ao substitutivo aprovado pela Comissão Especial.
20/11/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o REQ 5834/09, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o pedido de desapensação do PL n. 6.157/09 do PL n. 203/91, porquanto a decisão para tramitação conjunta das proposições obedeceu ao disposto no art. 142 do RICD, estando a conexão caracterizada pelo fato de os mencionados projetos de lei versarem sobre a eliminação de resíduos sólidos. Oficie-se. Publique-se".
2/12/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 5985 de 2009, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário, do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde." 
5/3/2010	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso letra A, em virtude de apensações.
9/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
9/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Extraordinária - 22:10).
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. Onyx Lorenzoni, na qualidade de Líder do DEM, o Requerimento que solicita a retirada de pauta deste projeto.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelo autor, Dep. Luiz Carreira, na qualidade de Líder do DEM, os Requerimentos que solicitam o adiamento da discussão por duas sessões e que a discussão seja feita por grupo de artigos.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) O projeto foi emendado. Foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1 a 11.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Designado Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP), para proferir o parecer pela Comissão Especial às Emendas de Plenário.
10/3/2010	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PL020391) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP), pela Comissão Especial, que conclui pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1, 6, 8 e 10, na forma da Subemenda Substitutiva Global de Plenário apresentada, e pela rejeição das demais Emendas. 
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelo autor, Dep. Luiz Carreira, na qualidade de Líder do DEM, os Requerimentos que solicitam o adiamento da votação por duas sessões e que a votação seja feita artigo por artigo.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. José Genoíno, na qualidade de Líder do PT, o Requerimento que solicita preferência (destaque) para votação da Emenda de Plenário nº 1.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. Antonio Carlos Mendes Thame, na qualidade de Líder do PSDB, o Requerimento que solicita preferência (destaque) para votação da Emenda de Plenário nº 2.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do DEM para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Subemenda Substitutiva Global de Plenário oferecida pelo Relator da Comissão Especial.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, ficam prejudicados: o projeto inicial; os PLs nºs 4.131/89, 447/91, 1.137/91, 1.154/91, 1.814/91, 2.932/92, 4.344/93, 4.398/94, 1.094/95, 1.259/95, 2.272/96, 2.949/97, 4.178/98, 4.730/98, 4.344/98, 722/99, 732/99, 1.610/99, 1.633/99, 1.677/99, 1.720/99, 1.724/99, 1.756/99, 1.857/99, 1.917/99, 2.013/99, 2.075/99, 2.100/99, 2.216/99, 2.251/99, 2.815/00, 3.606/00, 3.878/00, 3.883/00, 4.029/01, 4.136/01, 4.307/01, 4.992/01, 5.194/01, 5.336/01, 5.349/01, 5.543/01, 5.757/01, 5.574/01, 5.649/01, 5.695/01, 5.765/01, 5.807/01, 5.974/01, 6.080/02, 6.149/02, 6.298/02, 6.483/02, 6.518/02, 6.970/02, 13/03, 121/03, 449/03, 822/03, 1.169/03, 1.072/03, 1.595/03, 1.619/03, 1.724/03, 1.760/03, 1.786/03, 1.787/03, 1.805/03, 1.980/03, 2.120/03, 2.439/03, 2.440/03, 2.761/03, 2.929/04, 3.387/04, 3.576/04, 3.750/97, 4.123/04, 4.137/04, 4.173/04, 5.231/05, 5.745/05, 6.014/05, 6.402/05, 6.373/05, 6.508/06, 7.047/06, 320/07, 329/07, 433/07, 520/07, 904/07, 1.059/07, 1.494/07, 1.745/07, 1.966/07, 1.991/07, 2.061/07, 2.074/07, 2.075/07, 2.076/07, 2.115/07, 2.116/07, 2.143/07, 2.267/07, 2.305/07, 2.373/07, 2.388/07, 2.428/07, 2.497/07, 2.653/07, 2.659/07, 2.707/07, 2.735/08, 2.882/08, 2.885/08, 2.928/08, 3.152/08, 3.209/08, 3.341/08, 3.466/08, 3.636/08, 3.795/08, 3.825/08, 4.015/08, 4.070/08, 4.177/08, 4.193/08, 4.195/08, 4.323/08, 4.349/08, 4.532/08, 4.656/09, 4.839/09, 4.965/09, 5.047/09, 5.272/09, 6.235/09, 6.315/09, 5.381/09, 5.573/09, 5.626/09, 5.860/09, 5.975/09, 6.157/09, 6.360/09, 6.423/09, 6.560/09, 6.599/09, 6.617/09 e 6.673/09, apensados; os Substitutivos adotados pela Comissão Especial e pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Seguridade Social e Família; as Emendas de Plenário; as Emendas das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação; e as Subemendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP).
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) A matéria retorna ao Senado Federal (PL 203-B/91).
11/3/2010	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação automática dos PLs nºs 1.814/91 (1.137/91 (1.154/91), 2.932/92, 4.131/89 e 447/91), 4.344/93 (4.398/94), 1.094/95, 1.259/95 (2.305/07 e 5.574/01), 2.272/96, 2.949/97, 3.750/97 (4.195/08), 4.730/98, 4.344/98 (4.178/98 (2.061/07 e 5.860/09), 732/99, 1.595/03, 2.267/07, 2.428/07, 2.440/03, 2.882/08, 3.466/08, 4.323/08 e 6.673/09), 722/99, 1.610/99, 1.677/99, 1.720/99 (5.381/09), 1.724/99 (4.992/01, 5.807/01 (4.123/04), 3.795/08, 3.825/08), 1.756/99 (6.373/05), 1.857/99 (2.013/99, 1.745/07, 4.839/09 e 5.626/09), 1.917/99 (1.633/99, 2.100/99 e 2.216/99), 2.075/99 (3.636/08), 2.251/99, 2.815/00, 3.606/00, 3.878/00, 3.883/00, 4.029/01, 4.136/01, 4.307/01, 5.194/01 (520/07 (2.707/07 e 6.423/09), 5.336/01, 5.349/01, 5.543/01, 5.757/01, 5.649/01, 5.695/01, 5.765/01, 5.974/01, 6.080/02, 6.149/02, 6.298/02, 6.483/02, 6.518/02, 6.970/02, 13/03, 121/03 (1.494/07), 449/03 (6.315/09), 822/03, 1.169/03, 1.072/03, 1.619/03, 1.724/03, 1.760/03 (1.786/03 (2.885/08, 2.928/08 (5.975/09), 320/07, 329/07, 433/07, 4.656/09, 4.965/09, 5.047/09, 904/07 (2.497/07 (2.735/08 e 4.177/08), 4.070/08, 4.193/08, 4.349/08))), 1.787/03, 1.805/03, 1.980/03, 2.120/03, 2.439/03, 2.761/03, 2.929/04 (3.209/08, 5.573/09 (6.560/09 e 6.617/09) e 6.599/09), 3.387/04, 3.576/04, 4.137/04, 4.173/04, 5.231/05, 5.745/05 (1.059/07), 6.014/05, 6.402/05, 6.508/06, 7.047/06 (2.653/07), 1.966/07, 1.991/07, 2.074/07 (2.075/07 (2.116/07), 2.076/07 (2.115/07) e 4.015/08), 2.143/07, 2.373/07, 2.388/07, 2.659/07, 3.152/08, 3.341/08, 4.532/08, 5.272/09 (6.235/09), 6.157/09 e 6.360/09 deste, em face do arquivamento dos mesmos.
12/3/2010	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Autos à Seção de Autógrafos

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa



Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

Proposição: **PL-203/1991** 

Autor: Senado Federal - Francisco Rollemberg - PFL /SE

Data de Apresentação: 01/04/1991

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência art. 155 RICD

Proposição Originária: **PLS-354/1989**

Situação: SEAUT(SGM): Aguardando Autógrafos na Mesa.

Ementa: Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

Indexação: Normas, acondicionamento, coleta, tratamento, transporte, destinação, disposição final, lixo, **resíduos sólidos**, lixo hospitalar, laboratório, análise biológica, farmácia, drogaria, consultório médico, dentista, serviço de veterinária, medicina legal, medicina nuclear, material radioativo, drogas, medicamentos, tóxico, embalagem, aerosol, incineração, inspeção, instalações, equipamentos, limpeza pública, vigilância epidemiológica, treinamento, pessoal, utilização, equipamento de proteção individual. _Requisitos, reaproveitamento, resíduos sólidos, material hospitalar, agricultura, pecuária. _Proibição, lançamento, resíduos sólidos, serviço de saúde, curso d'água, lago, lagoa, rio, mar, ar livre. _Definição, responsabilidade, prefeitura, manutenção, serviço, coleta, transporte, lixo, serviço de saúde, cobrança, tarifas, penalidade, infrator. _Fixação, prazo, fabricante, equipamentos, resíduos sólidos, serviço de saúde, manutenção, produção, peças, reposição. _ Autorização, empresa privada, concessionária, serviços públicos, coleta, tratamento, lixo. _Competência, órgãos, administração municipal, administração estadual, saneamento básico, preservação, meio ambiente, inspeção, fiscalização, controle, processamento, lixo, serviço de saúde.






Despacho:

14/4/2000 - DESPACHO À CSSF, CDUI, CDCMAM, CEIC E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - CONSTITUA-SE COMISSÃO ESPECIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, DO RI. (NOVO DESPACHO).

- PLEN (PLEN)

SSP 1 (Subemenda Substitutiva de Plenário) - Dr. Nechar **Emendas**




- PLEN (PLEN)

EMP 1/2010 (Emenda de Plenário) - Paulo Teixeira **EMP 2/2010 (Emenda de Plenário) - Arnaldo Jardim** **EMP 3/2010 (Emenda de Plenário) - Arnaldo Jardim** **EMP 4/2010 (Emenda de Plenário) - Arnaldo Jardim** **EMP 5/2010 (Emenda de Plenário) - João Almeida** **EMP 6/2010 (Emenda de Plenário) - Edson Duarte** **EMP 7/2010 (Emenda de Plenário) - Lobbe Neto** **EMP 8/2010 (Emenda de Plenário) - Lobbe Neto** **EMP 9/2010 (Emenda de Plenário) - Lobbe Neto** **EMP 10/2010 (Emenda de Plenário) - Lobbe Neto** **EMP 11/2010 (Emenda de Plenário) - Lobbe Neto** **Pareceres, Votos e Redação Final**


- PLEN (PLEN)

RDF 1 (Redação Final) - Dr. Nechar 












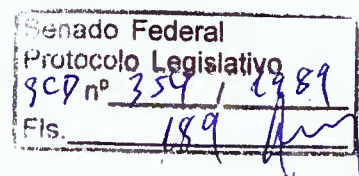
- PLO20391 (PL 203/91 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS)

PEP 1 PLO20391 (Parecer às Emendas de Plenário) - Dr. Nechar **PAR 1 PLO20391 (Parecer de Comissão)** **PRR 1 PLO20391 (Parecer Reformulado) - Cezar Silvestri** **Substitutos**


- PLO20391 (PL 203/91 - POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS)


SBT 1 PLO20391 (Substitutivo) - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. **Requerimentos, Recursos e Ofícios**


- PLEN (PLEN)


REQ 101/2003 (Requerimento) - Edson Duarte **REQ 901/2003 (Requerimento) - José Carlos Aleluia** **REQ 1045/2003 (Requerimento) - Ronaldo Vasconcellos** **REQ 1759/2004 (Requerimento) - Lobbe Neto** **REQ 2927/2005 (Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto) - Marcos Abramo** **REQ 3145/2005 (Requerimento de Apensação) - Luciano Zica** **REQ 3411/2005 (Requerimento de Desapensação) - Leodegar Tiscoski** **REQ 3423/2005 (Requerimento de Apensação) - Max Rosenmann** **REQ 3461/2005 (Requerimento de Desapensação) - Reginaldo Lopes** **REQ 3471/2005 (Requerimento de Apensação) - Max Rosenmann** **REQ 338/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Max Rosenmann** **REQ 427/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Max Rosenmann** **REQ 1489/2007 (Requerimento de Desapensação) - Jovair Arantes** **REQ 1670/2007 (Requerimento de Apensação) - Fernando Ferro** **REQ 1851/2007 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Luciano Castro** **REQ 1870/2007 (Requerimento de Apensação) - Manoel Junior** **REQ 2843/2008 (Requerimento de Desapensação) - Henrique Fontana** 


REQ 2930/2008 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vital do Rêgo Filho 

REQ 2942/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 

REQ 3040/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 


REQ 3271/2008 (Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 

REQ 3374/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 

REQ 3807/2008 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 

REQ 4311/2009 (Requerimento) - Arnaldo Jardim 


REQ 4979/2009 (Requerimento) - Arnaldo Jardim 


REQ 5335/2009 (Requerimento) - Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. 

REQ 5834/2009 (Requerimento de Desapensação) - Sarney Filho 

REQ 5985/2009 (Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia) - Vital do Rêgo Filho 

Publicação e Erratas


Errata de 15/04/2000 

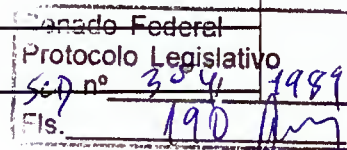
Errata de 22/05/1999 

Última Ação:

10/3/2010 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria retorna ao Senado Federal (PL 203-B/91).

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
1/4/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO INICIAL A CCJR (ADM) E CSSF.
1/4/1991	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCN1 02 04 91 PAG 2765 COL 01. 
21/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 21 A 27 06 91. DCN1 21 06 91 PAG 10724 COL 02.
21/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) RELATOR DEP ADYLSO MOTA.
27/6/1991	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
3/10/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). REDISTRIBUIDO RESOLUÇÃO 10/91.
30/10/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 30 10 A 05 11 91. DCN1 30 10 91 PAG 21465 COL 01.
30/10/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATOR DEP JAMIL HADDAD. DCN1 31 10 91 PAG 21631 COL 01.
6/11/1991	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) APRESENTAÇÃO DE OITO EMENDAS PELO DEP EDUARDO JORGE.
12/11/1991	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF 410/91, DA CDCMAM, SOLICITANDO AUDIENCIA PARA ESTE PROJETO. DCN1 13 11 91 PAG 22765 COL 02.
20/10/1992	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OFÍCIO 352/92-P, DA CSSF, SOLICITANDO A RECONSTITUIÇÃO DESTE PROJETO. DCN1 21 10 92 PAG 22918 COL 01.
3/11/1992	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) REDISTRIBUIDO A RELATORA, DEP RITA CAMATA. DCN1 04 11 92 PAG 23975 COL 02.
26/2/1993	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3333/92.
18/3/1994	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO REQUERIMENTO, DO DEP SIDNEY DE MIGUEL, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 4313/93, DESTE. DCN1 19 03 94 PAG 3896 COL 01.
8/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATORA DEP RITA CAMATA. DCN1 09 03 95 PAG 2903 COL 01.
10/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES. DCN1 10 03 95 PAG 2976 COL 02.






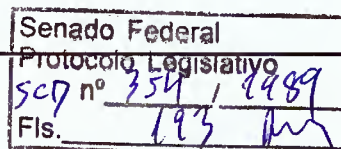
20/3/1995	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
7/4/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 50/95, DA DEP RITA CAMATA, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 3333/92, DESTES. DCN1 08 04 95 PAG 5820 COL 01.
23/11/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1094/95
23/11/1995	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1138/95.
31/7/1996	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) DEVOLUÇÃO DO PROJETO PELA DEP RITA CAMATA, SEM SE MANIFESTAR.
8/8/1996	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP SERGIO AROUCA (AUDIENCIA). DCD 09 08 96 PAG 22281 COL 02.
27/5/1997	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3029/97.
10/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDCMAM E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
10/6/1998	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA. DCD 22 05 99 PAG 23227 COL 02.
15/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4502/98.
15/6/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4511/98.
10/9/1998	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4730/98.
9/3/1999	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) RELATOR DEP CARLOS MOSCONI.
31/3/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 59/99.
15/4/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 203/99
14/6/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OFÍCIO 35/99, DA CDUI, REVENDO O DESPACHO INICIAL DADO A ESTE, PARA INCLUIR ESTA COMISSÃO, QUE DEVERA SE MANIFESTAR SOBRE O MÉRITO DA PROPOSIÇÃO APÓS A CSSF.
16/6/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDUI, CDCMAM (AUDIENCIA) E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
16/6/1999	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
2/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CSSF, CDUI, CDCMAM E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). (NOVO DESPACHO).
2/12/1999	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
17/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP LUIZ BITTENCOURT, DETERMINA O ENVIO DESTES PROJETO A CDUI, PASSANDO A SER DE COMPETENCIA DO PLENARIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS (ARTIGO 52, PARAGRAFO SEXTO DO RI).
20/3/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 70/00, DO DEP CARLOS MOSCONI, SOLICITANDO O ENVIO DESTES PROJETO À CDCMAM, TENDO EM VISTA A INTEMPESTIVIDADE DO PEDIDO (ARTIGO 52, PARÁGRAFO SEXTO DO RI).
14/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF 43/00, DO DEP EMERSON KAPAZ, INCLUINDO A CEIC, COMO COMPETENTE QUANTO AO MÉRITO. EM CONSEQUÊNCIA RESOLVE CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL, DETERMINA A APENSAÇÃO DOS PL. 1814/91, PL. 4344/93, PL. 1259/95, PL. 2272/96, PL. 2949/97, PL. 3750/97, PL. 3344/98, PL. 722/99, PL. 988/99, PL. 1756/99, PL. 1760/99, PL. 1857/99, PL. 1917/99, PL. 2075/99, A ESTE E PASSANDO À COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO TODOS OS PROJETOS MENCIONADOS.
14/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO À CSSF, CDUI, CDCMAM, CEIC E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - CONSTITUA-SE COMISSÃO ESPECIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, DO RI. (NOVO DESPACHO).
25/4/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 2815/00
10/5/2000	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP CARLOS MOSCONI A ESTE E AOS PL. 3333/92, PL. 3029/97, PL. 4502/98 E PL. 4730/98, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO, E CONTRÁRIO AOS PL. 1094/95, PL. 1138/95, PL. 4511/98, PL. 59/99 E PL. 203/99, APENSADOS, E AS EMENDAS APRESENTADAS NA COMISSÃO.
23/5/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 193/00, DO DEP MAX ROSENMAN, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 1259/95, DESTES, POR ENTENDER QUE A APENSAÇÃO SE DEU NOS TERMOS REGIMENTAIS (ARTIGOS 142 E 143 DO RI). DCD 24 05 00 PAG 26559 COL








Senado Federal
Protocolo Legislativo
Sepnº 254 / 1999
19.1.1999
15.

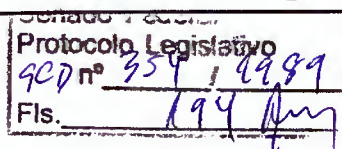
02.	
24/5/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) ATO DA PRESIDÊNCIA: NOS TERMOS DO ARTIGO 34, INCISO II, PARÁGRAFO PRIMEIRO, C/C O ARTIGO 33, PARÁGRAFO PRIMEIRO, TODOS DO REGIMENTO INTERNO, ESTA PRESIDÊNCIA DECIDE CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER A ESTE PROJETO, COM A APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS E ACRESCIDO DE MAIS UM DESTINADO AO RODÍZIO ENTRE OS PARTIDOS NÃO CONTEMPLADOS. AGUARDANDO A INDICAÇÃO DOS MEMBROS PARA INSTALAÇÃO.
13/6/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OF P-92/00, DA CFT, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 999/99, A ESTE.
29/6/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF P-438/00, DA CCJR, SOLICITANDO AS APENSAÇÕES DOS PL. 1720/99, 2251/99 E 2491/00, A ESTE.
30/8/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3480/00
5/10/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3606/00.
9/11/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OF TP-293/00, DA CDCMAM, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 1724/99, A ESTE.
27/11/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DEFERIDO OF TP 293/00, DA CDCMAM, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO PL. 1724/99 A ESTE.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-3878/2000.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-3883/2000.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-4029/2001.
13/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DOS SENHORES LÍDERES NA SESSÃO DO DIA 16 06 98, QUE FORA APRESENTADO NA SESSÃO DO DIA 20 05 98, QUE SOLICITA, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGÊNCIA PARA O PL. 3750/97, APENSADO.
19/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4307/2001.
29/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a esta o PL-4136/2001.
11/4/2001	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Recebido pela PLO20391, com os PL's 1814/91, 3480/00, 3606/00, 3878/00, 3883/00, 4029/01, 4307/01, 4136/01, apensados.
2/5/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) OFÍCIO GABRV 085/01, DO DEP RONALDO VASCONCELLOS, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 3606/00, DESTE.
24/5/2001	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Designado Relator, Dep. Emerson Kapaz
24/8/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5194/2001.
20/9/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5336/2001.
20/9/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5349/2001.
22/11/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5543/2001.
27/11/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5649/2001.
10/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5695/2001.
10/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5757/2001.
19/12/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4.329/2001. Deferido requerimento do Dep. Êmerson Kapaz solicitando a apensação.
4/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5765/2001.
13/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5974/2001.
18/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6080/2002.












Senado Federal
Protocolo Legislativo
SDP nº 354 / 1994
Fls. 192

22/3/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6149/2002.
2/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6298/2002.
10/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6483/2002.
16/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6518/2002.
22/5/2002	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PL020391) Parecer do Relator, Dep. Emerson Kapaz, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela rejeição do PL-59/1999, e do PL-2491/2000, apensados, com substitutivo, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, do PL-5974/2001, do PL-6149/2002, do PL-6298/2002, do PL-732/1999, do PL-1259/1995, do PL-1633/1999, do PL-1677/1999, do PL-1724/1999, do PL-1756/1999, do PL-1857/1999, do PL-1917/1999, do PL-2075/1999, do PL-2100/1999, do PL-2216/1999, do PL-2949/1997, do PL-3606/2000, do PL-3750/1997, do PL-3878/2000, do PL-4178/1998, do PL-4344/1993, do PL-4344/1998, do PL-4398/1994, do PL-4730/1998, do PL-4029/2001, do PL-4307/2001, do PL-4992/2001, do PL-5194/2001, do PL-5336/2001, do PL-5349/2001, do PL-5543/2001, do PL-5574/2001, do PL-5649/2001, do PL-5695/2001, do PL-5807/2001, do PL-5757/2001, e do PL-5765/2001, apensados, pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6011/2001, do PL-203/1999, do PL-1138/1995, do PL-1760/1999, do PL-2817/2000, do PL-3480/2000, do PL-4511/1998, e do PL-5501/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6483/2002, do PL-6518/2002, do PL-447/1991, do PL-722/1999, do PL-1094/1995, do PL-1137/1991, do PL-1154/1991, do PL-1610/1999, do PL-1720/1999, do PL-1814/1991, do PL-2013/1999, do PL-2251/1999, do PL-2272/1996, do PL-2815/2000, do PL-2932/1992, do PL-3883/2000, do PL-4131/1989, e do PL-4136/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-988/1999, apensado, pela inadequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-1016/1999, e do PL-2254/1999, apensados, e pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL-2201/1999, do PL-3029/1997, do PL-3333/1992, do PL-3578/2000, do PL-4502/1998, e do PL-4329/2001, apensados. 
25/6/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6970/2002.
27/11/2002	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PL020391) Parecer do Relator, Dep. Emerson Kapaz, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela rejeição do PL-59/1999, e do PL-2491/2000, apensados, com substitutivo, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste, do PL-5974/2001, do PL-6149/2002, do PL-6298/2002, do PL-732/1999, do PL-1259/1995, do PL-1633/1999, do PL-1677/1999, do PL-1724/1999, do PL-1756/1999, do PL-1857/1999, do PL-1917/1999, do PL-2075/1999, do PL-2100/1999, do PL-2216/1999, do PL-2949/1997, do PL-3606/2000, do PL-3750/1997, do PL-3878/2000, do PL-4178/1998, do PL-4344/1993, do PL-4344/1998, do PL-4398/1994, do PL-4730/1998, do PL-4029/2001, do PL-4307/2001, do PL-4992/2001, do PL-5194/2001, do PL-5336/2001, do PL-5349/2001, do PL-5543/2001, do PL-5574/2001, do PL-5649/2001, do PL-5695/2001, do PL-5807/2001, do PL-5757/2001, e do PL-5765/2001, apensados, pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6011/2001, do PL-203/1999, do PL-1138/1995, do PL-1760/1999, do PL-2817/2000, do PL-3480/2000, do PL-4511/1998, e do PL-5501/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela rejeição do PL-6483/2002, do PL-6518/2002, do PL-447/1991, do PL-722/1999, do PL-1094/1995, do PL-1137/1991, do PL-1154/1991, do PL-1610/1999, do PL-1720/1999, do PL-1814/1991, do PL-2013/1999, do PL-2251/1999, do PL-2272/1996, do PL-2815/2000, do PL-2932/1992, do PL-3883/2000, do PL-4131/1989, e do PL-4136/2001, apensados, pela adequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-988/1999, apensado, pela inadequação financeira e orçamentária, pela inconstitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL-1016/1999, e do PL-2254/1999, apensados, e pela inadequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL-2201/1999, do PL-3029/1997, do PL-3333/1992, do PL-3578/2000, do PL-4502/1998, e do PL-4329/2001, apensados. 
18/2/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 101/2003, pelo Dep. Edson Duarte, que requer a constituição de Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e seus apensos. 
27/2/2003	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PL020391) Devolução por força da saída do relator da comissão.
11/3/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 13/03.
11/3/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 121/03.
31/3/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) APENSE-SE A ESTE O PL-371/2003.
5/5/2003	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PL020391) Desapensação do PL-371/2003 desta. Deferido Requerimento 582/03, do Sr. José Borba, solicitando a retirada do PL 371/03.
13/5/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-822/2003.
5/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1072/2003.
6/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-637/2003.



18/6/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 901/2003, pelo Dep. José Carlos Aleluia querequer a criação de Comissão Especial a fim de proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 203, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. 
25/6/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1169/2003.
12/8/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 1045/2003, pelo Dep. Ronaldo Vasconcellos que, requer a constituição de Comissão Especial para dar parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e seus apensos. 
19/8/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1619/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1724/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1765/2003.
3/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1787/2003.
9/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1805/2003.
26/9/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1980/2003.
13/10/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2120/2003.
16/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno. 
17/11/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 1760/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2439/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2709/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2761/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2796/2003.
16/3/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2929/2004.
23/4/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3387/2004.
27/4/2004	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento, REQ 1759/2004, pelo Dep. Lobbe Neto, que requer seja desapensado o Projeto de Lei nº 1765/2003, de autoria da Deputada Maninha e seu apensado o Projeto Lei nº 2429/2003, de autoria do Deputado Lobbe Neto, do Projeto Lei nº 203/1991, de autoria do Senado Federal. 
12/5/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido Requerimento nº 1759/04, do Dep Lobbe Neto, solicitando a desapensação deste do PL nº 203/91.
28/5/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3576/2004.
23/6/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapense-se desta proposição o PL 2796/2003.
23/9/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4173/2004.
4/10/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4137/2004.
26/10/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4271/2004. 
10/11/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4356/2004. 
14/1/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido Requerimento nº 2390/04, do Dep. Luciano Zica, Solicitando a apensação do PL 2530/30 a este. 
17/1/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)



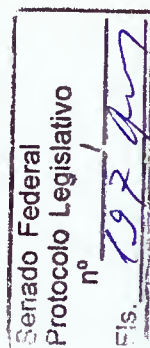
	Apense-se a este o PL-2530/2003. 
26/4/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Declaração de prejudicialidade do PL 2530/2003, tendo em vista a Lei nº 11.107, de 06 de abril 2005.
23/5/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5231/2005. 
1/6/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação do PL 2530/2003, em face do arquivamento, nos termos do artigo 164, § 4º do RICD.
9/8/2005	PLENÁRIO (PLEN) 148) Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno. À Comissão de Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. 
10/8/2005	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Recebimento pela PLO20391, com as proposições PL-4511/1998, PL-5807/2001, PL-722/1999, PL-1720/1999, PL-3480/2000, PL-3883/2000, PL-4329/2001, PL-5336/2001, PL-5765/2001, PL-6080/2002, PL-5574/2001, PL-6518/2002, PL-121/2003, PL-5501/2001, PL-1169/2003, PL-6011/2001, PL-1610/1999, PL-2013/1999, PL-2817/2000, PL-1633/1999, PL-5231/2005, PL-4131/1989, PL-447/1991, PL-1786/2003, PL-4178/1998, PL-2100/1999, PL-4271/2004, PL-2932/1992, PL-3387/2004, PL-2120/2003, PL-2147/2003, PL-1760/2003, PL-1016/1999, PL-2201/1999, PL-4398/1994, PL-2216/1999, PL-2439/2003, PL-2440/2003, PL-2659/2003, PL-2761/2003, PL-3637/2004, PL-2929/2004, PL-2254/1999, PL-4137/2004, PL-3912/2004, PL-4344/1998, PL-5695/2001, PL-1814/1991, PL-4344/1993, PL-2272/1996, PL-3576/2004, PL-4730/1998, PL-988/1999, PL-1724/1999, PL-1137/1991, PL-1917/1999, PL-1857/1999, PL-2491/2000, PL-732/1999, PL-4029/2001, PL-2949/1997, PL-5349/2001, PL-5649/2001, PL-4123/2004, PL-6149/2002, PL-6970/2002, PL-637/2003, PL-4709/2001, PL-1595/2003, PL-1787/2003, PL-1094/1995, PL-59/1999, PL-1756/1999, PL-2815/2000, PL-3606/2000, PL-1154/1991, PL-4136/2001, PL-1760/1999, PL-5974/2001, PL-6298/2002, PL-13/2003, PL-822/2003, PL-1619/2003, PL-1805/2003, PL-4992/2001, PL-3333/1992, PL-4356/2004, PL-4502/1998, PL-203/1999, PL-1677/1999, PL-2075/1999, PL-2251/1999, PL-4173/2004, PL-3878/2000, PL-4307/2001, PL-5194/2001, PL-5543/2001, PL-5757/2001, PL-6483/2002, PL-1072/2003, PL-1724/2003, PL-1980/2003, PL-1259/1995, PL-3750/1997 apensadas.
17/8/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5745/2005. 
30/8/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento nº 3145/05, do Dep Luciano Zica, solicitando a apensação do PL 449/03 a este. DCD 31/08/05 PÁG 42913 COL 01. 
31/8/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-449/2003. 
21/9/2005	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Designado Relator, Dep. Ivo José (PT-MG)
17/10/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6014/2005. 
9/11/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento n.º 3411/05, do Senhor Deputado Leodegar Tiscoski, que requer a desapensação do PL 5745/05, do PL 203/91.
24/11/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 3461/2005, pelo Dep. Reginaldo Lopes e outros, que requer, nos termos regimentais, o desapensamento dos Projetos de Lei 1259/1995, 988/1999, 1610/1999, 1677/1999, 2075/1999, 5574/2001, 5565/2001, 6011/2001, 13/2003, 637/2003, 822/2003, 1072/2003, 1169/2003, 4356/2004, 5231/2005, 6136/2005. Todos apensados ao PL 203 de 1991.
28/11/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) O PL 203/1991 e seus apensados passam a tramitar nos termos do que determina o Art. 64 § 2º da CF e Art. 155 do RICD, tendo em vista a apensação do PL 6136/2005 ao PL 449/2003, que por sua vez encontra-se apensado a este.
2/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n.º 3411/2005, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no artigo 139, inciso I, c/c artigo 142, parágrafo único, todos do RICD.
14/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferida a Mensagem nº 854/05 da Presidência da República, solicitando a retirada do PL 6136/05. Por consequência o PL 203/2001 e seus apensados continuam a tramitar nos termos do Art. 155 do RICD e sujeito à apreciação do Plenário.
14/12/2005	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação do parecer do relator pelo Dep. Ivo José. 
22/12/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6402/2005. 
26/1/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6508/2006. 
23/5/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento 3461/2005, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, I, c/c art. 142, parágrafo único, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Esclarecendo-se, ainda, que o PL n. 6.136/05, mencionado no Requerimento, não se encontra mais em tramitação, em virtude da retirada da matéria pelo Autor. DCD 24 05 06 PAG 26365 COL 02. 

Senado Federal
Protocolo Legislativo
507 nº 754/1999
195/2007

24/5/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-7047/2006.
7/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Encerrada a discussão de acordo com o art. 57, XI.
21/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação de Complementação de voto pelo relator, Dep. Ivo José.
21/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Designado Novo Relator, Dep. Feu Rosa (PP-ES) em virtude da saída do relator anterior, Dep. Ivo José, da Comissão
21/6/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovado o Parecer com Complementação de Voto
22/6/2006	PLENÁRIO (PLEN) Questão de Ordem nº 695/06, formulada pelo Deputado Luciano Zica, solicita a anulação do relatório do Dep. Feu Rosa, na Comissão Especial que apreciou o PL 203/01, já que o mesmo foi designado relator substituto, mesmo sendo autor do PL 6080/02, apensado ao PL 203/91.
28/6/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Decisão da Presidência dando provimento à Questão de Ordem nº 695, formulada pelo Deputado Luciano Zica, determinando a anulação dos atos praticados na Comissão Especial do PL 203/91 a partir da designação do Deputado Feu Rosa como Relator da matéria.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Designado Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR)
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Parecer do Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR), acatando o parecer apresentado pelo relator anterior, Dep. Ivo José.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, ressalvados os destaques e contra os votos dos Deputados César Medeiros, Orlando Desconsi, Luciano Zica e Jamil Murad
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Apresentação de 17 destaques.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Aprovação do destaque nº 17 de autoria do Dep. Luciano Zica, que requer a supressão do art. 23 do Substitutivo do relator.
4/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Reformulação de voto do Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR).
20/7/2006	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". (PLO20391) Parecer Reformulado, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR), pela aprovação, nos termos da Complementação de voto, com alterações causadas pela aprovação do destaque.
1/11/2006	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde". publicado no DCD de 12 11 06 PAG 03 COL 01, Letra A. Errata; DCD 07 11 06 PÁG 49267 COL 01.
8/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Proposições sujeitas a arquivamento, nos termos do art. 54, combinado com o § 4º do art. 58 do RICD. PROJETOS DE LEI Nºs: 59/99, 988/99, 1016/99, 2254/99 E 2491/00, APENSADOS, COM PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE. PROJETOS DE LEI Nºs: 3333/92, 4502/98, 4511/98, 203/99, 1016/99, 1760/99, 2201/99, 2254/99, 2817/00, 3480/00, 4329/01, 4709/01, 5501/01, 6011/01, 637/03, 2147/03, 2659/03, 3637/04, 3912/04, 4271/04, 4356/04, 6375/05, 6446/05 E 6615/06, APENSADOS, COM PARECER PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 09/11/2006)
23/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.
27/11/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação dos PLs de nºs 3333/92, 4502/98, 4511/98, 59/99, 203/99, 988/99, 1016/99, 1760/99, 2201/99, 2254/99, 2491/00, 2817/00, 3480/00, 4329/01, 4709/01, 5501/01, 6011/01, 637/03, 2147/03, 2659/03, 3637/04, 3912/04, 4271/04, 4356/04, 6375/05, 6446/05 e 6615/06, apensados, em face do arquivamento, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
SCP nº 354/1989
15. 196/97

15/12/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1610/1999.
15/12/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-1677/1999.
8/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 133, DE 2007, pelo Deputado(a) Edson Duarte, que solicita o desarquivamento de proposição.
12/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 181, DE 2007, pelo Deputado(a) Nilson Mourão, que solicita o desarquivamento de proposição.
14/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 268, DE 2007, pelo Deputado(a) Luiz Bittencourt, que solicita o desarquivamento de proposição.
27/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 351, DE 2007, pelo Deputado(a) Dr. Nechar, que solicita o desarquivamento de proposição.
28/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 338/2007, pelo Dep. Max Rosenmann, que "solicita a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde.""
28/2/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 375, DE 2007, pelo Deputado(a) Antonio Carlos Mendes Thame, que solicita o desarquivamento de proposição.
5/3/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 427, DE 2007, pelo Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que "requer a colocação em pauta de votação do PL 203/1991".
23/3/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-133/2007 => PEC-119/1999. DCD de 24 03 07 PÁG 12193 COL 01.
29/3/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFIRO a solicitação de desarquivamento desta proposição, conforme despacho exarado no REQ-181/2007. DCD de 31 03 07 PÁG 13812 COL 01.
12/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-268/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 13 04 07 PAG 16144 COL 01.
18/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 787, DE 2007, pelo Deputado(a) Sandro Matos, que solicita o desarquivamento de proposição.
19/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-351/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 20 04 07 PAG 17841 COL 01.
20/4/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-375/2007 em virtude de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD. DCD 21 04 07 PAG 18254 COL 01.
9/5/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-787/2007 porquanto a proposição não foi arquivada. DCD 10 05 07 PAG 22123 COL 01.
12/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 1.348, DE 2007, pelo Deputado(a) Enio Bacci, que solicita o desarquivamento de proposição.
17/7/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-1348/2007 => REQ-1/2007 CFT porquanto a proposição não foi arquivada. DCD de 18 07 07 PÁG 36839 COL 01.
21/8/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento nº 1489/2007, pelo Deputado Jovair Arantes, que solicita a desapensação do Projeto de Lei 520/2007 dos PL's 5.194/01 e 203/91.
30/8/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento de Desapensação, Req. 1489/07, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero, eis que a apensação se deu na forma regimental. Publique-se. Oficie-se." DCD de 31/8/07 PÁG 43847 COL 01.
13/9/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 1670/2007, pelo Deputado Fernando Ferro, que solicita que o PL 203, de 1991, seja apensado ao PL 1991, de 2007.
14/9/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento de Apensação, REQ 1670/07, conforme despacho do seguinte teor: Defiro. Apense-se ao PL 203/91 o PL 1991/07. Oficie-se e, após, publique-se. DCD de 19 09 07 PÁG 47725 COL 02.



8/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2143/2007.
16/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 1851/2007, pelo Deputado Luciano Castro (PR-RR), que Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados do PL nº 203, de 1991, do Senado Federal, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.
17/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento n. 1870/2007, pelo Deputado Manoel Junior, que "Requer, com base no artigo 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Projeto de Lei nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, seja apensado ao Projeto de Lei nº 1966, de 2007, do Senhor Homero Pereira, e ao PL 203 de 1991, do Senado Federal.
23/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prejudicado o Requerimento n.º 1870/07, conforme despacho do seguinte teor: "Prejudicado, visto que as Proposições já tramitam em conjunto. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se." DCD de 24/10/07 PÁG 56501 COL 02.
16/11/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2373/2007.
16/11/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2388/2007.
30/1/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-2659/2007.
15/4/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3152/2008.
13/5/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3341/2008.
4/6/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2843/2008, pelo Deputado Henrique Fontana (PT-RS), que requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei 3341 de 2008 apenso ao PL 203 de 1991 pelos motivos que se segue.
4/6/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) ATO DA PRESIDÊNCIA constituindo Grupo de Trabalho destinado a examinar, no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao PL 203/91, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. DCD de 06/06/08 PÁG 25636 COL 01.
24/6/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2930 de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que requer a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde."B).
1/7/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 2942, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar o parecer proferido pela Comissão Especial ao PL 203/91, que solicita prorrogação do prazo por 30 dias.
8/7/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o REQ 2942/08, conforme despacho: "Defiro. Publique-se." DCD de 09/07/08 PÁG 31806 COL 02.
1/8/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3040/2008, oelo Grupo de Trabalho,que solicita prorrogação do prazo para o Grupo de Trablhalho.
12/8/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o REQ 2843/08, conforme seguinte despacho: "Indefero a solicitação de desapensação, haja vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, inciso I, do RICD. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."
28/10/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3271, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que solicita prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias, a partir de 18.09.08.
13/11/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3374, de 2008, pelo Grupo de Trabalho destinado a examinar , no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 203, de 199, que solicita prorrogação do prazo.
17/12/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso letra A - em virtude de apensações. REP: Suplemento nº 216 ao DCD 18 12 08 PAG 03 COL 01, Letra A.
17/12/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 3807/2008, que solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho. DCD de 20/12/08 PÁG 61953 COL 02.
30/1/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4532/2008.
10/3/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do REQ 4311/2009, pelo Dep. Arnaldo Jardim e outros, que "solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho."
3/6/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº 198/2008
15.

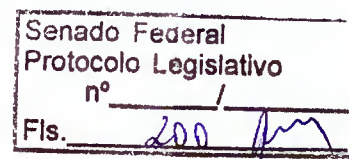
	Apense-se a este o PL-5272/2009.
9/6/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do REQ 4979/2009, pelo Dep. Arnaldo Jardim e outros, que "solicita prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos." DCD de 11/06/09 PAG 28688 COL 02.
19/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 5335/2009, que Requer a prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho.. DCD de 20/08/09 PAG 42187 COL 01.
7/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQ 5657/09, pelo Deputado Guilherme Campos, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 2074 de 2007 e 203 de 1991.
14/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6157/2009.
21/10/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o REQ 5657/09, conforme despacho do seguinte teor: DEFIRO, nos termos do art. 142 do RICD. Com efeito, promova-se a apensação do Projeto de Lei n. 2.074/07 ao Projeto de Lei n. 203/91. Oficie-se. Publique-se. DCD 22 10 09 PAG 58385 COL 01.
9/11/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 5834/2009 pelo Deputado Sarney Filho (PV-MA), que requer a desapensação do Projeto de Lei nº 6.157, de 2009, do Projeto de Lei nº 203, de 1991.
12/11/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6360/2009.
13/11/2009	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Recebido Relatório Final do Grupo de Trabalho destinada a examinar o parecer da Comissão Especial a este, concluindo pela apresentação, em Plenário, de subemenda substitutiva global ao substitutivo aprovado pela Comissão Especial.
20/11/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o REQ 5834/09, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o pedido de desapensação do PL n. 6.157/09 do PL n. 203/91, porquanto a decisão para tramitação conjunta das proposições obedeceu ao disposto no art. 142 do RICD, estando a conexão caracterizada pelo fato de os mencionados projetos de lei versarem sobre a eliminação de resíduos sólidos. Oficie-se. Publique-se".
2/12/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento nº 5985 de 2009, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário, do Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde."
5/3/2010	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso letra A, em virtude de apensações.
9/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
9/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Extraordinária - 22:10).
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. Onyx Lorenzoni, na qualidade de Líder do DEM, o Requerimento que solicita a retirada de pauta deste projeto.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelo autor, Dep. Luiz Carreira, na qualidade de Líder do DEM, os Requerimentos que solicitam o adiamento da discussão por duas sessões e que a discussão seja feita por grupo de artigos.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) O projeto foi emendado. Foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1 a 11.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Designado Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP), para proferir o parecer pela Comissão Especial às Emendas de Plenário.
10/3/2010	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde", e apensados. (PLO20391) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP), pela Comissão Especial, que conclui pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1, 6, 8 e 10, na forma da Subemenda Substitutiva Global de Plenário apresentada, e pela rejeição das demais Emendas.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelo autor, Dep. Luiz Carreira, na qualidade de Líder do DEM, os Requerimentos que solicitam o adiamento da votação por duas sessões e que a votação seja feita artigo por artigo.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. José Genofino, na qualidade de Líder do PT, o Requerimento que solicita preferência (destaque) para votação da Emenda de Plenário nº 1.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº 199/2010
Fls. 199/2010

10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. Antonio Carlos Mendes Thame, na qualidade de Líder do PSDB, o Requerimento que solicita preferência (destaque) para votação da Emenda de Plenário nº 2.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do DEM para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Subemenda Substitutiva Global de Plenário oferecida pelo Relator da Comissão Especial.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, ficam prejudicados: o projeto inicial; os PLs nºs 4.131/89, 447/91, 1.137/91, 1.154/91, 1.814/91, 2.932/92, 4.344/93, 4.398/94, 1.094/95, 1.259/95, 2.272/96, 2.949/97, 4.178/98, 4.730/98, 4.344/98, 722/99, 732/99, 1.610/99, 1.633/99, 1.677/99, 1.720/99, 1.724/99, 1.756/99, 1.857/99, 1.917/99, 2.013/99, 2.075/99, 2.100/99, 2.216/99, 2.251/99, 2.815/00, 3.606/00, 3.878/00, 3.883/00, 4.029/01, 4.136/01, 4.307/01, 4.992/01, 5.194/01, 5.336/01, 5.349/01, 5.543/01, 5.757/01, 5.574/01, 5.649/01, 5.695/01, 5.765/01, 5.807/01, 5.974/01, 6.080/02, 6.149/02, 6.298/02, 6.483/02, 6.518/02, 6.970/02, 13/03, 121/03, 449/03, 822/03, 1.169/03, 1.072/03, 1.595/03, 1.619/03, 1.724/03, 1.760/03, 1.786/03, 1.787/03, 1.805/03, 1.980/03, 2.120/03, 2.439/03, 2.440/03, 2.761/03, 2.929/04, 3.387/04, 3.576/04, 3.750/97, 4.123/04, 4.137/04, 4.173/04, 5.231/05, 5.745/05, 6.014/05, 6.402/05, 6.373/05, 6.508/06, 7.047/06, 320/07, 329/07, 433/07, 520/07, 904/07, 1.059/07, 1.494/07, 1.745/07, 1.966/07, 1.991/07, 2.061/07, 2.074/07, 2.075/07, 2.076/07, 2.115/07, 2.116/07, 2.143/07, 2.267/07, 2.305/07, 2.373/07, 2.388/07, 2.428/07, 2.497/07, 2.553/07, 2.659/07, 2.707/07, 2.735/08, 2.882/08, 2.885/08, 2.928/08, 3.152/08, 3.209/08, 3.341/08, 3.466/08, 3.636/08, 3.795/08, 3.825/08, 4.015/08, 4.070/08, 4.177/08, 4.193/08, 4.195/08, 4.323/08, 4.349/08, 4.532/08, 4.656/09, 4.839/09, 4.965/09, 5.047/09, 5.272/09, 6.235/09, 6.315/09, 5.381/09, 5.573/09, 5.626/09, 5.860/09, 5.975/09, 6.157/09, 6.360/09, 6.423/09, 6.560/09, 6.599/09, 6.617/09 e 6.673/09, apensados; os Substitutos adotados pela Comissão Especial e pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Seguridade Social e Família; as Emendas de Plenário; as Emendas das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação; e as Subemendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Dr. Nechar (PP-SP).
10/3/2010	PLENÁRIO (PLEN) A matéria retorna ao Senado Federal (PL 203-B/91).
11/3/2010	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação automática dos PLs nºs 1.814/91 (1.137/91 (1.154/91), 2.932/92, 4.131/89 e 447/91), 4.344/93 (4.398/94), 1.094/95, 1.259/95 (2.305/07 e 5.574/01), 2.272/96, 2.949/97, 3.750/97 (4.195/08), 4.730/98, 4.344/98 (4.178/98 (2.061/07 e 5.860/09), 732/99, 1.595/03, 2.267/07, 2.428/07, 2.440/03, 2.882/08, 3.466/08, 4.323/08 e 6.673/09), 722/99, 1.610/99, 1.677/99, 1.720/99 (5.381/09), 1.724/99 (4.992/01, 5.807/01 (4.123/04), 3.795/08, 3.825/08), 1.756/99 (6.373/05), 1.857/99 (2.013/99, 1.745/07, 4.839/09 e 5.626/09), 1.917/99 (1.633/99, 2.100/99 e 2.216/99), 2.075/99 (3.636/08), 2.251/99, 2.815/00, 3.606/00, 3.878/00, 3.883/00, 4.029/01, 4.136/01, 4.307/01, 5.194/01 (520/07 (2.707/07 e 6.423/09), 5.336/01, 5.349/01, 5.543/01, 5.757/01, 5.649/01, 5.695/01, 5.765/01, 5.974/01, 6.080/02, 6.149/02, 6.298/02, 6.483/02, 6.518/02, 6.970/02, 13/03, 121/03 (1.494/07), 449/03 (6.315/09), 822/03, 1.169/03, 1.072/03, 1.619/03, 1.724/03, 1.760/03 (1.786/03 (2.885/08, 2.928/08 (5.975/09), 320/07, 329/07, 433/07, 4.656/09, 4.965/09, 5.047/09, 904/07 (2.497/07 (2.735/08 e 4.177/08), 4.070/08, 4.193/08, 4.349/08))), 1.787/03, 1.805/03, 1.980/03, 2.120/03, 2.439/03, 2.761/03, 2.929/04 (3.209/08, 5.573/09 (6.560/09 e 6.617/09) e 6.599/09), 3.387/04, 3.576/04, 4.137/04, 4.173/04, 5.231/05, 5.745/05 (1.059/07), 6.014/05, 6.402/05, 6.508/06, 7.047/06 (2.653/07), 1.966/07, 1.991/07, 2.074/07 (2.075/07 (2.116/07), 2.076/07 (2.115/07) e 4.015/08), 2.143/07, 2.373/07, 2.388/07, 2.659/07, 3.152/08, 3.341/08, 4.532/08, 5.272/09 (6.235/09), 6.157/09 e 6.360/09 deste, em face do arquivamento dos mesmos.
12/3/2010	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Autos à Seção de Autógrafos

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa



**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO ESPECIAL, ÀS EMENDAS DE
PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.**

O SR. DR. NECHAR (PP-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é motivo de honra e orgulho representar esse grupo de estudos liderado pelo nosso querido Deputado Arnaldo Jardim, que já citou todos os componentes do grupo, mas faço questão de cumprimentar os Deputados Jorge Khoury, Paulo Teixeira, Luiza Erundina, enfim, todos aqueles que realmente participaram desse grupo na intenção de fazer com que 19 anos de espera hoje se concretizem nesta Casa de leis.

Tenho a honra de relatar o Projeto de Lei nº 203-A, de 1991, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos, tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa desse e dos pensados.

Sr. Presidente, para fins de economia processual, gostaria que fosse dispensada a leitura dos números dos PLs apensados, que somam mais de uma centena, bem como das emendas e dos rejeitados, que somam aproximadamente 2 centenas.

Quatro anos antes da Agenda 21 ser firmada por 179 países na Eco-92, o Senador Francisco Rollemberg discutia no Senado Federal um projeto de lei que tratava de resíduos hospitalares, PLS nº 354, de 1989, tendo chegado à Câmara dos Deputados em 1991, tramitando desde então como PL nº 203, de 1991.

Estimulados pelo entusiasmo daquela emblemática conferência mundial, nossos laboriosos Parlamentares transformaram o projeto de lei do Senador Rollemberg num emaranhado de proposições que abrangem toda a vasta temática dos resíduos sólidos

urbanos, chegando a ter algo em torno de 140 propostas a ele âpensadas. Tamanho novo legislativo transformou-se num nó górdio, virtualmente impossível de ser desatado, dados os múltiplos interesses que envolvem a temática, mercê da intensa pressão da sociedade e de todas as cores, matizes e ideologias.

O tempo passou, nobres colegas, e quando dele nos demos conta, lá se foram 4 Legislaturas, sem que a matéria fosse finalmente apreciada. Essa inércia legou-nos um enorme passivo ambiental, com sérias consequências para a saúde pública, para a qualidade do meio ambiente urbano e com resultados nefastos para a economia e finanças públicas.

Enquanto o PL nº 203, de 1991, que ora finalmente apreciamos, perambulava pelos corredores desta Casa, durante os últimos 16 anos, a ausência de um marco regulatório consistente estimulou a proliferação de instrumentos de regulação infralegal sobre a matéria mediante resoluções de conselhos e portarias ministeriais, construídas ao sabor dos humores dos burocratas de plantão.

Os Estados e os Municípios, por sua vez, fazendo uso da liberdade constitucional de legislar concorrentemente, constroem independentemente suas políticas estaduais ou municipais de resíduos, causando uma perceptível assimetria no ordenamento jurídico federativo, criando um ambiente de insegurança jurídica em pleno cenário de desenvolvimento econômico e social acelerado.

O substitutivo ao PL nº. 203, de 1991, é resultado de intenso trabalho da Comissão Especial que aprovou a matéria na Legislatura anterior. Passados quase 4 anos, hoje apreciamos o relatório criteriosamente elaborado pelo nosso querido colega Deputado Cezar Silvestri. No entanto, mesmo encerrados os trabalhos da Comissão Especial que apreciou o PL nº. 203/91, várias proposituras continuaram a ser a ele âpensadas. Essa

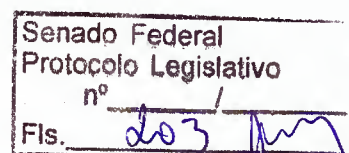
proposta trazia no seu bojo conceitos mais avançados a respeito da matéria, dentre eles, logística reversa e a consideração do ciclo de vida dos produtos como uma forma de estabelecer as responsabilidades pós-consumo. Dessa vez a inércia conspirou a favor da qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após análise de todos esses apensos, essas emendas, nós chegamos à conclusão, ao voto pela aprovação da Subemenda nº. 1 e das Emendas nºs. 6, 8 e 10, a nós enviadas. Rejeitamos as demais emendas. Fazemos isso na forma de uma subemenda substitutiva global de plenário, a qual entrego à Casa.

Agradeço a consideração de todos os Deputados. Agradeço a todos os técnicos que nos ajudaram. Agradeço à Assessoria Técnica aqui da nossa Câmara, que nos ajudou, ao meu ex-partido, o PV, ao PP, que me deu todo o apoio para fazer esse relatório. Enfim, aos colegas que participaram juntos, já enumerados pelo Deputado Arnaldo Jardim: Paulo Teixeira, Jorge Khoury, enfim, todos aqueles que nos ajudaram, Valfredo Ataíde, Elídia Juras, Sueli Araújo, Silvano Silvério e Ronaldo Alexandre.

Rogo a Deus que faça com que os Srs. Deputados reflitam bem e aprovelem esse relatório para o bem não só do nosso País, mas do mundo, e para a sobrevivência do ser humano neste planeta.

Muito obrigado.



Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - lixo do tipo domiciliar ou não séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico, por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

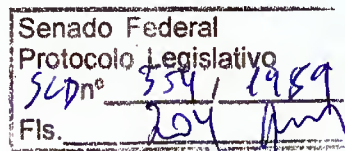
a) resíduos infectados ou contaminados: aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluidos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes: agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares: restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo: resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;



b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásticos: drogas citotóxicas e antineoplásticas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatórios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza, classificáveis segundo dispõe o art. 2º desta Lei;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

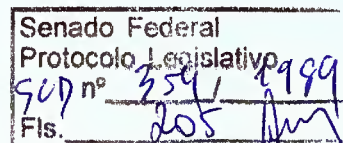
§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das Obrigações dos Estabelecimentos Geradores de Resíduos

Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º desta Lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);



TÍTULO III

Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

a) o uso de equipamento de proteção individual;

b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;

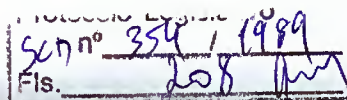
c) controle periódico de condições de saúde.

§ 3º - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada setenta e duas horas.

§ 4º - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º, não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único - A instalação e a operação de tais equipamentos são sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com



os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - É a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indique a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único - Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e Sanções Cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º desta Lei, contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa;

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas:

Pena: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena: multa.

Parágrafo único - As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados que à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre dez e cinquenta BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A reincidência, mesmo que não especifica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO V Disposições Finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços

Protocolo Legislativo

SLD nº 354/1989
Fls. 210

de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único - Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

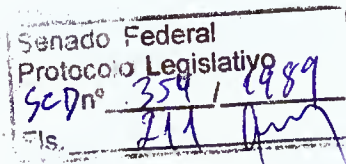
Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de seis meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de um ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 5 DE MARÇO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE





Senado Federal

Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

NÚMERO DO DOCUMENTO

30377.18040

DESTINO

MESA DO SENADO FEDERAL - MESA - SF

DESCRIÇÃO

PL 203/91

TIPO DO DOCUMENTO

PL. - Projeto de Lei (CD)

ENVIADO POR

Câmara dos Deputados

EMENTA / RESUMO

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO

José Antonio Coelho Resende

DATA E HORA DO ENVIO

24/03/2010 - 18:25

NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO

203-91pl.rtf - 91777 bytes (Texto inicial)

DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO

Recebido pela SGM em: ____ / ____ / ____

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente

Recebido em
24/03/2010
18:25
por
Miguel
SGM

Senado Federal
Protocolo Legislativo
nº 359 / 1988
212



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CÉSAR BORGES



31379.13192

Aprovado em 14 / 04 / 10

Senador(a) [assinatura]

Presidente da CCJ - SF

REQUERIMENTO Nº 37 , DE 2010 - CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

A audiência deverá ser realizada com a participação dos seguintes convidados:

Sra. **Izabella Mônica Vieira Teixeira** - Ministra do Meio Ambiente;

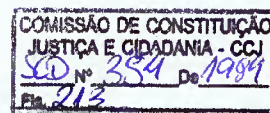
Sr. **Márcio Fortes** – Ministro das Cidades;

Sr. **Paulo Ziulkoski**- Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);

Sr. **Newton de Lima Azevedo** – Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB);

Sr. **Carlos Roberto Vieira da Silva Filho**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE);

Sr. **Augusto Coelho Fernandes**, Diretor-Executivo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)





JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Brasil produz 170 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos (lixo) por dia, conforme informações da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais (ABRELPE). Deste total, 67 mil toneladas têm destinação inadequada. Além disso, conforme informações da Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre, 2008), apenas 12% de todo o resíduo é reciclado.

Por outro lado, a sociedade brasileira há quase 20 anos, está no aguardo de uma legislação para o setor de resíduos, que possa oferecer uma nova política moderna, representando um novo paradigma de trabalho, transformando definitivamente o País num ambiente compatível com os demais países desenvolvidos e emergentes, e à altura dos inúmeros outros avanços aqui realizados.

O debate a propósito da necessidade de se instituir uma política nacional de gerenciamento de resíduos sólidos remonta ao final da década de 1980, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 354, de 1989, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de saúde.

Aprovado nesta Casa, em 1991, o projeto passou a tramitar na Câmara dos Deputados e voltou a esta Casa, após quase duas décadas de tramitação, onde ficou apensado a diversos outros projetos que tratavam da mesma matéria.

Em 2008, foi instituído um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados para tentar solucionar o assunto. E finalmente, o trabalho resultou no Substitutivo, que em março chegou ao Senado, e que agora tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ao qual tive a honra de ser designado relator.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CÉSAR BORGES



31379.13192

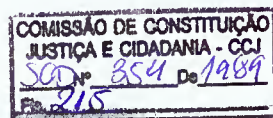
A proposta é fundamental para que o país disponha de uma base legal que irá favorecer a gestão do destino final e do tratamento do lixo urbano. O projeto, nos termos do referido Substitutivo, explicita as responsabilidades dos diversos setores pelos resíduos sólidos gerados (indústria, comércio, saúde e outros), incluindo a elaboração e a implantação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos; vincula o plano de gerenciamento de resíduos sólidos ao licenciamento ambiental; reconhece o papel dos catadores no âmbito de uma lei federal e fortalece a atuação das suas cooperativas;

Além disso, o projeto institui o plano nacional e os planos estaduais e municipais. Além de dispor sobre os instrumentos econômicos aplicáveis à gestão integrada de resíduos sólidos.

A proposição estabelece, ainda, incentivos fiscais para o segmento de reciclagem e operadores de aterros sanitários e industriais; e institui a responsabilidade pós-consumo do produtor para determinadas categorias de resíduos. Portanto, com objetivo de discutir as diversas implicações dessa proposta sobre os segmentos envolvidos é que requeremos essa audiência pública.

Sala das Sessões, em de 2010.


CÉSAR BORGES





31972.16048

Aprovado em 05 / 05 / 10

Senador(a) [Assinatura]
Presidente da CCJ - SF

REQUERIMENTO N.º 48 , DE 2010 - CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2010- CCJ, aprovado em 14/04/2010, que a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e que ainda seja incluído como convidado um representante dos catadores de lixo:

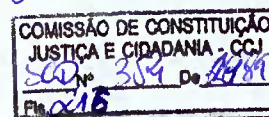
Sr. Severino Francisco de Lima Júnior – Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis- (MNCR)

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 14 de abril foi aprovado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o Requerimento nº 37/2010, a realização de uma audiência pública com objetivo de instruir o relatório ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. O presente aditamento atende a dois objetivos:

Primeiro, a realização da audiência pública conjunta nas comissões pertinentes pretende dar maior celeridade e agilidade no processo de tramitação da

[Assinatura]





matéria. É importante ressaltar que a sociedade brasileira carece urgentemente

de uma legislação moderna e eficaz para o setor e o projeto, objeto desse substitutivo, já tramita por mais de 20 anos no Congresso Nacional. Enquanto isso são perdidas novas oportunidades econômicas, de geração de emprego e renda, além de uma nova ordem legal que garanta maior proteção ambiental e uma reinserção social dos catadores, homens e mulheres, que sobrevivem dessa atividade.

Além disso, recentemente o país se deparou com tragédias decorrentes de deslizamentos de terras, encostas e entupimento de bueiros, devido em grande parte a uma disposição inadequada do lixo. Um exemplo emblemático da ausência de um marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos foi a fixação de habitações sob um aterro sanitário no morro do Bumba, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo, a inclusão de um profissional da catação de resíduos é fundamental para dar maior representatividade na audiência pública em virtude do Substitutivo conter vários dispositivos referentes aos catadores de lixo, que exercem papel fundamental no processo de reciclagem dos resíduos sólidos. Segundo estimativas da entidade Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) existem 1 milhão de catadores em todo País, que dependem da renda gerada com essa atividade econômica e necessitam de mecanismos de proteção social e de incentivos para se organizarem em cooperativas.

Sala das Sessões,


CÉSAR BORGES



REQUERIMENTO Nº 48 , DE 2010 - CAE/CCJ/CM,
CAS.

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja *realizado o estudo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989*, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências nesta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, *em conjunto* com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle- CMA e com a Comissão de Assuntos Sociais- CAS.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira há quase 20 anos, está no aguardo de uma legislação para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, que possa oferecer uma nova política moderna, representando um novo paradigma de trabalho, transformando definitivamente o País num ambiente compatível com os demais países desenvolvidos e emergentes, e à altura dos inúmeros outros avanços aqui realizados.

O debate a propósito da necessidade de se instituir uma política nacional de gerenciamento de resíduos sólidos remonta ao final da década de 1980, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 354, de 1989, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de saúde.



Aprovado nesta Casa, em 1991, o projeto passou a tramitar na Câmara dos Deputados e voltou a esta Casa, após quase duas décadas de tramitação, onde ficou apensado a diversos outros projetos que tratavam da mesma matéria.

Recentemente, num período de chuvas excessivas, o país se deparou com tragédias decorrentes de deslizamentos de terras, encostas e entupimento de bueiros, devido em grande parte a uma disposição inadequada do lixo. Um exemplo emblemático da ausência de um marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos foi a fixação de habitações sob um aterro sanitário no morro do Bumba, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o Brasil produz 170 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos (lixo) por dia, conforme informações da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais (ABRELPE). Deste total, 67 mil toneladas têm destinação inadequada. Além disso, conforme informações da Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre, 2008), apenas 13% de todo o resíduo é reciclado.

Diante do exposto, justifica-se uma tramitação mais célere nesta Casa, sob a forma de estudo conjunto nas comissões pertinentes, da proposição que define a “Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sob seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.”

Sala das Sessões, em _____ de 2010.


CÉSAR BORGES



REQUERIMENTO Nº 49, DE 2010 – CCJ/CAE/CAS/CMA

Requeiro, nos termos do *art. 113* do Regimento Interno do Senado Federal, que seja *realizado o estudo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989*, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, *em conjunto* com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle-CMA e com a Comissão de Assuntos Sociais- CAS.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira há quase 20 anos, está no aguardo de uma legislação para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, que possa oferecer uma nova política moderna, representando um novo paradigma de trabalho, transformando definitivamente o País num ambiente compatível com os demais países desenvolvidos e emergentes, e à altura dos inúmeros outros avanços aqui realizados.

O debate a propósito da necessidade de se instituir uma política nacional de gerenciamento de resíduos sólidos remonta ao final da década de 1980, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 354, de 1989, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de saúde.

Aprovado nesta Casa, em 1991, o projeto passou a tramitar na Câmara dos Deputados e voltou a esta Casa, após quase duas décadas de tramitação, onde ficou apensado a diversos outros projetos que tratavam da mesma matéria.

Recentemente, num período de chuvas excessivas, o país se deparou com tragédias decorrentes de deslizamentos de terras, encostas e entupimento de bueiros, devido em grande parte a uma disposição inadequada do lixo. Um exemplo emblemático da ausência



de um marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos foi a fixação de habitações sob um aterro sanitário no morro do Bumba, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o Brasil produz 170 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos (lixo) por dia, conforme informações da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais (ABRELPE). Deste total, 67 mil toneladas têm destinação inadequada. Além disso, conforme informações da Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre, 2008), apenas 13% de todo o resíduo é reciclado.

Diante do exposto, justifica-se uma tramitação mais célere nesta Casa, sob a forma de estudo conjunto nas comissões pertinentes, da proposição que define a “Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sob seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.”

Sala das Sessões, em de 2010.

CÉSAR BORGES



PARECER Nº , DE 2010

Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; DE ASSUNTOS SOCIAIS; E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

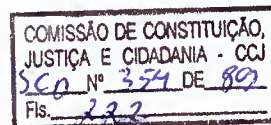
RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

I – RELATÓRIO

Vem a estas Comissões, para análise, nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, foram apensadas mais de oitenta proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos – inclusive o Projeto de Lei (PL) nº 1.991, de 2007, do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Conforme justificção do relator da matéria na Câmara dos





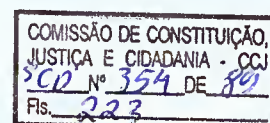
33455.34722

Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no SCD nº 354, de 1989, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria, esforço do qual participaram representantes de órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora. A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo.

O SCD nº 354, de 1989, disciplina a matéria ementada em cinquenta e oito artigos, que se desdobram em numerosos parágrafos, incisos e alíneas e se agrupam em quatro Títulos: Das Disposições Gerais, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos e Das Disposições Transitórias e Finais.

No art. 3º do Capítulo II do Título I (Das Disposições Gerais) estão as definições necessárias para a aplicação da lei. Dentre elas, destacamos: (i) **destinação final ambientalmente adequada**: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa; (ii) **disposição final ambientalmente adequada**: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos; (iii) **rejeitos**: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; (iv) **geradores de resíduos sólidos**: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; (v) **gerenciamento de resíduos sólidos**: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (vi) **gestão integrada de resíduos sólidos**: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social; (vii) **logística reversa**: instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição





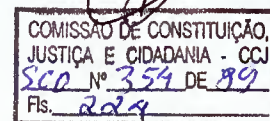
33455.34722

dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada; (viii) **serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e (ix) **área órfã contaminada**: área contaminada cujos responsáveis pela disposição de contaminantes não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão enumerados nos arts. 6º e 7º do Capítulo II do Título II. Entre eles merecem destaque: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (ii) o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social; (iii) o respeito às diversidades locais e regionais; e (iv) a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

Os instrumentos da PNRS, por seu turno, constam do art. 8º do Capítulo III do mesmo Título. Entre eles, figuram: (i) os planos de resíduos sólidos; (ii) os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; (iii) a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa; (iv) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (v) o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; (vi) o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); (vii) o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (viii) o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e redução dos custos envolvidos; e (ix) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Substitutivo explicita a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios, sendo que aos Estados cabe: (i) promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal; e (ii) controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental junto ao órgão estadual do meio ambiente. A atuação do Estado deve apoiar e priorizar as iniciativas municipais de





33455.34722

soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais Municípios (arts. 10 e 11).

De acordo com o art. 12, incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma estabelecida no regulamento da lei.

Os dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III estabelecem, respectivamente, as diretrizes para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos (arts. 16 a 19). Ressaltamos:

a) o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar o Plano Municipal (ou Distrital, conforme o caso) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para que façam jus a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

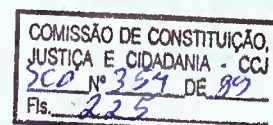
b) os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e a implementação de plano intermunicipal, e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

c) o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano municipal, desde que o plano intermunicipal atenda aos requisitos previstos na lei;

d) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto na Lei nº 11.445, de 2007;

e) a existência do plano municipal não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental dos aterros sanitários;

f) os Estados também somente terão acesso a recursos públicos federais destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de





33455.34722

resíduos sólidos após a elaboração do plano estadual;

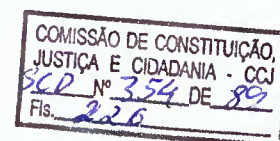
g) a exigência da elaboração de plano estadual e de plano municipal de resíduos sólidos, nos termos previstos pela lei, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos públicos federais entrará em vigor dois anos após a data da publicação da lei;

h) além dos planos estaduais, os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei;

i) o conteúdo mínimo dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos consta dos arts. 17 e 19 do projeto de lei em exame, respectivamente. No caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento;

j) dentre as dezenove exigências a serem contempladas no plano municipal destacamos: (i) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação e disposição final; (ii) identificação de áreas para aterros; (iii) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, bem como descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa; (iv) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final; (v) identificação dos passivos ambientais relacionados a resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; (vi) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei de Saneamento Básico; (vii) programas e ações de capacitação técnica voltados à implementação e operação do plano; (viii) programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos; e (ix) programas e ações para a participação, se houver, das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o disposto no art. 13, os resíduos sólidos, para os





33455.34722

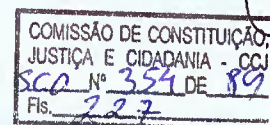
efeitos da lei, são classificados quanto à periculosidade e à origem. No segundo grupo são identificadas as seguintes categorias: (i) domiciliares; (ii) de limpeza urbana; (iii) de estabelecimentos comerciais; (iv) de serviços públicos de saneamento básico (excetuados os resíduos sólidos urbanos, que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); (v) industriais; (vi) de serviço de saúde; (vii) da construção civil; (viii) agrosilvopastoris; (ix) de mineração; e (x) de serviços de transportes, que são os resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

Os arts. 20 a 24 da do Capítulo II e 25 a 36 do Capítulo III do Título II do Substitutivo estabelecem as responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público. Destacamos os seguintes pontos:

a) o art. 20 estatui que os geradores de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviço de saúde, da construção civil, agrosilvopastoris, de mineração, de serviços de transportes, bem como de estabelecimentos comerciais que gerem resíduos perigosos ou que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados, pelo poder público municipal, aos resíduos domiciliares estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – cujo conteúdo mínimo está descrito no art. 21. Esses geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis;

b) segundo o art. 23, os responsáveis por esses planos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Essas informações serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir;

c) a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não impede a elaboração, a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama; e no caso de empreendimento ou atividade não sujeitos ao licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento cabe à autoridade





33455.34722

municipal competente;

d) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Lei de Saneamento Básico;

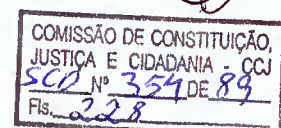
e) no âmbito da responsabilidade compartilhada, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entre outras medidas, estabelecer sistema de coleta seletiva e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos provenientes dos serviços prestados;

f) a contratação, pelo titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda dispensa licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

g) havendo sistema de coleta seletiva ou sistemas de logística reversa, os cidadãos são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente para coleta ou devolução os resíduos sólidos gerados. O poder público municipal poderá instituir incentivos econômicos aos munícipes que participarem do sistema de coleta seletiva na forma de lei municipal;

h) conforme dispõe o art. 33, estão obrigados a estruturar e a implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de: (i) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

i) a logística reversa relativa aos produtos mencionados nos itens (v) e (vi) acima mencionados será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento;





33455.34722

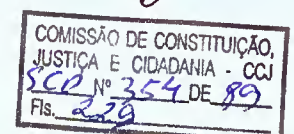
j) na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, a responsabilidade pós-consumo da cadeia produtiva prevista para os resíduos acima mencionados será estendida a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em que a aplicação da logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados;

k) para assegurar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes podem adotar as seguintes medidas: (i) implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; (ii) colocar à disposição postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; (iii) atuar em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, exceto no caso dos produtos identificados no item “h”, mencionado acima, pelos itens (i) a (vi);

l) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização e a reciclagem.

Os arts. 37 a 41 do Capítulo IV do Título III dispõem sobre resíduos perigosos. Entre outros preceitos: (i) as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem se registrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, que poderá estar inserido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comentado anteriormente; (ii) o Cadastro é parte integrante do Sinir; (iii) no licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, é facultado ao órgão ambiental licenciador exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública; (iv) no caso de descontaminação de áreas órfãs, identificados os responsáveis pela contaminação estes ressarcirão integralmente o valor despendido pelo poder público. Os rejeitos radioativos são regulados por legislação específica.

Os Instrumentos Econômicos aplicáveis à PNRS são tratados nos arts. 42 a 45 do Capítulo V do Título III. Em síntese:





33455.34722

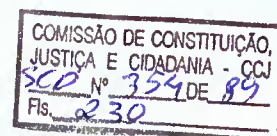
a) o poder público poderá instituir linhas de financiamento para atender de forma prioritária iniciativas voltadas, por exemplo, para: (i) o desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou regional; (ii) a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (iii) a estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; e (iv) a descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

b) no fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender as diretrizes da lei, as instituições oficiais de crédito poderão estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos;

c) a União e os demais entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) para: (i) as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional; (ii) projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; (iii) as empresas dedicadas à limpeza urbana;

d) os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

O Substitutivo veda expressamente as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (i) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (ii) lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (iii) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Nos casos de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada pelos órgãos competentes.





33455.34722

Nas áreas de disposição final de resíduos ou de rejeitos ficam vedadas as atividades de catação, criação de animais domésticos e fixação de habitações temporárias ou permanentes.

O projeto também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para quaisquer fins.

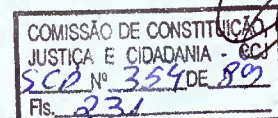
A inobservância aos preceitos da lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais), e seu regulamento, sem prejuízo de outras sanções determinadas em lei.

O art. 54 do Título IV (Das Disposições Transitórias e Finais) altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento e também quem dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei que resultar deste projeto: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

De acordo com o *caput* do art. 55, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, sendo que o parágrafo único do artigo abre a possibilidade de os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos definirem prazo diferente do previsto no *caput*.

Por fim, o art. 58 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A posição favorável à aprovação do Substitutivo foi reafirmada por ocasião da audiência pública realizada no último dia 5 de maio, em seção conjunta promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais





33455.34722

Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria em pauta será examinada pela CCJ, CAE, CAS e CMA. No entanto, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 18, de 2010/CAE, nº 22, de 2010/CMA, nº 39, de 2010/CAS e nº 49, de 2010/CCJ – fundamentados no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal –, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta, cabendo a mim a responsabilidade de relatar o projeto nas quatro Comissões.

II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, consoante o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

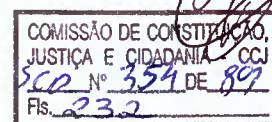
Segundo os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas.

Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 354, de 1989, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo na íntegra ou em parte. Recordamos que o texto original do projeto foi totalmente reformulado pela Câmara dos Deputados.

Não é demais lembrar que o texto original do projeto aprovado pelo Senado, no longínquo ano de 1991, trata especificamente dos resíduos de serviços de saúde, enquanto que o SCD nº 354, de 1989, institui um conjunto de instrumentos, ações e regras gerais e abrangentes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Conforme determina, ainda, o RISF, a matéria será examinada nos termos dos arts. 99, inciso I; 100, inciso II; 101, incisos I e II, *d*; e 102-A, inciso II.

Dessa feita, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, VI e § 1º, da Constituição Federal (CF), segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os Estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre (...) *conservação da natureza, defesa do*





33455.34722

solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Já o art. 23, VI, da Lei Maior dispõe que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política-administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

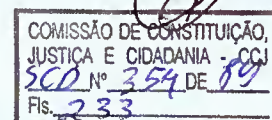
Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos Municípios, com base no art. 30, I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão dos resíduos sólidos urbanos – coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos Estados e Municípios e a autonomia administrativa dos entes federados (CF – arts. 18; 24, VI e §§ 1º e 2º; e art. 30, I e V).

A iniciativa da presente norma guarda, portanto, conformidade com o sistema de distribuição de competências constitucionais, além de atender expressamente o disposto no art. 225 da Lei Maior, segundo o qual *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Do ponto de vista jurídico, observa-se que o projeto está em harmonia com a Política Nacional do Meio Ambiente – instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 –, com a Lei de Saneamento Básico e demais normas legais de proteção ao meio ambiente e à saúde.

No entanto, identificamos alguns problemas pontuais no texto





33455.34722

do SCD nº 354, de 1989, que podem ser sanados sem ofender as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado.

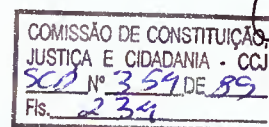
Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados.

- § 9º do art. 19 – onde se lê “I a XVIII”, o correto seria “I a XIX”.
- Inciso VII do art. 21 – substituir “art. 30” por “art. 31”. O art. 30 define a responsabilidade compartilhada, mas as ações a que se refere o inciso VII do art. 21 estão no art. 31.
- § 4º do art. 33 – onde se lê “I a IV”, o correto seria “I a VI”.
- § 2º do art. 36 – substituir “inciso II do *caput*” por “§ 1º”. O inciso II do *caput* do art. 36 não faz referência à contratação das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas sim o § 1º do art. 36.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários.

Uma vez que o *caput* do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei. Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de





aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras. Ademais, o projeto já restringe o emprego da tecnologia à comprovação de sua viabilidade ambiental e técnica e à implantação de programa de monitoramento de emissão de poluentes aprovado pelo órgão ambiental.

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*”.

Também suprimimos do art. 28 a expressão “(...)”, ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13 (...)”. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os Municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizadas em áreas de preservação permanente, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

A permanência desse dispositivo compromete a atividade de mineração em áreas de preservação permanente, já disciplinada em legislação própria, uma vez que a disposição de rejeitos minerários é parte inerente da própria atividade. Da mesma forma, aterros sanitários e industriais já em operação e devidamente licenciados poderão se tornar ilegais, dado que norma específica define como de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento e as atividades de proteção sanitária.

Recomendamos, também, rejeitar o parágrafo único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no *caput*, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

III – VOTO



33455.34722

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, **suprimindo**, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; **rejeitando** o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: **substituição**, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” por “§ 1º”.

Sala da Comissão,

, Presidente

César Borges, Relator



34801.82360

Minuta

PARECER Nº , DE 2010

Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; E DE ASSUNTOS SOCIAIS; sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

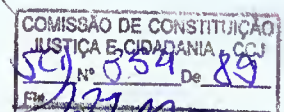
RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

I – RELATÓRIO

Vem a estas Comissões, para análise, nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, foram apensadas mais de oitenta proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos – inclusive o Projeto de Lei (PL) nº 1.991, de 2007, do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Conforme justificção do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no SCD nº 354, de 1989, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria,





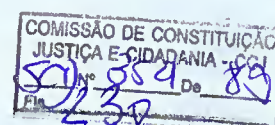
34801.82360

esforço do qual participaram representantes de órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora. A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo.

O SCD nº 354, de 1989, disciplina a matéria ementada em cinquenta e oito artigos, que se desdobram em numerosos parágrafos, incisos e alíneas e se agrupam em quatro Títulos: Das Disposições Gerais, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos e Das Disposições Transitórias e Finais.

No art. 3º do Capítulo II do Título I (Das Disposições Gerais) estão as definições necessárias para a aplicação da lei. Dentre elas, destacamos: (i) **destinação final ambientalmente adequada**: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa; (ii) **disposição final ambientalmente adequada**: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos; (iii) **rejeitos**: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; (iv) **geradores de resíduos sólidos**: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; (v) **gerenciamento de resíduos sólidos**: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (vi) **gestão integrada de resíduos sólidos**: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social; (vii) **logística reversa**: instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final





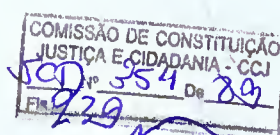
34801.82360

ambientalmente adequada; (viii) **serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e (ix) **área órfã contaminada**: área contaminada cujos responsáveis pela disposição de contaminantes não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão enumerados nos arts. 6º e 7º do Capítulo II do Título II. Entre eles merecem destaque: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (ii) o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social; (iii) o respeito às diversidades locais e regionais; e (iv) a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

Os instrumentos da PNRS, por seu turno, constam do art. 8º do Capítulo III do mesmo Título. Entre eles, figuram: (i) os planos de resíduos sólidos; (ii) os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; (iii) a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa; (iv) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (v) o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; (vi) o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); (vii) o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (viii) o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e redução dos custos envolvidos; e (ix) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Substitutivo explicita a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios, sendo que aos Estados cabe: (i) promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal; e (ii) controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental junto ao órgão estadual do meio ambiente. A atuação do Estado deve apoiar e priorizar as iniciativas municipais de soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais Municípios (arts. 10 e 11).





34801.82360

De acordo com o art. 12, incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma estabelecida no regulamento da lei.

Os dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III estabelecem, respectivamente, as diretrizes para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos (arts. 16 a 19). Ressaltamos:

a) o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar o Plano Municipal (ou Distrital, conforme o caso) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para que façam jus a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

b) os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e a implementação de plano intermunicipal, e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

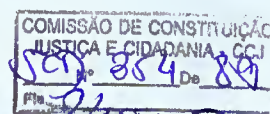
c) o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano municipal, desde que o plano intermunicipal atenda aos requisitos previstos na lei;

d) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto na Lei nº 11.445, de 2007;

e) a existência do plano municipal não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental dos aterros sanitários;

f) os Estados também somente terão acesso a recursos públicos federais destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos após a elaboração do plano estadual;

g) a exigência da elaboração de plano estadual e de plano





34801.82360

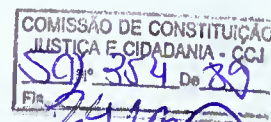
municipal de resíduos sólidos, nos termos previstos pela lei, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos públicos federais entrará em vigor dois anos após a data da publicação da lei;

h) além dos planos estaduais, os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei;

i) o conteúdo mínimo dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos consta dos arts. 17 e 19 do projeto de lei em exame, respectivamente. No caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento;

j) dentre as dezenove exigências a serem contempladas no plano municipal destacamos: (i) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação e disposição final; (ii) identificação de áreas para aterros; (iii) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, bem como descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa; (iv) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final; (v) identificação dos passivos ambientais relacionados a resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; (vi) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei de Saneamento Básico; (vii) programas e ações de capacitação técnica voltados à implementação e operação do plano; (viii) programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos; e (ix) programas e ações para a participação, se houver, das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o disposto no art. 13, os resíduos sólidos, para os efeitos da lei, são classificados quanto à periculosidade e à origem. No segundo grupo são identificadas as seguintes categorias: (i) domiciliares; (ii) de limpeza urbana; (iii) de estabelecimentos comerciais; (iv) de





34801.82360

serviços públicos de saneamento básico (excetuados os resíduos sólidos urbanos, que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); (v) industriais; (vi) de serviço de saúde; (vii) da construção civil; (viii) agrosilvopastoris; (ix) de mineração; e (x) de serviços de transportes, que são os resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

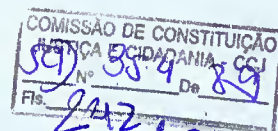
Os arts. 20 a 24 da do Capítulo II e 25 a 36 do Capítulo III do Título II do Substitutivo estabelecem as responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público. Destacamos os seguintes pontos:

a) o art. 20 estatui que os geradores de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviço de saúde, da construção civil, agrosilvopastoris, de mineração, de serviços de transportes, bem como de estabelecimentos comerciais que gerem resíduos perigosos ou que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados, pelo poder público municipal, aos resíduos domiciliares estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – cujo conteúdo mínimo está descrito no art. 21. Esses geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis;

b) segundo o art. 23, os responsáveis por esses planos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Essas informações serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir;

c) a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não impede a elaboração, a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama; e no caso de empreendimento ou atividade não sujeitos ao licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento cabe à autoridade municipal competente;

d) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo





34801.82360

de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Lei de Saneamento Básico;

e) no âmbito da responsabilidade compartilhada, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entre outras medidas, estabelecer sistema de coleta seletiva e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos provenientes dos serviços prestados;

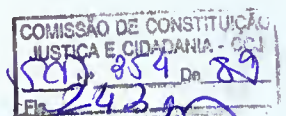
f) a contratação, pelo titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda dispensa licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

g) havendo sistema de coleta seletiva ou sistemas de logística reversa, os cidadãos são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente para coleta ou devolução os resíduos sólidos gerados. O poder público municipal poderá instituir incentivos econômicos aos munícipes que participarem do sistema de coleta seletiva na forma de lei municipal;

h) conforme dispõe o art. 33, estão obrigados a estruturar e a implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de: (i) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

i) a logística reversa relativa aos produtos mencionados nos itens (v) e (vi) acima mencionados será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento;

j) na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, a responsabilidade pós-consumo da cadeia produtiva prevista





34801.82360

para os resíduos acima mencionados será estendida a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em que a aplicação da logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados;

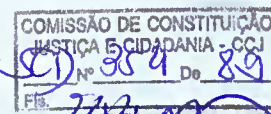
k) para assegurar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes podem adotar as seguintes medidas: (i) implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; (ii) colocar à disposição postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; (iii) atuar em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, exceto no caso dos produtos identificados no item “h”, mencionado acima, pelos itens (i) a (vi);

l) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização e a reciclagem.

Os arts. 37 a 41 do Capítulo IV do Título III dispõem sobre resíduos perigosos. Entre outros preceitos: (i) as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem se registrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, que poderá estar inserido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comentado anteriormente; (ii) o Cadastro é parte integrante do Sinir; (iii) no licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, é facultado ao órgão ambiental licenciador exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública; (iv) no caso de descontaminação de áreas órfãs, identificados os responsáveis pela contaminação estes ressarcirão integralmente o valor despendido pelo poder público. Os rejeitos radioativos são regulados por legislação específica.

Os Instrumentos Econômicos aplicáveis à PNRS são tratados nos arts. 42 a 45 do Capítulo V do Título III. Em síntese:

a) o poder público poderá instituir linhas de financiamento para atender de forma prioritária iniciativas voltadas, por exemplo, para: (i) o desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter





34801.82360

intermunicipal ou regional; (ii) a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (iii) a estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; e (iv) a descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

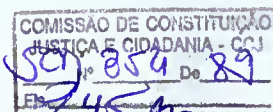
b) no fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender as diretrizes da lei, as instituições oficiais de crédito poderão estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos;

c) a União e os demais entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) para: (i) as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional; (ii) projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; (iii) as empresas dedicadas à limpeza urbana;

d) os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

O Substitutivo veda expressamente as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (i) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (ii) lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (iii) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Nos casos de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada pelos órgãos competentes.

Nas áreas de disposição final de resíduos ou de rejeitos ficam vedadas as atividades de catação, criação de animais domésticos e fixação de habitações temporárias ou permanentes.



250



34801.82360

O projeto também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para quaisquer fins.

A inobservância aos preceitos da lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais), e seu regulamento, sem prejuízo de outras sanções determinadas em lei.

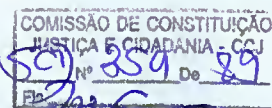
O art. 54 do Título IV (Das Disposições Transitórias e Finais) altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento e também quem dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei que resultar deste projeto: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

De acordo com o *caput* do art. 55, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, sendo que o parágrafo único do artigo abre a possibilidade de os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos definirem prazo diferente do previsto no *caput*.

Por fim, o art. 58 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A posição favorável à aprovação do Substitutivo foi reafirmada por ocasião da audiência pública realizada no último dia 5 de maio, em seção conjunta promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria em pauta será examinada pela CCJ, CAE, CAS e





34801.82360

CMA. No entanto, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 18, de 2010/CAE, nº 22, de 2010/CMA, nº 39, de 2010/CAS e nº 49, de 2010/CCJ – fundamentados no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal –, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta, cabendo a mim a responsabilidade de relatar o projeto em três Comissões: CCJ, CAE e CAS.

II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, consoante o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

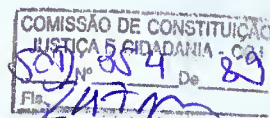
Segundo os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas.

Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 354, de 1989, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo na íntegra ou em parte. Recordamos que o texto original do projeto foi totalmente reformulado pela Câmara dos Deputados.

Não é demais relembrar que o texto original do projeto aprovado pelo Senado, no longínquo ano de 1991, trata especificamente dos resíduos de serviços de saúde, enquanto que o SCD nº 354, de 1989, institui um conjunto de instrumentos, ações e regras gerais e abrangentes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Conforme determina, ainda, o RISF, a matéria será examinada nos termos dos arts. 99, inciso I; 100, inciso II; 101, incisos I e II, *d*; e 102-A, inciso II.

Dessa feita, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, VI e § 1º, da Constituição Federal (CF), segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os Estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre (...) *conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*.





Já o art. 23, VI, da Lei Maior dispõe que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política-administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

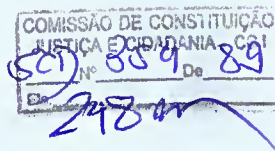
Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos Municípios, com base no art. 30, I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão dos resíduos sólidos urbanos – coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos Estados e Municípios e a autonomia administrativa dos entes federados (CF – arts. 18; 24, VI e §§ 1º e 2º; e art. 30, I e V).

A iniciativa da presente norma guarda, portanto, conformidade com o sistema de distribuição de competências constitucionais, além de atender expressamente o disposto no art. 225 da Lei Maior, segundo o qual *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Do ponto de vista jurídico, observa-se que o projeto está em harmonia com a Política Nacional do Meio Ambiente – instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 –, com a Lei de Saneamento Básico e demais normas legais de proteção ao meio ambiente e à saúde.

No entanto, identificamos alguns problemas pontuais no texto do SCD nº 354, de 1989, que podem ser sanados sem ofender as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado.





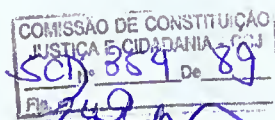
Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados.

- § 9º do art. 19 – onde se lê “I a XVIII”, o correto seria “I a XIX”.
- Inciso VII do art. 21 – substituir “art. 30” por “art. 31”. O art. 30 define a responsabilidade compartilhada, mas as ações a que se refere o inciso VII do art. 21 estão no art. 31.
- § 4º do art. 33 – onde se lê “I a IV”, o correto seria “I a VI”.
- § 2º do art. 36 – substituir “inciso II do *caput*” por “§ 1º”. O inciso II do *caput* do art. 36 não faz referência à contratação das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas sim o § 1º do art. 36.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários.

Uma vez que o *caput* do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei. Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras. Ademais, o projeto já restringe o emprego da tecnologia à comprovação de sua viabilidade ambiental e técnica e à implantação de programa de monitoramento de emissão de poluentes aprovado pelo órgão ambiental.





34801.82360

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*”.

Também suprimimos do art. 28 a expressão “(...), ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13 (...)”. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os Municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

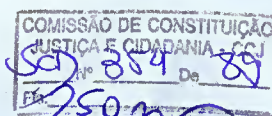
Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizadas em áreas de preservação permanente, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

A permanência desse dispositivo compromete a atividade de mineração em áreas de preservação permanente, já disciplinada em legislação própria, uma vez que a disposição de rejeitos minerários é parte inerente da própria atividade. Da mesma forma, aterros sanitários e industriais já em operação e devidamente licenciados poderão se tornar ilegais, dado que norma específica define como de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento e as atividades de proteção sanitária.

Recomendamos, também, rejeitar o parágrafo único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no *caput*, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, **suprimindo**, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público





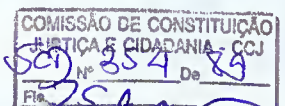
34801.82360

municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; **rejeitando** o art. 48 na íntegra e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: **substituição**, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” por “§ 1º”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





PARECER Nº , DE 2010

MINUTA

Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; E DE ASSUNTOS SOCIAIS; sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

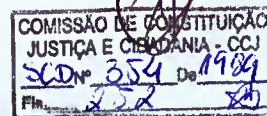
RELATOR: Senador CÉSAR BORGES

I – RELATÓRIO

Vem a estas Comissões, para análise, nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, foram apensadas mais de oitenta proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos – inclusive o Projeto de Lei (PL) nº 1.991, de 2007, do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Conforme justificção do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no SCD nº 354, de 1989, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria,





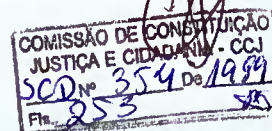
34955.13201

esforço do qual participaram representantes de órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora. A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo.

O SCD nº 354, de 1989, disciplina a matéria ementada em cinquenta e oito artigos, que se desdobram em numerosos parágrafos, incisos e alíneas e se agrupam em quatro Títulos: Das Disposições Gerais, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos e Das Disposições Transitórias e Finais.

No art. 3º do Capítulo II do Título I (Das Disposições Gerais) estão as definições necessárias para a aplicação da lei. Dentre elas, destacamos: (i) **destinação final ambientalmente adequada**: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa; (ii) **disposição final ambientalmente adequada**: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos; (iii) **rejeitos**: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; (iv) **geradores de resíduos sólidos**: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; (v) **gerenciamento de resíduos sólidos**: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (vi) **gestão integrada de resíduos sólidos**: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social; (vii) **logística reversa**: instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final





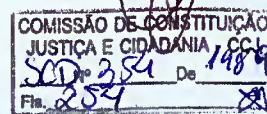
34955.13201

ambientalmente adequada; (viii) **serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e (ix) **área órfã contaminada**: área contaminada cujos responsáveis pela disposição de contaminantes não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão enumerados nos arts. 6º e 7º do Capítulo II do Título II. Entre eles merecem destaque: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (ii) o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social; (iii) o respeito às diversidades locais e regionais; e (iv) a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

Os instrumentos da PNRS, por seu turno, constam do art. 8º do Capítulo III do mesmo Título. Entre eles, figuram: (i) os planos de resíduos sólidos; (ii) os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; (iii) a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa; (iv) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (v) o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; (vi) o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); (vii) o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (viii) o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e redução dos custos envolvidos; e (ix) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Substitutivo explicita a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios, sendo que aos Estados cabe: (i) promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal; e (ii) controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental junto ao órgão estadual do meio ambiente. A atuação do Estado deve apoiar e priorizar as iniciativas municipais de soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais Municípios (arts. 10 e 11).





De acordo com o art. 12, incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma estabelecida no regulamento da lei.

Os dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III estabelecem, respectivamente, as diretrizes para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos (arts. 16 a 19). Ressaltamos:

a) o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar o Plano Municipal (ou Distrital, conforme o caso) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para que façam jus a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

b) os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e a implementação de plano intermunicipal, e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

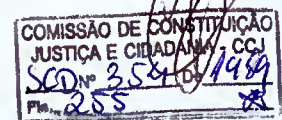
c) o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano municipal, desde que o plano intermunicipal atenda aos requisitos previstos na lei;

d) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto na Lei nº 11.445, de 2007;

e) a existência do plano municipal não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental dos aterros sanitários;

f) os Estados também somente terão acesso a recursos públicos federais destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos após a elaboração do plano estadual;

g) a exigência da elaboração de plano estadual e de plano





34955.13201

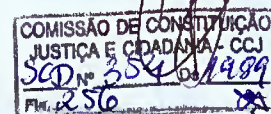
municipal de resíduos sólidos, nos termos previstos pela lei, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos públicos federais entrará em vigor dois anos após a data da publicação da lei;

h) além dos planos estaduais, os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei;

i) o conteúdo mínimo dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos consta dos arts. 17 e 19 do projeto de lei em exame, respectivamente. No caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento;

j) dentre as dezenove exigências a serem contempladas no plano municipal destacamos: (i) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação e disposição final; (ii) identificação de áreas para aterros; (iii) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, bem como descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa; (iv) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final; (v) identificação dos passivos ambientais relacionados a resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; (vi) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei de Saneamento Básico; (vii) programas e ações de capacitação técnica voltados à implementação e operação do plano; (viii) programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos; e (ix) programas e ações para a participação, se houver, das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o disposto no art. 13, os resíduos sólidos, para os efeitos da lei, são classificados quanto à periculosidade e à origem. No segundo grupo são identificadas as seguintes categorias: (i) domiciliares; (ii) de limpeza urbana; (iii) de estabelecimentos comerciais; (iv) de





34955.13201

serviços públicos de saneamento básico (excetuados os resíduos sólidos urbanos, que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); (v) industriais; (vi) de serviço de saúde; (vii) da construção civil; (viii) agrosilvopastoris; (ix) de mineração; e (x) de serviços de transportes, que são os resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

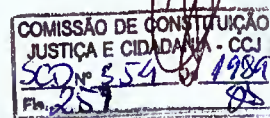
Os arts. 20 a 24 da do Capítulo II e 25 a 36 do Capítulo III do Título II do Substitutivo estabelecem as responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público. Destacamos os seguintes pontos:

a) o art. 20 estatui que os geradores de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviço de saúde, da construção civil, agrosilvopastoris, de mineração, de serviços de transportes, bem como de estabelecimentos comerciais que gerem resíduos perigosos ou que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados, pelo poder público municipal, aos resíduos domiciliares estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – cujo conteúdo mínimo está descrito no art. 21. Esses geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis;

b) segundo o art. 23, os responsáveis por esses planos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Essas informações serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir;

c) a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não impede a elaboração, a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama; e no caso de empreendimento ou atividade não sujeitos ao licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento cabe à autoridade municipal competente;

d) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo





de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Lei de Saneamento Básico;

e) no âmbito da responsabilidade compartilhada, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entre outras medidas, estabelecer sistema de coleta seletiva e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos provenientes dos serviços prestados;

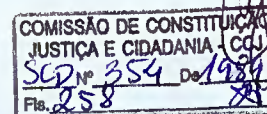
f) a contratação, pelo titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda dispensa licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

g) havendo sistema de coleta seletiva ou sistemas de logística reversa, os cidadãos são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente para coleta ou devolução os resíduos sólidos gerados. O poder público municipal poderá instituir incentivos econômicos aos munícipes que participarem do sistema de coleta seletiva na forma de lei municipal;

h) conforme dispõe o art. 33, estão obrigados a estruturar e a implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de: (i) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

i) a logística reversa relativa aos produtos mencionados nos itens (v) e (vi) acima mencionados será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento;

j) na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, a responsabilidade pós-consumo da cadeia produtiva prevista





34955.13201

para os resíduos acima mencionados será estendida a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em que a aplicação da logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados;

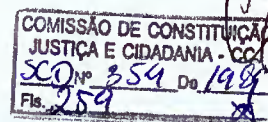
k) para assegurar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes podem adotar as seguintes medidas: (i) implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; (ii) colocar à disposição postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; (iii) atuar em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, exceto no caso dos produtos identificados no item “h”, mencionado acima, pelos itens (i) a (vi);

l) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização e a reciclagem.

Os arts. 37 a 41 do Capítulo IV do Título III dispõem sobre resíduos perigosos. Entre outros preceitos: (i) as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem se registrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, que poderá estar inserido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comentado anteriormente; (ii) o Cadastro é parte integrante do Sinir; (iii) no licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, é facultado ao órgão ambiental licenciador exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública; (iv) no caso de descontaminação de áreas órfãs, identificados os responsáveis pela contaminação estes ressarcirão integralmente o valor despendido pelo poder público. Os rejeitos radioativos são regulados por legislação específica.

Os Instrumentos Econômicos aplicáveis à PNRS são tratados nos arts. 42 a 45 do Capítulo V do Título III. Em síntese:

a) o poder público poderá instituir linhas de financiamento para atender de forma prioritária iniciativas voltadas, por exemplo, para: (i) o desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter





34955.13201

intermunicipal ou regional; (ii) a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (iii) a estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; e (iv) a descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

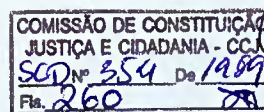
b) no fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender as diretrizes da lei, as instituições oficiais de crédito poderão estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos;

c) a União e os demais entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) para: (i) as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional; (ii) projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; (iii) as empresas dedicadas à limpeza urbana;

d) os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

O Substitutivo veda expressamente as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (i) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (ii) lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (iii) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Nos casos de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada pelos órgãos competentes.

Nas áreas de disposição final de resíduos ou de rejeitos ficam vedadas as atividades de catação, criação de animais domésticos e fixação de habitações temporárias ou permanentes.





O projeto também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para quaisquer fins.

A inobservância aos preceitos da lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais), e seu regulamento, sem prejuízo de outras sanções determinadas em lei.

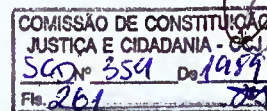
O art. 54 do Título IV (Das Disposições Transitórias e Finais) altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento e também quem dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei que resultar deste projeto: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

De acordo com o *caput* do art. 55, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, sendo que o parágrafo único do artigo abre a possibilidade de os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos definirem prazo diferente do previsto no *caput*.

Por fim, o art. 58 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A posição favorável à aprovação do Substitutivo foi reafirmada por ocasião da audiência pública realizada no último dia 5 de maio, em seção conjunta promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria em pauta será examinada pela CCJ, CAE, CAS e





34955.13201

CMA. No entanto, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 18, de 2010/CAE, nº 22, de 2010/CMA, nº 39, de 2010/CAS e nº 49, de 2010/CCJ – fundamentados no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal –, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta, cabendo a mim a responsabilidade de relatar o projeto em três Comissões: CCJ, CAE e CAS.

II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, consoante o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

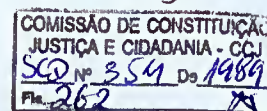
Segundo os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas.

Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 354, de 1989, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo na íntegra ou em parte. Recordamos que o texto original do projeto foi totalmente reformulado pela Câmara dos Deputados.

Não é demais lembrar que o texto original do projeto aprovado pelo Senado, no longínquo ano de 1991, trata especificamente dos resíduos de serviços de saúde, enquanto que o SCD nº 354, de 1989, institui um conjunto de instrumentos, ações e regras gerais e abrangentes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Conforme determina, ainda, o RISF, a matéria será examinada nos termos dos arts. 99, inciso I; 100, inciso II; 101, incisos I e II, *d*; e 102-A, inciso II.

Dessa feita, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, VI e § 1º, da Constituição Federal (CF), segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os Estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre (...) *conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*.





34955.13201

Já o art. 23, VI, da Lei Maior dispõe que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política-administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

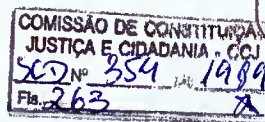
Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos Municípios, com base no art. 30, I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão dos resíduos sólidos urbanos – coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos Estados e Municípios e a autonomia administrativa dos entes federados (CF – arts. 18; 24, VI e §§ 1º e 2º; e art. 30, I e V).

A iniciativa da presente norma guarda, portanto, conformidade com o sistema de distribuição de competências constitucionais, além de atender expressamente o disposto no art. 225 da Lei Maior, segundo o qual *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Do ponto de vista jurídico, observa-se que o projeto está em harmonia com a Política Nacional do Meio Ambiente – instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 –, com a Lei de Saneamento Básico e demais normas legais de proteção ao meio ambiente e à saúde.

No entanto, identificamos alguns problemas pontuais no texto do SCD nº 354, de 1989, que podem ser sanados sem ofender as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado.





34955.13201

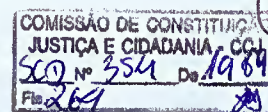
Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados.

- § 9º do art. 19 – onde se lê “I a XVIII”, o correto seria “I a XIX”.
- Inciso VII do art. 21 – substituir “art. 30” por “art. 31”. O art. 30 define a responsabilidade compartilhada, mas as ações a que se refere o inciso VII do art. 21 estão no art. 31.
- § 4º do art. 33 – onde se lê “I a IV”, o correto seria “I a VI”.
- § 2º do art. 36 – substituir “inciso II do *caput*” por “§ 1º”. O inciso II do *caput* do art. 36 não faz referência à contratação das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas sim o § 1º do art. 36.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários.

Uma vez que o *caput* do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei. Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras. Ademais, o projeto já restringe o emprego da tecnologia à comprovação de sua viabilidade ambiental e técnica e à implantação de programa de monitoramento de emissão de poluentes aprovado pelo órgão ambiental.





34955.13201

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*”.

Também suprimimos do art. 28 a expressão “(...), ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13 (...)”. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os Municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

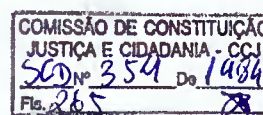
Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizadas em áreas de preservação permanente, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

A permanência desse dispositivo compromete a atividade de mineração em áreas de preservação permanente, já disciplinada em legislação própria, uma vez que a disposição de rejeitos minerários é parte inerente da própria atividade. Da mesma forma, aterros sanitários e industriais já em operação e devidamente licenciados poderão se tornar ilegais, dado que norma específica define como de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento e as atividades de proteção sanitária.

Recomendamos, também, rejeitar o parágrafo único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no *caput*, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, **suprimindo**, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público





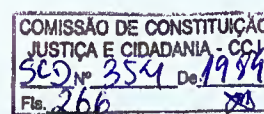
34955.13201

municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; **rejeitando** o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: **substituição**, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” por “§ 1º”.

Sala da Comissão, *em 07/07/2010*

Senador DEMÓSTENES TORRES , Presidente

Líria Borges , Relator





PARECER Nº 1038, DE 2010

Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; E DE ASSUNTOS SOCIAIS; sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

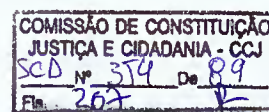
RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

I – RELATÓRIO

Vem a estas Comissões, para análise, nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, foram apensadas mais de oitenta proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos – inclusive o Projeto de Lei (PL) nº 1.991, de 2007, do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Conforme justificção do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no SCD nº 354, de 1989, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria,





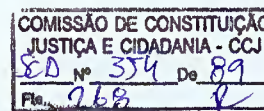
34971.12952

esforço do qual participaram representantes de órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora. A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo.

O SCD nº 354, de 1989, disciplina a matéria emendada em cinquenta e oito artigos, que se desdobram em numerosos parágrafos, incisos e alíneas e se agrupam em quatro Títulos: Das Disposições Gerais, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos e Das Disposições Transitórias e Finais.

No art. 3º do Capítulo II do Título I (Das Disposições Gerais) estão as definições necessárias para a aplicação da lei. Dentre elas, destacamos: (i) **destinação final ambientalmente adequada**: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa; (ii) **disposição final ambientalmente adequada**: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos; (iii) **rejeitos**: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; (iv) **geradores de resíduos sólidos**: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; (v) **gerenciamento de resíduos sólidos**: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (vi) **gestão integrada de resíduos sólidos**: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social; (vii) **logística reversa**: instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final





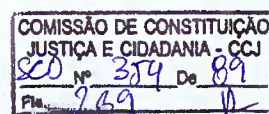
34971.12952

ambientalmente adequada; (viii) **serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e (ix) **área órfã contaminada**: área contaminada cujos responsáveis pela disposição de contaminantes não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão enumerados nos arts. 6º e 7º do Capítulo II do Título II. Entre eles merecem destaque: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (ii) o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social; (iii) o respeito às diversidades locais e regionais; e (iv) a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

Os instrumentos da PNRS, por seu turno, constam do art. 8º do Capítulo III do mesmo Título. Entre eles, figuram: (i) os planos de resíduos sólidos; (ii) os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; (iii) a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa; (iv) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (v) o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; (vi) o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); (vii) o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (viii) o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e redução dos custos envolvidos; e (ix) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Substitutivo explicita a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios, sendo que aos Estados cabe: (i) promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal; e (ii) controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental junto ao órgão estadual do meio ambiente. A atuação do Estado deve apoiar e priorizar as iniciativas municipais de soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais Municípios (arts. 10 e 11).





34971.12952

De acordo com o art. 12, incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma estabelecida no regulamento da lei.

Os dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III estabelecem, respectivamente, as diretrizes para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos (arts. 16 a 19). Ressaltamos:

a) o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar o Plano Municipal (ou Distrital, conforme o caso) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para que façam jus a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

b) os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e a implementação de plano intermunicipal, e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

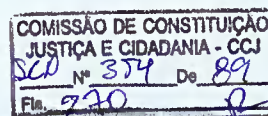
c) o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano municipal, desde que o plano intermunicipal atenda aos requisitos previstos na lei;

d) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto na Lei nº 11.445, de 2007;

e) a existência do plano municipal não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental dos aterros sanitários;

f) os Estados também somente terão acesso a recursos públicos federais destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos após a elaboração do plano estadual;

g) a exigência da elaboração de plano estadual e de plano





34971.12952

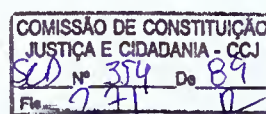
municipal de resíduos sólidos, nos termos previstos pela lei, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos públicos federais entrará em vigor dois anos após a data da publicação da lei;

h) além dos planos estaduais, os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei;

i) o conteúdo mínimo dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos consta dos arts. 17 e 19 do projeto de lei em exame, respectivamente. No caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento;

j) dentre as dezenove exigências a serem contempladas no plano municipal destacamos: (i) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação e disposição final; (ii) identificação de áreas para aterros; (iii) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, bem como descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa; (iv) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final; (v) identificação dos passivos ambientais relacionados a resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; (vi) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei de Saneamento Básico; (vii) programas e ações de capacitação técnica voltados à implementação e operação do plano; (viii) programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos; e (ix) programas e ações para a participação, se houver, das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o disposto no art. 13, os resíduos sólidos, para os efeitos da lei, são classificados quanto à periculosidade e à origem. No segundo grupo são identificadas as seguintes categorias: (i) domiciliares; (ii) de limpeza urbana; (iii) de estabelecimentos comerciais; (iv) de





34971.12952

serviços públicos de saneamento básico (excetuados os resíduos sólidos urbanos, que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); (v) industriais; (vi) de serviço de saúde; (vii) da construção civil; (viii) agrosilvopastoris; (ix) de mineração; e (x) de serviços de transportes, que são os resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

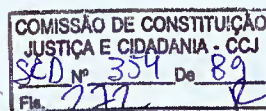
Os arts. 20 a 24 da do Capítulo II e 25 a 36 do Capítulo III do Título II do Substitutivo estabelecem as responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público. Destacamos os seguintes pontos:

a) o art. 20 estatui que os geradores de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviço de saúde, da construção civil, agrosilvopastoris, de mineração, de serviços de transportes, bem como de estabelecimentos comerciais que gerem resíduos perigosos ou que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados, pelo poder público municipal, aos resíduos domiciliares estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – cujo conteúdo mínimo está descrito no art. 21. Esses geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis;

b) segundo o art. 23, os responsáveis por esses planos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Essas informações serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir;

c) a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não impede a elaboração, a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama; e no caso de empreendimento ou atividade não sujeitos ao licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento cabe à autoridade municipal competente;

d) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo





34971.12952

de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Lei de Saneamento Básico;

e) no âmbito da responsabilidade compartilhada, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entre outras medidas, estabelecer sistema de coleta seletiva e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos provenientes dos serviços prestados;

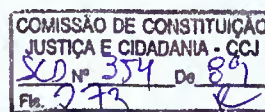
f) a contratação, pelo titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda dispensa licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

g) havendo sistema de coleta seletiva ou sistemas de logística reversa, os cidadãos são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente para coleta ou devolução os resíduos sólidos gerados. O poder público municipal poderá instituir incentivos econômicos aos munícipes que participarem do sistema de coleta seletiva na forma de lei municipal;

h) conforme dispõe o art. 33, estão obrigados a estruturar e a implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de: (i) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

i) a logística reversa relativa aos produtos mencionados nos itens (v) e (vi) acima mencionados será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento;

j) na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, a responsabilidade pós-consumo da cadeia produtiva prevista





34971.12952

para os resíduos acima mencionados será estendida a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em que a aplicação da logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados;

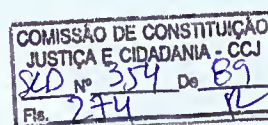
k) para assegurar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes podem adotar as seguintes medidas: (i) implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; (ii) colocar à disposição postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; (iii) atuar em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, exceto no caso dos produtos identificados no item “h”, mencionado acima, pelos itens (i) a (vi);

l) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização e a reciclagem.

Os arts. 37 a 41 do Capítulo IV do Título III dispõem sobre resíduos perigosos. Entre outros preceitos: (i) as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem se registrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, que poderá estar inserido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comentado anteriormente; (ii) o Cadastro é parte integrante do Sinir; (iii) no licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, é facultado ao órgão ambiental licenciador exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública; (iv) no caso de descontaminação de áreas órfãs, identificados os responsáveis pela contaminação estes ressarcirão integralmente o valor despendido pelo poder público. Os rejeitos radioativos são regulados por legislação específica.

Os Instrumentos Econômicos aplicáveis à PNRS são tratados nos arts. 42 a 45 do Capítulo V do Título III. Em síntese:

a) o poder público poderá instituir linhas de financiamento para atender de forma prioritária iniciativas voltadas, por exemplo, para: (i) o desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter





34971.12952

intermunicipal ou regional; (ii) a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (iii) a estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; e (iv) a descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

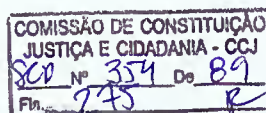
b) no fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender as diretrizes da lei, as instituições oficiais de crédito poderão estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos;

c) a União e os demais entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) para: (i) as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional; (ii) projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; (iii) as empresas dedicadas à limpeza urbana;

d) os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

O Substitutivo veda expressamente as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (i) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (ii) lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (iii) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Nos casos de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada pelos órgãos competentes.

Nas áreas de disposição final de resíduos ou de rejeitos ficam vedadas as atividades de catação, criação de animais domésticos e fixação de habitações temporárias ou permanentes.





34971.12952

O projeto também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para quaisquer fins.

A inobservância aos preceitos da lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais), e seu regulamento, sem prejuízo de outras sanções determinadas em lei.

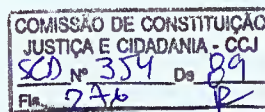
O art. 54 do Título IV (Das Disposições Transitórias e Finais) altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento e também quem dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei que resultar deste projeto: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

De acordo com o *caput* do art. 55, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, sendo que o parágrafo único do artigo abre a possibilidade de os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos definirem prazo diferente do previsto no *caput*.

Por fim, o art. 58 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A posição favorável à aprovação do Substitutivo foi reafirmada por ocasião da audiência pública realizada no último dia 5 de maio, em seção conjunta promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria em pauta será examinada pela CCJ, CAE, CAS e





34971.12952

CMA. No entanto, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 18, de 2010/CAE, nº 22, de 2010/CMA, nº 39, de 2010/CAS e nº 49, de 2010/CCJ – fundamentados no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal –, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta, cabendo a mim a responsabilidade de relatar o projeto em três Comissões: CCJ, CAE e CAS.

II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, consoante o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

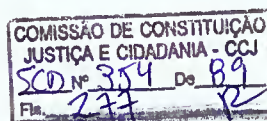
Segundo os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas.

Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 354, de 1989, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo na íntegra ou em parte. Recordamos que o texto original do projeto foi totalmente reformulado pela Câmara dos Deputados.

Não é demais lembrar que o texto original do projeto aprovado pelo Senado, no longínquo ano de 1991, trata especificamente dos resíduos de serviços de saúde, enquanto que o SCD nº 354, de 1989, institui um conjunto de instrumentos, ações e regras gerais e abrangentes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Conforme determina, ainda, o RISF, a matéria será examinada nos termos dos arts. 99, inciso I; 100, inciso II; 101, incisos I e II, *d*; e 102-A, inciso II.

Dessa feita, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, VI e § 1º, da Constituição Federal (CF), segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os Estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre (...) *conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*.





34971.12952

Já o art. 23, VI, da Lei Maior dispõe que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política-administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

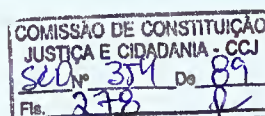
Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos Municípios, com base no art. 30, I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão dos resíduos sólidos urbanos – coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos Estados e Municípios e a autonomia administrativa dos entes federados (CF – arts. 18; 24, VI e §§ 1º e 2º; e art. 30, I e V).

A iniciativa da presente norma guarda, portanto, conformidade com o sistema de distribuição de competências constitucionais, além de atender expressamente o disposto no art. 225 da Lei Maior, segundo o qual *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Do ponto de vista jurídico, observa-se que o projeto está em harmonia com a Política Nacional do Meio Ambiente – instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 –, com a Lei de Saneamento Básico e demais normas legais de proteção ao meio ambiente e à saúde.

No entanto, identificamos alguns problemas pontuais no texto do SCD nº 354, de 1989, que podem ser sanados sem ofender as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado.





34971.12952

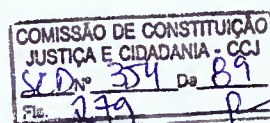
Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados.

- § 9º do art. 19 – onde se lê “I a XVIII”, o correto seria “I a XIX”.
- Inciso VII do art. 21 – substituir “art. 30” por “art. 31”. O art. 30 define a responsabilidade compartilhada, mas as ações a que se refere o inciso VII do art. 21 estão no art. 31.
- § 4º do art. 33 – onde se lê “I a IV”, o correto seria “I a VI”.
- § 2º do art. 36 – substituir “inciso II do *caput*” por “§ 1º”. O inciso II do *caput* do art. 36 não faz referência à contratação das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas sim o § 1º do art. 36.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários.

Uma vez que o *caput* do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei. Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras. Ademais, o projeto já restringe o emprego da tecnologia à comprovação de sua viabilidade ambiental e técnica e à implantação de programa de monitoramento de emissão de poluentes aprovado pelo órgão ambiental.





34971.12952

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*”.

Também suprimimos do art. 28 a expressão “(...)”, ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13 (...)”. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os Municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

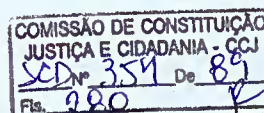
Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizadas em áreas de preservação permanente, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

A permanência desse dispositivo compromete a atividade de mineração em áreas de preservação permanente, já disciplinada em legislação própria, uma vez que a disposição de rejeitos minerários é parte inerente da própria atividade. Da mesma forma, aterros sanitários e industriais já em operação e devidamente licenciados poderão se tornar ilegais, dado que norma específica define como de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento e as atividades de proteção sanitária.

Conforme relatado acima, o art. 54 do Substitutivo dá nova redação ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, para cominar pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa a quem dispuser resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei da PNRS.

A tipificação penal dessa conduta parece-nos rigorosa demais. Por essa razão, não acatamos o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do SCD nº 354, de 1989.

Vale recordar que, de acordo com as alíneas a, b e c do inciso I do art. 13 do projeto, os resíduos sólidos urbanos englobam os resíduos domiciliares, definidos como os originários de atividades domésticas em





34971.12952

residências urbanas, bem como os resíduos de limpeza urbana.

Recomendamos, também, rejeitar o parágrafo único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no *caput*, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

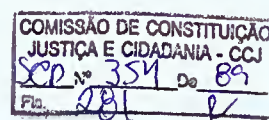
III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, **suprimindo**, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; **rejeitando** o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: **substituição**, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” por “§ 1º”.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2010

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

César Borges, Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: SCD Nº 354 DE 1989

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07 / 07 / 2010 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Senador Lísan Borges</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 27/05/2010

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PLS Nº 354 DE 1989
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/07/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-PAULO PAIM (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-VAGO
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-VAGO
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

FRANCISCO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-HÉLIO COSTA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-VAGO
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-EDISON LOBÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1- JORGE YANAI (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
MUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELLO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354 DE 1989

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/07/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: *EVENTUAL:*

sen. Demóstenes Torres

RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO SUPLENTE
(vago)	1- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
ATIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTE
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- VALTER PEREIRA (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) SUPLENTE
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- JAYME CAMPOS (DEM)
FRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE



34950.33803

PARECER Nº 1038-A, DE 2010

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

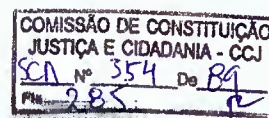
RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), após o exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, acima epigrafado.

Após ser aprovado por esta Casa, o PLS nº 354, de 1989, tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 203, de 1991, e a ele foram apensados, ao longo dos anos, cerca de oitenta proposições legislativas, com destaque para o PL nº 1.991, de 2007, de iniciativa do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Na Câmara dos Deputados, a proposição oriunda do Senado Federal – que instituíra normas para o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de





34950.33803

saúde – sofreu profundas alterações e foi aprovada nos termos do SCD nº 354, de 1989, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Os principais pontos do SCD nº 354, de 1989, que apresenta cinquenta e oito artigos, desdobrados, por sua vez, em inúmeros parágrafos, incisos e alíneas, serão relatados, de forma sintética, a seguir. Assim, vejamos:

1. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) integra a Política Nacional do Meio Ambiente – regulada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – e articula-se com a Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999) e com a Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005).

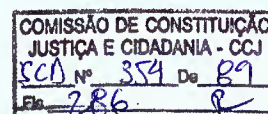
2. Estabelece a responsabilidade compartilhada entre governo, indústria, comércio e consumidor no gerenciamento e na gestão dos resíduos sólidos e as normas previstas aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos.

3. As definições necessárias à aplicação da lei são apresentadas no Capítulo II do Título I. O Capítulo II do Título II relaciona os princípios e os objetivos da norma, enquanto o Capítulo III enumera os instrumentos da PNRS.

4. Fica criado o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema as informações necessárias sobre os resíduos em sua esfera de competência, consoante o regulamento da lei.

5. Reconhece a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

6. Institui os planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, condiciona a liberação de recursos federais à elaboração desses planos e prevê que os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os





34950.33803

Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que envolvam pessoas físicas de baixa renda. As diretrizes e o conteúdo mínimo para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos constam, respectivamente, dos dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III.

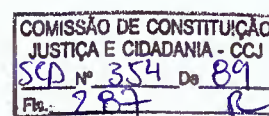
Os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei. No caso, de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

7. Explicita a responsabilidade dos diversos setores pelos resíduos gerados – indústria, comércio, serviços de saúde, mineração, construção civil e outros, inclusive no que respeita aos resíduos perigosos – e prevê a elaboração e a implantação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos pelos responsáveis, mesmo quando inexistir plano municipal. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.

Os planos de gerenciamento desses setores deverão conter diagnóstico dos resíduos gerados, os procedimentos sob responsabilidade do gerador, as metas para diminuir a geração e as medidas corretivas dos possíveis danos ambientais.

8. Compete ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a responsabilidade pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão e a Lei de Saneamento Básico.

9. Institui a responsabilidade pós-consumo do produtor e da cadeia varejista para determinadas categorias de resíduos, como, por exemplo, pilhas e baterias, pneus, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e prevê a extensão desse sistema para outros produtos mediante acordos setoriais firmados entre o poder público e o setor empresarial.





34950.33803

A logística reversa relativa a produtos como lâmpadas fluorescentes e de outras categorias, e de eletroeletrônicos e seus componentes será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento.

10. Reconhece o papel dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e fortalece a atuação das suas cooperativas.

11. Proíbe expressamente a disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; assim como a queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Também veda a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para qualquer finalidade.

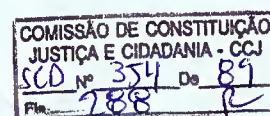
12. Os infratores aos ditames da lei sujeitam-se às sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

Durante a tramitação nesta Casa, o Substitutivo foi submetido à Audiência Pública conjunta da CCJ, CAE, CAS e CMA, com a participação da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria foi relatada na CCJ, CAE e CAS pelo Senador César Borges em reunião conjunta, consoante os termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

De conformidade com o inciso II do art. 102-A do RISF, incumbe à CMA opinar sobre o mérito dos projetos de lei atinentes à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição em todas as suas formas e à defesa dos recursos naturais.





34950.33803

Não obstante o consenso técnico e político alcançado em torno do SCD nº 354, de 1989, consideramos oportuno propor algumas modificações no Substitutivo – algumas delas já identificadas pelo relator da matéria no âmbito da CCJ, CAE e CAS.

Assim, à luz dos arts. 285 e 287 do RISF, que dispõem sobre a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado Federal, acompanhamos o relator que nos antecedeu nos seguintes pontos:

– no § 1º do art. 9º, rejeição da expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*.”;

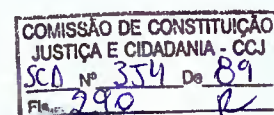
– no art. 28, rejeição da expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”;

– rejeição, na íntegra, do art. 48 e do parágrafo único do art. 55;

– correção dos erros de remissão constantes nos seguintes dispositivos: § 9º do art. 19; inciso VII do art. 21; § 4º do art. 33; e § 2º do art. 36.

Acatamos a rejeição do parágrafo único do art. 55, por entender que a responsabilidade compartilhada entre os diversos setores da economia e os poderes públicos federal, estaduais e municipais no gerenciamento dos resíduos – associada aos instrumentos previstos no projeto, como, por exemplo, os planos de resíduos sólidos, a logística reversa, a coleta seletiva e o fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis – garante as condições necessárias para a implementação da PNRS, de modo a reverter o modelo atual, que atribui exclusivamente ao Município a responsabilidade pela gestão do lixo.

É evidente também o erro de remissão identificado no § 4º do art. 33, tendo em vista o comando do *caput*, combinado com o disposto pelo art. 57, que assim estatui: “a logística reversa relativa aos produtos que tratam os incisos V e VI do *caput* do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento”.





34950.33803

Como se observa, o SCD nº 354, de 1989, fundamenta-se nos princípios da Agenda 21. Esse documento evidencia a necessidade de uma atuação integrada entre o poder público, os segmentos empresarial e varejista e o consumidor no que diz respeito à adoção de instrumentos que permitam reduzir ao mínimo a geração de resíduos em todas as fases do ciclo do produto ou serviço, reutilizar ao máximo um determinado produto e, finalmente, reciclar aquilo que não possa mais ser aproveitado na forma original.

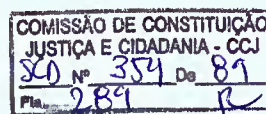
O projeto é claro ao estatuir no art. 9º que *na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.*

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece em boa hora – após inúmeros debates e amadurecimento das propostas legislativas apresentadas ao longo desses anos – as diretrizes, os instrumentos e as ações aplicáveis à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, incluídos os perigosos, bem como as responsabilidades dos geradores e do poder público, em todas as suas esferas.

Tal como prevista no projeto sob exame, a PNRS apóia-se nos princípios da prevenção e da precaução, reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, e objetiva, em síntese, a adoção, pela sociedade, de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

O Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados avança ao inscrever em lei a responsabilidade pós-consumo do setor industrial que, a nosso ver, é um dos pontos fundamentais para equacionar de forma satisfatória o destino ambientalmente adequado dos resíduos sólidos – a exemplo do que já há muito tempo ocorre nos países da União Europeia, no Japão e em alguns estados norte-americanos.

Também merece destaque o fato de a PNRS contemplar de forma clara a inserção das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Há que lembrar o papel crucial desses cidadãos no sucesso dos programas nacionais de reciclagem.





34950.33803

Além disso, sugerimos, no mérito, não acatar o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do SCD nº 354, de 1989, uma vez que a tipificação penal dessa conduta parece-nos rigorosa demais.

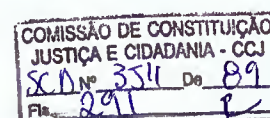
Como se observa, o art. 54 do Substitutivo dá nova redação ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, para cominar pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa a quem dispuser resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei da PNRS.

Vale recordar que, de acordo com as alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I do art. 13 do Substitutivo, os resíduos sólidos urbanos englobam os resíduos domiciliares, definidos como os originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos de limpeza urbana.

Feitas essas considerações, entendemos que o SCD nº 354, de 1989, inegavelmente avança na construção de um marco legal abrangente e específico sobre resíduos sólidos, que virá a complementar e consolidar o atual quadro regulatório de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, com a supressão, no § 1º do art. 9º, da expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, no art. 28, da expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; com a rejeição do art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e do parágrafo único do art. 55; e promovendo os seguintes ajustes de remissão: correção, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” para “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” para “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” para “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” para “§ 1º”.



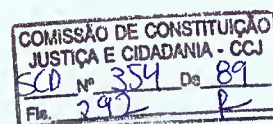


34950.33803

Sala da Comissão,

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

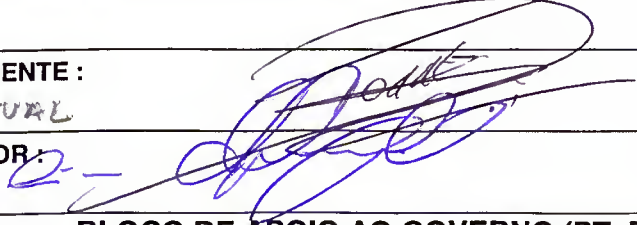
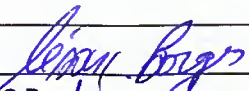
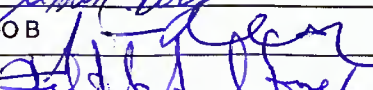
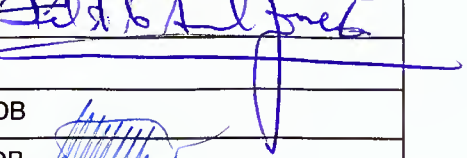
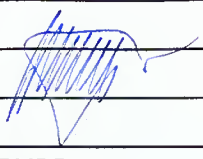
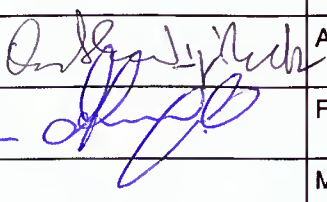

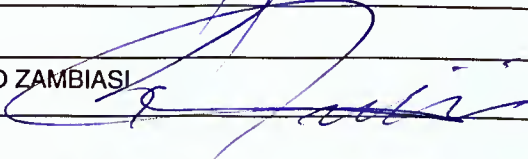
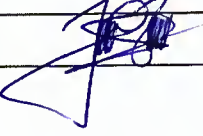
, Relator



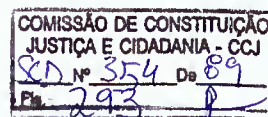
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: SCD Nº 354, DE 1989

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/07/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : EVENTUAL	
RELATOR: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR 
ALFREDO NASCIMENTO - PR	INÁCIO ARRUDA-PC DO B 
JOÃO RIBEIRO-PR	DELÍCIO AMARAL-PT 
Maioria (PMDB)	
GILVAM BORGES-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
HÉLIO COSTA-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB 
VAGO	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
JORGE YANAI-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB 	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBIASI 
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 11/05/2010





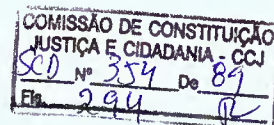
SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº 29 , DE 2010-CMA

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o SCD nº 354, de 1989.

Sala das Comissões, em 07 de julho de 2010.

Senador



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

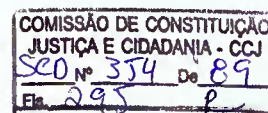
REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO

PROPOSIÇÃO: SCD Nº 354, DE 1989

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07, 07, 2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR :	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR
ALFREDO NASCIMENTO - PR	INÁCIO ARRUDA-PC DO B
JOÃO RIBEIRO-PR	DEL CÍDIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
GILVAM BORGES-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
HÉLIO COSTA-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB
VAGO	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
JORGE YANAI-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
KÁTIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 11/05/2010



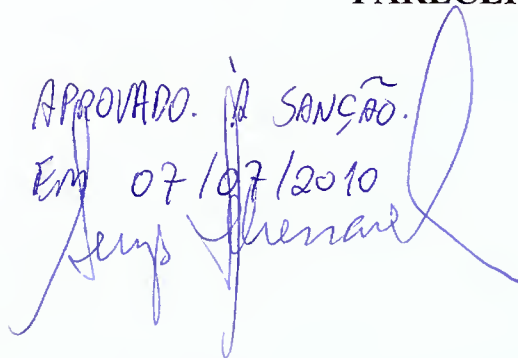
(300)

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº , DE 2010

APROVADO. À SANÇÃO.

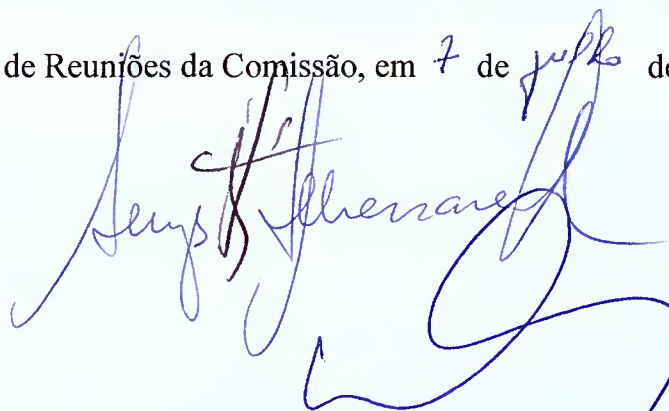
Em 07/07/2010



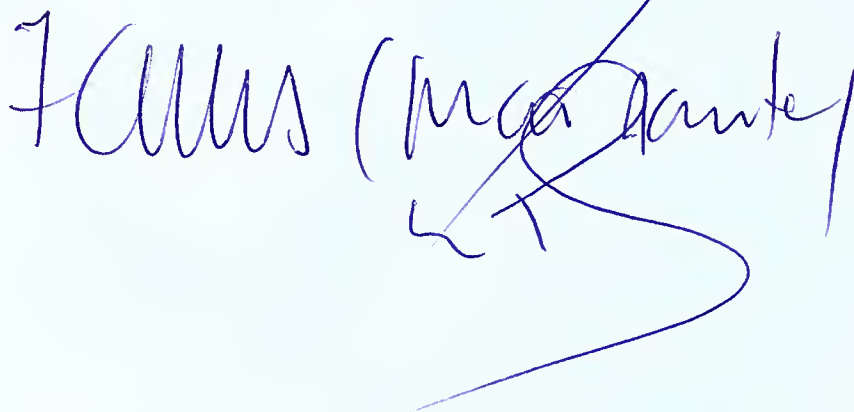
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*, consolidando dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 7 de julho de 2010.



Fallos (Miguel Ángel)



Secretaria de Expediente

Nº
Fls. 296

ANEXO AO PARECER Nº 1.039, DE 2010.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados).

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).



CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II – área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III – área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X – gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI – gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII – padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições



de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII – reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX – serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.



CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – a prevenção e a precaução;
- II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III – a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV – o desenvolvimento sustentável;
- V – a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX – o respeito às diversidades locais e regionais;
- X – o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III – estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV – adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V – redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI – incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII – gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII – articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX – capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X – regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços



prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI – prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII – integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII – estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV – incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I – os planos de resíduos sólidos;

II – os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V – o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII – a pesquisa científica e tecnológica;

VIII – a educação ambiental;

IX – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

X – o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI – o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);

XII – o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);

XIII – os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV – os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV – o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;



XVI – os acordos setoriais;

XVII – no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII – os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX – o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no *caput* e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I – promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;



II – controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do *caput* deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I – quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II – quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.



Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do *caput*, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

- I – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- II – os planos estaduais de resíduos sólidos;
- III – os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;
- IV – os planos intermunicipais de resíduos sólidos;
- V – os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;
- VI – os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
- II – proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;
- III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
- V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;



VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no *caput* os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I – diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II – proposição de cenários;

III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;



V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI – previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.



§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no *caput* os Municípios que:

I – optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II – implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I – diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II – identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III – identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV – identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V – procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI – indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII – regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII – definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX – programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X – programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI – programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;



XII – mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV – metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV – descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII – ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII – identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX – periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do *caput* e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II – inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III – cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do *caput* deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do *caput* deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos



ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do *caput* deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I – os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

II – os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

- a) gerem resíduos perigosos;
- b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III – as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV – os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V – os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

- I – descrição do empreendimento ou atividade;
- II – diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III – observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
 - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
 - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;



IV – identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V – ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI – metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII – se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII – medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX – periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I – normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no *caput*, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no *caput* serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.



§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do *caput*.

Seção II Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços



públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V – estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI – propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I – investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II – divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III – recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV – compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III – recicladas, se a reutilização não for possível.



§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no *caput*.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

- I – manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;
- II – coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II – pilhas e baterias;

III – pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no *caput* serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do *caput* e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do *caput* do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I – acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II – disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no *caput*, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I – adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II – estabelecer sistema de coleta seletiva;

III – articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;



IV – realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI – dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do *caput*, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no *caput* será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no *caput* necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o *caput* é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o *caput* poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I – manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no *caput*;



II – informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III – adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV – informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no *caput* serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I – prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II – desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III – implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV – desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do *caput* do art. 11, regional;

V – estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI – descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;



VII – desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII – desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I – indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

II – projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III – empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II – lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV – outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do *caput*.



Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II – catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III – criação de animais domésticos;
- IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V – outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no *caput* do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput* ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II – manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.



Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do *caput* do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

Secretaria de Expediente

PLS Nº 354/89
Fls. 320

II – área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III – área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X – gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI – gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Secretaria de Expediente

PLS Nº 354/89
Fls. 321

XIII – padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII – reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX – serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal,

Secretaria de Expediente

RS Nº 354/89
Fls. 322

isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – a prevenção e a precaução;
- II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III – a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV – o desenvolvimento sustentável;
- V – a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX – o respeito às diversidades locais e regionais;
- X – o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III – estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV – adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V – redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

Secretaria de Expediente

PLS Nº 354/89
Fls. 323

VI – incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII – gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII – articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX – capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X – regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI – prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII – integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII – estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV – incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I – os planos de resíduos sólidos;

II – os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V – o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII – a pesquisa científica e tecnológica;

Secretaria de Expediente

PD5 Nº 354/89
Fls. 324

- VIII – a educação ambiental;
- IX – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X – o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- XI – o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);
- XII – o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);
- XIII – os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XIV – os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XV – o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XVI – os acordos setoriais;
- XVII – no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:
- a) os padrões de qualidade ambiental;
 - b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
 - c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
 - d) a avaliação de impactos ambientais;
 - e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);
 - f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- XVIII – os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;
- XIX – o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

Secretaria de Expediente
PDS Nº 354/89
Fls. 325

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I – promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II – controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I – quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 326

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II – quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II – os planos estaduais de resíduos sólidos;

III – os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV – os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V – os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI – os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 327

operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
- II – proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;
- III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
- V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;
- VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;
- VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;
- IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;
- X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;
- XI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 328

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I – diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II – proposição de cenários;

III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

Secretaria de Expediente
PDS Nº 354/89
Fls. 329

IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI – previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I – optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se

Secretaria de Expediente

PD5 Nº 354/89
Fls. 330

inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II – implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I – diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II – identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III – identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV – identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V – procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI – indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII – regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII – definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX – programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X – programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 331

XI – programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII – mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV – metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV – descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII – ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII – identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX – periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II – inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III – cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/87
Fls. 332

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I – os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

II – os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III – as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV – os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V – os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 333

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

- I – descrição do empreendimento ou atividade;
- II – diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III – observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
 - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
 - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- IV – identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- V – ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- VI – metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;
- VII – se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;
- VIII – medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- IX – periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I – normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº

Secretaria de Expediente
 PDS Nº 354/89
 Fls. 334

123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Secretaria de Expediente

PD5 Nº 354 / 89
Fls. 335

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V – estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/84
Fls. 336

VI – propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I – investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II – divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III – recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV – compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III – recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I – manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II – coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 337

I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II – pilhas e baterias;

III – pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do **caput**, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão

Secretaria de Expediente

PDJ Nº 354 / 89
Fls. 338

competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I – acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II – disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I – adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II – estabelecer sistema de coleta seletiva;

Secretaria de Expediente

PD 5 Nº 354/89
Fls. 339

III – articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV – realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI – dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Secretaria de Expediente

PDJ Nº 354/89
Fls. 340

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I – manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II – informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III – adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV – informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354 / 89
Fls. 341

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I – prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II – desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III – implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV – desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;

V – estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI – descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII – desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII – desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I – indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

II – projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III – empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades

Secretaria de Expediente

PD Nº 354/89
Fls. 242

fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II – lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV – outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II – catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III – criação de animais domésticos;
- IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V – outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os

Secretaria de Expediente

PDS Nº 354/89
Fls. 343

infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II – manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em

de julho de 2010

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Ofício nº 1499 (SF)

Brasília, em 14 de julho de 2010.

A Sua Excelência a Senhora
Erenice Alves Guerra
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

Assunto: Remessa de Projeto de Lei à sanção.

Senhor Ministra,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 148, de 2010 (SF), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (PL nº 203, de 1991, na Câmara dos Deputados), que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”.

Atenciosamente,


Senador HERACLITO FORTES
Primeiro-Secretário

vp/pls89-354

Secretaria de Expediente
SCD Nº 354 89
Fls. 345

Presidência da República Super / SRI
Recebido em 14/07/10
às 19h50 min
por: [Assinatura]

350

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

Secretaria de Expediente

SDP Nº 354 89
Fls. 347

II – área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III – área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X – gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI – gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Secretaria de Expediente

Scp Nº 354 89
Fls. 348

XIII – padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII – reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX – serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal,

Secretaria de Expediente
500 Nº 354 89
Fls. 349

isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – a prevenção e a precaução;
- II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III – a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV – o desenvolvimento sustentável;
- V – a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX – o respeito às diversidades locais e regionais;
- X – o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III – estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV – adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V – redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

Secretaria de Expediente

Sed Nº 354 89
Fls. 350

VI – incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII – gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII – articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX – capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X – regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI – prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII – integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII – estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV – incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I – os planos de resíduos sólidos;

II – os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V – o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII – a pesquisa científica e tecnológica;

Secretaria de Expediente

Scd Nº 354 89
Fls. 351

- VIII – a educação ambiental;
- IX – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X – o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- XI – o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);
- XII – o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);
- XIII – os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XIV – os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XV – o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XVI – os acordos setoriais;
- XVII – no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:
- a) os padrões de qualidade ambiental;
 - b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
 - c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
 - d) a avaliação de impactos ambientais;
 - e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);
 - f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- XVIII – os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;
- XIX – o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

Secretaria de Expediente

Scd Nº 354 89
Fls. 352

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I – promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II – controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I – quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

Secretaria de Expediente

ScD Nº 354 89
Fls. 353

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II – quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II – os planos estaduais de resíduos sólidos;

III – os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV – os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V – os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI – os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e

Secretaria de Expediente

ScD Nº 354 89
Fls. 354

operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
 - II – proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;
 - III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
 - IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
 - V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
 - VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;
 - VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;
 - VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;
 - IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;
 - X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;
 - XI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.
- Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Secretaria de Expediente

SD Nº 354 89
Fls. 355

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I – diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II – proposição de cenários;

III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fls. 356

IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI – previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I – optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fls. 357

inserir em forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II – implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I – diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II – identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III – identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV – identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V – procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI – indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII – regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII – definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX – programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X – programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

Secretaria de Expediente

SD N° 354 89
Fls. 358

XI – programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII – mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV – metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV – descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII – ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII – identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX – periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II – inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III – cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

Secretaria de Expediente

SCP Nº 354 89
Fls. 359

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I – os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

II – os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III – as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV – os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V – os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Secretaria de Expediente

Scd Nº 354 89
Fls. 360

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I – descrição do empreendimento ou atividade;

II – diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III – observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV – identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V – ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI – metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII – se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII – medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX – periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I – normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº

Secretaria de Expediente

SDP Nº 354 89
Fls. 361

123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Secretaria de Expediente
SD Nº 354 89
Fls. 362

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V – estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fls. 363

VI – propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I – investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II – divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III – recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV – compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III – recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I – manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II – coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

Secretaria de Expediente

20 Nº 354 89
Fls. 364

I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II – pilhas e baterias;

III – pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no *caput* serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do *caput* e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão

Secretaria de Expediente

SD Nº 354 89
Fls. 365

competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I – acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II – disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I – adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II – estabelecer sistema de coleta seletiva;

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fis. 366

III – articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV – realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI – dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Secretaria de Expediente

SED Nº 354 89
Fls. 367

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I – manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II – informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III – adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV – informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fls. 368

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- I – prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
- II – desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- III – implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- IV – desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;
- V – estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- VI – descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII – desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- VIII – desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

- I – indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;
- II – projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- III – empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades

Secretaria de Expediente

Scn Nº 354 89
Fls. 369

fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II – lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV – outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II – catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III – criação de animais domésticos;
- IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V – outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os

Secretaria de Expediente

Sec. Nº 354 89
Fls. 370

infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II – manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

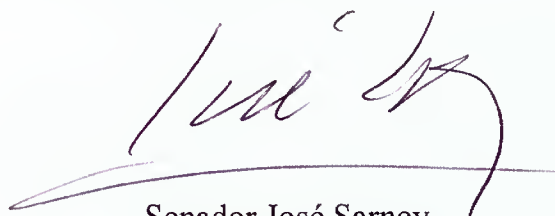
Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2010



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Ofício nº 1500 (SF)

Brasília, em 14 de julho de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunica envio de matéria à sanção presidencial.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Senado Federal, aprovou com adequações redacionais, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (PL nº 203, de 1991, nessa Casa), que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências".

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente,

Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro-Secretário

Secretaria de Expediente

SEDS Nº 354/89

Flo. 372

PRIMEIRA SECRETARIA

RECEBI-Ú nesta Secretaria

Em 15/07/10 às 10:32 horas

Amparo 4.398

Assinatura

ponto



Câmara Municipal de Canoas

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício CM/0515/10

Canoas, 09 de junho de 2010.

Junte-se ao processado do
Subst. da CD ao PLS
nº 354, de 1989

Excelentíssimo Senhor:

Em 19/07/10

Levamos ao conhecimento de Vossa Excelência que foi aprovado, em Sessão Plenária, requerimento firmado pelo Vereador Aloísio Bamberg, subscrito por diversos Vereadores, no qual apresenta Moção de Apoio pela urgente aprovação do Projeto de Lei nº 203/1991, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Atenciosamente,


Cezar Paulo Mossini
Presidente

A Sua Excelência o Senhor José Sarney
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes 70165-900
Brasília DF

ALFB



V

05-07-10



Câmara Municipal de Canoas

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ilmo. Sr.

CESAR PAULO MOSSINI

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Canoas.

APROVADO, EM 08/06/10

Senhor Presidente:


Dario F. Silveira
1º Secretário

O VEREADOR ALOISIO BAMBERG, integrante da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos, e Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com assento nesta casa, de acordo com o que dispõem o Art. 40, § 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Canoas, requer submeter ao Egrégio Plenário o seguinte:

REQUERIMENTO:

MOÇÃO DE APOIO PELA URGENTE APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N.º 203/1991, QUE INSTITUI A POLITICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS
PROTOCOLO

Nº 201013334
D.A 08/06/10

Considerando que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 10 de Março de 2010, em votação simbólica e unânime, o Projeto de Lei n.º 203/91, do Senado, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Há mais de 20 anos o país espera por um modelo legal que contribua para alterar a situação dos resíduos sólidos no país.

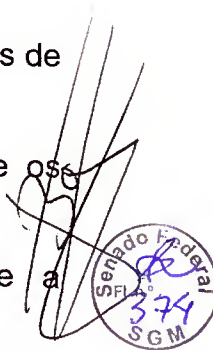
A matéria, de fundamental importância para o meio ambiente, o saneamento e a qualidade de vida no país, retornará ao Senado para uma nova votação.

Considerando a urgente necessidade de estabelecer diretrizes para a adequada gestão dos resíduos sólidos gerados no País.

Considerando o longo anseio da população, que se manifestou nos 19 anos de tramitação da política Nacional de Resíduos Sólidos no Congresso Nacional.

Considerando que a PNRS proposta traduz o consenso possível entre os diversos agentes do setor e da sociedade brasileira.

Considerando a sintonia da PNRS com a Constituição Federal e a adequação legal com outras políticas setoriais.





Câmara Municipal de Canoas

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Considerando que o ordenamento jurídico de diferentes países já contempla uma política nacional para gestão de resíduos e que o texto aprovado traz elementos e princípios em sintonia com a conjuntura internacional.

Considerando a gravidade de problemas como à existência de lixões e áreas contaminadas por resíduos sólidos perigosos e conseqüentes impactos na saúde pública e no meio ambiente.

Considerando que os diversos atores que interagem com resíduos sólidos nas etapas de coleta, processamento, reciclagem e destinação final ressentem-se da falta de marco regulatório para o setor.

Reivindicamos a imediata aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei n.º 203/1991, já aprovado pela Câmara dos Deputados, por entendermos que ele traduz o anseio de todos os setores envolvidos e estabelece as responsabilidades do setor público, do setor privado e da sociedade civil.

**ISTO POSTO,
REQUER:**

À Mesa, após os trâmites regimentais, sirva-se enviar cópia da presente Moção ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Gabinete da Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente, manifestando apoio incondicional à urgente aprovação do Projeto de Lei n.º 203/1991, que institui a Política nacional de Resíduos Sólidos.

Canoas/RS, 08 de Junho de 2010.


VEREADOR ALOISIO BAMBERG

Vice-Líder do PSDB

Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Canoas
e Vice-Presidente do Comitê Intermunicipal Legislativo
de Acompanhamento das Ações do Consórcio Pró-Sínos.


Obs.: redação conforme original do autor.

"As pessoas poderão duvidar do que você diz, mas acreditarão no que você faz".




Bamberg

Rua Ipiranga, 123 – Centro – Canoas – RS – CEP 92010-290 – Caixa Postal 431 – Fone 51 3472.4800

www.camaracanoas.rs.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS

Rua Ipiranga, 123 - 3º andar - Canoas - RS
CEP 92010-290 - Cx. Postal 431

A Sua Excelência o Senhor

José Sarney

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília/DF

CEP 70.165-900

75240384-2



PESO / WEIGHT (kg)

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

RJ 47339034 2 BR





**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

AVIS CN07

RJ 47339034 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

25

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER
11 MAR 2012

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

04
Municipal de Bonao

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Rev. Tpranga, 123

CIDADE / LOCALITÉ

Penas

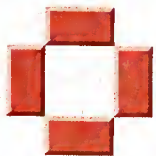
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

2

BRASIL

9 2 0 1 0 2 0

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



abre

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMBALAGEM

Órgão Técnico e Consultivo do Poder Público – Decreto nº 84.160 de 07-11-1979

Registro no Conselho Federal de Mão-de-Obra nº 1101

Junte-se ao processado do
Subst. da CD do PLS
nº 354, de 1989.

Em 19/07/10

São Paulo – SP, 16 de junho de 2010

**Ao Excelentíssimo Senhor
José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF**

Prezado Presidente,

A **ABRE - Associação Brasileira de Embalagem**, juntamente com as entidades setoriais representativas da indústria de embalagens do Brasil, abaixo relacionadas, representa esta cadeia produtiva que mantém operações nos diferentes estados da federação, somando mais de 200 mil empregos diretos e formais e 800 mil indiretos.

A embalagem tem inserção horizontal nos demais setores produtivos, viabilizando a distribuição de bens, sua comercialização e identificação. Para a sociedade, é um componente estratégico possibilitando o acesso a produtos com segurança, qualidade e eficiência.

Tramita no Senado o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências", que disciplina dentre outras questões o gerenciamento de resíduos em âmbito nacional, a responsabilidade compartilhada entre os agentes públicos e privados e a logística reversa.

Paralelamente, alguns Estados e Municípios tem se antecipado a Política Nacional, regulamentando a matéria de forma quase sempre conflitante aos interesses de todos os envolvidos.

Acredita-se que o texto atual da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que foi amplamente discutida e aprovada pela maioria expressiva dos segmentos da sociedade, trará ordenamento a matéria, permitindo ao setor industrial planejar suas atividades e adequar-se às novas demandas, em especial no que se refere à gestão da matéria-prima e dos resíduos de sua cadeia de valor.

Presidência do Senado Federal
Marcelo Frota, Mat. 221561
RECEBI O ORIGINAL

Em: 16/06/10 Hs: 18:45



05.070

Diante do exposto, as entidades abaixo assinadas manifestam seu total apoio aos esforços que vem sendo feitos para a breve aprovação do SCD 354/1989, com vistas a assegurar o melhor planejamento dos setores industriais envolvidos.

Certos de que Vossa Excelência, graças ao seu descortínio e sensibilidade, haverá de ajudar a encontrar a melhor solução para essa importante questão. Renovamos-lhe as expressas de estima e consideração.

Agradecimentos antecipados e nossos cumprimentos por sua atuação nos foros políticos para os quais foi eleito.

Cordialmente,

A large, stylized signature in blue ink is written over the word "Cordialmente," and extends down over the name "Maurício Groke".

Maurício Groke
Presidente

ABRE – Associação Brasileira de Embalagem

Fernando Mourão
Diretor Superintendente

ABEAÇO – Associação Brasileira de Embalagem de Aço

Auri Marçom
Presidente

ABIPET – Associação Brasileira da Indústria do PET

José Ricardo Roriz Coelho
Presidente

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

Lucien Belmonte
Superintendente

ABIVIDRO – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

Ricardo Trombini
Presidente

ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado

Renault de Freitas Castro
Diretor Executivo

ABRALATAS – Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade

Elizabeth de Carvalhaes
Presidente

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

Francisco de Assis Esmeraldo
Presidente

PLASTIVIDA – Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos

São Paulo, 23 de junho de 2010.
160/2010.

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

Junte-se ao processado do
SCD ao PLS
nº 354 de 1989
Em 19/07/10

Senhor Presidente,

A ABIHPEC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS vem por meio desta **manifestar o seu apoio ao Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 354/89, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

No nosso entender, este projeto de lei que visa instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil buscou a convergência entre mais de 140 iniciativas parlamentares, os pareceres de duas Comissões Especiais e a proposta oriunda do Executivo, resultando em um texto, se não perfeito, bastante equilibrado.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar e elogiar alguns aspectos que julgamos relevantes:

- A inovação, ao introduzir conceitos, tais como:
 - ✓ protetor-recebedor
 - ✓ responsabilidade compartilhada que fortalece por meio dos acordos setoriais - firmados entre o poder público e o setor empresarial - os caminhos para a destinação ambientalmente adequada;
- A prevalência de acordos setoriais e termos de compromissos, firmados em âmbito nacional, sobre quaisquer outros firmados em âmbitos estadual, municipal ou regional;
- A proposta de criação de instrumentos econômicos e tributários para garantir o fomento e viabilidade de ações estruturantes para um potencial mercado de resíduos;
- O reconhecimento da importância da inserção de cooperativas de catadores no fluxo de resíduos sólidos urbanos recicláveis;
- O estímulo à disseminação de conceitos e princípios que devem servir de referência para legislações estaduais e municipais;
- A previsão e atenção quanto aos resíduos perigosos, bem como as determinações quanto à proibição expressa de destinações inadequadas que resultam diretamente no surgimento de lixões e áreas contaminadas e também as questões relacionadas à importação de resíduos.



Enfatizamos, porém, ser imprescindível para a construção de um modelo viável, a existência de **instrumentos econômicos e tributários** que levem ao desenvolvimento de processos **ecoeficientes**, que favoreçam a inovação tecnológica, que estimulem boas práticas e gerem novas oportunidades de negócios, empregos, trabalho e renda.

Em assim sendo, a aprovação deste Projeto de Lei representará um grande passo para transformar o monstruoso problema do lixo urbano, em oportunidades de novos negócios, produtos, trabalho e emprego, isto sem mencionar os ganhos ambientais que advirão.

Esta entidade reconhece o esforço eficiente e eficaz de Vossa Excelência em agilizar a tramitação deste marco regulatório da mais alta importância para nosso País, assim como, reafirma o seu total apoio e que está à disposição de Vossa Excelência para contribuir naquilo que nos seja possível e requerido.

Com os nossos mais elevados protestos de estima e consideração, informamos-lhe que estamos transmitindo o aqui registrado, por cópia, às Suas Excelências, os Senhores Senadores: Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, Renato Casagrande, Marisa Serrano e Lúcia Vânia.

Respeitosamente,

JOÃO CARLOS BASILIO DA SILVA
Presidente

Presidência do Senado Federal
Marcelo Frota, Mat. 221561
RECEBI O ORIGINAL

Em: 28/06/10 Hs: 10/53





Av. Paulista, 1313 - 10º andar - CJ. 1080 - Bela Vista - CEP 01311-923 - São Paulo - SP - Brasil



Art. 16. É a PPSA autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O patrocínio de que trata o caput poderá ser feito mediante adesão a entidade fechada de previdência privada já existente.

Art. 17. A PPSA sujeitar-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Art. 18. Ao fim de cada exercício social, a PPSA deverá disponibilizar, na rede mundial de computadores, as demonstrações financeiras referidas no art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Mantega
Miguel Jorge
Mário Pereira Zimmermann
Paulo Bernardo Silva
Erenice Guerra

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sinama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suaasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sismetro).

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área orfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sinama, do SNVS e do Suaasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

pecíficas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sinama e, se couber, do SNVS e do Suaasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sinama e, se couber, do SNVS e do Suaasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a eficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

Secretaria de Expediente

SCD Nº 354 89
Fls. 380

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III
DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOSCAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Susa, bem

como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbem aos Estados:

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do caput deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções conciliadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "c", "g", "h" e "j";

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agro-silvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea "d" do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II
DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOSSeção I
Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II
Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurando o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III
Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agro-silvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluindo a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

Secretaria de Expediente

Scd Nº 354 89
Fls. 381



V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem quaisquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trate o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as dis-

posições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do caput e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do caput deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do inciso I do art. 13;

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea "j" do inciso I do art. 13 c, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se couber, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentado;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Secretaria de Expediente

SCP Nº 354 89
Fls. 382



§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º, a cargo do órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada a atuação do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliários tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010080300006

Seção II Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e cascada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Sisa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos I, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do caput do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, o estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Secretaria de Expediente
SCP Nº 354 89
Fls. 383



Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no caput será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no caput necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o caput é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades, Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no caput considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do caput do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades previstas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial as fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no caput do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

....." (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do caput do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

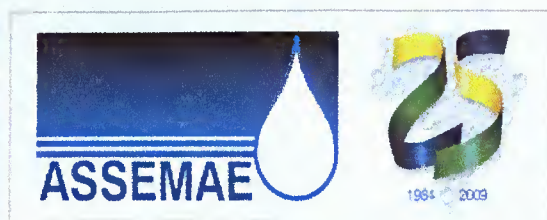
Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Rafael Thomaz Favetti
Guido Mantega
José Gomes Temporão
Miguel Jorge
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Jódo Reis Santana Filho
Marcio Fortes de Almeida
Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Expediente

SCP Nº 354 89
Fls. 384



Carta-encaminhamento 012/40ª Assembleia

Brasília (DF), 29 de junho de 2010

A Sua Excelência o Senhor
José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF

Junte-se ao processado do
SC.020 PLS
nº 354, de 1989.
Em 02/08/10
Capitão

Excelentíssimo Presidente,

Ao cumprimentá-lo, vimos informar que foi realizada a 40ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, com o tema **"Avançar no Saneamento é Garantir a Cidadania"**, no período de 13 a 18 de junho de 2010, no Parque de Exposição Fernando Costa, situado na Rua Vicentino Rodrigues da Cunha nº. 110, no município de Uberaba, Minas Gerais.

Pela primeira vez na história do saneamento brasileiro contamos com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na abertura oficial da Assembleia o que engrandeceu e fortificou ainda mais nossas discussões.

Nesse evento, contamos com aproximadamente 2000 participantes diversificados, dentre eles, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, profissionais de entidades internacionais, profissionais liberais, profissionais dos serviços municipais de saneamento, academia, representantes de movimentos populares, estudantes, empresários do setor, autoridades de todo o País e a sociedade em geral, que discutiram diferentes assuntos relacionados à área de saneamento.

Encaminhamos anexas, **02 recomendações e 02 moções**, aprovadas na plenária do dia 17 de junho de 2010 para conhecimento de Vossa Excelência e providências cabíveis.

Certos de contarmos sempre com a participação de Vossa Excelência nos eventos da ASSEMAE, despedimo-nos agradecendo a atenção e ao mesmo tempo em que colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência, reafirmando o nosso compromisso no que for necessário para o setor, visando à qualidade de vida de nossa população.

Atenciosamente,

Arnaldo Luiz Dutra
Arnaldo Luiz Dutra
Presidente Nacional da ASSEMAE



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO
SEDE: SHCGN – Quadra 702/703 – Bloco C – Loja 50 – CEP: 70.720-630 – Brasília/DF
Tel: (61) 3325-7592 / 3322-5911 / 33266309 – Fax: (61) 3322-9353

30-07-10



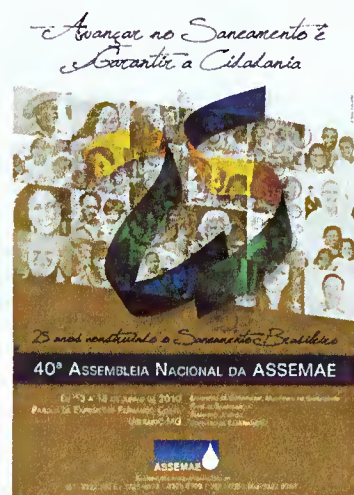
MOÇÃO 01

Os participantes da 40ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, realizada em Uberaba/MG, no período de 13 a 18 de junho de 2010, solicitam que seja votada com brevidade a Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e que esta seja apoiada pelos candidatos a Presidência da República e que o Governo Federal, através de suas entidades, dê apoio à criação de Consórcios Públicos em todos os entes da Federação, qualificando e facilitando a gestão do saneamento pelos municípios.



A presente Moção é dirigida:

Ao Conselho Diretor Nacional da ASSEMAE;
À Casa Civil;
À Câmara de Deputados;
Ao Senado Federal.





MOÇÃO DE DESAGRAVO 01

Os participantes da 40ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, realizada em Uberaba/MG, no período de 13 a 18 de junho de 2010, expressam seu descontentamento ao perceber que novamente a questão de resíduos sólidos foi deixado de lado, pois no PAC II, de um montante de 45 bilhões, apenas 1,5 bilhões são para resíduos sólidos. Portanto clamamos para que a ASSEMAE envide esforços para que seja disponibilizada uma quantia bem maior.



A presente Recomendação é dirigida:

À ASSEMAE,
À Frente Nacional de Prefeitos - FNP,
À Confederação Nacional dos Municípios - CNM,
À Associação Brasileira de Municípios - ABM,
À Câmara dos Deputados,
Ao Senado Federal,
Ao Ministério das Cidades.





RECOMENDAÇÃO 08

Os participantes da 40ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, realizada em Uberaba/MG, no período de 13 a 18 de junho de 2010, considerando,

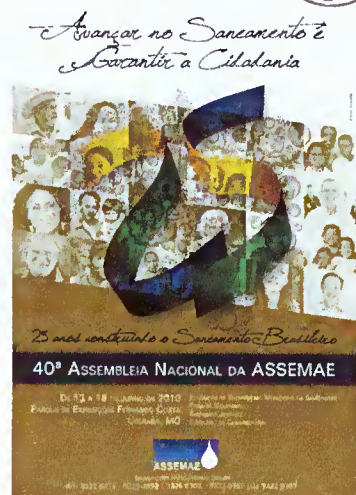
- a necessidade de apoio mais eficiente e real aos pequenos municípios brasileiros;

recomendam,

- a criação de um programa no sentido de um apoio mais amplo possível a estes pequenos municípios.

A presente Recomendação é dirigida:

À Casa Civil,
Ao Presidente da Câmara de Deputados,
Ao Presidente do Senado Federal.





RECOMENDAÇÃO 31

Os participantes da 40ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, realizada em Uberaba/MG, no período de 13 a 18 de junho de 2010, considerando,

- a importância da FUNASA, que é grande responsável pela criação dos serviços autônomos de água e esgoto no Brasil;
- o grande apoio na criação de consórcios em especial o CISAB na Zona da Mata de Minas Gerais;

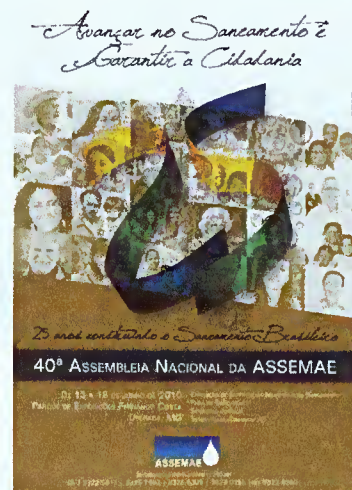
recomendam:

- maior apoio e fortalecimento da FUNASA.




A presente Recomendação é dirigida:

À ASSEMAE,
Ao Ministério da Saúde,
Ao Ministério do Meio Ambiente,
Ao Ministério das Cidades,
Ao Ministério da Integração Nacional,
Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,
À Casa Civil,
Ao Congresso Nacional.



MENSAGEM Nº 242, de 2010.
Juntar-se ao processo do Projeto de Lei do
Senado nº 354, de 1989.
Em 11/08/2010.

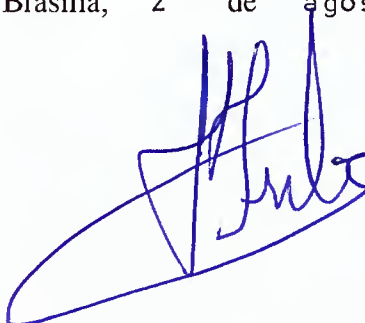


Mensagem nº 463

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Brasília, 2 de agosto de 2010.



Sancionado
2/8/2010



Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;



II – área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III – área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X – gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI – gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;



XIII – padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII – reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX – serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal,



isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – a prevenção e a precaução;
- II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III – a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV – o desenvolvimento sustentável;
- V – a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- IX – o respeito às diversidades locais e regionais;
- X – o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- XI – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I – proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II – não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III – estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV – adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V – redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;



400

VI – incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII – gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII – articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX – capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X – regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI – prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII – integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII – estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV – incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I – os planos de resíduos sólidos;

II – os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V – o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII – a pesquisa científica e tecnológica;



- VIII – a educação ambiental;
- IX – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X – o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- XI – o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);
- XII – o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);
- XIII – os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XIV – os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XV – o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XVI – os acordos setoriais;
- XVII – no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:
 - a) os padrões de qualidade ambiental;
 - b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
 - c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
 - d) a avaliação de impactos ambientais;
 - e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);
 - f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- XVIII – os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;
- XIX – o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.



§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I – promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II – controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I – quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II – quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II – os planos estaduais de resíduos sólidos;

III – os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV – os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V – os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI – os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e



operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

- I – diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
- II – proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;
- III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
- V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;
- VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;
- VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;
- IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;
- X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;
- XI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.



Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I – diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II – proposição de cenários;

III – metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV – metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V – metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI – programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII – normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII – medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;



IX – diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X – normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI – previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I – optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se



inserir em forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II – implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I – diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II – identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III – identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV – identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V – procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI – indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII – regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII – definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX – programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X – programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;



XI – programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII – mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV – metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV – descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI – meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII – ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII – identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX – periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II – inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III – cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.



§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I – os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

II – os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III – as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV – os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V – os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.



Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

- I – descrição do empreendimento ou atividade;
- II – diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III – observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
 - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
 - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- IV – identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- V – ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- VI – metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;
- VII – se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;
- VIII – medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- IX – periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I – normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº



123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.



Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V – estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;



VI – propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I – investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II – divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III – recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV – compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III – recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I – manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II – coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:



I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II – pilhas e baterias;

III – pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no *caput* serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do *caput* e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão



competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I – acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II – disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I – adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II – estabelecer sistema de coleta seletiva;



III – articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV – realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V – implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI – dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.



Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I – manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II – informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III – adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV – informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.



CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- I – prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
- II – desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- III – implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- IV – desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;
- V – estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- VI – descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII – desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- VIII – desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

- I – indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;
- II – projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- III – empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades

fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I – lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II – lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV – outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I – utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II – catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III – criação de animais domésticos;
- IV – fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V – outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os



infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II – manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

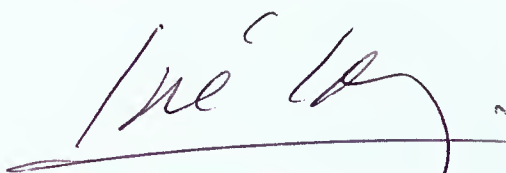
Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2010


Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II
DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;



III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;



XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:



I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;



VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;



VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:



- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I



Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

Seção II Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;



IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;



IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.



Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;



VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.



§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:



I do art. 13; I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;



VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.



Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.



Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;



III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.



§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do **caput**, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.



440

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o

435
26

funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

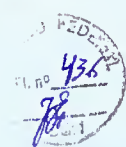
§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;



IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;



VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.



§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III - criação de animais domésticos;
- IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:



I - abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Aviso nº 558 - C. Civil.

Em 2 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 354, de 1989 (nº 203/91 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Recebido em 09.08.10
Hora 10:52
Mylam Machado, Mat 38262
SCLSF-SGM



05.08.10


SF - 11.08.2010

A Presidência recebeu, do Presidente da República, as seguintes Mensagens:

- Nº 240, de 2010 (nº 460/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/1997, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas*, sancionado e transformado na Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010;

- Nº 241, de 2010 (nº 461/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETROSAL e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; e

- Nº 242, de 2010 (nº 463/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, sancionado e transformado na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.



Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Ofício nº 1757 (SF)

Brasília, em 18 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (PL nº 203, de 1991, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências".

Atenciosamente,



Senador Acir Gurgacz
no exercício da Primeira Secretaria

acf/pls89-354

Secretaria de Expediente

Seco Nº 354 89
Fls. 444

PRIMEIRA-SECRETARIA

RECEBIDO nesta Secretaria

Em, 18/8/2010 16:25

Assinatura 4766 Ponto

450



SENADO FEDERAL
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 354, DE 1989
(nº 203/1991, naquela Casa)

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

50 Nº *354* DE *1989*
Fls *451*

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis n.ºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO.

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entenda-se por:

I - acordos setoriais: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com

plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas na transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em socieda-

de, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.



TÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas na gestão integrada e no gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - os princípios da prevenção e da precaução;
- II - os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do Planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas na cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos proces-



sos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluída a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;



X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR;

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA;

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas na elevação das escalas de aproveitamento e na redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III
DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental, após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no § 1º e nas demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do caput deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - Sinir, articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos sólidos todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os resíduos englobados nas alíneas a e b;

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas b, e, g, h e j;

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea c;

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrosilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: resíduos que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde;



de pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: resíduos não enquadrados na alínea a.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea d do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Será assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos e controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei n° 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II
Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados às ações e a programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;



IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrosilvopastoris, ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;



VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, prever:

a) as zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) as áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de

regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não exclui nem substitui qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;



II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final am-

bientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições da legislação federal e estadual pertinente;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados à sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial, se houver, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007;



XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas em reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto no caput e observado o disposto no § 2º.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas na utilização racional dos recursos ambientais, no combate a todas as formas de desperdício e na minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não pode ser utilizada para impe-



dir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XVIII do caput, pode ser dispensado da elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas e, f, g e k do inciso I do art. 13;

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea j do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrosilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;



VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 30;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da

disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.



CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas a assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares, ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13, tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas em minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. Fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas em fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investir no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou à outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgar informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolher os produtos e os resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final

ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - comprometer-se, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, a participar das ações previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou forneça materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. Estão obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço



público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comer-

ciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo consoante o estabelecido neste artigo, podendo adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a IV do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se

de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do caput do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou outras formas de associação



de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no inciso II do caput é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no caput será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no caput necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o caput é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no



caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no caput considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados a promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do caput do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas a tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal para:

I - as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;



II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - as empresas dedicadas a limpeza urbana e atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art. 48. Fica proibida a disposição final de rejeitos, incluída a instalação de aterros sanitários ou industriais, em Unidades de Conservação reguladas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como em áreas de preservação permanente ou de proteção de mananciais.

Parágrafo único. Mediante autorização prévia do órgão ambiental competente, podem ser excetuada da proibição do disposto no caput as Áreas de Proteção Ambiental, desde que compatível com o plano de manejo da unidade.

Art. 49. Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 50. Fica proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente e à saúde pública, animal e sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 51. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 52. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e seu regulamento.

Art. 53. A observância do disposto no caput do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 54. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento;

III - dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com esta Lei.

....."(NR)

Art. 55. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos constantes, respectivamente, das Seções III e IV do Capítulo II do Título III desta Lei, poderão definir prazo diferente do previsto no caput, com o objetivo de adequá-lo às condições e necessidades de cada região.

Art. 56. O disposto nos arts. 16 e 18 entrará em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 57. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do caput do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA
DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO.

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta,
o tratamento, o transporte e a destinação
final dos resíduos de serviços de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - lixo do tipo domiciliar ou não séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico, por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados: aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluidos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes: agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares: restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo: resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásticos: drogas citotóxicas e antineoplásticas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatorios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza, classificáveis segundo dispõe o art. 2º desta Lei;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das Obrigações dos Estabelecimentos Geradores de Resíduos

Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º desta Lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);



II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o art. 6º desta Lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o art. 17 desta Lei;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo, este último, o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10 desta Lei;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes dos sistemas de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normalização de procedimentos internos do estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- h) programação para situações de emergência e outras contingências.

§ 1º - Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

§ 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) o controle periódico de condições de saúde.

Art. 6º - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa.

de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6º desta Lei.

Art. 8º - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 9º - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100°C (cem graus Celsius) por sessenta minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, setenta e duas horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria nº 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único - A coleta do lixo especial mencionado no caput deste artigo, bem como o seu transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerada apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20 desta Lei, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.



TÍTULO III
Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

a) o uso de equipamento de proteção individual;
b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;

c) controle periódico de condições de saúde.

§ 3º - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada setenta e duas horas.

§ 4º - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º, não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único - A instalação e a operação de tais equipamentos são sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com,

os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - É a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indique a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único - Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e Sanções Cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º desta Lei, contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa;

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:



Penal: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas;

Penal: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Penal: multa.

Parágrafo único - As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados que à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre dez e cinquenta BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO V Disposições Finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma associativa, como concessionária, da prestação e venda de serviços

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

SLD Nº 354 DE 1989
Fls 500



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 410, DE 1990

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

RELATOR: Senador JAMIL HADDAD

Trata o referido projeto do manuseio e destino final de resíduos produzidos em serviços de saúde, potencialmente geradores de risco para a saúde humana e contaminação do meio ambiente.

Inicialmente classifica os resíduos dos serviços de saúde em lixo tipo domiciliar, lixo séptico e lixo especial, segundo o destino específico que cada um deve ter.

Relaciona a seguir os serviços de saúde que se sujeitam à regulamentação desta lei, suas obrigações quanto ao manejo dos seus resíduos e as proibições referentes ao destino dos mesmos.

As administrações municipais ficam obrigadas a manter serviços regulares de coleta, transporte e destino final dos resíduos dos serviços de saúde, a seguir normas sobre o manejo adequado dos resíduos e, eventualmente, quando necessário constituir-se em consórcios reunindo vários municípios para cumprimento das exigências desta lei.

Prevê as diversas infrações à lei e as respectivas sanções cabíveis.

Nas disposições finais, prevê a participação da iniciativa privada de forma complementar, como concessionária de prestação e venda de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos e na produção de equipamentos e garantia de peças e serviços de manutenção para um período de 10 (dez) anos após suspensão de fabricação. Define a responsabilidade dos órgãos de gestão municipal dos sistemas de saúde e dos de saneamento e preservação do meio ambiente a nível municipal, estadual e do Distrito Federal.

O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde e do órgão federal de preservação ambiental deverá regulamentar esta lei no prazo de 6 (seis) meses a qual deverá entrar em vigor após um ano da sua publicação.

Sem dúvida, trata este Projeto de Lei de um tema emergente nas sociedades modernas - manejo e destino do lixo urbano, particularmente o lixo especial dos serviços de saúde.

Carece o assunto de uma regulamentação a nível legal a exemplo do que vêm fazendo os países mais desenvolvidos.

Alguns municípios brasileiros já contam com uma legislação municipal, como salienta o ilustre Senador Francisco Rollemberg na Justificação do seu Projeto de Lei.

Apesar da complexidade que se reveste esta questão, soube o Exmo. Senador Rollemberg acordá-lo de forma abrangente e garantir soluções específicas para realidades tão distintas como são os municípios brasileiros.

Apenas com o intuito de aprimorar o texto do referido Projeto, somos obrigados a apresentar algumas emendas manifestando nosso parecer favorável ao Projeto como um todo.

Desta forma, nosso voto é pela aprovação, com as seguintes alterações:

Emenda nº 1-CAS

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se 'resíduos de serviços de saúde' o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

JUSTIFICAÇÃO

Foi suprimida a palavra 'promoção' pois suas ações não geram resíduos. Foi acrescentada a expressão 'pela medicina legal e anatomia patológica' para incluir os resíduos destes serviços, pois são igualmente de risco para a saúde humana.

Emenda nº 2-CAS

Dê-se ao inciso II, do Art. 2º a seguinte redação:

II- Lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados - aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções, ou secreções, tais como.....

b) objetos pontiagudos e cortantes - agulhas, escalpes, lâminas de bisturi.....

JUSTIFICAÇÃO

A palavra 'resíduos' substitui 'materiais' para uniformização do texto. Foi suprimida a expressão 'em quantidade ou concentração suficientes para', em virtude da dificuldade de ser determinada esta quantidade ou concentração.

Na letra a) alteramos novamente a palavra 'materiais' para 'resíduos' e substituímos a palavra 'infectiosos' por 'infectados', por ser mais apropriada ao sentido da frase. Foi suprimida a expressão 'real ou potencialmente infectados, portadores inoculados ou sofredores de doença infecciosa', para simplificação operacional, na qualificação do tipo de resíduo, isto é, todo resíduo proveniente de material que entrou em contato com paciente ou animal, é considerado infectado ou contaminado.

Na letra b) foi aditada a palavra 'escalpes' por ser material pontiagudo e cortante.

Emenda nº 3-CAS

Adicione-se o inciso IV no art. 3º.

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

801 Nº 354 DE 1989
Fls. 501

JUSTIFICACÃO

Por não serem serviços específicos de saúde, devem ser os serviços de medicina legal e de anatomia patológica (serviços de verificação de óbito) explicitamente citados, como geradores de resíduos infectados ou contaminados.

Emenda nº 4-CAS

Onde se lê "serão separadas e acondicionadas", leia-se "será separada e acondicionada".

JUSTIFICACÃO

Trata-se de emenda redacional de retificação de concordância com o sujeito da frase.

Emenda nº 5

Os incisos I, II e III passam a ter a seguinte redação:

I - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o artigo 3º desta lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o artigo 6º desta lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o artigo 17 desta lei.

JUSTIFICACÃO

A primeira alteração é apenas de técnica legislativa. As duas seguintes revertem o tratado nos incisos para os artigos correspondentes, onde o assunto é tratado de forma mais específica.

Emenda nº 6-CAS

Acrescente-se um parágrafo segundo, ao artigo 5º, dando-se ao parágrafo único, a numeração de primeiro.

Parágrafo 2º Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) controle periódico de condições de saúde.

JUSTIFICACÃO

Consideramos necessário estender aos servidores intra-hospitalares o que é devido aos que cuidam dos resíduos após sua saída do estabelecimento (parágrafo 2º do artigo 18 deste Projeto de Lei).

Emenda nº 7-CAS

No 5 3º do artigo 18, substitua-se a palavra "mínimo" por "máximo".

JUSTIFICACÃO

A intenção do autor é melhor expressada com a palavra "máximo", para impedir maiores espaços de tempo na coleta dos resíduos.

Emenda nº 8-CAS

Acrescente-se, ao final do "caput" do artigo 19 a expressão "salvo o previsto no artigo 10 desta lei".

JUSTIFICACÃO

Trata-se de emenda que visa apenas a coerência do texto legal, pois já se previa a instalação de incineradores no artigo 1º, sob certas condições, e pelo artigo 19, seria totalmente proibida sua instalação.

Emenda nº 9-CAS

Acrescente-se ao final do "caput" do artigo 20 a expressão, "previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente".

JUSTIFICACÃO

A finalidade da emenda é impedir que soluções individualizadas não adequadas sejam adotadas em detrimento da saúde das pessoas. É preciso que antes de implantá-las, elas sejam submetidas à aprovação dos órgãos competentes do Estado.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de NOVENO de 1990.

ALMIR GABRIEL

PRESIDENTE.

JAMIL HADDAD

RELATOR.

MAURÍCIO CORRÊA

RONALDO ARAGÃO

ANTÔNIO ALVES

JOÃO LOBO

JOÃO CALMON

LOURIVAL BAPTISTA

JOSÉ FOGAÇA

OZIEL CARNEIRO

NABOR JÚNIOR

MANSUETO DE LAVOR

CID SABÓIA DE CARVALHO

ODACIR SOARES

Publicado no DCN (Seção II) de 5.12.90



PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), após o exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, acima epigrafado.

Após ser aprovado por esta Casa, o PLS nº 354, de 1989, tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 203, de 1991, e a ele foram apensados, ao longo dos anos, cerca de oitenta proposições legislativas, com destaque para o PL nº 1.991, de 2007, de iniciativa do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Na Câmara dos Deputados, a proposição oriunda do Senado Federal – que instituía normas para o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

SCD Nº 354 DE 1989
Fis. 507

saúde – sofreu profundas alterações e foi aprovada nos termos do SCD nº 354, de 1989, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Os principais pontos do SCD nº 354, de 1989, que apresenta cinquenta e oito artigos, desdobrados, por sua vez, em inúmeros parágrafos, incisos e alíneas, serão relatados, de forma sintética, a seguir. Assim, vejamos:

1. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) integra a Política Nacional do Meio Ambiente – regulada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – e articula-se com a Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999) e com a Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005).

2. Estabelece a responsabilidade compartilhada entre governo, indústria, comércio e consumidor no gerenciamento e na gestão dos resíduos sólidos e as normas previstas aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos.

3. As definições necessárias à aplicação da lei são apresentadas no Capítulo II do Título I. O Capítulo II do Título II relaciona os princípios e os objetivos da norma, enquanto o Capítulo III enumera os instrumentos da PNRS.

4. Fica criado o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema as informações necessárias sobre os resíduos em sua esfera de competência, consoante o regulamento da lei.

5. Reconhece a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

6. Institui os planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, condiciona a liberação de recursos federais à elaboração desses planos e prevê que os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os



Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que envolvam pessoas físicas de baixa renda. As diretrizes e o conteúdo mínimo para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos constam, respectivamente, dos dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III.

Os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei. No caso, de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

7. Explicita a responsabilidade dos diversos setores pelos resíduos gerados – indústria, comércio, serviços de saúde, mineração, construção civil e outros, inclusive no que respeita aos resíduos perigosos – e prevê a elaboração e a implantação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos pelos responsáveis, mesmo quando inexistir plano municipal. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.

Os planos de gerenciamento desses setores deverão conter diagnóstico dos resíduos gerados, os procedimentos sob responsabilidade do gerador, as metas para diminuir a geração e as medidas corretivas dos possíveis danos ambientais.

8. Compete ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a responsabilidade pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão e a Lei de Saneamento Básico.

9. Institui a responsabilidade pós-consumo do produtor e da cadeia varejista para determinadas categorias de resíduos, como, por exemplo, pilhas e baterias, pneus, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e prevê a extensão desse sistema para outros produtos mediante acordos setoriais firmados entre o poder público e o setor empresarial.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

Fls. 503
Nº 354 DE 2989

A logística reversa relativa a produtos como lâmpadas fluorescentes e de outras categorias, e de eletroeletrônicos e seus componentes será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento.

10. Reconhece o papel dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e fortalece a atuação das suas cooperativas.

11. Proíbe expressamente a disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; assim como a queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Também veda a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para qualquer finalidade.

12. Os infratores aos ditames da lei sujeitam-se às sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

Durante a tramitação nesta Casa, o Substitutivo foi submetido à Audiência Pública conjunta da CCJ, CAE, CAS e CMA, com a participação da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria foi relatada na CCJ, CAE e CAS pelo Senador César Borges em reunião conjunta, consoante os termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

De conformidade com o inciso II do art. 102-A do RISF, incumbe à CMA opinar sobre o mérito dos projetos de lei atinentes à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição em todas as suas formas e à defesa dos recursos naturais.



Como se observa, o SCD nº 354, de 1989, fundamenta-se nos princípios da Agenda 21. Esse documento evidencia a necessidade de uma atuação integrada entre o poder público, os segmentos empresarial e varejista e o consumidor no que diz respeito à adoção de instrumentos que permitam reduzir ao mínimo a geração de resíduos em todas as fases do ciclo do produto ou serviço, reutilizar ao máximo um determinado produto e, finalmente, reciclar aquilo que não possa mais ser aproveitado na forma original.

O projeto é claro ao estatuir no art. 9º que *na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.*

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece em boa hora – após inúmeros debates e amadurecimento das propostas legislativas apresentadas ao longo desses anos – as diretrizes, os instrumentos e as ações aplicáveis à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, incluídos os perigosos, bem como as responsabilidades dos geradores e do poder público, em todas as suas esferas.

Tal como prevista no projeto sob exame, a PNRS apóia-se nos princípios da prevenção e da precaução, reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, e objetiva, em síntese, a adoção, pela sociedade, de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

O Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados avança ao inscrever em lei a responsabilidade pós-consumo do setor industrial que, a nosso ver, é um dos pontos fundamentais para equacionar de forma satisfatória o destino ambientalmente adequado dos resíduos sólidos – a exemplo do que já há muito tempo ocorre nos países da União Europeia, no Japão e em alguns estados norte-americanos.

Também merece destaque o fato de a PNRS contemplar de forma clara a inserção das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Há que relembrar o papel crucial desses cidadãos no sucesso dos programas nacionais de reciclagem.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SE Nº 354 DE 1989
Fls. 504

Não obstante o consenso técnico e político alcançado em torno do SCD nº 354, de 1989, consideramos oportuno propor algumas modificações no Substitutivo – algumas delas já identificadas pelo relator da matéria no âmbito da CCJ, CAE e CAS.

Assim, à luz dos arts. 285 e 287 do RISF, que dispõem sobre a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado Federal, acompanhamos o relator que nos antecedeu nos seguintes pontos:

– no § 1º do art. 9º, rejeição da expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*.”;

– no art. 28, rejeição da expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”;

– rejeição, na íntegra, do art. 48 e do parágrafo único do art. 55;

– correção dos erros de remissão constantes nos seguintes dispositivos: § 9º do art. 19; inciso VII do art. 21; § 4º do art. 33; e § 2º do art. 36.

Acatamos a rejeição do parágrafo único do art. 55, por entender que a responsabilidade compartilhada entre os diversos setores da economia e os poderes públicos federal, estaduais e municipais no gerenciamento dos resíduos – associada aos instrumentos previstos no projeto, como, por exemplo, os planos de resíduos sólidos, a logística reversa, a coleta seletiva e o fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis – garante as condições necessárias para a implementação da PNRS, de modo a reverter o modelo atual, que atribui exclusivamente ao Município a responsabilidade pela gestão do lixo.

É evidente também o erro de remissão identificado no § 4º do art. 33, tendo em vista o comando do *caput*, combinado com o disposto pelo art. 57, que assim estatui: “a logística reversa relativa aos produtos que tratam os incisos V e VI do *caput* do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento”.



Além disso, sugerimos, no mérito, não acatar o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do SCD nº 354, de 1989, uma vez que a tipificação penal dessa conduta parece-nos rigorosa demais.

Como se observa, o art. 54 do Substitutivo dá nova redação ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, para cominar pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa a quem dispuser resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei da PNRs.

Vale recordar que, de acordo com as alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I do art. 13 do Substitutivo, os resíduos sólidos urbanos englobam os resíduos domiciliares, definidos como os originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos de limpeza urbana.

Feitas essas considerações, entendemos que o SCD nº 354, de 1989, inegavelmente avança na construção de um marco legal abrangente e específico sobre resíduos sólidos, que virá a complementar e consolidar o atual quadro regulatório de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, com a supressão, no § 1º do art. 9º, da expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, no art. 28, da expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; com a rejeição do art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e do parágrafo único do art. 55; e promovendo os seguintes ajustes de remissão: correção, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” para “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” para “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” para “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” para “§ 1º”.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SCD Nº 354 DE 1989
Fls. 505

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



REQUERIMENTO N.º , DE 2010 - CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2010- CCJ, aprovado em 14/04/2010, que a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e que ainda seja incluído como convidado um representante dos catadores de lixo:

Sr. Severino Francisco de Lima Júnior – Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis- (MNCR)

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 14 de abril foi aprovado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o Requerimento nº 37/2010, a realização de uma audiência pública com objetivo de instruir o relatório ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. O presente aditamento atende a dois objetivos:

Primeiro, a realização da audiência pública conjunta nas comissões pertinentes pretende dar maior celeridade e agilidade no processo de tramitação da

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SEN Nº 354 DE 1989
Fis. 506



matéria. É importante ressaltar que a sociedade brasileira carece urgentemente

de uma legislação moderna e eficaz para o setor e o projeto, objeto desse substitutivo, já tramita por mais de 20 anos no Congresso Nacional. Enquanto isso são perdidas novas oportunidades econômicas, de geração de emprego e renda, além de uma nova ordem legal que garanta maior proteção ambiental e uma reinserção social dos catadores, homens e mulheres, que sobrevivem dessa atividade.

Além disso, recentemente o país se deparou com tragédias decorrentes de deslizamentos de terras, encostas e entupimento de bueiros, devido em grande parte a uma disposição inadequada do lixo. Um exemplo emblemático da ausência de um marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos foi a fixação de habitações sob um aterro sanitário no morro do Bumba, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo, a inclusão de um profissional da catação de resíduos é fundamental para dar maior representatividade na audiência pública em virtude do Substitutivo conter vários dispositivos referentes aos catadores de lixo, que exercem papel fundamental no processo de reciclagem dos resíduos sólidos. Segundo estimativas da entidade Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) existem 1 milhão de catadores em todo País, que dependem da renda gerada com essa atividade econômica e necessitam de mecanismos de proteção social e de incentivos para se organizarem em cooperativas.

Sala das Sessões,

CÉSAR BORGES

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SED Nº 354 DE 1989
Fls. 507



REQUERIMENTO N.º , DE 2010 - CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2010- CCJ, aprovado em 14/04/2010, que a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e que ainda seja incluído como convidado um representante dos catadores de lixo:

Sr. Severino Francisco de Lima Júnior – Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis- (MNCR)

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 14 de abril foi aprovado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o Requerimento nº 37/2010, a realização de uma audiência pública com objetivo de instruir o relatório ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. O presente aditamento atende a dois objetivos:

Primeiro, a realização da audiência pública conjunta nas comissões pertinentes pretende dar maior celeridade e agilidade no processo de tramitação da

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SD 354 DE 1989
Fls. 508



matéria. É importante ressaltar que a sociedade brasileira carece urgentemente

de uma legislação moderna e eficaz para o setor e o projeto, objeto desse substitutivo, já tramita por mais de 20 anos no Congresso Nacional. Enquanto isso são perdidas novas oportunidades econômicas, de geração de emprego e renda, além de uma nova ordem legal que garanta maior proteção ambiental e uma reinserção social dos catadores, homens e mulheres, que sobrevivem dessa atividade.

Além disso, recentemente o país se deparou com tragédias decorrentes de deslizamentos de terras, encostas e entupimento de bueiros, devido em grande parte a uma disposição inadequada do lixo. Um exemplo emblemático da ausência de um marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos foi a fixação de habitações sob um aterro sanitário no morro do Bumba, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo, a inclusão de um profissional da catação de resíduos é fundamental para dar maior representatividade na audiência pública em virtude do Substitutivo conter vários dispositivos referentes aos catadores de lixo, que exercem papel fundamental no processo de reciclagem dos resíduos sólidos. Segundo estimativas da entidade Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) existem 1 milhão de catadores em todo País, que dependem da renda gerada com essa atividade econômica e necessitam de mecanismos de proteção social e de incentivos para se organizarem em cooperativas.

Sala das Sessões,

CÉSAR BORGES

SENADO
SECRETARIA DE ARQUIVO
509 Nº 351 DE 1989
Fls. 509



PARECER Nº , DE 2010

Das COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; E DE ASSUNTOS SOCIAIS; sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora) que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

I – RELATÓRIO

Vem a estas Comissões, para análise, nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989 (Projeto de Lei nº 203, de 1991, na Casa revisora), que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa *dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, foram apensadas mais de oitenta proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos – inclusive o Projeto de Lei (PL) nº 1.991, de 2007, do Poder Executivo, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.*

Conforme justificação do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no SCD nº 354, de 1989, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SCD Nº 354 DE 1989
Fls. 510

esforço do qual participaram representantes de órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora. A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo.

O SCD nº 354, de 1989, disciplina a matéria ementada em cinquenta e oito artigos, que se desdobram em numerosos parágrafos, incisos e alíneas e se agrupam em quatro Títulos: Das Disposições Gerais, Da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Das Diretrizes Aplicáveis aos Resíduos Sólidos e Das Disposições Transitórias e Finais.

No art. 3º do Capítulo II do Título I (Das Disposições Gerais) estão as definições necessárias para a aplicação da lei. Dentre elas, destacamos: (i) **destinação final ambientalmente adequada**: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa; (ii) **disposição final ambientalmente adequada**: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a minimizar os impactos ambientais adversos; (iii) **rejeitos**: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada; (iv) **geradores de resíduos sólidos**: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo; (v) **gerenciamento de resíduos sólidos**: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (vi) **gestão integrada de resíduos sólidos**: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social; (vii) **logística reversa**: instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final



ambientalmente adequada; (viii) **serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: o conjunto de atividades previsto no art. 7º da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e (ix) **área órfã contaminada**: área contaminada cujos responsáveis pela disposição de contaminantes não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Os princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão enumerados nos arts. 6º e 7º do Capítulo II do Título II. Entre eles merecem destaque: (i) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (ii) o reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social; (iii) o respeito às diversidades locais e regionais; e (iv) a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

Os instrumentos da PNRS, por seu turno, constam do art. 8º do Capítulo III do mesmo Título. Entre eles, figuram: (i) os planos de resíduos sólidos; (ii) os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos; (iii) a coleta seletiva e os sistemas de logística reversa; (iv) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (v) o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; (vi) o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); (vii) o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (viii) o incentivo à adoção de consórcios ou outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e redução dos custos envolvidos; e (ix) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Substitutivo explicita a competência do Distrito Federal e dos Municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios, sendo que aos Estados cabe: (i) promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal; e (ii) controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos a licenciamento ambiental junto ao órgão estadual do meio ambiente. A atuação do Estado deve apoiar e priorizar as iniciativas municipais de soluções consorciadas ou compartilhadas entre dois ou mais Municípios (arts. 10 e 11).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SND Nº 354 DE 1989
Fls. 511

De acordo com o art. 12, incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma estabelecida no regulamento da lei.

Os dispositivos das Seções III e IV do Capítulo II do Título III estabelecem, respectivamente, as diretrizes para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos (arts. 16 a 19). Ressaltamos:

a) o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar o Plano Municipal (ou Distrital, conforme o caso) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para que façam jus a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

b) os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e a implementação de plano intermunicipal, e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

c) o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais poderá ser dispensado da elaboração do plano municipal, desde que o plano intermunicipal atenda aos requisitos previstos na lei;

d) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto na Lei nº 11.445, de 2007;

e) a existência do plano municipal não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental dos aterros sanitários;

f) os Estados também somente terão acesso a recursos públicos federais destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos após a elaboração do plano estadual;

g) a exigência da elaboração de plano estadual e de plano

municipal de resíduos sólidos, nos termos previstos pela lei, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos públicos federais entrará em vigor dois anos após a data da publicação da lei;

h) além dos planos estaduais, os Estados poderão elaborar, com a participação dos Municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos Municípios previstas na lei;

i) o conteúdo mínimo dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos consta dos arts. 17 e 19 do projeto de lei em exame, respectivamente. No caso de Municípios com menos de vinte mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento;

j) dentre as dezenove exigências a serem contempladas no plano municipal destacamos: (i) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação e disposição final; (ii) identificação de áreas para aterros; (iii) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa, bem como descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa; (iv) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final; (v) identificação dos passivos ambientais relacionados a resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; (vi) sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei de Saneamento Básico; (vii) programas e ações de capacitação técnica voltados à implementação e operação do plano; (viii) programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos; e (ix) programas e ações para a participação, se houver, das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o disposto no art. 13, os resíduos sólidos, para os efeitos da lei, são classificados quanto à periculosidade e à origem. No segundo grupo são identificadas as seguintes categorias: (i) domiciliares; (ii) de limpeza urbana; (iii) de estabelecimentos comerciais; (iv) de

serviços públicos de saneamento básico (excetuados os resíduos sólidos urbanos, que englobam os domiciliares e os de limpeza urbana); (v) industriais; (vi) de serviço de saúde; (vii) da construção civil; (viii) agrosilvopastoris; (ix) de mineração; e (x) de serviços de transportes, que são os resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.

Os arts. 20 a 24 da do Capítulo II e 25 a 36 do Capítulo III do Título II do Substitutivo estabelecem as responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público. Destacamos os seguintes pontos:

a) o art. 20 estatui que os geradores de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviço de saúde, da construção civil, agrosilvopastoris, de mineração, de serviços de transportes, bem como de estabelecimentos comerciais que gerem resíduos perigosos ou que, por sua natureza, composição ou volume, não possam ser equiparados, pelo poder público municipal, aos resíduos domiciliares estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – cujo conteúdo mínimo está descrito no art. 21. Esses geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano. Nos casos em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis;

b) segundo o art. 23, os responsáveis por esses planos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Essas informações serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir;

c) a inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não impede a elaboração, a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – que é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama; e no caso de empreendimento ou atividade não sujeitos ao licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento cabe à autoridade municipal competente;

d) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo



de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Lei de Saneamento Básico;

e) no âmbito da responsabilidade compartilhada, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entre outras medidas, estabelecer sistema de coleta seletiva e dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos provenientes dos serviços prestados;

f) a contratação, pelo titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda dispensa licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

g) havendo sistema de coleta seletiva ou sistemas de logística reversa, os cidadãos são obrigados a acondicionar e disponibilizar adequadamente para coleta ou devolução os resíduos sólidos gerados. O poder público municipal poderá instituir incentivos econômicos aos munícipes que participarem do sistema de coleta seletiva na forma de lei municipal;

h) conforme dispõe o art. 33, estão obrigados a estruturar e a implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de: (i) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso; (ii) pilhas e baterias; (iii) pneus; (iv) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e (vi) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

i) a logística reversa relativa aos produtos mencionados nos itens (v) e (vi) acima mencionados será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento;

j) na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, a responsabilidade pós-consumo da cadeia produtiva prevista

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
501 Nº 354 DE 1980
Fls. 513

para os resíduos acima mencionados será estendida a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens em que a aplicação da logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados;

k) para assegurar a implementação e a operacionalização dos sistemas de logística reversa, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes podem adotar as seguintes medidas: (i) implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados; (ii) colocar à disposição postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis; (iii) atuar em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, exceto no caso dos produtos identificados no item “h”, mencionado acima, pelos itens (i) a (vi);

l) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização e a reciclagem.

Os arts. 37 a 41 do Capítulo IV do Título III dispõem sobre resíduos perigosos. Entre outros preceitos: (i) as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem se registrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, que poderá estar inserido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comentado anteriormente; (ii) o Cadastro é parte integrante do Sinir; (iii) no licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, é facultado ao órgão ambiental licenciador exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública; (iv) no caso de descontaminação de áreas órfãs, identificados os responsáveis pela contaminação estes ressarcirão integralmente o valor despendido pelo poder público. Os rejeitos radioativos são regulados por legislação específica.

Os Instrumentos Econômicos aplicáveis à PNRS são tratados nos arts. 42 a 45 do Capítulo V do Título III. Em síntese:

a) o poder público poderá instituir linhas de financiamento para atender de forma prioritária iniciativas voltadas, por exemplo, para: (i) o desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter

intermunicipal ou regional; (ii) a implantação de infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (iii) a estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa; e (iv) a descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

b) no fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender as diretrizes da lei, as instituições oficiais de crédito poderão estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos;

c) a União e os demais entes federativos, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) para: (i) as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional; (ii) projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; (iii) as empresas dedicadas à limpeza urbana;

d) os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

O Substitutivo veda expressamente as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: (i) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; (ii) lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; (iii) queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade. Nos casos de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada pelos órgãos competentes.

Nas áreas de disposição final de resíduos ou de rejeitos ficam vedadas as atividades de catação, criação de animais domésticos e fixação de habitações temporárias ou permanentes.

O projeto também proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para quaisquer fins.

A inobservância aos preceitos da lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais), e seu regulamento, sem prejuízo de outras sanções determinadas em lei.

O art. 54 do Título IV (Das Disposições Transitórias e Finais) altera o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, de modo a punir aquele que manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento e também quem dispõe resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei que resultar deste projeto: pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

De acordo com o *caput* do art. 55, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da lei, sendo que o parágrafo único do artigo abre a possibilidade de os planos estaduais e os planos municipais de resíduos sólidos definirem prazo diferente do previsto no *caput*.

Por fim, o art. 58 estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A posição favorável à aprovação do Substitutivo foi reafirmada por ocasião da audiência pública realizada no último dia 5 de maio, em seção conjunta promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A matéria em pauta será examinada pela CCJ, CAE, CAS e



CMA. No entanto, em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 18, de 2010/CAE, nº 22, de 2010/CMA, nº 39, de 2010/CAS e nº 49, de 2010/CCJ – fundamentados no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal –, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta, cabendo a mim a responsabilidade de relatar o projeto em três Comissões: CCJ, CAE e CAS.

II – ANÁLISE

De início, cabe observar que, consoante o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

Segundo os arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda, e substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado uma série de emendas.

Logo, nesta fase de tramitação do SCD nº 354, de 1989, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o Substitutivo na íntegra ou em parte. Recordamos que o texto original do projeto foi totalmente reformulado pela Câmara dos Deputados.

Não é demais lembrar que o texto original do projeto aprovado pelo Senado, no longínquo ano de 1991, trata especificamente dos resíduos de serviços de saúde, enquanto que o SCD nº 354, de 1989, institui um conjunto de instrumentos, ações e regras gerais e abrangentes relativos à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Conforme determina, ainda, o RISF, a matéria será examinada nos termos dos arts. 99, inciso I; 100, inciso II; 101, incisos I e II, *d*; e 102-A, inciso II.

Dessa feita, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, VI e § 1º, da Constituição Federal (CF), segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os Estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre (...) *conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição*.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO

SO Nº *BSU* DE *1989*
Fls. *515*

Já o art. 23, VI, da Lei Maior dispõe que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política-administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos Municípios, com base no art. 30, I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão dos resíduos sólidos urbanos – coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos Estados e Municípios e a autonomia administrativa dos entes federados (CF – arts. 18; 24, VI e §§ 1º e 2º; e art. 30, I e V).

A iniciativa da presente norma guarda, portanto, conformidade com o sistema de distribuição de competências constitucionais, além de atender expressamente o disposto no art. 225 da Lei Maior, segundo o qual *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*.

Do ponto de vista jurídico, observa-se que o projeto está em harmonia com a Política Nacional do Meio Ambiente – instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 –, com a Lei de Saneamento Básico e demais normas legais de proteção ao meio ambiente e à saúde.

No entanto, identificamos alguns problemas pontuais no texto do SCD nº 354, de 1989, que podem ser sanados sem ofender as normas constitucionais e regimentais que disciplinam a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado.



Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados.

- § 9º do art. 19 – onde se lê “I a XVIII”, o correto seria “I a XIX”.
- Inciso VII do art. 21 – substituir “art. 30” por “art. 31”. O art. 30 define a responsabilidade compartilhada, mas as ações a que se refere o inciso VII do art. 21 estão no art. 31.
- § 4º do art. 33 – onde se lê “I a IV”, o correto seria “I a VI”.
- § 2º do art. 36 – substituir “inciso II do *caput*” por “§ 1º”. O inciso II do *caput* do art. 36 não faz referência à contratação das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas sim o § 1º do art. 36.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários.

Uma vez que o *caput* do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei. Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras. Ademais, o projeto já restringe o emprego da tecnologia à comprovação de sua viabilidade ambiental e técnica e à implantação de programa de monitoramento de emissão de poluentes aprovado pelo órgão ambiental.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SD Nº 354 DE 1989
Fls. 516

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*”.

Também suprimimos do art. 28 a expressão “(...) ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13 (...)”. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os Municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizadas em áreas de preservação permanente, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

A permanência desse dispositivo compromete a atividade de mineração em áreas de preservação permanente, já disciplinada em legislação própria, uma vez que a disposição de rejeitos minerários é parte inerente da própria atividade. Da mesma forma, aterros sanitários e industriais já em operação e devidamente licenciados poderão se tornar ilegais, dado que norma específica define como de utilidade pública as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saneamento e as atividades de proteção sanitária.

Conforme relatado acima, o art. 54 do Substitutivo dá nova redação ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, para cominar pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa a quem dispuser resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei da PNRS.

A tipificação penal dessa conduta parece-nos rigorosa demais. Por essa razão, não acatamos o inciso III acrescido ao § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do SCD nº 354, de 1989.

Vale recordar que, de acordo com as alíneas a, b e c do inciso I do art. 13 do projeto, os resíduos sólidos urbanos englobam os resíduos domiciliares, definidos como os originários de atividades domésticas em



residências urbanas, bem como os resíduos de limpeza urbana.

Recomendamos, também, rejeitar o parágrafo único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no *caput*, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, **suprimindo**, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no *caput*” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; **rejeitando** o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: **substituição**, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do *caput*” por “§ 1º”.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2010

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

Senador CÉSAR BORGES, Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ARQUIVO
SCD Nº 354 DE 1989
Fls. 517

**TERMO DE ARQUIVAMENTO DO SUBSTITUTO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº. 354 DE 1989

Contém este processo 517 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 181, do Regulamento Administrativo (Resolução 056/2002), estando o mesmo com sua tramitação concluída.

SARQ, 26 de Agosto de 2010

Jose Verno
Responsável pelo preenchimento

Conferido,

[Assinatura]
Chefe do Serviço de Arquivo Legislativo
LUIZ SÉRGIO DE VASCONCELOS
TE – MATR. 25048

Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais

Av. Rui Barbosa, 9244 - Centro - São José dos Pinhais

Fone: (41) 3381-5814 Fax: (041) 3283-6800

E-mail: conselhotrabalhosjp@setp.pr.gov.br

Ofício n.º 13/10 - CMT/SJ P

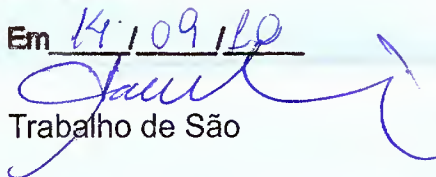
Em , 19 de julho de 2010.

~~Junta-se ao processado do~~

SCD
nº 354, de 1989.

Senhor Presidente:

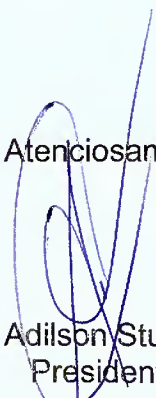
Em 14/09/10



Segue anexa moção aprovada na II Conferência Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais – PR, realizada em 24 de abril de 2010.

Atenciosamente,

Adilson Stuzata
Presidente



Ilmo. Sr. Presidente:

José Sarney

Presidente do Congresso Nacional



Entidades do Conselho:

Trabalhadores: Sind. Dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sind. dos Hoteleiros, Sind. Dos Trab. Rurais, Sind. Dos Trabalhadores da Construção Civil, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de SJP. Sid. Marceneiros

Patronais: ACIAP / SJP, SINDIMETAL, FIEP, SESI, SENAI.

Poder Público: SICTUR, Secr. Mun. da Promoção Social, Secr. Mun. da Saúde, Secr. Mun. da Habitação, Secr. Mun. Educação e Agência da DRT.

✓
06-09.10

II Conferência Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais – PR
24 de abril de 2010

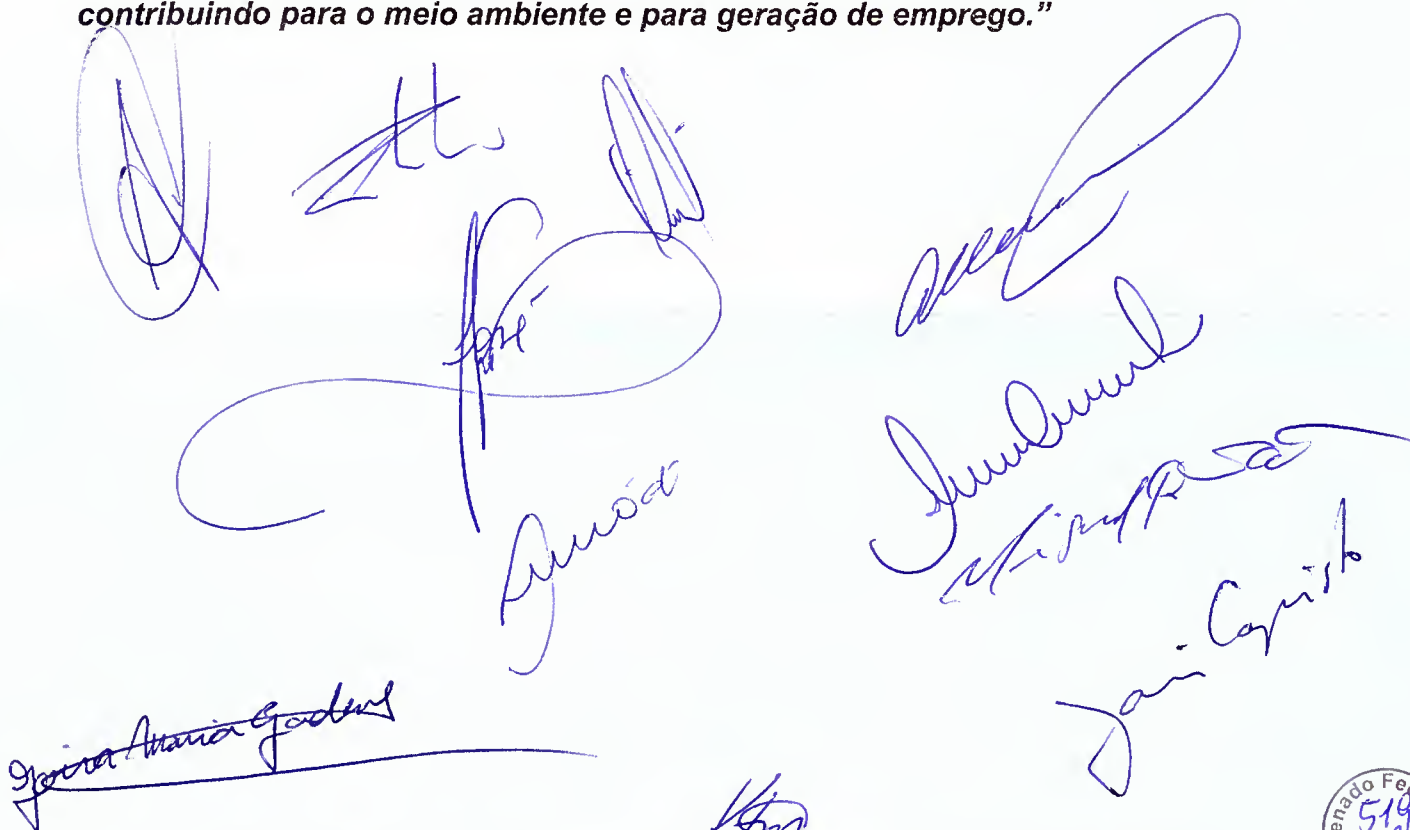
Ao

Ilmo. Sr. José Sarney – Presidente do Congresso Nacional

Conforme aprovado pela Plenária da II Conferência Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais – Paraná, encaminhamos moção descrita abaixo. Esta vai assinada pelos Conselheiros e Conselheiras do Trabalho de nossa Cidade.

Moção ao Congresso Nacional

“Que as empresas sejam responsáveis pela encaminhamento dos resíduos sólidos e para isso, é urgente a regulamentação da lei de destinação dos resíduos sólidos, contribuindo para o meio ambiente e para geração de emprego.”

A collection of handwritten signatures in blue ink, representing the members of the Conselho Municipal do Trabalho. The signatures are varied in style, with some being more stylized and others more legible. They are arranged in a loose cluster across the lower half of the page.

CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 202

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 203A, de 1991, do Senado Federal (PLS nº 354/89 na Casa de origem), que dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

Dê-se ao projeto a seguinte redação: “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998, e dá outras providências”.

A matéria vai às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Tendo em vista a falta de *quorum* em plenário para deliberação, a Presidência encerra a Ordem do Dia, transferindo os itens de pauta para a próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

REQUERIMIENTO N°

, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo dos dispositivos de parecer favorável, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203/1991, naquela Casa), do Senador Francisco Rollemberg, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Sala das Sessões, em de

de 2010

Senador

REQUERIMIENTO N°

, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo dos dispositivos de parecer contrário do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989 (nº 203/1991, naquela Casa), do Senador Francisco Rollemberg, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.*

Sala das Sessões, em de

de 2010

Senador

CARLA BENCKE

FOCO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

SBN, Quadra 2, Bloco J, Ed. Eng. Paulo Maurício, Salas 809 a 811
CEP: 70070-000 - Brasília-DF - Fone/Fax: (61) 3327 1289 - Cel.: (61) 9696 5876
www.foco-legislativo.com.br - carla@foco-legislativo.com.br

LUIS HENRIQUE MACEDO CIDADE

FOCO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

SBN, Quadra 2, bloco J, Ed. Eng. Paulo Maurício, salas 808 e 809, Asa Norte
CEP: 70040-905 - Brasília-DF - Fone/Fax: (61) 3327 1289 - Cel.: (61) 9696 5976
www.foco-legislativo.com.br - luiz.henrique@foco-legislativo.com.br



abre

Associação Brasileira de Embalagem

Maurício Groke

Presidente

Rua Oscar Freire, 379 – 15º andar – Cj. 152 – 01426-001 – São Paulo – SP

Tel.: (55-11) 3082-9722 – Fax: (55-11) 3081-9201

presidencia@abre.org.br / www.abre.org.br



abre

Associação Brasileira de Embalagem

Luciana Pellegrino

Diretora Executiva

Rua Oscar Freire, 379 – 15º andar – Cj. 152 – 01426-001 – São Paulo – SP

Tel.: (55-11) 3082-9722 (ramal 214) – Fax: (55-11) 3081-9201

luciana@abre.org.br / www.abre.org.br

354

Classificado de acordo com o art. 181
de R. 181
de 181
Chefe do Serviço de Arquivo Legislativo
Chefe de Arquivo Legislativo
Est. Sérgio de Vasconcelos
Matr.: 25048



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Autor: Senador Francisco Rollemberg

Nº 354, DE 1989

EMENTA: Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

(PROCESSO ESPECIAL)

FICHADO



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Autor: Câmara dos Deputados

Nº 354, DE 1989

(PL. 00203 de 1991, na origem)

EMENTA: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

(PROCESSO ESPECIAL)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*PROJETO DE LEI N.º 203-A, DE 1991

(Do Senado Federal)

PLS Nº 354/1989

OFÍCIO Nº 274/1991 (SF)

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde; tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e dos PLS nºs 3.333/92; 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-C/93; 4.398/94; 4344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 6.483/02; 4.173/04; 1.259/95; 1.610/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 6.011/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 2.272-A/96; 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.013/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 1.094/95; 203/99; 6.518/02; 2.949/97; 722-A/99; 1.760/99; 2.817/00; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.123/04; 4.511/98; 1.787/03; 3.576/04; 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 449/03; 1.720/99; 2.251/99; 2.815/00; 3.883/00; 4.136/01; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.373/05; 6.402/05; 6.508/06; 7.047/06; apensados; das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8/91, apresentadas ao PL 203/91 na CSSF; das de nºs 5, 6, 7, 8 e 9/96, apresentadas na CDCMAM, e de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11/98, apresentadas na CEIC ao 1.259/95; das de nºs 1, 2, 3 e 4/96, apresentadas na CEIC, e de nºs 1, 2 e 3/97, apresentadas na CDCMAM ao PL nº 2.272-A/96; pela não implicação em relação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual do PL 203/91 e dos de nºs 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 4.344/93; 4.398/94; 1.094/95; 1.259/95; 2.272/96; 2.949/97; 3.750/97; 4.178/98; 4.344/98; 4.730/98; 59/99; 722/99; 732/99; 988/99; 1.610/99; 1.633/99; 1.677/99; 1.720/99; 1.724/99; 1.756/99; 1.857/99; 1.917/99;

*Republicado em virtude de novas apensações (05/03/2010)

2.013/99; 2.075/99; 2.100/99 2.216/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 3.606/00; 3.878/00; 3.883/00; 4.029/01; 4.136/01; 4.307/01; 4.992/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 5.543/01; 5.574/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.765/01; 5.807/01; 5.974/01; 6.080/02; 6.149/02; 6.298/02; 6.483/02; 6.518/02; 6.970/02; 13/03; 121/03; 449/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 1.595/03; 1.619/03; 1.724/03; 1.760/03; 1.786/03; 1.787/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.120/03; 2.439/03; 2.440/03; 2.761/03; 2.929/04; 3.387/04; 3.576/04; 4.123/04; 4.137/04; 4.173/04; 5.231/04; 5.745/04; 6.014/05; 6.373/05; 6.402/05; 6.508/06 e 7.047/06, apensados; das emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7 e 8/91, apresentadas ao PL nº 203/91 na CSSF; das de nºs 5, 6, 7, 8 e 9/96, apresentadas na CDCMAM, e de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11/98, apresentadas na CEIC ao PL 1.259/95; das de nºs 1, 2, 3 e 4/96, apresentadas na CEIC, e de nºs 1, 2 e 3/97, apresentadas na CDCMAM ao PL nº 2.272/96; pela aprovação, quanto ao mérito, do PL 203/91 e dos PLs 3.333/92; 4.344/93; 4.398/94; 1.259/95; 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 4.173/04; 988/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 2.949/97; 1.016-A/99; 2.254/99; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.123/04; 1.787/03; 3.576/04; 449/03; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.402/05; 6.373/05; 6.508/06; 7.047/06, apensados; da emenda nº 1/91, apresentada ao PL 203/91 na CSSF; e das de nºs 5, 6 e 9/96, apresentadas na CDCMAM, e nºs 1, 6, 7, 10 e 11/98, apresentadas na CEIC ao PL nº 1.259/05, com substitutivo. Pela inconstitucionalidade dos PLs nºs 59/99, 988/99; 1.016/99; 2.254/99 e 2.491/00; pela inadequação orçamentária e financeira dos PLs 3.333/92; 4.502/98; 4.511/98; 203/99; 1.016/99; 1.760/99; 2.201/99; 2.254/99; 2.817/00; 3.480/00; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 6.011/01; 637/03; 2.147/03; 2.659/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.271/04; 4.356/04; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06, bem como das emendas nºs 1/91 e 5/91, apresentadas ao PL 203/91 na CSSF; pela rejeição, quanto ao mérito, dos PLs 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 1.094/95; 2.272/96; 4.511/98; 59/99; 203/99; 722/99; 1.610/99; 1.720/99; 1.760/99; 2.013/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 2.817/00; 3.883/00; 4.136/01; 5.501/01; 6.011/01; 6.483/02; 6.518/02; das emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8/91, apresentadas ao PL 203/91 na CSSF; das de nºs 7 e 8/96, apresentadas na CDCMAM e de nºs 2, 3, 4, 5, 8 e 9/98, apresentadas na CEIC ao PL 1.259/95; das de nºs 1, 2, 3 e 4/96, apresentadas na CEIC, e nºs 1, 2 e 3/97, apresentadas na CDCMAM ao PL 2.272/96 (Relator: DEP. CEZAR SILVESTRI).

DESPACHO:

À COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA EXAMINAR O PL. 203/91

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: PL 59/99, 203/99, 722/99, 988/99 (1.610/99; 6.011/01 e 1.677/99), 1.094/95, 1.259/95 (5.574/01), 1.720/99, 1.724/99 (4.992/01 e 5.807/01 (4.123/04)), 1.756/99, (6.373/05) 1.760/99 (2.817/00 (5.501/01 e 3.637/04)), 1.814/91 (447/91, 1.137/91 (1.154/91), 2.932/92 e 4.131/89), 1.857/99 (2.013/99 e 2.201/99), 1.917/99 (1.633/99, 2.100/99 e 2.216/99), 2.075/99, 2.251/99, 2.272/96, 2.491/00, 2.815/00, 2.949/97 (1.016/99 (2.254/99 e 4.709/01)), 3.333/92 (3.480/00, 6.446/05, 6.375/05 e 6.615/06), 3.606/00, 3.750/97, 3.878/00, 3.883/00, 4.344/93 (4.398/94), 4.344/98, (732/99, 4.178/98, 2.147/03, 1.595/03 e 2.440/03), 4.502/98, 4.511/98, 4.730/98, 4.029/01, 4.136/01, 4.307/01, 4.329/01 (3.912/04), 5.194/01, 5.336/01; 5.349/01, 5.543/01, 5.649/01, 5.695/01, 5.757/01, 5.974/01, 6.080/02, 6.149/02, 5.765/01, 6.298/02, 6.483/02, 6.518/02 6.970/02, 13/03, 121/03 (2.659/03), 449/03, 637/03, 822/03, 1.072/03, 1.169/03, 1.619/03, 1.724/03, 1.760/03 (1.786/03), 1.787/03, 1.805/03, 1.980/03, 2.120/03, 2.439/03, 2.761/03, 2.929/04, 3.387/04, 3.576/04, 4.137/04, 4.173/04, 4.271/04, 4.356/04, 5.231/05, 5.745/05, 6.014/05, 6.402/05, 6.508/06 e 7.047/06.

III – Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- emendas apresentadas ao projeto (8)

IV – Na Comissão Especial:

- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- complementação de voto
- parecer reformulado
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

V – Novas apensações: 320/07, 329/07, 433/07, 520/07, 904/07, 1059/07, 1494/07, 1745/07, 1966/07, 1991/07, 2061/07, 2143/07, 2267/07, 2305/07, 2373/07, 2388/07, 2428/07, 2497/07, 2653/07, 2707/07, 2735/08, 2882/08, 2885/08, 2928/08, 2659/07, 3152/08, 3209/08, 3341/08, 3466/08, 3636/08, 3795/08, 3825/08, 4070/08, 4177/08, 4193/08, 4195/08, 4323/08, 4349/08, 2074/07, 2075/07, 2076/07, 2115/07, 2116/07, 4015/08, 4532/08, 4656/09, 4839/09, 4965/09, 5047/09, 5272/09, 5381/09, 5573/09, 5626/09, 5860/09, 5975/09, 6157/09, 6235/09, 6315/09, 6360/09, 6423/09, 6560/09, 6599/09, 6617/09 e 6673/09.

Obs.: Em 27/11/2006 - Desapensação dos PLs de nºs 3333/92, 4502/98, 4511/98, 59/99, 203/99, 988/99, 1016/99, 1760/99, 2201/99, 2254/99, 2491/00, 2817/00, 3480/00, 4329/01, 4709/01, 5501/01, 6011/01, 637/03, 2147/03, 2659/03, 3637/04, 3912/04, 4271/04, 4356/04, 6375/05, 6446/05 e 6615/06, em face do arquivamento, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executadas por serviços de saúde e veterinários; bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica, e pela produção e testagem de produtos biológicos e de uso humano.

Art. 2º - Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, obedecerão à seguinte classificação:

I - lixo do tipo domiciliar ou não séptico - resíduos provenientes das unidades administrativas, onde não são admitidos clientes, tais como papéis, materiais de embalagem, cinzas e varreduras;

II - lixo séptico - resíduos que constituem risco biológico, por conterem patógenos que causem risco de infecção ou adoecimento para as pessoas que entrem em contato com eles, compreendendo:

a) resíduos infectados ou contaminados: aqueles provenientes das unidades e serviços onde clientes, pacientes ou animais têm acesso ou onde haja manipulação de suas excreções ou secreções, tais como tecidos, órgãos, peças anatômicas, fetos, placentas, carcaças de animais, sangue, hemoderivados, fluidos orgânicos, culturas, recipientes de coleta e transporte de amostras e espécimens, compressas, esponjas, roupas e materiais de curativo provenientes das salas cirúrgicas, de autópsia, de isolamento e de enfermarias;

b) objetos pontiagudos e cortantes: agulhas, escalpes, lâminas de bisturi e de barbear, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

c) resíduos alimentares: restos de alimentos e de sua preparação;

III - lixo especial - resíduos cujo principal risco não é biológico, exigindo, ademais, manuseio especial e específico em razão de sua natureza, compreendendo:

a) material radiativo: resíduos provenientes dos serviços de medicina nuclear e materiais contaminados por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) materiais contaminados por quimioterápicos antineoplásticos: drogas citotóxicas e antineoplásticas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) materiais inflamáveis, corrosivos, tóxicos e reagentes: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, podem causar dano às pessoas e às instalações se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

Art. 3º - Sujeitam-se às normas estabelecidas nesta Lei:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatórios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, consultórios, hospitais veterinários e congêneres;

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade; biotérios; serviços de medicina nuclear; laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia, bem como os laboratórios de produção de medicamentos, drogas, cosméticos, imunobiológicos, hemoderivados e outros produtos que gerem resíduos de qualquer natureza, classificáveis segundo dispõe o art. 2º desta Lei;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

Art. 4º - Cada uma das categorias de resíduos relacionadas no art. 2º será separada e acondicionada, com procedimentos e formas específicos e adequados a cada categoria, na fonte produtora do resíduo e sua embalagem deverá trazer os símbolos internacionalmente estabelecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO) e pelo Comitê de Especialistas em Transporte de Produtos Perigosos, ambos da Organização das Nações Unidas, adequados a cada caso, conforme dispõe o Anexo a esta Lei.

§ 1º - Estes símbolos deverão ser impressos em cor laranja ou vermelha sobre fundo branco.

§ 2º - O lixo de tipo domiciliar não precisará ser identificado.

TÍTULO II

Das Obrigações dos Estabelecimentos Geradores de Resíduos

Art. 5º - São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

1 - a classificação e separação dos resíduos por categoria, de acordo com o art. 3º desta Lei, a serem processados na parte de produção (serviço ou unidade);

II - o acondicionamento e identificação adequados de cada tipo de resíduo, de acordo com o art. 6º desta Lei;

III - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas, de acordo com o art. 17 desta Lei;

IV - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

V - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo, este último, o local onde deverão ser apresentados os resíduos à coleta pública;

VI - a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VII - a incineração dos resíduos produzidos no estabelecimento, em sendo esta a solução adotada pelo estabelecimento específico, respeitados os critérios para instalação e operação dos equipamentos destinados a esta finalidade, segundo dispõe o art. 10 desta Lei;

VIII - permitir a inspeção de seus procedimentos, instalações e equipamentos pelos organismos competentes dos sistemas de saúde, de preservação ambiental ou de controle de poluição e da limpeza pública municipal, bem como prestar as informações que lhe forem solicitadas em cada caso por estas autoridades;

IX - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional de nível superior, responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normalização de procedimentos internos do estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) acompanhamento e avaliação dos sistemas de manutenção de equipamentos e instalações e supervisão da operação dos mesmos;
- g) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;
- h) programação para situações de emergência e outras contingências.

§ 1º - Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e o manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

§ 2º - Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

- a) o uso de equipamento de proteção individual;
- b) o controle periódico de condições de saúde.

Art. 6º - Os resíduos de serviços de saúde serão obrigatoriamente acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa

de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR9191) e conter os símbolos adequados a cada caso, conforme estabelecido no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Os objetos pontiagudos e cortantes deverão ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, como dispõe o art. 6º desta Lei.

Art. 8º - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda (shootes) para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 9º - Não é permitida a utilização, na agricultura ou para a alimentação de animais, de restos de comida e lavagens provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres, salvo se estes previamente tiverem sido processados por fervura a 100°C (cem graus Celsius) por sessenta minutos e conservados, sob refrigeração, por, no máximo, setenta e duas horas.

Art. 10 - A instalação e a operação de incineradores pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º está condicionada à aprovação do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e devem permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com o estabelecido na Portaria nº 231, do Ministro do Interior, de 27 de abril de 1976, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 11 - Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre "gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre "requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 12 - O lixo especial, exceto os materiais radiativos, deverá sofrer tratamento ou acondicionamento adequados no próprio local de produção e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Parágrafo único - A coleta do lixo especial mencionado no caput deste artigo, bem como o seu transporte e destino final serão regulamentados pela administração municipal.

Art. 13 - É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II - a céu aberto.

Art. 14 - É proibida a incineração a céu aberto de resíduos de serviços de saúde, tolerada apenas em situações de emergência e na ausência da solução regulamentar.

Art. 15 - Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde, nos termos do art. 20 desta Lei, são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser regulamentação específica.

TÍTULO III

Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 16 - É responsabilidade da administração pública municipal:

I - a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino final adequado aos resíduos coletados.

Art. 17 - Entende-se por serviço regular de coleta de resíduos de serviços de saúde a remoção e o transporte, para destinação adequada, do conteúdo dos recipientes e contenedores padronizados, ou dos sacos plásticos, colocados pelos estabelecimentos de que trata o art. 3º em locais previamente determinados, e obedecendo a horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - Considerar-se-á em condições regulares para fins de coleta e transporte os resíduos de serviços de saúde acondicionados na forma prescrita nesta Lei e nos regulamentos baixados pelo poder público municipal sobre a matéria.

Art. 18 - A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º - Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser de cor branca e conter, sua carroceria, de forma visível, o símbolo de risco biológico previsto no Anexo desta Lei.

§ 2º - Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

a) o uso de equipamento de proteção individual;
b) treinamento específico para as tarefas e supervisão permanente;

c) controle periódico de condições de saúde.

§ 3º - A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada setenta e duas horas.

§ 4º - O lixo de tipo domiciliar ou não-séptico, definido no art. 2º, não será objeto de coleta diferenciada, mas deverá ser classificado e separado na fonte produtora e entregue para a coleta pública regular, não estando sujeito aos cuidados previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 19 - Os resíduos de serviços de saúde incluídos na categoria de lixo séptico serão obrigatoriamente incinerados em incinerador central especificamente instalado para esta finalidade e operado pela administração municipal, salvo o previsto no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único - A instalação e a operação de tais equipamentos são sujeitas à autorização do órgão municipal ou estadual de preservação ambiental ou de controle de poluição e, em qualquer caso, deve permitir padrões de qualidade do ar atmosférico compatíveis com

os estabelecidos na Portaria nº 231, de 27 de abril de 1976, do Ministério do Interior, ou de regulamento que venha a substituí-la.

Art. 20 - É a administração pública municipal dispensada da manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de saúde dos estabelecimentos localizados fora do perímetro urbano e naqueles municípios nos quais a pequena rede de estabelecimentos indique a adoção de soluções individualizadas, previamente aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão estadual de preservação do meio ambiente.

Parágrafo único - Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e Sanções Cabíveis

Art. 21 - Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º desta Lei, contrariando dispositivos desta Lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta Lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou concessão e/ou multa;

V - instalar ou operar incineradores sem autorização do órgão competente de preservação ambiental ou causando poluição do ar atmosférico:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VI - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

VII - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los a céu aberto:

Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VIII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas;

Pena: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

IX - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os processos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

Pena: multa.

Parágrafo único - As penalidades previstas nesta Lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados que à saúde das pessoas quer ao meio ambiente.

Art. 22 - A pena de multa consiste no pagamento de quantia variando entre dez e cinquenta BTN, segundo a gravidade da infração e a existência de condições atenuantes ou agravantes, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único - A reincidência, mesmo que não especifica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 23 - Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta Lei.

TÍTULO V Disposições Finais

Art. 24 - Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 25 - O poder público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 26 - A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação e venda de serviços

de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único - Em qualquer situação, o estabelecimento e o reajuste de tarifas são de competência do poder público municipal.

Art. 27 - São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde, sendo, de qualquer forma, vedada sua destinação final em aterros sanitários comuns, coletivos ou domésticos.

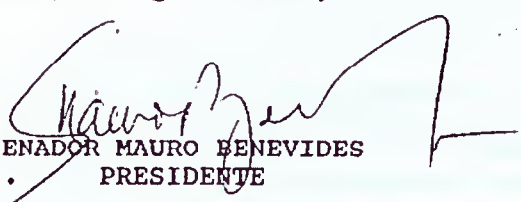
Art. 28 - São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 29 - O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde e do organismo federal de preservação ambiental, regulamentará esta Lei no prazo de seis meses.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor no prazo de um ano, a contar da data de sua publicação.

Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 5 DE MARÇO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

MINISTÉRIO DO INTERIOR

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N. 231 — DE 27 DE ABRIL DE 1976

O Ministro de Estado do Interior, acolhendo proposta do Secretário do Meio-Ambiente, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n. 73.030 (*), de 30 de outubro de 1973, o Decreto-Lei n. 1.413 (*), de 14 de agosto de 1975 e o Decreto n. 76.389 (*), de 3 de outubro de 1975, e

Considerando a contínua deterioração da qualidade da atmosfera em algumas áreas do território nacional;

Considerando o decréscimo da qualidade de vida nessas áreas, no que diz respeito a danos à saúde, segurança e bem-estar da população, bem como à flora, à fauna, aos materiais e aos usos da atmosfera, com conseqüentes prejuízos à segurança e à economia nacional;

Considerando a necessidade de promover uma coordenação técnica e administrativa nas medidas de controle da poluição do ar, adotadas por entidades governamentais locais e regionais;

Considerando a conveniência de fomentar e realizar o controle da poluição do ar de forma definida e compatível com os interesses da segurança e do desenvolvimento nacionais, resolve:

Estabelecer os seguintes Padrões de Qualidade do Ar:

I — São padrões de qualidade do ar as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassados, poderão afetar a saúde, segurança e bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais, e ao meio-ambiente em geral.

II — Constituem métodos de referência os métodos de amostragem e análise para um poluente do ar, aprovados pela Secretaria Especial do Meio-Ambiente — SEMA.

III — Constituem métodos equivalentes quaisquer métodos de amostragem e análise para um poluente do ar, que tenham uma relação consistente com os métodos de referência, e que sejam aprovados pela SEMA.

IV — Todas as medidas de qualidade do ar devem ser corrigidas para 25°C, e a pressão de 760 milímetros da coluna de mercúrio (1.013,2 milibares).

V — Com o propósito de proteger a população ficam estabelecidos, em toda a extensão do território nacional os seguintes padrões de qualidade do ar, como metas a serem atingidas e que deverão orientar a elaboração dos planos nacionais de controle da poluição do ar, bem como dos planos regionais a estes condicionados:

a) Partículas em Suspensão:

a.1. Padrão de Qualidade:

— Uma concentração média geométrica anual de 80 microgramas por metro cúbico, e

— Uma concentração máxima diária de 240 microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano.

a.2. Método de Referência:

Método de amostrador de grandes volumes ou método equivalente.

b) Dióxido de Enxofre:

b.1. Padrão de qualidade:

— Uma concentração média aritmética anual de 80 microgramas por metro cúbico, e

— Uma concentração máxima diária de 365 microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano.

b.2. Método de Referência:

Método de pararosanilina ou método equivalente.

c) Monóxido de Carbono:

c.1. Padrão de Qualidade:

— Uma concentração máxima de 8 horas de 10.000 microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedido mais de uma vez por ano, e

— Uma concentração máxima horária de 40.000 microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedido mais de uma vez por ano.

c.2. Método de Referência:

Método da absorção do infra-vermelho não dispersivo ou método equivalente.

d) Oxidantes Fotoquímicos:

d.1. Padrão de Qualidade: (corrigido para interferência de óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre).

— Uma concentração máxima horária de 160 microgramas por metro cúbico, que não deve ser excedida mais de uma vez por ano.

d.2. Método de luminescência química ou método equivalente.

VI — Os padrões de qualidade, para outros poluentes, serão estabelecidos pela SEMA quando houver mais informação científica disponível sobre os mesmos.

VII — As indústrias em fase de construção, bem como as que serão construídas, deverão adotar os critérios, normas e padrões estabelecidos pela SEMA para o controle da poluição ambiental, ficando a cargo das autoridades estaduais competentes o necessário controle, fiscalização e licenciamento.

VIII — Os equipamentos para o controle da poluição, sempre que possível, serão de fabricação nacional.

IX — Os Conselhos Estaduais de Controle Ambiental, ou órgãos colegiados equivalentes, mesmo antes da aprovação de Planos para o Controle da Poluição, previstos nesta Portaria, poderão orientar os órgãos executores quanto às exigências da instalação de equipamentos antipoluidores, em indústrias já em funcionamento, de acordo com um plano provisório aprovado pela SEMA.

X — Os Conselhos Estaduais de Controle Ambiental, ou órgãos colegiados equivalentes, deverão estabelecer planos de ação para situações de emergência, e aplicá-los quando necessário, dentro das normas aprovadas pela SEMA.

XI — Os Planos de Emergência referidos no item anterior, poderão prever a redução das atividades das fontes poluidoras, fixas ou móveis durante período de inversões térmicas atmosféricas ou em outras situações perigosas.

XII — Os planos estaduais, formulados de acordo com a presente Portaria, antes da sua aplicação, serão encaminhados à SEMA para a compatibilização com o seu planejamento de controle da poluição em âmbito nacional.

XIII — A SEMA poderá agir diretamente, em caráter supletivo, quando inexistirem entidades estaduais controladoras da poluição, ou se existindo, apresentarem falhas ou omissões no cumprimento das atribuições que lhe são cometidas nesta Portaria.

XIV — O controle da poluição do ar, por entidades municipais, deverá ser feito em consonância com a entidade estadual correspondente.

XV — Todos os estabelecimentos industriais que causem ou possam causar poluição do ar devem comunicar anualmente, sob pena de sanções cabíveis, o tipo de suas emissões gasosas ou particulares e o equipamento antipoluidor existente ao órgão estadual competente, que enviará cópia dessas informações à SEMA. — MINTER.

XVI — A adoção de padrões regionais de emissão pelos Estados, para o controle da poluição do ar, deverá ser previamente aprovada pela SEMA.

XVII — Os padrões de qualidade do ar, fixados neste instrumento, passam a vigorar na data da publicação da presente Portaria.

XVIII — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Maurício Rangel Reis.

(D.O. de 7 de maio de 1976, pág. 5.722).

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

Apresentado pelo Senador FRANCISCO ROLLEMBERG

Lido no expediente da Sessão de 27/10/89 e publicado no DCN (Seção II) de 28/10/89. A Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 4/12/90, leitura do Parecer nº 410/90-CAS, relatado pelo Senador Jamil Haddad, favorável. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 8/90, do Presidente da CAS, comunicando a

aprovação da matéria na reunião de 29/11/90. É aberto o prazo de 5 dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário.

Em 11/12/90, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem apresentação do recurso previsto no art. 91, § 4º, do Regimento Interno.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.274, de 5.03.91

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SM/Nº 274

- 502-1707-008491

Em 5 de março de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 354, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 05/03/91. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro Secretário

SENADOR DIRCEU CARNEIRO
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
VPL/.

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1999
(DO SR. PAULO PAIM)

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O inciso III do Art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º-.....
.....
.....

III- normatizar, controlar e fiscalizar produtos, resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde, substâncias e serviços de interesse para a saúde.

Art. 2º -Altera o inciso III do Art. 7º e cria o inciso XXV do mesmo artigo.

III- estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, diretrizes e ações de vigilância sanitária, inclusive no que se refere aos resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde.

.....
XXV- exercer a fiscalização sanitária, credenciar ou autorizar e executar o controle relativo ao transporte, manuseio, tratamento interno e externo e destino final dos resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde, podendo aplicar penalidades de multa e/ou de interdição da atividade.

Art. 3º- Acrescenta o Inciso XII ao Parágrafo 1º do Art. 8º.

Parágrafo 1º-.....

XII- os demais resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com relação ao tema "lixo hospitalar", poucas são as normas que regulam o assunto. No que toca a fiscalização dos resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde, identicamente, quase toda a matéria é de **lege ferenda** e salvo melhor juízo, não há instituição governamental voltada exclusivamente para a questão, apesar da gravidade progressiva do assunto.

Nossa proposta tem por objetivo aproveitar a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVS para instituí-la como o primeiro ente federal com poder de fiscalização e controle sobre os resíduos sólidos e líquidos dos estabelecimentos de saúde (RSS)*, identificar estratégias de tratamento do lixo hospitalar e dentre essas, encontrar uma ou mais formas adequadas para o manuseio, transporte, tratamento e destino final do lixo hospitalar na rede pública e privada de saúde.

Consta do "Plano para Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Serviços de Saúde do Hospital São Paulo- UNIFESP" , sob a coordenação do Dr. Afonso Carlos Neves, que há uma estimativa de que o Brasil produz algo em torno de 242.000(duzentos e quarenta e dois mil) toneladas de lixo por dia e que há 12.000 (doze mil) locais com "lixões" a céu aberto que recebem 76% (setenta e seis por cento) dos dejetos, tornando-se estes locais uma importante ameaça ao meio ambiente, causa de doenças e de mortalidade infantil. Aproximadamente 23% (vinte e três por cento) do total de dejetos vão para aterros controlados e aterros sanitários. Apenas 0,9% vão para as usinas de compostagem e só 0,1% vão para incineração. Estima-se ainda que no Brasil se perca mais ou menos US\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de dólares) por ano com o mau gerenciamento de resíduos.

Os resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS) ou "lixo hospitalar" constituem cerca de 1% (um por cento) do total de resíduos. Como os RSS devem ter tratamento especial, que no Brasil, na maior parte das vezes é a incineração e como calcula-se que apenas 0,1% do total do lixo hospitalar é incinerado, observa-se que 90% (noventa por cento) dos RSS no Brasil são direcionados inadequadamente, ocasionando risco biológico disseminado.

* A terminologia adequada para os Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde-RSS e demais, é estabelecida pela norma NBR 12807, de janeiro de 1993, da ABNT.

A necessidade de uma intervenção eficaz para o adequado e responsável manejo, transporte, tratamento e disposição dos resíduos sólidos dos serviços de saúde é premente e merece esforços para a mais rápida implantação de um sistema eficaz e viável para o tratamento do lixo hospitalar.

Sobre o assunto, os diplomas legais mais importantes são a **Resolução nº 5, de 5.8.93, expedida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA**, que regula a matéria sobre o tratamento dos resíduos sólidos, todavia, sem a força coercitiva de uma lei, carecendo também de preceitos de sanção.

As infrações sanitárias e respectivas sanções, por sua vez, estão previstas na **Lei nº 6.437/77**. Entretanto, por causa do fator temporal e pela própria evolução da sociedade, verificamos que há falta de sintonia entre os supracitados diplomas legais.

Por exemplo, a Resolução nº 5/93-CONAMA exige que os estabelecimentos nela citados apresentem Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, priorizando a reciclagem e a solução integrada ou consorciada de tratamento e disposição final dos RSS, para ser submetido à aprovação pelos órgãos de saúde e ambientais (art. 5º e §§). O Plano de Gerenciamento é de essencial importância para a primeira fase de tratamento do "lixo hospitalar".

Esse quadro preocupante ocorre em todo o país, inclusive em Brasília, região que por suas próprias peculiaridades possui fiscalização exemplar. Nossa estimativa para as regiões menos desenvolvidas do Brasil é que a situação do tratamento do "lixo hospitalar" seja infinitamente pior do que a que se verifica em áreas desenvolvidas, salvo raríssimas exceções.

Assim sendo, é hora de uma atuação federal e eficaz para a solução do problema e a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVS é, para nós, a melhor oportunidade para este intento.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 1999



Deputado Paulo Paim

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"**

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

CONFIGURA INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO
SANITÁRIA FEDERAL, ESTABELECE AS
SANÇÕES RESPECTIVAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I

Das Infrações e Penalidades

Art. 1º - As infrações à legislação sanitária federal, ressaltadas as previstas expressamente em normas especiais, são as configuradas na presente Lei.

.....

.....

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"**

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

Define o Sistema Nacional de
Vigilância Sanitária, cria a Agência
Nacional de Vigilância Sanitária, e
dá outras providências.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

.....

Art. 2º Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária:

- I - definir a política nacional de vigilância sanitária;
 - II - definir o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
 - III - normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde;
-

CAPÍTULO II
DA CRIAÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL
DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

.....

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

I - coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
II - fomentar e realizar estudos e pesquisas no âmbito de suas atribuições;

III - estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária;

IV - estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde;

V - intervir, temporariamente, na administração de entidades produtoras, que sejam financiadas, subsidiadas ou mantidas com recursos públicos, assim como nos prestadores de serviços e ou produtores exclusivos ou estratégicos para o abastecimento do mercado nacional, obedecido o disposto no art. 5º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, com a redação que lhe foi dada pelo art. 2º da Lei nº 9.695, de 20 de agosto de 1998;

VI - administrar e arrecadar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária, instituída pelo art. 23 desta Lei;

VII - autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 6º desta Lei;

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”

VIII - anuir com a importação e exportação dos produtos mencionados no art. 8º desta Lei;

IX - conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação;

X - conceder e cancelar o certificado de cumprimento de boas práticas de fabricação;

XI - exigir, mediante regulamentação específica, a certificação de conformidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação - SBC, de produtos e serviços sob o regime de vigilância sanitária segundo sua classe de risco;

XII - exigir o credenciamento, no âmbito do SINMETRO, dos laboratórios de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e outros de interesse para o controle de riscos à saúde da população, bem como daqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias;

XIII - exigir o credenciamento dos laboratórios públicos de análise fiscal no âmbito do SINMETRO;

XIV - interditar, como medida de vigilância sanitária, os locais de fabricação, controle, importação, armazenamento, distribuição e venda de produtos e de prestação de serviços relativos à saúde, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XV - proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XVI - cancelar a autorização de funcionamento e a autorização especial de funcionamento de empresas, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XVII - coordenar as ações de vigilância sanitária realizadas por todos os laboratórios que compõem a rede oficial de laboratórios de controle de qualidade em saúde;

XVIII - estabelecer, coordenar e monitorar os sistemas de vigilância toxicológica e farmacológica;

XIX - promover a revisão e atualização periódica da farmacopéia;

XX - manter sistema de informação contínuo e permanente para integrar suas atividades com as demais ações de saúde, com prioridade às ações de vigilância epidemiológica e assistência ambulatorial e hospitalar;

XXI - monitorar e auditar os órgãos e entidades estaduais, distrital e municipais que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, incluindo-se os laboratórios oficiais de controle de qualidade em saúde;

XXII - coordenar e executar o controle da qualidade de bens e produtos relacionados no art. 8º desta Lei, por meio de análises previstas na legislação sanitária, ou de programas especiais de monitoramento da qualidade em saúde;

XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XXIV - autuar e aplicar as penalidades previstas em lei.

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

I - medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias;

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

III - cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes;

IV - saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

V - conjuntos, reagentes e insumos destinados a diagnóstico;

VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem;

VII - imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados;

VIII - órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições;

IX - radioisótopos para uso diagnóstico *in vivo* e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia;

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco;

XI - quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, obtidos por engenharia genética, por outro procedimento ou ainda submetidos a fontes de radiação.

.....

.....

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 05, DE 5 DE AGOSTO DE 1993

**ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AOS
RESÍDUOS SÓLIDOS ORIUNDOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE, PORTOS,
AEROPORTOS, TERMINAIS FERROVIÁRIOS E
RODOVIÁRIOS.**

**O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -
CONAMA**, no uso das atribuições previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pelas Leis nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CONAMA nº 25, de 3 de dezembro de 1986,

Considerando a determinação contida no art. 3º da Resolução CONAMA nº 06, de 19 de setembro de 1991, relativa a definição de normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como a necessidade de estender tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários;

Considerando a necessidade de definir procedimentos mínimos para o gerenciamento desses resíduos, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente; e

Considerando, finalmente, que as ações preventivas são menos onerosas e minimizam os danos à saúde pública e ao meio ambiente, RESOLVE:

.....

**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”**

Art. 5º - A administração dos estabelecimentos citados no art. 2º, em operação ou a serem implantados, deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser submetido à aprovação pelos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, devem ser considerados princípios que conduzam à reciclagem, bem como a soluções integradas ou consorciadas, para os sistemas de tratamento e disposição final, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de meio ambiente e de saúde competente.

§ 2º - Os órgãos de meio ambiente e de saúde definirão, em conjunto, critérios para determinar quais estabelecimentos estão obrigados a apresentar o plano requerido neste artigo.

§ 3º - Os órgãos integrantes no Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, definirão e estabelecerão, em suas respectivas esferas de competência, os meios e os procedimentos operacionais a serem utilizados para o adequado gerenciamento dos resíduos a que se refere esta Resolução.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1999
(DO SR. JAQUES WAGNER)

Dispõe sobre a Moratória de Instalação de Incineradores - MInSI, no Brasil, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Seção I

Da Moratória de instalação de Incineradores

Art. 1º. A instalação de incineradores para resíduos sólidos domésticos, hospitalares, industriais, químicos, farmacêuticos, ambulatoriais e outros, ficam suspensas por um período de 10 (dez) anos em todo o território nacional, sem prejuízo para destinação adequada dos resíduos.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se também os equipamentos de incineração que estejam em processos licitatório, de compra direta por particulares ou de licenciamento.

Art. 2º. A Moratória de Instalação de Incineradores-MInSI, constante do "caput" do artigo anterior entende-se como o período em que se investirá na pesquisa das emissões de dioxinas, furanos e metais pesados na atmosfera, e a concentração destes na escoria, cinza e lama provenientes do processo de incineração, bem como os seus efeitos ao ser humano e ao meio ambiente interno e externo da usina de incineração, sem a instalação de novos equipamentos neste período.

Art. 3º. Todos os equipamentos de incineração já em funcionamento terão suas licenças revogadas para se analisar as suas

condições de funcionamento e emissão de gases, particulados, dioxinas e furanos na atmosfera, conforme os artigos 9º e 10 desta lei.

Art. 4º. Os investimentos em pesquisa ocorrerão na forma de parcerias, convênios internacionais, repasse ou suplementação orçamentária às Universidades Federais e as Estaduais, bem como às autarquias estaduais de controle de poluição, e outras receitas previstas em lei complementar, para os investimentos necessários a pesquisa e análise das dioxinas e dos furanos.

Art. 5º. Os investimentos em parceria com a iniciativa privada ocorrerão nos seguintes modos:

I - Em sistema de cooperação técnica entre o investidor e o órgão público;

II - Através de doações de equipamentos;

III - Colaboração financeira;

Parágrafo único. Somente estarão autorizadas a dar laudo de análise de dioxinas e furanos, para efeito de relicenciamento ou fechamento de usinas, os órgãos oficiais do Estado ou da União de controle de poluição, ou as universidades públicas que estiverem habilitadas para tal.

Seção II

Dos programas e objetivos da Moratória de instalação de incineradores.

Art. 6º. A Moratória de instalação será implantada com base nos seguintes programas:

I - Programa de divulgação das outras formas de tratamento dos diversos tipos de resíduos;

II - Programa de redução de geração de resíduos, através de educação ambiental;

III - Fomento a pesquisa e análise das dioxinas, dos furanos e dos metais pesados provenientes do processo de incineração.

Art. 7º. A moratória de instalação de incineradores tem objetivo:

I - Aumentar o conhecimento quanto aos malefícios causados pela exposição às dioxinas, aos furanos e aos metais pesados nos seres humanos e as consequências à biota.

II - Difundir os demais tratamentos e métodos de redução de resíduos sólidos nos diversos segmentos da sociedade.

III - Proporcionar um maior conhecimento científico e social sobre o processo de incineração.

Seção III

Dos instrumentos da Moratória de instalação de incineradores

Art. 8º. São instrumentos da MInSI, Moratória de Instalação de Incineradores.

I - A cooperação técnica financeira;

II - Os incentivos às pesquisas;

III - Os programas e políticas de gerenciamento de resíduos sólidos;

IV - A educação ambiental;

V - As Organizações Não Governamentais em caráter fiscalizador e consultivo;

VI - O relicenciamento de equipamentos de incineração;

VII - Os órgãos federais, estaduais e municipais de controle de poluição ou de controle ambiental;

VIII - O fechamento definitivo de usinas de incineração.

Seção IV

Do fechamento e relicenciamento dos incineradores

Art. 9º. Os equipamentos de incineração em operação, após a publicação desta lei, terão suas licenças de instalação e operação revogadas, passando a operar sob licença temporária que não poderá ultrapassar o período de 6 meses, a qual será emitida pelo órgão de controle

ambiental estadual que, no mesmo período, promoverá as vistorias necessárias ao cumprimento do artigo seguinte.

Art. 10. Para o fechamento ou novo licenciamento deve-se obedecer os seguintes critérios:

I - O passivo ambiental da empresa operadora do incinerador não poderá ser superior ao seu ativo financeiro e patrimonial;

II - Os padrões mínimos de emissão de dioxinas e furanos será o de 0,1 ng TE/Nm³, sendo analisados os isômeros 2, 3, 7, 8-TCDD, Tetraclorodibenzo -p- dioxinas e TCDF, Tetraclorodibenzo furanos;

III - Os gases de combustão na saída da chaminé do incinerador deverão observar os seguintes valores - limite de emissão:

- Material particulado total (Mtp)	50mg/Nm ³
- Ácido clorífico (Hcl)	100mg/Nm ³
- Ácido fluorídrico (Hf)	5,00mg/Nm ³
- Dióxido de enxofre (So ₂)	300mg/Nm ³
- Monóxido de carbono (Co)	125mg/Nm ³
- Óxido de nitrogênio (Nox)	560mg/Nm ³
- Cádmio (Cd)	0,28mg/Nm ³
- Mercúrio (Hg)	0,28mg/Nm ³
- Arsênio (As)	1,4mg/Nm ³
- Níquel (Ni)	1,4mg/Nm ³
- Chumbo+Cromo+Cobre+Manganês(Pb+Cr+Cu+Mn)	7mg/Nm ³

IV - Diagnóstico do grau de contaminação dos operários que trabalham na usina de incineração bem como o estudo dos níveis de dioxinas, furanos e metais pesados no perímetro de 200 metros em torno da usina de incineração, de acordo com a tabela contida nos incisos II e III deste artigo.

V - A fiscalização, fechamento ou relicenciamento será de responsabilidade dos organismos estaduais de controle ambiental ou de poluição e quando couber aos órgãos federais de controle de poluição e de meio ambiente.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Antecedendo a ECO 92, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA, através do relatório "Nosso Futuro Comum" (1987), apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo como aquele que "atende as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".

Para trilharmos o caminho deste conceito no Brasil, teremos que nos remeter, entre tantos temas correlacionados com o desenvolvimento, ao da gestão de resíduos sólidos, pois a relação deste com as estratégias de desenvolvimento dos países ricos é muito íntima. Esta estratégia passa pela exportação cada vez maior dos impactos ambientais aos países do 3º Mundo, traduzida na extração dos recursos naturais, e no processamento primário dos recursos extraídos, etapas altamente residuais e consumidoras de grande quantidade de energia.

Um outro ponto relacionado ao desenvolvimento, e aos resíduos por ele gerado, é o conceito de despoluição, criado com a intenção de dar uma fachada ambientalmente correta aos novos empreendimentos, reconhecidamente degradantes do processo produtivo. Tal conceito tenta acabar com as críticas da população aos investimentos ditos residualmente controlados pois, ao poluir, a indústria promete a despoluição e a recuperação da área degradada, remetendo o problema ao campo meramente econômico-financeiro, onde a contaminação torna-se "passivo ambiental". É importante lembrar que este conceito não regulamenta adequadamente como as indústrias o pagarão, beneficiando-as duplamente, devido ao descaso com que os resíduos sólidos têm sido tratado pelos poderes legislativo e executivo. Tal tratamento tem suas raízes na idéia usual e equivocada de que "resíduo, lixo ou o que sobra decorrem da agregação aleatória de elementos bem definidos que, quando agrupados, transformam-se em uma massa sem valor comercial e com um potencial de agressão ambiental variável segundo a sua composição". (Paulo Jorge Moraes Figueiredo - A sociedade do lixo - UNIMEP - PG. 49). Devido a este conceito, toda e qualquer alternativa de redução, reuso e reciclagem não encontra eco nas instâncias executivas e legislativas, proporcionando o fomento à aplicação de planos mirabolantes, com caráter meramente tecnológico e financeiro, sem maiores resultados concretos para a solução dos problema, criando a "indústria do lixo". Não

bastasse isso, estes planos mostram-se cada vez mais onerantes ao erário público.

No Brasil, a incineração de resíduos sólidos tem sido apontada como a solução final para o problema de todos os tipos de lixo (domiciliar, hospitalar, químico, industrial). Porém, devemos lembrar que cada resíduo tem sua periculosidade e o seu potencial de reaproveitamento econômico. O professor Waldir Bizzo, mestre em engenharia térmica da Unicamp, ensina que as coisas usadas não são lixo, tornam-se lixo depois de misturadas entre si.

Vendo pelo campo da saúde, os incineradores têm sido alvo de controvérsia internacional devido ao seu caráter perigoso. Desde o famoso acidente da cidade de Seveso, Itália, o mundo teve o contato mais direto com os elementos tóxicos já produzido pelo ser humano: as Dioxinas, quimicamente conhecidas por PCDDs, Policlorodibenzo dioxinas.

No ano de 1976, na cidade de Seveso, Itália, uma fábrica de produtos químicos que produzia Triclorofenol, composto aromático clorado, foi arrasada por uma explosão que destruiu todo o complexo químico e algumas residências que ficavam na proximidade da indústria. Estudos posteriores constataram a contaminação por dioxinas do tipo TCDD, as mais cancerígenas, na população circunvizinha ao complexo, bem como nos funcionários que trabalhavam na fábrica.

Desde então, "as Dioxinas de Seveso" têm sido alvo de grande preocupação a nível internacional, com maciço investimento em pesquisa. As dioxinas, resultantes principalmente da combustão de materiais clorados, são confundidas pelo nosso organismo com um hormônio, estrógeno, passando a modificar o código genético do ser humano. Pesquisas demonstraram que 98% dos casos de contaminação por dioxinas e furanos, que tem elevado coeficiente de absorção por substâncias orgânicas, deram-se por via da cadeia alimentar do ser humano. Estas mesmas pesquisas levantaram o aumento de casos de câncer em populações expostas às dioxinas, sendo que alguns pesquisadores têm afirmado que não há uma dose mínima na qual uma alteração bioquímica não seja detectada. Vale lembrar que as dioxinas são 500 vezes mais tóxica que o veneno "estriquinina".

Ambientalmente, os incineradores são um incentivo à geração de resíduos, pois quanto mais resíduos, mais lucro para a operadora da usina de incineração. Esta técnica de disposição final de resíduos sólidos, portanto, caminha na contramão do equilíbrio do homem com a Bióta.

Neste sentido, este projeto de lei vem de encontro a tendência mundial de estímulo à pesquisa destes agentes cancerígenos, de maneira conseqüente, pois não podemos ficar a mercê das indústrias de incineração.

Durante a pesquisa para a elaboração deste PL identificamos vários métodos alternativos à incineração. Constatamos que todos os métodos de tratamento de resíduos têm em comum o aterro sanitário como disposição final, sendo que no caso da incineração temos quatro tipos de resíduos, para disposição final em aterro: as cinzas, a escoria, a lama proveniente do resfriamento dos filtros e os filtros propriamente ditos. Estes filtros, oferecem uma periculosidade proporcional à sua eficiência de filtragem de metais pesados e substâncias particuladas, pois quanto mais eficiente for o filtro, mais contaminado ele estará ao final de sua vida útil.

Todos os métodos alternativos estudados seguem a tendência internacional da política de gestão de resíduos baseada nos três "erres": Redução, Reuso e por fim a Reciclagem. Este método tem se mostrado eficiente em países que o estão adotando, sendo aplicado principalmente nos países Europeus e no Canadá, mostrando-se eficiente também no tratamento do resíduo industrial.

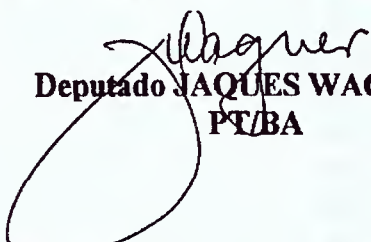
Sobre os resíduos hospitalares, em publicação oficial da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, em convênio com a Universidade Federal Fluminense, intitulada "Lixo hospitalar, risco epidemiológico ou terrorismo sanitário?" o Professor Doutor Uriel Zanon afirma que entre as falhas legislativas, a maior consiste na inadequação dos conceitos estabelecidos em relação ao cenário epidemiológico atual, pois a subjetividade da definição de resíduo infectante oficializa o conceito equivocado de que a doença infecciosa pode ser induzida apenas pela presença do agente infeccioso, sem levar em conta outros fatores.

Os resíduos comprovadamente infectantes constituem pequena parcela do volume total produzido em um hospital e podem ser autoclavados no centro de esterilização ou no laboratório. Além disso, o incinerador não é um método absolutamente seguro para a esterilização do lixo hospitalar e seu custo é bem superior aos demais tratamentos alternativos.

Vale lembrar que, no ano de 1994, uma pesquisa da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos da América, confirmou que incineração de resíduos hospitalares são uma das maiores fontes de emissões de dioxinas na atmosfera.

Visando garantir a preocupação apontada pelas Nações Unidas, de que nossa geração deve preocupar-se também da sobrevivência das gerações futuras, apresentamos esta proposta a esta Casa, para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1999.


Deputado **JAQUES WAGNER**
PT/BA

PROJETO DE LEI Nº 722, DE 1999
(DA SRA. JANDIRA FEGHALI)

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de papel reciclado por parte dos órgãos públicos federais.

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - É obrigatório o uso de papel reciclado por parte de órgãos públicos, federais, sendo que a partir da data da publicação desta Lei deverá ser seguida a seguinte escala:

I - No primeiro ano o uso de papel reciclado deverá alcançar 5% (cinco por cento) do total de todo o papel utilizado;

II - No segundo ano o uso de papel reciclado deverá alcançar entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) do total de todo o papel utilizado;

III - A partir do terceiro ano o uso de papel reciclado deverá alcançar um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total de todo o papel utilizado;

Art. 2º - A inobservância do disposto do artigo anterior sujeitará os infratores à aplicação de multa de valor a ser estipulada pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Renováveis.

Art. 3º - Compete ao IBAMA a fiscalização do disposto nesta Lei, sendo que as multas aplicadas na forma do artigo anterior, reverter-se-ão em seu benefício.

Parágrafo Único - Cabe ao IBAMA criar campanhas de incentivo do uso do papel reciclado por parte de empresas privadas.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

C:\Mens documentos\j98\projetos\Projeto de Lei N - papel reciclado.doc


JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o exposto no Capítulo VI, art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata do Meio Ambiente, "todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Como é do conhecimento coletivo grandes áreas de florestas tropicais são devastadas para fins de fabricação de papel e, todo esse papel acaba no lixo sem ser devidamente reaproveitado. Só na Câmara dos Deputados uma média de 450 Kg de papel são jogados no lixo todos os dias, todo este papel é vendido para posterior reciclagem mas, nenhuma parte dele volta para a Câmara para ser reutilizado. Com esta Lei esperamos que, além de diminuir o desperdício de papel, reciclando-o, possamos incentivar o uso de papel reciclado tornando menor a devastação e tentando diminuir as consequências desastrosas que tal devastação causa no meio ambiente.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1999.

27/04/99



Jandira Feghali
Deputada Federal
PC do B/RJ

CONSTITUIÇÃO

DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO VI

Do Meio Ambiente

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

** Regulamentado pela Lei nº 8.974, de 05/01/1995.*

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

** Regulamentado pela Lei nº 8.974, de 05/01/1995.*

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”**

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

.....
.....
PROJETO DE LEI Nº 988, DE 1999
(DO SR. CUNHA BUENO)

Dispõe sobre a venda de pneus para veículos automotores de duas ou mais rodas.

VIDE CAPA

~~(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 348, DE 1999)~~

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A venda de pneus para veículos automotores de duas ou mais rodas, a consumidores finais, só será permitida mediante a entrega, pelo comprador ao vendedor, da mesma quantidade de pneus já utilizados.

Art. 2º Os fabricantes ou distribuidores de pneus só poderão efetuar entregas de pneus, sejam novos ou reconicionados, a seus revendedores, mediante o recebimento da mesma quantidade de pneus já utilizados.

Art. 3º Os fabricantes e importadores de pneus são responsáveis pela reciclagem, guarda ou destruição dos pneus já utilizados.

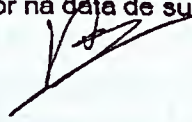
Parágrafo único. A reciclagem, guarda ou destruição de pneus deverá atender às normas federais, estaduais e municipais de controle da poluição do solo, da água e do ar.

Art. 4º Em caso de roubo ou de destruição, o consumidor só poderá adquirir novos pneus mediante a apresentação do respectivo boletim de ocorrência policial com assinatura e nome legível da autoridade que o lavrou.

Art. 5º A desobediência ao estabelecido nos arts. 1º e 2º desta lei sujeitará os vendedores a multa equivalente a dez vezes o valor da mercadoria comercializada ou distribuída.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A destruição ou reciclagem de pneus usados e inservíveis tem sido continuamente negligenciada, constituindo um grave problema para nossa sociedade. E este não é um problema restrito ao Brasil. Nos Estados Unidos da América, estima-se que perto de três bilhões de pneus usados estejam acumulados, formando verdadeiras montanhas a espera de alguma solução, de algum destino. Na Europa Ocidental, no Japão e em outros países ricos, o quadro é igualmente grave.

A alegação para postergar a solução para este grave problema ambiental é que a destruição ou reciclagem de pneus apresenta alguns desafios tecnológicos para sua viabilização prática e econômica.

A reciclagem por meio da recapagem ou recondicionamento só é viável por uma ou duas vezes pois, a partir daí, a deterioração da carcaça prejudica a segurança do pneu. A destruição por queima provoca graves problemas de poluição do ar, pois a fumaça resultante da queima de pneus contém altas concentrações de enxofre, que produzem gases tóxicos e corrosivos causadores, inclusive, de chuvas ácidas, altamente prejudiciais ao meio ambiente e à saúde das pessoas. A queima controlada, que pode ser usada para produção de energia, exige altos investimentos em equipamentos de controle da poluição do ar.

A trituração de pneus, para obter material inerte, que pode ser usado em pavimentação, por exemplo, é igualmente cara, pois as malhas de aço das carcaças desgasta rapidamente os equipamentos de corte, além de consumir grande quantidade de energia. A utilização das carcaças como matéria prima para objetos de artesanato, por exemplo, é limitada e insignificante em frente à quantidade de pneus descartados.

O reúso do material dos pneus não tem se mostrado viável, pois é praticamente impossível, do ponto de vista prático, desfazer-se a mistura de substâncias utilizadas na feitura da parte flexível dos pneus. Basta lembrar alguns desses componentes, como a borracha natural, que não passa de 8% da mistura, o negro-de-fumo (fuligem) a borracha sintética e resíduos de petróleo.

São todos, com exceção da borracha natural, substâncias baratas, resíduais até cujo baixo preço não estimula a reutilização.

A simples destinação dos pneus a depósitos ou aterros sanitários é cada dia mais onerosa, dados os altos valores dos terrenos urbanos e o grande volume ocupado pelos pneus nos aterros.

Os problemas têm se agravado a tal ordem que os países mais ricos, com enormes quantidades de pneus descartados a cada dia, tem adotado soluções como a exportação, para países mais pobres, de pneus usados. Foi o que recentemente ocorreu no Brasil, em que pneus usados importados foram comercializados em grande escala. Esses pneus são entregues no país destinatário praticamente de graça, cabendo aos comerciantes apenas o trabalho de selecionarem aqueles ainda aproveitáveis e transportá-los dos portos até os locais de venda. Para esses países, é mais barato até pagar o frete dos pneus para o importados do que reciclar ou destruir os pneus.

A realidade, no entanto, tem mostrado que a postergação das soluções para este grave problema é muito mais resultado de acomodação, de falta de cobrança pela sociedade – que, na maioria das vezes, não tem consciência de como é afetada por ele e quanto isto lhe custa – do que por carência tecnológica.

Embora não aparentem, os pneus usados são causa de sérios prejuízos para a sociedade. A água das chuvas, acumulada em pneus usados empilhados ou jogados em terrenos baldios, constitui um dos principais focos de reprodução de mosquitos como os transmissores da dengue e da febre-amarela (o "Aedis Aegypti"). Suspeita-se, inclusive, que essas doenças foram reintroduzidas na América do Sul via importação de pneus usados, pois os ovos dos mosquitos podem sobreviver por vários meses em ambiente seco.

Outra causa de elevados prejuízos diretos, é o entupimento causado por pneus, de redes de drenagem e dos canais de escoamento dos rios urbanos, provocando as enchentes que anualmente assolam cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Basta ver, para comprovar

esse fato, a enorme quantidade de pneus velhos que são retirados nas operações de dragagem dos rios Tietê e Pinheiros, em São Paulo.

A ausência de uma disposição adequada e sistemática dos pneus usados tem, portanto, trazido enormes prejuízos materiais e sofrimento à população, tanto pelos seus efeitos negativos sobre a saúde pública, como pelos transtornos que ocasiona aos sistemas de macro e de microdrenagem urbana.

É necessário e urgente que se invista no desenvolvimento tecnológico de alternativas para disposição ou destruição de pneus usados. Mesmo que se alegue que as alternativas existentes são caras, é óbvio que quem consome pneus deve pagar pela disposição adequada dos mesmos, quando não mais servirem para uso. A incorporação deste custo ambiental, com certeza, será muito mais justo do que os custos sociais hoje impostos a toda a população.

Temos certeza de que, a partir do momento em que fabricantes e comerciantes de pneus receberem de volta o problema ambiental que seu produto provoca, mesmo que o consumidor seja chamada a arcar com os custos decorrentes, rapidamente aparecerão soluções técnica e economicamente viáveis para a reciclagem ou destruição destes.

Estas são as razões que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei, agradecendo ao Sr. Paulo Carneiro Machado, meu eleitor da cidade de São Paulo, que nos apresentou o problema. Após longo estudo, transformou-se nesta proposta, para cuja tramitação e aprovação contamos com o apoio dos nobre colegas desta Casa.

Sala das Sessões, em 20 de Maio de 1999.


Deputado CUNHA BUENO

PROJETO DE LEI Nº 1.610, DE 1999
(DO SR. POMPEO DE MATTOS)

Dispõe sobre o reaproveitamento de pneus nacionais usados pelo Poder Público Federal, por meio do sistema de recapagem de pneus.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 348, de 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Público Federal, obrigado a reaproveitar os pneus de fabricação nacional usados em sua frota, por meio do sistema de recapagem.

Art. 2º - O recapeamento de pneus a que refere-se o artigo anterior será realizada pelo menos uma vez, observadas as condições do mesmo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, onde fixará a forma e os meios para a consecução dos objetivos desta.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa o reaproveitamento dos pneus nacionais usados na frota de veículos federais. Tal medida já é adotada em diversos países europeus e nos E.U.A., por trazer uma série de vantagens, dentre as quais, podemos salientar as seguintes:

I - Reaproveitamento de lixo de difícil decomposição com tecnologia já desenvolvida e amplamente utilizada.

2 – Trará substancial economia ao Poder Público na medida em que aumentará a vida útil dos pneus em mais de 70% na maioria dos casos, a um custo bastante reduzido.

3 – Poderá através desta atividade gerar mais empregos, o que por consequência, gerará uma maior arrecadação aos cofres públicos.

Interessante ressaltar, que nos E.U.A., inclusive pneus de aviões passam por este processo, o que demonstra a segurança do mesmo.

Pelos argumentos expostos, faz-se necessário a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 30 de julho de 1999.


POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
Vice-Líder da Bancada
P D T

PROJETO DE LEI

N.º 6.011, DE 2001

(Do Sr. Virgílio Guimarães)

Cria o Programa Nacional de Reaproveitamento de Pneumáticos.

(APENSE-SE AO PL-988/1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Reaproveitamento de Pneumáticos Usados (PNRPU).

Art. 2º O PNRPU tem como objetivo promover estudos e oferecer diretrizes para a reutilização dos pneumáticos usados, ou seus componentes inclusive quanto a alternativas para seu adequado depósito quanto não aproveitado.

Art. 3º E todas as construções e restaurações de rodovias federais asfálticas será obrigatória a inclusão de um mínimo de 1% (um por cento) de pneumáticos triturados ao material de pavimentação.

Art. 4º O Ministério do Meio Ambiente supervisionará a implementação do Programa que deverá ser regulamentado no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O pneumático usado é constituir-se num dos principais problemas ambientais da atualidade, pois não se tem encontrado meios para sua adequada estocagem. Países ricos tem inclusive os exportado para o terceiro mundo. Outros os lançam no oceano. A maioria fica mesmo ao ar livre, sem maiores cuidados.

A sua transformação em matéria prima para asfaltamento é uma das soluções mais adequadas encontradas nos últimos tempos.

Sala das Sessões, 21/12/01

Virgílio Guimarães
Deputado Virgílio Guimarães

PROJETO DE LEI Nº 1.677, DE 1999
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Dispõe sobre a destinação de pneus usados e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 348, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a destinação de pneus usados, de forma a responsabilizar os fabricantes e os importadores de pneus pela coleta e destino final dos pneus após o uso pelo consumidor.

Art. 2º Ficam os fabricantes e os importadores de pneus responsáveis pela coleta e destino final dos pneus após o uso pelo consumidor.

Art. 3º Os fabricantes e os importadores de pneus ficam obrigados a instituir, em conjunto com os comerciantes, sistema de coleta de pneus usados.

§ 1º No ato da compra de pneus novos, o vendedor deve exigir do comprador igual quantidade de pneus usados.

§ 2º O comprador que deixar de atender o disposto no § 1º obriga-se ao depósito de R\$ 20,00 (vinte reais) por pneu.

Art. 4º Admite-se como destino final dos pneus usados:

I - a reciclagem para obtenção de matérias-primas secundárias;

II - a utilização como fonte de energia.

§ 1º Nos dois primeiros anos de vigência desta lei, será admitido o armazenamento temporário de pneus usados cortados em tiras ou fragmentos.

§ 2º A reciclagem e a utilização de pneus como fonte de energia deve ser efetuada por métodos insuscetíveis de causar danos à saúde humana ou ao meio ambiente.

§ 3º Os projetos de reciclagem ou utilização de pneus usados como fonte de energia deverão ser submetidos a licenciamento ambiental e controle de órgão de meio ambiente integrante do SISNAMA.

Art. 5º Ficam proibidos:

I - o descarte de pneus em aterros sanitários, bem como no mar, em terrenos baldios, margens de vias públicas, cursos d'água e praias;

II - a queima de pneus, exceto para a obtenção de energia.

Art. 6º Os fabricantes e importadores de pneus têm o prazo de dois anos para adaptarem-se às exigências desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao par de outras conseqüências negativas geradas pela utilização crescente do automóvel, figura o acúmulo, nos quatro cantos do planeta, de pneus usados. Empilhados, eles formariam uma montanha de tamanho monstruoso. Para se ter uma idéia, só nos Estados Unidos são descartados anualmente cerca de 250 milhões de pneus, que acumulam, até o presente, quase três bilhões de pneus.

No Brasil, a produção anual é de 32 milhões de unidades, dos quais cerca de um terço é exportada e o restante roda nos veículos nacionais. E o que acontece aos pneus que não têm mais utilidade? Em geral são encontrados boiando em cursos d'água, jogados à beira da estrada, jogados próximos a casas, acumulando água para proliferação de mosquitos da dengue, queimados ou amontoados em lixões.

Existe, hoje, tecnologia suficiente para utilização mais nobre dos pneus usados, conforme o Compromisso Empresarial para a Reciclagem — CEMPRES.

Um dos principais mercados para os pneus usados é borracha regenerada mediante a trituração do pneu e a adição de óleos aromáticos e produtos químicos desvulcanizantes. A pasta resultante desse processo é utilizada na fabricação de tapetes de automóveis, solados de sapatos, pisos industriais e borrachas de vedação, entre outros.

O pó gerado na recauchutagem e os restos de pneus moídos podem ser usados na composição de asfalto, proporcionando maior elasticidade e maior durabilidade, e na aeração de solos compactados e pilhas de composto orgânico.

Outrossim, é possível obter energia com a queima controlada de pneus. Cada pneu contém energia equivalente a 9,4 litros de petróleo. Os pneus podem ser utilizados, por exemplo, em fornos de cimento e na indústria de papel e celulose.

Apesar disso, das cerca de 300 mil toneladas de sucata disponíveis no Brasil, apenas 10% são de fato recicladas, segundo dados da empresa Relastomer. Ao que parece, faltam instrumentos de incentivo e cobrança para que os pneus usados deixem de ser meros resíduos ou sucatas e passem a ser considerados como matéria-prima valiosa. É exatamente isso que pretendemos oferecer com esta proposição.

Um primeiro passo é a atribuição da responsabilidade pela coleta e destino final aos fabricantes e importadores de pneus, pois, pelo princípio poluidor-pagador, são os que devem pagar por essa fonte de poluição. Deve-se, também, incluir a comunidade nesse processo, uma vez que, cada cidadão tem responsabilidade com o meio ambiente. A melhor forma de sensibilizar as pessoas para que colaborem é impor-lhes algum sacrifício, de preferência monetário, quando não houver essa colaboração.

Entendemos, portanto, que o projeto de lei que ora apresentamos vem colaborar para o equacionamento do problema com pneus usados e contamos com a sua rápida aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, em 15 de Setembro de 1999.


Deputado Ronaldo Vasconcellos

PROJETO DE LEI Nº 1.094, DE 1995
(DO SR. EDUARDO JORGE)

Dispõe sobre a moratória de 3(três) anos para a instalação de incineradores de resíduos domésticos e industriais e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203/91)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica suspensa a instalação de novos incineradores de resíduos domésticos e industriais por um prazo de 3 (três) anos, em todo o território nacional.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo, através do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, coordenar um amplo e participativo debate, envolvendo os órgãos governamentais, a sociedade civil e a comunidade científica nacional e internacional, com vistas à elaboração de uma Política Nacional de Resíduos.

Art. 3º A Política Nacional de resíduos deverá ter por objetivo a prevenção contra riscos à saúde humana e à prevenção ambiental, atendidos os seguintes princípios:

I - redução quantitativa e qualitativa de resíduos que apresentem riscos à saúde e ao meio ambiente;

II - reutilização de resíduos que podem ser reaproveitados e resultem em economia de recursos;

III - reciclagem de resíduos para serem novamente aproveitados como matéria-prima no processo produtivo;

IV - prevenção do desperdício e mudança nos padrões de consumo da população, contando, para isso, com a educação ambiental e participação da sociedade como fatores fundamentais para o sucesso da nova Política.

Art. 4º A condução do processo de debates, pelo CONAMA, que culminará na elaboração da Política Nacional de Resíduos, deverá obedecer os seguintes prazos:

I - 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei, para que se apresente à sociedade brasileira um anteprojeto contendo:

a) um diagnóstico da atual situação da gestão dos resíduos domésticos, hospitalares, industriais e radiológicos;

b) as alternativas para coleta, transporte, tratamento, reaproveitamento e disposição final dos resíduos;

c) os princípios, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos de uma Política Nacional de Resíduos, assim como as atribuições das instituições que deverão ficar encarregadas de sua gestão;

II - 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, para que se realize uma Conferência Técnica sobre a Gestão de Resíduos com a participação da comunidade científica nacional e internacional;

III - 2 (dois) anos, a contar da publicação desta Lei, para que se realize a I Conferência Nacional de Resíduos, com ampla participação do Poder Público, da Sociedade Civil e da Comunidade Científica, que deverá formular a Política Nacional de Resíduos a ser submetida ao Congresso Nacional.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Ao Poder Público incumbe, segundo o § 1º do art. 225 da Constituição Federal, prover o manejo dos ecossistemas (inciso I), exigir estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente degradadora do meio ambiente (inciso IV) e controlar o emprego de técnicas e métodos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (inciso V). Os resíduos resultantes da atividade humana em nossos ecossistemas rurais e urbanos vêm sendo dispostos de forma a degradar o meio ambiente e propiciar riscos a nossa qualidade de vida. Tal situação, principalmente em grandes centros urbanos, tem alcançado tamanho caos, que o emprego de algumas tecnologias aparentemente milagrosas tem sido efetuado, sem que se questione sua real eficiência e seus efeitos colaterais. Exemplo é a instalação indiscriminada de incineradores de lixo, como forma de reduzir significativamente o volume de resíduos domésticos gerados nas grandes cidades. É passada a hora de o Poder Público, conforme lhe incumbe a Constituição, estabelecer normas que evitem o emprego descontrolado de tecnologias de efeito duvidável e, sobretudo, que finalmente disciplinem o tratamento e destino dos resíduos gerados pelas diversas atividades produtivas.

O processo de incineração de lixo libera para o ar substâncias nocivas à saúde humana como as dioxinas, furanos, metais pesados, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio, entre outros. Essas substâncias contaminam o ar, depois depositam-se no solo e incorporam-se à cadeia alimentar do homem, causando uma série de doenças anos mais tarde. Estudos têm indicado que dioxinas e furanos são os mais potentes agentes desencadeadores de câncer, além de promoverem alterações graves e irreversíveis aos sistemas neurológico e reprodutor.

Devido a essas descobertas, os países que mais têm utilizado a incineração como processo de tratamento de resíduos têm decretado moratórias para a instalação de novos equipamentos (Suécia, Bélgica, Irlanda e os estados de Rhode Island, nos EUA, e Ontário, no Canadá) e aprofundado os estudos, principalmente sobre as dioxinas e furanos.

A expectativa por soluções rápidas, tal como a desenvolvida em relação aos incineradores, também acaba por desestimular a busca por outras alternativas mais saudáveis do ponto de vista ambiental. A adoção de uma política para o tratamento dos resíduos, que objetiva a redução, a reciclagem e a reutilização dos materiais hoje jogados ao lixo, assim como a destinação adequada para materiais perigosos, certamente terá enormes benefícios, tanto para o processo produtivo, devido à incorporação de matérias-primas recicladas, como para a qualidade de vida de nossa população. Para isso corroboram as estatísticas ao apontarem que apenas 8% de nosso lixo compõe-se de material não aproveitável ou reciclável.

Toda essa problemática acabou por motivar-nos a apresentar este Projeto de Lei que visa à suspensão da instalação de novos incineradores de lixo por um prazo suficiente para que a sociedade brasileira possa conceber, de maneira participativa, uma Política Nacional de Resíduos capaz de sanear nosso ambiente, essencial à sadia qualidade de vida de nosso povo, como reza nossa Constituição.

Principais argumentos CONTRA A INSTALAÇÃO DE INCINERADORES:

I - Os incineradores criam novos riscos à saúde.

No processo de queima de lixo ocorre a liberação para o ar de várias substâncias extremamente perigosas à saúde como as dioxinas, furanos, metais pesados e outros gases como dióxido de enxofre, de nitrogênio, etc. Dioxinas e furanos são produtos químicos formados no processo de queima de vários produtos e substâncias como alguns solventes, tintas, produtos plásticos e outros. Na queima destes produtos são formados gases e partículas que contaminam o ar, depois se depositam no solo e entram para a cadeia alimentar do homem através da contaminação dos alimentos com o acúmulo destes contaminantes na carne que ingerimos, no leite, verduras, etc. Mesmo em pequenas quantidades essas substâncias são absorvidas pelo organismo e irão desencadear uma

série de doenças, anos mais tarde. Os estudos indicam que as dioxinas e os furanos são os mais potentes agentes desencadeadores de câncer, além de promoverem alterações graves e irreversíveis ao sistema neurológico, imunológico e reprodutor, como queda da resistência a doenças, diminuição de órgãos genitais e aparecimento de características femininas em homens, tremores, dores de cabeça, perda da memória, nascimento de crianças com defeitos e outras doenças.

Os incineradores não resolvem o problema do lixo. O que fazem é diluí-lo em cinzas e gases e dispersa-los no ar, solo e águas.

II - Os incineradores nunca funcionam como prometem.

Mesmo os melhores incineradores contaminam o meio ambiente. Nos Estados Unidos e Europa vários incineradores estão fechados pois não estão respeitando os limites fixados para a emissão de contaminantes. Não há tecnologia como filtros de ar ou lavadores de gases no Brasil e em nenhum lugar do mundo para o funcionamento seguro dos incineradores. Não há nenhum laboratório ou centro de pesquisa no Brasil apto a medir as emissões de dioxinas e furanos.

III - Os incineradores contrariam as tendências internacionais.

Em vista da gravidade dos riscos gerados pelas dioxinas e furanos, a Agência de Proteção Ambiental Americana - APA está realizando uma revisão geral de suas pesquisas. Esta revisão tem caráter público e deverá ter como consequência a mudança de política em relação ao tema. Um dos argumentos arrolados na justificativa da revisão é de que não se pode afirmar que existem limites seguros para emissão de dioxinas e furanos. Ou seja a presença de dioxinas e furanos existentes no meio ambiente (background) já podem ser suficientes para uma série de doenças que estão ocorrendo na população em geral.

Um levantamento recente feito pelo Greenpeace detecta que os países que mais possuem incineradores estão querendo se ver livres deles.

Vejamos os Fatos:

1985 - O Governo da Suécia decreta uma moratória suspendendo a instalação de todos novos incineradores. No Canadá, pesquisa do governo conclui que os incineradores são a principal fonte de Dioxina no país.

1990 - Bélgica decretou também uma moratória de 5 anos, suspendendo qualquer nova instalação de incineradores. Na Inglaterra, estudo conclui que os incineradores de lixo municipal são a principal fonte de dioxina e de furanos. O mesmo ocorrendo no ano de 1991 com a conclusão do governo Holandês.

1992 - Os Estados de Rhode Island (EUA) e Ontário (Canadá) proíbem a construção de incineradores de lixo municipal.

1993 - A Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA-EUA) suspende por 18 meses a construção de incineradores de resíduos perigosos. No ano seguinte os seus estudos concluem que a incineração de resíduos que contém cloro (lixo

doméstico, industrial e hospitalar) são as principais fontes de emissão de dioxinas.

1994 - O Governo Irlandês anuncia que não vai mais permitir a incineração de lixo Hospitalar e Perigoso. Neste ano o Governo Espanhol decide não mais recomendar e financiar a construção de incineradores de resíduos perigosos.

Outro levantamento constata que a pressão da opinião pública junto com o movimento ambientalista conseguiu nos últimos anos barrar ou suspender a instalação de 280 incineradores nos EUA, 10 incineradores na Austrália, 8 incineradores na Inglaterra, 31 incineradores na Espanha, 21 incineradores na Polônia.

IV - Os Fabricantes de incineradores querem vender no Brasil o que não conseguem vender nos países desenvolvidos.

As indústrias fabricantes de incineradores fazem parte de um lobby poderosíssimo que movimentam lucros astronômicos com o manejo do lixo. Alguns fabricantes de incineradores são os mesmos que antes produziam usinas nucleares e agora com o mercado reduzido de usinas e incineradores na Europa e EUA, onde a população não aceita essas instalações, buscam os países do 3º mundo para a implantação desses projetos.

A presença deste poderoso "Lobby" já foi identificada no Brasil seja na apresentação de Projetos de Lei junto ao poder Legislativo em diversos níveis, obrigando os municípios a instalarem incineradores, seja em propostas junto aos Governos Estaduais ou Municipais.

Os incineradores, são também um desestímulo à busca de outras alternativas ambientalista saudáveis. Não há nenhum interesse por parte destas empresas em desenvolver outra política numa visão prevencionista de reduzir, reciclar ou reutilização de materiais jogados no lixo, pelo contrário, quanto maior o volume de lixo queimado, maiores os ganhos auferidos.

V - Existem alternativas de menor impacto ambiental

As estatísticas mostram que o lixo no Brasil é assim distribuído: cerca de 61% é material orgânico como resto de comida, folhas etc., 14% é papel, 11% material plástico, 4% é metal, 2% é vidro e somente 8% é material não reciclável ou não reaproveitável. Isso significa que 92% do dito LIXO pode ter destinação que resulte em outros produtos. A parcela orgânica pode ser utilizada para produção de adubo através da Compostagem, os materiais sólidos desde que separados, com apoio da população, são todos reaproveitados como matéria prima para confecção de novos produtos (papel, vidro, plástico...). Como demonstram várias experiências em municípios do país, inclusive em São Paulo entre 1989 a 1992. A comunidade está pronta para colaborar com planos de coleta seletiva que resultem em economia dos recursos da natureza.

Pelo exposto convocamos os nobres Pares a conosco juntar esforços no sentido de aprovarmos este Projeto de Lei de tamanha relevância para a salubridade de nossos sistemas ambientais.

Sala das Sessões, em 18 de *outubro* de 1995.


Deputado Eduardo Jorge

"LEGISLAÇÃO CNADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI"

República Federativa do Brasil

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2.º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI"**

ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3.º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4.º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5.º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6.º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

PROJETO DE LEI Nº 1259-B, DE 1995

(Do SR. PEDRO NOVAES)

Dispõe sobre a reciclagem de pneus inservíveis e dá outras providências.

ÚLTIMO DESPACHO:

APENSE-SE AO PL. 203/91

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I – Projeto Inicial

II- Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:
- emendas apresentadas ao projeto (5)

III- Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:
- emendas apresentadas ao projeto (11)

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º - As empresas fabricantes e as importadoras de pneus no Brasil são responsáveis pela coleta e reciclagem dos produtos inservíveis, sendo que, no caso das indústrias, a proporção deverá ser definida pelo órgão ambiental federal e, no caso das importadoras, cujas atividades ficam permitidas nos termos desta lei, a reciclagem é obrigatória na proporção de um pneu para cada outro importado, seja ele novo, usado, recauchutado ou carcaça.

Art.2º - Ao órgão ambiental federal, diretamente ou através dos órgãos estaduais integrantes do SISNAMA-Sistema Nacional do Meio Ambiente, incumbe a aprovação dos projetos de reciclagem dos fabricantes brasileiros, de imediato definindo a forma desta e, a cada cinco anos, estabelecendo o percentual a ser exigido, levando sempre em conta as necessidades do meio ambiente nacional.

Art.3º - Antes de iniciarem suas atividades de importação de pneus, as empresas deverão submeter ao órgão ambiental federal ou estadual, integrante do SISNAMA -Sistema Nacional do Meio Ambiente de sua jurisdição, os seus projetos de implantação de usinas de reciclagem, os quais terão o objetivo primordial de destruir a carcaça, recuperar, desvulcanizar e regenerar a borracha, para utilização como matéria-prima de novos produtos.

Art.4º - A apreciação dos projetos mencionados nos artigos 2º e 3º deverá ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Art.5º - As importadoras ou fabricantes de pneus que não possuam usinas de reciclagem poderão contratar empresas que já tenham seus projetos aprovados de acordo com esta lei.

Art. 6º - As importações de pneus estão condicionadas à reciclagem prévia de idênticas quantidades, salvo nos primeiros 5 (cinco) anos da vigência desta lei, caso em que esta obrigação deverá ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de cada liberação em porto brasileiro, observado ainda o disposto nos parágrafos seguintes.

§1º - Para garantir o disposto nesta lei, as empresas com usinas em implantação ou aquelas nas condições do artigo 5º obrigam-se a efetuar ao órgão

ambiental federal, em conta de poupança vinculada, por ocasião do despacho aduaneiro, as seguintes quantias, por unidade de produto importado:

R\$ 2,00 (dois reais) - pneu de automóvel

R\$ 4,00 (quatro reais) - pneu de caminhonete

R\$ 10,00 (dez reais) - pneu de caminhão

R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por Kg. - demais casos

§2º - Os valores mencionados acima serão semestralmente corrigidos.

Art.7º - Para o fim de dar cumprimento às determinações desta lei, as empresas importadoras e as fabricantes poderão, a seu critério, substituir o tipo de pneu a ser reciclado, observadas as proporções de valor ou peso, conforme estabelecido no 1º do Art.6º.

Art.8º - O órgão ambiental federal, diretamente ou através dos órgãos estaduais integrantes do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, fiscalizará as usinas de reciclagem e emitirá certificados de produção.

Art.9º - Após o cumprimento das obrigações de reciclar, ficam liberados os depósitos vinculados e respectivos rendimentos.

Art.10º - Não cumpridas as obrigações a que se refere o Art.6º, o órgão ambiental federal fará uso dos valores depositados em conta vinculada e respectivos rendimentos, para promover a reciclagem das mercadorias a que eles se vincularam.

Art.11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.12º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A discussão que o tema deste projeto levantou na Câmara Federal mostra a necessidade de se garantir a reciclagem do pneu inservível, independentemente de sua origem - importado ou produzido no Brasil.

Não sendo biodegradável, o produto se torna um lixo indesejável que se acumula nos terrenos baldios, fundos de quintal e beiras de estrada. Nestas condições, recebe e guarda a água das chuvas se transformando em criadouro de insetos transmissores de dengue, malária e outras doenças endêmicas. Se queimado, libera uma grande quantidade de gases derivados do enxofre, que causam a chamada "chuva ácida", e a dioxina, uma substância nociva à saúde e ao meio-ambiente.

Para dar solução aos diversos problemas que o pneu inservível gera, precisa-se instituir a obrigação de reciclar, tanto para o produtor nacional quanto para o importador, este na proporção de um para um, e aquele segundo parâmetro a ser fixado pela autoridade ambiental federal.

Este tratamento diferenciado tem como fundamento a natureza da atividade empresarial do fabricante nacional, inegavelmente impulsora do desenvolvimento e da geração de empregos. Ao órgão ambiental federal caberá, pois, levando em conta os níveis de agressão ambiental, sem gerar exigências impossíveis de serem cumpridas, definir a proporção da reciclagem que lhes compete.

Além disso, no caso dos importados de qualquer natureza, se exige que, a partir de determinado momento, isto é, após implantadas as usinas de reciclagem, esta se produza previamente a qualquer compra no exterior. E, no período de instalação delas, os importadores ficam obrigados ao depósito de uma taxa sobre unidade trazida do estrangeiro.

Sala de Sessões, 28 de novembro de 1995


Deputado PEDRO NOVAIS

EMENDA Nº

05/90

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ABELATIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☒ MODIFICATIVA

☐ ADITIVO DE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

DEPUTADO SOCORRO GOMES

AUTOR

PARTIDO

PCdoB

UF

PA

PÁGINA

01 / 01

TEXTO JUSTIFICATIVA

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 1259/95 passa a ter a seguinte redação:

Art 1º - As empresas fabricantes, importadoras, intermediárias e as demais empresas envolvidas na utilização de pneumáticos ficam responsáveis pela coleta, reciclagem e/ou eliminação dos pneus inservíveis, na forma a ser definida pelo órgão federal competente.

Justificação

A finalidade desta emenda é retirar do texto do Projeto de Lei, a intenção camuflada de autorizar a importação de pneus ou carcaças usadas, que contribuíram para o agravamento da crise de desemprego no País, com perda nos últimos meses, somente na indústria local de pneumáticos, da ordem de 2.500 posto de trabalho.

Considerando os demais segmentos diretamente envolvidos, o setor de distribuição e o de recauchutagem, este muito mais afetado do que a própria indústria, chegaremos facilmente a conclusão de que as importações de pneus usados só trazem benefício a um pequeno grupo de interessados, em detrimento da classe trabalhadora e do próprio País.

Para se ter uma idéia do tamanho do prejuízo à Nação, convém ressaltar que as importações de pneus usados em 1995 devem ter se aproximado de 5 milhões de unidades, volume equivalente a atividade de uma fábrica de pneumáticos no País, o que representaria, além da geração de receita para o Estado, a oportunidade de novos empregos, efetivamente amenizando o desespero de milhares de brasileiros.

Por todos esses motivos defendo a alteração do dispositivo que possibilita a legalização da importação desses pneus usados, mesmo porque desqualifica a intenção do próprio Projeto de Lei, ou seja, encontrar uma solução para o problema da disposição final dos pneus inservíveis no território nacional.

Diante dessas razões, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem tal emenda
Sala das comissões, em de abril de 1996.

Deputada Socorro Gomes

PARLAMENTAR

15/04/96

EMENDA Nº	
0696	
CLASSIFICAÇÃO	
PROJETO DE LEI Nº	<input type="checkbox"/> REPRESENTATIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE <input type="checkbox"/> AMPLIATIVA <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA
1.259 / 95	
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR MEIO AMBIENTES E MINORIAS	
AUTOR	PARTIDO
DEPUTADO IVAN VALENTE	PT SP
PÁGINA	
011	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Dê-se, ao artigo 1º, a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneus no Brasil são responsáveis pela coleta e reciclagem dos produtos inservíveis, sendo que, no caso das indústrias, a proporção deverá ser definida pelo órgão ambiental federal e, no caso das importadoras, a reciclagem é obrigatória na proporção de um pneu para cada outro importado.</p> <p>Parágrafo único. É vedada a importação, a qualquer título, de pneus usados, bem como do produto a ser utilizado como matéria-prima em processo industrial.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A emenda em tela altera o dispositivo original, visando impedir a importação de pneus usados. De fato, estamos convencidos de que a permissão para o ingresso de pneus usados no país determinará sérios danos não só ao meio ambiente, como também ao setor produtivo nacional, que se verá diante de um novo estilo de concorrência, envolvendo um produto de qualidade inferior a preços mais baixos. O pneu recauchutado é uma economia ilusória, pois além de possuir uma vida útil bem inferior, apresenta especificidades que nem sempre atendem às características de nossas estradas e clima. Além disso, não é raro a importação de carcaças estocadas a vários anos ao relento, provocando danos irreversíveis a sua estrutura. Um pneu que foi considerado inservível no seu país de origem, poderá ser utilizado em nossas vias públicas e estradas, ampliando ainda mais os riscos de acidentes. O acúmulo de carcaças se constitui num grave problema nos países desenvolvidos, que vêm lançando mão da exportação, como forma de transferir para outros países o ônus de dar uma destinação aos pneus usados. Na ânsia de mandar para fora o gigantesco lixo representado pelos pneus usados, o exportador vende as carcaças a preço de banana (em alguns casos, quando o importador não escolhe os pneus, o produto é entregue de graça), o que tem determinado lucros altíssimos para o importador nacional. A proposta, ao instituir a obrigação de reciclar, procurou passar a impressão de que se estava determinando responsabilidades ao importador nacional, entretanto, essa impressão é ilusória. Em primeiro lugar, porque isso não impede que tenhamos pneus de qualidade inferior rodando em nossas mal conservadas rodovias; e em segundo lugar, porque, durante cinco anos a partir da vigência da lei, o importador terá um prazo de cinco anos para cumprir sua obrigação de reciclar. Esta pérola de leniência e protecionismo só se iguala a outro dispositivo do projeto que transfere para o IBAMA a atribuição de promover a reciclagem dos pneus, caso a obrigação não tenha sido cumprida pelo importador, em relação a um produto que pode ter sido importado há cinco anos. Diante das falhas e vícios do projeto, nada nos resta a não ser propor emenda que venha eliminar a possibilidade de importação de pneus usados no país.</p>	
EMPL1259.DOC/1904/95 12:43	PARLAMENTAR
29/10/96	DATA
	CAPITULADA

EMENDA Nº

07/96

PROJETO DE LEI Nº

1.259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

DEPUTADO IVAN UNKENT

PT

SP

011

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o artigo 6º.

Justificativa

O dispositivo determina que nos cinco primeiros anos da vigência da lei, a obrigação do importador de reciclar pneus deverá ser cumprida no prazo de 5 anos a contar da data de cada liberação em porto brasileiro. Isso representa um significativo abrandamento de tal obrigação, já que o importador de pneus usados poderá realizar suas operações e auferir lucros extraordinários na sua comercialização, sem oferecer qualquer contrapartida para a sociedade, por um período de 5 anos. Tal contrapartida se faz necessária, uma vez que os pneus usados são considerados pelo IBAMA como resíduo perigoso, dadas as suas características físicas e químicas, que os tornam de degradação lenta ou inviável por processo naturais, tornando-se verdadeiros focos de criação de insetos transmissores de doenças. Seria, portanto, uma insensatez permitir a importação de tais produtos, sem estabelecer condições mínimas de adequação às especificidades nacionais.

PARLAMENTAR

EMPL1159.DOC/19/04/96 12:43

26/04/96

DATA



3

EMENDA Nº	
08/96	
PROJETO DE LEI Nº	CLASSIFICAÇÃO
1.259 / 95	<input type="checkbox"/> SUPLENÇÃO <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS	
DEPUTADO	AUTOR
IVAN VALENTE	PARTIDO
	PT
	UF
	SP
	PÁGINA
	011
TEXTO/JUSTIFICATIVA	
<p>Suprima-se o art. 7º.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A emenda visa adequar o texto do projeto a outra emenda de nossa autoria.</p>	
PARLAMENTAR	
EMPL1259.DOC/19-04-96 12:43	DATA
26/04/96	ASSINATURA
	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA NR

09/96

PROJETO DE LEI NR

1.259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ ADJUTIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA
☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

DEPUTADO

IVANI VALENTE

PT

SP

011

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprima-se o art. 10.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo que se pretende suprimir transfere para o órgão ambiental federal a atribuição de promover a reciclagem dos pneus usados, através da utilização dos valores depositados em conta vinculada pelo importador. A medida é, no mínimo, incongruente, uma vez que estabelece competência completamente estranha aos objetivos essenciais do órgão governamental, com o intuito puro e simples de ampliar favorecimentos ao importador, que se exime da responsabilidade de reciclar o produto, sem sofrer qualquer punibilidade. Não há dúvida que a medida possui um caráter meramente formal, sendo muito difícil a sua aplicabilidade, dadas as dificuldades materiais de se estabelecer um adequado controle das ações dos importadores de pneus.

PARLAMENTAR

EMPL1259 DOC/18/04/96 12:43

26/10/96

DATA

ASSINATURA

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Brasília, 18 de setembro de 1996.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a retirada das emendas (01,02,03,04) por mim apresentadas, ao PL 1.259/95, que dispõe sobre a reciclagem de pneus inservíveis e dá outras providências.

Agradeço desde já sua atenção.

Cordialmente,



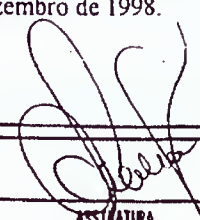
Dep.Fernando Gabeira

*De acordo; encaminhado à Secretaria**Gilney Viana - J. V.**18/09/96.*

Exmo.Sr.

Deputado Gilney Viana

M.D.Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
Nesta

EMENDA Nº	
001/98	
PROJETO DE LEI Nº	CLASSIFICAÇÃO
1259 / 95	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLOUTINATIVA <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SA	AUTOR PARTIDO PPB UF SP PÁGINA 01/01
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.259, de 1995, a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º - As empresas produtoras e importadoras de pneumáticos, as de recauchutagem, as revendedoras e os consumidores, são responsáveis pela coleta, reciclagem, disposição final ou destruição dos pneumáticos inservíveis existentes no Território Nacional.</p> <p>Parágrafo único - Caberá ao Poder Executivo, no prazo de 180 dias a partir da aprovação desta lei, definir:</p> <p>I - a responsabilidade que caberá a cada segmento identificado no caput deste artigo e o cronograma para coleta, reciclagem, disposição final ou destruição dos pneumáticos inservíveis existentes no Território Nacional;</p> <p>II - as condições a que devem atender as instalações para reciclagem, disposição final ou destruição dos pneumáticos inservíveis;</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A finalidade desta emenda é identificar as partes que serão responsáveis pela coleta, reciclagem, disposição final ou destruição dos pneus inservíveis no País, com a necessária exclusão da descabida pretensão de se autorizar a importação de pneus usados que não se coaduna com os elevados propósitos ambientalistas, vindo inclusive em sério prejuízo da indústria e da economia brasileira, não proporcionando nenhum tipo de riqueza para o País.</p> <p>Esta emenda ressalta a legítima preocupação com a proteção do meio ambiente e com a qualidade de vida do cidadão brasileiro, com a indicação dos procedimentos mínimos cabíveis, como aliás foi estabelecido de forma responsável na União Européia, sem também expor as empresas do setor ao cumprimento de exigências inexecutáveis que ao final poderão leva-las à inviabilidade econômica.</p> <p>Diante do exposto, conclamo os nobres pares desta Comissão, para a aprovação desta emenda.</p> <p style="text-align: center;">Sala da Comissão em 03 de dezembro de 1998.</p>	
03 / 12 / 98	PARLAMENTAR  ASSINATURA
DATA	

EMENDA Nº

002 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ DO MODIFICATIVA

☒ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO

ARNALDO FARIA DE SA

AUTOR

PARTIDO
PPBUF
SPPÁGINA
01/01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MODIFICATIVA AO PROJETO

Dê-se ao artigo 2º a seguinte redação:

“Art. 2º - No caso dos pneumáticos importados, a reciclagem deve ser efetivada previamente à importação, em volume equivalente ao seu peso”.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda que complementa outra por nós apresentada, objetiva definir responsabilidade à priori no caso dos pneumáticos importados, providência que efetivamente permitirá a eliminação do passivo ambiental.

Sala da Comissão em 03 de dezembro de 1998.

03 / 12 / 98

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

EMENDA Nº

003 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☒ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO

ARNALDO FARIA DE SA

AUTOR

PARTIDO
PPBUF
SPPÁGINA
01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

“Art. 3º - No prazo de 6 (seis) anos, contados da data de publicação desta lei, deverão estar coletados, reciclados ou destruídos, por qualquer processo ecologicamente permitido pela legislação ambiental, todos os pneumáticos inservíveis existente no Território Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva estabelecer o prazo máximo de 6 (seis) anos, para que todos os pneus inservíveis existentes no Território Nacional sejam coletados, reciclados ou destruídos de forma ecologicamente segura, como o que foi estabelecido de forma semelhante pela União Européia. Ao mesmo tempo, adequa o texto do Projeto a outras emendas por nós apresentadas.

Sala da Comissão em 23 de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03/12/98

DATA

EMENDA Nº

004 / 98

CLASSIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

AUTOR

PARTIDO
PPBUF
SPPÁGINA
01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Ficam suprimidos os artigos 4º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Projeto

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda complementa três outras por nós apresentadas que, se aprovadas, impõem a supressão dos artigos citados.

Sala da Comissão em 03 de dezembro de 1998.

03/12/98

DATA

PARLAMENTAR



EMENDA Nº

005 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVO
☒ MODIFICATIVA
☐ ADITIVO DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO

CUNHA LIMA

AUTOR

PARTIDO

PPB

UF

SP

PÁGINA

1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MODIFICATIVA (AO PROJETO)

Dê-se ao artigo 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - No caso dos pneumáticos importados, a reciclagem deve ser efetivada previamente à importação, em volume equivalente".

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa determinar responsabilidade específica no caso dos pneumáticos importados, adequando o texto do Projeto a outra emenda por nós apresentada, obrigando os importadores a reciclar previamente um volume equivalente aos pneus que pretendem importar, medida que contribuirá com eficácia para a eliminação do passivo ambiental que tanto preocupa a sociedade.

Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº

006 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA
☒ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO

CUNHA LIMA

AUTOR

PARTIDO

PPB

UF

SP

PÁGINA

1/1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

ADITIVA (AO PROJETO)

Acrescenta ao artigo 1º o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único - O Poder Executivo Federal estabelecerá a responsabilidade que caberá a cada segmento identificado no caput deste artigo, e:

I - o cronograma para coleta, reciclagem ou destruição dos pneumáticos inservíveis;

II - as condições a que devem atender as instalações para reciclagem ou destruição dos pneumáticos inservíveis;

III - os procedimentos administrativos a que devem atender para o cumprimento do disposto neste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa especificar a competência do Poder Executivo, quando da regulamentação da lei, na definição da responsabilidade que caberá a cada segmento identificado no artigo 1º e no detalhamento das ações subsequentes, adequando ao mesmo tempo o texto do Projeto a outra emenda por nós apresentada.

Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº

007 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOUTINATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☒ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AUTOR

DEPUTADO

CUNHA LIMA

PARTIDO

PPB

UF

SP

PÁGINA

1/A

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MODIFICATIVA (AO PROJETO)

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º - As empresas fabricantes, revendedoras, as empresas recauchutadoras e as importadoras de pneus são responsáveis pela coleta e reciclagem desses produtos inservíveis existentes em todo o território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa adequar o artigo primeiro deste Projeto de Lei à sua real finalidade que é a coleta e posterior reciclagem de todos os pneus inservíveis existentes no País, sejam eles nacionais ou importados, retirando ao mesmo tempo a incoerente autorização para a importação de pneus usados, recauchutados ou carcaças que inclusive não se coaduna com o elevado objetivo do Projeto.

Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

104

EMENDA Nº

008 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AUTOR

DEPUTADO

CUNHA LIMA

PARTIDO

PPB

UF

SP

PÁGINA

11

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPRESSIVA (AO PROJETO)

Ficam suprimidos os artigos 4º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa adequar o texto do projeto a outra emenda por nós apresentada, a qual, sendo acatada, inviabiliza esses artigos que propomos a supressão.

Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº

009 / 98

PROJETO DE LEI Nº

1259 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA☐ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AUTOR

DEPUTADO

CUNHA LIMA

PARTIDO

PPB

UF

SP

PÁGINA

1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MODIFICATIVA (AO PROJETO)

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - No prazo de 6 (seis) anos, contados da data de publicação desta lei, deverão estar reciclados ou destruídos todos os pneumáticos inservíveis existente no Território Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda que adequa o texto do Projeto a outra emenda por nós apresentada, visa estabelecer o prazo de 6 (seis) anos, para que os todos pneus inservíveis existentes no território nacional sejam definitivamente reciclados ou destruídos, em linha inclusive com o que vem sendo feito na União Européia que estabeleceu procedimento semelhante.

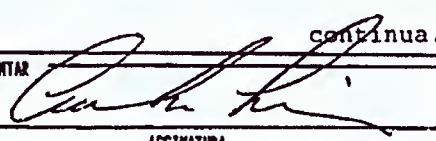
Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

PARLAMENTAR

03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº <div style="font-size: 1.5em; margin-top: 10px;">010 / 98</div>	
PROJETO DE LEI Nº <div style="text-align: center; margin-top: 10px;">1259 / 95</div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
DEPUTADO CUNHA LIMA	AUTOR
PARTIDO PPB	UF SP
PÁGINA 1/2	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p style="text-align: center;">MODIFICATIVA (AO PROJETO)</p> <p>Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.259, de 1995, a seguinte redação, reformulando-se em consequência, os artigos 2º e 3º, e suprimindo-se os artigos 4º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º.</p> <p>Art. 1º - As empresas produtoras de pneumáticos, as revendedoras, as importadoras, as empresas de recauchutagem e os consumidores, são responsáveis pela coleta, reciclagem, disposição final ou destruição dos pneumáticos inservíveis.</p> <p>Parágrafo único - O Poder Executivo Federal, no regulamento desta lei, estabelecerá:</p> <p style="margin-left: 40px;">I - a responsabilidade que caberá a cada segmento identificado no caput deste artigo;</p> <p style="margin-left: 40px;">II - o cronograma para coleta, reciclagem ou destruição dos pneumáticos inservíveis existentes no Território Nacional;</p> <p style="margin-left: 40px;">III - as condições a que devem atender as instalações para reciclagem ou destruição dos pneumáticos inservíveis;</p> <p style="margin-left: 40px;">IV - os procedimentos administrativos a que devem atender as empresas, para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 2º - No caso dos pneumáticos importados, a reciclagem deve ser efetivada previamente à importação, em volume equivalente.</p> <p>Art. 3º - No prazo de seis anos, contados da data de publicação desta lei, deverão estar reciclados ou destruídos todos os pneumáticos inservíveis existentes no território nacional.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O objetivo desta emenda é primeiramente o de retirar do texto original do Projeto de Lei, a pretensão de autorizar a importação de pneumáticos usados uma atividade que prejudica a economia brasileira, eliminando postos de trabalho exatamente num dos piores momentos do País em termos de desemprego e que nada acrescenta em volume de riqueza para o País. Ao mesmo tempo que contribui decidida e rapidamente para a elevação do passivo ambiental do País, tendo sido responsável desde 1992, conforme dados do SECEX/MICT, pela entrada no Território Nacional de mais de 17 milhões de pneumáticos usados que foram descartados nos seus países de origem.</p> <p style="text-align: right; margin-top: 10px;">continua...</p>	
DATA 03 / 12 / 98	ASSINATURA <div style="text-align: center; margin-top: 10px;">  </div>

DEPUTADO

CUNHA LIMA

PPB

SP

210

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Paralelamente, esta emenda procura realçar a legítima preocupação do nobre autor, com a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da sociedade primeiramente coletando e posteriormente eliminando de forma segura e responsável, os pneumáticos inservíveis existentes no Território Nacional, à semelhança inclusive do que vem sendo feito principalmente na União Européia. Uma iniciativa louvável tanto para esta nossa geração como para as gerações futuras, e que se alinha inclusive com o que consta da Agenda 21.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares desta Comissão, para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão em de dezembro de 1998.

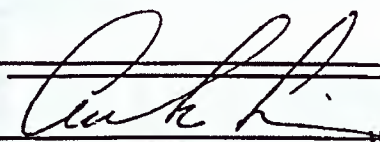
PARLAMENTAR



03 / 12 / 98

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº <div style="font-size: 1.5em; margin: 5px 0;">011 / 98</div>	
PROJETO DE LEI Nº <div style="font-size: 1.5em; margin: 5px 0;">1259 / 95</div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
DEPUTADO CUNHA LIMA	AUTOR
PARTIDO PPB	UF SP
PÁGINA 11	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.259, de 1995, a seguinte redação:</p> <p style="margin-left: 40px;">Art. 1º - As empresas produtoras ou importadoras de pneus são responsáveis pela coleta e reciclagem, disposição final ou destruição dos pneus inservíveis por elas fabricadas ou importadas.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente Emenda visa adequar o texto do artigo 1º deste Projeto à sua real finalidade, que é a de dar uma solução definitiva para os pneus inservíveis, isto é, aquele pneu usado descartado pelo consumidor, seja ele produzido no País ou importado.</p> <p>O consumidor atualmente sem alternativa não sabe o que fazer para se livrar dos pneus usados. Assim cada um age de acordo com a sua criatividade ou consciência ambiental. Uns deixam no próprio revendedor, outros no quintal de casa, na garagem dos prédios de apartamentos, ou jogam em terrenos baldios ou até em rios e riachos.</p> <p>Neste sentido este projeto é bastante oportuno. Confesso, no entanto, desconhecer que exista tecnologia desenvolvida no país ou no exterior que viabilize a reciclagem, pois já observei em revistas especializadas que mesmo os países desenvolvidos não sabem o que fazer com esses pneus usados, acumulando-os em grandes aterros ou "exportando-os de graça" para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, como para o Brasil que em poucos anos, conforme dados do SECEX, recebeu mais de 17 milhões desses pneus velhos.</p> <p>Retiramos as especificações novos, usados etc. uma vez que a referência a "pneus importados" já é suficiente pois abrange todos os qualificativos citados. Vale lembrar que, conforme dispõe o artigo 237 da Constituição Federal, cabe ao Poder Executivo o controle sobre o comércio exterior, disciplinando as importações de interesse do País, em linha com as diretrizes de uma política econômica de proteção do parque industrial brasileiro, preservando ao mesmo tempo o emprego tão escasso no momento.</p> <p>Diante do exposto conclamo os pares desta Comissão a aprovarem esta Emenda.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Sala da Comissão em de dezembro 1998</p>	
03 / 12 / 98 <small>DATA</small>	PARLAMENTAR <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  <small>ASSINATURA</small> </div>

PROJETO DE LEI Nº 5.574, DE 2001
(DO SR. ROBERTO JEFFERSON)

Estabelece normas para a destinação de pneumáticos usados.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.259, DE 1995)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas fabricantes, importadoras e as que realizam processos de reforma de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação ambientalmente adequada aos pneumáticos usados existentes em território nacional.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se destinação ambientalmente adequada:

I – a utilização de pneumáticos em processo de reciclagem com vistas a outros usos econômicos;

II – a reutilização de pneumáticos como pneus reformados, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes;

III – o armazenamento do produto sem agredir o meio ambiente, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes.

Art. 3º As empresas de que trata o art. 1º receberão e manterão procedimentos para a recompra de pneumáticos inservíveis.

Parágrafo único. A concessão ou a renovação de licença ambiental das empresas de que trata o art. 1º condiciona-se à manutenção de centros de recompra de pneumáticos inservíveis ou a contratação de terceiros com essa finalidade.

Art. 4º É proibida a queima de pneumáticos, bem como o seu descarte no solo, em corpos d'água, aterros sanitários, alagadiços, no mar ou em qualquer outro local não autorizado pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º As transgressões à presente lei sujeitam o infrator às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências".

Art. 6º O Poder executivo regulamentará a presente lei em noventa dias contados da sua publicação oficial.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os pneumáticos inservíveis são, atualmente, simplesmente abandonados ou dispostos inadequadamente, causando sérios problemas ao meio ambiente e à saúde pública. A incineração sem controle produz dioxinas, cujos efeitos à saúde humana sequer são totalmente conhecidos. Não raro, pneus são encontrados em terrenos abandonados, constituindo local excelente para a proliferação de mosquitos, como o da dengue, ou no fundo de rios e lagos, onde contribuem para o assoreamento e as enchentes.

Em diversos países, os pneus usados são utilizados como matéria-prima para a confecção de muitos produtos ou para a geração de energia. A responsabilização dos fabricantes e importadores de pneus quanto à coleta e destinação final desses produtos após o uso pelo consumidor é a medida decisiva para tornar realidade a reciclagem e a utilização de pneus usados na obtenção de energia.

Contamos, pois, com a rápida aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em de de 2001.


Deputado Roberto Jefferson

23/10/01

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.**

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.1º (VETADO)

Art.2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 1.720, DE 1999
(DO SR. RICARDO IZAR)

Proíbe o transporte e o acondicionamento de alimentos em embalagens confeccionadas com material plástico reciclado e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe o transporte e o acondicionamento de alimentos em embalagens confeccionadas com material plástico reciclado e obriga a inscrição nessas embalagens de frase de advertência.

Art. 2º São proibidos o transporte e o acondicionamento de alimentos em embalagens confeccionadas com material plástico (polietileno de baixa densidade) reciclado.

Art. 3º É obrigatória a inscrição nas embalagens confeccionadas com material plástico (polietileno de baixa densidade) reciclado da frase "material reciclado impróprio para transportar ou acondicionar alimentos".

Parágrafo único. A inscrição deverá estar escrita:

- I - em cor contrastante em relação à cor da embalagem;
- II - em letras maiúsculas de, no mínimo, seis milímetros de altura;
- III - nos dois lados da embalagem.

Art. 4º Constitui infração, punível com multa de R\$ 1,00 (um real) por embalagem, confeccionar, embalar ou acondicionar alimentos em embalagens de material plástico reciclado.

Parágrafo único. Incumbe aos órgãos competentes na área de vigilância sanitária a fiscalização quanto ao cumprimento desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os sacos plásticos fabricados a partir de material reciclado, quando utilizados para a embalagem de frutas, verduras e demais alimentos, passam para esses produtos substâncias tóxicas que não são eliminadas no processo de reciclagem e fazem mal à saúde.

Essas embalagens, de polietileno de baixa densidade, são obtidas, geralmente, da reciclagem de sucatas retiradas de lixões e aterros sanitários. Esse processo é rudimentar e não utiliza técnicas de refino da resina obtida para eliminar as impurezas. Releva mencionar que essas embalagens não são fabricadas com a finalidade de embalar alimentos mas, como não há fiscalização, acabam sendo compradas por comerciantes, principalmente de feiras livres e sacolões, que aproveitam seu baixo custo. Exatamente por esse motivo, este projeto de lei prevê um mecanismo de controle, de forma que essas embalagens não sejam utilizadas para acondicionar alimentos. Por enquanto, a única indicação de que o plástico não serve para embalar produtos alimentícios é a cor, uma vez que, quanto mais escuro o plástico, mais rudimentar foi o processo de reciclagem e, portanto, mais substâncias tóxicas estão nele contidas.

Deve destacar-se que a reciclagem vem crescendo no Brasil a uma taxa anual de 15% em média e são aperfeiçoados os seus processos. Existem casos em que a sucata plástica é transformada em resina quase pura, como se fosse a nafta extraída do petróleo. Esse processo, no entanto, só é desenvolvido por grandes indústrias, aparelhadas com equipamentos de última geração capazes de efetuar a reciclagem com métodos de purificação, extração de resíduos e substâncias químicas.

Quanto ao polietileno de baixa densidade, os custos para a implantação de uma estrutura sofisticada não são compensados pelo valor final do produto, que é baixo.

Outro problema das pequenas indústrias é onde encontrar plástico para a reciclagem. Como no Brasil a coleta seletiva de lixo ainda está pouco desenvolvida, a fonte de plástico para a reciclagem acaba sendo os lixões e os aterros sanitários, praticamente sem custo. Assim, é favorável a relação entre o preço final do saco plástico e o custo para a sua produção a partir da reciclagem.

O volume de plástico encontrado nos lixões e aterros sanitários é considerável. Por ano, são encontrados mais de 1,5 de quilos de plásticos, que corresponde a 3% do total de lixo gerado no País, que chega a 55 bilhões de quilos por ano. As entidades ecológicas e de preservação do meio ambiente apóiam a retirada de todo o tipo de plástico dos lixões e dos aterros sanitários porque o mesmo, nas suas diversas formas e densidades, é considerado um dos vilões do meio ambiente. O plástico age como impermeabilizante entre o solo e o lixo orgânico, impedindo a decomposição natural dos detritos e contribuindo para a formação de gases tóxicos que exalam mau cheiro. Além disso, é muito resistente e, pela dificuldade de decomposição, pode permanecer durante anos em meio ao lixo orgânico alterando as condições sanitárias de lixões e aterros. É nesse meio que o material para reciclagem é retirado para a confecção do polietileno de baixa densidade, o qual é transformado em sacos plásticos.

Contamos, portanto, com a participação dos pares desta Casa para a aprovação urgente desta matéria, por tratar-se de defesa da saúde pública.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1999.


Deputado Ricardo Izar

PROJETO DE LEI Nº 1.724, DE 1999
(DO SR. RICARDO IZAR)

Torna obrigatório o recolhimento e destinação adequada, pelos fabricantes ou importadores, de lâmpadas inservíveis de vapor de mercúrio, vapor de sódio e de luz mista, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes que contenham vapor de mercúrio, ou de sódio ou misto a recolherem e darem destino ambientalmente adequado às lâmpadas inservíveis.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes de vapor de mercúrio, de vapor de sódio e de luz mista são obrigados a manter programas permanentes de coleta, descontaminação e destinação adequada das lâmpadas inservíveis e dos seus resíduos.

Art. 3º Os programas de que trata o artigo anterior serão custeados integralmente pelos fabricantes e importadores de lâmpadas e consistirão, no mínimo, de:

I – campanhas de esclarecimento, pelos meios de comunicação e por meio de mensagens impressas nas embalagens de comercialização, sobre os riscos de contaminação decorrentes do rompimento das lâmpadas;

II – manutenção de pontos de coleta de lâmpadas inservíveis, acessíveis a todos os usuários;

III – manutenção de serviço permanente de descontaminação e disposição dos resíduos das lâmpadas inservíveis.

IV – serviço de coleta de lâmpadas inservíveis nos estabelecimentos residenciais, comerciais, industriais ou de serviços que tenham um mil ou mais pontos de luz.

Parágrafo único. Os programas devem estar em pleno funcionamento no prazo de um ano, contado da data de publicação desta lei.

Art. 4º Os locais, a técnica e a forma de coleta, depósito, descontaminação e destinação dos resíduos das lâmpadas a que se refere o art. 2º deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Art. 5º Constituem infrações à presente Lei:

I – o abandono ao ar livre, ou a disposição inadequada, por usuário, de lâmpadas inservíveis;

Pena: R\$1,00 (um real) por lâmpada abandonada ou disposta inadequadamente;

II – o não atendimento, por fabricante ou importador, do disposto no art. 3º.

Pena: R\$1,00 (um real) por lâmpada disposta inadequadamente e suspensão de atividades até a adequação ao que dispõe o art. 3º.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As lâmpadas fluorescentes, cujos bulbos são preenchidos com vapor de mercúrio ou de sódio, quando quebradas, liberam ao meio ambiente seu conteúdo gasoso. Esse conteúdo, como a própria denominação indica, contém mercúrio gasoso, um metal pesado altamente nocivo à saúde humana e ao meio ambiente.

O mercúrio, em suas formas solúveis, é tóxico, provocando a degeneração do sistema nervoso dos seres vivos, além de afecções do fígado, dos rins e de outros órgãos vitais. Além de sua toxidez, esse metal é cumulativo nos organismos vivos, isto é, quando absorvido, mesmo em pequenas quantidades, não é mais eliminado, acumulando-se nos tecidos de animais e plantas até atingir teores letais. Por ser cumulativo, o mercúrio é capaz de penetrar na cadeia alimentar, isto é, integra-se gradativamente aos tecidos das plantas e animais que servem de alimento a outros animais ou ao homem, formando um ciclo difícil de ser rompido. Casos concretos de contaminação da cadeia alimentar por mercúrio podem ser citados, como o caso da Baía de Tóquio, no Japão, em que peixes e outros frutos do mar foram gradativamente contaminados até a intoxicação mortal de seus consumidores. Recentemente, foi noticiado que o pescado consumido em algumas cidades da Amazônia, inclusive Manaus, estava contaminado por mercúrio utilizado nos garimpos de ouro.

As lâmpadas fluorescentes contêm uma quantidade mínima de vapor de mercúrio. Umas poucas lâmpadas não são capazes de liberar mercúrio em quantidade suficiente para contaminar o meio ambiente. No entanto, se considerarmos a enorme quantidade desses objetos que são, a cada dia, descartados sem nenhum cuidado, certamente há motivos para preocupação. Atualmente, a destruição das lâmpadas inservíveis é feita sem nenhum cuidado especial, liberando-se totalmente seu conteúdo no ar, no solo e na água. Dentro de alguns anos, se medidas concretas e imediatas não forem tomadas, certamente teremos mais um sério problema ambiental e de saúde pública para enfrentar.

A coleta de lâmpadas usadas não é tarefa das mais complexas, bastando que as empresas fabricantes ou importadoras mantenham pontos de coleta e informem à população sobre a importância do recolhimento e dos perigos que a disposição inadequada das lâmpadas representa para a saúde humana e para o meio ambiente. As lâmpadas usadas contêm materiais úteis, como vidro, alumínio, latão e o próprio mercúrio, que podem ser reutilizados,

representando boas condições comerciais para reciclagem. Portanto, não existem problemas técnicos suficientemente complexos para impedir destinação adequada das lâmpadas usadas e de seus resíduos.

Assim, dada a importância da medida para o meio ambiente e para a saúde pública, contamos com o apoio dos ilustres colegas Parlamentares para a tramitação, aperfeiçoamento e aprovação deste projeto de lei que ora submetemos ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 1999.



Deputado Ricardo Izar

PROJETO DE LEI Nº 4.992, DE 2001
(DO SR. MARCOS AFONSO)

Torna obrigatório o recolhimento e destinação adequada, pelos fabricantes e importadores, de lâmpadas inservíveis que utilizam vapor de mercúrio, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.724, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes que utilizam vapor de mercúrio a recolherem e darem destinação ambientalmente adequada às lâmpadas inservíveis.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes que contenham vapor de mercúrio são obrigados a manter programas permanentes de coleta, descontaminação e destinação adequada das lâmpadas inservíveis e dos seus resíduos.

Art. 3º Os programas de que trata o artigo anterior serão custeados integralmente pelos fabricantes e importadores de lâmpadas e consistirão, no mínimo, de:

I – campanhas de esclarecimento, pelos meios de comunicação e por meio de mensagens impressas nas embalagens de comercialização, sobre os riscos de contaminação decorrentes do rompimento das lâmpadas;

II – manutenção de pontos de coleta de lâmpadas inservíveis, acessíveis a todos os usuários;

III – manutenção de serviço permanente de descontaminação e disposição dos resíduos das lâmpadas inservíveis.

IV – serviço de coleta de lâmpadas inservíveis nos estabelecimentos residenciais, comerciais, industriais ou de serviços que tenham um mil ou mais pontos de luz.

§ 1º Os programas devem estar em pleno funcionamento no prazo de um ano, contado da data de publicação desta lei.

§ 2º As ações que compõem os programas poderão ser realizadas, no todo ou em parte, mediante contrato com instituições públicas ou privadas devidamente credenciadas pelo órgão competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Art. 4º Os locais, a técnica e a forma de coleta, depósito, descontaminação e destinação dos resíduos das lâmpadas a que se refere o art. 2º deverão ser submetidos à aprovação do órgão competente do SISNAMA.

Art. 5º Constituem infrações à presente Lei:

I – o abandono ao ar livre, ou a disposição inadequada, por usuário, de lâmpadas inservíveis;

Pena: R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por lâmpada abandonada ou disposta inadequadamente;

II – o não atendimento, por fabricante ou importador, do disposto no art. 3º.

Pena: R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por lâmpada disposta inadequadamente e suspensão de atividades até a adequação ao que dispõe o art. 3º.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A economia no consumo de energia elétrica é o único fator considerado na hora da troca de lâmpadas incandescentes tradicionais pelas fluorescentes compactas. Em tempos de racionamento, a redução média de 70% de redução da eletricidade consumida fez desse produto o atual objeto de desejo de todos os consumidores brasileiros.

Economia de eletricidade e durabilidade são as vantagens das lâmpadas fluorescentes na competição com as incandescentes. Entretanto, aspectos menos comentados, mas não menos importantes. Como a poluição ambiental e a distorção na forma da corrente elétrica, colocam em cheque a superioridade dessas lâmpadas.

A presença de mercúrio nas lâmpadas fluorescentes não é novidade para muitos. Estando intacta, essa lâmpada não oferece perigo algum ao homem ou ao meio

ambiente. Quando quebradas, elas liberam vapor de mercúrio que, se inalado, deposita-se no organismo, intoxicando-o gradualmente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a legislação ambiental brasileira estimam em trinta e três microgramas de mercúrio por grama de creatinina urinária como o limite de tolerância biológica para o ser humano. A partir desse limite, há intoxicação, com sérios problemas para o corpo humano, especialmente para o sistema nervoso, terminando por levar o intoxicado à morte.

O mercúrio, por ser cumulativo, insere-se na cadeia alimentar animal, podendo tornar venenosos, pescados, frutas e legumes utilizados normalmente em nossa alimentação.

A inalação não é a única forma de contaminação por mercúrio. Uma vez liberado na natureza, vai-se depositando no solo, nos rios e no lençol freático, terminando por alcançar a cadeia alimentar, podendo tornar venenosos, pescados, frutas e legumes utilizados normalmente em nossa alimentação.

O descarte sistemático dessas lâmpadas em aterros, sem a prévia descontaminação e sem cuidados de armazenamento, eleva para níveis preocupantes a quantidade de mercúrio no meio ambiente. Para se ter uma idéia, no ano 2000, das cerca de 40 milhões de lâmpadas fluorescentes comercializadas no país, apenas dois milhões, na maioria tubulares, foram descontaminadas mediante reciclagem do mercúrio nelas contido.

Com o incentivo ao consumo de lâmpadas fluorescentes compactas, já isentadas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, essa situação tende a se agravar, fato que levou o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – a criar um grupo de trabalho para propor normas para o descarte dessas lâmpadas inservíveis.

A descontaminação, com o reaproveitamento - ou reciclagem - do mercúrio é a melhor alternativa de destino para essas lâmpadas usadas. No Brasil, a empresa APLIQUIM, localizada em Paulínia, no Estado de São Paulo, detém a tecnologia necessária para essa reciclagem, sendo uma das poucas empresas do mundo que recuperam completamente o mercúrio. Entre seus clientes destacam-se grandes indústrias, hospitais, universidades, igrejas, escolas e órgãos governamentais, como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo – CETESB. Segundo informações da direção dessa empresa, o mercúrio nunca é vendido para garimpeiros, pois é totalmente recomprado pelas próprias empresas fabricantes de lâmpadas ou por indústrias de termômetros.

Além do mercúrio, as lâmpadas inservíveis contêm materiais úteis, como vidro, alumínio e latão, que podem ser reutilizados, representando boas condições comerciais para reciclagem. Portanto, não existem problemas técnicos suficientemente complexos para impedir sua destinação de forma adequada à saúde pública e ao meio ambiente.

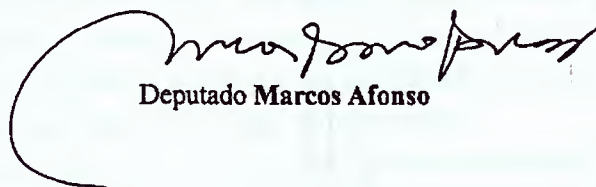
Grande parte das instituições que descontaminam voluntariamente suas lâmpadas fluorescentes usadas visam obter o certificado ISO 14000, de qualidade ambiental, condição exigida por alguns mercados consumidores estrangeiros para a entrada de produtos importados. Essa espécie de "selo verde" é uma garantia de que a entidade utiliza processos produtivos que não agredem o meio ambiente.

A coleta e tratamento adequado das lâmpadas fluorescentes precisa, no entanto, deixar de ser uma atitude voluntária para tornar-se obrigatória, dentro do conceito de que ao gerador dos resíduos cabe a responsabilidade de evitar que estes contaminem o meio ambiente e provoquem danos à saúde pública.

A coleta de produtos usados inservíveis, como as lâmpadas fluorescentes usadas, não é tarefa das mais complexas, bastando que as empresas fabricantes ou importadoras mantenham pontos de coleta e informem à população sobre a importância do recolhimento e dos perigos que a disposição inadequada representa para a saúde humana e para o meio ambiente.

Estas são, em resumo, as razões desta nossa proposta, para cuja tramitação, aperfeiçoamento e aprovação contamos com o apoio dos ilustres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, em 07 de Agosto de 2001.



Deputado Marcos Afonso

PROJETO DE LEI

N.º 5.807, DE 2001

(do Sr. Enio Bacci)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas fabricantes de lâmpadas fluorescentes colocar uma tarja de alerta em cada unidade e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PL-1724/1999.)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As empresas fabricantes de lâmpadas fluorescentes deverão colocar uma tarja em cada unidade de lâmpada fluorescente com os seguintes dizeres: "Cuidado! Esta lâmpada possui vapor de mercúrio. Se quebrar, o vapor poderá ser absorvido, prejudicando a saúde";

Art. 2º - As empresas deverão efetivar campanhas públicas de orientação para o manuseio de lâmpadas fluorescentes, junto aos órgãos de imprensa, alertando para os riscos;

Art. 3º - As empresas serão responsáveis pelo recolhimento e destinação adequados às lâmpadas fluorescentes descartadas;

Art. 4º - As empresas terão prazos de 6 (seis) meses para se adequar à presente lei;

Art. 5º - Os órgãos dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, serão responsáveis pela fiscalização e eventual punições ao descumprimento desta lei;

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Tentando resolver os problemas gerados pela modernização, nesta era de evoluções tecnológicas, apresento este projeto de lei na área de saúde, ecologia e meio ambiente, obrigando empresas a alertarem os consumidores sobre o perigo ou o risco que apresentam as lâmpadas fluorescentes, talvez um dos produtos mais consumidos no Brasil de hoje.

O perigo a que me refiro, está no gás - vapor de mercúrio que, quando liberado, espalha seu poder de contaminação. O mercúrio é um metal pesado altamente perigoso para o ser humano, pois, se absorvido pelas vias respiratórias e pele - ao entrar no metabolismo, promove sérios danos ao fígado e ao sistema nervoso.

Então, este projeto de lei visa lançar campanhas de esclarecimento, que deveriam ser realizadas na mesma proporção que o Governo deu incentivos à importação destas lâmpadas - que milhões de brasileiros adquiriram em função da necessidade de se economizar energia elétrica.

É de suma importância a aprovação desta proposição já que os riscos de contaminação são enormes e a população deve estar alertada para evitar graves danos à saúde, meio ambiente e ecologia.

Sala das Sessões, em 04 / 12 / 2001



ENIO BACCI - Deputado Federal

PROJETO DE LEI N.º 4.123, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

Determina que as indústrias de lâmpadas fluorescentes devam informar, nas suas embalagens, os componentes químicos e os riscos dos mesmos à saúde humana.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-5807/2001.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Fica determinado que todas as indústrias de lâmpadas fluorescentes instaladas em território nacional, deverão informar, nas suas embalagens, os componentes químicos e os riscos dos mesmos à saúde humana.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, através do órgão competente no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Países do Primeiro Mundo incluem as lâmpadas fluorescentes usadas na lista de resíduos nocivos ao meio ambiente, pois essas lâmpadas contêm substâncias químicas que afetam o ser humano, como o Mercúrio, um metal pesado que uma vez ingerido ou inalado, causa efeitos desastrosos ao sistema nervoso.

Ao romper-se, uma lâmpada fluorescente emite vapores de mercúrio que são absorvidos pelos organismos vivos, contaminando-os, se forem lançadas em aterro sanitário, as lâmpadas contaminam o solo e, mais tarde, os cursos d'água, chegando à cadeia alimentar.

O trabalhador que lida com o mercúrio metálico é o mais exposto aos vapores invisíveis desprendidos pelo produto. Eles são aspirados sem que a pessoa perceba e entra no organismo através do sangue, instalando-se nos órgãos.

No sistema nervoso, o produto tem efeitos desastrosos, podendo dar causa a lesões leves e até à vida vegetativa ou à morte, conforme a concentração.

As atividades industriais e a utilização de combustíveis fósseis em geral são acompanhadas por grandes derramamentos de mercúrio. Quando um

curso de água é poluído pelo mercúrio, parte deste se volatiliza na atmosfera e depois torna a cair , em seu estado original com as chuvas. Uma outra parte absorvida direta ou indiretamente pelas plantas e animais aquáticos

circula e se concentra em grandes quantidades ao longo das cadeias alimentares. Além disso, a atividade microbiana transforma o mercúrio metálico em mercúrio orgânico, altamente tóxico.

Pelo exposto esperamos a aprovação deste Projeto, até porque zelar pela saúde da população é uma prerrogativa constitucional concorrente da União.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2004.

Deputado CARLOS NADER

PL-RJ

PROJETO DE LEI Nº 1.756, DE 1999
(DO SR. BISPO RODRIGUES)

Obriga a impressão nas embalagens de plástico do nome ou sigla do plástico do qual são confeccionadas.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTES E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga a impressão nas embalagens de plástico do nome ou sigla do plástico do qual são confeccionadas.

Art. 2º Ficam os fabricantes de embalagens de plástico obrigados a imprimir, no corpo da embalagem e de forma legível, o nome ou a sigla do tipo de plástico do qual as embalagens são confeccionadas, conforme nomenclatura estabelecida por norma técnica brasileira aprovada pelo órgão competente de metrologia, normalização e qualidade industrial.

Parágrafo único. Os fabricantes têm o prazo de um ano a contar da data de publicação desta lei para adaptarem-se às normas nela previstas.

Art. 3º A infração a esta lei sujeita a multa no valor de R\$ 0,10 (dez centavos) por embalagem e demais penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a sua primeira produção, em 1862, o plástico vem ocupando espaço cada vez maior na fabricação de bens de consumo, destacando-se a sua grande participação como componente de embalagens. Segundo dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem - CEMPRE -, o Brasil consome 1,8 milhão de toneladas de plástico por ano, das quais, 350 mil toneladas são despejadas nos aterros sanitários. Devido à sua lenta e difícil degradação em aterros, o que gera grandes problemas em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, o plástico é considerado um dos vilões do meio ambiente.

Além da questão ambiental, também em termos econômicos o desperdício não se justifica, uma vez que o plástico pode ser reprocessado, gerando novos artefatos plásticos e energia. Com a utilização de plástico reciclado, pode-se economizar até 50% de energia.

No entanto, a reciclagem do material plástico atualmente atinge apenas 15% da quantidade que é consumida em nosso País. O crescimento do mercado depende de vários fatores, entre os quais a ampliação da coleta seletiva, que garante oferta de material reciclável de melhor qualidade ao evitar que este se contamine ao ser misturado com outros resíduos, e o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias mais modernas de reprocessamento.

Um outro importante fator para o aumento não apenas da quantidade de plástico reciclado, mas também da sua qualidade, é a separação das diversas resinas, pois existem sete diferentes famílias de plásticos, que muitas vezes não são compatíveis quimicamente entre si. Ou seja, a mistura de alguns tipos pode resultar em materiais defeituosos, de baixa qualidade e sem as especificações técnicas necessárias para retornar à produção como matéria-prima. Os vários tipos de polímeros precisam ser identificados e separados para reciclagem. Algumas resinas são de fácil identificação visual mas, na maioria das vezes, a seleção de plásticos é feita pela observação da cor da chama, da fumaça e do odor do material durante a queima.

A utilização de símbolos padronizados facilita a identificação e a separação das embalagens e, portanto, contribui para o aprimoramento da reciclagem. Devemos ressaltar, a propósito, que existe norma técnica brasileira (NBR 9.633, de 1986, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT) que classifica os diversos plásticos existentes (mais de cem), associando siglas a alguns desses materiais, o que facilita a impressão na embalagem. A identificação do plástico utilizado na embalagem é recomendada pelo CEMPRE e já é adotada por alguns fabricantes, o que demonstra sua viabilidade. Propomos, então, tornar obrigatória a impressão, na embalagem, do nome ou da sigla do plástico do qual a embalagem foi confeccionada.

Pelo exposto, contamos com a rápida aprovação do projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões, em de de 1999.


Deputado Bispo Rodrigues

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDi

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. (VETADO)

Art. 2º. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Art. 5º. (VETADO)

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 6º. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.373, DE 2005

(Do Sr. Carlos Nader)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fabricantes de embalagens de plástico divulgarem o nome do plástico com o qual são confeccionadas em todo o território nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1756/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Torna obrigatória a divulgação do nome ou sigla do plástico, impressas nas embalagens ou rótulos de produtos pelas empresas de todo o território nacional.

Art. 2º As empresas fabricantes de produtos com embalagens de plástico serão obrigados a divulgar, no conteúdo da embalagem, o nome do tipo de plástico do qual as embalagens são confeccionadas, de forma legível, conforme nomenclatura estabelecida.

Parágrafo único. Os fabricantes terão o prazo de 1 (um) ano para adaptarem o disposto no art. 1º, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 3º Caso os fabricantes não obedecerem ao previsto nessa lei, acarretará em multa no valor de 5 mil URF's.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida visa que as empresas fabricantes de produtos com embalagens de plástico serão obrigados a divulgar, no conteúdo da embalagem, o nome do tipo de plástico do qual as embalagens são confeccionadas, de forma legível, conforme nomenclatura estabelecida, com o intuito de facilitar a separação de materiais recicláveis.

O Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano, valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado nos Estados Unidos e na Europa (40%). De tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 35% poderia ser reciclado ou reutilizado, e outros 35%, serem transformados em adubo orgânico. O lixo é um problema relativamente recente, já que, há algumas décadas, era constituído basicamente por materiais orgânicos, facilmente decompostos pela natureza. Mas com a mudança nos hábitos, o aumento de produtos industrializados e o advento das embalagens descartáveis, o lixo tomou outra dimensão e sua "composição" também mudou.

Com a presente medida facilitará às empresas de reciclagem a disposição seletiva das embalagens para um determinado fim de tais materiais.

O problema não é, propriamente, a característica do lixo produzido, hoje, nos grandes centros urbanos, mas o destino dado a ele. Muitos desses materiais podem ser reaproveitados ou reciclados, diminuindo, assim, as enormes montanhas formadas nos lixões da cidade e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação desse projeto.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2005.

Deputado CARLOS NADER-PL/RJ

PROJETO DE LEI Nº 1.760, DE 1999
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Dispõe sobre incentivo fiscal à reciclagem de produtos.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata de incentivo fiscal à reciclagem de produtos.

Art. 2º Os produtos que contenham em sua composição de custos mais de 50% (cinquenta por cento) deles provenientes de matéria-prima reciclada serão isentos do imposto sobre produtos industrializados – IPI.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O problema ecológico é mundial. E o Brasil disso não foge.

No caso deste País é emblemático o caso da floresta amazônica – dita o pulmão do mundo –, em que o chamado primeiro mundo nos acusa de dilapidá-la, explicitamente queimá-la, com efeitos deletérios ao todo do planeta.

Sem entrarmos no mérito da questão acima colocada, quer nos parecer, outrossim, que os maiores responsáveis pela poluição avassaladora, em órbita planetária e que nos a todos atinge, mais bem são exato os países ditos desenvolvidos, por via da enorme quantidade de energia 'per capita' que gastam.

Por outra, as estatísticas mui claramente mostram que, à evidência, se os países mais pobres consumissem por cabeça a mesma quantidade energética que consomem os mais ricos, os recursos da Terra em muito breve tempo se esgotariam. Assim, o problema global que se põe, no que tange à perda acentuada das reservas energéticas mundiais, é dúplice: economia ou abandono de utilização de recursos não renováveis, duma sorte, e 'otimização' da utilização dos recursos renováveis, doutra, sobretudo via sua reciclagem.

Desse modo, este País, se quiser estar na vanguarda das nações civilizadas, em termos de proteção das riquezas terrestres, há (1) fazer não tão-só racionalização da exploração da Amazônia – por suposto –, senão também (2) adotar medidas tendentes a amplamente estimular a plena reciclagem de matéria, em seu continental território. Ambos os enfoques se complementam; este não é menos importante que aquele.

No entanto, não é apenas da perspectiva ecológico-mundial que se nos depara o afrontamento do problema da baixa reciclagem brasileira. Arrosta-lo e eliminá-lo é sobretudo uma questão de, no efeito, ao propiciar desenvolvimento auto-sustentado ao País, vir a contribuir concomitantemente em prol de sua economia. Porque reciclar significa reaproveitar, e reaproveitar

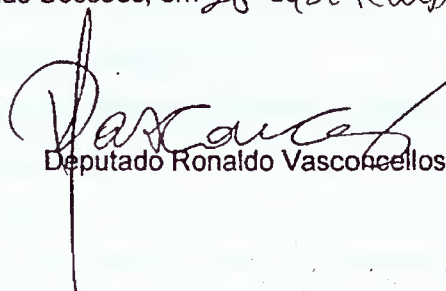
significa melhor apropriar os fatores produtivos. Isto é, mesmo que porventura, no imediato, os custos ascendam, é certo que no médio e longo prazos e em consideração macroeconômica, a sociedade lucra. Porquanto, sem reciclagem, à medida que não se reciclam, não se renovam as reservas energéticas, com implicações diretas no incremento de sua escassez; logo, de seu aumento de preço.

Ainda, a manutenção do estoque de fatores de produção renováveis, bem como a diminuição do consumo dos não renováveis, passa necessariamente, no curto prazo, ao menos, pela mão do Estado, na necessária expressão de seu estímulo a que isso se faça. Este é o objetivo de nossa proposta.

Trata-se de fazer com que nos processos produtivos se fuja do imediatismo de não reciclar, compensando-se os custos da reciclagem. Com isso, isto é, com essa proteção aos processos de reciclagem, estar-se-á plenamente contribuindo para a proteção de nossas reservas, assim como para a pujança de nossa economia, disso carente, pois que assaz combatida.

Ante esses argumentos, contamos com o devido endosso de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional, para a aprovação de nosso projeto.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1999.



Deputado Ronaldo Vasconcellos

PROJETO DE LEI Nº 2.817, DE 2000
(DO SR. FÉLIX MENDONÇA)

Dispõe sobre estímulos do IPI e do Imposto de Renda, na reciclagem de matérias-primas resíduos, materiais usados e embalagens na produção industrial.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.760, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objeto estimular a reutilização e a reciclagem de matérias-primas, resíduos, materiais usados e embalagens na produção industrial.

Art. 2º Pela reelaboração de materiais, produtos intermediários e embalagens já utilizados, a empresa fabricante do produto reciclado terá direito a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), correspondente ao valor de 10% (dez por cento) deste imposto, incidente sobre o produto reciclado.

§ 1º Quando se tratar de materiais tóxicos e poluentes, tais como pilhas, baterias e outros, o percentual do *caput* deste artigo será de 20% (vinte por cento), desde que obedecida a legislação específica de proteção do meio ambiente e da saúde pública.

§ 2º O crédito referido no *caput* deste artigo soma-se ao crédito normal, já previsto na legislação vigente do IPI.

§ 3º Se o produto reciclado estiver isento do imposto, ou com alíquota zero, o crédito de IPI poderá ser utilizado na apuração do imposto incidente sobre outro produto fabricado pelo contribuinte, ou poderá ser objeto de restituição adicional, com valor não inferior a vinte por cento do custo das matérias-primas, produtos intermediários ou embalagens recicláveis utilizados, na forma de regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas que se dedicarem à coleta e à realocação industrial dos materiais já utilizados, recicláveis, poderão considerar como não tributáveis, na apuração do imposto sobre a renda, vinte por cento do rendimento ou receita brutos comprovados, obtidos nessa atividade.

Parágrafo único. Poderá chegar a quarenta por cento o percentual referido no *caput*, quando se tratar de materiais tóxicos e poluentes, tais como pilhas, baterias e outros.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposição é estimular a população e os agentes econômicos a intensificar a reutilização e a reciclagem de todo tipo de material – aí incluídos caixas, latas, plásticos e quaisquer insumos, resíduos e desperdícios, tanto industriais como domésticos.

É dado especial destaque à devolução, para reciclagem, dos materiais tóxicos e poluentes, com citação expressa das pilhas e baterias. Hoje sabemos que o aumento, em progressão geométrica, do consumo de telefones celulares, relógios e de diversos outros equipamentos eletrônicos, com uso intensivo de pilhas e baterias de chumbo, cádmio e outros materiais altamente poluidores do meio ambiente, trará forçosamente efeitos deletérios para a saúde humana e para o equilíbrio ecológico do Brasil e da Terra.

Nada mais justificável que se dêem incentivos fiscais, no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto sobre a Renda, para que a população e os agentes econômicos — desde a dona de casa e o catador de lixo até as pequenas e grandes empresas industriais — sejam estimulados a devolver e realocar todos os materiais já utilizados e recicláveis, num processo industrial que reaproveite o desperdício doméstico e empresarial, obedecida a legislação específica de proteção ambiental e de saúde pública, quando se tratar de insumos tóxicos e poluentes.

Além do incentivo de crédito adicional de IPI no processo industrial, é dado o estímulo de não-tributação, na apuração do imposto de renda, de parte do rendimento ou da receita, obtidos com essa atividade, de modo que tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica possam utilizar-se do favor fiscal.

O benefício social, econômico e ambiental desta norma legal superará de muito qualquer custo referente à possível renúncia de receita fiscal, que poderá ser estimada, na época própria, pelo Poder Executivo.

Está implícito que caberá ao Poder Executivo regulamentar a aplicação prática de tão importante medida legislativa.

Conto com o entusiástico apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das Sessões, em 11 de Out de 2000 .


Deputado FÉLIX MENDONÇA

**PROJETO DE LEI Nº 5.501, DE 2001
(DO SR. MARCELO TEIXEIRA)**

Reduz as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as embalagens recicláveis.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.817, DE 2000)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As embalagens cujo processo de reciclagem comprovadamente produza benefícios para o meio ambiente terão redução de 50% (cinquenta por cento) na sua alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Art. 2º Ao regulamentar esta lei, o Poder Executivo, ouvidos os órgãos competentes, discriminará as embalagens a que se refere o art. 1º e disporá sobre as formas de comprovação e fiscalização.

JUSTIFICAÇÃO

A maior parte das embalagens dos produtos industrializados tem por destino o lixo que se amontoa nas nossas cidades.

As embalagens recicláveis, ao reduzir o volume de lixo e permitir a criação de novos produtos ou embalagens, por sua vez, também recicláveis, produzem um claro benefício para o meio ambiente.

É de todo conveniente que a legislação tributária conceda o benefício da redução de alíquota do IPI para as embalagens recicláveis.

Note-se, ademais, que as embalagens recicláveis propiciarão novos processos produtivos – a própria reciclagem – que ensejarão novas incidências de IPI sobre operações até então inexistentes. Isso compensará a renúncia de receita tributária da União, ao conceder a redução de cinquenta por cento das alíquotas vigentes sobre embalagens a serem recicladas.

Espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2001.



Deputado MARCELO TEIXEIRA .

PROJETO DE LEI N.º 3.637, DE 2004

(Do Sr. Airton Roveda)

Dispõe sobre a redução do imposto de renda para as pessoas jurídicas que utilizem materiais reciclados em seu processo de industrialização.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-2817/2000.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui redução do imposto de renda para as pessoas jurídicas que utilizem materiais reciclados em seu processo de industrialização.

Art. 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no regime do lucro real que, em seu processo de industrialização, empreguem matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que contenham materiais reciclados pagarão o imposto de renda e adicional com redução equivalente ao coeficiente de aplicação de materiais reciclados, consoante projeto aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º A redução de que trata o caput do art. 2º desta Lei somente se aplica ao imposto e adicional calculados com base no lucro da exploração da pessoa jurídica.

§ 2º A redução de que trata o caput do art. 2º desta Lei não impede a aplicação em incentivos fiscais, nas condições previstas na legislação tributária, com relação ao montante de imposto a pagar.

Art. 3º O coeficiente de aplicação de materiais reciclados será obtido mediante a aplicação de fórmula que tenha:

I - no dividendo, a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que contenham materiais reciclados, empregados no processo de industrialização; e

II - no divisor, a soma total dos valores de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados no processo de industrialização.

Art. 4º A fruição da redução de que trata o art. 2º desta Lei fica condicionada à observância, pela pessoa jurídica beneficiária, dos dispositivos da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.

Art. 5º Quando se verificar pluralidade de estabelecimentos, será reconhecido o direito à redução de que trata esta Lei apenas em relação aos rendimentos dos estabelecimentos que utilizem materiais reciclados no processo de industrialização.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput** do art. 3º desta Lei, as pessoas jurídicas beneficiárias da redução deverão demonstrar em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem as operações e os resultados do período de apuração de cada um de seus estabelecimentos.

§ 2º Se a pessoa jurídica mantiver atividades não consideradas como industriais, deverá efetuar, em relação às atividades beneficiadas, registros contábeis específicos, para efeito de destacar e demonstrar os elementos de que se compõem os respectivos custos, receitas e resultados.

§ 3º Na hipótese de o sistema de contabilidade adotado pela pessoa jurídica não oferecer condições para apuração do lucro por atividade, este poderá ser estabelecido com base na relação entre as receitas líquidas das atividades incentivadas e a receita líquida total.

Art. 6º O direito à redução de que trata o art. 2º desta Lei será reconhecido pela Delegacia da Receita Federal a que estiver jurisdicionado o contribuinte.

§ 1º O reconhecimento do direito à redução será requerido pela pessoa jurídica, *que deverá instruir o pedido com declaração, expedida pelo Ministério do Meio Ambiente, de que teve seu projeto de utilização de materiais reciclados aprovado.*

§ 2º O Delegado da Receita Federal decidirá sobre o pedido de reconhecimento do direito à redução dentro de 180 (cento e oitenta) dias da respectiva apresentação à repartição fiscal competente.

§ 3º Expirado o prazo indicado no parágrafo anterior, sem que a requerente tenha sido notificada da decisão contrária ao pedido e enquanto não sobrevier decisão irrecorrível, considerar-se-á a interessada automaticamente no pleno gozo da redução pretendida.

§ 4º Do despacho que denegar, parcial ou totalmente, o pedido da requerente, caberá impugnação para o Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, dentro do prazo de trinta dias, a contar do recebimento da competente comunicação.

§ 5º Tomando-se irrecorrível, na esfera administrativa, a decisão contrária ao pedido a que se refere este artigo, a repartição competente procederá ao lançamento das importâncias que, até então, tenham sido reduzidas do imposto devido, efetuando-se a cobrança do débito.

§ 6º A cobrança prevista no parágrafo anterior não alcançará as parcelas correspondentes às reduções feitas durante o período em que a pessoa jurídica interessada esteja em pleno gozo da redução de que trata o § 3º deste artigo.

§ 7º A redução de que trata o art. 2º esta Lei produzirá efeitos a partir da data da apresentação ao Ministério do Meio Ambiente do requerimento devidamente instruído na forma prevista em regulamento.

Art. 7º Compete à Secretaria da Receita Federal a fiscalização da redução de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos de fiscalização dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Meio Ambiente deverão representar à Secretaria da Receita Federal se, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constatarem o descumprimento das condições previstas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A destinação do lixo é um dos mais graves problemas das cidades brasileiras. A cada ano, os municípios têm menos recursos para investimento na coleta, no processamento e na disposição final do lixo. Segundo os

especialistas, a solução mais apropriada para essa situação é reduzir o volume do lixo.

Nesse sentido, a reciclagem de resíduos desempenha papel fundamental, por permitir a redução do volume de lixo para disposição final em aterros e incineradores. Daí, a importância da presente proposição, cujo objetivo principal é incentivar as atividades de reciclagem de materiais, por meio da redução do imposto de renda das pessoas jurídicas que utilizarem esse tipo de substância em seu processo de produção.

Não restam dúvidas de que os maiores beneficiados pelo nosso projeto serão o meio ambiente e a saúde da população. A reciclagem de papéis, vidros, plásticos e metais — que representam aproximadamente 40% do lixo doméstico — reduz a utilização dos aterros sanitários, prolongando sua vida útil. Além disso, a reciclagem implica uma redução significativa dos níveis de poluição ambiental e do desperdício de recursos naturais, já que propicia a economia de energia e matérias-primas.

É provável que a coleta seletiva e reciclagem do lixo doméstico tenham custo mais elevado do que os métodos convencionais. Todavia, Iniciativas comunitárias ou empresariais podem reduzir significativamente os custos dessas operações.

A reciclagem pode, ainda, gerar renda para pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho, em especial os catadores de lixo. Com efeito, no curto prazo, ela permite a aplicação dos recursos obtidos com a venda dos materiais em projetos sociais que visam a atender à população mais carente.

A par desses vantagens, as atividades de coleta seletiva e reciclagem do lixo constituem um verdadeiro exercício de cidadania, em que os cidadãos assumem um papel ativo em relação à administração da cidade, aproximando o poder público e a população e estimulando a organização da sociedade civil.

Tendo em vista os relevantes objetivos sociais de que se reveste nosso projeto, estamos certos de que contaremos com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2004.

Deputado AIRTON ROVEDA

PROJETO DE LEI Nº 1.814, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 64/91

Exige autorização prévio do Ministério da Saúde e do órgão Ambiental Federal para a importação de resíduos para reciclagem industrial e outros fins, em conformidade com o artigo 225 da Constituição.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54). APENSEM-SE A ESTE OS PROJETOS DE LEI NºS. 447/91 E 4.131/89 - ART. 24, II.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A importação e a comercialização de resíduos para reprocessamento industrial ou outros fins no país, só poderão ser realizadas com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Para a obtenção da autorização prevista no artigo anterior, o importador de resíduos considerados perigosos ou tóxicos para a saúde humana e o meio ambiente não deve ter antecedentes de descumprimento da legislação ambiental e de segurança do trabalho, e deverá comprovar condições de prover os cuidados necessários ao condicionamento, transporte, armazenamento, desativação, manipulação e processamento dos produtos e eventuais novos resíduos, especialmente quanto à sua disposição final.

Art. 3º - É proibida a importação de resíduos perigosos e tóxicos quando estiverem proibidos o uso, reprocessamento ou manipulação no país de origem.

Art. 4º - O Poder Público estabelecerá, no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, classificação das vias de entrada no país aptas a receberem as substâncias e produtos considerados perigosos ou tóxicos para a saúde humana e o meio ambiente.

Parágrafo único - O Ibama realizará, bianualmente, auditoria dos procedimentos e condições das vias de entrada, indicadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 5º - Cabe ao importador o ônus dos cuidados especiais necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.


Art. 6º - A infração ao disposto nesta Lei sujeita o infrator à apreensão e perda do produto, e pena de reclusão de

dois anos a três anos, independentemente da responsabilidade civil pela reparação dos danos causados.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 7 DE JUNHO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1.814, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 64/91

Exige autorização prévio do Ministério da Saúde e do órgão Ambiental Federal para a importação de resíduos para reciclagem industrial e outros fins, em conformidade com o artigo 225 da Constituição.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54). APENSEM-SE A ESTE OS PROJETOS DE LEI NºS. 447/91 E 4.131/89 - ART. 24, II.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A importação e a comercialização de resíduos para reprocessamento industrial ou outros fins no país, só poderão ser realizadas com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Para a obtenção da autorização prevista no artigo anterior, o importador de resíduos considerados perigosos ou tóxicos para a saúde humana e o meio ambiente não deve ter antecedentes de descumprimento da legislação ambiental e de segurança do trabalho, e deverá comprovar condições de prover os cuidados necessários ao condicionamento, transporte, armazenamento, desativação, manipulação e processamento dos produtos e eventuais novos resíduos, especialmente quanto à sua disposição final.

Art. 3º - É proibida a importação de resíduos perigosos e tóxicos quando estiverem proibidos o uso, reprocessamento ou manipulação no país de origem.

Art. 4º - O Poder Público estabelecerá, no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei, classificação das vias de entrada no país aptas a receberem as substâncias e produtos considerados perigosos ou tóxicos para a saúde humana e o meio ambiente.

Parágrafo único - O Ibama realizará, bianualmente, auditoria dos procedimentos e condições das vias de entrada, indicadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 5º - Cabe ao importador o ônus dos cuidados especiais necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.


Art. 6º - A infringência ao disposto nesta Lei sujeita o infrator à apreensão e perda do produto, e pena de reclusão de

dois anos a três anos, independentemente da responsabilidade civil pela reparação dos danos causados.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 7 DE JUNHO DE 1991


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título VIII

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1991

Exige autorização prévia do Ministério da Saúde e do órgão Ambiental Federal para a importação de resíduos para reciclagem industrial e outros fins, em conformidade com o art. 225 da Constituição.

Apresentado pelo Senador MAURÍCIO CORRÊA.

Lido no expediente da Sessão de 10/04/91, e publicado no DCN (Seção II) de 11/04/91. Despachado à Comissão de Assuntos Sociais (decisão terminativa), onde poderá receber Emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 27/05/91, é lido o Parecer nº 110/91, da CAS, relatado pelo Senador Eptácio Cafeteira, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 35/91, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 22/05/91. É aberto o prazo de 5 dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário.

Em 04/06/91, a Presidência comunica o término do prazo para interposição de recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia da matéria, apreciada conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais.

A Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº.615, de 7.6.91

SM/Nº 615

Em 7 de junho de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1991, constante dos autógrafos junto, que "exige autorização prévia do Ministério da Saúde e do órgão Ambiental Federal para a importação de resíduos para reciclagem industrial e outros fins, em conformidade com o art. 225 da Constituição".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 11 / 06 / 91. Ao Senhor

Secretário-Geral da Mesa


Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

Primeiro Secretário


SENADOR DIRCEU CARNEIRO

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

dbb/.

PROJETO DE LEI Nº 447, DE 1991

(DO SR. ARY KARA JOSÉ)

Veda a importação de resíduos tóxicos e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM); E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - É vedada a importação de resíduos tóxicos de qualquer natureza, assim compreendido os metais não-ferrosos, pesados ou radioativos, ainda que para aproveitamento em projetos de reciclagem.

Art. 2º - A inobservância do disposto do artigo anterior sujeitará os infratores à aplicação de multa do valor total da importação, além da apreensão do produto e sua devolução à origem.

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 3º - Compete ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, a fiscalização do disposto nesta Lei, sendo que as multas aplicadas na forma do artigo anterior, reverter-se-ão em seu benefício.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Em consonância com o preceituado no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do Povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à Coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Pois bem, a medida cogitada desta Proposição, ao proibir a importação de lixo tóxico dos países do chamado Primeiro Mundo, apresenta plena sintonia com a referida disposição constitucional.

Em verdade, sob o pretexto de utilizar o material correspondente em projetos de reciclagem, muitos importadores brasileiros vêm importando resíduos altamente tóxicos, como grandes quantidades de chumbo, cádmio, arsênico, níquel e outros metais não-ferrosos e pesados, que degradam o meio-ambiente.

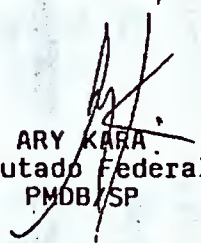
Aliás, como denunciam constantemente os ambientalistas, grande parte do lixo produzido nos países industrializados é descarregada em nações pobres, com grande densidade populacional, e, ainda que se alegue que o material é utilizado em projetos de reciclagem, o fato é que, mesmo assim, esse lixo tóxico não é eliminado, pois, evidentemente, não é biodegradável.

Alguns países, como a Venezuela, a Guiana e o Suriname, já dispõem de legislação proibindo a importação do lixo tóxico. Outros, como os da América Central e Caribe, estão protegidos pela Convenção de Lomé. Entretanto, um outro grupo, no qual se insere o Brasil, não dispõe de legislação a respeito, dependendo de denúncias dos grupos ambientalistas e da tímida ação do IBAMA.

Daí, a necessidade premente da medida alvitrada neste Projeto, que evitará que o Brasil se torne o depósito de lixo tóxico do mundo, degradando o seu meio-ambiente, deteriorando, ainda mais, a precária qualidade de vida de sua população.

Esperamos, destarte, que a iniciativa venha a merecer a acolhida dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1991.


ARY KARA
Deputado Federal
PMDB/SP

PROJETO DE LEI Nº 1.137, DE 1991

(DO SR. LAPROVITA VIEIRA)

Dispõe sobre a proibição de importação do lixo atômico.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É proibida a importação de lixo nuclear e outros tóxicos nucleares perigosos, inclusive terra saturada, resíduos radioativos de origem fármaco-química, industrial e agro-industrial.

Art. 2º - ~~O~~ conceito de elemento, mineral, minério, combustível, material, produto e subproduto nucleares, bem como dejetos químicos poluentes e rejeitos radioativos serão os definidos no artigo 2º da Lei nº 4118, de 27 de agosto de 1966 e o texto da Lei nº 6189, de 16 de dezembro de 1974.

Art. 3º - São revogados todos os tratados e acordos governamentais e comerciais em razão da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A questão nuclear foi exaustivamente discutida quando da elaboração da Constituição de 1988, com a preocupação de que nosso País assuma posições definidas diante dos riscos da contaminação nuclear.

Levantamentos confiáveis atestam que nos últimos três anos já foram realizados mais de 160 embarques de lixo atômico para países latino-americanos e africanos. Entre eles está o Brasil, segundo denúncias da organização ecológica internacional greenpeace.

Acontece que, devido as legislações protetoras de ambiente nos países do Primeiro-Mundo, muitas vezes para eles é mais econômico remeter o lixo tóxico para países pobres, onde não há legislação sobre o assunto.

Por isso, as grandes empresas do hemisfério norte tem "exportado" seu lixo nuclear para o Terceiro-Mundo, ao invés de construir depósitos apropriados em seu próprio solo, na América do Norte ou na Europa.

A aceitação de recebimento desses resíduos tóxicos e rejeitos atômicos mesmo quando haja indenização, não compensa pela contaminação do solo que se torna inútil para o cultivo e produção agrícola, além de possibilitar a contaminação do lençol freático.

Esta a razão da apresentação desse Projeto de Lei, na defesa do meio ambiente e da saúde dos nossos patrícios.

Sala das Sessões, em 28 maio 1991


Deputado LAPROVITA VIEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 418 — DE 17 DE AGOSTO DE 1961

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR,
CRIA A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são adotadas as seguintes definições:

Elemento nuclear: É todo elemento químico que possa ser utilizado na liberação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que possam ser utilizados para esse fim. Periódicamente, o Poder Executivo, por proposta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, especificará os elementos que devem ser considerados nucleares, além do urânio natural e do tório.

Mineral nuclear: É todo mineral que contenha em sua composição um ou mais elementos nucleares.

Minério nuclear: É toda concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou elementos nucleares ocorrem em proporção e condições tais que permitam sua exploração econômica.

Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233: É o Urânio que contém o isótopo 235, o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural.

Material nuclear: com esta designação se compreendem os elementos nucleares ou seus subprodutos (elementos transurânicos, U-233) em qualquer forma de associação (i.e. metal, liga ou combinação química).

Material fértil: com essa designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao que se encontra na natureza; o tório; qualquer dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais supracitados em concentração que venha a ser estabelecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e qualquer outro material que venha a ser subsequentemente considerado como material fértil pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Material fissil especial: Com essa designação se compreendem: o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material fissil que venha a ser subsequentemente classificado como material fissil especial pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A expressão material fissil especial não se aplica porém ao material fértil.

Subproduto nuclear: É todo material (radioativo ou não) resultante de processo destinado à produção ou utilização de material fissil especial, ou todo material (com exceção do material fissil especial), formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação liberada nos processos de produção ou de utilização de materiais fissis especiais.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará (quando necessário) os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.

LEI Nº 6.189 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS, e dá outras providências.

O Presidente da República,
Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União exercerá o monopólio de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962:

I — Por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e de pesquisa científica.

II — Por meio da Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS e de suas subsidiárias, como órgãos de execução.

Art. 2º Compete à CNEN:

I — Assessorar o Ministério das Minas e Energia;

a) no estudo das medidas necessárias à formulação, pelo Presidente da República, da Política Nacional de Energia Nuclear;

b) no planejamento da execução da Política Nacional de Energia Nuclear.

II — Promover e incentivar:

a) a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional;

b) a formação de cientistas, técnicos e especialistas nos setores relativos à energia nuclear.

III — Expedir normas, licenças e autorizações relativas a:

a) instalações nucleares;

b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear;

c) comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares.

IV — Expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas:

a) ao uso de instalações e de materiais nucleares;

b) ao transporte de materiais nucleares;

c) ao manuseio de materiais nucleares;

d) ao tratamento e à eliminação de rejeitos radioativos;

e) à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e a utilizar energia nuclear.

V — Opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com a utilização da energia nuclear.

VI — Promover a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa e de atividades técnicas e administrativas, bem como cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins.

VII — Especificar:

a) os elementos que devam ser considerados nucleares, além do urânio, tório e plutônio;

b) os elementos que devam ser considerados material fértil e material fissil especial ou de interesse para energia nuclear;

c) os minérios que devam ser considerados nucleares.

VIII — Fiscalizar:

a) o reconhecimento e o levantamento geológico relacionados com minérios nucleares;

b) a pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares;

c) a produção e o comércio de materiais nucleares;

d) a indústria de produção de materiais e equipamentos destinados ao desenvolvimento nuclear.

IX — Pronunciar-se sobre projetos de acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear.

Art. 3º Para execução das medidas previstas no artigo anterior, a CNEN operará diretamente ou através de instituições por ela constituídas, podendo ainda, observada a legislação pertinente:

I — Contratar os serviços de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

II — Celebrar convênios;

III — Firmar contratos no País ou no estrangeiro para financiamento de suas atividades, mediante autorização do Poder Executivo.

IV — Conceder recursos e auxílios.
Parágrafo único. A CNEN terá participação majoritária na direção das instituições que vier a criar.

Art. 4º Na pesquisa autorizada ou na lavra concedida, a ocorrência de elementos nucleares obriga o titular a comunicar o fato prontamente ao Ministério das Minas e Energia, sob pena da caducidade da autorização de pesquisa ou de concessão de lavra.

Parágrafo único. A CNEN e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em colaboração, exercerão sobre as atividades dos respectivos titulares a fiscalização prevista em lei.

Art. 5º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidade de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e a CNEN, além do reembolso das despesas efetivamente realizadas ou indenizações cabíveis, poderá conceder ao titular um prêmio condizente com o valor da descoberta, na forma a ser regulamentada.

Art. 6º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidades de valor econômico inferior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização de pesquisa será concedida ou mantida, obedecidas as seguintes disposições:

I — O titular ficará obrigado, quando a CNEN o exigir, a efetuar a separação e a entrega à CNEN do urânio ou tório contido no minério extraído;

II — Quando a separação do urânio ou tório impuser despesas adicionais, ou quando a entrega do produto separado for feita sob a forma de concentrados ou compostos químicos, o titular fará jus ao pagamento estabelecido pela CNEN, na forma a ser regulamentada;

III — Quando a separação for considerada pela CNEN inviável para o concessionário, este devolverá à CNEN, por aquisição no mercado externo, concentrados ou compostos químicos contendo quantidades de materiais fissis ou férteis, estabelecidas pela CNEN, com base nos existentes no material extraído. A devolução deverá ser feita, a critério da CNEN, na forma a ser regulamentada;

IV — Quando, na hipótese do item III, não for possível ou conveniente adquirir no mercado externo concentrados ou compostos químicos, a forma de devolução ficará a critério da CNEN que estabelecerá, se for o caso, as condições de recolhimento, em moeda corrente, do valor correspondente.

Art. 7º A construção e a operação de instalações nucleares ficarão sujeitas à licença, à autorização e à fiscalização da CNEN, na forma e condições estabelecidas nesta Lei e seu Regulamento.

§ 1º A licença para a construção e a autorização para a operação de instalações nucleares ficarão condicionadas a:

I — Prova de idoneidade e de capacidade técnica e financeira do responsável;

II — Preenchimento dos requisitos de segurança e proteção radiológica;

estabelecidos em normas técnicas pela CNEN;

III — Adaptação às novas condições supervenientes, indispensáveis à segurança da instalação e à prevenção dos riscos de acidentes decorrentes de seu funcionamento;

IV — Satisfação dos demais requisitos legais e regulamentares.

§ 2º A licença terá validade somente para a instalação, o local, a finalidade e o prazo nela indicados, podendo ser renovada.

§ 3º A CNEN poderá suspender a construção e a operação das instalações nucleares sempre que houver risco de dano nuclear.

Art. 8º. Dependendo, ainda, de prévia autorização da CNEN:

I — A transferência da propriedade ou posse das instalações nucleares, resguardado o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1972;

II — A alteração técnica da instalação;

III — A modificação do método de operação.

Art. 9º. O inadimplemento das obrigações decorrentes da licença ou da autorização sujeitará o infrator a penalidades definidas no Regulamento desta Lei.

Art. 10. A autorização para construção e operação de usinas nucleoeletrônicas será dada, exclusivamente, a concessionárias de serviços de energia elétrica, mediante Decreto, ouvido os órgãos competentes do Ministério das Minas e Energia.

§ 1º Compete à CNEN a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares relativos à energia nuclear, do atendimento às normas por ela expedidas e da satisfação das exigências formuladas pela Política Nacional de Energia Nuclear.

§ 2º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares, relativos à concessão de serviços de energia elétrica e ouvida a Central Elétrica Brasileira Sociedade Anônima — ELETROBRAS quanto à verificação da adequação técnica, econômica e financeira do projeto ao sistema da concessionária, bem como da sua compatibilidade com o plano de instalações necessárias ao atendimento do mercado da energia elétrica.

§ 3º Compete à CNEN e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas respectivas áreas de atuação, a fiscalização da operação das usinas nucleoeletrônicas.

Art. 11. O comércio de materiais nucleares, compreendendo as operações de compra, venda, importação, exportação, empréstimo, cessão e arrendamento, será exercido sob a licença e fiscalização da CNEN.

Art. 12. Os preços dos materiais nucleares serão estabelecidos, periodicamente, pela CNEN, na forma do Regulamento desta Lei.

Art. 13. A CNEN estabelecerá os estoques de materiais fêrteis e fissionáveis especiais, necessários à execução do Programa Nacional de Energia Nuclear.

Art. 14. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, estabelecerá, por proposta da CNEN, reservas de minérios nucleares, de seus concentrados ou de compostos químicos de elementos nucleares.

Art. 15. A CNEN controlará os estoques e reservas a que se referem os artigos 13 e 14.

Art. 16. Comprovada a existência dos estoques para a execução do Programa Nacional de Energia Nuclear, e das reservas a que se refere o artigo 14, a NUCLEBRAS poderá, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, exportar os excedentes no mais alto grau de beneficiamento possível.

Art. 17. A exportação de produtos que contenham elementos nucleares em coexistência com outros elementos ou substâncias de maior valor econômico dependerá de autorização da CNEN, satisfeitas as condições estabelecidas no artigo 6º desta Lei.

Art. 18. A Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, constituída pela Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras S. A., que

usará a abreviatura NUCLEBRAS, diretamente vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

§ 1º A participação acionária da CNEN no capital social da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear será transferida para a União Federal.

§ 2º A União manterá na NUCLEBRAS sempre 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, das ações com direito a voto, sendo nula qualquer transferência ou subscrição de ações feitas com infração do disposto neste parágrafo.

Art. 19. Além das atribuições contidas no artigo 3º, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, caberá à NUCLEBRAS a comercialização exclusiva de materiais nucleares compreendidos no âmbito do monopólio observado o disposto no artigo 35 desta Lei.

Art. 20. O artigo 5º, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º É facultado à

NUCLEBRAS desempenhar suas funções, diretamente ou através de subsidiárias, por convênio com órgãos públicos, por contratos com especialistas e empresas privadas, ou associação com outras entidades, observada a Política Nacional de Energia Nuclear.

Parágrafo Único. Para a execução de atividades de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, a NUCLEBRAS só poderá constituir subsidiárias, das quais detenha, no mínimo e em caráter permanente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, por autorização do Presidente da República, mediante Decreto."

Art. 21. O artigo 7º, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O capital social autorizado será de
 Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) dividido em
 600.000,00 (seiscentos milhões) de ações ordinárias e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações preferenciais, no valor de
 Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.

Parágrafo Único. O referido capital autorizado poderá ser aumentado pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação em vigor."

Art. 22. O artigo 10, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

Subproduto nuclear: É todo material (radioativo ou não) resultante de processo destinado à produção ou utilização de material fissil especial, ou todo material (com exceção do material fissil especial), formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação liberada nos processos de produção ou de utilização de materiais fissis especiais.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará (quando necessário) os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.

LEI Nº 6.180 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS, e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União exercerá o monopólio de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962:

I — Por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e de pesquisa científica.

II — Por meio da Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS e de suas subsidiárias, como órgãos de execução.

Art. 2º Compete à CNEN:

I — Assessorar o Ministério das Minas e Energia:

a) no estudo das medidas necessárias à formulação, pelo Presidente da República, da Política Nacional de Energia Nuclear;

b) no planejamento da execução da Política Nacional de Energia Nuclear.

II — Promover e incentivar:

a) a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional;

b) a formação de cientistas, técnicos e especialistas nos setores relativos à energia nuclear.

III — Expedir normas, licenças e autorizações relativas a:

a) instalações nucleares;

b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear;

c) comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares.

IV — Expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas a:

a) ao uso de instalações e de materiais nucleares;

b) ao transporte de materiais nucleares;

c) ao manuseio de materiais nucleares;

d) ao tratamento e à eliminação de rejeitos radioativos;

e) à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e a utilizar energia nuclear.

V — Opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com a utilização da energia nuclear.

VI — Promover a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa e de instituições técnicas e administrativas, bem como cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins.

VII — Especificar:

a) os elementos que devam ser considerados nucleares, além do urânio, tório e plutônio;

b) os elementos que devam ser considerados material fértil e material fissil especial ou de interesse para energia nuclear;

c) os minérios que devam ser considerados nucleares.

VIII — Fiscalizar:

a) o reconhecimento e o levantamento geológico relacionados com minerais nucleares;

b) a pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares;

c) a produção e o comércio de materiais nucleares;

d) a indústria de produção de materiais e equipamentos destinados ao desenvolvimento nuclear.

IX — Pronunciar-se sobre projetos de acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear.

Art. 3º Para execução das medidas previstas no artigo anterior, a CNEN operará diretamente ou através de instituições por ela constituídas, podendo ainda, observada a legislação pertinente:

I — Contratar os serviços de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

II — Celebrar convênios;

III — Firmar contratos no País ou no estrangeiro para financiamento de suas atividades, mediante autorização do Poder Executivo.

IV — Conceder recursos e auxílios.
Parágrafo único. A CNEN terá participação majoritária na direção das instituições que vier a criar.

Art. 4º Na pesquisa autorizada ou na lavra concedida, a ocorrência de elementos nucleares obriga o titular a comunicar o fato prontamente ao Ministério das Minas e Energia, sob pena da caducidade da autorização de pesquisa ou de concessão de lavra.

Parágrafo único. A CNEN e o Departamento Nacional da Produção Mineral, em colaboração, emitirão sobre as atividades dos respectivos titulares a fiscalização prevista em lei.

Art. 5º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidade de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e a CNEN, além do reembolso das despesas efetivamente realizadas ou indenizações cabíveis, poderá conceder ao titular um prêmio condizente com o valor da descoberta, na forma a ser regulamentada.

Art. 6º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidades de valor econômico inferior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização de pesquisa será concedida ou mantida, obedecidas as seguintes disposições:

I — O titular ficará obrigado, quando a CNEN o exigir, a efetuar a separação e a entrega à CNEN do urânio ou tório contido no minério extraído;

II — Quando a separação do urânio ou tório impuser despesas adicionais, ou quando a entrega do produto separado for feita sob a forma de concentrados ou compostos químicos, o titular fará jus ao pagamento estabelecido pela CNEN, na forma a ser regulamentada;

III — Quando a separação for considerada pela CNEN inviável para o concessionário, este devolverá à CNEN, por aquisição no mercado externo, concentrados ou compostos químicos contendo quantidades de materiais fissis ou férteis, estabelecidas pela CNEN, com base nos existentes no material, extraído. A devolução deverá ser feita, a critério da CNEN, na forma a ser regulamentada;

IV — Quando, na hipótese do item III, não for possível ou conveniente adquirir no mercado externo concentrados ou compostos químicos, a forma de devolução ficará a critério da CNEN que estabelecerá, se for o caso, as condições de recolhimento, em moeda corrente, do valor correspondente.

Art. 7º A construção e a operação de instalações nucleares ficarão sujeitas à licença, à autorização e à fiscalização da CNEN, na forma e condições estabelecidas nesta Lei e seu Regulamento.

§ 1º A licença para a construção e a autorização para a operação de instalações nucleares ficarão condicionadas a:

I — Prova de idoneidade e de capacidade técnica e financeira do responsável;

II — Preenchimento dos requisitos de segurança e proteção radiológica;

estabelecidos em normas técnicas pela CNEN;

III — Adaptação às novas condições supervenientes, indispensável à segurança da instalação e à prevenção dos riscos de acidentes decorrentes de seu funcionamento;

IV — Satisfação dos demais requisitos legais e regulamentares.

§ 2º A licença terá validade suficiente para a instalação, o local, a finalidade e o prazo nela indicados, podendo ser renovada.

§ 3º A CNEN poderá suspender a construção e a operação das instalações nucleares sempre que houver risco de dano nuclear.

Art. 8º. Dependará, ainda, de prévia autorização da CNEN:

I — A transferência da propriedade ou posse das instalações nucleares, resguardado o disposto no artigo 1º da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1972;

II — A alteração técnica da instalação;

III — A modificação do método de operação.

Art. 9º. O inadimplemento das obrigações decorrentes da licença ou da autorização sujeitará o infrator a penalidades definidas no Regulamento desta Lei.

Art. 10. A autorização para construção e operação de usinas nucleoeletricas será dada, exclusivamente, a concessionárias de serviços de energia elétrica, mediante Decreto, ouvidos os órgãos competentes do Ministério das Minas e Energia.

§ 1º Compete à CNEN a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares relativos à energia nuclear, do atendimento às normas por ela expedidas e da satisfação das exigências formuladas pela Política Nacional de Energia Nuclear.

§ 2º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares, relativos à concessão de serviços de energia elétrica e ouvida a Central Elétrica Brasileira Sociedade Anônima — ELETROBRAS quanto à verificação da adequação técnica, econômica e financeira do projeto ao sistema da concessionária, bem como da sua compatibilidade com o plano de instalações necessárias ao atendimento do mercado de energia elétrica.

§ 3º Compete à CNEN e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas respectivas áreas de atuação, a fiscalização da operação das usinas nucleoeletricas.

Art. 11. O comércio de materiais nucleares, compreendendo as operações de compra, venda, importação, exportação, empréstimo, cessão e arrendamento, será exercido sob a licença e fiscalização da CNEN.

Art. 12. Os preços dos materiais nucleares serão estabelecidos, periodicamente, pela CNEN, na forma do Regulamento desta Lei.

Art. 13. A CNEN estabelecerá os estoques de materiais físséis e físséis especiais, necessários à execução do Programa Nacional de Energia Nuclear.

Art. 14. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, estabelecerá, por proposta da CNEN, reservas de minérios nucleares, de seus concentrados ou de compostos químicos de elementos nucleares.

Art. 15. A CNEN controlará os estoques e reservas a que se referem os artigos 13 e 14.

Art. 16. Comprovada a existência dos estoques para a execução do Programa Nacional de Energia Nuclear, e das reservas a que se refere o artigo 14, a NUCLEBRAS poderá, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, exportar os excedentes no mais alto grau de beneficiamento possível.

Art. 17. A exportação de produtos que contenham elementos nucleares em coexistência com outros elementos ou substâncias de maior valor econômico dependerá da autorização da CNEN, satisfeitas as condições estabelecidas no artigo 6º desta Lei.

Art. 18. A Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, constituída pela Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras S. A., que

usará a abreviatura NUCLEBRAS, diretamente vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

§ 1º A participação acionária da CNEN no capital social da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear será transferida para a União Federal.

§ 2º A União manterá na NUCLEBRAS sempre 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, das ações com direito a voto, sendo nula qualquer transferência ou subscrição de ações feitas com infringência do disposto neste parágrafo.

Art. 19. Além das atribuições contidas no artigo 3º, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, caberá à NUCLEBRAS a comercialização exclusiva de materiais nucleares compreendidos no âmbito do monopólio observado o disposto no artigo 16 desta Lei.

Art. 20. O artigo 5º, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º É facultado à NUCLEBRAS desempenhar suas funções, diretamente ou através de subsidiárias, por convênio com órgãos públicos, por contratos com especialistas e empresas privadas, ou associação com outras entidades, observada a Política Nacional de Energia Nuclear.

Parágrafo Único. Para a execução de atividades de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, a NUCLEBRAS só poderá constituir subsidiárias, das quais detenha, no mínimo e em caráter permanente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, por autorização do Presidente da República, mediante Decreto."

Art. 21. O artigo 7º, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O capital social autorizado será de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) dividido em 600.000,00 (seiscentos milhões) de ações ordinárias e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.

Parágrafo Único. O referido capital autorizado poderá ser aumentado pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação em vigor."

Art. 22. O artigo 10, da Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10. A NUCLEBRAS será administrada por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, e até 6 (seis) Diretores, sendo um Superintendente, nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade moral e capacidade administrativa."

Parágrafo Único. O Presidente será demissível a qualquer tempo pelo Presidente da República e os Diretores terão mandato de 4 (quatro) anos."

Art. 23. O artigo 18, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CEN) aplicará o produto dos dividendos de que trata o artigo 15 desta Lei exclusivamente no desenvolvimento da tecnologia nuclear, diretamente ou mediante convênio, na forma legal, com a NUCLEBRAS."

Art. 24. O item VIII, do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.372, de 8 de julho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"VIII — Dois por cento (2%) para aplicação através da NUCLEBRAS, em programas relacionados com pesquisa, lavra e avaliação de reservas de minérios nucleares."

Art. 25. Não se aplica a NUCLEBRAS o disposto nos artigos 21 e 22, do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 23 de fevereiro de 1967), quando se tratar de substâncias minerais associadas a minerais nucleares, ficando, outrossim, ampliado a favor da NUCLEBRAS, de 10 (dez) vezes o número de autorizações de pesquisa para cada substância mineral, bem como de 5 (cinco) vezes o número do limite máximo para a mesma classe de que trata o artigo 26, do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 23 de fevereiro de 1967), estabelecendo-se também em 5.000 (cinco mil) hectares, a área máxima para cada autorização de pesquisa conferida à NUCLEBRAS.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 4º, 5º, 22, 23, 24, 25 e 27, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962 e o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, o item III, letra "b", do artigo 23, do Decreto-lei nº 764, de 12 de agosto de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1974
153º da Independência e 59ª da República.

Emílio Garrastizusa

Mário Henrique Simoesen

Edigenê Ueki

Udo Elio dos Reis Figueiredo

LEI Nº 6.189 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, que passa a denominar-se Empresa Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRAS, e dá outras providências.

(Publicada no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1974 e retificada no Diário Oficial de 20 de dezembro de 1974).

Retificação

Na página 14.493, na 4ª coluna, no artigo 6º

Onde se lê:

I — ... o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;

Lê-se:

I — ... o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;

PROJETO DE LEI Nº 1.154, DE 1991 **(DO SR. MAGALHÃES TEIXEIRA)**

Proíbe a importação do lixo nuclear.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.137, DE 1991)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É proibida a importação de lixo nuclear e outros tóxicos ou nucleares perigosos, inclusive terra saturada, resíduos de origem farmac-química, industrial e agroindustrial.

Parágrafo único - Verificada a existência de tratados ou acordos - governamentais ou comerciais - os membros serão revogados em razão da presente lei.

Art. 2º Para os efeitos do disposto supra são adotados as definições do artigo 2º da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962 o texto da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, relativo a: elemento, mineral, minério, combustível, material, produto e subproduto nucleares, bem como a dejetos químicos poluentes e rejeitos radioativos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Durante as atividades de elaboração da nova Carta Magna, onde discutiu-se muito, quase exaustivamente, o sério problema representado pela

questão nuclear, no Brasil e, depois, quando do lamentável incidente de Goiânia ou das ameaças de danos à população, em Angra dos Reis e no Nordeste, em decorrência de sismos e tremores de terra em locais escolhidos para a instalação de futuras usinas, ficou-nos bem clara a posição que nosso País deve assumir, diante dos riscos de contaminação cada vez pior, principalmente quando vemos brasileiros e estrangeiros preocupados em preservar nossas reservas florestais, com o pretexto de que somos o "pulmão" do mundo.

O contrasenso, se não a má fé, está, exatamente, no fato de que, nos últimos anos, temos servido de depósito e armazenamento, para não dizer "hospedeiros inocentes" de milhares e milhões de toneladas de dejetos químicos e radioativos. O problema é mais grave do que se supõe. A organização ecológica Greenpeace informou que, a partir de 1987, principalmente, foram realizados 115 (cento e quinze) embarques de lixo tóxico para países latino-americanos e africanos, entre os quais: México, Argentina, BRASIL, Panamá, Uruguai, Marrocos, Senegal, Gabão, Guiné-Bissau, Djibuti, Zimbábue e África do Sul (enunciado, em sua exposição, o total das cargas enviadas.)

O periódico "Terceiro Mundo", na seção sobre Meio Ambiente denunciou, sob o título "LIXEIRA NUCLEAR NO TERCEIRO MUNDO" casos, até, de suborno a funcionários públicos dos países receptores, de modo a viabilizar a realização legal desse tipo de "exportação". Esta, por sua vez, geralmente assume a forma de contratos concluídos legalmente, entre governos ou empresas, junto aos governantes das Nações do Terceiro Mundo, escolhidos para servirem de depositários desse lixo, em função de suas economias criticamente debilitadas, pois vêem, assim, uma possibilidade de prolongamento de prazos para pagamento de suas dívidas, renegociação das mesmas ou, mesmo, percepção de algumas divisas.

Os Estados Unidos, por exemplo, produzem anualmente, entre 250 e

400 milhões de toneladas métricas de lixo tóxico, tendo, cada vez menos lugares onde colocá-lo. O caminho mais fácil e barato, portanto, foi o de remetê-lo aos países pobres e/ou devedores, geralmente com grandes territórios livres e nos quais, praticamente, não existe regulamentação ou medidas de controle rígidas ou, sequer, impeditivas do ingresso de material tão perigoso.

Com efeito, para as grandes empresas ocidentais é bem menos oneroso "exportar" seu lixo nuclear para o Terceiro Mundo do que construir locais apropriados em seus solos, seja na América ou na Europa.

Por tudo que já foi enunciado, os países industrializados vêm aprovando leis específicas, com vistas a obrigar empresas, indústrias e governos a tratar ou armazenar os resíduos da maneira mais segura possível, assim como a pagar os gastos eventualmente dependentes de aval ou subsídio governamental, para suprir a falta de ação dessas empresas ou indústrias.

Um tal avanço da legislação, nos países industrializados trouxe, em contrapartida, uma reação daquelas empresas industriais causadoras de poluição tóxica, as quais começaram a remeter seus lixos, inclusive nucleares (no caso das refinarias de usinas), para os países pobres, via de regra localizados no Hemisfério Sul.

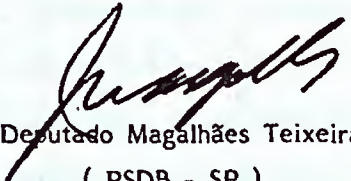
Se, porém examinarmos acuradamente o problema, do ponto de vista econômico - isso quanto aos citados ganhos ou eventuais reduções de dívida externa - veremos que a "aceitação" dos resíduos tóxicos e rejeitos atômicos não redundam, forçosamente, em benefício real para os países endividados do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, nenhum lucro, mesmo de prazo curto, seria compensado pelos males provocados pela poluição, ao povo desses países depositários do referido lixo. Em segundo lugar, os dejetos industriais provenientes de fábricas, indústrias e refinarias instaladas em nosso solo e nos países em idênticas condições já poluíram rios e mares, destruindo reser-

vas pesqueiras e afetando não apenas o negócio dos pescadores, como a sua sobrevivência - o que vem ocorrendo ininterruptamente, a despeito de denúncias, inclusive da tribuna de nosso Congresso Nacional, sem que tenha conhecimento de alguma interrupção no modo contínuo dessa destruição à vida. Assim, milhões de moradores, seja de pequenas ou grandes cidades estão ameaçados em sua segurança. Finalmente, o solo contaminado torna-se inútil o cultivo e produção agrícola, logo, incapaz (embora todo o tratamento que se lhe dê) de fornecer alimento, sob o risco de causar prejuízos irreversíveis à economia do Brasil e demais países, por afetar, grave e seriamente, a saúde da população.

No trabalho de regulamentação dos dispositivos constitucionais, junto à necessidade de revisão da legislação existente, observamos o crescimento do número das pessoas que estão preocupadas com a defesa ecológica e mobilizadas na preservação do meio ambiente.

Não podemos cruzar os braços nem fechar os olhos ou tapar os ouvidos ao clamor dos que sofrem as consequências de políticas errôneas, conducentes de economias em estado comatoso, como a nossa, pois o preço (pago ou a pagar) jamais deverá ser às custas da destruição ambiental, que só nos encaminhará ao esaurimento de recursos indispensáveis à subsistência da própria espécie humana.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1991.


Deputado Magalhães Teixeira
(PSDB - SP)

rn

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 4111 — DE 17 DE AGOSTO DE 1962

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR,
CRIA A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º Para os efeitos da presente Lei são adotadas as seguintes definições:

Elemento nuclear: É todo elemento químico que possa ser utilizado na liberação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que possam ser utilizados para esse fim. Periódicamente, o Poder Executivo, por proposta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, especificará os elementos que devem ser considerados nucleares, além do urânio natural e do tório.

Mineral nuclear: É todo mineral que contenha em sua composição um ou mais elementos nucleares.

Minério nuclear: É toda concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou elementos nucleares ocorrem em proporção e condições tais que permitam sua exploração econômica.

Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233: É o Urânio que contém o isótopo 235, o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural.

Material nuclear: com esta designação se compreendem os elementos nucleares ou seus subprodutos (elementos transurânicos, U-233) em qualquer forma de associação (i.e. metal, liga ou combinação química).

Material fértil: com essa designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao que se encontra na natureza; o tório; qualquer dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais supracitados em concentração que venha a ser estabelecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e qualquer outro material que venha a ser subsequentemente considerado como material fértil pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Material fissil especial: Com essa designação se compreendem: o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material fissil que venha a ser subsequentemente classificado como material fissil especial pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A expressão material fissil especial não se aplica porém ao material fértil.

Subproduto nuclear: É todo material (radioativo ou não) resultante do processo destinado à produção ou utilização de material fissil especial, ou todo material (com exceção do material fissil especial), formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação libertada nos processos de produção ou de utilização de materiais fissis especiais.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará (quando necessário) os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.

LEI Nº 6.186 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — OBTE, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União exercerá o monopólio de que trata o artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962:

I — Por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e de pesquisa científica.

II — Por meio das Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima — NUCLEBRAS e de suas subsidiárias, como órgãos de execução.

Art. 2º Compete à CNEN:

I — Assessorar o Ministério das Minas e Energia:

a) no estudo das medidas necessárias à formulação, pelo Presidente da República, da Política Nacional de Energia Nuclear;

b) no planejamento da execução da Política Nacional de Energia Nuclear.

II — Promover e incentivar:

a) a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional;

b) a formação de cientistas, técnicos e especialistas nos setores relativos à energia nuclear.

III — Expedir normas, licenças e autorizações relativas a:

a) instalações nucleares;

b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear;

c) comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares.

IV — Expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas:

a) ao uso de instalações e de materiais nucleares;

b) ao transporte de materiais nucleares;

c) ao manuseio de materiais nucleares;

d) ao tratamento e à eliminação de rejeitos radioativos;

e) à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e a utilizar energia nuclear.

V — Opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com a utilização da energia nuclear.

VI — Promover a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa e as subordinadas técnica e administrativamente, bem como cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins.

VII — Especificar:

a) os elementos que devam ser considerados nucleares, além do urânio, tório e plutônio;

b) os elementos que devam ser considerados material fértil e material fissil especial ou de interesse para energia nuclear;

c) os minérios que devam ser considerados nucleares.

VIII — Fiscalizar:

a) o reconhecimento e o levantamento geológico relacionados com minerais nucleares;

b) a pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares;

c) a produção e o comércio de materiais nucleares;

d) a indústria de produção de materiais e equipamentos destinados ao desenvolvimento nuclear.

IX — Pronunciar-se sobre projetos de acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear.

Art. 3º Para execução das medidas previstas no artigo anterior, a CNEN operará diretamente ou através de instituições por ela constituídas, podendo, ainda, observar a legislação pertinente:

I — Contratar os serviços de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;

II — Celebrar convênios;

III — Firmar contratos no País ou no estrangeiro para financiamento de suas atividades, mediante autorização do Poder Executivo.

IV — Conceder recursos e auxílios.

Parágrafo único. A CNEN terá participação majoritária na direção das instituições que vier a criar.

Art. 4º Na pesquisa autorizada ou na lavra concedida, a ocorrência de elementos nucleares obriga o titular a comunicar o fato prontamente ao Ministério das Minas e Energia, sob pena da caducidade da autorização de pesquisa ou de concessão de lavra.

Parágrafo único. A CNEN e o Departamento Nacional da Produção Mineral, em colaboração, anualmente sobre as atividades dos respectivos titulares a fiscalização prevista em lei.

Art. 5º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidade de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e a CNEN, além do reembolso das despesas efetivamente realizadas ou indenizações cabíveis, poderá conceder ao titular um prêmio condizente com o valor da descoberta, na forma a ser regulamentada.

Art. 6º Verificada a ocorrência de urânio ou tório em quantidades de valor econômico inferior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização de pesquisa será concedida ou mantida, obedecendo as seguintes disposições:

I — O titular ficará obrigado, quando a CNEN o exigir, a efetuar a separação e a entrega à CNEN do urânio ou tório contido no minério extraído;

II — Quando a separação do urânio ou tório impuser despesas adicionais, ou quando a entrega do produto separado for feita sob a forma de concentrados ou compostos químicos, o titular fará jus ao pagamento estabelecido pela CNEN, na forma a ser regulamentada;

III — Quando a separação for considerada pela CNEN inviável para o concessionário, este devolverá à CNEN, por aquisição no mercado externo, concentrados ou compostos químicos contendo quantidades de materiais fissis ou férteis, estabelecidas pela CNEN, com base nos existentes no material extraído. A devolução deverá ser feita, a critério da CNEN, na forma a ser regulamentada;

IV — Quando, na hipótese do item III, não for possível ou conveniente adquirir no mercado externo concentrados ou compostos químicos, a forma de devolução ficará a critério da CNEN que estabelecerá, se for o caso, as condições de recolhimento, em moeda corrente, do valor correspondente.

Art. 7º A construção e a operação de instalações nucleares ficarão sujeitas à licença, à autorização e à fiscalização da CNEN, na forma e condições estabelecidas nesta Lei e seu Regulamento.

§ 1º A licença para a construção e a autorização para a operação de instalações nucleares ficarão condicionadas a:

I — Prova de idoneidade e de capacidade técnica e financeira do responsável;

II — Preenchimento dos requisitos de segurança e proteção radiológica.

estabelecidos em normas técnicas pela CNEN;

III — Adaptação às novas condições supervenientes, indispensáveis à segurança da instalação e à prevenção dos riscos de acidentes decorrentes de seu funcionamento;

IV — Satisfação dos demais requisitos legais e regulamentares.

§ 1.º A licença terá validade somente para a instalação, o local, a finalidade e o prazo nela indicados, podendo ser renovada.

§ 2.º A CNEN poderá suspender a construção e a operação das instalações nucleares sempre que houver risco de dano nuclear.

Art. 6.º Dependendo, ainda, de prévia autorização da CNEN:

I — A transferência da propriedade ou posse das instalações nucleares, reservado o disposto no artigo 1.º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1972;

II — A alteração técnica da instalação;

III — A modificação do método de operação.

Art. 7.º O inadimplemento das obrigações decorrentes da licença ou da autorização sujeitará o infrator a penalidades definidas no Regulamento desta Lei.

Art. 10. A autorização para construção e operação de usinas nucleoeletricas será dada, exclusivamente, a concessionárias de serviços de energia elétrica, mediante Decreto, ouvido os órgãos competentes do Ministério das Minas e Energia.

§ 1.º Compete à CNEN a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares relativos à energia nuclear, do atendimento às normas por ela expedidas e da satisfação das exigências formuladas pela Política Nacional de Energia Nuclear.

§ 2.º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares, relativos à concessão de serviços de energia elétrica e ouvida a Central Elétrica Brasileira Sociedade Anônima — ELETROBRAS quanto à verificação da adequação técnica, econômica e financeira do projeto ao sistema da concessionária, bem como da sua compatibilidade com o plano de instalações necessárias ao atendimento do mercado de energia elétrica.

§ 3.º Compete à CNEN e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas respectivas áreas de atuação, a fiscalização da operação das usinas nucleoeletricas.

Art. 11. O comércio de materiais nucleares, compreendendo as operações de compra, venda, importação, exportação, empréstimo, cessão e arrendamento, será exercido sob a licença e fiscalização da CNEN.

Art. 12. Os preços dos materiais nucleares serão estabelecidos, periodicamente, pela CNEN, na forma do Regulamento desta Lei.

Art. 13. A CNEN estabelecerá os estoques de materiais fêrtil e fisséis especiais, necessários à execução do Programa Nacional de Energia Nuclear.

Art. 14. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, estabelecerá, por proposta da CNEN, reservas de minérios nucleares, de seus concentrados ou de compostos químicos de elementos nucleares.

Art. 15. A CNEN controlará os estoques e reservas a que se referem os artigos 13 e 14.

Art. 16. Comprovada a existência dos estoques para a execução do Programa Nacional de Energia Nuclear, e das reservas a que se refere o artigo 14, a NUCLEBRAS poderá, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, exportar os excedentes no mais alto grau de beneficiamento possível.

Art. 17. A exportação de produtos que contenham elementos nucleares em coexistência com outros elementos ou substâncias de maior valor econômico dependerá de autorização da CNEN, satisfeitas as condições estabelecidas no artigo 6.º desta Lei.

Art. 18. A Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, constituída pela Lei nº 5.740, de 1.º de dezembro de 1971, passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras S. A., que

usará a abreviatura NUCLEBRAS, diretamente vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

§ 1.º A participação acionária da CNEN no capital social da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear será transferida para a União Federal.

§ 2.º A União manterá na NUCLEBRAS sempre 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, das ações com direito a voto, sendo nula qualquer transferência ou subscrição de ações feitas com infringência do disposto neste parágrafo.

Art. 19. Além das atribuições contidas no artigo 8.º, da Lei nº 5.740, de 1.º de dezembro de 1971, caberá à NUCLEBRAS a comercialização exclusiva de materiais nucleares compreendidos no âmbito do monopólio observado o disposto no artigo 16 desta Lei.

Art. 20. O artigo 6.º, da Lei número 5.740, de 1.º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º É facultado à NUCLEBRAS desempenhar suas funções, diretamente ou através de subsidiárias, por convênio com órgãos públicos, por contratos com especialistas e empresas privadas, ou associação com outras entidades, observada a Política Nacional de Energia Nuclear.

Parágrafo Único. Para a execução de atividades de que trata o artigo 1.º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, a NUCLEBRAS só poderá constituir subsidiárias, das quais detenha, no mínimo e em caráter permanente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, por autorização do Presidente da República, mediante Decreto."

Art. 21. O artigo 7.º, da Lei número 5.740, de 1.º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º O capital social autorizado será de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) dividido em 600.000,00 (seiscentos milhões) de ações ordinárias e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.

Parágrafo Único. O referido capital autorizado poderá ser aumentado pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação em vigor."

Art. 22. O artigo 10, da Lei número 5.740, de 1.º de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

*Art. 10. A NUCLEBRAS será administrada por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, e até 8 (oito) Diretores, sendo um Superintendente, nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade moral e capacidade administrativa.

Parágrafo Único. O Presidente será demissível ad nutum pelo Presidente da República e os Diretores terão mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 22. O artigo 16, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

*Art. 16. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) aplicará o produto dos dividendos de que trata o artigo 15 desta Lei exclusivamente no desenvolvimento da tecnologia nuclear, diretamente ou mediante convênio, na forma legal, para a ~~administração~~ NUCLEBRAS.

Art. 24. O item VIII, do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.279, de 5 de julho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

*VIII — Dois por cento (2%) para aplicação através da NUCLEBRAS, em programas relacionados com pesquisa, lavra e avaliação de reservas de minérios nucleares."

Art. 25. Não se aplica à NUCLEBRAS o disposto nos artigos 21 e 22, do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), quando se tratar de substâncias minerais associadas a minerais nucleares, ficando, outrossim, ampliado a favor da NUCLEBRAS, de 10 (dez) vezes o número de autorizações de pesquisa para cada substância mineral, bem como de 5 (cinco) vezes o número do limite máximo para a mesma classe de que trata o artigo 26, do Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), estabelecendo-se também em 5.000 (cinco mil) hectares, a área máxima para cada autorização de pesquisa conferida à NUCLEBRAS.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 4º, 6º, 22, 23, 24, 25 e 27, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962 e o parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, o item III, letra "b", do artigo 23, do Decreto-lei nº 744, de 18 de agosto de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1974; 153ª da Independência e 9ª da República.

Emerson Galvão

Mário Henrique Simoes

Shigenori Ueki

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 6.189 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRAS, e dá outras providências.

(Publicada no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1974 e retificada no Diário Oficial de 20 de dezembro de 1974).

Retificação

Na página 24.493, na 4ª coluna, no artigo 6º

Onde se lê:

I — ... o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;

Leia-se:

I — ... o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;

PROJETO DE LEI Nº 2.932, DE 1992

(DO SR. HAROLDO LIMA)

Dispõe sobre a importação de resíduos industriais e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.814, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A importação de resíduos industriais para processamento e outros fins no país, somente poderá ser realizada com a autorização do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério da Saúde.

§ Único - É vedada a importação de resíduos, tóxicos ou não, quando estiverem proibidos o uso, reprocessamento ou manipulação no país de origem

§ 2º - É vedada a importação de resíduos industriais já reciclados nos países de origem.

Art. 2º - A autorização prevista no artigo primeiro somente poderá ser dada ao importados que comprovar ter condições de manipular os resíduos, inclusive em sua forma final e eventuais novos resíduos, e que não tiver nenhum precedente de violação do meio-ambiente.

Art. 3º - O IBAMA e o Ministério da Saúde terão um prazo de seis meses para verificarem se os importadores que já operam com esses produtos enquadram-se nos dispostos nos artigos anteriores.

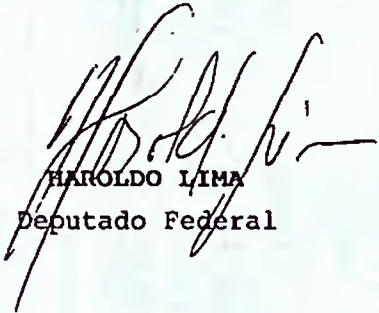
Art. 4º - O IBAMA e o Ministério da Saúde realizarão anualmente uma auditoria dos procedimentos de importação, processamento, armazenamento e segurança dos resíduos importados, cassando a autorização dos infratores.

Art. 5º - A desobediência do disposto nesta Lei sujeita o infrator à apreensão do produto e à pena de cinco a dez anos de prisão, independente da responsabilidade civil pela reparação dos danos causados.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º REvogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, em 28 de maio de 1992.



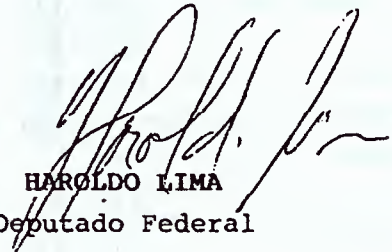
HAROLDO LIMA
Deputado Federal

JUSTIFICAÇÃO

A importação de resíduos industriais tem causado sérios danos ao meio-ambiente dos países do 3º Mundo, desaguadouros do lixo industrial das nações desenvolvidas. A inexistência de uma legislação rigorosa, que discipline esse comércio perigoso, tem propiciado que os países ricos exportem seus rejeitos, tóxicos ou não, e transfiram para os países pobres o risco do depósito e da reciclagem desses produtos.

No Brasil, apesar dos tempos atuais exigirem especial atenção para as agressões ao meio-ambiente, inexistente uma legislação que trate da importação, manuseio, reciclagem e armazenamento de novos resíduos dos rejeitos industriais, importados das nações desenvolvidas.

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer uma disciplina mínima que regule o processo de importação dos rejeitos industriais e que obrigue o poder público a fiscalizar as empresas que já operam nesta área. Os exemplos conhecidos de depósitos de lixo industrial existentes no Brasil, exigem uma fiscalização imediata das autoridades públicas numa ação preventiva que, certamente, evitará desastres futuros.



HAROLDO LIMA
Deputado Federal

PROJETO DE LEI Nº 4.131, DE 1989

(DO SR. FÁBIO FELDMANN)

Exige autorização prévia do órgão ambiental para a importação de substâncias, materiais, produtos e resíduos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e para o meio ambiente.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO (ADM); DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO AMBIENTE - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta :

Artigo 1º - A importação e a respectiva comercialização de produtos, substâncias ou resíduos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, só poderá ser realizada com prévia autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Parágrafo Único - A autorização será expedida por prazo determinado, podendo ser cancelada se o importador incorrer em delito ambiental de qualquer natureza.

Artigo 2º - A guia de importação deve conter expressamente o nome comercial ou fantasia dos produtos, a classificação, fórmula ou composição químicas, a toxicidade e periculosidade, segundo as normas da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas. Na ausência dessas, obedecerá normas de classificação química da Organização Mundial de Saúde (C.A.S.-Chemical Abstracts Service Registry Number).

Parágrafo Único - Quando se tratar de pós-coletados em filtros, lodos ou prensados ativos resultantes do processamento de estações de resíduos industriais deverá constar anexa à guia de Importação laudo químico reconhecido pela agência de controle ambiental governamental do país exportador.

Artigo 3º - Para a obtenção da autorização prevista no Art. 1º, o importador deverá provar capacidade técnica de prover os cuidados necessários ao acondicionamento, transporte, armazenamento, desativação, manipulação e processamento dos produtos, e eventuais resíduos, especialmente quanto à sua disposição final.

Parágrafo Único - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais renováveis condicionará a expedição da autorização à apresentação de um plano de transportes, cuja aprovação dependerá de oitiva das autoridades competentes da área de Saúde e Transportes Federais, Estaduais e Municipais.

Artigo 4º - Fica proibida a importação de produtos, substâncias, materiais ou resíduos perigosos e/ou tóxicos :

- a) quando estiverem proibidos o uso, reprocessamento ou manipulação no país de origem ;
- b) quando os importadores descumprirem a legislação ambiental e de segurança e higiene do trabalho.

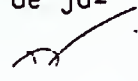
Artigo 5º - O Ministério dos Transportes indicará anualmente os portos e vias de entrada aptos a receberem as substâncias e produtos de que trata esta lei.

Parágrafo Único - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis realizará periodicamente auditoria dos Procedimentos e condições dos portos e vias de entrada indicados nos termos do caput deste artigo.

Artigo 6º - O Poder Público determinará anualmente os portos e vias de entrada das cargas consideradas perigosas.

Artigo 7º - Cabe ao importador o ônus dos cuidados especiais necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Artigo 8º - Os transgressores aos dispositivos desta lei ficam enquadrados no disposto nos artigos 14 e 15 da lei número 6.938, de 31 de outubro de 1981, alterada pela lei número 7.804 de 18 de ju-lho de 1989.



Artigo 9º- Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação, devendo ser regulamentada, no que couber, no prazo dos sessenta dias subsequentes.

Artigo 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Entre as diversas formas de poluição ambiental, a questão da poluição por resíduos sólidos apresenta-se como um dos graves problemas da realidade sócio - econômica- ambiental. Esse problema vem se agravando, nos últimos anos, em decorrência do aumento do consumo e desperdício, pelo lançamento comercial de novos produtos e substâncias que geram resíduos de efeitos e composição por vezes desconhecida, do crescimento industrial e urbano, entre outros fatores.

A grande maioria das cidades brasileiras infelizmente não conta com instalações adequadas para tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares, seja pela alegada ausência de recursos ou pela pouca prioridade dada a tão importante serviço de saneamento ambiental pelo poder público.

A industrialização que ocorreu no Brasil ao longo dos últimos 40 anos gerou, sem dúvida, inestimável contribuição ao crescimento econômico e à modernização do país. Entretanto, também a questão dos resíduos industriais foi relegada. De fato, como exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo, responsável por 45% (quarenta e cinco por cento) de toda a atividade e produção industrial brasileira, não dispõe de um único aterro sanitário- industrial para recebimento de resíduos produzidos por terceiros. Existem tão somente algumas poucas indústrias que em seu próprio terreno, fazem o tratamento e disposição final do lixo de forma adequada. No restante do Estado de São Paulo, segundo informações da CETESB, empresa estatal responsável pelo controle da poluição, há somente três aterros sanitários para receber exclusivamente resíduos industriais, sendo que só um deles em condições de receber resíduos perigosos.

Nos últimos meses, a imprensa nacional e internacional tem registrado diversas tentativas e casos concretos de importação de resíduos industriais tóxicos ou perigosos, produzidos no primeiro mundo, e que viriam para o Brasil a título de reciclagem e reaproveitamento de parte de seu conteúdo. Há denúncias que atestam ser o Brasil depositário de detritos importados dos países industrializados, sob diversas siglas ou nomenclatura, cuja armazenagem e disposição é recusada pelas nações das quais se originam, tendo em vista o risco de contaminação às pessoas e ao meio ambiente. Tais suspeitas e denúncias foram objeto de recente audiência pública promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, em 14/09/89, na qual participaram dezenas de técnicos, cientistas e dirigentes de órgãos governamentais, entre os quais CACEX, IBAMA, PORTOBRAS, CETESB, etc...

Especial repercussão causou a importação pela empresa Produquímica de 2.000 (duas mil) toneladas de resíduos metálicos oriundos da Europa. A primeira carga de 1.000 (mil) toneladas foi impedida de ser embarcada, no dia 21/06/89, no Porto de Rotterdam por ativistas da entidade ecológica internacional GREENPEACE, que realiza campanha contra o envio de lixo perigoso dos países industrializados aos demais países do mundo. A segunda carga, a bordo do navio Pró-Americana, atracado no porto de Santos, S.P., no período de 27/06/89 a 09/07/89, foi proibida de ser descarregada em função de liminar obtida após a representação e pressões da OIKOS - União dos Defensores da Terra, organização não governamental de defesa do meio ambiente. O material importado foi, após análises laboratoriais, classificado como resíduo perigoso (classe I), de acordo com as normas brasileiras. A CETESB, órgão estadual de controle da poluição, referendou o embargo do descarregamento visto que a empresa não possuía licença específica para processar tais materiais, muito embora os órgãos federais tivessem aprovado a importação. Essa situação exemplar e os depoimentos de autoridades presentes à audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, em especial do Sr. Namir Salek (Diretor da CACEX), do Sr. Célio Almeida Filho (Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde), do Sr. José Nicola Benedetti, (da Secretaria da Receita Federal, Ministério da Fazenda), da Dra. Marília Cerqueira, (Chefe de Gabinete do IBAMA), entre outros.

Os depoimentos então registrados apontavam a urgente necessidade em organizar o procedimento e a articulação dos diversos órgãos públicos que tem atribuições nas áreas de importação, proteção do meio ambiente e proteção da saúde para que a importação, transporte, comercialização, processamento e descarte de substâncias ou resíduos perigosos e tóxicos ocorram sem danos à saúde de nossa população e ao patrimônio ambiental do país.

E importante salientar que o presente projeto de lei não proíbe aleatoriamente a importação de materiais perigosos, mas sim, pretende regular os procedimentos, já que muitas dessas substâncias tem destacado papel em diversas atividades econômicas, sendo por vezes indispensáveis.

Atualmente um grande número de países vem implantando mecanismos para o controle da importação e exportação de substâncias perigosas. Em março de 1989, na cidade de Basiléia, Suíça, foi realizada uma Convenção Internacional sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, e segundo o Itamaraty, o Governo está estudando a possibilidade de assinar tal Convenção. Portanto, o Congresso Nacional não pode ignorar tal questão.

O presente projeto de lei encontra-se respaldado nos seguintes dispositivos da Constituição Federal de 1988.

- incisos I, VIII e XI do artigo 22, incumbindo privativamente a União de legislar sobre direito comercial, comércio exterior, transporte;

- incisos II e VI do artigo 23, estabelecendo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a proteção da saúde, do meio ambiente e do combate à poluição;

- incisos VI, VIII e XII do artigo 24 estabelecendo competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição, responsabilidade por dano ao meio ambiente e defesa da saúde;

- inciso VIII, do artigo 200, conferindo ao Sistema Único de Saúde a atribuição de colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

- artigo 225, especialmente o inciso V e o parágrafo 3º, incumbindo o Poder Público de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, sujeitando a sanções penais e administrativas aqueles que exercerem atividades e condutas lesivas ao meio ambiente.

A presente proposta está em consonância com a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, lei nº 6938, de 31/10/81, alterada pela Lei nº 7804, de 18/07/83.

A elaboração desse projeto de lei contou com a contribuição especial do Engº. Rubens Harry Born, do Físico Antonio Carlos Alves de Oliveira e da Geógrafa Maria Teresa Miraglia Cortes. Assinalo também o importante papel desempenhado pelas organizações não governamentais de defesa do meio ambiente OIKOS - União dos Defensores da Terra, (de São Paulo), APAN - Associação Paraibana de Amigos da Natureza (de João Pessoa) e Greenpeace Internacional, responsáveis, em última instância, pelo alerta à opinião pública e às autoridades na questão do transporte, comércio e descarte irregular de resíduos e substâncias tóxicas e perigosas.

Há que se destacar as importantes contribuições de todos os participantes na Audiência Pública promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, em especial aos parlamentares que dela fazem parte e aos funcionários da mesma, que sensibilizados ao tema, não mediram esforços no sentido de colaborar no melhor equacionamento da questão. Os depoimentos dos técnicos presentes, em especial do Engº. Gert Fischer, foram devidamente considerados na elaboração desse projeto.

Sala das Sessões, 12/12/89


Fábio Feldmann

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1968

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo II
DA UNIÃO

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I — direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

VII — comércio exterior e interestadual;

XI — trânsito e transporte;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II — cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

VI — proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI — florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII — responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

XI — previdência social, proteção e defesa da saúde;

Título VIII

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo II

DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção II

Da Saúde

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

VIII — colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Capítulo VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV — exigir, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º Aquela que explorar recursos minerais fica obrigada a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º - Nos casos de poluição provocada pelo deramamento ou lançamento de detritos ou lixo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967.

Art. 15 - É da competência exclusiva do Presidente da República a suspensão prevista no inciso IV do artigo anterior por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º - O Ministro de Estado do Interior, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente e/ou por provocação dos governos locais, poderá suspender as atividades referidas neste artigo por prazo não excedente a 30 (trinta) dias.

§ 2º - Da decisão proferida com base no parágrafo anterior caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, para o Presidente da República.

LEI Nº 7.804, de 18 de julho de 1989.

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de junho de 1980, a Lei nº 6.902, de 21 de abril de 1981, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental."

II - o art. 3º passa a vigorar na forma seguinte:

"Art. 3º -

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora."

dação:

III - o art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º -

I - Órgão Superior: o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, adotado nos termos desta Lei, para assessorar, estudar e propor ao Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - Órgão Central: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e a preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos ambientais;

IV - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da administração federal direta e indireta, bem como as Fundações, instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou aquelas de disciplinamento do uso de recursos ambientais;

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

dação:

IV - o art. 79 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79 - O Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA tem por finalidade assessorar o Presidente da República na formalização da Política Nacional e das diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

§ 1º - O Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA é presidido pelo Presidente da República, que o convoca pelo menos 2 (duas) vezes ao ano.

§ 2º - São membros do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA:

- I - o Ministro da Justiça;
- II - o Ministro da Marinha;
- III - o Ministro das Relações Exteriores;
- IV - o Ministro da Fazenda;
- V - o Ministro dos Transportes;
- VI - o Ministro da Agricultura;
- VII - o Ministro da Educação;

- VIII - o Ministro do Trabalho;
- IX - o Ministro da Saúde;
- X - o Ministro das Minas e Energia;
- XI - o Ministro do Interior;
- XII - o Ministro do Planejamento;
- XIII - o Ministro da Cultura;
- XIV - o Secretário Especial de Ciência e Tecnologia;
- XV - o Representante do Ministério Público Federal;
- XVI - o Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- XVII - 3 (três) representantes do Poder Legislativo Federal;
- XVIII - 5 (cinco) cidadãos brasileiros indicados pelo conjunto das entidades ambientalistas não governamentais.

§ 3º - Poderão participar das reuniões do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, sem direito a voto, pessoas especialmente convidadas pelo seu Presidente.

§ 4º - A participação no Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA é considerada como de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 5º - O Ministro do Interior é, sem prejuízo de suas funções, Secretário-Executivo do Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA.

dação:

V - o art. 89 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89 -

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis; o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA apreciará os estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios de impacto ambiental, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal;

redação:

VI - o art. 9º passa a vigorar com a seguinte

Art. 9º -

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

X - a Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

guinte:

VII - o art. 10 passa a vigorar na forma de

Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

§ 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o licenciamento previsto no ~~art. 10~~ deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

te redação:

VIII - o art. 15 passa a vigorar com a seguinte

Art. 15 - O poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver criando mais grave situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR.

§ 1º - A pena é aumentada até o dobro se:

I - resultar:

a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente;

b) lesão corporal grave;

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado.

§ 2º - Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas.

redação:

IX - o art. 17 passa a vigorar com a seguinte.

Art. 17 - Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

X - fica revogado expressamente o art. 16 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

XI - Inclua-se, na referida Lei, o seguinte art. 19:

"Art. 19 - Ressalvado o disposto nas Leis nºs 5.357, de 17 de novembro de 1967 e 7.661, de 16 de maio de 1988, a receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no art. 49 da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989."

Art. 20 - O art. 20 da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 - Fica criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entidade autárquica de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Interior, com a finalidade de coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle dos recursos naturais renováveis."

Art. 39 - Nos dispositivos das Leis nºs 6.308, de 2 de junho de 1980, 6.902, de 21 de abril de 1981 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, substitua-se, onde couber, a expressão Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA por Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Art. 49 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de julho de 1989;
1689 da Independência e 1019 da República.

JOSE SARNEY

João Alves Filho

Rubens Bayma Dantas

PROJETO DE LEI Nº 1.857, DE 1999
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 269/99

Estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens plásticas e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São solidariamente responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada de garrafas e outras embalagens plásticas, os produtores, distribuidores, importadores e comercializadores dos seguintes produtos:

- I - bebidas e alimentos de qualquer natureza;
- II - óleos combustíveis, lubrificantes e similares;
- III - cosméticos;
- IV - produtos de higiene e limpeza.

§ 1º É também solidariamente responsável, nos termos desta Lei, o produtor das garrafas e outras embalagens plásticas mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 2º Considera-se destinação final ambientalmente adequada, para os efeitos desta Lei:

- I - a utilização de garrafas e outras embalagens plásticas em processos de reciclagem, para a fabricação de embalagens novas ou para outro uso econômico;
- II - a reutilização das garrafas e outras embalagens plásticas, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

Art. 2º Os fornecedores de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a reutilização e recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores.

Art. 3º A obtenção ou renovação de licenciamento ambiental a que estejam obrigados os fornecedores especificados no art. 1º é condicionada à comprovação da existência de centros de recompra de plásticos ou à contratação de serviços de terceiros para recompra e reciclagem das embalagens produzidas ou utilizadas, com a finalidade de assegurar o cumprimento das determinações desta Lei.

Art. 4º Os vasilhames de polietileno tereftalato (PET) reciclado podem ser utilizados na fabricação de garrafas plásticas para embalagens de bebidas, desde que em camada que não entre em contato direto com o líquido.

Art. 5º É proibida a utilização de plásticos com processo de reciclagem distintos numa mesma garrafa ou embalagem.

Art. 6º Dos recursos financeiros utilizados em veiculação publicitária dos produtos discriminados no art. 1º, incisos I a IV, dez por cento, no mínimo, deverão ser destinados à divulgação de mensagens educativas com vistas a:

I - combater o lançamento de lixo plástico em corpos d'água e no meio ambiente em geral;

II - informar sobre as formas de reaproveitamento e reutilização de vasilhames, indicando os locais e as condições de recompra das embalagens plásticas;

III - estimular a coleta das embalagens plásticas visando a educação ambiental e sua reciclagem.

Art. 7º É proibido o descarte de lixo plástico no solo, em corpos d'água ou em qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública, sujeitando-se o infrator a multa aplicada pelos órgãos competentes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), nos valores previstos na regulamentação desta Lei.

Art. 8º É proibida a referência à condição de descartabilidade das embalagens plásticas na rotulagem ou na divulgação publicitária, por qualquer meio, dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º.

§ 1º A embalagem dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º deverá conter informação, na forma de um selo verde impresso na mesma, indicando sua possibilidade de reutilização e recompra, bem como sobre a proibição de seu descarte no solo, corpos d'água ou qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública.

§ 2º Os fornecedores de que trata o art. 1º terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, para adequarem seus produtos ao disposto no § 1º.

Art. 9º Sem prejuízo da responsabilização por danos ambientais causados pelas embalagens plásticas de seus produtos, a infração aos arts. 1º, 2º, 5º, 6º e 8º sujeita os fornecedores a uma ou mais das seguintes sanções, aplicadas pelos órgãos competentes integrantes do Sisnama:

I - multa, nos valores previstos na regulamentação desta Lei;

II - interdição;

III - suspensão ou cassação de licença ambiental.

Art. 10. O procedimento previsto no art. 2º será implantado segundo o seguinte cronograma:

I - no prazo de um ano da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, cinquenta por cento das embalagens comercializadas;

II - no prazo de dois anos da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, setenta e cinco por cento das embalagens comercializadas;

III - no prazo de três anos da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, noventa por cento das embalagens comercializadas.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão todas as medidas necessárias à eficaz aplicação desta Lei, aditando-lhe, quando for o caso, as normas suplementares indispensáveis à consecução de seus objetivos.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 06 de outubro de 1999


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

SINOPSE

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00269 1999 PROJETO DE LEI (SF)

ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 27 04 1999

SENADO : PLS 00269 1999

AUTOR SENADOR : CARLOS BEZERRA PMDB MT

EMENTA ESTABELECE NORMAS PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE GARRAFAS E OUTRAS EMBALAGENS PLÁSTICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO INICIAL

(SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ÚLTIMA AÇÃO

RMCD REMETIDO A CAMARA DOS DEPUTADOS

04 10 1999 (SF) MESA DIRETORA

DESPACHO A CAMARA DOS DEPUTADOS.

DSF 05 10 PAG

ENCAMINHADO A:

(SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEXP) EM 04 10 1999

TRAMITAÇÃO

27 04 1999 (SF) PROTOCOLO LEGISLATIVO (SF) (PLEG)

ESTE PROCESSO CONTEM 07 (SETE) FOLHAS NUMERADAS E RUBRICADAS.

27 04 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)

LEITURA.

27 04 1999 (SF) MESA DIRETORA

DESPACHO A CAS (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERA RECEBER EMENDAS, APOS PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EM AVULSOS, PELO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

DSF 28 04 PAG 9043 A 9048.

28 04 1999 (SF) SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

ENCAMINHADO A CAS, PARA EXAME DA MATERIA.

06 05 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ENCERRAMENTO PRAZO EM 05 05 99, SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

06 05 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

RELATOR SEN DJALMA BESSA.

26 08 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

DEVOLVIDA PELO RELATOR, SEN DJALMA BESSA, COM MINUTA DE PARECER PELA APROVAÇÃO, ESTANDO A MATERIA E CONDIÇÕES DE SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

16 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

A COMISSÃO APROVA O PARECER DO RELATOR, SEN DJALMA BESSA, FAVORAVEL, TENDO ASSINADO O PARECER, SEM VOTO, O SEN CARLOS BEZERRA. (FLS. 08 A 14).

21 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ENCAMINHADO AO SACP.

21 09 1999 (SF) SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHADO A SSCLS.

22 09 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)

ENCAMINHADO AO PLENARIO PARA LEITURA DO PARECER DA CAS.

24 09 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)

LEITURA PARECER 664 - CAS, FAVORAVEL.

DSF 25 09 PAG 25172 E 25173.

24 09 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)

LEITURA OF. 085, DO PRESIDENTE DA CAS, COMUNICANDO APROVAÇÃO DO PROJETO, SENDO ABERTO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, POR UM DECIMO DA COMPOSIÇÃO DA CASA, PARA QUE A MATERIA SEJA APRECIADA PELO PLENARIO.

DSF 25 09 PAG 25179.

27 09 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)

PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: 27 09 A 01 10 99.

04 10 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)

COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA TERMINO PRAZO SEM INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, PREVISTO NO ART. 91, PARAGRAFO TERCEIRO, DO REGIMENTO INTERNO.

04 10 1999 À CÂMARA DOS DEPUTADOS COM O OF/SF N° 934/99

PROJETO DE LEI Nº 2.013, DE 1999
(DO SR. RICARDO IZAR)

Dispõe sobre a reutilização e reciclagem dos recipientes de polietileno tereftalato - PET.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.857, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recipientes de poli (tereftalato de etileno) - PET - utilizados para o acondicionamento de alimentos e bebidas deverão ser reutilizados e reciclados nos termos desta lei.

Art. 2º O recipiente de poli (tereftalato de etileno) - PET - destinado ao acondicionamento de alimentos ou bebidas será utilizado no máximo 20 (vinte) vezes.

§ 1º Os órgãos competentes da área de vigilância sanitária estabelecerão as normas para a reutilização dos recipientes de PET.

§ 2º O recipiente de PET destinado ao acondicionamento de alimentos ou bebidas deverá conter, em local visível:

I - identificação de que o recipiente é feito de PET;

II - código de barras que informe o número de reutilizações ocorridas.

Art. 3º Findo o número máximo de reutilizações de cada recipiente de PET, os estabelecimentos industriais responsáveis por sua fabricação deverão reciclá-lo.

§ 1º O recipiente que apresentar rachaduras ou estiver amassado deverá ser reciclado, independentemente do número de reutilizações ocorridas.

§ 2º O recipiente de PET reciclado não poderá ser transformado em outro recipiente destinado ao acondicionamento de alimentos ou bebidas.

Art. 5º O descumprimento desta lei acarretará a suspensão da fabricação ou venda do produto, e multa de R\$ 0,10 (dez centavos) por recipiente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em noventa dias, contados da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Portaria do Ministério da Saúde proibia a reciclagem de recipientes plásticos compostos de poli (tereftalato de etileno) - PET. Tal proibição, no entanto, não existe mais. Impõe-se agora, então, a edição de uma lei regulando a reutilização e a reciclagem desse tipo de recipiente.

Deve-se determinar às empresas fabricantes a criação de mecanismos para o recolhimento dos recipientes após o uso pelos consumidores, com a posterior reciclagem. Tal determinação coaduna-se com um dos mais modernos princípios do Direito Ambiental, o da responsabilidade do produtor pelo ciclo integral do produto.

As embalagens de PET, normalmente, são jogadas fora juntamente com os detritos orgânicos. É cena comum grandes quantidades de garrafas de PET boiando nos rios que cortam as cidades brasileiras. Sem a reciclagem, aumenta-se o volume do lixo, gerando custos adicionais tanto no que se refere ao serviço público de coleta e disposição final de resíduos sólidos, quanto no que se refere a medidas de correção da poluição ambiental. O mais grave é que esse tipo de recipiente nunca se degrada. Outrossim, perde-se um material que poderia ser reciclado, economizando inclusive reservas energéticas, já que o PET vem da nafta que, por sua vez, é derivada do petróleo.

A reciclagem do plástico tipo PET é altamente produtiva. Um vasilhame de refrigerante de 2 litros dá origem a 100% de resina limpa que pode ser utilizada como matéria-prima na fabricação de fibras para carpetes, estofados e acolchoados, entre outros produtos.

É importante observar, porém, que só é possível reciclar o material antes que ele se misture no lixo a detritos orgânicos. Por isso, é fundamental que os fabricantes de recipientes de PET criem processos para recolhimento desse material. A solução são as campanhas para recolhimento feitas junto aos consumidores, como ocorre hoje com as latinhas de refrigerantes e cervejas.

Cabe o alerta de que o material de PET reciclado não poderá gerar recipientes destinados ao acondicionamento de alimentos ou bebidas, pois durante o processo de transformação do PET em resina são utilizadas substâncias tóxicas prejudiciais à saúde.

Diante da extrema importância da matéria, contamos com o pleno apoio de nossos ilustres Pares no aperfeiçoamento e na aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em

de

de 1999


Deputado Ricardo Izar

10/11/99

PROJETO DE LEI Nº 2.201, DE 1999
(DO SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA)

Estabelece normas para a destinação final de embalagens e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.857, 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As empresas produtoras e distribuidoras são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das embalagens utilizadas para comercialização de seus produtos.

Parágrafo Único: Considera-se destinação final ambientalmente adequada, para os efeitos desta lei:

I - a utilização das embalagens em processo de reciclagem, com vistas à fabricação de embalagens novas ou a outro uso econômico ;

II - a reutilização das embalagens respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

At 2º - Para os efeitos desta lei entende-se como embalagem os materiais de qualquer natureza para empacotamento, acondicionamento, proteção, manuseio, envio e apresentação de produto, devidamente processados, incluindo as sacolas, caixas, fardos e similares, para agrupamento e ou transporte dos produtos.

Art. 3º - As empresas de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão procedimentos para a recompra de embalagens após o uso do produto pelos consumidores, para atendimento ao índice mínimo de reciclagem de 70% no ano de 2005.

Parágrafo Primeiro: Os índices atuais de reciclagem deverão ser incrementados até atingirem 70% no ano 2005, atendendo a acréscimos anuais consecutivos equivalentes, no mínimo, a décima parte da diferença entre estes e aquele valor, constantes em plano aprovado pelo órgão competente do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente).

Parágrafo Segundo : As embalagens retornáveis podem ser computadas para efeito de atendimento aos índices estipulados neste artigo.

Parágrafo Terceiro : As empresas distribuidoras ficarão dispensadas de atender aos índices previstos quando o produtor ou distribuidor anterior na cadeia de vendas apresentar certificado do órgão competente SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) de cumprimento a estes parâmetros para cada produto.

At 4º - No processo de licenciamento ambiental das empresas de que trata o At 1º, condicionar-se-á a obtenção da licença, ou sua renovação, à manutenção de centros de recompra de embalagens ou à contratação de terceiros para prestação de serviços de recompra e reciclagem com a finalidade de assegurar o cumprimento das determinações desta lei.

Art. 5º - Os plásticos reciclados só poderão ser utilizados na fabricação de embalagens para alimentos com autorização específica e especial dos órgãos federais competentes.

Art. 6º - A partir de um ano da publicação desta lei, fica proibida utilização de materiais em uma embalagem que inviabilizem a sua reciclagem.

Art. 7º - As empresas de que trata o art. 1º aplicarão 5% de suas verbas publicitárias e privilegiarão em sua veiculação publicitária a divulgação de mensagens educativas objetivando:

- I - combater o lançamento de lixo urbano em corpos d'água;
- II - informar sobre os locais de coleta;
- III - estimular a coleta das embalagens para reciclagem.

Art. 8º - É proibida a referência à condição de descartabilidade das embalagens na rotulagem ou veiculação publicitária por qualquer meio de comunicação.

Parágrafo 1º - A embalagem deverá conter informações sobre a condição não retornável e reciclável da mesma bem como sobre a proibição de seu descarte no solo, corpos d'água ou qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública.

Parágrafo 2º - As empresas de que trata o art. 1º terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta lei, para adequarem seus produtos ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 9º - É proibido o descarte de lixo no solo, em corpos d'água ou em qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública.

Art. 10º - Sem prejuízo da responsabilização por danos ambientais causados pelas embalagens plásticas de seus produtos, a infração aos artigos desta lei sujeita as empresas a uma ou mais das seguintes sanções, aplicadas pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA:

- I - multa, nos valores previstos na regulamentação desta lei;
- II - interdição ;
- III - suspensão ou cassação de licença ambiental.

Art. 11º - As empresas de que trata o art. 1º e as recicladoras ou terceirizadas para tal finalidade poderão lançar a crédito o ICMS e o IPI devido a recompra, em sua totalidade, quando contribuírem

com pelo menos 50% (cinquenta por cento) deste valor aos municípios onde se realizar a coleta seletiva dos resíduos.

Art. 12º - Ficam obrigados aos usuários dos sistemas de coleta e transporte a dispor o resíduo para coleta em acondicionamento adequado e ao local acessível.

Parágrafo 1º - O Município poderá fixar a obrigatoriedade de seleção dos resíduos nos próprios domicílios e estabelecimentos outros, indicando as condições de disposição para coleta.

Parágrafo 2º - O Município dará ampla publicidade das disposições do sistema de coleta e transporte dos resíduos domiciliares.

Art. 13º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias da sua publicação.

Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em



DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA (PFL/SC)

JUSTIFICACÃO

Tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei que visam regular a produção e utilização de embalagens descartáveis, inclusive o PL 2272/96 de autoria deste deputado. Neles, há a preocupação que já orientou a legislação de países da Europa e América do Norte em responder aos princípios da preservação ambiental: reduzir, reutilizar e reciclar. Embalagens maiores reduzem o total de embalagens para um mesmo produto; embalagens menos espessas e mais simples reduzem os custos também do transporte do lixo, o volume dos aterros sanitários e os gastos com energia para transformar o resíduo.

A reutilização, por sua vez, precede a reciclagem, pois quem reutiliza poupa não só a matéria-prima como a energia.

Sabe-se que o Brasil carece urgentemente de uma legislação ampla que crie uma política para o tratamento de resíduos no país, desde a coleta até a destinação final adequada ambientalmente. Há o projeto de lei do Deputado Fábio Feldman, PL N.º 3333/92, que no entanto, devido a sua complexidade, tem sofrido o retardamento que via de regra ocorre com matérias de semelhante envergadura.

O projeto que apresentamos, embora se constitua em uma parte da solução, pode ser uma oportunidade para implementar-mos um avanço, de imediato, no aspecto particular da destinação adequada das embalagens, pois concordamos que elas se constituem em grande componente do volume de resíduos e causa altamente substancial da poluição ambiental.

Preocupa-nos, por exemplo, a abrangência de projetos como o do Senador Carlos Bezerra ou do Deputado Fernando Gabeira, porquanto tratam exclusivamente das embalagens plásticas, embora tenham nos baseado neles para propor uma solução mais ampla.

17/

De um lado entendemos que a poluição se estende de igual forma danosa não só pelas embalagens plásticas, mas também através das embalagens de vidro, metal, papel, papelão ou mistos. De outro lado temos acompanhado a dificuldade de viabilização da coleta seletiva e em muitos municípios seria inviabilizada a coleta apenas dos plásticos.. Acreditamos que o projeto ganha no aspecto ambiental e econômico se estendermos sua normatização as embalagens de forma mais ampla e geral.

Por estes motivos é que propomos o projeto que comentaremos a seguir, além de nos permitirmos introduzir algumas inovações e ampliarmos a abrangência do tema.


No artigo 1º definimos, como responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada, todas as empresas produtoras e distribuidoras das embalagens utilizadas e não apenas as que utilizam o plástico.

O artigo 2º, que define embalagem, tem a finalidade de esclarecer a abrangência do termo que vai desde a utilização de sacolas, caixas, fardos, incluindo todo e qualquer material para empacotamento, acondicionamento, proteção, manuseio, envio e apresentação do produto final.

Preferimos estabelecer metas em termos de reciclagem ao invés de metas para compra de embalagens, como figuram em outros projetos. Para tanto fizemos um amplo estudo da reciclagem em termos do Brasil e do mundo, bem como da legislação atual que disciplina a matéria em outros países, sempre sem perder de vista as condicionantes sócio-econômicas de nosso país.

Com base em relatórios do CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, podemos verificar que no Brasil o índice de reciclagem de latas de alumínio para bebidas gaseificadas foi de 61,3% em 1996, registrando um declínio de 1,5 pontos percentuais se comparado ao índice do ano de 1995.

A lata de alumínio é o material reciclável mais valioso. Com a evolução tecnológica, já é possível que uma latinha de bebida seja colocada na prateleira do supermercado, vendida, consumida, reciclada, transformada em nova lata, envasada, vendida e novamente exposta na prateleira em apenas 41 dias.



Segundo outros dados, em 1994, cerca de 44% dos papéis consumidos no Brasil pertenciam a categoria embalagem. O Consumo de papéis se concentra nas regiões sul e sudeste, com a identificação de ilhas de consumo em outras regiões. Dessa forma a taxa de recuperação de papéis nessas duas regiões é bem maior do que a apontada nas estatísticas para o Brasil. A falta de um parque industrial de fabricação de papel reciclado nas proximidades das chamadas "ilhas" de consumo torna economicamente questionável a recuperação dos papéis nelas descartados.

Já o consumo de embalagens de vidro no Brasil é de cinco quilos por habitante/ano, pouco mais que na Turquia e a longe distância da França, a campeã européia, com 65 quilos per capita. O Brasil recicla um terço de todos os vidros de embalagens que produz.

Em 1996 a média de reciclagem dos vidros foi de 35,09%. Do total de 1,1 milhão de toneladas de material fundido nos fornos, 380 mil toneladas vieram do caco de vidro, sendo que uma parte desse caco provém das próprias vidrarias.

O Brasil produz em média 800 mil toneladas de embalagens de vidro por ano, usando cerca de um quarto da matéria-prima reciclada em forma de cacos.

O setor de plásticos recicla 15% dos plásticos rígidos e filme consumidos no Brasil, que representam 3% do volume de lixo urbano das principais capitais do país. Deste total, 60% resultam de resíduos industriais e 40% do lixo urbano.

O total de resina PET produzida no Brasil em 1996 foi de 105 mil toneladas sendo que 21% foi reciclada, totalizando 22 mil toneladas.

A seguir dados de reciclagem de alguns países, incluindo a observação sobre a adoção de ecotaxas, ou seja, uma taxa sobre o produto para uso do governo na recuperação ou reciclagem:

17

Bélgica	Dinamarca	Finlândia	França
30% em 1997 a 50% em 2001 de reciclagem, mais ecotaxas	100% retornável p/ bebidas	70% a 92% retornáveis p/ bebidas	75% para 2003 de recuperação do lixo. Taxa 25FF/Ton. de lixo comercial e industrial

Alemanha	Irlanda	Itália	Holanda
Ecotaxas 0,5 a 2 DM para reciclagem abaixo de 72%	25 a 55% reciclagem	Vidro 50% reciclagem Metais 50% reciclagem Plásticos 40% reciclagem Ou ecotaxas de 20 Li a 100 Li Mais 100 Li por pacote plástico	40% atual reciclagem 60% no ano 2000 Vidro 80% Papel/Papelão 60% Plásticos 50% Metais 75%

Reino Unido	Suécia
58% de recuperação	Alumínio 50% reciclagem Papel/Papelão 30% Plástico 65% Aço 30% Garrafas de vidro 50% Outros vidros 95%

Como colocamos anteriormente, para atender ao estabelecimento de metas razoáveis em termos de Brasil, introduzimos no artigo 3º que as empresas definidas no artigo 1º, sendo responsáveis pela recompra das embalagens, devam atingir índices crescentes de reciclagem, ano a ano, incrementados até o patamar desejável de 70% no ano de 2005. Cada empresa e setor deve apresentar um plano de recompra e reciclagem ao órgão competente do SISNAMA para atendimento do art. 4º. Os artigos subsequentes deste projeto de lei tiveram o seguinte tratamento:

- a) O artigo 3º condiciona a obtenção de licença de funcionamento, ou sua renovação, a manutenção de cotas de recompra ou reciclagem;

- b) O artigo 4º, prevê que os plásticos reciclados só poderão ser utilizados na fabricação de alimentos com autorização específica e especial dos órgãos federais competentes;
- c) O artigo 5º impede que qualquer material possa inviabilizar a reciclagem quando incluído em uma embalagem;
- d) O artigo 6º exige 5% do valor das verbas de veiculação publicitária para mensagens educativas indicando que estas devem ser privilegiadas, objetivando o combate a poluição, estimulando e informando locais de coleta seletiva do lixo;
- e) A referência a condição de descartabilidade das embalagens fica proibida, como forma de não estimular a poluição, no artigo 7º, bem como nos parágrafos se exige a apresentação da condição de não retornável e reciclável e a proibição de descarte no solo, corpos d'água ou qualquer local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública, além de fixarmos o prazo de um ano para, a partir da publicação desta lei, as empresas adequarem seus produtos a estas disposições;
- f) O artigo 11º trata de um incentivo a reciclagem, ao permitir que as empresas de que trata o artigo 1º e as recicladoras ou terceirizadas para tal atividade, possam lançar a crédito o ICMS e o IPI devido a recompra, em sua totalidade, quando contribuírem com pelo menos 50% deste valor aos municípios onde se realiza a coleta seletiva dos resíduos;
- g) Adicionamos ainda artigo 12º que obriga aos usuários do sistema de coleta e transporte, a dispor os resíduos em acondicionamento adequado e local acessível, podendo o município fixar obrigatoriedade de seleção de resíduo, dando, neste caso, ampla publicidade dos dispositivos do sistema.

Em resumo, além de adotarmos uma política para todo tipo de embalagens, não fixamos as exigências de preços mínimos incompatíveis com

as regras de mercado, aumentos de impostos e exigências que entendemos desnecessárias, introduzindo incentivos a recuperação e reciclagem das embalagens em geral.

O projeto busca estabelecer metas para a recuperação e reciclagem de embalagens, mormente porque estas já causam índices insuportáveis de poluição ao meio ambiente, e propomos sua aprovação nos termos que apresentamos para ampliar a abrangência da despoluição, garantindo a viabilidade da coleta seletiva dos resíduos e equalizando as exigências que recaiam apenas sobre as embalagens e garrafas plásticas.



8/12/99

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA (PFL/SC)

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 1.917, DE 1999
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 247/99**

Dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A coleta e a disposição final de pilhas e de baterias usadas, bem como as embalagens e a publicidade referentes a esses produtos estão sujeitas às condições estabelecidas por esta Lei.

Parágrafo único. São sujeitas às disposições desta Lei as baterias para automóveis, para telefones celulares, para equipamentos eletrônicos e quaisquer outras baterias eletroquímicas, assim como as pilhas comuns e alcalinas.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de pilhas e de baterias são obrigados a estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem, reprocessamento e armazenamento das mesmas após o uso pelos consumidores.

Parágrafo único. São proibidas a incineração e a disposição em aterros sanitários das pilhas e baterias descartadas.

Art. 3º Os fabricantes, os importadores e os revendedores, conforme o caso, são obrigados a receber do comprador, por ocasião da aquisição de baterias ou de pilhas novas, os produtos usados.

§ 1º Os estabelecimentos que comercializam, no varejo, os produtos mencionados no *caput* deste artigo deverão dispor, em local visível, de coletores destinados exclusivamente ao recolhimento dos produtos devolvidos.

§ 2º As baterias usadas de automóveis e de telefones celulares serão obrigatoriamente aceitas pelos estabelecimentos citados no § 1º mediante devolução ao consumidor, quando da compra de produto idêntico ou similar, de, no mínimo, dez por cento do valor do preço de venda do produto novo comercializado naquele estabelecimento.

Art. 4º Os rótulos das embalagens das pilhas e das baterias conterão advertência, de forma legível e visível, nos seguintes termos: "Este produto contém substâncias tóxicas. Após o seu uso, deverá ser devolvido ao fabricante ou revendedor para fins de reciclagem, reprocessamento ou correta armazenagem".

Art. 5º Toda publicidade, em qualquer meio de comunicação, destinada à divulgação ou promoção dos produtos mencionados no *caput* do art. 1º deverá obrigatoriamente esclarecer o consumidor sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada do produto, sobre os cuidados com o seu manuseio e

orientar sobre a importância da sua devolução, após o uso, para os revendedores e fabricantes.

Art. 6º A rotulagem, a veiculação de publicidade e a comercialização feitas em desacordo com as condições fixadas nesta Lei e no seu regulamento constituem infração punível com as sanções administrativas cabíveis, dentre as previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

§ 1º No caso de aplicação de multa, seu valor será de dois mil a oito mil vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice que a substituir, cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência.

§ 2º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as sanções administrativas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme dispuser o regulamento, de acordo com as especificidades da infração e do infrator.

§ 3º Consideram-se infratores, para os fins previstos neste artigo, os fabricantes, os importadores, os revendedores, os responsáveis pela peça publicitária do produto e pelo veículo de comunicação utilizado.

Art. 7º A inobservância ao disposto no art. 2º desta Lei sujeitará os fabricantes ou importadores às penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 1999


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

ess/.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....
TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo
.....

Seção VIII
Do Processo Legislativo
.....

Subseção III
Das Leis
.....

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
.....
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELO
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO
CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I **Dos Direitos do Consumidor**

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

Art. 1º O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

.....

.....

SINOPSE

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00247 1999 PROJETO DE LEI (SF)

ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 19 04 1999

SENADO : PLS 00247 1999

AUTOR SENADOR : PEDRO SIMON PMDB RS

EMENTA DISPÕE SOBRE ADVERTENCIA NAS EMBALAGENS DE BATERIAS E PILHAS ELETROQUIMICAS.

DESPACHO INICIAL

(SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ULTIMA AÇÃO

RMCD REMETIDO A CAMARA DOS DEPUTADOS

14 10 1999 (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEXP)

1440 RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 14 DE OUTUBRO DE 1999.

ENCAMINHADO A

: (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEXP) EM 14 10 1999

TRAMITAÇÃO

19 04 1999 (SF) PROTOCOLO LEGISLATIVO (SF) (PLEG)

ESTE PROCESSO CONTEM 02 (DUAS) FOLHAS NUMERADAS RUBRICADAS.

19 04 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)

LEITURA.

19 04 1999 (SF) MESA DIRETORA

DESPACHO A CAS (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERA RECEBER EMENDAS POR UM PERIODO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS APOS SUA PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EM AVULSO. DSF 20 04 PAG 8491 E 8492.

19 04 1999 (SF) SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

ENCAMINHADO A CAS.

29 04 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ENCERRAMENTO PRAZO SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.

06 05 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

RELATOR SEN LUIZ PONTES.

17 08 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

DEVOLVIDA PELO RELATOR, SEN LUIZ PONTES, COM MINUTA DE PARECER PELA APROVAÇÃO DO PROJETO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO QUE APRESENTA, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.

15 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

REUNIDA A COMISSÃO E APROVADO O PROJETO EM DECISÃO TERMINATIVA, NOS TERMOS DA EMENDA 1 - CAS (SUBSTITUTIVO).

22 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

SUBMETIDO EM TURNO SUPLEMENTAR E NÃO RECEBENDO EMENDAS, O SUBSTITUTIVO E DEFINITIVAMENTE ADOTADO NOS TERMOS DO ART. 284 DO RISF.

29 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ANEXEI FLS. 13 A 15, TEXTO FINAL APROVADO.

29 09 1999 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ENCAMINHADO A SSCLS.

30 09 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)

- ANEXEI LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER, FLS. 16.
- 30 09 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
ENCAMINHADO AO PLENARIO PARA LEITURA DO PARECER.
- 04 10 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)
LEITURA PARECER 759 - CAS, FAVORAVEL, NA FORMA DA
EMENDA 1 - CAS (SUBSTITUTIVO).
DSF 05 10 PAG 26554 A 26558.
- 04 10 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)
LEITURA OF. 095, DO PRESIDENTE DA CAS, COMUNICANDO A
APROVAÇÃO DO PROJETO, SENDO ABERTO O PRAZO DE 05 (CINCO)
DIAS UTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, POR UM DECIMO
DA COMPOSIÇÃO DA CASA, PARA QUE A MATERIA SEJA APRECIADA
PELO PLENARIO.
DSF 05 10 PAG 26565.
- 05 10 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: 06 10 A 13 10 99.
- 13 10 1999 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
ENCAMINHADO AO PLENARIO PARA LEITURA TERMINO PRAZO.
- 14 10 1999 (SF) PLENARIO (PLEN)
1000 COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA TERMINO PRAZO SEM
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, PREVISTO NO ART. 91, PARAGRAFO
TERCEIRO, DO REGIMENTO INTERNO.
- 14 10 1999 (SF) MESA DIRETORA
1000 DESPACHO A CAMARA DOS DEPUTADOS.
DSF 15 10 PAG
- 14 10 1999 À CÂMARA DOS DEPUTADOS COM O OF/SF N° 1004/99

PROJETO DE LEI Nº 1.633, DE 1999

(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Dispõe sobre a responsabilidade dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias pelo recolhimento e aproveitamento desses produtos após o uso pelo consumidor e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.917, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a responsabilidade dos fabricantes e importadores de pilhas e baterias pelo recolhimento ~~e~~ aproveitamento desses produtos após o uso pelo consumidor, as formas de aproveitamento, as proibições quanto à destinação final, os níveis máximos de metais pesados permitidos, a advertência na publicidade e na embalagem de pilhas e baterias e as penalidades pelo descumprimento da lei.

Art. 2º Ficam os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias responsáveis pelo recolhimento desses produtos, após o uso pelo consumidor, e ao seu aproveitamento.

§ 1º Admitem-se como formas de aproveitamento das pilhas e baterias recolhidas a reutilização e a reciclagem.

§ 2º As pilhas e baterias que, por razões técnicas, não puderem ser aproveitadas na forma do § 1º serão consideradas resíduos e submetidas a disposição final.

§ 3º O recolhimento, o aproveitamento e a disposição final serão efetuados independentemente do sistema público de gerenciamento de resíduos sólidos e às custas do fabricante ou importador.

Art. 3º A venda de pilhas e baterias fica sujeita a um sistema de depósito-retorno, equivalente a dez por cento do valor de venda do produto.

§ 1º Os vendedores de pilhas e baterias ficam obrigados a receber as pilhas e baterias usadas, mediante o ressarcimento do depósito ao consumidor, e a entregá-las aos fabricantes ou importadores.

§ 2º Os fabricantes, os distribuidores e os comerciantes devem informar aos consumidores os procedimentos e os locais para a devolução das pilhas e baterias.

Art. 4º Ficam proibidas, a partir de dois anos de vigência desta lei, a fabricação, a comercialização e a importação de pilhas e baterias:

I - com mais de 0,0005%, em peso, de mercúrio, exceto as pilhas do tipo miniatura e botão;

II - com mais de 25 mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo miniatura e botão;

III - com mais de 0,015%, em peso, de cádmio;

IV - com mais de 0,2%, em peso, de chumbo.

Parágrafo único. O CONAMA poderá estabelecer teores de metais pesados inferiores aos previstos no *caput*

Art. 5º Ficam proibidos o descarte em aterros sanitários, no mar, em terrenos baldios, margens de vias públicas, cursos d'água e praias, bem como a incineração de pilhas e baterias.

Parágrafo único. A infração ao disposto no *caput* sujeita a multa constituída por um valor fixo de R\$ 100,00 (cem reais), ao qual será acrescido o valor de:

I - R\$ 0,10 (dez centavos) por pilha;

II - R\$ 10,00 (dez reais) por bateria.

Art. 6º Nas matérias publicitárias e nas embalagens de pilhas e baterias, ou no corpo destas, assim como nos aparelhos em que pilhas e baterias encontrem-se incorporadas, deve constar advertência sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de devolução ao vendedor após o uso.

Parágrafo único. As pilhas e baterias, assim como os aparelhos em que pilhas e baterias encontrem-se incorporadas, devem conter impressos os teores de metais pesados.

Art. 7º Os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias têm o prazo de dois anos para adaptarem-se às exigências desta lei.

Art. 8º O poder público deve estimular:

I - a pesquisa sobre a redução do teor em substâncias perigosas e a substituição dessas substâncias por outras menos poluentes, bem como sobre os sistemas de reciclagem de pilhas e baterias;

II - a colocação no mercado de pilhas e baterias contendo matérias perigosas menos poluentes e em menores quantidades;

III - a eliminação de pilhas e baterias usadas separadamente dos demais resíduos domésticos.

Art. 9º Constitui infração administrativa, punida na forma dos arts 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e crime contra o meio ambiente, na forma do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:

I - fabricar, importar ou comercializar pilhas e baterias com teores de metais acima do estabelecido nesta lei ou em resolução do CONAMA;

II - deixar, o fabricante ou o importador, de recolher ou aproveitar pilhas e baterias usadas e dispor seus resíduos de forma a evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O crescente uso dos aparelhos de telefone celulares no País tem chamado a atenção para as graves consequências à saúde pública e ao meio ambiente do descarte inadequado das baterias usadas. Mas, as pilhas comuns, pelo fato de serem utilizadas em quantidade muito maior e de oxidarem mais facilmente, talvez representem problema mais grave que as baterias de celulares.

Com efeito, não apenas as baterias de telefones celulares, mas as pilhas, baterias e acumuladores de energia de modo geral, representam perigo ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

As baterias contêm chumbo, mercúrio e cádmio e, em menor quantidade, antimônio, lítio, cobalto, prata, zinco e outras substâncias químicas. Alguns destes elementos podem causar sérios problemas de poluição. O cádmio, por exemplo, não se degrada e não pode ser destruído e, a menos que seja depositado em local apropriado e seguro, pode contaminar todo o ambiente e entrar na cadeia alimentar, vindo a causar danos ao fígado, rins e cérebro de seres humanos e peixes. O mercúrio, que também não pode ser destruído, contamina por inalação ou contato com a pele e se aloja no fígado e nos rins. O chumbo provoca lesões no cérebro, hemólise, redução da resistência a infecções e câncer de pulmão e rins. Registre-se, ademais, que os metais pesados têm a característica de acumularem-se nos organismos vivos.

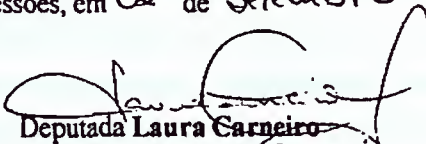
Em vista dos perigos mencionados, diversos países em todo o mundo têm legislação própria sobre a destinação de baterias usadas, tais como Japão, Alemanha, Suécia, Suíça, Holanda e Canadá. Nos Estados Unidos, desde 1996 existe uma lei de gerenciamento de baterias, cujo propósito é eliminar o uso de mercúrio nas baterias, bem como promover a coleta e a reciclagem ou a disposição apropriada de baterias de níquel-cádmio, pilhas e outras baterias. Na Austrália, foi lançado recentemente um programa para a coleta e a reciclagem de baterias de celulares.

Também existe a nível de União Européia desde 1991 legislação com vistas ao controle do destino de pilhas e acumuladores usados. Entre outras medidas, tais normas determinam aos Estados-membros a implantação de programas com vistas à

redução do teor de metais pesados e de outras substâncias perigosas das pilhas e acumuladores, à eliminação das pilhas e acumuladores separadamente do lixo doméstico e à promoção da pesquisa sobre a redução do teor em substâncias perigosas e sobre a substituição dessas substâncias por outras menos poluentes, bem como sobre os sistemas de reciclagem. Outrossim, são fixados teores máximos de alguns metais pesados de pilhas e acumuladores.

Diante do exposto, não há dúvidas quanto à necessidade de termos no País normas disciplinadoras do destino de pilhas e baterias usadas. A despeito de ter sido aprovada, recentemente, a Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre a matéria, consideramos pertinente submeter esta proposição à apreciação desta Casa, na qual certamente haverá oportunidade para ampla discussão do tema.

Sala das Sessões, em 02 de Setembro de 1999.


Deputada Laura Carneiro

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO V

Dos Crimes contra o Meio Ambiente

SEÇÃO I

Dos Crimes Contra a Administração Ambiental

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

CAPÍTULO VI

Da Infração Administrativa

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental, é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do "caput" obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do "caput" serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.

.....

.....

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 257, DE 30 DE JUNHO DE 1997**RESÍDUOS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS**

“DISPÕE SOBRE O USO DE PILHAS E BATERIAS QUE CONTENHAM EM SUAS COMPOSIÇÕES CHUMBO, CÁDMIO, MERCÚRIO E SEUS COMPOSTOS, NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DE QUAISQUER TIPOS DE APARELHOS, VEÍCULOS OU SISTEMAS, MÓVEIS OU FIXOS, BEM COMO OS PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICOS QUE AS CONTENHAM INTEGRADAS EM SUA ESTRUTURA DE FORMA NÃO SUBSTITUÍVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único - As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no caput deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente (NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química (NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que arestitui quando ligado a um circuito consumidor (NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel ou, ainda, tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletro-eletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias: de aplicação especial : são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletroeletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no art. 1º, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 1º.

Art. 4º As pilhas e baterias recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2000, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,025% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,025% em peso de cádmio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

III - com até 0,400% em peso de chumbo, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

IV - com até 25 mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo pilhas miniaturas e botão.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2001, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir :

I - com até 0,010% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,015% em peso de cádmio, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês;

III - com até 0,200% em peso de chumbo, quando forem dos tipos a cálcio-alumina-manganês e zinco-manganês.

Art. 7º Os fabricantes dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor das mesmas, até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente.

Art. 8º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias usadas de quaisquer tipos ou características:

I - lançamento in natura a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Art. 9º No prazo de um ano contado a partir da data de vigência desta Resolução, nas matérias publicitárias e nas embalagens ou produtos descritos no art. 1º deverão constar, de forma visível, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores.

Art. 10 Os fabricantes devem proceder gestões no sentido de que a incorporação de pilhas e baterias, em determinados aparelhos, somente seja efetivada na condição de poderem ser facilmente substituídas pelos consumidores após sua utilização, possibilitando o seu descarte independentemente dos aparelhos.

Art. 11 Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de doze meses contados a partir da vigência desta resolução, implantar os mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento.

Art. 12 Os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da vigência desta Resolução, implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 13 As pilhas e baterias que atenderem aos limites previstos no art. 6º^{nt} poderão ser dispostas, juntamente com os resíduos domiciliares, em aterros sanitários^h licenciados.

Parágrafo único - Os fabricantes e importadores deverão identificar os produtos descritos no caput deste artigo, mediante a aposição nas embalagens e, quando couber, nos produtos, de símbolo que permita ao usuário distingui-los dos demais tipos de pilhas e baterias comercializados.

Art. 14 A reutilização, reciclagem, tratamento ou a disposição final das pilhas e baterias abrangidas por esta Resolução, realizadas diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada, com vistas a evitar riscos a saúde humana e ao meio ambiente, principalmente no que tange ao manuseio dos resíduos pelos seres humanos, filtragem do ar, tratamento de efluentes e cuidados com o solo, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Parágrafo único - Na impossibilidade de reutilização ou reciclagem das pilhas e baterias descritas no art. 1º, a destinação final por destruição térmica deverá obedecer as condições técnicas previstas na NBR-11175 - Incineração de Resíduos Sólidos Perigosos - e os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990.

Art. 15 Compete aos órgãos integrantes do SISNAMA, dentro do limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Resolução.

Art. 16 O não cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 17 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente do Conselho

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário Executivo

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 2.100, DE 1999
(DO SR. LUIZ BITTENCOURT)**

Dispõe sobre teores máximos de metais pesados de pilhas e baterias e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.917, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece teores máximos de metais pesados de pilhas e baterias, obriga os fabricantes e importadores ao recolhimento e à reciclagem e disposição final ambientalmente adequadas de pilhas e baterias usadas, proíbe algumas formas de disposição final de pilhas e baterias usadas, obriga a inclusão de informações que especifica na publicidade e nos rótulos ou embalagens de pilhas e baterias e prevê as sanções pelo descumprimento da lei.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2001, fica proibida a comercialização de pilhas e baterias com os seguintes teores máximos de metais pesados:

I - 0,0005% em peso, de mercúrio, exceto as pilhas do tipo miniatura e botão;

II - 25 mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo miniatura e botão;

III - 0,015%, em peso, de cádmio;

IV - 0,2%, em peso, de chumbo.

Art. 3º Os fabricantes, os importadores e os comerciantes de pilhas e baterias ficam obrigados a promover o recolhimento de pilhas e baterias usadas, bem como à sua reciclagem e disposição final.

Parágrafo único. Os empreendimentos e atividades relacionados a reciclagem e a disposição final de pilhas e baterias sujeitam-se a licenciamento ambiental e às demais normas ambientais.

Art. 4º Nas matérias publicitárias de pilhas e baterias, bem como nos rótulos ou embalagens desses produtos, constarão:

I - clara advertência sobre o potencial tóxico e os riscos do produto à saúde humana e ao meio ambiente;

II - teor de metais pesados;

III - informações sobre a destinação do produto após o uso.

Art. 5º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias:

I - disposição em aterros sanitários, no mar, em rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços;

II - incineração a céu aberto.

Art. 6º As infrações ao disposto nesta lei sujeitam-se às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As alterações dos padrões de consumo têm influenciado significativamente não apenas a quantidade do lixo urbano produzido no País, que chegou a 240 mil toneladas por dia no ano de 1997, mas também a sua composição. Destaca-se, nos últimos anos, o crescimento da utilização de produtos descartáveis

assim como de aparelhos eletroeletrônicos dos mais diversos, muitos movidos a pilhas ou baterias. Fato agravante é que esses resíduos são descartados juntamente com o lixo comum e acabam em aterros ou, na maior das vezes, em lixões. Segundo estimativas do Ministério do Meio Ambiente, nos últimos quatro anos, onze mil toneladas de pilhas e baterias foram tratados como lixo doméstico, ou seja, sem nenhum cuidado ou tratamento especial de forma a evitar prejuízos à saúde pública e ao meio ambiente.

Pilhas e baterias contêm substâncias químicas perigosas, entre as quais metais pesados como chumbo, mercúrio e cádmio e, em menor quantidade, antimônio, lítio, cobalto, prata e zinco. Assim, a disposição inadequada de pilhas e baterias pode trazer, como consequência, a contaminação do meio ambiente e riscos à saúde humana, uma vez que a maior parte desses elementos não se degrada naturalmente e, a partir da sua infiltração no solo, pode atingir o lençol freático e os cursos d'água, onde poderá causar a morte de animais e atingir todos os elos da cadeia alimentar, inclusive do homem. O cádmio, por exemplo, pode causar danos ao fígado, rins e cérebro de seres humanos e peixes, o mercúrio contamina por inalação ou contato com a pele e se aloja no fígado e nos rins, e o chumbo provoca lesões no cérebro, hemólise, redução da resistência a infecções e câncer de pulmão e rins. Registre-se, ademais, que os metais pesados têm a característica de acumularem-se nos organismos vivos.

Medidas urgentes têm de ser tomadas, portanto, para reduzir o teor de metais pesados em pilhas e baterias. Além disso, esses resíduos não podem continuar a ser tratados como lixo doméstico comum. Esses são os objetivos do projeto de lei que ora submetemos a esta Casa, o qual esperamos ver aprovado com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1999.


Deputado Luiz Bittencourt

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º (VETADO)

Art.2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 2.216, DE 1999
(DO SR. DOMICIANO CABRAL)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento e reutilização, reciclagem ou disposição final de baterias e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.917, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento e reutilização, reciclagem ou disposição final de baterias, a fixação de níveis máximos de metais pesados e a proibição da comercialização de baterias com níveis metais pesados acima dos permitidos.

Art. 2º Ficam os fabricantes e importadores de baterias obrigados a recolherem as baterias que produzam ou importem após o seu uso pelo consumidor.

Parágrafo único. As baterias recolhidas deverão ser reutilizadas, recicladas ou submetidas a disposição final, conforme procedimentos aprovados por órgão ambiental competente, independentemente do sistema público de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Art. 3º Ficam os comerciantes obrigados a aceitar a devolução de uma bateria usada para cada bateria nova adquirida.

Parágrafo único. No ato da devolução da bateria usada, o comerciante ressarcirá ao consumidor importância equivalente a dez por cento do valor de venda da bateria nova

Art. 4º O órgão federal de meio ambiente competente fixará os níveis máximos de metais pesados para as baterias.

§ 1º As baterias deverão conter informação sobre o conteúdo de metais pesados.

§ 2º É proibida a comercialização de baterias com níveis de metais pesados acima dos permitidos.

Art. 5º Aplicam-se as sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, àquele que:

I - deixar de recolher baterias por ele fabricadas ou importadas;

II - comercializar baterias com níveis acima dos permitidos.

JUSTIFICAÇÃO

As baterias contêm substâncias altamente tóxicas e perigosas para o meio ambiente e a saúde humana, entre as quais destacam-se os metais pesados. Quando descartadas sem os cuidados necessários, em lixões, por exemplo, os metais pesados acabam contaminando o solo e o lençol freático e podem ser ingeridos por animais, pondo em risco toda a cadeia alimentar, até chegar ao homem. O chumbo pode reduzir a resistência a infecções e causar hemólise, lesões no cérebro e câncer de pulmão e rins, o cádmio provoca danos ao fígado, rins e cérebro de seres humanos e peixes e o mercúrio aloja-se no fígado e nos rins.

Vivenciamos a intensificação do uso de aparelhos de telefonia celular e o crescente número de veículos automotores. O número de linhas de celulares, que atualmente é de cerca de 135 milhões em todo o mundo, deve chegar a 850 milhões

em sete anos. No Brasil, já existem mais de sete milhões de linhas. A frota de veículos automotores, por sua vez, deve passar de 1 bilhão no ano 2010. A tendência, portanto, é agravarem-se os problemas da disposição de baterias juntamente com os demais resíduos sólidos.

Em diversos países, existe a obrigação legal do recolhimento e do tratamento adequado das baterias usadas pelos próprios fabricantes. Em nosso País, algumas empresas de telefonia celular, voluntariamente, passaram a aceitar a devolução das baterias usadas pelos consumidores. Queremos, com o projeto de lei que ora apresentamos, ampliar esse movimento para garantir a participação ativa das empresas e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de baterias recolhidas.

Contamos, assim, com o apoio dos ilustres membros desta Casa para a rápida aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em _____ de _____

de 1999.


Deputado Domiciano Cabral

09/12/99

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 2.075, DE 1999
(DO SR. LUIZ BITTENCOURT)

Obriga à coleta e destinação final ambientalmente adequada de pneus usados

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga os fabricantes e os importadores de pneus a coletarem e darem destinação final ambientalmente adequada aos pneus usados conforme cronograma que estabelece.

Art. 2º Ficam os fabricantes e os importadores de pneus obrigados a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus usados, na seguinte proporção em relação à quantidade de pneus que fabriquem ou importem:

I - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2003;

II - 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2004;

III - 100% (cem por cento), a partir de 1º de janeiro de 2005.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também aos pneus que acompanham os veículos importados.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos pneus exportados ou aos que acompanham veículos exportados.

Art. 3º As instalações, bem como as atividades vinculadas à destinação de pneus usados, devem ser licenciadas pelo órgão ambiental competente

integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e atender à legislação ambiental pertinente.

Art. 4º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pneus usados:

I - disposição em aterros sanitários, no mar, em rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços;

II - incineração a céu aberto.

Art. 5º As infrações ao disposto nesta lei e em sua regulamentação sujeitam-se às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICACÃO

O acúmulo de pneus usados tem-se tornado, nos últimos anos, um problema gravíssimo, tanto em relação ao meio ambiente, quanto à saúde pública. Das cerca de 32 milhões de unidades de pneus produzidos por ano em nosso País, grande parte é simplesmente descartada em terrenos baldios, onde constituem focos de proliferação de vetores de doenças, ou em corpos d'água, contribuindo para os problemas de assoreamento e de enchentes. Não raro, também, é vê-los queimando a céu aberto, com a liberação de poluentes atmosféricos altamente perigosos à saúde humana e ao meio ambiente.

Esse material poderia, de outra forma, ser reciclado ou aproveitado para a produção de energia, contribuindo para a redução do consumo de matéria-prima e de energia. Tecnologia para isso já existe. Produtos como tapetes de automóveis, solados de sapatos, pisos industriais e borrachas de vedação são produzidos a partir de

uma pasta oriunda de pneus triturados aos quais juntaram-se óleos aromáticos e produtos químicos desvulcanizantes. Restos de pneus moídos podem ser usados na composição de asfalto, proporcionando maior elasticidade e maior durabilidade, e na aeração de solos compactados e pilhas de composto orgânico. É possível, ainda, obter energia a partir de pneus usados, uma vez que cada pneu contém energia equivalente a 9,4 litros de petróleo.

Pelo exposto, o problema parece consistir, essencialmente, na falta de empenho para a coleta desses pneus. Como já ocorre na maior parte dos países desenvolvidos, a responsabilidade pela coleta e destinação final ambientalmente adequada deve ser atribuída aos fabricantes dos pneus. Esse é o objetivo do projeto de lei que ora apresentamos, no qual tivemos a preocupação de estabelecer um cronograma para que fabricantes e importadores tenham o necessário período de adaptação à consecução da meta final: coletar e reciclar a totalidade dos pneus utilizados no País.

Contamos, portanto, com a colaboração de nossos ilustres Pares para o aprimoramento da presente proposição.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.


Deputado Luiz Bittencourt

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 2.251, DE 1999
(DO SR. BISPO WANDERVAL)

Introduz alterações na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º - Fica autorizada a industrialização e comercialização em embalagem plástica domiciliar, de detergentes que contém Ácido Clorídrico e Ácido Fluorídrico, na porcentagem máxima de 0,5% (meio por cento).

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Na verdade, o presente Projeto de Lei não é novidade, ele apenas vem corrigir uma lacuna das legislações que norteiam o setor de produtos Saneantes e Domissanitários, senão vejamos:

A própria Lei 6360/76, em seu artigo 1º, preceitua:



" Entende-se por Produtos Saneantes Domissanitários e Afins, as substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfestação, desodorização, odorização de ambientes domiciliares, coletivos e/ou públicos, para utilização por qualquer pessoa, para fins domésticos ou à aplicação e manipulação por pessoa ou organização especializada para fins profissionais ..."

A Câmara Técnica de Saneantes do Ministério da Saúde, através da Resolução Normativa nº01, de 1978 (portanto há vinte anos que existe e sequer foi reformulada) autoriza a industrialização e comercialização de tais produtos constantes deste projeto de lei, em embalagens com capacidade mínima de 5 L. (cinco litros).

Ora, é sabido que tais produtos – amplamente utilizados nos dias atuais- são eficientes na limpeza geral e principalmente do alumínio, mas a dona de casa acha incômodo e ruim de manuseio a embalagem de cinco litros.

Diante das razões expendidas, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto em tela, por uma questão de praticidade e economia às donas de casa.

Sala das Sessões, em 15^o de dezembro de 1999


Deputado BISPO WANDERVAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO 1976

DISPÕE SOBRE A VIGILÂNCIA
SANITÁRIA A QUE FICAM SUJEITOS OS
MEDICAMENTOS, AS DROGAS, OS
INSUMOS FARMACÊUTICOS E
CORRELATOS, COSMÉTICOS,
SANEANTES E OUTROS PRODUTOS, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

.....

.....

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**Câmara Técnica de Saneantes Domissanitários****RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1/78**

A Câmara Técnica de Saneantes Domissanitários do Conselho Nacional de Saúde, em reunião realizada a 25 de outubro de 1978, no uso da competência que lhe é outorgada pelo Artigo 19 do Regulamento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 204/8sb/78, e tendo em vista as atribuições conferidas pelos itens I, II, III e V do citado Artigo:

R E S O L V E:

- I. Aprovar as normas a serem obedecidas pelos detergentes e seus congêneres, anexas à presente Resolução.
- II. Conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os produtos anteriormente licenciados e/ou registrados, ajustem-se aos seus dispositivos.

NORMAS SOBRE DETERGENTES E SEUS CONGÊNERES**1. OBJETO:**

Estas normas têm por objeto estabelecer as definições, classificações e características de composição a serem atendidas pelos detergentes e demais produtos destinados à higienização e limpeza de superfícies inanimadas e ambientes.

2. ALCANCE:

Estas normas se aplicam aos detergentes e seus congêneres destinados à utilização imediata por qualquer pessoa, para fins domésticos ou à aplicação e manipulação por pessoa ou organização especializada, para fins profissionais, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44, da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e do artigo 67, do Decreto nº 79.094 de 5 de Janeiro de 1977.

Os detergentes e congêneres não incluídos no alcance definido no item anterior ficam, não obstante, obrigados ao atendimento das prescrições referentes à rotulagem, expressas nos artigos 114 e 115 do Decreto nº 79.094 de 5 de Janeiro de 1977, no tocante às advertências para o caso de acidentes e tratamento de urgência recomendados. Os detergentes e congêneres para fins específicos serão objetos de normas complementares.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 2272-A, DE 1996

(Do SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA)

Dispõe sobre as embalagens retornáveis de vidro das cervejas comercializadas no país e dá outras providências.

ÚLTIMO DESPACHO:

APENSE-SE AO PL. 203/91

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I – Projeto Inicial

II- Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:

- emendas apresentadas ao projeto (4)

III- Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- emendas apresentadas ao projeto (3)

**FESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, E DE CONS-
TITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, ALÍ**

O CONGRESSO NACIONAL decreta ::

Art. 1º - As cervejas comercializadas no País em embalagens de vidro deverão ser engarrafadas no mínimo em 80% (oitenta por cento) de vasilhames retornáveis.

Art. 2º - O percentual a que se refere o artigo anterior deverá ser observado em relação a cada uma das empresas fabricantes ou importadoras.

Art. 3º - Na hipótese de infração às determinações desta lei, os órgãos de fiscalização competentes, nos níveis federal, estadual ou municipal, sem prejuízo de outras cominações legais, aplicarão uma ou mais das seguintes medidas :

- I - advertência;
- II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência;
- III - apreensão do produto;
- IV - suspensão temporária ou definitiva da atividade industrial ou comercial.

Parágrafo 1º - Quando o produto não for fabricado no País, assumirá as obrigações e responsabilidades da indústria produtora a pessoa física ou jurídica importadora.

Parágrafo 2º - A autoridade fiscalizadora poderá depositar o produto apreendido no próprio estabelecimento onde estiver sendo produzido ou comercializado, constituindo o respectivo responsável fiel depositário, sob as penas da lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Em recente audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM), sobre o tema "Análise das Repercussões Ambientais do Uso de Embalagens Descartáveis na Comercialização de Refrigerantes", a Sra. Zilda Maria Faria Veloso, representando a Sra. Sueli Galvão, Diretora de Controle e Fiscalização do IBAMA, enfatizou que devemos estabelecer uma ordem nas prioridades para enfrentarmos os problemas criados pelo acúmulo de lixo, que seria primeiramente diminuir os resíduos, depois reaproveitar as embalagens e por fim tratar da reciclagem.

O presente projeto, portanto, está em perfeita consonância com que ali foi exposto, e com o que se pratica nos países de maior consciência ecológica da Europa, onde se observa uma clara tendência de utilização de garrafas retornáveis de cervejas e de substituição das garrafas one-way pelas latas de alumínio.

O Jornal Oficial da Comunidade Européia, edição de 20 de dezembro de 1994, sobre embalagens e tratamento de embalagens fornece uma série de diretrizes sobre a utilização de embalagens retornáveis e recicláveis que devem



ser tomadas até o ano 2004 pelos países membros, que, entre outras coisas, sugere o seguinte :

- o gerenciamento de embalagens e lixo provocado pelas embalagens (lixo-embalagem) deve existir para reduzir ou prevenir um impacto negativo no meio-ambiente;
- a prioridade no. 1 deve ser a prevenção contra o lixo-embalagem e o estímulo ao uso de embalagens retornáveis, recicláveis e ao estudo de outras formas de reutilização de embalagens;
- a utilização de embalagens retornáveis e recicláveis devem ter preferência no processo de recuperação de embalagens até que a Ciência encontre novas soluções tecnológicas;
- deve-se estudar uma cadeia de preferência entre retornáveis, recicláveis e outras embalagens recuperáveis;
- permissão a que diferentes países membros adotem diferentes faixas de controle durante um certo período devido a circunstâncias específicas que alterariam o mercado interno.

O governo de Portugal tem uma proposta de regulamentação sobre gestão de embalagens e resíduos de embalagem (lixo-embalagem), onde estão inseridas a reutilização e a reciclagem. As quotas previstas para 1999 de obrigatoriedade de utilização de embalagens retornáveis é de 30% (trinta por cento) para refrigerantes e de 80% (oitenta por cento) para cervejas.

No Brasil, as embalagens retornáveis de refrigerantes já representaram quase a totalidade do mercado, e hoje são apenas de 30% (trinta por cento), tendendo para a redução gradativa deste percentual. Contudo, no caso das cervejas as embalagens retornáveis de vidro representam 90% (noventa por cento) da sua comercialização, percentual muito próximo do que pretendemos estabelecer como limite mínimo legal para o setor, pois com a explosão verificada nos últimos tempos no consumo de cerveja em nosso País, há o risco de esta situação se inverter, e, conseqüentemente, aumentar os resíduos de embalagem. Se pretendemos estabelecer esta imposição legal apenas em relação às embalagens de vidro das cervejas, e em proporção quase igual à atualmente prevalente neste mercado, deixando de fora outros tipos de embalagens de bebidas e de outros produtos, é para evitar a adoção de

medidas que poderiam ter reflexos prejudiciais na comercialização de outros segmentos, interferindo violentamente nestas atividades, podendo, inclusive, comprometer o nível de emprego em determinados setores econômicos.

Há que se considerar, ainda, que as embalagens retornáveis permitem, em relação a determinados produtos, que sejam praticados preços inferiores em 25% (vinte e cinco por cento), barateando, portanto o seu custo final, e, consequentemente, favorecendo o acesso a eles até mesmo por camadas de menor poder aquisitivo da nossa população.

A medida consubstanciada no presente projeto, portanto, além dos aspectos positivos mencionados e de não afetar em nada a atual situação do mercado de cerveja no País, tem o mérito de sinalizar para a necessidade da adoção de medidas preventivas de proteção ambiental, o que é uma preocupação dos legisladores brasileiros, como bem evidenciam os inumeros projetos nesta área atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões em 13 de AGOSTO de 1996.


Deputado José Carlos Vieira (PFL-SC)

EMENDA Nº

1 / 96



PROJETO DE LEI Nº

2272 / 96

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AUTOR

DEPUTADO

SEVERINO CAVALCANTE

PARTIDO
PFLUF
PEPÁGINA
1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 1º, o parágrafo 1º.

Todas as bebidas alcoolicas deverão ser retornáveis.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/10/96

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº

2 / 96

PROJETO DE LEI Nº

2272 / 96

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA☐ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ AGLOMERATIVA☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTE

AUTOR

PARTIDO
PFLUF
PEPÁGINA
1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 1º, os termos refrigerante e água mineral, o Art. 1º passa a ter a seguinte redação:

As cervejas, refrigerantes e água mineral comercializadas no País **em embalagens de vidro** deverão ser engarrafadas no mínimo em 80% de vasilhames retornáveis.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/10/96

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº <div style="font-size: 2em; font-family: cursive; margin: 0 auto;">3 / 96</div>	
PROJETO DE LEI Nº <div style="font-size: 1.5em; margin: 0 auto;">2272 / 96</div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
DEPUTADO AUTOR <div style="text-align: center; font-weight: bold;">SEVERINO CAVALCANTE</div>	PARTIDO UF <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> PFL PE </div> <div style="text-align: right; margin-top: 5px;"> PÁGINA <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; padding: 2px;">1 / 1</div> </div>
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<div style="text-align: center; margin-bottom: 20px;"> EMENDA SUPRESSIVA </div> <p>Elimine-se do Art. 1º "em embalagens de vidro", o Art. 1º passa a ter a seguinte redação:</p> <p>As cervejas comercializadas no País deverão ser engarrafadas no mínimo em 80% de vasilhames retornáveis.</p>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"> <div style="text-align: center;"> DATA <div style="font-size: 1.2em; font-family: cursive;">26 / 10 / 96</div> </div> <div style="text-align: center;"> PARLAMENTAR <div style="font-size: 1.5em; font-family: cursive; margin-top: 10px;">[Assinatura]</div> </div> </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;"> ASSINATURA <div style="font-size: 1.2em; font-family: cursive;">[Assinatura]</div> </div>	

INSTRUÇÕES NO VERSO

EMENDA Nº

4 / 96

PROJETO DE LEI Nº

2272 / 96

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA
☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO

AUTOR
SEVERINO CAVALCANTEPARTIDO
PFLUF
PEPÁGINA
1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 1º, o paragrafo 1º.

1º paragrafo - O leite e as bebidas lacteas deverão ser embaladas em até 50% de embalagens retornáveis.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/10/96

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº

01/97

PROJETO DE LEI Nº

2.272 / 96

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA☐ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ AMENDAMENTOS☒ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

AUTOR

PARTIDO
PFLUF
PRPÁGINA
01 / 03

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação :

“Art. 1º. - As cervejas comercializadas no país deverão ser engarrafadas em, no mínimo, 70% (setenta por cento) de vasilhames retornáveis.”

Justificativa

O objetivo da presente emenda é evitar que setores (no caso os fabricantes de vidro e eventualmente algumas cervejarias) possam ganhar mercado por força de uma medida legislativa e não através da prática salutar da competição.

O texto original do projeto fixava o percentual de 80% de vasilhames retornáveis das cervejas comercializadas em embalagens de vidro, pois como destacava o seu autor o fato de estabelecer aquela imposição legal apenas em relação àquele tipo de embalagem e em proporção quase igual a vigente no mercado, deixando de fora outros tipos de embalagens de bebidas e de outros produtos, justificava-se pelo cuidado em se evitar a adoção de medidas que, como salientou “poderiam ter reflexos prejudiciais na comercialização de outros segmentos interferindo violentamente nestas atividades, podendo, inclusive, comprometer o nível de emprego em determinados setores econômicos.”

Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a relatora da matéria, Deputada Nair Xavier Lobo, apresentou emendas sugerindo a supressão da expressão “de vidro” e reduzindo aquele percentual para 70% (setenta por cento). A primeira delas foi aceita, mas, por sugestão do Deputado Lima Neto foi mantido o percentual de 80% (oitenta por cento). Em outras palavras : o limite imposto de 80% apenas sobre as embalagens de vidro passaria a valer para todos os tipos de embalagens e, conseqüentemente, alteraria substancialmente todo o quadro atual de comercialização de cervejas no país, já que abrangeria também as embalagens de vidro, retornáveis e one-way e as de lata.

Mesmo na Europa onde a consciência ambiental é mais presente, as propostas de regulamentação de resíduos/embalagens prevêm uma adoção gradativa de medidas (em Portugal as quotas são previstas para 1999 e na Espanha foi feito um acordo que fixou uma meta de 70% para os retornáveis) e, embora tenham a redução do problema ambiental como meta principal, evitam servir de instrumento para beneficiar determinados segmentos industriais de embalagens.

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

AUTOR

PARTIDO
PFLUF
PRPÁGINA
02 03

TEXTO JUSTIFICACAO

Por oportuno, reproduzimos trechos de expediente enviado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV ao autor do PL 2.272/96, apoiando aquela iniciativa, nos seguintes termos :

"Os números atuais do mercado de cerveja no Brasil indicam as seguintes correlações quanto a utilização de embalagens para cervejas:

Mercado Brasileiro Total -	8 bilhões de litros/ano
Distribuição por tipo de Embalagem	
Retornável	86%
Vidro	81%
Chopp	05%
Descartável	14%
Latas	11%
Vidro	03%


As embalagens descartáveis para cerveja permanecem com tendência crescente e no caso das cervejas, por serem embalagens menores, já representam hoje cerca de 2,7 bilhões de latas / ano e cerca de 1 bilhão de garrafas descartáveis. No início dos anos 90 as suas participações somavam apenas 3% de um total de 4,3 bilhões de litros.

Desta forma, e atendendo ao espírito preservacionista do projeto de lei de autoria de V.Exa, vimos por este, mais uma vez, informar nosso apoio à sua aprovação pelo Congresso Nacional, tal qual proposto no texto original apresentado por V.Exa..

Preocupa-nos, Sr. Deputado, que ao longo do processo legislativo o PL 2272/96, venha a receber emendas que modifiquem seu teor atual, notadamente quanto a sua ampliação para outros produtos além da cerveja, os quais se inserem em realidades diferentes do mercado cervejeiro do Brasil.

No entanto, atendendo ao requerido por V.Exa desde nosso último contato, informo que o Setor Cervejeiro, por consenso, apoia uma eventual ampliação dos objetivos do projeto para alcançar outros tipos de embalagens descartáveis, desde que o percentual original de 80% seja reduzido para 60%. A redução do percentual, a nosso ver, é absolutamente necessária para que os objetivos da preservação ambiental possa se fazer com impactos econômicos assimiláveis pelo mercado.

INSTRUÇÕES NO VERSO

INSTRUÇÕES NO VERSO	DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	AUTOR	PARTIDO PFL	TPR	PÁGINA 05/03
	TEXTO/JUSTIFICACÃO				
	<p>Diga-se, a propósito, que esta quase neutralidade sobre as decisões de investimento de curto prazo, é, sem dúvida, uma das principais virtudes embutidas no PL original de V.Exa..</p> <p>Nosso setor industrial julga que o projeto de V.Exa tende a tornar-se o melhor paradigma para que outros setores econômicos possam, de forma consciente, equacionar seus planos de longo prazo com as políticas de preservação e controle ambientais que sejam julgadas mais adequadas pela sociedade brasileira.”</p> <p>Assim diante do exposto, nos deparamos com duas alternativas, para, neste caso, compatibilizar o esforço de redução da poluição pelo lixo/embalagem, com a atividade produtora e o não privilegiamento de segmentos econômicos. Ou restabelecemos o texto original do projeto, que limita a sua abrangência a embalagens de vidro ou reduzimos o percentual para 70% (setenta por cento) em relação a todos os tipos de embalagens, como, aliás, pretendia a relatora na comissão precedente.</p> <p>Sala das Comissões, em de de 1997.</p> <p>Deputado</p>				
	<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"> <div style="text-align: center;"> <p><u>25/9/97</u></p> <p>DATA</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>PARLAMENTAR</p>  <p>ASSINATURA</p> </div> </div>				

EMENDA Nº

02/97

PROJETO DE LEI Nº

2.272 / 96

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☒ ADJETIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☒ MODIFICATIVA
☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE LUCIANO PIZZATTO

DEPUTADO

AUTOR

Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

PARTIDO

PFL

UF

PR

PÁGINA

01 / 03

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação :

“Art. 1º. - As cervejas comercializadas no país em embalagem de vidro deverão ser engarrafadas em, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de vasilhames retornáveis.”

Justificativa

O objetivo da presente emenda é evitar que setores (no caso os fabricantes de vidro e eventualmente algumas cervejarias) possam ganhar mercado por força de uma medida legislativa e não através da prática salutar da competição.

O texto original do projeto fixava o percentual de 80% de vasilhames retornáveis das cervejas comercializadas em embalagens de vidro, pois como destacava o seu autor o fato de estabelecer aquela imposição legal apenas em relação àquele tipo de embalagem e em proporção quase igual a vigente no mercado, deixando de fora outros tipos de embalagens de bebidas e de outros produtos, justificava-se pelo cuidado em se evitar a adoção de medidas que, como salientou “poderiam ter reflexos prejudiciais na comercialização de outros segmentos interferindo violentamente nestas atividades, podendo, inclusive, comprometer o nível de emprego em determinados setores econômicos.”

Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, a relatora da matéria, Deputada Nair Xavier Lobo, apresentou emendas sugerindo a supressão da expressão “de vidro” e reduzindo aquele percentual para 70% (setenta por cento). A primeira delas foi aceita, mas, por sugestão do Deputado Lima Neto foi mantido o percentual de 80% (oitenta por cento). Em outras palavras : o limite imposto de 80% apenas sobre as embalagens de vidro passaria a valer para todos os tipos de embalagens e, conseqüentemente, alteraria substancialmente todo o quadro atual de comercialização de cervejas no país, já que abrangeeria também as embalagens de vidro, retornáveis e one-way e as de lata.

Mesmo na Europa onde a consciência ambiental é mais presente, as propostas de regulamentação de resíduos/embalagens prevêm uma adoção gradativa de medidas (em Portugal as quotas são previstas para 1999 e na Espanha foi feito um acordo que fixou uma meta de 70% para os retornáveis) e, embora tenham a redução do problema ambiental como meta principal, evitam servir de instrumento para beneficiar determinados segmentos industriais de embalagens.

INSTRUÇÕES NO VERSO

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO AUTOR	PARTIDO PFL	UF PR	PAGINA 02 / 03																
TEXTO JUSTIFICACAO																			
<p>Por oportuno, reproduzimos trechos de expediente enviado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV ao autor do PL 2.272/96, apoiando aquela iniciativa, nos seguintes termos :</p> <p>“Os números atuais do mercado de cerveja no Brasil indicam as seguintes correlações quanto a utilização de embalagens para cervejas:</p> <table style="margin-left: auto; margin-right: auto; border: none;"> <tr> <td style="padding: 5px;">Mercado Brasileiro Total -</td> <td style="padding: 5px;">8 bilhões de litros/ano</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Distribuição por tipo de Embalagem</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Retornável</td> <td style="padding: 5px;">86%</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> Vidro</td> <td style="padding: 5px;">81%</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> Chopp</td> <td style="padding: 5px;">05%</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Descartável</td> <td style="padding: 5px;">14%</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> Latas</td> <td style="padding: 5px;">11%</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;"> Vidro</td> <td style="padding: 5px;">03%</td> </tr> </table> <p>As embalagens descartáveis para cerveja permanecem com tendência crescente e no caso das cervejas, por serem embalagens menores, já representam hoje cerca de 2.7 bilhões de latas / ano e cerca de 1 bilhão de garrafas descartáveis. No início dos anos 90 as suas participações somavam apenas 3% de um total de 4.3 bilhões de litros.</p> <p>Desta forma, e atendendo ao espírito preservacionista do projeto de lei de autoria de V.Exa. vimos por este, mais uma vez, informar nosso apoio à sua aprovação pelo Congresso Nacional, tal qual proposto no texto original apresentado por V.Exa..</p> <p>Preocupa-nos, Sr. Deputado, que ao longo do processo legislativo o PL 2272/96, venha a receber emendas que modifiquem seu teor atual, notadamente quanto a sua ampliação para outros produtos além da cerveja, os quais se inserem em realidades diferentes do mercado cervejeiro do Brasil.</p> <p>No entanto, atendendo ao requerido por V.Exa desde nosso último contato, informo que o Setor Cervejeiro, por consenso, apoia uma eventual ampliação dos objetivos do projeto para alcançar outros tipos de embalagens descartáveis, desde que o percentual original de 80% seja reduzido para 60%. A redução do percentual, a nosso ver, é absolutamente necessária para que os objetivos da preservação ambiental possa se fazer com impactos econômicos assimiláveis pelo mercado.</p>				Mercado Brasileiro Total -	8 bilhões de litros/ano	Distribuição por tipo de Embalagem		Retornável	86%	Vidro	81%	Chopp	05%	Descartável	14%	Latas	11%	Vidro	03%
Mercado Brasileiro Total -	8 bilhões de litros/ano																		
Distribuição por tipo de Embalagem																			
Retornável	86%																		
Vidro	81%																		
Chopp	05%																		
Descartável	14%																		
Latas	11%																		
Vidro	03%																		
PARLAMENTAR																			

INSTRUÇÕES NO VERSO

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

AUTOR

PARTIDO
PFLUF
PRPÁGINA
03 / 03

TEXTO JUSTIFICACÃO

Diga-se, a propósito, que esta quase neutralidade sobre as decisões de investimento de curto prazo, é, sem dúvida, uma das principais virtudes embutidas no PL original de V.Exa..

Nosso setor industrial julga que o projeto de V.Exa tende a tornar-se o melhor paradigma para que outros setores econômicos possam, de forma consciente, equacionar seus planos de longo prazo com as políticas de preservação e controle ambientais que sejam julgadas mais adequadas pela sociedade brasileira."

Assim diante do exposto, nos deparamos com duas alternativas, para, neste caso, compatibilizar o esforço de redução da poluição pelo lixo/embalagem, com a atividade produtora e o não privilegiamento de segmentos econômicos. Ou restabelecemos o texto original do projeto, que limita a sua abrangência a embalagens de vidro ou reduzimos o percentual para 70% (setenta por cento) em relação a todos os tipos de embalagens, como, aliás, pretendia a relatora na comissão precedente.

Sala das Comissões, em de de 1997.

Deputado

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/9/97

DATA

ASSINATURA

DEPUTADO

LUCIANO PIZZATTO AUTOR

PARTIDO
PFLUF
PRPÁGINA
02 / 03

TEXTO JUSTIFICACÃO

Por oportuno, reproduzimos trechos de expediente enviado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV ao autor do PL 2.272/96, apoiando aquela iniciativa, nos seguintes termos :

"Os números atuais do mercado de cerveja no Brasil indicam as seguintes correlações ,quanto a utilização de embalagens para cervejas:

Mercado Brasileiro Total -	8 bilhões de litros/ano
Distribuição por tipo de Embalagem	
Retornável	86%
Vidro	81%
Chopp	05%
Descartável	14%
Latas	11%
Vidro	03%

As embalagens descartáveis para cerveja permanecem com tendência crescente e no caso das cervejas, por serem embalagens menores, já representam hoje cerca de 2.7 bilhões de latas / ano e cerca de 1 bilhão de garrafas descartáveis. No início dos anos 90 as suas participações somavam apenas 3% de um total de 4.3 bilhões de litros.

Desta forma, e atendendo ao espírito preservacionista do projeto de lei de autoria de V.Exa. vimos por este, mais uma vez, informar nosso apoio à sua aprovação pelo Congresso Nacional, tal qual proposto no texto original apresentado por V.Exa..

Preocupa-nos, Sr. Deputado, que ao longo do processo legislativo o PL 2272/96, venha a receber emendas que modifiquem seu teor atual, notadamente quanto a sua ampliação para outros produtos além da cerveja, os quais se inserem em realidades diferentes do mercado cervejeiro do Brasil.

No entanto, atendendo ao requerido por V.Exa desde nosso último contato, informo que o Setor Cervejeiro, por consenso, apoia uma eventual ampliação dos objetivos do projeto para alcançar outros tipos de embalagens descartáveis, desde que o percentual original de 80% seja reduzido para 60%. A redução do percentual, a nosso ver, é absolutamente necessária para que os objetivos da preservação ambiental possa se fazer com impactos econômicos assimiláveis pelo mercado.

PARLAPERTIN

INSTRUÇÕES NO VERSO

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

AUTOR

PARTIDO
PFLUE
PRPÁGINA
03 / 03

TEXTO JUSTIFICACÃO

Diga-se, a propósito, que esta quase neutralidade sobre as decisões de investimento de curto prazo, é, sem dúvida, uma das principais virtudes embutidas no PL original de V.Exa..

Nosso setor industrial julga que o projeto de V.Exa tende a tornar-se o melhor paradigma para que outros setores econômicos possam, de forma consciente, equacionar seus planos de longo prazo com as políticas de preservação e controle ambientais que sejam julgadas mais adequadas pela sociedade brasileira."

Assim diante do exposto, nos deparamos com duas alternativas, para, neste caso, compatibilizar o esforço de redução da poluição pelo lixo/embalagem, com a atividade produtora e o não privilegiamento de segmentos econômicos. Ou restabelecemos o texto original do projeto, que limita a sua abrangência a embalagens de vidro ou reduzimos o percentual para 70% (setenta por cento) em relação a todos os tipos de embalagens, como, aliás, pretendia a relatora na comissão precedente.

Sala das Comissões, em de de 1997.

Deputado

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/9/97

DATA

ASSINATURA

EMENDA Nº <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block; margin-top: 5px;">03/94</div>	
PROJETO DE LEI Nº <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block; margin-top: 5px;">2.272 / 96</div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> ALTERNATIVA <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias	
DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	AUTOR
PARTIDO PFL	UF PR
PÁGINA 01 / 01	
TEXTO/JUSTIFICATIVA	
<p>Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação :</p> <p>"Art. 1º. - As cervejas comercializadas no país deverão ser envasadas em, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de embalagens retornáveis."</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>A redação proposta pelo autor no artigo 1º, do presente projeto fala em cervejas comercializadas no País em embalagens de vidro.</p> <p>Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio foi suprimida a referência a embalagens de vidro.</p> <p>Contudo ficou mantida a expressão "engarrafadas" que é imprópria, pois as garrafas constituem apenas um dos muitos tipos de vasilhame ou embalagem. O termo mais adequado, portanto, para o dispositivo em referência, seria "envasadas", que, inclusive, é idêntico ao utilizado nos países de língua hispânica, vale dizer, do Mercosul.</p> <p>Estas, em resumo, as razões que fundamentam a emenda que ora apresentamos.</p> <p>Sala das Comissões, em de de 1997.</p> <p>Deputado</p>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"> <div style="text-align: center;"> DATA <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">25/9/94</div> </div> <div style="text-align: center;"> ASSINATURA </div> </div>	

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2000
(DO SR. LEO ALCÂNTARA)**

Dispõe sobre a aplicação de parcela do lucro líquido das empresas em projetos ambientais.

(ÀS COMISSÕES: DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As empresas produtoras e importadoras de alimentos, bebidas, cosméticos e produtos de higiene e limpeza que utilizem embalagens plásticas na comercialização desses produtos deverão aplicar anualmente, em projetos ambientais, o valor correspondente a um por cento do lucro líquido obtido no ano anterior, calculado antes do imposto de renda.

§ 1º Incluem-se entre os projetos referidos no *caput* deste artigo os destinados à pesquisa e ao desenvolvimento na área de gerenciamento de resíduos.

§ 2º O cumprimento da disposição contida no *caput* deste artigo poderá ocorrer sob a forma de doação ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, estabelecido por meio da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta Lei constitui comportamento lesivo ao meio ambiente, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente a Lei nº 9.605, de 12 de janeiro de 1988.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o crescimento econômico e a sofisticação nos padrões de consumo torna-se cada vez mais intenso o emprego de embalagens plásticas, principalmente pelo que elas representam em termos de praticidade e decréscimo nos custos de produção.

Nesse sentido, vale ressaltar que, de acordo com o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) – boletim nº 41, set./out. 98 – a indústria de embalagens plásticas é hoje uma das que apresentam maior crescimento no País. De fato, entre 1992 e 1996, o consumo brasileiro de polietilenos de todos os tipos cresceu cerca de 14,7% ao ano.

Esse material não degradável biologicamente representa um dos principais fatores de degradação do meio ambiente, com graves repercussões para a saúde da população. Nas áreas metropolitanas, ele representa um dos principais agentes causadores de entupimento das redes de águas pluviais e dos cursos d'água em áreas urbanas, constituindo fator importante para a ocorrência de enchentes. A poluição causada por essas embalagens, em virtude das facilidades em seu manuseio e transporte, manifesta-se, porém, em toda parte, mesmo em áreas rurais e, inclusive, em unidades de proteção ambiental abertas à visitação pública.

A extrema dispersão geográfica das atividades empregadoras de embalagens plásticas tem limitado severamente o alcance da fiscalização destinada a coibir uma disposição final incorreta desses resíduos, com os conseqüentes danos ao meio ambiente.

Dai a importância de ser criado um mecanismo de compensação à sociedade por essa parcela de prejuízo ambiental cuja completa eliminação revela-se tão difícil.

Ao obrigar as empresas usuárias de embalagens plásticas a aplicarem, compulsoriamente, uma parcela, ainda que pequena, de seus lucros

em projetos de melhoria ambiental, acreditamos que o presente projeto de lei cria instrumento importante e inovador destinado a aperfeiçoar o gerenciamento de resíduos sólidos em nosso País.

Por fim, julgamos importante enfatizar a faculdade concedida às empresas usuárias de embalagens plásticas no sentido de que os recursos resultantes da aplicação da lei ora proposta possam ser direcionados para projetos de pesquisa em gerenciamento de resíduos, entre os quais poderão ser incluídos os voltados à reciclagem de plásticos e ao desenvolvimento de materiais biodegradáveis para embalagens.

Sala das Sessões, em

03/02/00


Deputado LEO ALCÂNTARA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989.

**CRIA O FUNDO NACIONAL DE MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

- I - dotações orçamentárias da União;
- II - recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;
- III - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;
- IV - outros, destinados por lei.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.134 de 27/12/1990).

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente deverão ser aplicados através de órgãos públicos dos níveis federal, estadual e municipal ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, desde que não possuam, as referidas entidades, fins lucrativos.

Art. 4º O Fundo Nacional do Meio Ambiente é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Governo, sem prejuízo das competências do CONAMA.

** Art. 4º com redação dada pela Lei nº 8.028 de 12/04/1990.*

Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas:

- I - unidades de conservação;

- II - pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- III - educação ambiental;
- IV - manejo e extensão florestal;
- V - desenvolvimento institucional;
- VI - controle ambiental;
- VII - aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas.

§ 1º Os programas serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal.

Art. 6º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN-PR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA regulamentarão o Fundo Nacional de Meio Ambiente, fixando as normas para a obtenção e distribuição de recursos, assim como as diretrizes e os critérios para sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 2.815, DE 2000
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)**

Dispõe sobre o registro de produtos que gerem resíduos perigosos e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga ao registro de produtos que gerem resíduos perigosos e estabelece normas para o gerenciamento desses resíduos.

Art. 2º Ficam os fabricantes e os importadores de produtos que gerem resíduos perigosos obrigados a registrar tais produtos no órgão federal de saúde competente, na forma do regulamento.

Art. 3º Os produtos que gerem resíduos perigosos devem portar rótulo, que contenha:

I - o nome do resíduo perigoso e sua classificação;

II - o nome e o endereço do fabricante ou importador;

III - o número de registro do produto;

IV - os procedimentos a serem tomados pelo consumidor quanto à destinação do resíduo;

V - informações sobre os perigos potenciais à saúde humana e ao meio ambiente;

VI - símbolos de perigo e frases de advertência padronizados, de acordo com a classificação do resíduo;

VII - instruções para o caso de acidente, incluindo sintomas de alarme, primeiros socorros, antidotos e recomendações para os médicos.

Art. 4º É proibido o descarte de resíduos perigosos juntamente com resíduos não perigosos.

§ 1º Incumbe ao fabricante ou importador de produto que gere resíduo perigoso a implantação e operação de sistema de coleta, tratamento e disposição final desses resíduos independente do sistema público de limpeza urbana.

§ 2º O sistema de que trata o § 1º deve ser aprovado pelos órgãos de saúde e de meio ambiente competentes, na forma de regulamento.

Art. 5º Incumbe ao poder público:

I - o registro e o controle de produtos que gerem resíduos perigosos;

II - o desenvolvimento de tecnologias voltadas à redução da geração de resíduos perigosos, bem como ao tratamento desses resíduos;

III - a promoção de programas de gerenciamento de resíduos perigosos nos níveis federal, estadual e municipal;

IV - a realização de campanhas de educação ambiental, em especial sobre os problemas dos resíduos perigosos;

V - a fiscalização quanto ao cumprimento desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tratamento dado aos resíduos sólidos no Brasil está longe de ser considerado aceitável. A maior parte do lixo urbano é jogado a céu aberto, sem a adoção dos requisitos mínimos à preservação da saúde humana e do meio ambiente. Mais grave, ainda, é a situação dos resíduos perigosos. De triste memória é o acidente com o Césio 137, ocorrido em setembro de 1987 em Goiânia, que causou morte e contaminação.

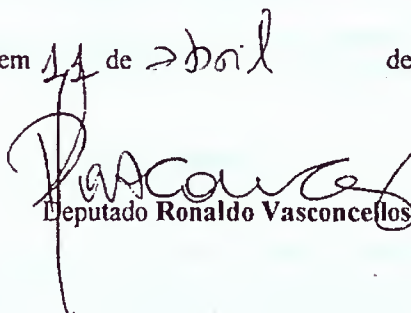
Não apenas resíduos radioativos têm causado problemas. Em janeiro de 2000, em Ceilândia, Distrito Federal, um dono de ferro-velho encontrou no meio das sucatas um cilindro de gás cloro. Ao abri-lo, espalha-se o pânico e a morte mais uma vez. Ficam então algumas perguntas: de quem é a culpa pela dança desses cilindros entre hospitais, indústrias e sucatas? Quem são os responsáveis pela negligência profissional de fornecedores, usuários e sucateiros? Algum órgão de governo tem o inventário dos cilindros que contém material radioativo e químico? Enquanto não surgem as respostas, a população corre riscos diários com a infinidade de resíduos perigosos gerados em todo o País.

Pelos motivos expostos, confiamos na rápida aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em

14 de abril

de 2000.


Deputado Ronaldo Vasconcellos

PROJETO DE LEI Nº 2.949, DE 1997
(DO SR. EDUARDO JORGE)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de reciclagem dos materiais plásticos, metálicos e borracha utilizados na fabricação de automóveis e outros veículos automotores.

(AS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As fábricas de veículos no Brasil manterão obrigatoriamente unidade de reciclagem próprias ou em convênio com outras empresas especializadas.

§ 1º - A reciclagem abrangerá obrigatoriamente os materiais plásticos, metálicos e de borracha.

§ 2º - As montadoras sem unidades produtivas no País só serão autorizadas a importar veículos se seguirem as mesmas obrigações das montadoras aqui instaladas.

Art. 2º - O Ministério da Indústria e Comércio arbitrará, anualmente, taxa a ser paga pelo consumidor que adquirir veículo novo, como uma participação do usuário na manutenção das unidades de reciclagem.

Art. 3º - A partir de 20 anos de uso, o consumidor tem direito a devolver o veículo à fábrica de origem, que o destinará à reciclagem e indenizará o proprietário.

§ 1º - O valor, na forma de uma carta de crédito a ser devolvida ao consumidor, será a média da avaliação feita por três seguradoras legalmente instaladas no mercado.

§ 2º - O crédito recebido só será válido na compra de outro veículo novo ou usado do mesmo fabricante.

JUSTIFICAÇÃO

O automóvel e outros veículos são elementos indissociáveis dos hábitos e necessidades da vida moderna. No entanto, em larga escala, nossa sociedade só se preocupa com os benefícios e comodidades a eles associado. Não há uma preocupação tanto do fabricante quanto dos comerciantes e dos usuários com os malefícios, que seu uso sem regras pode causar ao meio ambiente.

Este projeto se propõe a equacionar, com a co-responsabilidade de todas as partes, um dos problemas que é o desperdício de materiais. Além disso, a criação de mecanismo de retirada de circulação dos veículos muito usados contribuirá no combate

a poluição atmosférica, pois são os veículos mais antigos e de regulação mais difícil os mais poluentes.

Os mecanismos de mercado não são afetados pois as regras valem para todos.

Procura-se beneficiar as fábricas que conseguirem captar um maior número de unidades devolvidas, vinculando-as a compra de veículos novos ou usados da mesma marca.

Sala das sessões, em 8 de abril de 1997.


Deputado Eduardo Jorge

CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 1999
(DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO)

Institui o Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE VIAÇÃO E TRANSPORTES; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Institui-se por esta lei o Programa de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, que consiste num conjunto acordado de medidas governamentais e da iniciativa privada destinado a estimular a substituição programada de veículos automotores de fabricação nacional em circulação no país e que tenham tempo de uso igual ou superior a quinze anos, objetivando-se a geração de renda, impostos e empregos e a melhoria das condições de vida da população, especialmente nas grandes concentrações urbanas brasileiras.

Art. 2º - Ao governo federal caberá implementar:

I - medidas fiscais referentes a renúncia fiscal de percentual do imposto indireto federal em vigor que incida sobre a produção de bens industriais, aplicável à produção dos veículos que se enquadrem no programa objeto desta lei;

II - medidas creditícias referentes à definição de linhas especiais de financiamento, com taxas de juros menores e prazos de pagamento maiores para aqueles consumidores que se inscreverem e vierem a ser enquadrados no Programa ✓

III - medidas reguladoras que, observada a legislação em vigor, garantam a plena e adequada execução do Programa; ✓

§ Único - O Governo Federal celebrará convênios com governos estaduais e governos municipais que vierem a participar da implementação do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, com o objetivo de alcançar incentivos fiscais que o viabilizem. ✓

Art. 3º - Às empresas fabricantes de veículos automotores, que vierem a aderir ao Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, caberá reduzir o preço líquido de comercialização (custo de produção mais lucros) do veículo produzido para os fins do Programa, no mínimo na mesma proporção alcançada pela renúncia fiscal total de tributos incidentes sobre o mesmo, de modo a se obter uma redução do preço final ao consumidor da ordem de 30%.

Art. 4º - Estabelece-se em 85% o índice de nacionalização de componentes produzidos no país para os veículos novos que vierem a fazer parte do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores.

índice f. n. c.

Art. 5º - Fica definido que, com o intuito de se estimular a necessária revitalização do Programa Nacional do Alcool, o veículo em circulação que utilize o álcool hidratado como combustível, caso venha a ser substituído nas condições previstas nesta lei, se-lo-á obrigatoriamente por outro veículo novo que utilize o mesmo combustível.

§ Único - Como forma de participar do esforço conjunto do Programa, a entidade que congrega nacionalmente os produtores de álcool definirá sua contrapartida de incentivos.

Art. 6º - Constitui meta do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, durante os primeiros cinco anos de sua vigência, a substituição anual de 400.000 veículos que atenderem aos requisitos desta lei. §

Art. 7º - Criar-se-á, por decreto do governo federal, o Conselho Gestor do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, a ser constituído de forma multipartite e paritária por representações de governo, de empresários e trabalhadores das cadeias produtivas do setor automotivo e do setor sucroalcooleiro e de associações de consumidores, cujas atribuições são definidas no art. 8º.

Art. 8º - São atribuições do Conselho Gestor do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, entre outras:

I - definir as instituições públicas e privadas e os seus respectivos endereços, que serão credenciadas para receber as inscrições dos consumidores interessados em aderir ao Programa, procedendo-se à devida publicização dessas informações;

II - definir os procedimentos administrativos para o recebimento e o encaminhamento dos veículos usados a serem substituídos aos Centros de Reciclagem credenciados, conforme o previsto no art. 9 desta lei;

III - elaborar e rever, quando for o caso, a "Tabela de Valores para a Concessão dos Descontos na Compra do Carro Zero Km";

IV - propor e definir os critérios para o enquadramento dos consumidores do Programa, levando em conta o tempo e as condições de uso do veículo, as condições ambientais e de trânsito nas grandes concentrações urbanas do país e outras considerações que julgar pertinentes para se atingir os objetivos colimados nesta lei.

V - credenciar as concessionárias de venda de veículos que participarão do Programa.

Art. 9º - Fica definido que os veículos destinados ao sucateamento, por força desta lei, serão entregues em Centros de Reciclagem, a serem criados e devidamente catalogados pelo governo federal mediante licitação pública.

§ 1º - Aos Centros de Reciclagem referidos no caput deste artigo caberão a classificação dos veículos, com base no ano de fabricação e condições de reciclagem, e a indicação do posicionamento dos mesmos na "Tabela de Valores para a Concessão de Descontos na Compra do Carro Zero KM".

§ 2º - A classificação e o posicionamento dos veículos na Tabela de Valores, conforme o referido no parágrafo anterior, constará de um laudo emitido pelo Centro de Reciclagem.

Art. 10º - O proprietário de veículo com mais de quinze anos de uso, que se apresentar para trocá-lo por outro novo e for qualificado pelo Programa, receberá um bônus cujo valor em reais

corresponderá à classificação do veículo na "Tabela de Valores para a Concessão dos Descontos na Compra do Carro Zero KM".

§ 1º - O bônus a que se refere o "caput" deste artigo poderá se nominativo ou ao portador, a critério das autoridades monetárias do país, obedecida a legislação em vigor.

§ 2º - O proprietário de veículo movido pelo combustível álcool hidratado receberá bônus que especifique essa situação, para efeito de cumprimento do que dispõe o art. 5º desta lei.

§ 3º - Constitui pré-requisito para a emissão do bônus pelo agente autorizado (art. 8º, inciso I) a emissão do laudo conforme prevê o art. 9º e seus parágrafos.

Art. 11º - De posse do bônus referido no artigo anterior, o consumidor se apresentará em qualquer concessionária de venda de veículos do país, credenciada pelo Programa, e adquirirá o veículo de sua preferência, fazendo jus ao abatimento correspondente ao valor do bônus, nas condições previstas nesta lei e nas regulamentações a ela atinentes.

Art. 12º - O Conselho Gestor previsto nesta lei será instalado pelo governo no prazo máximo de trinta dias a contar da data da publicação da presente lei. + 8 -

Art. 13º - Os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Turismo terão um prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da publicação da presente lei, para definirem e baixarem os atos que viabilizem o que dispõe o artigo 2º e seus incisos desta lei.

§ Único - Uma vez instalado, o Conselho Gestor terá um prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da sua instalação, para cumprir o que lhe é atribuído pelo art. 8º da presente lei.

Art. 13º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Realizou-se, no último dia 15 de abril, audiência pública na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, com representantes de empresários e de trabalhadores dos setores automotivo e sucroalcooleiro, para debater a proposta de renovação e reciclagem da frota de veículos.

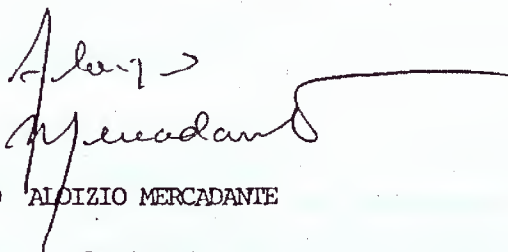
O nível de consenso observado nas intervenções dos expositores nos deixa muito otimistas com respeito à viabilização dessa proposta, vital para a reativação de duas cadeias produtivas que têm enorme poder direto e indireto de criar postos de trabalho, gerar renda e impulsionar a arrecadação fiscal. Sem contar os impactos positivos no meio ambiente e na vida urbana proporcionados pela troca de veículos velhos por novos, melhor dizendo, pelo rejuvenescimento da frota atualmente existente.

Obviamente, para Ter efeitos duradouros, o programa não poderá se limitar a um ou dois anos, como, infelizmente, ocorreu com a Câmara Setorial do setor automotivo, cujos resultados positivos foram cerceados pela desistência do governo em manter as negociações e acordos que dela se originaram. Deverá ser, pois, um programa de longa aplicação, para que possa produzir todos os benefícios potenciais que contém, espalhando seus efeitos para outros setores e regiões do país.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio submete o presente projeto de lei à apreciação do Congresso Nacional e ao debate na sociedade, convicta de que a proposta é oportuna e alvissareira aos mais altos interesses do país, particularmente aos trabalhadores que se vêem acossados diariamente pelo fantasma do desemprego.

Oportuno dizer que a base do projeto de lei é o livro "Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos: uma Proposta dos Metalúrgicos do ABC", de 1998, de autoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1999.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Aloysio Mercadante', with a long horizontal flourish extending to the right.

DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE

PRESIDENTE

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 2.254, DE 1999
(DOS SRS. MEDEIROS E JAIR MENEGUELLI)**

Institui o Programa de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores - PRRVA, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 1999)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Institui-se por esta Lei o Programa de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores - PRRVA, que consiste em um conjunto acordado de medidas governamentais e da iniciativa privada, destinado a estimular a substituição programada de veículos automotores de fabricação nacional em circulação no País, objetivando a geração de empregos, renda e impostos e a melhoria das condições de vida da população, especialmente nas grandes concentrações urbanas brasileiras.

§ 1º Durante os primeiros cinco anos de sua vigência somente poderão habilitar-se a participar do Programa automóveis e veículos comerciais leves, que tenham tempo de uso igual ou superior a quinze anos.

§ 2º Os governos estaduais e as empresas privadas que, voluntariamente, aderirem ao Programa, obrigam-se ao cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3º Os veículos usados que participarem do Programa serão, obrigatoriamente, destinados ao sucateamento e retirados de circulação, não podendo ter outra destinação que os Centros de Reciclagem credenciados na forma desta Lei.

Art. 2º Constitui meta do PRRVA, durante os primeiros cinco anos de vigência, a substituição anual de 400.000 (quatrocentos mil) veículos que atenderem aos requisitos desta Lei, buscando-se compatibilizar essa meta com a que vier a ser estabelecida pelo Programa Nacional do Alcool.

Parágrafo único. No período mencionado no *caput*, a prioridade a ser estabelecida na renovação da frota será dos veículos licenciados nas cidades com população urbana superior a um milhão de habitantes.

Art. 3º Fica criado o Conselho Gestor do Programa de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores, a ser constituído de forma multipartite e paritária por representações do Poder Executivo, do empresariado e dos trabalhadores das cadeias produtivas e de comercialização do setor automotivo e do setor sucroalcooleiro e de associações de consumidores, cujas atribuições, entre outras, são:

I - definir as instituições públicas e privadas que serão credenciadas a receber as inscrições dos consumidores interessados em aderir ao Programa;

II - definir as instituições públicas e privadas que serão responsáveis pela emissão e entrega ao consumidor do bônus válido para a aquisição, com desconto, de veículo novo.

III - credenciar as concessionárias de venda de veículos e, ouvidas as empresas fabricantes de veículos, os Centros de Reciclagem que participarão do Programa;

IV - definir os procedimentos administrativos para o recebimento e o encaminhamento dos veículos usados a serem substituídos aos Centros de Reciclagem credenciados;

V - elaborar e atualizar periodicamente a "Tabela de Valores para a Concessão dos Descontos na Compra do Carro Zero Km", a ser utilizada pelas Estações de Inspeção Técnica Veicular para a elaboração do laudo referido no art. 8º;

VI - propor e definir os critérios para o enquadramento, na Tabela mencionada no inciso anterior, dos veículos usados a serem incluídos no Programa;

VII - elaborar e divulgar "Tabela de Benefícios do PRRVA" que demonstre, de forma discriminada, todos os descontos no preço do carro novo concedidos pelo Governo Federal, governos estaduais, fabricantes de veículos e revendedores autorizados, bem como quaisquer outros benefícios a que fizer jus o consumidor participante do Programa;

VIII - dar publicidade a todos os seus atos e aos dados e fatos relativos ao Programa.

§ 1º O bônus referido no inciso II deste artigo será nominativo, permitido o endosso, com validade de 90 dias a partir de sua emissão, e deverá corresponder à soma do valor constante no laudo do veículo inspecionado, emitido pela Estação de Inspeção Técnica Veicular, com o dos impostos relevados pelos governos federal e estadual e com os descontos a serem concedidos pelos fabricantes e revendedores, discriminando cada uma das parcelas mencionadas para os fins de ressarcimento entre as partes envolvidas no Programa e de lançamentos

§ 2º Os critérios mencionados no inciso VI do *caput* poderão levar em conta o tempo e as condições de uso do veículo, as condições ambientais e de trânsito nas grandes concentrações urbanas do País e outras considerações pertinentes, devendo, entretanto, permitir uma avaliação objetiva do preço dos veículos inspecionados;

Art. 4º Ao Governo Federal cabe implementar:

I - redução dos tributos incidentes sobre o preço final dos veículos novos que sejam comercializados no âmbito do PRRVA;

II - linhas especiais de financiamento, com taxas de juros favorecidas e prazos de pagamento maiores que os praticados no mercado para operações de mesma natureza, para a aquisição de veículos novos no âmbito do PRRVA;

III - medidas reguladoras complementares que, observada a legislação em vigor, garantam a plena e adequada execução do Programa.

Parágrafo único. O Governo Federal celebrará, com os governos estaduais que vierem a participar da implementação do Programa, convênios para a concessão, naquela esfera de governo, de incentivos fiscais que concorram para a sua viabilização.

Art. 5º Às empresas fabricantes de veículos automotores que vierem a aderir ao PRRVA cabe:

I - reduzir o preço líquido de comercialização (custo de produção mais lucros) do veículo produzido, para os fins do Programa, segundo os parâmetros que vierem a ser definidos no âmbito do Conselho Gestor, constantes da tabela mencionada no inciso VII do art. 3º;

II - garantir a produção e a oferta dos veículos de acordo com as especificações e as quantidades dimensionadas pelo Programa.

Parágrafo único. Somente poderão aderir ao Programa as empresas fabricantes de veículos que tenham celebrado com seus empregados, em âmbito nacional, acordo ou convenção coletiva de trabalho com a finalidade de assegurar condições equânimes de remuneração e benefícios sociais para os mesmos, independentemente de seu local de trabalho.

Art. 6º Às concessionárias de venda de veículos que vierem a ser credenciadas, na forma do inciso III do art. 3º, para participar do Programa, cabe:

Y - oferecer desconto sobre o preço final do veículo enquadrado no Programa, segundo os parâmetros que vierem a ser definidos no âmbito do Conselho Gestor, constantes da tabela mencionada no inciso VII do art. 3º;

II - criar as condições administrativas para atuar como encaminhadoras dos veículos aos Centros de Reciclagem previstos nesta Lei.

Art. 7º As Estações de Inspeção Técnica Veicular, previstas no Código Brasileiro de Trânsito, observado o disposto no inciso VI do art. 3º, serão responsáveis pela classificação e posicionamento dos veículos na "Tabela de Valores para a Concessão de Descontos na Compra do Carro Zero Km", prevista nesta Lei;

§ 1º Da operação mencionada no *caput* resultará um laudo que será entregue ao proprietário do veículo e que servirá de base para a sua decisão de aderir ou não ao Programa.

§2º O laudo a que se refere o parágrafo anterior terá validade de 90 dias a contar de sua emissão, estará vinculado de forma expressa ao veículo a que se refere, e deverá ser apresentado nas instituições mencionadas no inciso II do art. 4º para a obtenção do bônus próprio para a aquisição de veículo novo.

§ 3º O proprietário do veículo movido a álcool hidratado receberá laudo que especifique essa situação, para efeito do que dispõe esta Lei.

Art. 8º Fica definido que, com o intuito de estimular-se a necessária revitalização do Programa Nacional do Alcool, o veículo novo que utilize o álcool hidratado como combustível receberá incentivos fiscais mais elevados, no âmbito do convênio a ser celebrado entre os governos federal e estaduais, os quais, assim como quaisquer outras vantagens adicionais, deverão constar da tabela mencionada no inciso VII do art. 3º.

Parágrafo único. Como forma de participar do esforço conjunto do Programa, a entidade privada que congrega nacionalmente os produtores de álcool definirá sua contrapartida de incentivos direcionados àqueles consumidores enquadrados no Programa que desejarem adquirir veículo novo movido a álcool hidratado.

Art. 9º De posse do bônus a que se refere o inciso II do art. 3º, o consumidor se apresentará em qualquer concessionária de venda de veículos credenciada pelo Programa e adquirirá o veículo de sua preferência, fazendo jus ao abatimento correspondente ao valor do bônus, nas condições previstas nesta Lei e nas regulamentações a ela atinentes.

Parágrafo único. Juntamente com o bônus, o consumidor deverá entregar seu veículo usado à concessionária, que se encarregará de encaminhá-lo a um Centro de Reciclagem credenciado.

Art. 10. O Conselho Gestor previsto nesta Lei, cuja composição será definida em regulamento, será instalado pelo Governo no prazo máximo de trinta dias a contar da data da sua publicação.

Parágrafo único. Uma vez instalado, o Conselho Gestor terá um prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da sua instalação, para cumprir o que lhe é atribuído pelo art. 3º desta Lei.

Art. 11. O proprietário de veículo usado submetido a inspeção nas Estações de Inspeção Técnica Veicular será responsabilizado, na forma do regulamento, por quaisquer adulterações realizadas nos veículos entre a data de sua inspeção e a da entrega às concessionárias para aquisição de veículo novo.

Parágrafo único. Caso sejam verificadas divergências entre as condições do veículo inspecionado e os dados constantes de seu laudo, a concessionária poderá exigir nova inspeção e a consequente emissão de novo laudo.

Art. 12. Os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, da Indústria, Comércio e Turismo, terão um prazo máximo de sessenta dias a contar da data da publicação desta Lei para definirem e baixarem os atos que viabilizem o que dispõe o seu art. 4º, bem como outros regulamentos pertinentes.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A renovação da frota brasileira de veículos é um assunto que vem assumindo grande importância no debate dos problemas nacionais. Sabidamente, a frota que hoje circula no País tem uma idade média muito elevada, o que, sob todos os pontos de vista, não atende aos melhores interesses da sociedade.

As estatísticas demonstram que os veículos com maior tempo de uso são responsáveis pela maioria dos acidentes com vítimas que ocorrem em nossas vias públicas. Isso representa não apenas um grande número de pessoas que falecem ou tornam-se incapacitadas fisicamente, mas, também, significativos prejuízos materiais para os consumidores.

Além disso, as novas tecnologias introduzidas nos veículos ao longo dos últimos anos permitiram acentuadas reduções no consumo de

combustível e na emissão de gases poluentes, o que, sem dúvida, além de implicar uma sensível economia para o consumidor, contribui para a redução da poluição ambiental, especialmente nas grandes aglomerações urbanas.


O aproveitamento dos materiais de carros usados em um processo de reciclagem é outro fator que, além de trazer benefícios para o meio ambiente, reduz os custos de produção das empresas fabricantes de veículos, o que, em um regime de concorrência, beneficia, de imediato, o consumidor final.

Finalmente, essa é uma forma inteligente de reativar o mercado de veículos e permitir que as fábricas operem em níveis de produção mais eficientes, o que significa, em contrapartida, maior nível de emprego e geração de renda.

Portanto a renovação da frota contribui para uma maior segurança no trânsito, para a melhoria do meio ambiente, para o ganho de eficiência nos transportes coletivos, para a redução de custos na fabricação de veículos e para a geração de emprego e renda no setor industrial.

São essas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, contando com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1999


Deputado Medeiros


Deputado Jair Meneguelli

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.709, DE 2001
(DO SR. IVÂNIO GUERRA)

Dispõe sobre a renovação da frota de veículos automotores.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre incentivos à renovação da frota de veículos automotores, a serem concedidos aos proprietários de veículos automotores com mais de quinze anos de fabricação para troca por outro com até três anos de fabricação, nas condições que especifica.

Art. 2º A renovação da frota de veículos automotores com mais de quinze anos de fabricação deve ser incentivada por meio de bônus a ser concedido, na forma do regulamento, ao proprietário que dispuser-se a efetuar a troca do veículo.

§ 1º O bônus de que trata o *caput* deve ser diretamente proporcional à idade do veículo a ser trocado.

§ 2º A troca deve ser feita por veículo com no máximo três anos de fabricação, montado no País, com índice de nacionalização mínimo de sessenta por cento.

Art. 3º O bônus referido no art. 2º desta lei é pessoal e intransferível e terá validade de sessenta dias a contar da data de sua emissão, podendo constituir-se de redução de tributos federais incidentes sobre o preço final do veículo ou oferta de crédito especial com taxa de juro reduzida.

Art. 4º Os veículos retirados de circulação com o concurso de incentivo regulado por esta lei devem ser destinados ao sucateamento, na forma do regulamento, não podendo ter outra destinação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Anuário Estatístico dos Transportes 2000, publicado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), existiam no Brasil, em 1999, 31,9 milhões de veículos automotores, sendo que 16,6 milhões deles têm mais de dez anos de fabricação. Trata-se de um percentual alto, que demonstra de forma cabal algo que é fácil de observar de forma empírica: o envelhecimento da frota brasileira de veículos.

Esses veículos antigos acarretam uma série de problemas para a sociedade, como por exemplo, o aumento do número de acidentes de trânsito, bem como o agravamento dos congestionamentos e da poluição do ar nas áreas urbanas. Isto ocorre basicamente por dois motivos: o primeiro deles está relacionado com as condições de manutenção dos veículos, nem sempre adequadas, e o segundo refere-se às limitações de ordem tecnológica dos modelos mais antigos.

De fato, nos últimos anos, a indústria automobilística nacional incorporou inúmeras inovações tecnológicas que tornaram os veículos mais seguros e menos poluentes. Os veículos antigos não se beneficiaram dessas melhorias e são responsáveis por uma cota maior de poluentes lançados na atmosfera. Os modelos mais recentes também contam com equipamentos mais sofisticados, como freios ABS e barras de proteção lateral, além de aperfeiçoamentos de projeto, como a estrutura deformável da carroceria, que absorve a energia no caso de impactos.

Por outro lado, os proprietários de veículos antigos muitas vezes não dispõem de recursos para realizar a manutenção de forma adequada, o que resulta em condições ainda mais danosas para o conjunto dos usuários do trânsito. Carros com o motor desregulado, lançando fumaça e gases tóxicos, com problemas de freios ou com os pneus gastos são uma constante em nossas ruas e estradas. Tais veículos quebram com frequência, provocando acidentes ou, na melhor das hipóteses, enormes congestionamentos.

Com o início das inspeções veiculares de segurança e de emissão de poluentes, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, a situação tende a complicar-se, pois tudo leva a crer que esses carros em más condições de manutenção serão impedidos de circular. Ocorre que muitas vezes os proprietários dependem do veículo para suas atividades profissionais. São pessoas que possuem um carro velho não porque desejam, mas porque não têm meios para trocá-lo por um modelo mais novo. Certamente será criado um impasse e uma situação de tensão social indesejável.

Com este projeto de lei, esperamos dar um primeiro passo para a solução do problema. Trata-se da concessão de incentivo, mediante redução tarifária ou subvenção de crédito, para o proprietário de veículo com mais de

quinze anos de fabricação que se dispuser a trocá-lo por outro. O bônus a ser concedido será tanto maior quanto mais antigo for o veículo a ser trocado. A troca deverá ser feita por outro veículo com no máximo três anos de fabricação, montado no País, com índice de nacionalização mínimo de sessenta por cento.

Sabemos que a operacionalização dessa proposta não será simples, por demandar medidas de caráter administrativo que envolvem governo, montadoras e concessionárias. Entretanto, não podemos nos intimidar diante da dificuldade. Importa que se comece a discutir o assunto nesta Casa para que possamos chegar a uma fórmula de consenso que permita conjugar esforços para que seja renovada a frota de veículos em nosso País. Os benefícios certamente irão extrapolar a melhoria da qualidade do trânsito e a diminuição dos índices de poluição do ar nas grandes cidades, visto que a medida vai dinamizar o mercado de veículos, criando empregos.

Diante da importância da matéria, esperamos contar com o apoio de todos para que a idéia venha finalmente a concretizar-se.

Sala das Sessões, em 17 de Maio de 2001.


Deputado IVÂNIO GUERRA

PROJETO DE LEI Nº 3.333, OL 1992

(DO SR. FÁBIO FILADINHO)

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPITULO I

Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

SEÇÃO I

Art.1º A manipulação, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos, em todo o território nacional, devem ser feitos de forma a não resultarem em prejuízos à saúde pública e à qualidade do meio ambiente.

Art.2º Para os efeitos desta lei, os resíduos sólidos são definidos como os resíduos sólidos, semi-sólidos e os líquidos não passíveis de tratamento convencional, que resultam de atividades de origem industrial, comercial agrícola, doméstica, de serviços de saúde, portos, aeroportos e postos de fronteira.

Art.3º Nos termos desta lei, os resíduos sólidos obedecerão à seguinte classificação:

I- resíduo domiciliar : proveniente de residências, comércio e serviços em áreas urbanas;

II- resíduo público: proveniente da varrição e capinação das vias e logradouros públicos em áreas urbanas;

III- resíduo industrial: proveniente de atividades industriais, não enquadráveis na categoria de resíduos perigosos;

IV- resíduo de unidades de serviços de saúde: provenientes de hospitais, clínicas médicas, casas de saúde, ambulatórios, postos de atendimento médico, postos de saúde pública, laboratórios de análises clínicas e de anatomia

patológica, consultórios médicos e odontológicos, centros de hemodiálise, bancos de sangue, clínicas veterinárias, farmácias e drogarias, centros de pesquisa, desenvolvimento, experimentação e produção de produtos biológicos e de uso humano, e qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial.

V- resíduos provenientes de embalagens de pesticidas nas áreas rurais;

VI- resíduos de fontes especiais:

- a) resíduos provenientes de portos, aeroportos e postos de fronteira;
- b) resíduos radioativos;
- c) resíduos perigosos.

Art.4º A organização e o gerenciamento dos sistemas de manipulação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos constituem serviço público de caráter essencial.

Art.5º Cabem ao Poder Público Municipal a coleta, o transporte, o tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares, públicos e de unidades de serviços de saúde.

Parágrafo 1º A prestação dos serviços a que se refere este artigo poderá ser feita sob regime de concessão ou permissão, respeitados os requisitos e as condições estabelecidos em lei municipal.

Parágrafo 2º O Poder Público Municipal poderá instituir e cobrar tarifas e taxas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares, públicos e de unidades de serviços de saúde.

Art.6º A manipulação, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos industriais serão objeto de planos específicos para fonte geradora, aprovados pelo Poder Público Municipal, que poderá estabelecer normas legais específicas ordenando tais atividades no município.

Parágrafo único. No licenciamento ambiental de atividades industriais, os resíduos gerados e/ou existentes devem ser objeto de controle específico.

Art. 7º - O Município poderá cobrar tarifas por serviços especiais, por ele executados, de coleta e transporte, assim como de tratamento e disposição final:

I- dos resíduos provenientes de atividades de comércio e serviços que:

a) contenham substâncias ou componentes potencialmente perigosos à saúde pública e ao meio ambiente;

b) por sua quantidade ou características, causem dificuldades à operação do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo domiciliar.

II- do lixo industrial.

Art. 8º Deve ser assegurado aos funcionários que trabalham no manejo de resíduos sólidos, notadamente com o lixo de fontes especiais:

I- uso de equipamento de proteção individual;

II- treinamento específico para as tarefas, executadas com supervisão permanente;

III- controle periódico das condições de sua saúde.

SEÇÃO II

Dos Programas, Objetivos e Fundamentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 9º A Política Nacional de Resíduos Sólidos será implantada com base em três programas:

I - Programa de Incentivo a não Geração de Resíduos

II - Programa de Redução da Geração de Resíduos

III - Programa de Reciclagem e Reutilização de Resíduos

Art. 10. A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem por objetivos:

I- fomentar a não geração, a minimização da produção, a reciclagem e o reuso de resíduos..

II- estabelecer diretrizes nacionais relativas ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, beneficiamento de resíduos perigosos (físicos, químicos e biológicos) e a disposição temporária e definitiva de resíduos sólidos;

III- fomentar o desenvolvimento de tecnologias relativas ao manejo adequado dos resíduos sólidos;

IV- estimular o desenvolvimento e a aplicação, em nível estadual, interestadual e municipal, de programas de gerenciamento de riscos de resíduos, otimizando os benefícios e os impactos resultantes;

V- fixar critérios específicos para o manejo do resíduo industrial e de fontes especiais, revisando-os periodicamente;

VI- incentivar as parcerias com o setor privado ou a privatização do setor de limpeza pública;

VII- promover a identificação de alternativas tecnológicas de reciclagem de resíduos;

VIII- capacitar o pessoal administrativo e operacional dos Estados e Municípios, envolvidos em atividades relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos;

IX- estimular a cooperação em nível intermunicipal para a solução de problemas relativos ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

X- desenvolver uma consciência comunitária sobre o manejo adequado dos resíduos sólidos, proporcionando o direito de conhecer os perigos intrínsecos aos resíduos, bem como a materialização dos mesmos;

XI- promover a ampliação de mercado para os produtos reciclados.

Art. 11. São fundamentos básicos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I- a descentralização político-administrativa;
- II- a integração das ações nas áreas de saneamento básico, meio ambiente e saúde pública;
- III- a universalidade de acesso ao serviço público de coleta, transporte e disposição do resíduo domiciliar em áreas urbanas;
- IV- a preferência aos processos que incluam a reciclagem de materiais.

SEÇÃO III

Dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 12. São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I- a cooperação técnica e financeira;
- II- os incentivos e benefícios fiscais;
- III- os programas de gerenciamento de resíduos sólidos;
- IV- a educação ambiental;
- V- as penalidades disciplinares e compensatórias.

Art.13. O Governo Federal destinará no mínimo 15% (quinze por cento) dos recursos da área de saneamento básico aos Estados e Municípios, para a cooperação técnica e financeira em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos.

SEÇÃO IV

Da Coleta e Transporte dos Resíduos Sólidos

Art.14. Os sistemas municipais de coleta e transporte de resíduos domiciliares e de resíduos públicos deverão atender aos princípios de regularidade, permanência, sistematicidade e adequabilidade aos padrões sanitários e de segurança.

Art.15. Na determinação dos sistemas de coleta e transporte de resíduos domiciliares e de resíduos públicos, o Município deverá observar:

- I- a quantidade de resíduos produzidos na comunidade;
- II- os recursos técnicos, humanos e financeiros disponíveis para coleta;
- III- o local, a frequência e o horário mais indicados para coleta;
- IV- o itinerário mais adequado de coleta.

Parágrafo 1º A coleta de resíduos domiciliares e públicos será realizada por veículos fechados.

Parágrafo 2º O itinerário de coleta de resíduos domiciliares e públicos deverá ser fixado para que a maior parte dos veículos coletores, quando cheios, estejam próximos do ponto de tratamento, estação de transferência e/ou locais de disposição final.

Art.16. Ficam obrigados os usuários dos sistemas de coleta e transporte a dispor o resíduo domiciliar para coleta em acondicionamento adequado e em local acessível.

Parágrafo 1º O Município poderá fixar a obrigatoriedade de seleção dos resíduos nos próprios domicílios, indicando as condições de disposição para coleta.

Parágrafo 2º O Município dará ampla publicidade às disposições do sistema de coleta e transporte dos resíduos domiciliares.

SEÇÃO V

Do Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Sólidos

Art.17. A limpeza pública é uma obrigação conjunta do poder Público Municipal e de todos os cidadãos, sendo proibidas as seguintes formas de disposição de resíduos:

- I- lançamento "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - incineração a céu aberto;

III- lançamento em cursos d'água, praias, áreas erodidas, terrenos baldios, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas;

IV- lançamento em poços de vistorias de redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade e telefone, bueiros e semelhantes.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos sólidos a céu aberto só poderá ser autorizada em caso de emergência sanitária.

Art.18. Cabe ao Poder Público Municipal:

I- a determinação das áreas adequadas, na forma de aterros sanitários, para a disposição final de resíduos compatibilizadas com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de que trata o Art.182 da Constituição Federal.

II- a implantação e a operação dos aterros sanitários.

Parágrafo 1º O licenciamento da implantação de aterros sanitários dependerá da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, a serem submetidos à prévia aprovação do órgão competente do SISNAMA-Sistema Nacional de Meio Ambiente e, supletivamente, pelo IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Parágrafo 2º No caso de atividades industriais, a implantação e operação de aterros sanitários específicos será realizada pela própria fonte geradora.

Art.19. Os aterros sanitários atenderão as seguintes condições:

I- não alterar a qualidade das coleções hídricas, devendo, no caso das águas subterrâneas, ser atendidos os limites fixados pelo Ministério da Saúde para potabilidade;

II- não permitir a drenagem de líquidos originados do lixo para os corpos d'água superficiais, quando se encontrarem fora dos limites fixados para lançamento de efluentes;

III- estar em localização favorável, no que diz respeito aos ventos dominantes, a fim de não favorecer o transporte de poeira e gases em direção às áreas urbanas;

IV- estar enquadrado na Lei Municipal de Zoneamento e Uso do Solo;

V- não estar implantado em áreas de mananciais, de proteção ambiental - APAs, e recobertas por vegetação de preservação permanente;

VI- estar localizado fora da faixa marginal de proteção de qualquer corpo d'água e seu distanciamento ser submetido ao órgão competente do SISNAMA, ou supletivamente ao IBAMA, respeitado o mínimo de 500 (quinhentos) metros.

Art.20. Os resíduos de unidades de serviços de saúde e os provenientes de portos, aeroportos e postos de fronteira devem ser coletados em vasilhames e veículos especiais, com a devida identificação, e ter disposição final adequada, observado o disposto no art. 32 desta lei.

SEÇÃO VI

Da Reciclagem de Resíduos Sólidos

Art.21. Consideram-se reciclagem de resíduos sólidos os seguintes processos:

I- reutilização direta: aproveitamento do material nas condições em que é coletado, submetendo-o a pouco ou nenhum tratamento;

II- reutilização indireta : aproveitamento dos resíduos como matéria-prima para produção do mesmo material ou de outros produtos;

III- compostagem da matéria orgânica;

IV- conversão de energia.

Art.22. Os municípios que se integrarem ao Programa Nacional de Reciclagem de Resíduos Sólidos terão prioridade de investimentos federais na área de saneamento básico.

Art.23. A regulamentação desta lei fixará as disposições relativas à coordenação institucional e à implementação do Programa Nacional de Reciclagem de Resíduos.

CAPITULO II

Dos Resíduos Perigosos

Art.24. - Considera-se resíduo perigoso todo e qualquer dejetos, rejeito, substância, material ou produto resultante da atividade industrial, comercial, de pesquisa, de prestação de serviços ou outras que, em função de suas características de toxicidade, inflamabilidade, explosividade, corrosividade, reatividade, radioatividade ou patogenicidade, possa apresentar risco significativo à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente, se inadequadamente manejado, estocado, transportado ou disposto.

Art.25. A instalação e o funcionamento de atividades que produzam resíduos perigosos serão permitidos somente no caso da empresa, entidade ou instituição comprovar capacidade técnica para prover os cuidados necessários à produção, acondicionamento, transporte, armazenamento, desativação, manipulação, processamento e disposição deste resíduo.

Art.26. O licenciamento da instalação e do funcionamento de atividade que produza resíduo perigoso dependerá da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental- RIMA, a serem submetidos aos órgãos competentes do SISNAMA e, supletivamente ao IBAMA, nos termos fixados pela regulamentação desta lei.

Art.27. As empresas, entidades e instituições que produzam resíduos perigosos ficam obrigadas a manipular, armazenar, transportar, desativar, processar e dar destino final a estes resíduos, segundo programas específicos devidamente aprovados pelos órgãos competentes do SISNAMA e, supletivamente, pelo IBAMA.

Parágrafo 1º As empresas, entidades e instituições de que trata este artigo ficam obrigadas a permitir a inspeção de seus procedimentos e instalações relacionados à gerência de resíduos, pelos órgãos competentes do SISNAMA e, supletivamente, pelo IBAMA, bem como prestar as informações solicitadas por estes organismos.

Parágrafo 2º Na fase de licenciamento ou de operação, os órgãos competentes do SISNAMA e, supletivamente o IBAMA,

poderão, a qualquer época, exigir cuidados adicionais no sentido de aumentar a segurança ou reduzir os riscos resultantes dos resíduos perigosos.

Art.28. São proibidos:

I- o transporte conjunto de passageiros e resíduos perigosos;

II- o transporte de resíduos perigosos sem garantia de condições adequadas de acondicionamento e segurança;

III- a importação de resíduos perigosos, cujo objetivo seja o derrame, armazenamento, confinamento, incineração, tratamento para destruição ou disposição final no País.

Art.29. O Poder Executivo expedirá normas dispondo sobre:

I- a identificação dos grupos de resíduos perigosos;

II- a determinação dos grupos de resíduos perigosos

Parágrafo Único. O manejo de resíduos radioativos obedecerá às determinações dos órgãos competentes e à legislação específica.

Art.30. O transporte de resíduos, cargas perigosas e substâncias tóxicas no território nacional obedecerá às regulamentações específicas vigentes.

CAPÍTULO III

Dos Resíduos de Serviços de Saúde

Art.31. Visando a um processo seletivo de manejo, os resíduos de serviços de saúde serão classificados segundo as seguintes categorias:

I- resíduos líquidos ou pastosos;

II- resíduos sólidos;

a) cortantes ou perfurantes;

b) não cortantes ou não perfurantes;

III- resíduos especiais:

a) material perigoso, em função de suas características de inflamabilidade, explosividade, corrosividade, reatividade ou toxicidade;

b) material radioativo;

IV- resíduos comuns: provenientes de áreas administrativas.

Parágrafo 1º. Os resíduos comuns terão a coleta, transporte, tratamento e disposição final realizados na forma estabelecida pelo Poder Público Municipal para os resíduos domiciliares.

Parágrafo 2º. São responsabilidades dos estabelecimentos geradores dos resíduos a que se refere o **caput** deste artigo:

I- o recolhimento regular, pelo menos uma vez por dia, dos resíduos das fontes produtoras existentes no estabelecimento;

II- a classificação e a separação de resíduos por eles gerados por categorias a serem processadas na área de produção (serviço ou unidade);

III- o tratamento conveniente e seguro dos diversos materiais classificados;

IV- a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária;

V- a apresentação dos resíduos à coleta pública em condições adequadas;

VI- a permissão para a inspeção, pelos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde-SUS e do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, de seus procedimentos e instalações relacionados à gerência de resíduos, bem como a prestação das informações solicitadas por estes organismos;

VII- a elaboração e implementação de um programa de gerenciamento de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter pessoal habilitado, próprio ou contratado, para a realização de serviços de limpeza, incluindo o gerenciamento de resíduos.

Art.32. No prazo dos 90 (noventa) dias subsequentes à regulamentação desta Lei, os órgãos competentes do Sistema Único de Saúde e do SISNAMA-Sistema Nacional de Meio Ambiente fixarão os critérios para a separação, acondicionamento e, quando for o caso, a disposição para coleta dos resíduos de serviços de saúde, diferenciados conforme as categorias estabelecidas no Art.31 desta lei.

Art.33. É responsabilidade do Poder Público Municipal:

I- manter serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II- dar destino adequado aos resíduos coletados.

Art.34. A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais, que impeçam o derramamento de líquidos ou resíduos sólidos nas vias e logradouros públicos, e em condições que não tragam inconveniente à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

Parágrafo único. A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de resíduos produzido pelo estabelecimento de saúde.

Art.35. O Poder Público Municipal pode instituir e cobrar taxas e tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde.

CAPITULO IV

Das Penalidades e Disposições Complementares

Art.36. A transgressão desta lei sujeita os infratores às seguintes penalidades:

I- multa;

II- suspensão temporária ou definitiva das atividades no caso de estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços;

III- perda ou suspensão de incentivos fiscais e creditícios.

Parágrafo 1º O valor das multas a serem aplicadas será estabelecido, e periodicamente atualizado, pelos poderes executivos federal, estadual e municipal, de acordo com o respectivo nível de competência.

Parágrafo 2º Na fixação das penalidades, levar-se-á em conta:

I- a gravidade dos efeitos decorrentes da transgressão;

II- a reincidência da transgressão.

Parágrafo 3º No caso de suspensão das atividades, seu reinício dependerá de comprovação, por parte do infrator, de que foram tomadas as medidas necessárias à integral obediência às determinações legais.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Comissão Interministerial de Resíduos Sólidos, formada por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, da Ação Social, da Saúde, da Indústria e Comércio e da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, responsável, sob a coordenação do primeiro, pela implantação e gerenciamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art.39. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo dos 90 (noventa) dias subsequentes à sua publicação.

Art.40. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.41. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei, que ora submetemos à apreciação dos nobres pares, visa, fundamentalmente, definir diretrizes relativas a um dos problemas mais graves da sociedade contemporânea, que afeta profundamente a vida de milhões de brasileiros: o gerenciamento de resíduos sólidos. Através da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pretende-se consolidar programas, objetivos, fundamentos e instrumentos adequados à manipulação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos domiciliares, públicos, industriais, de unidades de serviços de saúde, dos

provenientes de embalagens de agrotóxicos e de fontes especiais (radioativos, perigosos, dentre outros).

Não é demais lembrar que, no Brasil, o gerenciamento dos resíduos sólidos é um problema ambiental básico, decorrente da aceleração do processo de urbanização, do aumento populacional e da ampliação da fronteira agrícola nas últimas décadas. A falta de critérios adequados ao gerenciamento desses resíduos dá origem a situações preocupantes: o assoreamento de cursos d'água, devido ao lançamento de detritos; a contaminação de lençóis subterrâneos, comprometendo seu uso domiciliar; a poluição atmosférica, com o desprendimento de gases; a proliferação de vetores de doenças, como insetos e roedores, dentre outros.

Além disso, a consolidação de um modelo de desenvolvimento fundado no agravamento das desigualdades sociais e no aumento do consumo individual teve como uma de suas consequências mais perversas a geração de problemas sociais graves, como, por exemplo, o dos "garimpeiros do lixo" - comunidades inteiras que sobrevivem às custas da catação de resíduos, em condições de vida verdadeiramente subumanas.

Em 1990, a população urbana brasileira foi estimada em 133 milhões de habitantes, dos quais cerca de 13,5 milhões sem acesso à água tratada, 75,5 milhões sem rede coletora de esgoto e cerca de 50% da população urbana sem atendimento de serviço de coleta de lixo.

O país convive atualmente com uma situação em que, das 90 mil toneladas de lixo produzidas pelas cidades, 63% são lançadas em corpos d'água, 34% são dispostas a céu aberto e apenas cerca de 3% têm destino final adequado.

Predominam no País os lixões, vazadouros e depósitos de lixo a céu aberto. Na maioria dos municípios brasileiros, a administração limita-se a varrer os logradouros e recolher o lixo domiciliar de forma nem sempre regular, depositando-o em locais afastados da vista da população, sem maiores cuidados sanitários. Só na cidade de São Paulo foram descobertos mais de 40 (quarenta) focos clandestinos de lixo industrial.

A solução desses graves problemas tem início através da adoção de uma política para o setor, incluindo medidas de governo em todos os níveis - federal, estadual e, especialmente, municipal -, esclarecimento da população e esforço conjunto governo-comunidade.

Neste sentido, a Constituição Federal, em seu Art. 21, XX, é explícita ao estabelecer que compete à União:

"XX- instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos."

Os países industrializados são os maiores produtores de lixo. Os Estados Unidos acumulam uma montanha de 10 bilhões de toneladas por ano só de lixo gerado pelo consumo individual. Pressionados por seus próprios cidadãos que não querem conviver com os dejetos de seu estilo de vida, os governantes têm procurado exportar esse lixo doméstico e também o decorrente das atividades industriais, geralmente contaminado, para os países em desenvolvimento. Estes, muitas vezes, estão dispostos a ingressar neste macabro comércio, colocando em risco a saúde de suas populações e a qualidade de seu meio ambiente.

No Brasil, em 1990, houve uma tentativa de desembarque, no porto de Santos, de lixo tóxico para reciclagem metalúrgica. A mobilização de entidades ecológicas brasileiras e estrangeiras impediu o desembarque, mas é preciso dizer que muitos outros certamente se concretizaram, como foi o caso da contaminação de operários da empresa Aços Anhanguera, no Estado de São Paulo, por metais pesados presentes em material importado para reciclagem.

Em vista disso, as proibições constantes no Art. 28 do Presente Projeto mostram-se de fundamental importância, particularmente a que se refere à importação de resíduos perigosos, a qual se encontra em consonância com os princípios da Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentação para Além-Fronteira de Resíduos Perigosos e sua Descarga e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Aos poucos, alguns municípios têm implantado experiências-piloto de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos, voltadas para a reciclagem. Faz-se necessária a ampliação de tais experiências em nível nacional, tendo em vista que a reciclagem contribui, efetivamente, para a preservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente, constituindo-se numa das iniciativas mais importantes das sociedades modernas neste final de milênio.

Por se tratar de projeto da mais alta relevância para as presentes e futuras gerações, contamos com o apoio desta Casa para sua aprovação.

Destaco a colaboração de inúmeros técnicos, universidades e entidades na elaboração e discussão preliminar do presente projeto, e em especial: Luis Awazu, Werner Zulauf, Eugênio Singer, dentre outros.

Sala das Sessões, 11 de *junho* de 1992.


FABIO FELDMANN

Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA" PFLA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - Cel/L

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo II

DA UNIÃO

Art. 21. Compete à União:

XX — instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

Título VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I — parcelamento ou edificação compulsórios;
- II — imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
- III — desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Capítulo III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

.....

.....

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PROJETO DE LEI Nº 3.480, DE 2000
(DO SR. ALEX CANZIANI)**

Institui incentivos fiscais e financeiros às empresas que operem com reciclagem de lixo e de embalagens, e às empresas de incineração ou reciclagem de lixo.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece incentivos fiscais do Imposto de Renda da pessoa jurídica – IRPJ e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e incentivos financeiros por intermédio das instituições financeiras oficiais do governo federal, para implantação e operacionalização de unidades que operem com reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie, e para as unidades que operem com incineração ou reciclagem de lixo.

Art. 2º As pessoas jurídicas que exercerem exclusivamente a atividade de reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie terão reduzida à metade a alíquota vigente do imposto de renda, durante cinco anos a partir da publicação desta lei.

Art. 3º As pessoas jurídicas que adquirirem máquinas, equipamentos e instrumentos, para uso próprio, destinados à reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie, e à incineração de lixo, poderão proceder à depreciação acelerada desses bens, mediante a utilização dos

coeficientes usualmente admitidos, multiplicados por 2 (dois).

Art. 4º Ficam isentos do IPI os equipamentos, máquinas e instrumentos adquiridos para utilização exclusiva em unidades que operem com reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie ou com incineração de lixo.

§ 1º Ficam asseguradas a manutenção e utilização dos créditos do imposto relativos às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados na industrialização dos produtos referidos neste artigo.

§ 2º O direito à isenção prevista neste artigo deverá ser reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente atende aos requisitos exigidos e vigorará por três anos a partir da publicação desta lei.

Art. 5º Ao Governo Federal cabe implementar linhas especiais de financiamento com taxas de juros favorecidas e prazos de pagamento maiores que os adotados no mercado para operações de mesma natureza.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa a conceder incentivos fiscais e financeiros à constituição de empresas para atuar nas atividades de reciclagem de lixo e de embalagens e de incineração de lixo, além de fomentar a instalação de unidades de processamento de lixo, para uso próprio em empresas de outros ramos de atividade.

No campo fiscal, a proposta concede redução de alíquota do imposto de renda para as pessoas jurídicas recicladoras de lixo, oferece possibilidade de depreciação acelerada de unidades processadoras de lixo e concede isenção do imposto sobre produtos industrializados-IPI sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e instrumentos destinados às unidades de processamento e incineração de lixo e embalagens.

Os incentivos fiscais vigorarão por um período de cinco anos (IR), e de 3 anos (IPI), de forma a possibilitar a maturação, a consolidação e o retorno dos investimentos na área objeto dos benefícios fiscais.

No campo financeiro, a proposição prevê a implementação, pelo governo, de linhas especiais de financiamento para a aquisição de equipamentos e investimentos de infra-estrutura, de forma a viabilizar a implantação das empresas processadoras ou incineradoras de lixo.

O crescente volume de lixo depositado nos aterros sanitários coloca em risco os afluentes que abastecem de água potável as nossas cidades. Os valores despendidos pelos governos no recolhimento do lixo seriam suficientes para viabilizar os incentivos aqui propostos, sem agravar e comprometer o meio ambiente.

Esperamos, pois, contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, em de de 2000.


Deputado ALEX CANZIANI

22/08/00

PROJETO DE LEI N.º 6.446, DE 2005
(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel - PIFIRP e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 3480/2000. - 203/91

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DO OBJETO E DA FINALIDADE

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel - PIFIRP, com a finalidade de captar e alocar recursos para o setor, de modo a:

- I – incentivar a instalação de novas indústrias de reciclagem de papéis no País;
- II – estimular e expansão das indústrias de reciclagem de papéis no País;
- III - diversificar o parque industrial de reciclados de papel no País;
- IV – desenvolver programas de ensino acerca da reciclagem de papéis e seus benefícios;
- V – apoiar programas que visem a preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
- VI – estimular a coleta seletiva de recicláveis do lixo;
- VII - preservar mananciais e reservatórios de água;
- VIII – minimizar o desmatamento e a extração de recursos naturais;
- IX – reduzir a deposição de lixo em aterros e aumentar a vida útil destes;
- X - incrementar o número de empregos diretos e indiretos decorrentes da reciclagem;
- XI – estimular atividades científicas e tecnológicas de geração de novas fontes de energia;
- XII – apoiar programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos vinculados às indústrias de reciclagem de papéis;
- XIII – buscar o desenvolvimento nacional de programas de desenvolvimento sustentável, articulando políticas de geração de emprego e renda.

Art.2º - Participarão do PIFIRP os seguintes órgãos:

- I – Ministério da Fazenda
- II – Ministério do Meio Ambiente
- III – Ministério da Ciência e Tecnologia;
- IV – Caixa Econômica Federal;
- V – BNDES

CAPÍTULO II DOS RECURSOS

Art.3º - O Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel - PIFIRP será implementado pelo o Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel - PIFIRP,, entre outros instrumentos que poderão ser criados.

Art. 4º - O Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel - PIFIRP, será destinado à alocação de recursos para financiamento de programas pertinentes a diversificação do setor de reciclagem de papel do País.

Parágrafo Único. Os recursos do FIFIRP destinam-se a estimular a expansão das indústrias de reciclagem de papel no País, por intermédio de financiamentos reembolsáveis para a realização de investimentos fixos, capital de giro e desenvolvimento de máquinas e equipamentos necessários à reciclagem de papéis.

Art. 5º - Constituirão receita do Fundo de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papéis - FIFIRP:

- I - dotações consignadas no orçamento da União;
- II - recursos decorrentes do financiamento e encargos do próprio Fundo;
- III - palestras e cursos ministrados sobre coleta seletiva de recicláveis, reciclagem de papéis e preservação ambiental;
- IV - outros recursos.

CAPÍTULO III DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6º - Poderão ser beneficiárias das operações de financiamento com recursos do Fundo de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papéis - FIFIRP as empresas que, de acordo com o art. 1º desta Lei, visem:

- I - modernização do parque industrial de reciclagem de papel localizado no País;
- II - expansão do parque industrial de reciclagem de papel localizado no País;
- III - instalação do parque industrial de reciclagem de papel localizado no País;

TÍTULO II DO FINANCIAMENTO

Art. 7º - Os recursos do Fundo de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papéis - FIFIRP financiarão até 80% (oitenta por cento) do custo total dos investimentos fixos, capital de giro e desenvolvimento de máquinas e equipamentos, desde de que a empresa beneficiada comprove dispor do valor remanescente ou comprove estar apta a obter financiamento do respectivo montante de outra fonte devidamente identificada.

§ 1º - O financiamento por meio do FIFIRP ocorrerá com base no Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI que o beneficiário tiver que recolher à União Federal.

§ 2º. O prazo para a concessão de financiamento será de 10 (dez) anos contados da vigência desta lei, facultado ao Poder Executivo, propor a sua prorrogação, baseada na avaliação de desempenho do Fundo.

Art. 8º - As empresas de reciclagem de papel interessadas no financiamento com recursos do FIFIRP, deverão apresentar Carta-Consulta ao órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente, que, como agente executor, será responsável pela análise dos aspectos técnicos, sociais e econômicos da solicitação apresentada.

§1º - O órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente deverá encaminhar cópia do relatório técnico, social e econômico dos projetos aprovados para ao Ministério Fazenda.

§2º - Os relatórios do órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente relativos aos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de máquinas e equipamentos também deverão ser encaminhados para o Ministério da Ciência e Tecnologia, que será responsável pelo acompanhamento trimestral destes.

§3º - Cabe ao Ministério da Ciência e Tecnologia, elaborar e encaminhar a Secretaria do Meio Ambiente, trimestralmente, relatório de acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado, certificando a data de sua conclusão e os resultados obtidos.

Art. 9º - Para concessão do financiamento com recursos do Fundo de Incentivo à Indústria de Reciclagem de Papéis - FIFIRP serão observados os seguintes requisitos:

- I – situação cadastral regular da empresa requerente perante a Secretaria da Receita Federal;
- II - aprovação do Ministério do Meio Ambiente;
- III – apresentação de certidão negativa de débito expedida pela Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo Único. Caberá ao órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente emitir relatório e o respectivo Certificado de Liberação pertinente ao valor total financiado de acordo com a análise econômica-social da solicitação ou do projeto apresentado.

Art. 10 - Cada parcela do financiamento corresponderá a até 80% (oitenta por cento) por cento do valor do Imposto sobre Produtos - IPI, devido mensalmente, referente às vendas da própria indústria após início de operação.

Art.11 – Compete à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou outra instituição financeira, como agente financeiro, contratar o financiamento à conta FIFIRP, mediante o Certificado de Liberação emitido pelo órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente e apresentação de garantia, de acordo com as normas que serão expedidas pelo poder Executivo no prazo de 30 dias nos termos do art. 17 desta Lei.

Parágrafo Único. Compete à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no prazo de 60 (sessenta) dias do protocolo do pedido de financiamento, remeter ao Ministério da Fazenda o Certificado de Liberação emitido pelo órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente.

Art.12 - A liberação dos recursos ocorrerá imediatamente após o recolhimento do IPI pelo beneficiário e mediante a apresentação do Certificado de Liberação emitido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Art. 13 – Cada parcela do financiamento será resgatada após 12 (doze) meses de sua liberação.

Art. 14 – Os encargos financeiros sobre o financiamento a cargo do beneficiário, são:

I – 6,0% (doze por cento) de juros ao ano, destinando-se ao Agente Financeiro a título de remuneração pelas despesas operacionais,

II – Atualização de acordo com a variação do INPC.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

Art. 15 – A comprovação de sonegação fiscal pela empresa beneficiária durante a vigência do contrato de financiamento, respeitado o disposto no art. 5º, incisos LIV, LV e LVII da Constituição Federal de 1988, acarretará a exclusão desta do programa na qual está inserida e o imediato cancelamento do saldo remanescente, com vencimento antecipado de todas as parcelas, devidamente atualizadas e acrescidas de multa e juros contratuais, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

Parágrafo único: A exclusão da empresa beneficiária acarretará a exigência somente das parcelas vencidas a partir do ilícito constatado, devidamente atualizadas e acrescidas de multa e juros contratuais.

Art. 16 - O relatório do órgão gestor de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente que embasar a decisão de concessão ou não do financiamento será publicado, na íntegra, no Diário Oficial da União Federal no prazo de 5 (cinco) dias, a partir de sua elaboração.

Art. 17 – Caberá ao BNDES apoiar o Programa de Incentivo Federal à Indústrias de Reciclagem, por intermédio de linhas de crédito específica, às empresas que atenderem a pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º desta Lei.

Art.18 – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 dias, a contar de sua publicação.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

1. A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM NOS DIAS ATUAIS.

O processo de urbanização em níveis acelerados aliado ao consumo crescente de produtos descartáveis ou pouco duráveis tem provocado sensível aumento na produção do volume de lixo nas grandes cidades.

O lixo gerado, além de altamente diversificado (industrial, comercial, residencial etc.), concentra-se, em geral, nas áreas metropolitanas, cujos aterros e lixões não mais suportam a quantidade de resíduos neles depositados. A solução encontrada pelos Prefeitos, diante do exaurimento dos aterros próximos às grandes cidades produtoras de lixo, tem sido o envio dos resíduos para aterros em cidades cada vez mais distantes, sendo, por consequência, mais oneroso para a Administração Pública.

Assim sendo, mister se faz estimular a indústria de reciclagem, em face de seu alto potencial de absorção do lixo diariamente produzido no país.

1.1. Da Produção de Lixo

O Brasil é um grande produtor de lixo, cujo aproveitamento para reciclagem é irrisório, conforme podemos aferir dos seguintes dados:

Estatística Brasil – Destino do Lixo Coletado

Tipo	Quantidade (t/dia)	Porcentagem
Aterro Controlado	84.575	37,2
Aterro Sanitário	82.640	36,1
Lixão a Céu Aberto	48.332	21,1
Estação de Compostagem	6.550	3,0
Locais Não-físico	1.230	0,5
Incineração	1.032	0,4
Lixão em áreas Alagadas	233	0,1
Outros	1.566	0,6
Total	225.413	100

*Fonte: Anuário da EXAME 2004/2005

Municípios e a Coleta de Lixo

Com Coleta Seletiva	8%
Com Reciclagem	6%

*Fonte: Anuário da EXAME 2004/2005

Sob outra ótica, se considerarmos os dados obtidos no Manual de Gerenciamento do Lixo Municipal, 2ª edição, IPT-SP, constatamos a seguinte composição do lixo brasileiro:

Matéria orgânica	52,5%
Papel e papelão	24,5%
Plásticos	2,9%
Metais	2,3%
Vidros	1,6%
Outros	16,2%
Total	100%

Ora, da análise de tais dados, verificamos que os lixos potencialmente recicláveis correspondem à parcela considerável do total de lixo produzido no País, no entanto, o reaproveitamento deste é muito pequeno, razão pela qual o papel das indústrias de reciclagem, nos dias atuais, revela-se de suma importância para um desenvolvimento sustentável da sociedade em **matéria ambiental**.

Nesse sentido, em 1992, o Rio de Janeiro foi palco da ECO92, ocasião em que diversos países das Nações Unidas reuniram-se para discutir na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, como viabilizar um desenvolvimento sustentável tanto em relação às populações carentes, como em relação ao meio ambiente, num contexto de globalização e industrialização em expansão.

Desse encontro nasceu a Agenda 21, cujo objetivo foi exemplificar quais as ações necessárias para alcançar os objetivos pretendidos na ECO92.

1.2. Da Agenda 21 Nacional

No Brasil, a Agenda 21 foi construída entre os anos de 1996 e 2002, sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional – CPDS.

Em seguida, iniciou-se o processo de implantação da Agenda 21 brasileira, tendo esta sido elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, o que fortaleceu política e institucionalmente o programa, a fim de atingir seus objetivos, quais sejam, adoção do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Vale destacar, para um maior entendimento da importância e abrangência do tema, o Capítulo 21 da Agenda 21, abaixo transcrito:

"AGENDA 21

Capítulo 21

Manejo Ambientalmente Saudável dos Resíduos Sólidos e Questões Relacionadas com os Esgotos

(...)

21.4. O manejo ambientalmente saudável desses resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo. Isso implica na utilização do conceito de manejo integrado do ciclo vital, o qual apresenta oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente.

21.5. Em consequência, a estrutura da ação necessária deve apoiar-se em uma hierarquia de objetivos e centrar-se nas quatro principais áreas de programas relacionadas com os resíduos, a saber:

(a) Redução ao mínimo dos resíduos;

(b) Aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos resíduos;

(c) Promoção do depósito e tratamento ambientalmente saudáveis dos resíduos;

(d) Ampliação do alcance dos serviços que se ocupam dos resíduos.

(...)

B. Maximização ambientalmente saudável do reaproveitamento e da reciclagem dos resíduos

Base para a ação

21.16. O esgotamento dos locais de despejo tradicionais, a aplicação de controles ambientais mais estritos no depósito de resíduos e o aumento da quantidade de resíduos de maior persistência, especialmente nos países industrializados, contribuíram em conjunto para o rápido aumento dos custos dos serviços de depósito dos resíduos. Esses custos podem duplicar ou triplicar até o final da década. Algumas das práticas atuais de depósito ameaçam o meio ambiente. Na medida em que se modifica a economia dos serviços de depósito de resíduos, a reciclagem deles e a recuperação

de recursos ficam cada dia mais rentáveis. Os futuros programas de manejo de resíduos devem aproveitar ao máximo as abordagens do controle de resíduos baseadas no rendimento dos recursos. Essas atividades devem realizar-se em conjunto com programas de educação do público. É importante que se identifiquem os mercados para os produtos procedentes de materiais reaproveitados ao elaborar os programas de reutilização e reciclagem.

Objetivos

21.17. Os objetivos nesta área de programas são:

(a) Fortalecer e ampliar os sistemas nacionais de reutilização e reciclagem dos resíduos;

(b) Criar, no sistema das Nações Unidas, um programa modelo para a reutilização e reciclagem internas dos resíduos gerados, inclusive do papel;

(c) Difundir informações, técnicas e instrumentos de política adequados para estimular e operacionalizar os sistemas de reutilização e reciclagem de resíduos.

(...)

21.21. Os Estados, por meio de cooperação bilateral e multilateral, inclusive com as Nações Unidas e outras organizações internacionais pertinentes, quando apropriado, devem:

(a) Examinar periodicamente em que medida os países reutilizam e reciclam seus resíduos;

(b) Examinar a eficácia das técnicas e métodos de reutilização e reciclagem de resíduos e estudar a maneira de aumentar sua aplicação nos países;

(c) Examinar e atualizar as diretrizes internacionais para a reutilização e reciclagem segura de resíduos;

(d) Estabelecer programas adequados para apoiar indústrias de reutilização e reciclagem de resíduos de comunidades pequenas nos países em desenvolvimento.

Meios de implementação

(...)

21.24. Os incentivos para a reutilização e reciclagem de resíduos são numerosos. Os países podem considerar as seguintes opções para incentivar a indústria, as instituições, os estabelecimentos comerciais e os indivíduos a reciclar os resíduos, ao invés de eliminá-los:

(a) Oferecer incentivos às autoridades locais e municipais que reciclam a máxima proporção de seus resíduos;

(b) Proporcionar assistência técnica às atividades informais de reutilização e reciclagem de resíduos;(grifamos)

(c) Empregar instrumentos econômicos e regulamentadores, inclusive incentivos fiscais, para apoiar o princípio de que os que produzem resíduos devem pagar por seu depósito;

(d) Prever as condições jurídicas e econômicas que conduzam o investimento para a reutilização e reciclagem de resíduos;

(e) Implementar mecanismos específicos, tais como sistemas de depósito e devolução, como incentivo para a reutilização e reciclagem;

(f) Promover a coleta em separado das partes recicláveis dos resíduos domésticos;

(g) Proporcionar incentivos para aumentar a comercialidade dos resíduos tecnicamente recicláveis;

(h) Estimular o uso de materiais recicláveis, principalmente embalagens, sempre que possível;

(i) Estimular o desenvolvimento de mercados para produtos reciclados estabelecendo programas."

Ainda que os argumentos sócio-econômicos não sejam suficientes, ressalte-se que a própria Constituição Federal impõe prioritariamente ao Poder Público a proteção e manutenção do meio ambiente, bem como obriga a coletividade a protegê-lo, conforme se passará a demonstrar.

2. O MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA

O constituinte pátrio entendeu por bem destinar ao Meio Ambiente um Capítulo inteiro de nossa Carta Magna, abaixo transcrito:

"CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a

alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."(grifamos)

Saliente-se que a proteção ao meio ambiente também é preocupação do legislador infraconstitucional, que, consciente de sua importância, houve por bem editar a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, especificando as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, que, por sua relevância, merece transcrição o seguinte trecho:

"Art 1º - Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação,

constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art. 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente."

Mister lembrar, outrossim, que a reciclagem de papéis, além de reduzir sensivelmente o desmatamento de parques florestais nativos, cada vez mais escassos em nosso país, resulta em significativa economia de energia e preservação dos recursos hídricos nacionais, a medida que o processamento da matéria prima ocorre em circuito fechado, sem acréscimo de produtos químicos que geralmente acabam por degradar os mananciais.

Não bastassem tais fatos, que por si só já justificariam a concessão de incentivos ao setor em questão, é preciso considerar que a indústria de reciclagem de papéis é responsável não só pela preservação do meio ambiente, mas também pela geração de empregos diretos e indiretos (sucateiros e aparistas) no Brasil, sendo um verdadeiro instrumento de inclusão social e de geração de renda.

À evidência, por intermédio destas indústrias, são conferidos inúmeros empregos às classes sociais menos favorecidas, como, por exemplo, aos denominados "catadores de papéis", colocados muitas vezes à margem da sociedade, que, em virtude da reciclagem de papéis tem a oportunidade e a possibilidade de adquirir, de forma digna, a renda necessária a sua sobrevivência.

E, nesse sentido, o constituinte é expresso ao determinar no artigo 170 da Constituição Federal que a *"ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social,"* devendo ser observados entre outros princípios a *"defesa do meio ambiente"* (inc. VI), a *"redução das desigualdades regionais e sociais"* (inc. VII) e a *"busca do pleno emprego"* (inc. VIII).

Assim, resta claro que o meio ambiente deve ser protegido pelo Estado, e a indústria de reciclagem de papéis, na posição de auxiliadora deste nessa função, deve ser auxiliada por intermédio de benefícios fiscais e financiamentos, a fim de assegurar a manutenção e o crescimento desta, bem como o bem estar social do país como um todo.

Sob outro prisma, deve-se atentar, para a competência para instituição de tributos, tendo em vista que, pelo princípio federativo, cada ente poderá dispor somente dos tributos de sua competência, nos termos dos arts. 153 da Constituição Federal.

3. DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A Constituição Federal impõe ao legislador infraconstitucional as seguintes competências para instituir ou majorar tributos:

*"Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
I - importação de produtos estrangeiros;*

- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;*
- III - renda e proventos de qualquer natureza;*
- IV - produtos industrializados;*
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;*
- VI - propriedade territorial rural;*
- VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.*

DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;*
- II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;*
- III - propriedade de veículos automotores.*

(...)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;*
- II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;*
- III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar."*

Especificamente no que se refere ao IPI, o §3º do art. 153, da CF prevê que este imposto será *"seletivo, em função da essencialidade do produto"* (inc. I) e *"não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores"* (inc.II).

Diante de tal comando, resta clara a compatibilidade da presente lei com as características básicas do IPI. À evidência, não se trata o papel reciclado de bem supérfluo, mas sim, de produto essencial para o desenvolvimento sustentável do país.

Da mesma forma, a redução da base de cálculo do IPI na proporção do material reciclado utilizado, nada mais é do que o cumprimento do próprio princípio da não-cumulatividade idealizado pelo legislador constituinte na intenção de desonerar a cadeia produtiva e incentivar, por consequência, a iniciativa privada (CF, art. 170).

À exceção da seletividade, que é indispensável para o IPI e opcional para o ICMS, raciocínio análogo deve ser feito em relação a este último imposto, tendo em vista que o art. 155, §2º da CF é expresso ao determinar que o ICMS *"será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal"* (inc. I) e *"poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços"* (inc.III).

Vale destacar, outrossim, que *"qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XIP"* (art. 150, § 3º da CF).

Ressalte-se que além do benefício fiscal dever ser, obrigatoriamente, veiculado por lei, e, no caso do ICMS por lei complementar, é preciso obedecer ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), cuja dicção é a seguinte:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do

art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Diante disso, conclamo os nobres colegas parlamentares a apoiarem o presente Projeto de Lei que *Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel – PIFIRP e dá outras providências.*

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2005 .

Deputado NELSON MARQUEZELLI
PTB-SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

Capítulo I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 - DOU de 16/12/1998, em vigor desde a publicação).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

** § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput

deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

SEÇÃO IV

DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

** Art. 155 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

** § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

** § 2º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

** Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

- a) definir seus contribuintes;
- b) dispor sobre substituição tributária;
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;
- h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;

** Alínea h acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

** Alínea i acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 3º A exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:

** § 4º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:

** Inciso IV, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

** Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

** § 6º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

SEÇÃO V DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

** Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

** § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses

casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

* § 3º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

* Inciso IV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

* Inciso IX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/08/1995.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 171. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/08/1995)

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

** Inciso V com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art. 5º As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

** Inciso I com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

** Inciso II com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

** Inciso III com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

** Inciso IV com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

V - órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

** Inciso V com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

VI - órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

** Inciso VI com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

§ 1º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma fundação de apoio técnico e científico às atividades do IBAMA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO III DA RECEITA PÚBLICA

SEÇÃO II DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

SEÇÃO I DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

.....

.....

AGENDA 21

CAPÍTULO 21

MANEJO AMBIENTALMENTE SAUDÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E QUESTÕES RELACIONADAS COM OS ESGOTOS

Introdução

21.1. O presente capítulo foi incorporado à Agenda 21 em cumprimento ao disposto no parágrafo 3 da seção I da resolução 44/228 da Assembleia Geral, no qual a Assembleia afirmou que a Conferência devia elaborar estratégias e medidas para deter e inverter os efeitos da degradação do meio ambiente no contexto da intensificação dos esforços nacionais e internacionais para promover um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países, e no parágrafo 12 g) da seção I da mesma resolução, no qual a Assembleia afirmou que o manejo ambientalmente saudável dos resíduos se encontrava entre as questões mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente da Terra e, principalmente, para alcançar um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países.

21.2. As áreas de programas incluídas no presente capítulo da Agenda 21 estão estreitamente relacionadas com as seguintes áreas de programas de outros capítulos da Agenda 21:

- (a) Proteção da qualidade e da oferta dos recursos de água doce (capítulo 18);
- (b) Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos (capítulo 7);
- (c) Proteção e promoção da salubridade (capítulo 6);
- (d) Mudança dos padrões de consumo (capítulo 4).

21.3. Os resíduos sólidos, para os efeitos do presente capítulo, compreendem todos os restos domésticos e resíduos não perigosos, tais como os resíduos comerciais e institucionais, o lixo da rua e os entulhos de construção. Em alguns países, o sistema de gestão dos resíduos sólidos também se ocupa dos resíduos humanos, tais como excrementos, cinzas de incineradores, sedimentos de fossas sépticas e de instalações de tratamento de esgoto. Se manifestarem características perigosas, esses resíduos devem ser tratados como resíduos perigosos.

21.4. O manejo ambientalmente saudável desses resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não

sustentáveis de produção e consumo. Isso implica na utilização do conceito de manejo integrado do ciclo vital, o qual apresenta oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente.

21.5. Em consequência, a estrutura da ação necessária deve apoiar-se em uma hierarquia de objetivos e centrar-se nas quatro principais áreas de programas relacionadas com os resíduos, a saber:

- (a) Redução ao mínimo dos resíduos;
- (b) Aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos resíduos;
- (c) Promoção do depósito e tratamento ambientalmente saudáveis dos resíduos;
- (d) Ampliação do alcance dos serviços que se ocupam dos resíduos.

21.6. Como as quatro áreas de programas estão correlacionadas e se apóiam mutuamente, devem estar integradas a fim de constituir uma estrutura ampla e ambientalmente saudável para o manejo dos resíduos sólidos municipais. A combinação de atividades e a importância que se dá a cada uma dessas quatro áreas variarão segundo as condições sócio-econômicas e físicas locais, taxas de produção de resíduos e a composição destes. Todos os setores da sociedade devem participar em todas as áreas de programas.

Áreas de Programas

A. Redução ao mínimo dos resíduos

Base para a ação

21.7. A existência de padrões de produção e consumo não sustentáveis está aumentando a quantidade e variedade dos resíduos persistentes no meio ambiente em um ritmo sem precedente. Essa tendência pode aumentar consideravelmente as quantidades de resíduos produzidos até o fim do século e quadruplicá-los ou quintuplicá-los até o ano 2025. Uma abordagem preventiva do manejo dos resíduos centrada na transformação do estilo de vida e dos padrões de produção e consumo oferece as maiores possibilidades de inverter o sentido das tendências atuais.

Objetivos

21.8. Os objetivos desta área são:

- (a) Estabelecer ou reduzir, em um prazo acordado, a produção de resíduos destinados ao depósito definitivo, formulando objetivos baseados em peso, volume e composição dos resíduos e promover a separação para facilitar a reciclagem e a reutilização dos resíduos;

(b) Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos e as modificações em sua composição com o objetivo de formular políticas de minimização dos resíduos, utilizando instrumentos econômicos ou de outro tipo para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo.

21.9. Os Governos, segundo sua capacidade e recursos disponíveis e com a cooperação das Nações Unidas e de outras organizações pertinentes, quando apropriado, devem:

(a) Até o ano 2000, assegurar uma capacidade nacional, regional e internacional suficiente para obter, processar e monitorar a informação sobre a tendência dos resíduos e implementar políticas destinadas para sua redução ao mínimo;

(b) Até o ano 2000, estabelecer, em todos os países industrializados, programas para estabilizar ou diminuir, caso seja praticável, a produção de resíduos destinados o depósito definitivo, inclusive os resíduos per capita (nos casos em que este conceito se aplica), no nível alcançado até essa data; os países em desenvolvimento devem também trabalhar para alcançar esse objetivo sem comprometer suas perspectivas de desenvolvimento;

(c) Aplicar até o ano 2000, em todos os países e, em particular, nos países industrializados, programas para reduzir a produção de resíduos agroquímicos, contêineres e materiais de embalagem que não cumpram as normas para materiais perigosos.

Atividades

(a) Atividades relacionadas a manejo

21.10. Os Governos devem iniciar programas para manter a redução ao mínimo da produção de resíduos. As organizações não- governamentais e os grupos de consumidores devem ser estimulados a participar desses programas, que podem ser elaborados com a cooperação das organizações internacionais, caso necessário. Esse programas devem basear-se , sempre que possível, nas atividades atuais ou previstas e devem:

(a) Desenvolver e fortalecer as capacidades nacionais de pesquisa e elaboração de tecnologias ambientalmente saudáveis, assim como adotar medidas para diminuir os resíduos ao mínimo;

(b) Estabelecer incentivos para reduzir os padrões de produção e consumo não sustentáveis;

(c) Desenvolver, quando necessário, planos nacionais para reduzir ao mínimo a geração de resíduos como parte dos planos nacionais de desenvolvimento;

(d) Enfatizar as considerações sobre as possibilidade de reduzir ao mínimo os resíduos nos contratos de compras dentro do sistema das Nações Unidas.

(b) Dados e informações

21.11. O monitoramento é um requisito essencial para acompanhar de perto as mudanças na quantidade e qualidade dos resíduos e sua conseqüências para a saúde e o meio ambiente. Os Governos, com o apoio das organizações internacionais, devem:

(a) Desenvolver e aplicar metodologias para o monitoramento de resíduos no plano nacional;

(b) Reunir e analisar dados, estabelecer objetivos nacionais e acompanhar os progressos;

(c) Utilizar dados para avaliar se as políticas nacionais para os resíduos são ambientalmente saudáveis e estabelecer bases para a ação corretiva;

(d) Introduzir informações nos sistemas de informação mundiais.

(c) Cooperação e coordenação internacionais e regionais

21.12. As Nações Unidas e as organizações intergovernamentais, com a colaboração dos Governos, devem ajudar a promover a minimização dos resíduos facilitando um maior intercâmbio de informação, conhecimentos técnicos-científicos e experiência. O que se segue é uma lista não exaustiva das atividades específicas que podem ser empreendidas:

(a) Identificar, desenvolver e harmonizar metodologias para monitorar a produção de resíduos e transferir essas metodologias aos países;

(b) Identificar e ampliar as atividades das redes de informação existentes sobre tecnologias limpas e minimização dos resíduos;

(c) Realizar avaliação periódica, cotejar e analisar os dados dos países e informar, sistematicamente, em um foro apropriado das Nações Unidas, aos países interessados;

(d) Examinar a eficácia de todos os instrumentos de redução dos resíduos e determinar os novos instrumentos que podem ser utilizados, assim como as técnicas por meio das quais podem ser colocados em prática nos países. Devem-se desenvolver diretrizes e códigos de conduta;

(e) Empreender pesquisas sobre os impactos social e econômico, entre os consumidores, da redução ao mínimo dos resíduos.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

21.13. A secretaria da Conferência sugere que os países industrializados considerem a possibilidade de investir na redução ao mínimo dos resíduos o equivalente da aproximadamente 1 por cento dos gastos de manejo dos resíduos sólidos e depósitos de esgotos. Em cifras atuais, essa soma alcançaria em torno de \$6.5 bilhões de dólares anuais, incluindo aproximadamente \$1.8 bilhões de dólares para reduzir ao mínimo os resíduos sólidos municipais. As somas reais devem ser determinadas pelas autoridades municipais, provinciais e nacionais pertinentes, baseando-se nas circunstâncias locais.

(b) Meios científicos e tecnológicos

21.14. É necessário identificar e difundir amplamente tecnologias e procedimentos adequados para reduzir ao mínimo os resíduos. Esse trabalho deve ser coordenado pelos Governos, com a cooperação e colaboração de organizações não-governamentais, instituições de pesquisa e organismos competentes das Nações Unidas e pode compreender:

- (a) Empreender um exame contínuo da eficácia de todos os instrumentos de redução ao mínimo dos resíduos e identificar novos instrumentos que possam ser utilizados, assim como técnicas por meio das quais esses instrumentos possam ser colocados em prática nos países. Devem-se desenvolver diretrizes e códigos de conduta;
- (b) Promover a prevenção e a redução ao mínimo dos resíduos como objetivo principal dos programas nacionais de manejo de resíduos;
- (c) Promover o ensino público e uma gama de incentivos reguladores e não reguladores para estimular a indústria a modificar o projeto dos produtos e reduzir os resíduos procedentes dos processos industriais mediante o uso de tecnologias de produção mais limpas e boas práticas administrativas, assim como estimular a indústria e os consumidores a utilizar tipos de embalagens que possam voltar a ser utilizados sem risco;
- (d) Executar, de acordo com as capacidades nacionais, programas-pilotos e de demonstração para otimizar os instrumentos de redução dos resíduos;
- (e) Estabelecer procedimentos para o transporte, o armazenamento, a conservação e o manejo adequados de produtos agrícolas, alimentos e outras mercadorias perecíveis, a fim de reduzir as perdas desses produtos que conduzem à produção de resíduos sólidos;
- (f) Facilitar a transferência de tecnologias de redução dos resíduos para a indústria, principalmente nos países em desenvolvimento, e estabelecer normas nacionais concretas para os efluentes e resíduos sólidos, levando em consideração, inter alia, o consumo de matérias primas e energia.

(c) Desenvolvimento dos recursos humanos

21.15. O desenvolvimento dos recursos humanos para a minimização dos resíduos não deve se destinar apenas aos profissionais do setor de manejo dos resíduos, mas

também deve buscar o apoio dos cidadãos e da indústria. Os programas de desenvolvimento dos recursos humanos devem ter por objetivo conscientizar, educar e informar os grupos interessados e o público em geral. Os países devem incorporar aos currículos das escolas, quando apropriado, os princípios e práticas referentes à prevenção e redução dos resíduos e material sobre os impactos dos resíduos sobre o meio ambiente.

B. Maximização ambientalmente saudável do reaproveitamento e da reciclagem dos resíduos

Base para a ação

21.16. O esgotamento dos locais de despejo tradicionais, a aplicação de controles ambientais mais estritos no depósito de resíduos e o aumento da quantidade de resíduos de maior persistência, especialmente nos países industrializados, contribuíram em conjunto para o rápido aumento dos custos dos serviços de depósito dos resíduos. Esses custos podem duplicar ou triplicar até o final da década. Algumas das práticas atuais de depósito ameaçam o meio ambiente. Na medida em que se modifica a economia dos serviços de depósito de resíduos, a reciclagem deles e a recuperação de recursos ficam cada dia mais rentáveis. Os futuros programas de manejo de resíduos devem aproveitar ao máximo as abordagens do controle de resíduos baseadas no rendimento dos recursos. Essas atividades devem realizar-se em conjunto com programas de educação do público. É importante que se identifiquem os mercados para os produtos procedentes de materiais reaproveitados ao elaborar os programas de reutilização e reciclagem.

Objetivos

21.17. Os objetivos nesta área de programas são:

- (a) Fortalecer e ampliar os sistemas nacionais de reutilização e reciclagem dos resíduos;
- (b) Criar, no sistema das Nações Unidas, um programa modelo para a reutilização e reciclagem internas dos resíduos gerados, inclusive do papel;
- (c) Difundir informações, técnicas e instrumentos de política adequados para estimular e operacionalizar os sistemas de reutilização e reciclagem de resíduos.

21.18. Os Governos, segundo sua capacidade e recursos disponíveis e com a cooperação das Nações Unidas e de outras organizações pertinentes, quando apropriado, devem:

- (a) Até o ano 2000, promover capacidades financeira e tecnológicas suficientes nos planos regional, nacional e local, quando apropriado, para implementar políticas e ações de reutilização e reciclagem dos resíduos;

(b) Ter, até o ano 2000 em todos os países industrializados e até o ano 2010 em todos os países em desenvolvimento, um programa nacional que inclua, na medida do possível, metas para a reutilização e reciclagem eficazes dos resíduos.

Atividades

(a) Atividades de manejo

21.19. Os Governos, as instituições e as organizações não- governamentais, inclusive grupos de consumidores, mulheres e jovens, em colaboração com os organismos pertinentes do sistema das Nações Unidas, devem lançar programas para demonstrar e tornar operacional a reutilização e reciclagem de um volume maior de resíduos. Esses programas, sempre que possível, devem basear-se em atividades já em curso ou projetadas e:

- (a) Desenvolver e fortalecer a capacidade nacional de reutilizar e reciclar uma proporção de resíduos cada vez maior;
- (b) Examinar e reformar as políticas nacionais para os resíduos, a fim de proporcionar incentivos para a reutilização e reciclagem deles;
- (c) Desenvolver e implementar planos nacionais para o manejo dos resíduos que aproveitem a reutilização e reciclagem dos resíduos e dêem prioridade a elas;
- (d) Modificar as normas vigentes ou as especificações de compra para evitar discriminação em relação aos materiais reciclados, levando em consideração a economia no consumo de energia e em matérias-primas;
- (e) Desenvolver programas de conscientização e informação do público para promover a utilização de produtos reciclados.

(b) Dados e informações

21.20. A informação e pesquisa são necessárias para determinar formas vantajosas, rentáveis e socialmente aceitáveis de reaproveitamento ou reciclagem de resíduos que estejam adaptadas a cada país. Por exemplo, as atividades de apoio empreendidas pelos Governos nacionais e locais em colaboração com as Nações Unidas e outras organizações internacionais podem compreender:

- (a) A realização de um amplo exame das opções e técnicas de reciclagem de todas as formas de resíduos sólidos municipais. As políticas de reutilização e reciclagem devem ser parte integrante dos programas nacionais e locais de manejo de resíduos;
- (b) A avaliação do alcance e dos métodos das atuais operações de reutilização e reciclagem de resíduos e a identificação de formas para intensificá-las e apoiá-las;
- (c) O aumento do financiamento de programas-pilotos de pesquisa com o fim de testar diversas opções de reutilização e reciclagem de resíduos, entre elas, a utilização de

pequenas indústrias artesanais de reciclagem; a produção de adubo orgânico; a irrigação com águas residuais tratadas; e a recuperação de energia a partir dos resíduos;

(d) A produção de diretrizes e melhores condutas para a reutilização e reciclagem de resíduos;

(e) A intensificação dos esforços para coletar, analisar e difundir informações relevantes sobre a questão dos resíduos para grupos com atuação nessa área. Podem-se oferecer bolsas especiais de pesquisa, concedidas por concurso, para projetos de pesquisa inovadores sobre técnicas de reciclagem;

(f) A identificação de mercados potenciais para produtos reciclados.

(c) Cooperação e coordenação internacionais e regionais

21.21. Os Estados, por meio de cooperação bilateral e multilateral, inclusive com as Nações Unidas e outras organizações internacionais pertinentes, quando apropriado, devem:

(a) Examinar periodicamente em que medida os países reutilizam e reciclam seus resíduos;

(b) Examinar a eficácia das técnicas e métodos de reutilização e reciclagem de resíduos e estudar a maneira de aumentar sua aplicação nos países;

(c) Examinar e atualizar as diretrizes internacionais para a reutilização e reciclagem segura de resíduos;

(d) Estabelecer programas adequados para apoiar indústrias de reutilização e reciclagem de resíduos de comunidades pequenas nos países em desenvolvimento.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

21.22. O Secretariado da Conferência estimou que, se o equivalente a 1 por cento dos gastos municipais de manejo de resíduos for dedicado a projetos de reutilização dos resíduos por meio de métodos seguros, os gastos mundiais para esse fim alcançarão \$8 bilhões de dólares. O Secretariado estima o custo total anual médio (1993-2000) da implementação das atividades desta área de programas nos países em desenvolvimento em cerca de \$850 milhões de dólares, em termos concessionais ou de doações. Estas são estimativas apenas indicativas e aproximadas, não revisadas pelos Governos. Os custos reais e os termos financeiros, inclusive os não concessionais dependerão, inter alia, das estratégias e programas específicos que os Governos decidam adotar para a implementação.

(b) Meio científicos e tecnológicos

21.23. A transferência de tecnologia deve apoiar a reciclagem e a reutilização de resíduos da seguinte forma:

(a) Incluir a transferência de tecnologias de reciclagem, tais como máquinas para o reaproveitamento dos plásticos, cola e papel, nos programas de ajuda e cooperação técnicas bilaterais e multilaterais;

(b) Desenvolver e melhorar as tecnologias existentes, especialmente as autóctones, e facilitar sua transferência, no âmbito dos programas em curso de assistência técnica regional e inter-regional;

(c) Facilitar a transferência de tecnologia de reutilização e reciclagem de resíduos.

21.24. Os incentivos para a reutilização e reciclagem de resíduos são numerosos. Os países podem considerar as seguintes opções para incentivar a indústria, as instituições, os estabelecimentos comerciais e os indivíduos a reciclar os resíduos, ao invés de eliminá-los:

(a) Oferecer incentivos às autoridades locais e municipais que reciclam a máxima proporção de seus resíduos;

(b) Proporcionar assistência técnica às atividades informais de reutilização e reciclagem de resíduos;

(c) Empregar instrumentos econômicos e regulamentadores, inclusive incentivos fiscais, para apoiar o princípio de que os que produzem resíduos devem pagar por seu depósito;

(d) Prever as condições jurídicas e econômicas que conduzam o investimento para a reutilização e reciclagem de resíduos;

(e) Implementar mecanismos específicos, tais como sistemas de depósito e devolução, como incentivo para a reutilização e reciclagem;

(f) Promover a coleta em separado das partes recicláveis dos resíduos domésticos;

(g) Proporcionar incentivos para aumentar a comercialidade dos resíduos tecnicamente recicláveis;

(h) Estimular o uso de materiais recicláveis, principalmente embalagens, sempre que possível;

(i) Estimular o desenvolvimento de mercados para produtos reciclados estabelecendo programas .

(c) Desenvolvimento dos recursos humanos

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.375, DE 2005

(Do Sr. Carlos Nader)

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para equipamentos e máquinas para indústrias de reciclagem de todo o território nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3480/2000.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de reciclagem de materiais de todo o território nacional, receberão isenção no que refere ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Art. 2º Só terão direito aos benefícios concedidos nesta lei, as empresas de que determina o Art. 1º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Tudo o que é fabricado pelo homem acaba virando lixo. Muito desse lixo não se decompõe facilmente, como a matéria orgânica e passa a ser um problema. Plásticos, latas e vidros demoram muitos anos para se decompor e poluem o meio-ambiente. Por isso, a importância da reciclagem do lixo fabricado pelo ser humano. O lixo é formado por resíduos sólidos não biodegradáveis e que demoram a se decompor. Restos de alimentos, folhas e frutas são chamados lixo orgânico.

O Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano – valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado por outros países.

A presente proposição visa a isenção no que refere ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às empresas de reciclagem de materiais de todo o território nacional, que servirá de incentivo para tornar ainda maior a reciclagem no Brasil.

Devido ao aumento da população das grandes cidades e com o aumento do consumo de produtos, a quantidade de lixo também tem aumentado. O acúmulo de lixo é um dos principais problemas nas grandes cidades. Muitos materiais que vão para o lixo não podem ser desperdiçados, podendo ser reaproveitados e reutilizados.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares apoio para a presente proposição.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 2005.

Deputado CARLOS NADER-PL/RJ.

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 6.615, DE 2006

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais à reciclagem.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-3480/2000.

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1o. Esta Lei dispõe sobre medidas de incentivo fiscal para à reciclagem, com vistas a preservar e reduzir o uso de recursos naturais escassos, a minimizar a poluição e a diminuir a quantidade de lixo produzido no meio urbano.

Art. 2o. Para efeito desta Lei, consideram-se:

I Reciclagem: o reaproveitamento de materiais e bens de consumo industrializados descartados ou inservíveis, mediante processamento industrial compreendendo um novo ciclo de produção e de consumo, quantas vezes for técnica e economicamente possível;

II Reciclável: o material que possa ser submetido a processos de reciclagem, bem como o material ou o produto final acabado produzido por reciclagem;

III Indústria recicladora: a empresa industrial que tenha como a principal atividade econômica geradora de suas receitas a reciclagem de materiais e bens descartados e inservíveis, inclusive para terceiros;

Art. 3o. A empresa recicladora gozará dos seguintes incentivos fiscais:

I a redução da base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente na saída do produto reciclado do estabelecimento industrial, proporcional ao custo do material reciclável utilizado para a produção do bem ou produto final acabado;

II o diferimento do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente sobre o produto reciclado e o diferimento do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI relativo ao diferencial de alíquota e devido sobre a aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, peças, partes, componentes, acessórios e materiais destinados ao ativo fixo da empresa recicladora de papel, para o momento da alienação ou da saída do estabelecimentos desses bens;

III depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 2 (dois), sem prejuízo da depreciação normal, das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, de fabricação nacional, utilizados para os processos industriais de reciclagem da empresa.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo recolhimento do IPI, nos termos deste artigo, é do estabelecimento adquirente do produto final acabado obtido por reciclagem, na qualidade de contribuinte substituto, devendo os tributos serem:

a) recolhidos no momento da alienação ou saída dos bens para as hipóteses de aquisição interna de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, peças, partes, componentes, acessórios e materiais destinados ao ativo fixo da empresa;

b) apurados de forma global no momento da venda do produto final acabado nas hipóteses de entrada de matérias-primas, insumos, partes, componentes e demais mercadorias que sejam consumidas ou integradas ao processo da reciclagem resultando no produto final acabado, seja a entrada deles por processo de importação, seja por meio de operações internas.

Art. 4o. Os incentivos criados por esta Lei somente serão aplicados sobre a parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI que for devido pela empresa, em razão de suas atividades próprias.

Art. 5o. Para fazer jus aos incentivos criados por esta Lei, a empresa recicladora deverá elaborar e apresentar, para aprovação, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, plano de modernização e desenvolvimento, que contemple projeções de ampliação da capacidade produtiva instalada, de percentuais crescentes de aproveitamento de material reciclável nos processos de reciclagem adotados, descrevendo, especificando e compromissando os investimentos e dispêndios programados e a utilização prevista dos incentivos fiscais ora instituídos, demonstrando sua economicidade para as metas de produção e de expansão pretendidas.

Parágrafo único. Para a aprovação do plano de modernização e desenvolvimento e a consequente utilização dos benefícios instituídos nesta Lei, a empresa recicladora obrigará-se a operar no País e a aumentar, no prazo que estabeleça proporcional à fruição dos incentivos fiscais efetivamente

utilizados, o consumo em suas linhas de produção de material reciclável de origem exclusivamente interna.

Art. 6o. Os incentivos fiscais previstos nesta Lei irão vigorar no período compreendido entre a data da publicação do ato concessivo e o último dia útil do décimo ano subsequente.

Art. 7o. Não farão jus aos incentivos aqui previstos as empresas que estiverem inadimplentes com o Fisco Municipal, Estadual ou Federal ou que tenham dentre seus administradores ou sócios ou acionistas pessoa física ou jurídica nas mesmas condições, ou integrem grupo empresarial que se encontre nestas condições.

Art. 8o. A empresa beneficiada nos termos desta Lei terá suspenso o incentivo fiscal a que tenha feito jus, caso venha a ser, enquanto usufruindo-o, denunciada por crime de sonegação e, caso venha a ser condenada definitivamente, decorrerá como pena acessória a perda e o cancelamento irrecorrível do mesmo, com a consequente restauração da sistemática normal de apuração do IPI e do II, e a imediata devolução aos cofres públicos de todos os valores não recolhidos, a partir do ato ilícito, em virtude do benefício concedido, caso a sua suspensão não tenha operado, devidamente atualizados e acrescidos de multa e juros de mora, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

Art. 9o. A concessão dos incentivos fiscais previstos nesta Lei terá efeito a partir da publicação da aprovação do plano de modernização e desenvolvimento referido pelo artigo 5o., supra, e de acordo com os termos em que se der esta aprovação pela autoridade.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará por decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, a concessão dos incentivos fiscais e o procedimento a ser seguido na aprovação do plano de modernização e desenvolvimento referidos nos artigos 5o. e 9o. desta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional mensagem comunicando o incentivo fiscal disposto nesta Lei, bem como o impacto fiscal decorrente deste, na conformidade do art. 14 da Lei Complementar no. 101/2000.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A urbanização acelerada por que passou o Brasil, na metade do século XX, aliada ao adensamento geográfico em alguns centros urbanos, deu causa a inúmeras tensões e pressões sobre os recursos naturais, particularmente água, solo e a cobertura vegetal. Ao lado disto, o aumento da produção industrial, condição para o desenvolvimento econômico e a diversificação do tecido produtivo instalado no País, gerou o aumento no volume de lixo urbano e a consequente necessidade de cuidar de seu descarte e adequada disposição final. O lixo urbano assim produzido tem sido direcionado, nas áreas metropolitanas, para aterros sanitários e lixões, nem sempre construídos e gerenciados segundo as melhores técnicas de manejo, o que vem causando redução na sua vida útil, além de crescentes riscos ambientais. Portanto, a adequada disposição do lixo urbano deve ser uma preocupação permanente das autoridades. Para possibilitar o aumento da vida útil de aterros sanitários, como forma também de conter os custos econômicos e ambientais dessa disposição do lixo, o estímulo à reciclagem de materiais é contribuição significativa e apropriada. Contribui ainda para a economia no uso de matéria-prima para cuja obtenção ou produção os recursos ambientais também são consumidos. Assim, a reciclagem de materiais propicia, numa ponta, redução no estresse ambiental a que estão submetidos recursos naturais escassos, na outra ponta, limita o impacto da poluição urbana e a esterilização de áreas e terrenos que, uma vez destinados à construção de aterros e lixos, tornam-se inadequados para qualquer outra utilização por décadas e até séculos.

Neste sentido, no caso da reciclagem de papéis, além de reduzir sensivelmente o desmate de áreas com florestas nativas e a conversão em florestas homogêneas para corte e produção de polpa de papel de áreas para possível recuperação da cobertura vegetal, resulta em economia de energia e na preservação dos recursos hídricos, além de reduzir a poluição e a perda da qualidade ambiental. A indústria recicladora de papel também viabiliza e institui um ciclo produtivo distinto, envolvendo segmentos sociais marginalizados e dando a eles condições de integração à vida social e ao mundo do trabalho, por exemplo, catadores de lixo urbano, que podem ainda organizar-se em cooperativas de trabalho, resgatando-os da indigência e da marginalização.

A utilização de mecanismos fiscais para a indução de atividades econômicas é meio hábil e ao alcance do Estado moderno. O sistema tributário admite conformações que atinjam esse resultado. No que reguardo o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, por exemplo, o preceito constitucional determina que será *“seletivo, em função da essencialidade do produto”* (inc. I, do Artigo 153, parágrafo terceiro) e *“não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores”* (inc. II).

A redução da base de cálculo do IPI funciona, também, como modalidade de incentivo fiscal para logra atingir igualmente a não-cumulatividade do imposto preconizada.

Vale destacar que *“qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, parágrafo 2o., XII”* (cfme. Art. 150, parágrafo 3o., da Constituição Federal).

A presente proposição prevê a obrigatoriedade da empresa industrial recicladora apresentar um plano de modernização e desenvolvimento, que contemple projeções de ampliação da capacidade produtiva instalada, de percentuais crescentes de aproveitamento de material reciclável nos processos de reciclagem adotados, descrevendo, especificando e compromissando os investimentos e dispêndios programados e a utilização previstos incentivos fiscais, como condição para examinar a pretensão a usufruir os incentivos concebidos e, assim, estabelecendo um efetivo controle sobre as vantagens fiscais instituídos e o atendimento aos princípios inspiradores da ação estatal indutora do desenvolvimento da atividade econômica. Fica assim inteiramente acorde a presente proposição com o ditame constitucional do artigo 174, quando estabelece os parâmetros para a ação estatal regulamentadora da atividade econômica.

Sala da Sessões, em 09 de fevereiro de 2006.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**Capítulo I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Seção II
Das Limitações do Poder de Tributar**

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

** § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

VI - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

** § 1º com redação dada Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b, c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

** § 6º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

** § 7º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998 - DOU de 16/12/1998, em vigor desde a publicação).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

** § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Seção IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

** Art. 155 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

** § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

** § 2º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

- c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;
- d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

** Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

- a) definir seus contribuintes;
- b) dispor sobre substituição tributária;
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;
- h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;

** Alínea h acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

** Alínea i acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:

** § 4º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:

** Inciso IV, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

** Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

** § 6º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

Seção V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

** Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

** § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.*

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

* § 3º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

LEI COMPLEMENTAR nº 101, DE 4 de maio de 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO III DA RECEITA PÚBLICA

Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CAPÍTULO IV **DA DESPESA PÚBLICA**

Seção I **Da Geração da Despesa**

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 3.606, DE 2000
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Formula a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 1º A Política de Gestão de Resíduos Sólidos será desenvolvida em consonância com as Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, de Saneamento e de Saúde de acordo com os objetivos, princípios, fundamentos, diretrizes, instrumentos, planos e programas adotados nesta Lei.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por resíduos sólidos aqueles que se apresentam nos estados sólidos, semi-sólidos e os líquidos não passíveis de tratamento convencional, resultantes de atividades humanas.

Art. 3º Nos termos desta Lei, os resíduos obedecerão à seguinte classificação.

I – quanto à categoria:

a) resíduos urbanos: provenientes de residências ou qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares, bem como os resíduos de limpeza pública urbana;

b) resíduos industriais: provenientes de atividades de pesquisa e produção de bens, bem como os provenientes das atividades de mineração e aqueles gerados em áreas de utilidades e manutenção dos estabelecimentos industriais;

c) resíduos de serviços de saúde: provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial às populações humanas ou animal, centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde, bem como os medicamentos vencidos ou deteriorados;

d) resíduos de atividades rurais: provenientes da atividade agrosilvopastoril, inclusive os resíduos dos insumos utilizados nestas atividades;

e) resíduos de serviços de transporte: decorrentes da atividade da atividade de transporte e os provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários, ferroviários e portuários e postos de fronteira;

II – quanto à natureza:

a) resíduos classe I – perigosos: são aqueles que, em função de suas características intrínsecas de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, apresentam riscos à saúde ou ao meio ambiente;

b) resíduos classe II – não inertes: são aqueles que podem apresentar características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, com possibilidade de acarretar riscos à saúde ou ao meio ambiente, não se enquadrando nas classificações de resíduos classe I – perigosos ou classe III- inertes;

c) resíduos classe III – inertes: são aqueles que, por suas características intrínsecas, não oferecem riscos à saúde e que não apresentam constituintes solúveis em água em concentrações superiores aos padrões de potabilidade;

§ 1º A determinação da classe dos resíduos segundo a sua natureza, deverá ser feita conforme norma estabelecida pelo organismo normatizador federal competente, que será definido na regulamentação desta Lei;

§ 2º Quando um resíduo não puder ser classificado nos termos da norma mencionada no § 1º o órgão ambiental competente poderá estabelecer classificação provisória.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Política de Gestão de Resíduos

Sólidos:

I – preservar a saúde pública;

II – proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente;

III – assegurar a utilização adequada e racional dos recursos naturais;

IV – disciplina o gerenciamento dos resíduos;

V – estimular a implantação, em todas as cidades e localidades brasileiras dos serviços de gestão de resíduos sólidos;

VI – gerar benefícios sociais e econômicos.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Art. 5º São princípios da Política de Gestão de Resíduos Sólidos, hierarquizados nesta ordem:

I – a não geração de resíduos;

II – a minimização da geração;

III – a reutilização;

IV – a reciclagem

V – o tratamento.

Art. 6º São fundamentos da Política de Gestão de Resíduos Sólidos;

I – a descentralização político-administrativa;

II – a integração das ações nas áreas de saneamento, meio ambiente, saúde pública e ação social;

III – a participação da sociedade;

IV – a regularidade, a continuidade e a universalidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos;

V – a responsabilização dos geradores no gerenciamento dos seus resíduos sólidos;

VI – a responsabilização pós-consumo do fabricante e/ou importador pelos produtos e respectivas embalagens ofertados ao consumidor final;

VII – a cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade civil;

VIII – o uso de matérias primas e insumos, bem como o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e processos em consonância com os objetivos princípios e diretrizes desta Lei;

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 7º Para atendimento dos princípios e fundamentos estabelecidos, define-se as seguintes diretrizes:

I – incentivo à não geração, minimização, reutilização e reciclagem de resíduos através de :

- a) alteração de padrões de produção e de consumo;
- b) desenvolvimento de tecnologias limpas;
- c) aperfeiçoamento da legislação pertinente.

II – incentivo ao desenvolvimento de programas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos;

III – definição de procedimentos relativos ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

IV – incentivo às parcerias do governo com organizações que permitam otimizar a gestão dos resíduos sólidos;

V – estabelecimento de critérios para o gerenciamento de resíduos perigosos;

VI – desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área de gerenciamento de resíduos sólidos;

VII – promoção de campanhas educativas e informativas junto à sociedade sobre a gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos e sobre os efeitos na saúde e no meio ambiente dos processos de produção e de eliminação de resíduos;

VIII – incentivo à criação de novos mercados e a ampliação dos já existentes para os produtos reciclados;

IX – preferência, nas compras governamentais, a produtos compatíveis com os princípios e fundamentos desta Lei;

X – articulação institucional entre os gestores visando a cooperação técnica e financeira especialmente nas áreas de saneamento, meio ambiente e saúde pública;

XI – garantia de acesso da população ao serviço de limpeza urbana;

XII – incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de técnicos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, compatíveis com os princípios e fundamentos desta Lei;

XIII- incentivos fiscais, financeiros e creditícios para que sejam alcançados os objetivos desta Lei;

XIV- recuperação dos custos totais dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos;

XV – ação reparadora mediante a identificação e recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos;

XVI - flexibilização da prestação de serviços de limpeza urbana, com adoção de modelos gerenciais e tarifários, que assegurem a sua sustentabilidade econômica e financeira.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política de Gestão de Resíduos Sólidos;

I – os planos e programas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos;

II – a capacitação técnica e valorização profissional;

III – os instrumentos econômicos;

IV – a disseminação de informações;

V – o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização;

VI – as penalidades disciplinares e compensatórias;

VII – o apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VIII – a educação ambiental de forma consistente e continuada;

IX – a valorização dos resíduos.

CAPÍTULO VI DOS PROGRAMAS

Art. 9º A Política de Gestão de Resíduos Sólidos será desenvolvida também através de programas que visem estimular:

I – a não geração e a minimização da geração de resíduos;

II – a reutilização e a reciclagem de resíduos;

III – as mudanças nos padrões de produção e de consumo;

IV – a adoção de sistemas de gestão ambiental;

V – a universalização do acesso da população aos serviços de limpeza pública urbana;

VI – a auto-sustentabilidade dos serviços de limpeza pública urbana;

VII – a coleta, transporte, armazenamento, tratamento e disposição final ambientalmente adequados dos resíduos;

VIII – a recuperação ou revitalização de áreas degradadas em decorrência da disposição inadequada de resíduos;

IX – ampliação e consolidação dos mercados de produtos reciclados;

X – o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pelo cumprimento desta Lei;

XI – a melhoria das condições sociais das comunidades que trabalham com o aproveitamento de resíduos;

CAPÍTULO VII

DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 10 Os responsáveis pela geração de resíduos ficam obrigados a elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, de acordo com o estabelecido no artigo 11, o qual deverá ser aprovado pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único. No caso de resíduos urbanos, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PRGS será elaborado pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 11. O Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá contemplar, além dos princípios e fundamentos estabelecidos nesta Lei, os itens a seguir:

I – a origem caracterização e volume de resíduos gerados;

II – os procedimentos a serem adotados na segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, reciclagem reutilização, tratamento e disposição final, conforme sua classificação, indicando os locais onde essas atividades serão implementadas;

III – as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

IV – a designação do responsável técnico pelo plano de gerenciamento de resíduos e pela adoção das medidas de controle estabelecidas por esta Lei.

§ 1º O Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos contemplará a alternativa de disposição final consorciada ou em centrais integradas de tratamento de resíduos, de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelos órgãos de meio ambiente e de saúde competentes.

§ 2º O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá contemplar procedimentos diferenciados durante as operações de manuseio, coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos que apresentem riscos à saúde pública ou ao meio ambiente devido à presença de agentes biológicos químicas perigosas.

CAPÍTULO VIII

DA INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 12 O Ministério do Meio Ambiente – MMA, em articulação com os demais Ministérios e Secretarias, adotará as providências necessárias que objetivem;

I – coordenar a implementação da Política de Gestão de Resíduos Sólidos;

II – articular as ações da administração federal com as administrações estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas questões relativas ao meio ambiente, saneamento, saúde pública e outras áreas afins;

III – garantir à população o acesso às informações relativas à manipulação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, reutilização, reciclagem, tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos.

CAPÍTULO IX

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 13 O poder Público deverá adotar instrumentos econômicos visando incentivar o atendimento aos objetivos, princípio fundamentos e diretrizes definidos nesta Lei.

Parágrafo Único: A identificação, a seleção e a implementação dos instrumentos econômicos deverão ser justificados segundo os aspectos ambiental, social e econômico, mediante critérios a serem definidos na forma legal.

Art. 14 As instituições públicas ou privadas que promovam ações complementares às obrigatórias em consonância com os objetivos, princípios, fundamentos e diretrizes desta Lei, terão prioridade na concessão de benefícios fiscais ou financeiros, por parte dos organismos de crédito e fomento ligados ao Governo Federal.

Art. 15 A aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme definido no artigo 11, é condição imprescindível para o recebimento de financiamentos e incentivos fiscais.

Art. 16 O Distrito Federal e os Municípios poderão cobrar tarifas e taxas por serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos Sólidos originados em qualquer fonte geradora.

Art. 17 Os empreendimentos geradores, receptores ou transportadores de resíduos perigosos deverão comprovar sua capacidade para arcar com os custos decorrentes da obrigação de recuperação ambiental em conformidade com os artigos 42 a 45, facultada sua substituição por instrumentos de garantia.

CAPÍTULO X DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 18 O Poder Público Municipal e do Distrito Federal, por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, deverá viabilizar:

I – campanhas educativas de modo a induzir o gerador a eliminar desperdícios e triar na fonte os resíduos sólidos urbanos;

II – adoção de soluções que propiciem o melhor aproveitamento da frações orgânica e inorgânica dos resíduos urbanos.

Art. 19 O Governo Federal deverá estabelecer normas e padrões gerais para o tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, observada a legislação de saúde pública e de meio ambiente.

Art. 20 Os Governos Federal, Estaduais e do Distrito Federal deverão criar programas específicos que incentivem a implantação, por parte do Poder Público Municipal, de sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos em áreas não abrangidas pelo serviço se coleta regular ou não aceitos nas unidades municipais.

Art. 21 Os sistemas de coleta e transporte de resíduos urbanos deverão ser estendidos a todos os municípios e atender aos princípios de regularidade, permanência e sistematicidade, em condições sanitárias e de segurança.

Art. 22 Os usuários dos sistemas de limpeza urbana ficam obrigados a disponibilizar o resíduo para a coleta acondicionado de forma adequada e em local acessível.

§ 1º Os Municípios e o Distrito Federal, darão ampla publicidade às disposições e procedimentos do sistema de limpeza urbana, inclusive quanto ao custo dos respectivos serviços.

§ 2º Os Municípios e o Distrito Federal poderão fixar a obrigatoriedade de seleção dos resíduos no próprio local de origem, indicando as formas de acondicionamento para coleta.

Art. 23 Os Municípios e Distrito Federal poderão cobrar taxas e tarifas diferenciadas por serviços especiais de coleta, transporte, armazenamento, tratamento ou disposição final dos resíduos provenientes de domicílios de atividades de comércio e serviços que:

I – contenham substâncias ou componentes potencialmente perigosos à saúde pública ou ao meio ambiente;

II – por seu volume, peso ou características, causem dificuldade à operação do serviço público de coleta, transporte, armazenamento, tratamento ou disposição final dos resíduos urbanos.

Art. 24 Incumbe ao Poder Público Municipal e do Distrito Federal e ao Estadual, quando couber.

I – a indicação das áreas adequadas para a instalação de plantas de tratamento ou para a disposição final de resíduos, compatibilizadas com o Zoneamento Ambiental e com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de que tratam, respectivamente, a Lei nº 6.938/81 e o Art. 182 da Constituição Federal;

II a implantação e a operação de plantas de tratamento e de disposição final de resíduos urbanos;

§ 1º A implantação e operação de instalações para tratamento e disposição final de resíduos dependerá de licenciamento ambiental e demais autorizações pertinentes ao Poder Público.

§ 2º A coleta, o transporte e a implantação e operação de plantas de tratamento e de disposição final de resíduos urbanos poderão ser realizados sob regime de concessão ou permissão.

CAPÍTULO XI DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Art. 25 O emprego de resíduos industriais como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como sua incorporação em matérias, substâncias ou produtos, somente poderá ser feito com prévia autorização do órgão ambiental competente.

Art. 26 As instalações industriais utilizadas para o processamento de resíduos serão considerados como unidades receptora de resíduo, estando sujeitas às disposições previstas no Art. 44 desta Lei.

Art. 27 As unidades receptoras de resíduos industriais deverão realizar controle de qualidade das características dos resíduos de acordo com as exigências do órgão ambiental licenciador.

Art. 28 As unidades geradoras de resíduos industriais devem buscar soluções que possibilitem maximizar a reutilização, a reciclagem ou a redução da periculosidade desses resíduos.

CAPÍTULO XII DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Art. 29 Caberá à administração dos terminais de transporte e postos de fronteira o gerenciamento de seu resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

Art. 30 Os resíduos gerados a bordo das unidades de transporte ou em suas respectivas estruturas de apoio, provenientes de áreas não endêmicas e que não apresentem características de resíduo perigoso, deverão ser enquadrados como resíduos urbanos, para efeito de manuseio e disposição final.

Art. 31 Os resíduos gerados a bordo de unidades de transportes, provenientes de áreas endêmicas definidas pelas autoridades de saúde pública competente; os resíduos sólidos provenientes de instalações de serviço de atendimento médico e os animais mortos a bordo serão considerados, com vistas ao manejo e tratamento, como resíduos de serviços de saúde devido a presença de agentes biológicos.

Art. 32 Os resíduos provenientes das áreas de manutenção, depósitos de combustíveis armazenagem de cargas, áreas de treinamento contra incêndio ou similares, que apresentem risco à saúde pública ou ao meio ambiente devido as suas características químicas, deverão ser gerenciados como resíduos industriais.

Art. 33 O tratamento e a disposição final dos resíduos gerados nas unidades de transporte terminais e postos de fronteira serão controlados e fiscalizados pelos órgãos ambiental e de saúde pública competentes de acordo com a legislação vigente.

Art. 34 As cargas em perimento presentes nos terminais públicos e privados, consideradas como resíduos para fins de tratamento e disposição final, obedecerão ao disposto em legislação específica.

CAPÍTULO XIII DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 35 Os resíduos de serviços de saúde serão classificados conforme dispuser a legislação específica.

Art. 36 Caberá aos estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde;

I - o gerenciamento de seus resíduos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública;

II - a elaboração e a implementação de plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde de acordo com o Capítulo VII desta Lei;

III - a segregação dos resíduos, o acondicionamento e a identificação adequada no local e momento da geração dos mesmos, conforme dispuser a legislação específica;

IV – assegurar de forma sanitária e ambientalmente adequada o armazenamento intermediário e temporário dos resíduos, devidamente segregados e acondicionados e identificados.

CAPÍTULO XIV DOS RESÍDUOS DA ATIVIDADE RURAL

Art. 37 Os responsáveis pela geração de resíduos da atividade rural deverão adotar o procedimento, observada a regulamentação específica da presente Lei.

Parágrafo Único: O gerenciamento dos resíduos da atividade rural, compreendendo aqueles insumos agrícolas, agrotóxicos e afins vencidos, proibidos ou apreendidos, classificados como perigosos, bem como as suas embalagens, serão de responsabilidades dos fabricantes ou registrantes, respectivamente, dos insumos e dos agrotóxicos e afins, os quais deverão adotar procedimentos para o seu recolhimento, tratamento e/ou disposição final ambientalmente adequados.

Art. 38 Os registrantes de agrotóxicos e afins deverão o plano de gerenciamento de resíduos contemplando a destinação ambientalmente adequada de embalagens e a instalação de centrais de recolhimento. Adotando soluções que possibilitem a reutilização, a reciclagem o tratamento e a disposição final correta e segura das embalagens.

CAPÍTULO XV DOS RESÍDUOS RADIATIVOS

Art. 39 O gerenciamento do rejeitos radioativos obedecerá às determinações dos órgãos licenciadores competentes, a legislação específica e às normas estabelecidas pela CNEN.

Parágrafo Único: O material resultante de atividade humanas que contenha radionuclídeos em quantidades iguais ou inferiores aos limites de isenção especificados de acordo com norma da CNEN será classificado, segundo a categoria, nos termos previstos nas alíneas de "a" a "e" do inciso I do artigo 3º.

CAPÍTULO XVI DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 40 Os geradores de resíduos sólidos serão responsáveis pelo transporte armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final dos seus resíduos.

Art. 41 O gerador poderá encaminhar seu resíduo às unidades receptoras, desde que devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente para

manipular, reciclar, tratar e dispor resíduos especificados no processo licenciatório e mediante autorização específica para o transporte de resíduos perigosos.

§ 1º Deverão ser estabelecidos entre as partes, gerador e unidade receptora de resíduos a composição e as características técnicas do resíduo, bem como o processo que será utilizado pela unidade receptora de resíduos para quaisquer das formas de destinação mencionadas no caput desse Artigo.

§ 2º Obedecidas as condições estabelecidas no caput e no § 1º desse Artigo, caberá à unidade receptora de resíduos a responsabilidade pela correta e ambientalmente segura gestão do resíduo recebido do gerador.

Art. 42 Os geradores de resíduos sólidos são responsáveis pela recuperação das áreas por eles degradadas, bem como pelo passivo oriundo da desativação de sua fonte geradora, em conformidade com as exigências estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 43 O transportador de resíduos sólidos será responsável pelo transporte em condições que garantam a segurança do pessoal envolvido, a preservação ambiental e a saúde pública, bem como pelo cumprimento da legislação e normatização pertinente.

Art. 44 As unidades receptoras de resíduos serão responsáveis por projetar o seu sistema de acordo com a legislação e normas técnicas pertinentes, e por implantar, operar, monitorar e proceder ao encerramento das suas atividades de acordo com os projetos previamente aprovados pelos órgãos ambientais competentes.

Art. 45 No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em riscos o meio ambiente e/ou a saúde pública, a responsabilidade pela execução de medidas corretivas será:

- I – do gerador nos acidentes ocorridos em suas instalações;
- II – do gerador e do transportador nos acidentes ocorridos durante o transporte dos resíduos sólidos;
- III – das unidades receptoras nos acidentes ocorridos em suas instalações.

§ 1º Em qualquer caso de derramamento, vazamento ou descarga acidental de resíduos, os órgãos ambiental e de saúde pública competentes deverão ser comunicados imediatamente após o ocorrido.

§ 2º O gerador do resíduo derramado, vazado ou descarregado acidentalmente, ou seu representante legal, deverá fornecer todas as informações relativas à composição do referido material periculosidade, procedimentos de contenção de vazamentos, de desintoxicação e de descontaminação, quando solicitado pelo órgão ambiental competente.

§ 3º Nos casos em que não for identificado o responsável pelo derramamento, vazamento ou descarregamento acidental de resíduos, o Poder Público competente assumirá a responsabilidade pela definição dos mecanismos institucionais, administrativos e financeiros para recuperação do local contaminado.

Art. 46 As medidas para segurança, proteção individual e acompanhamento de saúde dos trabalhadores que manipulam produtos e resíduos com potencial de dano à saúde obedecerão ao disposto na legislação específica.

Art. 47 O controle ambiental, compreendendo o licenciamento e a fiscalização, sobre todo e qualquer sistema, público ou privado, de geração, coleta, transporte, armazenamento, tratamento ou disposição final de resíduos sólidos, nos aspectos concernentes aos impactos ambientais resultantes, são de responsabilidade do órgão ambiental competente.

Art. 48 São proibidas as seguintes formas de destinação de resíduos:

I - lançamento "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em copos d'água, praias, manguezais, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação;

IV - infiltração no solo sem tratamento prévio;

V - utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação específica.

§ 1º O solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para ~~armazenamento~~, acumulação, tratamento ou disposição final de resíduos de qualquer natureza, desde que a sua disposição seja feita de forma tecnicamente adequada estabelecida em projetos específicos, aprovados pelo órgão ambiental competente.

§ 2º Em caso de decretação de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser autorizada pelo órgão competente.

Art. 49 Dentro da "Área de Segurança Aeroportuária - ASA" não será permitida a implantação de unidades de tratamento e/ou disposição final de resíduos e outras atividades correlata, que se caracterizem como "foco de atração de aves" que possam causar riscos à navegação aérea.

Art. 50 As unidades geradoras, transportadoras ou receptoras de resíduos sólidos deverão ter um profissional habilitado responsável para o seu gerenciamento, na forma que dispuser a regulamentação.

Art. 51 Os movimentos transfereiros de resíduos perigosos obedecerão aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 52 A transferência de resíduos perigosos de um Estado da União para outro, só poderá ser feita mediante autorizações prévia dos órgãos ambientais do Estado de origem e de destino.

CAPÍTULO XVII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 53 O gerenciamento dos resíduos sólidos que, por suas especialidades, necessitem de procedimentos especiais ou diferenciados, tais como os abaixo relacionados, deverão ser objeto de regulamentação específica.

- I** – acumuladores de energia (pilhas, baterias e assemelhados);
II – lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio ou sódio e luz mista;
III – pneumáticos inservíveis;
IV – aerossóis;
V – equipamentos contendo bifenilas policloradas – PCB's;
VI – embalagens;
VII – equipamentos eletro-eletrônicos, eletrodomésticos e seus componentes;
VIII – entulhos e materiais oriundos da construção civil;
IX – medicamentos impróprios para o consumo.

Art. 54 Os produtos que resultem em resíduos que necessitem de procedimentos especiais, somente poderão ser comercializados se acompanhados de instrução ao usuário relacionadas aos procedimentos que devem ser adotados em cada caso.

Art. 55 Os fabricantes importadores e distribuidores de produtos que gerem resíduos que necessitem de procedimentos especiais, ficam obrigados a destro do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de publicação desta Lei, estabelecer conjuntamente mecanismos para:

- I** – elaborar o Plano de Gerenciamento, estabelecendo as formas de acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final desses resíduos, de forma a garantir a proteção da saúde pública e a qualidade ambiental;
II – Criar e instalar centros de recepção para o recolhimento e armazenamento temporário desses resíduos;
III – promover, no âmbito de suas atividades, estudos e pesquisas destinados a desenvolver processos de redução de resíduos, efluentes e emissões na produção desses produtos, bem como de seu reprocessamento, sua reciclagem, disposição final e alternativas de substituição de componentes ou de substâncias químicas consideradas perigosas;
IV – promover, em parceria com o Poder Público, campanhas educativas para a prevenção e controle da poluição e minimização de riscos causados pela disposição inadequada desses resíduos, bem como para divulgar os benefícios da reciclagem, reutilização e destinação final adequada;

Art. 56 Os consumidores dos produtos que resultem em resíduos que necessitem de procedimentos especiais deverão efetuar a devolução dos respectivos resíduos, conforme instrução contida na embalagem ou no certificado de garantia dos produtos adquiridos;

Art. 57 O Poder Executivo deverá criar dispositivos que visem;

- I – incentivar a reutilização de materiais e embalagens;**
- II – incentivar o fabricante a receber o seu produto quando inservível;**
- III – onerar os produtos comercializados em embalagens não reciclável em relação aos mesmos produtos oferecidos em embalagem retornável ou reciclável;**
- IV – incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente adequadas para o tratamento, reciclagem ou reutilização dos resíduos constantes no artigo 53.**

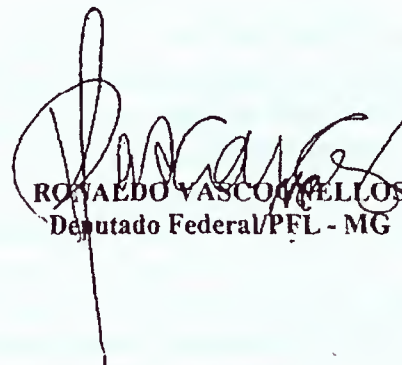
CAPÍTULO XVIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 58 O não cumprimento das obrigações definidas nesta Lei, sujeitará o infrator às penalidades previstas nas Leis nº 6.938, e de 31 de agosto de 1981, nº 7.802 de 11 de julho de 1989, nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997 e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de cento e oitenta dias a contar de sua vigência.

Art. 60 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


RONALDO VASCONCELOS
Deputado Federal/PFL - MG

04/10/2000

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art.23 e no art.235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

** Inciso regulamentado pelo Decreto nº 97.632, de 10/04/1989.*

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989.

DISPÕE SOBRE A PESQUISA, A EXPERIMENTAÇÃO, A PRODUÇÃO, A EMBALAGEM E ROTULAGEM, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO, A PROPAGANDA COMERCIAL, A UTILIZAÇÃO, A IMPORTAÇÃO, A EXPORTAÇÃO, O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS E EMBALAGENS, O REGISTRO, A CLASSIFICAÇÃO, O CONTROLE, A INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º A pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

II - componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.

INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, CRIA O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, REGULAMENTA O INCISO XIX DO ART.21 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ALTERA O ART.1 DA LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, QUE MODIFICOU A LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

.....

TÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS

Art.1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI**

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

.....

.....

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS
E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 3.750, DE 1997
(DO SR. FERNANDO GABEIRA)

Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das garrafas e embalagens plásticas utilizadas para comercialização de seus produtos as empresas produtoras e distribuidoras de:

- I - bebidas de qualquer natureza;
- II - óleos combustíveis, lubrificantes e similares;
- III - cosméticos;
- IV - produtos de higiene e limpeza.

Parágrafo único. Considera-se destinação final ambientalmente adequada, para os efeitos desta lei:

- I - a utilização das garrafas e embalagens plásticas em processos de reciclagem, com vistas à fabricação de embalagens novas ou a outro uso econômico;
- II - a reutilização das garrafas e embalagens plásticas, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

Art. 2º As empresas de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores.

Parágrafo único. O preço mínimo para a recompra deverá corresponder a, no mínimo, cinco por cento do produto vendido na embalagem, de acordo com a tabela do distribuidor.

Art. 3º No processo de licenciamento ambiental das empresas de que trata o art. 1º, condicionar-se-á a obtenção da licença, ou sua renovação, à manutenção de centros de recompra de plásticos ou à contratação de terceiros para prestação de serviços de recompra e reciclagem, com a finalidade de assegurar o cumprimento das determinações desta lei.

Art. 4º O polietileno tereftalato (PET) reciclado pode ser utilizado na fabricação de garrafas plásticas para embalagem de bebidas, desde que em camada que não entre em contato direto com o líquido.

Art. 5º A partir de um ano da publicação desta lei, fica proibida a utilização de plásticos com processos de reciclagem distintos numa mesma garrafa ou embalagem.

Art. 6º As empresas de que trata o art. 1º empregarão, no mínimo, dez por cento dos recursos financeiros utilizados em sua veiculação publicitária para divulgação de mensagens educativas objetivando:

- I - combater o lançamento de lixo plástico em corpos d'água;
- II - informar sobre os locais e as condições de recompra das embalagens plásticas;
- III - estimular a coleta das embalagens plásticas para reciclagem.

Art. 7º É proibida a referência à condição de descartabilidade das embalagens plásticas na rotulagem ou veiculação publicitária, por qualquer meio, dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º.

§ 1º A embalagem dos produtos referidos nos incisos I a IV do art. 1º deverá conter informação sobre a condição reciclável da mesma e sobre o preço mínimo que pode

ser obtido na sua devolução, bem como sobre a proibição de seu descarte no solo, corpos d'água ou qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública.

§ 2º As empresas de que trata o art. 1º terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta lei, para adequarem seus produtos ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 8º É proibido o descarte de lixo plástico no solo, em corpos d'água ou em qualquer outro local não previsto pelo órgão municipal competente de limpeza pública, sujeitando-se o infrator a multa aplicada pelos órgãos competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), nos valores previstos na regulamentação desta lei.

Art. 9º Sem prejuízo da responsabilização por danos ambientais causados pelas embalagens plásticas de seus produtos, a infração aos arts. 1º, 2º, 5º, 6º e 7º sujeita as empresas a uma ou mais das seguintes sanções, aplicadas pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA:

- I - multa, nos valores previstos na regulamentação desta lei;
- II - interdição;
- III - suspensão ou cassação de licença ambiental.

Art. 10. O procedimento previsto no art. 2º será implantado segundo o seguinte cronograma:

- I - no prazo de um ano da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, cinquenta por cento das embalagens comercializadas;
- II - no prazo de dois anos da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, setenta e cinco por cento das embalagens comercializadas;
- III - no prazo de três anos da publicação desta lei, recompra de, no mínimo, noventa por cento das embalagens comercializadas.

Art. 11. Eleva-se para vinte por cento a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos seguintes produtos finais:

I - sacos e sacolas de polietileno;

II - garrafas de polietileno tereftalato (PET).

Parágrafo único. Excetuam-se da elevação de alíquota do IPI prevista no *caput* deste artigo as garrafas de PET fabricadas com material reciclado, observadas as condições previstas no art. 4º.

Art. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias de sua publicação.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A poluição por plásticos é responsável por inúmeros prejuízos ao meio ambiente, à saúde e à segurança da população.

A escala do problema é gigantesca. Praticamente todas as áreas urbanas do País convivem com inundações provocadas pelo assoreamento de valas, rios e canais e pelo entupimento de galerias pluviais, em muitos casos relacionadas diretamente ao descarte irresponsável de lixo plástico. Empilhado nas encostas, o lixo plástico ocasiona desabamentos. A sua incineração sem controle, que ocorre com frequência, produz dioxinas cujos efeitos nocivos à saúde humana nem mesmo são completamente conhecidos. O fenômeno *El Niño* promete para os próximos meses grandes inundações, o que ressalta a urgência de medidas que reduzam substancialmente o vazamento de lixo e, em particular, de lixo plástico, nos rios, canais e galerias pluviais.

Os ganhos obtidos com a utilização de embalagens plásticas em termos de praticidade e de redução de custos precisam ser analisados com responsabilidade, por meio de equação que também considere seus efeitos negativos, especialmente no que toca à produção de resíduos não degradáveis.

A solução ambientalmente adequada para essa questão passa, necessariamente, por dois pontos básicos: a redução do uso das embalagens plásticas, com a substituição por outros materiais em todos os casos em que isto for viável, o incremento das atividades de reciclagem de plásticos e a criação de um estímulo material que leve a população a recolher essas garrafas e embalagens, em lugar de descartá-las.

A quase totalidade dos tipos de plásticos pode ser objeto de processos de reciclagem. As atividades de reciclagem de plásticos implantadas no Brasil até o momento, no entanto, são ínfimas diante do recomendável. Com o intuito de avançar no enfrentamento do problema, apresenta-se aqui projeto de lei que, em linhas básicas, estabelece um circuito de recompra das garrafas plásticas pelas empresas que as utilizam para comercialização de seus produtos, obrigando a implantação de processos de reciclagem e fixando sanções e outras medidas de controle. As empresas passam a ser responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das embalagens plásticas, deixando de transferir esse ônus para toda a sociedade.

Diante da importância da matéria, conta-se com o apoio e o entusiasmo dos ilustres Parlamentares no processo de discussão e aperfeiçoamento da proposta, e na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1997

Fenando Gabeira
Deputado FENANDO GABEIRA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 3.750/97**

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/11/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1997


ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO
Secretária

PROJETO DE LEI Nº 3.878, DE 2000
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Prescreve advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º os rótulos das embalagens de pilha eletroquímicas, baterias de aparelhos telefônicos celulares e baterias automotivas, comercializadas no País, conterão advertência, de forma legível e visível, nos seguintes termos: “Este produto contém substâncias tóxicas. Após o seu uso, deverá ser devolvido ao fabricante ou revendedor para fins de reciclagem, reprocessamento ou correta armazenagem”.

§ 1.º A publicidade dos produtos mencionados no **caput** deverá orientar e esclarecer o consumidor sobre os perigos oferecidos pelo seu conteúdo, sobre os cuidados sobre seu manuseio e, em especial, sobre a importância de sua devolução aos revendedores, e este, ao fabricante.

§ 2.º Os fabricantes e os revendedores serão responsáveis pelo recolhimento e destinação final dos produtos de que trata esta lei.

Art. 2.º Aplicam-se aos infratores desta lei, sem prejuízo de outras penalidades prevista na legislação ambiental vigente, o disposto do Código de Defesa do Consumidor, observadas as seguinte sanções:

I – advertência;

II – suspensão , no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto , por prazo de até trinta dias;

III – obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda que omita, distorça ou utilize de má-fé a advertência prevista nesta lei;

IV – apreensão do produto;

V – multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), cobrado em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência.

§ 1.º Às sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidades do infrator.

§ 2.º Considera-se infratores, para efeitos deste artigo, os fabricantes, os revendedores e os responsáveis pela peça publicitária do produto.

Art. 3.º O poder executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de trinta dias de sua publicação.

Art. 4.º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei visa disciplinar, os agentes participantes da cadeia produtiva, descrita por fabricantes, distribuidores, revendedores e consumidores, quanto à destinação a se dada a determinados produtos e subprodutos que contenham substâncias tóxicas e que, descartadas e depositadas indiscriminadamente na natureza, venham a contaminar o meio ambiente com resíduos altamente tóxicos.

A advertência incluída nas embalagens e sua respectiva divulgação nas campanhas publicitárias, é dispositivo análogo às restrições que já ocorrem com cigarros e bebidas alcoólicas, no sentido de expor ao consumidor os riscos inerentes à saúde que estes produtos oferecem.

Periodicamente a imprensa divulga estudos realizados por instituições ambientalistas sobre o impacto no meio ambiente de resíduos tóxicos que compõem subprodutos da alta tecnologia. Baterias e pilhas são exemplos de subprodutos cuja vida útil, predeterminada, os torna descartáveis. Não obstante o alto grau poluidor de seus componentes químicos como níquel, cádmio, manganês, zinco, mercúrio, chumbo, alumínio entre outros, é fato a insuficiência de tecnologia de reprocessamento que garanta a sua reutilização ou que venha a neutralizar seus efeitos sócio – ambientais.

Diante dos exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2000.



Deputado José Carlos Coutinho
PFL-RJ

PROJETO DE LEI Nº 3.883, DE 2000
(DO SR. MARCOS DE JESUS)

Regula o acondicionamento de produtos e gêneros destinados ao consumo, em caixas de plástico, em substituição as caixas de madeira e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Trata a presente lei de regular o transporte e armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis, da origem até o varejo, visando em seu acondicionamento, reduzir o desperdício, o prejuízo do produtor, ou a contaminação do produto, como também, o incremento e melhoria das relações ambientais, com o subsidio a empresas com essa finalidade e correlatas.

Art. 2º Fica proibido em todo território nacional, o acondicionamento, o transporte e a manipulação de gêneros alimentícios ao consumo humano ou animal, em caixas de madeira, a partir da data de aplicação desta lei.

Art. 3º Fica determinado o uso e acondicionamento de gêneros alimentícios ao consumo humano ou animal destinados ao consumo, em caixas de plástico do tipo ABS, PVC, ou, preferencialmente de lixo reciclado, composto de embalagens tipo PET ou polietileno Tereftalato, ou outros plásticos.

Disposições transitórias:

Art. 4º Portaria do executivo regulará a presente lei, num prazo de noventa dias, priorizando a fiscalização do acondicionamento humano de gêneros alimentícios, envidando campanhas educativas aos produtores e consumidores.

§ 1º Fica o poder executivo, autorizado a providenciar a inclusão no orçamento seguinte de vigência da presente lei, previsão de programas, subsídios, redução tarifária e outros, visando o incentivo da adoção e prática da reciclagem de embalagens PET, e demais plásticos, assim como a isenção ou a redução tributária; a criar e fomentar programas e incentivar projetos no sentido de reutilizar a madeira utilizada nos caixotes para indústria de papel, e o fomento e desenvolvimento específicos, através de linhas de crédito, à indústria de reutilização de plásticos descartados;

§ 2º Devem as empresas, os órgãos, e as pessoas físicas com caixas de madeira remanescentes, destiná-las à remanufatura de papel ou celulose.

Art. 5º Esta lei entra em vigor, noventa dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Virá a presente lei, a regular o transporte e armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis, da origem até o varejo, visando seu acondicionamento, evitando o desperdício, e o prejuízo, afastando a possibilidade de contaminação, quer por agentes orgânicos ou químicos, que muito ocorre durante o acondicionamento de gêneros nas caixas de madeiras usualmente destinadas, posto que estas caixas, porosas e de higiene duvidável, além de não resistirem muito ao tempo, pegam fogo com facilidade, e ainda com respeito e melhoria das relações ambientais, deixaremos de cortar árvores para fazer caixas.

Ficando proibido em todo território nacional, o acondicionamento, o fabrico, o transporte e a manipulação de gêneros alimentícios ao consumo humano ou animal, em caixas de madeira, teremos um problema, de como destiná-las sem sujar mais o meio ambiente, ao que dizemos que devem as empresas e os órgãos com estas existentes, destiná-las à remanufatura de papel ou celulose; mais do que uma questão de higiene

(saúde pública) , esta é uma questão de preservação e respeito ao meio ambiente;

Ficando determinado o uso e acondicionamento de gêneros alimentícios ao consumo humano ou animal destinados ao consumo, em caixas de plástico ABS, ou PVC, preferencialmente de lixo reciclado, não porosas e não inflamáveis, teremos com efeito mais higiene nos produtos nela acondicionados, (plástico é lavado com facilidade) , reaproveitamento do grande problema que é o lixo urbano, o plástico que não é biodegradável, e ajudaremos a natureza ainda de outra forma, economizando árvores, e aproveitando as do reflorestamento, agora a indispensável indústria do papel; Outro destino terão, os cerca de dez bilhões de embalagens PET, que inundam nossos rios e mares, e que precisam de cerca de meio milênio para sem decompostos.

Estaremos portanto, reduzindo drasticamente nossa responsabilidade em relação ao meio ambiente, passando a incentivar, não a extração da matéria prima, mas facilitando o seu retorno de volta a cadeia produtiva; como reaproveitaremos por exemplo, as cerca de 240 mil toneladas diárias de lixo depositadas em lixões mares rios e ruas de nosso Brasil. Mais do que leis de utilização ou não, também precisamos , e ênfato, de políticas publicas tributarias, desonerando e ate incentivando a industria de reciclagem em nosso pais, que quiçá, poderá ate exportar para os demais países do Mercosul.

Portaria do poder executivo, regulará a presente lei, num prazo de noventa dias, priorizando a fiscalização do acondicionamento de gêneros alimentícios, campanhas educativas aos produtores e consumidores, para que se implante esta e desenvolvam-se projetos paralelos com as ações descritas na lei, ficando o poder executivo, autorizado a criar e fomentar programas e incentivar projetos no sentido de reutilizar a madeira utilizada nos caixotes para industria de papel , fomento e desenvolvimento através de linhas de credito, à industria de reutilização de plásticos descartados.

Sala das Sessões, em 5 de 12 de 2000.

Deputado **MARCOS DE JESUS**

PROJETO DE LEI Nº 4.344, DE 1993

(DO SR. FÁBIO FELDMANN)

Torna obrigatório o estabelecimento, pelos fabricantes de pilhas, de mecanismos de disposição final, reciclagem ou outras formas de reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente, ficam os fabricantes de pilhas obrigados a estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem ou outras formas de reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores, no prazo de 1 (um) ano após a publicação desta lei.

Parágrafo 1º Os órgãos competentes para estabelecer procedimentos de medição, certificação, licenciamento e avaliação dos níveis de emissão de poluentes das pilhas, bem como todas as medidas complementares relativas ao controle da poluição decorrente de pilhas utilizadas, são o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, respeitado o sistema metrológico em vigor no País.

Parágrafo 2º A publicidade e as embalagens das pilhas deverão conter advertência sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Parágrafo 3º As pilhas importadas ficam obrigadas a atender aos mesmos limites e demais exigências estabelecidas para as de fabricação nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

Menos de dois anos depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, ainda é patente que muitos vetores de degradação sócio-ambiental continuam a atuar de forma indiscriminada em nosso país e no mundo.

Em face do permanente e acelerado processo de desenvolvimento tecnológico, bem como em virtude da multiplicação da capacidade de consumo da humanidade a níveis nunca antes imaginados, cotidianamente nos deparamos com situações inusitadas, que colocam em evidência a necessidade de estarmos permanentemente

atentos aos efeitos nocivos das ações predatórias do processo civilizatório.

Exemplo emblemático desta situação é o elevado potencial poluidor de objetos e produtos aparentemente inócuos e intrinsecamente úteis, como é o caso das pilhas. Embora há muito se sabe que estas fontes condensadas de energia contêm misturas de metais pesados e tóxicos - a exemplo do zinco, ferro, mercúrio, cádmio, manganês, chumbo, cobre e alumínio - apenas agora alguns países começam a se preocupar com a elaboração de uma legislação voltada à definição de mecanismos adequados de reciclagem e reprocessamento de pilhas usadas.

Neste sentido, a preocupação com o potencial degradador das pilhas vem encontrando forte ressonância na comunidade internacional, conforme salientado pelo artigo "Suiça Começa a Reciclar Pilhas", publicado pelo jornal Gazeta Mercantil, em 14.01.93:

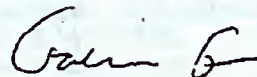
"Assim, a disposição ou reciclagem de pilhas é um difícil desafio ambiental. Até agora, quase não houve qualquer reprocessamento organizado de pilhas. Em alguns lugares, realizam-se a coleta e a disposição, mas unidades satisfatórias de disposição são difíceis de encontrar. Um perigo é que as reações químicas continuem a se processar nas pilhas velhas.

Surpreende pouco que a Suiça, ambientalmente consciente, esteja entre os primeiros países a insistir em que se encontre

um método mais saudável ecologicamente para enfrentar esse problema cada vez mais agudo. Usando um método desenvolvido pelos japoneses, os suíços formaram a primeira unidade mundial de escala comercial para reciclagem (...), com planos de comercializar o processo por toda a Europa".

Através deste projeto de lei, portanto, a sociedade brasileira poderá contar com um instrumento legal eficaz, com vistas ao combate da degradação ambiental decorrente dos elementos altamente poluentes constituintes das pilhas. Definindo obrigações, estabelecendo prazos e explicitando órgãos responsáveis pela fiscalização, o projeto ora apresentado proporcionará a inserção do Brasil no rol dos países estruturalmente comprometidos com a construção de um modelo de sociedade sustentada, capaz de gerir o processo de desenvolvimento de forma a ampliar a qualidade de vida de todos os cidadãos e das futuras gerações.

Sala das Sessões, 02 de 12 de 1993.



FABIO FEDLMANN
Deputado Federal

PROJETO DE LEI Nº 4.398, DE 1994

(DO SR. FÁBIO FELDMANN)

Torna obrigatório aos fabricantes de baterias estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem ou outras formas de reprocessamento após o uso pelos consumidores.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

12EP

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente, ficam os fabricantes de baterias obrigados a estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem ou outras formas de reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores, no prazo de 1 (um) ano após a publicação desta lei.

Parágrafo 1º Os órgãos competentes para estabelecer procedimentos de medição, certificação, licenciamento e avaliação dos níveis de emissão de poluentes das baterias, bem como todas as medidas complementares relativas ao controle de poluição decorrente de baterias utilizadas, são o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em

consonância com a Política Nacional de Meio Ambiente, respeitado o sistema metrológico em vigor no País.

Parágrafo 2º A publicidade e as embalagens das baterias deverão conter advertência sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Parágrafo 3º As baterias importadas ficam obrigadas a atender aos mesmos limites e demais exigências estabelecidas para as de fabricação nacional.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

Menos de dois anos depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, ainda é patente que muitos vetores de degradação sócio-ambiental continuam a atuar de forma indiscriminada em nosso país e no mundo.

Em face do permanente e acelerado processo de desenvolvimento tecnológico, bem como em virtude da multiplicação da capacidade de consumo da humanidade a níveis nunca antes imaginados, cotidianamente nos deparamos com situações inusitadas, que colocam em evidência a necessidade de estarmos permanentemente atentos aos efeitos nocivos das ações predatórias do processo civilizatório.

Exemplo emblemático desta situação é o elevado potencial poluidor de objetos e produtos aparentemente inócuos e intrinsecamente úteis, como é o caso das baterias. Embora há muito se saiba que estas fontes condensadas de energia contêm substâncias altamente poluentes, apenas agora alguns países começam a se preocupar com a elaboração de uma legislação voltada à definição de mecanismos adequados de reciclagem e reprocessamento de baterias usadas.

Através deste projeto de lei, portanto, a sociedade brasileira poderá contar com um instrumento legal eficaz, com vistas ao combate da degradação ambiental decorrente dos elementos altamente poluentes constituintes das baterias. Definindo obrigações, estabelecendo prazos e explicitando órgãos responsáveis pela fiscalização, o projeto ora apresentado proporcionará a inserção do Brasil no rol dos países estruturalmente comprometidos com a construção de um modelo de sociedade sustentada, capaz de gerir o processo de desenvolvimento de forma a ampliar a qualidade de vida de todos os cidadãos e das futuras gerações.

Sala das Sessões, 18 de Janeiro de 1994.



FABIO FEDLMANN
Deputado Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.344, DE 1998
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 146/97

Dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares, e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam baterias para telefones celulares são obrigados a receber as mesmas, depois de usadas, em quantidade igual à que está sendo adquirida.

§ 1º As baterias usadas serão recebidas, em devolução, por um valor correspondente a, pelo menos, 10% (dez por cento) do preço de venda ao consumidor, naquele estabelecimento, de produto novo idêntico ao que está sendo devolvido.

§ 2º Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão manter, em local visível, recipientes apropriados para o recolhimento das baterias devolvidas.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de baterias para telefones celulares são obrigados a estabelecer mecanismos para disposição final, reciclagem ou reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores.

§ 1º Os fabricantes e importadores citados neste artigo deverão proceder, periodicamente, ao recolhimento das baterias usadas, depositadas nos estabelecimentos comerciais referidos no artigo anterior.

§ 2º É proibida a disposição de baterias para telefones celulares em depósitos públicos, bem como sua incineração.

Art. 3º A publicidade referente a baterias para telefones celulares e as embalagens das mesmas deverão conter advertência sobre os riscos que essas baterias oferecem à saúde humana e ao meio ambiente.

Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de março de 1998


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

SEÇÃO VIII Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO III Das Leis

Art. 65 - O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

LEI Nº 6938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

** Artigo com redação determinada pela Lei número 8.028, de 12 de abril de 1990.*

Da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

.....
.....

SINOPSE

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00146 1997 PROJETO DE LEI (SF)
 ORGÃO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 14 07 1997
 SENADO : PLS 00146 1997

AUTOR SENADOR : FLAVIANO MELO PMDB AC
 EMENTA DISPÕE SOBRE A COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE BATERIAS USADAS DE
 TELEFONES CELULARES. E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

DESPACHO INICIAL

(SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

ULTIMA AÇÃO

RMCD REMETIDO A CAMARA DOS DEPUTADOS
 24 03 1998 (SF) MESA DIRETORA
 DESPACHO A CAMARA DOS DEPUTADOS.
 DSF 25 03 PAG

ENCAMINHADO A

: (SF) SUBSECRETARIA DO EXPEDIENTE (SF)(SSEXP) EM 24 03 1998

TRAMITAÇÃO

14 07 1997 (SF) PROTOCOLO LEGISLATIVO (SF) (PLEG)
 ESTE PROCESSO CONTEM 09 (NOVE) FOLHAS NUMERADAS E
 RUBRICADAS.

14 07 1997 (SF) PLENARIO (PLEN)
 LEITURA.

14 07 1997 (SF) MESA DIRETORA
 DESPACHO A CAS (DECISÃO TERMINATIVA), ONDE PODERA RECEBER
 EMENDAS APOS PUBLICADO E DISTRIBUIDO EM AVULSOS. PELO
 PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS.
 DSF 15 07 PAG 13948 E 13949.

15 07 1997 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
 RECEBIDO NESTE ORGÃO. EM 15 DE JULHO DE 1997.

24 07 1997 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
 RELATOR SEN OTONIEL MACHADO.

11 09 1997 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
 DEVOLVIDO PELO RELATOR. SEN OTONIEL MACHADO. COM
 PARECER FAVORAVEL.

19 11 1997 (SF) SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES PERMANENTES
 ENCAMINHADO A SSCLS. ATENDENDO A REQUERIMENTO DE
 AUDIENCIA.

19 11 1997 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
 ENCAMINHADO AO SACP. ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SSCLS.

19 11 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
 RECEBIDO NESTE ORGÃO. EM 19 DE NOVEMBRO DE 1997.

20 11 1997 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
 ENCAMINHADO AO SACP.

20 11 1997 (SF) SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES PERMANENTES
 ENCAMINHADO A CAS. PARA TRAMITAÇÃO NORMAL.

20 11 1997 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
 RECEBIDO NESTE ORGÃO. EM 21 DE NOVEMBRO DE 1997.

11 03 1998 (SF) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

A COMISSÃO APROVA O PROJETO.

- 12 03 1998 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
RECEBIDO NESTE ORGÃO. EM 12 DE MARÇO DE 1998.
- 13 03 1998 (SF) PLENARIO (PLEN)
LEITURA PARECER 120 - CAS.
DSF 14 03 PAG 4142 A 4146.
- 13 03 1998 (SF) PLENARIO (PLEN)
LEITURA OF. 008. DE 1998. DO PRESIDENTE DA CAS.
COMUNICANDO A APROVAÇÃO DO PROJETO. SENDO ABERTO O PRAZO
DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.
POR UM DECIMO DA COMPOSIÇÃO DA CASA. PARA QUE A MATERIA
SEJA APRECIADA PELO PLENARIO.
DSF 14 03 PAG 4169.
- 16 03 1998 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: 17 A 23 03 98.
- 24 03 1998 (SF) SUBSEC. COORD. LEGISLATIVA (SF) (SSCLS)
ANEXEI AS FLS. 17 E 18. TEXTO FINAL REVISADO PELA SGM.
- 24 03 1998 (SF) PLENARIO (PLEN)
COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA TERMINO PRAZO SEM INTERPOSIÇÃO DE
RECURSO. PREVISTO NO ART. 91. PARAGRAFO TERCEIRO. DO
REGIMENTO INTERNO.
- 24 03 1998 À CÂMARA DOS DEPUTADOS COM O OF/SF Nº. 260/98

vpl/.

PROJETO DE LEI Nº 732, DE 1999
(DO SR. JÚLIO REDECKER)

Estabelece a obrigatoriedade de reciclagem e armazenamento de baterias destinadas à telefonia celular e em estado de desativação

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.344, DE 1998)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas produtoras de baterias radioativas para telefonia celular, bem como aquelas outras empresas produtoras e comercializadoras de telefones celulares, ficam responsabilizadas pela implantação de sistemas de recolhimento e armazenamento de tais artefatos.

Parágrafo Único: Os sistemas de recolhimento e armazenamento de baterias celulares elaboradas a partir de elementos minerais radioativos, poderão ser implantados em ação conjunta, ou separadamente, pelas cadeias de produção e comercialização de telefonia celular.

Art. 2º É de responsabilidade das empresas produtoras de baterias para telefonia celular a construção de usinas de reciclagem deste material, no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de vigência dessa Lei.

Art. 3º Cabe ao Poder Executivo regulamentar o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

A telefonia celular é instrumento fundamental no processo de comunicação à distância neste final de século, em especial no mundo dos negócios.

Também o cidadão, no sentido do atendimento às suas necessidades imediatas de comunicação cotidiana, tem no uso da telefonia celular um exemplo acabado da melhoria da sua qualidade de vida nos tempos modernos.

No Brasil, já ultrapassa a casa dos cinco milhões o número de usuários de aparelhos telefônicos celulares, cada um portador de, pelo menos, duas baterias celulares por um período máximo de dois anos, após o que tais artefatos radioativos são desativados sem que se disponha de um sistema, público ou privado, destinado ao seu armazenamento.

Tem-se, portanto, em nosso país, cerca de 10 milhões de baterias celulares que deverão passar, inevitavelmente, por processos de reciclagem e armazenamento tão logo desativadas.

E por que exigir-se a reciclagem e o armazenamento das citadas baterias celulares, como são conhecidas em nosso país?

Em primeiro lugar, porque os elementos minerais que compõem a sua base de fornecimento de energia, como o níquel e o cádmio, mesmo quando em estado de desuso, por serem altamente radioativos, se não forem armazenados adequadamente, podem contaminar lençóis freáticos e prejudicar, de modo irreversível, a saúde dos seres vivos.

Em segundo lugar, porque o exemplo dos países desenvolvidos que criaram a tecnologia de telefonia celular, é, precisamente, a manutenção de usinas de reciclagem pela cadeia de empresas produtoras de baterias celulares, o que demonstra o nível de responsabilização do empresariado norteamericano, europeu e japonês pela preservação do meio ambiente em seus territórios.



Acreditamos, pois, que o empresariado, nesse ramo de atividade, em território brasileiro, nacional ou estrangeiro, acatará o que estabelece este Projeto de Lei e sua regulamentação, para o bem de todo o setor de telefonia celular e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Esperamos, pois, contar com o apoio de nossos eminentes companheiros nesta Casa Legislativa, na certeza de que, aperfeiçoando o nosso projeto, haverão de transformá-lo em lei das mais oportunas.

Sala das Sessões, em de de 1999.


Deputado Júlio Redecker

27/04/88

PROJETO DE LEI Nº 4.178, DE 1998
(DO SR. PAULO PAIM)

Dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.

(AS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se lixo tecnológico todo aquele gerado a partir de aparelhos eletrodomésticos ou eletroeletrônicos e seus componentes, incluindo os acumuladores de energia (baterias e pilhas), e produtos magnetizados, de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços, que estejam em desuso e sujeitos à disposição final.

Art. 2º Os fabricantes de produtos que resultem em lixo tecnológico, conforme descrição do artigo anterior, são responsáveis pela coleta, transporte, tratamento, reciclagem e disposição final desses resíduos.

§ 1º A reciclagem dos resíduos citados no *caput*, terá prioridade sobre sua disposição final, quando for tecnicamente possível, economicamente viável e ambientalmente segura.

§ 2º A reciclagem será considerada economicamente viável, se existir, ou vier a ser criado, um mercado para os produtos dela resultantes, e se os custos para isso requeridos não forem desproporcionais quando comparados aos custos de uma disposição final adequada, segundo as normas vigentes expedidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

§ 3º A reciclagem será considerada ambientalmente segura, quando não resultar em aumento da concentração de poluentes nos produtos obtidos, avaliados também os objetivos de conservação dos recursos naturais e a energia consumida e produzida nesse processo.

Art. 3º Os fabricantes dos produtos relacionados no art. 1º somente obterão licença ambiental para instalação e operação de suas atividades, se apresentarem plano de gerenciamento do lixo tecnológico por eles gerados aos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, para aprovação.

Art. 4º Sendo o lixo tecnológico resultante de produto importado, cujo fabricante não esteja no País representado, será por ele responsável, quanto às providências estabelecidas por esta lei, a empresa importadora.

Art. 5º Todos os produtos que resultem em lixo tecnológico somente poderão ser comercializados, se acompanhados de instruções ao usuário relacionadas à forma de sua devolução ao fabricante, quando em desuso e sujeitos à disposição final.

Art. 6º A coleta e transporte do lixo tecnológico, ficarão a cargo dos comerciantes, revendedores, distribuidores e fabricantes dos produtos que resultem nesse tipo de resíduo, em cada uma das etapas de sua produção e comercialização, conforme acordo fixado entre eles, constante do plano de gerenciamento estabelecido pelo art. 3º, e aprovado pelo órgão competente integrante do SISNAMA.

Art. 7º Os fabricantes de produtos que resultem em lixo tecnológico deverão efetuar registro no Cadastro Nacional de Geradores de Lixo Tecnológico, que será organizado, de forma articulada, pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA.

Parágrafo único. Os órgãos a que se refere o *caput* deverão manter atualizada, juntamente com o cadastro, uma listagem dos produtos, cujos resíduos serão considerados lixo tecnológico, a ser publicada com periodicidade estabelecida pelo regulamento desta Lei.

Art. 8º Se, ao efetuar a devolução do resíduo considerado lixo tecnológico ao fabricante, através de toda a cadeia de revendedores e distribuidores, o consumidor manifestar desejo em adquirir novamente produto da mesma marca, a ele deve ser oferecido desconto específico àquela devolução, como forma de incentivo a sua participação nessa forma de gerenciamento.

Parágrafo único. O desconto previsto no *caput* deverá estar baseado em estudo de custos realizado pelo fabricante, devendo constar do plano de gerenciamento de lixo tecnológico, a que se refere o art. 3º, necessário ao licenciamento de suas atividades.

Art. 9º Os consumidores dos produtos que resultem em lixo tecnológico deverão efetuar a devolução dos respectivos resíduos, conforme instrução contida na embalagem dos produtos adquiridos, ficando proibidos de a eles dar igual destinação dos resíduos domésticos, comerciais e outros.

Art. 10. Ficam os órgãos competentes integrantes do SISNAMA, respeitadas suas atribuições definidas em lei, incumbidos de definir padrões de qualidade ambiental para todas as etapas do gerenciamento do lixo tecnológico, assim como de licenciar e fiscalizar as atividades industriais e comerciais a ele relacionadas.

Art. 11. Os órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do Sistema Único de saúde - SUS são responsáveis pelo desenvolvimento de campanhas nacionais educativas a respeito dos riscos à saúde e ao meio ambiente provenientes da destinação inadequada do lixo tecnológico, e de como devem os consumidores comportar-se, quanto à forma apropriada de destinação que deve ter este tipo de resíduo.

Art.12. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Há bem pouco tempo, encontrar aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos em latas de lixo ou nos aterros sanitários fazia parte da realidade de países centrais. Atualmente, com a elevação do padrão de consumo brasileiro, decorrente da integração dos mercados e do custo cada vez menor de produção dessas mercadorias, este cenário já não nos é tão estranho, principalmente nos grandes centros urbanos e cidades de médio porte.

As características dos materiais que compõem esse tipo de resíduo tomam-no de difícil absorção pelo ambiente e, o que é mais grave, potencialmente capaz de contaminações irreparavelmente danosas à saúde da população e do meio ambiente. Metais pesados, como os contidos em baterias de telefones celulares e em telas de televisores e computadores, por exemplo, se dispostos em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto, nossa realidade mais comum, serão, em certo momento, absorvidos pelo solo, podendo contaminar o lençol freático que alimenta nossos cursos d'água. Essas substâncias, assim disponíveis na natureza, passarão a ser incontrolavelmente ingeridas pela população, causando-lhe distúrbios no sistema nervoso central e câncer, pois suas propriedades cancerígenas são há muito conhecidas.

O despreparo de nossa estrutura administrativa relacionada à coleta, tratamento e destinação adequada dos diversos tipos de resíduos gerados nas mais diversas atividades que compõem nosso cotidiano, é notório e preocupante, uma vez que o descontrole desse sistema somente tenderá a se agravar, sujeitando toda a sociedade a um problema de saúde pública e ambiental incompatível com os níveis tecnológicos por ela já alcançados. Não se pode pretender preparar o País para a entrada no terceiro milênio, em condições de competitividade num mercado globalizado, sem que questões primárias, como o tratamento e destinação do lixo aqui produzido, estejam, pelo menos, a caminho de soluções apropriadas.

Expostos os motivos que fomentaram essa iniciativa, contamos com o apoio e a aprovação dos ilustres Pares para vê-la aprovada.

Sala das Sessões, em 14 de ~~FEV~~ de 1998.



Deputado Paulo Paim

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 4.178/98**

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 05/06/98, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 22 de junho de 1998

Anamélia R. C. de Araújo
ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO
Secretária

PROJETO DE LEI N.º 2.147, DE 2003

(Do Sr. Coronel Alves)

Dispõe sobre o descarte e a criação de depósitos para o recolhimento de pilhas e baterias usadas, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o descarte e a criação de depósitos para o recolhimento de pilhas e baterias usadas.

Art. 2º Fica o Poder Público obrigado a criar locais para depósito, armazenagem e destino final de pilhas comuns e alcalinas e baterias usadas.

Parágrafo Único: São consideradas, para efeito desta lei, as pilhas e baterias de tipo:

- 1 - Zinco-manganês - nos tamanhos palito, pequeno, médio e grande;
- 2 - Alcalina-manganês - nos tamanhos palito, pequeno, médio e grande;
- 3 - Níquel-metal-hidreto (NiMH) - utilizadas por celulares, telefones sem fio, filmadoras e notebooks;
- 4 - Íon-de-lítio - utilizadas em celulares e notebooks;
- 5 - Zinco-ar - utilizadas em aparelhos auditivos;
- 6 - Lítio, tipo botão e miniatura - empregadas em equipamentos fotográficos, agendas eletrônicas, calculadoras, filmadoras, relógios, computadores, notebooks, videocassetes e sistemas de segurança e alarme.

Art. 3º Fica proibido o descarte como lixo comum das pilhas e baterias supracitadas, sejam elas usadas ou não.

Art. 4º O não cumprimento do dispositivo na presente lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de 10 UFIR por cada pilha/bateria descartada, valor que será dobrado em caso de reincidência.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias própria, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A população brasileira está a cada dia mais sensibilizada com os problemas gerados pelo acúmulo de lixo produzido em nossa sociedade. A crescente falta de locais apropriados para a destinação do lixo, especialmente nos centros urbanos, e,

sobretudo, os danos provocados ao meio ambiente por conta do descarte de materiais danosos, tais como metais pesados, vêm trazendo oportunos debates e discussões.

Um ponto importante na questão do lixo está relacionado à destinação de pilhas e baterias. Uma Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de número 0257/1999, estabelece que as pilhas e baterias compostas de níquel-cádmio, chumbo-ácido e óxido de mercúrio deverão, necessariamente, ser recolhidas pelos fabricantes e importadores, bem como pela rede de assistência técnica autorizada, encarregados de dar destinação adequada às pilhas e baterias usadas.

Entretanto, as pilhas e baterias fabricadas a partir de 01 de janeiro de 2000, que atendem aos limites de composição de metais previstos na Resolução 0257/1999, têm como proibição tão somente a queima em instalações inadequadas e o lançamento a céu aberto, sendo permitida sua destinação em aterros sanitários comuns.

O Brasil produz 800 milhões de pilhas comuns por ano no Brasil. Cerca de 7 milhões e 200 mil unidades de pilhas de Níquel-metal-hidreto e Íon-lítio utilizadas em telefones celulares são negociadas no país todos os anos. Este volume gera um considerável volume de lixo, que a despeito do cumprimento das normas ambientais, geram o lançamento de grande quantidade de metais pesados no meio ambiente.

Estudos mostram que estes metais, longe de decomporem-se rapidamente, contaminam o solo e a água, e, consumidos por animais, contaminam também toda a cadeia alimentar que estes animais compõem, incluindo peixes, aves e mamíferos.

Chegando ao homem, esses metais são de difícil eliminação pelo organismo, podendo causar diversos efeitos nocivos, tais como alergias de pele e respiratórias, náuseas, vômitos, diarreias, diminuição do apetite e do peso, dores de estômago e gosto metálico na boca, instabilidade emocional, acrescida de distúrbios do sono, inibição das células de defesa do organismo, bronquite e até mesmo danos ao sistema nervoso, edemas pulmonares, osteoporose e alguns tipos de câncer.

Em consonância com a Lei de Crimes Ambientais, número 9.605/1998, que transforma em crime o lançamento de qualquer elemento degradante ao meio ambiente, entendemos que esta propositura vem oferecer ao cidadão alternativa para o descarte de pilhas e baterias usadas, sem prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública. Solicitamos, então, o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 2003.

Deputado Coronel Alves

PL-AP

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

.....

.....

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 257, DE 30 DE JUNHO DE 1999

Dispõe sobre o destino das pilhas e baterias que menciona, após seu esgotamento energético.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n. 6.938(1), de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto n. 99.274(2), de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletroeletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues

pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no *caput* deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente (NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica mediante conversão geralmente irreversível de energia química (NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor (NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel ou, ainda, tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletroeletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletroeletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no art. 1º, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 1º.

Art. 4º As pilhas e baterias recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2000, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,025% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,025% em peso de cádmio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

III - com até 0,400% em peso de chumbo, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

IV - com até 25mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo pilhas miniaturas e botão.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2001, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,010% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,015% em peso de cádmio, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês;

III - com até 0,200% em peso de chumbo, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês.

Art. 7º Os fabricantes dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor das mesmas, até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente.

Art. 8º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias usadas de quaisquer tipos ou características:

I - lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Art. 9º No prazo de um ano contado a partir da data de vigência desta Resolução, nas matérias publicitárias e nas embalagens ou produtos descritos no art. 1º deverão constar, de forma visível, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores.

Art. 10. Os fabricantes devem proceder gestões no sentido de que a incorporação de pilhas e baterias, em determinados aparelhos, somente seja efetivada na condição de poderem ser facilmente substituídas pelos consumidores após sua utilização, possibilitando o seu descarte independentemente dos aparelhos.

Art. 11. Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de doze meses contados a partir da vigência desta resolução, implantar os mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento.

Art. 12. Os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da vigência desta Resolução, implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 13. As pilhas e baterias que atenderem aos limites previstos no art. 6º poderão ser dispostas, juntamente com os resíduos domiciliares, em aterros sanitários licenciados.

Parágrafo único. Os fabricantes e importadores deverão identificar os produtos descritos no *caput* deste artigo, mediante a aposição nas embalagens e, quando couber, nos

produtos, de símbolo que permita ao usuário distingui-los dos demais tipos de pilhas e baterias comercializados.

Art. 14. A reutilização, reciclagem, tratamento ou a disposição final das pilhas e baterias abrangidas por esta Resolução, realizadas diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada, com vistas a evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente, principalmente no que tange ao manuseio dos resíduos pelos seres humanos, filtragem do ar, tratamento de efluentes e cuidados com o solo, observadas as normas ambientais especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Parágrafo único. Na impossibilidade de reutilização ou reciclagem das pilhas e baterias descritas no art. 1º, a destinação final por destruição térmica deverá obedecer as condições técnicas previstas na NBR - 11175 - Incineração de Resíduos Sólidos Perigosos - e os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 3(3), de 28 de junho de 1990.

Art. 15. Compete aos órgãos integrantes do SISNAMA, dentro do limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Resolução.

Art. 16. O não cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e n. 9.605(4), de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO, Presidente do Conselho,

JOSÉ CARLOS CARVALHO, Secretário-Executivo

PROJETO DE LEI N.º 1.595, DE 2003

(Do Sr. Ildeu Araujo)

Dispõe acerca da responsabilidade pela destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pilhas, baterias e lâmpadas identificadas neste artigo são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde humana e ao meio ambiente, após seu uso ou esgotamento energético, e serão recebidas pelos estabelecimentos que as comercializam ou pela rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se:

I – pilha: o gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

II – bateria: o conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente;

III – lâmpada: a que contenha mercúrio e seus compostos, tais como lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de luz mista e similares.

§ 2º Consideram-se ainda pilhas e baterias as que contenham em sua composição um ou mais elementos de chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos, ou outros elementos que venham a ser nelas empregados, conforme definido nas normas técnicas específicas.

§ 3º Também se consideram pilhas e baterias, para efeito desta Lei, os produtos eletroeletrônicos que as contenham inseridas em sua estrutura de forma insubstituível.

Art. 2º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo anterior, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e os importadores desses produtos, são obrigados a

aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas, visando aos procedimentos previstos no artigo anterior.

§ 1º No ato da devolução desses produtos, o usuário será ressarcido na importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor de venda à vista do produto novo.

§ 2º Os produtos usados devolvidos serão transportados e acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações expedidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 3º Os fabricantes dos produtos abrangidos por esta Lei estão obrigados a efetuar estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor delas até valores tecnologicamente viáveis.

§ 1º Os fabricantes de pilhas e baterias estão obrigados a proceder gestões para que a incorporação delas aos aparelhos eletroeletrônicos só seja efetivada na condição de poderem ser facilmente substituídas pelos consumidores após sua utilização, possibilitando o seu descarte independentemente dos aparelhos.

§ 2º Os fabricantes de lâmpadas aqui incluídas estão obrigados a manter serviço permanente de descontaminação das unidades usadas.

Art. 4º Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes dos produtos abrangidos por esta Lei estão obrigados a:

I – desenvolver campanhas de esclarecimento sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente desses produtos;

II – esclarecer os consumidores quanto à necessidade de, após o seu uso, serem eles devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada para posterior repasse aos fabricantes ou importadores;

III – implantar e operar convenientemente mecanismos

operacionais de coleta, transporte e armazenamento desses produtos e, no caso dos fabricantes e importadores, também de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, de forma a evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente, obedecida a legislação em vigor.

Art. 5º Ficam proibidas e sujeitas às penalidades legais as seguintes formas de destinação final de pilhas, baterias e lâmpadas aqui descritas, de quaisquer tipos ou características:

I – lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais;

II – lançamento em aterros sanitários ou controlados destinados a resíduos domiciliares, lixões ou terrenos baldios;

III – lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, de esgoto, de eletricidade ou de telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundação;

IV – incineração a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme a legislação em vigor.

Art. 6º Compete aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, no limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Lei.

Art. 7º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam-se às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo de outras normas federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais aplicáveis.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O uso dos recursos naturais intensificou-se sobremodo nas últimas décadas, tendo em vista o padrão consumista que a sociedade atual tem adotado como estilo de vida moderna. Todavia, a mesma tecnologia que vem permitindo a maior e mais rápida exploração dos recursos ainda não se desenvolveu

suficientemente para reduzir a contento os efeitos deletérios dessa conduta, quais sejam a depleção acelerada desses mesmos recursos e a geração crescente de resíduos resultantes de sua utilização. Na ponta desse processo, a disposição inadequada de resíduos pode ensejar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

É nesse âmbito que se insere este projeto de lei, que tem por objetivo estimular a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequados de pilhas, baterias e lâmpadas usadas, mediante a responsabilização dos fabricantes, dos importadores, da rede autorizada de assistência técnica e dos comerciantes desses produtos.

Pilhas e baterias contêm substâncias químicas perigosas, entre as quais metais pesados como chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos, e sua disposição inadequada pode trazer sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente, já que parte desses elementos não se degrada naturalmente e, ao atingir o solo e os recursos hídricos, são incorporados pelos seres vivos. Convém lembrar que os metais pesados têm efeito cumulativo, ou seja, vão-se acumulando nos organismos vivos, em especial nos elos superiores da cadeia alimentar.

Da mesma forma, as lâmpadas aqui incluídas, cujos tubos ou bulbos são preenchidos com vapor de mercúrio ou de sódio, ou ambos, liberam ao meio ambiente seu conteúdo gasoso, quando quebradas, conteúdo esse igualmente danoso à saúde humana e ao meio ambiente. Além disso, e assim como as pilhas e baterias, as lâmpadas usadas contêm materiais úteis, tais como vidro, alumínio, latão e o próprio mercúrio, que podem ser reutilizados, representando boas condições comerciais para reciclagem.

Este projeto de lei, portanto, vem obrigar os estabelecimentos que comercializam esses produtos, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e os importadores, a recebê-los dos usuários, transportá-los e acondicioná-los adequadamente e armazená-los de forma segregada, obedecendo as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, assim como as recomendações expedidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Igualmente, vem responsabilizar fabricantes e importadores desses produtos por sua reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final

ambientalmente adequados, estimulando os primeiros a substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor delas até valores tecnologicamente viáveis. Fabricantes, importadores, comerciantes e rede autorizada são também responsabilizados pelo desenvolvimento de campanhas de esclarecimento acerca dos riscos à saúde humana e ao meio ambiente desses produtos e da necessidade da devolução dos mesmos, após seu uso, por parte dos consumidores.

Procura-se, também, induzir os usuários a promover essa devolução mediante a atribuição de um valor econômico – estipulado em 10% do valor de venda à vista do produto novo – para que não se quebre a cadeia de reutilização dos produtos justamente em seu primeiro – e, talvez, mais frágil – elo, qual seja o consumidor. Se não for ele estimulado financeiramente a devolver os produtos usados, dificilmente terá êxito essa empreitada. Obviamente, o valor pago pelo comerciante ou rede autorizada ao usuário será posteriormente cobrado do fabricante ou importador.

O projeto de lei estabelece ainda a competência para a fiscalização de seus dispositivos, bem como as condutas lesivas ao meio ambiente quanto à destinação inadequada de pilhas, baterias e lâmpadas usadas, sujeitando os infratores às penas da Lei de Crimes Ambientais e outras normas aplicáveis.

Saliente-se que, ao contrário da previsão do art. 13 da Resolução nº 257, de 30 de junho de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, não se admitirá que pilhas e baterias com reduzidos percentuais de metais pesados possam ser descartadas, juntamente com os resíduos domiciliares, em aterros sanitários licenciados, haja vista a dificuldade do usuário em conseguir identificar os percentuais de que trata o art. 6º da mesma Resolução. Assim, nenhum tipo de pilha ou bateria, independentemente de sua composição percentual em metais pesados, poderá ser descartada junto com o lixo doméstico.

Finalmente, quanto à legislação já existente, a norma federal que trata especificamente do tema pilhas e baterias usadas é a Resolução nº 257/99 do Conama, em cujo texto se baseia o PL ora apresentado. No que tange a legislações estaduais, já existem normas atinentes ao mesmo conteúdo, entre outras, no Estado de Santa Catarina (Lei nº 11.347/00).

Desta forma, dada a relevância do tema em foco, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 31 de julho de 2003.

Deputado ILDEU ARAUJO

PRONA-SP

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções, Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Art. 5º (VETADO)

.....

.....

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 257, DE 30 DE JUNHO DE 1999.

Dispõe sobre o destino das pilhas e baterias que menciona, após seu esgotamento energético

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n. 6.938(1), de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto n. 99.274(2), de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletroeletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de

fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no *caput* deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente (NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica mediante conversão geralmente irreversível de energia química (NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor (NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel ou, ainda, tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletroeletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletroeletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no art. 1º, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 1º.

Art. 4º As pilhas e baterias recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2000, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,025% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,025% em peso de cádmio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

III - com até 0,400% em peso de chumbo, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

IV - com até 25mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo pilhas miniaturas e botão.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2001, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,010% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,015% em peso de cádmio, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês;

III - com até 0,200% em peso de chumbo, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês.

Art. 7º Os fabricantes dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor das mesmas, até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente.

Art. 8º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias usadas de quaisquer tipos ou características:

I - lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Art. 9º No prazo de um ano contado a partir da data de vigência desta Resolução, nas matérias publicitárias e nas embalagens ou produtos descritos no art. 1º deverão constar, de forma visível, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores.

Art. 10. Os fabricantes devem proceder gestões no sentido de que a incorporação de pilhas e baterias, em determinados aparelhos, somente seja efetivada na condição de poderem ser facilmente substituídas pelos consumidores após sua utilização, possibilitando o seu descarte independentemente dos aparelhos.

Art. 11. Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de doze meses contados a partir da vigência desta resolução, implantar os mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento.

Art. 12. Os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da vigência desta Resolução, implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 13. As pilhas e baterias que atenderem aos limites previstos no art. 6º poderão ser dispostas, juntamente com os resíduos domiciliares, em aterros sanitários licenciados.

Parágrafo único. Os fabricantes e importadores deverão identificar os produtos descritos no *caput* deste artigo, mediante a aposição nas embalagens e, quando couber, nos produtos, de símbolo que permita ao usuário distingui-los dos demais tipos de pilhas e baterias comercializados.

Art. 14. A reutilização, reciclagem, tratamento ou a disposição final das pilhas e baterias abrangidas por esta Resolução, realizadas diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada, com vistas a evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente, principalmente no que tange ao manuseio dos resíduos pelos seres humanos, filtragem do ar, tratamento de efluentes e cuidados com o solo, observadas as normas ambientais especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Parágrafo único. Na impossibilidade de reutilização ou reciclagem das pilhas e baterias descritas no art. 1º, a destinação final por destruição térmica deverá obedecer as condições técnicas previstas na NBR - 11175 - Incineração de Resíduos Sólidos Perigosos - e os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 3(3), de 28 de junho de 1990.

Art. 15. Compete aos órgãos integrantes do SISNAMA, dentro do limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Resolução.

Art. 16. O não cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e n. 9.605(4), de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO, Presidente do Conselho,

JOSÉ CARLOS CARVALHO, Secretário-Executivo

LEI Nº 11.347, DE 17 DE JANEIRO DE 2000

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pilhas, baterias e lâmpadas, identificadas no art. 3º desta Lei, após seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, observar o estabelecido nesta Lei.

§ 1º Consideram-se pilhas e baterias, para efeitos desta Lei, as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

§ 2º Os produtos eletro-eletrônicos que contenham pilhas ou baterias, na forma do parágrafo anterior, inseridas em sua estrutura, de forma insubstituível, também são abrangidos por esta Lei.

Art. 2º Os produtos discriminados no artigo anterior, após sua utilização ou esgotamento energético, deverão ser entregues pelos usuários, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º As baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante, ao importador ou ao distribuidor, para os procedimentos referidos no caput.

§ 2º Os resíduos especificados no art. 1º desta Lei não poderão ser dispostos em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei e de acordo com as normas técnicas específicas, considera-se:

I – bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente;

II – pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

III – lâmpada fluorescente: lâmpada onde a maior parte da luz é emitida por uma camada de material fluorescente aplicada na superfície interna de um bulbo de vidro, excitada por radiação ultravioleta produzida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio;

IV – lâmpada de vapor de mercúrio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio à alta pressão, contido num bulbo de vidro;

V – lâmpada de vapor de sódio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapores de sódio e mercúrio, contidos num bulbo de vidro;

VI – lâmpada de luz mista: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica simultaneamente através de filamento metálico e de vapor de mercúrio, puro ou associado ao sódio, contido num bulbo de vidro.

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo anterior, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - Os resíduos potencialmente perigosos na forma do caput serão acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º Os fabricantes, os importadores, estabelecimentos comerciais e rede de assistência técnica, previstos no art. 2º desta Lei, deverão desenvolver campanhas de esclarecimento sobre os riscos à saúde, ao meio ambiente e a necessidade do cumprimento desta Lei, no âmbito do Estado.

Art. 6º Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os mecanismos operacionais para a coleta, o transporte e o armazenamento.

Art. 7º Os fabricantes e os importadores dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 8º A reutilização, a reciclagem, o tratamento ou a disposição final dos resíduos abrangidos por esta Lei, realizados diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processados de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Art. 9º Compete à Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, à Polícia Ambiental e à Secretaria de Estado da Saúde, no limite de suas competências, exercer a fiscalização relativa ao cumprimento desta Lei.

§ 1º O Estado poderá celebrar convênios de cooperação com os municípios, visando a fiscalização para o cumprimento das disposições desta Lei.

§ 2º A atuação dos órgãos descritos no caput poderá valer-se, de forma subsidiária, da legislação federal pertinente.

Art. 10. O não cumprimento das disposições desta Lei, sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação. Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2000

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 2.440, DE 2003

(Do Sr. Jovino Cândido)

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pilhas, baterias e lâmpadas, após o seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, observar o estabelecido nesta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente;

II – pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

III – lâmpada fluorescente: lâmpada onde a maior parte da luz é emitida por uma camada de material fluorescente aplicada na superfície interna de um bulbo de vidro, excitada por radiação ultravioleta produzida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio;

IV – lâmpada de vapor de mercúrio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio à alta pressão, contido num bulbo de vidro;

V – lâmpada de vapor de sódio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapores de sódio e mercúrio, contidos num bulbo de vidro;

VI – lâmpada de luz mista: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica simultaneamente através de filamento metálico e de vapor de mercúrio, puro ou associado ao sódio, contido num bulbo de vidro.

§ 2º Os produtos eletro-eletrônicos que contenham pilhas ou baterias inseridas em sua estrutura, de forma insubstituível, também são abrangidos por esta Lei.

Art. 2º Os produtos de que trata esta Lei, após sua utilização

ou esgotamento energético, devem ser entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados.

Parágrafo único. As baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, devem ser entregues pelo usuário ao fabricante, ao importador ou ao distribuidor, para os procedimentos referidos no *caput*.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam os produtos de que trata esta Lei, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas.

Parágrafo único. Os produtos recebidos devem ser acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 4º Os fabricantes, os importadores, os estabelecimentos comerciais e a rede de assistência técnica dos produtos de que trata esta Lei devem:

I – desenvolver campanhas de esclarecimento sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente dos produtos de que trata esta Lei;

II – implantar os mecanismos operacionais para a coleta, o transporte e o armazenamento dos produtos de que trata esta Lei após o uso pelo consumidor..

Art. 5º Os fabricantes e os importadores dos produtos de que trata esta Lei ficam obrigados a implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 6º A reutilização, a reciclagem, o tratamento ou a disposição final dos resíduos abrangidos por esta Lei, realizados diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processados de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Parágrafo único. É proibida a disposição dos resíduos dos produtos de que trata esta Lei em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares.

Art. 7º Compete aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente a fiscalização quanto ao cumprimento desta Lei.

Art. 8º O não cumprimento das disposições desta Lei sujeita os infratores às sanções administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Pilhas, baterias e lâmpadas são produtos aos quais a sociedade moderna dificilmente renunciará. Seu crescente uso, no entanto, vem trazendo consequências graves ao meio ambiente. Ocorre que tais produtos contêm substâncias altamente perigosas, como diversos metais pesados, e devem, portanto, receber destinação adequada após o seu uso.

Em conformidade com o princípio poluidor/pagador, cremos que deve ser atribuída aos fabricantes, distribuidores e comerciantes responsabilidade pelo recolhimento, tratamento e destinação correta desses produtos, como já vem acontecendo em diversos países.

O projeto de lei que ora apresentamos inspirou-se na Lei nº 11.347, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina. É um exemplo a ser seguido em todo o território nacional, razão pela qual contamos com o apoio desta Casa para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2003.

Deputado Jovino Cândido

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas
Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao
Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos
nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o
diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o
preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem,
deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e
penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por
decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou
benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das
pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

.....
.....

LEI Nº 11.347, DE 17 DE JANEIRO DE 2000

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pilhas, baterias e lâmpadas, identificadas no art. 3º desta Lei, após seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, observar o estabelecido nesta Lei.

§ 1º Consideram-se pilhas e baterias, para efeitos desta Lei, as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

§ 2º Os produtos eletro-eletrônicos que contenham pilhas ou baterias, na forma do parágrafo anterior, inseridas em sua estrutura, de forma insubstituível, também são abrangidos por esta Lei.

Art. 2º Os produtos discriminados no artigo anterior, após sua utilização ou esgotamento energético, deverão ser entregues pelos usuários, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º As baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante, ao importador ou ao distribuidor, para os procedimentos referidos no *caput*.

§ 2º Os resíduos especificados no art. 1º desta Lei não poderão ser dispostos em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei e de acordo com as normas técnicas específicas, considera-se :

I – bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente;

II – pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

III – lâmpada fluorescente: lâmpada onde a maior parte da luz é emitida por uma camada de material fluorescente aplicada na superfície interna de um bulbo de vidro, excitada por radiação ultravioleta produzida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio;

IV – lâmpada de vapor de mercúrio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio à alta pressão, contido num bulbo de vidro;

V – lâmpada de vapor de sódio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapores de sódio e mercúrio, contidos num bulbo de vidro;

VI – lâmpada de luz mista: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica simultaneamente através de filamento metálico e de vapor de mercúrio, puro ou associado ao sódio, contido num bulbo de vidro.

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo anterior, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - Os resíduos potencialmente perigosos na forma do *caput* serão acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º Os fabricantes, os importadores, estabelecimentos comerciais e rede de assistência técnica, previstos no art. 2º desta Lei, deverão desenvolver campanhas de esclarecimento sobre os riscos à saúde, ao meio ambiente e a necessidade do cumprimento desta Lei, no âmbito do Estado.

Art. 6º Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os mecanismos operacionais para a coleta, o transporte e o armazenamento.

Art. 7º Os fabricantes e os importadores dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 8º A reutilização, a reciclagem, o tratamento ou a disposição final dos resíduos abrangidos por esta Lei, realizados diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processados de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Art. 9º Compete à Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, à Polícia Ambiental e à Secretaria de Estado da Saúde, no limite de suas competências, exercer a fiscalização relativa ao cumprimento desta Lei.

§ 1º O Estado poderá celebrar convênios de cooperação com os municípios, visando a fiscalização para o cumprimento das disposições desta Lei.

§ 2º A atuação dos órgãos descritos no *caput* poderá valer-se, de forma subsidiária, da legislação federal pertinente.

Art. 10. O não cumprimento das disposições desta Lei, sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2000

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado

CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.502, DE 1998
(DO SR. IVAN VALENTE)

Dispõe sobre a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

(APENSE-SE O PROJETO DE LEI Nº 4.502/98 AO PROJETO DE LEI Nº 203/91. CONSIDERANDO QUE O PRIMEIRO DISPÕE SOBRE DIREITOS INDIVIDUAIS, PORQUANTO DEFINE CRIME E RESPECTIVA PENA, SUBMETO O PROJETO DE LEI Nº 203/91 E TODOS OS SEUS APENSADOS AO RITO DAS MATERIAS DE COMPETENCIA DO PLENARIO, O QUE FAÇO COM FULCRO NOS ARTS. 24, INCISO II, ALÍNEA "E", E 143, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RICD. PUBLIQUE-SE)

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, estabelece diretrizes e normas para o gerenciamento de resíduos sólidos e acrescenta artigo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências".

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se gerenciamento de resíduos sólidos o processo que compreende a coleta, a manipulação, o acondicionamento, o transporte, o armazenamento, o tratamento, a reciclagem e a disposição final dos resíduos sólidos.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se resíduos sólidos aqueles nos estados sólido e semi-sólido resultantes de processo de produção, transformação, utilização ou consumo em atividade industrial, comercial, de prestação de serviço, agrícola, doméstica ou outra, destinados a reciclagem ou disposição final.

Parágrafo único. Enquadram-se como resíduos sólidos:

I - os efluentes líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento final em rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isto soluções tecnicamente ou economicamente inviáveis;

II - os resíduos gasosos contidos em recipientes.

Art. 4º Os resíduos sólidos, obedecerão à seguinte classificação:

I - quanto à fonte geradora, os provenientes de:

- a) residências, comércio e serviços;
- b) varrição e capinação das vias e logradouros públicos;
- c) indústrias;
- d) portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários;
- e) estabelecimentos de serviços de saúde;

II - segundo o tipo de resíduo:

- a) comuns;
- b) especiais.

§ 1º Os resíduos comuns são os provenientes de qualquer uma das fontes referidas no inciso I e que não apresentem características de toxidez, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, explosividade ou patogenicidade que possam apresentar efetivo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental.

§ 2º Consideram-se resíduos especiais:

- I - os resíduos não-perigosos resultantes de processos industriais;

II - os resíduos perigosos: assim considerados aqueles inservíveis e destinados à disposição final que, em função de suas características de toxidez, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, explosividade ou patogenicidade, possam apresentar efetivo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental;

III - os resíduos gerados pela atividade-fim das seguintes fontes:

a) portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários;

b) estabelecimentos de serviços de saúde;

IV - os resíduos gerados pela utilização de agrotóxicos;

V - os resíduos tecnológicos;

VI - os resíduos da construção civil;

VII - outros resíduos cujo volume ou característica demandem gerenciamento especial;

VIII - os resíduos radioativos.

§ 3º O gerenciamento dos resíduos radioativos ocorrerá de acordo com legislação específica.

Capítulo II

Da Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 5º A Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos tem por objetivos:

I - estabelecer diretrizes nacionais relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos;

II - fomentar:

a) a redução da quantidade e da nocividade dos resíduos sólidos;

b) a reciclagem dos resíduos sólidos;

c) a utilização de resíduos sólidos para obtenção de energia;

d) a eliminação dos prejuízos à saúde pública e à qualidade do meio ambiente causados pela geração de resíduos sólidos;

e) a ampliação de mercado para produtos reciclados;

f) o desenvolvimento e a implementação, nos níveis municipal, estadual e federal, de programas de gerenciamento de resíduos sólidos;

g) a capacitação dos recursos humanos envolvidos em atividades relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos;

h) o desenvolvimento, a apropriação e a adaptação de tecnologias relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos;

III - estabelecer padrões de qualidade para as etapas e os produtos resultantes do gerenciamento de resíduos sólidos;

IV - estimular a cooperação nos níveis internacional, interestadual e intermunicipal para a solução de problemas relativos aos resíduos sólidos;

V - propiciar a formação de uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos com menor geração de resíduos sólidos e de seu adequado manejo.

Art. 6º São fundamentos básicos da Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos:

I - a descentralização político-administrativa;

II - a integração das ações nas áreas de saneamento básico, meio ambiente e saúde pública;

III - a universalidade de acesso ao serviço de coleta, transporte, tratamento, e disposição final dos resíduos comuns;

IV - a inclusão da coleta seletiva e da reciclagem como etapas obrigatórias no gerenciamento dos resíduos sólidos;

V - a co-responsabilidade dos geradores no gerenciamento dos resíduos sólidos;

VI - a integralidade do ciclo do produto, desde o seu planejamento, produção, comercialização, consumo, reciclagem, até que suas características determinem a impossibilidade de seu aproveitamento e obriguem a sua disposição final.

Art. 7º São instrumentos da Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos:

- I - a cooperação técnica e financeira;
- II - os incentivos e benefícios fiscais;
- III - os programas de gerenciamento de resíduos sólidos;
- IV - a educação ambiental;
- V - as penalidades disciplinares e compensatórias.

Art. 8º A Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos será implementada pelos Governos federal, estaduais e municipais, sob a coordenação do primeiro.

Art. 9º O Governo Federal destinará no mínimo 15% dos recursos da área de saneamento básico para a cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 10. Incumbe ao Poder Público a normatização, supervisão, coordenação e fiscalização do gerenciamento dos resíduos sólidos pelos diversos responsáveis.

Capítulo III

Do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

Seção I

Disposições gerais

Art. 11. O gerenciamento de resíduos sólidos deve ser executado de forma a não resultar em prejuízos ou riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 12. São proibidas as seguintes formas de disposição final de resíduos sólidos:

- I - lançamento *in natura* a céu aberto, em áreas urbanas ou rurais;
- II - incineração a céu aberto;

III - lançamento no mar, em terrenos baldios, margens de vias públicas, cursos d'água, praias, áreas erodidas e poços ou cacimbas, mesmo que abandonados;

IV - lançamento em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, gás e telefone;

V - utilização *in natura* para alimentação de animais ou adubação orgânica.

Parágrafo único. A incineração a céu aberto só poderá ser autorizada em caso de emergência sanitária.

Art. 13. Os Municípios indicarão, em conformidade com o zoneamento ambiental e o plano diretor previsto no art. 182 da Constituição Federal, se houver, as áreas adequadas para o gerenciamento de resíduos sólidos, de forma a:

I - impedir a contaminação de aquíferos subterrâneos;

II - impedir a drenagem de líquidos originados dos resíduos sólidos para os corpos d'água superficiais;

III - estar em posição favorável no que diz respeito aos ventos dominantes a fim de impedir o transporte de poeira e gases e a propagação de ruído excessivo para as áreas urbanas.

Art. 14. O gerenciamento de resíduos sólidos está sujeito a licenciamento ambiental, na forma da regulamentação.

Parágrafo único. Dependerão da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação pelo órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA:

I - a implantação e a operação de aterros sanitários;

II - a implantação e a operação de incineradores.

Art. 15. Produtos que substituam outros produtos cujo consumo implique em considerável impacto para o gerenciamento de resíduos sólidos por estes gerados poderão obter redução do Imposto de Produtos Industrializados - IPI, se comprovada, pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do Sistema Nacional de Metrologia, Certificação e Qualidade Industrial - SINMETRO, significativa vantagem nos processos de reciclagem ou de biodegradação, quando sujeitos à disposição final.

Parágrafo único. A redução do IPI prevista no *caput* será concedida por prazo determinado, considerado necessário para a introdução em bases competitivas do novo material ou tecnologia no mercado.

Seção II

Da reciclagem

Art. 16. Considera-se reciclagem de resíduos sólidos:

I - a reutilização direta, compreendendo o aproveitamento do resíduo nas condições em que é coletado, submetendo-o a pouco ou nenhum tratamento;

II - a reutilização indireta, compreendendo o aproveitamento do resíduo como matéria prima para a produção do mesmo material ou de outros produtos;

III - a compostagem da matéria orgânica para este fim apropriada;

IV - o aproveitamento do resíduo sólido como combustível substituto para obtenção de energia.

Art. 17. Existe a obrigação de reciclar quando a reciclagem for tecnicamente possível e economicamente viável.

§ 1º A reciclagem de resíduos é considerada economicamente viável quando exista um mercado, ou este possa ser criado, para as substâncias produzidas e os custos que isso requer não sejam desproporcionais em comparação com os custos que a disposição final requereria.

§ 2º A reciclagem é considerada tecnicamente possível mesmo que requeira pré-tratamento do resíduo.

§ 3º A reciclagem deve ocorrer de forma apropriada e segura, de acordo com a natureza do resíduo, e de forma a não ferir os interesses públicos, nem aumentar a concentração de poluentes.

Art. 18. A obrigatoriedade estabelecida no art. 17 não existirá nos casos em que a disposição final for, ambientalmente, a melhor solução, considerando-se:

I - as emissões potenciais de poluentes;

II - os objetivos de conservação dos recursos naturais;

III - a energia a ser consumida e produzida;

IV - o aumento resultante da concentração de poluentes nos produtos obtidos e na energia recuperada.

Seção III

Das embalagens

Art. 19. As embalagens devem ser fabricadas com materiais ambientalmente adequados que não impeçam a sua reciclagem e que reduzam o tempo de degradação após sua disposição final.

Parágrafo único. O Poder Público estimulará o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o atendimento do disposto no *caput*.

Art. 20. Deve ser evitada a geração de resíduos por embalagens assegurando-se que estas:

I - sejam restritas em volume e peso às dimensões realmente requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - sejam projetadas de forma a serem recarregadas de maneira tecnicamente viável e razoável, bem como compatível com os regulamentos aplicados ao conteúdo;

III - sejam recicladas se as condições para a recarga não forem possíveis.

Art. 21. É responsável pelo atendimento do disposto nos artigos 19 e 20 todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou produtos dos quais a embalagem é diretamente fabricada;

II - coloca em circulação embalagens, produtos dos quais as embalagens são diretamente manufaturadas ou produtos embalados em qualquer nível da cadeia de comércio;

III - opera serviço de envio de correspondências ou encomendas por via postal.

Art. 22. A reciclagem não se aplica a embalagens:

I - contaminadas por substâncias que constituam risco à saúde ou ao meio ambiente;

II - que devam ser dispostas de forma particular de acordo com outros dispositivos legais.

Art. 23. Para os efeitos desta lei, serão considerados os seguintes tipos de embalagens:

I - as utilizadas pelo fabricante para o transporte de bens de consumo duráveis do fabricante ao consumidor;

II - as utilizadas pelo fabricante para acondicionar bens de consumo não-duráveis;

III - as utilizadas pelo fabricante para garantir ao consumidor a inviolabilidade do produto;

IV - as disponibilizadas, pelo comerciante, aos consumidores para acondicionar e transportar produtos vendidos a varejo;

V - os copos, pratos, talheres e bandejas descartáveis, quando utilizados para a venda de produtos alimentícios.

Art. 24. Ficam os fabricantes, os distribuidores e os comerciantes obrigados a recolher as embalagens de seus produtos definidas nos incisos I, II e V do art. 23 e a reutilizá-las ou reciclá-las independentemente do sistema público de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 1º A obrigação estabelecida neste artigo limita-se ao tipo, forma e tamanho de embalagem fornecida pelo fabricante, distribuidor ou comerciante.

§ 2º A responsabilidade do fabricante pelo recolhimento das embalagens abrange toda a área na qual seu produto é colocado à venda.

§ 3º Os fabricantes, os distribuidores e os comerciantes devem informar aos consumidores os procedimentos e os locais para a devolução das embalagens a que se refere o *caput*.

§ 4º Na devolução de embalagens referidas nos incisos I, II e V, o consumidor receberá o valor fixado na embalagem, o qual não poderá ser inferior a dez por cento do preço de venda a varejo do produto.

Art. 25. Na veiculação de propaganda dos produtos cujas embalagens estão definidas nos incisos I, II e V do art. 23, incluir-se-ão informações sobre as formas de devolução da embalagem.

Art. 26. As alíquotas do Imposto de Produtos Industrializados - IPI de embalagens obedecerão aos seguintes critérios:

I - sobre as embalagens de vidro, papel, ferro, aço, alumínio e tecidos de fibra vegetal incidirá igual alíquota;

II - sobre as embalagens de plástico e de isopor incidirá alíquota 50 pontos percentuais acima da referida no inciso I deste artigo.

Art. 27. Fica proibida a utilização de embalagens para os fins previstos no inciso III do art. 23, devendo estas serem substituídas por selos que possam atender a igual propósito.

Seção IV

Dos Resíduos Comuns

Art. 28. Cabem ao Poder Público municipal, em conformidade com o inciso V do art. 30 da Constituição Federal, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos comuns.

§ 1º Os serviços relacionados no *caput* poderão ser transferidos mediante regime de concessão ou permissão, a empresas devidamente credenciadas, obedecidas as condições estabelecidas em lei municipal.

§ 2º O Poder Público municipal poderá instituir taxas para que se viabilize a execução dos serviços relacionados no *caput*.

Art. 29. O Poder Público municipal poderá instituir tarifas especiais relacionadas à execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos que dificultem, devido ao volume ou a características especiais, a operação cotidiana do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos comuns.

Art. 30. Os princípios de regularidade, permanência, sistematização e de adequabilidade aos padrões sanitários, ambientais e de segurança

deverão nortear a conduta dos serviços municipais de coleta e de transporte dos resíduos comuns.

§ 1º A coleta dos resíduos comuns será realizada por veículos de carroceria fechada e apropriados para a compactação e posterior desembarque dos volumes coletados.

§ 2º O itinerário de coleta deverá ser fixado, na medida do possível, de forma a que a carga total dos veículos coletores seja atingida próximo ao local de tratamento, à estação de transferência ou à área de disposição final.

Art. 31. Os usuários do sistemas municipais de coleta e transporte são obrigados a dispor os resíduos comuns para a coleta em local acessível e acondicionados de forma apropriada.

§ 1º Os usuários são obrigados a:

I - selecionar os resíduos por tipos, quando o município dispuser de sistema de coleta seletiva;

II - acondicionar adequadamente os diversos tipos de resíduos, conforme normas estabelecidas pelo poder público municipal.

§ 2º Fica proibida a inclusão nos resíduos comuns de resíduos para os quais exista um sistema de coleta instituído pelos fabricantes e comerciantes.

Seção V

Dos Resíduos Industriais

Art. 32. É de responsabilidade das fontes geradoras de resíduos industriais o gerenciamento desses resíduos.

§ 1º Para efeito do licenciamento ambiental de atividades industriais, o gerenciamento dos resíduos por elas gerados deverá ser objeto de plano a ser aprovado por órgão competente integrante do SISNAMA, conforme estabelecer regulamentação.

§ 2º O Poder Público municipal poderá executar, mediante a cobrança tarifas especiais, o gerenciamento de resíduos industriais não perigosos, de fontes geradoras de pequeno porte e não sujeitas a apresentação do plano previsto no § 1º deste artigo.

Seção VI

Dos Resíduos de Serviços de Saúde

Art. 33. Para efeito desta Lei, são considerados serviços de saúde: hospitais, clínicas médicas, casas de saúde, ambulatórios, postos de atendimento médico, postos de saúde pública, laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, consultórios médicos e odontológicos, centros de hemodiálise, bancos de sangue, clínicas veterinárias, farmácias e drogarias, centros de pesquisa e produtos relacionados à saúde humana, e qualquer outra unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial.

Art. 34. Os resíduos de serviços de saúde são assim classificados:

I - resíduos sépticos: aqueles que, devido a ocorrência de agentes patológicos, oferecem risco à saúde pública e ao meio ambiente;

II - resíduos sólidos cortantes ou perfurantes;

III - resíduos perigosos devido a características de toxidez, corrosividade, reatividade, explosividade ou inflamabilidade;

IV - resíduos radioativos;

V - resíduos comuns.

§ 1º Os resíduos comuns provenientes de serviços de saúde serão coletados, transportados, tratados e dispostos pelo Poder Público municipal, conforme estabelecido para os resíduos comuns de outras fontes.

§ 2º O gerenciamento dos resíduos radioativos ocorrerá de acordo com legislação específica.

Art. 35. Os resíduos de serviços de saúde sépticos não poderão receber disposição final sem tratamento prévio que assegure a eliminação de suas características de sepsia.

Parágrafo único. Garantida a eliminação da sepsia dos resíduos sépticos, conforme procedimentos estabelecidos em regulamentação, estes poderão ser tratados como resíduos comuns.

Art. 36. Os resíduos cortantes ou perfurantes deverão ser acondicionados em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado adequadamente.

Art. 37. Aplica-se ao gerenciamento dos resíduos perigosos gerados pelos serviços de saúde o disposto na Seção IX.

Art. 38. Os estabelecimentos de serviços de saúde geradores de resíduos são responsáveis:

I - pela elaboração e execução de plano de gerenciamento de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos;

II - pela coleta seletiva diária dos resíduos nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento, de acordo com as classes estabelecidas no artigo anterior;

III - pela manutenção de áreas para operação e armazenagem intermediária, de veículos para transporte e de recipientes, relacionados às diversas classes de resíduos por eles gerados, que devem estar apropriadamente identificados, de acordo com as normas técnicas em vigor;

IV - pelo tratamento das diversas classes de resíduos, de forma adequada e segura para a saúde pública e o meio ambiente;

V - pela destinação adequada das diversas classes de resíduos por eles geradas;

VI - pela manutenção de recursos humanos habilitados para os serviços relacionados às etapas do gerenciamento dos resíduos gerados pelo estabelecimento.

§ 1º Os órgãos competentes que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e o Sistema Único de Saúde - SUS deverão determinar quais estabelecimentos de saúde que, de acordo com os serviços oferecidos, estarão obrigados a submeter planos de gerenciamento de resíduos à sua aprovação.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde terão um responsável técnico, devidamente registrado em conselho profissional, para o correto gerenciamento dos resíduos gerados em decorrência de suas atividades.

Art. 39. O Poder Público municipal poderá executar, mediante a cobrança de tarifas especiais, o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde de fontes geradoras de pequeno porte e não sujeitas a apresentação do plano previsto no parágrafo único do artigo 38.

Seção VII

Dos resíduos gerados pela utilização de agrotóxicos

Art. 40. Os usuários de agrotóxicos deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, conforme estabelecido em legislação específica.

Art. 41. As empresas produtoras de agrotóxicos são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados, após a devolução pelos usuários, dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos impróprios para utilização ou em desuso.

§ 1º A destinação a que se refere o *caput* abrange a reutilização industrial, a reciclagem ou a inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes.

§ 2º Quando o produto não for fabricado no País, assumirá as obrigações e responsabilidades da empresa produtora a pessoa física ou jurídica importadora e, sendo o produto importado submetido a algum processamento industrial no Brasil, ficará a cargo do órgão registrante a atribuição das obrigações e responsabilidades de que trata esta Lei.

Art. 42. O órgão registrante, durante o processo de registro dos agrotóxicos, deverá avaliar o impacto sobre o meio ambiente resultante do método específico de destinação das embalagens proposto pela empresa produtora, envolvendo a coleta, transporte, armazenamento e o que estabelece o § 1º do artigo anterior, para, então, manifestar-se quanto ao registro do produto.

Seção VIII - Dos resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e postos de fronteira

Art. 43. As cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e postos de fronteira, serão, até que se manifestem os órgãos competentes do SISNAMA e do SUS, consideradas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente e a saúde e,

como tal, deverão receber tratamento apropriado, pelos estabelecimentos citados, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Parágrafo único. Se, após avaliação, forem consideradas resíduos, as cargas descritas no *caput* deverão ser submetidas aos procedimentos definidos pelos órgãos do SISNAMA e do SUS, juntamente com as administrações dos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e postos de fronteira.

Art. 44. São responsáveis pelo transporte, tratamento e disposição final das cargas consideradas resíduos o importador, o transportador, o embarcador ou o agente que os represente, salvo previsão contratual específica de responsabilidade.

§ 1º As despesas relacionadas ao transporte, tratamento e disposição final das cargas consideradas resíduos correrão exclusivamente por conta dos entes por elas responsáveis.

§ 2º As despesas provenientes de qualquer etapa do gerenciamento desses resíduos, porventura efetivado pelo Poder Público, deverão ser ressarcidas pelos responsáveis relacionados no *caput*.

Art. 45. Os portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e os postos de fronteira deverão manter áreas que permitam o armazenamento seguro das cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas.

Art. 46. As administrações dos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e postos de fronteira, são responsáveis pelos resíduos por eles gerados, devendo elaborar plano de gerenciamento para esses resíduos, que atenda aos requisitos sanitário-ambientais, a ser submetido à aprovação pelo Poder Público municipal.

§ 1º Para o licenciamento ambiental dos estabelecimentos previstos no *caput*, os resíduos por eles gerados deverão ser objeto de controle específico.

§ 2º Os órgãos competentes que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e o Sistema Único de Saúde - SUS deverão determinar quais estabelecimentos estarão obrigados a submeter planos de gerenciamento de resíduos à sua aprovação.

§ 3º Os portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e os postos de fronteira terão um responsável técnico, devidamente registrado em conselho profissional, para o correto gerenciamento dos resíduos gerados em decorrência de suas atividades.

Seção IX

Dos resíduos perigosos

Art. 47. A instalação e o funcionamento de atividade que gere resíduos perigosos somente serão permitidos se o operador comprovar capacidade técnica para prover os cuidados necessários à produção, manipulação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final destes resíduos, conforme as peculiaridades de cada caso.

§ 1º Operador de resíduos perigosos é toda a empresa, entidade ou instituição que se envolva com o manejo de resíduos perigosos em qualquer etapa de sua atividade.

§ 2º O operador de resíduos perigosos deverá registrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, conforme estiver estabelecido em regulamento.

§ 3º O Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos será organizado conjuntamente pelos órgãos competentes que integram o SISNAMA.

§ 4º Para registrar-se, o operador deverá estar amparado pelo serviço de um responsável técnico, devidamente inscrito em conselho profissional, cujos dados deverão estar sempre atualizados no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

Art. 48. O operador de resíduos perigosos deve elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, de acordo com as condições definidas pela regulamentação desta Lei, que vise à redução do volume e da periculosidade destes resíduos, a ser submetido à aprovação dos órgãos competentes que integram o SISNAMA e o SUS, que deverão determinar a periodicidade com que os planos devam ser atualizados.

Art. 49. A instalação e o funcionamento de atividade que gere resíduos perigosos dependerá de licenciamento do órgão competente integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente cabíveis.

Parágrafo único. A critério do órgão competente integrante do SISNAMA, o licenciamento da instalação e do funcionamento de atividade que opere com resíduo perigoso dependerá da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

Art. 50. O operador de resíduos perigosos deverá permitir a inspeção de suas instalações e de seus procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos, sempre que solicitado pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS.

Art. 51. O operador de resíduos perigosos está obrigado a informar sobre suas instalações e seus procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos:

I - aos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS, quando requerido;

II - a qualquer entidade civil ou a 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, quando requerido, ressalvado o sigilo industrial.

Art. 52. O operador de resíduos perigosos está obrigado a:

I - aplicar o plano de gerenciamento de resíduos, na exata forma em que foi aprovado;

II - manter locais de operação, recipientes e veículos de transporte relacionados ao gerenciamento de resíduos devidamente identificados, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

III - não executar condutas capazes de causar um aumento da periculosidade dos resíduos ou que dificultem, de alguma forma, o seu gerenciamento;

IV - manter registro atualizado e facilmente acessível de toda a conduta envolvida no gerenciamento de resíduos;

V - informar, anualmente, os órgãos competentes do SISNAMA sobre:

a) a quantidade de resíduos produzidos, manipulados, acondicionados, armazenados, coletados, transportados ou tratados, conforme cada caso específico, assim como a natureza dos mesmos e sua destinação final;

b) novas medidas adotadas, com o objetivo de reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos e de aperfeiçoar tecnicamente o seu gerenciamento;

VI - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes, durante qualquer etapa do gerenciamento dos resíduos, ou sobre o desaparecimento destes.

Art. 53. O operador de resíduos perigosos é responsável por todos os custos relativos a todas as etapas do gerenciamento de resíduos perigosos, incluídas as

análises técnicas requeridas pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS.

Art. 54. O operador de resíduos perigosos deverá contratar seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente e à saúde pública, se exigido pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS.

Art. 55. É proibido importar ou exportar resíduos perigosos de qualquer natureza, ainda que a pretexto de aproveitamento em processo de reciclagem.

Art. 56. O transporte de resíduos perigosos deverá obedecer a legislação específica em vigor.

Art. 57. O operador de resíduos perigosos, ao colocar no mercado os produtos que industrializa, deve incluir em suas embalagens instruções sobre os procedimentos a serem tomados pelo consumidor, quanto à devolução dos resíduos deles resultantes.

Art. 58. Qualquer empresa, entidade ou instituição, que comercialize produto, cuja embalagem seja considerada resíduo perigoso, será responsável pelo recolhimento e destinação final dessa embalagem, conforme estabelece esta lei, observados os dispositivos específicos relacionados ao gerenciamento de resíduos perigosos.

Seção X

Dos resíduos tecnológicos, da construção civil e de outros resíduos especiais

Art. 59. Para os efeitos desta lei considera-se resíduo tecnológico todo aquele gerado a partir de veículos automotores, aparelhos eletrodomésticos ou eletroeletrônicos e seus componentes, incluindo os acumuladores de energia (baterias e pilhas), pneus e produtos magnetizados, de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços, que estejam em desuso e sujeitos a disposição final.

Parágrafo único. Incluem-se nessa categoria de resíduos sólidos as lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio e de sódio e luz mista.

Art. 60. Os fabricantes de produtos que gerem resíduos tecnológicos são responsáveis pelo gerenciamento desses resíduos.

Art. 61. Os fabricantes dos produtos relacionados no art. 59 somente obterão licença ambiental para instalação e operação de suas atividades, se apresentarem plano de gerenciamento dos resíduos tecnológicos por eles gerados aos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, para aprovação.

Art. 62. Sendo o resíduo tecnológico resultante de produto importado, cujo fabricante não esteja no País representado, será por ele responsável, quanto às providências estabelecidas por esta lei, a empresa importadora.

Art. 63. Todos os produtos que gerem resíduos tecnológicos somente poderão ser comercializados, se acompanhados de instruções ao usuário relacionadas à forma de sua devolução ao fabricante, quando em desuso e sujeitos à disposição final.

Art. 64. A coleta e transporte do resíduo tecnológico ficarão a cargo dos comerciantes, revendedores, distribuidores e fabricantes dos produtos que resultem nesse tipo de resíduo, em cada uma das etapas de sua produção e comercialização, conforme acordo fixado entre eles, constante do plano de gerenciamento estabelecido pelo art. 3º, e aprovado pelo órgão competente integrante do SISNAMA.

Art. 65. Se, ao efetuar a devolução do resíduo considerado resíduo tecnológico ao fabricante, através de toda a cadeia de revendedores e distribuidores, o consumidor manifestar desejo em adquirir novamente produto da mesma marca, a ele deve ser oferecido desconto específico àquela devolução, como forma de incentivo a sua participação nessa forma de gerenciamento.

Parágrafo único. O desconto previsto no *caput* deverá estar baseado em estudo de custos realizado pelo fabricante, devendo constar do plano de gerenciamento de resíduo tecnológico, a que se refere o art. 61, necessário ao licenciamento de suas atividades.

Art. 66. Os consumidores dos produtos que resultem em resíduo tecnológico deverão efetuar a devolução dos respectivos resíduos, conforme instrução contida na embalagem dos produtos adquiridos, ficando proibidos de a eles dar igual destinação dos resíduos domésticos, comerciais e outros.

Art. 67. Ficam os órgãos competentes integrantes do SISNAMA, respeitadas suas atribuições definidas em lei, incumbidos de definir padrões de qualidade ambiental para todas as etapas do gerenciamento do resíduo tecnológico, assim como de licenciar e fiscalizar as atividades industriais e comerciais a ele relacionadas.

Art. 68. Os órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do Sistema Único de saúde - SUS são responsáveis pelo desenvolvimento de campanhas nacionais educativas a respeito dos riscos à saúde e ao meio ambiente provenientes da destinação inadequada do resíduo tecnológico, e de como devem os consumidores comportar-se, quanto à forma apropriada de destinação que deve ter este tipo de resíduo.

Art. 69. O gerenciamento dos resíduos referidos nos incisos I e II do parágrafo único do art. 3º, bem como de outros não previstos nesta lei dar-se-á conforme normas técnicas dos órgãos competentes integrantes do SISNAMA e Sistema Nacional de Metrologia, Certificação e Qualidade Industrial - SINMETRO.

Art. 70. Ficam responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos da construção civil os construtores e qualquer pessoa que seja responsável por construção ou reforma.

Parágrafo único. O gerenciamento referido no *caput* poderá ser executado por empresa credenciada, que tenha plano de gerenciamento aprovado por órgão integrante do SISNAMA.

Capítulo IV

Das penalidades e disposições finais

Art. 71. A transgressão às disposições desta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências".

Art. 72. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências", passa a vigorar acrescida do seguinte art. 56A:

"Art. 56A. Manipular, acondicionar, armazenar, coletar, transportar, reciclar resíduos perigosos ou dar-lhes destinação final, de forma diversa da estabelecida por esta lei ou por operadores não portadores de autorização, registro ou licença específica:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa."

Art. 73. A coordenação institucional da Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, dentre os órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS, será fixada pelo regulamento desta lei.

Art. 74. No prazo de 90 (noventa) dias a partir da regulamentação desta lei, os órgãos competentes integrantes do SISNAMA e do SUS deverão:

I - fixar critérios específicos para a separação, acondicionamento, armazenamento, tratamento, disposição para a coleta, transporte, e disposição final:

- a) dos resíduos de serviços de saúde;
- b) dos resíduos gerados pela utilização de agrotóxicos;
- c) dos resíduos perigosos.

II - publicar a listagem dos resíduos perigosos, a qual deverá ser atualizada anualmente.

Art. 75. Os geradores e operadores de resíduos sólidos responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos, na forma desta lei, têm o prazo de cento e vinte dias a partir da vigência desta lei para adequarem-se às normas nela previstas.

Art. 76. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 77. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados recentemente divulgados pela imprensa, o Brasil produz atualmente mais de 240.000 toneladas de lixo por dia. Noventa e cinco por cento desses resíduos vão para "lixões" a céu aberto, levando, nessas condições, até 400 anos para se decompor.

Embora a Agenda 21 proponha a redução ao mínimo dos resíduos sólidos e o aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos mesmos, os resultados estão muito aquém das expectativas existentes quando da Rio 92.

Tem-se verificado aumento na quantidade gerada por habitante. Enquanto em 1982 cada brasileiro jogava fora 500 gramas de lixo por dia, em 1996, a média passou a 750 gramas *per capita*, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública. Conforme o documento "Subsídios técnicos para elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD", de julho de 1991, a média de produção diária de lixo *per capita* é de 600 gramas, com tendência de crescimento nas grandes cidades e nas camadas mais ricas da população.

Nota-se, também, uma mudança no tipo de resíduos gerados devido à alteração nos padrões de consumo. Um exemplo é o aumento do chamado lixo tecnológico. Com a troca cada vez mais freqüente de produtos como computadores e televisores cria-se um tipo de lixo mais perigoso. As pilhas usadas, por exemplo, liberam cádmio e chumbo, metal este também liberado pela tela dos televisores. Essas substâncias se infiltram na terra, contaminam o lençol freático e podem entrar na cadeia alimentar. O número de telefones celulares no País cresceu mais de dez vezes nos últimos quatro anos e poderá dobrar novamente até o final do século, o que, segundo estimativa preliminar do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, tem resultado no descarte anual de onze toneladas anuais nos lixões das grandes cidades.

Em nosso País, com raríssimas exceções, o Poder Público não tem desenvolvido políticas inovadoras e o comprometimento do setor empresarial ainda é muito restrito.

Outro capítulo da Agenda 21, referente a "Mudanças dos Padrões de Consumo", preconiza que os Governos, juntamente com a indústria, as famílias e o público em geral, devem envidar esforços conjuntos para reduzir a geração de resíduos e de produtos descartáveis, por meio do estímulo à reciclagem e à introdução de novos materiais ambientalmente saudáveis e da redução do desperdício com embalagens.

A propósito, pesquisa do Professor Sabetai Calderoni, da USP, demonstra que a ausência de um sistema eficiente de coleta seletiva de resíduos faz com que o Brasil desperdice R\$ 4,6 bilhões ao ano. Para se ter uma idéia, as empresas que reciclam PET (resina plástica utilizada em garrafas) trabalham com 40% de capacidade ociosa e importam lixo da Argentina por falta de matéria-prima no Brasil.

Os programas governamentais para enfrentar o problema são pífios. Menos de 3% do lixo é submetido, atualmente, a processos de compostagem ou incineração e apenas 2% é reciclado, segundo o Professor João Tinoco, consultor da Organização Mundial de Saúde. As prefeituras, com raríssimas exceções, não têm desenvolvido políticas inovadoras, insistindo na instalação de incineradores para superar o problema em questão. Ainda segundo o documento, de 1991, para a CNUMAD, apenas 3% do lixo urbano têm disposição final adequada, 63% são lançados em cursos d'água e 34% são lançados a céu aberto. A disposição final nos lixões a céu aberto é fator de degradação ambiental e de proliferação de vetores de doenças, sendo 70% das internações em hospitais públicos devidas a doenças causadas por falta de saneamento.

Mesmo no Estado de São Paulo, a situação da destinação dos resíduos sólidos é precária. Segundo o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos realizado entre setembro de 1997 e janeiro de 1998, o Estado gera 18.232 toneladas diárias de lixo domiciliar, o que representa uma média de 0,58 kg/habitante/dia. Desse total, 10,9% são dispostos em sistemas adequados, ou seja, considerados seguros do ponto de vista ambiental e sanitário. Considerando-se a situação por município, apenas 27, ou seja, 4,2% do total de 645, dispõem seu lixo domiciliar em sistemas considerados adequados e 116, equivalente a 18%, o fazem em sistemas controlados. Portanto, 77,8% dos municípios paulistas dispõem seu lixo em sistemas considerados inadequados.

O comprometimento do setor empresarial no Brasil é praticamente inexistente, enquanto que em países como Alemanha e França os fabricantes de embalagens e produtos poluentes são considerados responsáveis pelo destino final de seus produtos. Para comprar uma pilha nova, por exemplo, o consumidor deve devolver uma usada ao comerciante.

O estado, exercendo sua função primordial de gerenciador das políticas públicas de interesse comum, deve ter uma política de resíduos sólidos, que contemple medidas destinadas à sua redução, ao seu melhor aproveitamento, incluindo a reciclagem e o reaproveitamento na forma de matéria ou energia, e à disposição ambientalmente segura dos resíduos remanescentes.

A consecução dessa política demanda incentivos à fabricação de produtos ambientalmente corretos e ao desenvolvimento de tecnologias para reciclagem, reaproveitamento e disposição final de resíduos. Exige, também, a participação ativa da

sociedade, a qual pode ser obtida por meio do desenvolvimento de programas de educação ambiental e da instituição de mecanismos financeiramente compensadores. Finalmente, demanda a inserção do setor empresarial, que deve passar a considerar o ciclo integral de vida do produto e a responsabilizar-se pela parcela que lhe cabe no gerenciamento dos resíduos gerados em decorrência de suas atividades.

O projeto de lei que ora apresentamos procura contemplar os instrumentos acima preconizados. Centra-se na formulação de uma política nacional e de diretrizes e normas para o gerenciamento dos resíduos sólidos. Para tanto, conceitua o gerenciamento de resíduos sólidos e classifica os diversos tipos de resíduos sólidos quanto à fonte geradora e quanto ao tipo. Elenca os objetivos, os fundamentos e os instrumentos da Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Obriga a destinação pelo Governo Federal de, no mínimo, 15% dos recursos da área de saneamento básico para a cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Sujeita o gerenciamento de resíduos sólidos a licenciamento ambiental e exige a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para a implantação e a operação de aterros sanitários e de incineradores.

Estabelece incentivos para a substituição de produtos cujo consumo implique em considerável impacto para o gerenciamento dos resíduos sólidos por estes gerados, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para os produtos substitutos.

Conceitua diversos aspectos relacionados à reciclagem de resíduos sólidos e obriga à reciclagem quando esta seja tecnicamente possível e economicamente viável.

Dá atenção especial, a proposição *in casu*, às embalagens, estabelecendo diversas normas de forma a reduzir o seu impacto sobre o meio ambiente. Entre essas normas figura a obrigação de recolhimento, pelos fabricantes distribuidores e comerciantes, de diversos tipos de embalagens, bem como de sua reutilização ou reciclagem de forma independente do sistema público de gerenciamento de resíduos sólidos. Além disso, estabelece como critério para a fixação das alíquotas do IPI que as

embalagens de plástico e isopor devem ter alíquota 50 pontos percentuais acima das embalagens de vidro, papel, ferro, aço, alumínio e tecidos de fibra vegetal.

São também responsabilizados pelo gerenciamento de resíduos as fontes geradoras de resíduos industriais, os fabricantes de agrotóxicos, os geradores de resíduos perigosos, e os fabricantes que gerem resíduos tecnológicos.

Fixa diretrizes para o gerenciamento de diversos tipos de resíduos incluindo os comuns, os industriais, os provenientes de serviços de saúde, portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e postos de fronteira, os gerados pela utilização de agrotóxicos, os perigosos, os tecnológicos, os gerados pela construção civil e outros resíduos especiais.

Finalmente, a proposição sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei 9605/98, a chamada Lei dos Crimes Ambientais, acrescentando à esta a criminalização pela manipulação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, reciclagem ou destinação final de resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida ou por operadores não portadores de autorização, registro ou licença específica.

Pelas razões expostas, julgamos que o projeto de lei que ora apresentamos enseja matéria merecedora de ampla discussão no âmbito desta Casa, para a qual contamos com os ilustres Pares.

Sala das Sessões, em de de 199 .

13/05/98



Deputado Ivan Valente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO V
Dos Crimes contra o Meio Ambiente

.....

SEÇÃO III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

.....

Art. 56 - Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no "caput", ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º - Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º - Se o crime é culposo:

Art. 57 - (VETADO)

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.511, DE 1998
(DO SR. PAULO LIMA)

Torna obrigatório o processamento, em usinas de compostagem, do lixo doméstico e comercial produzido nas áreas urbanas do Brasil.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna obrigatório o processamento, em usinas de compostagem, do lixo doméstico e comercial produzido nas áreas urbanas do Brasil.

Art. 2º Todos os municípios brasileiros devem dispor de uma ou mais usinas de compostagem com capacidade para receber e processar, a totalidade do lixo doméstico e comercial produzido em sua área urbana.

§ 1º Os municípios com população urbana igual ou superior a 100.000 habitantes devem dispor de uma ou mais usinas em seu próprio seu território.

§ 2º Os municípios com população urbana inferior a 100.000 habitantes podem cumprir o disposto no *caput* deste artigo mediante consórcios com outros municípios ou contratação de serviços para processamento do lixo em outras localidades.

Art. 3º As usinas de compostagem de que trata o artigo anterior poderão ser instaladas e operadas diretamente pelo município, por consórcios de municípios ou por empresas, públicas ou privadas, mediante concessão.

Art. 4º As instituições oficiais de crédito subordinadas ao Governo Federal darão prioridade ao financiamento dos municípios e de empresas concessionárias de serviços de limpeza urbana para o cumprimento do que dispõe esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor dois anos após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A disposição do lixo gerado pelas cidades constitui um dos grandes desafios da humanidade. Via de regra, não há nenhum cuidado para com o lixo coletado. Ele é lançado em terrenos baldios, em lixões (quando muito), em cursos d'água, nas praias e em outros locais ermos, sempre com notáveis prejuízos ao meio ambiente e com graves riscos à saúde pública.

Poucos são os municípios brasileiros que têm uma política contínua e tecnicamente correta com relação aos seus resíduos sólidos. O descaso é tônica predominante, sob a alegação de falta de recursos técnicos e financeiros para abordar a questão. Sob o nosso ponto de vista, o descaso é, no entanto, fruto da falta de iniciativa e de consciência da importância de se tratar e dispor adequadamente o lixo coletado.

Um dos aspectos alegados para a disposição inadequada do lixo é a falta de espaço físico para a instalação de aterros sanitários, os quais requerem enormes áreas. O encarecimento do solo urbano justifica esta alegação, pois uma área em que se faz aterro sanitário fica impedida para outros usos por duas ou três décadas, até que o lixo se decomponha.

Outro aspecto alegado é a falta de receita decorrente dos serviços e tratamento de lixo. A disposição em aterros ou em lixões só implica em despesas, não havendo nenhum retorno para quem executa esses serviços.

Essas legações levaram-nos a apresentar este projeto de lei, que propõe obrigar que o lixo seja processado em usinas de compostagem. Mediante o

processo de compostagem, uma série de produtos vendáveis resultam do lixo, viabilizando o seu correto tratamento e disposição.

O produto principal é o composto orgânico, empregado como esterco na agricultura ou, dependendo do processo, até como ração animal. Papel, plástico, metais e vidros para reciclagem ou reutilização são outros produtos vendáveis e que produzem receita para viabilizar a operação de usinas de compostagem. Isto sem falar no pouco espaço ocupado e na considerável redução do incômodo à vizinhança, não prejudicando outros usos do solo vizinho.

As usinas de compostagem são limpas, não contribuem para a proliferação de insetos e roedores, sendo, portanto, benéficas à saúde pública. Além do mais, proporcionam empregos regulares nas linhas de catação e condicionamento de reciclados e no processamento de um modo geral. Seus benefícios para a sociedade são indiscutíveis.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres membros desta Casa para a tramitação, aperfeiçoamento e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 1998.


Deputado Paulo Lima

14/05/98

PROJETO DE LEI Nº 4.730, DE 1998
(DO SR. PADRE ROQUE)

Dispõe sobre o gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

integral de resíduos sólidos e dá outras
providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece o gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos, com vistas à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, atendidos os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 2º O gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos compreende a prevenção da geração, a disponibilização, a coleta, a devolução, o transporte, o armazenamento, a recuperação e a disposição final dos resíduos.

Art. 3º São princípios do gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos:

I - deve-se considerar a geração de resíduos desde a concepção mercadológica do produto, passando pelo planejamento, produção, transporte, comercialização e consumo, até os resíduos por eles gerados;

II - têm co-responsabilidade social e ambiental no gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos os planejadores, os produtores, os transportadores, os comerciantes e os consumidores;



III - os resíduos devem, prioritariamente, ser evitados, reduzindo-se a quantidade e a nocividade dos resíduos gerados;

IV - os resíduos que não puderem ser evitados devem ser recuperados.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, consideram-se resíduos os materiais resultantes de processo de produção, transformação, utilização ou consumo em atividade industrial, comercial, de prestação de serviço ou outra, a cuja disposição final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder.

Parágrafo único. Aos resíduos perigosos, assim considerados os que possam apresentar risco à saúde pública, à qualidade ambiental ou ao patrimônio público e privado, mesmo em pequenas quantidades, em função de suas características de toxicidade, corrosividade, reatividade, explosividade, inflamabilidade, radioatividade ou patogenicidade, aplicam-se, além do disposto nesta lei e seu regulamento, a legislação e demais normas específicas.

Art. 5º O gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos tem por objetivos:

I - a redução da quantidade de resíduos gerados e da sua nocividade;

II - a recuperação dos resíduos que não puderem ser evitados;

III - a eliminação dos resíduos não evitáveis, de forma compatível com a saúde e a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. Considera-se recuperação de resíduos:

I - a obtenção de substâncias ou materiais a partir da reciclagem dos mesmos;

II - a utilização de resíduos para a geração de energia.

Art. 6º São responsáveis pelo gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos:

I - as fontes geradoras de resíduos industriais;

II - os estabelecimentos de serviços de saúde;

III - os fabricantes, distribuidores e comerciantes quanto aos produtos sujeitos a sistema próprio de devolução, na forma do § 1º do art. 13 e do art. 15.

IV - o poder público municipal, quanto aos resíduos domésticos não sujeitos a sistema próprio de devolução.

Art. 7º Os responsáveis definidos no art. 6º estão obrigados a apresentar plano de gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos a ser aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

§ 1º No plano referido no *caput* assegurar-se-á a recuperação dos resíduos sólidos sempre que esta seja tecnicamente possível e economicamente viável.

§ 2º A necessidade de pré-tratamento para a recuperação de resíduos sólidos não é condição para considerar que a recuperação não seja tecnicamente possível.

§ 3º A recuperação é economicamente viável quando os custos de recuperação são iguais ou menores que os custos de eliminação do respectivo resíduo.

§ 4º O disposto no § 1º não se aplica nos casos em que a eliminação dos resíduos seja ambientalmente mais adequada, considerando:

I - as emissões de poluentes previstas;

II - o objetivo de preservação dos recursos naturais;

III - a energia a ser consumida e a que pode ser gerada;

IV - a concentração resultante de poluentes em produtos, resíduos destinados à recuperação ou produtos obtidos a partir dos resíduos.

§ 5º O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - estabelecerá os critérios para a análise da viabilidade técnica e econômica da recuperação de resíduos sólidos.

Art. 8º Na recuperação de resíduos sólidos, dar-se-á prioridade ao método que seja mais adequado ambientalmente, a critério do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. A utilização de resíduos sólidos para geração de energia só será admissível quando:

I - a potência calorífica do resíduo, não misturado a outras substâncias, seja no mínimo de 11.000 kj/kg;

II - a eficiência de combustão alcançada seja de pelo menos 75%;

III - o calor gerado seja utilizado diretamente ou colocado à disposição de terceiros;

IV - os resíduos acumulados no processo de recuperação possam ser eliminados sem nenhum tratamento adicional.

Art. 9º Sempre que necessário, os resíduos sólidos destinados à recuperação serão armazenados e tratados separadamente.

Art. 10. A recuperação de resíduos sólidos, além da conformidade com o disposto nesta lei, sua regulamentação e outras normas legais aplicáveis, efetuar-se-á de forma a não causar prejuízos ao bem comum ou o aumento da concentração de poluentes no ciclo de utilização dos materiais.

Art. 11. Os resíduos sólidos que não possam ser recuperados deverão ser eliminados em conformidade com o interesse público, mediante autorização do órgão ambiental competente.

§ 1º A eliminação de resíduos sólidos compreende a disponibilização, a coleta, o transporte, o tratamento, o armazenamento e o depósito final.

§ 2º A quantidade e a nocividade dos resíduos destinados à eliminação devem ser reduzidas mediante tratamento.

§ 3º A energia ou os resíduos produzidos no tratamento a que se refere o § 2º deste artigo devem ser aproveitados.

§ 4º Os resíduos serão eliminados no território nacional.

§ 5º Os resíduos serão eliminados de forma a não resultar em:

I - prejuízo à saúde humana;

II - danos a plantas ou a animais;

III - efeitos nocivos na água, no solo ou no ar;

IV - poluição sonora;

V - desobediência ao zoneamento ambiental, aos planos de ordenação do território ou aos planos urbanísticos;

VI - qualquer outro dano ou alteração à segurança e à ordem públicas.

§ 6º Sempre que necessário, em especial para o atendimento do disposto no § 5º deste artigo, os resíduos elimináveis deverão ser armazenados e tratados em separado.

§ 7º Para efeitos de eliminação, os resíduos só poderão ser tratados, armazenados ou depositados em instalações ou plantas autorizadas para tais fins.

Art. 12. O Poder Público municipal desobriga-se de receber ou coletar resíduos que não sejam os domésticos.

§ 1º Consideram-se resíduos domésticos, para os efeitos desta lei, os provenientes de:

a) residências, comércio e serviços;

b) varrição e capinação das vias e logradouros públicos.

§ 2º Podem ser ainda excluídos do sistema público de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os resíduos sujeitos a sistema próprio de devolução, conforme o § 1º do art. 13 e o art. 15, desde que o sistema esteja operando;

II - os resíduos que dificultem, devido ao volume ou a características especiais, a operação cotidiana do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos domésticos.

3º Os usuários do sistemas municipais de coleta e transporte são obrigados a:

I - selecionar os resíduos por tipos, quando o município dispuser de sistema de coleta seletiva;

II - acondicionar adequadamente os diversos tipos de resíduos, conforme normas estabelecidas pelo poder público municipal.

Art. 13. Aqueles que desenvolvam, fabriquem, elaborem, transformem ou distribuam produtos têm responsabilidade pelo produto que abrange:

I - o desenvolvimento, a fabricação e a colocação no mercado de produtos:

a) que sejam reutilizáveis, tecnicamente duradouros e aptos, após o uso, à recuperação ou eliminação de forma segura e ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem menos resíduos;

II - a prioridade, na fabricação de produtos, à utilização de resíduos recicláveis ou materiais secundários;

III - a etiquetagem de produtos que contenham substâncias nocivas, com a finalidade de garantir a recuperação ou a eliminação ambientalmente adequada dos resíduos remanescentes após o uso;

IV - a indicação, na etiqueta, rótulo ou embalagem, das possibilidades ou deveres de devolução, reutilização ou recuperação e das normas de retorno de embalagens;

V - o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso dos mesmos, assim como sua subsequente recuperação ou eliminação.

§ 1º Obrigam-se a manter um sistema próprio de devolução os fabricantes, distribuidores e comerciantes de:

I - pilhas e baterias;

II - pneus;

III - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.

§ 2º Os responsáveis por produto, na forma definida no *caput*, devem prover informação e divulgação relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos de seus respectivos produtos.

Art. 14. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que não impeçam a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Os responsáveis pela fabricação ou utilização de embalagens devem assegurar que estas:

I - sejam restritas em volume e peso às dimensões realmente requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - sejam projetadas de forma a serem recarregadas de maneira tecnicamente viável e razoável, bem como compatível com as normas aplicáveis ao produto que contém;

III - sejam reutilizadas ou recicladas se a recarga não for possível.

§ 2º É responsável pelo atendimento ao disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou produtos dos quais a embalagem é diretamente fabricada;

II - coloca em circulação embalagens, produtos dos quais as embalagens são diretamente manufaturadas ou produtos embalados em qualquer nível da cadeia de comércio.

Art. 15. Os distribuidores são obrigados a aceitar as embalagens devolvidas pelos consumidores e a entregá-las aos fabricantes.

§ 1º Os fabricantes são obrigados a aceitar as embalagens devolvidas pelos distribuidores e reutilizá-las ou reciclá-las independentemente do sistema público de disposição de resíduos.

§ 2º A obrigação estabelecida neste artigo limita-se ao tipo, forma e tamanho de embalagem fornecida pelo fabricante ou distribuidor em questão ou aos produtos fornecidos pelo respectivo fabricante e distribuidor.

§ 3º A área de recolhimento das embalagens de responsabilidade do fabricante ou distribuidor abrange toda aquela na qual seu produto é colocado à venda.

§ 4º O disposto no *caput* e no § 1º deste artigo não se aplica a embalagens:

I - com substâncias residuais ou contaminadas por substâncias que constituam risco à saúde ou ao meio ambiente;

II - que devam ser eliminadas de forma específica de acordo com legislação pertinente.

§ 5º Na devolução de embalagens descartáveis de bebidas, o distribuidor pagará ao consumidor o preço fixado na embalagem, o qual não poderá ser inferior a dez por cento do preço de venda a varejo da bebida.

Art. 16. Na veiculação de propaganda dos produtos referidos no § 1º do art. 13 e no art. 15, *incluir-se-ão informações sobre as possibilidades de devolução do produto, após seu uso, e de destinação dos resíduos gerados.*

Art. 17. Incumbe ao Poder Público:

I - incentivar a comercialização e a utilização de produtos que tenham menor potencial de impacto ambiental durante todo o seu ciclo de vida;

II - promover, em conjunto com o setor privado, programas de educação ambiental destinadas a conscientizar o consumidor sobre o potencial de impacto ambiental dos produtos que adquire;

III - promover o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas sobre a recuperação de resíduos sólidos;

IV - estabelecer as normas necessárias e coordenar o gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos;

V - fiscalizar o cumprimento desta lei.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Parágrafo único. Na regulamentação desta Lei incluir-se-ão:

I - restrições à inclusão ou permanência de determinados resíduos *em produtos, conforme seu tipo, características e componentes;*

II - diretrizes para separação, disponibilização, coleta, transporte, tratamento, reciclagem, armazenamento e eliminação de resíduos sólidos;

III - diretrizes para rotulagem de produtos com vistas ao gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos;

IV - relação de empreendimentos e atividades sujeitos a plano de gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos;

V - relação de produtos:

a) cuja circulação ou introdução no mercado estejam condicionadas à possibilidade de devolução após o uso;

b) cujo recolhimento ou aceitação pelo fabricante e distribuidor sejam obrigatórios;

c) que só poderão ser comercializados em embalagens retornáveis;

VI - metas de recuperação de resíduos sólidos;

VII - incentivos para a implantação do gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos;

VIII - incentivos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao gerenciamento de ciclo integral de resíduos sólidos.

Art. 19. A transgressão às disposições desta lei sujeitará os infratores a uma ou mais penalidades previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências".

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Mais de oitenta e oito por cento dos municípios brasileiros ainda têm como destino final para os resíduos sólidos os "lixões" a céu aberto, os quais constituem ameaça à saúde pública e ao equilíbrio ambiental, com a proliferação de insetos e outros vetores de doenças e a contaminação dos aquíferos subterrâneos. Os serviços de coleta de lixo só atingem a metade da população urbana. Outros métodos de destinação para os resíduos sólidos, como aterros controlados, aterros sanitários, associados ou não a programas de reciclagem, usinas de compostagem e incineração, são utilizados por um número reduzido de cidades.

Do lixo coletado, 95 % não recebe qualquer tratamento, apenas 2% é reciclado e menos de 3% passa por processos de compostagem.

A quantidade de lixo produzida no País chega a 240 mil toneladas diárias. Vale dizer, que o volume duplicou nos últimos quinze anos. Outro aspecto é a mudança da composição do lixo gerado, em virtude da alteração no padrão de consumo dos brasileiros que inclui, hoje, muitos mais produtos descartáveis que há alguns anos. Isso acarreta novos problemas pois, enquanto restos de alimentos levam cerca de um ano para serem degradados, os plásticos necessitam de 400 anos.

Nas grandes cidades, o problema da destinação de resíduos sólidos agrava-se. São Paulo, por exemplo, produz quase 14 mil toneladas diárias de lixo e os locais para a disposição final do lixo têm capacidade para mais três anos apenas.

As tentativas de solução para a situação dramática para o lixo no Brasil têm sido pontuais e centradas, essencialmente, na coleta seletiva e na reciclagem. Curitiba foi a primeira cidade a implantar, em 1989, um programa de reciclagem do lixo urbano. A partir de então, os exemplos multiplicaram-se. No Paraná, cerca de cem municípios adotaram o modelo. Porto Alegre e Belo Horizonte também contam com sistemas eficientes de gerenciamento dos resíduos sólidos.

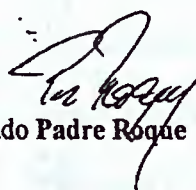
Entretanto, a reciclagem não é suficiente para solucionar uma questão tão grave. Numa política moderna de gestão de resíduos sólidos, o objetivo primordial é evitar a produção dos mesmos, tanto no âmbito industrial quanto comercial. Destaca-se, ainda, a necessidade de utilização de materiais que reduzam a toxidez dos resíduos e permitam a reciclagem. Isso exige a implantação de uma nova responsabilidade pelo produto por todo o ciclo de sua vida útil, desde sua produção até sua eliminação.

Como preconizado na Agenda 21, "o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento, por métodos seguros, dos resíduos gerados e buscar resolver a *causa fundamental do problema*, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo. Isso implica na utilização de manejo integrado do ciclo vital, o qual apresenta oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a *proteção do meio ambiente*."

A geração de resíduos está intimamente relacionada ao desperdício, característica da economia brasileira. Para a redução desses desperdícios, a atuação do setor produtivo é primordial. Uma reordenação técnica do processo de produção ou uma redefinição do produto final podem significar economia em termos de utilização de recursos naturais e energia, bem como na quantidade de resíduos gerados e até redução do custo de produção.

Os motivos apresentados levaram-nos a propor este projeto de lei, o qual esperamos ver aprovado, com a anuência dos ilustres Pares, que, acreditamos, compartilham das nossas preocupações.

Sala das Sessões, em 12 de Maio de 1998



Deputado Padre Roque

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO VI
Da Infração Administrativa

.....

Art. 72 - As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V - destruição ou inutilização do produto;
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII - embargo de obra ou atividade;
- VIII - demolição de obra;
- IX - suspensão parcial ou total de atividades;
- X - (VETADO)
- XI - restritiva de direitos.

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"**

§ 2º - A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º - A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º - A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º - A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º - A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do "caput" obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º - As sanções indicadas nos incisos VI a IX do "caput" serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º - As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.029, DE 2001
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Dispõe sobre o recolhimento e a destinação de cartuchos usados de tintas para impressoras.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes e importadores de cartuchos de tintas para impressoras são responsáveis pelo recolhimento e reciclagem, ou outro destino adequado ao meio ambiente e à saúde pública, dos respectivos cartuchos usados.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput*, os fabricantes e importadores poderão utilizar serviços de terceiros com reconhecida capacidade técnica logística e operacional, atestada pelos órgãos públicos competentes, para o recolhimento, guarda e destinação adequada dos cartuchos usados.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, os cartuchos usados deverão ser entregues, pelos usuários, nos pontos de venda ou de distribuição, os quais serão responsáveis pelo armazenamento dos cartuchos até o recolhimento pelo respectivo fabricante ou importador ou preposto destes.

Art. 3º O não atendimento ao disposto nesta Lei constitui infração administrativa, nos termos do disposto nos artigos 70 a 75 da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de um ano, contado da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A disseminação da informática, em especial dos computadores pessoais, vem acarretando um crescimento vertiginoso do uso de impressoras a jato de tinta, tanto para a impressão de textos, como em trabalhos de arte gráfica e na "plotagem" de plantas de engenharia e arquitetura.

Os cartuchos utilizados por esse tipo de impressora, que vem rapidamente dominando o mercado, são trocados com frequência, gerando um novo tipo de lixo que traz uma série de riscos para o meio ambiente e para a saúde pública. É que as tintas utilizadas levam, em sua composição, substâncias altamente tóxicas, inclusive metais pesados que, se lançados na natureza, podem contaminar o solo e a água, além de serem riscos potenciais de envenenamento de pessoas e animais. Como os cartuchos descartados sempre contêm resíduos de tinta, o descarte destes não pode ser efetuado sem os cuidados necessários.

Além dos resíduos tóxicos das tintas, os cartuchos são feitos de material plástico, cuja degradação, pela natureza, é extremamente demorada, fato que, por si só, justificaria um tratamento diferenciado em termos de reciclagem ou reaproveitamento.

A maioria dos cartuchos, por outro lado, pode ser reaproveitada, mediante recarga de tinta por parte dos fabricantes, o que trona relativamente fácil e de baixo custo o seu recolhimento e destinação adequada.

Antes que o volume desses objeto descartados se constitua em problema emergencial, a exemplo do que ocorreu com pilhas e baterias e com as embalagens de defensivos agrícolas, é necessário que a sociedade discuta e estabeleça as diretrizes para tratá-los de acordo com a necessidade de proteção ao meio ambiente. Esta é, em suma, nossa intenção ao apresentarmos este projeto de lei, para cujo aperfeiçoamento e aprovação contamos com o apoio dos ilustres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 2001.


Deputado Ronaldo Vasconcellos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDi

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO VI
DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do "caput" obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do "caput" serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

- I - suspensão de registro, licença ou autorização;
- II - cancelamento de registro, licença ou autorização;
- III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.136, DE 2001
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Torna obrigatória a adoção, pelas indústrias que utilizam, em seus processos produtivos, substâncias que contenham mercúrio, a adoção de medidas de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga as indústrias que utilizam, em seus respectivos processos produtivos, substâncias que contenham mercúrio sob formas e em quantidades consideradas lesivas à saúde pública e ao meio ambiente a:

- I – impedir a contaminação do ar nos seus ambientes de trabalho;
- II – impedir o descarte de resíduos contaminados no solo e na água;
- III – recolher e dar destino ambientalmente adequado a seus produtos inservíveis, após concluídos os respectivos ciclos de utilização.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos importadores de produtos que contenham mercúrio ou substâncias dele derivadas.

§ 2º Para aplicação do disposto no caput, os níveis de mercúrio considerados lesivos à saúde pública e ao meio ambiente são os estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Art. 2º Os fabricantes e importadores a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter programas permanentes de coleta, descontaminação e destinação adequada dos seus produtos inservíveis e dos respectivos resíduos.

Art. 3º Os programas de que trata o artigo anterior serão custeados integralmente pelos fabricantes e importadores e consistirão, no mínimo, de:

I – campanhas de esclarecimento, pelos meios de comunicação e por meio de mensagens impressas nas embalagens de comercialização, sobre os riscos de contaminação decorrentes do rompimento dos produtos;

II – manutenção de pontos de coleta de produtos inservíveis, acessíveis a todos os usuários;

III – manutenção de serviço permanente de descontaminação e disposição de resíduos de mercúrio.

Art. 4º Os locais, a técnica e a forma de coleta, depósito, descontaminação e destinação dos resíduos de mercúrio deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Art. 5º Aos infratores da presente Lei aplicam-se o disposto nos artigos 54, 56, 58 e 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor no prazo de um ano, contado da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O mercúrio é um metal pesado amplamente utilizado em vários segmentos industriais, como na fabricação de lâmpadas fluorescentes, de termômetros, de termostatos e no beneficiamento do ouro, entre outros.

O mercúrio, em suas formas solúveis, é tóxico, provocando a degeneração do sistema nervoso dos seres vivos, além de afecções do fígado, dos rins e de outros órgãos vitais. Além de sua toxidez, esse metal é cumulativo nos organismos vivos, isto é, quando absorvido, mesmo em pequenas quantidades, não é mais eliminado, acumulando-se nos tecidos de animais e plantas até atingir teores letais. Por ser cumulativo, o mercúrio é capaz de penetrar na cadeia alimentar, isto é, integra-se gradativamente aos tecidos das plantas e animais que servem de alimento a outros animais ou ao homem, formando um ciclo difícil de ser rompido. Casos concretos de contaminação da cadeia alimentar por mercúrio podem ser citados, como o

PROJETO DE LEI Nº 4.136, DE 2001
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Torna obrigatória a adoção, pelas indústrias que utilizam, em seus processos produtivos, substâncias que contenham mercúrio, a adoção de medidas de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga as indústrias que utilizam, em seus respectivos processos produtivos, substâncias que contenham mercúrio sob formas e em quantidades consideradas lesivas à saúde pública e ao meio ambiente a:

- I – impedir a contaminação do ar nos seus ambientes de trabalho;
- II – impedir o descarte de resíduos contaminados no solo e na água;
- III – recolher e dar destino ambientalmente adequado a seus produtos inservíveis, após concluídos os respectivos ciclos de utilização.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos importadores de produtos que contenham mercúrio ou substâncias dele derivadas.

§ 2º Para aplicação do disposto no caput, os níveis de mercúrio considerados lesivos à saúde pública e ao meio ambiente são os estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Art. 2º Os fabricantes e importadores a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter programas permanentes de coleta, descontaminação e destinação adequada dos seus produtos inservíveis e dos respectivos resíduos.

Art. 3º Os programas de que trata o artigo anterior serão custeados integralmente pelos fabricantes e importadores e consistirão, no mínimo, de:

I – campanhas de esclarecimento, pelos meios de comunicação e por meio de mensagens impressas nas embalagens de comercialização, sobre os riscos de contaminação decorrentes do rompimento dos produtos;

II – manutenção de pontos de coleta de produtos inservíveis, acessíveis a todos os usuários;

III – manutenção de serviço permanente de descontaminação e disposição de resíduos de mercúrio.

Art. 4º Os locais, a técnica e a forma de coleta, depósito, descontaminação e destinação dos resíduos de mercúrio deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Art. 5º Aos infratores da presente Lei aplicam-se o disposto nos artigos 54, 56, 58 e 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor no prazo de um ano, contado da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O mercúrio é um metal pesado amplamente utilizado em vários segmentos industriais, como na fabricação de lâmpadas fluorescentes, de termômetros, de termostatos e no beneficiamento do ouro, entre outros.

O mercúrio, em suas formas solúveis, é tóxico, provocando a degeneração do sistema nervoso dos seres vivos, além de afecções do fígado, dos rins e de outros órgãos vitais. Além de sua toxidez, esse metal é cumulativo nos organismos vivos, isto é, quando absorvido, mesmo em pequenas quantidades, não é mais eliminado, acumulando-se nos tecidos de animais e plantas até atingir teores letais. Por ser cumulativo, o mercúrio é capaz de penetrar na cadeia alimentar, isto é, integra-se gradativamente aos tecidos das plantas e animais que servem de alimento a outros animais ou ao homem, formando um ciclo difícil de ser rompido. Casos concretos de contaminação da cadeia alimentar por mercúrio podem ser citados, como o

caso da Baía de Tóquio, no Japão, em que peixes e outros frutos do mar foram gradativamente contaminados até a intoxicação mortal de seus consumidores. Recentemente, foi noticiado que o pescado consumido em algumas cidades da Amazônia, inclusive Manaus, estava contaminado por mercúrio utilizado nos garimpos de ouro.

Alguns artigos de consumo, como as lâmpadas fluorescentes, contêm uma quantidade mínima de vapor de mercúrio. Umas poucas lâmpadas não são capazes de liberar mercúrio em quantidade suficiente para contaminar o meio ambiente. No entanto, se considerarmos a enorme quantidade desses objetos que são, a cada dia, descartados sem nenhum cuidado, certamente há motivos para preocupação. O mesmo ocorre com termômetros, com a composição de amálgamas para obturações dentárias, com a purificação de ouro e com equipamentos de automação (termostatos).

Atualmente, a destruição ou disposição desses produtos, quando inservíveis, é feita sem nenhum cuidado especial, liberando-se totalmente seu conteúdo no ar, no solo e na água. Dentro de alguns anos, se medidas concretas e imediatas não forem tomadas, certamente teremos mais um sério problema ambiental e de saúde pública para enfrentar.

A coleta de produtos usados inservíveis não é tarefa das mais complexas, bastando que as empresas fabricantes ou importadoras mantenham pontos de coleta e informem à população sobre a importância do recolhimento e dos perigos que a disposição inadequada representa para a saúde humana e para o meio ambiente. Além do mercúrio, os produtos inservíveis contêm materiais úteis, como vidro, alumínio e latão, que podem ser reutilizados, representando boas condições comerciais para reciclagem. Portanto, não existem problemas técnicos suficientemente complexos para impedir sua destinação de forma adequada à saúde pública e ao meio ambiente.

Dada a importância da medida para a saúde pública e para que tenhamos, no futuro, um meio ambiente saudável e propício à vida, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a tramitação, aperfeiçoamento e aprovação deste projeto de lei que ora submetemos ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2001.


Deputado Ronaldo Vasconcelos

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI"

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS
E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDP"

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no "caput", ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas:

I - de um sexto a um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral;

II - de um terço até a metade, se resulta lesão corporal de natureza grave em outrem;

III - até o dobro, se resultar a morte de outrem.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo somente serão aplicadas se do fato não resultar crime mais grave.

CAPÍTULO VI
DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI”

fiscalização, bem como os agentes das Capitanias dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI”

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do "caput" obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do "caput" serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI”

Art. 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 4.307, DE 2001
(DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Dispõe sobre o recolhimento de embalagens de vidro de bebidas com teor alcoólico.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes, distribuidores e vendedores de bebidas com teor alcoólico contidas em embalagens de vidro ficam obrigados a implantar sistema de recolhimento das respectivas embalagens após o uso pelo consumidor.

§ 1º O sistema de recolhimento previsto no *caput* deve atingir, no mínimo, os seguintes índices:

I – quarenta por cento no prazo de um ano a partir da publicação desta lei;

II – sessenta por cento no prazo de dois anos a partir da publicação desta lei;

III – oitenta por cento no prazo de três anos a partir da publicação desta lei.

§ 2º As embalagens recolhidas devem ser reutilizadas ou, se a reutilização for inviável tecnicamente, recicladas.

§ 3º A concessão ou a renovação de licença ambiental do empreendimento condiciona-se à comprovação do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 2º É proibida a referência nos rótulos das embalagens de que trata esta lei, bem como nas respectivas mensagens publicitárias, da condição de descartabilidade de tais embalagens.

Art. 3º Os infratores desta lei sujeitam-se às sanções administrativas e às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil produziu 869 mil toneladas de embalagens de vidro em 1999, conforme dados da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO.

O vidro tem características que oferecem vantagens competitivas em relação a outros materiais na produção de embalagens. O material pode ser reciclado infinitamente, sem perder as qualidades da matéria virgem. A embalagem de vidro, por sua vez, pode ser reaproveitada inúmeras vezes, uma vez que pode ser submetida a lavagem com detergentes ou em altas temperaturas.

O principal consumidor das embalagens de vidro é o setor de bebidas, com uma participação em 1999 de 39% em relação ao total de unidades produzidas, segundo a ABIVIDRO. Para fazer frente ao crescimento da utilização de latas de alumínio e PET, em especial no caso de cervejas e refrigerantes, cresceu significativamente a utilização de embalagens sem retorno (*one-way*). Estas já perfazem 584,4 milhões de unidades por ano, contra 405 milhões das retornáveis.

Ou seja, o principal caráter positivo do vidro em termos ambientais, a possibilidade de reaproveitamento, está sendo desprezado. Outrossim, problemas mais graves estão sendo criados, pelo fato do vidro não ser degradável. Descartadas juntamente com o lixo doméstico, as embalagens de vidro oneram os serviços de limpeza urbana, pois é necessário separá-las por processos manuais ou mecânicos nas usinas de compostagem, bem como criar espaços para o seu armazenamento e dar-lhes destinação ambiental adequada. Nos Municípios que não contam com sistemas de tratamento de lixo, a maior parte, aliás, as embalagens de vidro simplesmente serão jogadas em lixões ou em outras condições inadequadas, como os demais tipos de resíduos sólidos.

Pode-se prever, então, redução da quantidade de vidro que será reciclado, que, atualmente, corresponde a cerca de 40% do total. Em decorrência, deve crescer o consumo de energia e de matéria-prima, com mais prejuízos ao meio ambiente.

Em razão do exposto, acreditamos que a proposição ora oferecida será amplamente discutida, aprimorada e apreciada nesta Casa com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 15 de março de 200.


Deputada Nair Xavier Lobo

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.329, DE 2001
(DO SR. LUIZ BITTENCOURT)

Institui o Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos as contribuições a serem recolhidas pelas empresas fabricantes de produtos que resultam em resíduos sólidos ou líquidos, na forma de regulamentação, em valores proporcionais à quantidade e periculosidade dos resíduos gerados, bem como ao porte da empresa.

Parágrafo único. As contribuições previstas no *caput* devem ser arrecadadas na saída das mercadorias da fonte geradora.

Art. 3º Os recursos do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos devem ser destinados a programas e políticas públicas de proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente no que se refere a projetos de apoio e incentivo à reciclagem de resíduos poluentes.

Parágrafo único. Dos recursos do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos:

I – vinte e cinco por cento devem ser aplicados em projetos desenvolvidos em convênio com os Municípios;

II – vinte e cinco por cento devem ser aplicados em projetos desenvolvidos em convênio com os Estados ou o Distrito Federal.

Art. 4º A gestão do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos compete a um Conselho, em cuja composição, definida em regulamentação, seja assegurada a participação de representantes: 112

- I – do órgão ambiental federal competente;
- II – do órgão da saúde federal competente;
- III – do órgão federal responsável pela política industrial;
- IV – das empresas geradoras de resíduos sólidos e líquidos;
- V – das empresas recicladoras.

Art. 5º Incumbe ao Poder Executivo a regulamentação desta lei, no que couber, no prazo de sessenta dias após sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como é sobejamente conhecido, nas várias fases do processo produtivo, geram-se subprodutos que não têm utilização econômica subsequente e que podem, portanto, serem caracterizados como resíduos. Os resíduos causam inúmeros problemas quando são lançados no meio ambiente, e geralmente o são. Daí decorre poluição dos rios e outros cursos d'água, poluição atmosférica, contaminação do solo e do lençol freático, perda da biodiversidade e inúmeras outras conseqüências ao meio ambiente e à saúde pública. A sociedade como um todo arca com esse pesado ônus.

A questão poderia ter outro rumo se esses resíduos fossem reutilizados como matéria-prima em novo processo produtivo. Os problemas de poluição e degradação do meio ambiente seriam minorados, incluindo redução do consumo de energia e de recursos naturais, e haveria geração de emprego e renda.

Em alguns casos, já existe tecnologia disponível. Economicamente, no entanto, ainda há óbices. Vencê-los é o objetivo desta proposição, a qual esperamos ver aprimorada e aprovada nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2001.


Deputado **Luiz Bittencourt**

PROJETO DE LEI N.º 3.912, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Fica instituído o Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos, e dá outras providências. "

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-4329/2001.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e ao Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

Art. 2º - Constituirão receita do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos as contribuições a serem recolhidas pelas empresas fabricantes de produtos que resultam em resíduos sólidos ou líquidos, em percentual relativo ao faturamento das mesmas, conforme tabela que deverá integrar a regulamentação da presente lei.

§ 1º - As contribuições previstas no "caput" deste artigo serão arrecadados na saída das mercadorias da fonte geradora.

§ 2º - Também serão receitas do fundo previsto nesta lei, 50% (cinquenta por cento) dos recursos arrecadados com a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 3º - Os recursos arrecadados pelo Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos serão destinados para programas e políticas públicas de proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente no que se refere a projetos de apoio e incentivo à reciclagem de resíduos poluentes.

Art. 4º - Da arrecadação total do Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos e Líquidos, 15% (quinze por cento) serão

destinados aos municípios nas mesmas proporções das respectivas participações no ICMS, cuja aplicação obedecerá ao previsto no artigo anterior.

Art. 5º - A gestão do fundo mencionado no artigo anterior dar-se-á através de um Conselho composto por:

I – um representante indicado pelo Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;

II – um representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente;

III – um representante do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;

Art. 6º - Fica garantido às empresas recicladoras de Resíduos Sólidos e Líquidos, desconto no ICMS devido na mesma proporção da matéria-prima reciclada no seu processo produtivo.

Art. 7º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

É público e notório, que do processo produtivo de grande parte de empresas industriais resultam em subprodutos, (dejetos sólidos, líquidos ou gasosos) que não têm utilização econômica subsequente.

Esses subprodutos geralmente são lançados no meio ambiente, causando, com frequência, problemas de poluição ambiental.

Quando isso ocorre, os recursos naturais - campos, rios e lagos, são atingidos, causando sérios problemas sócio-econômicos, diminuindo o potencial produtivo desses recursos naturais, resultando em ônus final para o meio ambiente.

Em muitos casos, porém, já existem processos produtivos que podem utilizar esses subprodutos, mas que devidos aos custos de produção, dentre os quais se incluem os impostos, os mesmos são antieconômicos, não despertando interesse dos empreendedores.

Casos esses subprodutos sejam utilizados como matéria-prima em novo processo produtivo, estarão reduzindo problemas de poluição e gerados novos produtos, empregos e renda, com todas as consequências favoráveis daí advindas.

Certo do grande alcance social da presente proposição solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação da mesma.

Sala das sessões, em 7 de julho de 2004.

Deputado CARLOS NADER

PFL-RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências.

Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

Da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

.....

PROJETO DE LEI Nº 5.194, DE 2001
(DO SR. CHICO SARDELLI)

Dispõe sobre o retorno ao fabricante das embalagens PET.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203/91)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido o descarte de embalagens do tipo poli (tereftalato de etileno) – PET – juntamente com outros resíduos sólidos destinados à coleta pública.

Parágrafo único. Os consumidores de produtos que utilizem embalagens PET devem devolver tais embalagens aos revendedores do produto.

Art. 2º Os revendedores do produto ficam obrigados a:

I – receber as embalagens PET e reembolsar o consumidor em valor não inferior a:

a) R\$ 0,10 (dez centavos) por embalagem de 600 ml devolvida;

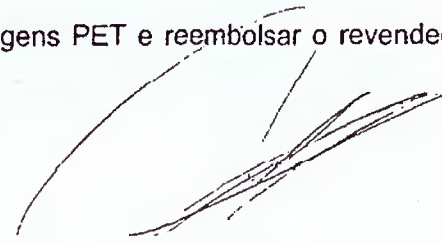
b) R\$ 0,15 (quinze centavos) por embalagem de 1.000 ml devolvida;

c) R\$ 0,20 (vinte centavos) por embalagem de 2.000 ml devolvida;

II – devolver as embalagens PET aos respectivos fabricantes, diretamente ou por intermédio dos distribuidores.

Art. 3º Os fabricantes ficam obrigados a:

I – receber as embalagens PET e reembolsar o revendedor em valor não inferior a:



a) R\$ 0,10 (dez centavos) por embalagem de 600 ml devolvida;

b) R\$ 0,15 (quinze centavos) por embalagem de 1.000 ml devolvida;

c) R\$ 0,20 (vinte centavos) por embalagem de 2.000 ml devolvida;

II – destinar as embalagens PET recebidas, atendidas as normas de saúde e ambientais, a:

a) reutilização;

b) reciclagem;

c) geração de energia.

Art. 4º Constituem infrações ao meio ambiente:

I – incluir embalagens PET nos resíduos sólidos destinados à coleta pública ou jogá-las em logradouros públicos, corpos d'água, praias, mangues ou terrenos baldios;

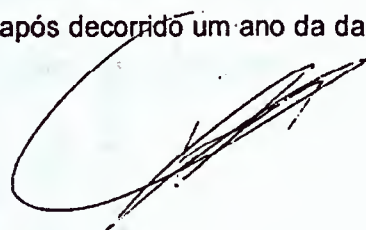
II – deixar de receber as embalagens PET ou de efetuar o reembolso previsto nesta lei;

III – deixar de destinar as embalagens PET a reutilização, reciclagem ou geração de energia ou realizá-las em desacordo com as normas de saúde e ambientais.

Parágrafo único. Às infrações previstas no *caput* aplicam-se as sanções administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

Art. 5º Os órgãos de meio ambiente federal, estaduais e municipais devem realizar ampla divulgação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorrido um ano da data da sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

O poli(tereftalato de etileno) – mais conhecido como PET – chegou ao Brasil em 1988 e foi utilizado, inicialmente, na indústria têxtil. Devido a algumas de suas características, tais como baixo peso e alta resistência mecânica e química, a partir de 1993 o PET passou a ser largamente utilizado na produção de embalagens, em especial, de refrigerantes. O crescimento do consumo de PET desde então foi espetacular em nosso País. De uma produção de 1.300 toneladas em 1989, alcançou-se a marca de 290 mil toneladas em 1999, ou seja, a taxa de crescimento foi de mais de 200 vezes em 10 anos.

Como o material é de difícil degradação em aterros sanitários, cresceram, proporcionalmente, os problemas dos serviços públicos de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. O destino principal dos resíduos deveria ser a reciclagem, a qual, contudo, ainda é muito incipiente.

Segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE –, em 1999, 21% da resina PET produzida no Brasil foi reciclada. As garrafas recicladas provêm da coleta de catadores, das próprias fábricas (incluindo as embalagens inutilizadas no processo de embalagem dos produtos) e da coleta seletiva realizada pelos municípios. Ocorre que a coleta seletiva só consegue recuperar 1.000 toneladas por ano. Ou seja, a maior parte do material reciclado provém diretamente do processo industrial ou dos lixões. Neste último caso, fica comprometida a qualidade da resina obtida e limitadas as suas aplicações.

Para que possa ser assegurada a qualidade da resina obtida por meio de reciclagem, os diferentes tipos de plásticos devem ser separados e, sobretudo, deve-se evitar a contaminação.

Melhor que a coleta seletiva, quando o Poder Público e, por conseguinte, o contribuinte, são onerados, deve-se criar um sistema de devolução direta das embalagens PET do consumidor aos fabricantes. Esse é o objetivo desta proposição, a qual contamos esperamos ver brevemente aprovada nesta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de *Agosto* de 2001.

Deputado Chico Sardelli

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 5.336, DE 2001
(DO SR. ENIO BACCI)

Torna obrigatório o recolhimento, pelas indústrias fabricantes, de embalagens de plástico e de lata e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º- As indústrias fabricantes de embalagem de plástico e qualquer tipo de embalagem de "lata", estão obrigadas a criar sistema de recolhimento destas, para fins de reciclagem, sob pena de responsabilização;

Parágrafo Único: As indústrias fabricantes de embalagens de que trata o artigo 1º, são responsáveis pelo recolhimento e poderão criar sistema cooperativo de recolhimento e reciclagem;

Art. 2º - O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), é o órgão competente para estabelecer formas de fiscalizar e punir as indústrias infratores desta lei;

Art. 3º - Esta lei entra em vigor, sessenta (60) dias após a sua publicação;

Artº 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Os países do primeiro mundo são rigorosos no que se refere a proteção ambiental, como é o caso dos Estados Unidos, França, Itália e outros, que criaram leis obrigando as indústrias fabricantes a recolherem as embalagens de plástico e de lata, para posterior reciclagem.

Além da proteção necessária ao meio ambiente, as leis existentes nestes países, acabam gerando emprego e renda, pois precisam de mão-de-obra para enfrentar aquela legislação.

Este projeto que apresento, tem muito a ver com a necessidade de se proteger a natureza, tão devastada e desprotegida, como é o caso dos mananciais de água.

Conforme seu artigo 2º, caberá ao CONAMA, estabelecer normas fiscalizadoras, punições e valores para as indústrias infratoras.

A intenção não é multar e sim cumprir a lei, mas em caso de descumprimento, a punição deve ser rigorosa e os valores arrecadados com as multas, dirigidos para programas de proteção ao meio ambiente.

Tenho certeza de que, num segundo momento, após o impacto desta proposta, as indústrias de todo o país encontrarão fórmulas baratas e de fácil execução, para torná-la simples e corriqueira, em face da dura realidade ambiental que estamos enfrentando e que será ainda muito pior dentro de um breve tempo.

Esta proposta também tem a intenção de gerar um grande debate sobre o tema, sempre atual, mas que chega com atraso de muitos anos.

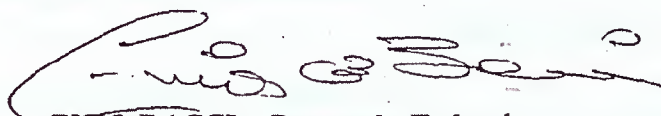
Podemos até fazer algumas sugestões para o enquadramento da lei, como a criação de sistema de recolhimento das embalagens no âmbito dos municípios, através de convênios com Prefeitos e até com o próprio comércio; a criação de cooperativas de recolhimento e reciclagem das próprias indústrias, etc.

As indústrias podem criar ainda, um sistema de bônus entre o comércio e consumidores, ou até mesmo com o grande número de desempregados deste país, que seriam os recolhedores destas embalagens, em troca de descontos na compra destas mercadorias ou, até mesmo em troca de cestas básicas, de acordo com a produção, etc.

Enfim, existem muitas maneiras para encontrarmos a saída para o grande e inevitável problema da poluição e da agressão brutal ao meio ambiente.

Nossa única certeza é a de que precisamos tomar atitudes sérias e urgentes para protegermos a natureza. Os meios que iremos utilizar, sem dúvida passam por leis mais rigorosas e pela criatividade dos brasileiros.

Sala das Sessões, em 18 / 09 / 2001



ENIO BACCI – Deputado Federal
PDT/RS

PROJETO DE LEI Nº 5.349, DE 2001
(DO SR. MARCOS AFONSO)

Obriga as empresas de refrigerantes e similares a recolherem os vasilhames de seus produtos

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as empresas de refrigerantes e bebidas similares obrigadas a recolher os vasilhames que acondicionam seus produtos, após o uso pelo consumidor, observada a seguinte proporção em relação ao total dos produtos que colocam no mercado:

I – vinte e cinco por cento no prazo de um ano a partir da publicação desta lei;

II – cinquenta por cento no prazo de dois anos a partir da publicação desta lei;

III – setenta e cinco por cento no prazo de três anos a partir da publicação desta lei.

§ 1º Os vasilhames recolhidos devem ter a seguinte destinação, atendidas as normas de saúde e ambientais pertinentes:

I – reutilização;

II – reciclagem.

§ 2º A concessão ou a renovação de licença ambiental das empresas de que trata o *caput* condiciona-se à comprovação do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 2º Os infratores desta lei sujeitam-se às sanções administrativas e às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil ocupa o terceiro lugar no mercado mundial de refrigerantes. Na última década, o mercado brasileiro de refrigerantes quase dobrou, pois passou de 5,9 bilhões de litros em 1990 a mais de 11 bilhões de litros em 1999.

A par desse enorme crescimento, outra faceta desses produtos chama a atenção. Trata-se da forma de acondicionamento e sua relação com o sistema de compra pelo consumidor. Há poucos anos atrás, os refrigerantes eram vendidos em vasilhames de vidro e, para sua aquisição, o consumidor deveria levar um vasilhame vazio do mesmo tipo. Depois, esses vasilhames foram substituídos por embalagens plásticas descartáveis. E, mais recentemente, para recuperar o espaço perdido, o setor de vidro lançou as embalagens de vidro descartáveis.

Como resultado dessa mudança nos padrões de produção e consumo, a quantidade de resíduos sólidos domiciliares tem crescido substancialmente, com maior ônus para a Administração Pública e, por conseguinte, para o contribuinte. O encargo não é apenas financeiro, vale dizer. Cidades médias e grandes enfrentam, ainda, o problema de não ter mais espaço para disporem seus resíduos sólidos.

Urge, portanto, que os fabricantes de refrigerantes assumam parcela de responsabilidade no recolhimento e reciclagem dos vasilhames que utilizam, razão pela qual contamos com o apoio necessário para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 18 de Setembro de 2001.



Deputado Marcos Afonso

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI Nº 5.543, DE 2001
(DO SR. CLÓVIS VOLPI)

Dispõe sobre a Política Nacional de Controle de Depósitos de Resíduos Industriais Perigosos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Controle de Depósitos de Resíduos Industriais Perigosos.

Art. 2º Compete ao Ministério do Meio Ambiente, na condição de órgão central do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, coordenar a Política Nacional de Controle de Depósitos de Resíduos Industriais Perigosos.

Art. 3º O Ministério do Meio Ambiente instituirá um Cadastro Nacional dos Depósitos de Resíduos Industriais Perigosos.

§ 1º O Cadastro deve indicar, no mínimo, a localização, o tipo de material depositado, o grau de periculosidade e as limitações ao uso da área do depósito.

§ 2º Compete ao Ministério do Meio Ambiente fornecer informação constante do Cadastro a qualquer pessoa interessada em qualquer lugar do País.

Art. 4º Compete aos órgãos federal, estaduais e municipais integrantes do SISNAMA informar ao Ministério do Meio Ambiente, no prazo de três meses, a existência de depósito de resíduo industrial perigoso de seu conhecimento.

Parágrafo único. O chefe do órgão que não cumprir o disposto neste artigo incorrerá na infração penal prevista no art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998.

Art. 5º O proprietário de imóvel que abriga depósito de resíduo industrial perigoso, desativado ou ativo, está obrigado, no prazo de um ano, a:

- I - comunicar ao órgão municipal ou estadual integrante do SISNAMA a existência do depósito, indicando sua localização, o tipo e a quantidade de resíduo depositado;
- II - indicar, no registro do imóvel em cartório, a área do depósito;
- III - sinalizar a área do depósito, indicando o tipo de resíduo depositado e o grau de periculosidade da área para a população;

Parágrafo único. O proprietário que não cumprir o disposto neste artigo incorrerá na infração penal prevista no art. 54 da Lei nº 9.605, de 1998.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada, no que couber, no prazo de cento e oitenta dias.



Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Evento recente, ocorrido na cidade de São Paulo, chamou a atenção da sociedade brasileira para o grave problema da falta de controle sobre a destinação de resíduos industriais perigosos no Brasil. Um conjunto residencial com 50 edifícios já entregues em Mauá, na Grande São Paulo, foram construídos sobre um antigo depósito de resíduos industriais da Cofap. Foi detectada a presença de gases de 44 substâncias tóxicas, entre elas o benzeno, que é cancerígeno. Cerca de cinco mil pessoas já estavam morando no condomínio. A construtora dos prédios alega que o terreno foi comprado sem que a empresa soubesse a existência do depósito.

O prejuízo e o sofrimento imposto à população por fatos dessa natureza são incalculáveis. Dificilmente se vai chegar a uma solução satisfatória para as pessoas afetadas. É preciso adotar medidas que impeçam a repetição de fatos lamentáveis como esse.

Segundo estudo elaborado pela CETESB em 1996, só no Estado de São Paulo existem 4 mil áreas suspeitas de contaminação por resíduos perigosos. Destas, 1.500 eram áreas industriais em uso e 800 áreas industriais abandonadas. Outro estudo de 1992 mostra que, do total de 2,5 milhões de toneladas de resíduos industriais gerados por ano na região metropolitana de São Paulo, 188 mil toneladas são consideradas tóxicas, dos quais 44% são depositados de forma inadequada.

O problema, evidentemente, não se limita ao Estado de São Paulo e tende a se agravar na medida em que se observa uma tendência à descentralização da atividade industrial no País. Os Estados nordestinos, por exemplo, receberam, nos últimos 20 anos, investimentos da ordem de 6,2 bilhões de reais no setor industrial. Várias indústrias (cervejaria, tecelagem, fábricas de sapatos, de embalagens de plástico e alumínio, papel e celulose e produtos químicos), estão deixando seus nichos tradicionais na região Sudeste e montando subsidiárias no Nordeste.

É fundamental, portanto, que os depósitos de resíduos industriais perigosos sejam mapeados e devidamente identificados. A população precisa estar informada da existência desse depósitos para poder se proteger da ameaça representada por esses resíduos. É com esse objetivo que estamos propondo a criação de um cadastro nacional de depósitos de resíduos industriais perigosos, administrado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a colaboração dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. O Ministério deve assegurar o amplo acesso da população ao cadastro.

Os proprietários dos terrenos usados como depósito, em atividade ou abandonados, ficam obrigados a informar os órgãos competentes, sob pena de cometerem crime ambiental. Em crime também incorre o servidor público que, sabendo da existência de depósito, não comunica a autoridade competente para as providências cabíveis.

Os depósitos devem ser devidamente sinalizados e sua existência deve ser indicada no registro do imóvel em cartório. Essas medidas tem o claro propósito de assegurar à população o pleno conhecimento dos riscos a que está submetida, evitando a repetição de desastres ambientais e sociais como o ocorrido no citado exemplo de Mauá.

Dada a gravidade do tema em questão, estou seguro de que a matéria contará com a devida atenção e o apoio desta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2001.


Deputado Clóvis VOLPI

17/10/01

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais**

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Seção I

Dos Crimes Contra a Administração Ambiental

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

PROJETO DE LEI
N.º 5.649, DE 2001
(do Sr. Duilio Pisaneschi)

Estabelece sistema de controle da disposição final de resíduos industriais e dá outras providências.

(DESPACHO INICIAL: APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece sistema de controle da disposição final de resíduos industriais e altera a lei do parcelamento do solo urbano, exigindo laudo sobre eventuais contaminações químicas do terreno.

Art. 2º No processo de licenciamento ambiental de empreendimentos industriais, os resíduos gerados ou existentes devem ser objeto de controle específico.

Parágrafo único. O licenciador exigirá para a concessão da licença ambiental de empreendimentos industriais, entre outros condicionantes:

I – a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos ambientais;

II – a realização periódica de autoridades ambientais.

Art. 3º As indústrias devem apresentar anualmente ao órgão ambiental estadual competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA –, informações sobre a geração, características e destinação final dos resíduos gerados.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual competente deve manter as informações de que trata o *caput* permanentemente disponíveis para as autoridades municipais e para o Ministério Público.

Art. 4º A concessão de licença ambiental de aterros industriais condiciona-se à aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.

§ 1º Os responsáveis pela manutenção de aterros industriais devem apresentar anualmente ao órgão ambiental estadual competente integrante do SISNAMA:

I – informação sobre a quantidade, qualidade e origem dos resíduos recebidos;

II - laudo técnico, baseado em sondagens, sobre as condições das diversas camadas do aterro.

§ 2º O órgão ambiental estadual competente deve manter as informações de que trata o § 1º permanentemente disponíveis para as autoridades municipais e para o Ministério Público.

Art. 5º Sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos ambientais e da aplicação de sanções penais mais graves, o não cumprimento do disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei sujeita o infrator às sanções penais previstas no art. 68 da Lei n.º 9605, de 12 de Fevereiro de 1998.

Art. 6º O art. 6º da Lei n.º 6766, de 19 de Dezembro de 1979, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.6º.....

“Parágrafo único. Além do disposto no caput, deve ser apresentado laudo técnico, baseado em sondagens, sobre eventuais contaminações químicas das diversas camadas do terreno. (AC).”

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Acontecimentos ocorridos recentemente nos Municípios de Paulínia, Mauá e Cubatão, no Estado de São Paulo, demonstram, de forma clara, que a legislação em vigor não tem sido eficaz no controle do problema do lixo tóxico. Infelizmente, parece que é fato comum no País a implantação de assentamentos humanos em áreas contaminadas. Pretendemos, com este projeto de lei, criar um sistema de controle da disposição final de resíduos industriais que enfrente diretamente esse problema.

Em primeiro lugar, impõe-se que os resíduos gerados ou existentes sejam objetos de análise específica nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos industriais. Nos casos de maior periculosidade, o licenciador passa a poder exigir contratação de seguro de responsabilidade civil e a realização periódica de auditorias ambientais.

A exigência de estudo prévio de impacto ambiental, hoje constante apenas de resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, é trazida para o nível de lei. Além disso, a licença não basta: os responsáveis deverão manter os órgãos ambientais permanentemente informados sobre as condições dos aterros industriais.

A obrigação prevista em relação aos aterros industriais é complementada pela obrigação de que as indústrias em geral prestem informações sobre os resíduos por elas gerados.

Por fim, altera-se a Lei 6766/79, exigindo-se laudo sobre eventuais contaminações químicas do terreno. A lei do parcelamento do solo urbano já veda hoje o parcelamento em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados, mas não exige o referido laudo para a aprovação dos projetos.

Diante da importância da matéria, contamos com o pleno apoio de nossos ilustres Pares na aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2001


Deputado **Duffio Pisaneschi**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção I Dos Crimes Contra a Administração Ambiental

Art.68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposos, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

**DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO
URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO III
DO PROJETO DE LOTEAMENTO**

Art. 6º Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos:

- I - as divisas da gleba a ser loteada;
- II - as curvas de nível a distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal;
- III - a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV - a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários, existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- V - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- VI - as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

Art. 7º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal:

- I - as ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e do Município relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
- II - o traçado básico do sistema viário principal;
- III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;
- IV - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;

V - a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de quatro anos.

** § único com redação dada pela Lei nº 9.785, de 29/01/1999.*

PROJETO DE LEI
N.º 5.695, DE 2001
(Do Sr. Márcio Bittar)

Cria obrigações para os responsáveis pela geração de Resíduos de Serviços de Saúde.

(DESPACHO INICIAL: APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º. O responsável legal pelos estabelecimentos geradores de Resíduos de Serviço de Saúde obriga-se ao gerenciamento de seus resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

§1.º. Para os efeitos desta Lei considera-se Resíduos de Serviços de Saúde:

- a) aqueles provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico assistencial humana ou animal;
- b) aqueles provenientes de centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde;
- c) medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados;
- d) aqueles provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal; e
- e) aqueles provenientes de barreiras sanitárias.

§2.º. Os procedimentos operacionais a serem utilizados para o adequado gerenciamento dos resíduos a que se refere esta Lei devem ser definidos e estabelecidos pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em suas respectivas esferas de competência.

Art. 2.º. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis 6.938, de 31 de agosto de 1981 e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto 3.179 de 29 de Setembro de 1999.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Modernamente, cada vez mais as sociedades avançam no sentido da preservação da saúde pública e da qualidade do meio ambiente. Princípios como o da precaução e do poluidor pagador impõem a alteração das normas vigentes e a criação de outras, com vistas ao atendimento das necessidades sociais cada vez mais apuradas e definitivas. *M. Bittar*

Os Resíduos de Serviço de Saúde, responsáveis por uma série de agentes de contaminação e risco ao meio ambiente, entre eles inóculos e misturas de microrganismos e meios de cultura inoculados provenientes de laboratório clínico ou de pesquisa, bem como outros resíduos provenientes de laboratórios de análises clínicas, vacina vencida ou inutilizada, filtros de ar e gases aspirados da área contaminada, membrana filtrante de equipamento médico hospitalar e de pesquisa, sangue e hemoderivados e resíduos que tenham entrado em contato com estes, tecidos, membranas, órgãos, placentas, fetos, peças anatômicas, animais inclusive os de experimentação e os utilizados para estudos, carcaças e vísceras suspeitos de serem portadores de doenças transmissíveis, objetos perfurantes ou cortantes provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, excreções, secreções, líquidos orgânicos procedentes de pacientes, resíduos de sanitários de pacientes, resíduos advindos de área de isolamento, materiais descartáveis que tenham entrado em contato com paciente, enfim, uma enorme gama de possibilidades de alteração de um ambiente que se pretende saudável, necessita de legislação específica capaz de proteger a sociedade.

A Resolução N.º 283, do CONAMA, na qual se baseia este projeto, embora contemple em amplitude e procedimentos que cria, os objetivos de resguardar a população de eventuais riscos, não possui, no nosso entendimento, o *status* que a questão merece, que é o de LEI. Em outras palavras, como RESOLUÇÃO, tem a norma alcance limitado e força incompatível com a importância que possui como disciplina voltada ao interesse público.

Trato portanto, pelo presente Projeto, de elevar à categoria de LEI, com todas as implicações decorrentes, a imposição de obrigação de cunho preventivo aos que de algum modo produzem resíduos de serviços de saúde, ficando o detalhamento de seu cumprimento ao encargo do órgão competente.

Sala das Sessões, 08- 11 de 2001.

Marcio Bittar
Deputado MARCIO BITTAR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS
DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art.23 e no art.235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.*

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

DECRETO Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999.

**DISPÕE SOBRE A ESPECIFICAÇÃO DAS
SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS CONDUTAS E
ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, nos §§ 2º e 3º do art. 16, nos arts. 19 e 27 e nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, nos arts. 2º, 3º, 14 e 17 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, no inciso IV do art. 14 e no inciso II do art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no art. 1º da LEI Nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987, no art. 1º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, no 2º do art. 3º e no art. 8º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, nos arts. 4º, 5º, 6º e 13 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, e nos arts. 11, 34 e 46 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as sanções do presente diploma legal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

Art. 2º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V - destruição ou inutilização do produto;
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos; e

XI - reparação dos danos causados.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições deste Decreto e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido, por irregularidades, que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou pela Capitania dos Portos do Comando da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos do Comando da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de compromisso de reparação de dano.

§ 6º A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do "caput" deste artigo, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, objeto de infração administrativa serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

a) libertados em seu habitat natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;

b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou

c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, até implementação dos termos antes mencionados;

III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados pela autoridade competente às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo

que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos arrecadados para a preservação, melhoria e qualidade do meio ambiente, correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais à conta do beneficiário;

V - os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo órgão responsável pela apreensão, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem;

VI - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após prévia avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VII - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator;

VIII - os veículos e as embarcações utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade competente, somente serão liberados mediante o pagamento da multa, oferecimento de defesa ou impugnação, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1916, até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

IX - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, de que trata este parágrafo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

X - a autoridade competente encaminhará cópia dos termos de que trata este parágrafo ao Ministério Público, para conhecimento.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI, VII e IX do "caput" deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

§ 8º A determinação da demolição de obra de que trata o inciso VIII do "caput" deste artigo, será de competência da autoridade do órgão ambiental integrante do SISNAMA, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

§ 9º As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença, permissão ou autorização;

- II - cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização;
- III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e
- V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

§ 10 - Independentemente de existência de culpa, é o infrator obrigado à reparação do dano causado ao meio ambiente, afetado por sua atividade.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

RESOLUÇÃO Nº 283, DE 12 DE JULHO DE 2001.

DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO E A
DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS
SERVIÇOS DE SAÚDE.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 326, de 15 de dezembro de 1994, resolve:

Considerando os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

Considerando a necessidade de aprimoramento, atualização e complementação dos procedimentos contidos na Resolução CONAMA nº 05, de 5 de agosto de 1993, relativos ao tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

Considerando a necessidade de estender estas exigências às demais atividades que geram resíduos similares aos definidos nesta resolução;

Considerando a necessidade de compatibilidade dos procedimentos de gerenciamento de resíduos nos locais de geração visando o seu tratamento e disposição final adequados; e

Considerando que as ações preventivas são menos onerosas e minimizam danos à Saúde Pública e ao meio ambiente, resolve:

Art. 1º Para os efeitos desta Resolução definem-se:

I - Resíduos de Serviços de Saúde são:

- a) aqueles provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal;
- b) aqueles provenientes de centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde;
- c) medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados;
- d) aqueles provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal;
- e) aqueles provenientes de barreiras sanitárias.

II - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS: documento integrante do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, no âmbito dos estabelecimentos mencionados no art. 2º desta Resolução, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública. O PGRSS deve ser elaborado pelo gerador dos resíduos e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de vigilância sanitária e meio ambiente federais, estaduais e municipais.

III - Sistema de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde: conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas dos resíduos e conduzam à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente;

IV - Sistema de Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde: conjunto de instalações, processos e procedimentos que visam a destinação ambientalmente adequada dos resíduos em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

Art. 2º Esta Resolução aplica-se aos estabelecimentos que geram resíduos de acordo com o inciso I do artigo anterior.

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, os resíduos de serviço de saúde gerados nos estabelecimentos a que se refere o art. 2º desta Resolução, são classificados de acordo com o Anexo I desta Resolução.

.....

.....

PROJETO DE LEI

N.º 5.757, DE 2001

(Do Sr. Remi Trinta)

Atribui aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados e dá outras providências.

(DESPACHO INICIAL: APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É de responsabilidade dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços o gerenciamento dos resíduos sólidos por eles gerados.

§ 1º O gerenciamento de resíduos sólidos compreende a segregação, conforme categorias definidas em regulamento, o acondicionamento, o transporte, o armazenamento, o tratamento, a valorização e a disposição final de resíduos sólidos.

§ 2º Para os efeitos desta lei, considera-se valorização:

I – o aproveitamento dos resíduos por meio de reutilização, reciclagem ou qualquer outro meio de obtenção de substâncias ou matérias-primas secundárias;

II – a utilização de resíduos como fonte de energia.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º devem apresentar ao órgão ambiental competente Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o qual deve conter, no mínimo:

I – a origem, a caracterização e o volume de resíduos gerados;

II – os procedimentos a serem adotados na segregação, acondicionamento, armazenamento e transporte, conforme o tipo de resíduo;

III – as formas de tratamento, valorização e destinação final a serem adotados, com indicação dos locais e das condições onde essas atividades serão implementadas;

IV – as ações preventivas e corretivas a serem adotadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

V – a designação do responsável técnico pela elaboração e execução do plano.

Parágrafo único. A concessão e a renovação de licença ambiental condiciona-se à aprovação do plano previsto no *caput*.

Art. 3º O órgão ambiental competente deve exigir em relação aos resíduos sólidos de que trata esta lei:

I – sua valorização, sempre que exista processo tecnicamente viável para tal;

II – o tratamento dos resíduos sólidos cuja valorização não seja viável, de forma a reduzir seu volume e periculosidade;

III – que somente sejam enviados a disposição final os resíduos resultantes de valorização e tratamento.

Art. 4º Os infratores desta lei sujeitam-se às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O correto equacionamento dos graves problemas relacionados aos resíduos sólidos constitui um dos grandes desafios, talvez o maior, na consecução do desenvolvimento sustentável.

Conforme apontam vários estudos recentes, a Terra está à beira de um colapso. Se todos os habitantes tivessem o mesmo padrão de consumo dos norte-americanos, haveria necessidade de outros três planetas para atender a essa demanda, tanto em termos de utilização de recursos naturais, quanto nas conseqüências ambientais de seus resíduos, de todo o tipo.

É preciso, portanto, reduzir o consumo de matérias-primas e evitar a geração de resíduos.

Nesse campo, o Brasil ainda está bastante atrasado. A responsabilidade do setor produtivo pelo gerenciamento dos resíduos sólidos que gera, o passo elementar a ser instituído, como ocorre há muitos anos na maior parte dos países desenvolvidos, é aqui atribuída apenas a determinados setores e por meio de normas de nível hierárquico inferior.

É essa lacuna que esta proposição procura preencher. Contamos, assim, com a sua rápida aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, em 23 de Novembro de 2001.



Deputado Remi Trinta

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI

N.º 5.974, DE 2001

(Do Sr. Manoel Salviano)

Estabelece normas para o gerenciamento de resíduos sólidos de estabelecimentos de serviços de saúde.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece normas para o gerenciamento de resíduos sólidos de estabelecimentos de serviços de saúde.

Art. 2º Para efeito desta lei, são considerados estabelecimentos de serviços de saúde: hospitais, maternidades, prontos-socorros, sanatórios, casas de saúde, centros de hemodiálise, bancos de sangue e clínicas radiológicas.

Parágrafo único. Equiparam-se a estabelecimentos de serviços de saúde, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos de serviços veterinários, os laboratórios de análises clínicas e de patologia, os centros de pesquisa e produção de produtos relacionados à saúde humana e animal, os serviços de medicina legal e anatomia patológica, os biotérios e qualquer outra unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial.

Art. 3º Os resíduos de estabelecimentos de serviços de saúde são assim classificados:

I – Classe A: os resíduos sépticos;

II – Classe B: os resíduos que apresentam características de toxidez, corrosividade, reatividade, explosividade ou inflamabilidade;

III – Classe C: os resíduos radioativos;

IV – Classe D: os resíduos comuns, assim considerados os que não se enquadram nas categorias anteriores.

Art. 4º Os estabelecimentos de serviços de saúde são responsáveis:

I – pelo gerenciamento de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos;

II – pela coleta diária dos resíduos nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento e pela separação de acordo com as classes estabelecidas no art. 3º;

III – pelo acondicionamento e identificação adequados dos resíduos;

IV – pela manutenção de áreas para operação e armazenagem intermediária;

V – pelo tratamento do resíduo, na forma exigida pelos órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública;

VI – pela apresentação dos resíduos à coleta pública de acordo com as normas brasileiras pertinentes e na forma exigida pelos órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública.

Art. 5º Em razão da quantidade ou periculosidade dos resíduos gerados, os órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública podem exigir, para a concessão das respectivas licenças a estabelecimentos de serviços de saúde, a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e, ainda, a manutenção de sistema próprio de transporte e destinação de resíduos.

Parágrafo único. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deve conter, no mínimo:

I – a origem, a caracterização e o volume de resíduos gerados;

II – os procedimentos a serem adotados na segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento e transporte, conforme o tipo de resíduo;

III – as formas de tratamento e destinação final a serem adotados, por tipo de resíduo, com indicação dos locais e das condições onde essas atividades serão implementadas;

IV – as ações preventivas e corretivas a serem adotadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

V – a designação do responsável técnico pela elaboração e execução do plano.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os resíduos sólidos representam um dos piores problemas urbanos em nosso País na atualidade. A maior parte do lixo urbano coletado, que aliás constitui pouco mais da metade da quantidade gerada, ainda tem como destino final os lixões ou os cursos d'água.

A situação do lixo hospitalar é mais grave ainda. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 1989, a coleta desse tipo de resíduo era efetuada em apenas 2.442 Municípios brasileiros. Do total recolhido, 45% do lixo não tinha coleta especial, sendo misturado ao lixo comum, 42,3% era despejado em vazadouros a céu aberto, 6% jogado em aterros, e só 0,4% era disposto em aterros de resíduos especiais.

Os resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde – e não apenas o lixo hospitalar – podem conter substâncias químicas perigosas e, ainda, agentes patogênicos potencialmente transmissores de graves enfermidades. É essencial, portanto, que esse tipo de resíduo seja separado na fonte e tenha tratamento e destinação adequados, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde pública.

Contamos, assim, com o apoio desta Casa para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em de de 200

Deputado **Manoel Salviano**

18/12/01

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

PROJETO DE LEI

N.º 6.080, DE 2002

(Do Sr. Feu Rosa)

Dispõe sobre a coleta, seleção, tratamento e destinação do lixo urbano.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a coleta, seleção, tratamento e destinação do lixo urbano, nas modalidades orgânica e seca.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, compreende-se como lixo convencional urbano, orgânico ou seco, o produzido nas cidades e em até cinco quilômetros de sua periferia, e não convencionais os lixos tóxico, hospitalar ou radiativo.

Art. 2º. Os poderes públicos federal, estadual e municipal estimularão a seleção e a reciclagem do lixo convencional urbano, consoante sua natureza:

- I – vidros;
- II – plásticos e assemelhados;
- III – tecidos e assemelhados;
- IV – metais;
- V – borrachas e assemelhados;
- VI – líquidos biodegradáveis;
- VII – líquidos não-biodegradáveis;
- VIII – outros.

Parágrafo único. Entre os estímulos, compreende-se à redução de impostos e taxas pela utilização de recipientes nas cores recomendadas pelo poder público, para a facilitação da reciclagem, e a distribuição de sacos de coleta.

Art. 3º. O lixo produzido em hospitais, clínicas e laboratórios será incinerado em fornos e equipamentos especiais, no próprio local de sua produção.

§ 1º. A incineração será feita preferencialmente em fornos e equipamentos que decomponham os gases, tornando-os, se possível, não poluentes, e minimizem os resíduos sólidos.

§ 2º. É vedado coletar lixo hospitalar, tóxico ou radiativo em conjunto com lixo convencional.

§ 3º. O lixo, em qualquer das modalidades referidas nos incisos I a VI do art. 2º, deixa de ser convencional se servir de invólucro ou recipiente para os de origem hospitalar, natureza tóxica ou radiativa.

Art. 4º. É vedada a coleta pública, a condução e a seleção de lixo por crianças e adolescentes.

Art. 5º. A infringência ao disposto nesta lei sujeita o autor do delito às penas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), sem prejuízo, na hipótese do art. 4º, das penas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. A coleta e a destinação de lixos tóxicos e radiativo obedecerão a orientação do Ministério da Saúde, que firmará convênios com outros órgãos de natureza federal, estadual e municipal, públicos ou particulares, para:

I – disciplinarem a coleta de baterias, pilhas, lâmpadas especiais, ou recipientes de gases, líquidos cáusticos ou tóxicos, aparelhos médico-hospitalares, e outros, capazes de causar danos ao meio ambiente ou que requeiram desativação por especialistas.

II – realizarem vistorias.

III – promoverem campanhas de esclarecimento e de incentivo à coleta seletiva.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Grande parte do lixo produzido no nosso País deriva da falta de bons hábitos, que respeitem e preservem o ambiente em que nós próprios vivemos.

É inaceitável, senão assustador, que os rios nos forneçam água para beber e, em troca, a ele devolvamos os dejetos das nossas cidades. É ainda mais inaceitável - assustador - que o façamos nos dias atuais, quando são produzidas enzimas não-tóxicas, capazes de transformar dejetos humanos em gás metano, devolvendo-os para a atmosfera e deixando apenas resíduos sólidos em percentual inexpressivo e não tóxico, passíveis de se transformar em adubo.

Ou deixemos de utilizar equipamentos modernos, capazes de eliminar substratos orgânicos, e optemos por lançar em *containers* dos hospitais, nas proximidades de residências, e, mais adiante, nos lixões, tecidos humanos derivados de cirurgias, líquidos de lipoaspirações, membros extirpados, para serem congregados ao lixo comum.

Na mesma linha de auto-tolerância com o inimaginável, temos permitido que lixos tóxicos, entre eles baterias de telefones celulares e de automóveis, estas, contendo tungstênio líquido, entre tantos outros produtos de uso nos lares, nas fábricas e nas indústrias, sejam lançados nos monturos urbanos, onde crianças e adolescentes buscam o sustento, e, à procura de restos comerciáveis, disputam seu alimento com ratos e urubus.

Essa postura, em relação ao lixo, tem sido fruto tanto da ignorância quanto do descaso. Não se pode permitir que crianças e adolescentes - que em razão da idade têm discernimento reduzido - garimpem vidros e latas de alumínio para reciclagem, quando essa reciclagem poderia ser feita na origem, ainda que o proveito final fosse dessas mesmas pessoas de menor poder aquisitivo.


Mas a quase totalidade da população dos grandes centros ignora a destinação do lixo que produz, e essa ignorância soma-se ao descaso, manifestado nas políticas públicas, que se omitem na instituição de estímulos à seleção e destinação do lixo, até saturá-los, quando entopem dutos de captação de águas pluviais, e escorrem para os rios, lagos e reservas potáveis.

É necessário compreender que a sociedade é um corpo único. Um grande animal social, composto de muitos indivíduos. Não deve o indivíduo se comprazer com o seu luxo e o seu conforto, quando outro membro dessa mesma sociedade, mas ocupante de hierarquia menor, pode estar sendo contaminado pelo lixo dos hospitais, porque esse fato ameaça toda a comunidade.

Aí estão os pneus em desuso e as garrafas vazias, vetorizando malárias e dengue, a demonstrar que a sociedade é una, e por isso deve ser coesa em defesa dos seus interesses e, urgentemente, defender-se do abuso ecológico, sob pena de degradar irreversivelmente a própria água que bebe. Em países como a Itália, a Inglaterra e a Alemanha, que poluíam antes de nós, quando os cidadãos foram alertados para a contaminação de suas águas, saíram em campo e impediram que a loucura progredisse.

É nesse sentido que apresentamos a presente proposição, que visa minimizar o impacto do lixo sobre as nossas cidades. É necessário que, desde o mais simples município, até a maior das metrópoles, se adotem mecanismos de utilização de recipientes, e que se dê destinação correta às sobras domésticas e, principalmente, se incentive a consciência comunitária.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2002.



Deputado Fco Rosa

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS- CeDI"**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS- CeDI"**

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

**DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

LIVRO I
PARTE GERAL

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

.....

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 - c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
 - d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
-
-

PROJETO DE LEI
N.º 6.149, DE 2002
(Do Sr. Léo Alcântara)

Estabelece sistema de depósito e retorno para embalagens de bebidas.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece o sistema de depósito e retorno para embalagens de vidro, plástico e alumínio utilizadas para a comercialização de bebidas.

Art. 2º Fica estabelecido o sistema de depósito e retorno para embalagens de vidro, plástico e alumínio utilizadas para a comercialização de bebidas.

§ 1º As empresas responsáveis pela comercialização de bebidas devem pagar R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade de embalagem devolvida pelo consumidor.

§ 2º As empresas responsáveis pela fabricação ou envasamento de bebidas devem pagar R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade de embalagem devolvida pelas empresas responsáveis pela comercialização de bebidas.

§ 3º Os pagamentos previstos por esta lei podem integrar o preço final ao consumidor da bebida.

Art. 3º O rótulo das bebidas comercializadas em embalagens de vidro, plástico ou alumínio deve incluir a seguinte mensagem: "Na

LP

devolução desta embalagem será pago o valor de R\$ 0,10 (dez centavos). Preserve o meio ambiente”.

Art. 4º O descumprimento desta lei sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretende instituir um amplo programa de retorno das embalagens descartáveis utilizadas para a comercialização de bebidas, inspirado em sistema implantado na Alemanha.

Propõe-se que o comerciante seja obrigado a remunerar a devolução das embalagens pelo consumidor, bem como o industrial seja obrigado a remunerar o comerciante.

Fica estabelecido, assim, um sistema simples e eficiente de incentivo à reciclagem, que não onera o Poder Público, por não envolver renúncia fiscal, nem a necessidade de um rígido sistema de controle e fiscalização. Também não onera o setor privado, uma vez que os valores pagos estarão refletidos no preço final do produto.

Esta iniciativa, acreditamos, será de grande importância para a melhoria da qualidade ambiental e, além disso, gerará inúmeros empregos relacionados ao recolhimento das embalagens e ao processo da reciclagem.

Diante da relevância da matéria, contamos com o pleno apoio de nossos ilustres Pares para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de

de 200 .

Deputado Leo Alcântara

27/02/02

PROJETO DE LEI

N.º 5.765, DE 2001

(do Sr. Márcio Bittar)

Cria obrigações para as empresas fabricantes e importadoras de pneumáticos.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

§1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se pneu inservível todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos, que não mais se prestam a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

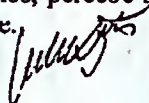
Art. 2º. O Ministério do Meio Ambiente emitirá normas e procedimentos relativos aos prazos, quantidades e procedimentos a serem obedecidos pelas empresas.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estima-se que aproximadamente 45 milhões de pneus são produzidos anualmente no Brasil. Embora não existam estudos conclusivos a respeito, algumas estimativas indicam que são gerados 35 milhões de carcaças anualmente e que existem mais de 100 milhões de pneus abandonados em todo o País. Se considerarmos que a decomposição de um pneu em condições normais leva mais de 600 anos, percebe-se a gravidade do tema. Trata-se de um passivo ambiental gigantesco e crescente.



O pneu possui papel fundamental e insubstituível em nossa vida diária, tanto no transporte de passageiros quanto no de cargas. Entretanto, quando tornam-se inservíveis, acarretam uma série de problemas: são objetos perceptíveis e incomodamente volumosos, que precisam ser armazenados em condições apropriadas para evitar riscos de incêndio e proliferação de mosquitos e roedores. A disposição em aterros torna-se inviável, já que apresentam baixa compressibilidade e degradação muito lenta.

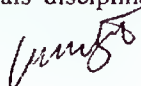
Considerando a dificuldade para a disposição das carcaças de pneus em aterros sanitários tem havido uma tendência da população em abandonar os pneus em cursos de água, terrenos baldios e beiras de estradas, que agravam ainda mais o problema. Todo pneu, em algum momento, se transformará em um resíduo potencialmente danoso à saúde pública e ao meio ambiente. Para acabar com isso, uma solução adequada à sua destinação final deve ser adotada. Pesquisas vêm sendo realizadas, principalmente no exterior, em busca do desenvolvimento de novas tecnologias de reutilização, seja na forma inteira, como borracha reciclada, ou como combustível, na geração de energia.

Na sua forma inteira, os pneus podem ser aplicados em obras de contenções nas margens de rios para evitar desmoronamentos; como recifes artificiais, na construção de quebra-mares; na construção de equipamentos para parques infantis; no controle de erosão etc. Inteiros podem, ainda, ser utilizados como combustível em fábricas de celulose e papel, em fornos de cimento e em usinas termelétricas.

O pneu apresenta uma estrutura complexa, formada por diversos materiais como: borracha, aço e tecido (náilon ou poliéster), que visam conferir as características necessárias ao seu desempenho e segurança. Do ponto de vista ambiental, a reciclagem dessas matérias-primas seria a solução mais satisfatória, mas o pneu, no sentido exato do termo, não é verdadeiramente reciclável. Isso porque o seu caráter compósito, bem como a irreversibilidade da reação de vulcanização, tornam impossível reobter as matérias-primas iniciais. No entanto, é possível recuperar e reutilizar parte deles. Os pneus são cortados e triturados, em várias operações de separação dos diferentes materiais, que permitem a recuperação dos materiais, obtendo-se borracha pulverizada ou granulada, que irá ter diversas aplicações, como: em misturas asfálticas, em revestimentos de quadras e pistas de esportes, na fabricação de tapetes automotivos, adesivos etc. É importante observar que, quando analisados os vários mercados para utilização de borracha de pneus inservíveis, somente dois apresentam potencial para utilização de número significativo de pneus: o energético e de misturas asfálticas. Estudos indicam que cada tonelada de mistura asfáltica pode incorporar a borracha de 2 a 6 pneus, o que garante uma grande capacidade de aproveitamento.

Há portanto viabilidade em propor que, mediante indução legal, o Estado contribua para que os fabricantes e importadores de pneumáticos, portanto os agentes que dão causa ao crescimento da quantidade de pneus, sejam levados a recuperação do meio ambiente que não pode ser sofrer danos indefinidamente por falta de destino adequado a um produto descartado livremente.

Embora haja uma Resolução do CONAMA com o mesmo objetivo, e várias Leis estaduais e municipais disciplinando a questão da destinação de pneumáticos inservíveis,



entendemos que a importância da matéria exige um tratamento legal de maior *status*, ficando a normatização de procedimentos e definições ao encargo do órgão ambiental federal, amparada por uma LEI específica.

Assim, rogo aos nobres pares pela aprovação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2001.


Deputado MARCIO BITTAR

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E
ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE
CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999

DISPÕE SOBRE A ESPECIFICAÇÃO DAS
SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS CONDUTAS E
ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, nos §§ 2º e 3º do art. 16, nos arts. 19 e 27 e nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, nos arts. 2º, 3º, 14 e 17 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, no inciso IV do art. 14 e no inciso II do art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no art. 1º da LEI Nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987, no art. 1º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, no 2º do art. 3º e no art. 8º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, nos arts. 4º, 5º, 6º e 13 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, e nos arts. 11, 34 e 46 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as sanções do presente diploma legal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

Art. 2º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos; e

XI - reparação dos danos causados.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições deste Decreto e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido, por irregularidades, que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou pela Capitania dos Portos do Comando da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos do Comando da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de compromisso de reparação de dano.

§ 6º A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do "caput" deste artigo, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, objeto de infração administrativa serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

a) libertados em seu habitat natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;

b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou

c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, até implementação dos termos antes mencionados;

III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados pela autoridade competente às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos arrecadados para a preservação, melhoria e qualidade do meio ambiente, correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais à conta do beneficiário;

V - os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo órgão responsável pela apreensão, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem;

VI - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após prévia avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VII - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator;

VIII - os veículos e as embarcações utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade competente, somente serão liberados mediante o pagamento da multa, oferecimento de defesa ou impugnação, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1916, até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

IX - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, de que trata este parágrafo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

X - a autoridade competente encaminhará cópia dos termos de que trata este parágrafo ao Ministério Público, para conhecimento.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI, VII e IX do "caput" deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

§ 8º A determinação da demolição de obra de que trata o inciso VIII do "caput" deste artigo, será de competência da autoridade do órgão ambiental integrante do SISNAMA, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

§ 9º As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença, permissão ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

§ 10. Independentemente de existência de culpa, é o infrator obrigado à reparação do dano causado ao meio ambiente, afetado por sua atividade.

PROJETO DE LEI N.º 6.298, DE 2002

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes, a proceder o recolhimento, quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

Art. 1º As empresas produtoras de disquetes para uso em computador que se instalarem no país ficam obrigadas a criar programa de recolhimento, reciclagem ou destruição do produto, sem causar poluição ambiental.

Art. 2º - As empresas produtoras, distribuidoras ou que comercializam o produto deverão colocar em seus estabelecimentos, à disposição do público, serviço de coleta de disquetes usados ou danificados destinados à destruição.

§ 1º - Ao receber o produto, a empresa deverá expedir nota de entrada, e uma das vias deverá ser encaminhada ao órgão estadual de meio-ambiente para efeito de controle e fiscalização.

§ 2º - O material recolhido deverá ser repassado à distribuidora ou ao fabricante, que deverá emitir nota de recolhimento do produto.

Art. 3º - As empresas produtoras deverão promover campanhas, fazendo veicular propaganda esclarecendo os usuários sobre

os riscos para o meio ambiente de se jogarem disquetes em locais não apropriados e os benefícios de se recolhê-los para posterior destruição.

Parágrafo único - Entende-se por locais apropriados as urnas que armazenarão os disquetes inválidos.

Art. 4º - O descumprimento de qualquer dos dispositivos desta lei implicará em multa a ser fixada pelo Ministério do Meio-Ambiente, por infração, podendo, na reincidência, representar dez vezes o valor aplicado na infração anterior.

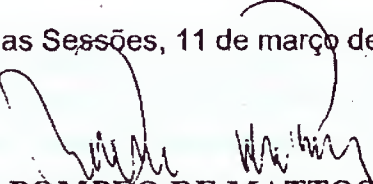
Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

O disquete possui, em sua composição material, poliestireno e poliéster, que levam anos para se decompor naturalmente, contribuindo para causar danos irreparáveis ao meio ambiente. Aliado ao processo de desmatamento constante das nossas florestas e ao fato de que outros produtos químicos e tóxicos são lançados em nossos rios, o disquete é mais um que polui. Temos o dever de evitar que mais esse produto prejudique a natureza. Colocando as empresas partícipes dos processos de fabricação e comercialização como responsáveis pelo recolhimento e pela destruição dos disquetes inválidos, estaremos contando com mais um aliado economicamente poderoso para a preservação do meio ambiente e alertando os usuários de disquetes para os prejuízos que poderão causar à qualidade de vida em nosso planeta. Este projeto tem o intuito de conscientizar as pessoas para o fato de que os mínimos atos praticados pelo homem, somados, poderão no futuro contribuir para a destruição do

sistema ecológico. Qualquer contribuição, mínima que seja, quando feita por cada um de nós, será um grande passo para a melhoria da qualidade de vida no planeta.

Sala das Sessões, 11 de março de 2002.


POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
PDT - RS

13/03/02

PROJETO DE LEI
N.º 6.483, DE 2002
(Do Sr. Pedro Bittencourt)

Dispõe sobre a aquisição de cartuchos de "toner" e de tinta, para fotocopiadoras, impressoras microfotográficas, impressoras a laser, a jato de tinta e similares, pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)


O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A aquisição de cartuchos de "toner" e de tinta, para fotocopiadoras, impressoras microfotográficas, impressoras a laser, a jato de tinta e similares, pelos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, deverá obedecer às disposições constantes da presente lei.

Art. 2º Nas aquisições a que se refere o art. 1º desta lei será dada prioridade a produtos, remanufaturados no Brasil, certificados quanto a sua qualidade e quanto ao atendimento da legislação ambiental pela empresa remanufaturadora, observado o devido processo licitatório.

Parágrafo único. A qualificação técnica das empresas remanufaturadoras de cartuchos de "toner" e de tinta para fotocopiadoras e impressoras deverá ser comprovada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que informem a adequação e qualidade dos produtos a serem fornecidos, bem como pelas licenças ambientais pertinentes, expedidas pelo órgão público competente.

Art. 3º Os editais de licitação para aquisição de cartuchos de "toner" e de tinta, para fotocopiadoras, impressoras microfotográficas, impressoras a laser, a jato de tinta e similares, deverão dispor que os fornecedores de cartuchos remanufaturados ficam obrigados a reparar as



fotocopiadoras e impressoras em que serão utilizados os produtos, em caso de defeitos que vierem a ocorrer, em razão do uso dos referidos produtos.

Art. 4º As disposições desta lei não se aplicam:

I - a equipamentos para os quais não se disponha de cartuchos de marca similar à original, remanufaturados no país;

II - quando as características relacionadas a preço, custo ou ciclo de vida útil do cartucho remanufaturado sejam menos vantajosas do que as dos produtos novos ainda não remanufaturados;

III - a inexistência no mercado, de cartuchos remanufaturados, nas quantidades mínimas necessárias ao atendimento do órgão ou entidade adquirente;

IV - a cartuchos de "toner" ou de tinta, que acompanham fotocopiadoras ou impressoras novas, como parte integrante da aquisição inicial.


Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A utilização de remanufaturados, numa grande amplitude de espécies, é tendência cada vez mais destacada nos tempos atuais.

Uma das razões para tal foi o aperfeiçoamento da tecnologia e dos processos de reaproveitamento de produtos usados, do que resulta qualidade em nada inferior ao produto novo. Todavia, a principal motivação para que se busque estimular essa prática reside na constatação de que vivemos num ambiente de crescente escassez de recursos, cuja dilapidação deve ser evitada de todas as maneiras.

Mais do que isso, o imperativo de recuperação e conservação de um meio ambiente que se degrada a olhos vistos obriga a que se tomem providências sistemáticas, similares ao comportamento observado nos

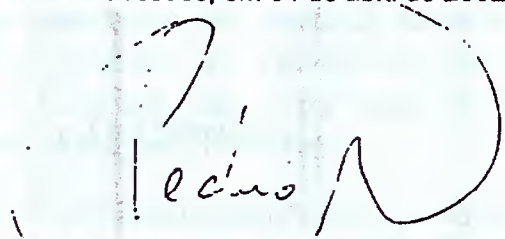


países desenvolvidos, de modo a colir a indesejável e evitável multiplicação de resíduos de difícil degradação biológica.

Desta forma, no tocante a cartuchos de "toner" e tinta, para fotocopiadoras, impressoras microfotográficas, impressoras a laser, a jato de tinta e similares, é cada vez mais crescente a atividade da remanufatura, sobretudo em países como os Estados Unidos, Espanha, Alemanha e França, chegando inclusive o poder público americano a regular a prioridade de produtos remanufaturados, através de lei, editando no ano de 1992 a LEI PÚBLICA 102 393 06 DE OUTUBRO.

Esta a razão do projeto que ora apresentamos, o qual, a par do significado de estímulo à produtividade brasileira e de contribuição para reduzir gastos públicos, representa importante avanço nos esforços de conservação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2002.



Deputado PEDRO BITTENCOURT

PROJETO DE LEI
N.º 6.518, DE 2002
(Do Sr. José Carlos Coutinho)

Estabelece a instalação de aparelhos de compactação e incineração de lixo hospitalar em hospitais, clínicas, laboratórios e entidades assemelhadas, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Ficam obrigados a instalar aparelhos de compactação e incineração de lixo patológico, no prazo máximo de 6(seis) meses, hospitais, clínicas, centros de saúde, laboratórios e assemelhados.

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'C' or a similar symbol, located to the right of the text.

Parágrafo único - O lixo será acondicionado em sacos plásticos e submetido às operações de compactação e incineração na área externa às unidades de saúde.

Art.2º Serão fornecidos ao pessoal encarregado do manuseio do lixo hospitalar, equipamentos de proteção individual, além de esclarecimentos da melhor técnica pertinente ao exercício de suas funções.

Art.3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90(noventa) dias a contar de sua publicação.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O manuseio irregular do lixo patológico ou hospitalar, por pessoas tecnicamente despreparadas, têm ofertado à população alto grau de risco, consistindo atualmente em importante fator de



propagação e disseminação de doenças contagiosas, além de outros incômodos à saúde.

Não se lhe pode conceder tratamento similar ao dado a outras espécies de lixo não contaminante. Impõe-se providências destinadas a elidir o risco que apresenta assim para a população como para os que com ele lidam.

Os modernos aparelhos de compactação e incineração de lixo, já com adoção plena nos países desenvolvidos, resolvem a contendo o problema. Tanto que constituem um elemento determinante de diminuição dos índices de infecção hospitalar.

Assim, o objetivo da presente medida é garantir a saúde da população, sem embargo de garantir também a dos que trabalham com o refugo hospitalar, mediante a adoção de medidas que, postas em prática, diminuirão dos gravames à saúde, sobre tornar efetivo os arts. 196 e 197 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2002.



Deputado José Carlos Coutinho
PFL-RJ

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**

.....

**CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL**

.....

**Seção II
Da Saúde**

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

.....

.....

**PROJETO DE LEI
N.º 6.970, DE 2002
(Do Sr. José Carlos Coutinho)**

Estabelece a obrigatoriedade da coleta e disposição final de baterias de telefones celulares, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PL-203/1991.)

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os estabelecimentos que comercializam baterias para telefones celulares ficam obrigadas a receber as mesmas, depois de usadas, em quantidade igual à que esta sendo adquirida.

§1º As baterias usadas serão recebidas, em devolução, por um valor correspondente a, pelo mesmo, 10%(dez por cento) do preço de venda ao consumidor, naquele estabelecimento, de produto novo idêntico ao que está sendo devolvido.

§2º Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo deverão manter, em local visível, recipientes apropriados para o recolhimento das baterias devolvidas.

Art.2º Os fabricantes e importadores de baterias para telefones celulares ficam obrigados a estabelecer mecanismos para disposição final, reciclagem ou reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores.

§1º Os fabricantes e importadores citados no *caput* deste artigo deverão proceder, periodicamente, ao recolhimento das baterias usadas, depositadas nos estabelecimentos comerciais referidos no art.1º desta Lei.

§2º Fica proibida a disposição de baterias para telefones celulares em depósitos públicos, bem como sua incineração.

Art.3º A publicidade referente a baterias para telefones celulares e as embalagens das mesmas deverão conter advertência sobre os riscos que essas baterias oferecem à saúde humana e ao meio ambiente.

Art.4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180(cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposição em contrário.



Justificativa

Em todo mundo tem havido uma preocupação crescente com os graves riscos ao meio ambiente, associados a um uso cada vez mais intenso de pilhas e baterias.

Na composição de pilhas e baterias entram diversos metais pesados, que oferecem sérios riscos à saúde e ao meio ambiente. A prática atual de simples lançamentos desses produtos em aterros sanitários leva à contaminação do solo, do lençol freático e dos cursos d'água; a incineração dos mesmos ocasiona, adicionalmente, poluição atmosférica.

O objetivo da presente proposição é propor aos fabricantes e importadores de baterias para telefones celulares que sejam responsabilizados pelas providências necessárias a uma adequada disposição final para esses produtos.

Diante do exposto solicito a aprovação da presente medida pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões em, 12 de Junho de 2002.


Deputado José Carlos Coutinho
PFL-RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI
N.º 13, DE 2003
(Da Sra. Iara Bernardi)

Estabelece condições para a entrada de pneus importados no País.

DESPACHO:
APENSE-SE A(O) PL 203/1991.

Apreciação:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A entrada de pneus importados, novos ou usados, no País só será autorizada se o importador comprovar que já deu destinação ambientalmente adequada a uma quantidade de pneus inservíveis equivalente a pelo menos vinte e cinco por cento dos pneus originários das importações anteriores por ele efetuadas, mais igual percentual do volume que pretende desembarcar.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis aquela que:

I — seja capaz de eliminar a presença do pneu no meio ambiente, transformando-o em matérias-primas, em materiais inertes, ou em fonte energética;

II — não provoca poluição de qualquer espécie do ar, do solo ou da água.

Parágrafo único. Não se considera, para os efeitos desta Lei, o reaproveitamento de pneus, inclusive mediante acondicionamento, como destinação ambientalmente adequada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A importação de pneus, principalmente de pneus usados, tem sido polêmica, em razão dos problemas ambientais decorrentes do descarte desses objetos, após tomarem-se inservíveis. Há suspeitas, inclusive, de que a importação de pneus usados é, na realidade, uma prestação de serviço a países estrangeiros, que, desta forma, ficam livres de um lixo de difícil tratamento e destinação.

Para se ter uma idéia das dimensões do problema, no nível internacional, estima-se que só nos Estados Unidos da América perto de três bilhões de pneus usados estejam acumulados, formando verdadeiras montanhas, a espera de algum destino. Na Europa Ocidental, no Japão e em outros países ricos, o quadro é igualmente grave.

O descarte irresponsável de pneus usados é altamente prejudicial à sociedade. A água das chuvas, acumulada em pneus empilhados ou jogados em terrenos baldios, constitui um dos principais focos de reprodução de mosquitos hematófagos, como os transmissores da dengue e da febre amarela ("Aedes aegypti"). Suspeita-se, inclusive, que essas doenças foram reintroduzidas na América do Sul via importação de pneus usados, pois os ovos dos mosquitos podem sobreviver por vários meses em ambiente seco.

Pneus são os principais causadores de entupimentos de galerias de águas pluviais e de canais de escoamento dos rios urbanos, origem das enchentes que anualmente assolam a maioria das grandes cidades brasileiras. Basta observar, para comprovar esse fato, a enorme quantidade de pneus velhos que são retirados nas operações de dragagem dos rios Tietê e Pinheiros, em São Paulo, freqüentemente mostradas pela televisão.

A ausência de uma disposição ou reciclagem adequada e sistemática dos pneus usados está, portanto, na origem de enormes prejuízos materiais e de muito sofrimento à população, tanto pelos efeitos negativos sobre a saúde pública, como pelos transtornos causados aos sistemas de macro e de microdrenagem urbana.

É necessário, portanto, investir no desenvolvimento tecnológico de alternativas para disposição ou destruição de pneus usados. Mesmo que se alegue que as alternativas existentes são caras, é óbvio que quem consome pneus deve pagar pela disposição adequada dos mesmos, quando não mais servirem para uso. A incorporação deste custo ambiental, com certeza, será muito mais justa do que os custos sociais hoje impostos a toda a população.

Temos certeza de que, a partir do momento em que os importadores de pneus tiverem que dar uma solução adequada para o problema, como condição essencial para a continuidade de seus negócios, rapidamente aparecerão soluções técnica e economicamente viáveis para a reciclagem dos pneus inservíveis.

Contamos, assim, com o apoio dos ilustres Pares desta Casa para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2002.

Deputada IARA BERNARDI
PT-SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 121, DE 2003

(Do Sr. Leonardo Mattos)

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus princípios, objetivos e instrumentos, e estabelece diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos.

(APENSE-SE AO PL Nº 203/1991)

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei, com fundamento nos incisos VI, VIII e XII do art. 24 e no art. 225 da Constituição, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus princípios, objetivos e instrumentos e estabelece diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos.

Art. 2º. Os rejeitos radioativos regem-se por legislação específica, não se lhes aplicando as disposições desta Lei.

Art. 3º. Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, o disposto em normas regulamentadoras do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Certificação da Qualidade.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – resíduos – materiais resultantes de processo de produção, transformação, utilização ou consumo, oriundos de atividades humanas ou animais, ou decorrentes de fenômenos naturais, a cujo descarte se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder;

II - resíduos sólidos - os resíduos que se apresentam no estado sólido, os resíduos gasosos contidos em recipientes, os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgotos, os resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como os efluentes líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento final em rede pública de esgotos ou corpos d'água ou exijam, para isto, soluções técnicas ou economicamente inviáveis;

III- gestão de resíduos sólidos – o processo que compreende atividades referentes à tomada de decisões estratégicas quanto aos aspectos institucionais, administrativos, operacionais, financeiros e ambientais com relação à limpeza urbana, envolvendo políticas, instrumentos e meios;

IV - gerenciamento integrado de resíduos sólidos – sistema de gestão dos processos internos ou externos de segregação, acondicionamento, identificação, coleta, manipulação, transporte, armazenamento, tratamento, e destinação final dos resíduos sólidos;

V - limpeza urbana - o conjunto de ações, exercidas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativas aos serviços públicos de coleta, remoção, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos comuns, incluindo os serviços de limpeza pública;

VI- limpeza pública – o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativas aos serviços de varrição de vias, praças, mercados, feiras e demais logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, além de outros serviços como poda, capina, raspagem, sacheamento e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes dessas atividades, visando a salubridade ambiental, a conservação e o embelezamento da cidade.

VII- lixo - resíduos sólidos comuns, ou a essa classificação equiparados, produzidos individual ou coletivamente, pela atividade humana ou animal, ou por fenômenos naturais em áreas urbanas, nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem estar da população, não enquadrados como resíduos perigosos.

VIII- aterro sanitário – a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, por meio de confinamento em camadas cobertas com material inerte, segundo normas técnicas específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança, minimizando os impactos ambientais, incluindo impermeabilização lateral e inferior do terreno, drenagem de águas pluviais, coleta e tratamento de líquidos percolados e coleta do biogás;

IX- aterro controlado – a técnica de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, por meio de confinamento em camadas cobertas com material inerte, segundo normas técnicas específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança, minimizando os impactos ambientais, sem promover a coleta e tratamento de líquidos percolados e a coleta e queima do biogás;

X- aterro industrial – técnica de disposição final de resíduos sólidos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, que evita a contaminação de águas superficiais, pluviais e subterrâneas, minimiza os impactos ambientais e utiliza princípios específicos de engenharia para a confinação desses resíduos;

XI- coleta convencional – consiste no conjunto da coleta de resíduos sólidos domiciliares, feita porta a porta;

XII- coleta seletiva – o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos previamente segregados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento e destinação final;

XIII- área de estocagem temporária – procedimento de controle, caracterizado pela contenção temporária de resíduos em área autorizada ou licenciada pela autoridade ambiental competente, à espera de reciclagem, recuperação, tratamento, ou disposição final, ou, ainda, à espera de alternativa que seja técnica, ambiental e economicamente viável, atendendo às condições de segurança estabelecidas pelas normas pertinentes. Caberá à autoridade ambiental competente a fixação do prazo limite de estocagem de cada um dos resíduos específicos, considerando as alternativas de disposição final regional, os estudos ambientais apresentados no processo de licenciamento, as condições operacionais da estocagem e os prazos limites estabelecidos pela autoridade ambiental competente;

XIV- compostagem - o processo de decomposição biológica de fração orgânica biodegradável de resíduos sólidos, efetuado por uma população diversificada de organismos em condições controladas;

XV - unidade de compostagem - a instalação dotada de pátio de compostagem o conjunto de equipamentos destinados a promover ou auxiliar o tratamento de frações orgânicas dos resíduos sólidos;

XVI- desperdício - o ato de produzir, consumir ou dispor de algo além do que é socialmente necessário ou ambientalmente sustentável, contribuindo para o aumento de geração de resíduos sólidos;

XVII- redução de resíduos sólidos - a diminuição de quantidade, em volume ou peso, tanto quanto possível, de resíduos sólidos gerados, tratados ou dispostos;

XVIII- valorização de resíduos - operação que permite a requalificação de resíduos, notadamente por meio de reutilização, reciclagem, valorização energética e tratamento para outras aplicações;

XIX- material secundário ou co-produto - material requalificado por meio de processos ou operações de valorização, para o qual exista utilização técnica, ambiental e economicamente viável;

XX- incineração - o processo físico-químico que emprega destruição térmica via oxidação a alta temperatura para destruir a fração orgânica e reduzir o volume do resíduo;

XXI- reciclagem - o processo de transformação de resíduos sólidos que envolve a alteração das propriedades físicas e físico-químicas dos mesmos, tornando-os insumos destinados a processos produtivos;

XXII- reutilização - o aproveitamento do resíduo sem transformação física ou físico-química, assegurado, quando necessário, o tratamento destinado ao cumprimento dos padrões de saúde pública e meio ambiente;

XXIII- nova unidade - qualquer unidade de tratamento cuja construção ou modificação substancial tenha começado pelo menos um ano depois da data da entrada em vigor da presente Lei;

XXIV- lixão - forma de disposição inadequada do lixo em vazadouros a céu aberto, sem a devida preocupação com as consequências para o meio ambiente (contaminação do solo e do lençol freático, pelo chorume, e do ar, pela emissão de gases), com os riscos à saúde pública e os problemas sociais advindos da catação nesses locais;

XXV- disposição final - a colocação de resíduos sólidos em aterro sanitário/industrial devidamente licenciado onde possam permanecer por tempo indeterminado, em estado natural ou transformados em material adequado a essa permanência, sem causar dano ao meio ambiente e à saúde pública;

XXVI- co-processamento – processo de destruição térmica de resíduos em alta temperatura, em equipamentos devidamente licenciados para este fim, com aproveitamento de poder calorífico ou de matérias primas.

XXVII - unidades receptoras de resíduos - são as instalações licenciadas pelas autoridades ambientais para a recepção, segregação, tratamento ou destinação final de resíduos.

Art. 5º - Os resíduos sólidos, quanto à origem, classificam-se em:

I - resíduos sólidos de geração difusa - são os resíduos urbanos/lixo produzidos individual ou coletivamente, de forma extensiva e disseminada, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, de geração não circunscrita e não identificável, abrangendo os resíduos provenientes de limpeza e varrição de ruas e logradouros públicos, inclusive aqueles cujo gerenciamento possa exigir procedimentos diferenciados;

II - resíduos sólidos de geração determinada - são os resíduos produzidos de forma intensiva e determinada, de geração circunscrita e identificável, abrangendo os resíduos industriais e de mineração, de serviços de saúde, de atividades rurais, de serviços de transporte, da construção civil, de comércio e de serviços, de tratamento de água e esgoto, inclusive os que exigem procedimentos diferenciados, tais como resíduos radioativos e da indústria bélica.

Art. 6º. Os resíduos sólidos, quanto à natureza, observarão a classificação adotada pelas normas técnicas regulamentadoras, editadas nos termos do artigo 3º, que considerarão o grau de nocividade ou a intensidade da periculosidade em potencial oferecidos pelos resíduos sólidos à saúde pública e ambiental, em razão de sua natureza tóxica, inflamável, reativa, corrosiva ou radioativa, independentemente de sua origem.

Art. 7º. Os resíduos sólidos, quanto à forma de gerenciamento, classificam-se em:

I - resíduos sólidos comuns, provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, bem como os resíduos de limpeza pública e urbana;

II - resíduos sólidos especiais, aqueles que necessitam ou podem necessitar de gerenciamento específico, em razão de sua tipologia ou quantidade, subdivididos em:

- a) resíduos industriais e de mineração;
- b) resíduos de serviços de saúde;
- c) resíduos rurais;
- d) resíduos de transportes;
- e) resíduos radioativos;

- f) resíduos da construção civil;
- g) resíduos do comércio e de serviços;
- h) resíduos tecnológicos;
- i) resíduos de pneumáticos;
- j) resíduos de explosivos e armamentos;
- k) resíduos de embalagem;
- l) lodo de esgoto.

Parágrafo único - As autoridades ambientais competentes, por meio de normas regulamentadoras, poderão classificar como resíduos sólidos especiais outros tipos de resíduos.

Art. 8º. Para fins de regulamentação desta Lei, especialmente dos artigos 5º, 6º e 7º, poderão ser adotadas subclassificações específicas.

Capítulo II

DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 9º. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, desenvolvida em consonância com as políticas nacionais de meio ambiente, de recursos hídricos, de saneamento básico, urbana, de educação ambiental, agrícola, de ação social, de saúde pública, e das demais políticas relativas ao saneamento ambiental, atenderá aos seguintes princípios:

I - descentralização político-administrativa;

II – planejamento regional estabelecido em lei, ou da cooperação regional voluntária entre os entes federados para o tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

III - busca da universalização e regularidade do atendimento nos serviços públicos de limpeza urbana, promovendo-se a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população urbana, dentro dos padrões de salubridade indispensáveis à saúde humana e aos seres vivos;

IV – mobilização social, da educação ambiental, da regulamentação e fiscalização do manejo de resíduos nas áreas urbana e rural;

V - constituição de sistemas de provisionamento de recursos financeiros que promovam a continuidade de atendimento dos serviços de limpeza urbana, tratamento de resíduos e implantação de sistemas de disposição final, com vistas à proteção do meio ambiente e da saúde pública;

VI - proteção dos direitos e obrigações dos usuários e dos prestadores dos serviços de limpeza urbana, em especial no que se refere à promoção da continuidade e qualidade na sua prestação;

VII - responsabilidade compartilhada entre o Poder Público e a sociedade, assegurando a participação da população no controle e acompanhamento da prestação dos serviços de limpeza urbana e no gerenciamento dos resíduos sólidos, nos termos da legislação pertinente;

VIII - responsabilidade dos produtores ou importadores de matérias primas, produtos intermediários ou acabados, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, administradores e proprietários de área de uso público e coletivo, coletores e operadores de resíduos em qualquer das fases de gerenciamento;

IX - responsabilidade pós-consumo compartilhada entre o Poder Público, os fabricantes, importadores, comerciantes e o consumidor, de maneira que este último cumpra as determinações de separação do lixo domiciliar e de adequada disponibilização para coleta;

X - cooperação entre o Poder Público, o setor produtivo e a sociedade;

XI - direito à informação quanto ao potencial impacto dos produtos e serviços sobre o meio ambiente e a saúde pública, bem como respectivos ciclos de vida e etapas;

XII - gestão e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, considerando, sempre, o ciclo total do produto e todas as etapas dos serviços, sem privilégio de formas de tratamento;

XIII - limitação da fabricação e da importação de produtos cujas características dos resíduos impossibilitem a reciclagem, a reutilização, a aplicação de outros métodos de destinação final ou a utilização para a produção de energia;

XIV - mobilização social e educação para limpeza urbana em consonância com os fundamentos da Política Nacional de Educação Ambiental;

XV - precedência das soluções de redução, reutilização e reciclagem às formas de disposição final;

XVI - incentivo à pesquisa e à capacitação profissional para a gestão integrada, implantação e desenvolvimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

XVII - poluidor pagador;

XVIII - compatibilidade e simultaneidade entre a expansão urbana e a prestação de serviço de limpeza urbana;

XIX - incentivo sistemático às atividades de reutilização, coleta seletiva, compostagem e reciclagem de resíduos.

Art. 10. A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem por objetivos:

- I – integrar e articular ações relativas à gestão de resíduos sólidos;
- II - disciplinar a gestão, reduzir a quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos;
- III - preservar a saúde pública, proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente, eliminando os prejuízos causados pela geração ou disposição inadequada de resíduos sólidos;
- IV - formar uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos e serviços que preservem a saúde pública, que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos e de seu adequado manejo, bem como sobre a relevância da separação e adequada disponibilização do lixo domiciliar para fins de coleta;
- V - gerar incentivos aos Municípios que se dispuserem a licenciar, em seus territórios, instalações que atendam às ações de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- VI - estimular e valorizar as atividades de coleta de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fomentar o reaproveitamento de resíduos como matérias primas e fontes de energia;
- VIII - propugnar pela imediata regularização, ou na impossibilidade dessa medida, pelo encerramento das atividades e extinção de locais que se prestem a inadequada destinação de resíduos sólidos.

Parágrafo único - Para alcançar esses objetivos, cabe ao Poder Público, no limite dos recursos que sejam alocados às ações respectivas pelas leis orçamentárias anuais:

- I - supervisionar e fiscalizar o gerenciamento dos resíduos sólidos executado pelos diversos responsáveis, de acordo com as competências e obrigações estabelecidas;
- II - desenvolver e implementar ações relativas ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos;
- III – implementar ações de licenciamento ambiental;
- IV - fomentar:
 - a) a adoção de métodos, técnicas e processos no gerenciamento dos resíduos sólidos e na prestação dos serviços de limpeza urbana que privilegiem a minimização desses resíduos;
 - b) o desenvolvimento, a produção e a utilização de bens e serviços com menor potencial de geração de resíduos em todo o ciclo de vida;

- c) a reutilização de produtos;
- d) a destinação dos resíduos sólidos de forma não prejudicial à saúde pública e compatível com a conservação do meio ambiente;
- e) a formação de cooperativas ou associações de trabalhadores autônomos que realizem a coleta, transporte, triagem e beneficiamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;
- f) a ampliação de mercado para materiais secundários e produtos reciclados direta ou indiretamente;
- g) a capacitação dos recursos humanos envolvidos em atividades relacionadas com o gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive a proteção e a assistência à saúde física e mental do trabalhador envolvido na operação dos serviços de limpeza urbana;
- h) o desenvolvimento, a apropriação, a adaptação, o aperfeiçoamento e o uso efetivo de tecnologias adequadas ao gerenciamento de resíduos sólidos;
- i) a divulgação de informações de interesse à proteção do meio ambiente relativas aos produtos comercializados e aos serviços prestados, especialmente declaração de composição e de riscos, bem como análise do ciclo de vida, rotulagem e certificação;
- j) o estímulo à cooperação nos níveis internacional, interestadual e intermunicipal visando à solução de problemas relativos aos resíduos sólidos;
- k) a implementação de ações de educação ambiental, em especial as relativas a padrões sustentáveis de consumo;
- l) a adoção de soluções locais ou regionais no encaminhamento dos problemas relativos ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- m) a valorização dos resíduos sólidos, por meio da reciclagem de seus componentes, recuperação energética ou tratamento para fins de compostagem;
- n) o estímulo à implantação de unidades de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, observando-se a política de integração federativa.

Art. 11. São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I- o sistema integrado de informações estatísticas, voltado à sistematização de dados relativos às várias modalidades de ações no campo dos resíduos sólidos, incluído os propiciados pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

II- o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos;

III- a definição de indicadores, para o estabelecimento de padrões, visando a gestão de resíduos sólidos;

IV- o estabelecimento de metas e prazos para cumprimento desta Lei;

V - a cooperação técnica, científica e financeira;

VI - os Fundos Nacional, Distrital e Municipais de Resíduos Sólidos, com suas programações orientadas para a produção, instalação e operação de sistemas e processos, para a criação, absorção ou adequação de tecnologias e para iniciativas de educação ambiental, em consonância com as prioridades definidas pela lei de diretrizes orçamentárias do exercício;

VII - o fomento ao desenvolvimento de pesquisa de tecnologias adaptadas às necessidades e especificidades locais, destinadas à produção, instalação e operação de sistemas e processos, objetivando a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos;

VIII - os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;

IX - o controle e a fiscalização;

X - as sanções penais e administrativas ;

XI - a educação ambiental;

XII - o sistema de coleta, beneficiamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos;

XIII - a instituição, quando decidido pelo Município ou pelo Distrito Federal, de valores de custeio e remuneração para o conjunto dos serviços de limpeza urbana.

Capítulo III

DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O gerenciamento de resíduos sólidos tem por finalidade:

I - a redução da quantidade e nocividade dos resíduos gerados;

II - a reutilização, a recuperação ou a reciclagem de resíduos que não puderem ser evitados;

III- a disposição final realizada de maneira a assegurar a proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

Art. 13. Os sistemas de gerenciamento de resíduos da limpeza urbana, de resíduos especiais e de resíduos perigosos serão objeto, conforme disposto nesta Lei:

I - Plano Municipal ou Distrital de Gerenciamento de Resíduos Urbanos;

II - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais; e

III- Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos.

§ 1º - Os planos de gerenciamento que trata este artigo deverão contemplar, além dos princípios estabelecidos nesta Lei, no mínimo o quanto segue:

I - a origem, a caracterização e a quantidade de resíduos gerados;

II - os procedimentos a serem adotados na segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, conforme a classificação dos resíduos, indicando-se os locais e condições onde essas atividades serão implementadas;

III- as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes obedecida a legislação específica aplicável;

IV- a designação do responsável técnico pela elaboração e execução do plano, além da obrigatoriedade de apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pela entidade profissional competente do local da execução;

V- a indicação do projeto básico, acompanhado de planilha orçamentária;

VI - o prazo para a destinação final dos resíduos;

§ 2º - O Plano Municipal ou Distrital de Gerenciamento de Resíduos Urbanos deverá contemplar padrões mínimos de qualidade dos serviços a serem ofertados aos usuários, inclusive no que se refere à garantia do atendimento à população de baixa renda.

§ 3º- Os Municípios ou o Distrito Federal, em conformidade com o zoneamento ambiental e o Plano Diretor se houver, indicarão, ouvidas as autoridades ambientais competentes, as áreas adequadas para o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos, de forma a:

I- preservar o meio ambiente;

II- impedir a contaminação dos recursos hídricos;

III- impedir a drenagem de líquidos originados dos resíduos sólidos para os corpos d'água superficiais;

IV- localizar-se em posição favorável no que diz respeito aos ventos dominantes, a fim de impedir o transporte de poeira e gases e a propagação de ruído excessivo para as áreas urbanizadas;

V- garantir a segurança e a proteção à saúde pública.

Art. 14. Os Planos Municipais ou Distrital de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais e os Planos de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, serão submetidos às disposições constantes da presente Lei e à análise das autoridades ambientais competentes.

Parágrafo único - Autoridades ambientais competentes fixarão metas e prazos para o cumprimento do disposto no caput.

Art. 15. A definição das hipóteses de dispensa do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais caberá, nos termos das normas regulamentares, à autoridade ambiental competente.

Art. 16. Os Planos Municipais ou Distrital de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais e os Planos de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, deverão ser disponibilizados às autoridades públicas competentes para fins de fiscalização, registro e estatística.

Art. 17 . É vedado:

I - o lançamento de resíduos sólidos in natura a céu aberto, em áreas urbanas ou rurais;

II - a queima de resíduos sólidos a céu aberto ou em instalações, caldeiras ou fornos;

III - o lançamento de resíduos sólidos no mar, em terrenos baldios, margens de vias públicas, sistemas hídricos, praias, cavidades subterrâneas, áreas erodidas e poços ou cacimbas, mesmo que abandonados e em áreas de preservação permanente;

IV - o lançamento de resíduos sólidos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, gás, telefone e similares;

V - o tratamento e disposição final de resíduos sólidos em áreas de segurança aeroportuária.

Parágrafo único – Ressalvam-se nos incisos I, II e III as áreas ou empreendimentos especialmente licenciados para essas finalidades.

Seção II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 18. Os geradores de resíduos sólidos são responsáveis pelo seu gerenciamento, nos termos desta Lei e das demais disposições específicas aplicáveis.

Parágrafo único - O transporte de resíduos sólidos deverá ser realizado com estrita obediência das normas pertinentes.

Art. 19. Ressalvadas as hipóteses de responsabilidade exclusiva dos geradores de resíduos previstas nesta Lei, cabe aos fabricantes ou importadores de produtos que gerem resíduos sólidos especiais a co-responsabilidade com o Poder Público e com o consumidor final pelo gerenciamento desses resíduos.

Art. 20. O Poder Público é responsável pela implementação das ações de gerenciamento dos resíduos sólidos de geração difusa, observando-se a responsabilidade compartilhada prevista no art. 19.

Art. 21. O responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos especiais ou comuns, salvo disposição legal específica em contrário, poderá contratar terceiros para a execução de quaisquer das etapas do processo de gerenciamento de seus resíduos, os quais deverão estar devidamente licenciados pela autoridade ambiental competente.

§1º - A autoridade, ambiental competente disciplinará o licenciamento das pessoas físicas ou jurídicas cujas atividades estejam enquadradas na prestação de serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos previstos no caput.

§2º - A contratação prevista neste artigo deve estar expressa e detalhadamente prevista no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais ou nos Planos Municipal ou Distrital de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, a serem submetidos à apreciação da autoridade ambiental competente, nos termos desta Lei.

Art. 22. A pessoa física ou jurídica contratada para a execução de quaisquer das etapas do gerenciamento de resíduos sólidos especiais ou comuns, bem como os geradores desses resíduos, é co-responsável pelos atos praticados no exercício de sua atividade.

Parágrafo único - A contratação não licenciada pela autoridade ambiental competente, ou sem a expressa e detalhada previsão no respectivo Plano de Gerenciamento, devidamente aprovado, acarreta a responsabilização solidária de tantos quanto da relação jurídica tenham participado.

Art. 23. As pessoas obrigadas a manter sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos deverão prever, nos respectivos Planos de Gerenciamento, mecanismos que favoreçam a redução de volume, a reutilização, a valorização e a minimização de eventuais impactos ao meio ambiente.

Art. 24. O disposto nesta Subseção aplica-se, no que couber, ao Poder Público e aos por ele contratados.

Seção III

DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 25. O Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pelo planejamento e execução com regularidade e continuidade da limpeza urbana, exercendo a titularidade dos serviços em seus respectivos territórios, independentemente dos serviços serem prestados de forma indireta.

§ 1º - Os serviços de limpeza urbana classificam-se em:

I- serviços essenciais divisíveis, passíveis de delegação a particular, por meio de concessão ou permissão nos termos da lei: os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de lixo oriundo de fontes identificáveis;

II- serviços essenciais indivisíveis: os serviços gerais de limpeza urbana correlatos à manutenção da saúde pública e preservação ambiental para remoção, transporte, tratamento e disposição final do lixo oriundo de fontes dispersas;

III - serviços complementares: os demais serviços de limpeza e conservação urbana entre os quais os realizados com finalidades urbanísticas.

§ 2º - A prestação dos serviços mencionados no § 1º deverá adequar-se às peculiaridades e necessidades definidas pelo Distrito Federal ou pelo Município, nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

§ 3º - Os critérios de divisibilidade dos serviços, para efeitos de cobrança, serão fixados com base, dentre outros, nos seguintes indicadores:

I- a classificação dos serviços, nos termos do parágrafo único do art. 27;

II- a correlação com o consumo de outros serviços públicos;

III- a quantidade e frequência dos serviços prestados;

IV- avaliação histórica e estatística da efetividade de cobrança em cada região geográfica homogênea.

Art. 26. Para atender ao custo da implantação e operação dos serviços de limpeza urbana, o Distrito Federal e o Municípios poderão instituir taxa de limpeza urbana.

Art. 27. São considerados usuários dos serviços de limpeza urbana:

I - a pessoa física ou jurídica que gerar resíduos ou auferir efetivo e imediato ou mediato proveito, decorrente da prestação dos serviços de limpeza urbana, na condição de proprietário, condômino, titular do domínio útil ou possuidor, direto ou indireto e a qualquer título, de imóvel ou condomínio situado em via ou logradouro atendido pelos serviços de limpeza urbana;

II- a pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela coleta e remoção do lixo, no caso de concessão dos serviços de tratamento e destinação final;

III- o Distrito Federal ou o Município nos casos de concessão, isoladamente ou em consórcio, representando a comunidade ou parte dela.

Parágrafo único. Os usuários mencionados no inciso I, serão individualizados em relação à geração do resíduo de origem identificada ou não-identificada, segundo cadastro efetuado, com base em fatores que determinarão o índice de classificação de cada um, especialmente:

I - zoneamento da cidade em regiões geográficas homogêneas; e

II - tipo de edificação, natureza e destinação do imóvel ou do local de exercício da atividade.

Art. 28. Constitui obrigação dos usuários dos serviços de limpeza urbana, sob pena de responsabilização nos termos da lei:

I - adotar as medidas de redução de geração de resíduos estabelecidas pelas normas regulamentadoras;

II - dispor os resíduos comuns para a coleta em local acessível e acondicionados de forma apropriada, separando os resíduos secos dos resíduos orgânicos em recipientes distintos;

III - quando o Município ou Distrito Federal dispuser de sistema de coleta seletiva, selecionar e acondicionar os resíduos por tipos, de acordo com o previsto na própria legislação local;

IV - acondicionar os resíduos perigosos, cortantes ou perfurantes, em recipientes rígidos e vedados.

§1º- É proibida a disposição, pelo usuário, para coleta pelo sistema público, de resíduo perigoso quando existir um sistema de retorno obrigatório instituído pelas normas regulamentadoras.

§2º- Na hipótese de sistema de retorno obrigatório para resíduos especiais, o usuário deverá dispor os resíduos de acordo com o estabelecido por esse sistema.

Subseção I

DO FUNDO DISTRITAL OU MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Art. 29. Os Municípios e o Distrito Federal avaliarão a conveniência de implementar Fundo Distrital ou Municipal de Limpeza Urbana com a finalidade de assegurar a universalização do atendimento, a efetividade da proteção ambiental e da saúde pública e para dar suporte às ações voltadas à melhoria e à manutenção dos serviços de limpeza urbana na área territorial de sua jurisdição, independentemente da modalidade adotada para sua execução.

Art. 30. Os recursos dos fundos de limpeza urbana serão previstos na lei que os criar, consistindo especialmente em:

I- recursos orçamentários do Distrito Federal ou dos Municípios;

II- o produto da arrecadação de preços públicos de limpeza urbana;

III- transferências da União, Estados ou de Municípios vizinhos, destinadas à execução de planos e ações de interesse comum, na área dos resíduos sólidos;

IV- transferências destinadas à contrapartida financeira pelo recebimento de resíduos sólidos de Municípios vizinhos para fins de tratamento ou disposição final;

V- doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e recursos eventuais;

VI- rendas provenientes de aplicações financeiras;

VII- o saldo positivo do fundo, apurado em seu balanço do ano anterior;

VIII- rendas provenientes da exploração de qualquer recurso, produto ou serviço oriundo do gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 31. Na criação do fundo a que se refere o art. 29, o seu instituidor dará devida consideração à alternativa de realizar a sua administração por meio de Conselho Gestor, fixando as atribuições deste na própria lei que o instituir, se adotada esta opção.

Art. 32. A programação e a aplicação dos recursos dos Fundos Municipais ou Distrital de Limpeza Urbana, observado o que estabeleçam o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, serão orientadas pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, e pelo detalhamento constante da Lei Orçamentária do Município ou do Distrito Federal.

Subseção II

DO FUNDO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 33 - Fica criado, como fundo especial de natureza financeira, o Fundo Nacional de Resíduos Sólidos, com os objetivos e recursos estabelecidos nesta Lei.

Art. 34 - Constituem receitas do Fundo Nacional de Resíduos Sólidos:

I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais em consonância com as prioridades estabelecidas pela lei de diretrizes orçamentárias;

II – doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas e por pessoas físicas;

III – recursos derivados de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com quaisquer entes do setor público;

IV- receitas provenientes das multas aplicadas em razão do descumprimento desta Lei;

V- rendas provenientes de aplicações financeiras dos recursos do fundo;

VI- outras receitas eventuais.

Parágrafo único – O saldo positivo do fundo, apurado em seu balanço anual, será transferido para o exercício seguinte a crédito desse fundo.

Art. 35 - O Fundo Nacional de Resíduos Sólidos terá seus procedimentos operacionais, forma de gestão e competências específicas definidas em regulamento.

Art. 36 – O Fundo Nacional de Resíduos Sólidos tem por objetivos:

I- a viabilização de cooperação técnica e financeira com os Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, em ações, projetos, ações e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos;

II – o apoio à recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos, e cuja autoria tenha sido impossível apurar, para fins de responsabilidade mediante justificativa;

III – o apoio financeiro a entes do setor público para a implementação de ações preventivas e corretivas no campo dos resíduos sólidos;

IV- o apoio à recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos;

V- o apoio à implementação de iniciativas de capacitação técnica, em todos os níveis de formação profissional para atuação em gestão de resíduos sólidos;

VI- o incentivo aos estudos e pesquisas que objetivem quaisquer das etapas englobadas em um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos.

Art. 37 – Para receberem recursos provenientes do Fundo Nacional de Resíduos Sólidos, observados os imperativos fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, o Distrito Federal e os Municípios devem atender, também, às seguintes exigências:

I – ter instituído sistema de coleta, com separação dos resíduos secos dos resíduos orgânicos e destinação final adequada de resíduos sólidos, há pelo menos doze meses da data de solicitação do benefício;

II – ter adotado aterros sanitários ou aterros controlados, este último como solução intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, quando vier a ser executado no mesmo local do lixão;

III – ter instituído Fundo Municipal ou Distrital de Limpeza Urbana;

Parágrafo único – Observado o que for definido pela lei de diretrizes orçamentárias, os recursos do Fundo Nacional de Resíduos Sólidos serão destinados, preferencialmente, aos entes públicos cujas programações sejam executadas por meio de cooperativas, associações ou organizações sociais de trabalhadores que se dediquem à coleta de resíduos sólidos.

Seção IV

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 38. Os geradores de resíduos perigosos, que não sejam de natureza domiciliar, são responsáveis pelo gerenciamento desses resíduos, nos termos do disposto nesta Lei e na legislação específica aplicável.

Art. 39. São considerados resíduos perigosos, os que, em função de suas características de toxicidade, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, patogenicidade ou explosividade, apresentem significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, conforme classificação elaborada pelas autoridades competentes.

Art. 40. O gerenciamento de resíduos considerados perigosos, nos termos das normas específicas aplicáveis, observará as disposições constantes da presente Lei, além daquelas fixadas em legislação específica.

Art. 41. O licenciamento pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes, bem como pelo Poder Público Municipal e pelo Distrito Federal, de empreendimento ou atividade que gere resíduos perigosos condicionar-se-á à comprovação de capacidade técnica para o gerenciamento desses resíduos.

Art. 42. Os geradores ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos perigosos devem informar, anualmente, às autoridades competentes sobre:

I - quantidade de resíduos produzidos, manipulados, acondicionados, armazenados, coletados, transportados ou tratados, conforme cada caso específico, assim como a natureza dos mesmos e sua destinação final;

II - as medidas adotadas, com o objetivo de reduzir a quantidade e a periculosidade dos resíduos e de aperfeiçoar tecnicamente o seu gerenciamento.

Art. 43. Fica instituído o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, a ser mantido pela autoridade ambiental federal competente.

Art. 44. É obrigatória a inscrição dos geradores ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos perigosos no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

Art. 45. Os geradores ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos perigosos deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, nos termos previstos nesta Lei, e ainda:

I- permitir a inspeção de suas instalações e procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos, sempre que solicitados pelas autoridades competentes;

II- quando requerido, prestar informações sobre suas instalações e seus procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos às autoridades competentes;

III- aplicar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, na exata forma em que foi aprovado;

IV - manter locais de operação, recipientes e veículos de transporte relacionados ao gerenciamento de resíduos perigosos devidamente identificados, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

V- eliminar condutas capazes de causar aumento da periculosidade dos resíduos ou que dificultem, de alguma forma, o seu gerenciamento;

VI- manter inventário atualizado e facilmente acessível dos resíduos perigosos;

VII - informar imediatamente às autoridades competentes sobre a ocorrência de acidentes ou sobre o desaparecimento de resíduos, durante qualquer etapa do gerenciamento.

Art. 46. Os resíduos perigosos devem ter sua gestão efetivada de forma diferenciada dos resíduos não perigosos, em cada fonte geradora e em cada etapa do gerenciamento, de acordo com as normas regulamentadoras.

Art. 47. Os geradores ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos perigosos arcarão com os custos relativos a todas as suas etapas, incluídas os decorrentes de procedimentos específicos previstos nas normas regulamentadoras.

Art.48. Os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos obedecerão às disposições constantes dos acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Art. 49. A coleta e gerenciamento de resíduos perigosos, somente poderão ser exercidos por pessoas físicas ou jurídicas licenciadas pela autoridade ambiental competente para tal fim.

§ 1º - O licenciamento previsto neste artigo atenderá às disposições estabelecidas em regulamento próprio, editado pela autoridade ambiental competente.

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas que atualmente prestem serviços de coleta ou gerenciamento de resíduos perigosos deverão atender a exigência prevista no § 1º no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor desta lei.

Art. 50. A pessoa física ou jurídica prestadora de serviços relacionados com a coleta e gerenciamento de resíduos perigosos disciplinados nesta Seção, bem como os geradores desses resíduos, ressalvados os domiciliares, são solidariamente responsáveis pelos atos praticados no exercício de suas atividades.

Art. 51. O transporte de resíduos perigosos deverá ser realizado com observância às normas pertinentes, exigindo-se, sempre, inventário dos resíduos que estão sendo transportados.

Art. 52. O gerador de resíduos perigosos, exceto os domiciliares, bem como as pessoas indicadas no art. 50, são solidariamente responsáveis com o transportador, relativamente ao cumprimento das normas de segurança a serem observadas no transporte de resíduos perigosos.

Art. 53. Os produtos que gerem resíduos perigosos devem ser acompanhados por instruções claras e detalhadas sobre os procedimentos a serem tomados pelo consumidor quanto à devolução dos resíduos deles resultantes e os cuidados a serem tomados.

Art. 54. Os fabricantes ou importadores de produto cuja embalagem seja considerada resíduo perigoso são responsáveis pelo seu recolhimento e destinação final, de acordo com esta Lei e legislação específica aplicável.

Art. 55. Os distribuidores ou vendedores de produto cuja embalagem seja considerada resíduo sólido perigoso devem participar do sistema obrigatório de coleta, na qualidade de co-responsáveis, instalando, nos pontos de distribuição ou venda, postos para este fim.

Art. 56. O disposto nesta Subseção aplica-se, no que couber, ao Poder Público e aos por ele contratados.

Seção V

DOS RESÍDUOS ESPECIAIS

Subseção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. Os resíduos mencionados nesta Seção, que não possuam quaisquer traços de toxicidade, patogenicidade, reatividade, corrosividade, inflamabilidade e explosividade nos termos das normas pertinentes e que não resultem de processos

produtivos industriais ou de mineração poderão ser equiparados aos resíduos comuns, de acordo com as disposições desta Lei, para fins de coleta pelo Poder Público.

§ 1º - Na hipótese de equiparação de resíduos especiais aos resíduos comuns, o Município e o Distrito Federal poderão instituir preços públicos de limpeza urbana diferenciados, devido ao volume ou a características especiais desses resíduos, bem como em razão da localização geográfica, que possam dificultar a operação cotidiana do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º - Caberá ao responsável pelo gerenciamento dos resíduos a decisão da utilização dos serviços prestados pelo Poder Público nos termos deste artigo.

Subseção II

DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DE MINERAÇÃO

Art. 58. Entende-se por resíduos industriais os provenientes de atividades de pesquisa e produção de bens, aqueles gerados na manutenção dos estabelecimentos industriais, bem como os gerados na atividade de mineração que não sejam classificados como específicos nos termos do art. 66.

Art. 59. Entende-se por resíduos específicos da atividade de mineração os provenientes dos processos de pesquisa, de lavra e de beneficiamento ou tratamento do minério.

Art. 60. São resíduos específicos da atividade de mineração:

I- os resíduos de testemunhos gerados na etapa de pesquisa de uma jazida;

II- os resíduos de amostras a serem utilizadas em planta piloto;

III- os resíduos denominados fração estéril, que são aqueles gerados nos processos de lavra e que não apresentam viabilidade econômica diante das tecnologias aplicáveis;

IV- os resíduos denominados rejeitos são aqueles gerados nos processos de beneficiamento ou de tratamento do minério e que, diante das tecnologias aplicáveis não apresentam viabilidade técnica econômica quanto ao seu reaproveitamento;

V- a fração sedimento, gerada em decorrência do arraste superficial de sólidos nas áreas não capeadas inerentes às plantas de mineração.

Art. 61. Os resíduos denominados fração estéril da mineração devem ter disposição final específica, mediante licença ambiental, obedecidas as normas das autoridades ambientais competentes.

Parágrafo único. Os testemunhos gerados na prospecção e pesquisa poderão, se necessário, ser dispostos em conjunto com a fração estéril.

Art. 62. Os rejeitos gerados nos processos de beneficiamento e de tratamento do minério, bem como os sedimentos gerados nas plantas de mineração, poderão ser dispostos em barragens, depósitos ou em lagos artificiais, construídos sob critérios estabelecidos pela autoridade ambiental de competência federal os quais constituem sistemas de controle da qualidade ambiental da mineração.

Parágrafo único. As barragens, depósitos ou lagos artificiais a que se refere o caput, bem como outras alternativas de disposição final que se apresentem como técnica, ambiental e economicamente viáveis, deverão ser licenciadas pela autoridade ambiental competente.

Art. 63. Compete aos estabelecimentos industriais e de mineração a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, desde a sua geração até a destinação final, incluindo:

I – a adoção de ações destinadas à redução de resíduos na fonte;

II - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com as classes fixadas e com a periodicidade determinada em normas específicas, nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;

III - o acondicionamento, a identificação e o transporte interno adequado dos resíduos, se for o caso;

IV - a manutenção de áreas adequadas para operação e armazenagem dos resíduos;

V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma exigida pelas autoridades competentes.

Art. 64. Os responsáveis pelos estabelecimentos industriais ou de mineração arcarão com os custos relativos a todas as etapas do gerenciamento de seus resíduos, incluídas as análises técnicas requeridas pelas autoridades competentes.

Art. 65. Os estabelecimentos industriais e de mineração, deverão elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Art. 66. As unidades geradoras de resíduos industriais devem buscar soluções que possibilitem a prevenção da poluição, de redução da geração de resíduos e efluentes a reutilização dos resíduos gerados, a reciclagem e a redução da periculosidade desses resíduos.

Art. 67. As instalações industriais utilizadas para o processamento de resíduos serão consideradas como unidade receptora de resíduos, sujeitando-se às normas editadas pela autoridade ambiental competente.

Art. 68. O emprego de resíduos industriais, mesmo que tratados reciclados ou recuperados, para utilização como adubo, matéria, prima ou fonte de energia, bem como sua incorporação em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação da autoridade ambiental competente.

Parágrafo único – O interessado deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos neste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

Subseção III

DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 69. Para efeito desta Lei, são considerados resíduos de serviços de saúde os provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviço de saúde.

§1º - São considerados geradores de resíduos de serviço de saúde:

I- os prestadores de serviço que promovam ações de assistência domiciliar;

II - serviços de apoio à preservação da vida, indústrias e serviços de pesquisa na área de saúde;

III- hospitais e clínicas, serviços ambulatoriais de atendimento médico e odontológico;

IV- serviços de acupuntura e tatuagem;

V- serviços veterinários destinados ao tratamento da saúde animal;

VI- serviços de atendimento radiológico, de radioterapia e de medicina nuclear;

VII- serviços de tratamento quimioterápico;

VIII- serviços de hemoterapia e unidades de produção de hemocomponentes e hemoderivados;

IX- laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica;

X- necrotérios e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento e serviços de medicina legal;

XI- drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação;

XII- estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde;

XIII- unidades de controle de zoonoses;

XIV- indústrias farmacêuticas e bioquímicas;

XV- unidades móveis de atendimento à saúde;

XVI- lavanderias que prestam serviços a estabelecimentos de saúde;

XVII- demais serviços relacionados ao atendimento.

§ 2º- Equiparam-se aos resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, os medicamentos vencidos ou deteriorados.

§ 3º- As autoridades ambientais e de saúde competentes poderão definir em normas regulamentadoras, outros geradores de resíduos de serviços de saúde não contemplados no caput.

Art. 70. Os resíduos de serviços de saúde são classificados da seguinte forma:

I - grupo A (potencialmente infectantes) – resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência, infectividade ou concentração de patógenos, apresentam risco adicional à saúde pública;

II- grupo B – (químicos) – resíduos de substâncias químicas que apresentam risco à saúde pública ou ao meio ambiente, independente de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade;

III- grupo C – rejeitos radioativos – quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas específicas estabelecidas pela autoridade federal em energia nuclear competente.

IV- grupo D – resíduos comuns, os que não se enquadram nas categorias anteriores.

Art. 71. Compete aos serviços de saúde a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos, desde sua geração até a destinação e disposição final, incluindo:

I - a adoção de iniciativas destinadas à redução de resíduos;

II - a separação de acordo com as classes estabelecidas no artigo anterior e na legislação específica e coleta interna periódica dos resíduos nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;

III - o acondicionamento, a identificação, o tratamento preliminar, quando couber, o transporte interno e o armazenamento para coleta externa dos resíduos;

IV- a manutenção de áreas para operação e armazenagem dos resíduos;

V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes;

VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma prevista nas normas aplicáveis.

Art. 72. Os resíduos de saúde potencialmente infectantes, quando tecnicamente viável, não poderão receber disposição final sem tratamento prévio que assegure a eliminação de suas características de patogenicidade.

Parágrafo único – Os resíduos de saúde classificados no inciso IV (Grupo D) do artigo 70 poderão ser equiparados a resíduos comuns, a critério dos Municípios e Distrito Federal, para fins de coleta pelo prestador dos serviços de limpeza urbana.

Art. 73. O tratamento de resíduos de serviços de saúde classificados nos incisos I, II e III do artigo 70 (Grupos A, B e C) será feito em unidades centralizadas, sob a responsabilidade do Município ou do Distrito Federal, ou ainda pelo próprio gerador ou por terceiros, desde que autorizados pelo Poder Público Municipal ou do Distrito Federal, bem como submetidos a licenciamento junto às autoridades ambientais e de saúde pública competentes.

Art. 74. Para viabilizar a execução dos serviços indicados nos artigos 71, VI e 72, parágrafo único o Município e o Distrito Federal poderão instituir cobrança específica relativa aos serviços prestados, nos termos desta Lei.

Art. 75. Em razão da quantidade ou periculosidade dos resíduos gerados, a autoridade de saúde pública e ambiental competentes, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir dos serviços de saúde a manutenção de sistema de gerenciamento de resíduos na própria unidade geradora.

Art. 76. O importador, o fabricante e o distribuidor de medicamentos, bem como os prestadores de serviços de saúde, são co-responsáveis pela coleta dos resíduos especiais resultantes dos produtos vencidos ou considerados, por decisão das autoridades competentes, inadequados ao consumo.

Parágrafo único. O importador e o fabricante dos produtos descritos neste artigo são responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos resíduos de saúde.

Art. 77. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais, elaborado nos termos previstos nesta Lei será parte integrante do processo a ser submetido à aprovação das autoridades competentes de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, para obtenção de licenciamento ambiental e sanitário dos serviços de saúde, de acordo com a legislação local aplicável.

Art. 78. Os resíduos perfuro-cortantes ou perfurantes deverão ser acondicionados em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado adequadamente.

Art. 79. É proibida a utilização de tubos de queda para o transporte dos resíduos de que tratam os incisos I, II e III do Art. 70.

Subseção IV

DOS RESÍDUOS GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Art. 80. Resíduos rurais são aqueles provenientes da atividade agropastoril ou demais atividades rurais, bem como os resíduos dos respectivos insumos.

Art. 81. É de responsabilidade do proprietário, arrendatário ou ocupante do estabelecimento rural o gerenciamento dos resíduos neste gerados.

Art. 82. As pessoas físicas ou jurídicas produtoras e importadoras de produtos destinados à atividade rural são responsáveis pela destinação dos resíduos especiais gerados por esses produtos.

§ 1º - Consideram-se resíduos especiais da atividade rural, de responsabilidade do fabricante ou do importador, os insumos agrícolas ou os agrotóxicos e afins, de acordo com a tipificação estabelecida na legislação própria, vencidos, proibidos, apreendidos, classificados como perigosos, bem como as suas embalagens.

§ 2º - A destinação a que se refere o caput, em qualquer de suas formas, abrange a reciclagem ou a inertização, obedecidas as normas e instruções emitidas pelas autoridades registrantes, fiscalizadores e sanitário-ambientais competentes.

Art. 83. A destinação dos resíduos especiais decorrentes da atividade rural deverá estar prevista em Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Art. 84. Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso de acordo com as instruções previstas nos correspondentes contratos de compra e venda ou manuais de utilização, sob pena de assumirem responsabilidade solidária com o fornecedor pelo gerenciamento desses resíduos.

Art. 85. Aplica-se às unidades agro-industriais o disposto nas Seções IV e V, conforme o caso.

Subseção V

DOS RESÍDUOS DE TRANSPORTE OU PROVENIENTES DE PORTOS, AEROPORTOS, TERMINAIS FERROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS E PORTUÁRIOS E POSTOS DE FRONTEIRA

Art. 86. Compete à administração dos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e postos de fronteira a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados.

Parágrafo único. As unidades geradoras de resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, bem como postos de fronteira,

deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei

Art. 87. Com vistas ao seu manejo, tratamento e destinação final como resíduos de serviços de saúde, serão como tal considerados os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte:

I- provenientes de áreas infectadas;

II- com viajantes que apresentem anormalidades clínicas, compatíveis com doenças infecto-contagiosas ou transmitidas por vetores, definidas pelas autoridades de saúde pública competentes;

III- os provenientes de serviços de atendimento médico, da respectiva unidade;

IV- os animais mortos a bordo.

Art. 88. Os resíduos provenientes das áreas de manutenção de unidades de transporte, de depósitos de combustíveis, de armazenagem de cargas, áreas de treinamento contra incêndio ou similares, que apresentem risco à saúde pública ou ao meio ambiente devido as suas características, deverão ser gerenciados como resíduos perigosos, nos termos desta Lei e demais normas aplicáveis.

Art. 89. O tratamento e a disposição final dos resíduos gerados em unidades de transporte, terminais e postos de fronteira serão controlados e fiscalizados pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes, de acordo com a legislação aplicável.

Art. 90. As cargas apreendidas por autoridade de fiscalização ou abandonadas nos serviços de transporte devem ser, até que se manifestem as autoridades competentes, consideradas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente e a saúde pública.

§ 1º- Os serviços de transporte devem manter áreas que permitam o armazenamento seguro das cargas referidas no caput.

§ 2º- Ao considerarem as cargas referidas no caput como resíduos, as autoridades competentes de meio ambiente e, quando couber, as autoridades de fiscalização fazendária, devem definir especificamente os procedimentos a serem adotados.

§ 3º- Respondem pelo transporte, tratamento e destinação final das cargas consideradas resíduos, na medida de sua contribuição para tal mudança de natureza da carga, o vendedor, o exportador, o comprador, o destinatário, o importador, o fabricante, o transportador, o embarcador e quem os represente, assegurado o direito de regresso.

§ 4º - As despesas relacionadas ao gerenciamento das cargas consideradas resíduos correm exclusivamente por conta dos responsáveis referidos no § 3º.

§ 5º - As despesas efetuadas pelo Poder Público devem ser ressarcidas pelos responsáveis referidos no § 3º.

Subseção VI

DOS RESÍDUOS RADIOATIVOS

Art. 91. A classificação e o gerenciamento dos resíduos radioativos obedecerão às disposições e determinações das autoridades licenciadas competentes, à legislação específica e às normas estabelecidas pela autoridade nuclear federal competente.

Subseção VII

DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 92. Consideram-se resíduos da construção civil o entulho e quaisquer rejeitos ou materiais oriundos das atividades da construção civil de um modo geral.

Art. 93. São responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos da construção civil os construtores e qualquer pessoa que execute, direta ou indiretamente, construção ou reforma.

Art. 94. Na forma desta Lei, são responsáveis pela destinação e gerenciamento dos resíduos da construção civil:

- I- o proprietário do imóvel ou do empreendimento;
- II- o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;
- III- as empresas ou pessoas que prestem serviços de coleta ou disposição de resíduos da construção civil.

Art. 95. Os resíduos da construção civil terão disposição final nos locais e nas condições estabelecidos nesta Lei, em conformidade com as normas editadas pelo Município ou pelo Distrito Federal.

Art. 96. Os geradores de resíduos da construção civil que possam ser, por força de profissão ou atividade continuada, considerados geradores habituais, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - As autoridades ambientais competentes editarão normas regulamentadoras de maneira a assegurar a agilidade do procedimento previsto no caput, especialmente no que disser respeito a obra ou reforma de pequena dimensão ou de execução urgente.

Subseção VIII

DOS RESÍDUOS DO COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

Art. 97. Para efeito desta, são considerados resíduos do comércio e de serviços os provenientes dessas atividades, praticadas em lojas, centros de lojas, mercados de qualquer porte, postos volantes de vendas, postos de gasolina e similares, oficinas, bancos, estabelecimentos de ensino, escritórios e outros de natureza similar.

Art. 98. Compete aos comerciantes e prestadores de serviços o gerenciamento completo de seus resíduos, de acordo com as disposições desta Lei, de acordo com as peculiaridades das atividades por eles exercidas.

Parágrafo único – O gerenciamento de resíduos previsto neste artigo deverá ser objeto de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais, elaborado nos termos previstos nesta Lei.

Art. 99. Em razão da quantidade ou eventual periculosidade dos resíduos gerados, as autoridades ambientais e de saúde pública competentes, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir que o estabelecimento comercial ou de serviço mantenha sistema de gerenciamento de resíduos na própria unidade geradora.

Subseção IX

DOS RESÍDUOS DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS DESTINADOS A USO PELO CONSUMIDOR

Art. 100. Consideram-se resíduos tecnológicos os provenientes da indústria de informática ou automotiva, os eletro-eletrônicos, de comunicação e outros que, nos termos de norma regulamentadora, após o encerramento de sua vida útil, por suas características, necessitem de destinação final específica.

Art. 101. Além das demais disposições aplicáveis, os fabricantes ou importadores são co-responsáveis com o Poder Público e com o usuário final pelo gerenciamento dos produtos tecnológicos descartados, bem como por seus resíduos, que necessitem de disposição final específica, sob pena de causar danos ao meio ambiente e à saúde pública.

Parágrafo único- A responsabilidade do usuário final é limitada à devolução do resíduo, de acordo com o sistema obrigatório de retorno instituído pela norma regulamentadora.

Art. 102. Para o cumprimento do artigo anterior, observado o disposto em norma regulamentadora, será avaliada e disciplinada pela autoridade ambiental competente a necessidade de implantação, pelo fabricante, importador ou distribuidor, em conjunto com o Poder Público e a efetiva participação da sociedade, de sistema de retorno obrigatório de produtos tecnológicos e dos resíduos dessa natureza após o uso dos produtos pelo consumidor ou após o reconhecimento dos produtos como impróprios para utilização.

Art. 103. Na implantação, pelo fabricante ou importador, de sistema obrigatório de coleta e retorno de produtos ou resíduos tecnológicos, os distribuidores e os pontos de venda são obrigados a recebê-los em depósito.

Art. 104. Os fabricantes ou importadores dos produtos tecnológicos devem elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Subseção X

DOS PNEUMÁTICOS

Art. 105. Os fabricantes e importadores de pneumáticos são responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos resíduos, nos termos desta e das normas específicas editadas pelas autoridades ambientais competentes.

Art. 106. Observado o disposto em norma regulamentadora, e por decisão fundamentada da autoridade ambiental competente, os fabricantes, importadores, distribuidores e pontos de venda de pneus instituirão sistema de coleta de pneus usados.

Art. 107. Os fabricantes e os importadores de pneus poderão criar centrais de recepção, localizadas e instaladas de acordo com as normas ambientais, urbanísticas e de uso do solo, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada de pneus inservíveis.

Art. 108. Os órgãos ambientais federais competentes deverão editar normas pertinentes à gestão de resíduos sólidos de pneumáticos, de maneira a enquadrá-los nos padrões estabelecidos nesta Lei, além daqueles que já lhes sejam aplicáveis.

Subseção XI

DOS RESÍDUOS DE EXPLOSIVOS E ARMAMENTOS

Art. 109. Normas regulamentadoras federais tratarão da gestão de resíduos sólidos provenientes de armamentos, explosivos e fogos de artifício, de maneira a enquadrá-los nos padrões estabelecidos nesta Lei.

Subseção XII

DAS EMBALAGENS

Art. 110. Consideram-se resíduos de embalagem, para os fins previstos nesta Lei, todos os materiais descartados após o uso e que tenham sido, confeccionados ou utilizados para conter, proteger, transportar, armazenar e apresentar mercadorias, desde matérias-primas até produtos acabados, independentemente de suas dimensões e características.

§ 1º - Todos os artigos descartáveis, utilizados para os mesmos fins, são considerados embalagens.

§ 2º - As embalagens são caracterizadas em:

I - embalagens de venda ou embalagens primárias, concebidas com o objetivo de constituir uma unidade de venda ao fabricante de um produto ou do consumidor final;

II - embalagem agrupada ou embalagem secundária, concebida com o objetivo de constituir, no ponto de venda, uma agrupagem de determinado número de unidades, quer estas sejam vendidas como tal, quer sejam apenas utilizadas como meio de organização no ponto de venda. Este tipo de embalagem pode ser retirado do produto sem afetar as suas características;

III - embalagem de transporte ou embalagem terciária, concebida com o objetivo de facilitar a movimentação e o transporte de uma série de unidades de venda ou embalagens grupadas, a fim de evitar danos físicos durante a movimentação e o transporte.

§ 3º - Os resíduos de embalagens não abrangem os resíduos de produção.

Art. 111. Em dois anos a contar da data de entrada em vigor desta Lei, somente poderão ser colocadas no mercado embalagens que preencham os seguintes requisitos essenciais:

I- as embalagens devem ser fabricadas de forma a que o respectivo peso e volume não excedam o necessário para manter níveis de segurança, higiene e aceitação adequados ao produto embalado e ao consumidor, de maneira a reduzir a futura geração de resíduos;

II- as embalagens devem ser concebidas, produzidas e comercializadas de forma a permitir a sua reutilização, valorização, ou reciclagem e a minimizar o impacto sobre o meio ambiente;

III- as embalagens devem ser fabricadas de modo a minimizar a presença de substâncias nocivas e outras substâncias ou matérias primas perigosas, de acordo com o disposto em normas regulamentadoras emitidas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 112. Normas regulamentadoras disporão, especial mas não exclusivamente, sobre:

I- critérios e metodologias de análise do ciclo de vida da embalagem;

II- métodos de medição e verificação da presença de metais pesados e de outras substâncias perigosas na embalagem e sua liberação no produto embalado e no meio ambiente;

III- critérios referentes à existência de um teor mínimo de material reciclado nas embalagens;

IV- critérios a adotar quanto aos métodos de reciclagem, de maneira a impedir que matérias primas com processos de reciclagem incompatíveis sejam agregadas de forma indissociável;

V- critérios a adotar quanto aos métodos de compostagem e ao composto produzido;

VI- critérios a adotar quanto à marcação das embalagens.

Art. 113. Normas regulamentadoras disciplinarão os limites dos níveis de concentração de chumbo, cádmio, mercúrio cromo hexavalente e outras substâncias consideradas perigosas presentes nas embalagens ou nos componentes de embalagens, tendo em conta o potencial de poluição ambiental existente no processo produtivo e o risco de seu desprendimento e contaminação dos produtos embalados.

Art. 114. São co-responsáveis com o Poder Público pelo gerenciamento dos resíduos de embalagens:

I- o fabricante e o importador da embalagem quando esta constituir produto de venda específico e independente, com utilidade própria, colocado à disposição do consumidor;

II- o utilizador da embalagem ou envasador, quando esta constituir veículo necessário ao acondicionamento do produto fabricado;

III- o usuário final, em relação ao cumprimento das normas regulamentadoras instituídas para fins de descarte ou devolução da embalagem ou resíduo de embalagem.

Art. 115. Na hipótese de embalagem caracterizada como veículo necessário ao acondicionamento do produto, o fabricante ou importador e o utilizador ou envasador são co-responsáveis com o Poder Público pelo gerenciamento da coleta e retorno da embalagem ou resíduo de embalagem.

Art. 116. O fabricante ou importador e o utilizador ou envasador de embalagem deverão elaborar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Art. 117. O fabricante ou o importador e o utilizador ou envasador são obrigados a receber, em retorno, embalagens ou resíduos de embalagens por eles fabricados ou utilizados, desde que contempladas em sistema de retorno obrigatório e isentas de contaminação não oriunda das embalagens ou produtos embalados originariamente.

Art. 118. De acordo com o disposto em normas regulamentadoras, os fabricantes ou importadores de embalagens deverão instituir e implantar sistemas que garantam:

I- a recuperação ou a coleta das embalagens usadas ou dos resíduos de embalagens gerados pelos consumidores dos produtos embalados, de forma a dar-lhes destinação adequada, nos termos desta Lei;

II- a reutilização e a valorização, incluindo a reciclagem das embalagens ou dos resíduos de embalagens recolhidos, a fim de atingir os objetivos definidos nesta Lei .

Art. 119. Na hipótese de obrigatoriedade de implantação de sistemas de coleta e retorno de embalagens ou resíduos de embalagens, os distribuidores e os pontos de venda ficam obrigados a receber, também em depósito, tais embalagens ou resíduos de embalagens, de acordo com o disposto em norma regulamentadora.

Art. 120. Em um ano a contar da data de vigência desta Lei , os fabricantes ou importadores de embalagens assegurarão que os utilizadores ou envasadores, distribuidores, pontos de venda e, em especial os consumidores de embalagens, disponham de informações necessárias sobre:

I- os sistemas de recuperação, coleta e valorização da embalagem;

II- a possibilidade de contribuir para reutilização, valorização e reciclagem da embalagem e dos resíduos de embalagens; e

III- o significado das marcações nas embalagens existentes no mercado;

Art. 121. Em um ano a contar de data de entrada em vigor desta Lei, visando facilitar a coleta, reutilização e valorização, incluindo a reciclagem, as embalagens fabricadas deverão indicar a natureza dos materiais utilizados em sua produção, para efeitos de identificação e classificação.

§ 1º - A marcação adequada será aposta na própria embalagem ou no rótulo, devendo ser claramente visível e de fácil leitura e deve ter uma duração adequada, inclusive depois da abertura da embalagem.

§ 2º - Norma regulamentadora disciplinará a marcação das embalagens.

Art. 122. Visando assegurar o cumprimento desta Lei, normas regulamentadoras disciplinarão metas mínimas de reciclagem ou de retornabilidade de embalagens, a serem observadas pelos fabricantes, importadores e pelos utilizadores ou envasadores de embalagens.

Art. 123. As autoridades ambientais competentes fiscalizarão o cumprimento, pelos distribuidores e pontos de venda, dos percentuais de retornabilidade de embalagens fixados nos termos do artigo anterior, preservando as seguintes situações específicas, por meio de regulamentação:

I - eventos e apresentações públicas - deverão comercializar cervejas, refrigerantes e demais bebidas carbonatadas, bem como água, predominantemente em recipientes descartáveis;

II - bares, restaurantes, lanchonetes, e padarias - deverão comercializar cervejas, refrigerantes e demais bebidas carbonatadas, bem como água, predominantemente em vasilhames retornáveis.

Art. 124. Na hipótese de obrigatoriedade de sistemas de coleta e retorno de embalagens ou resíduos de embalagens, os fabricantes ou importadores, através dos distribuidores e pontos de venda, poderão remunerar financeiramente as embalagens e os resíduos de embalagens retomados pelo consumidor, baseados em critérios objetivos, uniformes e publicamente divulgados.

Art. 125. O Poder Público promoverá o incentivo a:

I- sistemas de reutilização de embalagens em moldes que respeitem o ambiente e as normas de saúde pública;

II- uso de materiais provenientes de resíduos de embalagens reciclados para o fabrico de embalagens e outros produtos.

Subseção XIII

DO LODO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO

Art. 126. Para efeitos desta Lei, a expressão "lodo de estação de tratamento" inclui o lodo primário, o lodo biológico aeróbio não estabilizado, o lodo biológico aeróbio estabilizado e o lodo biológico anaeróbio.

Parágrafo único. Quando o lodo possuir as características adequadas para sua utilização como insumo agrícola, poderá ser denominado de biossólido.

Art. 127. Os detentores ou exploradores de sistemas de tratamento de efluentes, de serviços de coleta e tratamento de água e de esgotos, são responsáveis pelo gerenciamento do lodo produzido em seus processos de tratamento, incluindo alternativa de disposição final, organizado por um Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial, a ser elaborado nos termos definidos nesta Lei para os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 128. O licenciamento ambiental de sistemas de tratamento de água e esgotos somente será concedido mediante apresentação de alternativa técnica detalhada de disposição final adequada para os resíduos gerados nestes sistemas, definida no Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial.

Art. 129. A seleção de sistemas de tratamento deverá privilegiar sempre que possível, alternativas técnicas que apresentem pequena produção de lodo.

Art. 130. As empresas e os gestores de serviços de coleta e tratamento de água e de esgoto que operem sistemas que não possuam definição de alternativa de disposição final do lodo, terão o prazo de um ano para adequarem-se ao disposto nesta Subseção.

Art. 131. As autoridades ambientais competentes deverão diligenciar para que, sempre que possível, as alternativas de disposição final através da reciclagem sejam estimuladas.

Art. 132. O Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial de Lodo deve conter, no mínimo, o seguinte:

I- estimativa de produção e qualidade do lodo auditada por laboratório credenciado pelo sistema de metrologia nacional;

II- diagnóstico da estrutura disponível para gestão do lodo nas estações de tratamento de esgoto e de águas residuárias;

III- adequações na estrutura das estações de tratamento de água e de esgoto para viabilizar o gerenciamento adequado do lodo, tais como área de armazenagem, sistemas de estabilização, secagem e higienização;

IV- alternativa de disposição final, incluindo o sistema de transporte do lodo, quando a disposição final não for efetuada na própria estação;

V- definição do sistema de automonitoramento da qualidade do lodo gerado e dos impactos potenciais da alternativa de disposição final adotada.

Art. 133. A utilização agrícola de lodo de estações de tratamento, observado o disposto em normas regulamentadoras, somente poderá ser realizada quando:

I- os níveis de metais pesados e outros contaminantes sejam compatíveis com a aplicação no solo;

II- composição química possibilitar melhorias nas condições físicas e químicas do solo;

III- os agentes patogênicos estiverem em número que não apresentem riscos sanitários aos produtores rurais e aos consumidores dos produtos agrícolas produzidos com o uso do lodo.

Art. 134. O produtor de lodo é responsável pela manutenção das informações da qualidade do produto gerado, de forma a permitir a identificação das áreas onde os diferentes lotes de lodo, devidamente caracterizados, foram aplicados, bem como as e das análises de solo e após a aplicação.

DOS MÉTODOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 135. Normas regulamentadoras definirão as metodologias, técnicas e tecnologias a serem empregadas em sistemas de incineração e co-processamento, abrangendo as fases de implantação, operação, manutenção e desativação, levando em consideração a mitigação ou eliminação dos impactos ao meio ambiente e à saúde pública.

Art. 136. Os sistemas de incineração e de co-processamento deverão possuir unidade de armazenamento temporário para disposição de resíduos nos casos de paralisação, manutenção ou monitoração da unidade de queima, além de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais para cinzas.

Seção II

DA INCINERAÇÃO

Art. 137. Para instalação de sistemas de incineração devem ser observados os seguintes critérios para a sua localização e funcionamento, observado o disposto em normas regulamentadoras:

- I - preferencialmente em áreas já industrializadas;
- II - proibição de instalação em áreas residenciais;
- III - utilização de tecnologia que atenda as normas e preceitos de segurança industrial, meio ambiente e saúde ocupacional;
- IV - utilização de câmaras de combustão em conformidade com as disposições editadas pela autoridade ambiental competente;
- V - adequação do processo de incineração à natureza dos resíduos;
- VI - proibição de reaproveitamento de calor;
- VII - possibilidade de valorização energética, sempre que tecnológica e economicamente viável.

Art. 138. É proibida a queima de resíduos sólidos a céu aberto, salvo hipótese de emergência sanitária, observado o disposto em norma regulamentadora.

Art. 139. Os gases de combustão, vapores, particulados e cinzas emitidos na saída da chaminé dos incineradores e os efluentes líquidos, devem observar os valores limites de emissão estabelecidos em norma regulamentadora, e deve-se avaliar tais emissões de acordo com calendário previsto nessa norma.

Parágrafo único - A avaliação deve ser executada por laboratório ou entidade credenciada para tal fim pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Certificação de Qualidade.

Art. 140. Norma regulamentadora disciplinará metas de diminuição e, quando viável, de eliminação definitiva de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e à saúde pública presentes ou geradas em sistemas de incineração.

Art. 141. Os sistemas de incineração somente poderão operar, durante todo o período de funcionamento, sob a supervisão de um responsável técnico, previamente indicado, cujas atribuições serão fixadas norma regulamentadora.

Art. 142. Os responsáveis pela instalação e operação de sistemas de incineração devem apresentar Estudo de Impacto Ambiental – EIA relativo à instalação, operacionalização e desativação de suas unidades.

Art. 143. Os resíduos recebidos pela unidade de incineração devem ser documentados, por meio de registro, do qual conste sua origem e caracterização, nos termos desta Lei.

Art. 144. O processo de licenciamento de unidades de incineração, caracterizadas como novas unidades de acordo com esta Lei, somente poderá ser iniciado mediante a verificação prévia da disponibilidade de recursos técnicos e da comprovação, conforme o caso, do estrito cumprimento ao disposto nesta Lei e nas normas que a regulamentam.

Subseção I

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Art. 145. Os sistemas de incineração de resíduos industriais devem observar, além do disposto para sistemas de incineração em geral, a necessidade de registro das seguintes informações acerca dos resíduos industriais e misturas de resíduos recebidas:

I - origem e processo produtivo do gerador;

II - quantidade de resíduo a ser incinerado;

III - quantificação dos parâmetros relativos ao poder calorífico, cinzas e, quando couber, metais, halogênios ou compostos halogenados;

IV - composição química e características físico-químicas do resíduo, que comprovem sua compatibilidade com as condicionantes da licença de operação;

V - incompatibilidade com outros resíduos;

VI - métodos de amostragem e análise utilizados, com os respectivos limites de detecção.

Parágrafo único. No caso de mistura de resíduos, deverão ser prestadas, também, as seguintes informações:

I - porcentagem, em peso, de cada resíduo que compõe a mistura;

II - descrição dos métodos utilizados na preparação da mistura.

Subseção II

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 146. A instalação de sistemas de incineração de resíduos de serviço de saúde deve atender ao disposto em normas regulamentadoras, vedada a instalação em áreas integrantes dos complexos de saúde.

Art. 147. Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviço de saúde, que optarem pela incineração dos resíduos, devem fazer constar esta opção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais previsto nesta Lei.

Art. 148. Os resíduos de serviços de saúde recebidos pelo sistema de incineração deverão ser documentados por meio de registro dos dados da fonte geradora, contendo, no mínimo, informações relativas à data de recebimento, quantidade e classificação dos resíduos quanto ao grupo a que pertencem, em conformidade com as normas específicas editadas para tal fim.

Art. 149. Os resíduos de serviços de saúde, quando suscetíveis à incineração, devem obedecer, segundo a classificação fixada no artigo 70, além do disposto em normas regulamentadoras, o seguinte:

I – resíduos do grupo “A” - devem ser destinados a sistemas especialmente licenciados para este fim, depois de esgotadas todas as demais formas de tratamento e de disposição final;

II – resíduos do grupo “B” – devem ser submetidos às condições específicas de tratamento térmico para resíduos de origem industrial;

III – resíduos do grupo “D” – devem ser enquadrados nas condições específicas de tratamento térmico para resíduos sólidos urbanos, depois de esgotadas todas as demais formas de tratamento e de disposição final disponíveis;

Subseção III

DA INCINERAÇÃO EM CREMATÓRIOS

Art. 150. Todo sistema crematório deve ter, no mínimo, câmara de combustão e câmara secundária para queima dos voláteis, cujas condições de operação, limites e parâmetros técnicos de funcionamento serão determinados em normas regulamentadoras.

Art. 151. Os corpos, fetos ou as peças anatômicas, recebidos no crematório, deverão ser processados no prazo máximo de oito horas.

Parágrafo único. Na impossibilidade de processamento no prazo estabelecido no caput, os corpos, peças ou fetos deverão ser mantidos em equipamento com refrigeração adequada.

Art. 152. A urna funerária, utilizada em crematórios, deverá ser de papelão ou madeira, isenta de tratamento, pintura, adereços plásticos e metálicos, à exceção dos casos em que urnas lacradas sejam exigidas por questões de saúde pública ou emergência sanitária.

Art. 153. O sistema crematório não poderá iniciar sua operação antes da realização do teste de queima, obedecidos os critérios fixados nesta e pela autoridade ambiental competente.

Seção III

DO CO-PROCESSAMENTO

Art. 154. As instalações onde se realizam atividades de co-processamento devem dispor de áreas adequadas para recepção, armazenamento temporário e manipulação segura dos resíduos.

Parágrafo único - As instalações mencionadas no caput deste artigo são consideradas unidades receptoras de resíduos, e como tal, sujeitas a licenciamento pelas autoridades ambientais competentes.

Seção IV

DOS ATERROS

Art. 155. Os aterros devem ser classificados de acordo com os critérios estabelecidos em norma regulamentadora e os resíduos, devidamente classificados quanto à natureza, somente poderão ser encaminhados para um aterro de classificação correspondente.

Art. 156. Norma regulamentadora federal deve definir uma estratégia nacional de redução da fração orgânica dos resíduos biodegradáveis dos resíduos em aterros sanitários, com o objetivo de estimular as medidas de reciclagem, compostagem, produção de biogás e valorização de materiais para produção de energia.

Art. 157. Os aterros sanitários devem fazer parte dos sistemas de limpeza urbana.

Art. 158. Não serão aceitos em aterros sanitários os seguintes resíduos:

I- resíduos líquidos;

II- resíduos que, em condições de aterro, sejam explosivos, corrosivos, oxidantes e inflamáveis;

III- resíduos provenientes de serviços de saúde;

IV- resíduos sólidos que não tenham sido tratados quando esta medida for necessária;

V- quaisquer outros tipos de resíduos que não satisfaçam os critérios de admissão em aterros sanitários determinados na legislação vigente.

Art. 159. Os requisitos do pedido de licença para a operação de um aterro devem ser previstos em norma legal emitida pela autoridade ambiental competente, contemplando, no mínimo, os seguintes dados:

I- identificação do requerente e, tratando-se de entidades distintas, do operador, os quais serão solidariamente responsáveis pelo empreendimento;

II- descrição dos tipos, características e quantidade total de resíduos a serem depositados;

III- capacidade proposta do local de descarga;

IV- descrição do local, incluindo as suas características hidrogeológicas e sócio-ambientais em geral;

V- métodos propostos para a prevenção e redução de poluição e tratamento dos efluentes;

VI- plano de operação, acompanhamento e controle proposto;

VII- plano de ações emergenciais para a ocorrência de acidentes;

VIII- plano de encerramento, manutenção e utilização da área após o encerramento proposto;

IX- garantia financeira do requerente para a execução do empreendimento e monitoramento ambiental após o encerramento;

X- exigência de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, com obrigatoriedade de apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pela entidade profissional competente do local de execução do aterro;

XI- indicação de responsável técnico para a operação de aterro;

XII- projeto executivo e planilha orçamentária do aterro.

Parágrafo único. Após a concessão da licença, as informações deverão ser disponibilizadas às autoridades nacionais competentes e à comunidade - neste caso - para fins estatísticos.

Art. 160. As autoridades ambientais competentes somente devem conceder licença de funcionamento para o funcionamento de um aterro após se certificarem, no mínimo, que:

- I- o projeto de aterro preenche as exigências da legislação aplicável;
- II- a gestão do aterro é de responsabilidade de uma pessoa física, tecnicamente competente para gerir o aterro;
- III- o aterro apresenta condições técnicas necessárias à prevenção de acidentes;
- IV- o projeto de aterro atende aos planos de gerenciamento de resíduos sólidos;
- V- o local foi previamente inspecionado para assegurar a sua conformidade com as condições pertinentes da licença.

Art. 161. A licença de operação de aterro deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I- a classificação do aterro;
- II- a lista dos tipos e a quantidade total de resíduos autorizados para fins de depósito no aterro;
- III- as condições de funcionamento, bem como os requisitos provisórios às operações de encerramento e de gestão posterior;
- IV- a obrigação de o responsável pelo aterro apresentar às autoridades competentes, anualmente, um relatório, firmado pelo responsável técnico, sobre os tipos e quantidades de resíduos depositados, bem como os resultados das ações de controle.

Art. 162. As autoridades competentes, previamente à admissão dos resíduos no aterro, devem exigir que:

I - antes da entrega, ou por ocasião desta ou da primeira de uma série de entregas de resíduos do mesmo tipo, o detentor ou o operador comprovem, por meio de documentação adequada, que os resíduos em questão podem ser admitidos no aterro, tendo em conta as condições estabelecidas na licença e os critérios de admissibilidade estabelecidos na legislação vigente;

II - o operador cumpra os seguintes trâmites de admissão:

a) verificação da documentação relativa aos resíduos;

b) inspeção dos resíduos conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na entrada e no local de depósito e, sempre que se justificar, verificação da conformidade com a descrição constante da documentação fornecida pelo gerador;

c) manutenção de um registro das quantidades e características dos resíduos depositados, com indicação da origem, data de entrega, produtor ou responsável pela coleta, no caso de resíduos urbanos, e no caso de resíduos perigosos, a indicação exata do local de deposição no aterro;

d) fornecimento de um recibo, por escrito, para cada remessa admitida no aterro.

Parágrafo único. Em caso de não admissão de resíduos em determinado aterro, o operador deverá notificar imediatamente o fato às autoridades competentes.

Art.163. Os procedimentos de controle e acompanhamento, na fase de operação do aterro serão disciplinados em norma regulamentadora e executados pela autoridade ambiental competente, devendo atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

I- o operador do aterro deverá executar um programa de controle e acompanhamento durante a fase de operação;

II- o operador deverá notificar as autoridades competentes de quaisquer efeitos negativos significativos sobre o ambiente revelados pelas operações de controle e acompanhamento, devendo cumprir a decisão das autoridades competentes sobre a natureza das medidas corretivas a serem tomadas e respectivo cronograma, sendo que as despesas decorrentes da implantação dessas medidas serão custeadas pelo operador;

III- no mínimo uma vez por ano, observado o disposto em norma regulamentadora, o operador deve comunicar às autoridades competentes, com base nos dados coligidos, todos os resultados do acompanhamento para demonstrar o cumprimento das condições constantes da licença de operação.

Art. 164. De acordo com a respectiva licença, as autoridades ambientais competentes determinarão que seja dado início ao processo de encerramento de um aterro ou de parte de um aterro:

I- quando estiverem reunidas as condições necessárias previstas na licença de operação;

II- a pedido do operador, mediante autorização das autoridades competentes;

III- por decisão fundamentada de autoridade competente.

Art. 165. Um aterro ou parte de um aterro somente poderá ser considerado definitivamente encerrado após as autoridades competentes terem realizado uma inspeção final no local, analisado todos os relatórios apresentados pelo operador e comunicado formalmente ao operador que aprovam o encerramento, sem que se exima a responsabilidade do operador decorrente das condições da licença.

Art. 166. Após o encerramento definitivo de um aterro, o respectivo operador permanecerá responsável por sua conservação, acompanhamento e controle na fase de manutenção, bem como monitoramento ambiental, durante o tempo que for exigido, de acordo com norma regulamentadora, tendo em conta o período de tempo durante o qual o aterro poderá apresentar perigo.

Parágrafo único - O operador notificará as autoridades competentes sobre quaisquer efeitos negativos significativos sobre o ambiente revelados pelas operações de controle e implementará as medidas corretivas a serem tomadas, seguindo o respectivo cronograma.

Art. 167. Os aterros aos quais já tenha sido concedida uma licença ou que se encontrem em operação na data da promulgação desta só continuarão em funcionamento se, no prazo máximo de três anos a contar da data de publicação desta Lei, estiverem preenchidas as seguintes condições:

I- no prazo de um ano a contar da data de vigência desta, o operador do aterro deverá preparar e submeter à aprovação das autoridades ambientais competentes, um plano de ordenamento do local que inclua as informações referidas nos artigos 159 e 160 e outras medidas corretivas que o operador considere necessárias para dar cumprimento ao previsto nesta Lei e nas normas que a regulamentam ;

II- após a apresentação do plano de ordenamento, as autoridades competentes definirão as condições de adequação do aterro, estabelecendo os prazos para atendimento das exigências de acordo com o disposto em norma regulamentadora, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 168. Os estudos de localização de um aterro devem considerar, no mínimo, requisitos relativos:

I- às distâncias do perímetro do local em relação a áreas residenciais e recreativas, coleções hídricas e outras zonas agrícolas e urbanas;

II- à existência na área de águas subterrâneas ou costeiras, ou unidades de conservação;

III- aos riscos de cheias, e de desabamentos de terra;

IV- à proteção do patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. A instalação de um aterro somente poderá ser autorizada se as características do local, no que se refere aos requisitos acima mencionados ou as medidas corretivas a implementar, nos termos de norma regulamentadora, indicarem que o aterro não apresenta risco grave ao meio ambiente.

Art. 169. Os aterros devem estar localizados e ser concebidos de maneira a evitar a poluição do solo, do ar, das águas subterrâneas e das águas superficiais, proporcionando, em tempo útil e nas condições necessárias, a retirada eficaz dos lixiviados, devendo a proteção do solo, das águas subterrâneas e das águas

superficiais ser assegurada mediante o cumprimento das normas estabelecidas em regulamento que determinará a periodicidade da avaliação das condições previstas neste artigo.

Art. 170. Nos termos de norma regulamentadora, o operador deve tomar as medidas adequadas para controlar a acumulação e dispersão dos gases de aterro.

§ 1º - Os gases produzidos por todos os aterros que recebem material orgânico devem ser captados e tratados.

§ 2º - A captação e tratamento dos gases de aterro sanitário e a avaliação da emissão desses gases, far-se-á com base em critérios e com periodicidade a serem estabelecidos em norma regulamentadora, de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os perigos para a saúde humana.

§ 3º - Sempre que tecnológica e economicamente viável, os gases de aterro deverão ser utilizados.

Art. 171. Os aterros devem ser concebidos de maneira que a poluição originada pela instalação não se disperse na via pública ou nos terrenos adjacentes.

Art. 172. A deposição dos resíduos no aterro deve ser realizada de modo a assegurar a estabilidade da massa de resíduos e das estruturas associadas, especialmente no sentido de evitar desabamentos.

Parágrafo único- Sempre que for criada uma barreira artificial, deve-se garantir que o substrato geológico, considerando a morfologia do aterro, é suficientemente estável para evitar assentamentos que possam danificar essa barreira.

Art. 173. O aterro deve ter uma proteção adequada que impeça o livre acesso ao local.

Art. 174. São proibidas em todo território nacional a instalação de aterros em áreas de mananciais, nas Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral, nos termos da lei e nas Áreas de Preservação Permanente, bem como a drenagem de líquidos originados do lixo para os corpos d'água superficiais ou subterrâneos sem tratamento que elimine sua carga poluente ou a reduza a parâmetros considerados aceitáveis, nos termos de norma regulamentadora.

Seção V

DA RECICLAGEM

Art. 175. A reciclagem de resíduos deve ser adotada quando ocorrerem simultaneamente as seguintes hipóteses:

I – ser considerada economicamente viável e quando existir um mercado, ou este puder ser criado e quando os materiais coletados e os custos para a sua implantação não sejam desproporcionais em comparação com os custos do tratamento e da disposição final requeridos;

II- ser considerada tecnicamente possível mesmo que requeira pré-tratamento do resíduo;

III - ser considerada ambientalmente conveniente.

Parágrafo único. A reciclagem deve ocorrer de forma apropriada e segura, de acordo com a natureza do resíduo, e de forma a não ferir o interesse público, nem aumentar a concentração de poluentes.

Seção VI

DAS UNIDADES DE COMPOSTAGEM

Art. 176. As unidades de compostagem deverão atender às normas regulamentadoras aplicáveis, seja no que se refere às instalações físicas do empreendimento, processo e condições de operação, bem como à qualidade e à aplicação do composto orgânico produzido.

Art. 177. Norma regulamentar estabelecerá metas de processamento de resíduos sólidos de limpeza urbana em unidades de compostagem.

Capítulo V

DAS PESSOAS JURÍDICAS EXCLUSIVAMENTE RECIÇLADORAS

Art. 178. Para os efeitos desta Lei, considera-se exclusivamente recicladora a pessoa jurídica constituída com o propósito de operar exclusivamente com matéria prima destinada à reciclagem, cujo produto final constitua-se em produto acabado ou intermediário.

Art. 179. A pessoa jurídica exclusivamente recicladora gozará de privilégios fiscais e tributários, cujas normas específicas devem ser editadas pela União.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DAS PENALIDADES

Art.180. As pessoas jurídicas de direito privado que invistam em ações de capacitação tecnológica, no sentido de criar, desenvolver ou absorver inovações tecnológicas para a redução, reutilização, compostagem ou outras alternativas de tratamento ou disposição final de resíduos, poderão vir a ser contemplados com incentivos fiscais que sejam instituídos por leis específicas.

Parágrafo único - Na realização das ações de capacitação mencionados no caput poderá ser contemplada a contratação de universidades, instituições de pesquisa e outras empresas, ficando a titular da contratação com a responsabilidade, a gestão e o controle da utilização dos resultados dessas ações.

Art. 181. A União, observadas as políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento estabelecidas pelas leis de diretrizes orçamentárias, atuará no sentido de estruturar linhas específicas de financiamentos para empreendimentos:

I- de redução de resíduos sólidos no processo industrial produtivo;

II- de redução de resíduos sólidos domiciliares;

III- de gerenciamento de resíduos sólidos;

IV- de desenvolvimento de produtos que atendam aos princípios de preservação ambiental, com vistas à redução de resíduos e ao favorecimento do reuso e da reciclagem.

Art. 182. A transgressão às disposições desta lei e sua regulamentação sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação federal aplicável, especialmente relativa a sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e na legislação estadual, distrital e municipal aplicável.

Art. 183. A Lei n 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 56-A:

"Art. 56-A - Manipular, acondicionar, armazenar, coletar, transportar, reutilizar, processar, reciclar, praticar qualquer ato de gerenciamento de resíduos sólidos ou dar-lhes destinação final de forma diversa da estabelecida em lei ou sem autorização, registro ou licença legalmente exigida:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único - a pena é agravada em 1/3 (um terço) se a infração for cometida envolvendo resíduos sólidos perigosos"

Art. 184 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Nobres Pares,

É com grande honra que apresento o presente projeto de lei para apreciação desta Casa, com vistas à instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Contém seus princípios, objetivos e instrumentos, estabelecendo diretrizes e normas de ordem pública e interesse social para o gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos sólidos.

Antes de qualquer exposição acerca do projeto em tela, esclareço que o mesmo não é matéria nova ou estranha a esta Casa. Trata-se de assunto árdua e amplamente discutido por colegas de legislaturas anteriores juntamente com a sociedade civil organizada, processo este que culminou na apresentação de substitutivo que consolidou quase uma centena de Proposições sobre o tema.

Este meritório trabalho foi conduzido pelo Sr. Deputado Emerson Kapaz, na qualidade de relator da matéria, tendo o nobre parlamentar exarado parecer ao PL 203/91 e seus apensos, e apresentado substitutivo.

Ocorre, contudo, que tanto o autor da matéria quanto o relator do projeto não foram reeleitos, impossibilitando assim que se dê seqüência à defesa da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Visando, a um só tempo, reconhecer todo o trabalho já realizado e, fundamentalmente, dar continuidade ao debate sobre tão importante tema, nesta Casa, apresento o presente Projeto de Lei que traz em seu conteúdo as normas inicialmente idealizadas no Substitutivo Emerson Kapaz ao PL 203/91.

Não podemos deixar de discutir a questão ora levantada, pois ela está intimamente ligada à correta e sustentável gestão ambiental de nossas cidades e do país como um todo, constituindo-se em fator determinante da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Custa-nos muito e a todo o planeta a poluição e o indiscriminado lançamento do lixo que produzimos. Se não há meios de se evitar de forma absoluta a produção de lixo, que então criemos mecanismos para a redução de resíduos e a racionalização de sua disposição final.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2003.

Deputado Leonardo Mattos

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**

**CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS
DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO
MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

.....

Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

.....

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 57. (VETADO)

Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas:

I - de um sexto a um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral;

II - de um terço até a metade, se resulta lesão corporal de natureza grave em outrem;

III - até o dobro, se resultar a morte de outrem.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo somente serão aplicadas se do fato não resultar crime mais grave.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.659, DE 2003

(Do Sr. Sandro Matos)

Cria o Fundo Nacional de Apoio aos Municípios para Programas de Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos e Hospitalares Urbanos - FUNDLIXO e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-121/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional de Apoio aos Municípios para Programas de Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos e Hospitalares Urbanos – FUNDLIXO, com os recursos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Constituem recursos do Fundlixo:

I – dotações orçamentárias e de créditos adicionais, em consonância com as prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

II – doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas e por pessoas físicas;

III – recursos derivados de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades dos setores público e privado;

IV – rendas provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundlixo;

V – outras receitas eventuais.

Art. 3º Os recursos do Fundlixo são destinados ao financiamento de projetos e programas voltados à pesquisa de novas tecnologias, tratamento, coleta e implantação de sistemas de destinação de resíduos sólidos o hospitalares urbanos.

Art. 4º Para receberem recursos provenientes do Fundlixo, os municípios devem cumprir as exigências legais, entre as quais a apresentação de atestados de adimplência com entidades governamentais.

Art. 5º O Fundlixo terá seus procedimentos operacionais, forma de gestão e competências específicas definidas em regulamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Aos municípios cabe, segundo o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, *"organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local..."*, entre os quais se inclui o de coleta e tratamento do lixo. Contudo, por mais que eles venham procurando universalizar os serviços de coleta e dar destinação adequada aos resíduos domésticos, o panorama predominante ainda é a proliferação de lixões no entorno de cada cidade.

Em situação talvez ainda mais perigosa, encontram-se os resíduos hospitalares. Dados recentes indicam a catastrófica situação atual de sua geração e destinação final. No Brasil, 228 mil toneladas de lixo urbano são em média geradas por dia, das quais cerca de 2% produzidos nos estabelecimentos de saúde. Desse total, entre 10% o 25% representam risco à saúde.

De acordo com a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, diariamente são recolhidas cerca de quatro mil toneladas de lixo geradas nos serviços de saúde dos mais de 5.500 municípios brasileiros. Das Prefeituras ouvidas, somente 14% disseram tratar os resíduos de saúde de acordo com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. A pesquisa do IBGE mostra ainda que, dos municípios entrevistados, 21% os depositam no meio ambiente sem nenhum tratamento, 37% não coletam os resíduos de saúde de maneira separada e diferenciada e 28% os queimam a céu aberto ou dão outros fins considerados inadequados.

Tais dados indicam que, em verdade, o País se ressent, nitidamente, de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que se preocupe, antes de tudo, com a redução da geração de resíduos, sua reutilização e reciclagem e estabeleça regras claras e responsabilidades acerca dos vários tipos de resíduos produzidos, com destaque para aqueles oriundos dos serviços de saúde. No âmbito dessa Política, é necessário ainda criar um fundo ao qual possam ser destinados recursos para o financiamento de projetos e programas voltados à pesquisa de

novas tecnologias, tratamento, coleta e implantação de sistemas de destinação de resíduos sólidos e hospitalares urbanos.

Esse é, pois, o objetivo principal desta proposição, que vem juntar-se a outras iniciativas semelhantes na busca de uma solução definitiva para esse grave problema que aflige a sociedade contemporânea. Dessarte, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2003.

Deputado SANDRO MATOS

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

.....

**CAPÍTULO IV
DOS MUNICÍPIOS**

.....

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 449, DE 2003

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para incluir um art. 13-A que proíbe a importação de bens usados e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

**DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 13-A:

*Art. 13-A É proibida a importação de bens usados destinados ao consumo ou reciclagem, em todo território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim.

§ 1º. Caso se configurem situações imprescindíveis ou de relevante interesse público de importação de bens usados a que se refere o caput deste artigo, fica tal excepcionalidade condicionada a autorização prévia do órgão ambiental federal competente.

§ 2º. O órgão ambiental federal publicará, semestralmente, no Diário Oficial da União, relação atualizada dos produtos e empresas autorizados a realizar a importação a que se refere o § 1º.

Art. 2º. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 6-A:

*Art. 56-A Importar bens usados, destinados ao consumo ou reciclagem, sob qualquer forma e para qualquer fim, sem autorização.

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa."

JUSTIFICAÇÃO

Qualquer atividade humana produz resíduos. Os resíduos sólidos, o popular lixo, configuram um dos grandes problemas que ameaçam a vida sobre a Terra. Além de poluir o solo, a água e o ar, também é capaz de oferecer abrigo para animais que veiculam doenças diversas. A crescente utilização de produtos descartáveis e o desperdício são fatores que agravam a produção de lixo em todo o mundo, somando-se a produção de resíduos gerados durante a sua fabricação, sendo estes resíduos recicláveis ou não.

A cada dia os resíduos se tomam um enorme desafio para as administrações públicas. No Brasil, o lixo, além disso, principalmente em grandes cidades, é jogado em terrenos baldios e grande parte nem chega a ser coletado. A reciclagem no Brasil não chega a 1% dos resíduos produzidos.

O destino dos resíduos é um problema grave em todo o planeta. Os países do hemisfério norte são os que produzem mais lixo, pois são os maiores

consumidores. A título de exemplo: os Estados Unidos produzem aproximadamente 3,2 quilos per capita por dia e o Brasil 1,1 quilos per capita por dia.

Grande parte desses resíduos contém componentes perigosos ou de difícil degradação.

O movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros foi tratado na Convenção de Basileia, cujo texto foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1992 e promulgado pelo Presidente da República em 1993. Pela Convenção, os países em desenvolvimento se comprometem a só importar produtos de difícil degradação ou reciclagem, se os países exportadores comprovarem tecnicamente o não comprometimento do meio ambiente.

Assim, Senhor Presidente, consideramos de fundamental importância o debate sobre o projeto que ora apresentamos à consideração dos Nobres Pares, visando manter o papel de vanguarda do Brasil na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade de seu desenvolvimento, sem a necessidade de recebimento, via importação, de material usado para qualquer finalidade, que mais rapidamente se transformará em lixo, com enormes custos para nossa sociedade.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003.

Deputado ANTONIO

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE
FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

.....
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
.....

Art. 13. O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo único. Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o Regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º (Revogado pela Lei nº 9.966, de 28/04/2000.)

.....

.....

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Art. 7º As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I - tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

Parágrafo único. As penas restritivas de direitos a que se refere este artigo terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

.....

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

.....

Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

.....

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 57. (VETADO)

.....
.....
FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI
N.º 637, DE 2003
(Do Sr. José Borba)

Dispõe sobre a proibição das importações de pneus usados e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 371/03

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Ficam proibidas as importações de pneus usados para comercialização tal qual importados (conhecidos como "semi-novos" ou "meia-vida"); e permitidas as importações de carcaças de pneus usados para serem utilizadas como matéria prima ou insumo na fabricação de pneus remoldados no Brasil, desde que as empresas importadoras comprovem, previamente às importações, que destruíram um pneu inservível coletado no território nacional, para cada carcaça de pneu usado que pretenda importar e que, cumulativamente:

I - esteja enquadrada como empresa fabricante de pneus remoldados e como tal devidamente registrada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - esteja devidamente registrada como fabricante de pneus remoldados no órgão ambiental integrante do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente.

III - detenha a competente Licença Ambiental de Operação para a fabricação de pneus remoldados;

IV - esteja devidamente regularizada perante o CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - CRQ, em conformidade com a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956 e a Resolução Normativa nº 105, de 17 de setembro de 1987, em seu Art. 2º, item 18.23 - Recondicionamento de pneumáticos e de câmaras de ar;

V - comprove ter, individualmente, ou em conjunto com outras empresas, programa de coleta de pneus inservíveis e instalação própria para a picagem de pneus e que já tenha coletado e destruído, quantidade de pneus inservíveis equivalente a 25.000 (vinte e cinco mil) toneladas, devidamente comprovada em auditoria realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, até a data do pedido da Licença de Importação (L.I.);

VI - no prazo máximo da data limite definida pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, quando se tornar compulsória a Certificação de Conformidade dos Pneus Remoldados - Regulamento Técnico de Qualidade - Portaria INMETRO nº 133, de 27.09.01, a empresa deve comprovar que os pneus por ela fabricados foram aprovados nos testes de qualidade e segurança exigidos, a partir de quando a marca "I", do INMETRO, deverá estar vulcanizada na lateral dos pneus remoldados.

Art. 2º - As importações de pneus remoldados ficam autorizadas às empresas importadoras que previamente aos embarques nos portos de origem comprovem, com documento emitido pelo IBAMA e dirigido ao DECEX - Departamento de Comércio Exterior (órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que coletaram no território brasileiro e destruíram, de forma ambientalmente adequada, 3 (três) pneus inservíveis, para cada pneu remoldado a ser importado.

Art. 3º - As importações de pneus novos, incluindo os que acompanham os veículos importados, ficam autorizadas às empresas que previamente aos embarques nos portos de origem comprovem, com documento emitido pelo IBAMA e dirigido ao DECEX (órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que coletaram no território brasileiro e destruíram, de forma ambientalmente adequada, um pneu inservível para cada pneu novo a ser importado.

§ 1º - As empresas fabricantes de pneus novos também ficam obrigadas a dar sua contrapartida ambiental no que se refere aos quantitativos de pneus fabricados no

Brasil e vendidos no mercado nacional, na proporção de um pneu inservível coletado e destruído, para cada pneu fabricado no Brasil e comercializado no mercado interno.

§ 2º – As empresas fabricantes de pneus novos ficam isentadas da obrigação de cumprir sua contrapartida ambiental no que se refere aos quantitativos de pneus fabricados no Brasil e exportados para outros países.

§ 3º – No caso das exportações de pneus remoldados, as empresas fabricantes terão o direito de importar uma carcaça de pneu usado, para cada pneu remoldado exportado, tendo em vista que nesse caso elas estão enviando a outros países pneus remoldados, pelos quais já pagaram sua contrapartida ambiental previamente à sua fabricação e no caso das exportações a obrigação ambiental está isentada no País de origem.

§ 4º – O órgão ambiental federal deverá auditar as empresas fabricantes de pneus no Brasil, no que se refere aos pneus por elas fabricados e vendidos para o mercado interno, a cada período mínimo de seis meses, com o objetivo de que comprovem o cumprimento de suas correspondentes obrigações de contrapartida ambiental.

Art. 4º – As empresas importadoras e fabricantes deverão comprovar que os pneus inservíveis por elas coletados no território brasileiro estão sendo destruídos de forma ambientalmente adequada, através da competente Licença Operacional, emitida pelo órgão ambiental integrante do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente, no Estado onde se localizam;

Art. 5º – Previamente às importações a empresa interessada deverá protocolar no órgão ambiental federal ofício, devidamente acompanhado de documentação comprobatória completa, requerendo auditoria do cumprimento de sua contrapartida ambiental, a partir de quando o órgão ambiental federal terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para realizá-la e formalizar o resultado ao DECEX - Departamento de Comércio Exterior, liberando aquele órgão, no que se refere à legislação ambiental, a autorizar a importação de pneus, de qualquer tipo.

Art. 6º – Os quantitativos de pneus inservíveis a serem coletados e destruídos, como contrapartida ambiental pelas importações de carcaças de pneus usados para utilização como matéria prima ou insumo na indústria de pneus remoldados, bem como aqueles coletados e destruídos como contrapartida pelos pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado interno, poderão, a critério do órgão ambiental federal, ser reduzidos, no caso daquele órgão concluir que determinado percentual de pneus velhos está sendo destruído "fora das estatísticas" e, como consequência, deixe de existir disponibilidade de pneus inservíveis a serem coletados em território brasileiro e destruídos, para cumprir as contrapartidas ambientais pela fabricação e venda de pneus novos ou remoldados, para o mercado interno.

Art. 7º – As empresas interessadas poderão antecipar a realização de suas tarefas de contrapartida ambiental e os créditos ambientais, auferidos com a coleta e destruição de pneus inservíveis, poderão ser acumulados para os anos subseqüentes e não prescreverão.

Art. 8º - Os créditos ambientais, auferidos com a coleta e destruição de pneus inservíveis, poderão ser transferidos de uma empresa para outra, sendo que tais transferências de direitos deverão ser formalizadas através de contratos entre as partes, com firmas reconhecidas em cartório. Cumpridas tais exigências, cópias dos contratos mencionados, devidamente autenticadas (quando não se tratar de vias originais), deverão ser encaminhadas ao IBAMA e DECEX, para registros e controles.

Art. 9º - Serão respeitados os direitos adquiridos pela coleta e destruição de pneus inservíveis, realizada em consonância com o estabelecido na Resolução CONAMA nº 258/99, desde a sua publicação (DOU 02.12.99) até o dia 31.12.03.

Art. 10º - Com o objetivo de exigir a comprovação do cumprimento da obrigação ambiental estabelecida na Resolução CONAMA nº 258/99, pela fabricação de pneus novos vendidos no mercado interno e pelos pneus importados, de qualquer tipo, que foram desembaraçados a partir do dia 01.01.02, o IBAMA deverá fiscalizar todas as empresas fabricantes de pneus novos no Brasil e, a partir de relatório a ser fornecido pelo DECEX – Departamento de Comércio Exterior, todas as empresas importadoras de pneus, incluindo aquelas que importaram pneus usados com amparo em decisões da Justiça Federal.

Art. 11º - As empresas que o IBAMA comprovar não terem cumprido sua obrigação ambiental, conforme estabelecida na Resolução CONAMA nº 258/99 e nesta Portaria, estarão sujeitas à multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por pneu inservível que deixaram de coletar e destruir.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ____/____/____

Deputado JOSÉ BORBA
PMDB/PR.

JUSTIFICAÇÃO

O tema "proibição ou não das importações de pneus usados" foi exaustivamente debatido no Congresso Nacional ao longo das duas últimas legislaturas, dividindo as opiniões entre os que simpatizam com os fabricantes de pneus remoldados e os que simpatizam com as empresas multinacionais fabricantes de pneus novos no Brasil, ficando claro, entretanto, que os dois segmentos em questão sempre litigaram simplesmente para manter cada qual sua fatia de mercado.

O grande benefício gerado nessa luta política foi o desnudamento do grave problema causado pelos pneus inservíveis jogados a céu aberto no País, quer tenha sido tal passivo ambiental se originado de pneus importados, novos, remoldados e usados, ou de pneus novos fabricados no Brasil, sendo que de acordo com pesquisas, 95% (noventa

e cinco por cento) do passivo ambiental existente foi formado por pneus fabricados no Brasil ou importados pelas próprias empresas fabricantes, nas últimas décadas.

Constatou-se também que não há mais razão para a importação de pneus "meia-vida", para assim serem comercializados e que o consenso alcançado nesta Casa é que urgente se faz dar solução ao problema ambiental e de saúde pública gerado pelos pneus inservíveis, razão pela qual, na esperança de poder contar com o apoio dos nobres colegas de parlamento, procurei centrar este Projeto de Lei no sentido de dotar nosso País de instrumento legal que possa conduzir à solução definitiva do "lixo-pneu", como compromisso "pós-consumo" daqueles que auferem lucros na atividade, com "custo zero" para o erário.

Finalmente, após debater longamente com o ilustre Senador do meu Estado, Flávio Ams/PT-PR, autor de um Projeto de Lei com o mesmo objetivo, apresentado no Senado Federal, decidi retirar o meu Projeto de Lei nº 371/03, substituindo-o pelo presente, que inclui o consenso encontrado, à exceção do Art. 1º, que preferi manter na forma de meu entendimento original.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2003

Deputado JOSÉ BORBA
PMDB-PR.

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 2.800, DE 18 DE JUNHO DE 1956.

CRIA OS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE QUÍMICA, DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE QUÍMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CAPÍTULO I
DOS CONSELHOS DE QUÍMICA**

Art. 1º A fiscalização do exercício da profissão de químico, regulada no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, Título III,

Capítulo I, Seção XIII - será exercida pelo Conselho Federal de Química e pelos Conselhos Regionais de Química, criados por esta lei.

Art. 2º O Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.

.....

.....

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 105, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987.

AMPLIA A REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 12.12.80, QUE DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE EMPRESAS CUJA ATIVIDADE BÁSICA ESTÁ NA ÁREA DA QUÍMICA, BEM COMO AS EMPRESAS QUE POSSUEM DEPARTAMENTOS QUÍMICOS, INCLUSIVE UNIDADES DE PROCESSAMENTO FABRIL OU QUE PRESTEM SERVIÇOS A TERCEIROS TAMBÉM NA ÁREA DA QUÍMICA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI Nº 6.839, DE 30.10.80.

O Conselho Federal de Química, no uso de suas atribuições que lhe confere a letra f do art. 8º da Lei nº 2.800, de 18.06.56:

Considerando que a Lei nº 6.839, de 30.10.80, estabelece que o registro das empresas em Conselhos de Fiscalização Profissional será obrigatório em função da Atividade Básica da empresa ou em relação às atividades pela qual preste serviços a terceiros;

Considerando que os CRQ's têm necessidade de identificar as empresas cuja Atividade Básica está na área da Química ou as empresas que possuam departamentos e/ou unidades fabris, sujeitas à direção e à responsabilidade técnica de profissionais da Química (art. 1º da R.N. nº 23, de 17.12.69);

Considerando que os CRQ's têm necessidade de identificar as empresas que prestem serviços a terceiros na área da Química;

Considerando que, no caso dessas empresas, as atividades técnicas preponderantes estão diretamente relacionadas com as atribuições privativas dos profissionais da Química.

Considerando que, conforme as disposições contidas no *caput* do art. 350 da CLT, a responsabilidade dos profissionais da Química admitidos em qualquer tipo de indústria da área da Química, abrange a parte técnica referente à sua profissão e a qualidade dos produtos fabricados sob sua responsabilidade;

Considerando que os produtos manufaturados pelas Indústrias Químicas e que os serviços prestados à Sociedade pelos profissionais da Química, devem ser os melhores possíveis do ponto de vista técnico e de seguridade;

Considerando que o simples ato de garantir a qualidade de produtos fabris, pelo afixamento de características de natureza Química, requer conhecimentos de química;

Considerando que, também, esse caso está regulado na legislação dos profissionais da Química (art. 341 da CLT) como atribuição exclusiva dos mesmos;

Considerando que as atribuições dos profissionais da Química estão claramente explicitadas no Decreto nº 85.877, de 07.04.1981, o qual discrimina as atribuições privativas dos mesmos;

Considerando a utilidade da sistemática, nessa identificação, do Código de Atividades (instituído pelo Ministério da Fazenda e usado obrigatoriamente no preenchimento do DARF do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e nas estatísticas do IBGE), para fins de fiscalização da atividade do profissional da Química,

Resolve:

Art. 1º Para fins de aplicação das Leis nº 2.800, de 18.06.56, nº 6.839, de 30.10.80 e nº 6.994, de 26.05.82 e dos Decretos nº 85.877, de 07.04.81 e 88.147, de 08.03.83, é obrigatório o registro em Conselho Regional de Química da respectiva jurisdição, de empresas, suas filiais e departamentos autônomos (enquadrados na presente Resolução Normativa) cuja Atividade Básica está na área da Química.

§ 1º Para fins dos arts. 334 e 341 da CLT, são considerados Departamentos Químicos de empresas cuja Atividade Básica é estranha à Química, também as suas unidades fabris de processamento químico, estando, portanto, sujeitas à direção e à responsabilidade técnica de profissionais da Química, de acordo com a regulamentação específica.

§ 2º Nas empresas incluídas no § 1º supra, há obrigatoriedade da existência de profissional da Química devidamente registrado no CRQ da sua jurisdição, ficando dispensado o registro da empresa.

Art. 2º É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química, consoante o art. 1º, das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à área da Química listadas a seguir:

.....
...

18. INDÚSTRIA DE BORRACHA (ELASTÔMEROS NATURAIS E SIN- TÉTICOS)

18.10 — Beneficiamento de borracha natural.

18.21 — Fabricação de pneumáticos e câmaras de ar e de material para acondicionamento de pneumáticos.

18.22 — Fabricação e processamento de misturas de borracha com outros produtos químicos.

- 18.23 — Recondicionamento de pneumáticos e de câmara de ar.
- 18.24 — Fabricação de peças e utensílios de borracha.
- 18.25 — Fabricação de brinquedos de borracha.
- 18.30 — Fabricação de laminados e fios de borracha.
- 18.40 — Fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha — inclusive látex e exclusive artigos de colchoaria (16.30).
- 18.99 — Fabricação de outros artefatos de borracha não especificados ou não classificados — exclusive calçados e artigos de vestuário (25.10 a 25.99).
- 19. INDÚSTRIA DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES**
- 19.10 — Curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos.
-

Art. 3º Subsidiariamente os Conselhos Regionais de Química poderão usar também a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, utilizada na Tabela de Incidência do Imposto de Produtos Industrializados — I.P.I em vigor (Decreto nº 84.338, de 26.12.79) para auxiliar a interpretação do enquadramento das empresas.

.....

.....

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC**

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE
INDUSTRIAL-INMETRO**

PORTARIA N.º 133, DE 27 DE SETEMBRO DE 2001.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso da competência que lhe outorga o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

Considerando o disposto na Resolução n.º 7, de 05 de dezembro de 1995, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO, que determinou ao INMETRO elaborar Regulamentação Técnica com vistas à certificação compulsória de todos os pneus comercializados no país;

Considerando a existência no mercado de pneus reformados fabricados no país, destinados a automóveis, camionetas, caminhonetes e seus rebocados;

Considerando a necessidade de proporcionar, ao consumidor brasileiro, produto com garantia de eficiência aos requisitos de segurança, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico para pneus reformados, anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que os pneus reformados comercializados no País, a partir de 01 de janeiro de 2004, ostentem selo auto-adesivo com o símbolo de identificação da certificação, no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação – SBC, em conformidade com o Regulamento Técnico anexo.

§1º Os pneus reformados no país, fabricados antes de 01 de janeiro de 2004, estão desobrigados da exigência estabelecida no “caput” deste artigo.

Art. 3º A certificação será concedida por Organismo de Certificação de Produtos – OCP credenciado pelo INMETRO.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento das disposições contidas no artigo 2º desta Portaria estará a cargo do INMETRO e das entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 5º A inobservância às prescrições compreendidas na presente Portaria acarretará a aplicação, a seus infratores, das penalidades previstas no artigo 8º, da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARMANDO MARIANTE CARVALHO
Presidente do INMETRO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando que os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;

Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem;

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem;

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art. 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no

território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único. As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum-TEC;

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum-TEC;

IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

Art. 3º Os prazos e quantidades para coleta e destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis de que trata esta Resolução, são os seguintes:

I - a partir de 1º de janeiro de 2002: para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

II - a partir de 1º de janeiro de 2003: para cada dois pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

III - a partir de 1º de janeiro de 2004:

a) para cada um pneu novo fabricado no País ou pneu novo importado, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

b) para cada quatro pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

IV - a partir de 1º de janeiro de 2005:

a) para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus novos importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

b) para cada três pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a quatro pneus inservíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos pneumáticos exportados ou aos que equipam veículos exportados pelo País.

Art. 4º No quinto ano de vigência desta Resolução, o CONAMA, após avaliação a ser procedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, reavaliará as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 5º O IBAMA poderá adotar, para efeito de fiscalização e controle, a equivalência em peso dos pneumáticos inservíveis.

Art. 6º As empresas importadoras deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, previamente aos embarques no exterior, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades a serem importadas, para efeitos de liberação de importação junto ao Departamento de Operações de Comércio Exterior-DECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 7º As empresas fabricantes de pneumáticos deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, anualmente, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades fabricadas.

Art. 8º Os fabricantes e os importadores de pneumáticos poderão efetuar a destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneus inservíveis de sua responsabilidade, em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros.

Parágrafo único. As instalações para o processamento de pneus inservíveis e a destinação final deverão atender ao disposto na legislação ambiental em vigor, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Resolução fica proibida a destinação final inadequada de pneumáticos inservíveis, tais como a disposição em aterros sanitários, mar, rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços, e queima a céu aberto.

Art. 10. Os fabricantes e os importadores poderão criar centrais de recepção de pneus inservíveis, a serem localizadas e instaladas de acordo com as normas ambientais e demais normas vigentes, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada.

Art. 11. Os distribuidores, os revendedores e os consumidores finais de pneus, em articulação com os fabricantes, importadores e Poder Público, deverão colaborar na adoção de procedimentos, visando implementar a coleta dos pneus inservíveis existentes no País.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

José Sarney Filho

Presidente

José Carlos Carvalho

Secretário Executivo

PROJETO DE LEI
N.º 822, DE 2003
(DO SR. COLOMBO)

Dispõe sobre a obrigação dos órgãos públicos utilizarem em suas frotas no mínimo 20% de pneus remoldados, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 203/1991

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As empresas e órgãos públicos ficam obrigados a utilizar em suas frotas automotivas, no mínimo 20% (vinte por cento) de pneus remoldados, como medida de economia e de defesa da ecologia.

Art. 2º. A empresa fabricante de pneus remoldados de que trata esta Lei deverá comprovar, cumulativamente:

I – que está qualificada como empresa fabricante de pneus remoldados e devidamente registrada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

II – que está registrada como fabricante de pneus remoldados no órgão ambiental integrante do SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente;

III – que detém Licença Ambiental de Operação para a fabricação de pneus remoldados;

IV – que está regularizada perante o Conselho Regional de Química – CRQ, em conformidade com a Legislação vigente.

V – que comprove ter, individualmente ou em conjunto com outras empresas:

a) programa de coleta de pneus inservíveis;

b) instalações próprias para a picagem de pneus;

VI – que comprove ter cumprido sua obrigação de contrapartida ambiental pela destruição de pneus inservíveis coletados no território nacional, na proporção dos pneus que coloca no mercado brasileiro;

VII – que já tenha coletado e destruído 25.000 (vinte e cinco mil) toneladas de pneus inservíveis, comprovado em auditoria realizada pelo IBAMA;

VIII – que comprove, com documento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, que os pneus por ela fabricados foram aprovados nos testes de qualidade e segurança exigidos pelo INMETRO, exibindo vulcanizado na lateral dos pneus que fabrica a marca do órgão – “I”;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A remoldagem de pneus, utilizada na fabricação de pneus de avião, é uma evolução tecnológica da recapagem e recauchutagem, que está sendo utilizada com enorme sucesso na Europa.

Cada pneu remoldado de automóvel fabricado propicia a economia de 20 (vinte) litros de petróleo, um recurso natural não renovável, sendo que no caso dos pneus de caminhonete, a economia é da ordem de 40 litros de petróleo.

Os pneus remoldados, que são aprovados nos testes exigidos pelo INMETRO, além de apresentarem excelente qualidade e segurança, ainda são vendidos por cerca de 35% (trinta e cinco por cento) mais baratos do que os pneus novos.

Na Itália, sob os mesmos argumentos foi aprovada a Lei Financeira nº 2002, que diz textualmente em seu parágrafo 14 do Artigo 52: *"Para fins de tutela ambiental relacionada a potencialização do setor da reconstrução de pneumáticos usados, as administrações do Estado, das Regiões, os órgãos locais e os administradores de serviços públicos e serviços de utilidade pública, públicos ou particulares, na compra de pneumáticos de reposição de suas frotas de veículos e de autoveículos comerciais e industriais, reservam uma quota de pneumáticos reconstruídos igual a pelo menos 20% do total"*.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2003

IRINEU COLOMBO

Deputado – PT / PR

PL 1.072/2003

Autor: José Carlos Araújo

**Data da
Apresentação:** 22/05/2003

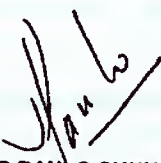
Ementa: Acrescenta artigo 56 - A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, tipificando como crime a importação de pneus usados ou reformados.

**Forma de
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Despacho: Apense-se a(o) PL-203/1991.

**Regime de
tramitação:** Urgência art. 155 RI

Em 05/06/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

O Congresso Nacional Decreta:

Art 1º. Esta lei acrescenta artigo a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, para incluir o art 56-A que tipifica como crime a importação de pneus usados ou reformados.

Art. 2º A lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 56-A:

“ Art. 56- A . Importar ou introduzir no País pneumáticos usados ou reformados, sob qualquer forma e para qualquer finalidade.

Pena- reclusão, de um a quatro anos , e multa”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade tipificar como crime o ingresso no País de pneus usados, sob qualquer forma (carcaça, reformado, recondicionado, recauchutado ou reciclado) e para qualquer fim, preenchendo assim uma lacuna existente na citada lei quanto ao tratamento a ser dado à questão.

Busca-se , assim, inserir no ordenamento legal uma forma mais eficaz para tentar conter a importação de pneus usados, matéria que até

então vem sendo regulada por intermédio de resoluções do Conama, portarias e decretos presidenciais.

A importação de pneus usados tem sido motivo de muita discussões e polêmicas envolvendo as áreas governamentais competentes, a indústria de pneumáticos novos e empresas que atuam no segmento de remodelagem de pneus. Esta questão ganhou vulto a partir do início da década de 90, quando o segmento da remodelagem de pneus intensificou a importação de usados, alegando que o pneu estrangeiro é melhor e mais barato do que o usado brasileiro. Neste sentido, recordam-se as intensas pressões dos fabricantes de pneus usados quando o Governo, e também esta Casa, procurou criar mecanismos jurídicos para tentar conter a importação de tal produto, diante dos problemas ambientais gerado por esse problemático resíduo tóxico, refugado pelos demais países.

Preocupado em conter a crescente importação e em dar tratamento adequado para o destino das carcaças de pneus, o Conama-Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovou Resolução criando restrições à tais importações, bem como estabelecendo compromissos e metas a serem atendidas pela indústria quanto à destinação e reciclagem de pneus usados. Posteriormente, o Governo editou Decreto impondo multa de R\$ 400, 00 por unidade importada de pneu usado, como forma de conter importações que continuavam a ser feitas sob amparo de medidas liminares, burlando a legislação vigente. Recentemente, o Governo Lula editou Decreto isentando da multa as importações de pneumáticos reformados procedentes dos Países do Mercosul. Esta medida foi adotada para atender decisão do Tribunal Arbitral do Mercosul, em razão de queixa apresentada pelo Uruguai contra a existência da multa restritiva imposta pelo Brasil.

Esta abertura trouxe novamente à baila a discussão da questão, inclusive no âmbito desta Casa. Depois de ouvir representantes das áreas envolvidas em reunião de audiência Pública promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, cheguei a conclusão de que, considerando os aspectos multidiplinares envolvidos, não há um pensamento uniforme dos órgãos do Governo quanto ao tratamento a ser dado ao assunto. Além do mais, ficou evidenciada que as normas que regulam a matéria, por não estarem previstas em lei federal, são altamente suscetíveis de alteração, como ficou demonstrado.


Por estas razões, entendo que o objetivo de se conter o ingresso no País de pneus usados, sob qualquer forma, a fim de se evitar o crescimento do passivo ambiental, seria mais eficazmente alcançado se for tratado por lei federal. Imagino, assim, que ao invés de proibir diretamente a importação,

seria mais apropriado acrescentar a lei que trata dos crimes ambientais a tipificação também deste delito.

Entendo que a importação de pneus usados gera um passivo ambiental que não interessa ao País, sob nenhum aspecto ou justificativa. O pneu usado acarreta uma concorrência predatória para a indústria aqui estabelecida, que além de atender satisfatoriamente o mercado interno, exporta o produto para mais de cem países. A continuidade da importação desse refugo dos demais países, que na prática representa um perigoso lixo ambiental, desestimula novos investimentos e conseqüente incremento na geração de divisas, impostos e novos empregos.

Espero, pois, contar com o apoio de meus pares para a aprovação da presente proposição, de forma a não permitir que o Brasil, como já foi dito, venha a se transformar no “LIXÃO MUNDIAL DE PNEUS USADOS”.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2003.


Deputado José Carlos Araújo
PFL/BA

PROJETO DE LEI
N.º 1.169, DE 2003
(Do Sr. Carlos Nader)

"Dispõe sobre a obrigação dos órgãos e entidades da Administração Pública utilizarem progressivamente em suas frotas de veículos, pneus reformados e dá outras providências."

DESPACHO:
(APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.)

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os órgãos públicos ficam obrigados a utilizar progressivamente em suas frotas de veículos, pneus reformados na seguinte porcentagem:

I - até o ano de 2005, vinte por cento da frota;

II - até o ano de 2015, trinta e cinco por cento da frota.

Parágrafo único - Entende-se por reformado aquele pneu usado que passou por um processo de substituição da sua banda de rodagem, para a reutilização de sua carcaça, sendo ele recapado, recauchutado ou remoldado.

Art.2º As empresas reformadoras de pneus destinados a automóveis, camionetas, caminhonetes, caminhões, ônibus e seus rebocados, para se qualificarem ao abastecimento do mercado de pneus reformados deverão preencher os seguintes critérios:

I - serem aprovadas em auditorias de certificação de processo, a serem realizadas por Organismos de Certificação de Processos – OCP's, credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, que por meio de regulamento próprio, estabelecerá critérios mínimos para os processos de reforma;

II - estar registrada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA;

III - estar registrada em situação regular na Associação Brasileira dos Recauchutadores – ABR;

IV - estar registrada em situação regular nas Associações Regionais afins;

V - estar registrada em situação regular, no órgão ambiental estadual, para possuir Licença de Operação – LO;

Art.3º O descumprimento dos critérios elencados no art.2º dessa Lei, pelas empresas reformadoras de pneus objeto desta Lei, acarretará no impedimento das mesmas em atuarem no mercado de reforma de pneus, até a regularização das

eventuais faltas dessas empresas, além das sanções penais cabíveis aos seus eventuais responsáveis.

Art.4º Esta Lei entra em vigora na data de sua publicação.

Parágrafo único - A obrigatoriedade da certificação de que trata esta Lei, passará ser exigida no prazo de 04(quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto que ora apresento, objetiva tanto o aproveitamento progressivo de pneus reformados, por parte da frota do setor público nacional nas três esferas, União, Estados e Municípios, como a normatização específica da matéria no que se refere aos quesitos fundamentais para a reforma de pneus.

Além de proporcionar uma economia substancial aos cofres públicos, o uso de forma progressiva de pneus reformados atende não só a idéia de geração de empregos, já que o setor gera milhares de postos de trabalho em nosso País, mas também a preocupação ecológica pela minimização do uso de recursos naturais não renováveis (petróleo e aço) e pelo aproveitamento de carcaças, que quando não utilizadas geram lixo sólido de difícil disposição.]

Hoje, no Brasil e no mundo, o uso de pneus reformados nas frotas de carga, veículos de passeio e inclusive no transporte aéreo é uma realidade consolidada.

A presente proposição estabelece, por um lado a obrigatoriedade de uso e por outro a obrigatoriedade por parte das reformadoras em preencher critérios mínimos de qualificação de seus processos, o que com certeza agrega qualidade aos seus produtos.

As exigências previstas no art.2 de nossa proposição, serão elaboradas, aplicadas e analisadas pelo órgão competente, ficando este responsável pela certificação da qualidade da empresa reformadora, através da certificação de processo.

Falar em reforma de pneus é falar em ecologia. Considerando que um pneu novo ou reformado gasta, no máximo, 30% (trinta por cento) de sua estrutura durante a rodagem, permanecendo intacto em 70% (setenta por cento), é incontestável que tanto sob o ponto de vista econômico, quanto o ecológico é melhor reformá-lo que jogá-lo fora, agredindo a natureza ou determinando que as reformadoras e os usuários, tenham a obrigação de dar uma correta destinação.

A cada pneu reformado que roda em substituição a um pneu novo, promove a economia de 20 litros de petróleo, no caso de pneu de automóvel, e 40 litros, para o caso de um pneu de caminhonete. Poderíamos elencar ainda os impactos sobre o custo do frete no caso do transporte de carga.

Por fim, a reforma séria e qualificada de pneus em nosso País é um mercado em expansão, que ultrapassou nossas fronteiras, gerando milhares de empregos, produzindo uma substancial economia aos cofres públicos, para às empresas transportadoras e ao consumidor final.

Um aspecto especialmente significativo é o fato de que o incentivo da atividade do setor não custa nada ao Erário, ao contrário, permite economias consideráveis à Administração Pública.

Desta forma, fica também oficialmente reconhecido o grande valor ecológico da reforma de pneus, cuja ação evita que, por ano, milhares de toneladas de pneus usados virem lixo, gerando também uma economia de alguns milhões de litros/ano de petróleo e milhares de toneladas de aço. Só no Brasil a atividade de reforma economiza 45 milhões de litros de petróleo por mês ou 280 mil barris.

Os pneus reformados possuem, hoje, um elevado padrão de qualidade, conferindo-lhes características de confiabilidade e segurança tal que um pneu de avião chega, em alguns casos, a ser submetido a mais de 10(dez) reformas. E é unânime que o transporte aéreo é considerado o meio de transporte mais seguro da atualidade.

Solicito a atenção dos Nobres Pares, para matéria de tal relevância que já se faz presente em alguns países do mundo desenvolvido, como a Itália e os EUA, buscamos a aprovação desta proposta.

Brasília, em 03 junho de 2003

Deputado Carlos Nader
PFL-RJ

PROJETO DE LEI N.º 1.619, DE 2003

(Do Sr. Edson Duarte)

Classifica o resíduo proveniente da atividade de mineração e industrialização do amianto ou asbesto e dos produtos que o contenham, inclusive como contaminante, como sendo Classe I ou "Resíduo industrial perigoso" para fins de sua destinação final.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O resíduo de amianto ou asbesto é classificado como "Resíduo Industrial perigoso".

Parágrafo Único – O caput deste lei se aplica aos resíduos industriais provenientes de atividade de mineração ou industrialização do amianto ou asbesto ou de produtos que o contenham, inclusive como contaminante em outros minerais.

Art. 2º Os resíduos conforme definidos no art. 1º devem ser dispostos em aterro industrial para resíduo industrial perigoso do tipo Classe I, com base na classificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA.

Art. 3º As empresas que não cumprirem esta determinação estão sujeitas à advertência, multa de 6304 UFIR e até interdição de seu estabelecimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estudos mostram que o amianto, também chamado asbesto, é produto cancerígeno. Tanto que é proibido seu uso em 36 países. O amianto, como matéria-prima, já é classificado pelo "IARC-International Agency on Research of Cancer" da Organização Mundial da Saúde como "reconhecidamente cancerígeno para os seres humanos".

O Critério de Saúde Ambiental nº 203 de 1998 da Organização Mundial da Saúde, sobre Amianto Crisotila, o único ainda permitido no Brasil, afirma, que a exposição ao amianto crisotila ou amianto branco aumenta os riscos de asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma de maneira dependente em função da dose, e que nenhum limite de tolerância foi identificado para os riscos de câncer; diz ainda que "onde estiverem disponíveis substitutos considerados mais seguros, eles devem ser considerados para uso".

O resíduo do amianto é enquadrado como perigoso e pertencente à classe Y36 pela Convenção da Basiléia em seu artigo 1º, item 1, alínea "a" e Anexo I, que disciplina o "Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito" e que foi promulgada pelo Decreto Federal nº. 875 de 19/7/93

Os itens 8 do Anexo 12 da NR-15- Atividades e Operações Insalubres do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que disciplina os usos do amianto ou asbesto em nosso país, estabelece que: "antes de iniciar os trabalhos de remoção e/ou demolição, o empregador e/ou contratado, em conjunto com a representação dos trabalhadores, deverão elaborar um plano de trabalho onde sejam especificadas as medidas a serem tomadas, inclusive as destinadas a prever a eliminação dos resíduos que contenham asbesto" (Alínea c). O item 17 do

mesmo Anexo 12 prevê que: "o empregador deverá eliminar os resíduos que contém asbesto, de maneira que não se produza nenhum risco à saúde dos trabalhadores e da população em geral, de conformidade com as disposições legais previstas pelos órgãos competentes do meio ambiente e outro que porventura venham a regulamentar a matéria".

O Decreto 2.350/97, que regulamenta a Lei 9.055/95, onde "disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham", em seu artigo Art. 18 prevê que "a destinação de resíduos, contendo asbesto/amianto ou fibras naturais e artificiais referidas no art. 2º da Lei nº 9.055, de 1995, decorrentes do processo de extração ou industrialização, obedecerá ao disposto em regulamentação específica".

Nesta oportunidade, portanto, apresentamos proposta com o fim de regulamentar o artigo 18 do referido Decreto 2350/97, estabelecendo que todo resíduo proveniente da atividade mineral ou industrial e de produtos contendo amianto ou asbesto em sua composição, mesmo como contaminante, deverá ser considerado perigoso e destinado em aterro industrial classe I.

Solicitamos aos demais membros desta Casa que apóiem esta iniciativa.

Sala das sessões, em 05 de agosto 2003

Deputado EDSON DUARTE (PV-BA)

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

DECRETO Nº 875, DE 19 DE JULHO DE 1993

Promulga o Texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que a Convenção de Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito foi adotada sob a égide da Organização das Nações Unidas, em Basiléia, em 22 de março de 1989;

Considerando que a Convenção ora promulgada foi oportunamente submetida à apreciação do Congresso Nacional, que a aprovou por meio do Decreto Legislativo nº 34, de 16 de junho de 1992;

Considerando que o Governo brasileiro depositou a Carta de Adesão ao instrumento multilateral em epígrafe em 15 de outubro de 1992, passando o mesmo a vigorar, para o Brasil, em 30 de dezembro de 1992, na forma de seu art. 25, § 2º,

DECRETA:

Art. 1º A Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, concluída em Basileia, em 22 de março de 1989, apensa por cópia a este Decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém, ressalvada a declaração de reservas apresentada por ocasião do depósito do instrumento de adesão junto ao Secretariado-Geral das Nações Unidas e adiante transcrita in verbis:

"1. Ao aderir à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, o Governo brasileiro se associa a instrumento que considera positivo, uma vez que estabelece mecanismos internacionais de controle desses movimentos - baseados no princípio do consentimento prévio e explícito para a importação e o trânsito de resíduos perigosos -, procura coibir o tráfico ilícito e prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão adequada desses resíduos.

2. O Brasil manifesta, contudo, preocupação ante as deficiências da Convenção. Observa, assim, que seu articulado corresponderia melhor aos propósitos anunciados no preâmbulo caso apontasse para a solução do problema da crescente geração de resíduos perigosos e estabelecesse um controle mais rigoroso dos movimentos de tais resíduos. O art. 4º, parágrafo 8º, e o art. 11, em particular, contém dispositivos excessivamente flexíveis, deixando de configurar um compromisso claro dos Estados envolvidos na exportação de resíduos perigosos com a gestão ambientalmente saudável desses resíduos.

3. O Brasil considera, portanto, que a Convenção de Basileia constitui apenas um primeiro passo no sentido de se alcançarem os objetivos propostos ao iniciar-se o processo negociador, a saber: a) reduzir os movimentos transfronteiriços de resíduos ao mínimo consistente com a gestão eficaz e ambientalmente saudável de tais resíduos; b) minimizar a quantidade e o conteúdo tóxico dos resíduos perigosos gerados e assegurar sua disposição ambientalmente saudável tão próximo quanto possível do local de produção; e c) assistir os países em desenvolvimento na gestão ambientalmente saudável dos resíduos perigosos que produzirem.

4. Quanto à questão da abrangência da convenção, o Brasil reitera seus direitos e responsabilidades em todas as áreas sujeitas a sua jurisdição, inclusive no que se refere à proteção e à preservação do meio ambiente em seu mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental."

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

As Partes da presente Convenção,

Conscientes do risco que os resíduos perigosos e outros resíduos e seus movimentos transfronteiriços representam para a saúde humana e o meio ambiente,

Atentas à crescente ameaça à saúde humana e ao meio ambiente que a maior geração, complexidade e movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos representam,

Atentas também ao fato de que a maneira mais eficaz de se proteger a saúde humana e o meio ambiente dos perigosos que esses resíduos representam é a redução ao mínimo da sua geração em termos de quantidade e/ou potencial de seus riscos,

Convencidas de que os Estados devem tomar medidas necessárias para garantir que a administração de resíduos perigosos e outros resíduos, inclusive seu movimento transfronteiriço e depósito, seja coerente com a proteção da saúde humana e do meio ambiente, independentemente do local de seu depósito,

Observando que os Estados devem assegurar que o gerador cumpra suas tarefas no que se refere ao transporte e depósito de resíduos perigosos e outros resíduos numa maneira coerente com a proteção do meio ambiente, independentemente do local de depósito,

Reconhecendo plenamente que qualquer Estado tem o direito soberano de proibir a entrada ou depósito de resíduos perigosos e outros resíduos estrangeiros em seu território,

Reconhecendo também o desejo crescente de proibir movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito em outros Estados, especialmente nos países em desenvolvimento,

Convencidas de que os resíduos perigosos e outros resíduos devem, na medida em que seja compatível com uma administração ambientalmente saudável e eficiente, ser depositados no Estado no qual foram gerados,

Conscientes também de que os movimentos transfronteiriços desses resíduos do Estado gerador para qualquer outro Estado devem ser permitidos apenas quando realizados em condições que não ameacem a saúde humana e o meio ambiente, nas condições previstas na presente Convenção,

Considerando que um maior controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos agirá como um estímulo para a administração ambientalmente saudável dos mesmos e para a redução do volume deste movimento transfronteiriço,

Convencidas de que os Estados devem tomar medidas para estabelecer um intercâmbio adequado de informações sobre o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos que saem desses Estados ou neles entram e para o controle de tais movimentos,

Observando que diversos acordos internacionais e regionais abordaram a questão da proteção e preservação do meio ambiente em relação ao trânsito de bens perigosos,

Levando em consideração a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), as Diretrizes e Princípios do Cairo para a

administração ambientalmente saudável de resíduos perigosos adotados pelo Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) por meio da decisão 14/30 de 17 de junho de 1987, as Recomendações do Comitê de Peritos das Nações Unidas para o Transporte de Bens Perigosos (formuladas em 1957 e atualizadas bianualmente), recomendações, declarações, instrumentos e regulamentos pertinentes adotados dentro do sistema das Nações Unidas e o trabalho e os estudos desenvolvidos dentro de outras organizações internacionais e regionais,

Atentas ao espírito, princípios, objetivos e funções da Carta Mundial da Natureza adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua trigésima sétima sessão (1982) como a regra de ética para a proteção do meio ambiente humano e a preservação dos recursos naturais,

Afirmando que os Estados devem cumprir suas obrigações internacionais no que se refere à proteção da saúde humana e proteção e à preservação do meio ambiente e que são responsáveis por danos em conformidade com o direito internacional,

Reconhecendo que, no caso de uma violação grave dos dispositivos da presente Convenção ou de qualquer protocolo da mesma, aplicar-se-ão as normas pertinentes do direito internacional dos tratados,

Conscientes da necessidade de continuar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias ambientalmente racionais, que gerem escassos resíduos, medidas de reciclagem e bons sistemas de administração e de manejo, permitam reduzir ao mínimo a geração de resíduos perigosos e outros resíduos,

Conscientes também da crescente preocupação internacional com a necessidade de um controle rigoroso do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos, bem como a necessidade de, tanto quanto possível, reduzir este movimento a um mínimo,

Preocupadas com o problema do tráfico transfronteiriço ilegal de resíduos perigosos e de outros resíduos,

Levando também em consideração que países em desenvolvimento têm uma capacidade limitada para administrar resíduos perigosos e outros resíduos,

Reconhecendo que é preciso promover a transferência de tecnologia para a administração saudável dos resíduos perigosos e outros resíduos produzidos localmente, particularmente para os países em desenvolvimento, de acordo com o espírito das Diretrizes do Cairo e da decisão 14/16 do Conselho de Administração do PNUMA sobre a promoção da transferência de tecnologias de proteção ambiental,

Reconhecendo também que os resíduos perigosos e outros resíduos devem ser transportados de acordo com as convenções e recomendações internacionais pertinentes,

Convencidas também de que o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos só deve ser permitido quando o transporte e o depósito final desses resíduos forem ambientalmente racionais, e

Determinadas a proteger, por meio de um controle rigoroso, a saúde humana e o meio ambiente contra os efeitos adversos que podem resultar da geração e administração de resíduos perigosos e outros resíduos,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

Alcance da Convenção

1. Serão "resíduos perigosos" para os fins da presente Convenção, os seguintes resíduos que sejam objeto de movimentos transfronteiriços:
 - a) Resíduos que se enquadrarem em qualquer categoria contida no Anexo I, a menos que não possuam quaisquer das características descritas no Anexo III; e
 - b) Resíduos não cobertos pelo parágrafo (a) mas definidos, ou considerados, resíduos perigosos pela legislação interna da Parte que seja Estado de exportação, de importação ou de trânsito.
2. Os resíduos que se enquadram em qualquer categoria contida no Anexo II e que sejam objeto de movimentos transfronteiriços serão considerados "outros resíduos" para os fins da presente Convenção.
3. Os resíduos que, por serem radioativos, estiverem sujeitos a outros sistemas internacionais de controle, inclusive instrumentos internacionais que se apliquem especificamente a materiais radioativos, ficam excluídos do âmbito da presente Convenção.
4. Os resíduos derivados de operações normais de um navio, cuja descarga esteja coberta por um outro instrumento internacional, ficam excluídos do âmbito da presente Convenção.

Artigo 2

Definições

Para os fins da presente Convenção:

1. Por "Resíduos" se entendem as substâncias ou objetos, a cujo depósito se procede, se propõe proceder-se, ou se está obrigado a proceder-se em virtude do disposto na legislação nacional;
2. Por "Administração" se entende a coleta, transporte e depósito de resíduos perigosos e outros resíduos, incluindo a vigilância dos locais de depósito;
3. Por "Movimento transfronteiriço" se entende todo movimento de resíduos perigosos ou outros resíduos procedentes de uma área sob a jurisdição nacional de um Estado para ou através de uma área sob a jurisdição nacional de outro Estado ou para ou através de uma área não incluída na jurisdição nacional de qualquer Estado, desde que o movimento afete a pelo menos dois Estados;
4. Por "Depósito" se entende qualquer das operações especificadas no Anexo IV da presente Convenção;
5. Por "Local ou Instalação aprovada" se entende um local ou uma instalação para o depósito de resíduos perigosos e outros resíduos autorizada ou liberada para operar com esta finalidade por uma autoridade competente do Estado no qual o local ou a instalação esteja localizada;
6. Por "Autoridade competente" se entende uma autoridade governamental designada por uma Parte para ser responsável, dentro das áreas geográficas consideradas adequadas pela Parte, para receber a notificação de um movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos, bem como qualquer informação relativa ao mesmo, e para dar resposta a tal notificação, como prevê o artigo 6º;
7. Por "Ponto focal" se entende a entidade de uma Parte mencionada no artigo 5º, responsável por receber e fornecer informações na forma prevista nos Artigos 13 e 16;
8. Por "Administração ambientalmente saudável de resíduos perigosos ou outros resíduos" se entende a tomada de todas as medidas práticas para garantir que os resíduos perigosos e

outros resíduos sejam administrados de maneira a proteger a saúde humana e o meio ambiente de efeitos nocivos que possam ser provocados por esses resíduos;

9. Por "Área sob a jurisdição nacional de um Estado" se entende qualquer área terrestre, marítima ou aérea dentro da qual um Estado exerça responsabilidade administrativa e regulamentadora de acordo com o direito internacional em relação à proteção da saúde humana ou do meio ambiente;

10. Por "Estado de exportação" se entende uma Parte a partir da qual se planeja iniciar ou se inicia um movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos;

11. Por "Estado de importação" se entende uma Parte para a qual se planeja fazer ou se faz efetivamente um movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos com a finalidade de aí depositá-los ou de carregá-los antes de depositá-los numa área não incluída na jurisdição nacional de qualquer Estado;

12. Por "Estado de trânsito" se entende qualquer Estado, que não seja o Estado de exportação ou importação, através do qual se planeja fazer ou se faz um movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos;

13. Por "Estados interessados" se entende as Partes que são Estados de exportação ou importação, ou Estados de trânsito, quer sejam Partes ou não;

14. Por "Pessoa" se entende qualquer pessoa física ou jurídica;

15. Por "Exportador" se entende qualquer pessoa sob a jurisdição do Estado de exportação que providencia a exportação de resíduos perigosos ou outros resíduos;

16. Por "Importador" se entende qualquer pessoa sob a jurisdição do Estado de importação que providencia a importação de resíduos perigosos ou outros resíduos;

17. Por "Transportador" se entende qualquer pessoa que realiza o transporte de resíduos perigosos ou outros resíduos;

18. Por "Gerador" se entende qualquer pessoa cuja atividade produza resíduos perigosos ou outros resíduos que sejam objeto de um movimento transfronteiriço ou, caso essa pessoa não seja conhecida, a pessoa que possui e/ou controla esses resíduos;

19. Por "Encarregado do depósito" se entende qualquer pessoa para a qual resíduos perigosos ou outros resíduos são enviados ou que efetua o depósito desses resíduos;

20. Por "Organização de integração política e/ou econômica" se entende uma organização constituída por Estados soberanos para a qual seus Estados-membros tenham transferido a competência pelas questões regidas pela presente Convenção e que tenha sido devidamente autorizada, de acordo com seus procedimentos internos, a assiná-la, ratificá-la, aceitá-la, aprová-la, confirmá-la formalmente ou aderir à mesma;

21. Por "Tráfico ilegal" se entende qualquer movimento transfronteiriço de resíduos perigosos ou outros resíduos na forma especificada no artigo 9º.

DECRETO Nº 2.350, DE 15 DE OUTUBRO DE 1997

Regulamenta a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995,

DECRETA:

.....

Art. 18. A destinação de resíduos contendo asbesto/amianto ou fibras naturais e artificiais referidas no art.2º da Lei nº 9.055, de 1995, decorrentes do processo de extração ou industrialização, obedecerá ao disposto em regulamentação específica.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Paulo Paiva

Reinhold Stephanes

Carlos César de Albuquerque

Francisco Dornelles

Raimundo Brito

José Israel Vargas

Gustavo Krause

LEI Nº 9.055, DE 1º DE JUNHO DE 1995

Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É vedada em todo o território nacional:

I - a extração, produção, industrialização, utilização e comercialização da actinolita, amosita (asbesto marrom), antofilita, crocidolita (amianto azul) e da tremolita, variedades minerais pertencentes ao grupo dos anfibólios, bem como dos produtos que contenham estas substâncias minerais;

II - a pulverização (spray) de todos os tipos de fibras, tanto de asbesto/amianto da variedade crisotila como daquelas naturais e artificiais referidas no art.2º desta Lei;

III - a venda a granel de fibras em pó, tanto de asbesto/amianto da variedade crisotila como daquelas naturais e artificiais referidas no art.2º desta Lei.

Art. 2º O asbesto/amianto da variedade crisotila (asbesto branco), do grupo dos minerais das serpentinhas, e as demais fibras, naturais e artificiais de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, serão extraídas, industrializadas, utilizadas e comercializadas em consonância com as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se fibras naturais e artificiais as comprovadamente nocivas à saúde humana.

Art. 3º Ficam mantidas as atuais normas relativas ao asbesto/amianto da variedade crisotila e às fibras naturais e artificiais referidas no artigo anterior, contidas na legislação de segurança, higiene e medicina do trabalho, nos acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil e nos acordos assinados entre os sindicatos de trabalhadores e os seus empregadores, atualizadas sempre que necessário.

§ 1º (VETADO).

§ 2º As normas de segurança, higiene e medicina do trabalho serão fiscalizadas pelas áreas competentes do Poder Executivo e pelas comissões de fábrica referidas no parágrafo anterior.

§ 3º As empresas que ainda não assinaram com os sindicatos de trabalhadores os acordos referidos no caput deste artigo deverão fazê-lo no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta Lei, e a inobservância desta determinação acarretará, automaticamente, o cancelamento do seu alvará de funcionamento.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978

Aprova as Normas Regulamentadoras-NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 20, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei no 6.514, de 22 de dezembro de 1977.

RESOLVE:

Artigo 1º Aprovar as Normas Regulamentadoras-NR- do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho:

NORMAS REGULAMENTADORAS

NR-15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

15.1. São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1. Acima dos limites de tolerância previstos nos anexos no 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2. Revogado pela Portaria no 3751 de 23/11/90.

15.1.3. Nas atividades mencionadas nos anexos no 5, 6, 13 e 14;

15.1.4. Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos anexos números 7, 8, 9 e 10;

15.1.5. Entende-se por Limite de Tolerância, para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.

15.2. O exercício de trabalho em condições de insalubridade, de acordo com os subitens do item anterior, assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

15.2.1. 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

15.2.2. 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

15.2.3. 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

15.3. No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.

15.4.1. A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

- a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

15.4.1.1. Cabe a autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, comprovada a insalubridade por laudo técnico de engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, devidamente habilitado, fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização.

- a) notificar a empresa, estipulando prazo para a eliminação ou neutralização do risco, quando possível;

b) fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização.

15.4.1.2. A eliminação ou neutralização da insalubridade ficará caracterizada através de avaliação pericial por órgão competente, que comprove a inexistência de risco à saúde do trabalhador.

15.5. É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho, através das DRTs, a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou determinar atividade insalubre.

15.5.1. Nas perícias requeridas às Delegacias Regionais do trabalho, desde que comprovada a insalubridade, o perito do Ministério do Trabalho indicará o adicional devido.

15.6. O perito descreverá no laudo a técnica e a aparelhagem utilizadas.

15.7. O disposto no item 15.5 não prejudica a ação fiscalizadora do MTb, nem a realização ex-offício da perícia, quando solicitado pela Justiça, nas localidades onde não houver perito.

ANEXO Nº 12

LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA POEIRAS MINERAIS

Asbesto

8. Antes de iniciar os trabalhos de remoção e/ou demolição, o empregador e/ou contratado, em conjunto com a representação dos trabalhadores, deverão elaborar um plano de trabalho onde sejam especificadas as medidas a serem tomadas, inclusive as destinadas a:

- a) proporcionar toda proteção necessária aos trabalhadores;
- b) limitar o desprendimento da poeira de asbesto no ar;
- c) prever a eliminação dos resíduos que contenham asbesto.

9. Será de responsabilidade dos fornecedores de asbesto, assim como dos fabricantes e fornecedores de produtos contendo asbesto, a rotulagem adequada e suficiente, de maneira facilmente compreensível pelos fabricantes e usuários interessados.

9.1. A rotulagem deverá conter, conforme modelo Anexo II.

- a letra minúscula "a" ocupando 40"% (quarenta por cento) da área total da etiqueta;

- caracteres: "Atenção contém amianto", "Respirar poeira de amianto é prejudicial à saúde", e "Evite risco: siga as instruções de uso";

9.2. A rotulagem deverá, sempre que possível, ser impressa no produto, em cor contrastante, de forma visível e legível.

17. O empregador deverá eliminar os resíduos que contém asbesto, de maneira que não se produza nenhum risco à saúde dos trabalhadores e da população em geral, de conformidade com as disposições legais previstas pelos órgãos competentes do meio ambiente e outro que porventura venham a regulamentar a matéria.

18. Todos os trabalhadores que desempenham ou tenham funções ligadas à exposição ocupacional ao asbesto serão submetidos a exames médicos previstos no subitem 7.1.3 da NR-7, sendo que por ocasião da admissão, demissão e anualmente devem ser realizados, obrigatoriamente, exames complementares incluindo, além da avaliação clínica, telerradiografia de torax e prova de função pulmonar (espirometria).

18.1. A técnica utilizada na realização das telerradiografias de torax deverá obedecer ao padrão determinado pela Organização Internacional do Trabalho, especificado na Classificação Internacional de Radiografias de Pneumoconioses (OIT-1980);

18.2. As empresas ficam obrigada a informar aos trabalhadores examinados, em formulário próprio, os resultados dos exames realizados.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.724, DE 2003

(Do Sr. Silas Brasileiro)

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre o recolhimento de embalagens de produtos de uso veterinário, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º-A As empresas produtoras e comercializadoras de produtos de uso veterinário são responsáveis pela destinação, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, observadas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes:

I - das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários;

II - dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória;

III - dos produtos impróprios para utilização ou em desuso.

§ 1º Quando o produto não for fabricado no País, a responsabilidade de que trata o *caput* é da pessoa física ou jurídica responsável pela importação e, tratando-se de produto importado submetido a processamento industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrante defini-la.

§ 2º As embalagens de produtos de uso veterinário devem ser projetadas e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem.

§ 3º Para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os produtos de uso veterinário devem portar rótulos próprios e bulas, redigidos em português, que contenham, entre outros dados exigidos na legislação, informações sobre os procedimentos para a devolução e a destinação das embalagens vazias, bem como os efeitos sobre o meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes." (AC)

"Art. 5º-B Os usuários de produtos de uso veterinário devem efetuar a devolução das embalagens vazias desses produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente." (AC)

"Art. 5º C Compete ao Poder Público a fiscalização:

I - da devolução e destinação adequada de embalagens vazias de produtos de uso veterinário, de produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles Impróprios para utilização ou em desuso;

II - do armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização de embalagens vazias e produtos referidos no inciso I." (AC)

"Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectivo regulamento sujeitam os infratores às sanções administrativas e penais previstas nas Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977; 7.889, de 23 de novembro de 1989; 8.078, de 11 de setembro de 1990; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e na legislação civil e penal pertinente." (NR)

Art. 2º As empresas produtoras e comercializadoras de produtos de uso veterinário devem implementar, em colaboração com o Poder Público, programas educativos e mecanismos de controle e estímulo à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários, no prazo de cento e oitenta dias contado da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os resíduos sólidos constituem, na atualidade, um dos mais graves problemas das áreas urbanas. A questão, contudo, não se restringe às cidades.

Na área rural, determinados tipos de resíduos devem merecer atenção especial, pelo risco que apresentam à saúde e ao meio ambiente. Um exemplo são os agrotóxicos, para os quais foi aprovada a Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, que determina a devolução das embalagens após o uso pelo consumidor.

Os produtos de uso veterinário, a nosso ver, estão na mesma situação. O produtor rural não tem condições de manter um depósito para as embalagens dos produtos de uso veterinário após o uso — até porque seria um risco ambiental — nem condições de dar-lhes destinação adequada.

O mais apropriado é o recolhimento dessas embalagens pelo próprio fabricante, por meio das cooperativas e demais distribuidores. Pelo exposto, contamos com a aprovação do projeto de Lei que ora apresentamos a esta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2003.

Deputado SILAS BRASILEIRO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

DECRETO-LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

.....

Art. 5º (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.899, de 21/12/1981).

Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência, ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, dobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste Decreto-Lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

.....
.....

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 1º As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as configuradas na presente Lei.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - apreensão de produto;
- IV - inutilização de produto;
- V - interdição de produto;
- VI - suspensão de vendas e/ou fabricação de produto;
- VII - cancelamento de registro de produto;
- VIII - interdição parcial ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

** Inciso com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

X - cancelamento de autorização para funcionamento da empresa;

** Inciso com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento;

** Inciso com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XI-A - intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera.

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 1º-A. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

** § 1º-A acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

I - nas infrações leves, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

II - nas infrações graves, de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 1º-B. As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência.

** § 1º-B acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 1º-C. Aos valores das multas previstas nesta Lei aplicar-se-á o coeficiente de atualização monetária referido no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

** § 1º-C acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 1º-D Sem prejuízo do disposto nos arts. 4º e 6º desta Lei, na aplicação da penalidade de multa a autoridade sanitária competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

** § 1º-D acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

Art. 3º O resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu.

§ 1º Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 4º As infrações sanitárias classificam-se em:

- I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 5º A intervenção no estabelecimento, prevista no inciso XI-A do art. 2º, será decretada pelo Ministro da Saúde, que designará interventor, o qual ficará investido de poderes de gestão, afastados os sócios, gerentes ou diretores que contratual ou estatutariamente são detentores de tais poderes e não poderá exceder a cento e oitenta dias, renováveis por igual período.

** Artigo caput com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 1º Da decretação de intervenção caberá pedido de revisão, sem efeito suspensivo, dirigido ao Ministro da Saúde, que deverá apreciá-lo no prazo de trinta dias.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 2º Não apreciado o pedido de revisão no prazo assinalado no parágrafo anterior, cessará a intervenção de pleno direito, pelo simples decurso do prazo.

** § 2º com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

§ 2º-A. Ao final da intervenção, o interventor apresentará prestação de contas do período que durou a intervenção.

** § 2º-A acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

Art. 6º Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 7º São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 8º São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente;
- II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé.

Parágrafo único. A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Art. 9º Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 10. São infrações sanitárias:

I - construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença, e/ou multa.

II - construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

III - instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, bancos de sangue, de leite humano, de olhos, e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climatéricas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

** Inciso com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar,

comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.

V - fazer propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa.

VI - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena - advertência, e/ou multa.

VII - impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência, e/ou multa.

VIII - reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas, sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa.

IX - opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência, e/ou multa.

X - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento de licença e/ou multa;

** Pena com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XI - aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa de lei e normas regulamentares:

** Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, e/ou multa.*

XII - fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença, e/ou multa.

** Pena com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XIII - retirar ou aplicar sangue, proceder a operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

** Pena com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XIV - exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

** Pena com redação dada pela Lei nº 9.695, de 20/08/1998.*

XV - rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, inutilização, interdição, e/ou multa.

XVI - Alterar o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização, e/ou multa.

XVII - reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.

XVIII - expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha expirado, ou apor-lhes novas datas, após expirado o prazo:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização, e/ou multa.

XIX - industrializar produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.

XX - utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença, e/ou multa.

XXI - comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa.

XXII - aplicação, por empresas particulares, de raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização, e/ou multa.

XXIII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa.

XXIV - inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente a sua posse:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa.

XXV - exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa.

XXVI - cometer o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição, e/ou multa.

XXVII - proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa.

XXVIII - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento.

XXIX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda.

XXX - expor ou entregar ao consumo humano sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo Ministério da Saúde.

** Item XXX com redução dada pela Lei nº 9.003, de 16/03/1993.*

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento.

XXXI - descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à aplicação da legislação pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda.

Parágrafo único. Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

Art. 11. A inobservância ou a desobediência às normas sanitárias para o ingresso e a fixação de estrangeiro no País, implicará em impedimento do desembarque ou permanência do alienígena no território nacional, pela autoridade sanitária competente.

TÍTULO II DO PROCESSO

Art. 12. As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta Lei.

* Medida Provisória nº 2.190-34, de 23/08/2001.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.190-34, DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 12. Os arts. 2º e 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

XII - imposição de mensagem retificadora;

XIII - suspensão de propaganda e publicidade.

§ 1º A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

II - nas infrações graves, de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 2º As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos arts. 4º e 6º desta Lei, na aplicação da penalidade de multa a autoridade sanitária competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator." (NR)

"Art. 10.

V -

pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa." (NR)

XVIII - importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, após expirado o prazo;

XXVIII -

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para o funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XXIX -

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXX -

pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto e interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XXXI -

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres:

pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa;

XXXIII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por empresas administradoras de terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres:

pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa;

XXXIV - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas física ou jurídica, de matérias-primas ou produtos sob vigilância sanitária:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXV - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitária:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVI - proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVII - proceder a comercialização de produto importado sob interdição:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVIII - deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos importados sob interdição ou aguardando inspeção física:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXIX - interromper, suspender ou reduzir, sem justa causa, a produção ou distribuição de medicamentos de tarja vermelha, de uso continuado ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado:

pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XL - deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde a interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos referidos no inciso XXXIX:

pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XLI - descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas físicas ou jurídicas, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículo terrestres:

pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa.

....." (NR)

LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 94, de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, NELSON CARNEIRO, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição.

Art. 2º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, de até 25.000 (vinte e cinco mil) Bônus do Tesouro Nacional - BTN, nos casos não compreendidos no inciso anterior;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizadora;

V - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embarço ou resistência a ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 2º A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro (art. 7º da Lei nº 1.283/50).

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

.....

.....

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por

decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

LEI Nº 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização a propaganda comercial a utilização,, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O artigo 6º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....”

“I – devem ser projetadas e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem;”
(NR)

“.....”

“§ 1º O fracionamento e a reembalagem de agrotóxicos e afins com o objetivo de comercialização somente poderão ser realizados pela empresa produtora, ou por estabelecimento devidamente credenciado, sob responsabilidade daquela, em locais e condições previamente autorizados pelos órgãos competentes.” (NR)

“§ 2º Os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente.” (AC)

“§ 3º Quando o produto não for fabricado no País, assumirá a responsabilidade de que trata o § 2º a pessoa física responsável pela importação e, tratando-se de produto importado submetido a processamento

industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrante defini-la." (AC)

"§ 4º As embalagens rígidas que contiverem formulações miscíveis ou dispensíveis em água deverão ser submetidas pelo usuário à operação de triplice lavagem, tecnologia equivalente, conforme normas e técnicas oriundas dos órgãos competentes e orientação constante de seus rótulos e bulas." (AC)

"§ 5º As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes." (AC)

"§ 6º As empresas produtoras de equipamentos para pulverização deverão, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Lei, inserir nos novos equipamentos adaptações destinadas a facilitar as operações de triplice lavagem ou tecnologia equivalente." (AC)

Art. 2º O caput e a alínea b do inciso II do art. 7º da Lei nº 7.802, de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os agrotóxicos e afins são obrigados a exibir rótulos próprios e bulas, redigidos em português, que contenham, entre outros, os seguintes dados:" (NR)

".....
II -"

"d) informações sobre os equipamentos a serem usados e a descrição dos processos de triplice lavagem ou tecnologia equivalente, procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens vazias e efeitos sobre meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes." (NR)

"....."

Art 3º A Lei nº 7.802, de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 12A:

"Art. 12A. Compete ao Poder Público a fiscalização:" (AC)

"I - da devolução e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, de produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles impróprios para utilização ou em desuso;" (AC)

"II - do armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização de embalagens vazias e produtos referidos no inciso I." (AC)

Art. 4º O caput e as alíneas b, c e e do art. 14 da Lei nº 7.802, de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem:" (NR)

"....."

"h) ao usuário ou ao prestador de serviços, quando proceder em desacordo com o receituário ou as recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais;" (NR)

"c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitários-ambientais;"

"....."

"e) ao produtor, quando produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação às embalagens vazias em conformidade com a legislação pertinente;" (NR)

"....."

Art 5º O art. 15 da Lei nº 7.802, de 1989, passa a vigorar com a seguinte:

"Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins em descumprimento às exigências estabelecidas em legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa." (NR)

Art 6º O art. 19 da Lei nº 7.802, de 1989, passa a vigorar com o seguinte parágrafo único:

"Art. 19."

"Parágrafo único. A empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, implementarão com o Poder Público, programas educativos e mecanismos de controle e estímulo à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários, no prazo de cento e oitenta dias contado da publicação desta Lei." (AC)

Art. 7º (VETADO)

Brasília, 6 de junho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

José Serra

Alcides Lopes Tápias

José Sarney Filho

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 1.760, DE 2003

(Do Sr. Coronel Alves)

Prioriza os produtos oriundos da reciclagem de resíduos sólidos nas compras de bens de consumo e duráveis, realizadas pelos órgãos da Administração Pública Federal.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 RICD) - ART. 24 -II

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional Decreta:

Artigo 1º Esta lei estabelece a prioridade para os produtos oriundos da reciclagem de resíduos sólidos nas compras de bens de consumo e duráveis, realizadas pelos órgãos da Administração Pública Estadual.

Art. 2º Terão prioridade, nas compras de bens de consumo e duráveis, realizadas pelos órgãos da Administração Pública Federal, os produtos e materiais oriundos da reciclagem de resíduos sólidos.

Art. 3º Para efeitos desta lei consideram-se:

I - Resíduos sólidos - aqueles que se apresentam nos estados sólido, semi-sólido e os líquidos não passíveis de tratamento convencional e cujas particularidades tornem inviável seu lançamento final em rede pública de esgotos ou corpos d'água ou exijam, para isso, soluções tecnicamente ou economicamente inviáveis;

II - Produtos e materiais oriundos da reciclagem de resíduos sólidos - aqueles que se originam do aproveitamento, reutilização, manipulação, transformação e industrialização de resíduos sólidos e que se destinam ao consumo e utilização humana, não apresentando possibilidade de contaminação ou outros danos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A gestão dos resíduos parece ser uma das problemáticas mais discutidas em todo o mundo. A sociedade de consumo vem, numa escala geométrica, aumentando a produção de resíduos cuja destinação necessita de planejamento, análise e muita pesquisa visando a minimizar a agressão ao meio ambiente.

Dentre as destinações dadas aos resíduos sólidos, a que se afigura mais adequada e mais condizente com a sociedade contemporânea é a reciclagem.

Alguns países em estágio elevado de desenvolvimento, como os escandinavos, já conseguem reciclar quase que a totalidade dos resíduos passíveis desse processamento, proporcionando, assim, grande alívio aos recursos naturais uma vez que, por um lado, a retirada de matéria-prima da natureza diminui e, por outro, o meio ambiente deixa de receber grande quantidade de dejetos.

No Brasil, em que pese a grande quantidade de proposições legislativas tratando do assunto, em realidade muito pouco tem sido feito com respeito à reciclagem de resíduos. Basta verificar o resultado da Pesquisa Nacional

de Saneamento Básico, realizada em 2000 pelo IBGE, em que da totalidade dos resíduos domiciliares, 47,1% vão para aterros sanitários; 22,3% para os aterros controlados e 30,5% para os chamados lixões.

A parcela destinada a reciclagem é tão irrisória que nem é contabilizada na pesquisa. Para se reverter essa situação muita coisa deve ser feita e o Poder Público, através da implantação de idéias simples como a que contém este projeto, pode colaborar para o incremento da reciclagem. Se os órgãos do Poder Executivo, que consomem uma quantidade de materiais e bens duráveis superior a qualquer outro setor, der prioridade aos produtos oriundos da reciclagem, mesmo que compreendendo um percentual mínimo, haverá certamente um incremento e um fortalecimento dos agentes que se ocupam dessa atividade.

Assim, ao apresentarmos essa proposição temos em mente estarmos colaborando para que o Brasil conquiste cada vez mais um espaço condizente com sua importância na questão da racionalização do uso dos recursos naturais e, dessa forma, possa ser exemplo para as outras nações e demais entidades públicas nacionais. Portanto, contamos com o apoio dos Nobres Pares da Câmara dos Deputados para sua análise, aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 20 de agosto 2003.

Deputado Coronel Alves
PL-AP

PROJETO DE LEI N.º 1.786, DE 2003

(Do Sr. Coronel Alves)

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-1760/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RIGD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a utilização de papel reciclado, no âmbito da Administração Pública direta e indireta Federal.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá estudos necessários para ampliar o percentual de utilização de papel reciclado, no âmbito da Administração Pública direta e indireta Federal.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Hoje em dia, as sociedades desenvolvidas atribuem enorme importância aos problemas ambientais.

Os projetos de reciclagem existentes são, na maioria das vezes, fruto da iniciativa privada que, antes do governo, enxergou as vantagens econômicas de reaproveitamento do material descartado. Sendo assim, a Administração Pública direta e indireta Federal necessita, cada vez mais, incentivar os programas de reciclagem e de compra de material reciclado, colaborando, assim, com a preservação do meio ambiente e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

A compra de papel reciclado, além de promover o aproveitamento dos resíduos urbanos, é uma forma de combater números assustadores, a saber: por cada tonelada de papel reciclado, pode-se evitar o abate de 15 a 20 árvores, reduz-se em 70% a contaminação atmosférica, gasta-se menos 35% de água e menos 64% de energia.

Diante do exposto, verifica-se a importância de se implantar, na Administração Pública direta e indireta, a inclusão de programas para a compra de papéis reciclados, fato que contribuirá, e muito para a preservação do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Além de todo o benefício acima exposto, conta-se com a viabilidade econômica, pois o material reciclado possui preços mais acessíveis que os demais, e por tudo isso é que submeto o presente à apreciação dos Nobres Pares.

Sala das sessões, em 26 de agosto de 2003.

Deputado Coronel Alves
PL-AP

PROJETO DE LEI N.º 1.787, DE 2003

(Do Sr. Coronel Alves)

Obriga a polimerização de reverso na destinação final dos resíduos sólidos, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3230

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade de polimerização de reverso na destinação final dos resíduos sólidos, e dá outras providências.

Art. 2º Os resíduos sólidos especiais que apresentam riscos potenciais à saúde pública e ao ambiente, em função das características peculiares que apresentam, merecerão do Estado cuidados especiais em seu acondicionamento, coleta, transporte manipulação e disposição final.

Art. 3º São considerados resíduos sólidos especiais os que se enquadram nos grupos "A,B e C", anexo I, da Resolução nº 5, de 5 de agosto de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA.

Art. 4º Cabe aos estabelecimentos referidos na resolução nº 5, de 5 de agosto de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, mencionado no artigo anterior o gerenciamento de seus resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e da saúde pública.

Art. 5º O acondicionamento e transporte dos resíduos sólidos especiais, obedecerão as normas estabelecidas nos arts. 7º e 8º da resolução nº 5, de 5 de agosto de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA.

Art. 6º O tratamento dos resíduos sólidos especiais, adotarão o sistema de Polimerização de reserva seguindo os seguintes passos:

- I- purga de oxigênio via fluxo e nitrogênio;
- II- redução de microondas;
- III- controle ambiental; e
- IV- manuseio de descarga do material.

Parágrafo único. Para o fiel cumprimento dos dispositivos constantes do caput deste artigo, os estabelecimentos poderão firmar Termo de Ajustamento de Conduta- TAC, com prazo de até 180 dias, prorrogável por igual período, com o órgão público ambiental.

Art. 7º Constitui infração administrativa ambiental, para os efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos por ela estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

Art. 8º As infrações administrativas ambientais às disposições desta lei, de seu regulamento, bem como das normas, padrões e exigências técnicas serão, a critério da autoridade competente, classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta:

- I- a intensidade do dano, efetivo ou potencial;
- II- as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator; e

IV - a capacidade econômica do infrator. Parágrafo único - Responderá pela infração quem por qualquer modo concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 9º As infrações administrativas ambientais de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa de 10 a 10.000 vezes o valor da Unidade Fiscal;
- III - interdição temporária ou definitiva;
- IV - embargo;
- V - demolição;
- VI - suspensão de financiamento e benefícios fiscais; e
- VII - apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo.

§1º A penalidade de multa será imposta observados os seguintes limites:

- I - de 10 a 1.000 vezes o valor da UF, nas infrações leves;
- II - de 1.001 a 5.000 vezes o mesmo valor, nas infrações graves; e
- III - de 5.001 a 10.000 vezes o mesmo valor, nas infrações gravíssimas.

§2º. A multa será recolhida com base no valor da UF à data de seu efetivo pagamento.

§3º Ocorrendo a extinção da UF, adotar-se-á, para os efeitos desta lei, o mesmo índice que a substituir.

§4º. Nos casos de reincidência, caracterizado pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta, cumulativamente.

§5º Nos casos de infração continuada, a critério da autoridade competente, poderá ser imposta multa diária de 1 a 10.000 vezes o valor da UF.

§6º A penalidade de interdição definitiva ou temporária será imposta nos casos de perigo à saúde pública, podendo, também ser aplicada, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada e a partir da terceira reincidência.

§7º As penalidades de embargo e demolição serão impostas nas hipóteses de obras ou construções feitas sem licença ou com ela desconformes.

§8º A penalidade de recolhimento temporário ou definitivo será aplicada nos casos de perigo à saúde pública ou, a critério da autoridade pública, nos de infração continuada ou a partir da terceira reincidência.

§9º As penalidades estabelecidas nos incisos III e IV deste artigo poderão ser impostas cumulativamente com as previstas no incisos I e II.

Art.10. Verificando o inadimplemento do pagamento de multas, esta será imediatamente inscrita na dívida ativa, para fins de cobrança por parte da Fazenda Pública.

§1º As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, nos termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se obrigar a adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a degradação ambiental.

§2º Cumpridas todas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter redução de até 50% (cinquenta por cento) de seu valor.

§3º O infrator não poderá beneficiar-se da redução da multa prevista neste artigo se deixar de cumprir, parcial ou totalmente, qualquer das medidas especificadas nos prazos estabelecidos e nos casos de reincidência.

Art.11. As autoridades competentes ou qualquer terceiro interessado deverão encaminhar ao Ministério Público os elementos necessários para as providências de sua alçada em relação ao poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, a situação de perigo existente ou a estiver tomando mais grave, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único. A autoridade, funcionário ou servidor que deixar de cumprir a obrigação que trata este artigo ou agir para impedir, dificultar ou retardar o seu cumprimento incorrerá nas mesmas responsabilidades do poluidor, sem prejuízo das demais penalidades administrativas e penais.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, indicando o órgão público ambiental a ser responsável por sua execução.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O interesse público sobre o gerenciamento do lixo tem crescido nessa ultima década. O interesse público sobre o tratamento do lixo medicinal tem crescido de maneira surpreendente em todos os países que se preocupam com a saúde pública.

Nos anos 1980, 1990 o lixo medicinal, tais como: sobras anatômicas inúteis lavados em praias do Canada e nos USA causou o fechamento de praias e aumentou a consciência pública.

O presente projeto de lei é uma tentativa no sentido de que todos os níveis de geração de lixo medicinal sejam manuseados corretamente e destruídos.

No Canada o Conselho Ministerial Ambiental editou em 1992 um guia para o manuseio de resíduo medicinal. Pretendemos com essa propositura tratar esta categoria de lixo com o máximo profissionalismo disciplinando a matéria para o tratamento adequado do lixo infeccioso, lixo bio-perigoso ou o lixo medicinal regulado, ou seja o lixo anatômico humano, lixo animal, lixo laboratorial, lixo com sangue humano e o lixo pesado.

O conteúdo do presente Projeto de Lei, revela de maneira clara o conteúdo meritório da medida que se pretende adotar. Esperamos contar com o beneplácito dos ilustres pares que compõe esta Casa de Leis para o aperfeiçoamento e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2003.

Deputado Coronel Alves
PL_AP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 5 DE AGOSTO DE 1993

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pelas Leis nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução/conama/nº 025, de 03 de dezembro de 1986,

Considerando a determinação contida no art. 3º da Resolução/conama/nº 006, de 19 de setembro de 1991, relativa a definição de normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como a necessidade de estender tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários;

Considerando a necessidade de definir procedimentos mínimos para o gerenciamento desses resíduos, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente; e,

Considerando, finalmente, que as ações preventivas são menos onerosas e minimizam os danos à saúde pública e ao meio ambiente, resolve:

Art. 1º Para os efeitos desta Resolução definem-se:

I - Resíduos Sólidos: conforme a NBR nº 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - "Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível".

II - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: documento integrante do processo de licenciamento ambiental, que aponta e descreve as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, no âmbito dos estabelecimentos mencionados no art. 2º desta Resolução, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública;

III - Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos: conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos e conduzem à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente;

IV - Sistema de Disposição Final de Resíduos Sólidos: conjunto de unidades, processos e procedimentos que visam ao lançamento de resíduos no solo, garantindo-se a proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Art. 2º Esta Resolução aplica-se aos resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, os resíduos sólidos gerados nos estabelecimentos, a que se refere o art. 2º, são classificados de acordo com o Anexo I, desta Resolução.

Art. 4º Caberá aos estabelecimentos já referidos o gerenciamento de seus resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

Art. 5º A administração dos estabelecimentos citados no art. 2º, em operação ou a serem implantados, deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser submetido à aprovação pelos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, devem ser considerados princípios que conduzam à reciclagem, bem como a soluções integradas ou consorciadas, para os sistemas de tratamento e disposição final, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de meio ambiente e de saúde competentes.

§ 2º Os órgãos de meio ambiente e de saúde definirão, em conjunto, critérios para determinar quais os estabelecimentos estão obrigados a apresentar o plano requerido neste artigo.

§ 3º Os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, definirão e estabelecerão, em suas respectivas esferas de competência, os meios e os procedimentos operacionais a serem utilizados para o adequado gerenciamento dos resíduos a que se refere esta Resolução.

Art. 6º Os estabelecimentos listados no art. 2º terão um responsável técnico, devidamente registrado em conselho profissional, para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em decorrência de suas atividades.

Art. 7º Os resíduos sólidos serão acondicionados adequadamente, atendendo às normas aplicáveis da ABNT e demais disposições legais vigentes.

§ 1º Os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "A" do Anexo I desta Resolução, serão acondicionados em sacos plásticos com a simbologia de substância infectante.

§ 2º Havendo, dentre os resíduos mencionados no parágrafo anterior, outros perfurantes ou cortantes estes serão acondicionados previamente em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado pela simbologia de substância infectante.

Art. 8º O transporte dos resíduos sólidos, objeto desta Resolução, será feito em veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos, atendendo às condicionantes de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

Art. 9º A implantação de sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos fica condicionada ao licenciamento, pelo órgão ambiental competente em conformidade com as normas em vigor.

Art. 10. Os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "A" não poderão ser dispostos no meio ambiente sem tratamento prévio que assegure:

- a) a eliminação das características de periculosidade do resíduo;
- b) a preservação dos recursos naturais; e,
- c) o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e de saúde pública.

Parágrafo único. Aterros sanitários implantados e operados conforme normas técnicas vigentes deverão ter previstos em seus licenciamentos ambientais sistemas específicos que possibilitem a disposição de resíduos sólidos pertencentes ao grupo "A".

Art. 11. Dentre as alternativas passíveis de serem utilizadas no tratamento dos resíduos sólidos, pertencentes ao grupo "A", ressalvadas as condições particulares de emprego e operação de cada tecnologia, bem como considerando-se o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, recomenda-se a esterilização a vapor ou a incineração.

§ 1º Outros processos de tratamento poderão ser adotados, desde que obedecido o disposto no art. 10 desta Resolução e com prévia aprovação pelo órgão de meio ambiente e de saúde competentes.

§ 2º Após tratamento, os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "A" serão considerados "resíduos comuns" (grupo "D"), para fins de disposição final.

§ 3º Os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "A" não poderão ser reciclados.

Art. 12. Os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "B" deverão ser submetidos a tratamento e disposição final específicos, de acordo com as características de toxicidade, inflamabilidade, corrosividade e reatividade, segundo exigências do órgão ambiental competente.

Art. 13. Os resíduos sólidos classificados e enquadrados como rejeitos radioativos pertencentes ao grupo "C", do Anexo I, desta Resolução, obedecerão às exigências definidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Art. 14. Os resíduos sólidos pertencentes ao grupo "D" serão coletados pelo órgão municipal de limpeza urbana e receberão tratamento e disposição final semelhante aos determinados para os resíduos domiciliares, desde que resguardadas as condições de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

Art. 15. Quando não assegurada a devida segregação dos resíduos sólidos, estes serão considerados, na sua totalidade, como pertencentes ao grupo "A", salvo os resíduos

sólidos pertencentes aos grupos "B" e "C" que, por suas peculiaridades, deverão ser sempre separados dos resíduos com outras qualificações.

Art. 16. Os resíduos comuns (grupo "D") gerados nos estabelecimentos explicitados no art. 2º provenientes de áreas endêmicas definidas pelas autoridades de saúde pública competentes, serão considerados, com vistas ao manejo e tratamento, como pertencentes ao grupo "A".

Art. 17. O tratamento e a disposição final dos resíduos gerados serão controlados e fiscalizados pelos órgãos de meio ambiente, de saúde pública e de vigilância sanitária competentes, de acordo com a legislação vigente.

Art. 18. Os restos alimentares "IN NATURA" não poderão ser encaminhados para a alimentação de animais, se provenientes dos estabelecimentos elencados no art. 2º, ou das áreas endêmicas a que se refere o art. 16 desta Resolução.

Art. 19. Os padrões de emissão atmosférica de processos de tratamento dos resíduos sólidos, objeto desta Resolução, serão definidos no âmbito do PRONAR - Programa Nacional de Controle e Qualidade do Ar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, mantendo-se aqueles já estabelecidos e em vigência.

Art. 20. As cargas em perdimento consideradas como resíduos, para fins de tratamento e disposição final, presentes nos terminais públicos e privados, obedecerão ao disposto na Resolução do CONAMA nº 002, de 22 de agosto de 1991.

Art. 21. Aos órgãos de controle ambiental e de saúde competentes, mormente os partícipes do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, incumbe a aplicação desta Resolução, cabendo-lhes a fiscalização, bem como a imposição das penalidades previstas na legislação pertinente, inclusive a medida de interdição de atividades.

Art. 22. Os órgãos estaduais do meio ambiente com a participação das Secretarias Estaduais de Saúde e demais instituições interessadas, inclusive organizações não governamentais, coordenarão programas, objetivando a aplicação desta Resolução e garantir o seu integral cumprimento.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os itens I, V, VI, VII e VIII, da Portaria/MINTER/nº 013, de 01 de março de 1979.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

GRUPO A: resíduos que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente devido a presença de agentes biológicos.

Enquadram-se neste grupo, dentre outros: sangue e hemoderivados; animais usados em experimentação, bem como os materiais que tenham entrado em contato com os mesmos; excreções, secreções e líquidos orgânicos; meios de cultura; tecidos, órgãos, fetos e peças anatômicas; filtros de gases aspirados de área contaminada; resíduos advindos de área de isolamento; restos alimentares de unidade de isolamento; resíduos de laboratórios de análises clínicas; resíduos de unidades de atendimento ambulatorial; resíduos de sanitários de unidade de internação e de enfermaria e animais mortos a bordo dos meios de transporte, objeto desta Resolução. Neste grupo incluem-se, dentre outros, os objetos perfurantes ou cortantes, capazes de causar punctura ou corte, tais como lâminas de barbear, bisturi, agulhas, escalpes, vidros quebrados, etc, provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

GRUPO B: resíduos que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente devido às suas características químicas.

Enquadram-se neste grupo, dentre outros:

- a) drogas quimioterápicas e produtos por elas contaminados;
- b) resíduos farmacêuticos (medicamentos vencidos, contaminados, interditados ou não-utilizados);
- c) demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

GRUPO C - rejeitos radioativos: enquadram-se neste grupo os materiais radioativos ou contaminados com radionuclídeos, provenientes de laboratórios de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia, segundo Resolução CNEN 6.05.

GRUPO D: resíduos comuns são todos os demais que não se enquadram nos grupos descritos anteriormente.

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 1.805, DE 2003

(Do Sr. Rogério Silva)

Dispõe sobre o recolhimento de embalagens de vidro de bebidas com teor alcoólico.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3230

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes, distribuidores e vendedores de bebidas com teor alcoólico contidas em embalagens de vidro ficam obrigados a implantar sistema de recolhimento das respectivas embalagens após o uso pelo consumidor.

§ 1º O sistema de recolhimento previsto no *caput* deve atingir, no mínimo, os seguintes índices:

I – quarenta por cento no prazo de um ano a partir da publicação desta lei;

II – sessenta por cento no prazo de dois anos a partir da publicação desta lei;

III – oitenta por cento no prazo de três anos a partir da publicação desta lei.

§ 2º As embalagens recolhidas devem ser reutilizadas ou, se a reutilização for inviável tecnicamente, recicladas.

§ 3º A concessão ou a renovação de licença ambiental do empreendimento condiciona-se à comprovação do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 2º É proibida a referência nos rótulos das embalagens de que trata esta lei, bem como nas respectivas mensagens publicitárias, da condição de descartabilidade de tais embalagens.

Art. 3º Os infratores desta lei sujeitam-se às sanções administrativas e às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil produziu 869 mil toneladas de embalagens de vidro em 1999, conforme dados da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO.

O vidro tem características que oferecem vantagens competitivas em relação a outros materiais na produção de embalagens. O material pode ser reciclado infinitamente, sem perder as qualidades da matéria virgem. A embalagem de vidro, por sua vez, pode ser reaproveitada inúmeras vezes, uma vez que pode ser submetida a lavagem com detergentes ou em altas temperaturas.

O principal consumidor das embalagens de vidro é o setor de bebidas, com uma participação em 1999 de 39% em relação ao total de unidades produzidas, segundo a ABIVIDRO. Para fazer frente ao crescimento da utilização de latas de alumínio e PET, em especial no caso de cervejas e refrigerantes, cresceu significativamente a utilização de embalagens sem retorno (*one-way*). Estas já perfazem 584,4 milhões de unidades por ano, contra 405 milhões das retomáveis.

Ou seja, o principal caráter positivo do vidro em termos ambientais, a possibilidade de reaproveitamento, está sendo desprezado. Outrossim, problemas mais graves estão sendo criados, pelo fato do vidro não ser degradável. Descartadas juntamente com o lixo doméstico, as embalagens de vidro oneram os serviços de limpeza urbana, pois é necessário separá-las por processos manuais ou mecânicos nas usinas de compostagem, bem como criar espaços para o seu armazenamento e dar-lhes destinação ambiental adequada. Nos Municípios que não contam com sistemas de tratamento de lixo, a maior parte, aliás, as embalagens de vidro simplesmente serão jogadas em lixões ou em outras condições inadequadas, como os demais tipos de resíduos sólidos.

Pode-se prever, então, redução da quantidade de vidro que será reciclado, que, atualmente, corresponde a cerca de 40% do total. Em decorrência, deve crescer o consumo de energia e de matéria-prima, com mais prejuízos ao meio ambiente.

Em razão do exposto, acreditamos que a proposição ora oferecida será amplamente discutida, aprimorada e apreciada nesta Casa com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2003 .

Deputado ROGÉRIO SILVA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas
Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio
Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....
.....
FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 1.980, DE 2003

(Do Sr. Reinaldo Betão)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de embalagens tipo "pet" recicladas, no percentual mínimo de cinquenta por cento, pelos fabricantes de refrigerantes.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3230

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.901, de 14 de abril de 1981, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 1º-A. No mínimo, 50% (cinquenta por cento) das embalagens do tipo "pet" empregadas para acondicionamento de refrigerantes deverá ser originada de processo de reciclagem."

Art. 2º Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 6.901/1981 já havia introduzido importante regra no ordenamento jurídico brasileiro, visando à proteção ambiental, determinando a obrigatoriedade de inserção de um dístico, nas embalagens e acondicionantes de produtos destinados à comercialização final, recomendando a eliminação destas após a utilização do seu conteúdo.

O dístico em referência é aquele que indica uma pessoa colocando no lixo a embalagem, pressupondo que os serviços de limpeza urbana cuidarão da fase final de eliminação.

Como se sabe, com a maior conscientização por parte da sociedade sobre a importância de reaproveitamento de produtos recicláveis, corroborada pela escassez dos recursos naturais que permitem a industrialização de embalagens, com o decorrente encarecimento dos recipientes e do produto final, está havendo uma evolução naquele pensamento inicial, incentivando-se cada vez mais a reciclagem de materiais.

Com relação aos refrigerantes, de modo particular, esse problema assume proporções gigantescas, uma vez que é cada vez maior o emprego de embalagens plásticas do tipo "pet", mais baratas e que, por não terem o retorno obrigatório como no caso das garrafas, que caíram em desuso, não são objeto de reaproveitamento, como regra geral.

O presente projeto de lei visa corrigir tal distorção, utilizando a força dos fabricantes de refrigerantes para disciplinar o comportamento social no sentido de economizar o emprego de recursos naturais não renováveis, utilizados na fabricação das referidas embalagens plásticas.

Dado o alcance social da medida que se impõe, contamos com a aprovação dos ilustres colegas a esta proposta legislativa.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2003.

Deputado Reinaldo Betão

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.901, DE 14 DE ABRIL DE 1981

Torna obrigatório o uso de dístico, recomendando a eliminação das embalagens de comercialização após sua utilização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatório o uso de dístico recomendando a eliminação das embalagens e acondicionantes de comercialização final, inservíveis após sua utilização.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de abril de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Waldir Mendes Arcoverde

João Camilo Penna

Delfim Netto

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 2.120, DE 2003

(Do Sr. Oliveira Filho)

Estabelece normas para o gerenciamento de resíduos sólidos de laboratórios de ensino, pesquisa e experimentação.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6612

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece normas para o gerenciamento de resíduos sólidos de laboratórios de ensino, pesquisa e experimentação.

Art. 2º Os laboratórios de ensino, pesquisa e experimentação são responsáveis:

I – pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas atividades, de acordo com as características desses resíduos;

II – pela segregação, acondicionamento e identificação adequados dos resíduos;

III – pela manutenção de áreas para operação e armazenagem intermediária;

IV – pelo tratamento do resíduo, na forma exigida pelos órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública;

V – pela apresentação dos resíduos à coleta pública de acordo com as normas brasileiras pertinentes e na forma exigida pelos órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública.

Art. 3º Em razão da quantidade ou periculosidade dos resíduos gerados, os órgãos competentes do SISNAMA e de saúde pública podem exigir a apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e, ainda, a manutenção de sistema próprio de transporte e destinação de resíduos.

Parágrafo único. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deve conter, no mínimo:

I – a origem, a caracterização e o volume de resíduos gerados;

II – os procedimentos a serem adotados na segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento e transporte, conforme o tipo de resíduo;

III – as formas de tratamento e destinação final a serem adotados, por tipo de resíduo, com indicação dos locais e das condições onde essas atividades serão implementadas;

IV – as ações preventivas e corretivas a serem adotadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

V – a designação do responsável técnico pela elaboração e execução do plano.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências".

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O gerenciamento dos resíduos sólidos é considerado, hoje, um dos mais graves problemas urbanos do País. A preocupação do Parlamento quanto à questão pode ser aquilatada pelo número de proposições em trâmite nesta Casa – mais de setenta no momento.

Há, contudo um tipo de resíduo que ainda não teve a atenção devida: o gerado em laboratórios de ensino, pesquisa e experimentação. Conforme a Dissertação de Mestrado "Proposta para o estabelecimento de um programa de gerenciamento de resíduos químicos em laboratórios de ensino e pesquisa: estudo de caso dos laboratórios de biologia celular", apresentada pela pesquisadora Marisa Soares Borges à Universidade Federal do Paraná, embora o volume de resíduos gerados nesses estabelecimentos seja pequeno, "sua diversidade e toxicidade não devem ser tratadas de forma negligente, o que demanda uma urgente mudança de comportamento em relação ao problema".

Reconhecendo, portanto, que os resíduos gerados em laboratórios de ensino, pesquisa e extensão devem ter um gerenciamento compatível com suas

características, apresentamos este projeto de lei, esperando ver esse aspecto incluído na política nacional de resíduos sólidos, ora em discussão nesta Casa.

Sala das Sessões, em 1º de outubro de 2003 .

Deputado Oliveira Filho

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 2.439, DE 2003

(Do Sr. Adelor Vieira)

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As pilhas, baterias e lâmpadas, identificadas no art. 3º desta Lei, após seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, observar o estabelecido nesta Lei.

§ 1º - Consideram-se pilhas e baterias, para efeitos desta Lei, as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

§ 2º - Os produtos eletro-eletrônicos que contenham pilhas ou baterias, na forma do parágrafo anterior, inseridas em sua estrutura, de forma insubstituível, também são abrangidos por esta Lei.

Art. 2º - Os produtos discriminados no artigo anterior, após sua utilização ou esgotamento energético, deverão ser entregues pelos usuários, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º - As baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante, ao importador ou ao distribuidor, para os procedimentos referidos no *caput*.

§ 2º - Os resíduos especificados no art. 1º desta Lei não poderão ser dispostos em aterros sanitários destinados a resíduos domiciliares.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei e de acordo com as normas técnicas específicas, considera-se:

I – bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente;

II – pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química;

III – lâmpada fluorescente: lâmpada onde a maior parte da luz é emitida por uma camada de material fluorescente aplicada na superfície interna de um bulbo de vidro, excitada por radiação ultravioleta produzida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio;

IV – lâmpada de vapor de mercúrio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapor de mercúrio à alta pressão, contido num bulbo de vidro;

V – lâmpada de vapor de sódio: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica através de vapores de sódio e mercúrio, contidos num bulbo de vidro;

VI – lâmpada de luz mista: lâmpada na qual a luz é emitida pela passagem de corrente elétrica simultaneamente através de filamento metálico e de vapor de mercúrio, puro ou associado ao sódio, contido num bulbo de vidro.

Art. 4º - Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo anterior, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo Unico. Os resíduos potencialmente perigosos na forma de *caput* serão acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º - Os fabricantes, os importadores, estabelecimentos comerciais e rede de assistência técnica, previstos no art. 2º desta Lei, deverão desenvolver campanhas de esclarecimento sobre os riscos à saúde, ao meio ambiente e a necessidade do cumprimento desta Lei.

Art. 6º - Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os mecanismos operacionais para a coleta, o transporte e o armazenamento.

Art. 7º - Os fabricantes e os importadores dos produtos descritos no art. 3º desta Lei, ficam obrigados a implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 8º - A reutilização, a reciclagem, o tratamento ou a disposição final dos resíduos abrangidos por esta Lei, realizados diretamente pelo fabricante, por terceiros, deverão ser processados de forma tecnicamente segura e adequada à saúde e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Ao apresentar o presente projeto de Lei dispondo sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, o fiz na certeza de que teria o apoio dos demais Deputados.

As pilhas, baterias e lâmpadas, após o seu uso ou esgotamento energético, são consideradas resíduos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, devendo a sua coleta, seu recolhimento e seu destino final, ser normatizado a fim de evitar maiores riscos ao cidadão e ao meio ambiente.

Os produtos eletro-eletrônicos também são abrangidos por esta proposição pois podem conter na sua estrutura e composição produtos nocivos à saúde.

Entendo que os produtos potencialmente perigosos, após sua utilização ou esgotamento energético, deverão ser entregues pelos usuários, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada, para repasse aos fabricantes ou importadores, estes devem diretamente ou por meio de terceiros, devem proceder a reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Entendo também que as baterias industriais destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partidas de motores a diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser abrangidos por esta proposição legislativa.

É de fundamental importância que os fabricantes e os importadores dos produtos potencialmente perigosos na forma desta Lei, implantem os sistemas de reutilização, reciclagem,

tratamento ou disposição final, obedecida a legislação ambiental em vigor.

Sendo assim, pelas razões expostas, conclamo os meus nobres pares ao apoio a esta proposta, cuja aprovação permitirá que todos estejamos mais seguros dos perigos de resíduos aqui mencionados.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2003.

Deputado Adelor Vieira
PMDB/SC

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

PL-2439/2003

PROJETO DE LEI N.º 2.761, DE 2003

(Do Sr. Nilson Mourão)

Proíbe a utilização de vasilhame de vidro, não retornável, do tipo "long neck", para bebidas alcoólicas.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas acondicionadas em vasilhames de vidro não retornáveis, do tipo *long neck*.

Art. 2º Fica proibida em todo o território nacional a comercialização de bebidas alcoólicas acondicionadas em vasilhames de vidro não retornáveis, do tipo *long neck*.

Art. 3º Os fabricantes e distribuidores de bebidas alcoólicas terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adaptarem às disposições desta Lei.

Art. 4º A partir do prazo estipulado no artigo anterior, o Poder Público aplicará multa e recolhimento do mercadoria e, em caso de reincidência, a interdição do estabelecimento comercial que infringir as disposições da norma.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a aplicação das penalidades supracitadas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É público e notório que os vasilhames de vidro não retornável, do tipo *long neck*, são largamente comercializados em eventos públicos, por vendedores ambulantes e na maioria dos estabelecimentos de diversão pública e entretenimento. Apesar da praticidade e portabilidade, bem como do baixo custo deste tipo de embalagem, esta representa um grande risco à população em geral, seja pela utilização de garrafas quebradas em conflitos, seja pela disposição indevida dos refugos em locais públicos.

A nosso ver, a proibição da comercialização em locais públicos não seria suficiente. Dada a grande pulverização dos pontos de venda de bebidas alcoólicas e do comércio clandestino de bebidas, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das autoridades, a única medida efetiva para a proteção da população dos riscos supramencionados seria a proibição da utilização destes vasilhames e sua substituição por embalagens compostas de materiais não cortantes e que não possam ser utilizadas como verdadeiras armas em situação de conflito, motivadas, principalmente, pelo próprio efeito das bebidas que comportam.

Nesse sentido, solicitamos o apoio de nossos ilustres pares a esta proposição, que, a nosso ver, vem ao encontro dos princípios de proteção e segurança da população em geral.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2003 .

Deputado NILSON MOURAO

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

PL-2761/2003

PROJETO DE LEI N.º 2.929, DE 2004

(Do Sr. Jefferson Campos)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da coleta seletiva de resíduos sólidos nos locais que discrimina.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da coleta seletiva de resíduos sólidos nos locais com grande fluxo de pessoas, discriminados no art. 2º.

Art. 2º É obrigatória a instalação e a manutenção adequadas de sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos nos seguintes locais:

- I – portos e aeroportos;
- II – rodoviárias;
- III – estações de trem e de metrô;
- IV – centros de eventos culturais e esportivos, tais como teatros, cinemas, estádios, ginásios e outros;
- V – centros comerciais e praças de alimentação;
- VI – clubes esportivos;
- VII – escolas públicas e privadas;
- VIII – condomínios fechados;
- IX – hospitais e casas de saúde;
- X – penitenciárias;
- XI – edifícios de apartamentos com mais de 50 (cinquenta) unidades;
- XII – repartições públicas e empresas privadas com mais de 300 (trezentos) trabalhadores;
- XIII – bares e restaurantes em que o fluxo de pessoas supere o valor de 500 (quinhentos) indivíduos por dia;

XIV – outros locais, públicos ou privados, em que o afluxo de pessoas supere o valor de 1.000 (um mil) indivíduos por dia.

Parágrafo único. A instalação e a manutenção de sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos nas ruas e em outros logradouros públicos aqui não discriminados ficam a critério de cada município, de acordo com sua política de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 3º O sistema padrão de coleta seletiva deve dispor de seis recipientes com cores ou estampas apropriadas, a saber:

I – Azul: para papel, papelão, embalagens longa vida e assemelhadas;

II – Verde: para vidros;

III – Vermelho: para plásticos;

IV – Amarelo: para metais;

V – Marrom: para orgânicos;

VI – Cinza: para outros resíduos.

Parágrafo único. Estudos da composição do lixo gerado em cada local e a política de gerenciamento de resíduos sólidos do município podem prever casos em que o sistema de coleta seletiva disporá de menor número de recipientes, até um mínimo de dois, dos quais um para resíduos secos e outro para orgânicos.

Art. 4º Com o intuito de conscientizar o público para a necessidade de reduzir o consumo de materiais, reutilizá-los ou reciclá-los, bem como para orientá-lo para o correto uso do sistema de coleta seletiva, os responsáveis pela sua manutenção devem realizar campanhas de educação ambiental, previamente à instalação do sistema e nas primeiras semanas de seu funcionamento, até que os resultados obtidos sejam considerados satisfatórios.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A questão da gestão do lixo nos centros urbanos é um dos grandes desafios a ser enfrentado, principalmente pelas administrações públicas municipais. Tal preocupação decorre de diversos fatores, tais como a falta de espaço para a disposição dos resíduos, as condições subumanas de catação em lixões, a degradação dos recursos naturais, etc. A realização de serviços ambientalmente adequados de limpeza urbana é cada vez mais imprescindível para a vida saudável da população.

A gestão sustentável dos resíduos sólidos, contudo, deve envolver toda a população e pressupor uma abordagem que tenha como referência o princípio dos 3 Rs, apresentado na Agenda 21: redução (do uso de matérias-primas e energia e do desperdício nas fontes geradoras, consumindo-se só o necessário), reutilização direta dos produtos (vislumbrando-se nova utilidade para eles, que, na maioria das vezes, são considerados inúteis) e reciclagem de materiais (dando-lhes nova vida a partir da reutilização de sua matéria-prima para fabricar novos produtos).

A hierarquia dos 3 Rs segue o princípio de que evitar a geração do lixo causa menor impacto do que reciclar os materiais após o seu descarte. De fato, a reciclagem de materiais polui menos o ambiente e envolve menor uso de recursos naturais, mas o processo raramente questiona o atual padrão de produção, não levando, daí, à diminuição do desperdício e da produção desenfreada de lixo. Portanto, primeiro há que tentar reduzir o consumo de matérias-primas e de energia, e só depois buscar meios de reutilizar ou reciclar os materiais produzidos. Nesse ponto insere-se o processo de coleta seletiva, objeto deste projeto de lei.

Como se sabe, a coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais reutilizáveis ou recicláveis – papéis, plásticos, vidros, metais, orgânicos, etc. –, previamente separados na fonte geradora. A coleta seletiva funciona, também, como um processo de educação ambiental, na medida em que sensibiliza a comunidade sobre os problemas do desperdício de recursos naturais e da poluição causada pelo lixo.

Assim, a coleta seletiva, como etapa prévia dos processos de reutilização e de reciclagem, insere-se com relevância estratégica no novo momento da economia mundial, caracterizado pelo respeito ao meio ambiente, pela participação da população e pela proposição de políticas de desenvolvimento sustentável. Sendo a geração de resíduos sólidos inerente ao cotidiano de todos os cidadãos, interferir no hábito de destiná-los a recipientes distintos, de acordo com sua natureza, constitui prática adequada para despertar o interesse por informações sobre a origem e o destino de cada resíduo gerado, induzindo questionamentos que venham a promover alterações nos hábitos de consumo e de desperdício da sociedade atual.

São as seguintes as principais vantagens da coleta seletiva:

- diminui a exploração de recursos naturais renováveis e não-renováveis, com a conseqüente redução dos impactos ambientais causados pelas atividades extrativas;
- reduz o consumo de energia, com a também conseqüente redução dos impactos ambientais das obras de geração de energia, tais como usinas hidrelétricas, termoeletricas, refinarias de petróleo, etc.;
- diminui a poluição do solo, da água e do ar causada pelo lixo e sua posterior decomposição, já que menos material é levado aos aterros;
- diminui a proliferação de doenças e a contaminação de alimentos, pelo mesmo motivo anterior;
- prolonga a vida útil dos aterros, reduzindo a necessidade da busca de outras áreas, mais distantes, que provocam novos impactos ambientais e o aumento do custo de transporte;
- melhora a qualidade do composto produzido a partir da matéria orgânica pelo processo de compostagem;

- melhora a limpeza da cidade e, conseqüentemente, a qualidade de vida de seus cidadãos;
- possibilita a reutilização ou a reciclagem de materiais que iriam para os aterros ou para os lixões;
- diminui os custos da produção a partir de matérias-primas, com o aproveitamento de recicláveis pelas indústrias;
- diminui o desperdício, mediante a conscientização ambiental provocada pela implantação e operação do sistema;
- cria oportunidade de fortalecimento das organizações comunitárias, principalmente sob a forma de cooperativas;
- gera renda pela comercialização dos recicláveis.

Indiscutíveis, portanto, os inúmeros benefícios produzidos pela coleta seletiva. Não é à toa que muitos municípios brasileiros, bem como empresas com responsabilidade ambiental, já implantaram o sistema e o vêm operando com sucesso, razão pela qual pretende-se, por meio deste projeto de lei, estabelecer sua obrigatoriedade para os locais propostos. Obter lucro com o sistema, do ponto-de-vista estritamente econômico, é possível, mas hoje ainda restrito apenas a certos materiais (metal, por exemplo), e mesmo assim desde que haja economia de escala. Mas colocar os resíduos recicláveis nos locais devidos é um gesto que está ao alcance de todos e, ao entrar na nossa rotina, promove uma melhor qualidade de vida.

A coleta seletiva, no entanto, significa bem mais que implantar lixeiras coloridas em alguns locais, devendo ser encarada como uma corrente de três elos, que precisam ser planejados do fim para o começo. Se um deles não for bem feito, a tendência é o programa não perseverar. Em primeiro lugar, há que pensar na destinação dos resíduos, pois não adianta nada separar e acumular materiais recicláveis antes de saber que destino dar a eles. Depois, há que estudar a logística de implantação e operação do sistema de coleta seletiva e, por fim, elaborar o programa de educação ambiental, que permitirá sua correta e eficaz utilização pelo público.

Este projeto de lei trata dos dois últimos aspectos, uma vez que a destinação dos resíduos – seja para reciclagem, seja para reutilização – depende de fatores locais, tais como a possibilidade da economia de escala, a existência de cooperativas de catadores ou sucateiros, a distância de transporte para a indústria recicladora, etc. Para obter melhor eficácia, o ideal é que o município possa gerenciar, direta ou indiretamente, a destinação dos resíduos coletados seletivamente em todo o seu território, ou então atribuir tal mister a uma associação ou organização civil. Isso já vem ocorrendo em diversas cidades brasileiras, principalmente nas capitais dos estados.

Portanto, com a ressalva de que este projeto não seja considerado de maneira estanque, mas como uma nova contribuição para uma política de gerenciamento de resíduos sólidos que tenha por base os princípios da redução, da reutilização e da reciclagem, submetemo-lo à consideração dos ilustres Pares, solicitando o inestimável apoio para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2004.

Deputado JEFFERSON CAMPOS

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5343

PL-2929/2004

PROJETO DE LEI N.º 3.387, DE 2004

(Do Sr. Edson Duarte)

Dispõe sobre a destinação final de fontes radioativas importadas para uso em clínicas, hospitais, indústrias, universidades e centros de pesquisa.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da destinação final de fontes radioativas importadas para uso em clínicas, hospitais, indústrias, universidades e centros de pesquisa.

Art. 2º O Poder Público só autorizará a importação de fontes radioativas para as aplicações previstas no art. 1º mediante a comprovação da existência de cláusula contratual que garanta a devolução ao país de origem dos rejeitos radiativos que precisarem ser armazenados.

Art. 3º Cabe ao órgão federal responsável pelo licenciamento e fiscalização das instalações nucleares e radiativas brasileiras regulamentar a devolução dos rejeitos radioativos que se relacionam com o objeto desta lei.

Art. 4º Cabe ao órgão federal responsável pelo licenciamento e fiscalização das instalações nucleares e radiativas brasileiras elaborar e manter atualizado o Cadastro nacional das fontes radiativas, relacionando todas as fontes radiativas em uso no país, sua origem, aplicações e destinação final.

Parágrafo único. O cadastro, citado no *caput* deste artigo, será de caráter público e transparente, considerando-se crime contra a administração pública o impedimento, feito por autoridade ou servidor público, do acesso do seu conteúdo à pessoa física ou jurídica da sociedade brasileira.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que apresentamos à apreciação dos ilustres Deputados tem como objetivo minimizar o volume de rejeitos radioativos a serem armazenados no País, o que resultará em economia de recursos e reduzirá o impacto ambiental dessa atividade. Como é sabido, alguns rejeitos radiativos permanecem por mais de mil anos sendo perigosos ao ser humano e ao meio ambiente. Daí a necessidade de adotarmos um controle sobre todos os equipamentos que utilizam tais fontes.

Não podemos ser acusados pelas gerações futuras de deixarmos como herança um problema sem solução. Controlar e dar destino adequado a este lixo é o mínimo que nos cabe. E, se estamos importando material radiativo, como já é regra de comércio internacional, então que o fornecedor receba de volta a fonte depois de exaurida.

Estima-se que aproximadamente 15 mil m³ de rejeitos radioativos tenham sido gerados ao longo da história do uso da energia nuclear no Brasil. O número se amplia com a operação de Angra 1 e de Angra 2, no Rio de Janeiro. Além disso, temos fontes em atividade em diversos setores.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, autarquia federal vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, é o órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização das instalações nucleares e radiativas brasileiras.

As competências legais da CNEN foram previstas pela Lei nº 6.189, de 1974, alterada pela Lei nº 7.781, de 1989.

Na área dos rejeitos radioativos, a CNEN estabelece normas de controle, que cobrem todas as atividades concernentes ao gerenciamento destes resíduos, desde a sua origem até o armazenamento final.

Entidades como clínicas, hospitais, indústrias, universidades e centros de pesquisa devem tratar seus rejeitos e entregá-los à CNEN, a qual, por força da Lei nº 7.781, de 1989, é responsável pelo recebimento e guarda definitiva.

A Lei 9.765, de 1998, determina o pagamento de R\$ 5.000,00 por metro cúbico de rejeito recebido para tratamento e armazenamento pela CNEN, existindo, entretanto, isenção para instituições públicas e filantrópicas.

Para o armazenamento de rejeitos radioativos, a CNEN dispõe de um depósito definitivo em Goiás (apenas para os rejeitos resultantes do acidente com Césio-137, ocorrido em 1987), e de três depósitos temporários (no RJ, SP e MG).

A CNEN realiza operações periódicas de recolhimento de rejeitos em todo o País. Entretanto, as entidades que geram rejeitos não precisam esperar pelas operações de recolhimento, podendo providenciar o transporte, dentro das normas estabelecidas, através de empresas autorizadas para este tipo de operação, levando o material a um dos depósitos da CNEN.

Existem normas específicas para solicitação à CNEN de autorização de compra, importação e transporte de material radioativo, além disso a lista das instituições do País que detém fontes radioativas está disponível para consulta na Internet.

Identificamos, entretanto, que não há exigência legal para que as fontes importadas retornem ao país de origem, de modo que a presente proposição tem o potencial de colaborar para o aperfeiçoamento do gerenciamento dos rejeitos radioativos do País.

Finalmente, propomos que o Poder Público, através do órgão competente, elabore um cadastro com as milhares de fontes espalhadas por este país. Igualmente, propomos que este cadastro seja de caráter público.

Em razão do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovar a proposição nesta Casa.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2004.

Deputado Edson Duarte
PV-BA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.189, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, que Criaram, Respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que Passa a Denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras S/A. - "NUCLEBRÁS", e dá outras Providências.

Art. 1º A União exercerá o monopólio de que trata o art. 1º da Lei nº 4.118, de 27/08/1962:

I - Por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e de pesquisa científica.

II - Por meio de Empresas Nucleares Brasileiras S/A. - NUCLEBRÁS e de suas subsidiárias, como órgãos de execução.

Art. 2º Compete à CNEN:

I - colaborar na formulação da Política Nacional de Energia Nuclear;

II - baixar diretrizes específicas para radioproteção e segurança nuclear, atividade científico-tecnológica, industriais e demais aplicações nucleares;

III - elaborar e propor ao Conselho Superior de Política Nuclear - CSPN, o Programa Nacional de Energia Nuclear;

IV - promover e incentivar:

a) a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, nos diversos setores do desenvolvimento nacional;

b) a formação de cientistas, técnicos e especialistas nos setores relativos à energia nuclear;

c) a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear;

d) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares e seus associados;

e) o tratamento de minérios nucleares, seus associados e derivados;

f) a produção e o comércio de minérios nucleares, seus associados e derivados;

g) a produção e o comércio de materiais nucleares e outros equipamentos e materiais de interesse da energia nuclear;

h) a transferência de tecnologia nuclear a empresas industriais de capital nacional, mediante consórcio ou acordo comercial.

V - negociar nos mercados interno e externo, bens e serviços de interesse nuclear;

VI - receber e depositar rejeitos radioativos;

VII - prestar serviços no campo dos usos pacíficos da energia nuclear;

VIII - estabelecer normas e conceder licenças e autorizações para o comércio interno e externo:

a) de minerais, minérios, materiais, equipamentos, projetos e transferência de tecnologia de interesse para a energia nuclear;

b) de urânio cujo isótopo 235 ocorra em percentagem inferior ao encontrado na natureza;

IX - expedir normas, licenças e autorizações relativas a:

a) instalações nucleares;

b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear;

c) comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares.

X - expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas:

a) ao uso de instalações e de materiais nucleares;

b) ao transporte de materiais nucleares;

c) ao manuseio de materiais nucleares;

d) ao tratamento e à eliminação de rejeitos radioativos;

e) à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e a utilizar energia nuclear.

XI - opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com a utilização da energia nuclear;

XII - promover a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa a elas subordinadas técnica e administrativamente, bem assim cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins;

XIII - especificar:

a) os elementos que devam ser considerados nucleares, além do urânio, tório e plutônio;

b) os elementos que devam ser considerados material fértil e material físsil especial ou de interesse para a energia nuclear;

c) os minérios que devam ser considerados nucleares;

d) as instalações que devam ser consideradas nucleares.

XIV - fiscalizar:

a) o reconhecimento e o levantamento geológicos relacionados com minerais nucleares;

b) a pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares;

c) a produção e o comércio de materiais nucleares;

d) a indústria de produção de materiais e equipamentos destinados ao desenvolvimento nuclear.

XV - pronunciar-se sobre projetos de tratados, acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear;

XVI - produzir radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares, e exercer o respectivo comércio;

XVII - autorizar a utilização de radioisótopos para pesquisas e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

XVIII - autorizar e fiscalizar a construção e a operação de instalações radioativas no que se refere a ações de comércio de radioisótopos.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 7.781, de 27/06/1989.*

.....

.....

LEI Nº 7.781, DE 27 DE JUNHO DE 1989

Dá nova redação aos artigos 2º, 10 e 19 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

Faço saber que o PRESIDENTE DA REPÚBLICA adotou a Medida Provisória nº 64, de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 2º, 10 e 19 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 2º Compete à CNEN:

- I - colaborar na formulação da Política Nacional de Energia Nuclear;
- II - baixar diretrizes específicas para radioproteção e segurança nuclear, atividade científico-tecnológica, industriais e demais aplicações nucleares;
- III - elaborar e propor ao Conselho Superior de Política Nuclear - CSPN, o Programa Nacional de Energia Nuclear;
- IV - promover e incentivar:
 - a) a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, nos diversos setores do desenvolvimento nacional;
 - b) a formação de cientistas, técnicos e especialistas nos setores relativos à energia nuclear;

- c) a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear;
- d) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares e seus associados;
- e) o tratamento de minérios nucleares, seus associados e derivados;
- f) a produção e o comércio de minérios nucleares, seus associados e derivados;
- g) a produção e o comércio de materiais nucleares e outros equipamentos e materiais de interesse da energia nuclear;
- h) a transferência de tecnologia nuclear a empresas industriais de capital nacional, mediante consórcio ou acordo comercial;
- V - negociar nos mercados interno e externo, bens e serviços de interesse nuclear;
- VI - receber e depositar rejeitos radioativos;
- VII - prestar serviços no campo dos usos pacíficos da energia nuclear;
- VIII - estabelecer normas e conceder licenças e autorizações para o comércio interno e externo:
 - a) de minerais, minérios, materiais, equipamentos, projetos e transferências de tecnologia de interesse para a energia nuclear;
 - b) de urânio cujo isótopo 235 ocorra em percentagem inferior ao encontrado na natureza;
- IX - expedir normas, licenças e autorizações relativas a:

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6779

PL-3387/2004

- a) instalações nucleares;
- b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear;
- c) comercialização de material nuclear, minérios nucleares e concentrados que contenham elementos nucleares;
- X - expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas:
 - a) ao uso de instalações e de materiais nucleares;
 - b) ao transporte de materiais nucleares;
 - c) ao manuseio de materiais nucleares;
 - d) ao tratamento e à eliminação de rejeitos radioativos;
 - e) à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e a utilizar energia nuclear;
- XI - opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com a utilização da energia nuclear;
- XII - promover a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa a elas subordinadas técnica e administrativamente, bem assim cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins;
- XIII - especificar :
 - a) os elementos que devam ser considerados nucleares, além do urânio, tório e plutônio;
 - b) os elementos que devam ser considerados material fértil e material físsil especial ou de interesse para a energia nuclear;
 - c) os minérios que devam ser considerados nucleares;
 - d) as instalações que devam ser consideradas nucleares;

XIV - fiscalizar:

- a) o reconhecimento e o levantamento geológicos relacionados com minerais nucleares;
- b) a pesquisa, a lavra e a industrialização de minérios nucleares;
- c) a produção e o comércio de materiais nucleares;
- d) a indústria de produção de materiais e equipamentos destinados ao desenvolvimento nuclear;

XV - pronunciar-se sobre projetos de tratados, acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear;

XVI - produzir radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares, e exercer o respectivo comércio;

XVII - autorizar a utilização de radioisótopos para pesquisas e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

XVIII - autorizar e fiscalizar a construção e a operação de instalações radiativas no que se refere a ações de comércio de radioisótopos.

.....
Art. 10. A autorização para a construção e operação de usinas nucleoeletricas será dada, exclusivamente, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a concessionárias de serviços de energia elétrica, mediante ato do Poder Executivo, previamente ouvidos os órgãos competentes.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo compete:

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6779

PL-3387/2004

- a) à CNEN, a verificação do atendimento aos requisitos legais e regulamentares relativos à energia nuclear, às normas por ela expedidas e à satisfação das exigências formuladas pela Política Nacional de Energia Nuclear e diretrizes governamentais para a energia nuclear;
 - b) ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, a verificação do preenchimento dos requisitos legais e regulamentares relativos à concessão de serviços de energia elétrica, ouvida a ELETROBRÁS quanto à verificação da adequação técnica, econômica e financeira do projeto ao sistema da concessionária, bem assim, sua compatibilidade com o plano das instalações necessárias ao atendimento do mercado de energia elétrica;
 - c) à CNEN e ao DNAEE, nas respectivas áreas de atuação, a fiscalização da operação das usinas nucleoeletricas.
-

Art. 19. Além das atribuições que lhe são conferidas, caberá à CNEN e às suas subsidiárias ou controladas a comercialização exclusiva de materiais nucleares compreendidos no âmbito do monopólio, observado o art. 16 desta Lei."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de junho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.
NELSON CARNEIRO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6779

PL-3387/2004

LEI Nº 9.765, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998

Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.

Art. 1º Fica instituída a taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares e radioativos e suas instalações - TLC.

Art. 2º Constitui fato gerador da TLC o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN sobre as atividades relacionadas:

I - à pesquisa mineral de minerais nucleares, de minerais contendo urânio ou tório, ou ambos associados, e de minerais contendo elementos de interesse para a energia nuclear, conforme especificado pela CNEN;

II - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações nucleares;

III - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações destinadas à produção ou utilização de radioisótopos para pesquisa, usos medicinais, agrícolas e industriais e atividades análogas;

IV - à produção e comercialização de:

a) minérios e materiais nucleares;

b) minérios que contenham urânio ou tório, ou ambos associados;

c) minerais, minérios, concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse para a energia nuclear;

- V - ao transporte de material radioativo ou nuclear;
VI - à construção ou operação de estabelecimento destinado à produção de material radioativo ou nuclear ou à utilização de energia nuclear;
VII - à posse, ao uso ou à guarda de material radioativo ou nuclear;
VIII - à habilitação ao manuseio, à utilização e ao exercício da supervisão de fontes de radiação ionizante, conforme as normas e regulamentos da CNEN; e
IX - ao armazenamento, ao recebimento, ao tratamento, ao transporte e à deposição de rejeitos radioativos.
-
-

PROJETO DE LEI N.º 3.576, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais."

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

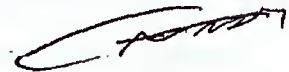
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica proibida a implantação de aterros sanitários em áreas próximas a residências, cursos hídricos e mananciais.

Art. 2º - A distância compreendida entre o aterro a ser construído e essas áreas de preservação deverá ser fixada por balizados estudos técnicos, precedida por Relatório de Impacto Ambiental, fornecido pelo órgão competente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ou da Fundação Estadual de Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

Um dos maiores problemas urbanos atuais é a disposição final adequada dos resíduos sólidos, que se agrava pelo crescimento da população e pelo incremento da produção de lixo per capita. O gerenciamento integrado de resíduos sólidos pressupõe a redução da quantidade gerada, a reutilização ou reciclagem e a disposição dos resíduos finais em locais apropriados, como aterros sanitários. Este último, além de tratarmos em nossa proposição, necessita de projetos tecnicamente apropriados, devem estar situados em locais ambientalmente adequados, o que contribui para reduzir as alternativas possíveis de poluição.

O presente projeto determina a aplicação de normas dos órgãos competentes, para zoneamento de aptidão à instalação de um aterro sanitário nos centros urbanos. O resultado constitui uma superfície de aptidão à qual pode ser aplicado um limiar para seleção das áreas mais aptas.

Na atualidade, é preciso entender que o lixo não constitui apenas um problema técnico de recolhimento, mas um problema socioambiental.

Conforme a maneira como o lixo é depositado, pode constituir-se em grande ameaça à saúde da população e degradar o meio ambiente.



Como não existe coleta seletiva do lixo na maioria dos municípios, os aterros sanitários, que, em sua grande maioria, não estão corretamente implantados e estão instalados em locais impróprios, recebem muitos produtos tóxicos, que emitem substâncias nocivas, como o chorume, que polui o solo em sua volta, o lençol freático, os rios e os córregos, além de emitir gases, que contribuem para o efeito estufa.

Portanto, aterros sanitários devem ser instalados em locais distantes das áreas habitadas e dos mananciais hídricos, para que sejam evitadas a proliferação de doenças e tragédias.

Sendo assim, pelas razões expostas, solicito aos nobres Pares apoio para esta proposta, cuja aprovação permitirá que todos estejamos mais seguros dos perigos de resíduos aqui mencionados.

Sala das sessões, em de de 2004.


Deputado **CARLOS NADER**
PFL-RJ

18/5/04

PROJETO DE LEI N.º 4.137, DE 2004

(Do Sr. Julio Lopes)

Estabelece normas gerais para utilização e disposição de bioossólidos gerados por estações de tratamento de esgotos e de lixo, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para utilização e disposição final de bioossólidos gerados por estações de tratamento de esgotos sanitários e de lixo urbano.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se como bioossólido a matéria orgânica estabilizada resultante do tratamento de esgotos sanitários e da compostagem de lixo, cujo teor de umidade lhe proporcione condições de manejo como sólido.

Art. 3º A destinação final dos bioossólidos gerados por estações de tratamento de esgotos sanitários e de lixo urbano atenderá aos seguintes requisitos mínimos:

I – compatibilidade com as políticas urbana, ambiental e agrícola da região onde são gerados;

II – eliminação de riscos à saúde pública;

III – eliminação de riscos de poluição e contaminação do solo e dos aquíferos subterrâneos;

IV – prioridade à utilização como insumo industrial, agrícola, florestal e em urbanização e jardinagem;

V – disposição em aterros sanitários, quando não forem viáveis nenhum dos usos relacionados no inciso IV.

Art. 4º A utilização de biossólidos na agricultura, no reflorestamento e em urbanização e jardinagem será feita de acordo com limites seguros para a saúde pública e o meio ambiente dos seguintes indicadores:

I – possibilidade da presença de microrganismos patogênicos por unidade de peso de matéria sólida seca;

II – quantidade de ovos viáveis de parasitas intestinais por unidade de peso de matéria sólida seca;

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_2697

PL-4137/2004

III – teor de metais pesados por unidade de peso de matéria sólida seca.

Parágrafo único. Na classificação a que se refere o *caput*, devem ainda ser considerados:

I – as espécies cultivadas e as condições de consumo dos produtos colhidos;

II – o tempo decorrido entre a aplicação do biossólido e a colheita;

III – as possibilidades de contato das pessoas com o biossólido e com o solo em que for aplicado.

Art. 5º Não é permitida a aplicação ou disposição de biossólido:

I – a menos de cinquenta metros de nascentes e cursos de água;

II – em áreas cujo lençol freático esteja, em média, a menos de um metro de profundidade;

III – em áreas com declividade superior a dez por cento, exceto se protegidas por terraços ou curvas de nível;

IV – em períodos de chuva, com escoamento superficial intenso;

V – a menos de cento e quarenta metros de edificações residenciais;

VI – a menos de quinze metros de edificações e vias de uso público.

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal complementarão o disposto na presente Lei, nos termos dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 24 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na ausência de legislação específica estadual ou do Distrito Federal, é permitida a utilização de biossólido de acordo com os limites e recomendações da norma técnica norte-americana USEPA Part-C 503.

Art. 7º A utilização ou disposição final de biossólidos será autorizada e controlada pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental da estação de tratamento de esgotos ou usina de compostagem de lixo que o produzir.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em alguns tipos de estação de tratamento de esgotos, a matéria orgânica e os sólidos dissolvidos são separados da água, gerando uma matéria pastosa, rica em fósforo e nitrogênio, denominada lodo. Este lodo, após ser estabilizado por meio de digestão aeróbica ou anaeróbica constitui o biossólido, cujas características se assemelham às dos esterco bovino e de aviários, amplamente empregados na agricultura. Biossólido de características semelhantes também é produzido na compostagem da parte orgânica do lixo urbano.

Com o aumento da quantidade de estações de tratamento de esgotos e de compostagem de lixo, tem crescido a produção de biossólido, gerando a demanda de formas de utilizá-lo ou dispô-lo de forma segura à saúde pública e ao meio ambiente.

O biossólido tem ampla aplicação na agricultura, na silvicultura e na execução de gramados e jardins urbanos e ao longo de rodovias e ferrovias. Isto porque, além de ser rico em fósforo e nitrogênio, principais nutrientes dos vegetais, melhoram a textura dos solos, aumentando a capacidade de retenção de umidade e as condições de enraizamento das plantas. Seu emprego nesse setores reduz a demanda de fertilizantes químicos e contribui para a conservação dos solos com ganhos econômicos diretos e efeitos positivos ao meio ambiente natural. Em regiões com solos pobres, como a dos cerrados do Planalto Central e do Semi-Árido nordestino, é enorme o potencial de emprego do biossólido na agricultura, na silvicultura e até na recuperação florestal de áreas degradadas.

Na indústria, o biossólido é empregado na produção de blocos para a construção civil e como agregado ou matéria inerte para fertilizantes químicos.

Apesar de ser um material utilizável de forma econômica, podendo, inclusive, contribuir para a viabilização financeira das unidades de tratamento de esgoto e lixo, o biossólido requer uma série de cuidados em seu manejo. Isto porque microrganismos patogênicos e substâncias perigosas podem passar pelo sistema de tratamento em quantidade ou teores capazes de colocar em risco a saúde das pessoas e a integridade do meio ambiente.

Bactérias, vírus e ovos de vermes causadores de doenças, como a hepatite, várias disenterias infecciosas, helmintose e giardíase podem ser encontrados no biossólido seco. Resíduos de metais pesados, como mercúrio e cromo, tóxicos aos seres humanos e prejudiciais ao meio ambiente, são, também, limitadores do uso do biossólido, principalmente na agricultura.

A falta de marcos legais tem, por estas razões, causado dúvidas e dificuldades para o uso do biossólido. Exemplo recente ocorreu no Distrito Federal, onde esse material, aplicado em uma propriedade agrícola, foi transportado pelo escoamento de água de chuva para outra propriedade e para um curso de água próximo, o que gerou o impedimento, por meio judicial, da continuidade desse uso.

No entanto, se o biossólido for utilizado com os cuidados necessários, como vimos, tal utilização é vantajosa tanto do ponto de vista econômico, como ambiental.

O Projeto que ora apresentamos, atendendo ao disposto no art. 24 da Constituição Federal, limita-se ao estabelecimento de normas gerais para a utilização do biossólido. O detalhamento técnico deve ser feito pelos órgãos competentes do Poder Executivo, como os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura e pelos Estados e Distrito Federal, aos quais compete emitir o licenciamento ambiental das estações de tratamento de esgotos e das usinas de compostagem de lixo, produtoras do biossólido.

Cabe destacar ainda que as especificações técnicas sobre a produção e caracterização do biossólido são objeto de normas da Associação

Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, revisadas e atualizadas periodicamente. A ABNT, apesar de ser uma organização civil não-governamental, é a entidade normativa oficial brasileira.

Nossa abordagem, além de adequada do ponto de vista constitucional, permite flexibilidade suficiente para adaptar a regulamentação do uso do biossólido às características locais e regionais e à evolução tecnológica e científica, as quais seriam inviáveis com a fixação de parâmetros técnicos em lei.

Isto posto, contamos com o apoio do ilustres colegas Parlamentares para o aperfeiçoamento e aprovação de nossa iniciativa.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004.

Deputado Julio Lopes

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

CAPÍTULO III

DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

* § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 4.173, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

Veda o descarte de disquetes, "compact discs" e produtos similares em lixo doméstico ou comercial, dispõe sobre sua coleta e destinação adequada e dá providências correlatas.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_2697

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - É vedado o descarte de disquetes, "compact discs" e produtos similares em lixo comum, doméstico ou comercial.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, considera-se produto similar qualquer suporte físico para gravação, armazenamento ou leitura, por meio magnético ou óptico, de áudio, imagens, dados, arquivos ou programas de computação.

Art. 2º - As empresas que comercializam ou distribuem os produtos de que trata esta lei ficam obrigadas a:

I - colocar à disposição do público, em seus estabelecimentos, serviço de coleta de produtos usados, danificados, defeituosos, ou por qualquer outra razão imprestáveis ao uso;

II - repassar o material coletado às empresas produtoras;

III - manter registro da entrada e saída do material coletado a cada mês;

Parágrafo Único - O serviço a que se refere o inciso I será gratuito e sua prestação não poderá ser condicionada à aquisição de quaisquer bens ou serviços.

Artigo 3º - As empresas produtoras ficam obrigadas a:

I- Desenvolver processos de armazenamento, reaproveitamento, reciclagem ou destruição dos produtos de que trata esta lei;

II - não poderão resultar em dano ou risco de dano ao meio ambiente, observadas as normas e critérios técnicos estabelecidos na legislação e pelos órgãos ambientais competentes;

Artigo 4º - Sem prejuízo de outras penalidades, o descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator as seguintes penalidades:

§ 1º - Multa diária de 500 (quinhentas) Ufir's;

§ 2º - Na reincidência, a multa será aplicada em dobro;

§ 3º - descumprimento após a terceira constatação, cassação do alvará de funcionamento.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente quanto à atribuição de competência para fiscalizar seu cumprimento e impor a penalidade prevista no artigo 4º.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

Na composição de disquetes e produtos similares, encontram-se materiais que levam décadas para se decompor naturalmente, entre os quais podemos citar o poliestireno e o poliéster. Tem-se observado que muitas pessoas, e mesmo empresas, descartam no lixo comum disquetes e "compact discs" usados, danificados ou defeituosos, prática que representa grande potencial de danos irreparáveis para o meio ambiente.

Cabe ao Poder Público tomar medidas com o objetivo de evitar que o meio ambiente sofra mais essa agressão.

Justifica-se, assim, vedar o descarte desses produtos no lixo doméstico ou comercial, e, paralelamente, definir as empresas partícipes dos

processos de fabricação, distribuição e comercialização como responsáveis pelo recolhimento e pela destinação ambientalmente adequada dos disquetes impréstáveis ao uso.

Por essas razões, e destacando o interesse público de que se reveste a matéria, esperamos poder contar com o indispensável apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2004.

Deputado CARLOS NADER
PL-RJ

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_2697

PL-4173/2004

PROJETO DE LEI N.º 4.271, DE 2004

(Do Sr. André Luiz)

Estabelece normas para o controle dos resíduos plásticos no meio ambiente e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE A(O) PL-203/1991

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_6779

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O controle dos resíduos plásticos no meio ambiente é de responsabilidade compartilhada e solidária dos fabricantes de matéria plástica prima, fabricantes de produtos plásticos, embaladores, envasadores, distribuidores, importadores e comerciantes, dos usuários intermediários e finais e do poder público de qualquer esfera.

§ 1º É considerado resíduo plástico para efeito desta lei todo material descartado que contenha em sua composição matéria-prima plástica derivada do petróleo, tais como: embalagens, vasilhames, ferramentas, reservatórios, componentes de máquinas e de eletrodomésticos, dutos, móveis, vestuário, peças de máquinas e materiais congêneres.

§ 2º O controle previsto nesta lei terá sempre como objetivo principal a redução da presença do resíduo plástico no meio ambiente e o regate do equilíbrio ambiental perturbado pela presença desse resíduo, através dos seguintes programas públicos de trabalho.

- I. Programa de divulgação e educação ambiental;
- II. Programa do desenvolvimento de processos de reutilização e reaproveitamento;
- III. Programa de desenvolvimento de processos de reciclagem;
- IV. Programa de pesquisa para o desenvolvimento de processos biológicos, químicos e físicos de degradação;
- V. Programa de pesquisa para a produção de novos materiais primários com melhor índice de degradação e de performance ambiental.

Art. 2º O Poder Público incentivará e estimulará a implantação e a condução dos programas enunciados no artigo anterior.

Art. 3º Fica criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, o Fórum Nacional de Gestão de Políticas para os Resíduos Plásticos – FONAPLAST, com a função de gerar, encaminhar, prover meios de execução e avaliar políticas voltadas para a questão do resíduo plástico, bem como de estabelecer regras executivas, responsabilizadas, ônus e participação dos responsáveis na consecução das políticas estabelecidas.

§ 1º O FONAPLAST, instituído nos termos deste artigo, é órgão público não-governamental, no qual estarão representados eqüitativamente o Poder Público, o setor privado da economia, o terceiro setor e a comunidade organizada.

§ 2º O FONAPLAST terá um presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos democraticamente pela maioria absoluta de seus membros, com mandato de dois anos, renováveis por igual período, sem restrições.

§ 3º As decisões do FONAPLAST serão tomadas por maioria simples, desde que presentes, no mínimo, metade de seus membros.

§ 4º Para cumprir as funções previstas no “caput” deste artigo, o FONAPLAST deverá:

- I – resolver questões relativas à implantação e consecução das políticas estabelecidas nesta lei que não estejam abrigadas na estrita competência do Poder Público;
- II – sugerir a edição de normas e regulamentos pelo Poder Público;
- III – estimular e incentivar programas, projetos e atividades de extensão e educação ambiental voltados para minimização da presença de resíduo plástico na natureza;
- IV – aprovar propostas e planos de gestão, bem como definir responsabilidades e participação de cada segmento na sua execução;

V – captar recursos para a custear os projetos e atividades aprovadas.

VI – avaliar resultados de projetos e atividades executadas.

VII – firmar convênios e parcerias com órgãos executivos estatais, privados ou do terceiro setor para conduzir projetos e executar ações.

VIII – instituir Comitê Executivo, com o quadro de recursos humanos que convier para operacionalizar seus projetos e atividades.

Art. 4º Fica proibido o descarte de lixo plástico no solo, em corpos d'água ou em qualquer outro local não indicado pelo órgão municipal gestor de limpeza pública, sujeitando-se o infrator a multa aplicada pelos órgãos competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente(SISNAMA), nos valores previstos na regulamentação desta lei.

Art. 5º Produtos que contenham em sua composição matéria plástica deverão conter essa informação, na forma de um selo verde impresso na mesma, indicando sua possibilidade de reutilização e recompra, proibida qualquer referência à possibilidade de sua descartabilidade, quer por divulgação publicitária ou por qualquer outro meio.

Parágrafo único. Os produtores de materiais referidos neste artigo terão o prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, para adequar seus produtos ao disposto no neste artigo.

Art. 6º Sem prejuízo da responsabilização por danos ambientais causados pelos resíduos plásticos, a infração ao previsto nos artigos, 4º e 5º sujeita os fabricantes de produtos plásticos, embaladores, envasadores, distribuidores, importadores e comerciantes a uma ou mais das seguintes sanções, aplicadas pelos órgãos competentes integrantes do SISNAMA:

I – multa, nos valores previstos na regulamentação desta Lei;

II – interdição;

III – suspensão ou cassação de licença ambiental.

Art. 7º. Os fabricantes de produtos plásticos, embaladores, envasadores, distribuidores, importadores e comerciantes estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a reutilização e recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores.

Parágrafo único. O procedimento previsto no caput deste artigo será, implantado segundo o seguinte cronograma:

I – no prazo de um ano da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, cinquenta por cento das embalagens comercializadas;

II – no prazo de dois anos da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, setenta por cento das embalagens comercializadas;

III – no prazo de três anos da publicação desta Lei, reutilização e/ou recompra de, no mínimo, noventa por cento das embalagens comercializadas.

Art. 8º . Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão todas as medidas necessárias à eficaz aplicação da presente Lei, adotando-lhe, quando for o caso, normas suplementares indispensáveis à consecução de seus objetivos.

Art. 9º . O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 10º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O consumo brasileiro de matéria plástica em geral, inclusive associada a outros materiais, tem crescido em níveis superiores a 10% ao ano, tomando-se como referência a última década. Só recentemente o Brasil passou a figurar significativamente no segmento de reciclagem de plásticos, hoje estimado em 17% do total de plásticos produzidos no país. Não bastasse a importância do lixo plástico por seu volume relativo. Na composição do lixo domiciliar da cidade de São Paulo, o plástico corresponde a cerca de 23%, perdendo apenas para matéria orgânica, eu corresponde por quase metade do volume total.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que no Brasil, a cada ano, cresce a produção de resíduos plásticos enquanto os processos de controle, apesar dos esforços, não apresentam a mesma dinâmica.

Ora, como a degradação do plástico é praticamente nula, já há uma grande quantidade de resíduos acumulada na natureza e a produção continua sendo bem maior que a destinação final adequada dos resíduos, o problema tende a agravar-se e até a tomar-se dramático em prazo não muito longo. Desejável seria inverter essa equação através da aplicação rápida e maciça de esforços para a gestão do controle dos resíduos plásticos.

Registre-se, nesse contexto, que o Brasil resente-se de uma legislação adequada que crie deveres e oportunidades para os agentes sociais e econômicos diretamente vinculados ao problema.

Também vale observar que o problema do resíduo plástico não se restringe ao Brasil. Atualmente o mundo inteiro se mobiliza para produzir soluções satisfatórias para o resíduo plástico.

Na Alemanha e outros países grandes produtores de plásticos estão sendo experimentadas políticas de controle integral, com participação ativa dos fabricantes de matéria-prima plástica, fabricantes de produtos plásticos, embaladores, envasadores, distribuidores, importadores e comerciantes, dos usuários intermediários e finais, com a gestão não interveniente do poder público.

No Brasil o que se tem de mais concreto na área de legislação é o Projeto de Lei do Senado nº 269, aprovado naquela Casa em 1999. essa

proposição, que engrossa o coro do conjunto de proposições similares em tramitação na Câmara dos Deputados, trata com muita propriedade a questão das embalagens plásticas e enfatiza a política de recompra do vasilhame pelo fornecedor. O que prejudica o mérito do PLS nº 269/99 é minimizar a questão relativa aos outros resíduos plásticos, assim como não abordar outras alternativas de destinação do resíduo nem ensejar ação participativa dos interessados.

Por seu turno, o Relatório Preliminar apresentado pelo Relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada para dar parecer ao Projeto de Lei 203/1991, originário do Senado, referente à Política Nacional de Resíduos Hospitalares, trata o plástico juntamente com todos os demais resíduos sólidos e destina um pífio capítulo às embalagens.

O aludido Relatório, pela sua forma e teor apresentados, acolheu apensação de inúmeros outros projetos, tão diversos que alguns são até antagônicos em suas propostas. Com isso pretendeu ser lei de abrangência universal para os todos os tipos de resíduos. Também pretende não deixar escapar um só detalhe do problema, ao tentar antever e regulamentar todas as relações possíveis de ocorrência entre os diversos agentes dos processos.

Peca, pois, o Relatório, pelo cunho dirigista, por seguir a ortodoxia da intervenção e da responsabilidade exagerada do setor público e pela pretensão perfeccionista para um assunto cujas relações entre os atores ainda não foram sequer experimentadas. Vai contra os princípios da gestão pública moderna que busca minimizar a intervenção estatal na administração de problemas cujos agentes e seus papéis são conhecidos ou facilmente presumíveis.

Assim sendo, a presente proposta legislativa entende que o Estado cabe a oferta de qualidade ambiental a seus cidadãos. Por outro lado, cabe ao agente poluidor a responsabilidade e os encargos pela despoluição. No caso dos resíduos plásticos, os agentes poluidores são múltiplos e se somam em cadeia até a disposição do resíduo no meio ambiente: começa com a indústria da matéria plástica primária, passa pelos fabricantes de produtos, pelos embaladores, envasadores, pela cadeia comercial do produto e chega finalmente ao consumidor. Injusto seria atribuir, a priori, maior ou menor responsabilidade

poluidora a qualquer deles, muito menos o governo.

Na Alemanha, vale lembrar, o packaging ordinance foi baixado considerando estudos do ciclo de uso do plástico e a participação dos diversos segmentos produtivos alemães na geração do lixo plástico.

Trata-se, pois, de uma ordem governamental que atribui à sociedade como um todo a responsabilizado pelos procedimentos preventivos e de disposição final do lixo plástico.

É possível que no Brasil, diferentemente da Alemanha, não tenhamos ainda precisão nas informações técnicas sobre o grau de participação relativa dos agentes geradores do resíduo plástico.

Mas antes que nos percamos na polêmica busca de culpados, faz sentido admitir a generalização alemã e partir já para arregimentar esforços no sentido de encaminhar soluções. Já bastam as dificuldades, hoje já conhecidas, decorrentes da diversidade da natureza do plástico quanto à sua degradação, reciclagem e reaproveitamento.

O presente texto de lei é apresentado como contribuição aos esforços do Parlamento Nacional na busca de políticas para o controle de resíduos e melhoramento das condições ambientais. Ao invés de impor comportamentos, obrigações, punições etc., estimula a associação de esforços entre todos os interessados na questão, assim como incentiva a gestão associativa e parceirizada do problema, ou seja: antes de pretender descobrir os culpados pela poluição, busca identificar quem pode somar esforços para encaminhar soluções positivas e duradouras.

Parece, pois, mais cabível, no presente caso, discutir democraticamente a questão, reconhecer e aceitar parcelas de responsabilidade e, sobretudo, participar democraticamente da elaboração de sugestões para a produção das regras e dos instrumentos legais necessários à organização do setor.

Dentro desse formato, a questão pode ser encaminhada através dos seguintes instrumentos:

1. Instituição de Fórum de discussão e encaminhamento de soluções, com a participação de representantes do Governo Federal, das Indústrias produtoras e usuárias de produtos plásticos, dos comércios atacadista e varejista, de Instituições de pesquisa industrial, órgãos ambientalistas e dos consumidores.
2. Regulamentação do setor, através de instrumentos dinâmicos, mutáveis e facilmente assimiláveis que estabeleça o papel das instituições e das organizações gerenciadoras e fiscalizadoras, dos incentivos, dos instrumentos fomentadores, das fontes de recursos etc.
3. Estreita articulação com o Poder Público e as instituições técnicas para definir procedimentos, coeficientes técnicos, pré-requisitos, valores, prazos etc.
4. Celebração de acordos, convênios, parcerias e outros ajustes administrativos entre os vários agentes que podem ser envolvidos.
5. Implantação de organizações executivas independentes para dar seqüência às políticas emanadas do Fórum ou de outra instância regulamentadora.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2004.

ANDRE LUIZ

DEPUTADO FEDERAL

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 4.356, DE 2004

(Do Sr. Carlos Nader)

"Dispõe sobre a destinação, à produção de pavimentação asfáltica, de pneumáticos inservíveis."

DESPACHO:

APENSE-SE A(O) PL-203/1991

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5573

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - A destinação final de pneumáticos inservíveis recolhidos pelas empresas fabricantes e as importadoras em atendimento aos termos da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999, deverá ser realizada na forma prevista nesta Lei.

Artigo 2º - Os pneumáticos recolhidos deverão ser destinados à pavimentação asfáltica, em processo úmido ou em processo seco, na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) do total de pneumáticos recolhidos, observadas as quantidades e os prazos fixados pela Resolução do CONAMA nº 258/1999.

Artigo 3º - O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA promoverá periodicamente levantamento sobre a demanda existente pelo produto pneumático para fins de pavimentação asfáltica junto ao setor público, especialmente aos estados e concessionários de rodovias, e junto à iniciativa privada, devendo, ainda, promover ações com vistas ao incremento dessa destinação.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

A destinação final de pneus que não são mais passíveis de reutilização, denominados de pneus inservíveis, é hoje um dos mais sérios problemas ambientais a serem enfrentados pelo Poder Público.

Composto por vários tipos de elementos, principalmente a borracha o aço e náilon ou poliéster, os pneus possuem degradação lentíssima e oferecem enormes prejuízos à natureza e à saúde pública ao serem descartados ou queimados. Todavia, há a possibilidade de que venham a ser utilizados de modo a não causarem danos ambientais, mediante a utilização integral, como elemento de combustão, ou mesmo mediante a reciclagem de seus componentes principais.

O Governo Federal, mediante a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999, estabeleceu um cronograma com o objetivo promover uma progressiva coleta dos pneus inservíveis a cargo das empresas fabricantes ou importadoras, encarregando-as ainda de conferir uma destinação final ambientalmente adequada.

Cumpre-nos, estabelecer que a destinação final seja, na sua maior parte, a pavimentação asfáltica. Não há dúvidas de que essa medida representará um ganho para toda a sociedade, uma vez que significará um produto asfáltico mais barato, mais duradouro, mais seguro e um meio ambiente mais protegido.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 2004.

Deputado Carlos Nader

PL/RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando que os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;

Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem;

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem;

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art. 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único. As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum-TEC;

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum-TEC;

IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

Art. 3º Os prazos e quantidades para coleta e destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis de que trata esta Resolução, são os seguintes:

I - a partir de 1º de janeiro de 2002: para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

II - a partir de 1º de janeiro de 2003: para cada dois pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

III - a partir de 1º de janeiro de 2004:

a) para cada um pneu novo fabricado no País ou pneu novo importado, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

b) para cada quatro pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

IV - a partir de 1º de janeiro de 2005:

a) para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus novos importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

b) para cada três pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a quatro pneus inservíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos pneumáticos exportados ou aos que equipam veículos exportados pelo País.

Art. 4º No quinto ano de vigência desta Resolução, o CONAMA, após avaliação a ser procedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, reavaliará as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 5º O IBAMA poderá adotar, para efeito de fiscalização e controle, a equivalência em peso dos pneumáticos inservíveis.

Art. 6º As empresas importadoras deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, previamente aos embarques no exterior, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades a serem importadas, para efeitos de liberação de importação junto ao Departamento de Operações de Comércio Exterior-DECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 7º As empresas fabricantes de pneumáticos deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, anualmente, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades fabricadas.

Art. 8º Os fabricantes e os importadores de pneumáticos poderão efetuar a destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneus inservíveis de sua responsabilidade, em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros.

Parágrafo único. As instalações para o processamento de pneus inservíveis e a destinação final deverão atender ao disposto na legislação ambiental em vigor, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Resolução fica proibida a destinação final inadequada de pneumáticos inservíveis, tais como a disposição em aterros sanitários, mar, rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços, e queima a céu aberto.

Art. 10. Os fabricantes e os importadores poderão criar centrais de recepção de pneus inservíveis, a serem localizadas e instaladas de acordo com as normas ambientais e demais normas vigentes, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada.

Art. 11. Os distribuidores, os revendedores e os consumidores finais de pneus, em articulação com os fabricantes, importadores e Poder Público, deverão colaborar na adoção de procedimentos, visando implementar a coleta dos pneus inservíveis existentes no País.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente do CONAMA

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário-Executivo

PROJETO DE LEI N.º 5.231, DE 2005
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Proíbe a importação de pneus usados em carcaça, recauchutados, recapados ou remoldados.

DESPACHO:
APENSE-SE A(O) PL-203/1991

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3230

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a importação, de pneus usados, procedentes e originários de qualquer país, classificados no código 4012 da Tarifa Externa Comum do Mercosul, e em todas as suas subdivisões.

Parágrafo único. Considera-se pneu usado:

- I – a simples carcaça de pneu usado;
- II – a carcaça de pneu usado reformada, mediante recauchutagem, remoldagem ou recapagem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Até 2003, estava proibida a importação de pneus usados. Entretanto, o Decreto nº 4.592, de 11 de fevereiro de 2003 dispensou a multa que incidia sobre essa infração às normas ambientais. A alegação do Poder Executivo para editar tal decreto é de que estava cumprindo decisão de tribunal arbitral proferida no âmbito do Mercosul em questão suscitada pelo Uruguai.

Entretanto, a Argentina, com razão, continua proibindo a importação de pneus usados. Ora, o laudo arbitral baseou-se em que a proibição viola princípios que constituem o objeto da união aduaneira, relativos especialmente à liberdade comercial tais como os princípios da "previsibilidade comercial", da "proporcionalidade", da "limitação da reserva de soberania" e da "razoabilidade".

Ora, é exatamente na questão da reserva da soberania, que, segundo art. 49, I, da Constituição, deve ser exercido pelo Congresso Nacional, que nos baseamos para apresentar a presente proposição.

Trata-se com efeito de proteger o meio ambiente e, para esse objetivo maior, devemos fazer valer a necessária reserva de soberania que subsiste mesmo em tratados de integração econômica.

A não ser assim, isto é, se admitíssemos a importação indiscriminada de pneus usados, seja como carcaça, seja os recauchutados, seja,

enfim, os remoldados, teremos em alguns anos um acervo de material sólido cuja disposição poluirá nossos rios e encherá depósitos de lixo a poluírem as periferias de nossas cidades.

Esse o motivo por que apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual conto com o apoio e a aprovação dos nobres deputados.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2005

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

.....

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

** Inciso VII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

** Inciso VIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/.*

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

** Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 07/06/1994.*

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

** § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 07/06/1994.*

DECRETO Nº 4.592, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2003

Acresce parágrafo ao art. 47-A do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe

sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 47-A do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

" § 2º Ficam isentas do pagamento da multa a que se refere este artigo as importações de pneumáticos reformados classificados nas NCM 4012.1100, 4012.1200, 4012.1300 e 4012.1900, procedentes dos Estados Partes do MERCOSUL, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18." (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3230

PL-5231/2005

PROJETO DE LEI N.º 5.745, DE 2005
(Do Sr. Leodegar Tiscoski)

Torna obrigatória a utilização de borracha reciclada de pneus inservíveis na produção de misturas e concretos asfálticos para pavimentação.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a utilização de borracha reciclada originária de pneus inservíveis na produção de misturas asfálticas e concretos asfálticos destinados a:

I – construção ou restauração de pavimentos em rodovias federais, estaduais ou municipais;

II – construção ou restauração de pavimentos de vias urbanas municipais e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei tanto às vias administradas diretamente pelo Poder Público como às exploradas sob regime de concessão ou permissão.

Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I – restauração de pavimento: qualquer atividade de recuperação, reabilitação ou recapagem que não possa ser considerada manutenção localizada de rotina e de pequenas proporções;

II – obra: via ou conjunto de vias que atenda a pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) componha um mesmo projeto de engenharia;

b) tenha a mesma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – do projeto ou da execução, em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

c) esteja compreendido em um mesmo lote de licitação, ou que componha o mesmo edital de licitação, em caso de lote único;

III – pneu inservível: aquele cujas características de conservação e do material de que é constituído não permitem a utilização em veículos nem a reutilização da carcaça para recondicionamento ou recapagem.

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes proporções mínimas de utilização de concreto asfáltico ou de mistura asfáltica que contenham borracha

reciclada, nos termos do art. 1º, em relação à massa total de concreto asfáltico ou de mistura asfáltica de cada obra:

I – dez por cento a partir de um ano, contado da data da publicação oficial desta lei;

II – vinte por cento a partir de dois anos, contados da data da publicação oficial desta lei;

III – trinta por cento a partir de três anos, contados da data da publicação oficial desta lei.

Art. 4º Consideram-se como contendo borracha reciclada, nos termos do art. 3º, as massas asfálticas e os concretos asfálticos que tenham, em suas composições, as seguintes proporções mínimas de borracha originária de pneus inservíveis:

I – treze por cento da massa total do ligante asfáltico;

II – sete décimos por cento da massa total da mistura asfáltica ou do concreto asfáltico.

Art. 5º Não se aplica o disposto nesta Lei às misturas asfálticas e concretos asfálticos que:

I – sejam aplicados a frio;

II – utilizem ligantes asfálticos modificados por processos ou produtos que permitam ganhos significativos de durabilidade do pavimento, comprovados por estudos técnicos e econômicos emitidos por entidades ou técnicos de reconhecida capacidade e idoneidade;

III – utilizem outros materiais reciclados, atendendo às proporções estabelecidas no art. 3º;

IV – utilizem outros materiais reciclados especificados em lei ou norma técnica específica.

Art. 6º As indústrias produtoras de ligantes asfálticos que contenham borracha reciclada de pneus inservíveis e as usinas produtoras de

misturas e concretos asfálticos são obrigadas a expedir, sempre que solicitado, sem a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos, no prazo de setenta e duas horas, certidões que atestem a composição final de seus produtos.

Art. 7º Para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de obras, conforme previsto no artigo 30 da Lei 8.666/93, considera-se a execução de pavimento, com a utilização de borracha reciclada originária de pneus inservíveis na produção de misturas asfálticas e concretos asfálticos, equivalente e equiparado à execução de pavimentos com misturas asfálticas e concretos asfálticos convencionais.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto nesta Lei às obras em andamento ou cujos processos de licitação e contratação tenham sido iniciados até a data de início de sua vigência.

Art. 8º O não atendimento ao disposto nesta Lei constitui infração administrativa, sujeitando-se os infratores ao disposto nos artigos 70, 71 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 9º Compete aos órgãos ambientais federal, estaduais e do Distrito Federal, em suas respectivas jurisdições, fiscalizar o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

São três os objetivos principais do projeto de lei que ora apresentamos:

- proporcionar destinação final adequada e economicamente sustentável, via utilização de matéria-prima reciclada, a uma parte considerável dos pneus inservíveis que são descartados no Brasil;

- contribuir para a recuperação e manutenção da qualidade ambiental, ao dar destinação não poluente à matéria-prima utilizada na confecção dos pneus descartados;

- contribuir para o desenvolvimento tecnológico do setor rodoviário, compatibilizando os interesses econômicos, relacionados com a maior resistência e durabilidade dos pavimentos, com a proteção do meio ambiente.

No Brasil, a reciclagem de pneus é atividade relativamente nova. Só a partir de 1999, com a Resolução nº 258, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, foi regulamentada a coleta e a destinação final adequadas, sob o ponto de vista ambiental, de pneus inservíveis.

De acordo com a Resolução do CONAMA, as empresas fabricantes e os importadores de pneumáticos são responsáveis pela coleta e destinação final, “ambientalmente adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional”. Nela foi estabelecido um cronograma para o cumprimento da obrigação, que define as quantidades que devem ser recolhidas ano a ano, em função das respectivas produções ou importações.

Assim, a partir de 2005, para cada quatro novos pneus fabricados ou importados, incluindo aqueles que acompanham os veículos importados, os fabricantes e importadores terão de dar destinação final a cinco pneus inservíveis. No mesmo ano, para cada três pneus reformados, deverá ser dada destinação final a quatro pneus inservíveis.

Estimam-se que, no Brasil, a cada ano sejam descartados em torno de 175 mil toneladas de pneus inservíveis, dos quais cerca da metade é queimada nos fornos das fábricas de cimento, de longe a atividade econômica que mais consome – ou destrói – borracha reciclada. Outro grande consumidor de pneus inservíveis é a Petrobras, cuja unidade de extração de óleo de xisto betuminoso, a PETROSIX, consome anualmente em torno de 25 mil toneladas de pneus inservíveis.

Há, pois, fortes indícios de que o Brasil já dispõe de um mercado de porte considerável para a borracha reciclada. No entanto, os números mostram que ele é insuficiente para dar destinação adequada, nos termos exigidos pelas normas ambientais, à enorme e crescente quantidade de pneus descartados.

O uso de borracha reciclada na fabricação de “asfalto-borracha” é atividade ainda incipiente em nosso País. As iniciativas já

implementadas demonstram, no entanto, que a sua tecnologia está totalmente dominada e que os resultados, em termos de durabilidade e resistência do asfalto, são bastante animadores.

Em outros países, em especial em países da Europa e nos Estados Unidos da América, a utilização de borracha reciclada na fabricação de materiais para pavimentos asfálticos já é fato consolidado. Quase todos os estados norte-americanos já dispõem de legislações específicas sobre a matéria. Uma lei federal determina que os recursos do fundo rodoviário federal, que reúne e distribui os recursos destinados à construção e manutenção rodoviária naquele país, só são alocáveis a financiamentos de obras em cujos pavimentos for utilizada a borracha reciclada. No estado da Califórnia, o "asfalto-borracha" é utilizado há mais de quarenta anos e, em razão da elevada qualidade do concreto asfáltico obtido a partir dele, são alcançadas reduções de até 70% na espessura dos pavimentos, com significativas diminuições dos custos finais das obras.

Estudos técnicos já desenvolvidos no Brasil demonstram que a utilização de 12% a 15% de borracha reciclada na produção de ligante asfáltico, ou de pelo menos 0,7% na mistura asfáltica a ser utilizada no pavimento, são adequadas para as nossas condições naturais e de tráfego. Essas composições podem elevar os custos finais das obras em até 2%, se mantidas as espessuras dos pavimentos feitos com asfalto convencional. Mas, considerando que o produto final, a mistura asfáltica com borracha reciclada, apresenta maior resistência e durabilidade, é possível a redução da espessura da camada asfáltica, o que poderia anular, ou até reverter, o aumento de custo, resultando em obras mais baratas.

Em síntese, a pavimentação com "asfalto-borracha" poderá reduzir os custos finais das obras rodoviárias e, certamente, reduzirá os seus custos de manutenção, além de proporcionar pavimentos mais seguros e confortáveis para os usuários, ao reduzir os níveis de trepidação e ruído dos veículos e aumentar o atrito com os pneus, reduzindo as distâncias de frenagem.

Além das óbvias vantagens técnicas e econômicas que assinalamos, há o inquestionável ganho ambiental, por serem reconhecidas as dificuldades para se dispor os pneus inservíveis sem causar danos ao meio ambiente e riscos à saúde pública. Pneus ocupam grandes espaços nos aterros sanitários, por serem incompressíveis, e servem, ao acumular água de chuva, de

criadouros para insetos transmissores de doenças como a dengue e a febre amarela. Quando queimados ao ar livre, como acontece com frequência em lixões e terrenos baldios, liberam gases causadores de chuva ácida e substâncias altamente prejudiciais à saúde, algumas carcinogênicas.

Por estas razões, em conclusão, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para o aperfeiçoamento e aprovação desta nossa iniciativa, a qual, estamos certos, é do mais alto interesse da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2005.

Deputado Leodegar Tiscoski

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO II
DA LICITAÇÃO**

**Seção II
Da Habilitação**

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

** § 1º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

II - (VETADO)

a) (VETADO)

b) (VETADO)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório.

** § 2º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (VETADO)

I - (VETADO)

** Inciso I acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

II - (VETADO)

** Inciso II acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

** § 10 acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 11. (VETADO)

** § 11 acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 12. (VETADO)

** § 12 pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação,

devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

** § 5º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 6º (VETADO)

LEI N.º 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

- I - suspensão de registro, licença ou autorização;
- II - cancelamento de registro, licença ou autorização;
- III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando que os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;

Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem;

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem;

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art. 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no

território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único. As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum-TEC;

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum-TEC;

IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

Art. 3º Os prazos e quantidades para coleta e destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis de que trata esta Resolução, são os seguintes:

I - a partir de 1º de janeiro de 2002: para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

II - a partir de 1º de janeiro de 2003: para cada dois pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

III - a partir de 1º de janeiro de 2004:

a) para cada um pneu novo fabricado no País ou pneu novo importado, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

b) para cada quatro pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

IV - a partir de 1º de janeiro de 2005:

a) para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus novos importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

b) para cada três pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a quatro pneus inservíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos pneumáticos exportados ou aos que equipam veículos exportados pelo País.

Art. 4º No quinto ano de vigência desta Resolução, o CONAMA, após avaliação a ser procedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, reavaliará as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 5º O IBAMA poderá adotar, para efeito de fiscalização e controle, a equivalência em peso dos pneumáticos inservíveis.

Art. 6º As empresas importadoras deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, previamente aos embarques no exterior, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades a serem importadas, para efeitos de liberação de importação junto ao Departamento de Operações de Comércio Exterior-DECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 7º As empresas fabricantes de pneumáticos deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, anualmente, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades fabricadas.

Art. 8º Os fabricantes e os importadores de pneumáticos poderão efetuar a destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneus inservíveis de sua responsabilidade, em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros.

Parágrafo único. As instalações para o processamento de pneus inservíveis e a destinação final deverão atender ao disposto na legislação ambiental em vigor, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Resolução fica proibida a destinação final inadequada de pneumáticos inservíveis, tais como a disposição em aterros sanitários, mar, rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços, e queima a céu aberto.

Art. 10. Os fabricantes e os importadores poderão criar centrais de recepção de pneus inservíveis, a serem localizadas e instaladas de acordo com as normas ambientais e demais normas vigentes, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada.

Art. 11. Os distribuidores, os revendedores e os consumidores finais de pneus, em articulação com os fabricantes, importadores e Poder Público, deverão colaborar na adoção de procedimentos, visando implementar a coleta dos pneus inservíveis existentes no País.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente do CONAMA

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário-Executivo

FIM DO DOCUMENTO

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369

PL-5745/2005

PROJETO DE LEI N.º 6.014, DE 2005 (Do Sr. Jorge Pinheiro)

Proíbe a importação de pneus usados.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.
APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_3630
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a importação de pneus usados para qualquer finalidade.

Parágrafo único. Entende-se por pneu usado a simples carcaça inservível para rodagem adicional, bem como o pneu reformado por quaisquer processos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A acumulação de pneus usados é, hoje, um sério problema ambiental, pois, além de demorarem mais de um século para se decompor, em geral eles são depositados em locais inadequados, em cemitérios de pneus, lixões, estradas, beiras de rio e mesmo nos quintais das casas. Dispostos a céu aberto sem os devidos cuidados, terminam por constituir ambientes propícios à proliferação de larvas de transmissores de doenças, como a dengue, ou provocam a obstrução das calhas dos canais e córregos urbanos.

Entretanto, pneus podem ser reutilizados ou reciclados de diversas maneiras. A recauchutagem, ou recapamento, permite o prolongamento da vida do pneu em 40% de sua vida útil. O pó da recauchutagem e os restos de pneus moídos são aproveitados na produção de asfalto com maior elasticidade e durabilidade que o tradicional.

Aqueles pneus que não admitem a recauchutagem podem ser utilizados inteiros, em pára-choques; em aterros sanitários, para a drenagem de gases; na contenção de encostas e mesmo na construção de recifes artificiais, para aumento da produção pesqueira.

Pneus podem ser triturados para regeneração da borracha, a qual é utilizada em subprodutos como tapete de automóveis, sola de sapato, pisos industriais e sistemas de vedação. Também podem ser queimados em fornos controlados, para produção de energia.

Estima-se que, anualmente, o Brasil produz cerca de 45 milhões de pneus por ano – dos quais um terço é exportado – e gera 260 mil toneladas de pneus inservíveis. Calcula-se, ainda, que são trocados 22 milhões de pneus por ano, no País, dos quais dez milhões estão em condições de reforma. Assim, o mercado de pneus reformados não demanda a importação de novas unidades.

No entanto, existem pressões internacionais visando tornar o Brasil um país receptor de pneus usados. A União Européia, por exemplo, denunciou o País na Organização Mundial do Comércio, por barrar a entrada de pneus reformados. Anteriormente, o Tribunal Arbitral do Mercosul deu ganho de causa à empresa uruguaia Serisur S.A., que estava impedida de exportar pneus remoldados para o Brasil, o que levou a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a autorizar a importação de pneus usados daquele Mercado Comum. No mesmo sentido, o Decreto nº 4.592/03, do Governo Federal, isentou de multa a importação de pneus reformados importados do Mercosul, embora esteja prevista a multa de R\$400,00 por unidade, em caso de importação de pneus de outras regiões.

Em 1999, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou a Resolução nº 258, que obriga os fabricantes e importadores de pneus novos a darem destinação final adequada a pneus usados no Brasil, nos prazos e quantidades estabelecidos por ela. Equívoco de redação dessa resolução levou os importadores a obterem liminares na Justiça, visando à importação de três milhões de pneus usados.

Nos últimos dez anos, o País importou quarenta milhões de unidades. Somente em 2004, entraram 7,6 milhões de pneus usados oriundos do exterior, dos quais 2,5 milhões retornaram ao mercado como reformados. Dos restantes 5,1 milhões, não se tem notícia! Estima-se que, em 2005, a importação alcançará a cifra de 11,2 milhões de unidades.

O que faremos com todo esse material? Será vocação do Brasil ser o repositório mundial de lixo? Certamente que não. Não cabe ao Brasil acumular o passivo ambiental gerado em outros países. Devemos, sim, estimular a

reciclagem de pneumáticos em nosso território, mas somente para dar destinação adequada ao que consumimos.

Conto, por isso, com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 2005.

Deputado JORGE PINHEIRO

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

DECRETO Nº 4.592, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2003

Acresce parágrafo ao art. 47-A do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 47-A do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

" § 2º Ficam isentas do pagamento da multa a que se refere este artigo as importações de pneumáticos reformados classificados nas NCM 4012.1100, 4012.1200, 4012.1300 e 4012.1900, procedentes dos Estados Partes do

MERCOSUL, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18." (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando que os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;

Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem;

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem;

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art. 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único. As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum-TEC;

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em

meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum-TEC;

IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

Art. 3º Os prazos e quantidades para coleta e destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis de que trata esta Resolução, são os seguintes:

I - a partir de 1º de janeiro de 2002: para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

II - a partir de 1º de janeiro de 2003: para cada dois pneus novos fabricados no País ou pneus importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

III - a partir de 1º de janeiro de 2004:

a) para cada um pneu novo fabricado no País ou pneu novo importado, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a um pneu inservível;

b) para cada quatro pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

IV - a partir de 1º de janeiro de 2005:

a) para cada quatro pneus novos fabricados no País ou pneus novos importados, inclusive aqueles que acompanham os veículos importados, as empresas fabricantes e as importadoras deverão dar destinação final a cinco pneus inservíveis;

b) para cada três pneus reformados importados, de qualquer tipo, as empresas importadoras deverão dar destinação final a quatro pneus inservíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos pneumáticos exportados ou aos que equipam veículos exportados pelo País.

Art. 4º No quinto ano de vigência desta Resolução, o CONAMA, após avaliação a ser procedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, reavaliará as normas e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 5º O IBAMA poderá adotar, para efeito de fiscalização e controle, a equivalência em peso dos pneumáticos inservíveis.

Art. 6º As empresas importadoras deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, previamente aos embarques no exterior, a destinação final, de forma ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades a serem importadas, para efeitos de liberação de importação junto ao Departamento de Operações de Comércio Exterior-DECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 7º As empresas fabricantes de pneumáticos deverão, a partir de 1º de janeiro de 2002, comprovar junto ao IBAMA, anualmente, a destinação final, de forma

ambientalmente adequada, das quantidades de pneus inservíveis estabelecidas no art. 3º desta Resolução, correspondentes às quantidades fabricadas.

Art. 8º Os fabricantes e os importadores de pneumáticos poderão efetuar a destinação final, de forma ambientalmente adequada, dos pneus inservíveis de sua responsabilidade, em instalações próprias ou mediante contratação de serviços especializados de terceiros.

Parágrafo único. As instalações para o processamento de pneus inservíveis e a destinação final deverão atender ao disposto na legislação ambiental em vigor, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Resolução fica proibida a destinação final inadequada de pneumáticos inservíveis, tais como a disposição em aterros sanitários, mar, rios, lagos ou riachos, terrenos baldios ou alagadiços, e queima a céu aberto.

Art. 10. Os fabricantes e os importadores poderão criar centrais de recepção de pneus inservíveis, a serem localizadas e instaladas de acordo com as normas ambientais e demais normas vigentes, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada.

Art. 11. Os distribuidores, os revendedores e os consumidores finais de pneus, em articulação com os fabricantes, importadores e Poder Público, deverão colaborar na adoção de procedimentos, visando implementar a coleta dos pneus inservíveis existentes no País.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Resolução implicará as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente do CONAMA

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário-Executivo

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 6.402, DE 2005
(Dos Srs.Eduardo Cunha, e Sandro Matos)

Veda a Importação de pneus usados, Incluídos os reformados e inservíveis.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 203/1991.

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a importação de pneus usados, incluídos os reformados e inservíveis, seja como bem de consumo, seja como matéria-prima, classificados na Posição 40-12 da NCM.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A importação de pneus usados se caracteriza como entrave à economia nacional, pois reflete num importante mercado gerador de emprego e causa impacto negativo no meio ambiente.

A importação de pneus prejudica a produção no mercado nacional, o que reflete diretamente na economia brasileira, já massacrada pelo desemprego.

É importante ressaltar que o passivo causado pela disposição incorreta de pneus usados é um dos maiores problemas ambientais do país. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, desde 1990, entraram no país 38,1 milhões de pneus usados ou recauchutados, aumentando um passivo de cerca de 100 milhões de unidades depositadas em locais inapropriados. Em 2002 entraram no mercado brasileiro 49 milhões de pneus, fabricados no país ou importados. Outros 18 milhões foram vendidos depois recauchutados.

Para uma boa política ambiental é imprescindível ser barrada a entrada de pneus usados, principalmente, pela falta de alternativas ambientalmente corretas para sua reciclagem ou reaproveitamento.

Tendo em vista o grande alcance social da proposição, tenho certeza de que ela contará com a aprovação de meus ilustres pares.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2005.

Deputado EDUARDO CUNHA

Deputado SANDRO MATOS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

DECRETO Nº 4.542, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI..

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) constante do Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH) para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º O enquadramento de veículos no Ex 01 e no Ex 02 relativos aos códigos 8702.10.00 e 8702.90.90 da TIPI, bem assim nas condições estabelecidas na Nota Complementar NC (87-3) ao Capítulo 87 da TIPI, está condicionado à manifestação da Secretaria da Receita Federal certificando que o veículo cumpre as exigências ali estabelecidas.

Art. 5º A Tabela anexa ao Decreto nº 4.070, de 10 de dezembro de 1996, é aplicável exclusivamente para fins do disposto nos art. 7º Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 6º No Anexo I da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, onde consta "8536.50.90 Ex 03" passa a referir-se a "8536.50.90 Ex 01".

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 8º Ficam expressamente revogados, a partir de 1º de janeiro de 2003, os Decretos nºs 4.070, de 28 de dezembro de 2001; 4.186, de 5 de abril de 2002; 4.317, de 31 de julho de 2002; 4.318, de 31 de julho de 2002; 4.396, de 27 de setembro de 2002; 4.441, de 25 de outubro de 2002; 4.455, de 31 de outubro de 2002; e 4.488, de 26 de novembro de 2002.

Brasília, 26 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (TIPI)

BASEADA NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)

ÍNDICE

TÍTULOS DE SEÇÕES E CAPÍTULOS

CAPÍTULO 40 BORRACHA E SUAS OBRAS

Notas

1. Na Nomenclatura, ressalvadas as disposições em contrário, a denominação **borracha** abrange os produtos seguintes, mesmo vulcanizados ou endurecidos, ainda que regenerados: borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, borracha sintética e borracha artificial derivada dos óleos.
2. O presente Capítulo não compreende:
 - a) os produtos da Seção XI (matérias têxteis e suas obras);
 - b) os calçados e suas partes, do Capítulo 64;
 - c) os chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes, incluídas as toucas de banho, do Capítulo 65;
 - d) as partes de borracha endurecida, para máquinas e aparelhos mecânicos ou elétricos, bem como todos os objetos ou partes de objetos de borracha endurecida, para usos eletrotécnicos, da Seção XVI;
 - e) os artefatos dos Capítulos 90, 92, 94 ou 96;
 - f) os artefatos do Capítulo 95, exceto as luvas, mitenes e semelhantes, de esporte e os artigos indicados nas posições 40.11 a 40.13.
3. Nas posições 40.01 a 40.03 e 40.05, a expressão **formas primárias** aplica-se apenas às seguintes formas:

a) líquidos e pastas (incluídos o látex, mesmo pré-vulcanizado, e outras dispersões e soluções);

b) blocos irregulares, pedaços, fardos, pós, grânulos, migalhas e massas não coerentes semelhantes.

4. Na Nota 1 do presente Capítulo e no texto da posição 40.02, a denominação **borracha sintética** aplica-se:

a) às matérias sintéticas não saturadas que possam transformar-se irreversivelmente, por vulcanização pelo enxofre, em substâncias não termoplásticas, as quais, a uma temperatura compreendida entre 18°C e 29°C, possam, sem se romper, sofrer uma distensão de três vezes o seu comprimento primitivo e que, depois de terem sofrido uma distensão de duas vezes o seu comprimento primitivo, voltem, em menos de 5 minutos, a medir, no máximo, uma vez e meia o seu comprimento primitivo. Para a realização deste ensaio, permite-se a adição de substâncias necessárias à retificação, tais como ativadores ou aceleradores de vulcanização; também se admite a presença de matérias indicadas na Nota 5 b), 2º e 3º. No entanto, não é admitida a presença de quaisquer substâncias não necessárias à retificação, tais como diluentes, plastificantes e matérias de carga;

b) aos tioplásticos (TM);

c) à borracha natural modificada por mistura ou por enxerto com plásticos, à borracha natural despolimerizada, às misturas de matérias sintéticas não saturadas e de altos polímeros sintéticos saturados, desde que estes produtos satisfaçam aos requisitos referentes à vulcanização, distensão e remanência, fixados na alínea a) acima.

5. a) As posições 40.01 e 40.02 não compreendem as borrachas ou misturas de borrachas, adicionadas, antes ou após a coagulação, de:

1º) aceleradores, retardadores, ativadores ou outros agentes de vulcanização (exceto os adicionados para a preparação do látex pré-vulcanizado);

2º) pigmentos ou outras matérias corantes, exceto os simplesmente destinados a facilitar a sua identificação;

3º) plastificantes ou diluentes (exceto óleos minerais no caso das borrachas distendidas por óleos), matérias de carga, inertes ou ativas, solventes orgânicos ou quaisquer outras substâncias, exceto as admitidas pela alínea b) abaixo;

b) As borrachas e misturas de borrachas contendo as substâncias indicadas a seguir permanecem classificadas nas posições 40.01 ou 40.02, conforme o caso, desde que essas borrachas e misturas de borrachas conservem as características essenciais de matéria em bruto:

1º) emulsificantes e agentes antiaglutinantes;

- 2º) pequenas quantidades de produtos de decomposição dos emulsificantes;
- 3º) agentes termossensíveis (utilizados, em geral, para obter látices termossensíveis), agentes de superfície catiônicos (utilizados, em geral, para obter látices eletropositivos), antioxidantes, coagulantes, agentes desagregadores, agentes anticongelantes, agentes peptizantes, conservadores, estabilizantes, agentes de controle da viscosidade e outros aditivos especiais análogos, em quantidades muito reduzidas.
6. Na aceção da posição 40.04, consideram-se desperdícios, resíduos e aparas aqueles provenientes da fabricação ou do trabalho da borracha e as obras de borracha definitivamente inutilizadas como tais, devido a cortes, desgaste ou outros motivos.
7. Os fios nus de borracha vulcanizada, de qualquer perfil, cuja maior dimensão da seção transversal seja superior a 5mm, incluem-se na posição 40.08.
8. A posição 40.10 compreende as correias transportadoras ou de transmissão, de tecido impregnado, revestido ou recoberto de borracha ou estratificado com essa matéria, bem como as fabricadas com fios ou cordéis de matérias têxteis, impregnados, revestidos, recobertos ou embainhados de borracha.
9. Na aceção das posições 40.01, 40.02, 40.03, 40.05 e 40.08, consideram-se chapas, folhas e tiras apenas as chapas, folhas e tiras, bem como os blocos de forma regular, não recortados ou simplesmente cortados em forma quadrada ou retangular (mesmo que esta operação lhes dê a característica de artigos prontos para o uso), desde que não tenham sofrido outra operação, senão um simples trabalho à superfície (impressão ou outro).
- Na aceção da posição 40.08, os termos **perfis** e **varetas** aplicam-se apenas a estes produtos, mesmo cortados em comprimentos determinados, desde que não tenham sofrido outra operação, senão um simples trabalho à superfície.

Nota Complementar (NC) da TIPI

"NC (40-1) Ficam reduzidas a zero as alíquotas do imposto incidentes sobre os produtos do Capítulo, fabricados em conformidade com especificações técnicas e normas de homologação aeronáuticas, quando adquiridos por empresas industriais para emprego na fabricação dos produtos da posição 8802, ou por estabelecimento homologado pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, especializado em manutenção, revisão e reparo de produtos aeronáuticos, para emprego nos produtos da referida posição." (NR)

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOT A (%)
40.01	BORRACHA NATURAL, BALATA, GUTA-PERCHA, GUAIÚLE, CHICLE E GOMAS NATURAIS ANÁLOGAS, EM FORMAS PRIMÁRIAS OU EM CHAPAS, FOLHAS OU TIRAS	
4001.10.00	--Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado	0
4001.2	--Borracha natural em outras formas	
4001.21.00	--Folhas fumadas	0
4001.22.00	--Borracha natural tecnicamente especificada (TSNR)	0
4001.29	--Outras	
4001.29.10	Crepadas	0
4001.29.20	Granuladas ou prensadas	0
4001.29.90	Outras	0
4001.30.00	--Balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas	0
40.02	BORRACHA SINTÉTICA E BORRACHA ARTIFICIAL DERIVADA DOS ÓLEOS, EM FORMAS PRIMÁRIAS OU EM CHAPAS, FOLHAS OU TIRAS; MISTURAS DOS PRODUTOS DA POSIÇÃO 40.01 COM PRODUTOS DA PRESENTE POSIÇÃO, EM FORMAS PRIMÁRIAS OU EM CHAPAS, FOLHAS OU TIRAS	
4002.1	--Borracha de estireno-butadieno (SBR); borracha de estireno-butadieno carboxilada (XSBR)	
4002.11	--Látex	
4002.11.10	De estireno-butadieno (SBR)	5
4002.11.20	De estireno-butadieno carboxilada (XSBR)	5
4002.19	--Outras	
4002.19.1	De estireno-butadieno (SBR)	
4002.19.11	Em chapas, folhas ou tiras	5
4002.19.12	Grau alimentício, em formas primárias	5
4002.19.19	Outras	5
4002.19.20	De estireno-butadieno carboxilada (XSBR)	5
4002.20	--Borracha de butadieno (BR)	

4002.20.10	Óleo	5
4002.20.90	Outras	5
4002.3	Borracha de isobuteno-isopreno (butila) (IIR); borracha de isobuteno-isopreno halogenada (CIIR ou BIIR)	
4002.31.00	--Borracha de isobuteno-isopreno (butila) (IIR)	5
4002.39.00	--Outras	5
4002.4	Borracha de cloropreno (clorobutadieno) (CR)	
4002.41.00	--Látex	5
4002.49.00	--Outras	5
4002.5	Borracha de acrilonitrila-butadieno (NBR)	
4002.51.00	--Látex	5
4002.59.00	--Outras	5
4002.60.00	Borracha de isopreno (IR)	5
4002.70.00	Borracha de etileno-propileno-dieno não conjugada (EPDM)	5
4002.80.00	Misturas dos produtos da posição 40.01 com produtos da presente posição	5
4002.9	Outras	
4002.91.00	--Látex	5
4002.99	--Outras	
4002.99.10	Borracha estireno-isopreno-estireno	5
4002.99.20	Borracha etileno-propileno-dieno não conjugado-propileno (EPDM-propileno)	5
4002.99.90	Outras	5
4003.00.00	BORRACHA REGENERADA, EM FORMAS PRIMÁRIAS OU EM CHAPAS, FOLHAS OU TIRAS	5
4004.00.00	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E APARAS, DE BORRACHA NÃO ENDURECIDA, MESMO REDUZIDOS A PÓ OU A GRÂNULOS	NT
40.05	BORRACHA MISTURADA, NÃO VULCANIZADA, EM FORMAS PRIMÁRIAS OU EM CHAPAS, FOLHAS OU TIRAS	
4005.10	Borracha adicionada de negro de fumo ou de sílica	
4005.10.10	Borracha etileno-propileno-dieno não conjugado-propileno (EPDM-propileno), com sílica e plastificante, em grânulos	5

4005.10.90	Outras	5
4005.20.00	Soluções; dispersões, exceto as da subposição 4005.10	5
4005.9	--Outras	
4005.91	--Chapas, folhas e tiras	
4005.91.10	Preparações base para a fabricação de gomas de mascar	5
4005.91.90	Outras	5
4005.99	--Outras	
4005.99.10	Preparações base para a fabricação de gomas de mascar	5
4005.99.90	Outras	5
40.06	OUTRAS FORMAS (POR EXEMPLO, VARETAS, TUBOS, PERFIS) E ARTIGOS (POR EXEMPLO, DISCOS, ARRUELAS (ANILHAS*)), DE BORRACHA NÃO VULCANIZADA	
4006.10.00	Perfis para recauchutagem	5
4006.90.00	Outros	5
4007.00	FIOS E CORDAS, DE BORRACHA VULCANIZADA	
4007.00.1	Fios	
4007.00.11	Recobertos com silicone, mesmo paralelizados	0
4007.00.19	Outros	0
4007.00.20	Cordas	0
40.08	CHAPAS, FOLHAS, TIRAS, VARETAS E PERFIS, DE BORRACHA VULCANIZADA NÃO ENDURECIDA	
4008.1	--De borracha alveolar	
4008.11.00	--Chapas, folhas e tiras	10
4008.19.00	--Outros	10
4008.2	--De borracha não alveolar	
4008.21.00	--Chapas, folhas e tiras	10
	Ex 01 - Remendo e manchão, com superfície recoberta de produtos autovulcanizantes a frio e protegidos por papel, plástico ou outra matéria	5
4008.29.00	--Outros	10

40.09	TUBOS DE BORRACHA VULCANIZADA NÃO ENDURECIDA, MESMO PROVIDOS DOS RESPECTIVOS ACESSÓRIOS (POR EXEMPLO, JUNTAS, COTOVELOS, FLANGES, UNIÕES)	
4009.1	--Não reforçados com outras matérias nem associados de outra forma com outras matérias	
4009.11.00	--Sem acessórios	10
4009.12	--Com acessórios	
4009.12.10	Com uma pressão de ruptura superior ou igual a 17,3Mpa	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.12.90	Outros	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.2	--Reforçados apenas com metal ou associados de outra forma apenas com metal	
4009.21	--Sem acessórios	
4009.21.10	Com uma pressão de ruptura superior ou igual a 17,3MPa	10
4009.21.90	Outros	10
4009.22	--Com acessórios	
4009.22.10	Com uma pressão de ruptura superior ou igual a 17,3MPa	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.22.90	Outros	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.3	--Reforçados apenas com matérias têxteis ou associados de outra forma apenas com matérias têxteis	
4009.31.00	--Sem acessórios	10
4009.32	--Com acessórios	
4009.32.10	Com uma pressão de ruptura superior ou igual a 17,3MPa	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos	15

	códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	
4009.32.90	Outros	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.4	--Reforçados com outras matérias ou associados de outra forma com outras matérias	
4009.41.00	--Sem acessórios	10
4009.42	--Com acessórios	
4009.42.10	Com uma pressão de ruptura superior ou igual a 17,3MPa	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
4009.42.90	Outros	10
	Ex 01 – Próprios para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06.	15
40.10	CORREIAS TRANSPORTADORAS OU DE TRANSMISSÃO, DE BORRACHA VULCANIZADA	
4010.1	--Correias transportadoras	
4010.11.00	--Reforçadas apenas com metal	10
4010.12.00	--Reforçadas apenas com matérias têxteis	10
4010.13.00	--Reforçadas apenas com plásticos	10
4010.19.00	--Outras	10
4010.3	--Correias de transmissão	
4010.31.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, estriadas, com uma circunferência externa superior a 60cm, mas não superior a 180cm	10
4010.32.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, não estriadas, com uma circunferência externa superior a 60cm, mas não superior a 180cm	10
4010.33.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, estriadas, com uma circunferência externa superior a 180cm, mas não superior a 240cm	10
4010.34.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, não estriadas, com uma circunferência externa superior a 180cm, mas não superior a 240cm	10

4010.35.00	--Correias de transmissão sem fim, síncronas, com uma circunferência externa superior a 60cm, mas não superior a 150cm	10
4010.36.00	--Correias de transmissão sem fim, síncronas, com uma circunferência externa superior a 150cm, mas não superior a 198cm	10
4010.39.00	--Outras	10
40.11	PNEUMÁTICOS NOVOS DE BORRACHA	
4011.10.00	--Dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos de uso misto e os automóveis de corrida)	15
4011.20	--Dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	
4011.20.10	De medida 11,00-24	2
4011.20.90	Outros	2
4011.30.00	--Dos tipos utilizados em veículos aéreos	0
4011.40.00	--Dos tipos utilizados em motocicletas	15
4011.50.00	--Dos tipos utilizados em bicicletas	15
4011.6	--Outros, com bandas de rodagem em forma de "espinha de peixe" e semelhantes	
4011.61.00	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas agrícolas ou florestais	15
	Ex 01 - Para máquinas e tratores agrícolas	2
4011.62.00	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas próprios para construções ou manutenção industrial, para aros de diâmetro inferior ou igual a 61cm	15
4011.63	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas próprios para construções ou manutenção industrial, para aros de diâmetro superior a 61cm	
4011.63.10	Radiais, para "dumpers" concebidos para serem utilizados fora de rodovias, com seção de largura superior ou igual a 940mm (37"), para aros de diâmetro superior ou igual a 1.448mm (57")	15
4011.63.20	Outros, com seção de largura superior ou igual a 1.143mm (45"), para aros de diâmetro superior ou igual a 1.143mm (45")	15
4011.63.90	Outros	15
4011.69	--Outros	
4011.69.10	Com seção de largura superior ou igual a 1.143mm (45"),	15

	para aros de diâmetro superior ou igual a 1.143mm (45")	
4011.69.90	Outros	15
4011.9	--Outros	
4011.92	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas agrícolas ou florestais	
4011.92.10	Nas seguintes medidas: 4,00-15; 4,00-18; 4,00-19; 5,00-15; 5,00-16; 5,50-16; 6,00-16; 6,00-19; 6,00-20; 6,50-16; 6,50-20; 7,50-16; 7,50-18; 7,50-20	15
4011.92.90	Outros	15
4011.93.00	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas próprios para construções ou manutenção industrial, para aros de diâmetro inferior ou igual a 61cm	15
4011.94	--Dos tipos utilizados em veículos e máquinas próprios para construções ou manutenção industrial, para aros de diâmetro superior a 61cm	
4011.94.10	Radiais, para "dumpers" concebidos para serem utilizados fora de rodovias, com seção de largura superior ou igual a 940mm (37"), para aros de diâmetro superior ou igual a 1.448mm (57")	15
4011.94.20	Outros, com seção de largura superior ou igual a 1.143mm (45"), para aros de diâmetro superior ou igual a 1.143mm (45")	15
4011.94.90	Outros	15
4011.99	--Outros	
4011.99.10	Com seção de largura superior ou igual a 1.143mm (45"), para aros de diâmetro superior ou igual a 1.143mm (45")	15
4011.99.90	Outros	15
40.12	PNEUMÁTICOS RECAUCHUTADOS OU USADOS, DE BORRACHA; PROTETORES, BANDAS DE RODAGEM PARA PNEUMÁTICOS E "FLAPS", DE BORRACHA	
4012.1	--Pneumáticos recauchutados	
4012.11.00	--Dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida)	0

4012.12.00	--Dos tipos utilizados em ônibus e caminhões	0
4012.13.00	--Dos tipos utilizados em veículos aéreos	0
4012.19.00	--Outros	0
4012.20.00	Pneumáticos usados	0
4012.90	Outros	
4012.90.10	"Flaps"	0
4012.90.90	Outros	0
40.13	CÂMARAS-DE-AR DE BORRACHA	
4013.10	--Dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos de uso misto e os automóveis de corrida), ônibus ou caminhões	
4013.10.10	Para pneumáticos do tipo dos utilizados em ônibus ou caminhões, de medida 11,00-24	2
4013.10.90	Outras	15
	Ex 01 - Dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	2
4013.20.00	--Dos tipos utilizados em bicicletas	15
4013.90.00	--Outras	15
	Ex 01 - Dos tipos utilizados em colheitadeiras ou tratores agrícolas	2
40.14	ARTIGOS DE HIGIENE OU DE FARMÁCIA (INCLUÍDAS AS CHUPETAS), DE BORRACHA VULCANIZADA NÃO ENDURECIDA, MESMO COM PARTES DE BORRACHA ENDURECIDA	
4014.10.00	--Preservativos	0
4014.90	Outros	
4014.90.10	Bolsas para gelo ou para água quente	15
4014.90.90	Outros	15
40.15	VESTUÁRIO E SEUS ACESSÓRIOS (INCLUÍDAS AS LUVAS, MITENES E SEMELHANTES), DE BORRACHA VULCANIZADA NÃO ENDURECIDA, PARA QUAISQUER USOS	
4015.1	--Luvas, mitenes e semelhantes	
4015.11.00	--para cirurgia	0

4015.19.00	--Outras	15
	Ex 01 - De segurança e proteção	0
4015.90.00	-Outros	15
	Ex 01 - Vestuário de segurança e proteção, mesmo com seus acessórios	0
40.16	OUTRAS OBRAS DE BORRACHA VULCANIZADA NÃO ENDURECIDA	
4016.10	-De borracha alveolar	
4016.10.10	Partes de veículos automóveis ou tratores e de máquinas ou aparelhos, não domésticos, dos Capítulos 84, 85 ou 90	18
4016.10.90	Outras	18
4016.9	-Outras	
4016.91.00	--Revestimentos para pavimentos e capachos	10
4016.92.00	--Borrachas de apagar	0
4016.93.00	--Juntas, gaxetas e semelhantes	8
4016.94.00	--Defensas, mesmo infláveis, para atracação de embarcações	8
4016.95	--Outros artigos infláveis	
4016.95.10	De salvamento	15
4016.95.90	Outros	15
4016.99	--Outras	
4016.99.10	Tampões vedadores para capacitores, de EPDM, com perfurações para terminais	18
4016.99.90	Outras	18
	Ex 01 - Sapatas	0
	Ex 02 - Partes dos produtos das posições 8608, 8710 e 8713	0
	Ex 03 - Tapetes próprios para ônibus ou caminhões	10
	Ex 04 - Viras para calçados	5
	Ex 05 - Tapetes próprios para veículos automóveis, exceto ônibus ou caminhões	15
4017.00.00	BORRACHA ENDURECIDA (POR EXEMPLO, EBONITE) SOB QUAISQUER FORMAS, INCLUÍDOS OS DESPERDÍCIOS E RESÍDUOS; OBRAS DE BORRACHA ENDURECIDA	18
	Ex 01 -Placas de borracha endurecida com encaixes de	4

	sobreposição, obtidas pela trituração de sucata de pneumáticos	
	Ex 02 - Estrado de borracha endurecida, obtido pela trituração de sucata de pneumáticos	4
	Ex 03 - Borracha endurecida sob quaisquer formas, incluídos os desperdícios e resíduos	15

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO

PROJETO DE LEI N.º 6.508, DE 2006

(Do Sr. Marcos Abramo)

Dispõe sobre o uso de produtos oriundos de materiais reciclados pelos órgãos do Poder Público.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 203/1991

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o uso de bens de consumo oriundos da reciclagem de resíduos sólidos pelos órgãos do Poder Público.

Parágrafo único. Constituem bens de consumo oriundos da reciclagem aqueles provenientes das reutilização ou da transformação, artesanal ou industrial, de resíduos sólidos.

Art. 2º O uso de produtos reciclados deverá alcançar os seguintes índices, nos prazos abaixo estipulados, contados a partir da publicação desta lei:

I – 5% do total de bem consumidos, no primeiro ano;

II – 10% do total de bem consumidos, no segundo ano;

III – no mínimo 20% do total de bens consumidos, no terceiro ano.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei ora apresentado tem por fim estimular o consumo sustentável no País. Sendo o Brasil um país rico em recursos naturais, desenvolvemos uma cultura do desperdício, produzindo resíduos em excesso e esbanjando, rotineiramente, água, energia, alimentos e matérias-primas.

Promover o consumo sustentável implica mudar essa cultura, estimulando a conservação da base de recursos naturais e reduzindo a poluição e a contaminação do meio ambiente. O objetivo é o de satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer aquelas das gerações futuras. Para tanto, é necessário atuar no comportamento dos consumidores, estimulando maior interesse na proteção ambiental entre cidadãos, empresários, instituições públicas e privadas.

Embora ainda não conte com uma política de coleta seletiva institucionalizada, o Brasil já recicla 16,5% dos plásticos rígidos e filme, 33% do papel de escritório, 46% das embalagens de vidro, 79% do volume de papel ondulado e 95,7% da produção nacional de lata de alumínio, de acordo com dados do Cempre (Compromisso Empresarial para a Reciclagem). Quase toda a seleção é feita na informalidade, pelos catadores de lixo.

Consideramos que o Poder Público, como agente promotor da política de conservação ambiental, deve ser o primeiro a dar exemplo de atuação dentro dos princípios do consumo sustentável. Mais importante que a economia de recursos, o uso de materiais recicláveis nos órgãos públicos poderá ser utilizada em campanhas de persuasão dos empresários e cidadãos para a produção e consumo de produtos ecologicamente saudáveis.

Conto, portanto, com o apoio dos nobres pares, na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 2006.

Deputado MARCOS ABRAMO

PROJETO DE LEI N.º 7.047, DE 2006

(Do Sr. Luciano Zica e outros)

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece diretrizes nacionais para o gerenciamento dos resíduos sólidos no país e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

Seção 1 **Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seus objetivos, princípios e instrumentos, bem como estabelece diretrizes nacionais para o gerenciamento de resíduos sólidos no País, regulando responsabilidades e parâmetros técnicos.

§ 1º Os resíduos radioativos regem-se por legislação específica, não se lhes aplicando as disposições desta Lei.

§ 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, o disposto em regulamento, resoluções editadas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e normas técnicas homologadas no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Seção 2 **Definições**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - consumo sustentável: consumo de bens e serviços produzidos de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

II - salubridade ambiental: a qualidade do ambiente favorável à manutenção da saúde pública e do bem-estar das populações urbanas e rurais;

III - geradores de resíduos sólidos: pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis por empreendimentos que gerem resíduos sólidos por meio de seus produtos ou atividades;

IV - resíduos: materiais resultantes de processo de produção, transformação, utilização ou consumo em atividade humana, a cujo descarte se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder;

V - resíduos sólidos: resíduos no estado sólido ou semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços ou de varrição, incluindo os lodos provenientes de sistema de tratamento de água e esgoto ou gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

VI - resíduos especiais: resíduos sólidos que, por sua classificação, especificidades ou quantidade, requeiram procedimentos diferenciados para seu gerenciamento;

VII - resíduos perigosos: resíduos sólidos que possam apresentar risco à saúde pública, à qualidade ambiental e ao patrimônio público e privado, em razão de suas características de toxicidade, corrosividade, reatividade, explosividade, inflamabilidade, radioatividade ou patogenicidade;

VIII - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações públicas e privadas relativas ao planejamento do gerenciamento dos resíduos sólidos, considerando as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, e tendo como premissa a salubridade ambiental e o desenvolvimento sustentável;

IX - plano de gestão integrada de resíduos sólidos: instrumento que reflete os resultados da gestão integrada de resíduos sólidos, elaborado pelo Poder Público ou pelos geradores de resíduos sólidos, na forma desta Lei;

X - gerenciamento dos resíduos sólidos: implementação do plano de gestão integrada de resíduos sólidos, bem como seu controle e fiscalização, ou outras ações públicas ou privadas que envolvam o manuseio ou a operação de resíduos sólidos;

XI - coleta diferenciada: compreende a coleta seletiva dos resíduos orgânicos e inorgânicos, e a coleta multiseletiva efetuada por diferentes tipologias de resíduos sólidos;

XII - análise ambiental do ciclo de vida do produto - AACV: estudo para identificação dos aspectos ambientais e avaliação do impacto causado à saúde humana e à qualidade ambiental pela produção, distribuição ou consumo de produtos e serviços, compreendendo a obtenção das matérias-primas e insumos, a

sua manufatura, distribuição, consumo e disposição final, bem como as etapas de pós-consumo, e abrangendo, no mínimo:

- a) definição do escopo do estudo;
- b) inventário de emissões de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, e do consumo dos recursos naturais;
- c) avaliação final do impacto à saúde humana e à qualidade ambiental;

XIII - redução: processo que, com base na AACV ou outro instrumento, efetiva alterações nas matérias primas ou práticas industriais, visando à redução da geração de resíduos nas diferentes fontes;

XIV - disposição final ambientalmente adequada: técnica de distribuição ordenada de rejeitos no solo, mediante confinamento das camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à salubridade ambiental;

XV - destinação ambientalmente adequada: a recuperação dos produtos ou das embalagens, a reutilização dos produtos ou das embalagens, respeitadas as normas ambientais e de saúde pública, ou outra destinação prevista no plano de gestão integrada de resíduos sólidos;

XVI - recuperação de resíduos: a obtenção de substâncias ou material a partir da reciclagem dos resíduos, ou a sua utilização para a geração de energia;

XVII - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração das suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os produtos ou insumos;

XVIII - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, assegurado, quando necessário, tratamento destinado ao cumprimento das normas ambientais e de saúde pública;

XIX - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos acessíveis e disponíveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XX - serviços públicos de manejo de resíduos sólidos: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativas aos serviços de coleta, transbordo, transporte e tratamento dos resíduos sólidos domiciliares urbanos e à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, bem como ao sistema de limpeza pública;

XXI - sistema de limpeza pública: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativas à varrição de vias, praças, mercados, feiras e demais logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos, além de outros serviços como poda; capina; raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e a coleta dos resíduos sólidos provenientes dessas atividades;

XXII - sítio órfão contaminado: área que tenha sido irregularmente usada para a disposição de resíduos perigosos de forma inadequada, cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

XXIII - Certificado de Aprovação de Instalações - CAI: declaração de aceitação prévia das instalações de estabelecimento pelo órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, exigida na forma das normas que regulam a segurança do trabalho.

Seção 3

Da Classificação dos Resíduos Sólidos

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos respeitam a seguinte classificação:

I - quanto à fonte:

- a) resíduo domiciliar: resíduo sólido proveniente de residências, comércio e serviços, não enquadrado em outra categoria prevista neste inciso;
- b) resíduo público: resíduo sólido proveniente da varrição, da capina e da poda de árvores e arbustos de vias e logradouros públicos;
- c) resíduo industrial: resíduo sólido proveniente do processo produtivo industrial em áreas urbanas ou rurais, bem como da construção civil;

- d) resíduo de serviço de saúde: resíduo sólido proveniente de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial às populações humana ou animal, bem como de centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde;
- e) resíduo de serviço de transporte: resíduo sólido proveniente de portos, aeroportos, terminais rodoviários, ferroviários e portuários, postos de fronteira e outras estruturas de apoio ao transporte, bem como do uso da rede viária;
- f) resíduo de mineração: resíduo sólido proveniente da atividade de extração mineral ou beneficiamento de minérios;
- g) resíduo de estabelecimento rural: resíduo sólido proveniente da atividade agrosilvopastoril em áreas urbanas ou rurais;

II - quanto à periculosidade:

- a) resíduo perigoso;
- b) resíduo não perigoso;
- c) resíduo inerte;
- d) resíduo não inerte.

CAPÍTULO II

Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Seção 1

Dos Fundamentos

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos deve ser desenvolvida em consonância com as políticas nacionais de meio ambiente, de educação ambiental, de recursos hídricos, de saneamento ambiental, de saúde, urbana, industrial, tecnológica e de comércio exterior, e com todas as ações governamentais que promovam a inclusão social, observados os objetivos, princípios e instrumentos previstos por esta Lei.

Art. 5º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - assegurar a salubridade ambiental;
- II - preservar e assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais;
- III - estabelecer diretrizes que levem à redução da quantidade e da nocividade dos resíduos sólidos gerados no país;
- IV - incentivar a adoção e o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente saudáveis;
- V - disciplinar a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos;
- VI - estimular as soluções intermunicipais e regionais para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos;
- VII - minimizar o impacto ambiental causado pela geração e disposição inadequada de resíduos sólidos;
- VIII - valorizar a dignidade humana e erradicar o trabalho infanto-juvenil nas áreas de disposição final de resíduos sólidos;
- IX - incentivar:
 - a) o mercado para produtos reciclados;
 - b) a comercialização e o uso de produtos com menor impacto ambiental durante o seu ciclo de vida;
- X - promover, em conjunto com o setor privado, programas de educação ambiental destinados a conscientizar o consumidor sobre o potencial de impacto ambiental dos produtos e a incentivar o consumo sustentável;
- XI - capacitar os agentes públicos envolvidos na gestão integrada e no gerenciamento de resíduos sólidos, ou no seu controle e fiscalização;
- XIII - incentivar a criação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis;
- XIV - efetuar o levantamento nacional das áreas disponíveis para disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos;
- XV - restringir o uso de incineradores para resíduos sólidos.

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a gestão integrada de resíduos sólidos deve:

- a) priorizar a redução, a reutilização e a recuperação dos resíduos, a fim de eliminar os efeitos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública;
- b) considerar a geração dos resíduos desde a concepção mercadológica do produto ou serviço e por todo o seu ciclo de vida;
- c) incluir a participação dos catadores de materiais recicláveis;

III - os sistemas públicos e privados de gerenciamento de resíduos sólidos devem atender aos requisitos da regularidade, permanência, sistematicidade e adequabilidade aos padrões sanitários, de segurança do trabalho e de qualidade ambiental;

IV - a sociedade deve participar no planejamento, formulação e implementação das políticas públicas, bem como na regulação, fiscalização e avaliação da prestação dos serviços públicos, por meio das instâncias de controle social.

Art. 7º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos - SISNARES;

II - os planos de gestão integrada de resíduos sólidos;

III - os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

III - os sistemas privados de gerenciamento de resíduos sólidos;

IV - a normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos resíduos sólidos;

V - os inventários de resíduos sólidos, em conformidade com o disposto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

VI - a avaliação de impacto ambiental, a análise de risco ambiental, a AACV e o CAI;

VII - o Sistema Nacional de Informações Ambientais - SISNIMA, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS e os demais sistemas de informação de áreas conexas ao saneamento ambiental;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

IX - o monitoramento, o licenciamento, o controle e a fiscalização ambiental;

X - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas e de novos produtos;

XI - a pesquisa científica e tecnológica;

XII - a educação ambiental e a capacitação técnica;

XIII - os instrumentos econômicos, incluindo os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

XIV - a responsabilização na esfera civil e as sanções penais e administrativas;

XV - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XVII - o Fundo Nacional para Descontaminação de Sítios Órfãos.

Parágrafo único. No licenciamento ambiental de empreendimentos que envolvam o gerenciamento de resíduos sólidos, o órgão competente do SISNAMA pode exigir a apresentação dos instrumentos referidos no inciso VI do *caput*, sem prejuízo de outras imposições previstas pela legislação que regula o tema.

Seção 2

Do Sistema Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos - SISNARES -, instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos que viabiliza a atuação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 9º Constituem o SISNARES os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela concepção e

implementação dos programas governamentais relativos a resíduos sólidos, pela fiscalização e controle do gerenciamento desses resíduos, bem como pela execução de etapas de seu gerenciamento.

§ 1º Os órgãos e entidades do SISNAMA que têm entre suas atribuições o licenciamento, o controle e a fiscalização das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental integram o SISNARES, na forma que vier a ser regulamentado por cada esfera de governo.

§ 2º O CONAMA, no uso de suas atribuições definidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecerá normas técnicas regulamentares sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, complementares e em observância às disposições desta Lei.

Art. 10. No âmbito do SISNARES, compete:

I - às autoridades federais:

- a) coordenar a implementação e a normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) gerir e fiscalizar as aplicações dos recursos federais destinados à área de resíduos sólidos;
- c) adotar indicadores de desempenho da prestação dos serviços, de salubridade ambiental e epidemiológicos, bem como índices de referência para investimentos para fins de planejamento, implementação e avaliação;
- d) controlar e fiscalizar, supletivamente, o gerenciamento de resíduos sólidos;
- e) organizar e realizar o levantamento nacional dos sítios órfãos contaminados;

II - às autoridades estaduais:

- a) elaborar e implementar a respectiva política estadual de resíduos sólidos, em consonância com a política nacional instituída por esta Lei;
- b) controlar e fiscalizar o gerenciamento de resíduos sólidos;

- c) aprovar os planos de gestão integrada dos resíduos sólidos industriais, de mineração e dos serviços de transporte, excetuados os referentes ao transporte urbano;
- d) controlar e fiscalizar as emissões de, entre outras substâncias, particulados, dioxinas, furanos, metais pesados, óxidos de enxofre e óxidos de nitrogênio das fontes fixas e, quando couber, móveis, de acordo com os limites e padrões estabelecidos em regulamento;
- e) organizar e realizar o levantamento estadual das áreas apropriadas para implantação de aterros sanitários regionais;

III - às autoridades municipais:

- a) elaborar e implementar a respectiva política municipal de resíduos sólidos, em consonância com as políticas nacional e estadual;
- b) definir, em conjunto com os setores organizados da sociedade e observadas as diretrizes das políticas nacional e estadual:
 - 1. as formas de articulação entre o poder público municipal e os setores organizados da sociedade voltadas à gestão integrada de resíduos sólidos;
 - 2. os instrumentos econômicos e regulamentares a serem aplicados para a sustentabilidade do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos;
 - 3. critérios que permitam identificar o padrão ideal da qualidade dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, e os elementos mínimos de qualidade e segurança a serem observados pelos geradores para o armazenamento e tratamento dos resíduos sólidos, e para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- c) elaborar e aprovar, por meio de resolução do órgão colegiado com participação social que atue em meio ambiente e saneamento ambiental, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, sem prejuízo dos atos de aprovação inerentes ao processo de licenciamento ambiental a cargo dos órgãos competentes do SISNAMA;

- d) implementar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, resguardadas as responsabilidades dos geradores previstas por esta Lei e seus regulamentos;
- e) exercer todas as responsabilidades atinentes ao titular do serviço público de manejo de resíduos sólidos e as demais atribuições previstas por esta Lei.

§ 1º As autoridades federais, estaduais e municipais do SISNARES devem promover medidas coordenadas e complementares voltadas a assegurar a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, por meio da geração de emprego e renda, bem como da aplicação de incentivos fiscais e outros instrumentos econômicos.

§ 2º Às autoridades do Distrito Federal compete o previsto nos incisos II e III do *caput*.

Art. 11. A adesão de entes federados ao SISNARES implica a obrigação de cumprir fielmente as diretrizes previstas nesta Lei, bem como de:

I - assegurar:

- a) adequado planejamento das atividades de sua competência relacionadas aos resíduos sólidos;
- b) adequadas regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;
- c) criação ou existência de órgãos colegiados para concepção e acompanhamento da respectiva política de resíduos sólidos;

II - fornecer dados e informações sobre das atividades relacionadas aos resíduos sólidos de sua competência, bem como da situação de salubridade ambiental.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo gera a impossibilidade de receber recursos federais destinados ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

Seção 3

Dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 12. O Distrito Federal e os Municípios obrigados a aprovar plano diretor, nos termos do art. 182, § 1º, da Constituição e do art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, devem elaborar e implementar plano de gestão integrada de resíduos sólidos em relação aos resíduos sólidos gerados ou administrados em seus territórios, resguardadas as responsabilidades dos geradores previstas por esta Lei e seus regulamentos.

§ 1º O plano de gestão integrada de resíduos sólidos previsto no *caput* deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a caracterização do município e a visão global dos resíduos sólidos gerados no âmbito municipal;

II - o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no âmbito municipal, incluindo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos sólidos gerados;

III - os requisitos, a identificação e a demarcação de áreas favoráveis para disposição final adequada de rejeitos, selecionadas a partir da análise dos meios físico, biótico e socioeconômico, bem como da situação jurídica, e considerados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) distância de cursos d'água;
- b) profundidade do aquífero;
- c) declividade do terreno;
- d) características do substrato geológico e da cobertura superficial do solo;
- e) disponibilidade de material para a cobertura dos rejeitos;
- f) vida útil da área;
- g) densidade populacional;
- h) solo argiloso com índice de permeabilidade entre 10^{-6} cm/s e 10^{-9} cm/s;
- i) potencial de contaminação das águas subterrâneas e superficiais;

j) índice de precipitação pluviométrica;

k) aceitação pela população;

IV - a identificação das disposições inadequadas de resíduos sólidos existentes no âmbito municipal, bem como proposta e cronograma para a sua eliminação e recuperação;

V - a definição da infra-estrutura necessária para o estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, caso sejam aplicáveis, considerando-se nos critérios de economia de escala a proximidade dos locais estabelecidos para essas soluções e a prevenção de riscos;

VI - os procedimentos operacionais, especificações, condicionantes, parâmetros e limites a serem adotados nos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com a indicação dos locais onde as atividades devem ser implementadas, inclusive quanto aos resíduos sólidos especiais e à disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos;

VII - a definição das atribuições e responsabilidades de todos os que participem da revisão e implementação do plano;

VIII - a determinação de cronograma para o desenvolvimento de programas e ações de capacitação técnica voltadas à implementação do plano;

IX - os critérios a serem adotados, quando couber, para a concessão ou permissão, total ou parcial, dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, bem como para a contratação de terceiros para a realização de partes dos serviços, observados os requisitos legais aplicáveis e a legislação que regula o tema;

X - o estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;

XI - os mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos, para a criação de novos mercados para os produtos recicláveis, reciclados e remanufaturados, bem como a ampliação dos já existentes;

XII - medidas de caráter social, contendo as formas de participação dos grupos interessados ou afetados, incluindo a indicação de como devem ser construídas as soluções para os problemas apresentados;

XIII - medidas de caráter econômico, incluindo o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e a forma de cobrança desses serviços, observados os requisitos legais aplicáveis e a legislação que regula o tema;

XIV - as obrigações dos geradores dos resíduos sólidos especiais;

XV - as ações corretivas e preventivas nos procedimentos adotados, incluindo as medidas de monitoramento;

XVI - os instrumentos a serem utilizados para a criação e disponibilização de material informativo para ciência da população quanto à quantidade de resíduos sólidos gerados e aos problemas ambientais e sanitários derivados do manuseio inadequado de resíduos sólidos, bem como para o estabelecimento de um canal de comunicação direto com a sociedade local;

XVII - a previsão da periodicidade da revisão do plano.

§ 2º Além do disposto no *caput* e seus incisos, o plano de que trata este artigo deve abranger:

I - as diretrizes do Poder Público municipal para a implementação da responsabilidade pós-consumo, nos termos da Seção 1 do Capítulo III, incluindo os programas e as ações a serem implementados para promover a inclusão de catadores de materiais recicláveis;

II - diretrizes para a elaboração e implementação, pelos geradores, dos planos específicos de gestão integrada de resíduos sólidos exigidos nos termos desta Lei;

III - procedimentos para os resíduos sólidos gerados pelos órgãos da Administração Pública, que contemplem a utilização racional dos recursos, o combate a todas as formas de desperdício e o manuseio adequado, bem como a sensibilização dos servidores públicos em relação aos aspectos ambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.

§ 3º O plano de que trata este artigo tem caráter público e deve ser publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação local, no prazo estabelecido em regulamento.

Art. 13. Os geradores de resíduos sólidos classificados no art. 3º, inciso I, alíneas "c", "d", "e", "f" e "g", ficam obrigados a elaborar e implementar

seu próprio plano de gestão integrada de resíduos sólidos, independentemente da população do município onde as atividades estiverem instaladas e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Observado o disposto em regulamento, os geradores de pequeno porte que gerem resíduos não perigosos podem ser excluídos, pelo plano de que trata o art. 12, da obrigação prevista no *caput*.

§ 2º Os planos de que trata este artigo devem atender o disposto na política municipal e no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a visão global das ações relacionadas aos resíduos sólidos gerados ou administrados, de forma a estabelecer o cenário atual e futuro;

II - o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados;

III - os objetivos e as metas a serem observados nas ações definidas para os resíduos sólidos;

IV - os procedimentos operacionais, especificações, condicionantes, parâmetros e limites a serem adotados na segregação, acondicionamento, coleta, triagem, armazenamento, transbordo, transporte, tratamento de resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos, com a indicação dos locais onde as atividades devem ser implementadas, em conformidade com o licenciamento ambiental;

V - a metodologia e as modalidades de manuseio e tratamento que correspondam às particularidades dos resíduos sólidos e dos materiais que os constituem, bem como a forma de disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos;

VII - a descrição das formas de concretização da responsabilidade pós-consumo, observadas as disposições desta Lei e de seus regulamentos;

VIII - a definição da infra-estrutura necessária para o estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, caso sejam aplicáveis, considerando-se nos critérios de economia de escala a proximidade dos locais estabelecidos para essas soluções e a prevenção de riscos;

IX - a definição das atribuições e responsabilidades técnicas de todos os que participam da elaboração e implementação do plano;

X - a determinação de cronograma para o desenvolvimento das ações de capacitação técnica necessárias à implementação do plano;

XI - as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

XII - a definição dos instrumentos e meios para a recuperação de áreas degradadas em seu processo de produção;

XIII - os procedimentos e meios pelos quais devem ser divulgados aos consumidores os cuidados a serem adotados para a aplicação da responsabilidade pós-consumo, nos termos da Seção 1 do Capítulo III, e para a manipulação dos resíduos especiais;

XIV - os mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda mediante a valorização dos resíduos sólidos, para a criação de novos mercados para os produtos recicláveis, reciclados e remanufaturados, bem como a ampliação dos já existentes;

XV - medidas de caráter social, contendo as formas de participação dos grupos interessados ou afetados, incluindo a indicação de como serão construídas as soluções para os problemas apresentados;

XVI - os programas e ações a serem implementados para promover a inclusão de catadores de materiais recicláveis, por meio da geração de emprego e renda, na gestão dos resíduos sólidos sujeitos à aplicação da responsabilidade pós-consumo, nos termos da Seção 1 do Capítulo III;

XVII - a periodicidade da revisão do plano.

§1º Para a elaboração e implementação de todas as etapas do plano de gestão integrada de resíduos sólidos de que trata este artigo, bem como para o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deve ser designado técnico responsável legalmente habilitado.

§2º A autoridade competente do SISNARES pode exigir que o gerenciamento dos resíduos não perigosos, em qualquer etapa, diferencie os resíduos inertes dos não inertes.

Art. 14. Os planos de gestão integrada de resíduos sólidos previstos nesta Seção devem incorporar os princípios da gestão ambiental em todo o seu processo.

Art. 15. Os responsáveis pelos planos de gestão integrada de resíduos sólidos previstos nesta Seção devem manter atualizadas e disponíveis para consultas as informações completas sobre a implementação do plano sob sua responsabilidade, para uso:

- I - das autoridades competentes do SISNARES e do SISNAMA;
- II - do Ministério Público;
- III - da sociedade civil organizada.

Seção 4

Do Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos

Art. 16. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, devem cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos - CNORP.

§ 1º O CNORP deve ser coordenado pela autoridade federal competente do SISNARES e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para se cadastrarem, os operadores devem estar amparados no serviço de um responsável técnico, devidamente habilitado, cujos dados devem ser mantidos atualizados no CNORP.

§ 3º O CNORP é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais previsto no art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 17. A instalação e o funcionamento de atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente pode ser permitida pelas autoridades competentes no caso do responsável comprovar capacidade e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Seção 5

Do Direito do Cidadão à Informação

Art. 18. Todo cidadão tem direito a informação sobre:

- I - a implementação dos programas integrantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das correspondentes políticas estaduais e municipais;

II - o gerenciamento de resíduos sólidos efetivado pelo Poder Público ou pela iniciativa privada;

III - os riscos que os resíduos sólidos podem representar para o meio ambiente e a saúde pública.

§ 1º Para a efetivação do disposto no *caput*, o cidadão deve requerer as informações à autoridade competente ou ao responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos em formulário de consulta ou por meio eletrônico nos termos do regulamento.

§ 2º As informações requeridas devem ser fornecidas no prazo máximo de vinte dias úteis.

§ 3º A recusa de fornecimento das informações previstas neste artigo sujeita o infrator às penas do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de multa e outras sanções administrativas.

Capítulo III

Das Diretrizes para o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

Seção 1

Da Responsabilidade Pós-Consumo

Art. 19. Aqueles que desenvolvam, fabriquem, elaborem, transformem ou distribuam produtos têm responsabilidade que abrange:

I - o desenvolvimento, a fabricação e a colocação no mercado de produtos:

a) que sejam reutilizáveis, tecnicamente duradouros e aptos, após o uso, a recuperação, eliminação ou disposição final de forma segura e ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos possível;

II - a prioridade, na fabricação de produtos, à utilização de resíduos recicláveis ou materiais secundários;

III - a rotulagem de produtos que contenham substâncias perigosas conforme estabelecido no inciso III do art. 6º da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990;

IV - a divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos de seus respectivos produtos;

V - o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso desses produtos, assim como sua subsequente reutilização, recuperação, eliminação ou disposição final, no caso de produtos objeto de sistema de retorno pós-consumo obrigatório estabelecido pelo art. 20.

Art. 20. Devem estruturar e manter sistema de retorno pós-consumo os fabricantes, os distribuidores, os importadores e os comerciantes de:

I - pilhas e baterias;

II - pneus;

III - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

IV - equipamentos eletroeletrônicos;

V - produtos comercializados em:

a) embalagens plásticas, na forma do art. 22;

b) embalagens metálicas e de vidro;

VI - produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas regras específicas de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em normas regulamentares ou técnicas.

§ 1º Na veiculação de propaganda dos produtos referidos neste artigo, devem ser incluídas orientações ao consumidor sobre o sistema de retorno pós-consumo.

§ 2º Os consumidores são obrigados a efetuar a devolução, após o término do ciclo de vida útil, aos comerciantes e distribuidores:

I - dos produtos a que se referem os incisos I, II e III do *caput*;

II - de outros produtos e embalagens com sistema de retorno pós-consumo obrigatório estabelecido por regulamento ou pela autoridade competente do SISNARES.

§ 3º Os comerciantes e distribuidores devem efetuar a devolução aos fabricantes dos produtos a que se refere o § 2º.

§ 4º Respeitado o disposto nesta Lei, serão estabelecidas por regulamento normas complementares ao disposto no *caput* deste artigo.

§ 5º O não cumprimento do que dispõem os §§ 2º e 3º sujeita os infratores às sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na esfera penal.

Art. 21. Os fabricantes, distribuidores e comerciantes de produtos enquadrados no art. 20 devem estabelecer e manter, em conjunto, procedimentos de recompra, após o uso, do produto ou das embalagens devolvidos pelos consumidores.

Parágrafo único. Os fabricantes são obrigados a dar destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, nos termos estabelecidos pela autoridade competente do SISNARES.

Art. 22. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que:

I - não impeçam a reutilização ou recuperação;

II - não inviabilizem economicamente a reciclagem.

§ 1º Os responsáveis devem assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem recarregadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III - recuperadas, se a recarga não for possível.

§ 2º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - fabricação de embalagens ou produtos dos quais as embalagens são diretamente fabricadas;

II - colocar em circulação embalagens, produtos dos quais as embalagens são diretamente fabricadas ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 23. São responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das embalagens plásticas utilizadas para comercialização de seus produtos as empresas produtoras de bebidas de qualquer natureza, alimentos, óleos combustíveis, lubrificantes e similares, cosméticos e produtos de higiene e limpeza.

§ 1º No caso das embalagens de que trata este artigo, o preço mínimo para a recompra prevista no art. 21 deve corresponder a, no mínimo, cinco por cento do produto vendido na embalagem, de acordo com a tabela do distribuidor.

§ 2º As empresas referidas no *caput* devem empregar, no mínimo, dez por cento dos recursos financeiros utilizados em sua veiculação publicitária para divulgação de mensagens educativas objetivando:

I - combater o lançamento de embalagens em corpos d' água;

II - informar sobre os locais e as condições de recompra das embalagens;

III - estimular a coleta das embalagens para recuperação.

Seção 2

Do Tratamento e da Destinação Final

Art. 24. O tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos devem ser efetivados na forma prevista nos planos de que trata a Seção 3 do Capítulo II.

Art. 25. Os resíduos perigosos devem receber tratamento ou destinação final que elimine ou reduza ao mínimo possível as características que fundamentam a sua periculosidade, respeitadas as determinações da autoridade competente do SISNARES.

Art. 26. Sempre que necessário, os resíduos sólidos destinados à reutilização ou recuperação devem ser armazenados e tratados separadamente.

Art. 27. Na recuperação de resíduos sólidos, deve ser dada prioridade ao método que seja mais adequado para assegurar a salubridade ambiental e o desenvolvimento sustentável, segundo a avaliação das autoridades competentes do SISNARES e do SISNAMA.

Art. 28. A utilização de resíduos sólidos para geração de energia só é admissível quando:

I - o Poder Calorífico Inferior - PCI -, não misturado a outras substâncias, seja de no mínimo 8.000 Kj/Kg;

II - a eficiência de conversão de energia alcançada seja de, pelo menos, setenta e cinco por cento;

III - o calor gerado seja utilizado diretamente ou colocado à disposição de terceiros;

IV - os resíduos acumulados no processo de recuperação possam ser eliminados sem tratamento adicional.

Art. 29. Os resíduos sólidos que não possam ser reutilizados ou recuperados devem ser eliminados ou ter disposição final em conformidade com o interesse público, observadas as disposições desta Lei e de seus regulamentos.

§ 1º A quantidade e a nocividade dos resíduos destinados a eliminação ou disposição final devem ser reduzidas mediante tratamento.

§ 2º Os resíduos devem ser eliminados ou ter disposição final no território nacional.

§ 3º Os resíduos devem ser eliminados ou ter disposição final de forma a não resultar em:

I - prejuízo à saúde humana;

II - danos à fauna ou à flora;

III - efeitos nocivos na água, no solo ou no ar;

IV - poluição sonora.

Art. 30. O licenciamento ambiental da implantação de aterros sanitários ou industriais depende da elaboração e aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental, garantida a realização de, no mínimo, uma audiência pública com a participação da comunidade afetada pelo empreendimento.

Art. 31. Fica proibida, em todo o território nacional, a instalação de aterros sanitários ou industriais em Unidades de Conservação, em áreas de preservação permanente ou de proteção de mananciais, bem como a drenagem de líquidos originados do aterro para os corpos d'água superficiais.

Art. 32. Ficam proibidas as seguintes práticas em relação a resíduos sólidos:

I - o lançamento *in natura* a céu aberto;

II - a queima a céu aberto;

III - a disposição em:

a) áreas erodidas, poços, cacimbas, poços de vistoria de rede de drenagem de águas pluviais ou semelhantes, mesmo que abandonados;

b) em praias, no mar ou em quaisquer corpos d'água.

Parágrafo único. A queima de resíduos sólidos a céu aberto somente pode ser realizada em caso de emergência sanitária, mediante autorização prévia da autoridade competente do SISNARES.

Art. 33. Sem prejuízo de outras exigências estabelecidas pelas autoridades competentes do SISNARES, exige-se em relação à incineração de resíduos sólidos ou aos sistemas de co-processamento que:

I - as cinzas e escórias provenientes do tratamento térmico sejam consideradas, para fins de destinação final, como resíduos perigosos;

II - as medições para controle das dispersões, no que se refere aos hidrocarbonetos totais, monóxido de carbono, dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e material particulado, sejam feitas com periodicidade, no mínimo, trimestral;

III - a média dos valores máximos de emissão de dioxinas e furanos não seja superior a $0,1\text{ng}/\text{Nm}^3$, de acordo com os fatores de equivalência de toxicidade da Organização Mundial da Saúde.

Seção 3
Disposições Específicas

Subseção 1
Dos Resíduos Industriais

Art. 34. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos previsto no art. 13 deve ser elaborado em relação a cada planta industrial, mesmo que sejam utilizados, em uma ou mais fases do gerenciamento, sistemas que atendam mais de uma fonte geradora.

§ 1º Fontes que geram pequena quantidade de resíduos industriais não perigosos podem utilizar serviços integrantes do sistema municipal de gerenciamento de resíduos domiciliares e públicos, a critério da autoridade municipal do SISNARES e observado o plano previsto no art. 12.

§ 2º O Município pode cobrar preço público pelos serviços previstos no § 1º.

Art. 35. O responsável pelo gerenciamento de resíduos industriais deve manter atualizado e disponível para consulta o inventário de produção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas pelas autoridades competentes do SISNARES.

§ 1º O inventário previsto no *caput* deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - que tipo de resíduo sólido é produzido;

II - qual foi o volume dos diferentes tipos de resíduos sólidos gerado em cada um dos últimos seis meses;

III - como, onde e quem efetua o tratamento dos resíduos sólidos, resguardado o sigilo industrial sobre a tecnologia utilizada;

IV - qual é a destinação final dos resíduos sólidos produzidos;

V - qual é o nível de dispersão aérea, entre outras substâncias, dos gases, particulados, dioxinas, furanos, metais pesados, óxidos de enxofre e óxidos de nitrogênio emitidos pelo incinerador, se esse equipamento existir, ou por sistemas de co-processamento;

VI - se ocorreram, ou não, anormalidades no gerenciamento dos resíduos sólidos nos últimos seis meses.

§ 2º Não se aplicam as disposições deste artigo aos empreendimentos de pequeno porte da construção civil, na forma do regulamento.

Subseção 2

Dos Resíduos de Serviços de Saúde

Art. 36. Observado o disposto em regulamento e nas normas técnicas pertinentes, devem ser tratados como perigosos os seguintes resíduos de serviços de saúde:

- I - resíduos patológicos;
- II - materiais cortantes ou perfurantes, independente da sua origem;
- III - embalagens que contenham medicamentos ou produtos químicos;
- IV - resíduos radioativos, observada a legislação específica.

Parágrafo único. Os resíduos de serviços de saúde não perigosos, e que não entraram em contato com resíduos perigosos, devem ser classificados e gerenciados como resíduos domiciliares.

Art. 37. O Município deve manter sistema de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviço de saúde provenientes de sua rede de atendimento.

§ 1º Sem prejuízo de outras determinações desta Lei, devem manter sistema de coleta e transporte de seus resíduos:

- I - os estabelecimentos de saúde não enquadrados no *caput*;
- II - as farmácias, clínicas e outros equipamentos de pequeno porte do setor de saúde, nos termos do regulamento.

§ 2º O Município pode cobrar preço público para a execução dos serviços previstos no § 1º, bem como para o tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, nos termos do plano de gestão integrada de resíduos sólidos previsto no art. 12.

§ 3º O Município pode firmar convênios para a execução de serviços de gestão de resíduos gerados em estabelecimentos de saúde controlados pelo Estado ou pela União.

Art. 38. O transporte de resíduos de serviços de saúde deve ser feito em veículos especiais, na forma das normas técnicas pertinentes.

Subseção 3

Dos Resíduos de Serviços de Transporte

Art. 39. As cargas apreendidas por autoridade de fiscalização ou abandonadas nos serviços de transporte devem ser, até que se manifestem as autoridades competentes do SISNARES, consideradas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente e a saúde pública.

§ 1º Os serviços de transporte devem manter áreas que permitam o armazenamento seguro das cargas referidas no *caput*.

§ 2º Ao considerarem as cargas referidas no *caput* como resíduos, as autoridades competentes do SISNARES e, quando couber, as autoridades de fiscalização fazendária, devem definir especificamente os procedimentos a serem adotados.

§ 3º Respondem pelo transporte, tratamento e destinação final das cargas consideradas resíduos, na medida de sua contribuição para tal mudança de natureza da carga, o vendedor, o exportador, o comprador, o destinatário, o importador, o fabricante, o transportador, o embarcador e quem os represente, assegurado o direito de regresso.

§ 4º As despesas relacionadas ao gerenciamento das cargas consideradas resíduos correm exclusivamente por conta dos responsáveis referidos no § 3º.

§ 5º As despesas efetuadas pelo Poder Público devem ser ressarcidas pelos responsáveis referidos no § 3º.

Subseção 4

Dos Resíduos Gerenciados pelos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Art. 40. Os usuários dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos são obrigados a

I - selecionar os resíduos por tipos, quando o Município dispuser de sistema de coleta seletiva;

II - acondicionar adequadamente os diversos tipos de resíduos, conforme normas estabelecidas pela autoridade municipal do SISNARES;

III - disponibilizar os resíduos para coleta em local acessível e no horário determinado pela autoridade municipal do SISNARES.

Art. 41. Observado o disposto no plano previsto no art. 12 e nas disposições desta Lei sobre responsabilidade pós-consumo, podem ser excluídos do atendimento pelos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos os resíduos provenientes de atividades de comércio e serviço que:

I - sejam caracterizados como perigosos;

II - por sua quantidade ou suas características, causem dificuldades à operação do sistema.

Parágrafo único. O Município pode cobrar preço público por serviços, por ele executados, de gerenciamento dos resíduos enquadrados no disposto no *caput*.

Art. 42. O itinerário de coleta de resíduos domiciliares urbanos deve ser fixado para que maior parte dos veículos coletores, quando cheios, estejam próximos do local de tratamento, transferência ou disposição final.

Capítulo IV

Do Fundo Nacional para Descontaminação de Sítios Órfãos

Art. 43. Fica instituída a Contribuição para a Descontaminação de Sítios Órfãos, de intervenção no domínio econômico, incidente sobre:

I - o refino de petróleo;

II - a utilização de petróleo bruto para fins industriais;

III - a fabricação ou a importação das seguintes substâncias: acetileno, benzeno, butano, butileno, butadieno, etileno, metano, naftaleno, propileno, tolueno, xileno, amônia, antimônio, trióxido de antimônio, arsênio, trióxido de arsênio, sulfito de bário, bromo, cádmio, cloro, cromo, cromito, dicromato de potássio, dicromato de sódio, cobalto, sulfato cúprico, óxido de

cobre, óxido cuproso, ácido clorídrico, ácido fluorídrico, óxido de chumbo, mercúrio, níquel, fósforo, dicloreto de estanho, cloreto de estanho, cloreto de zinco, sulfato de zinco, hidróxido de potássio, hidróxido de sódio, ácido sulfúrico e ácido nítrico.

§ 1º O valor da contribuição será de vinte e cinco centavos de Real por barril de petróleo bruto nos casos de que tratam os incisos I e II do *caput*.

§ 2º No caso do inciso III do *caput*, o valor da contribuição será o definido no Anexo I.

§ 3º A contribuição será recolhida ao Tesouro Nacional, de acordo com normas e prazos fixados em regulamento, e constituirá receita vinculada ao Fundo Nacional para a Descontaminação de Sítios Órfãos.

Art. 44. Fica instituído o Fundo Nacional para a Descontaminação de Sítios Órfãos, vinculado ao órgão federal ambiental competente definido em regulamento, com o objetivo de promover a descontaminação de áreas contaminadas por resíduos perigosos:

I - na impossibilidade de identificação dos responsáveis pela contaminação;

II - excepcionalmente, nos casos em que a descontaminação pelos responsáveis identificados seja inviável em virtude de estado falimentar ou insuficiência de patrimônio.

§ 1º A descontaminação de área com recursos do fundo de que trata este artigo não isenta os responsáveis pela contaminação, pessoas físicas ou jurídicas, da aplicação das devidas sanções administrativas e penais, nem da cobertura parcial dos custos de descontaminação até o limite suportado pelo seu patrimônio.

§ 2º Se, após a descontaminação realizada com recursos do fundo de que trata este artigo, forem identificados os responsáveis, o valor empregado deve ser integralmente ressarcido.

Art. 45. O Fundo Nacional para a Descontaminação de Sítios Órfãos tem como fontes de recursos:

I - os recolhimentos derivados da arrecadação da Contribuição para a Descontaminação de Sítios Órfãos;

II - os retornos e resultados de aplicações do próprio fundo;

III - os eventuais resultados de aplicações financeiras de seus recursos;

IV - as doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V - os recursos provenientes do ressarcimento previsto no § 2º do art. 44;

VI - outras receitas que lhe venham a ser atribuídas.

Parágrafo único. A política de aplicação de recursos do Fundo será estabelecida, em cada ano, por um comitê gestor, constituído na forma do regulamento.

Capítulo V

Disposições Complementares e Temporárias

Art. 46. Fica proibida a importação para o País de pneus usados e de resíduos perigosos para qualquer fim, ainda que para tratamento, reutilização ou recuperação.

Art. 47. Devem ser assegurados aos que trabalham com manipulação de resíduos sólidos, notadamente com resíduos perigosos:

I - uso de equipamento de proteção individual;

II - treinamento específico;

III - controle periódico das condições de saúde;

IV - acesso aos laudos médicos sobre sua condição de saúde.

Art. 48. A transgressão às disposições desta Lei sujeita os infratores a uma ou mais das sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pelos arts. 54, 56, 56-A e 68 da mesma lei, ou de outras sanções penais cabíveis, bem como da obrigação de reparar o dano.

Art. 49. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 56-A:

"Art. 56-A. Manipular, acondicionar, armazenar, coletar, transportar, reciclar ou dar destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa."

Art. 50. O art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso VI e parágrafo único:

"Art.

27.

.....
VI - formalização de contrato ou termo de parceria com cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis com atuação no município, quando o processo licitatório referir-se à contratação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

Parágrafo único. O Poder Público municipal dispensará o cumprimento do requisito estabelecido no inciso VI do *caput* quando, comprovadamente, inexistir cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis com atuação no município (NR)."

Art. 51. Os usuários de agrotóxicos devem efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso aos comerciantes e distribuidores, e estes devem efetuar a devolução aos respectivos fabricantes, nos termos da legislação específica.

Art. 52. Na forma de regulamento, as pessoas jurídicas terão condições especiais de crédito, junto a instituições financeiras controladas pela União, para o desenvolvimento de projetos considerados prioritários para a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 53. O procedimento previsto no art. 21, no que se refere a embalagens, deve ser implantado segundo o seguinte cronograma:

I - no prazo de um ano da entrada em vigor desta Lei, recompra de, no mínimo, cinquenta por cento das embalagens comercializadas;

II - no prazo de dois anos da entrada em vigor desta Lei, recompra de, no mínimo, setenta e cinco por cento das embalagens comercializadas;

III - no prazo de três anos da entrada em vigor desta Lei, recompra de, no mínimo, noventa por cento das embalagens comercializadas.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação oficial.

ANEXO I

SUBSTÂNCIA	VALOR DE CONTRIBUIÇÃO POR TONELADA PRODUZIDA OU IMPORTADA
Acetileno	R\$ 12,00
Benzeno	R\$ 12,00
Butano	R\$ 12,00
Butileno	R\$ 12,00
Butadieno	R\$ 12,00
Etileno	R\$ 12,00
Metano	R\$ 9,00
Naftaleno	R\$ 12,00
Propileno	R\$ 12,00
Tolueno	R\$ 12,00
Xileno	R\$ 12,00
Amônia	R\$ 7,00
Antimônio	R\$ 12,00
Trióxido de antimônio	R\$ 10,00
Arsênio	R\$ 12,00
Trióxido de arsênio	R\$ 9,00
Sulfito de bário	R\$ 6,00
Bromo	R\$ 12,00
Cádmio	R\$ 12,00
Cloro	R\$ 7,00
Cromo	R\$ 12,00
Cromito	R\$ 4,00
Dicromato de potássio	R\$ 5,00
Dicromato de sódio	R\$ 5,00
Cobalto	R\$ 12,00
Sulfato cúprico	R\$ 5,00
Óxido de cobre	R\$ 9,00
Óxido cuproso	R\$ 10,00
Ácido clorídrico	R\$ 1,00
Ácido fluorídrico	R\$ 11,00
Óxido de chumbo	R\$ 11,00
Merúrio	R\$ 12,00
Níquel	R\$ 12,00
Fósforo	R\$ 12,00

Dicloreto de estanho	R\$ 7,00
Cloreto de estanho	R\$ 5,00
Cloreto de zinco	R\$ 6,00
Sulfato de zinco	R\$ 5,00
Hidróxido de potássio	R\$ 1,00
Hidróxido de sódio	R\$ 1,00
Ácido sulfúrico	R\$ 1,00
Ácido nítrico	R\$ 1,00

Justificação

O atual modelo de gestão de resíduos sólidos tem levado a sociedade brasileira a um estado de insalubridade ambiental sem precedentes. Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), publicada pelo IBGE em 2000, revelam que o Brasil produz 125.281 toneladas de resíduos urbanos por dia, sendo que houve um aumento de 39,2% em relação a 1995. Do montante de resíduos urbanos gerados, aponta-se que 30,5% são jogados em lixões ou a céu aberto. Tal situação, aliada à falta de uma política de saneamento ambiental, explica o aberrante número de pessoas internadas por doenças causadas via vinculação hídrica, como a cólera, a leptospirose e a diarreia.

Pode-se afirmar que a privatização do setor de limpeza pública vem ocorrendo desde os fins dos anos 70, época em que o *boom* da construção civil começou a dar ar de desgaste e crise, até o momento atual. Neste lapso temporal, as empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana começaram a surgir, primeiramente no Brasil, em seguida na Argentina e, posteriormente, em outros países (Chile, Colômbia, Venezuela, Peru etc.). Estas empresas, oriundas das grandes construtoras quebradas pelo milagre econômico, viram no setor de limpeza pública uma tábua de salvação para a crise da construção civil, situação facilitada pelo fato de os "contatos" necessários para as grandes obras públicas serem os mesmos para a construção de aterros sanitários nos municípios. Entretanto, foi somente a partir da década de 80 que essas empresas consolidaram-se no mercado, mediante o *lobby* de que os serviços operados diretamente pelos municípios eram em sua maioria deficitários e de má qualidade, levando o Brasil a um "estado de caos sanitário". Vale ressaltar que essas empreiteiras construíam os aterros, porém não os operavam.

A partir da década de 90, baseadas em dados do PNAD-IBGE, essas empresas prometiam reduzir os índices de resíduos sólidos urbanos dispostos de

maneira inadequada, dentro de rios, lagos ou a céu aberto, que totalizavam 76%¹ de um universo de 96 mil toneladas diárias², além de universalizar a coleta e reduzir os custos operacionais do serviço.

Com tais promessas, essas empreiteiras conseguiram, no período de duas décadas, responsabilizar-se pela coleta de mais de 60%³ do lixo gerado pela população brasileira, sendo que a coleta de lixo, sem dúvida, é a parte mais rentável das operações de um sistema de limpeza pública. Entretanto, ao analisarmos o resultado da privatização do setor de limpeza pública no Brasil, deparamo-nos com um quadro nada favorável.

A privatização dos serviços de limpeza pública rendeu à sociedade não melhorias, mas sim o super-faturamento do serviço de coleta de lixo. O preço médio cobrada no Brasil, nos casos de coleta convencional e disposição final em aterro sanitário, é da ordem de R\$ 30,00 por tonelada, podendo chegar a R\$ 70,00 e a inacreditáveis R\$ 450,00 pela tonelada coletada de lixo seletivo.

Segundo dados do IBGE publicados na PNSB 2000, o setor de limpeza pública emprega 317.744 pessoas em todo o Brasil, isto sem considerar os 24.340 catadores que atuam em lixões. Esta mesma pesquisa demonstra que⁴:

"A especificação das Unidades de Destino do Lixo indicou uma situação de destinação final do lixo coletado no País, em peso, bastante favorável: 47,1% em aterros sanitários, 22,3% em aterros controlados e apenas 30,5% em lixões, ou seja, mais de 69% de todo o lixo coletado no Brasil estaria tendo um destino final adequado em aterros sanitários e/ou controlados. Todavia, em número de municípios, o resultado não é tão favorável: 63,6% utilizam lixões e 32,2%, aterros adequados (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), sendo que 5% não informaram para onde vão seus resíduos".

¹ IBGE, 1995.

² IBGE, 1995.

³ Resíduos Sólidos Urbanos : Problema Global, Governo de S. Paulo, Secretaria de Meio Ambiente, 1998, p. 9.

⁴ IBGE, PNSB 2000, p 49-50.

É relevante trazer à baila o alerta que o IBGE dá para a fragilidade dos dados "otimistas" da pesquisa. Vejamos o que diz o renomado instituto⁵:

"As fontes das informações coletadas pelos pesquisadores do IBGE são os órgãos responsáveis pela execução dos serviços de limpeza urbana, na grande maioria a própria prefeitura da cidade (88% dos municípios). No entanto, alguns informantes podem ter sido demasiadamente otimistas de modo a evitar a exposição de deficiências do sistema".

Para equacionar a questão do gerenciamento dos resíduos sólidos, o Brasil conta com um arcabouço legal federal não consolidado em um único diploma. Há leis que interferem indiretamente no gerenciamento dos resíduos, como as relativas à administração pública e ao licenciamento ambiental, alguns decretos, portarias, resoluções do CONAMA e da ANVISA. A falta de um edifício jurídico básico, consolidado em uma única lei federal, dificulta sobremaneira a aplicação das normas, causando enorme insegurança jurídica para as ações de caráter público ou privado.

É certo que o primeiro instrumento legal a ser utilizado para uma análise na área de resíduos sólidos é a Constituição Federal, notadamente seu art. 30, que estabelece como competência do município "organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local".

Nesse contexto, a limpeza urbana figura como um serviço público de interesse local. Entretanto, vale ressaltar que 60% dos resíduos sólidos urbanos produzidos no Brasil são coletados por empresas privadas contratadas pelas prefeituras, por contrato direto, sendo poucas as prefeituras que operam contratos em regime de concessão.

Por seu turno, o CONAMA vem, nos últimos anos, editando resoluções referentes à coleta e tratamento de resíduos sólidos de construção civil, pilhas e baterias, pneumáticos e lâmpadas de mercúrio. Entretanto, esses diplomas são apenas resoluções, não leis, que, no ordenamento jurídico nacional

⁵ IBGE, PNSB 2000, p. 49.

são o único instrumento capaz de criar obrigações. Esta afirmativa tem seu embasamento no art. 5º, inciso III, da Constituição Federal, que determina "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei". Fica claro que a falta de uma lei federal que trate da gestão ambientalmente segura dos resíduos sólidos, semi-sólidos, líquidos e gasosos traz insegurança jurídica aos atos da administração pública.

Entendemos que um projeto de lei que venha a dar a segurança jurídica necessária ao setor de resíduos sólidos, por meio da estruturação de seu efetivo marco regulatório, deve ser amplo e abordar os seguintes aspectos:

- aspectos econômicos, financeiros, administrativos e de qualificação profissional;
- questões sociais, culturais, de participação da sociedade e de responsabilidade pós-consumo;
- educação, saúde e interface com as demais áreas do saneamento ambiental;
- contaminação do ar, água e solo;
- fiscalização e controle social sobre produtos produzidos e comercializados.

O presente projeto de lei procura caminhar nesse sentido. Para tanto, absorveu idéias das propostas em tramitação nesta Casa, de autoria dos Deputados Fernando Gabeira e Padre Roque, que tratam, respectivamente, sobre o retorno pós-consumo e a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, bem como dispositivos do anteprojeto de lei elaborado pelo Grupo de Trabalho Governamental, coordenado pelo Ministério da Meio Ambiente, que entre os anos de 2004 e 2005 produziu uma proposta voltada a instituir a "Política Nacional de Resíduos", texto que se encontra em estudo na Casa Civil da Presidência da República.

O projeto de lei que ora apresentamos tem como premissas básicas o respeito ao pacto federativo, a participação social e a responsabilidade pós-consumo. Traz, em seu bojo, importantes ferramentas de planejamento, como os planos de gestão integrada de resíduos sólidos e o Sistema Nacional de Resíduos

Sólidos, SISNARES. Os planos irão nortear as ações dos Estados e Municípios no que tange ao gerenciamento dos resíduos sólidos, além de balizar os investimentos federais para o setor nos Estados e Municípios.

Em nossa proposição, subordinamos o repasse de recursos financeiros federais, onerosos e não onerosos, à exigência de Estados e Municípios aderirem ao SISNARES. Estabelecemos a responsabilidade pós-consumo para bens de consumo que após o término de seu ciclo de vida útil tornem-se resíduo, estabelecendo responsabilidades para os produtores e consumidores desses produtos. O nosso projeto prevê, também, o direito do cidadão a informações completas sobre a implementação dos programas integrantes da gestão dos resíduos sólidos públicos ou privados. Por fim, estabelece uma contribuição de intervenção sobre o domínio econômico para geração de recursos financeiros ao Fundo Nacionais de Descontaminação de Sítios Órfãos.

Diante da extrema relevância da matéria, conclamamos os nobres Pares a debater com profundidade as propostas inseridas no projeto de lei, visando o seu aprimoramento e a sua aprovação no prazo mais breve possível. O Brasil terá muito a agradecer ao Legislativo pela aprovação de uma lei que regule *a importante e complexa questão dos resíduos sólidos*.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2006

Luciano Zica

Deputado Federal - PT/SP

César Medeiros

Deputado Federal - PT/MG

Zézeu Ribeiro

Deputado Federal - PT/BA

Leonardo Monteiro

Deputado Federal - PT/MG

Mauro Passos
Deputado Federal - PT/SC

Luiz Alberto
Deputado Federal - PT/BA

Dr. Rosinha
Deputado Federal - PT/PR

Iara Bernardi
Deputada Federal - PT/SP

Angela Guadagnin
Deputada Federal - PT/SP

Edson Duarte
Deputado Federal PV/BA

Sarney Filho
Deputado Federal PV/MA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

Constituição
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_4213
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO
PL 7047/2006

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá júízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à

moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

** Inciso LXXVIII acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

** Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000.*

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

** Inciso I acrescentado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

** Inciso II acrescentado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

Art. 17-A. São estabelecidos os preços dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, a serem aplicados em âmbito nacional, conforme Anexo a esta Lei.

** Artigo acrescido pela Lei nº 9.960, de 28/01/2000.*

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO III DO PLANO DIRETOR

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

- I - com mais de vinte mil habitantes;
- II - integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III - onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV - integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V - inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo:

I - a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II - disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III - sistema de acompanhamento e controle.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 57. (VETADO)

Seção I

Dos Crimes Contra a Administração Ambiental

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

Art. 69. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

CAPÍTULO VI

DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V - destruição ou inutilização do produto;
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII - embargo de obra ou atividade;
- VIII - demolição de obra;
- IX - suspensão parcial ou total de atividades;
- X - (VETADO)
- XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a X do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

- I - suspensão de registro, licença ou autorização;
- II - cancelamento de registro, licença ou autorização;
- III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

.....

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I **DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

.....

CAPÍTULO III **DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR**

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

IX - (Vetado).

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Art. 7º Os direitos previstos neste Código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II DA LICITAÇÃO

Seção II Da Habilitação

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômica-financeira;

IV - regularidade fiscal.

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

* Inciso V acrescido pela Lei nº 9.854, de 27/10/1999.

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

.....
.....

EMENDAS APRESENTADAS NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

001/91

PROJETO DE LEI Nº

91
203 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA☒ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ AGLOMERATIVA☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AUTOR

DEPUTADO EDUARDO JORGE

PARTIDO

PT

UF

SP

PÁGINA

01 / 20

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dispõe sobre o
 acondicionamento, a coleta, o
 tratamento, o transporte e a
 destinação final dos resíduos
 de serviços de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Para os efeitos desta lei, considera-se "resíduos de serviços de saúde" o lixo e os resíduos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas e animais, executados por serviços de saúde e veterinários, bem como os gerados pela pesquisa médica e veterinária, pela medicina legal e anatomia patológica.

Art. 2º Os resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta lei, obedecerão a classificação a seguir:

I - resíduos líquidos ou pastosos;

II - resíduos sólidos;

001/191

CLASSIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº

203 / 91

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA

☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA
☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AUTOR

DEPUTADO EDUARDO JORGE

PARTIDO

PT

UF

SP

PÁGINA

02/20

III - resíduos especiais;

IV - resíduos comuns.

§ 1º Os resíduos líquidos ou pastosos subdividir-se-ão em:

- a) biológicos: sangue, fezes, pus, urina, liquor ou outros líquidos orgânicos;
- b) químicos: solventes orgânicos, sais inorgânicos e outros produtos químicos não utilizados como medicamentos;
- c) terapêuticos: sobras de medicamentos líquidos e medicamentos líquidos com prazos de validade vencidos.

§ 2º Os resíduos sólidos subdividir-se-ão em:

- a) cortantes ou perfurantes: lâminas, agulhas, ampolas, vidros quebrados e outros materiais que possam causar corte ou punctura;

- b) não cortantes ou não perfurantes:

1 - Resíduos de Diagnóstico e Tratamento (RTD) - gase, algodão, fraldas, compressas, ataduras, absorventes higiênicos, esparadrapos, frascos coletores descartáveis para líquidos biológicos, bolsas de colostomia e de sangue, drenos, sondas, tubos descartáveis ou placas de petri contendo culturas de microorganismos ou células, e outros

~~materiais descartáveis sujeitos de sangue, fezes, pus,~~

urina, liquor ou outros líquidos biológicos;

05/11/91

DATA

ASSINATURA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

AUTOR

PARTIDO
PTUF
SPPÁGINA
03 / 20

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

2 - peças anatômicas - fetos, placenta, membros, órgãos, tecidos orgânicos, carcaça de animais de experimentação;

3 - medicamentos sólidos com prazos de validade vencidos.

§ 3º Os resíduos especiais subdividir-se-ão em:

a) material radiativo: proveniente dos serviços de medicina nuclear ou contaminado por radionuclídeos utilizados com finalidade diagnóstica, terapêutica ou de pesquisa;

b) material contaminado por quimioterápicos antineoplásicos: drogas citotóxicas e antineoplásicas e todo o material utilizado na sua preparação, manuseio e administração;

c) material inflamável, corrosivo, tóxico ou reagente: resíduos e materiais com eles contaminados ou embebidos que, em razão de sua natureza ou propriedades, possam causar dano às pessoas e às instalações, se não forem adequadamente conservados, embalados e manuseados;

d) recipientes pressurizados: recipientes que contenham, sob pressão, gases ou aerossóis que podem explodir quando incinerados ou acidentalmente perfurados.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

§ 4º Os resíduos comuns são aqueles que, não classificáveis em nenhuma das categorias dispostas nos parágrafos 1º, 2º ou 3º deste artigo, por observação a olho

nu não estejam sujos de sangue, fezes, pus, ^{urina} líquidos orgânicos, subdividindo-se em:

a) inertes: papel, papelão, frascos plásticos;

b) orgânicos: restos de comida.

Art. 3º Sujeitam-se às normas estabelecidas na lei os seguintes tipos de estabelecimentos, funcionando de acordo com a legislação específica federal, estadual ou municipal:

I - os serviços de saúde: assim entendidos postos e centros de saúde, ambulatórios, postos de assistência médica, consultórios médicos e odontológicos, casas de repouso, clínicas, hospitais, maternidades, casas de saúde, sanatórios, pronto-socorros, unidades mistas, farmácias, drogarias e congêneres;

II - os serviços veterinários: clínicas, ~~consultórios, hospitais veterinários e congêneres;~~

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

III - os laboratórios e centros de pesquisa e análise biológica: laboratórios de pesquisa e de controle de qualidade, biotérios, serviços de medicina nuclear, laboratórios de patologia, de análises clínicas e de microbiologia;

IV - os serviços de medicina legal e anatomia patológica.

§ 1º Os procedimentos fixados por esta lei e por sua regulamentação não são válidos para quantidades de resíduos superiores às geradas pelos procedimentos cotidianos dos estabelecimentos relacionados neste artigo.

§ 2º Estoques de resíduos em quantidades superiores às da geração normal serão entendidos, se assim couber, como resíduos industriais, devendo ser devolvidos aos respectivos fabricantes.

§ 3º Na hipótese de não ser possível a devolução referida no parágrafo anterior, deverão ser obedecidas as diretrizes para destinação final fixadas pelos órgãos competentes estaduais e municipais.

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TÍTULO II

Das Obrigações dos Estabelecimentos Geradores de Resíduos

Art. 4ª São de responsabilidade do estabelecimento gerador do resíduo:

I - o recolhimento regular, pelo menos uma vez ao dia, dos resíduos das várias fontes produtoras existentes no estabelecimento (serviços ou unidades);

II - a classificação e a separação dos resíduos por eles gerados por categorias, de acordo com o fixado no art. 2ª desta lei, à serem processados na parte de produção (serviços ou unidades);

III - o tratamento conveniente e seguro dos diversos materiais classificados, observando-se o estabelecido no art. 5ª desta lei;

IV - a manutenção de locais apropriados para armazenagem intermediária (nas unidades, alas ou andares) e de armazenagem final, constituindo este último o local onde deverão ser apresentados os resíduos destinados à coleta pública;

V - a apresentação dos resíduos destinados à coleta pública em condições adequadas;

PARLAMENTAR

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

AUTOR

PARTIDO
PTUF
SPPÁGINA
07 / 20

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

VI - permitir a inspeção de seus procedimentos e instalações relacionados à gerência de resíduos, pelos órgãos competentes dos sistemas de saúde e meio ambiente, bem como prestar as informações solicitadas por estes organismos;

VII - a manutenção de um serviço de limpeza, dirigido por profissional responsável pela elaboração, implementação e avaliação de um programa de gerência de resíduos, adaptado às condições e características do estabelecimento, e que contemple, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes;
- b) determinação e especificação dos tipos de resíduos a serem produzidos e processados no estabelecimento;
- c) determinação e especificação dos processos e meios com que serão tratados os resíduos do estabelecimento;
- d) normatização dos procedimentos internos do estabelecimento;
- e) treinamento e supervisão de pessoal;
- f) vigilância epidemiológica de eventos relacionados a riscos ocupacionais;

PARLAMENTAR

05 / 11 / 91

DATA

ASSINATURA

2

g) programação de situações de emergência e outras contingências.

§ 1º Os estabelecimentos hospitalares são obrigados a manter quadros próprios de funcionários para limpeza, incluindo a gerência e manejo de resíduos, sendo vedada a contratação deste serviço a terceiros.

§ 2º Os estabelecimentos hospitalares devem assegurar aos funcionários que trabalham no manejo dos resíduos hospitalares:

I - o uso de equipamento individual;

II - o controle periódico das condições de saúde.

Art. 5º A regulamentação desta lei fixará os critérios para a separação, acondicionamento e, quando for o caso, a disposição para coleta dos resíduos de serviços de saúde, diferenciados especificamente conforme as categorias estabelecidas no art. 2º.

§ 1º Os objetos cortantes e perfurantes devem ser acondicionados em recipientes rígidos e posteriormente acondicionados em sacos plásticos, para ~~disposição~~ para coleta.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

X 14 4

§ 2º Estabelecimentos que atendam doenças infecto-contagiosas devem autoclavar os Resíduos de Diagnóstico e Tratamento - RDT, mesmo não havendo comprovação de que os mesmos possam ser infectantes.

§ 3º Os RDT devem ser acondicionados em sacos plásticos de cor branca leitosa, fechados e identificados de acordo com as normas técnicas apropriadas, e encaminhados à coleta.

§ 4º Os resíduos classificados como comuns deverão ser separados por tipos, nos termos dos § 4º do art. 2º desta lei, no próprio estabelecimento produtor, não recebendo a partir daí tratamento diferenciado do dispensado ao lixo do tipo domiciliar.

Art. 6º Não será permitida, em nenhuma hipótese, a utilização de tubos de queda para transporte interno de resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta lei.

Art. 7º Ficam proibidos a instalação e o uso de incineradores para o tratamento dos resíduos nos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta lei.

05 / 11 / 91

DATA

ASSINATURA

895

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Parágrafo único. Os estabelecimentos que hoje possuem incineradores tem o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da regulamentação desta lei, para ajustarem-se ao disposto neste artigo.

Art. 8º Os resíduos radiativos terão seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final realizados, no que couber, em conformidade com o disposto na Resolução de 27 de novembro de 1985, que aprova a norma experimental nº 19/85 sobre " gerência de rejeitos radiativos em instalações radiativas ", e na Portaria de 19 de janeiro de 1989, que aprova a norma experimental nº 1/89 sobre " requisitos de radioproteção e segurança para serviços de medicina nuclear ", ambas do Conselho Nacional de Energia Nuclear - CNEN, ou de regulamento que venha a substituí-las.

Art. 9º É proibido o lançamento de resíduos de serviços de saúde, em quaisquer condições:

- I - em cursos d'água, lagos, lagoas e no mar;
- II -a céu aberto.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

8416

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 10 Os estabelecimentos localizados em áreas rurais e em regiões onde não se realiza coleta pública de resíduos de serviços de saúde são, de qualquer forma, obrigados a manter programa de gerência de seus resíduos e a dar tratamento e destino adequados aos mesmos, de conformidade com o que dispuser a regulamentação desta lei.

TÍTULO III

Das Obrigações da Administração Municipal

Art. 11 É responsabilidade da administração pública municipal:

I - manter serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde;

II - dar destino adequado aos resíduos coletados, em conformidade com a regulamentação desta lei e as determinações dos órgãos competentes da área de saúde e meio ambiente.

DEPUTADO	EDUARDO JORGE	AUTOR	PARTIDO PT	UF SP	PÁGINA 12 / 20
----------	---------------	-------	---------------	----------	-------------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 12 A coleta de resíduos de serviços de saúde deve ser diferenciada e o transporte feito obrigatoriamente em veículos especiais que impeçam o derramamento de líquidos ou de resíduos nas vias e logradouros públicos, e em condições que não tragam inconvenientes à saúde, à segurança e ao bem-estar públicos.

§ 1º Deve ser assegurado para os funcionários que trabalham na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde:

I - o uso de equipamento de proteção individual;

II - treinamento específico para as [✓]tarefas e supervisão permanente;

III - controle periódico das condições de saúde.

§ 2º A periodicidade de coleta será estabelecida em função do volume de lixo produzido pelo estabelecimento de saúde, sendo realizada, no máximo, a cada 72 (setenta e duas horas).

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

XIV

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

§ 3º Os resíduos classificados como comuns, definidos no § 4º do art. 2º, não serão objeto de coleta diferenciada, devendo ter transporte e destinação final similares aos efetuados para o lixo do tipo domiciliar.

Art. 13 Fica proibida a incineração dos resíduos de serviços de saúde.

Parágrafo único. No caso de administrações municipais que utilizam atualmente incineradores, deve ser observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação desta lei, para ajustarem-se ao disposto neste artigo.

Art. 14 Os municípios poderão constituir consórcios para a manutenção conjunta de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

TÍTULO IV

Das Infrações a esta Lei e Sanções Cabíveis

Art. 15 Constituem infração:

I - construir, instalar ou fazer funcionar

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

VERIFICAÇÃO

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

qualquer dos estabelecimentos previstos no art. 3º, contrariando disposições desta lei ou de seus regulamentos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

II - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

III - deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças e de sua disseminação, bem como à preservação da saúde e do meio ambiente:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e multa;

IV - descumprir disposições desta lei, de seus regulamentos e normas correlatas, no que diz respeito à coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, por empresas e serviços, seus agentes e consignatários:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou concessão e/ou multa;

PARLAMENTAR

05 / 11 / 91

DATA

ASSINATURA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

V - não manter, em estabelecimentos hospitalares, serviço de limpeza e/ou programa de gerência de resíduos e/ou quadros próprios para limpeza, gerência e manejo de resíduos:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença ou autorização e/ou multa;

VI - lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los:

Pena: advertência, interdição, cancelamento da licença, autorização ou concessão e/ou multa;

VII - não manter serviço regular de coleta e transporte de resíduos de saúde, bem como não dar destino adequado aos resíduos coletados, ou deixar de realizar coleta por período superior a setenta e duas horas:

Pena: advertência e multa, no caso de serviço público; advertência, cancelamento da concessão e/ou multa, no caso de empresa concessionária;

VIII - deixar de fiscalizar e controlar os meios e os procedimentos utilizados pelos estabelecimentos na gerência de seus resíduos e pelas empresas ou serviços públicos e privados, de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde:

DEPUTADO EDUARDO JORGE

TRILHA
PTU
SPFABR
16 / 20

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Pena: multa.

Parágrafo único. As penalidades previstas nesta lei são aplicadas alternativa ou cumulativamente, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis, bem como da obrigatoriedade de reparação dos danos causados quer à saúde das pessoas, quer ao meio ambiente.

Art. 16 A reincidência, mesmo que não específica, torna o infrator passível de pagamento do dobro da multa anteriormente aplicada na primeira reincidência e do décuplo nas seguintes ou, não lhe tendo sido aplicada multa na primeira infração, de pagamento do valor máximo previsto para multa na primeira reincidência e do décuplo deste valor nas reincidências seguintes.

Art. 17 Sem prejuízo de ação própria conferida a qualquer interessado, compete ao Ministério Público, de ofício ou mediante representação de conselho de saúde ou de qualquer interessado, tomar as medidas judiciais cabíveis para o efetivo cumprimento desta lei.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TÍTULO V

Disposições Finais

Art. 18 Os fabricantes de equipamentos necessários à gestão de resíduos, internamente aos estabelecimentos, à sua embalagem, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ficam obrigados a manter a produção de peças de reposição e serviços de manutenção dos equipamentos que produzam, por, no mínimo, dez anos após sua retirada do mercado ou a suspensão de sua fabricação.

Art. 19 O Poder Público municipal pode instituir e cobrar tarifas referentes aos serviços por ele prestados de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde.

Art. 20 A iniciativa privada pode participar, de forma complementar, como concessionária, da prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde, aplicando-se, neste caso, o disposto nesta lei.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

PT

SP

18 /20

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 21 São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde.

Art. 22 São de responsabilidade do órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e dos processos utilizados para a gestão de resíduos no âmbito interno dos estabelecimentos.

Art. 23 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta dias) de sua publicação.

Art. 24 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário.

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Os riscos atribuídos aos resíduos de serviços de saúde não são comprovados por estudos cientificamente controlados, nem por ocorrências observadas na prática diária.

Nos últimos anos, tem havido intenso esforço para manter a obrigatoriedade da incineração do lixo hospitalar, sob a alegação de sua suposta periculosidade. Na verdade, entendemos que ocorre uma grande campanha de setores ligados à fabricação de incineradores.

Já há no Brasil um grande exemplo de como pode ser feita a coleta seletiva dos resíduos de serviços de saúde : o da Prefeitura de Vitória, no Espírito Santo. A cidade de Vitória tem uma louvável experiência no assunto, embasada por vários estudos técnicos, demonstrando que a solução para o lixo hospitalar é a coleta seletiva e a reciclagem, e não

05/11/91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

NOME

PARTIDO
PTUF
SPPÁGINA
20 / 20

TEXTO/JUSTIFICACÃO

a queima, que exige tecnologia cara e poluidora do meio ambiente.

O Brasil precisa buscar soluções seguras e realistas para o destino a ser dado aos resíduos sólidos dos estabelecimentos de saúde. O próprio Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, na sua última reunião, no dia 19 de setembro passado, aprovou uma resolução desobrigando a incineração neste caso.

Os incineradores poluem o meio ambiente com metais pesados e dioxinas; sua instalação é onerosa e desnecessária.

Para elaborarmos este Substitutivo, baseamo-nos no Decreto nº 8.531, de 1991, da Prefeitura de Vitória, que aprova a Norma de Seleção, Acondicionamento, Disposição para Coleta, Coleta e Disposição Final de Resíduos Gerados por Estabelecimentos de Saúde. Tal norma, com sua viabilidade já demonstrada na prática, foi fruto de muita pesquisa.

Precisamos acabar com o fantasma do lixo hospitalar. Precisamos valorizar experiências pioneiras como a da Prefeitura de Vitória.

05/11/91

DATA

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº

203 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

AUTOR

PARTIDO
PTUF
SPPÁGINA
01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o inciso VII do art. 5º do projeto de lei, adequando-se a numeração dos incisos posteriores.

JUSTIFICAÇÃO

A incineração dos resíduos hospitalares é uma tecnologia cara e perigosa, ainda mais se feita nos próprios estabelecimentos geradores. Já há alternativas técnicas, como a coleta seletiva, que substituem com vantagem os incineradores.

Propomos, portanto, a supressão total deste dispositivo.

Sala das Sessões, em 05/11/91

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº	CLASSIFICAÇÃO
203 / 91	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA-DE <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

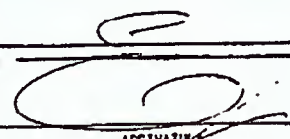
DEPUTADO	EDUARDO JORGE	AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
			PT	SP	01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 10 do projeto de lei, renumerando-se os artigos subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

Os incineradores poluem o meio ambiente com metais pesados e dioxinas; sua instalação nos estabelecimentos de saúde é onerosa, desnecessária e, até mesmo, perigosa. Como propomos a proibição da incineração do chamado "lixo hospitalar", somos pela supressão total deste artigo.

05 / 11 / 91	PARLAMENTAR	
DATA		ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº	CLASSIFICAÇÃO
203 / 91	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA DE <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO EDUARDO JORGE	PT	SP	01 / 01

TEXTO JUSTIFICACÃO

Dê-se ao inciso II do art. 16 do projeto de lei a seguinte redação:

" II - Dar destino final adequado aos resíduos coletados, em conformidade com a regulamentação desta lei e as determinações dos órgãos competentes da área de saúde e meio ambiente."

JUSTIFICACÃO

Estudos técnicos comprovam que a incineração dos resíduos de estabelecimentos de saúde é uma tecnologia cara e perigosa; os incineradores poluem o meio ambiente com metais pesados e dioxinas.

A incineração dos resíduos de estabelecimentos de saúde é hoje considerada uma tecnologia cara, desnecessária e poluidora do meio ambiente.

A coleta seletiva do lixo hospitalar, como já demonstrado em experiências como a da Prefeitura de Vitória, é a solução mais adequada.

Propomos a proibição da incineração. O País só tem a lucrar com tal medida.

PARLAMENTAR

05 / 11 / 91

DATA

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> 203 / 91 </div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE <input type="checkbox"/> ACLOTINATIVA DO MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	
DEPUTADO EDUARDO JORGE	AUTOR PARTIDO PT UF SP PÁGINA 01 / 01
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	

Dê-se ao art. 19 do projeto de lei a seguinte redação:

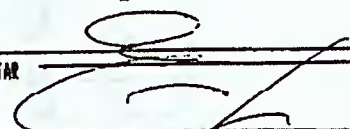
Art. 19 Fica proibida a incineração dos resíduos de serviços de saúde.

Parágrafo único. No caso de administrações municipais que utilizam atualmente incineradores, deve ser observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação desta lei, para ajustarem-se ao disposto neste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

Já há no País experiências, como a da Prefeitura de Vitória, que demonstram que a solução para o chamado "lixo hospitalar" é a coleta seletiva e a reciclagem, e não a queima.

Propomos que a regulamentação desta lei estabeleça os parâmetros para a destinação de cada tipo de resíduo de serviço de saúde.

DATA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> 05 / 11 / 91 </div>	PARLAMENTAR <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">  </div> ASSINATURA
--	--

PROJETO DE LEI Nº

203 / 91

SUA EXPRESSÃO

[] SUBSTITUTIVA

[] ADITIVA-DE

[] AGLUTINATIVA

[] MODIFICATIVA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DEPUTADO EDUARDO JORGE

AUTOR

PARTIDO

PT

UF

SP

PÁGINA

01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o inciso V do art. 21 do projeto de lei, adequando-se a numeração dos artigos subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

Como propomos a proibição da utilização da incineração como tecnologia para tratamento dos resíduos dos serviços de saúde, por entendermos que esta é uma alternativa extremamente onerosa e poluidora do meio ambiente, este dispositivo torna-se desnecessário.

Sala das Sessões, em 5 / 11 / 91

05 / 11 / 91

DATA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> 203 / 91 </div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-around; font-size: small;"> <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; font-size: small;"> <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> DO MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	
AUTOR DEPUTADO EDUARDO JORGE	PARTIDO PT
	UF SP
	PÁGINA 01 / 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso VII do art. 21 do projeto de lei a seguinte redação:

"VII - Lançar resíduos de serviços de saúde em logradouros públicos, em cursos d'água, lagos, lagoas ou no mar; depositá-los a céu aberto; incinerá-los;"

JUSTIFICAÇÃO

Como propomos a proibição da incineração dos resíduos dos serviços de saúde de uma forma ampla, e não só a céu aberto, por entendermos que trata-se de uma tecnologia cara, desnecessária e poluidora do meio ambiente, torna-se necessária uma pequena alteração neste dispositivo.

Sala das Sessões, em 05/11/91

DATA 05 / 11 / 91	PARLAMENTAR <div style="border-top: 1px solid black; height: 40px; position: relative;"> </div> ASSINATURA
----------------------	---

PROJETO DE LEI Nº <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px auto; width: 80%;"> 203 / 91 </div>	CLASSIFICAÇÃO <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 10px;"> <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA DE </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 5px;"> <input type="checkbox"/> AGLOMERATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA </div>
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA	
DEPUTADO EDUARDO JORGE	AUTOR
PARTIDO PT	UF SP
PÁGINA 01 / 01	

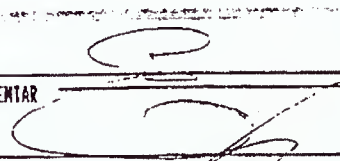
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 27 do projeto de lei a seguinte redação:

"Art. 27 São de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de saneamento e preservação do meio ambiente a definição, a inspeção, a fiscalização e o controle dos meios e processos utilizados em suas respectivas áreas de jurisdição para tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde."

JUSTIFICAÇÃO

Os aterros sanitários, se garantidas as condições adequadas de projeto de engenharia e operação, são tecnicamente eficientes para a disposição de qualquer tipo de resíduo. Não há porque vedar a sua utilização para os resíduos de serviços de saúde.

05 / 11 / 91 DATA	PARLAMENTAR  ASSINATURA
----------------------	---

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E
PROFERIR PARECER AO PL 203/91, QUE “DISPÕE
SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O
TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO
DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE”

I - RELATÓRIO

A Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos foi originalmente instalada em maio de 2001, com o objetivo de analisar o PL 203/91, juntamente com mais de 70 projetos a ele apensados. Dada a pluridiversidade da matéria, a Comissão Especial não logrou consenso na aprovação do Relatório no decurso da legislatura 1999/2003. Dessa forma, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, uma nova Comissão foi instalada para dar seguimento ao processo legislativo.

No dia 21 de setembro de 2005, recebemos a incumbência de relatar o Projeto de Lei 203/91 e os já então 106 projetos a ele apensados. Prosseguindo em nossa atuação na área ambiental, lastreados na experiência acumulada ao longo de três mandatos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, assumimos o encargo de oferecer parecer à Política Nacional de Resíduos como parte de mais uma das missões às quais nos dedicamos em nossa luta pela promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

A Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos, portanto, está encarregada de oferecer parecer ao PL 203/91 e apensados. Todos eles tratam de forma abrangente as questões referentes aos resíduos, abordando as temáticas referentes a: coleta seletiva e destinação final; compostagem de resíduos orgânicos; apoio creditício e fundos para gestão de resíduos sólidos, importação e destinação final de pneus; importação de resíduo nuclear; importação de resíduo industrial; incentivo fiscal; lâmpadas de vapor de mercúrio; logística reversa de Pet; vidros e plásticos; mineração e construção civil; moratória de instalação de incineradores; obrigação de compra governamental de papel reciclado; pilhas e baterias; reciclagem de resíduos; resíduo hospitalar; de clínicas e ambulatórios; resíduo nuclear; resíduo perigoso; resíduo tecnológico; resíduos de embalagens; reuso de embalagens, rotulagem e classificação.

As discussões sobre a Política Nacional de Resíduos remontam a 1989, quando se iniciaram, no Senado Federal, os debates sobre o PL 354/89. Desde então, o tema tem sido objeto de recorrentes discussões no âmbito do Congresso Nacional, do Executivo e na sociedade civil organizada, sem que, no entanto, tenha havido o avanço esperado.

Enquanto esta Casa debateu essa questão por uma década e meia, inexistiu arcabouço legal consistente sobre a matéria, o que ocasiona a profusão de instrumentos de regulação da lavra do Executivo, ou, em alguns casos, a total ausência destes.

Nestes últimos 15 anos, avançaram a ciência e a tecnologia, bem como se agravou a dimensão dos problemas relacionados à questão. Nesse mesmo período, o País experimentou expressivo crescimento econômico, potencializando, na mesma proporção, os riscos ambientais decorrentes da produção de resíduos sólidos, urbanos, industriais e hospitalares, tornando a problemática ainda mais complexa, sem que obtivéssemos, nesse período, uma solução legal adequada, transparente e duradoura. Ao assumirmos essa honrosa relatoria, sabíamos da profundidade, abrangência e dimensão do trabalho que nos esperava.

O trabalho organizado, a dedicação, a postura disciplinada e o compromisso com o cumprimento de prazos, consignada pelos nossos pares da Comissão Especial, garantiram-nos concluir, com sucesso, a missão à qual voluntariamente nos dedicamos.

Nesse diapasão, motivados pelo desafio, apresentamos no início de outubro à comissão um plano de trabalho, que além de um cronograma e um *modus operandi*, incluía a previsão de várias audiências públicas para ouvir entidades representativas, privadas e públicas, interessadas na questão da Política Nacional de Resíduos, buscando uma interação entre as três esferas de governo, a sociedade civil e o setor produtivo.

O PL 203/91 do Senado Federal – dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. No âmbito da proposição, são estabelecidos: o conceito de resíduos de serviços de saúde; os estabelecimentos sujeitos à aplicação da lei; a classificação dos resíduos de serviços de saúde. O PL 203/91 determina que os resíduos sejam separados e acondicionados, na fonte produtora, de acordo com procedimentos adequados a cada categoria de resíduo, e dispõe, ainda, sobre as responsabilidades dos estabelecimentos geradores dos resíduos e as obrigações da Administração Municipal, incluindo-se a manutenção de serviço regular de coleta

e transporte dos resíduos de serviços de saúde, bem como sua destinação final adequada. Finalmente, prevê as infrações à lei e as respectivas sanções.

Da análise efetuada, mesmo que extenuante e desprovida de tempo hábil, conseguimos aproximar-nos do todo, e, consoante as nossas convicções, suportadas pelos fatos e dados coligidos nas audiências públicas realizadas, visitas técnicas e também, no anterior acúmulo de informações registradas na Secretaria Técnica das Comissões, referentes às audiências havidas na legislatura passada, produzimos o presente substitutivo, incorporando, na sua maioria, os verbetes legais da lavra dos nobres pares que nos precederam nessa comissão, e de outros que ora nos ladeiam nesta luta,

A matéria constante do projeto principal é da competência da União e sobre ela não recai reserva de iniciativa.

A ele foram apensados até então 116 projetos de lei, visando fins bastante distintos e com imensa variedade de modos de tratamento das questões. Em vários desses projetos há vícios relativos aos aspectos que esta Comissão Especial apreciou.

Quanto à constitucionalidade, os defeitos ocorrem nas seguintes questões:

a) atribuição de função a órgão integrante da estrutura do Poder Executivo federal, no que se contraria o disposto no artigo 84, inciso VI, alínea a, da Constituição da República;

b) inobservância da autonomia constitucionalmente deferida aos Estados e Municípios;

c) determinação a criação de linhas oficiais de crédito, no que avança sobre a independência do Executivo, gestor do crédito público nacional;

d) afronta à livre iniciativa, um dos dois fundamentos constitucionais da ordem econômica, através da estipulação de medidas que invadem a órbita privada do comércio e do patrimônio individual.

De qualquer maneira, rejeitamos por inconstitucionalidade apenas os projetos cujo teor apoiava-se totalmente em previsões inconstitucionais, nada

havendo que se pudesse aproveitar do texto e, assim, ser aprovado na forma de substitutivo.

Quanto à juridicidade, os problemas encontrados são em pequena quantidade e de baixo potencial ofensiva.

O mesmo se pode dizer quanto à técnica legislativa. Aqui, porém, o número de senões não é expressivo ao longo das dezenas de textos, e discorrer sobre eles, pormenorizadamente tomaria todo o tempo disponível desta Comissão.

Outrossim, há um grupo de projetos cujo conteúdo julguei apropriado não aproveitar, rejeitando-os no mérito. Tendo em vista sua rejeição e o número de proposições nesta categoria, limito-me a explicar que seus defeitos, quanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa são os mesmos acima apontados, de tal sorte que, se fossem aproveitados no mérito como projetos isolados, em quase todos haveria de se praticar correções menos ou mais extensas.

II - VOTO DO RELATOR

a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei 203/1991 (e das emendas a ele apresentadas na CSSF); e dos projetos 3.333/92; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-C/93; 4.398/94; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 6.483/02; 4.173/04; 1.259/95 (e das emendas a ele apresentadas na CDCMAM e na CEIC); 1.610/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 2.272-A/96 (e das emendas a ele apresentadas na CEIC e na CDCMAM); 3.750/97; 1.756/99 (e seu apensado 6.373/05); 1.857/99; 2.013/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 1.094/95; 203/99; 6.518/02; 2.949/97; 722-A/99; 1.760/99; 3.480/00 (e seus apensados 6.446/05, 6.375/05 e 6.615/06); 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.511/98; 1.787/03; 3.576/04; 4.131/89; 447/91; 1.137/91;

1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 449/03; 1.720/99; 2.251/99; 2.815/00; 3.883/00; 4.136/01; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.402/05; 6.508/06; 7.047/06, todos a ele apensados, na forma do substitutivo aqui apresentado;

b) pela Inconstitucionalidade dos PLs nº 59/99, 988/99, 1.016/99; 2.254/99 e 2.491/00;

c) quanto à admissibilidade orçamentária e financeira:

I. pela NÃO IMPLICAÇÃO do Projeto de Lei 203/91 e emendas nºs 002/91, 003/91, 004/91, 006/91, 007/91 e 008/91 a este apresentadas na CSSF; e dos projetos 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-C/93; 4.398/94; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 6.483/02; 4.173/04; 1.259/95 e as emendas nºs 05/96 a 09/96 a este apresentadas na CDCMAM; e emendas nºs 001/98 a 011/98 a este apresentadas na CEIC; 1.610/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 6.011/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 2.272-A/96 (e as emendas nºs 1/96 a 4/96 a este apresentadas na CEIC; e emendas nºs 01/97 a 03/97 a este apresentadas na CDCMAM); 3.750/97; 1.756/99 (e seu apensado 6.373/05); 1.857/99; 2.013/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 1.094/95; 6.518/02; 2.949/97; 722-A/99; 2.817/00; 3.480/00 (e seus apensados 6.446/05, 6.375/05 e 6.615/06; 4.709/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 1.787/03; 3.576/04; 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 449/03; 1.720/99; 2.251/99; 2.815/00; 3.883/00; 4.136/01; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04, todos a ele apensados, na forma do substitutivo aqui apresentado;

II. pela INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA dos PLs nºs 203/99; 2.201/99; 5.501/01; 3.333/92; 4.502/98; 4.511/98; 1.016/99; 2.254/99; 1.760/99;

2.817/00; 3.480/00(e seus apensados 6.446/05, 6.375/05 e 6.615/06); 4.329/01 e 6.011/01; 7047/06 e das Emendas nºs 001/91 e 005/91 apresentadas ao PL nº 203/91 perante a CSSF, em relação à Lei do PPA (Lei nº 9.989, de 2000), Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.266 de 2001) e/ou à Lei Orçamentária Anual (e leis conexas, sobretudo a LRF), pelos motivos apontados neste Relatório.

d) quanto ao mérito:

I - pela aprovação dos PLs 203/91 (e da emenda nº 001/91 apresentada na CSSF) e dos projetos 3.333/92, 4.344/93, 4.398/94, 1.259/95 (e das emendas nºs 05/96, 06/96 e 09/96 apresentadas na CDCMAM, e nºs 001/98, 006/98, 007/98, 010/98 e 011/98, apresentadas na CEIC), e dos projetos; 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.398/94; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 4.173/04; 988/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 3.750/97; 1.756/99(e seu apensado 6.373/05); 1.857/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 2.949/97; 1.016-A/99; 2.254/99; 3.480/00(e seus apensados 6.446/05, 6.375/05 e 6.615/06); 4.329/01; 4.709/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 1.787/03; 3.576/04; 449/03; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 7047/06, todos a ele apensados, na forma do substitutivo aqui apresentado;

II - pela rejeição dos PLs nº 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 1.094/95; 1.138/95; 2.272/96; 4.511/98; 59/99; 203/99; 722/99; 1.610/99; 1.720/99; 1.760/99; 2.013/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 2.817/00; 3.883/00; 4.136/01; 5.501/01; 6.011/01; 6.483/02; 6.518/02 e 7.047/06;

III - pela rejeição: das emendas nºs 002/91 a 008/91 apresentadas na CSSF ao PL 203/91; das emendas nºs 007/96 e 008/96, apresentadas ao PL 1.259/95 na CDCMAM; das emendas nºs 002/98 a 005/98, 008/98 e 009/98, apresentadas ao PL 1.259/95 na CEIC; e das emendas apresentadas na CEIC e na CDCMAM ao PL 2.272/96.

II - Conclusão

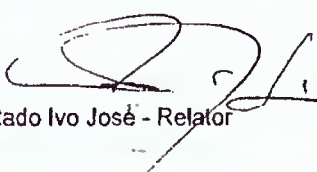
Em toda a minha vida parlamentar sempre pautei minha conduta por servir a pátria, buscando, com sensibilidade e afinco, conhecer mais profundamente os interesses permanentes da Nação e do povo aos quais sirvo. Dessa forma procuro, sempre que sou instado a fazê-lo por força do meu mandato, agir a favor do contexto mais geral dos interesses nacionais.

Diante da responsabilidade de ofertar para apreciação de meus Nobres pares um parecer que consubstanciasse princípios e diretrizes insculpidas no legítimo interesse público, preparamos, compilando o próprio acervo dos apensos ao PL203, e no acatamento das contribuições de cientistas, políticos, parlamentares, entidades empresariais, organizações não-governamentais empresários e outros, o substitutivo ora apresentado, por meio do qual logramos condensar sugestões do PL 203/91 e seus apensos.

Diante do exposto, sou pela aprovação do presente Substitutivo ao PL203/91.

Este é o meu voto.

Sala da Comissão, em 7 de junho de 2006.


Deputado Ivo José - Relator

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991,
E APENSADOS**

PROJETO DE LEI Nº DE 2006

Institui a Política Nacional de Resíduos, seus princípios, objetivos e instrumentos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

**TÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Artigo 1º - Esta lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, com vistas à prevenção e o controle da poluição,

a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Brasil.

Artigo 2º - São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I. a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos que leve em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública;

II. a gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos por meio da articulação entre Poder Público, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil;

III. a cooperação interinstitucional com os órgãos da União, Estados e dos municípios, bem como entre secretarias, órgãos e agências, envolvendo as entidades representantes da iniciativa privada e da sociedade civil no estabelecimento de critérios, diretrizes e ações de incentivos, gerenciamento e controle dos resíduos sólidos;

IV. a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;

V. a prevenção da poluição mediante práticas que promovam a redução ou eliminação de resíduos na fonte geradora;

VI. a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, e recuperação;

VII. a garantia da sociedade ao direito à informação, pelo gerador, sobre o potencial de degradação ambiental dos produtos;

VIII. o acesso da sociedade à educação ambiental;

IX. a adoção do princípio do poluidor-pagador;

X. a responsabilidade dos geradores, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores e operadores de resíduos sólidos em qualquer das fases de seu gerenciamento;

XI. atuar em consonância com as políticas nacionais, estaduais, distritais e municipais de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento, saúde, educação e desenvolvimento urbano.

XII. reconhecer o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, gerador de trabalho e renda;

XIII. reconhecer e incluir as cooperativas de catadores nos programas de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis.

XIV - incentivo sistemático às atividades de reutilização, coleta seletiva, compostagem, reciclagem e valorização de resíduos, inclusive os de ordem tributária e creditícia, com redução do primeiro e elevação das vantagens ofertadas ao segundo.

XV - fomentar o reaproveitamento de resíduos como matérias-primas e fontes de energia e conseqüente preservação de recursos naturais não-renováveis;

Artigo 3º - São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I. o uso sustentável, racional e eficiente dos recursos naturais;

II. a preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e a *recuperação das áreas degradadas por resíduos sólidos*;

III. reduzir a quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos, evitar os problemas ambientais e de saúde pública por eles gerados e erradicar os "lixões", "aterros controlados", "bota-foras" e demais destinações inadequadas;

IV. promover a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva;

V. erradicar o trabalho infantil em resíduos sólidos promovendo a sua integração social e de sua família;

VI. incentivar a cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas e a solução conjunta dos problemas de gestão de resíduos de todas as origens;

VII -- fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios;

Parágrafo Único - Para alcançar os objetivos colimados, caberá ao Poder Público, em parceria com a iniciativa privada:

1. articular, estimular e assegurar as ações de eliminação, redução, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos;

2. incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição;

3. incentivar a informação sobre o perfil e o impacto ambiental de produtos através da autodeclaração na rotulagem, análise de ciclo de vida e certificação ambiental observadas as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

4. promover ações direcionadas à criação de mercados locais e regionais para os materiais recicláveis e reciclados;

5. incentivar ações que visem ao uso racional de embalagens;

6. instituir linhas de crédito e financiamento para a elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

7. instituir programas específicos de incentivo para a implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
8. promover a implantação, em parceria com os Municípios, instituições de ensino e pesquisa e organizações não governamentais, de programa nacional de capacitação de recursos humanos com atuação na área de resíduos sólidos;
9. incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta e a separação, beneficiamento e reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;
10. promover ações que conscientizem e disciplinem os cidadãos para o adequado uso do sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos;
11. assegurar a regularidade, continuidade e universalidade nos sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos;
12. criar incentivos aos municípios que se dispuserem a implantar, ou permitir a implantação, em seus territórios, de instalações licenciadas para tratamento e disposição final de resíduos sólidos, oriundos de quaisquer outros municípios;
13. implantar Sistema Declaratório Anual para o controle da geração, estocagem, transporte e destinação final de resíduos industriais;
14. promover a gestão integrada e compartilhada de Resíduos Sólidos, apoiando a concepção, implementação e gerenciamento dos sistemas de resíduos sólidos com participação social e sustentabilidade.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Artigo 4º - São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I. o planejamento integrado e compartilhado do gerenciamento dos resíduos sólidos;
- II. os Planos Nacional, Estaduais, Regionais, Distrital, Metropolitanos, e Municipais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- III. os Planos de Gerenciamento de Resíduos „Sólidos dos Geradores;
- IV. o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos;
- V. o Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos;
- VI. o termo de compromisso e termo de ajustamento de conduta;
- VII. os acordos voluntários por setores da economia;
- VIII. o licenciamento, a fiscalização e as penalidades;
- IX. o monitoramento dos indicadores da qualidade ambiental;
- X. o aporte de recursos orçamentários e outros, destinados prioritariamente às práticas de prevenção da poluição, à minimização dos resíduos gerados e à recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;
- XI. os incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem as práticas de prevenção da poluição e de minimização dos resíduos gerados e a recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;
- XII. medidas fiscais, tributárias, creditícias e administrativas que inibam ou restrinjam a geração de resíduos sólidos com maior impacto ambiental;

XIII. os incentivos à gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

XIV. linhas de financiamento de fundo nacional;

XV. a divulgação de dados e informações incluindo os programas, as metas, os indicadores e os relatórios ambientais;

XVI. a disseminação de informações sobre as técnicas de prevenção da poluição, de minimização, de tratamento e destinação final de resíduos;

XVII. a educação ambiental;

XVIII. a gradação de metas, sempre que tecnicamente viável, no âmbito das tecnologias utilizadas nos processos ou práticas que resultem na geração dos resíduos, em conjunto com associações legitimamente reconhecidas como representantes dos respectivos setores produtivos, visando a redução na fonte e a reciclagem de resíduos que causem riscos à saúde pública e ao meio ambiente;

XIX. o incentivo à certificação ambiental de produtos e processos;

XX. o incentivo à auto-declaração ambiental na rotulagem dos produtos, observadas as normas ABNT;

XXI. o incentivo às auditorias ambientais;

XXII. o incentivo ao seguro ambiental;

XXIII. incentivo mediante programas específicos para a implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem de resíduos;

XXIV. incentivo ao uso de resíduos e materiais reciclados como matéria-prima e ou fonte de energia térmica;

XXV. incentivo a pesquisa e a implementação de processos que utilizem as tecnologias limpas.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Artigo 5º - Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I. – resíduos sólidos "resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tomem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível";

II. Prevenção da Poluição ou Redução na Fonte – a utilização de processos, práticas, materiais, produtos ou energia que evitem ou minimizem a geração de resíduos na fonte e reduzam os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente;

III. Minimização dos Resíduos Gerados – a redução, ao menor volume, quantidade e periculosidade possíveis, dos materiais e substâncias, antes de descartá-los no meio ambiente;

IV. Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar e gerenciar sistemas de resíduos, com a participação dos setores da sociedade com a perspectiva do desenvolvimento sustentável;

V. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar, administrar os resíduos sólidos considerando uma ampla participação das áreas de governo responsáveis no âmbito estadual, distrital, regional, metropolitano e municipal;

VI. Unidades receptoras de resíduos - as instalações licenciadas pelas autoridades ambientais para a recepção, segregação, minimização, reciclagem, armazenamento para futura reutilização, valorização, tratamento ou destinação final de resíduos;

VII. Aterro sanitário – local utilizado para disposição final de resíduos urbanos, onde são aplicados critérios de engenharia e normas operacionais especiais para confinar esses resíduos com segurança, do ponto de vista de controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública;

VIII. Aterro Industrial - técnica de disposição final de resíduos sólidos perigosos ou não perigosos, que utiliza princípios específicos de engenharia para seu seguro confinamento, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e que evita a contaminação de águas superficiais, pluviais e subterrâneas, e minimiza os impactos ambientais;

IX. Área Contaminada - área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que contém quantidades ou concentrações de matéria em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente e a outro bem a proteger.

X. Área Degradada – área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que por ação humana teve as suas características ambientais deterioradas;

XI. Remediação de área contaminada - adoção de medidas para a eliminação ou redução dos riscos em níveis aceitáveis para o uso declarado.

XII. Co-processamento: tecnologia de reaproveitamento de resíduos sólidos como insumos para processos industriais devidamente regulamentados, nos quais os componentes orgânicos são termicamente destruídos e os componentes inorgânicos são inertizados e imobilizados na matriz do produto.

XIII. Reciclagem- Prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados, com a necessidade de tratamento e processamento industrial, inclusive com adição de novas matérias primas para alterar as suas características físico-químicas.

XIV. Unidades Geradoras – são as instalações que por processo industrial de transformação de matéria prima produzam resíduos sólidos de qualquer natureza;

XV. Aterro de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Inertes - área onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil classe A, conforme classificação específica, e resíduos inertes no solo, visando a reservação de materiais segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

XVI. Resíduos Perigosos – aqueles que em função de suas propriedades químicas, físicas ou biológica, apresentam características de periculosidade, tais como inflamabilidade, corrosividade, toxicidade e patogenicidade podendo apresentar riscos à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente, conforme classificação definida pela ABNT;

XVII. Reutilização – prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados na forma em que se encontram sem necessidade de tratamento para alterar as suas características físico-químicas;

XVIII - remoldagem, recauchutagem, recapagem – processos industriais de reciclagem de pneumáticos que consistem do aproveitamento de carcaças de pneus usados como insumo do processo industrial.

XIX. Deposição Inadequada de Resíduos – são todas as formas de depositar, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos sem medidas que assegurem a efetiva proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

XX. Coleta Seletiva – o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos, previamente selecionados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento ou outras destinações alternativas.

Artigo 6º - Nos termos desta lei, os resíduos sólidos enquadrar-se-ão nas seguintes categorias:

I - resíduos urbanos os provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, da varrição, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos e sistemas de drenagem urbana passíveis de contratação, concessão ou outra forma delegação a particular, nos termos de lei municipal.

II - resíduos industriais - os provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de estações de tratamento de águas - ETA's e estações de tratamento de esgotos ETE's;

III - resíduos de serviços de saúde - os provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal, os provenientes de unidades de educação em saúde, centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde, medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados gerados em unidades que executem atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal, os provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal e os provenientes de barreiras sanitárias;

IV – resíduos de atividades rurais - os provenientes da atividade agropecuária, inclusive os resíduos dos insumos utilizados;

V – resíduos de serviços de transporte - os provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários, e ferroviários, postos de fronteira e estruturas similares - os resíduos sólidos de qualquer natureza proveniente de embarcação, aeronave ou meios de transporte terrestre, incluindo os produzidos nas atividades de operação e manutenção, os associados às cargas e aqueles gerados nas instalações físicas ou áreas desses locais;

VI – resíduos da construção civil - os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, aglomerados, compensados, forros e argamassas, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Parágrafo Único - Os resíduos gerados nas operações de emergência ambiental, em acidentes dentro ou fora das unidades geradoras ou receptoras de resíduo, nas operações de remediação de áreas contaminadas e os materiais gerados nas operações de escavação e dragagem deverão ser previamente caracterizados e em seguida encaminhados para destinação adequada.

Artigo 7º - Os resíduos sólidos perigosos que, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, serão definidos pelos órgãos ambientais competentes, observadas as normas ABNT.

TÍTULO II
DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 8º - As unidades geradoras e receptoras de resíduos deverão ser projetadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação e com a regulamentação pertinente, devendo ser monitoradas de acordo com projeto previamente aprovado pelo órgão ambiental competente.

Artigo 9º - As atividades e instalações de transporte de resíduos sólidos deverão ser projetadas, licenciadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação em vigor, devendo a movimentação de resíduos perigosos ser monitorada por meio de registros rastreáveis, de acordo com o projeto previamente aprovado pelos órgãos previstos em lei ou regulamentação específica.

Artigo 10 - As unidades receptoras de resíduos de caráter regional e de uso intermunicipal terão prioridade na obtenção de financiamentos pelos organismos oficiais de fomento.

Artigo 11 - Os governos municipais deverão indicar as áreas antigas, atuais e as necessárias para as futuras unidades receptoras de resíduos urbanos, assim como estabelecer as restrições ocupacionais no seu entorno, em conformidade com estudos de EIA/RIMA específicos para cada empreendimento.

Artigo 12 - Os governos federal, estaduais, distrital e municipais, consideradas as suas particularidades, deverão incentivar e promover ações que visem a reduzir a poluição difusa por resíduos sólidos.

Artigo 13 - A gestão dos resíduos sólidos urbanos será feita pelos municípios e pelo Distrito Federal, de forma, preferencialmente integrada e regionalizada, com a cooperação dos Estados e do Governo Federal e participação dos organismos da

sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.

Parágrafo Único: Nas regiões metropolitanas, as soluções para gestão dos resíduos sólidos deverão seguir o plano metropolitano de resíduos sólidos com participação do Estado, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.

Artigo 14 - São vedadas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I. lançamento "in natura" a céu aberto;

II. deposição inadequada no solo;

III. a queima de resíduos a céu aberto, em caldeiras ou processos térmicos não-regulamentados;

IV. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

V. lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações, e assemelhados;

VI. infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

VII. utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

VIII. utilização para alimentação humana;

IX. encaminhar resíduos de serviços de saúde, considerados perigosos, para disposição final em aterros, sem submetê-los previamente a tratamento específico, que neutralize sua periculosidade.

X - disposição de resíduos que possam substituir recursos naturais não-renováveis em outros processos de produção, em aterros, ou seu armazenamento temporário por período superior a seis meses.

§1º - Em situações excepcionais de emergência sanitária e fito-sanitária, os órgãos da saúde e de controle ambiental competentes poderão autorizar a queima de resíduos a céu aberto ou outra forma de tratamento que utilize tecnologia alternativa.

§ 2º. - As disposições inadequadas devem ser desativadas no prazo de dois anos do início da vigência desta lei ou no prazo definido nos respectivos Termos de Ajustamento de Conduta, e substituídos por sistemas de tratamento ou disposição adequados.

Artigo 15 - Os resíduos de serviços de saúde deverão ser obrigatoriamente classificados e segregados na fonte e tratados em sistemas licenciados pelos órgãos ambientais e de saúde competentes, antes de sua disposição final.

Artigo 16 - Os responsáveis pela degradação ou contaminação de áreas em decorrência de suas atividades econômicas, de acidentes ambientais ou pela disposição inadequada de resíduos sólidos, deverão promover a sua recuperação ou remediação em conformidade com procedimentos específicos, estabelecidos em regulamento ou em Termo de Ajustamento de Conduta.

Artigo 17 - É vedada a importação de resíduos, exceto quando, pelas suas características, sejam considerados como matérias-primas ou insumos, destinados a *processos industriais de reciclagem*.

Artigo 18 - A importação, a exportação e o transporte interestadual de resíduos classificados como perigosos, dependerão de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes em conformidade com as normas técnicas e legislação específica.

Artigo 19 - A Administração Pública optará preferencialmente, nas suas compras e contratações, pela aquisição de produtos de reduzido impacto ambiental, os recicláveis, os reciclados e os reformados, devendo especificar essas características na descrição do objeto das licitações, observado os dispostos na lei específica.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Artigo 20 – O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser elaborado pelo gerenciador dos resíduos e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de saúde e do meio ambiente, constitui documento obrigatoriamente integrante do processo de licenciamento das atividades e deve contemplar os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, bem como a eliminação dos riscos, a proteção à saúde e ao ambiente, devendo contemplar em sua elaboração e implementação:

- I. as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, quando houver;
- II. as diretrizes estabelecidas nos Planos Nacional de Recursos Hídricos e no Plano Nacional de Saneamento, quando houver;
- III. o cronograma de implantação e programa de monitoramento e avaliação das medidas e das ações implementadas.

Parágrafo Único - O programa de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos previstos nesta lei serão definidos em regulamento.

Artigo 21– A União e os Estados, apoiarão, de modo a ser definido em regulamento, o Distrito Federal e os municípios que gerenciarem os resíduos urbanos em conformidade com Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos.

§ 1º. Os Planos referidos no "caput" deverão ser apresentados à autoridade ambiental competente a cada quatro anos e contemplar:

1. a origem, a quantidade e a caracterização dos resíduos gerados, bem como os prazos máximos para sua destinação;
2. a estratégia geral do responsável pela geração, reciclagem, tratamento e disposição dos resíduos sólidos, inclusive os provenientes dos serviços de saúde, com vistas à proteção da saúde pública e do meio ambiente;
3. as medidas que conduzam à otimização de recursos, por meio da cooperação entre os municípios, assegurada a participação da sociedade civil, com vistas à implantação de soluções conjuntas e ação integrada;
4. a definição e a descrição de medidas e soluções direcionadas:
 - a) às práticas de prevenção à poluição;
 - b) à minimização dos resíduos gerados, através da reutilização, reciclagem e recuperação;
 - c) à compostagem;
 - d) ao tratamento ambientalmente adequado;
5. os tipos e a setorização da coleta;
6. a forma de transporte, armazenamento e disposição final;
7. as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de manuseio incorreto ou de acidentes;
8. as áreas para as futuras instalações de recebimento de resíduos, em consonância com os Planos Diretores e legislação de uso e ocupação do solo;

9. o diagnóstico da situação gerencial atual e a proposta institucional para a futura gestão do sistema;

10 -o diagnóstico e as ações sociais, com a avaliação da presença de catadores nos lixões e nas ruas das cidades, bem como as alternativas da sua inclusão social;

11. as fontes de recursos para investimentos, operação do sistema e amortização de financiamentos.

§ 2º- O horizonte de planejamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos deve ser compatível com o período de implantação dos seus programas e projetos, ser periodicamente revisado e compatibilizado com o plano anteriormente vigente.

§ 3º- Os municípios com menos de 30.000 habitantes de população urbana, conforme último censo, poderão apresentar Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos simplificados, na forma estabelecida em regulamento.

Artigo 22– Os gerenciadores de resíduos industriais e de resíduos de serviços de saúde deverão seguir na elaboração dos respectivos Planos de Gerenciamento as gradações de metas estabelecidas pelas suas associações representativas setoriais e pelo órgão ambiental, até o limite prático das tecnologias utilizadas em seus processos de geração de resíduos.

§ - 1º - Para os efeitos deste artigo, entre outros, serão considerados os seguintes setores produtivos:

1. Atividade de Extração de Minerais;
2. Indústria Siderúrgica e Metalúrgica;
3. Indústria de Produtos de Minerais não Metálicos;
4. Indústria de Materiais de Transporte;
5. Indústria Mecânica;

- 6 Indústria de Madeira, de Mobiliário, e de Papel, Papelão e Celulose;
7. Indústria da Borracha;
8. Indústria de Couros, Peles e Assemelhados e de Calçados;
9. Indústria Química e Petroquímica;
10. Indústria de Produtos Farmacêuticos, Veterinários e de Higiene Pessoal;
11. Indústria de Produtos Alimentícios;
12. Indústria de Bebidas e Fumo;
13. Indústria Têxtil e de Vestuário, Artefatos de Tecidos e de Viagem;
14. Indústria da Construção;
15. Indústria de Produção de Materiais Plásticas;
16. Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação.
17. Indústria de Embalagens.
18. Indústria de Pneumáticos
19. As atividades médico-hospitalares, farmacêuticas, veterinárias, de ensino, pesquisa e desenvolvimento em saúde, e de outros serviços de saúde assemelhados.
20. Outros setores geradores de resíduos

§ 2º - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais poderá prever a implantação de Bolsas de Resíduos, objetivando o reaproveitamento e o gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos, conforme as oportunidades de mercado.

§ 3º - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais poderá prever a destinação em centrais integradas de tratamento para múltiplos resíduos.

§ 4º - Os órgãos ambientais competentes poderão, na forma estabelecida em regulamento, exigir a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais para efeito de aprovação avaliação e controle.

Artigo 23 - Os órgãos do meio ambiente e da saúde federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais definirão, em conjunto com as associações de classe e organismos fiscalizadores do exercício profissional representativas do setor, os

estabelecimentos de saúde que estão obrigados ou desobrigados de licenciamento ambiental, consideradas as peculiaridades de cada estabelecimento e as características dos resíduos por eles gerados.

Artigo 24 – A União somente concederá financiamento de recursos a fundo perdido, a ser aplicado no setor de resíduos sólidos, ao Distrito Federal e aos municípios, que apresentarem, a cada quatro anos, no seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos do Artigo 21, desta lei.

Artigo 25 – A União deverá, por intermédio do órgão ambiental competente, apresentar ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos para aprovação, nos termos do Artigo 19 desta lei.

CAPÍTULO III

DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 26 – O Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pelo planejamento e execução com regularidade e continuidade dos serviços de limpeza pública, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, exercendo a titularidade dos serviços em seus respectivos territórios.

Parágrafo Único - A prestação dos serviços mencionados no "caput" deverá adequar-se às peculiaridades e necessidades definidas pelo Distrito Federal e Municípios, nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Artigo 27 - A taxa de limpeza urbana é o instrumento que pode ser de ser adotado pelos Distrito Federal e pelos municípios para atendimento do custo da implantação e operação dos serviços de limpeza urbana.

§ 1º - Com vistas à sustentabilidade dos serviços de limpeza urbana, o Distrito Federal e os Municípios poderão fixar os critérios de mensuração dos serviços, para efeitos de cobrança da taxa de limpeza urbana, com base, entre outros, nos seguintes indicadores:

1. a classificação dos serviços;
2. a correlação com o consumo de outros serviços públicos;
3. a quantidade e frequência dos serviços prestados;
- 4 - avaliação histórica e estatística da efetividade de cobrança em cada região geográfica homogênea.
- 5 - autodeclaração do usuário.

§ 2º - Poderão ser instituídas taxas e tarifas diferenciadas de serviços especiais, referentes aos resíduos que contenham substâncias ou componentes perigosos à saúde pública e ao meio ambiente, definidos nos artigos 6º. e 7º., e tornem onerosas a operação do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 28 - São considerados usuários dos serviços de limpeza urbana:

- I. a pessoa física ou jurídica que gerar resíduos ou auferir efetivo e imediato ou mediato proveito, decorrente da prestação dos serviços de limpeza urbana, na condição de proprietário, condômino, titular do domínio útil ou possuidor, direto ou indireto e a qualquer título, de imóvel ou condomínio situado em via ou logradouro atendido pelos serviços de limpeza urbana;
- II. a pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela coleta e remoção do resíduo, no caso de concessão dos serviços de tratamento e destinação final;
- III. O Distrito Federal e o Município, nos casos de concessão, isoladamente ou em consórcio, representando a comunidade ou parte dela.

Artigo 29 - Os usuários dos sistemas de limpeza urbana deverão acondicionar os resíduos para coleta de forma adequada, cabendo-lhes observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

§ 1º - Cabe ao Poder Público do Distrito Federal e Municipal, por meio dos órgãos competentes, dar ampla publicidade às disposições e aos procedimentos do sistema de limpeza urbana, bem como da forma de coleta, triagem, transporte e seleção, além dos locais e horários de entrega dos resíduos.

§ 2º - A coleta de resíduos urbanos será feita, preferencialmente, de forma seletiva e com inclusão social.

Artigo 30 - A União deve, nos limites de sua competência e atribuições:

I. promover ações objetivando a que os sistemas de limpeza pública coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos sejam estendidos a todos os Municípios e ao Distrito Federal e atendam aos princípios de regularidade, continuidade, universalidade em condições sanitárias de segurança;

II. incentivar a implantação, gradativa, no Distrito Federal e nos Municípios da segregação dos resíduos sólidos na origem, visando ao reaproveitamento e a reciclagem.

III. estimular o Distrito Federal e os Municípios a atingirem a auto-sustentabilidade econômica dos seus sistemas de limpeza urbana, mediante orientação para a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população;

IV. fomentar a elaboração de legislação e atos normativos específicos de limpeza urbana no Distrito Federal e nos Municípios, em consonância com as políticas estadual e federal;

V. criar mecanismos que facilitem a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a comercialização dos recicláveis e reciclados em todas as regiões do País;

VI. incentivar a formação de consórcios entre Municípios com vistas ao tratamento, processamento de resíduos e comercialização de materiais recicláveis;

VII. fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o Poder Público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores.

VIII- observar a obrigatoriedade dos órgãos ambientais em cumprir prazos de licenciamento.

IX - incentivar a reciclagem e a valorização de resíduos em substituição de recursos naturais não-renováveis.

Artigo 31 – A União adotará critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos ao Distrito Federal e aos Municípios que contemplem ou estejam de acordo com:

- I. as diretrizes e recomendações dos planos de gerenciamento regionais metropolitanos e nacional de resíduos sólidos;
- II. a sustentabilidade financeira dos empreendimentos através da demonstração dos Instrumentos específicos de custeio;
- III. a sustentabilidade técnica-operacional através de programas continuados de capacitação e educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DE MINERAÇÃO

Artigo 32 - Os resíduos mencionados neste capítulo que não possuam quaisquer traços de toxicidade, reatividade, corrosividade, inflamabilidade e explosividade nos termos das normas pertinentes poderão ser equiparados aos resíduos urbanos, de acordo com as disposições desta Lei, para fins de coleta pelo Poder Público.

§ 1º - Na hipótese de equiparação de resíduos industriais e de mineração aos resíduos urbanos, o Município e o Distrito Federal poderão instituir preços públicos de limpeza urbana diferenciados, devido ao volume ou a características especiais desses resíduos, bem como em razão da localização geográfica, que possam dificultar a operação cotidiana do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º - Caberá ao responsável pelo gerenciamento dos resíduos a decisão da utilização dos serviços prestados pelo Poder Público nos termos deste artigo.

Artigo 33 - Entende-se como resíduos industriais - os provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de estações de tratamento de águas - ETA's e estações de tratamento de esgotos ETE's;

§ 1º - não se enquadram na classificação de resíduos os materiais secundários e co-produtos para os quais se tenha comprovadamente alternativa econômica e ecologicamente viável de reciclagem, dentro do próprio processo industrial, ou de reutilização, como matéria prima ou energia, em outros processos industriais ou atividades econômicas.

§ 2º - a alternativa de que trata o parágrafo 1º desse artigo precisa ter sua viabilidade comprovada em termos técnicos e de segurança ambiental, por meio de estudos científicos aprovados pelas autoridades ambientais competentes e ter seu uso regulamentado e especificado em normas técnicas, definindo co-produtos de uso consagrado, tais como:

- I. cloro, na indústria de cloro-soda;

- II. massa asfáltica e piche, na indústria do petróleo;
- III. derivados gás-químicos e carbo-químicos, em processos de destilação de condensados oriundos de limpeza de gás;
- IV. agregados siderúrgicos de alto-forno e aciaria, pós de coletores e lamas de ETEs, na indústria siderúrgica;
- V. bagaço, na agro-indústria canavieira;
- VI. aparas, costaneiras e pó de serra, na indústria madeireira;

§ 3º - a lista apresentada no parágrafo 2º é exemplificativa, e não esgota as alternativas atuais e futuras de desenvolvimento de co-produtos.

Artigo 34 - O gerenciamento dos resíduos industriais e de mineração, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender os requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de que trata esta Lei.

Artigo 35 - Compete aos estabelecimentos industriais e de mineração a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, desde a sua geração até a destinação final, incluindo:

- I - a adoção de ações destinadas à redução de resíduos na fonte;
- II - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com as classes fixadas e com a periodicidade determinada em normas específicas, nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;
- III - o acondicionamento, a identificação e o transporte interno adequado dos resíduos, se for o caso;
- IV - a manutenção de áreas adequadas para operação e armazenagem dos resíduos;
- V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;
- VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma exigida pelas autoridades competentes.

Artigo 36 - O emprego de resíduos industriais e de mineração perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria – prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º - O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º - É vedada a incorporação de resíduos industriais e de mineração perigosos *in-natura*, em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Artigo 37 – As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Artigo 38 - Entende-se por resíduos específicos da atividade de mineração os provenientes dos processos de pesquisa, de lavra e de beneficiamento ou tratamento do minério.

Artigo 39 - São resíduos específicos da atividade de mineração:

I - os resíduos de testemunhos gerados na etapa de pesquisa de uma jazida;

II - os resíduos de amostras a serem utilizadas em planta piloto;

III - os resíduos denominados fração estéril, que são aqueles gerados nos processos de lavra e que não apresentam viabilidade econômica diante das tecnologias aplicáveis;

IV - os resíduos denominados rejeitos, que são aqueles gerados nos processos de beneficiamento ou de tratamento do minério e que, diante das tecnologias aplicáveis não apresentam viabilidade técnica econômica quanto ao seu reaproveitamento;

V - a fração sedimento, gerada em decorrência do arraste superficial de sólidos nas áreas não capeadas inerentes às plantas de mineração.

Artigo 40 - Os resíduos denominados fração estéril da mineração devem ter disposição final específica, mediante licença ambiental, obedecidas as normas das autoridades ambientais competentes.

Parágrafo único: Os testemunhos gerados na prospecção e pesquisa poderão, se necessário, ser dispostos em conjunto com a fração estéril.

Artigo 41 - Os rejeitos gerados nos processos de beneficiamento e de tratamento do minério, bem como os sedimentos gerados nas plantas de mineração, poderão ser dispostos em barragens, depósitos ou em lagos artificiais, construídos sob critérios estabelecidos pela autoridade ambiental, de competência federal.

§ 1º - As barragens, depósitos ou lagos artificiais a que se refere o caput, bem como outras alternativas de disposição final que se apresentem como técnica, ambiental e economicamente viáveis, deverão ser licenciadas pela autoridade ambiental competente.

§ 2º - os rejeitos de mineração para os quais se desenvolva tecnologia de reciclagem ou novas aplicações de uso, desde que não estejam já dispostos no meio ambiente, passam a ser considerados co-produtos da mineração, sob condições e critérios similares aos definidos no § 1º do artigo 66 desta Lei;

§ 3º - para os rejeitos já dispostos no meio ambiente, em bacias ou qualquer outro tipo de depósito, a re-mineração dos mesmos em face de novos usos deverá ser objeto de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

Artigo 42 - Os responsáveis pelos estabelecimentos industriais ou de mineração arcarão com os custos relativos a todas as etapas do gerenciamento de seus resíduos, incluídas as análises técnicas requeridas pelas autoridades competentes.

Artigo 43- Os estabelecimentos industriais e de mineração, deverão elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Artigo 44 - As unidades geradoras de resíduos industriais devem buscar soluções que possibilitem a prevenção da poluição, de redução da geração de resíduos e

efluentes a reutilização dos resíduos gerados, a reciclagem e a redução da periculosidade desses resíduos.

Artigo 45 - As instalações industriais utilizadas para o processamento de resíduos serão consideradas como unidade receptora de resíduos, sujeitando-se às normas editadas pela autoridade ambiental competente.

Artigo 46 - As unidades industriais utilizadas para a requalificação e transformação de resíduos em materiais secundários ou co-produtos serão consideradas unidades de processo industrial e serem devidamente licenciadas como tal pela autoridade ambiental competente.

§ 1º - Os resíduos requalificados como materiais secundários ou co-produtos deverão ter o uso autorizado após a realização de testes comprobatórios da viabilidade técnica e ambiental dessa utilização, devidamente aceitos pelas autoridades competentes.

§ 2º - Deixam de ser caracterizados como resíduos os materiais que atenderem ao disposto no parágrafo anterior, uma vez autorizado seu uso como matéria prima, insumo ou fonte de energia ou qualquer outra finalidade técnica, econômica e ambientalmente viável.

§ 3º - A União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal poderá instituir, em Lei específica, os incentivos fiscais e creditícios ao desenvolvimento de tecnologias e fabricação e comercialização de produtos oriundos de resíduos e que substituam produtos similares ou sucedâneos fabricados a partir de recursos naturais não renováveis.

CAPÍTULO V DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Artigo 47 - Os resíduos perigosos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as

operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Artigo 48 - O licenciamento, pela autoridade de controle ambiental, de empreendimento ou atividade que gere resíduo perigoso condicionar-se-á à comprovação de capacidade técnica para o seu gerenciamento e à existência do Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais nos termos desta Lei.

Artigo 49 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos perigosos devem ainda:

- I. manter os locais de operação, recipientes e veículos de transporte relacionados ao gerenciamento de resíduos perigosos devidamente identificados, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
- II. não-adotar condutas capazes de causar aumento de periculosidade dos resíduos ou que dificultem, de alguma forma, seu gerenciamento;
- III. manter inventário atualizado e facilmente acessível dos resíduos perigosos;
- IV. informar imediatamente ao órgão de controle ambiental sobre a ocorrência de acidentes ou sobre desaparecimento de resíduos, durante qualquer etapa do gerenciamento;
- V. ser responsável pelas informações a serem prestadas à vizinhança das unidades geradora de resíduos.

Artigo 50 - A coleta e gerenciamento de resíduos perigosos, quando não forem executados pelo próprio gerador, somente poderão ser exercidos por empresas, ou ente público autorizados pelo órgão de controle ambiental para tal fim.

Artigo 51 - O transporte dos resíduos perigosos deverá ser feito com emprego de equipamentos adequados sendo devidamente acondicionados e rotulados em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes.

Parágrafo Único - Quando houver movimentação de resíduos perigosos para fora da unidade geradora, os geradores, transportadores e as unidades receptoras de resíduos perigosos deverão, obrigatoriamente, utilizar o Manifesto de Transporte de Resíduos, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Artigo 52 - Aquele que executar o transporte de resíduos perigosos deverá verificar, junto aos órgãos de trânsito do estado e dos municípios as rotas preferenciais por onde a carga deverá passar e informar ao órgão de controle ambiental o roteiro de transporte.

Artigo 53 - Os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos obedecerão às disposições constantes dos acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

CAPÍTULO VI

DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Artigo 54 - Para efeito desta Lei, são considerados resíduos de serviços de saúde os provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviço de saúde.

§ 1º - São considerados geradores de resíduos de serviço de saúde:

- I - os prestadores de serviço que promovam ações de assistência domiciliar;
- II - serviços de apoio à preservação da vida, serviços ambulatoriais de atendimento médico e odontológico, indústrias e serviços de pesquisa na área de saúde;

III- hospitais, clínicas, consultórios serviços ambulatoriais de atendimento médico e odontológico;

IV- serviços de acupuntura e tatuagem;

V- serviços veterinários destinados ao tratamento da saúde animal;

VI- serviços de atendimento radiológico, de radioterapia e de medicina nuclear;

VII- serviços de tratamento quimioterápico;

VIII- serviços de hemoterapia e unidades de produção de hemocomponentes e hemoderivados;

IX- laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica;

X- necrotérios e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento e serviços de medicina legal;

XI- drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação;

XII- estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde;

XIII- unidades de controle de zoonoses;

XIV- indústrias farmacêuticas e bioquímicas;

XV- unidades móveis de atendimento à saúde;

XVI- lavanderias que prestam serviços a estabelecimentos de saúde;

XVII- demais serviços relacionados ao atendimento em saúde.

§ 2º- Equiparam-se aos resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, os medicamentos vencidos ou deteriorados e os resíduos de serviços de transporte, quando declarados potencialmente infectantes.

§ 3º- As autoridades ambientais e de saúde poderão definir, em normas regulamentadoras, outros geradores de resíduos de serviços de saúde não contemplados no *caput* deste artigo.

Artigo 55 - Os resíduos de serviços de saúde são classificados da seguinte forma:

I - grupo A (potencialmente infectantes) – resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência, infectividade ou concentração de patógenos, apresentam risco adicional à saúde pública;

II- grupo B – (químicos) – *resíduos de substâncias químicas que apresentam risco à saúde pública ou ao meio ambiente, independente de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade;*

III- grupo C – rejeitos radioativos – quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas específicas estabelecidas pela autoridade federal em energia nuclear competente.

IV- grupo D – resíduos comuns, os que não se enquadram nas categorias anteriores.

Artigo 56 - Compete aos serviços de saúde a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos, desde sua geração até a destinação e disposição final, incluindo:

I - a adoção de iniciativas destinadas à redução de resíduos;

II - a separação de acordo com as classes estabelecidas no artigo anterior e na legislação específica e coleta interna periódica dos resíduos nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;

III - o acondicionamento, a identificação, o tratamento preliminar, quando couber, o transporte interno e o armazenamento para coleta externa dos resíduos;

IV- a manutenção de áreas para operação e armazenagem dos resíduos;

V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes;

VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma prevista nas normas aplicáveis.

Artigo 57 - Os resíduos de saúde potencialmente infectantes, quando tecnicamente viável, não poderão receber disposição final sem tratamento prévio que assegure a eliminação de suas características de patogenicidade.

§ 1º - Os resíduos mencionados neste capítulo que não possuam quaisquer traços de patogenicidade, toxicidade, reatividade, corrosividade, inflamabilidade e explosividade, nos termos das normas pertinentes poderão ser equiparados aos resíduos urbanos comuns, de acordo com as disposições desta Lei, para fins de coleta pelo Poder Público.

§ 2º - Os resíduos de saúde classificados no inciso I (Grupo A) do Artigo 55, devidamente acondicionados, deverão ser armazenados temporariamente em câmaras frigorífica ou em gabinetes refrigeradores, mantidas em temperaturas nominais abaixo de 0º. (zero) graus Celsius, até que se efetue o seu transporte para o destino final adequado.

Artigo 58 - O tratamento de resíduos de serviços de saúde classificados nos incisos I, II e III do artigo 55 (Grupos A, B e C) será feito em unidades centralizadas, sob a responsabilidade do Município ou do Distrito Federal, ou ainda pelo próprio gerador ou por terceiros, desde que autorizados pelo Poder Público Municipal ou do Distrito Federal, bem como submetidos a licenciamento junto às autoridades ambientais e de saúde pública competentes.

Artigo 59 Para viabilizar a execução dos serviços indicados nos artigos 56 inciso VI e 57, parágrafo primeiro, o Município e o Distrito Federal poderão instituir cobrança específica relativa aos serviços prestados, nos termos desta Lei.

Artigo 60 - Em razão da quantidade ou periculosidade dos resíduos gerados, a autoridade de saúde pública e ambiental, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir dos serviços de saúde a manutenção de sistema de Gerenciamento integrado de resíduos na própria unidade geradora.

Artigo 61 - O importador, o fabricante e o distribuidor de medicamentos, bem como os prestadores de serviços de saúde, são co-responsáveis pela coleta dos resíduos especiais resultantes dos produtos vencidos ou considerados, por decisão das autoridades competentes, inadequados ao consumo.

§ 1º. O importador e o fabricante dos produtos descritos neste artigo são responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos resíduos de saúde.

§ 2º. É vedada a recepção por parte dos serviços de saúde públicos ou privados e por parte de organizações humanitárias ou de caridade, de medicamentos doados por empresas, entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras, incluídos os organismos internacionais ou doadores individuais, que tenham o seu prazo de validade incompatíveis com os prazos de transporte desde a origem, desembarço aduaneiro, distribuição interna e uso continuado pelos destinatários finais.

Artigo 62 - O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, elaborado nos termos previstos no Art. 20 desta Lei, será parte integrante do processo a ser submetido à aprovação das autoridades competentes de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, para obtenção ou dispensa de licenciamento ambiental e sanitário dos serviços de saúde, de acordo com a legislação local aplicável.

Artigo 63 - Os resíduos perfuro-cortantes ou perfurantes deverão ser acondicionados em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado adequadamente.

Artigo 64 - É proibida a utilização de tubos de queda para o transporte dos resíduos de que tratam o Art. 55.

CAPÍTULO VII

DOS RESÍDUOS GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Artigo 65 - Resíduos rurais são aqueles provenientes da atividade agropastoril ou demais atividades rurais, bem como os resíduos dos respectivos insumos.

Artigo 66 - É de responsabilidade do proprietário, arrendatário ou ocupante do estabelecimento rural o gerenciamento dos resíduos neste gerados.

Artigo 67 - As pessoas físicas ou jurídicas produtoras e importadoras de produtos destinados à atividade rural são responsáveis pela destinação dos resíduos especiais gerados por esses produtos.

§ 1º - Consideram-se resíduos especiais da atividade rural, de responsabilidade do fabricante ou do importador, os insumos agrícolas ou os agrotóxicos e afins, de acordo com a tipificação estabelecida na legislação própria, vencidos, proibidos, apreendidos, classificados como perigosos, bem como as suas embalagens.

§ 2º - A destinação a que se refere o caput, em qualquer de suas formas, abrange a reciclagem ou a inerteização, obedecidas as normas e instruções emitidas pelas autoridades registrantes, fiscalizadoras, sanitárias e ambientais competentes. Embalagens vazias de agrotóxicos e terras contaminadas com esses resíduos poderão ser destruídas via co-processamento mediante autorização do órgão ambiental competente.

§ 3º - O uso de farinha e gordura animal resultante do abate de gado deve ser incentivado, como fonte de substituição de matéria-prima ou energia em outros processos.

Artigo 68 - A destinação dos resíduos especiais decorrentes da atividade rural deverá estar prevista em Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Artigo 69 - Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso de acordo com as normas vigentes, instruções previstas nos correspondentes contratos de compra e venda ou manuais de utilização, sob pena de assumirem responsabilidade solidária com o fornecedor pelo gerenciamento desses resíduos.

Artigo 70 - Aplica-se às unidades agro-industriais o disposto no Capítulo V, conforme o caso.

CAPÍTULO VIII

DOS RESÍDUOS DE TRANSPORTE OU PROVENIENTES DE PORTOS, AEROPORTOS, TERMINAIS FERROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS E PORTUÁRIOS E POSTOS DE FRONTEIRA.

Artigo 71 - Compete à administração dos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e postos de fronteira a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados.

Parágrafo único. As unidades geradoras de resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, bem como postos de fronteira, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei, em conformidade com Resolução ANVISA em vigor, que estabelece o termo de referência para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos Sólidos para Instalações Portuárias, Aeroportuárias e Terminais Alfandegados de Uso Público e suas versões posteriores.

Artigo 72 - Com vistas ao seu manejo, tratamento e destinação final como resíduos de serviços de saúde, serão como tal considerados os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte:

I- provenientes de áreas infectadas;

II- com viajantes que apresentem anormalidades clínicas, compatíveis com doenças infecto-contagiosas ou transmitidas por vetores, definidas pelas autoridades de saúde pública competentes;

III- os provenientes de serviços de atendimento médico, da respectiva unidade;

IV- os animais mortos a bordo.

Artigo 73 - Os resíduos provenientes das áreas de manutenção de unidades de transporte, de depósitos de combustíveis, de armazenagem de cargas, áreas de treinamento contra incêndio ou similares, que apresentem risco à saúde pública ou ao meio ambiente devido às suas características, deverão ser gerenciados como resíduos perigosos, nos termos desta Lei e demais normas aplicáveis.

Artigo 74 - O tratamento e a disposição final dos resíduos gerados em unidades de transporte, terminais e postos de fronteira serão controlados e fiscalizados pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes, de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 75 - As cargas apreendidas por autoridade de fiscalização ou abandonadas nos serviços de transporte devem ser, até que se manifestem as autoridades competentes, consideradas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente e a saúde pública.

§ 1º- Os serviços de transporte devem manter áreas que permitam o armazenamento seguro das cargas referidas no caput.

§ 2º- Ao considerarem as cargas referidas no caput como resíduos, as autoridades competentes de meio ambiente e, quando couber, as autoridades de fiscalização fazendária, devem definir especificamente os procedimentos a serem adotados.

§ 3º- Respondem pelo transporte, tratamento e destinação final das cargas consideradas resíduos, na medida de sua contribuição para tal mudança de natureza da carga, o vendedor, o exportador, o comprador, o destinatário, o importador, o fabricante, o transportador, o embarcador e quem os represente, assegurado o direito de regresso.

§ 4º - As despesas relacionadas ao gerenciamento das cargas consideradas resíduos correm exclusivamente por conta dos responsáveis referidos no parágrafo 3º.

§ 5º - As despesas eventualmente efetuadas pelo Poder Público devem ser ressarcidas pelos responsáveis referidos no parágrafo 3º.

CAPITULO IX

DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Artigo 76 - Consideram-se resíduos da construção civil o entulho e quaisquer rejeitos ou materiais oriundos das atividades da construção civil de um modo geral.

Artigo 77 - Na forma desta Lei, são responsáveis pela destinação e gerenciamento dos resíduos da construção civil:

- I- o proprietário do imóvel ou do empreendimento;
- II- o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;

III- as empresas ou pessoas que prestem serviços de coleta ou disposição de resíduos da construção civil.

Artigo 78 - Os resíduos da construção civil terão disposição final nos locais e nas condições estabelecidos nesta Lei, em conformidade com as normas editadas pelo Município ou pelo Distrito Federal.

Parágrafo único - Esses locais poderão abrigar as instalações das usinas de triagem, reciclagem e reprocessamento de entulhos e rejeito de obras.

Artigo 79 - Os geradores de resíduos da construção civil que possam ser, por força de profissão ou atividade continuada, considerados geradores habituais, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - As autoridades ambientais competentes editarão normas regulamentadoras de maneira a assegurar a agilidade do procedimento previsto no *caput* deste artigo, especialmente no que disser respeito a obra ou reforma de pequena dimensão ou de execução urgente.

CAPÍTULO X

DOS RESÍDUOS DO COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

Artigo 80 - Para efeito desta Lei, são considerados resíduos do comércio e de serviços os provenientes dessas atividades, praticadas em lojas, centros comerciais, mercados de qualquer porte, postos volantes de vendas, postos de gasolina e similares, oficinas, bancos, estabelecimentos de ensino, escritórios e outros de natureza similar.

Parágrafo único - As unidades de prestação de serviço de saúde especificadas no Art. 50 parágrafo 1º, que estiverem estabelecidas em centros comerciais submetem-se aos dispostos no Cap. VII DO Título II desta Lei.

Artigo 81 - Compete aos comerciantes e prestadores de serviços o gerenciamento de seus resíduos, de acordo com as disposições desta Lei, conforme as peculiaridades das atividades por eles exercidas.

Parágrafo único - O Gerenciamento integrado de resíduos previsto neste artigo deverá ser objeto de Plano de Gerenciamento integrado de resíduos Sólidos Especiais, elaborado nos termos previstos nesta Lei.

Artigo 82- Em razão da quantidade ou eventual periculosidade dos resíduos gerados, as autoridades ambientais e de saúde pública competentes, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir que o estabelecimento comercial ou de serviço mantenha sistema de Gerenciamento integrado de resíduos na própria unidade geradora.

CAPÍTULO XI

DOS RESÍDUOS DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS

Artigo 83 - Consideram-se resíduos tecnológicos os provenientes da indústria de informática ou automotiva, os eletro-eletrônicos, de comunicação, pilhas, baterias, lâmpadas e outros que, nos termos de norma regulamentadora, após o encerramento de sua vida útil, necessitem de destinação final específica.

Artigo 84 - Observado o disposto em norma regulamentadora, será avaliada e disciplinada, pela autoridade ambiental competente, a necessidade de implantação pelo fabricante, importador ou distribuidor, em conjunto com o Poder Público e a efetiva participação da sociedade, de sistema de retorno obrigatório de produtos tecnológicos e dos resíduos dessa natureza, após o uso dos produtos pelo consumidor ou após o reconhecimento dos produtos como impróprios para utilização.

Parágrafo único - A responsabilidade do usuário final é limitada à devolução do resíduo, de acordo com o sistema obrigatório de retorno a ser instituído pela norma regulamentadora.

Artigo 85 - Na implantação, pelo fabricante ou importador, de sistema obrigatório de coleta e retorno de produtos ou resíduos tecnológicos, os distribuidores e os

pontos de venda são obrigados a recebê-los em depósito, sem ônus para o consumidor final.

Artigo 86 - Os fabricantes ou importadores dos produtos tecnológicos devem elaborar e implementar Plano de Gerenciamento integrado de resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO XII

DOS RESÍDUOS DE PNEUMÁTICOS

Artigo 87 - Para os fins do disposto nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – pneu ou pneumático: artefato inflável constituído por borracha e materiais de reforço, utilizado para rodagem em veículos automotores;

II – pneu novo: pneu que não sofreu qualquer uso, não foi submetido a qualquer tipo de reforma e não apresenta sinais de envelhecimento ou deterioração;

III – pneu usado: pneu que foi submetido a qualquer tipo de utilização ou desgaste, mas que ainda pode ser utilizado, para reciclagem, inclusive como matéria-prima ou insumo na produção de pneus recauchutados, de pneus recapados e de pneus remoldados;

IV – remoldagem, recauchutagem, recapagem – processos industriais de reciclagem de pneumáticos que consistem do aproveitamento de carcaças de pneus usados como insumo do processo industrial.

V – pneu reformado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado e que engloba as categorias de pneu remoldado, pneu recauchutado e pneu recapado.

VI – pneu recapado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado, mediante a substituição de sua banda de rodagem, mantendo-se íntegra sua banda lateral, com as informações do fabricante do pneu novo original, tais como: n° do CNPJ, capacidade de carga, Índice de velocidade e data de sua fabricação, em

consonância com o Regulamento Técnico de Qualidade emitido pelo Órgão Técnico Federal;

VII – pneu recauchutado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado, mediante a substituição de sua banda de rodagem e dos ombros desse pneu, mantendo-se íntegra sua banda lateral, com as informações do fabricante do pneu novo original, tais como: n° do CNPJ, capacidade de carga, índice de velocidade e data de sua fabricação, em consonância com o Regulamento Técnico de Qualidade emitido pelo Órgão Técnico Federal;

VIII – pneu remoldado: pneu reciclado, fabricado a partir da carcaça de pneu usado, substituindo-se sua banda de rodagem, ombros e toda a superfície de suas laterais, eliminando-se todas as informações do fabricante do pneu novo original, passando o pneu assim produzido a ter nova marca e ostentar, vulcanizado em sua lateral, a data de sua fabricação, índice de velocidade e índice de capacidade de carga, além de outras exigidas pelo órgão técnico federal de qualidade, e ainda o CNPJ e nome da empresa que o produziu, que é por ele responsável civil e criminalmente contra defeitos de fabricação, inclusive no que se refere à carcaça;

IX – pneu inservível: pneu descartado por apresentar desgaste ou danos irreparáveis em sua estrutura que impossibilitam qualquer processo de reforma;

X – destinação final ambientalmente adequada de pneus inservíveis: qualquer procedimento técnico, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, objetivando a destinação, por processos físicos ou químicos, de pneus inservíveis;

XI – unidade de recepção e armazenamento temporário de pneus usados e pneus inservíveis: área licenciada por órgão competente do SISNAMA para fins de recepção e armazenamento de pneus usados e inservíveis, para posterior encaminhamento para unidades de reaproveitamento, reforma, tratamento ou destinação final;

XII – unidade de destinação final de pneus inservíveis: local onde será realizada a destinação final de pneus inservíveis.

Artigo 88 - Além do disposto no Art.14 desta Lei, é vedada a disposição de pneus em aterros sanitários, ou qualquer outro tipo de sistema de disposição final, desprovido de instalações cobertas e equipadas para tal fim.

Artigo 89 - Para os fins desta Lei, considera-se geração de passivo ambiental no território brasileiro a importação de pneus de qualquer tipo, novos, reformados, ou usados, bem como os pneus novos fabricados no Brasil e destinados ao consumo interno, cujo controle será feito em relação a seu peso.

Artigo 90 - Ficam as empresas fabricantes de pneus novos, bem como as importadoras de pneus novos, recapados, recauchutados, remoldados e de pneus usados, com peso superior a dois quilogramas, obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada a pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção daqueles que colocam no mercado brasileiro.

§ 1º. A obrigação ambiental de que trata o *caput* deste artigo, será controlada em relação ao peso dos pneus, na proporção de:

I – Um quilograma de pneu inservível coletado para cada quilograma de pneu novo importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, será praticado o desconto de 30% no peso de pneus novos importados;

II - Um quilograma de pneu inservível coletado para cada um quilograma de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional, ficando isentados da obrigação ambiental os pneus fabricados no Brasil e exportados. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, será praticado o desconto de 30% no peso de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional;

III – Um quilograma de pneu inservível coletado para cada quilograma de pneu usado importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o peso de um pneu usado importado será considerado como sendo o de um pneu novo, do mesmo tipo, praticado o desconto de 30%.

IV – 10 (dez) quilogramas de pneus inservíveis coletados para cada quilograma de pneu recapado, recauchutado ou remoldado importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o peso de um pneu reformado importado será considerado como sendo o de um pneu novo, do mesmo tipo, praticado o desconto de 30%;

§ 2º. Sobre o montante de pneus de sua produção, a partir de pneus usados coletados no território nacional, as empresas produtoras de pneus recapados, recauchutados e remoldados ficam dispensadas do cumprimento das exigências ambientais de que trata o inciso III do parágrafo 1º deste artigo, devendo, entretanto, cumprir tais exigências, previamente à liberação aduaneira, na proporção dos pneus usados que importarem para utilização como matéria-prima em sua atividade produtiva;

§ 3º. Serão considerados, em peso, como destinação adequada de pneus, os quantitativos exportados de pneus recapados, recauchutados e remoldados;

§ 4º. Aplicam-se o disposto no *caput* e no inciso II deste artigo, aos pneus que equipam os veículos automotores importados.

§ 5º. Os créditos ambientais auferidos com a coleta e destinação final de pneus inservíveis poderão ser transferidos de uma empresa para outra, devendo essas transações ser comunicadas, obrigatoriamente, ao órgão ambiental federal.

§ 6º. Até a data da publicação desta Lei, serão considerados, para efeito de cumprimento da obrigação ambiental prevista no *caput*, tanto para as empresas fabricantes como para as importadoras, os pneus inservíveis coletados no Brasil desde o ano de 2.000, que tiveram sua destinação final realizada de forma ambientalmente adequada e devidamente comprovada, observando-se ainda:

I – Pneus inservíveis destinados do ano de 2000 até 2002 – Para cada quilo de pneu destinado o crédito ambiental é de quatro quilos de pneus, considerando-se, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% do peso do pneu original, que se refere ao seu desgaste pelo uso;

II - Pneus inservíveis destinados desde 01 de Janeiro de 2003 até a data de publicação desta Lei – Para cada quilo de pneu destinado o crédito ambiental é de

dois quilos de pneus, considerando-se, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% do peso do pneu original, que se refere ao seu desgaste pelo uso;

Artigo 91 - Considerando a necessidade de carcaças de pneus usados para utilização como matéria-prima no segmento de reforma de pneus, o órgão ambiental federal poderá, analisando a necessidade do meio ambiente, ampliar ou reduzir a exigência ambiental de que trata esta lei, em até 60% (sessenta por cento), responsabilizando igualmente fabricantes e importadores.

Artigo 92 - O cumprimento da obrigação relativa à destinação final ambientalmente adequada de pneus usados e inservíveis, a partir do ano 2000, conforme estipulado nesta Lei, poderá ser antecipado pelas empresas interessadas, e o crédito dele decorrente, calculado na data de sua destinação final, terá caráter imprescritível e poderá ser acumulado.

Parágrafo único. A borracha extraída dos pneus usados utilizados como matéria-prima na produção de pneus recapados, recauchutados e remoldados, comprovadamente destinada à fabricação de artefatos de borracha, para processamento, ou exportada, será considerada como destinação adequada de pneus inservíveis.

Artigo 93 – O Órgão federal ambiental deverá exigir das unidades de destinação final que comprovem o montante de pneus inservíveis destinados, através da quantidade de pneus das suas notas fiscais de entrada, o faturamento e o pagamento dos respectivos tributos, se incidentes nas operações;

Parágrafo único - Todas as empresas destinadoras deverão contratar serviços de auditoria externa independente, de reconhecida credibilidade, para auditar a tarefa de destinação final realizada, bem como o balanço das boas práticas de "Inclusão e Responsabilidade Social", enviando os respectivos relatórios ao órgão ambiental federal, semestralmente, para garantir a manutenção de seu registro como destinadoras.

Artigo 94 – Cabe aos fabricantes de pneus novos e de recapados, recauchutados e remoldados, diretamente ou através de sua rede de distribuição e vendas:

I – armazenar, temporariamente, de forma ambientalmente adequada, os pneus inservíveis recebidos, a serem posteriormente encaminhados para destinação final, bem como incentivar a organização de associações e/ou cooperativas de coletores de resíduos sólidos, visando à prática de ações empresariais de efetiva "Inclusão e Responsabilidade Social";

II – encaminhar pneus inservíveis, depositados em suas empresas, a unidades de destinação final.

Artigo 95 - Os fabricantes, os importadores e os reformadores de pneus devem elaborar e Implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO XIII

DOS RESÍDUOS DE EXPLOSIVOS E ARMAMENTOS

Artigo 96 – As normas regulamentadoras federais tratarão da Gestão Integrada de resíduos sólidos provenientes de armamentos, explosivos e fogos de artifício, de maneira a enquadrá-las nos padrões estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO XIV

DO LODO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO

Artigo 97 - Para efeitos desta Lei, a expressão "lodo de estação de tratamento" inclui o lodo primário, o lodo biológico aeróbio não estabilizado, o lodo biológico aeróbio estabilizado e o lodo biológico anaeróbio proveniente de estações de tratamento de águas – ETA's e de estações de tratamento de esgotos – ETE's.

Parágrafo único. Quando o lodo possuir as características adequadas para sua utilização como insumo agrícola, poderá ser denominado de biossólido.

Artigo 98 - Os proprietários, concessionários, operadores ou exploradores de sistemas de tratamento de efluentes, de serviços de coleta e tratamento de água e de esgotos são responsáveis pelo gerenciamento do lodo produzido em seus processos de tratamento, incluindo alternativa de destinação final, organizado por um Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial, a ser elaborado nos termos definidos nesta Lei.

Artigo 99 - O licenciamento ambiental de sistemas de tratamento de água e esgotos, somente será concedido, além das normas ambientais e sanitárias específicas, mediante apresentação de alternativa técnica detalhada de disposição final adequada para os resíduos gerados nestes sistemas, definida no Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial.

Artigo 100 - - É vedada a utilização de lodo de estação de tratamento de esgoto (ETE) e de estações de tratamento de água (ETA) para fins da produção de composto orgânico ou biossólidos destinados à adubação agrícola, quando não observadas as normas ambientais específicas vigentes.

CAPÍTULO XV

DOS MÉTODOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 101 - Normas regulamentadoras definirão as metodologias, técnicas tecnologias e as melhores práticas a serem empregadas em sistemas de aterramento sanitário, incineração e co-processamento, abrangendo as fases de implantação, operação, manutenção e desativação, levando em consideração a mitigação ou eliminação dos impactos ao meio ambiente e à saúde pública.

Artigo 102 - Os sistemas de incineração e de co-processamento deverão possuir unidade de armazenamento temporário para disposição de resíduos nos casos de paralisação, manutenção ou monitoração da unidade de queima, além de plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos especiais para cinzas.

Parágrafo único - O plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos especiais para cinzas referido no *caput* não se aplica às unidades de co-processamento.

Artigo 103 - Os operadores de sistemas de disposição resíduos sólidos devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção II

DA INCINERAÇÃO

Artigo 104 - Para instalação de sistemas de incineração, bem como a renovação da sua Licença de Operação, devem ser observados os seguintes critérios para a sua localização e funcionamento, observado o disposto em normas regulamentadoras já existentes e as inovações incrementadas por esta Lei:

- I - os sistemas serão instalados preferencialmente em áreas já industrializadas, sendo vedada sua instalação em áreas residenciais;
- III - deverá ser utilizada tecnologia que atenda as normas e preceitos de segurança industrial, meio ambiente e saúde ocupacional;
- IV - deverão ser utilizadas câmaras de combustão em conformidade com as disposições editadas pela autoridade ambiental competente;
- V - o processo de incineração deverá ser adequado à natureza dos resíduos;
- VI - é vedado o reaproveitamento de calor, exceto quando houver possibilidade de valorização energética, desde que seja tecnológica e economicamente viável.

Artigo 105 - É proibida a queima de resíduos sólidos a céu aberto, salvo hipótese de emergência sanitária, observado o disposto em norma regulamentadora.

Artigo 106 - Os gases de combustão, vapores, particulados e cinzas emitidos na saída da chaminé dos incineradores e os efluentes líquidos, devem observar os valores limites de emissão estabelecidos em norma regulamentadora e deve-se avaliar tais emissões de acordo com calendário previsto nessa norma.

§ 1º - O monitoramento das emissões deverá ser efetuado por sistemas de sondas com interfaces digitais, capazes de efetuar monitoramento em tempo real (24h x 365 dias), devendo ser disponibilizadas suas saídas para conexão de monitoramento remoto para utilização por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais.

§ 2º - A avaliação dos sistemas referidos no parágrafo anterior, deve ser executada por laboratório ou entidade credenciada para tal fim pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Certificação de Qualidade e sua metodologia, calibração

de instrumentos e auditoria periódica, deverão estar em conformidade com os padrões do Sistema Nacional de Calibração do INMETRO.

§3º - As cinzas resultantes da combustão deverão ser destinadas de acordo com a regulamentação do órgão ambiental competente.

Artigo 107 - Norma regulamentadora disciplinará metas de redução e, quando técnica e economicamente viável, de eliminação definitiva de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e à saúde pública presentes ou geradas em sistemas de incineração.

Artigo 108 - Os sistemas de incineração somente poderão operar sob a supervisão de um responsável técnico, devidamente habilitado, previamente indicado, cujas atribuições serão fixadas norma regulamentadora.

Artigo 109 - Os responsáveis pela instalação e operação de sistemas de incineração devem apresentar Estudo Preliminar de Impacto – EPIA e Relatório de Impacto - RIMA relativos à instalação, operacionalização e desativação de suas unidades.

Subseção I

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Artigo 110 - Os sistemas de incineração de resíduos industriais devem observar, além do disposto para sistemas de incineração em geral, a necessidade de registro das informações acerca dos resíduos industriais e misturas de resíduos recebidas, conforme o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e a norma regulamentadora;

Subseção II

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Artigo 111 - A instalação de sistemas de incineração de resíduos de serviço de saúde deve atender, além do disposto para sistemas de incineração em geral aos dispostos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e nas normas regulamentadoras, sendo vedada a instalação em áreas integrantes dos complexos de saúde.

Artigo 112 - Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviço de saúde que optarem pela incineração dos resíduos devem fazer constar esta opção do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais previsto nesta Lei.

Artigo 113 - Os resíduos de serviços de saúde recebidos pelo sistema de incineração deverão ser documentados por meio de registro dos dados da fonte geradora, contendo, no mínimo, informações relativas à data de recebimento, quantidade e classificação dos resíduos quanto ao grupo a que pertencem, em conformidade com esta Lei e as normas específicas editadas para tal fim.

Artigo 114 - Os resíduos de serviços de saúde, quando suscetíveis à incineração, devem obedecer, segundo a classificação fixada no artigo 55, além do disposto em normas regulamentadoras, o seguinte:

I – resíduos do grupo "A" - devem ser destinados a sistemas especialmente licenciados para este fim, depois de esgotadas todas as demais formas de tratamento e de disposição final;

II – resíduos do grupo "B" – devem ser submetidos às condições específicas de tratamento térmico para resíduos de origem industrial;

III – resíduos do grupo "D" – não devem ser destinados à incineração, devendo-lhes ser dispensadas outras formas de tratamento e de disposição final disponíveis.

Subseção III

DA INCINERAÇÃO EM CREMATÓRIOS

Artigo 115 - A instalação de crematórios deve atender, além do disposto para sistemas de incineração em geral, aos dispostos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e nas normas regulamentadoras, sendo vedada a instalação em áreas integrantes dos complexos de saúde.

Parágrafo único – é vedada a utilização de crematórios para a incineração de resíduos de qualquer natureza.

Artigo 116 - Todo sistema crematório deve ter, no mínimo, câmara de combustão e câmara secundária para queima dos voláteis, cujas condições de operação, limites e

parâmetros técnicos de funcionamento serão determinadas em normas regulamentadoras.

Artigo 117 - Os corpos, fetos ou as peças anatômicas recebidos no crematório deverão ser processados em conformidade com as normas sanitárias específicas.

Artigo 118 - A urna funerária utilizada na câmara de combustão deverá ser de papelão ou madeira, isenta de tratamento, pintura, adereços plásticos e metálicos, à exceção dos casos em que urnas lacradas sejam exigidas por questões de saúde pública ou emergência sanitária.

Artigo 119 - O sistema crematório não poderá iniciar sua operação antes da realização do teste de queima, obedecidos os critérios fixados pela autoridade ambiental competente.

Subseção IV

DO CO-PROCESSAMENTO

Artigo 120 - As instalações onde se realizam atividades de co-processamento devem dispor de áreas adequadas para recepção, armazenamento temporário e manipulação segura dos resíduos e/ou misturas de resíduos, em acordo com esta Lei, além das normas específicas emanadas pelos órgãos ambientais competentes.

§ 1º - As instalações mencionadas no *caput* deste artigo, consideradas unidades receptoras de resíduos, devem ser cobertas, ter pavimento adequado, sistemas de transporte horizontal e vertical adequados sistemas de emergência (contra-incêndio, EPI etc). Essas instalações estão sujeitas a licenciamento pelas autoridades ambientais competentes.

§ 2º - Poderá ser autorizado, pelos órgãos ambientais competentes, o co-processamento de resíduos ou misturas de resíduos que não substituam combustível ou matéria-prima no processo nas situações em que houver ganho ambiental comprovado.

§ 3º - São resíduos proibidos de serem utilizados em processos de co-processamento:

- a) resíduos patogênicos;

- b) explosivos;
- c) resíduos radioativos.

Artigo 121 - Os operadores de sistemas de co-processamento devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção IV

DOS ATERROS

Artigo 122 - Os aterros devem ser classificados de acordo com os critérios estabelecidos em norma regulamentadora emanada por autoridade ambiental competente e os resíduos, devidamente classificados quanto à natureza, somente poderão ser encaminhados para um aterro de classificação correspondente.

Parágrafo único - A partir da entrada em vigor desta Lei, ficam proibidas as emissões de licenças de instalação de aterros controlados, sendo obrigatória a existência de aterro sanitário.

Artigo 123 - Os aterros sanitários, mesmo que de propriedade particular, devem fazer parte dos sistemas integrados de limpeza urbana.

Artigo 124 - Os órgãos ambientais e de fiscalização sanitária competentes disciplinarão, em normas regulamentadoras, os requisitos e procedimentos de licenciamento, operação, manutenção, monitoramento, acompanhamento, controle e encerramento dos aterros.

Artigo 125 - Os operadores de aterros devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção V

DA RECICLAGEM

Artigo 126 - A reciclagem de resíduos deve ser adotada quando ocorrerem simultaneamente as seguintes hipóteses:

I - ser considerada economicamente viável e quando existir um mercado, ou este puder ser criado e quando os materiais coletados e os custos para a sua implantação não sejam desproporcionais em comparação com os custos do tratamento e da disposição final requeridos;

II - ser considerada tecnicamente possível mesmo que requeira pré-tratamento do resíduo;

III - ser considerada ambientalmente conveniente.

§ 1º - A reciclagem deve ocorrer de forma apropriada e segura, de acordo com a natureza do resíduo, e de forma a não ferir o interesse público, nem aumentar a concentração de poluentes.

§ 2º - As operações de separação e triagem de dos resíduos sólidos urbanos, exceto os industriais, perigosos e de serviços de saúde, conforme definidos nesta Lei, destinados à reciclagem, devem ser preferencialmente ofertada às comunidades de catadores, formalmente organizados em cooperativas ou outro tipo de associação legal, mesmo que a unidade de triagem tenha sido implantada mediante qualquer tipo arranjo institucional efetivado entre o poder público e empresas.

TÍTULO III DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I DA INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 127 – O órgão ambiental federal elaborará, publicará e apresentará, anualmente, o Inventário Nacional de Resíduos, que constará de:

I - o cadastro de fontes prioritárias, efetiva ou potencialmente, poluidoras, industriais, de transportadoras e locais de disposição de resíduos sólidos, especialmente, os industriais e os perigosos;

II - o sistema declaratório;

III - a relação de fontes e substâncias consideradas de interesse.

Parágrafo Único - O inventário referido no *caput* deste artigo deverá ser, obrigatoriamente, apresentado ao Congresso Nacional, juntamente com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, conforme disposto no artigo 21 desta Lei.

Artigo 128 - Fica assegurado ao público em geral, o acesso às informações relativas a resíduos sólidos, existentes nos bancos de dados dos órgãos e das entidades da administração, direta e indireta, da União.

Artigo 129 - Compete ao Poder Público fomentar e promover a educação ambiental sobre resíduos sólidos, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas.

Artigo 130 - Os fabricantes, importadores ou fornecedores de produtos e serviços que gerem resíduos perigosos à saúde ou ao ambiente devem informar à comunidade sobre os riscos decorrentes de seu manejo, de maneira adequada.

Artigo 131 - Os fabricantes e os importadores de produtos que gerem resíduos perigosos ao meio ambiente devem informar aos consumidores sobre os impactos ambientais deles decorrentes, bem como sobre o seu processo de produção através de rotulagem e autodeclarações, observadas as normas da ABNT.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DECLARATÓRIO ANUAL

Artigo 132 - As fontes geradoras, os transportadores e as unidades receptoras de resíduos, ficam obrigadas a apresentar, anualmente, declaração formal contendo as quantidades de resíduos gerados, armazenados, transportados e destinados, na forma a ser fixada no regulamento desta Lei.

Artigo 133 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos perigosos devem informar anualmente, ou sempre que solicitado pelas autoridades competentes da União, Distrito Federal, Estados e municípios;

- I. a quantidade de resíduos gerados, manipulados, acondicionados, armazenados, coletados, transportados ou tratados, conforme cada caso específico, assim como a natureza dos mesmos e sua disposição final;
- II. as medidas adotadas como objetivo de reduzir a quantidade e a periculosidade dos resíduos e de aperfeiçoar tecnicamente o seu gerenciamento;
- III. as instalações de quem dispõe e os procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos;
- IV. os dados que forem julgados necessários pelos órgãos competentes.

TÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 134 - Os geradores de resíduos são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao gerador o órgão municipal ou a entidade responsável pela limpeza pública, pela coleta, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 135 - No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em risco o ambiente e a saúde pública, a responsabilidade pela execução de medidas corretivas será:

- I. do gerador, nos eventos ocorridos em suas instalações;
- II. do gerador e do transportador, nos eventos ocorridos durante o transporte de resíduos sólidos; e
- III. do gerador e do gerenciador de unidades receptoras, nos eventos ocorridos nas instalações destas últimas.

§ 1º - Os derramamentos, os vazamentos ou os despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, à defesa civil aos órgãos ambiental e de saúde pública competentes.

§ 2º - O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as informações relativas à quantidade e composição do referido material, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e de descontaminação.

Artigo 136 – Os geradores e gerenciadores de unidades receptoras de resíduos sólidos deverão requerer junto aos órgãos competentes registro de encerramento de atividades, quando da sua ocorrência.

Parágrafo Único – A formalização do pedido de registro a que se refere o *caput* deste artigo deverá, para as atividades previstas em regulamento, ser acompanhada de relatório conclusivo de auditoria ambiental atestando a qualidade do solo, do ar e das águas na área de impacto do empreendimento.

Artigo 137 – O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais *comprovadamente decorrentes das operações das suas instalações*.

§ 1º - Os geradores dos resíduos referidos, seus sucessores, e os gerenciadores das unidades receptoras, em atendimento ao princípio do poluidor-pagador, são responsáveis pelos resíduos remanescentes da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação das áreas por eles contaminadas.

§ 2º - O gerenciador de unidades receptoras responde solidariamente com o gerador, pelos danos de que trata este artigo, quando estes se verificarem em sua instalação.

Artigo 138 - O gerador de resíduos sólidos de qualquer origem ou natureza, assim como os seus controladores, respondem solidariamente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes de sua atividade, cabendo-lhes proceder, às suas expensas, às atividades de prevenção, recuperação ou remediação, em conformidade com a solução técnica aprovada pelo órgão ambiental competente, dentro dos prazos assinalados, ou, em caso de inadimplemento, ressarcir, integralmente, todas as despesas realizadas pela administração pública para a devida correção ou reparação do dano ambiental.

Artigo 139 - Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos perigosos que, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

Artigo 140 - As unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde somente poderão ser licenciadas quando localizadas em áreas em que a legislação de uso e ocupação do solo permitir o uso industrial ou quando localizadas dentro de áreas para recepção de resíduos previamente licenciadas.

Artigo 141 - O tratamento das carcaças animais será feito por incineração em equipamentos apropriados ou por outro meio de tratamento com eficiência igual ou superior.

§ 1º - Nos casos de emergência sanitária que determinem o abate coletivo de animais, o órgão ambiental competente poderá autorizar o sepultamento de carcaças, em valas coletivas em áreas previamente determinadas.

§ 2º – O licenciamento ambiental obrigatório, realizado pelo órgão ambiental competente, estabelecerá as exigências técnicas, características e condições operacionais para a coleta, acondicionamento, transporte e destruição térmica das carcaças, inclusive para a destinação final do resíduo gerado.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Artigo 142 – Constitui infração, para efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos por ela estabelecidos.

Artigo 143 – As infrações às disposições desta lei, do seu regulamento e dos padrões e exigências técnicas dela decorrentes serão sancionadas em conformidade com a legislação pertinente.

Artigo 144 – Os custos resultantes da aplicação da sanção de interdição temporária ou definitiva, quando aplicável, correrão por conta do infrator.

Artigo 145 – O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei constituirá receita do órgão ou da entidade responsável pela aplicação das penalidades e deverá ser empregada na recuperação ambiental, em programas de educação ambiental e em prevenção à poluição preferencialmente na região da ocorrência da infração.

Artigo 146 – Constatada a infração às disposições desta lei, os órgãos da administração pública encarregados do licenciamento e da fiscalização ambientais poderão diligenciar, junto ao infrator, no sentido de formalizar termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental (TAC) com força de título executivo extrajudicial, que terá por objetivo cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

§ 1º - Cumpridos os dispostos no TAC, as multas pecuniárias aplicadas poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor, e as demais sanções terão sua exigibilidade suspensa, conforme dispuser o regulamento desta lei.

§ 2º - O não-cumprimento total ou parcial do convencionado no termo de ajustamento de conduta ambiental ensejará a execução das obrigações dele decorrentes, sendo as multas cobradas em dobro do valor estipulado, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 147 – O regulamento desta lei estabelecerá:

I - os prazos nos quais os responsáveis pela elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos deverão apresentá-los aos órgãos competentes;

II – os mecanismos de cooperação entre as secretarias, órgãos e agências federais integrantes do SISNAMA, com vistas à execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III – As regras que regulam o Sistema Declaratório Anual.

Artigo 148 - A presente lei não se aplica à gestão de rejeitos radioativos.

Artigo 149 - O órgão ambiental federal deverá propor o regulamento desta lei no prazo de até 1 (um) ano, após a sua entrada em vigor.

Artigo 150 – Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Artigo 151 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em de junho de 2006.

Deputado Ivo José, Relator.

I – COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Ao apresentar meu voto na última reunião da Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos, recebi várias sugestões – em especial do deputado Antonio Carlos Mendes Thame – para aperfeiçoá-lo.

Dessa forma, detalhei a análise dos projetos no que tange ao mérito e aos aspectos formais, e apresentei alterações no substitutivo no esforço para alcançar o melhor texto possível.

Feitas as sobreditas alterações, o voto é o que segue

I.I. Voto

I.I.I Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa:

Os requisitos constitucionais das proposições foram, em geral, obedecidos.

A matéria constante do projeto principal é da competência legislativa da União Federal e sobre ela não recai reserva de iniciativa.

A ele foram apensados 114 outros projetos de lei, visando a fins bastante variados e com imensa variedade de modos de tratamento das questões, conforme já demonstramos. Em vários destes projetos, há vícios relativos a aspectos que a esta Comissão cabe apreciar.

Com efeito, quanto à constitucionalidade:

Entendemos que o Projeto de Lei n.º 988/99, ao condicionar a venda de pneus novos (ou reconicionados) à correspondente entrega dos pneus utilizados, para reciclagem, guarda ou destruição, sob pena de multa, afronta o princípio da livre iniciativa, um dos fundamentos constitucionais da ordem econômica (art. 170), por meio da estipulação de medidas que invadem a órbita privada do comércio. É de se notar, ainda, que a proposição determina que o Poder Executivo estabeleça "os regulamentos necessários à aplicação desta lei", uma disposição absolutamente desnecessária, eis que aquele Poder, sempre que necessário, expedi-los-á (norma de má juridicidade e técnica legislativa);

Por sua vez, os projetos de Lei n.º 1.016/99 e 2.254/99, que instituem o programas nacionais de renovação e reciclagem de veículos automotores incorrem em vício de inconstitucionalidade ao determinar ao governo federal a implementação de renúncias fiscais e abertura de linhas oficiais de crédito, avançando sobre a independência do Executivo, gestor do crédito público nacional.

Por fim, o Projeto de Lei n.º 2.491, de 2000, que determina a aplicação anual de um por cento do lucro líquido de empresas produtoras e importadoras de alimentos, bebidas, cosméticos e produtos de higiene e limpeza que utilizem embalagens plásticas na comercialização desses produtos, em projetos ambientais, é igualmente inconstitucional, por ferir os princípios da razoabilidade, da livre iniciativa, da isonomia e da propriedade privada.

No que se refere à juridicidade, em sua maioria os problemas encontrados são de baixo potencial ofensivo, motivo pelo qual deixo de, em sua maioria, individualizá-los, para corrigi-los em texto substitutivo. No entanto, destaco o Projeto de Lei n.º 59/99, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 9.872, de 26 de janeiro de 1999, a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Além de a proposição perder-se no conjunto dos mais de cem projetos examinados, a própria norma que pretende modificar encontra-se parcialmente revogada pela Lei n.º 10.871, de 20 de maio de 2004, e inúmeras medidas provisórias que lhe precederam, padecendo de vícios de juridicidade dificilmente solúveis nesta sede.

Também quanto à técnica legislativa os problemas encontrados não são muito graves, embora sejam tão numerosos que corrigi-los um a um tomaria todo o tempo disponível desta Comissão; motivo pelo qual mais uma vez corrigi-los-ei no texto substitutivo.

Diante do exposto, votamos:

1) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 203/1991 (e das emendas a ele apresentadas na CSSF); e dos projetos 3.333/92; 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-C/93; 4.398/94; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 6.483/02; 4.173/04; 1.259/95 (e das emendas a ele apresentadas na CDCMAM e na CEIC); 1.610/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 6.011/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04;

5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 2.272-A/96 (e das emendas a ele apresentadas na CEIC e na CDCMAM); 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.013/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 1.094/95; 203/99; 6.518/02; 2.949/97; 722-A/99; 1.760/99; 2.817/00; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.123/2004; 4.511/98; 1.787/03; 3.576/04; 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 449/03; 1.720/99; 2.251/99; 2.815/00; 3.883/00; 4.136/01; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.373/2005; 6.402/05; 6.508/06; 7.047/06; a ele apensados, na forma do substitutivo aqui apresentado;

2) pela **inconstitucionalidade** dos PLs nº 59/99, 988/99, 1.016/99, 2.254/99 e 2.491/00;

I.I.II Da adequação orçamentária e financeira:

O tema "resíduos sólidos" compreende amplo espectro de dimensões nos campos da avaliação, programação e atuação do setor público, dentre as quais, aquelas relativas ao seu impacto no meio ambiente e na saúde pública, à sua relevância para a qualidade de vida das pessoas nas cidades, a do adequado aproveitamento dos recursos (inclusive a preservação dos recursos paisagísticos e ambientais para fins de turismo e lazer), e a dos custos que impõem ao processo produtivo. São fundamentos como esses que levaram a que o Plano Plurianual (PPA) vigente (Lei nº 10.933, de 2004), consideradas suas reformulações em 2004 (Lei nº 11.044) e 2006, dedicasse especial atenção à matéria, abrangidos os aspectos mais importantes, tanto no plano das orientações estratégicas de Governo (fixação de megaobjetivos, desafios e diretrizes) quanto no campo das definições programáticas (fixação de programas e dos seus desdobramentos por ações)

Tal matéria se acha abrangida, sobretudo, pelo item 21 (ora numerado como 19) dos DESAFIOS indicados no PPA (no capítulo relativo aos megaobjetivos), segundo o qual a atuação governamental deve orientar-se no sentido de "*Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na educação ambiental*". No âmbito desse desafio acham-se definidas várias diretrizes, dentre as quais: "4. *Redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e de acidentes ambientais*; 5. *Promoção e integração de*

novos instrumentos de gestão ambiental ...; 11. Promoção da gestão integrada e participativa no tratamento de substâncias perigosas com vistas à proteção do meio ambiente e da saúde humana; 15. Estímulo à responsabilidade sócio-ambiental mediante o desenvolvimento de indicadores adequados às características do sistema produtivo do País; e 18. Adoção de mecanismos para o reaproveitamento dos materiais recicláveis". Como evidente, o pressuposto é de que os empreendimentos que viabilizem tais desideratos serão levados a cabo pelas várias esferas do setor público (União, Estados e Municípios) e por entes privados que por razões éticas ou legais deles devam participar.

Essa agenda do Governo Federal, indicativa do comportamento esperado em todo o setor público, inclui, entre as suas orientações a preocupação com o desenvolvimento de ações de educação ambiental, de resposta aos desafios ambientais das aglomerações urbanas (lixo e poluição das águas e do ar), de manejo de recursos naturais, de certificação ambiental, e de estímulo ao emprego de tecnologias mais limpas nos processos produtivos industriais e do agronegócio.

Adicionalmente, no contexto do desafio nº 6 (*"Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio ambiente"*), o PPA fixa, entre outras, as seguintes diretrizes: "1. Garantia do uso e da ocupação ordenada dos espaços urbanos, com sustentabilidade social, econômica e ambiental"; e "22. Implementação de política de resíduos sólidos".

No nível programático as estratégias, desafios e diretrizes apontados se acham viabilizados por vários programas - cada um destes envolvendo várias ações -, dentre os quais cumpre destacar: programa 0449 - ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL; programa 0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE; programa 1102 - AGENDA 21; programa 1210 - PREVENÇÃO DE RISCOS E COMBATE A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS; programa 1270 - PROAMBIENTE; programa 8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS; programa 0122 - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO; e programa 0516 - VIVER SEM CONTAMINAÇÃO. Quanto ao seu detalhamento em ações, estabelece a Lei nº 10.933 (PPA 2004-2007), pela redação atual dada ao seu art. 5º (consideradas as leis de revisão do PPA), que a inclusão de "ações orçamentárias", preservada sua coerência com os programas constantes do PPA poderá ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais, desde que apresentadas as informações básicas.

Portanto, o Plano Plurianual vigente oferece uma ampla cobertura de respaldo legal para a implementação de ações ligadas às várias vertentes do campo dos resíduos sólidos. O mesmo ocorre em relação ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2006 (Lei nº 11.178, de 2005), que aponta os programas 0122 - "SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO", 0511 - "GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE", 1102 - AGENDA 21, e 8007 - "RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS" como integrantes do rol de prioridades e metas para execução orçamentária em 2006. Em relação a essa, ressaltamos que o fato de apenas quatro programas se acharem indicados não representa restrição significativa, vez que o art. 4º, § 4º, dessa Lei, estabelece que tal enumeração, embora indique precedência para alocação de recursos na lei orçamentária de 2006 e na sua execução, não constitui limite à programação e execução das despesas.

Porém, a existência dessa ampla cobertura no PPA e LDO vigentes, no que se refere ao aspecto programático, não dispensa a avaliação de cada uma das várias proposições quanto à sua compatibilidade e adequação orçamentária e financeira *in concreto*, ou seja, caso a caso, em relação a quatro vertentes particulares: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual (e respectiva legislação normativa) e lei de responsabilidade fiscal. Tarefa que se acha cumprida nas páginas a seguir, abrangendo aspectos que transcendem à genérica prioridade dada pelo Governo e pela sociedade à questão dos resíduos.

A análise que realizamos, com o apoio das unidades técnicas da Casa, colocou em evidência que alguns dos dispositivos do PL nº 203, de 1991, e de parte de seus 114 apensados (PL 4.131-A/1989; PL 447/1991; PL 1.137/1991; PL 1.154/1991; PL 1.814-B/1991; PL 2.932/1992; PL 3.333/1992; PL 4.344-C/1993; PL 4.398/1994; PL 1.094/1995; PL 1.259/1995; PL 2.272-A/1996; PL 2.949-A/1997; PL 3.750/1997; PL 4.178/1998; PL 4.344-A/1998; PL 4.502/1998; PL 4.511/1998; PL 4.730/1998; PL 59/1999; PL 203/1999; PL 722-A/1999; PL 732/1999; PL 988/1999; PL 1.016-A/1999; PL 1.610/1999; PL 1.633/1999; PL 1.677/1999; PL 1.720/1999; PL 1.724-A/1999; PL 1.756-A/1999; PL 1.760/1999; PL 1.857/1999; PL 1.917/1999; PL 2.013/1999; PL 2.075/1999; PL 2.100/1999; PL 2.201/1999; PL 2.216/1999; PL 2.251/1999; PL 2.254/1999; PL 2.491/2000; PL 2.815/2000; PL 2.817/2000; PL 3.480/2000; PL 3.606/2000; PL 3.878/2000; PL 3.883/2000; PL 4.029/2001; PL 4.136/2001; PL 4.307/2001; PL 4.329/2001; PL 4.709/2001; PL 4.992/2001; PL 5.194/2001; PL 5.336/2001; PL 5.349/2001; PL 5.501/2001; PL 5.543/2001; PL 5.574/2001; PL 5.649/2001; PL 5.695/2001; PL 5.757/2001; PL 5.765/2001; PL 5.807/2001; PL 5.974/2001; PL 6.011/2001; PL 6.080/2002; PL 6.149/2002; PL 6.298/2002; PL 6.483/2002; PL 6.518/2002, PL

6.970/2002, PL 13/2003; PL 121/2003; 449/2003; PL 637/2003; PL 822/2003; PL 1.072/2003; PL 1.169/2003; PL 1.595/2003; PL 1.619/2003; PL 1.724/2003; PL 1.760/2003; PL 1.786/2003; PL 1.787/2003; PL 1.805/2003; PL 1.980/2003; PL 2.120/2003; PL 2.147/2003; PL 2.439/2003; PL 2.440/2003; PL 2.659/2003; PL 2.761/2003; PL 2.929/2004; PL 3.387/2004; PL 3.576/2004; PL 3.637/2004; PL 3.912/2004; PL 4.123/2004; PL 4.137/2004; PL 4.173/2004; PL 4.271/2004; PL 4.356/2004; PL 5.231/2005; PL 5.745/2005; PL 6.014/2005; PL 6.373/2005; PL 6.375/2005; PL 6.402/2005; PL 6.446/2005; PL 6.508/2006; PL 6.615/2006; e PL 7.047/2006), de suas emendas e de eventuais substitutivos, apresentam seis tipos de inadequação, quais sejam:

- a) invadir domínios reservados pela Constituição ao PPA e às LDOs, pela atípica instituição de programas de duração continuada através de leis ordinárias ou pela fixação de prioridades de aplicação para agências financeiras oficiais;
- b) fixar encargos para o setor público sem definir o seu montante e as respectivas fontes de recursos ou cancelamentos compensatórios de despesas;
- c) inibir atividades econômicas previamente autorizadas pelo setor público sem prever compensações financeiras que cubram os prejuízos de tal iniciativa;
- d) instituir benefícios fiscais (crédito presumido, redução de alíquota, etc.) sem devida observância às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00);
- e) estabelecer vinculações com fundamento no montante da despesa (por exemplo, 15% da despesa em saneamento) em vez de pela definição de fontes específicas de recursos;
- f) prever a criação de fundos (públicos) com base em fonte genérica de recursos e com dinâmica operacional incompatível com as normas legais vigentes.

Cumpra-se observar, que muitas das proposições não apresentam inadequações orçamentárias e/ou financeiras (sobretudo por gerarem impactos diretos apenas no setor privado e não evidenciarem conflitos com o PPA, LDO e LOA vigentes), sendo o seu eventual aproveitamento parcial, em nosso Substitutivo, fundada no mérito ou na oportunidade dos conteúdos normativos nelas consubstanciados. Referimo-nos a noventa e um dos Projetos de Lei, quais sejam: PLs nºs 4.131/89; 0203/91(SF); 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91(SF); 2.932/92; 4.344/93; 4.398/94; 1.094/95; 1.259/95; 2.272/96; 2.949/97; 3.750/97; 4.178/98; 4.344/98(SF); 4.730/98; 0059/99; 0722/99; 0732/99; 0988/99; 1.610/99; 1.633/99; 1.677/99; 1.720/99; 1.724/99; 1.756/99; 1.857/99(SF); 1.917/99(SF);

2.013/99; 2.075/99; 2.100/99; 2.216/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 3.606/00; 3.878/00; 3.883/00; 4.029/01; 4.136/01; 4.307/01; 4.992/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 5.543/01; 5.574/00; 5.649/00; 5.695/01; 5.757/01; 5.765/01; 5.807/01; 5.974/01; 6.080/02; 6.149/02; 6.298/02; 6.483/02; 6.518/02; 6.970/02; 0013/03; 0121/03; 0449/03; 0822/03; 1.072/03; 1.169/03; 1.595/03; 1.619/03; 1.724/03; 1.760/03; 1.786/03; 1.787/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.120/03; 2.439/03; 2.440/03; 2.761/03; 2.929/04; 3.387/04; 3.576/04; 4.123/04; 4.137/04; 4.173/04; 5.231/04; 5.745/04; 6.014/05; 6.373/05; 6.402/05; 6.508/06 e 7.047/06. Enquadram-se também nessa situação as emendas n°s 02/91, 03/91, 04/91, 06/91, 07/91 e 08/91 ao PL n° 0203/91; as emendas n°s 05/96, 06/96, 07/96, 08/96 e 09/96 ao PL n° 1.259/95 (as emendas 01 a 04 foram retiradas pelo autor); as emendas n°s 01/98 a 11/98 ao PL n° 1.259/95; as emendas n°s 01/96 a 04/96 ao PL n° 2.272/96; e as emendas n°s 01/97 a 03/97 ao PL n° 2.272/96.

Porém, em vinte quatro das proposições (PLs n°s 3.333/92; 4.502/98; 4.511/98; 0203/99; 1.016/99; 1.760/99; 2.201/99; 2.254/99; 2.817/00; 3.480/00; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 6.011/01; 0637/03; 2.147/03; 2.659/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.271/04; 4.356/04; 6.375/05; 6.446/05 e 6.615/06) e em duas das emendas apresentadas ao PL n° 0203/91 (Emendas n°s 01/91 e 05/91), foram constatados problemas de adequação orçamentária e financeira de diferentes magnitudes. Tais inadequações ou conflitos com o PPA, LDO e/ou LOA (e leis conexas, sobretudo a LRF e a Lei n° 4.320/64), determinam a terminação desses projetos por inadequação orçamentária e financeira (nos termos dos arts. 54 e 34, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Em termos específicos, foram as seguintes as inadequações orçamentárias e financeiras identificadas nas proposições sob análise:

Invadindo domínios reservados pela Constituição ao PPA e LDO

Projeto de Lei 4.511, de 1998

O PL 4.511/98, em seu Art. 4º ("As instituições oficiais de crédito subordinadas ao Governo Federal *darão prioridade* ao financiamento dos municípios e de empresas concessionárias de serviços de limpeza urbana para o cumprimento do que dispõe esta lei."), dispõe sobre a concessão de incentivos creditícios por instituições oficiais de crédito federais a empresas que reduzam os

resíduos poluentes em seus processos produtivos, ou seja explicita parte das políticas de aplicações de tais agências. Tais disposições articulam importante inadequação por antecipar, por meio de lei ordinária, conteúdos reservados pela Constituição às LDOs. Segundo o art. 165, § 2º, da Lei Maior, *"a lei de diretrizes orçamentárias ... estabelecerá a política de aplicações das agências financeiras oficiais de fomento"*. Essa componente da LDO tem sido considerada de tal importância que passou a constituir, há vários anos, capítulo específico nas LDOs. Sendo área reservada a instrumento legal previsto pela Constituição (a LDO) não pode a lei ordinária dispor sobre a matéria.

**Projetos de Lei nºs 1.016 e 2.254, de 1999, 6.011, de 2001,
4.271, de 2004, e 6.446, de 2005**

No caso dos PLs nºs 1.016/99, 2.254/99, 6.011/01, 4.271/04, as inadequações decorrem de conteúdos formais que articulam conflito insanável com o Plano Plurianual. Nos dois primeiros os seus arts. 1ºs, instituem, à margem do PPA, programa de âmbito nacional, ou seja, o *"Programa de Renovação e Reciclagem de Veículos Automotores"*. No caso do PL nº 6.011/01, a instituição do *"Programa Nacional de Reaproveitamento de Pneumáticos Usados"* e do PL nº 4.271/04, a instituição de cinco programas sem qualquer referência ao PPA. O PL nº 6.446/05, por sua vez, institui, em seu art. 1º, o *"Programa de Incentivo Federal à Indústria de Reciclagem de Papel"*. Como já salientado, não cabe à lei ordinária definir conteúdo reservado pela Constituição ao PPA, ou seja, de instrumento legal de detalhamento dos programas de duração continuada. Ademais, a Lei nº 10.933, de 2004, que institui o PPA vigente, estabelece, em seu art. 5º: *"A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico ..."* Portanto, uma vez que os programas referidos nesses PLs não se acham previstos no PPA e que a sua inclusão nesse Plano requer processo específico - inclusive pelo fato da deliberação sobre matérias sobre planos e orçamentos ser sujeita a rito constitucional peculiar - fica evidente a inadequação orçamentário-financeira dessas proposições. No caso do PL nº 6.446/05, existe, ainda, a inadequação de instituir um Fundo de Incentivo sem atender às exigências legais para tal fim, além de caracterizá-lo como agente financeiro e de fixar normas sobre encargos (juros) que podem não se coadunar com as fixadas pelas LDOs.

Fixando encargos sem definir o seu montante e suas fontes de recursos

Projetos de Lei nºs 637 e 2.147, de 2003, e 4.356, de 2004

O PL nº 637/03 cria obrigações adicionais, de natureza continuada, para o IBAMA, sem qualquer preocupação com os custos envolvidos na execução dos amplos encargos de fiscalização que institui. Algo similar ocorre com o PL nº 4.356/04, que cria para o CONAMA o encargo de realizar levantamentos periódicos junto à iniciativa privada e de realizar outras ações com vistas à maior utilização de resíduos de pneus na pavimentação, reconhecendo que isso gerará despesas ao definir, em seu art. 5º, que tais *"correrão à conta das dotações orçamentárias próprias"*. No caso do PL nº 2.147/03, ao obrigar o Poder Público a *"criar locais para depósito, armazenagem e destino final de pilhas comuns, alcalinas e baterias usadas"*, define-se uma obrigação de caráter continuado, para cuja cobertura a proposição se limita a fixar que as despesas decorrentes da lei *"correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário."* Importa salientar que não existe previsão na lei orçamentária vigente para a cobertura de quaisquer desses gastos. Além disso, tais PLs não se acham acompanhados da estimativa dos custos de sua implantação, conforme exige a LRF (LC nº 101/00), cujos arts. 15 e 16 estabelecem: *"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17..."; "Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes"*.

Inibir atividades autorizadas pelo setor público sem compensações

Projeto de Lei nº 203, de 1999, da CD

No PL nº 203/99, os Arts. 3º (*"Todos os equipamentos de incineração já em funcionamento terão as suas licenças revogadas para analisar as suas condições de funcionamento e emissão de gases, particulados, dioxinas e furanos ... conforme artigos 9º e 10 desta lei."*) e 6º (*"A moratória de instalação será implantada com base nos seguintes programas: I - programa de divulgação das outras formas de tratamento dos diversos tipos de resíduos; II - programa de redução de geração de resíduos, através de educação ambiental; III - fomento à pesquisa e ... provenientes dos processos de incineração."*), na forma em que se acham redigidos, apresentam conflitos com o PPA e com LOA. No caso do art. 6º, como já assinalado, não cabe à lei ordinária predefinir conteúdo reservado pela Constituição ao Plano Plurianual (PPA). No caso desse PL, os "programas" referidos nos incisos I e II não se acham previstos no PPA e sua inclusão neste depende de iniciativa específica nesse sentido. Quanto ao art. 3º, embora o Governo tenha a prerrogativa de tomar a iniciativa que entender conveniente na defesa do interesse público cumpre-lhe atuar de forma a não causar prejuízos ao particular. Logo, a paralização compulsória de unidades de incineração cujo funcionamento tenha se fundado em autorização do setor público e envolvido investimentos deve ensejar adequadas compensações - lucros cessantes, perdas e danos, etc. - representando despesas para o setor público, sem o que a ação pública assume caráter expropriatório e pode ser questionada nos Tribunais. Além disso, a par do fato de não existir previsão na LOA vigente para a cobertura desses gastos, tal proposição não se acha acompanhada da estimativa dos custos de implantação, conforme exige a LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), cujos arts. 15 e 16 exigem que "a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa" deva estar acompanhada de: "estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes".

Emendas 01/91 e 05/91 ao PL nº 0203/91

A emenda nº 01/91, pelo seu art. 7º, parágrafo único, além de proibir a instalação de incineradores de resíduos de serviços de saúde, fixa um prazo de noventa dias para que os estabelecimentos que possuem incineradores se ajustem à proibição definida pelo artigo. De modo assemelhado, a emenda nº 05/91, ao dar nova redação ao art. 19 do PL nº 0203/91, proíbe a incineração de

resíduos de serviços de saúde e dá prazo de cento e oitenta dias às administrações municipais para se ajustarem à proibição. Em ambos os casos se verifica a imposição de custos não determinados para o setor público, sem devida provisão orçamentária para sua cobertura. Além disso, aplica-se-lhes, com pequenos ajustes, o pressuposto de que a imposição de custos ao setor privado, em razão de normas que alterem licenciamento anterior pelo setor público, não deve ocorrer sem adequadas compensações - ou período razoável de tempo para ajuste -, bem como a norma de que a geração de encargos para o setor público deve, nos termos da LRF, vir acompanhada da estimativa dos custos de implantação das medidas preconizadas pelas novas normas legais.

Instituir benefícios fiscais sem devida observância às normas da LDO/LRF

Projetos de Lei nºs 1.760, de 1999, 5.501, de 2001, 6.375, de 2005

No PL nº 1.760/99, o seu Art. 2º articula evidente conflito com a LDO vigente, com a Lei Orçamentária anual e com outras normas de direito financeiro. Ao conceder isenção (*"Art. 2º Os produtos que contenham em sua composição de custos mais de 50% deles provenientes de matéria prima reciclada serão isentos do imposto sobre produtos industrializados - IPI"*), sem definir fontes compensatórias para a perda de receita, impõe uma redução da arrecadação da União que compromete o equilíbrio orçamentário, situação vedada pelo art. 99 da LDO vigente (Lei nº 11.178/05), que exige, em tais casos, o cumprimento do que estabelece o art. 14 da LRF (LC nº 101/00), bem como pelo seu art. 100, que torna mais restrito o conceito de *"incentivo ou benefício de natureza tributária"* e, ao fazê-lo restringe as exceções previstas no § 3º do art. 14 da LRF. Situação similar ocorre com o PL nº 5.501/01, cujo Art. 1º prevê a redução de 50% na alíquota do IPI no caso de embalagens recicladas que beneficiem o meio ambiente, e com o PL nº 6.375/05, que concede isenção de IPI às empresas de reciclagem de materiais. Nesses casos, a inadequação ocorre também pelo fato de não se poder precisar a magnitude da renúncia fiscal, implicando perdas que podem frustrar a execução de despesas previstas na LOA, bem como pela imprecisão das condições para sua concessão, dada a dificuldade em entender o que seja *"processo que comprovadamente produza benefícios"* ou *"empresa de*

reciclagem de materiais", vez que os PLs respectivos não promovem a sua caracterização legal.

Projeto de Lei nº 2.201, de 1999

No PL nº 2.201, de 1999, o Art. 11 (*"As empresas de que trata o Art. 1º e as recicladoras ou terceirizadas para tal finalidade poderão lançar a crédito o ICMS e IPI devido a recompra, em sua totalidade, quando contribuírem com pelo menos 50% (cinquenta por cento) deste valor aos municípios onde se realizar a coleta seletiva dos resíduos."*) articula conflito com a LDO vigente e com as normas de direito financeiro. Aqui os problemas são de várias ordens, iniciando-se pela duvidosa propriedade de se legislar sobre renúncia de receita de ICMS por meio de lei ordinária federal. Deixando de lado essa questão, essencialmente de mérito, sobressai a inadequação do PL em vista do que manda a LRF (LC nº 101/00), em seu art. 14, ou seja: *"A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais...; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput,...* § 1º *A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio,... ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições..."* Tais exigências não foram atendidas pelo PL. Resta observar, como já deixamos assinalado, que a LDO vigente determina, pelos seus arts. 99 e 100, que os benefícios fiscais devem subordinar-se às normas do art. 14 da LRF.

Projetos de Lei nºs 2.817, de 2000

Ressalvadas umas poucas particularidades, o PL nº 2.817/00 apresenta problemas similares aos apontados no PL nº 2.201/99, por instituir benefício fiscal pelos seus arts. 2º e 3º, ou seja: *"Art. 2º Pela reelaboração de materiais, produtos intermediários e embalagens já utilizados, a empresa*

fabricante do produto reciclado terá direito a crédito presumido do IPI, correspondente ao valor de 10% desse imposto, incidente sobre o produto reciclado.”; “Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas que se dedicarem à coleta e à realocação industrial dos materiais já utilizados, recicláveis, poderão considerar como não tributáveis, na apuração do imposto sobre a renda, 20% do rendimento ou receita brutos comprovados, obtidos nessa atividade.”). Como se pode notar, tais normas criam tratamento diferenciado para determinadas pessoas físicas e jurídicas na apuração do imposto de renda, sem atender os imperativos legais que regem a matéria. Tais articulam conflito com a LDO vigente (Lei nº 11.178/05), com a Lei Orçamentária anual e com outras normas de direito financeiro, sobretudo em razão do que estabelece a Lei Complementar nº 101, de 2000, em seu art. 14, cujas implicações já analisamos ao apreciar o PL nº 2.201 de 1999.

Projetos de Lei nºs 3.480, de 2000, e 3.637, de 2004

No caso do PL nº 3.480/00, vários de seus dispositivos apresentam conflito com a LDO e com a LOA em sua integração com outras leis sobre finanças públicas, por afetarem o equilíbrio entre as receitas e despesas, sobretudo os seus arts. 2º, 3º e 4º (“Art. 2º As pessoas jurídicas que exercerem exclusivamente a atividade de reciclagem do lixo e de embalagens de qualquer espécie terão reduzida à metade a alíquota vigente do imposto de renda, durante cinco anos a partir da publicação desta lei. Art. 3º As pessoas jurídicas que adquirirem máquinas ... para uso próprio, destinados à reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie, e à incineração de lixo, poderão proceder à depreciação acelerada desses bens, mediante a utilização dos coeficientes usualmente admitidos, multiplicados por dois. Art. 4º Ficam isentos do IPI os equipamentos, máquinas e instrumentos adquiridos para utilização exclusiva em unidades que operem com reciclagem de lixo e de embalagens de qualquer espécie ou com incineração de lixo.”) e não atenderem ao que manda a LRF. Quanto ao PL nº 3.637/04, institui, pelo seu art. 1º, redução do imposto de renda (“Art. 1º Esta lei institui redução do imposto de renda para as pessoas jurídicas que utilizem materiais reciclados em seu processo de industrialização”), sem apontar as medidas de compensação demandadas pelo art. 14 da LRF. Assim, como se pode notar, tais proposições apresentam problemas similares aos detectados no PL nº 2.817/00, ou seja, não atendem aos imperativos dos arts. 99 e 100 da LDO vigente (Lei nº 11.178/05) e da Lei Complementar nº 101/00.

Cumpre observar que as perdas de arrecadação relativas a tais benefícios não se acham consideradas na previsão da receita do Tesouro para o corrente exercício, gerando, sua concessão, desequilíbrios na execução orçamentária, com efeitos diretos sobre os níveis de resultado primário fixados pela LDO.

Projeto de Lei nº 4.709, de 2001

No PL nº 4.709 os problemas são de várias naturezas. Propugnando pela instituição de incentivo à renovação da frota de veículos com mais de quinze anos de fabricação, o projeto propõe a instituição de "bônus" a ser concedido ao proprietário. Embora não o defina claramente, fica implícito que esse "bônus" será concedido pelo setor público na medida em que define como meios alternativos para tanto, no art. 3º, genérica "*redução de tributos federais ou a oferta de crédito com juros reduzidos*". Tal proposição não tem amparo na programação do Plano Plurianual, não conta com provisão de recursos para sua cobertura na Lei Orçamentária vigente, além de deixar de observar vários dispositivos da LRF, como se acha indicado na análise feita nos PLs nºs 2.201/99, 2.817/00, 3.480/00, ao não definir fontes compensatórias para a redução nas receitas e não indicar a estimativa dos gastos com a iniciativa no primeiro ano de implementação das medidas e nos dois subsequentes.

Projeto de Lei nº 6.615, de 2006

O PL nº 6.615/06, de modo assemelhado aos PLs nºs 1.760/99, 2.201/99, 2.817/00, 3.480/00, 5.501/01, 3.637/04 e 6.375/05, institui, pelo seu art. 3º, incentivos fiscais em benefício de empresas que operem na reciclagem de materiais, por meio da redução da base de cálculo do IPI e/ou diferimento do IPI. Transferindo a definição *in concreto* do benefício para o Poder Executivo, em seu art. 10, atribui também a esse a incumbência de "comunicar" ao Congresso Nacional o impacto fiscal decorrente dessa medida. Embora a proposição busque articular uma "solução" para o que determina, de modo geral, a LRF e, particular, a LDO/2006 (Lei nº 11.178/05), nos arts. 99 e 100, importa considerar que a aceitação dessa fórmula representaria a legitimação de uma burla ao *mens juris*

que orientou o legislador na feitura da norma inserida na Lei Complementar. Teria pouca utilidade para o Legislador a informação posterior da magnitude da perda tributária ou da elevação do gasto, se essa só viesse a se tornar disponível depois de aprovada a lei respectiva. Portanto, em nosso entender, o PL nº 6.615/05, incorre em inadequação similar à dos demais ao não indicar o impacto financeiro da medida, se esse foi ou não considerado na previsão da receita do Orçamento vigente e eventuais medidas de compensação, entre outras exigências definidas pela LRF e LDO.

Estabelecer vinculações de parcelas despesa e não de fontes de recursos

Projetos de Lei nºs 3.333, de 1992, e 4.502, de 1998

No PL nº 3.333/92 existem dois dispositivos que evidenciam inadequações orçamentárias. São eles o Art. 9º (*"A Política Nacional de Resíduos Sólidos será implantada com base em três programas: I - programa de incentivo a não geração de resíduos; II - programa de redução da geração de resíduos; III - programa de reciclagem e reutilização de resíduos."*); e o Art. 13 (*"O Governo Federal destinará no mínimo 15% (quinze por cento) dos recursos da área de saneamento básico aos Estados e Municípios, para cooperação técnica e financeira em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos."*). No PL nº 4.502/98, essa situação se dá em seu Art. 9º, (*"O Governo Federal destinará no mínimo 15% (quinze por cento) dos recursos da área de saneamento básico para cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento de resíduos sólidos."*). No caso do art. 9º, como vimos na análise de outras proposições, não cabe à lei ordinária predefinir conteúdo reservado pela Constituição (art. 165, § 1º) ao PPA. Tendo em conta que os programas apontados no artigo 9º não se acham previstos no PPA, e que a sua inclusão neste deve obedecer rito constitucional específico, fica evidente a inadequação. Quanto ao art. 13, do PL nº 3.333/92 e ao art. 9º do PL nº 4.502/98, a pretendida vinculação de 15% dos recursos de saneamento básico a ações e projetos de gerenciamento de resíduos se acha em evidente conflito com o PPA vigente, cujas ênfases, na área de saneamento básico, são as ações relativas ao abastecimento de água, à coleta e disposição de esgotos e às melhorias

domiciliares para combate a agravos. Porém, a maior inadequação é o fato desses PLs promoverem uma forma de vinculação difícil de operacionalizar - além de não prevista na lei que rege a elaboração e execução dos orçamentos (a Lei nº 4.320/64 recepcionada na ordem constitucional com *status* de lei complementar) - ao adotar como referência os gastos numa categoria e não uma fonte de recursos.

Prever a estruturação de fundos sem atender requisitos legais

Projetos de Lei nº 4.329, de 2001, e 3.914, de 2004

No PL nº 4.329/01, o problema básico está na genérica forma de instituição do *"Fundo de Incentivo à Reciclagem de Resíduos"*. A proposição não define a esfera de governo e o órgão ao qual tal fundo seria vinculado e não explicita com clareza a natureza da fonte de recursos do fundo, referindo-se apenas a *"contribuições a serem recolhidas pelos fabricantes ..."*. Como se sabe, o termo *"contribuição"* tem um sentido preciso na ordem legal brasileira. Para que tais possam ser cobradas, precisam ser formalmente instituídas por lei, respeitados os parâmetros fixados pela Constituição. Além disso, fixa um nível de vinculação, em seu art. 3º, que limita as prerrogativas do Poder Legislativo de decidir, *in concreto*, sobre as alocações no decorrer das deliberações sobre o orçamento anual, antecipando conteúdos das LDOs e LOAs. Por outro lado, a forma prevista para a gestão do fundo, segundo se depreende das normas da proposição, pressupõe um nível de liberdade de programação que não se coaduna com as normas da Constituição e LDOs que orientam o detalhamento dos gastos do poder público nas leis orçamentárias anuais. Situação similar ocorre com o PL nº 3.912/04, que, ressalvado o fato de indicar o órgão ao qual o fundo ficará vinculado, também se reporta a imprecisas *"contribuições a serem recolhidas pelas empresas"* e antecipa conteúdos das LDOs e LOAs. No caso deste PL, as outras inadequações são: instituir, pelo seu art. 6º, benefício de natureza tributária sobre um tributo de competência estadual (ICMS), sem forma apropriada de compensação, e não atender ao que determina o art. 14 da LRF.

Projeto de Lei nº 2.659, de 2003

Embora as normas legais vigentes não proibam a instituição de fundos, sua criação deve observar uma série de requisitos legais. No caso da proposição em análise, dois desses não se acham atendidos. O primeiro, não indicar o órgão ao qual o fundo ficará vinculado, providência de caráter fundamental pelo fato dos fundos não possuírem personalidade jurídica própria. O segundo, derivado do objetivo que lhe é atribuído pelo art. 3º (*"Art. 3º Os recursos do Fundlixo são destinados ao financiamento de projetos e programas voltados à pesquisa de novas tecnologias, tratamento, coleta e implantação de sistemas de destinação de resíduos sólidos e hospitalares urbanos."*), não definir a instituição financeira pela qual serão operados os financiamentos, já que os fundos, sendo destituídos de personalidade jurídica, não podem ser caracterizados como instituições creditícias. Além disso, a natureza dos seus objetivos, sem a definição do órgão a que ficaria vinculado, suscita dúvida quanto à duplicidade dos seus objetivos em relação aos de fundos já existentes, como o "Nacional do Meio Ambiente" e o "Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico".

Diante do exposto, votamos:

a) pela NÃO IMPLICAÇÃO dos PLs nºs 4.131/89; 0203/91(SF)) e emendas nºs 02/91, 03/91, 04/91, 06/91, 07/91 e 08/91 a este apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família; 0447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91(SF); 2.932/92; 4.344/93; 4.398/94; 1.094/95; 1.259/95 e as emendas nºs 05/96 a 09/96 a este apresentadas na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e emendas nºs 001/98 a 011/98, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio; 2.272/96 e as emendas nºs 1/96 a 4/96 a este apresentadas na Comissão de Economia, Indústria e Comércio; e emendas nºs 01/97 a 03/97, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; 2.949/97; 3.750/97; 4.178/98; 4.344/98(SF); 4.730/98; 0059/99; 0722/99; 0732/99; 0988/99; 1.610/99; 1.633/99; 1.677/99; 1.720/99; 1.724/99; 1.756/99; 1.857/99(SF); 1.917/99(SF); 2.013/99; 2.075/99; 2.100/99; 2.216/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 3.606/00; 3.878/00; 3.883/00; 4.029/01; 4.136/01; 4.307/01; 4.992/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 5.543/01; 5.574/00; 5.649/00; 5.695/01; 5.757/01; 5.765/01; 5.807/01; 5.974/01; 6.080/02; 6.149/02; 6.298/02; 6.483/02; 6.518/02; 6.970/02; 0013/03; 0121/03; 0449/03; 0822/03; 1.072/03; 1.169/03; 1.595/03; 1.619/03; 1.724/03; 1.760/03; 1.786/03; 1.787/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.120/03; 2.439/03; 2.440/03; 2.761/03; 2.929/04; 3.387/04; 3.576/04; 4.123/04; 4.137/04;

4.173/04; 5.231/04; 5.745/04; 6.014/05; 6.373/05; 6.402/05; 6.508/06 e 7.047/06, em relação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

b) pela INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA dos PLs nºs 3.333/92; 4.502/98; 4.511/98; 0203/99 1.016/99; 1.760/99; 2.201/99; 2.254/99; 2.817/00; 3.480/00; 4.329/01; 4.709/01 5.501/01; 6.011/01; 0637/03; 2.147/03; 2.659/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.271/04; 4.356/04; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06, bem como das emendas nºs 01/91 e 05/91 ao PL nº 0203/91, apresentadas perante a Comissão de Seguridade Social e Família, em relação à Lei do PPA (Lei nº 10.933, de 2004), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 11.178 de 2005) e/ou à Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.306, de 2006) e leis conexas, sobretudo a LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), pelos motivos apontados neste Relatório.

I.I.III. Do mérito:

Votamos pela:

a) aprovação dos PLs 203/91 (e da emenda nº 001/91 apresentada na CSSF) e dos projetos 3.333/92, 4.344/93, 4.398/94, 1.259/95 (e das emendas nºs 05/96, 06/96 e 09/96 apresentadas na CDCMAM, e nos 001/98, 006/98, 007/98, 010/98 e 011/98, apresentadas na CEIC), e dos projetos 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 4.173/04; 988/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 2.949/97; 1.016-A/99; 2.254/99; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.123/04; 1.787/03; 3.576/04; 449/03; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.402/05; 6.373/05; 6.508/06, 7.047/06, a ele apensados, na forma do substitutivo aqui apresentado;

b) pela rejeição dos PLs nº 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 1.094/95; 2.272/96; 4.511/98; 59/99; 203/99; 722/99;

1.610/99; 1.720/99; 1.760/99; 2.013/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 2.817/00; 3.883/00; 4.136/01; 5.501/01; 6.011/01; 6.483/02 e 6.518/02;

c) pela **rejeição**: das emendas nos 002/91 a 008/91 apresentadas na CSSF ao PL 203/91; das emendas nos 007/96 e 008/96, apresentadas ao PL 1.259/95 na CDCMAM; das emendas nos 002/98 a 005/98, 008/98 e 009/98, apresentadas ao PL 1.259/95 na CEIC; e das emendas apresentadas na CEIC e na CDCMAM ao PL 2.272/90.

É o nosso Voto.

I.II. Das alterações no substitutivo apresentado.

Conforme dantes mencionado, tornaram-se necessárias alterações no substitutivo, as quais passo a descrever:

1. No art. 3º, parágrafo único, item 7:

- onde se lê: *"7. instituir programas específicos de incentivo para a implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;"*

- leia-se: ***"7. instituir medidas de incentivo à implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;"***

2. No art. 3º, parágrafo único, item 8:

- onde se lê: *"8. promover a implantação, em parceria com os Municípios, instituições de ensino e pesquisa e organizações não governamentais, de programa nacional de capacitação de recursos humanos com atuação na área de resíduos sólidos;"*

- leia-se: **"8. promover, em parceria com municípios, instituições de ensino e pesquisa e organizações não governamentais, a realização de ações de capacitação de recursos humanos para atuação na área de resíduos sólidos em todas as regiões do País;"**

3. No art. 4º, Inciso XIV:

- onde se lê: *"XIV. linhas de financiamento de fundo nacional;"*

- leia-se: **"XIV. as linhas de financiamento especificamente vinculadas aos princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;"**

4. No art. 4º, Inciso XV:

- onde se lê: *"XV. a divulgação de dados e informações incluindo os programas, as metas, os indicadores e os relatórios ambientais;"*

- leia-se: **"XV. a divulgação de dados e informações incluindo as relativas às programações específicas, às metas, aos indicadores e aos relatórios ambientais"**

5. No art. 4º, Inciso XXIII:

- onde se lê: *"XXIII. incentivo mediante programas específicos para a implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem de resíduos;"*

- leia-se: **"XXIII. Incentivo, mediante programações específicas, à implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem de resíduos;"**

6. No art. 10:

- onde se lê: *"Art. 10. As unidades receptoras de resíduos de caráter regional e de uso intermunicipal terão prioridade na obtenção de financiamentos pelos organismos oficiais de fomento."*

- leia-se: *"Art. 10. As unidades receptoras de resíduos de caráter regional e de uso intermunicipal, observadas as políticas de aplicação fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, terão prioridade na obtenção de financiamentos pelos organismos oficiais de fomento."*

7. No art. 12:

- onde se lê: *"Art. 12. Os governos federal, estaduais, distrital e municipais, consideradas as suas particularidades, deverão incentivar e promover ações que visem a reduzir a poluição difusa por resíduos sólidos."*

- leia-se: *"Art. 12. Os governos federal, estadual, distrital e municipal, consideradas as suas particularidades e disponibilidades de recursos, promoverão ações, inclusive de incentivo, para reduzir a poluição difusa causada por resíduos sólidos."*

8. No art. 20, Parágrafo único:

- onde se lê: *"Parágrafo único. O programa de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos previstos nesta lei serão definidos em regulamento."*

- leia-se: *"Parágrafo único. O sistema de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos serão definidos em regulamento."*

9. No art. 21:

- onde se lê: **"Art. 21. A União e os Estados, apoiarão, de modo a ser definido em regulamento, o Distrito Federal e os Municípios que gerenciarem os resíduos urbanos em conformidade com Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos."**

- leia-se: **"Art. 21. A União e os Estados, apoiarão, na forma definida em regulamento e segundo as suas disponibilidades de recursos, o Distrito Federal e os Municípios que gerenciarem os seus resíduos urbanos em conformidade com seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos."**

10. No art. 24:

- onde se lê: **"Art. 24. A União somente concederá financiamento de recursos a fundo perdido, a ser aplicado no setor de resíduos sólidos, ao Distrito Federal e aos municípios, que apresentarem, a cada quatro anos, no seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos do Artigo 21, desta lei. "**

- leia-se: **"Art. 24. As formas de apoio indicadas no art. 21, especialmente as que envolvam a concessão de recursos a fundo perdido, não serão estendidas aos entes inadimplentes quanto a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que atenda ao que estabelece a presente Lei."**

11. No art. 30:

- onde se lê: **"Art. 30. A União deve, nos limites de sua competência e atribuições:"**

- leia-se: **"Art. 30. A União deve, nos limites de sua competência, atribuições e disponibilidades de recursos:"**

12. No art. 31:

- onde se lê: "Art. 31. A União adotará critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos ao Distrito Federal e aos Municípios que contemplem ou estejam de acordo com:"

- leia-se: "Art. 31. A União, observadas as políticas de aplicação fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, adotará critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos do Distrito Federal e dos Municípios que contemplem ou estejam de acordo com:"

13. No art. 41, § 2º:

- onde se lê: "os rejeitos para os quais se desenvolva tecnologia de reciclagem ou novas aplicações de uso, desde que não estejam dispostos no meio ambiente passam a ser considerados co-produtos da mineração, sob condições e critérios similares definidos no § 1º do artigo 66 desta lei;"

- leia-se: "os rejeitos para os quais se desenvolva tecnologia de reciclagem ou novas aplicações de uso, desde que não estejam dispostos no meio ambiente passam a ser considerados co-produtos da mineração, sob condições e critérios similares definidos no § 1º do artigo 33 desta lei;"

14. No art. 145:

- onde se lê: "Art. 145. O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei constituirá receita do órgão ou da entidade responsável pela aplicação das penalidades e deverá ser empregada na recuperação ambiental, em programas de educação ambiental e em prevenção à poluição preferencialmente na região da ocorrência da infração."

• leia-se: **"Art. 145. O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei constituirá receita vinculada ao órgão ou entidade responsável pela aplicação das penalidades e deverá ser empregada, observadas as prioridades fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, em ações relacionadas com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, preferencialmente nas regiões com maior ocorrência de infrações."**

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2006.



Deputado IVO JOSÉ

Relator

REFORMULAÇÃO DE VOTO

Em reunião realizada em 07/06 do ano em curso, tivemos a oportunidade de discutir o parecer apresentado pelo ilustre Deputado Ivo José, designado inicialmente para relatar a matéria nesta Comissão. Na ocasião, algumas sugestões foram apresentadas, o que motivou o Relator a apresentar Complementação de Voto.

Durante a reunião realizada em 21/06, para a votação do Parecer, o Deputado Ivo José foi substituído na Comissão, o que levou o Presidente da Comissão a designar o Deputado Feu Rosa novo Relator do PL 203/91 e apensos, o qual acatou inteiramente o Parecer anteriormente apresentado, com a Complementação de Voto. Na mesma reunião, o Relator manifestou-se pelo acatamento de dois dos destaques apresentados: o de nº 8 e o de nº 9, ambos de autoria do Deputado Ronaldo Dimas.

Em virtude de Questão de Ordem formulada pelo Deputado Luciano Zica, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, determinou "a anulação dos atos praticados na Comissão Especial destinada a

oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e seus apensados, a partir da designação do Deputado Feu Rosa como Relator da matéria", uma vez que este é Autor de um dos projetos apensados.

Assim, o Senhor Presidente desta Comissão Especial incumbiu-me de relatar o PL 203/91 e apensos. Considerando o profícuo trabalho realizado pelo Deputado Ivo José, decidi acatar integralmente o Voto e o Substitutivo por ele apresentados, com as modificações que apresentou na Complementação de Voto, assim como os Destaques para Votação em Separado nº 8 e 9 apresentados pelo Deputado Ronaldo Dimas. Estes consistem na supressão dos seguintes dispositivos do Substitutivo:

- art. 83, 84 e parágrafo único, 85 e 86;
- art. 4º, inciso XVIII;
- art. 22, *caput* e §§ 1º e 2º.

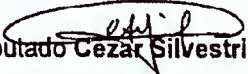
Em 04/07, nova reunião foi realizada, quando foi votado o Substitutivo, com as modificações ora relatadas, ressalvados os Destaques. Dos Destaques apresentados, houve a retirada do de nº 5, a pedido do Autor. Os Destaques simples foram votados em globo e rejeitados. Também foram rejeitados os Destaques nºs 1, 2 e 3, do PSDB, e nºs 15, 16 e 18, do PT. Foi aprovado o Destaque nº 17, do PT, que prevê a supressão do art. 23 do Substitutivo aprovado.

Deve-se registrar que, com a aprovação dos Destaques citados, houve necessidade de renumeração de dispositivos do Substitutivo. Assim, para efeitos de consolidação do texto aprovado, incluindo as alterações previstas na Complementação de Voto, deve-se observar o seguinte:

- o inciso XXIII do art. 4º passa a ser o inciso XXII;
- o § 3º do art. 22 passa a ser o art. 22;
- o § 4º do art. 22 passa a ser o art. 23;
- o art. 145 passa a ser o art. 141.

É o Parecer.

Sala da Comissão, em 1º de agosto de 2006.


Deputado Cezar Silvestri
Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, que "dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação dos resíduos de serviços de saúde" e apensados, em reunião realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Luciano Zica, Jamil Murad, César Medeiros e Orlando Desconsi, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e dos PLs nºs 3.333/92; 4502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-C/93; 4.398/94; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 6.483/02; 4.173/04; 1.259/95; 1.610/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 6011/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 2.272-A/96; 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.013/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 1.094/95; 203/99; 6.518/02; 2.949/97; 722-A/99; 1.760/99; 2817/00; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4123/04; 4.511/98; 1.787/03; 3.576/04; 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 449/03; 1.720/99; 2.251/99; 2.815/00; 3.883/00; 4.136/01; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6373/05; 6.402/05; 6.508/06; 7.047/06; apensados; das emendas nºs 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007 e 008/91, apresentadas ao PL nº 203/91 na CSSF; das de nºs 005, 006, 007, 008 e 009/96, apresentadas na CDCMAM, e de nºs 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010 e 011/98, apresentadas na CEIC ao PL nº 1.259/95; das de nºs 001, 002, 003 e 004/96, apresentadas na CEIC, e de nºs 001, 002 e 003/97, apresentadas na CDCMAM ao PL nº 2.272-A-96; pela não implicação em relação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual do PL 203/91 e dos de nºs 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92;

4.344/93; 4.398/94; 1.094/95; 1.259/95; 2.272/96; 2.949/97; 3.750/97; 4.178/98; 4.344/98; 4.730/98; 59/99; 722/99; 732/99; 988/99; 1.610/99; 1.633/99; 1.677/99; 1.720/99; 1.724/99; 1.756/99; 1.857/99; 1.917/99; 2.013/99; 2.075/99; 2.100/99; 2.216/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 3.606/00; 3.878/00; 3.883/00; 4.029/01; 4.136/01; 4.307/01; 4.992/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 5.543/01; 5.574/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.765/01; 5.807/01; 5.974/01; 6.080/02; 6.149/02; 6.298/02; 6.483/02; 6.518/02; 6.970/02; 13/03; 121/03; 449/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 1.595/03; 1.619/03; 1.724/03; 1.760/03; 1.786/03; 1.787/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.120/03; 2.439/03; 2.440/03; 2.761/03; 2.929/04; 3.387/04; 3.576/04; 4.123/04; 4.137/04; 4.173/04; 5.231/04; 5.745/04; 6.014/05; 6.373/05; 6.402/05; 6.508/06 e 7.047/06, apensados; das emendas nºs 002/91, 003/91, 004/91, 006/91, 007/91 e 008/91, apresentadas ao PL nº 203/91 na CSSF; das de nºs 005, 006, 007, 008 e 009/96, apresentadas na CDCMAM, e de nºs 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010 e 011/98, apresentadas na CEIC ao PL nº 1.259/95; das de nºs 001, 002, 003 e 004/96, apresentadas na CEIC, e de nºs 001, 002 e 003/97, apresentadas na CDCMAN ao PL nº 2.272/96; pela aprovação, quanto ao mérito, do PL 203/91 e dos PLs 3.333/92; 4.344/93; 4.398/94; 1.259/95; 4.502/98; 4.730/98; 3.606/00; 6.080/02; 121/03; 2.659/03; 5.543/01; 5.649/01; 5.695/01; 5.757/01; 5.974/01; 2.120/03; 4.137/04; 4.178/98; 4.344-A/98; 732/99; 1.633/99; 1.917/99; 2.100/99; 2.216/99; 3.878/00; 6.970/02; 1.595/03; 2.147/03; 2.439/03; 2.440/03; 1.724-A/99; 4.992/01; 5.807/01; 4.029/01; 6.298/02; 4.173/04; 988/99; 1.677/99; 2.075/99; 5.574/01; 5.765/01; 13/03; 637/03; 822/03; 1.072/03; 1.169/03; 4.356/04; 5.231/05; 5.745/05; 6.014/05; 3.750/97; 1.756/99; 1.857/99; 2.201/99; 4.307/01; 5.194/01; 5.336/01; 5.349/01; 6.149/02; 1.724/03; 1.805/03; 1.980/03; 2.761/03; 4.271/04; 2.949/97; 1.016-A/99; 2.254/99; 3.480/00; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06; 4.329/01; 4.709/01; 1.760/03; 1.786/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.123/04; 1.787/03; 3.576/04; 449/03; 1.619/03; 2.929/04; 3.387/04; 6.402/05; 6.373/05; 6.508/06; 7.047/06; apensados; da emenda nº 001/91, apresentada ao PL nº 203/91 na CSSF; e das de nºs 005/96, 006/96 e 009/96, apresentadas na CDCMAM, e nºs 001/98, 006/98, 007/98, 010/98 e 011/98, apresentadas na CEIC ao PL nº 1.259/95, com substitutivo. Pela inconstitucionalidade dos PLs nºs 59/99; 988/99; 1.016/99; 2.254/99 e 2.491/00; pela inadequação orçamentária e financeira dos PLs 3.333/92; 4.502/98; 4.511/98; 203/99; 1.016/99; 1.760/99; 2.201/99; 2.254/99; 2.817/00; 3.480/00; 4.329/01; 4.709/01; 5.501/01; 6.011/01; 637/03; 2.147/03; 2.659/03; 3.637/04; 3.912/04; 4.271/04; 4.356/04; 6.375/05; 6.446/05; 6.615/06, bem como das emendas nºs 001/91 e 005/91, apresentadas ao PL nº 203/91 na CSSF; pela rejeição, quanto ao mérito, dos PLs nº 4.131/89; 447/91; 1.137/91; 1.154/91; 1.814/91; 2.932/92; 1.094/95;

2.272/96; 4.511/98; 59/99; 203/99; 722/99; 1.610/99; 1.720/99; 1.760/99; 2.013/99; 2.251/99; 2.491/00; 2.815/00; 2.817/00; 3.883/00; 4.136/01; 5.501/01; 6.011/01; 6.483/02; 6.518/02; das emendas nºs 002, 003, 004, 005, 006, 007 e 008/91, apresentadas ao PL 203/91 na CSSF; das de nºs 007/96 e 08/96, apresentadas na CDCMAM e de nºs 002, 003, 004, 005, 008 e 009/98, apresentadas na CEIC ao PL 1.259/95; das de nºs 001, 002, 003 e 004/96, apresentadas na CEIC, e nºs 001, 002 e 003/97, apresentadas na CDCMAM ao PL 2.272/96, nos termos do parecer do Relator, que apresentou complementação de voto e, em função da rejeição do artigo 23 do Substitutivo, objeto do Destaque nº 17/06, reformulação de voto.

Estiveram presentes os Deputados César Medeiros, Fernando Ferro, Luciano Zica, Orlando Desconsi, Selma Schons, Benjamin Maranhão, Max Rosenmann, Nelson Trad, Pedro Chaves, Júlio César, Antonio Carlos Mendes Thame, Leo Alcantara, Neuton Lima, Amauri Gasques, Cezar Silvestri, Jamil Murad, Leonardo Mattos, Colombo, Albérico Filho, Alberto Fraga, Eduardo Sciarra, Ronaldo Caiado, Rafael Guerra, Dr. Benedito Dias, Fleury, Ricarte de Freitas, Paulo Gouvêa, Gonzaga Patriota e Dr. Heleno.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2006.



Deputado Benjamin Maranhão
Presidente



Deputado Cezar Silvestri
Relator

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Institui a Política Nacional de Resíduos, seus princípios, objetivos e instrumentos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

TÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Artigo 1º - Esta lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, com vistas à prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Brasil.

Artigo 2º - São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos que leve em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde

pública;

II - a gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos por meio da articulação entre Poder Público, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil;

III - a cooperação interinstitucional com os órgãos da União, Estados e dos municípios, bem como entre secretarias, órgãos e agências, envolvendo as entidades representantes da iniciativa privada e da sociedade civil no estabelecimento de critérios, diretrizes e ações de incentivos, gerenciamento e controle dos resíduos sólidos;

IV - a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;

V - a prevenção da poluição mediante práticas que promovam a redução ou eliminação de resíduos na fonte geradora;

VI - a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, e recuperação;

VII - a garantia da sociedade ao direito à informação, pelo gerador, sobre o potencial de degradação ambiental dos produtos;

VIII - o acesso da sociedade à educação ambiental;

IX - a adoção do princípio do poluidor-pagador;

X - a responsabilidade dos geradores, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores e operadores de resíduos sólidos em qualquer das fases de seu gerenciamento;

XI - atuar em consonância com as políticas nacionais, estaduais, distritais e municipais de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento, saúde, educação e desenvolvimento urbano;

XII - reconhecer o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, gerador de trabalho e renda;

XIII - reconhecer e incluir as cooperativas de catadores nos programas de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis;

XIV - incentivo sistemático às atividades de reutilização, coleta seletiva, compostagem, reciclagem e valorização de resíduos, inclusive os de ordem tributária e creditícia, com redução do primeiro e elevação das vantagens ofertadas ao segundo;

XV - fomentar o reaproveitamento de resíduos como matérias-primas e fontes de energia e conseqüente preservação de recursos naturais não-renováveis.

Artigo 3º - São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - o uso sustentável, racional e eficiente dos recursos naturais;

II - a preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e a recuperação das áreas degradadas por resíduos sólidos;

III - reduzir a quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos, evitar os problemas ambientais e de saúde pública por eles gerados e erradicar os "lixões", "aterros controlados", "bota-foras" e demais destinações inadequadas;

IV - promover a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva;

V - erradicar o trabalho infantil em resíduos sólidos promovendo a sua integração social e de sua família;

VI - incentivar a cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas e a solução conjunta dos problemas de gestão de resíduos de todas as origens;

VII – fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios.

Parágrafo único - Para alcançar os objetivos colimados, caberá ao Poder Público, em parceria com a iniciativa privada:

- 1 - articular, estimular e assegurar as ações de eliminação, redução, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos;
- 2 - incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição;
- 3 - incentivar a informação sobre o perfil e o impacto ambiental de produtos através da autodeclaração na rotulagem, análise de ciclo de vida e certificação ambiental observadas as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 4 - promover ações direcionadas à criação de mercados locais e regionais para os materiais recicláveis e reciclados;
- 5 - incentivar ações que visem ao uso racional de embalagens;
- 6 - instituir linhas de crédito e financiamento para a elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- 7 - instituir medidas de incentivo à implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- 8 - promover, em parceria com municípios, instituições de ensino e pesquisa e organizações não governamentais, a realização de ações de capacitação de recursos humanos para atuação na área de resíduos sólidos em todas as regiões do País;
- 9 - incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta e a separação,

beneficiamento e reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;

10 - promover ações que conscientizem e disciplinem os cidadãos para o adequado uso do sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos;

11 - assegurar a regularidade, continuidade e universalidade nos sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos;

12 - criar incentivos aos municípios que se dispuserem a implantar, ou permitir a implantação, em seus territórios, de instalações licenciadas para tratamento e disposição final de resíduos sólidos, oriundos de quaisquer outros municípios;

13 - implantar Sistema Declaratório Anual para o controle da geração, estocagem, transporte e destinação final de resíduos industriais;

14 - promover a gestão integrada e compartilhada de Resíduos Sólidos, apoiando a concepção, implementação e gerenciamento dos sistemas de resíduos sólidos com participação social e sustentabilidade.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Artigo 4º - São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - o planejamento integrado e compartilhado do gerenciamento dos resíduos sólidos;

II - os Planos Nacional, Estaduais, Regionais, Distrital, Metropolitanos, e Municipais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

III - os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos Geradores;

IV - o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos;

V - o Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos;

VI - o termo de compromisso e termo de ajustamento de conduta;

VII - os acordos voluntários por setores da economia;

VIII - o licenciamento, a fiscalização e as penalidades;

IX - o monitoramento dos indicadores da qualidade ambiental;

X - o aporte de recursos orçamentários e outros, destinados prioritariamente às práticas de prevenção da poluição, à minimização dos resíduos gerados e à recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;

XI - os incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem as práticas de prevenção da poluição e de minimização dos resíduos gerados e a recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;

XII - medidas fiscais, tributárias, creditícias e administrativas que inibam ou restrinjam a geração de resíduos sólidos com maior impacto ambiental;

XIII - os incentivos à gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

XIV - as linhas de financiamento especificamente vinculadas aos princípios e objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

XV - a divulgação de dados e informações incluindo as relativas às programações específicas, às metas, aos indicadores e aos relatórios ambientais;

XVI - a disseminação de informações sobre as técnicas de prevenção da poluição, de minimização, de tratamento e destinação final de resíduos;

XVII - a educação ambiental;

XVIII - o incentivo à certificação ambiental de produtos e processos;

XIX- o incentivo à auto-declaração ambiental na rotulagem dos produtos, observadas as normas ABNT;

XX - o incentivo às auditorias ambientais;

XXI - o incentivo ao seguro ambiental;

XXII - incentivo mediante programações específicas, à implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem de resíduos;

XXIII - incentivo ao uso de resíduos e materiais reciclados como matéria-prima e ou fonte de energia térmica;

XXIV - incentivo a pesquisa e a implementação de processos que utilizem as tecnologias limpas.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Artigo 5º - Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - resíduos sólidos - "resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face da

melhor tecnologia disponível”;

II - Prevenção da Poluição ou Redução na Fonte - a utilização de processos, práticas, materiais, produtos ou energia que evitem ou minimizem a geração de resíduos na fonte e reduzam os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente;

III - Minimização dos Resíduos Gerados - a redução, ao menor volume, quantidade e periculosidade possíveis, dos materiais e substâncias, antes de descartá-los no meio ambiente;

IV - Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar e gerenciar sistemas de resíduos, com a participação dos setores da sociedade com a perspectiva do desenvolvimento sustentável;

V - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar, administrar os resíduos sólidos considerando uma ampla participação das áreas de governo responsáveis no âmbito estadual, distrital, regional, metropolitano e municipal;

VI - Unidades receptoras de resíduos - as instalações licenciadas pelas autoridades ambientais para a recepção, segregação, minimização, reciclagem, armazenamento para futura reutilização, valorização, tratamento ou destinação final de resíduos;

VII - Aterro sanitário - local utilizado para disposição final de resíduos urbanos, onde são aplicados critérios de engenharia e normas operacionais especiais para confinar esses resíduos com segurança, do ponto de vista de controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública;

VIII - Aterro Industrial - técnica de disposição final de resíduos sólidos perigosos ou não perigosos, que utiliza princípios específicos de engenharia para seu seguro confinamento, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e que evita a contaminação de águas superficiais, pluviais e subterrâneas, e minimiza os impactos ambientais;

IX - Área Contaminada - área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que contém quantidades ou concentrações de matéria em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente e a outro bem a proteger;

X - Área Degradada - área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que por ação humana teve as suas características ambientais deterioradas;

XI - Remediação de área contaminada - adoção de medidas para a eliminação ou redução dos riscos em níveis aceitáveis para o uso declarado;

XII - Co-processamento - tecnologia de reaproveitamento de resíduos sólidos como insumos para processos industriais devidamente regulamentados, nos quais os componentes orgânicos são termicamente destruídos e os componentes inorgânicos são inertizados e imobilizados na matriz do produto;

XIII - Reciclagem - Prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados, com a necessidade de tratamento e processamento industrial, inclusive com adição de novas matérias-primas para alterar as suas características físico-químicas;

XIV - Unidades Geradoras - são as instalações que por processo industrial de transformação de matéria-prima produzam resíduos sólidos de qualquer natureza;

XV - Aterro de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Inertes - área onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil classe A, conforme classificação específica, e resíduos inertes no solo, visando a reservação de materiais segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente;

XVI - Resíduos Perigosos - aqueles que em função de suas propriedades

químicas, físicas ou biológicas, apresentam características de periculosidade, tais como inflamabilidade, corrosividade, toxicidade e patogenicidade podendo apresentar riscos à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente, conforme classificação definida pela ABNT;

XVII - Reutilização - prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados na forma em que se encontram sem necessidade de tratamento para alterar as suas características físico-químicas;

XVIII - Remoldagem, recauchutagem, recapagem - processos industriais de reciclagem de pneumáticos que consistem do aproveitamento de carcaças de pneus usados como insumo do processo industrial;

XIX - Deposição Inadequada de Resíduos - são todas as formas de depositar, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos sem medidas que assegurem a efetiva proteção ao meio ambiente e à saúde pública;

XX - Coleta Seletiva - o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos, previamente selecionados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento ou outras destinações alternativas.

Artigo 6º - Nos termos desta lei, os resíduos sólidos enquadrar-se-ão nas seguintes categorias:

I - resíduos urbanos - os provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, da varrição, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos e sistemas de drenagem urbana passíveis de contratação, concessão ou outra forma de delegação a particular, nos termos de lei municipal;

II - resíduos industriais - os provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e manipulação de produtos

acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de estações de tratamento de águas - ETA's e estações de tratamento de esgotos - ETE's;

III - resíduos de serviços de saúde - os provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal, os provenientes de unidades de educação em saúde, centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde, medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados gerados em unidades que executem atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal, os provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal e os provenientes de barreiras sanitárias;

IV – resíduos de atividades rurais - os provenientes da atividade agropecuária, inclusive os resíduos dos insumos utilizados;

V – resíduos de serviços de transporte - os provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, postos de fronteira e estruturas similares - os resíduos sólidos de qualquer natureza proveniente de embarcação, aeronave ou meios de transporte terrestre, incluindo os produzidos nas atividades de operação e manutenção, os associados às cargas e aqueles gerados nas instalações físicas ou áreas desses locais;

VI – resíduos da construção civil - os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, aglomerados, compensados, forros e argamassas, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Parágrafo único - Os resíduos gerados nas operações de emergência ambiental, em acidentes dentro ou fora das unidades geradoras ou receptoras de resíduo, nas operações de remediação de áreas contaminadas e os materiais

gerados nas operações de escavação e dragagem deverão ser previamente caracterizados e em seguida encaminhados para destinação adequada.

Artigo 7º - Os resíduos sólidos perigosos que exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, serão definidos pelos órgãos ambientais competentes, observadas as normas ABNT.

TÍTULO II

DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 8º – As unidades geradoras e receptoras de resíduos deverão ser projetadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação e com a regulamentação pertinente, devendo ser monitoradas de acordo com projeto previamente aprovado pelo órgão ambiental competente.

Artigo 9º - As atividades e instalações de transporte de resíduos sólidos deverão ser projetadas, licenciadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação em vigor, devendo a movimentação de resíduos perigosos ser monitorada por meio de registros rastreáveis, de acordo com o projeto previamente aprovado pelos órgãos previstos em lei ou regulamentação específica.

Artigo 10 - As unidades receptoras de resíduos de caráter regional e de uso intermunicipal, observadas as políticas de aplicação fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, terão prioridade na obtenção de financiamentos pelos organismos oficiais de fomento.

Artigo 11 - Os governos municipais deverão indicar as áreas antigas, atuais e as necessárias para as futuras unidades receptoras de resíduos urbanos, assim

como estabelecer as restrições ocupacionais no seu entorno, em conformidade com estudos de EIA/RIMA específicos para cada empreendimento.

Artigo 12 - Os governos federal, estadual, distrital e municipal, consideradas as suas particularidades e disponibilidades de recursos, promoverão ações, inclusive de incentivo, para reduzir a poluição difusa causada por resíduos sólidos.

Artigo 13 - A gestão dos resíduos sólidos urbanos será feita pelos municípios e pelo Distrito Federal, de forma preferencialmente integrada e regionalizada, com a cooperação dos Estados e do Governo Federal e participação dos organismos da sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.

Parágrafo único: Nas regiões metropolitanas, as soluções para gestão dos resíduos sólidos deverão seguir o plano metropolitano de resíduos sólidos com participação do Estado, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.

Artigo 14 - São vedadas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - lançamento "in natura" a céu aberto;

II - deposição inadequada no solo;

III - a queima de resíduos a céu aberto, em caldeiras ou processos térmicos não-regulamentados;

IV - deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

V - lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações, e semelhantes;

VI - infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de

controle ambiental estadual competente;

VII - utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

VIII - utilização para alimentação humana;

IX - encaminhar resíduos de serviços de saúde, considerados perigosos, para disposição final em aterros, sem submetê-los previamente a tratamento específico, que neutralize sua periculosidade;

X - disposição de resíduos que possam substituir recursos naturais não-renováveis em outros processos de produção, em aterros, ou seu armazenamento temporário por período superior a seis meses.

§1º - Em situações excepcionais de emergência sanitária e fito-sanitária, os órgãos da saúde e de controle ambiental competentes poderão autorizar a queima de resíduos a céu aberto ou outra forma de tratamento que utilize tecnologia alternativa.

§ 2º - As disposições inadequadas devem ser desativadas no prazo de dois anos do início da vigência desta lei ou no prazo definido nos respectivos Termos de Ajustamento de Conduta, e substituídos por sistemas de tratamento ou disposição adequados.

Artigo 15 - Os resíduos de serviços de saúde deverão ser obrigatoriamente classificados e segregados na fonte e tratados em sistemas licenciados pelos órgãos ambientais e de saúde competentes, antes de sua disposição final.

Artigo 16 - Os responsáveis pela degradação ou contaminação de áreas em decorrência de suas atividades econômicas, de acidentes ambientais ou pela disposição inadequada de resíduos sólidos, deverão promover a sua recuperação ou remediação em conformidade com procedimentos específicos, estabelecidos em regulamento ou em Termo de Ajustamento de Conduta.

Artigo 17 - É vedada a importação de resíduos, exceto quando, pelas suas

características, sejam considerados como matérias-primas ou insumos, destinados a processos industriais de reciclagem.

Artigo 18 - A importação, a exportação e o transporte interestadual de resíduos classificados como perigosos, dependerão de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes em conformidade com as normas técnicas e legislação específica.

Artigo 19 - A Administração Pública optará preferencialmente, nas suas compras e contratações, pela aquisição de produtos de reduzido impacto ambiental, os recicláveis, os reciclados e os reformados, devendo especificar essas características na descrição do objeto das licitações, observado os dispostos na lei específica.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Artigo 20 – O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser elaborado pelo gerenciador dos resíduos e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de saúde e do meio ambiente, constitui documento obrigatoriamente integrante do processo de licenciamento das atividades e deve contemplar os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, bem como a eliminação dos riscos, a proteção à saúde e ao ambiente, devendo contemplar em sua elaboração e implementação:

I - as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, quando houver;

II - as diretrizes estabelecidas nos Planos Nacional de Recursos Hídricos e no Plano Nacional de Saneamento, quando houver;

III - o cronograma de implantação e programa de monitoramento e avaliação

das medidas e das ações implementadas.

Parágrafo único - O sistema de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos serão definidos em regulamento.

Artigo 21– A União e os Estados apoiarão, na forma definida em regulamento e segundo as suas disponibilidades de recursos, o Distrito Federal e os Municípios que gerenciarem os seus resíduos urbanos em conformidade com seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

§ 1º- Os Planos referidos no "caput" deverão ser apresentados à autoridade ambiental competente a cada quatro anos e contemplar:

1 - a origem, a quantidade e a caracterização dos resíduos gerados, bem como os prazos máximos para sua destinação;

2 - a estratégia geral do responsável pela geração, reciclagem, tratamento e disposição dos resíduos sólidos, inclusive os provenientes dos serviços de saúde, com vistas à proteção da saúde pública e do meio ambiente;

3 - as medidas que conduzam à otimização de recursos, por meio da cooperação entre os municípios, assegurada a participação da sociedade civil, com vistas à implantação de soluções conjuntas e ação integrada;

4 - a definição e a descrição de medidas e soluções direcionadas:

- a) às práticas de prevenção à poluição;
- b) à minimização dos resíduos gerados, através da reutilização, reciclagem e recuperação;
- c) à compostagem;
- d) ao tratamento ambientalmente adequado.

5 - os tipos e a setorização da coleta;

6 - a forma de transporte, armazenamento e disposição final;

7 - as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de manuseio incorreto ou de acidentes;

8 - as áreas para as futuras instalações de recebimento de resíduos, em consonância com os Planos Diretores e legislação de uso e ocupação do solo;

9 - o diagnóstico da situação gerencial atual e a proposta institucional para a futura gestão do sistema;

10 - o diagnóstico e as ações sociais, com a avaliação da presença de catadores nos lixões e nas ruas das cidades, bem como as alternativas da sua inclusão social;

11 - as fontes de recursos para investimentos, operação do sistema e amortização de financiamentos.

§ 2º- O horizonte de planejamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos deve ser compatível com o período de implantação dos seus programas e projetos, ser periodicamente revisado e compatibilizado com o plano anteriormente vigente.

§ 3º- Os municípios, com menos de 30.000 habitantes de população urbana, conforme último censo, poderão apresentar Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos simplificados, na forma estabelecida em regulamento.

Artigo 22 - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais poderá prever a destinação em centrais integradas de tratamento para múltiplos resíduos.

Artigo 23 - Os órgãos ambientais competentes poderão, na forma estabelecida em regulamento, exigir a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais para efeito de aprovação, avaliação e controle.

Artigo 24 – As formas de apoio indicadas no art. 21, especialmente as que envolvam a concessão de recursos a fundo perdido, não serão estendidas aos

entes inadimplentes quanto a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que atenda ao que estabelece a presente Lei.

Artigo 25 – A União deverá, por intermédio do órgão ambiental competente, apresentar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Resíduos Sólidos para aprovação, nos termos do Artigo 19 desta lei.

CAPÍTULO III

DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 26 – O Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pelo planejamento e execução com regularidade e continuidade dos serviços de limpeza pública, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, exercendo a titularidade dos serviços em seus respectivos territórios.

Parágrafo único - A prestação dos serviços mencionados no "caput" deverá adequar-se às peculiaridades e necessidades definidas pelo Distrito Federal e Municípios, nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Artigo 27 - A taxa de limpeza urbana é o instrumento que pode ser adotado pelo Distrito Federal e pelos municípios para atendimento do custo da implantação e operação dos serviços de limpeza urbana.

§ 1º - Com vistas à sustentabilidade dos serviços de limpeza urbana, o Distrito Federal e os Municípios poderão fixar os critérios de mensuração dos serviços, para efeitos de cobrança da taxa de limpeza urbana, com base, entre outros, nos seguintes indicadores:

- 1 - a classificação dos serviços;
- 2 - a correlação com o consumo de outros serviços públicos;
- 3 - a quantidade e frequência dos serviços prestados;
- 4 - avaliação histórica e estatística da efetividade de cobrança em cada região geográfica homogênea;

5 - autodeclaração do usuário.

§ 2º - Poderão ser instituídas taxas e tarifas diferenciadas de serviços especiais, referentes aos resíduos que contenham substâncias ou componentes perigosos à saúde pública e ao meio ambiente, definidos nos artigos 6º e 7º, e tornem onerosas a operação do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 28 - São considerados usuários dos serviços de limpeza urbana:

I - a pessoa física ou jurídica que gerar resíduos ou auferir efetivo e imediato ou mediato proveito, decorrente da prestação dos serviços de limpeza urbana, na condição de proprietário, condômino, titular do domínio útil ou possuidor, direto ou indireto e a qualquer título, de imóvel ou condomínio situado em via ou logradouro atendido pelos serviços de limpeza urbana;

II - a pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela coleta e remoção do resíduo, no caso de concessão dos serviços de tratamento e destinação final;

III - O Distrito Federal e o Município, nos casos de concessão, isoladamente ou em consórcio, representando a comunidade ou parte dela.

Artigo 29 - Os usuários dos sistemas de limpeza urbana deverão acondicionar os resíduos para coleta de forma adequada, cabendo-lhes observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

§ 1º - Cabe ao Poder Público do Distrito Federal e Municipal, por meio dos órgãos competentes, dar ampla publicidade às disposições e aos procedimentos do sistema de limpeza urbana, bem como da forma de coleta, triagem, transporte e seleção, além dos locais e horários de entrega dos resíduos.

§ 2º - A coleta de resíduos urbanos será feita, preferencialmente, de forma seletiva e com inclusão social.

Artigo 30 - A União deve, nos limites de sua competência, atribuições e disponibilidades de recursos:

I - promover ações objetivando a que os sistemas de limpeza pública coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos sejam estendidos a todos os Municípios e ao Distrito Federal e atendam aos princípios de regularidade, continuidade, universalidade em condições sanitárias de segurança;

II - incentivar a Implantação, gradativa, no Distrito Federal e nos Municípios da segregação dos resíduos sólidos na origem, visando ao reaproveitamento e a reciclagem;

III - estimular o Distrito Federal e os Municípios a atingirem a auto-sustentabilidade econômica dos seus sistemas de limpeza urbana, mediante orientação para a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população;

IV - fomentar a elaboração de legislação e atos normativos específicos de limpeza urbana no Distrito Federal e nos Municípios, em consonância com as políticas estadual e federal;

V - criar mecanismos que facilitem a aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a comercialização dos recicláveis e reciclados em todas as regiões do País;

VI - incentivar a formação de consórcios entre Municípios com vistas ao tratamento, processamento de resíduos e comercialização de materiais recicláveis;

VII - fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o Poder Público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e

desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores;

VIII - observar a obrigatoriedade dos órgãos ambientais em cumprir prazos de licenciamento;

IX - incentivar a reciclagem e a valorização de resíduos em substituição de recursos naturais não-renováveis.

Artigo 31 – A União, observadas as políticas de aplicação fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, adotará critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos do Distrito Federal e dos Municípios que contemplem ou estejam de acordo com:

I - as diretrizes e recomendações dos planos de gerenciamento regionais metropolitanos e nacional de resíduos sólidos;

II - a sustentabilidade financeira dos empreendimentos através da demonstração dos instrumentos específicos de custeio;

III - a sustentabilidade técnica-operacional através de programas continuados de capacitação e educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DE MINERAÇÃO

Artigo 32 - Os resíduos mencionados neste capítulo que não possuam quaisquer traços de toxidade, reatividade, corrosividade, inflamabilidade e explosividade nos termos das normas pertinentes poderão ser equiparados aos resíduos urbanos, de acordo com as disposições desta Lei, para fins de coleta pelo Poder Público.

§ 1º - Na hipótese de equiparação de resíduos industriais e de mineração aos resíduos urbanos, o Município e o Distrito Federal poderão instituir preços

públicos de limpeza urbana diferenciados, devido ao volume ou a características especiais desses resíduos, bem como em razão da localização geográfica, que possam dificultar a operação cotidiana do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º - Caberá ao responsável pelo gerenciamento dos resíduos a decisão da utilização dos serviços prestados pelo Poder Público nos termos deste artigo.

Artigo 33 – Entende-se como resíduos industriais - os provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de estações de tratamento de águas - ETA's e estações de tratamento de esgotos ETE's;

§ 1º - não se enquadram na classificação de resíduos os materiais secundários e co- produtos para os quais se tenha comprovadamente alternativa econômica e ecologicamente viável de reciclagem, dentro do próprio processo industrial, ou de reutilização, como matéria-prima ou energia, em outros processos industriais ou atividades econômicas.

§ 2º - a alternativa de que trata o parágrafo 1º desse artigo precisa ter sua viabilidade comprovada em termos técnicos e de segurança ambiental, por meio de estudos científicos aprovados pelas autoridades ambientais competentes e ter seu uso regulamentado e especificado em normas técnicas, definindo co-produtos de uso consagrado, tais como:

I - cloro, na indústria de cloro-soda;

II - massa asfáltica e piche, na indústria do petróleo;

III - derivados gás-químicos e carbo-químicos, em processos de destilação de condensados oriundos de limpeza de gás;

IV - agregados siderúrgicos de alto-forno e aciaria, pós de coletores e lamas de ETEs, na indústria siderúrgica;

V - bagaço, na agro-indústria canavieira;

VI - aparas, costaneiras e pó de serra, na indústria madeireira.

§ 3º - a lista apresentada no parágrafo 2º é exemplificativa, e não esgota as alternativas atuais e futuras de desenvolvimento de co-produtos.

Artigo 34 – O gerenciamento dos resíduos industriais e de mineração, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender os requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de que trata esta Lei.

Artigo 35 - Compete aos estabelecimentos industriais e de mineração a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, desde a sua geração até a destinação final, incluindo:

I - a adoção de ações destinadas à redução de resíduos na fonte;

II - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com as classes fixadas e com a periodicidade determinada em normas específicas, nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;

III - o acondicionamento, a identificação e o transporte interno adequado dos resíduos, se for o caso;

IV - a manutenção de áreas adequadas para operação e armazenagem dos resíduos;

V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma exigida pelas autoridades competentes.

Artigo 36 - O emprego de resíduos industriais e de mineração perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º - O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º - É vedada a incorporação de resíduos industriais e de mineração perigosos *in-natura*, em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Artigo 37 - As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Artigo 38 - Entende-se por resíduos específicos da atividade de mineração os provenientes dos processos de pesquisa, de lavra e de beneficiamento ou tratamento do minério.

Artigo 39 - São resíduos específicos da atividade de mineração:

I - os resíduos de testemunhos gerados na etapa de pesquisa de uma jazida;

II - os resíduos de amostras a serem utilizadas em planta piloto;

III - os resíduos denominados fração estéril, que são aqueles gerados nos processos de lavra e que não apresentam viabilidade econômica diante das tecnologias aplicáveis;

IV - os resíduos denominados rejeitos, que são aqueles gerados nos processos de beneficiamento ou de tratamento do minério e que, diante das tecnologias aplicáveis, não apresentam viabilidade técnica econômica quanto ao seu reaproveitamento;

V - a fração sedimento, gerada em decorrência do arraste superficial de sólidos nas áreas não capeadas inerentes às plantas de mineração.

Artigo 40 - Os resíduos denominados fração estéril da mineração devem ter disposição final específica, mediante licença ambiental, obedecidas as normas das autoridades ambientais competentes.

Parágrafo único: Os testemunhos gerados na prospecção e pesquisa poderão, se necessário, ser dispostos em conjunto com a fração estéril.

Artigo 41 - Os rejeitos gerados nos processos de beneficiamento e de tratamento do minério, bem como os sedimentos gerados nas plantas de mineração, poderão ser dispostos em barragens, depósitos ou em lagos artificiais, construídos sob critérios estabelecidos pela autoridade ambiental, de competência federal.

§ 1º - As barragens, depósitos ou lagos artificiais a que se refere o "caput", bem como outras alternativas de disposição final que se apresentem como técnica, ambiental e economicamente viáveis, deverão ser licenciadas pela autoridade ambiental competente.

§ 2º - os rejeitos para os quais se desenvolva tecnologia de reciclagem ou novas aplicações de uso, desde que não estejam dispostos no meio ambiente, passam a ser considerados co-produtos da mineração, sob condições e critérios similares definidos no § 1º do artigo 33 desta Lei;

§ 3º - para os rejeitos já dispostos no meio ambiente, em bacias ou qualquer outro tipo de depósito, a re-mineração dos mesmos em face de novos usos deverá ser objeto de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

Artigo 42 - Os responsáveis pelos estabelecimentos industriais ou de mineração arcarão com os custos relativos a todas as etapas do gerenciamento de seus resíduos, incluídas as análises técnicas requeridas pelas autoridades competentes.

Artigo 43 - Os estabelecimentos industriais e de mineração, deverão elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Artigo 44 - As unidades geradoras de resíduos industriais devem buscar soluções que possibilitem a prevenção da poluição, de redução da geração de resíduos e efluentes a reutilização dos resíduos gerados, a reciclagem e a redução da periculosidade desses resíduos.

Artigo 45 - As instalações industriais utilizadas para o processamento de resíduos serão consideradas como unidade receptora de resíduos, sujeitando-se às normas editadas pela autoridade ambiental competente.

Artigo 46 - As unidades industriais utilizadas para a requalificação e transformação de resíduos em materiais secundários ou co-produtos serão consideradas unidades de processo industrial e serem devidamente licenciadas como tal pela autoridade ambiental competente.

§ 1º - Os resíduos requalificados como materiais secundários ou co-produtos deverão ter o uso autorizado após a realização de testes comprobatórios da viabilidade técnica e ambiental dessa utilização, devidamente aceitos pelas autoridades competentes.

§ 2º - Deixam de ser caracterizados como resíduos os materiais que atenderem ao disposto no parágrafo anterior, uma vez autorizado seu uso como matéria-prima, insumo ou fonte de energia ou qualquer outra finalidade técnica, econômica e ambientalmente viável.

§ 3º - A União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal poderão instituir,

em Lei específica, os incentivos fiscais e creditícios ao desenvolvimento de tecnologias e fabricação e comercialização de produtos oriundos de resíduos e que substituam produtos similares ou sucedâneos fabricados a partir de recursos naturais não renováveis.

CAPÍTULO V

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Artigo 47 - Os resíduos perigosos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Artigo 48 - O licenciamento, pela autoridade de controle ambiental, de empreendimento ou atividade que gere resíduo perigoso condicionar-se-á à comprovação de capacidade técnica para o seu gerenciamento e à existência do Plano de Gerenciamento de Resíduos Especiais nos termos desta Lei.

Artigo 49 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos perigosos devem ainda:

I - manter os locais de operação, recipientes e veículos de transporte relacionados ao gerenciamento de resíduos perigosos devidamente identificados, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

II - não adotar condutas capazes de causar aumento de periculosidade dos resíduos ou que dificultem, de alguma forma, seu gerenciamento;

III - manter inventário atualizado e facilmente acessível dos resíduos perigosos;

IV - informar imediatamente ao órgão de controle ambiental sobre a ocorrência

de acidentes ou sobre desaparecimento de resíduos, durante qualquer etapa do gerenciamento;

V - ser responsável pelas informações a serem prestadas à vizinhança das unidades geradora de resíduos.

Artigo 50 - A coleta e gerenciamento de resíduos perigosos, quando não forem executados pelo próprio gerador, somente poderão ser exercidos por empresas, ou ente público autorizados pelo órgão de controle ambiental para tal fim.

Artigo 51 - O transporte dos resíduos perigosos deverá ser feito com emprego de equipamentos adequados sendo devidamente acondicionados e rotulados em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes.

Parágrafo único - Quando houver movimentação de resíduos perigosos para fora da unidade geradora, os geradores, transportadores e as unidades receptoras de resíduos perigosos deverão, obrigatoriamente, utilizar o Manifesto de Transporte de Resíduos, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Artigo 52 - Aquele que executar o transporte de resíduos perigosos deverá verificar, junto aos órgãos de trânsito do estado e dos municípios as rotas preferenciais por onde a carga deverá passar e informar ao órgão de controle ambiental o roteiro de transporte.

Artigo 53 - Os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos obedecerão às disposições constantes dos acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

CAPÍTULO VI

DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Artigo 54 - Para efeito desta Lei, são considerados resíduos de serviços de saúde os provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviço de saúde.

§ 1º - São considerados geradores de resíduos de serviço de saúde:

I - os prestadores de serviço que promovam ações de assistência domiciliar;

II - serviços de apoio à preservação da vida, serviços ambulatoriais de atendimento médico e odontológico, indústrias e serviços de pesquisa na área de saúde;

III - hospitais, clínicas, consultórios, serviços ambulatoriais de atendimento médico e odontológico;

IV - serviços de acupuntura e tatuagem;

V - serviços veterinários destinados ao tratamento da saúde animal;

VI - serviços de atendimento radiológico, de radioterapia e de medicina nuclear;

VII - serviços de tratamento quimioterápico;

VIII - serviços de hemoterapia e unidades de produção de hemocomponentes e hemoderivados;

IX - laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica;

X - necrotérios e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento e serviços de medicina legal;

XI - drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação;

XII - estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde;

XIII - unidades de controle de zoonoses;

XIV - indústrias farmacêuticas e bioquímicas;

XV - unidades móveis de atendimento à saúde;

XVI - lavanderias que prestam serviços a estabelecimentos de saúde;

XVII - demais serviços relacionados ao atendimento em saúde.

§ 2º- Equiparam-se aos resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, os medicamentos vencidos ou deteriorados e os resíduos de serviços de transporte, quando declarados potencialmente infectantes.

§ 3º- As autoridades ambientais e de saúde poderão definir, em normas regulamentadoras, outros geradores de resíduos de serviços de saúde não contemplados no *caput* deste artigo.

Artigo 55 - Os resíduos de serviços de saúde são classificados da seguinte forma:

I - grupo A (potencialmente infectantes) – resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência, infectividade ou concentração de patógenos, apresentam risco adicional à saúde pública;

II - grupo B – (químicos) – resíduos de substâncias químicas que apresentam risco à saúde pública ou ao meio ambiente, independente de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade;

III - grupo C – rejeitos radioativos – quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas específicas estabelecidas pela autoridade federal em energia nuclear competente;

IV - grupo D – resíduos comuns, os que não se enquadram nas categorias anteriores.

Artigo 56 - Compete aos serviços de saúde a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos, desde sua geração até a destinação e disposição final, incluindo:

I - a adoção de iniciativas destinadas à redução de resíduos;

II - a separação de acordo com as classes estabelecidas no artigo anterior e na legislação específica e coleta interna periódica dos resíduos nas fontes geradoras existentes dentro do estabelecimento;

III - o acondicionamento, a identificação, o tratamento preliminar, quando couber, o transporte interno e o armazenamento para coleta externa dos resíduos;

IV - a manutenção de áreas para operação e armazenagem dos resíduos;

V - a apresentação dos resíduos à coleta externa, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes;

VI - o transporte externo, tratamento e destinação final dos resíduos, na forma prevista nas normas aplicáveis.

Artigo 57 - Os resíduos de saúde potencialmente infectantes, quando tecnicamente viável, não poderão receber disposição final sem tratamento prévio que assegure a eliminação de suas características de patogenicidade.

§ 1º – Os resíduos mencionados neste capítulo que não possuam quaisquer traços de patogenicidade, toxicidade, reatividade, corrosividade, inflamabilidade e explosividade, nos termos das normas pertinentes, poderão ser equiparados aos

resíduos urbanos comuns, de acordo com as disposições desta Lei, para fins de coleta pelo Poder Público.

§ 2º - Os resíduos de saúde classificados no inciso I (Grupo A) do Artigo 55, devidamente acondicionados, deverão ser armazenados temporariamente em câmaras frigoríficas ou em gabinetes refrigeradores, mantidas em temperaturas nominais abaixo de 0º (zero) grau Celsius, até que se efetue o seu transporte para o destino final adequado.

Artigo 58 - O tratamento de resíduos de serviços de saúde classificados nos incisos I, II e III do artigo 55 (Grupos A, B e C) será feito em unidades centralizadas, sob a responsabilidade do Município ou do Distrito Federal, ou ainda pelo próprio gerador ou por terceiros, desde que autorizados pelo Poder Público Municipal ou do Distrito Federal, bem como submetidos a licenciamento junto às autoridades ambientais e de saúde pública competentes.

Artigo 59 - Para viabilizar a execução dos serviços indicados nos artigos 56, inciso VI e 57, parágrafo primeiro, o Município e o Distrito Federal poderão instituir cobrança específica relativa aos serviços prestados, nos termos desta Lei.

Artigo 60 - Em razão da quantidade ou periculosidade dos resíduos gerados, a autoridade de saúde pública e ambiental, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir dos serviços de saúde a manutenção de sistema de Gerenciamento integrado de resíduos na própria unidade geradora.

Artigo 61 - O importador, o fabricante e o distribuidor de medicamentos, bem como os prestadores de serviços de saúde, são co-responsáveis pela coleta dos resíduos especiais resultantes dos produtos vencidos ou considerados, por decisão das autoridades competentes, inadequados ao consumo.

§ 1º - O importador e o fabricante dos produtos descritos neste artigo são responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos resíduos de saúde.

§ 2º - É vedada a recepção por parte dos serviços de saúde públicos ou

privados e por parte de organizações humanitárias ou de caridade, de medicamentos doados por empresas, entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras, incluídos os organismos internacionais ou doadores individuais, que tenham o seu prazo de validade incompatíveis com os prazos de transporte desde a origem, desembaraço aduaneiro, distribuição interna e uso continuado pelos destinatários finais.

Artigo 62 - O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, elaborado nos termos previstos no Art. 20 desta Lei, será parte integrante do processo a ser submetido à aprovação das autoridades competentes de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, para obtenção ou dispensa de licenciamento ambiental e sanitário dos serviços de saúde, de acordo com a legislação local aplicável.

Artigo 63 - Os resíduos perfuro-cortantes ou perfurantes deverão ser acondicionados em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado adequadamente.

Artigo 64 - É proibida a utilização de tubos de queda para o transporte dos resíduos de que tratam o Art. 55.

CAPÍTULO VII

DOS RESÍDUOS GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Artigo 65 - Resíduos rurais são aqueles provenientes da atividade agropastoril ou demais atividades rurais, bem como os resíduos dos respectivos insumos.

Artigo 66 - É de responsabilidade do proprietário, arrendatário ou ocupante do estabelecimento rural o gerenciamento dos resíduos neste gerados.

Artigo 67 - As pessoas físicas ou jurídicas produtoras e importadoras de produtos destinados à atividade rural são responsáveis pela destinação dos resíduos especiais gerados por esses produtos.

§ 1º - Consideram-se resíduos especiais da atividade rural, de responsabilidade do fabricante ou do importador, os insumos agrícolas ou os agrotóxicos e afins, de acordo com a tipificação estabelecida na legislação própria, vencidos, proibidos, apreendidos, classificados como perigosos, bem como as suas embalagens.

§ 2º - A destinação a que se refere o *caput*, em qualquer de suas formas, abrange a reciclagem ou a inertização, obedecidas as normas e instruções emitidas pelas autoridades registrantes, fiscalizadoras, sanitárias e ambientais competentes. Embalagens vazias de agrotóxicos e terras contaminadas com esses resíduos poderão ser destruídas via co-processamento mediante autorização do órgão ambiental competente.

§ 3º - O uso de farinha e gordura animal resultante do abate de gado deve ser incentivado, como fonte de substituição de matéria-prima ou energia em outros processos.

Artigo 68 - A destinação dos resíduos especiais decorrentes da atividade rural deverá estar prevista em Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Artigo 69 - Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso de acordo com as normas vigentes, instruções previstas nos correspondentes contratos de compra e venda ou manuais de utilização, sob pena de assumirem responsabilidade solidária com o fornecedor pelo gerenciamento desses resíduos.

Artigo 70 - Aplica-se às unidades agro-industriais o disposto no Capítulo V, conforme o caso.

CAPITULO VIII

DOS RESÍDUOS DE TRANSPORTE OU PROVENIENTES DE PORTOS, AEROPORTOS, TERMINAIS FERROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS E PORTUÁRIOS E POSTOS DE FRONTEIRA

Artigo 71 - Compete à administração dos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e postos de fronteira a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados.

Parágrafo único. As unidades geradoras de resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, bem como postos de fronteira, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei, em conformidade com Resolução ANVISA em vigor, que estabelece o termo de referência para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos Sólidos para Instalações Portuárias, Aeroportuárias e Terminais Alfandegados de Uso Público e suas versões posteriores.

Artigo 72 - Com vistas ao seu manejo, tratamento e destinação final como resíduos de serviços de saúde, serão como tal considerados os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte:

- I - provenientes de áreas infectadas;
- II - com viajantes que apresentem anormalidades clínicas, compatíveis com doenças infecto-contagiosas ou transmitidas por vetores, definidas pelas autoridades de saúde pública competentes;
- III - os provenientes de serviços de atendimento médico, da respectiva unidade;
- IV - os animais mortos a bordo.

Artigo 73 - Os resíduos provenientes das áreas de manutenção de unidades de transporte, de depósitos de combustíveis, de armazenagem de cargas, áreas de treinamento contra incêndio ou similares, que apresentem risco à saúde pública ou ao meio ambiente devido as suas características, deverão ser

gerenciados como resíduos perigosos, nos termos desta Lei e demais normas aplicáveis.

Artigo 74 - O tratamento e a disposição final dos resíduos gerados em unidades de transporte, terminais e postos de fronteira serão controlados e fiscalizados pelas autoridades ambientais e de saúde pública competentes, de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 75 - As cargas apreendidas por autoridade de fiscalização ou abandonadas nos serviços de transporte devem ser, até que se manifestem as autoridades competentes, consideradas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente e a saúde pública.

§ 1º- Os serviços de transporte devem manter áreas que permitam o armazenamento seguro das cargas referidas no caput.

§ 2º- Ao considerarem as cargas referidas no caput como resíduos, as autoridades competentes de meio ambiente e, quando couber, as autoridades de fiscalização fazendária, devem definir especificamente os procedimentos a serem adotados.

§ 3º- Respondem pelo transporte, tratamento e destinação final das cargas consideradas resíduos, na medida de sua contribuição para tal mudança de natureza da carga, o vendedor, o exportador, o comprador, o destinatário, o importador, o fabricante, o transportador, o embarcador e quem os represente, assegurado o direito de regresso.

§ 4º - As despesas relacionadas ao gerenciamento das cargas consideradas resíduos correm exclusivamente por conta dos responsáveis referidos no parágrafo 3º.

§ 5º - As despesas eventualmente efetuadas pelo Poder Público devem ser ressarcidas pelos responsáveis referidos no parágrafo 3º.

CAPITULO IX

DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Artigo 76 - Consideram-se resíduos da construção civil o entulho e quaisquer rejeitos ou materiais oriundos das atividades da construção civil de um modo geral.

Artigo 77 - Na forma desta Lei, são responsáveis pela destinação e gerenciamento dos resíduos da construção civil:

I - o proprietário do imóvel ou do empreendimento;

II - o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;

III - as empresas ou pessoas que prestem serviços de coleta ou disposição de resíduos da construção civil.

Artigo 78 - Os resíduos da construção civil terão disposição final nos locais e nas condições estabelecidos nesta Lei, em conformidade com as normas editadas pelo Município ou pelo Distrito Federal.

Parágrafo único - Esses locais poderão abrigar as instalações das usinas de triagem, reciclagem e reprocessamento de entulhos e rejeito de obras.

Artigo 79 - Os geradores de resíduos da construção civil que possam ser, por força de profissão ou atividade continuada, considerados geradores habituais, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo único - As autoridades ambientais competentes editarão normas regulamentadoras de maneira a assegurar a agilidade do procedimento previsto no *caput* deste artigo, especialmente no que disser respeito a obra ou reforma de pequena dimensão ou de execução urgente.

CAPÍTULO X

DOS RESÍDUOS DO COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

Artigo 80 - Para efeito desta Lei, são considerados resíduos do comércio e de serviços os provenientes dessas atividades, praticadas em lojas, centros comerciais, mercados de qualquer porte, postos volantes de vendas, postos de gasolina e similares, oficinas, bancos, estabelecimentos de ensino, escritórios e outros de natureza similar.

Parágrafo único - As unidades de prestação de serviço de saúde especificadas no Art. 54 parágrafo 1º, que estiverem estabelecidas em centros comerciais submetem-se aos dispostos no Cap. VII do Título II desta Lei.

Artigo 81 - Compete aos comerciantes e prestadores de serviços o gerenciamento de seus resíduos, de acordo com as disposições desta Lei, conforme as peculiaridades das atividades por eles exercidas.

Parágrafo único - O Gerenciamento integrado de resíduos previsto neste artigo deverá ser objeto de Plano de Gerenciamento integrado de resíduos Sólidos Especiais, elaborado nos termos previstos nesta Lei.

Artigo 82- Em razão da quantidade ou eventual periculosidade dos resíduos gerados, as autoridades ambientais e de saúde pública competentes, bem como o Município e o Distrito Federal, poderão exigir que o estabelecimento comercial ou de serviço mantenha sistema de Gerenciamento integrado de resíduos na própria unidade geradora.

CAPÍTULO XI

DOS RESÍDUOS DE PNEUMÁTICOS

Artigo 83 - Para os fins do disposto nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

I – pneu ou pneumático: artefato inflável constituído por borracha e materiais de reforço, utilizado para rodagem em veículos automotores;

II – pneu novo: pneu que não sofreu qualquer uso, não foi submetido a qualquer tipo de reforma e não apresenta sinais de envelhecimento ou deterioração;

III – pneu usado: pneu que foi submetido a qualquer tipo de utilização ou desgaste, mas que ainda pode ser utilizado, para reciclagem, inclusive como matéria-prima ou insumo na produção de pneus recauchutados, de pneus recapados e de pneus remoldados;

IV – remoldagem, recauchutagem, recapagem – processos industriais de reciclagem de pneumáticos que consistem do aproveitamento de carcaças de pneus usados como insumo do processo industrial;

V – pneu reformado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado e que engloba as categorias de pneu remoldado, pneu recauchutado e pneu recapado;

VI – pneu recapado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado, mediante a substituição de sua banda de rodagem, mantendo-se íntegra sua banda lateral, com as informações do fabricante do pneu novo original, tais como: nº do CNPJ, capacidade de carga, índice de velocidade e data de sua fabricação, em consonância com o Regulamento Técnico de Qualidade emitido pelo Órgão Técnico Federal;

VII – pneu recauchutado: pneu reciclado, obtido a partir da carcaça de pneu usado, mediante a substituição de sua banda de rodagem e dos ombros desse pneu, mantendo-se íntegra sua banda lateral, com as informações do

fabricante do pneu novo original, tais como: nº do CNPJ, capacidade de carga, índice de velocidade e data de sua fabricação, em consonância com o Regulamento Técnico de Qualidade emitido pelo Órgão Técnico Federal;

VIII – pneu remoldado: pneu reciclado, fabricado a partir da carcaça de pneu usado, substituindo-se sua banda de rodagem, ombros e toda a superfície de suas laterais, eliminando-se todas as informações do fabricante do pneu novo original, passando o pneu assim produzido a ter nova marca e ostentar, vulcanizado em sua lateral, a data de sua fabricação, índice de velocidade e índice de capacidade de carga, além de outras exigidas pelo órgão técnico federal de qualidade, e ainda o CNPJ e nome da empresa que o produziu, que é por ele responsável civil e criminalmente contra defeitos de fabricação, inclusive no que se refere à carcaça;

IX – pneu inservível: pneu descartado por apresentar desgaste ou danos irreparáveis em sua estrutura que impossibilitam qualquer processo de reforma;

X – destinação final ambientalmente adequada de pneus inservíveis: qualquer procedimento técnico, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, objetivando a destinação, por processos físicos ou químicos, de pneus inservíveis;

XI – unidade de recepção e armazenamento temporário de pneus usados e pneus inservíveis: área licenciada por órgão competente do SISNAMA para fins de recepção e armazenamento de pneus usados e inservíveis, para posterior encaminhamento para unidades de reaproveitamento, reforma, tratamento ou destinação final;

XII – unidade de destinação final de pneus inservíveis: local onde será realizada a destinação final de pneus inservíveis.

Artigo 84 - Além do disposto no Art.14 desta Lei, é vedada a disposição de pneus em aterros sanitários, ou qualquer outro tipo de sistema de disposição final, desprovido de instalações cobertas e equipadas para tal fim.

Artigo 85 - Para os fins desta Lei, considera-se geração de passivo ambiental no território brasileiro a importação de pneus de qualquer tipo, novos, reformados, ou usados, bem como os pneus novos fabricados no Brasil e destinados ao consumo interno, cujo controle será feito em relação a seu peso.

Artigo 86 - Ficam as empresas fabricantes de pneus novos, bem como as importadoras de pneus novos, recapados, recauchutados, remoldados e de pneus usados, com peso superior a dois quilogramas, obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada a pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção daqueles que colocam no mercado brasileiro.

§ 1º - A obrigação ambiental de que trata o *caput* deste artigo, será controlada em relação ao peso dos pneus, na proporção de:

I – Um quilograma de pneu inservível coletado para cada quilograma de pneu novo importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, será praticado o desconto de 30% no peso de pneus novos importados;

II - Um quilograma de pneu inservível coletado para cada um quilograma de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional, ficando isentados da obrigação ambiental os pneus fabricados no Brasil e exportados. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, será praticado o desconto de 30% no peso de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional;

III – Um quilograma de pneu inservível coletado para cada quilograma de pneu usado importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o peso de um pneu usado importado será considerado como sendo o de um pneu novo, do mesmo tipo, praticado o desconto de 30%;

IV – 10 (dez) quilogramas de pneus inservíveis coletados para cada quilograma de pneu recapado, recauchutado ou remoldado importado. Considerando-se o desgaste pelo uso, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o peso de um pneu reformado importado será considerado como

sendo o de um pneu novo, do mesmo tipo, praticado o desconto de 30%;

§ 2º - Sobre o montante de pneus de sua produção, a partir de pneus usados coletados no território nacional, as empresas produtoras de pneus recapados, recauchutados e remoldados ficam dispensadas do cumprimento das exigências ambientais de que trata o inciso III do parágrafo 1º deste artigo, devendo, entretanto, cumprir tais exigências, previamente à liberação aduaneira, na proporção dos pneus usados que importarem para utilização como matéria-prima em sua atividade produtiva;

§ 3º - Serão considerados, em peso, como destinação adequada de pneus, os quantitativos exportados de pneus recapados, recauchutados e remoldados;

§ 4º - Aplicam-se o disposto no *caput* e no inciso II deste artigo, aos pneus que equipam os veículos automotores importados;

§ 5º - Os créditos ambientais auferidos com a coleta e destinação final de pneus inservíveis poderão ser transferidos de uma empresa para outra, devendo essas transações ser comunicadas, obrigatoriamente, ao órgão ambiental federal;

§ 6º - Até a data da publicação desta Lei, serão considerados, para efeito de cumprimento da obrigação ambiental prevista no *caput*, tanto para as empresas fabricantes como para as importadoras, os pneus inservíveis coletados no Brasil desde o ano de 2000, que tiveram sua destinação final realizada de forma ambientalmente adequada e devidamente comprovada, observando-se ainda:

I - Pneus inservíveis destinados do ano de 2000 até 2002 - Para cada quilo de pneu destinado o crédito ambiental é de quatro quilos de pneus, considerando-se, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% do peso do pneu original, que se refere ao seu desgaste pelo uso;

II - Pneus inservíveis destinados desde 01 de janeiro de 2003 até a data de publicação desta Lei - Para cada quilo de pneu destinado o crédito ambiental é de dois quilos de pneus, considerando-se, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% do peso do pneu original, que se refere ao seu desgaste pelo uso.

Artigo 87 - Considerando a necessidade de carcaças de pneus usados para utilização como matéria-prima no segmento de reforma de pneus, o órgão ambiental federal poderá, analisando a necessidade do meio ambiente, ampliar ou reduzir a exigência ambiental de que trata esta lei, em até 60% (sessenta por cento), responsabilizando igualmente fabricantes e importadores.

Artigo 88 - O cumprimento da obrigação relativa à destinação final ambientalmente adequada de pneus usados e inservíveis, a partir do ano 2000, conforme estipulado nesta Lei, poderá ser antecipado pelas empresas interessadas, e o crédito dele decorrente, calculado na data de sua destinação final, terá caráter imprescritível e poderá ser acumulado.

Parágrafo único. A borracha extraída dos pneus usados utilizados como matéria-prima na produção de pneus recapados, recauchutados e remoldados, comprovadamente destinada à fabricação de artefatos de borracha, para co-processamento, ou exportada, será considerada como destinação adequada de pneus inservíveis.

Artigo 89 – O Órgão federal ambiental deverá exigir das unidades de destinação final que comprovem o montante de pneus inservíveis destinados, através da quantidade de pneus das suas notas fiscais de entrada, o faturamento e o pagamento dos respectivos tributos, se incidentes nas operações;

Parágrafo único - Todas as empresas destinadoras deverão contratar serviços de auditoria externa independente, de reconhecida credibilidade, para auditar a tarefa de destinação final realizada, bem como o balanço das boas práticas de "Inclusão e Responsabilidade Social", enviando os respectivos relatórios ao órgão ambiental federal, semestralmente, para garantir a manutenção de seu registro como destinadoras.

Artigo 90 – Cabe aos fabricantes de pneus novos e de recapados, recauchutados e remoldados, diretamente ou através de sua rede de distribuição e vendas:

I – armazenar, temporariamente, de forma ambientalmente adequada, os pneus

inservíveis recebidos, a serem posteriormente encaminhados para destinação final, bem como incentivar a organização de associações e/ou cooperativas de coletores de resíduos sólidos, visando à prática de ações empresariais de efetiva "Inclusão e Responsabilidade Social";

II – encaminhar pneus inservíveis, depositados em suas empresas, a unidades de destinação final.

Artigo 91 - Os fabricantes, os importadores e os reformadores de pneus devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO XII

DOS RESÍDUOS DE EXPLOSIVOS E ARMAMENTOS

Artigo 92 – As normas regulamentadoras federais tratarão da Gestão Integrada de resíduos sólidos provenientes de armamentos, explosivos e fogos de artifício, de maneira a enquadrá-los nos padrões estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO XIII

DO LODO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO

Artigo 93 - Para efeitos desta Lei, a expressão "lodo de estação de tratamento" inclui o lodo primário, o lodo biológico aeróbio não estabilizado, o lodo biológico aeróbio estabilizado e o lodo biológico anaeróbio proveniente de estações de tratamento de águas – ETA's e de estações de tratamento de esgotos – ETE's.

Parágrafo único. Quando o lodo possuir as características adequadas para sua utilização como insumo agrícola, poderá ser denominado de biossólido.

Artigo 94 - Os proprietários, concessionários, operadores ou exploradores de

sistemas de tratamento de efluentes, de serviços de coleta e tratamento de água e de esgotos são responsáveis pelo gerenciamento do lodo produzido em seus processos de tratamento, incluindo alternativa de destinação final, organizado por um Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial, a ser elaborado nos termos definidos nesta Lei.

Artigo 95 - O licenciamento ambiental de sistemas de tratamento de água e esgotos, somente será concedido, além das normas ambientais e sanitárias específicas, mediante apresentação de alternativa técnica detalhada de disposição final adequada para os resíduos gerados nestes sistemas, definida no Plano de Gerenciamento de Resíduo Especial.

Artigo 96 - É vedada a utilização de lodo de estação de tratamento de esgoto (ETE) e de estações de tratamento de água (ETA) para fins da produção de composto orgânico ou biossólidos destinados à adubação agrícola, quando não observadas as normas ambientais específicas vigentes.

CAPÍTULO XIV

DOS MÉTODOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS

SÓLIDOS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 97 - Normas regulamentadoras definirão as metodologias, técnicas tecnologias e as melhores práticas a serem empregadas em sistemas de aterramento sanitário, incineração e co-processamento, abrangendo as fases de implantação, operação, manutenção e desativação, levando em consideração a mitigação ou eliminação dos impactos ao meio ambiente e à saúde pública.

Artigo 98 - Os sistemas de incineração e de co-processamento deverão possuir unidade de armazenamento temporário para disposição de resíduos nos casos de paralisação, manutenção ou monitoração da unidade de queima, além de

plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos especiais para cinzas.

Parágrafo único - O plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos especiais para cinzas referido no *caput* não se aplica às unidades de co-processamento.

Artigo 99 - Os operadores de sistemas de disposição resíduos sólidos devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção II

DA INCINERAÇÃO

Artigo 100 - Para instalação de sistemas de incineração, bem como a renovação da sua Licença de Operação, devem ser observados os seguintes critérios para a sua localização e funcionamento, observado o disposto em normas regulamentadoras já existentes e as inovações incrementadas por esta Lei:

I - os sistemas serão instalados preferencialmente em áreas já industrializadas, sendo vedada sua instalação em áreas residenciais;

II - deverá ser utilizada tecnologia que atenda as normas e preceitos de segurança industrial, meio ambiente e saúde ocupacional;

III - deverão ser utilizadas câmaras de combustão em conformidade com as disposições editadas pela autoridade ambiental competente;

IV - o processo de incineração deverá ser adequado à natureza dos resíduos;

V - é vedado o reaproveitamento de calor, exceto quando houver possibilidade de valorização energética, desde que seja tecnológica e economicamente viável.

Artigo 101 - É proibida a queima de resíduos sólidos a céu aberto, salvo hipótese de emergência sanitária, observado o disposto em norma regulamentadora.

Artigo 102 - Os gases de combustão, vapores, particulados e cinzas emitidos na saída da chaminé dos incineradores e os efluentes líquidos, devem observar os valores limites de emissão estabelecidos em norma regulamentadora e deve-se avaliar tais emissões de acordo com calendário previsto nessa norma.

§ 1º - O monitoramento das emissões deverá ser efetuado por sistemas de sondas com interfaces digitais, capazes de efetuar monitoramento em tempo real (24h x 365 dias), devendo ser disponibilizadas suas saídas para conexão de monitoramento remoto para utilização por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais.

§ 2º - A avaliação dos sistemas referidos no parágrafo anterior, deve ser executada por laboratório ou entidade credenciada para tal fim pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Certificação de Qualidade e sua metodologia, calibração de instrumentos e auditoria periódica, deverão estar em conformidade com os padrões do Sistema Nacional de Calibração do INMETRO.

§ 3º - As cinzas resultantes da combustão deverão ser destinadas de acordo com a regulamentação do órgão ambiental competente.

Artigo 103 - Norma regulamentadora disciplinará metas de redução e, quando técnica e economicamente viável, de eliminação definitiva de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e à saúde pública presentes ou geradas em sistemas de incineração.

Artigo 104 - Os sistemas de incineração somente poderão operar sob a supervisão de um responsável técnico, devidamente habilitado, previamente indicado, cujas atribuições serão fixadas norma regulamentadora.

Artigo 105 - Os responsáveis pela instalação e operação de sistemas de incineração devem apresentar Estudo Preliminar de Impacto – EPIA e Relatório de Impacto - RIMA relativos à instalação, operacionalização e desativação de suas unidades.

Subseção I

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Artigo 106 - Os sistemas de incineração de resíduos industriais devem observar, além do disposto para sistemas de incineração em geral, a necessidade de registro das informações acerca dos resíduos industriais e misturas de resíduos recebidas, conforme o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e a norma regulamentadora.

Subseção II

DA INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Artigo 107 - A instalação de sistemas de incineração de resíduos de serviço de saúde deve atender, além do disposto para sistemas de incineração em geral, aos dispostos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e nas normas regulamentadoras, sendo vedada a instalação em áreas integrantes dos complexos de saúde.

Artigo 108 - Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviço de saúde que optarem pela incineração dos resíduos devem fazer constar esta opção do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Especiais previsto nesta Lei.

Artigo 109 - Os resíduos de serviços de saúde recebidos pelo sistema de incineração deverão ser documentados por meio de registro dos dados da fonte geradora, contendo, no mínimo, informações relativas à data de recebimento, quantidade e classificação dos resíduos quanto ao grupo a que pertencem, em

conformidade com esta Lei e as normas específicas editadas para tal fim.

Artigo 110 - Os resíduos de serviços de saúde, quando suscetíveis à incineração, devem obedecer, segundo a classificação fixada no artigo 55, além do disposto em normas regulamentadoras, o seguinte:

I – resíduos do grupo "A" - devem ser destinados a sistemas especialmente licenciados para este fim, depois de esgotadas todas as demais formas de tratamento e de disposição final;

II – resíduos do grupo "B" – devem ser submetidos às condições específicas de tratamento térmico para resíduos de origem industrial;

III – resíduos do grupo "D" – não devem ser destinados à incineração, devendo-lhes ser dispensadas outras formas de tratamento e de disposição final disponíveis.

Subseção III

DA INCINERAÇÃO EM CREMATÓRIOS

Artigo 111 - A instalação de crematórios deve atender, além do disposto para sistemas de incineração em geral, aos dispostos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais e nas normas regulamentadoras, sendo vedada a instalação em áreas integrantes dos complexos de saúde.

Parágrafo único – É vedada a utilização de crematórios para a incineração de resíduos de qualquer natureza.

Artigo 112 - Todo sistema crematório deve ter, no mínimo, câmara de combustão e câmara secundária para queima dos voláteis, cujas condições de operação, limites e parâmetros técnicos de funcionamento serão determinadas em normas regulamentadoras.

Artigo 113 - Os corpos, fetos ou as peças anatômicas recebidos no crematório deverão ser processados em conformidade com as normas sanitárias específicas.

Artigo 114 - A urna funerária utilizada na câmara de combustão deverá ser de papelão ou madeira, isenta de tratamento, pintura, adereços plásticos e metálicos, à exceção dos casos em que urnas lacradas sejam exigidas por questões de saúde pública ou emergência sanitária.

Artigo 115 - O sistema crematório não poderá iniciar sua operação antes da realização do teste de queima, obedecidos os critérios fixados pela autoridade ambiental competente.

Seção III

DO CO-PROCESSAMENTO

Artigo 116 - As instalações onde se realizam atividades de co-processamento devem dispor de áreas adequadas para recepção, armazenamento temporário e manipulação segura dos resíduos e/ou misturas de resíduos, em acordo com esta Lei, além das normas específicas emanadas pelos órgãos ambientais competentes.

§ 1º - As instalações mencionadas no *caput* deste artigo, consideradas unidades receptoras de resíduos, devem ser cobertas, ter pavimento adequado, sistemas de transporte horizontal e vertical adequados, sistemas de emergência (contra-incêndio, EPI etc). Essas instalações estão sujeitas a licenciamento pelas autoridades ambientais competentes.

§ 2º - Poderá ser autorizado, pelos órgãos ambientais competentes, o co-processamento de resíduos ou misturas de resíduos que não substituam combustível ou matéria-prima no processo nas situações em que houver ganho ambiental comprovado.

§ 3º - São resíduos proibidos de serem utilizados em processos de co-processamento:

- a) resíduos patogênicos;
- b) explosivos;
- c) resíduos radioativos.

Artigo 117 - Os operadores de sistemas de co-processamento devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção IV

DOS ATERROS

Artigo 118 - Os aterros devem ser classificados de acordo com os critérios estabelecidos em norma regulamentadora emanada por autoridade ambiental competente e os resíduos, devidamente classificados quanto à natureza, somente poderão ser encaminhados para um aterro de classificação correspondente.

Parágrafo único - A partir da entrada em vigor desta Lei, ficam proibidas as emissões de licenças de instalação de aterros controlados, sendo obrigatória a existência de aterro sanitário.

Artigo 119 - Os aterros sanitários, mesmo que de propriedade particular, devem fazer parte dos sistemas integrados de limpeza urbana.

Artigo 120 - Os órgãos ambientais e de fiscalização sanitária competentes disciplinarão, em normas regulamentadoras, os requisitos e procedimentos de licenciamento, operação, manutenção, monitoramento, acompanhamento, controle e encerramento dos aterros.

Artigo 121 - Os operadores de aterros devem elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Especiais, nos termos desta Lei.

Seção V

DA RECICLAGEM

Artigo 122 - A reciclagem de resíduos deve ser adotada quando ocorrerem simultaneamente as seguintes hipóteses:

I - ser considerada economicamente viável e quando existir um mercado, ou este puder ser criado e quando os materiais coletados e os custos para a sua implantação não sejam desproporcionais em comparação com os custos do tratamento e da disposição final requeridos;

II - ser considerada tecnicamente possível mesmo que requeira pré-tratamento do resíduo;

III - ser considerada ambientalmente conveniente.

§ 1º - A reciclagem deve ocorrer de forma apropriada e segura, de acordo com a natureza do resíduo, e de forma a não ferir o interesse público, nem aumentar a concentração de poluentes.

§ 2º - As operações de separação e triagem dos resíduos sólidos urbanos, exceto os industriais, perigosos e de serviços de saúde, conforme definidos nesta Lei, destinados à reciclagem, devem ser preferencialmente ofertada às comunidades de catadores, formalmente organizados em cooperativas ou outro tipo de associação legal, mesmo que a unidade de triagem tenha sido implantada mediante qualquer tipo arranjo institucional efetivado entre o poder público e empresas.

TÍTULO III

DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I

DA INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 123 – O órgão ambiental federal elaborará, publicará e apresentará, anualmente, o Inventário Nacional de Resíduos, que constará de:

I - o cadastro de fontes prioritárias, efetiva ou potencialmente, poluidoras, industriais, de transportadoras e locais de disposição de resíduos sólidos, especialmente, os industriais e os perigosos;

II - o sistema declaratório;

III - a relação de fontes e substâncias consideradas de interesse.

Parágrafo único – O inventário referido no *caput* deste artigo deverá ser, obrigatoriamente, apresentado ao Congresso Nacional, juntamente com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, conforme disposto no artigo 21 desta Lei.

Artigo 124 – Fica assegurado ao público em geral, o acesso às informações relativas a resíduos sólidos, existentes nos bancos de dados dos órgãos e das entidades da administração, direta e indireta, da União.

Artigo 125 – Compete ao Poder Público fomentar e promover a educação ambiental sobre resíduos sólidos, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas.

Artigo 126 - Os fabricantes, importadores ou fornecedores de produtos e serviços que gerem resíduos perigosos à saúde ou ao ambiente devem informar à comunidade sobre os riscos decorrentes de seu manejo, de maneira

adequada.

Artigo 127 - Os fabricantes e os importadores de produtos que gerem resíduos perigosos ao meio ambiente devem informar aos consumidores sobre os impactos ambientais deles decorrentes, bem como sobre o seu processo de produção através de rotulagem e autodeclarações, observadas as normas da ABNT.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DECLARATÓRIO ANUAL

Artigo 128 - As fontes geradoras, os transportadores e as unidades receptoras de resíduos, ficam obrigadas a apresentar, anualmente, declaração formal contendo as quantidades de resíduos gerados, armazenados, transportados e destinados, na forma a ser fixada no regulamento desta Lei.

Artigo 129 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos perigosos devem informar anualmente, ou sempre que solicitado pelas autoridades competentes da União, Distrito Federal, Estados e municípios:

I - a quantidade de resíduos gerados, manipulados, acondicionados, armazenados, coletados, transportados ou tratados, conforme cada caso específico, assim como a natureza dos mesmos e sua disposição final;

II - as medidas adotadas como objetivo de reduzir a quantidade e a periculosidade dos resíduos e de aperfeiçoar tecnicamente o seu gerenciamento;

III - as instalações de quem dispõe e os procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos;

IV - os dados que forem julgados necessários pelos órgãos competentes.

TÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 130 - Os geradores de resíduos são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao gerador o órgão municipal ou a entidade responsável pela limpeza pública, pela coleta, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 131 – No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em risco o ambiente e a saúde pública, a responsabilidade pela execução de medidas corretivas será:

- I - do gerador, nos eventos ocorridos em suas instalações;
- II - do gerador e do transportador, nos eventos ocorridos durante o transporte de resíduos sólidos; e
- III - do gerador e do gerenciador de unidades receptoras, nos eventos ocorridos nas instalações destas últimas.

§ 1º - Os derramamentos, os vazamentos ou os despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, à defesa civil, aos órgãos ambiental e de saúde pública competentes.

§ 2º - O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as

informações relativas à quantidade e composição do referido material, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e de descontaminação.

Artigo 132 – Os geradores e gerenciadores de unidades receptoras de resíduos sólidos deverão requerer junto aos órgãos competentes registro de encerramento de atividades, quando da sua ocorrência.

Parágrafo único – A formalização do pedido de registro a que se refere o *caput* deste artigo deverá, para as atividades previstas em regulamento, ser acompanhada de relatório conclusivo de auditoria ambiental atestando a qualidade do solo, do ar e das águas na área de impacto do empreendimento.

Artigo 133 – O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais comprovadamente decorrentes das operações das suas instalações.

§ 1º - Os geradores dos resíduos referidos, seus sucessores, e os gerenciadores das unidades receptoras, em atendimento ao princípio do poluidor-pagador, são responsáveis pelos resíduos remanescentes da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação das áreas por eles contaminadas.

§ 2º - O gerenciador de unidades receptoras responde solidariamente com o gerador, pelos danos de que trata este artigo, quando estes se verificarem em sua instalação.

Artigo 134 - O gerador de resíduos sólidos de qualquer origem ou natureza, assim como os seus controladores, respondem solidariamente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes de sua atividade, cabendo-lhes proceder, às suas expensas, às atividades de prevenção, recuperação ou remediação, em conformidade com a solução técnica aprovada pelo órgão ambiental competente, dentro dos prazos assinalados, ou, em caso de inadimplemento, ressarcir, integralmente, todas as despesas realizadas pela administração pública para a devida correção ou reparação do dano ambiental.

Artigo 135 – Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos

perigosos, que exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

Artigo 136 - As unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde somente poderão ser licenciadas quando localizadas em áreas em que a legislação de uso e ocupação do solo permitir o uso industrial ou quando localizadas dentro de áreas para recepção de resíduos previamente licenciadas.

Artigo 137 - O tratamento das carcaças animais será feito por incineração em equipamentos apropriados ou por outro meio de tratamento com eficiência igual ou superior.

§ 1º - Nos casos de emergência sanitária que determinem o abate coletivo de animais, o órgão ambiental competente poderá autorizar o sepultamento de carcaças, em valas coletivas em áreas previamente determinadas.

§ 2º - O licenciamento ambiental obrigatório, realizado pelo órgão ambiental competente, estabelecerá as exigências técnicas, características e condições operacionais para a coleta, acondicionamento, transporte e destruição térmica das carcaças, inclusive para a destinação final do resíduo gerado.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Artigo 138 - Constitui infração, para efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos por ela estabelecidos.

Artigo 139 - As infrações às disposições desta lei, do seu regulamento e dos padrões e exigências técnicas dela decorrentes serão sancionadas em conformidade com a legislação pertinente.

Artigo 140 – Os custos resultantes da aplicação da sanção de interdição temporária ou definitiva, quando aplicável, correrão por conta do infrator.

Artigo 141 – O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei constituirá receita vinculada ao órgão ou entidade responsável pela aplicação das penalidades e deverá ser empregada, observadas as prioridades fixadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias, em ações relacionadas com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, preferencialmente nas regiões com maior ocorrência de infrações.

Artigo 142 – Constatada a infração às disposições desta lei, os órgãos da administração pública encarregados do licenciamento e da fiscalização ambientais poderão diligenciar, junto ao infrator, no sentido de formalizar termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental (TAC) com força de título executivo extrajudicial, que terá por objetivo cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

§ 1º - Cumpridos os dispostos no TAC, as multas pecuniárias aplicadas poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor, e as demais sanções terão sua exigibilidade suspensa, conforme dispuser o regulamento desta lei.

§ 2º - O não-cumprimento total ou parcial do convencionado no termo de ajustamento de conduta ambiental ensejará a execução das obrigações dele decorrentes, sendo as multas cobradas em dobro do valor estipulado, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 143 – O regulamento desta lei estabelecerá:

I - os prazos nos quais os responsáveis pela elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos deverão apresentá-los aos órgãos competentes;

II – os mecanismos de cooperação entre as secretarias, órgãos e agências federais integrantes do SISNAMA, com vistas à execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III – as regras que regulam o Sistema Declaratório Anual.

Artigo 144 - A presente lei não se aplica à gestão de rejeitos radioativos.

Artigo 145 - O órgão ambiental federal deverá propor o regulamento desta lei no prazo de até 1 (um) ano, após a sua entrada em vigor.

Artigo 146 – Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Artigo 147 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2006.



Deputado **BENJAMIN MARANHÃO**
Presidente



Deputado **CEZAR SILVESTRI**
Relator



PROJETO DE LEI N.º 320, DE 2007

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso, por parte dos órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de papel 100% reciclado.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – É obrigatório o uso de papel 100% (cem por cento) reciclado por parte dos órgãos e Instituições federais, estaduais e municipais. A partir da data de publicação da lei, a utilização do papel reciclado deve seguir a seguinte proporcionalidade:

I – No primeiro ano, o percentual de papel 100% (cem por cento) reciclado utilizado pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais deve atingir um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total de papel utilizado;

II – No segundo ano, o percentual deve ser de no mínimo 10% (dez por cento) do total de papel utilizado;

III – A partir do terceiro ano, o percentual deve atingir no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do total de papel utilizado.

Art. 2º A inobservância do disposto no artigo anterior sujeitará os infratores à aplicação de multa de valor a ser estipulado pelo Ministério do Meio ambiente, no âmbito do IBAMA – Instituto brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Renováveis.

Art. 3º Compete ao IBAMA a fiscalização do disposto nesta lei.

§ 1º. Os recursos proveniente de eventuais multas deverão ser investidos em programas de reciclagem de materiais.



§ 2º. Compete ao IBAMA criar campanhas de incentivo ao uso de papel reciclado por parte dos órgãos públicos e instituições privadas.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Inserida entre as principais preocupações da atualidade quanto à contribuição para a preservação do meio ambiente, a reciclagem é uma aplicação prática da postura cada vez mais presente na sociedade de defesa da natureza, pois alia a proteção do meio ambiente a resultados econômicos, sociais, ecológicos e de economia de recursos naturais.

A Administração Pública direta e indireta Federal, em consonância com o crescimento da consciência ambiental na sociedade, deve incentivar os programas de reciclagem e de compra de material reciclado para, desta forma, colaborar, de maneira efetiva, na preservação do meio ambiente para as gerações futuras e uma melhor qualidade de vida para todos.

A utilização de papel reciclado, além de promover o aproveitamento dos resíduos urbanos, mostra-se como uma forma exequível de evitar o abate de 15 a 20 árvores, pois, reduzindo em 70% a contaminação atmosférica, gasta-se 35% a menos de água e economiza-se 64% de energia, que são os valores necessários para a produção de uma tonelada de papel.

Desta forma, torna-se de suma importância implantar, na Administração Pública direta e indireta, órgãos e Instituições públicas federais, estaduais e municipais, a inclusão de programas para a compra de papéis reciclados, fato que contribuirá para a preservação do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida das pessoas, além dos benefícios econômicos, visto que o material reciclado possui preços mais acessíveis que os demais, permitindo aos órgãos públicos uma preciosa economia de seus recursos.

Sala das Sessões, 07 de março de 2007

**Deputada Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**



PROJETO DE LEI N.º 329, DE 2007

(Do Sr. Jerônimo Reis)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de papel reciclado por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o uso de papel reciclado por parte de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, de acordo com os seguintes percentuais mínimos do total de papel utilizado, a partir da data de vigência desta Lei:

- I – 10% (dez por cento) no primeiro ano;
- II – 30% (trinta por cento) no segundo ano;
- III – 50% (cinquenta por cento) a partir do terceiro ano.

§ 1º Em qualquer caso o papel reciclado deverá atender às especificações técnicas mínimas requeridas para o uso a que se destina.

§ 2º Sempre que houver indisponibilidade de oferta pelo mercado de papel reciclado na quantidade requerida pela Administração ou o preço mínimo cotado em licitação pública para a sua compra for superior ao preço de mercado do papel convencional, o órgão ou entidade licitante, mediante justificação fundamentada, estará liberado de cumprir os percentuais definidos no *caput*.

Art. 2º A inobservância do disposto no artigo anterior constitui ato de improbidade administrativa, enquadrando-se no inciso II do art. 11, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando os seus infratores às sanções estabelecidas no inciso III do art. 12 daquela Lei.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Constitui fato notório nas sociedades democráticas, mormente nos nossos dias, a existência de um forte clamor por uma melhor qualidade de vida e por uma utilização ética e eficiente dos recursos públicos.

Em relação à reivindicação por um aumento da qualidade de vida e de uma política de meio ambiente mais equilibrada, tal pressão levou os legisladores brasileiros a estabelecerem como garantia constitucional, que:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Da mesma forma, em relação ao uso regular dos recursos públicos, o princípio da eficiência foi alçado pela Carta Magna de 1988 à dignidade constitucional, pontificando hoje como norteador de todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Público brasileiro, conforme se depreende, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." (grifo nosso)

Em face dos mandamentos constitucionais citados e do atual quadro de crise fiscal do Estado brasileiro, que condiciona uma situação de extrema escassez de recursos para fazer frente às políticas públicas demandadas por seus cidadãos, torna-se, mais do que nunca, indispensável a introdução de medidas que possibilitem uma preservação mais eficaz do meio ambiente brasileiro e uma maior racionalização e otimização dos gastos públicos.

Nesse contexto, entendemos propor uma medida simples e de fácil implementação, com a finalidade de, ao mesmo tempo: diminuir o ritmo de devastação das nossas florestas, acentuadamente acelerado em função da crescente demanda de papel e celulose; reduzir a quantidade de lixo e poluentes, de



alto custo de neutralização; e reduzir as despesas governamentais com um dos insumos mais fartamente utilizadas pela máquina pública.

A obrigatoriedade do uso de papel reciclado pela Administração Pública Federal brasileira, objeto central da presente proposta, representa, assim, uma alternativa ecologicamente equilibrada, rumo ao desenvolvimento sustentado, e extremamente eficiente para a racionalização dos recursos públicos, tão preciosos para o atendimento das políticas públicas governamentais.

A par disso, para evitar que os reais objetivos da proposta sejam desvirtuados pela ausência de disponibilidade da quantidade de papel reciclado demandado ou pela formação de cartéis nesse mercado, que supervalorizem o preço desse insumo, estabelecemos a necessária ressalva de que, nesses casos, a Administração fica dispensada de cumprir os percentuais mínimos estipulados, enquanto tal situação perdurar.

Em face do exposto, submetemos este projeto à apreciação dos nobres parlamentares com a convicção de que estamos contribuindo para a consolidação dos valores democráticos e de cidadania no nosso País.

Sala das Sessões, em 07 de março de 2007.

Deputado Jerônimo Reis

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**



TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

**Artigo "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos



Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.*

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

**Inciso "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

**Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001.*

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

**Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.*

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

**Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;



II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.*

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 1998.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

**Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 1998.*

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

**Artigo "caput" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.*

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO VI



DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.



§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

LEI N.º 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

CAPÍTULO II DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;



- V - frustrar a licitude de concurso público;
VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;
VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

CAPÍTULO III DAS PENAS

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta Lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO DE BENS

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.



§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no *caput* e no § 2º deste artigo.

PROJETO DE LEI N.º 433, DE 2007

(Do Sr. Fernando de Fabinho)



Dispõe sobre o uso de papel reciclado nas repartições públicas.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário incentivarão o uso de papel reciclado nos atos que lhes digam respeito, sendo-lhes defeso recusar documentos em que esse tipo de papel tenha sido utilizado.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Cresce em todo o mundo a preocupação dos governos com o problema ambiental. O Brasil já possui uma das legislações mais modernas sobre a proteção ao meio ambiente. Mas isso não basta. Seria extremamente salutar que, ao lado disso, o próprio poder público, através de seus órgãos e entidades, desse o exemplo, adotando, nos seus atos de rotina, medidas que servissem para chamar a atenção da sociedade para o assunto.

O projeto tem esse sentido. Além de reduzir custos, a difusão do uso de papel reciclado nas repartições reforça o discurso ambientalista, despertando maior interesse da sociedade para a questão.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2007.

Deputado **Fernando de Fabinho**
PFL/BA

PROJETO DE LEI N.º 520, DE 2007**(Do Sr. Jovair Arantes)**

Dispõe sobre a proibição da uso de garrafas PET para embalagem de alimentos e bebidas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5194/2001.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido o emprego de garrafas PET (polietileno tereftalato) para embalagem de alimentos e bebidas.

Art. 2º Os estabelecimentos industriais terão um prazo de seis anos para adequarem-se às disposições desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A produção e o consumo de garrafas PET é um dos mais graves problemas relacionados à gestão dos resíduos sólidos, em especial nas áreas urbanas. Atualmente, o Brasil produz seis bilhões de garrafas desse tipo por ano.

As garrafas PET possuem alto volume e, conforme estimativas, demoram centenas de anos para se decompor, representando um grave problema ambiental. A ausência de serviços eficientes de coleta e disposição final de resíduos sólidos e a persistência de hábitos inadequados da população levam ao acúmulo de garrafas em locais impróprios e acarretam o entupimento dos sistemas de drenagem urbana e, conseqüentemente, das calhas dos rios. O resultado é a ocorrência de enchentes que acarretam grandes calamidades nas centros urbanos, com o alagamento das ruas, a piora do trânsito, os desabamentos e a redução da qualidade de vida da população.



Em 2002, de acordo com o CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), o Brasil produzia, anualmente, 255 mil toneladas de plástico PET e apenas 67 mil toneladas (26%) eram recicladas. Todo o restante era destinado aos aterros, aos lixões ou simplesmente despejado na natureza. Acrescente-se que apenas 135 cidades brasileiras possuem sistemas de coleta seletiva de lixo, os quais recuperam cerca de 1000 toneladas de PET por ano.

Agrava a situação o fato de que o emprego de garrafas PET para embalagem de alimentos e bebidas vem crescendo no Brasil. As indústrias de cerveja, por exemplo, têm interesse em substituir as embalagens de alumínio e de vidro por plástico. Tendo em vista que o País é o quarto mercado de cerveja no mundo, em relação à fabricação e ao consumo, caso as cervejarias venham a fazer uso maciço do PET, o volume de lixo aumentará assustadoramente e, por conseguinte, os danos ao meio ambiente.

Entendemos que o Brasil deve caminhar no sentido inverso, de promover o consumo sustentável, induzindo as indústrias e a população a utilizar materiais que sejam biodegradáveis ou que possam ser reutilizados com facilidade, como é o caso do vidro.

As garrafas retornáveis de vidro são 20% mais baratas e apresentam vantagem competitiva para a indústria, pois o consumidor tende a ser fiel ao produto da embalagem que já possui. Muitos consumidores deixam de comprar produtos embalados em recipientes retornáveis simplesmente porque não os encontram nos supermercados.

Além disso, ainda que a garrafa PET possa ser reciclada, não pode ser simplesmente reutilizada, pois o material têm que passar por novo processo industrial. O PET já usado não pode sequer ser empregado na produção de novas embalagens de alimentos, tendo em vista a Resolução nº 105/99 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). De acordo com essa norma, a elaboração de embalagens e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos deve ser feita com material virgem, sendo proibido o uso de materiais provenientes de embalagens já utilizadas.



O vidro, ao contrário, possui um ciclo fechado. As garrafas podem ser simplesmente lavadas, higienizadas e reutilizadas. Os cacos podem ser novamente usados para produção de recipientes com o mesmo fim.

Considerando a importância da matéria, encaminhamos este projeto de lei aos nobres Pares, visando estimular o consumo sustentável e a proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2007.

Deputado JOVAIR ARANTES

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 19 DE MAIO DE 1999

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e considerando:

a necessidade do constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população;

a importância de compatibilizar a legislação nacional com base nos instrumentos harmonizados no MERCOSUL relacionados à embalagens e equipamentos em contato com alimentos - Resoluções GMC Nº 30/92, 36/92, 56/92, 16/93, 28/93, 47/93, 86/93, 87/93, 95/94, 05/95, 10/95, 11/95, 13/97, 14/97, 15/97, 32/97, 33/97, 34/97, 36/97, 52/97 e 53/97, 9/99, 10/99, 11/99, 12/99, 13/99, 14/99;

que é indispensável o estabelecimento de regulamentos técnicos sobre embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos: Disposições Gerais para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos e seus Anexos:

Anexo I - Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos: Classificação dos Alimentos e Simulantes.

Anexo II - Lista Positiva de Polímeros e Resinas para Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos, que se constitui em duas Partes: A e B.



A Parte A contém todas as resinas e polímeros permitidos para a fabricação de embalagens e equipamentos plásticos com as restrições de uso, limites de composição e de migração específica indicados;

A Parte B contém as substâncias que foram retiradas da Lista Positiva de Monômeros da Diretiva 93/9 da U.E. de 15.03.93, e cuja inclusão ou não na Parte A depende de posterior avaliação de risco à Saúde Humana, no prazo máximo de 3 anos, de acordo com o constante no Apêndice II do presente anexo.

Anexo III - Lista Positiva de Aditivos para Materiais Plásticos destinados à elaboração de Embalagens e Equipamentos em contato com Alimentos.

Anexo IV - Corantes e Pigmentos em Embalagens e Equipamentos Plásticos.

Anexo V - Migração Total de Embalagens e Equipamentos Plásticos em contato com Alimentos.

Anexo VI - Migração Total de Materiais Plásticos com Azeite de Oliva como Simulante.

Anexo VII - Critérios Gerais para Equipamentos Fixos de Provisão, Armazenamento e Distribuição de Água Potável

Anexo VIII - Embalagens e Equipamentos de Polietileno Fluoretado em Contato com Alimentos.

Anexo IX - Embalagens Plásticas retornáveis para bebidas não alcoólicas carbonatadas.

Anexo X - Determinação de Aminas Aromáticas em Pigmentos Utilizados na Coloração de Materiais Plásticos em Contato com Alimentos.

Anexo XI - Determinação de Monômero de Cloreto de Vinila Residual.

Anexo XII - Determinação de Monômero de Estireno Residual.

Anexo XIII - Migração Específica de Mono e Dietilenoglicol.

Anexo XIV - Migração Específica do Ácido Tereftálico.

Art. 2º As empresas têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Resolução para se adequar ao mesmo.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 904, DE 2007

(Do Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira)



Altera a legislação tributária, concede benefícios tributários ao papel reciclado, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei concede benefícios tributários às pessoas jurídicas que vendam ou utilizem papel reciclado como insumo, material de consumo ou de embalagem.

Art. 2º Os arts. 8º e 14 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que adquiram papel reciclado ou produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 1º

.....



IV - cooperativa de catadores de material reciclável registrada em Conselho previsto no art. 16 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 3º

I-A - 100% (cem por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para o papel reciclado;

....." (NR)

"Art. 14. São isentas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que se referem as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.865, de 30 de abril de 2004, as receitas decorrentes da venda de:

I - energia elétrica pela Itaipu Binacional;

II - papel reciclado." (NR)

Art. 3º O art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

XXXVIII - o papel reciclado.

§ 3º Fica garantido o aproveitamento do crédito do imposto nas saídas do produto mencionado no inciso XXXVIII, bem como na sua utilização como insumo, material de consumo ou de embalagem, inclusive quando seja adquirido de catadores de papel ou cooperativa registrada em Conselho previsto no art. 16 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. " (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



O meio ambiente deixou de ser uma preocupação apenas dos ecologistas. Finalmente, após décadas de descaso, a questão começa a ser percebida pela sociedade em toda a sua dramaticidade, especialmente após a publicação do relatório do economista Nicholas Stern, encomendado pelo governo britânico.

O referido trabalho afirma que o problema do meio ambiente adquiriu proporções alarmantes. Espera-se, para 2035, um aumento da temperatura de 2°C, caso o ritmo das emissões de gases que provocam o efeito-estufa não diminua. Essa elevação da temperatura provocaria o derretimento das calotas polares e elevação do nível dos oceanos; extingiria fração significativa das espécies animais e vegetais; provocaria súbitas variações climáticas, com enchentes e secas fustigando as populações.

Nesse contexto, merece ser lembrado que a indústria de papel e celulose possui um processo produtivo bastante agressivo à natureza, uma vez que são efetuadas emissões de material particulado e compostos de enxofre reduzidos (especialmente dióxido de enxofre). Ademais, consome-se grande quantidade de água, principalmente na etapa da fabricação das pastas celulósicas, e lançam-se toneladas de resíduos no meio ambiente, alterando os níveis de DQO (Demanda Química de Oxigênio), DBO5 (Demanda Bioquímica de Oxigênio) e PH (Potencial Hidrogeniônico) de nossos rios e lagos, sem falar na contaminação do solo e lençol freático.

Com o objetivo de diminuir os impactos sobre o meio ambiente acima descritos, o presente projeto de lei propõe a criação de benefícios fiscais que induzam a utilização do papel reciclado. Estamos propondo a concessão de isenção do PIS/PASEP, da COFINS e do IPI nas operações de venda do referido produto, bem como a garantia de aproveitamento do crédito para as pessoas jurídicas que o adquirirem como insumo, material de consumo ou de embalagem.

Sugerimos, ainda, o estabelecimento de benefício equivalente aos catadores de papel – pessoas físicas e suas cooperativas – para evitar que a legislação tributária privilegie empresas mercantis em detrimento do expressivo



contingente de cidadãos que ganham a vida coletando material reciclável, atividade que gera oportunidade de aquisição de renda aos menos favorecidos e colabora sobremaneira com a preservação dos escassos recursos naturais.

Entendemos que esta nossa iniciativa é justificada pelas razões acima expostas, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2007.

Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004

Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

* Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às aquisições efetuadas de:



5

I - cerealista que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal, classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, 12.01 e 18.01, todos da NCM;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005.*

II - pessoa jurídica que exerça cumulativamente as atividades de transporte, resfriamento e venda a granel de leite in natura; e

III - pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária e cooperativa de produção agropecuária.

** Inciso III com redação dada pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

§ 2º O direito ao crédito presumido de que tratam o caput e o § 1º deste artigo só se aplica aos bens adquiridos ou recebidos, no mesmo período de apuração, de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º O montante do crédito a que se referem o caput e o § 1º deste artigo será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de alíquota correspondente a:

I - 60% (sessenta por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para os produtos de origem animal classificados nos Capítulos 2 a 4, 16, e nos códigos 15.01 a 15.06, 1516.10, e as misturas ou preparações de gorduras ou de óleos animais dos códigos 15.17 e 15.18; e

II - 35% (trinta e cinco por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para os demais produtos.

§ 4º É vedado às pessoas jurídicas de que tratam os incisos I a III do § 1º deste artigo o aproveitamento:

I - do crédito presumido de que trata o caput deste artigo;

II - de crédito em relação às receitas de vendas efetuadas com suspensão às pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo.

§ 5º Relativamente ao crédito presumido de que tratam o caput e o § 1º deste artigo, o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem, pela Secretaria da Receita Federal.

§ 6º Para os efeitos do caput deste artigo, considera-se produção, em relação aos produtos classificados no código 09.01 da NCM, o exercício cumulativo das atividades de padronizar, beneficiar, preparar e misturar tipos de café para definição de aroma e sabor (blend) ou separar por densidade dos grãos, com redução dos tipos determinados pela classificação oficial.

** § 6º acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo aplica-se também às cooperativas que exerçam as atividades nele previstas.

** § 7º acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

Art. 9º A incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins fica suspensa no caso de venda:

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

I - de produtos de que trata o inciso I do § 1º do art. 8º desta Lei, quando efetuada por pessoas jurídicas referidas no mencionado inciso;



** Inciso I acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

II - de leite in natura, quando efetuada por pessoa jurídica mencionada no inciso II do § 1º do art. 8º desta Lei; e

** Inciso II acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

III - de insumos destinados à produção das mercadorias referidas no caput do art. 8º desta Lei, quando efetuada por pessoa jurídica ou cooperativa referidas no inciso III do § 1º do mencionado artigo.

** Inciso III acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

§ 1º O disposto neste artigo:

** § 1º, caput, acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

I - aplica-se somente na hipótese de vendas efetuadas à pessoa jurídica tributada com base no lucro real; e

** Inciso I acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

II - não se aplica nas vendas efetuadas pelas pessoas jurídicas de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 8º desta Lei.

** Inciso II acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

§ 2º A suspensão de que trata este artigo aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal - SRF.

** § 2º acrescido pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

Art. 14. São isentas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que se referem as Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.865, de 30 de abril de 2004, as receitas decorrentes da venda de energia elétrica pela Itaipu Binacional.

Art. 15. As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem vegetal, classificadas no código 22.04, da NCM, poderão deduzir da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 1º O direito ao crédito presumido de que trata o caput deste artigo só se aplica aos bens adquiridos ou recebidos, no mesmo período de apuração, de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 2º O montante do crédito a que se refere o caput deste artigo será determinado mediante aplicação, sobre o valor das aquisições, de alíquota correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) daquela prevista no art. 2º das Leis ns. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º A incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins fica suspensa na hipótese de venda de produtos in natura de origem vegetal, efetuada por pessoa jurídica que exerça atividade rural e cooperativa de produção agropecuária, para pessoa jurídica tributada com base no lucro real, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal - SRF.

** § 3º com redação dada pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*



§ 4º É vedado o aproveitamento de crédito pela pessoa jurídica que exerça atividade rural e pela cooperativa de produção agropecuária, em relação às receitas de vendas efetuadas com suspensão às pessoas jurídicas de que trata o *caput* deste artigo.

** § 4º com redação dada pela Lei nº 11.051, de 29/12/2004.*

§ 5º Relativamente ao crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo, o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem, pela Secretaria da Receita Federal.

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA COBRANÇA NÃO CUMULATIVA DO PIS E DO PASEP

Art. 1º A contribuição para o PIS/Pasep tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 2º A base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep é o valor do faturamento, conforme definido no *caput*.

§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo, as receitas:

I - decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

II - (VETADO)

III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;

IV - de venda de álcool para fins carburantes;

** Inciso IV com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*



V - referentes a:

- a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
- b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

VI - não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado.

** Inciso VI com redação dada pela Lei 10.684, de 30/05/2003.*

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento).

§ 1º Executa-se do disposto no caput a receita bruta auferida pelos produtores ou importadores, que devem aplicar as alíquotas previstas:

** § 1º, caput, acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

I - nos incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações posteriores, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes e gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

II - no inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e alterações posteriores, no caso de venda de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, nele relacionados;

** Inciso II acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

III - no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da TIPI;

** Inciso III acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

IV - no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no caso de vendas, para comerciante atacadista ou varejista ou para consumidores, das autopeças relacionadas nos Anexos I e II da mesma Lei;

** Inciso IV acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

V - no caput do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da TIPI;

** Inciso V acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

VI - no art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de querosene de aviação;

** Inciso VI acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

VII - no art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, no caso de venda das embalagens nele previstas, destinadas ao envasamento de água, refrigerante e cerveja classificados nos códigos 22.01, 22.02 e 22.03, todos da TIPI; e

** Inciso VII acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

VIII - no art. 49 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI;



** Inciso VIII com redação dada pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

IX - no art. 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI;

** Inciso IX acrescido pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

X - no art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural.

** Inciso X acrescido pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

§ 2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta decorrente da venda de papel imune a impostos de que trata o art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal, quando destinado à impressão de periódicos, que fica sujeita à alíquota de 0,8 (oito décimos por cento).

** § 2º acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da TIPI.

** § 3º acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

§ 4º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, que fica sujeita, ressalvado o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo, às alíquotas de:

** § 4º, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

I - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida:

** Inciso I, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

a) na Zona Franca de Manaus; e

** Alínea a acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

b) fora da Zona Franca de Manaus, que apure a Contribuição para o PIS/PASEP no regime de não-cumulatividade;

** Alínea b acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

II - 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), no caso de venda efetuada a:

** Inciso II, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido;

** Alínea a acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP;

** Alínea b acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e

** Alínea c acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*



d) órgãos da administração, federal, estadual, distrital e municipal.

** Alínea d acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

** Inciso I, caput, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei; e

** Alínea a acrescida pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

b) no § 1º do art. 2º desta Lei;

** Alínea b acrescida pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

** Inciso II com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

III - (VETADO)

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

** Inciso V com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

** Inciso VI com redação dada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005.*

VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;

VIII - bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei.

IX - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica.

** Inciso IX acrescido pela Lei nº 10.684, de 30/05/2003.*

§ 1º O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor:

** § 1º, caput, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;

II - dos itens mencionados nos incisos IV, V e IX do caput, incorridos no mês;

** Inciso II com redação dada pela Lei nº 10.684, de 30/05/2003.*

III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI e VII do caput, incorridos no mês;

IV - dos bens mencionados no inciso VIII do caput, devolvidos no mês.

§ 2º Não dará direito a crédito o valor:

** § 2º, caput com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

I - de mão-de-obra paga a pessoa física; e



** Inciso I acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição.

** Inciso II acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

§ 3º O direito ao crédito aplica-se, exclusivamente, em relação:

I - aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;

II - aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no País;

III - aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos a partir do mês em que se iniciar a aplicação do disposto nesta Lei.

§ 4º O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

§ 7º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep, em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

§ 8º Observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal, no caso de custos, despesas e encargos vinculados às receitas referidas no § 7º e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

I - apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou

II - rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

§ 9º O método eleito pela pessoa jurídica será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário, observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal.

§ 10. (Revogado a partir do 1º dia do 4º mês subsequente ao de publicação da Medida Provisória nº 183, de 30/04/2004 Em vigor desde a publicação, pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004).

§ 11. (Revogado a partir do 1º dia do 4º mês subsequente ao de publicação da Medida Provisória nº 183, de 30/04/2004 - Em vigor desde a publicação, pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004).

§ 12. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 3º do art. 2º desta Lei, na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% (um por cento) e, na situação de que trata a alínea b do inciso II do § 4º do art. 2º desta Lei, mediante a aplicação da alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento).

** § 12 com redação dada pela Lei nº 11.307, de 19/05/2006.*



§ 13. Não integram o valor das máquinas, equipamentos e outros bens fabricados para incorporação ao ativo imobilizado na forma do inciso VI do caput deste artigo os custos de que tratam os incisos do § 2º deste artigo.

** § 13 acrescido pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005.*

Art. 4º O contribuinte da contribuição para o PIS/Pasep é a pessoa jurídica que auferir as receitas a que se refere o art. 1º.

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DA COFINS

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não-cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 2º A base de cálculo da contribuição é o valor do faturamento, conforme definido no caput.

§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo as receitas:

I - isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);

II - não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente;

III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;

IV - de venda de álcool para fins carburantes;

** Inciso IV com redação dada pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

V - referentes a:

a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;

b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição que tenham sido computados como receita.



Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento).

§ 1º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida pelos produtores ou importadores, que devem aplicar as alíquotas previstas:

* § 1º, caput, acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

I - nos incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações posteriores, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes e gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural;

* Inciso I com redação dada pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.

II - no inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e alterações posteriores, no caso de venda de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, nele relacionados;

* Inciso II acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

III - no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da TIPI;

* Inciso III acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

IV - no inciso II do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no caso de vendas, para comerciante atacadista ou varejista ou para consumidores, das autopeças relacionadas nos Anexos I e II da mesma Lei;

* Inciso IV acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

V - no caput do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da TIPI;

* Inciso V acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

VI - no art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e alterações posteriores, no caso de venda de querosene de aviação;

* Inciso VI acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

VII - no art. 51 desta lei, e alterações posteriores, no caso de venda das embalagens nele previstas, destinadas ao envasamento de água, refrigerante e cerveja, classificados nos códigos 22.01, 22.02 e 22.03, todos da TIPI; e

* Inciso VII acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

VIII - no art. 49 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI.

* Inciso VIII acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.

IX - no art. 52 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI;

* Inciso IX acrescido pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.

X - no art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural.



** Inciso X acrescido pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

§ 2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta decorrente da venda de papel imune a impostos de que trata o art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal, quando destinado à impressão de periódicos, que fica sujeita à alíquota de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento).

** § 2º acrescido pela Lei nº 10.865, de 30/04/2004.*

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da Tipi.

** § 3º com redação dada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005.*

§ 4º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota da COFINS incidente sobre a receita de venda de livros técnicos e científicos, na forma estabelecida em ato conjunto do Ministério da Educação e da Secretaria da Receita Federal.

** § 4º acrescido pela Lei nº 10.925, de 23/07/2004.*

§ 5º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, que fica sujeita, ressalvado o disposto nos §§ 1º a 4º deste artigo, às alíquotas de:

** § 5º, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

I - 3% (três por cento), no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida:

** Inciso I, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

a) na Zona Franca de Manaus; e

** Alínea a acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

b) fora da Zona Franca de Manaus, que apure a COFINS no regime de não-cumulatividade;

** Alínea b acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

II - 6% (seis por cento), no caso de venda efetuada a:

** Inciso II, caput, acrescido pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido;

** Alínea a acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa da COFINS;

** Alínea b acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e

** Alínea c acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*

d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal." (NR)

** Alínea d acrescida pela Lei nº 10.996, de 15/12/2004.*



LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO

Art. 16. As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social;
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 17. Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

§ 2º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16 deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.



LEI Nº10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 1º Ficam instituídas a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/PASEP-Importação e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação, com base nos arts. 149, § 2º, inciso II, e 195, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no seu art. 195, § 6º.

§ 1º Os serviços a que se refere o caput deste artigo são os provenientes do exterior prestados por pessoa física ou pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior, nas seguintes hipóteses:

I - executados no País; ou

II - executados no exterior, cujo resultado se verifique no País.

§ 2º Consideram-se também estrangeiros:

I - bens nacionais ou nacionalizados exportados, que retornem ao País, salvo se:

a) enviados em consignação e não vendidos no prazo autorizado;

b) devolvidos por motivo de defeito técnico para reparo ou para substituição;

c) por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador;

d) por motivo de guerra ou de calamidade pública; ou

e) por outros fatores alheios à vontade do exportador;

II - os equipamentos, as máquinas, os veículos, os aparelhos e os instrumentos, bem como as partes, as peças, os acessórios e os componentes, de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno pelas empresas nacionais de engenharia e exportados para a execução de obras contratadas no exterior, na hipótese de retornarem ao País.

Art. 2º As contribuições instituídas no art. 1º desta Lei não incidem sobre:

I - bens estrangeiros que, corretamente descritos nos documentos de transporte, chegarem ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição e que forem redestinados ou devolvidos para o exterior;



II - bens estrangeiros idênticos, em igual quantidade e valor, e que se destinem à reposição de outros anteriormente importados que se tenham revelado, após o desembaraço aduaneiro, defeituosos ou imprestáveis para o fim a que se destinavam, observada a regulamentação do Ministério da Fazenda;

III - bens estrangeiros que tenham sido objeto de pena de perdimento, exceto nas hipóteses em que não sejam localizados, tenham sido consumidos ou revendidos;

IV - bens estrangeiros devolvidos para o exterior antes do registro da declaração de importação, observada a regulamentação do Ministério da Fazenda;

V - pescado capturado fora das águas territoriais do País por empresa localizada no seu território, desde que satisfeitas as exigências que regulam a atividade pesqueira;

VI - bens aos quais tenha sido aplicado o regime de exportação temporária;

VII - bens ou serviços importados pelas entidades beneficentes de assistência social, nos termos do § 7º do art. 195 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 10 desta Lei;

VIII - bens em trânsito aduaneiro de passagem, acidentalmente destruídos;

IX - bens avariados ou que se revelem imprestáveis para os fins a que se destinavam, desde que destruídos, sob controle aduaneiro, antes de despachados para consumo, sem ônus para a Fazenda Nacional; e

X - o custo do transporte internacional e de outros serviços; que tiverem sido computados no valor aduaneiro que serviu de base de cálculo da contribuição.

LEI Nº 4.502, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DO IMPOSTO

CAPÍTULO II DAS ISENÇÕES

Art. 7º São também isentos:

I - os produtos exportados para o exterior, na forma das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda;

II - os produtos industrializados pelas entidades a que se refere o art. 31, inciso V, letra *b* da Constituição Federal, quando exclusivamente para uso próprio ou para distribuição gratuita a seus assistidos tendo em vista suas finalidades, e desde que obtida a declaração de isenção exigida no art. 2º da Lei nº 3.193, de 4 de julho de 1957;



III - os produtos industrializados por estabelecimentos públicos e autárquicos federais, estaduais ou municipais, quando não se destinarem ao comércio;

IV - os produtos industrializados pelos estabelecimentos particulares de ensino, quando para fornecimento gratuito aos alunos;

V - as amostras de diminuto ou de nenhum valor comercial, assim considerados os fragmentos ou parte de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza, espécie e qualidade, para distribuição gratuita, desde que tragam, em caracteres bem visíveis, declaração neste sentido;

VI - as amostras de tecidos de qualquer largura até 0,45 m de comprimento para os tecidos de algodão estampado e 0,30 m para os demais, desde que contenham impressa ou a carimbo a indicação "sem valor comercial", da qual ficam dispensadas aquelas até 0,25 m e 0,15 m;

VII - os pés isolados de calçados, quando conduzidos por viajantes dos respectivos estabelecimentos, como mostruários, desde que contenham, gravada no solado, a declaração "amostra para viajante";

VIII - as obras de escultura, quando vendidas por seus autores;

IX - (Revogado pelo Decreto-lei nº 34, de 18/11/1966);

X - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XI - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XII - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos, livros e músicas;

XIII - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XIV - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XV - os caixões funerários;

XVI - os produtos de origem mineral, inclusive os que tiverem sofrido beneficiamento para eliminação de impurezas, através de processos químicos, desde que sujeitos ao imposto único;

XVII - as preparações que constituem típicos inseticidas, carrapaticidas, herbicidas e semelhantes, segundo lista organizada pelo órgão competente do Ministério da Fazenda, ouvidos o Ministério da Agricultura e outros órgãos técnicos;

XVIII - as embarcações de mais de 100 toneladas brutas de registro, excetuadas as de caráter esportivo e recreativo;

XIX - os barcos de pesca produzidos ou adquiridos pelas Colônias ou Cooperativas de Pescadores, para distribuição ou venda a seus associados;

XX - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXI - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXII - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXIII - (Revogado pelo Decreto-lei nº 400, de 30/12/1968).

XXIV - (Vetado).

§ 1º No caso do inciso I, quando a exportação for efetuada diretamente pelo produtor, fica assegurado o ressarcimento, por compensação, do imposto relativo às matérias-primas e produtos intermediários efetivamente utilizados na respectiva industrialização, ou por via de restituição, quando não for possível a recuperação pelo sistema de crédito.



§ 2º No caso do inciso XII, a cessão do papel só poderá ser feita a outro jornal, revista ou editora, mediante prévia autorização da repartição arrecadadora competente, respondendo o primeiro cedente por qualquer infração que se verificar com relação ao produto.

XXV - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXVI - panelas e outros artefatos rústicos de uso doméstico, fabricados de pedra ou de barro bruto, apenas umedecido e amassado, com ou sem vidramento de sal; ...

* Inciso XXVI acrescido pelo Decreto-lei nº 34, de 18/11/1966.

XXVII - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXVIII - chapéus, roupas e proteção de couro, próprios para tropeiros;

* Inciso XXVIII acrescido pelo Decreto-lei nº 34, de 18/11/1966.

XXIX - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXX - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXXI - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXXII - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXXIII - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXXIV - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

XXXV - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10/12/1997).

Art. 8º São ainda isentos do imposto, nos termos, limites e condições aplicáveis para efeito de isenção do imposto de importação, os produtos de procedência estrangeira:

I - importados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e demais entidades que gozam de isenção tributária, na forma da Constituição;

II - importados por missões diplomáticas e representações, no país, de organismos internacionais de que o Brasil seja membro;

III - que constituírem a bagagem de passageiros e imigrantes;

IV - importados pelas sociedades de economia mista, nos termos expressos das leis pertinentes;

V - que constituírem equipamentos destinados a investimentos essenciais ao processo de desenvolvimento econômico do país, especialmente das regiões menos desenvolvidas;

VI - importados sob o regime de "draw-back".

Parágrafo único. No caso da bagagem referida no inciso III deste artigo, será entregue ao passageiro ou imigrante, como comprovante, uma via da "declaração de bagagem" devidamente visada pela repartição ou funcionamento que efetuar o desembaraço.

PROJETO DE LEI N.º 1.059, DE 2007

(Do Sr. Paulo Henrique Lustosa)



Torna obrigatória a utilização de borracha reciclada de pneus inservíveis na produção de misturas e concretos asfálticos para pavimentação.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5745/2005.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a utilização de borracha reciclada originária de pneus inservíveis na produção de misturas asfálticas e concretos asfálticos destinados a:

I – construção ou restauração de pavimentos em rodovias federais, estaduais ou municipais;

II – construção ou restauração de pavimentos de vias urbanas municipais e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei tanto às vias administradas diretamente pelo Poder Público como às exploradas sob regime de concessão ou permissão.

Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I – restauração de pavimento: qualquer atividade de recuperação, reabilitação ou recapagem que não possa ser considerada manutenção localizada de rotina e de pequenas proporções;

II – obra: via ou conjunto de vias que atenda a pelo menos um dos seguintes requisitos:

a) componha um mesmo projeto de engenharia;

b) tenha a mesma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – do projeto ou da execução, em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;



c) esteja compreendido em um mesmo lote de licitação, ou que componha o mesmo edital de licitação, em caso de lote único;

III – pneu inservível: aquele cujas características de conservação e do material de que é constituído não permitem a utilização em veículos nem a reutilização da carcaça para recondicionamento ou recapagem.

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes proporções mínimas de utilização de concreto asfáltico ou de mistura asfáltica que contenham borracha reciclada, nos termos do art. 1º, em relação à massa total de concreto asfáltico ou de mistura asfáltica de cada obra:

I – quinze por cento a partir de um ano, contado da data da publicação oficial desta lei;

II – vinte e cinco por cento a partir de dois anos, contados da data da publicação oficial desta lei;

III – trinta e cinco por cento a partir de três anos, contados da data da publicação oficial desta lei.

Art. 4º Consideram-se como contendo borracha reciclada, nos termos do art. 3º, as massas asfálticas e os concretos asfálticos que tenham, em suas composições, as seguintes proporções mínimas de borracha originária de pneus inservíveis:

I – treze por cento da massa total do ligante asfáltico;

II – sete décimos por cento da massa total da mistura asfáltica ou do concreto asfáltico.

Art. 5º Não se aplica o disposto nesta Lei às misturas asfálticas e concretos asfálticos que:

I – sejam aplicados a frio;

II – utilizem ligantes asfálticos modificados por processos ou produtos que permitam ganhos significativos de durabilidade do pavimento,



comprovados por estudos técnicos e econômicos emitidos por entidades ou técnicos de reconhecida capacidade e idoneidade;

III – utilizem outros materiais reciclados, atendendo às proporções estabelecidas no art. 3º;

IV – utilizem outros materiais reciclados especificados em lei ou norma técnica específica.

Art. 6º As indústrias produtoras de ligantes asfálticos que contenham borracha reciclada de pneus inservíveis e as usinas produtoras de misturas e concretos asfálticos são obrigadas a expedir, sempre que solicitado, sem a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos, no prazo de setenta e duas horas, certidões que atestem a composição final de seus produtos.

Art. 7º Para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de obras, conforme previsto no artigo 30 da Lei 8.666/93, considera-se a execução de pavimento, com a utilização de borracha reciclada originária de pneus inservíveis na produção e misturas asfálticas e concretos asfálticos, equivalente e equiparado à execução de pavimentos com misturas asfálticas e concretos asfálticos convencionais.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto nesta Lei às obras em andamento ou cujos processos de licitação e contratação tenham sido iniciados até a data de início de sua vigência.

Art. 8º O não atendimento ao disposto nesta Lei constitui infração administrativa, sujeitando-se os infratores ao disposto nos artigos 70, 71 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 9º Compete aos órgãos ambientais federal, estaduais e do Distrito Federal, em suas respectivas jurisdições, fiscalizar o cumprimento do disposto nesta Lei.



Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos tempos atuais, a preocupação com qualidade de vida e do meio ambiente é tema recorrente nas discussões acadêmicas e políticas. Nesse contexto, a destinação final de resíduos sólidos deve ter atenção especial.

Entre os diversos tipos de resíduos produzidos pelo homem em sua atividade diária encontram-se as carcaças de pneu inservíveis. Este elemento de difícil degradação, além de ser vetor de doenças infecto-contagiosas – como a dengue – oferece enorme prejuízo à natureza e à saúde pública, ao serem descartados ou queimados.

Além disso, a disposição de pneus em aterros sanitários é problemática, pois devido à dificuldade de compactação, os pneus voltam à superfície depois de um determinado tempo, reduzindo significativamente a vida útil dos aterros. Por outro lado, a trituração, que resolveria o problema da compactação, é um processo caro.

Atualmente já existe a possibilidade de reaproveitamento integral de seus elementos (borracha, aço e poliéster). Merece destaque à borracha, que se utilizada na produção de asfalto, produz um pavimento de excelente qualidade, com alto índice de elasticidade, prolongando a vida útil do pavimento e melhorando a segurança de tráfego.

Neste sentido, são três os objetivos principais do projeto de lei que ora apresento:



- proporcionar destinação final adequada e economicamente sustentável, via utilização de matéria-prima reciclada, a uma parte considerável dos pneus inservíveis que são descartados no Brasil;

- contribuir para a recuperação e manutenção da qualidade ambiental, ao dar destinação não poluente à matéria-prima utilizada na confecção dos pneus descartados;

- contribuir para o desenvolvimento tecnológico do setor rodoviário, compatibilizando os interesses econômicos, relacionados com a maior resistência e durabilidade dos pavimentos, com a proteção do meio ambiente.

No Brasil, a reciclagem de pneus é atividade relativamente nova. Só a partir de 1999, com a Resolução nº 258, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, foi regulamentada a coleta e a destinação final adequadas, sob o ponto de vista ambiental, de pneus inservíveis.

De acordo com a Resolução do CONAMA, as empresas fabricantes e os importadores de pneumáticos são responsáveis pela coleta e destinação final, "ambientalmente adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional". Nela foi estabelecido um cronograma para o cumprimento da obrigação, que define as quantidades que devem ser recolhidas ano a ano, em função das respectivas produções ou importações.

Estima-se que, no Brasil, a cada ano sejam descartados em torno de 175 mil toneladas de pneus inservíveis, dos quais cerca da metade é queimada nos fornos das fábricas de cimento, de longe a atividade econômica que mais consome – ou destrói – borracha reciclada. Outro grande consumidor de pneus inservíveis é a Petrobras, cuja unidade de extração de óleo de xisto betuminoso, a PETROSIX, consome anualmente em torno de 25 mil toneladas de pneus inservíveis.



Há, pois, fortes indícios de que o Brasil já dispõe de um mercado de porte considerável para a borracha reciclada. No entanto, os números mostram que ele é insuficiente para dar destinação adequada, nos termos exigidos pelas normas ambientais, à enorme e crescente quantidade de pneus descartados.

O uso de borracha reciclada na fabricação de "asfaltoborracha" é atividade ainda incipiente em nosso País. As iniciativas já implementadas demonstram, no entanto, que a sua tecnologia está totalmente dominada e que os resultados, em termos de durabilidade e resistência do asfalto, são bastante animadores.

Em outros países, em especial em países da Europa e nos Estados Unidos da América, a utilização de borracha reciclada na fabricação de materiais para pavimentos asfálticos já é fato consolidado. Quase todos os estados norte-americanos já dispõem de legislações específicas sobre a matéria. No estado da Califórnia, o "asfalto-borracha" é utilizado há mais de quarenta anos e, em razão da elevada qualidade do concreto asfáltico obtido a partir dele, são alcançadas reduções de até 70% na espessura dos pavimentos, com significativas diminuições dos custos finais das obras.

Estudos técnicos já desenvolvidos no Brasil demonstram que a utilização de 12% a 15% de borracha reciclada na produção de ligante asfáltico, ou de pelo menos 0,7% na mistura asfáltica a ser utilizada no pavimento, são adequadas para as nossas condições naturais e de tráfego.

Essas composições podem elevar os custos finais das obras em até 2%, se mantidas as espessuras dos pavimentos feitos com asfalto convencional. Mas, considerando que o produto final, a mistura asfáltica com borracha reciclada, apresenta maior resistência e durabilidade, é possível a redução da espessura da



camada asfáltica, o que poderia anular, ou até reverter, o aumento de custo, resultando em obras mais baratas.

Em síntese, a pavimentação com "asfalto-borracha" poderá reduzir os custos finais das obras rodoviárias e, certamente, reduzirá os seus custos de manutenção, além de proporcionar pavimentos mais seguros e confortáveis para os usuários, ao reduzir os níveis de trepidação e ruído dos veículos e aumentar o atrito com os pneus, reduzindo as distâncias de frenagem.

Além das óbvias vantagens técnicas e econômicas que assinalamos, há o inquestionável ganho ambiental, por serem reconhecidas as dificuldades para se dispor os pneus inservíveis sem causar danos ao meio ambiente e riscos à saúde pública.

Por estas razões, em conclusão, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para o aperfeiçoamento e aprovação desta nossa iniciativa, a qual, estamos certos, é do mais alto interesse da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2007.

Deputado Paulo Henrique Lustosa
PMDB/CE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II DA LICITAÇÃO

Seção II Da Habilitação

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

* § 1º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

* Inciso I com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

II - (VETADO)

a) (VETADO)

b) (VETADO)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório.

* § 2º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.



§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (VETADO)

I - (VETADO)

* Inciso I acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

II - (VETADO)

* Inciso II acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

* § 10 acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

§ 11. (VETADO)

* § 11 acrescido pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

§ 12. (VETADO)

* § 12 pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á

a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;



III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

** § 5º com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

§ 6º (VETADO)

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA



Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.



§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando que os pneumáticos inservíveis, abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública,



Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem,

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem,

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art 1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste ano, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos,

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum - TEC.

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4012 10 da Tarifa Externa Comum - TEC,

IV - pneu ou pneumático inservível aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.494, DE 2007

(Do Sr. Edson Santos)



Dispõe sobre a obrigatoriedade do acondicionamento de qualquer material e dos resíduos sólidos em recipientes confeccionados com material oxi-biodegradável e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-121/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga o acondicionamento de qualquer material de uso doméstico, comercial, industrial, administrativo ou hospitalar - hoje feito em sacolas ou sacos de plástico tradicionais confeccionados com resina sintética originária do petróleo - e dos resíduos sólidos de qualquer procedência, cujo reaproveitamento ou destinação final for em território nacional, em recipientes confeccionados com material oxi-biodegradável.

Parágrafo único. Entende-se por material oxi-biodegradável aquele que apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradado por microorganismos, com resíduos finais não tóxicos e *aquele* desenvolvido a partir de tecnologia que lhe confere a capacidade de decomposição em água, dióxido de carbono e biomassa em quantidades ínfimas, em, no máximo, dois anos, mantendo, durante sua vida útil, todas as características do plástico tradicional, como resistência, selagem, permeabilidade e impressão.

Art. 2º Os usuários, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, de recipientes acondicionadores de quaisquer materiais confeccionados com plástico tradicional e dos sistemas de coleta de resíduos sólidos gerados por atividades domésticas, comerciais, industriais, administrativas e hospitalares terão 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da publicação desta Lei, para providenciarem a substituição dos atuais recipientes por outros confeccionados com material oxi-biodegradável.



Art. 3º Os recipientes devem atender aos seguintes requisitos:

I - Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período de tempo especificado;

II - Biodegradar tendo como resultado CO₂, água e biomassa;

III - Os produtos resultantes da biodegradação não devem ser eco-tóxicos ou danosos ao meio ambiente;

IV - Plástico, quando compostado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

Art. 4º A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54A:

"Art. 54A". Acondicionar materiais de qualquer natureza, coletar, reaproveitar, tratar ou dar destinação final a resíduos sólidos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O uso indiscriminado do plástico espalhou-se pelo planeta, desde que, em 1862, Alexander Parkes inventou este material sintético que reduziu os custos da indústria e do comércio e contribuiu sobremaneira para o ímpeto consumista da civilização moderna.

A partir de então, o produtor e consumidor passaram a ser colaboradores de um desastre ambiental de grandes proporções, causado pelo descarte indiscriminado de plásticos nos ecossistemas.

As sacolas e sacos plásticos, amplamente utilizados como embalagens e, posteriormente, para acondicionar o lixo das residências, são feitos de resina sintética originada do petróleo, composta por cadeias moleculares inquebráveis, não sendo, portanto, biodegradáveis, o que as faz demorar séculos para decomporem-se na natureza.



Abandonados em vazadouros, como ocorre com a grande maioria dos resíduos sólidos gerados no Brasil, os sacos plásticos, além de não se decomporem, impedem a passagem de água, retardando a decomposição dos outros materiais, estes sim biodegradáveis, e dificultam a compactação dos detritos. No Brasil, somente 16,5% dos resíduos plásticos pós-consumo são reciclados.

Aproximadamente 56% dos lixos plásticos são compostos por embalagens usadas uma só vez, sendo $\frac{3}{4}$ disso provenientes do uso doméstico e cerca de 90% vira lixo até 6 meses após a compra.

Plásticos contaminam os rios e mares, criando zonas mortas nos mares, matando animais, provocando enchentes e finalmente o efeito estufa – o material orgânico contido dentro das sacolas comuns quando usadas para lixo não tem oxigênio e as bactérias anaeróbicas formam metano, que é 21 vezes mais prejudicial ao meio ambiente do que o CO₂, que é desprendido quando se usa a sacola oxi-biodegradável.

Estima-se que o Brasil produza cerca de 210 mil t/ano de plástico-filme, principalmente para a fabricação de sacolas de supermercado. E cada família brasileira utiliza aproximadamente 40 kg/ano de plástico.

E a agressão ao meio ambiente proporcionada pelo descarte inadequado dos sacos plásticos pode ser medida ao nos depararmos com dados alarmantes como os que dão conta de que 89% das cidades brasileiras não possuem aterros sanitários adequados; 20.000 toneladas de lixo domiciliar não são coletadas no Brasil, dispersando-se nas ruas e assoreando os rios, levados pelo vento e pela chuva; mais da metade das cidades brasileiras mantém seus resíduos em lixões a céu aberto.

Felizmente, há poucos anos, foi desenvolvida na Inglaterra uma nova tecnologia baseada na utilização de um aditivo chamado D2W, e no Canadá, chamado de TDPA - plástico totalmente degradável. Aditivos estes que, usados no processo produtivo, acelera a decomposição do saco plástico, porém mantendo, durante sua vida útil, todas as características do plástico tradicional tais como: resistência, selagem, permeabilidade, impressão e etc.

A degradação do saco plástico inicia-se quando é descartado. Sob as condições comuns do ambiente as ligações das moléculas de carbono e



hidrogênio que formam o plástico são fragilizadas. A luz solar, umidade, temperatura e estresse mecânico agem como catalisadores e afetam a velocidade na qual a degradação progride, além de torná-lo digerível por microrganismos, iniciando assim o processo de degradação natural. Este processo continuará o mesmo em diversas situações, como por exemplo: em aterros sanitários, debaixo d'água ou mesmo preso em cercas, transformando-se em H_2O , CO_2 e biomassa - termo usado para se referir a células dos microrganismos que estão usando o material com fonte de carbono para se desenvolver - em quantidades ínfimas. Com a nova tecnologia o processo de degradação do material plástico é controlável levando de um a dois anos para sua total decomposição.

E é importante ressaltar que é possível reciclar os produtos aditivados que ainda não começaram a se degradar e isso é praticado regularmente em todo mundo. Apenas recomenda-se que um máximo de 20% de material reciclado seja adicionado ao material virgem para o processamento, para garantir que a nova geração de plásticos tenha as propriedades necessárias.

Ultimamente, indústrias brasileiras produtoras de sacos plásticos para embalagens têm passado a oferecer a alternativa do plástico oxi-biodegradável. Em Maringá, no Paraná, várias empresas já passaram a utilizar esse tipo de sacola.

Em Petrópolis, os empresários locais também passaram a adotá-los, uma vez que se instalou, na cidade da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, uma fábrica capacitada a produzir o plástico oxi-biodegradável e, para tanto, teve de homologar-se à Res Brasil, que é responsável pela distribuição dos aditivos oxi-biodegradáveis na América Latina. Tal empresa, a partir de compromisso com empresários locais, viabilizou a produção de pequenos pedidos (aceitam pedidos de 120kg por R\$ 4.000,00), ao passo que outras empresas fabricantes exigiam quantias exorbitantes para pequenas e micro empresas (cerca de 1 tonelada - R\$30.000,00).

Os empresários locais tomaram, então, a iniciativa de reunir pequenos grupos (a partir de quatro empresas) para ratear a produção de sacos oxi-biodegradáveis de polipropileno tamanho 20x30 e 25x35, que são amplamente utilizados por lojas de roupas em todo país. Estes sacos ecológicos teriam um custo por milheiro de aproximadamente R\$ 46,00 (R\$ 0,046 a unidade) em contraste com



os convencionais que custam cerca de R\$ 41,00 (R\$ 0,040 a unidade). Os sacos oxi-biodegradáveis passaram a ter um selo de Empresa Amiga da Natureza o que dá visibilidade à iniciativa dos empresários.

Hoje, empresários de outros Estados começam a se interessar pelas sacolas oxi-biodegradáveis após entrarem em contato com o projeto de Petrópolis. Se a experiência de Petrópolis mostra que é possível a entrada de micro e pequenos empresários nos trilhos da responsabilidade ambiental, passa a ser inaceitável que as grandes redes de comércio não o façam.

Como pudemos verificar, há já, no Brasil, um ambiente industrial e comercial extremamente favorável à adoção do plástico oxi-biodegradável em lugar do plástico tradicional. Tal realidade tem, inclusive, levado as iniciativas de leis nos Estados (Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro) e nos municípios, determinando a substituição do uso do material convencional pelo novo.

Em esfera nacional, no contexto de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos há muito esperada pela sociedade e tomada indispensável em tempos de aquecimento global, cabe a iniciativa que ora propomos de obrigar o acondicionamento de qualquer material, inclusive do lixo em recipientes confeccionados pelo material biodegradável.

Entendemos que tal regulação por parte do Estado é capaz de impulsionar e orientar todo o mercado para um comportamento condizente com os desafios que temos pela frente de ajustar nossa economia aos limites físicos determinados pelo meio ambiente. A partir da exigência da Lei, não só os fabricantes e comerciantes de sacos de lixo, mas também os de sacos e sacolas para embalagens de qualquer natureza serão instados a oferecer o novo produto pela demanda então criada.

A partir deste entendimento, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a apreciação, o aperfeiçoamento e a aprovação da Proposição.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2007.

Deputado EDSON SANTOS



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais**

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:



Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.745, DE 2007

(Do Sr. Ciro Pedrosa)



Dispõe sobre a responsabilidade dos produtores de embalagens plásticas e outras embalagens que não sejam biodegradáveis pela destinação final ambientalmente adequada de seus produtos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1857/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a responsabilidade dos produtores de embalagens plásticas e outras embalagens que não sejam biodegradáveis pela destinação final ambientalmente adequada de seus produtos, na forma que especifica.

Art. 2º Os produtores de embalagens plásticas e outras embalagens que não sejam biodegradáveis são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada de seus produtos.

Art. 3º Para a efetivação do disposto no art. 2º, os produtores estabelecerão sistema de recolhimento de seus produtos após o uso pelos consumidores.

Parágrafo 1º Deverão ser recolhidas no mínimo dois terços das embalagens produzidas.

Parágrafo 2º As embalagens recolhidas terão uma das seguintes destinações:

- I - reutilização;
- II - reciclagem.

Parágrafo 3º O atendimento do disposto neste artigo será feito diretamente pelo produtor, por associação entre produtores ou por terceiros contratados exclusivamente para este fim.

Art. 4º Cada produtor comprovará anualmente o atendimento do disposto no art. 3º perante o órgão federal competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.



Parágrafo único. O órgão federal poderá estabelecer convênio com órgãos estaduais e municipais do SISNAMA para o desempenho da atribuição prevista no *caput*.

Art. 5º A infração ao disposto nos arts. 3º e 4º desta lei sujeita o produtor a uma ou mais das seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa simples ou diária;
- III – suspensão de venda e fabricação do produto;
- IV – perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- V – inabilitação para participar de licitações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- VI – proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Parágrafo único. O valor da multa a que se refere o inciso II será fixado no regulamento desta lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de cem reais e o máximo de cem mil reais.

Art. 6º O Poder Executivo criará o Programa de Fomento a Projetos de Combate à Degradação da Qualidade Ambiental com recursos advindos da Lei Orçamentária, de parcerias agregadas ao Programa, e/ou de outras eventuais fontes de recursos.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de noventa dias contados de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor em noventa dias contados de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa Carta Magna assevera em seu Art. 225 o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao poder público, entre outros, controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.



Entretanto, uma das mais sérias questões ambientais no Brasil, e em nível mundial, é a poluição por resíduos de plásticos e outros materiais não degradáveis. Todos os grandes centros urbanos convivem permanentemente com os problemas gerados por esses resíduos como entupimento de redes de água pluvial e acúmulo em lixões de forma permanente.

A doutrina mais moderna do Direito Ambiental prega a responsabilidade do produtor pela destinação final dos resíduos de seus produtos. Sob a égide desse princípio, concebemos a proposição aqui apresentada, que responsabiliza o produtor de embalagens plásticas e outras embalagens que não sejam biodegradáveis ou oxibiodegradáveis pela destinação final ambientalmente adequada de seus produtos.

Os produtores devem organizar um sistema de recolhimento das embalagens após o uso pelos consumidores e dar às mesmas o destino adequado, preferencialmente a reciclagem ou a reutilização, pois dados da Fundação Verde apontam o consumo de um milhão de sacos por minuto em todo o mundo, o que significa quase 1,5 bilhão por dia e mais de 500 bilhões por ano. A cada mês, mais de um bilhão de sacos plásticos são utilizados pelo comércio em nosso País - ou 66 sacos plásticos para cada brasileiro por mês.

Possivelmente, a sistemática aqui proposta poderá vir a encarecer o preço das embalagens por ela abrangidas. Isso, no entanto, não deve ser entendido como consequência negativa. O preço dos produtos deve refletir, também o seu custo ambiental.

O fato de uma embalagem plástica ter preço mais baixo do que uma de vidro, por exemplo, não reflete o custo ambiental com que tem que arcar toda a sociedade em virtude de resíduos que nunca se degradam, sobretudo nos lixões, e que poluem com os pigmentos de tinta utilizados na produção do plástico e nos rótulos os rios e lençóis freáticos, degradando também os recursos hídricos.

A política ideal para o problema dos resíduos sólidos reside na Educação Ambiental induzindo a sociedade ao consumo sustentável, que levará ao lixo mínimo. Entretanto, a reciclagem e a reutilização são fundamentais nesse processo educativo.

Diante da extrema importância e atualidade da matéria, contamos com o pleno apoio de nossos ilustres Pares em seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2007.

Deputado CIRO PEDROSA



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**

**CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.



§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.966, DE 2007

(Do Sr. Homero Pereira)



Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento e destinação ambientalmente adequada de vasilhames plásticos de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

2



Art. 1º Esta Lei torna obrigatório o recolhimento e destinação ambientalmente adequada de vasilhames plásticos de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas pelos respectivos fabricantes ou importadores.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas são responsáveis pelo recolhimento, reutilização ou reciclagem dos vasilhames plásticos dos produtos por eles colocados no mercado.

§ 1º Cada fabricante ou importador será responsável pelo recolhimento de vasilhames plásticos em peso correspondente ao colocado no mercado com seus produtos.

§ 2º A comprovação do recolhimento a que se refere o § 1º deverá ser feita mensalmente junto ao órgão ambiental competente.

Art. 3º Os fabricantes e importadores de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas deverão implantar centros de recebimento e armazenamento provisório de vasilhames plásticos, em condições que atendam as normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º A quantidade, distribuição geográfica e características técnicas dos centros de recebimento de vasilhames serão estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 2º Os fabricantes e importadores poderão implantar centros de recebimento e implementar medidas e ações conjuntas, mediante associação ou contratação de serviços de terceiros, para o cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 4º Consideram-se infrações ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às penalidades elencadas naquele artigo:

I – misturar e dispor com o lixo doméstico, vasilhames ou garrafas plásticas de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas;



II – dispor ou lançar em terrenos baldios, corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator, garrafas plásticas de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas;

III – não atender ao disposto nesta Lei, em se tratando de fabricantes e importadores de refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas acondicionadas em embalagens plásticas.

Art. 5º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O emprego generalizado de garrafas de plástico, principalmente do chamado PET, para acondicionar refrigerantes, água mineral, sucos e outras bebidas tornou-se um sério problema para o mundo atual. Um problema que é, além de ambiental, de logística e de custos para as administrações municipais.

No meio ambiente, a maioria absoluta dos plásticos, entre eles o PET, constitui um sério problema pela dificuldade de se degradarem na natureza. Certos plásticos podem levar até centenas de anos para se decomporem. Enquanto isso, poluem esteticamente as águas e os solos, servem de criadouros para insetos e roedores transmissores de doenças, pois acumulam água e constituem bons nichos de reprodução.

Há evidências de que esses plásticos, transformados pela ação humana ou pela exposição ao sol, se dissolvem em minúsculas partículas, as quais estão penetrando aos poucos na cadeia alimentar, pois se incorporam nos tecidos de peixes, crustáceos e outras fontes de alimentação humana.

No lixo urbano, as embalagens plásticas ocupam volumes consideráveis nos veículos coletores e, posteriormente, nos aterros sanitários, pois não se compactam como outros resíduos sólidos, como o papel e os detritos orgânicos. Os aterros sanitários têm, por esta razão, sua vida útil reduzida, tanto pelo volume de vazios gerado, como pela já citada dificuldade de decomposição. O aumento de custos são inevitáveis, recaindo, ao final, sobre toda a sociedade.

No entanto, não se pode ignorar a comodidade que os vasilhames não retornáveis proporcionam aos fabricantes, distribuidores e



consumidores de vários produtos. São leves, não se quebram ou rompem facilmente e são baratos.

A solução, propomos, é estabelecer um sistema obrigatório de recolhimento e reutilização ou reciclagem, atendendo ao princípio do poluidor-pagador. Assim serão eliminados, ainda que paulatinamente, os inconvenientes ambientais e os custos de disposição do lixo urbano e serão, ainda, economizadas matérias-primas para a confecção de novas embalagens. Os custos que a medida trará, estamos certos, serão insignificantes em relação aos preços dos produtos comercializados e, mais ainda, em relação aos benefícios que dela advirão.

Isto posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do projeto de lei que ora submetemos ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2007.

HOMERO PEREIRA
Deputado Federal (PR/MT)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais



5

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.991, DE 2007

(Do Poder Executivo)



Mensagem Nº 673/2007

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 203/1991

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

2 O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos no País.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade do meio ambiente;

II - não-geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos, bem como destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - desenvolvimento de processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável de produtos e serviços;

IV - educação ambiental;

V - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias ambientalmente saudáveis como forma de minimizar impactos ambientais;

VI - incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do Poder Público, visando a cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;

XI - preferência, nas aquisições governamentais, de produtos recicláveis e reciclados;

XII - transparência e participação social;

XIII - adoção de práticas e mecanismos que respeitem as diversidades locais e regionais; e

XIV - integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos.

Art. 3º O Poder Público e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações que envolvam os resíduos sólidos gerados.



Art. 4º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei e na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 5º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações no fluxo de resíduos sólidos.

Art. 6º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, os quais deverão reger-se por legislação específica.

Seção Única Das Definições

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - análise do ciclo de vida do produto: técnica para levantamento dos aspectos e impactos ambientais potenciais associados ao ciclo de vida do produto;

II - avaliação do ciclo de vida do produto: estudo das consequências dos impactos ambientais causados à saúde humana e à qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida do produto;

III - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem a produção, desde sua concepção, obtenção de matérias-primas e insumos, processo produtivo, até seu consumo e disposição final;

IV - coleta diferenciada: serviço que compreende a coleta seletiva, entendida como a coleta dos resíduos orgânicos e inorgânicos, e a coleta multi-seletiva, compreendida como a coleta efetuada por diferentes tipologias de resíduos sólidos, normalmente aplicada nos casos em que os resultados de programas de coleta seletiva implementados tenham sido satisfatórios;

V - consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

VIII - fluxo de resíduos sólidos: movimentação de resíduos sólidos desde o momento da geração até a disposição final dos rejeitos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que geram resíduos sólidos por meio de seus produtos e atividades, inclusive



consumo, bem como as que desenvolvem ações que envolvam o manejo e o fluxo de resíduos sólidos;

X - gerenciamento integrado de resíduos sólidos: atividades de desenvolvimento, implementação e operação das ações definidas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a fiscalização e o controle dos serviços de manejo dos resíduos sólidos;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com a ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XIII - resíduos sólidos: resíduos no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada;

XIV - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XV - manejo de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas à operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XVI - limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos; limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais; limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos sólidos provenientes destas atividades;

XVII - tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, redução ou eliminação de resíduos sólidos ou poluentes, propiciando a redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a redução ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos sólidos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XVIII - tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os em novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 8º A Política Nacional de Resíduos Sólidos será desenvolvida em consonância com as Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Educação Ambiental, de



Recursos Hídricos, de Saneamento Básico, de Saúde, Urbana, Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e as que promovam a inclusão social, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 9º As Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão estar compatíveis com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Seção Única Dos Instrumentos

Art. 10. São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- II - Análise e Avaliação do Ciclo de Vida do Produto;
- III - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, nos termos do art. 9º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- IV - inventários de resíduos sólidos em conformidade com o disposto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;
- V - Avaliação de Impactos Ambientais, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 1981;
- VI - Sistema Nacional de Informações Ambientais - SISNIMA e o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;
- VII - logística reversa;
- VIII - licenciamento ambiental;
- IX - monitoramento e fiscalização ambiental;
- X - cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas e de novos produtos;
- XI - pesquisa científica e tecnológica;
- XII - educação ambiental;
- XIII - incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- XIV - Fundo Nacional do Meio Ambiente e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
- XV - Conselhos de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

6

Da Classificação dos Resíduos Sólidos

Art. 11. Os resíduos sólidos serão classificados:

I - quanto à origem:

a) resíduos sólidos urbanos: resíduos sólidos gerados por residências, domicílios, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e os oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que por sua natureza ou composição tenham as mesmas características dos gerados nos domicílios;

b) resíduos sólidos industriais: resíduos sólidos oriundos dos processos produtivos e instalações industriais, bem como os gerados nos serviços públicos de saneamento básico, excetuando-se os relacionados na alínea "c" do inciso I do art. 3º da Lei nº 11.445, de 2007;

c) resíduos sólidos de serviços de saúde: resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde, conforme definidos pelo Ministério da Saúde em regulamentações técnicas pertinentes;

d) resíduos sólidos rurais: resíduos sólidos oriundos de atividades agropecuárias, bem como os gerados por insumos utilizados nas respectivas atividades; e

e) resíduos sólidos especiais ou diferenciados: aqueles que por seu volume, grau de periculosidade, de degradabilidade ou outras especificidades, requeiram procedimentos especiais ou diferenciados para o manejo e a disposição final dos rejeitos, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente; e

II - quanto à finalidade:

a) resíduos sólidos reversos: resíduos sólidos reutilizáveis, por meio da logística reversa, visando o seu tratamento e reaproveitamento em novos produtos, na forma de insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos; e

b) rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos acessíveis e disponíveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

Seção II
Da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 12. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

Art. 13. É condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, executados em função dos resíduos sólidos gerados ou administrados em seus territórios, contendo, no mínimo:

I - caracterização do Município;



II - visão global dos resíduos sólidos gerados de forma a estabelecer o cenário atual e futuro no âmbito de sua competência;

III - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos identificados no âmbito de sua atuação, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos sólidos gerados e formas de destinação e disposição final praticadas;

IV - identificação de regiões favoráveis para disposição final adequada de rejeitos;

V - identificação das possibilidades do estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

VI - identificação dos resíduos sólidos especiais ou diferenciados;

VII - procedimentos operacionais e especificações mínimas, que deverão ser adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, inclusive quanto aos resíduos sólidos especiais ou diferenciados identificados e à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

VIII - critérios que deverão ser adotados para a gestão dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

IX - estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;

X - definição das atribuições de todos aqueles que participem de sua implementação e operacionalização;

XI - estabelecimento de programas e ações de capacitação técnica, voltadas à implementação do Plano;

XII - programa social, contendo as formas de participação dos grupos interessados, inclusive com a indicação de como serão construídas as soluções para os problemas apresentados;

XIII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIV - programa econômico, contendo o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, a forma de cobrança desses serviços, incluindo os excedentes e a recuperação total dos custos;

XV - descrição das formas de sua participação na logística reversa no âmbito local;

XVI - meios que serão utilizados para o controle dos geradores de resíduos sólidos sujeitos ao sistema de logística reversa no âmbito local e os instrumentos financeiros que poderão ser aplicados para incentivar ou controlar as atividades dele decorrentes;

XVII - procedimentos dos geradores dos resíduos sólidos que requeiram manejo especial ou diferenciado, em função das suas características e do porte de sua geração



e ainda a descrição dos resíduos sólidos urbanos considerados quando aplicado o disposto no art. 6º da Lei nº 11.445, de 2007;

XVIII - ações preventivas e corretivas nos procedimentos adotados, incluindo o respectivo programa de monitoramento;

XIX - estrutura de comunicação necessária, para ciência da população quanto à quantidade de resíduos sólidos gerados no âmbito local e aos problemas ambientais e sanitários derivados do manejo inadequado de resíduos sólidos e estabelecimento de canal de comunicação direto com a sociedade local;

XX - periodicidade de sua revisão, considerando o período máximo de quatro anos de vigência do Plano; e

XXI - identificação e monitoramento dos passivos ambientais.

§ 1º Para o caso de resíduos sólidos urbanos gerados pelos órgãos da administração pública deverão ser desenvolvidos procedimentos que contemplem a utilização racional dos recursos e o combate a todas as formas de desperdício.

§ 2º Os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverão ser elaborados em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, bem como atender às particularidades regionais e locais de sua área de abrangência.

§ 3º Decreto do Poder Executivo Federal estabelecerá normas específicas sobre o acesso aos recursos da União de que dispõe o **caput**.

Art. 14. Os geradores dos resíduos sólidos industriais, de serviços de saúde, rurais, especiais ou diferenciados, classificados no art. 11, inciso I, alíneas "b", "c", "d" e "e", desta Lei, deverão elaborar e dar publicidade aos seus Planos de Atuação para os Resíduos Sólidos, com base nos seguintes requisitos mínimos:

I - descrição do empreendimento;

II - visão global das ações relacionadas aos resíduos sólidos, de forma a estabelecer o cenário atual e futuro de seus resíduos;

III - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados;

IV - objetivos e metas que deverão ser observados nas ações definidas para os resíduos sólidos;

V - procedimentos operacionais de segregação, acondicionamento, coleta, triagem, armazenamento, transbordo, transporte, tratamento de resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos, em conformidade com o estabelecido no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal ou do Município em que a atividade geradora de resíduos sólidos estiver instalada;

VI - previsão das modalidades de manejo e tratamento que correspondam às particularidades dos resíduos sólidos e dos materiais que os constituem e a previsão da forma de disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos;

VII - considerações sobre a compatibilidade dos resíduos sólidos gerados;



VIII - estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;

IX - descrição das formas de sua participação na logística reversa e de seu controle, no âmbito local;

X - identificação das possibilidades do estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos para estas soluções e as formas de prevenção de possíveis riscos ambientais;

XI - ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manejo incorreto ou acidentes;

XII - definição dos instrumentos e meios para possibilitar a recuperação de áreas degradadas por seu processo produtivo;

XIII - determinação de cronograma para o desenvolvimento de ações de capacitação técnica, necessárias à implementação do Plano;

XIV - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XV - programa social, contendo as formas de participação dos grupos interessados, inclusive com a indicação de como serão construídas as soluções para os problemas apresentados;

XVI - procedimentos e meios pelos quais divulgará aos consumidores os cuidados que devem ser adotados no manejo dos resíduos sólidos reversos de sua responsabilidade, incluindo os resíduos sólidos especiais ou diferenciados;

XVII - periodicidade de sua revisão, considerando o período máximo de quatro anos; e

XVIII - adoção de medidas saneadoras dos passivos ambientais.

§ 1º O Plano de Atuação para os Resíduos Sólidos deverá atender ao disposto no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município ou Distrito Federal, sem prejuízo das normas editadas pelo SISNAMA e pelo SINISA.

§ 2º O Distrito Federal e os Municípios, com base no respectivo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, poderão dispensar a elaboração do Plano de Atuação para os Resíduos Sólidos em razão do volume, periculosidade e degradabilidade dos resíduos sólidos gerados.

Art. 15. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do Plano de Atuação para os Resíduos Sólidos e ainda, para o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado profissional técnico responsável habilitado, com atribuições para tanto.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo Plano de Atuação para os Resíduos Sólidos devem manter atualizadas e disponíveis para consultas as informações completas sobre a implementação do Plano de sua responsabilidade.



Art. 16. O Plano de Atuação para os Resíduos Sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental.

Seção III Das Responsabilidades

Art. 17. Compete ao gerador de resíduos sólidos a responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados, compreendendo as etapas de acondicionamento, disponibilização para coleta, coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de rejeitos de resíduos sólidos, não isenta a responsabilidade do gerador pelos danos que vierem a ser provocados.

§ 2º Somente cessará a responsabilidade do gerador de resíduos sólidos, quando estes forem reaproveitados em produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos.

Art. 18. O gerador de resíduos sólidos urbanos terá cessada sua responsabilidade com a disponibilização adequada de seus resíduos sólidos para a coleta.

Art. 19. No caso de dano envolvendo resíduos sólidos, a responsabilidade pela execução de medidas mitigatórias, corretivas e reparatórias será da atividade ou empreendimento causador do dano, solidariamente, com seu gerador.

§ 1º A responsabilidade disposta no **caput** somente se aplica ao gerador de resíduos sólidos urbanos quando o dano decorrer diretamente de seu ato ou omissão.

§ 2º O Poder Público deve atuar no sentido de minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento do evento lesivo ao meio ambiente ou a saúde pública.

§ 3º Caberá aos responsáveis pelo dano ressarcir o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas para minimizar ou cessar o dano.

CAPÍTULO IV DO FLUXO DOS RESÍDUOS

Seção Única Da Logística Reversa

Art. 20. A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;



11

IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

Art. 21. Os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração; e

b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta;

II - ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana; e

c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;

b) desenvolver e implementar tecnologias que absorva ou elimine de sua produção os resíduos sólidos reversos;

c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e



e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;

b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e

c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

Art. 22. Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007, deverão ser disponibilizados pelo Distrito Federal e Municípios em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno para seu ciclo ou outro ciclo produtivo.

§ 1º O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento, e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 23. A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas, considerando a natureza do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Art. 24. O Poder Público atuará no sentido de estruturar programas indutores e linhas de financiamentos para atender, prioritariamente, às iniciativas:

I - de prevenção e redução de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - de desenvolvimento de pesquisas voltadas à prevenção da geração de resíduos sólidos e produtos que atendam à proteção ambiental e à saúde humana;

III - de infra-estrutura física e equipamentos para as organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecida como tal pelo Poder Público;



IV - de desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos resíduos sólidos; e

V - de desenvolvimento de projetos consorciados de logística reversa.

Art. 25. Quando da aplicação das políticas de fomentos ou incentivos creditícios destinadas a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados que possibilitem ao beneficiário acessar crédito do Sistema Financeiro Nacional para seus investimentos produtivos, tais como:

I - cobrança da menor taxa de juros do sistema financeiro; e

II - concessão de carências e o parcelamento das operações de crédito e financiamento.

Parágrafo único. A existência do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é condição prévia para o recebimento dos incentivos e financiamentos dos órgãos federais de crédito e fomento.

Art. 26. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território nacional, bem como para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, prioritariamente em parceria com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo poder público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 27. Os consórcios públicos, constituídos com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, terão prioridade na obtenção dos incentivos propostos pelo Governo Federal.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 28. Ficam proibidas as seguintes formas de disposição final de rejeitos:

I - lançamento nos corpos hídricos e no solo, de modo a causar danos ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade; e

III - outras formas vedadas pelo Poder Público.

Parágrafo único. No caso de decretação de emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelo órgão ambiental competente.

Art. 29. Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de rejeitos, as seguintes atividades:

14



I - utilização dos rejeitos dispostos, como alimentação;

II - catação em qualquer hipótese;

III - fixação de habitações temporárias e permanentes; e

IV - outras atividades vedadas pelo Poder Público.

Art. 30. Fica proibida a importação de resíduos sólidos e rejeitos cujas características causem danos ao meio ambiente e à saúde pública, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

Parágrafo único. Os resíduos e rejeitos importados que não causem danos ao meio ambiente e à saúde pública serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seus decretos regulamentadores.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

Brasília,

EM Nº 58/MMA/2007

Brasília, 4 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

2. A geração de resíduos sólidos é um fenômeno inevitável que ocorre diariamente, ocasionando danos muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente. A preocupação para com os resíduos é universal e vem sendo discutida há algumas décadas nas esferas nacional e internacional. Acrescido a isso, a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas ambientais, sociais e econômicas, induzem a um novo posicionamento dos três níveis de governo, da sociedade civil e da iniciativa privada em face de tais



questões. A crescente idéia de preservação dos recursos naturais e a questão de saúde pública associada aos resíduos sólidos, indicam que a gestão integrada de resíduos sólidos e os processos de tecnologia limpa são caminhos ambientalmente saudáveis, economicamente viáveis e tendem a ser cada vez mais demandados pela sociedade.

3. A primeira Conferência Mundial sobre Ambiente Humano, Estocolmo - 1972, estabeleceu as diretrizes e princípios para a preservação e conservação da natureza e as bases consensuais do desenvolvimento sustentável, que buscam harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Já a reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1982, que resultou no Relatório Brundtland, consolidou uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes, o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas.
4. A Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92 - consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como uma diretriz para a mudança de rumos do desenvolvimento global. Este conceito está fundamentado na utilização racional dos recursos naturais de maneira que possam estar disponíveis para as futuras gerações, garantindo a construção de uma sociedade mais justa, do ponto de vista ambiental, social, econômico e de saúde. Os compromissos assumidos pelos Governos naquela ocasião pressupõem a tomada de consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político que cada cidadão desempenha em sua comunidade, exigindo a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro e ainda recomenda que o manejo ambientalmente saudável de resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento dos resíduos por métodos seguros, mas deve-se buscar a resolução da causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo, reforçando a adoção e a internalização do conceito dos 3Rs - reduzir, reutilizar e reciclar em todas as etapas do desenvolvimento.
5. No Brasil, as primeiras iniciativas legislativas para a definição de diretrizes voltadas aos resíduos sólidos surgiram no final da década de 80. Desde então, foram elaborados mais de 100 projetos de lei, os quais, por força de dispositivos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encontram-se apensados ao Projeto de Lei nº 203, de 1991 que dispõe sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos de serviços de saúde, estando pendentes de apreciação.
6. Em 1998, foi constituído um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA, do qual fizeram parte representantes das três esferas de governo e da sociedade civil, cujo produto dos trabalhos foi a Proposição CONAMA nº 259, de 30 de junho de 1999, intitulada "Diretrizes Técnicas para a Gestão de Resíduos Sólidos". Esta proposição foi



aprovada pelo Plenário do CONAMA, mas não chegou a ser publicada, não entrando em vigor.

7. Em 2001, a Câmara dos Deputados criou e implementou a “Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos” com o objetivo de apreciar as matérias contempladas nos projetos de lei apensados ao Projeto de Lei nº 203, de 1991, e formular uma proposta substitutiva global. Com o encerramento da legislatura, a Comissão foi extinta, sem que houvesse algum encaminhamento. Em 2005 foi instituída uma nova Comissão Especial com o propósito de discutir o assunto.

8. A I Conferência Nacional de Meio Ambiente realizada em 2003 marcou o início de uma nova etapa na construção política de meio ambiente do Brasil, por ser a primeira vez que diversas representações da sociedade se reuniram para compartilhar propostas à política pública de meio ambiente. A II Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em 2005, buscou consolidar a participação da sociedade brasileira no processo de formulação das políticas ambientais e trouxe como um dos temas prioritários a questão dos resíduos sólidos. Assim, mesmo que as deliberações da I Conferência estejam sendo contempladas no âmbito do Governo Federal, a discussão sobre os resíduos sólidos efetuada durante a II Conferência, foi uma demonstração inequívoca da necessidade do estabelecimento de diretrizes nacionais que amparam a questão.

9. Ainda em 2003, o Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental, instituído por Vossa Excelência para realizar estudos e elaborar propostas para promover a integração das ações de saneamento ambiental no âmbito do Governo Federal reestruturou o Setor de Saneamento do Governo Federal que resultou, entre outros avanços, na criação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos. O programa vem possibilitando a integração entre diversos órgãos federais que desenvolvem ações na área de resíduos sólidos com vistas a uma atuação coerente e mais eficaz. O programa integra quatro ministérios e tem como objetivo a organização dos catadores, visando sua emancipação econômica, a ampliação dos serviços com inclusão social e sustentabilidade dos empreendimentos de limpeza urbana, a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e a erradicação dos lixões. Fazem parte do Programa: o Ministério das Cidades, da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e o Ministério do Meio Ambiente que o coordena.

10. Como na gestão dos resíduos sólidos, a sustentabilidade se constrói a partir de modelos integrados, que possibilitem tanto a redução como a reutilização e a reciclagem de materiais que possam servir de matéria-prima para processos produtivos, diminuindo o desperdício e gerando renda, é conveniente mencionar que para a garantia da sustentabilidade na gestão integrada de resíduos sólidos não pode ficar cingida à apenas uma área técnica, pois a busca para a solução dos problemas tem como fator determinante a integração outras áreas a saúde, a fazendária, a de



planejamento e as sociais, Desta forma, a integração das demais áreas técnicas trarão significativos avanços para a questão.

11. Durante o ano de 2004, o Ministério do Meio Ambiente envidou esforços no sentido de elaborar uma proposta de texto para a regulamentação da questão dos resíduos sólidos no país, promovendo grupos de discussões interministeriais e de representantes de diversas secretarias do Ministério do Meio Ambiente. O CONAMA realizou em agosto do mesmo ano, o Seminário intitulado "Contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos" que teve como principal objetivo a busca de subsídios da sociedade em geral para a formulação de uma nova proposta de projeto de lei, pois o conteúdo da Proposição CONAMA nº 259 encontrava-se defasado.

12. No início de 2005, foi criado um grupo interno na Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente para consolidar e sistematizar as contribuições do Seminário CONAMA, os anteprojotos de lei existentes no Congresso Nacional e as contribuições dos diversos atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos. Como resultado dessa consolidação foi elaborada a proposta que ora está sendo encaminhada como um anteprojeto de lei de "Política Nacional de Resíduos Sólidos". Esse anteprojeto foi debatido com os Ministérios das Cidades, da Saúde, mediante sua Fundação Nacional de Saúde-FUNASA, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Fazenda, buscando nas discussões a sustentabilidade requerida para a temática.

13. Discussões com a sociedade, sobre o conteúdo do anteprojeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos foram promovidas por meio dos seminários regionais de resíduos sólidos - instrumentos para gestão integrada e sustentável -, promovidos pelos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, FUNASA e Caixa Econômica Federal e de igual forma com a sociedade civil no CONAMA, com a Confederação Nacional das Indústrias-CNI, com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária-ABES, com o Compromisso Empresarial para Reciclagem-CEMPRE, e com outras entidades e organizações afins, tais como: Fórum Lixo & Cidadania, Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo.

14. O projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, considerou o estilo de vida da sociedade contemporânea, que aliado às estratégias de marketing do setor produtivo, levam a um consumo intensivo provocando uma série de impactos ambientais, à saúde pública e sociais incompatíveis com o modelo de desenvolvimento sustentado que se pretende implantar no Brasil. É importante ressaltar que o desenvolvimento de diferentes setores voltados à exportação e ao comércio internacional absorve as novas tendências do crescimento industrial utilizando-se de tecnologias mais limpas. Dados obtidos no dia-a-dia evidenciam que a tendência de preservação ambiental e ecológica por parte destes setores deve continuar de forma permanente e definitiva.



15. Neste cenário, os resíduos, principalmente os resíduos perigosos, quando dispostos inadequadamente poluem o solo e comprometem a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, com sérias conseqüências à saúde humana e ao meio ambiente. Indicadores oficiais mostram que no ano 2000, cerca de 60% dos resíduos coletados foram depositados inadequadamente em lixões, 17% em aterros controlados e 13% em aterros sanitários. Observa-se que, em uma década houve um aumento de cerca de 12% dos resíduos dispostos inadequadamente no solo. Outra grande preocupação é com o desperdício nos diversos setores, com destaque para a construção civil e agricultura, que devido a procedimentos inadequados refletem diretamente no aumento da geração de resíduos.

16. Na ausência de um marco regulatório para os resíduos sólidos, as administrações municipais isoladamente ou com apoio dos governos Estaduais e Federal buscam mecanismos de solução, optando pela instalação de aterros sanitários, que mesmo sendo uma forma adequada ambientalmente de dispor os resíduos, não resolvem a questão. Os estados brasileiros se adiantaram e sete deles já editaram suas Políticas Estaduais de Resíduos Sólidos, 14 estão em fase de discussão, alguns deles com apoio do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional de Meio Ambiente II. Muitos estados vêm criando benefícios tributários para municípios que manejam adequadamente seus resíduos, demonstrando crescente preocupação frente às demandas da sociedade para com o tema. Com este anteprojeto, o Governo Federal apresenta possibilidades de ajustar a legislação tributária e apresentar propostas para o setor, principalmente para os materiais recicláveis e reciclados. Da mesma forma que estarão sendo estudadas alternativas viáveis de fomento e concessão de crédito para a garantia da sustentabilidade do setor.

17. Todo o apoio das esferas superior se justifica, pois as municipalidades sofrem de deficiência gerencial, técnica, financeira e de participação social diante das tecnologias aplicáveis ao manejo adequado dos resíduos sólidos, visto que, em muitos municípios são manejados conjuntamente os resíduos domésticos, os hospitalares e os industriais, que é uma perigosa convivência, tolerada ou ignorada pelos gestores municipais, que coloca em risco a saúde da população. Cabe ressaltar que a firme atuação do Ministério Público tem propiciado melhorias no gerenciamento e na disposição adequada dos resíduos nos municípios, sendo que em muitos as dificuldades para resolver a situação são estruturais.

18. Outro aspecto que deve ser considerado é a presença de catadores nas áreas de disposição final. Segundo a PNSB 2000, cerca de 25.000 catadores trabalham nessas áreas, dos quais 22,3% têm até 14 anos de idade, e ainda não se pode deixar de citar os catadores que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras. Devemos lembrar, inclusive, que Vossa Excelência, vem demonstrando preocupação com a situação degradante de milhares de famílias que se alimentam de restos descartados no lixo e sobrevivem economicamente com a venda dos materiais recicláveis coletados, criando, em setembro de 2003, o Comitê Interministerial de



Inclusão Social dos Catadores de Lixo, integrados por diversos ministérios no intuito de propor ações capazes de enfrentar esta situação.

19. Vale ressaltar que em junho de 2001 foi realizado em Brasília o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete Estados brasileiros e, como resultado, promoveram a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, com 3.000 participantes e apresentaram à sociedade e às autoridades a necessidade da efetivação de políticas públicas voltadas aos catadores. Como decorrência, em janeiro de 2003, foi realizado em Caxias do Sul, o I Congresso Latino-americano de Catadores, que buscou fortalecer o processo de organização destes trabalhadores em associações ou cooperativas, foi elaborado um documento que propõe a capacitação e formação profissional, a erradicação dos lixões, a responsabilização dos geradores de resíduos, entre outros temas.

20. Deve ser destacada a compatibilidade deste anteprojeto com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o que reforça a premência de regulamentação do setor. Com essa lei o setor de saneamento avançará e, mais ainda o de resíduos, com a possibilidade de se viabilizar novos arranjos integrados para a adequada gestão dos resíduos sólidos, valendo-se, também, do disposto nas Leis de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 2005) e das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079, de 2004). Para muitos municípios a possibilidade da constituição de consórcios públicos é uma das formas de enfrentar os problemas referentes à prestação de serviços de limpeza urbana, incluindo a destinação final, com menores custos.

21. Assim, o encaminhamento do anteprojeto de lei reflete a demanda da sociedade que pressiona por mudanças motivadas pelos elevados custos sócio-econômicos e ambientais. Devemos considerar que na busca da solução para estes problemas, foi fundamental considerar a adoção do conceito dos 3Rs - Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Pois, se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e podem ser utilizados em forma de novas matérias-primas ou novos insumos. Assim sendo, poderão ser incorporados novamente nas cadeias produtivas, de forma sucessiva e sistêmica.

22. A implantação da lei proposta trará reflexos positivos no âmbito social, ambiental e econômico, pois não só tende a diminuir o consumo dos recursos naturais, como proporciona a abertura de novos mercados, gera trabalho, emprego e renda, conduz à inclusão social e diminui os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos. Sendo assim, estaremos inserindo o desenvolvimento sustentável no manejo de resíduos sólidos do país.

23. Portanto, tais fundamentos justificam a implementação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem por objetivo traçar ações estratégicas que viabilizem processos capazes de agregar valor aos resíduos aumentando a



capacidade competitiva do setor produtivo, propiciando a inclusão e o controle social, nortecendo Estados e Municípios para a adequada gestão de resíduos sólidos.

24. Estas, Senhor Presidente, as significativas razões que propiciam o encaminhamento do anteprojeto de lei, que ora submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, e o seu encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marina Silva

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;



c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - (VETADO);

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º (VETADO).

Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:



I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;

II - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 8º Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 9º São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

* Inciso VI com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;



VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

** Inciso X acrescentado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

** Inciso XI acrescentado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

** Inciso XII acrescentado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

** Inciso XIII acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

Art. 9º-A. Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

** Artigo, caput, acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

** § 1º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006 (DOU de 03/03/2006 - em vigor desde a publicação).*

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

** § 2º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente.

** § 3º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

** § 4º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.

** § 5º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e



Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.

§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

§ 3º Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

1 - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;



II - nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.

§ 3º Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

26

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II - cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III - que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.



PROJETO DE LEI N.º 2.061, DE 2007

(Do Sr. Carlos Bezerra)



Dispõe sobre a coleta, a reciclagem e a destinação final de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos inservíveis.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4178/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a coleta, a reciclagem e a destinação final de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos e seus componentes sem condições de utilização ou em desuso.

Art. 2º Todo fabricante ou importador de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos é responsável pela coleta, reciclagem e disposição final dos produtos por ele fabricado ou importado, quando não mais tiverem condições de utilização, inclusive em decorrência de desatualização ou obsolescência tecnológica.

§ 1º Na implantação do sistema de retorno e coleta dos produtos a que se refere o *caput*, os respectivos distribuidores e pontos de venda ficam obrigados a recebê-los em depósito, até o recolhimento pelo fabricante ou importador.

§ 2º A reciclagem dos produtos descartados terá prioridade quando for tecnicamente possível, economicamente viável e ambientalmente segura, conforme determinação do órgão ambiental competente.

Art. 3º O sistema de coleta, reciclagem e destinação final dos produtos descartados a ser implantado pelo fabricante ou importador deverá ser submetido à aprovação da autoridade ambiental competente.



Parágrafo único. A aprovação do sistema referido no *caput* é condição indispensável para:

I - a obtenção ou renovação de licenças ambientais de indústrias de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos e de seus componentes;

II - a entrada, no País, de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos importados, inclusive de seus componentes e peças de reposição.

Art. 4º O não atendimento ao disposto nesta Lei e em seus regulamentos constitui infração administrativa, nos termos do art. 70 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às sanções estabelecidas no art. 72 da mesma Lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor no prazo de 360 dias, contados da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O uso de aparelhos eletrodomésticos e de equipamentos eletrônicos e de informática tornou-se uma rotina e uma necessidade em nossos tempos. Eles facilitam nossas vidas, substituem mão-de-obra, ajudam a preservar e preparar alimentos, dão-nos acesso às informações em tempo real e nos proporcionam lazer.

Frutos do avanço tecnológico combinado com a riqueza de nossas sociedades, é impensável, no mundo de hoje, dispensar e até mesmo reduzir a utilização desses equipamentos.

Por outro lado, em todo o mundo, incluindo o Brasil, o descarte das sucatas eletroeletrônicas é um problema de complexidade crescente e preocupante. Com o ciclos de vida cada vez mais curtos, pela rápida evolução tecnológica, a quantidade de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos descartados se acumula, com sua disposição final ou reciclagem exigindo medidas logísticas e técnicas que preservem o meio ambiente de efeitos deletérios como a degradação estética, a saturação de aterros sanitários, e a contaminação do solo da água e do



ar com substâncias tóxicas, inclusive metais pesados, utilizadas em seus componentes.

Estima-se que são produzidas no mundo, a cada ano, 40 milhões de toneladas de lixo tecnológico. Se o lixo eletrônico gerado anualmente for colocado em vagões de trem, o comboio formado teria comprimento equivalente a uma volta em torno da Terra. Em 1997, a vida útil média de um computador era de seis anos, tempo reduzido para dois anos em 2005, com o volume de descartes crescendo na mesma proporção.

A produção de novos equipamentos significa consumo de mais recursos naturais, ampliando a pressão sobre o meio ambiente. Para se ter um exemplo, para fabricar um computador de mesa com monitor de 17 polegadas, gastam-se em média 240 quilos de combustíveis fósseis, 22 quilos de produtos químicos e 1.500 quilos de água (na produção das matérias-primas, incluindo mineração, águas de resfriamento e limpeza), somando-se, ao final, cerca de 1,8 toneladas de recursos naturais, peso de um rinoceronte ou de um veículo utilitário. Só a partir de 1997, as geladeiras comercializadas no Brasil passaram a ser fabricadas com a utilização de gases de refrigeração que não destroem a camada de ozônio, fazendo com que, desde então, milhares desses equipamentos obsoletos serem descartados, sem nenhum cuidado ou controle.

O que fazer com milhares de televisores, geladeiras, fogões, computadores, impressoras e tantos outros equipamentos que ninguém mais quer? Hoje o destino da maior parte dessa sucata são os "lixões" – nossa realidade mais comum –, os raros aterros sanitários e os ferros-velhos. Isto quando não são simplesmente abandonados nas margens de estradas e em terrenos baldios, ou simplesmente jogados nos cursos de água.

A coleta criteriosa dos equipamentos descartados, com a disposição adequada de seus componentes, com prioridade para a reciclagem, configura-se, assim, como uma necessidade premente tanto sob o ponto de vista ambiental, como econômico.

No Japão e em muitos países da Europa, por exemplo, as empresas fabricantes são responsáveis pelo "pós-consumo", com o consumidor devolvendo à loja ou a pontos de coleta os produtos considerados inservíveis ou em



desuso. As lojas ou os pontos de coleta, por sua vez, encaminham o material às indústrias, as quais providenciam a sua destinação adequada, reciclando as partes aproveitáveis. Esta é um sistemática coerente com o princípio do poluidor-pagador, ou consumidor-pagador, fundamental para atingir a sustentabilidade de nossos sistemas de vida.

A compreensão, por grande parte da sociedade, da exigência e importância da manutenção do equilíbrio ambiental e, por consequência, a pressão por ela exercida sobre os governantes e o setor empresarial têm propiciado uma desejável adequação aos novos conceitos ambientais, mesmo que essa adequação implique em aumentos de custos dos produtos consumidos.

Dessa feita, adotar o modelo proposto para o gerenciamento dos resíduos gerados pelo descarte de eletrodomésticos e eletroeletrônicos inservíveis será, sem dúvida, uma forma de exigir um comportamento mais ético e ecológico do segmento empresarial e da sociedade que consome os produtos por ele fabricados ou comercializados.

Pelas razões citadas, contamos com o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e a aprovação de nossa iniciativa.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2007.

Deputado CARLOS BEZERRA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VI DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA



Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.



§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.143, DE 2007

(Dos Srs. Edson Duarte e Edigar Mão Branca)



Dispõe sobre o tratamento e destinação final de resíduos sólidos e líquidos gerados em processos industriais, laboratoriais e médico-hospitalares que utilizam substâncias fotossensíveis.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para o tratamento e disposição final de resíduos sólidos e líquidos resultantes de processos industriais, laboratoriais, e de estabelecimentos médico-hospitalares outros que utilizam substâncias fotossensíveis.

Art. 2º Os resíduos sólidos produzidos por indústrias, laboratórios físico-químicos, biológicos e fotográficos, estabelecimentos médico-hospitalares e outros que utilizam em seus processos substâncias fotossensíveis deverão ser recolhidos em recipientes próprios, separados do lixo comum e encaminhados:

2



I – para reciclagem em instalações próprias ou por empresa especializada; ou

II – para aterro ou outra forma de destinação adequada de resíduos especiais ou perigosos, operada por empresa ou entidade licenciada pelo órgão ambiental competente.

Art. 3º Os resíduos líquidos resultantes de processos que utilizam substâncias fotossensíveis, produzidos por indústrias, laboratórios físico-químicos, biológicos e fotográficos, estabelecimentos médico-hospitalares e outros, antes de serem lançados em redes públicas coletoras de esgotos, deverão passar por tratamento que os tornem compatíveis com os processos convencionais de tratamento de esgotos sanitários.

§ 1º O lançamento de resíduos líquidos a que se refere o caput em redes coletoras públicas de esgotos sanitários dependerá de autorização do órgão ambiental competente, ouvido o responsável pela prestação do respectivo serviço de esgotamento sanitário.

§ 2º A disposição direta em corpos de água de resíduos líquidos a que se refere o caput não poderá afetar os parâmetros de qualidade correspondentes à classe do corpo hídrico, de acordo com normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e do órgão ambiental local.



3

Art. 4º O não atendimento ao disposto nesta Lei constitui crime, nos termos e com as penas estabelecidas pelo art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando o cenário atual do *modus operandi* dos hospitais, clínicas, gráficas, laboratórios fotográficos e similares, verifica-se que, apesar do avanço tecnológico, com o desenvolvimento de tecnologias limpas, e dos esforços para a qualificação de profissionais e investimentos em equipamentos mais modernos, pouca atenção tem sido dada ao controle do impacto ambiental causado pelos resíduos sólidos e líquidos originados dos processos que utilizam substâncias fotossensíveis.

Os serviços de diagnóstico por imagem, instrumentos de apoio a inúmeras áreas da medicina, são exemplos típicos de não conformidade com as normas, resoluções e leis de segurança ambientais vigentes no Brasil. Esses serviços geram resíduos líquidos, constituídos pelas soluções de fixador e revelador, que contêm substâncias tóxicas, e resíduos sólidos - filmes radiográficos - que nada mais são do que plásticos impregnados com metais pesados.

A solução de fixador contém tiosulfato, sulfito de sódio e isotiazolonas, substâncias com alto poder de poluição, por serem grandes consumidores de oxigênio da água, principalmente o tiosulfato, devido as suas características e alta concentração. Os resíduos de tiosulfato têm alta demanda química de oxigênio (DQO), da ordem de 55 gramas de O₂ por litro, e agregam diversos metais, inclusive pesados, como prata, cobre, zinco, cádmio e mercúrio. Como complexante, ele favorece a dissolução de compostos metálicos, mantendo-os em solução. Após passar pelo processo de revelação, os resíduos de fixadores apresentam concentração média de prata de 3.000 miligramas por litro, quando o limite estabelecido no artigo 21 da Resolução CONAMA nº 20, de 1986, para qualquer efluente a ser lançado em corpo hídrico, é de 0,1 miligramas por litro, ou seja, 30.000 vezes menor.



A solução de revelador contém compostos aromáticos fenólicos (hidroquinona/quinona), sais de aminoácidos e pH alto, fora do intervalo permitido (de 5 a 9) pela resolução nº357/05 do CONAMA (padrões para lançamento de efluentes líquidos em corpos de água). A sua DQO é alta, cerca de 3.800 miligramas de oxigênio por litro (a dos esgotos sanitários é da ordem de 500mg/litro).

De acordo com a Resolução RDC 306/2004 da ANVISA, os efluentes de fixadores e reveladores pertencem ao grupo B (Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características da inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade – Resíduos de saneantes, desinfetantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). Tratam-se, portanto, de resíduos perigosos, que devem receber tratamento prévio antes da destinação final, seja em redes coletoras públicas, seja diretamente em cursos de água.

Alguns metais contidos nos resíduos do fixador tem efeito cumulativo nos organismos, e se atingir a cadeia alimentar humana pode causar degenerações no sistema nervoso central, entre outros problemas.

As elevadas demandas de oxigênio (DQO e DBO) desses resíduos, por outro lado, podem afetar seriamente a fauna aquática, por impedir a respiração. O pH elevado causa corrosão de tubulações, estruturas e equipamentos dos sistemas de esgotos e pode interferir nas reações químicas naturais dos cursos de água que receberem os efluentes.

Os processos industriais e de laboratórios fotográficos são semelhantes àqueles empregados nos serviços médico-hospitalares, daí necessitarem de tratamento semelhante.

Com base nas informações que apresentamos, contamos com a colaboração dos ilustres pares do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e aprovação desta iniciativa, a qual, estamos certos, é do mais alto interesse da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2007.

Deputado EDSON DUARTE



5

Deputado EDIGAR MÃO BRANCA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais**

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 1986

*(*Revogada pela Resolução nº 357, de 17 de março de 2005)*

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, e o que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, de 5 de junho de 1984;

Considerando ser a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa de seus níveis de qualidade, avaliados por parâmetros e indicadores específicos, de modo a assegurar seus usos preponderantes;

Considerando que os custos do controle de poluição podem ser melhor adequados quando os níveis de qualidade exigidos, para um determinado corpo d'água ou seus diferentes trechos, estão de acordo com os usos que se pretende dar aos mesmos;

Considerando que o enquadramento dos corpos d'água deve estar baseado não necessariamente no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam possuir para atender às necessidades da comunidade;

Considerando que a saúde e o bem-estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas;



Considerando a necessidade de se criar instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas, em relação aos níveis estabelecidos no enquadramento, de forma a facilitar a fixação e controle de metas visando atingir gradativamente os objetivos permanentes;

Considerando a necessidade de reformular a classificação existente, para melhor distribuir os usos, contemplar as águas salinas e salobras e melhor especificar os parâmetros e limites associados aos níveis de qualidade requeridos, sem prejuízo de posterior aperfeiçoamento ;

RESOLVE estabelecer a seguinte classificação das águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional:

Art. 1º São classificadas, segundo seus usos preponderantes, em nove classes, as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional :

ÁGUAS SALOBRAS

Art. 21. Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam às seguintes condições:

- a) pH entre 5 a 9;
- b) temperatura : inferior a 40°C, sendo que a elevação de temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3°C;
- c) materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;
- d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;
- e) óleos e graxas:
 - óleos minerais até 20 mg/l
 - óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;
- f) ausência de materiais flutuantes;
- g) valores máximos admissíveis das seguintes substâncias:

Amônia:	5,0 mg/l N
Arsênio total:	0,5 mg/l As
Bário:	5,0 mg/ Ba
Boro:	5,0 mg/l B
Cádmio:	0,2 mg/l Cd
Cianetos:	0,2 mg/l CN
Chumbo:	0,5 mg/l Pb
Cobre:	1,0 mg/l Cu
Cromo hexavalente:	0,5 mg/l Cr

Cromo trivalente:	2,0 mg/l Cr
Estanho:	4,0 mg/l Sn
Índice de fenóis:	0,5 mg/l C_6H_5OH
Ferro solúvel:	15,0 mg/l Fe
Fluoretos:	10,0 mg/l F
Manganês solúvel:	1,0 mg/l Mn
Mercurio:	0,01 mg/l Hg
Níquel:	2,0 mg/l Ni
Prata:	0,1 mg/l Ag
Selênio:	0,05 mg/l Se
Sulfetos:	1,0 mg/l S
Sulfito:	1,0 mg/l SO_3
Zinco:	5,0 mg/l Zn
Compostos organofosforados e carbonatos totais:	1,0 mg/l em Paration
Sulfeto de carbono:	1,0 mg/l
Tricloroeteno:	1,0 mg/l
Clorofórmio :	1,0 mg/l
Tetracloroeto de Carbono:	1,0 mg/l
Dicloroeteno:	1,0 mg/l
Compostos organoclorados não listados acima (pesticidas, solventes, etc):	0,05 mg/l
outras substâncias em concentrações que poderiam ser prejudiciais: de acordo com limites a serem fixados pelo CONAMA.	



h) tratamento especial, se provierem de hospitais e outros estabelecimentos nos quais haja despejos infectados com microorganismos patogênicos.

Art. 22. Não será permitida a diluição de efluentes industriais com aluas não poluídas, tais como água. de abastecimento, água de mar e água de refrigeração.

Parágrafo Único - Na hipótese de fonte de poluição geradora de diferentes despejos ou emissões individualizadas, os limites constantes desta regulamentação aplicar-se-ão a cada um deles ou ao conjunto após a mistura, a critério do órgão competente.

Art. 40. O não cumprimento ao disposto nesta Resolução acarretará aos infratores as sanções previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e sua regulamentação pelo Decreto nº 88.351, de 01 de junho de 1983.

Art. 41. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Deni Lineu Schwartz
Presidente

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005



Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 6º, inciso II e 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e Considerando a vigência da Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que dispõe sobre a balneabilidade;

Considerando o art. 9º, inciso I, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, e demais normas aplicáveis à matéria;

Considerando que a água integra as preocupações do desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios da função ecológica da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador e da integração, bem como no reconhecimento de valor intrínseco à natureza;

Considerando que a Constituição Federal e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, visam controlar o lançamento no meio ambiente de poluentes, proibindo o lançamento em níveis nocivos ou perigosos para os seres humanos e outras formas de vida;

Considerando que o enquadramento expressa metas finais a serem alcançadas, podendo ser fixadas metas progressivas intermediárias, obrigatórias, visando a sua efetivação;

Considerando os termos da Convenção de Estocolmo, que trata dos Poluentes Orgânicos Persistentes-POPs, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004;

Considerando ser a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa de seus níveis de qualidade, avaliados por condições e padrões específicos, de modo a assegurar seus usos preponderantes;

Considerando que o enquadramento dos corpos de água deve estar baseado não necessariamente no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam possuir para atender às necessidades da comunidade;

Considerando que a saúde e o bem-estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados pela deterioração da qualidade das águas;

Considerando a necessidade de se criar instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas, em relação às classes estabelecidas no enquadramento, de forma a facilitar a fixação e controle de metas visando atingir gradativamente os objetivos propostos;

Considerando a necessidade de se reformular a classificação existente, para melhor distribuir os usos das águas, melhor especificar as condições e padrões de qualidade requeridos, sem prejuízo de posterior aperfeiçoamento; e

Considerando que o controle da poluição está diretamente relacionado com a proteção da saúde, garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a melhoria da qualidade de vida, levando em conta os usos prioritários e classes de qualidade ambiental exigidos para um determinado corpo de água; resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de água superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Art. 48. O não cumprimento ao disposto nesta Resolução sujeitará os infratores, entre outras, às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e respectiva regulamentação.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Revoga-se a Resolução CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986.

MARINA SILVA
Presidente do CONAMA

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c o Art. 111, inciso I, alínea "b", § 1º do



Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 593, de 25 de agosto de 2000, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2000, em reunião realizada em 6 de dezembro de 2004, considerando as atribuições contidas nos Art. 6º, Art. 7º, inciso III e Art. 8º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999; considerando a necessidade de aprimoramento, atualização e complementação dos procedimentos contidos na Resolução RDC 33, de 25 de fevereiro de 2003, relativos ao gerenciamento dos resíduos gerados nos serviços de saúde - RSS, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente considerando os princípios da biossegurança de empregar medidas técnicas, administrativas e normativas para prevenir acidentes, preservando a saúde pública e o meio ambiente; considerando que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final; considerando que a segregação dos RSS, no momento e local de sua geração, permite reduzir o volume de resíduos perigosos e a incidência de acidentes ocupacionais dentre outros benefícios à saúde pública e ao meio ambiente; considerando a necessidade de disponibilizar informações técnicas aos estabelecimentos de saúde, assim como aos órgãos de vigilância sanitária, sobre as técnicas adequadas de manejo dos RSS, seu gerenciamento e fiscalização; Adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:



Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, em Anexo a esta Resolução, a ser observado em todo o território nacional, na área pública e privada.

Art. 2º Compete à Vigilância Sanitária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o apoio dos Órgãos de Meio Ambiente, de Limpeza Urbana, e da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, divulgar, orientar e fiscalizar o cumprimento desta Resolução.

Art. 3º A vigilância sanitária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando o cumprimento do Regulamento Técnico, poderão estabelecer normas de caráter supletivo ou complementar, a fim de adequá-lo às especificidades locais.

Art. 4º A inobservância do disposto nesta Resolução e seu Regulamento Técnico configura infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 5º Todos os serviços em funcionamento, abrangidos pelo Regulamento Técnico em anexo, têm prazo máximo de 180 dias para se adequarem aos requisitos nele contidos. A partir da publicação do Regulamento Técnico, os novos serviços e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades, devem atender na íntegra as exigências nele contidas, previamente ao seu funcionamento.

Art. 6º Esta Resolução da Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução ANVISA - RDC nº. 33, de 25 de fevereiro de 2003.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

ANEXO



**REGULAMENTO TÉCNICO PARA O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE - DIRETRIZES GERAIS**

CAPÍTULO I - HISTÓRICO

O Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, publicado inicialmente por meio da RDC ANVISA nº. 33 de 25 de fevereiro de 2003, submete-se agora a um processo de harmonização das normas federais dos Ministérios do Meio Ambiente por meio do Conselho Nacional de Meio Ambiente/CONAMA e da Saúde através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA referentes ao gerenciamento de RSS.

O encerramento dos trabalhos da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos do CONAMA, originaram a nova proposta técnica de revisão da Resolução CONAMA nº. 283/2001, como resultado de mais de 1 ano de discussões no Grupo de Trabalho. Este documento embasou os princípios que conduziram à revisão da RDC ANVISA nº. 33/2003, cujo resultado é este Regulamento Técnico harmonizado com os novos critérios técnicos estabelecidos.

.....
.....



PROJETO DE LEI N.º 2.267, DE 2007

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)



Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de receptores de baterias de celulares e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Ficam obrigadas as Operadoras de Telefonia Celular e estabelecimentos que comercializem aparelhos celulares a prover a instalação de receptores de baterias de aparelhos celulares em suas respectivas lojas, para que sejam depositadas as baterias inutilizadas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

De acordo com dados estatísticos, a atual base de usuários de celulares no país é de mais de 85 milhões. Estima-se que ainda esse ano, o Brasil poderá superar a marca de 100 milhões de aparelhos celulares.

Segundo cálculos das operadoras, a média de troca de um aparelho celular no Brasil é de apenas 14 meses, enquanto que a sua vida útil é de 36 a 48 meses. Desse modo, muitos aparelhos celulares são descartados sem qualquer cuidado com o meio ambiente.

Sabe-se que as baterias de celular contêm cádmio e nióbio. O primeiro é um metal que pode provocar câncer e o segundo é um produto radiativo e extremamente perigoso. Quando jogados no meio ambiente suas capas de proteção acabam se rompendo e então os produtos químicos se infiltram no solo e vão para o

lençol freático de onde as pessoas recolhem, através de poços e cacimbas a água que bebem e assim acabam adoecendo.

Portanto, faz-se necessário a instalação de coletores e/ou receptores de baterias de celulares nas lojas das Operadoras de Telefonia Celular, bem como dos estabelecimentos que comercializam aparelhos celulares, de modo que os resíduos sólidos destes aparelhos tenham a correta destinação final, qual seja, a de não poluir o meio ambiente e nem colocar em risco a saúde das pessoas.

Diante do exposto, peço apoio aos meus nobres Pares para aprovação desse projeto.

Sala de Sessões, 23 de outubro de 2007.

**Deputada VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM**



PROJETO DE LEI N.º 2.305, DE 2007

(Do Sr. Homero Pereira)



Dispõe sobre a destinação de pneumáticos inservíveis.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1259/1995.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação final de pneumáticos inservíveis.

Art. 2º Os fabricantes nacionais, os importadores, os distribuidores, os revendedores e os prestadores de serviços de consertos, reforma, recapagem ou remoldagem de pneumáticos são responsáveis pela coleta e destinação final dos pneumáticos inservíveis fabricados ou comercializados em território nacional.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se pneus inservíveis aqueles que não mais se prestam a processos de conserto, reforma, recapagem ou remoldagem que permitam condição de rodagem adicional, nos termos do regulamento.

§ 2º A destinação final a que se refere o *caput* deve realizar-se de acordo com práticas e tecnologias que não afetem negativamente a saúde pública e o meio ambiente, na forma de regulamento.

§ 3º O cronograma e o detalhamento para o cumprimento desta Lei devem ser estabelecidos pelo órgão federal competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

Art. 3º Independentemente da obrigação de reparar os danos causados, a destinação de pneus inservíveis em desacordo com esta Lei ou seu regulamento sujeita os infratores às sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

oficial.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal brasileira estabelece em seu artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Assim, objetivando alcançar esta qualidade de vida é que propomos o presente projeto de lei.

O pneu é fabricado a partir de borracha natural, derivados de petróleo, aço e produtos químicos. Segundo a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), em um pneu de passeio, predominam os derivados de petróleo e produtos químicos, constituindo 36%; a borracha natural representa 36% e o material metálico (ou aço) conta com 18%. Sabe-se, porém, que outros produtos, como o *nylon*, são também utilizados.

Pneumáticos inservíveis podem ser transformados em combustível alternativo no processo produtivo da indústria de cimento, aplicados como asfalto borracha ou usados, em novos artefatos, como tapetes para carros, percintas de sofás, pisos industriais, entre outros usos. Outrossim, a falta de uma destinação ambientalmente correta e adequada dos pneus inservíveis gera graves problemas de saúde pública e ao meio ambiente, entre os quais pode-se citar a formação de criadouros do mosquito da dengue.

Esse é um problema que tende a se agravar em razão do aumento crescente da produção nacional de pneus. Verificamos que no ano de 2002 foram comercializados 50,2 milhões de pneus no mercado interno, enquanto no ano de 2006 esse número passou para 57,2 milhões de unidades de pneus, um crescimento que deve ser objeto de preocupação para todos os brasileiros.

Destarte, o setor de pneumáticos no Brasil e no mundo goza de uma situação econômica e financeira extremamente confortável. Para se ter uma idéia, a Pirelli, segundo sua própria divulgação por meio de seu portal na Internet, é a quinta maior empresa do setor no mundo, gerando somente de retomo, no ano de 2005, nada menos que 3,63 bilhões de euros, com suas 24 fábricas ao redor do mundo e 5 somente no Brasil. A Goodyear está instalada com 96 fábricas no mundo

e com 7 fábricas no Brasil e a Michelin produz anualmente 190 milhões de pneus em todo o mundo, com 68 fábricas, mantendo, inclusive, duas plantações de seringueiras no Brasil.



Embora o tema esteja atualmente regulado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 258, em vigor desde sua publicação em 02 de dezembro de 1999, consideramos importante seu tratamento por uma norma ao nível de lei, razão pela qual contamos com o apoio de todos os nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 2007.

HOMERO PEREIRA
Deputado Federal (PR/MT)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 26 DE AGOSTO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990 e suas alterações, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e



Considerando que os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública;

Considerando que não há possibilidade de reaproveitamento desses pneumáticos inservíveis para uso veicular e nem para processos de reforma, tais como recapagem, recauchutagem e remoldagem;

Considerando que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, pode ser utilizada como matéria prima em processos de reciclagem;

Considerando a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve:

Art.1º As empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Parágrafo único. As empresas que realizam processos de reforma ou de destinação final ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo, exclusivamente no que se refere a utilização dos quantitativos de pneumáticos coletados no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - pneu ou pneumático: todo artefato inflável, constituído basicamente por borracha e materiais de reforço utilizados para rodagem em veículos;

II - pneu ou pneumático novo: aquele que nunca foi utilizado para rodagem sob qualquer forma, enquadrando-se, para efeito de importação, no código 4011 da Tarifa Externa Comum-TEC;

III - pneu ou pneumático reformado: todo pneumático que foi submetido a algum tipo de processo industrial com o fim específico de aumentar sua vida útil de rodagem em meios de transporte, tais como recapagem, recauchutagem ou remoldagem, enquadrando-se, para efeitos de importação, no código 4012.10 da Tarifa Externa Comum-TEC;

IV - pneu ou pneumático inservível: aquele que não mais se presta a processo de reforma que permita condição de rodagem adicional.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.373, DE 2007

(Da Sra. Rebecca Garcia)



Estabelece medidas para prevenir a produção de resíduos de embalagens.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º Esta Lei estabelece medidas destinadas a prevenir a produção de resíduos de embalagens.

§ 1º Considera-se embalagem, para os efeitos desta Lei, todo o produto, qualquer que seja sua natureza ou constituição, utilizado para conter, proteger, movimentar, entregar e apresentar mercadorias, desde as matérias-primas até aos produtos transformados, e desde o produtor até ao utilizador ou consumidor.

§ 2º Os dispositivos desta Lei aplicam-se, também, a copos, pratos e talheres descartáveis.

§ 3º Esta Lei não se aplica aos resíduos definidos nos §§ 1º e 2º:

I – que contenham substâncias residuais ou estejam contaminados por substâncias que constituam risco à saúde ou ao meio ambiente;

II – que devam ser eliminados de forma específica de acordo com legislação pertinente.

Art. 2º As embalagens devem ser fabricadas com materiais que não impeçam a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Os responsáveis pela fabricação ou utilização de embalagens devem assegurar que estas:

I – sejam restritas em volume e peso às dimensões realmente requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – sejam projetadas de forma a serem recarregadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as normas de segurança e higiene aplicáveis ao produto que contém;

III – possam ser reutilizadas ou recicladas se a recarga não for possível.

§ 2º Nas embalagens devem constar, de forma legível e de fácil leitura, mesmo depois da abertura da embalagem, o nome ou a sigla do tipo de plástico do qual as embalagens são confeccionadas, conforme nomenclatura estabelecida por norma técnica brasileira aprovada pelo órgão competente de metrologia, normalização e qualidade industrial.



§ 3º É responsável pelo atendimento ao disposto neste artigo todo aquele que:

I – manufatura embalagens ou produtos dos quais as embalagens são diretamente fabricadas;

II – coloca em circulação embalagens, produtos dos quais as embalagens são diretamente fabricadas ou produtos embalados em qualquer nível da cadeia de comércio.

Art. 3º Os distribuidores são obrigados a aceitar as embalagens devolvidas pelos consumidores e a entregá-las aos fabricantes.

§ 1º Os fabricantes são obrigados a aceitar as embalagens devolvidas pelos distribuidores.

§ 2º Estão desobrigados do atendimento ao previsto no caput e no § 1º os fabricantes e distribuidores que façam parte de um sistema independente do sistema público de coleta, tratamento e disposição final de resíduos, que garanta a coleta regular de embalagens usadas pelo consumidor e que esteja aprovado por órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

§ 3º A obrigação estabelecida neste artigo limita-se ao tipo, forma e tamanho de embalagem fornecida pelo fabricante ou distribuidor em questão ou aos produtos fornecidos pelo respectivo fabricante e distribuidor.

§ 4º A área de recolhimento das embalagens de responsabilidade do fabricante ou distribuidor abrange toda aquela na qual seu produto é colocado à venda.

§ 5º As embalagens coletadas devem ser, em ordem de prioridade, reutilizadas ou recicladas, de forma compatível com a manutenção da

súde pública e do meio ambiente, na forma de regulamento, observadas as metas previstas no art. 4º.



§ 6º As embalagens que não possam ser reutilizadas ou recicladas terão outro tratamento e destinação final compatíveis com a manutenção da saúde pública e do meio ambiente, na forma de regulamento.

Art. 4º O Poder Público adotará as medidas necessárias para atingir as seguintes metas:

I – em no máximo cinco anos a partir do início de vigência desta Lei, deve ser coletado um mínimo de 50%, em peso, das embalagens colocadas no mercado e reciclado ou reutilizado um mínimo de 70%, em peso, do total coletado;

II – em no máximo dez anos a partir do início de vigência desta Lei, deve ser coletado um mínimo de 90%, em peso, das embalagens colocadas no mercado e reciclado ou reutilizado um mínimo de 70%, em peso, do total coletado;

§ 1º As metas definidas nos incisos I e II serão publicadas e divulgadas e devem ser objeto de uma campanha de informação destinada ao público e aos agentes econômicos.

§ 2º Os órgãos competentes do Sisnama devem fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas definidas nos incisos I e II do *caput* e, se for o caso, propor sua revisão.

Art. 5º Devem ser fixados em regulamento:

I – normas para análise do ciclo de vida da embalagem;

II – métodos de medição e verificação da presença de metais pesados e de outras substâncias perigosas na embalagem e sua liberação no ambiente a partir de embalagens e resíduos de embalagens,

III – requisitos quanto a teores de material reciclado nas embalagens;

IV – normas para reutilização e reciclagem;

V – normas para a marcação das embalagens.

Art. 6º A aplicação desta Lei não elide os requisitos em vigor relativos à qualidade das embalagens, à segurança, à proteção da saúde e à higiene dos produtos embalados.

Art. 7º Os infratores desta Lei estão sujeitos às sanções administrativas previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, e seu regulamento.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A crescente utilização de embalagens em nossa sociedade, tem levado a um grave problema ambiental. Isso ocorre sobretudo com embalagens não biodegradáveis, ou com degradação muito lenta, como é o caso das constituídas de plástico, vidro, metal e isopor, por exemplo. Em geral, essas embalagens aumentam muito o volume do lixo, ocupam muito mais espaço nos aterros sanitários que os resíduos orgânicos, e acabam reduzindo a vida útil dos aterros, que, nas cidades brasileiras de médio e grande porte, já estão com suas capacidades próximas do esgotamento.

Com a maioria das nossas cidades não dispõe de aterros sanitários, grande parte das embalagens é depositada em lixões, alguns à margem de córregos de água, e seu destino final acaba sendo o mar, onde são ingeridas por animais, levando-os à morte.

Embora os índices de reciclagem venham aumentando, ainda são muito pequenos, com exceção das latas de alumínio usadas para a venda de bebidas, devido ao valor econômico que alcançam. Isso deve-se, em grande parte, à ausência de programas de coleta seletiva, uma vez que esses programas só estavam estruturados em apenas 327 Municípios brasileiros em 2006, ou seja, menos de 6% do total dos Municípios do País, segundo o portal do Compromisso Empresarial para a reciclagem (Cempre).

Não se pode, contudo, exigir que a coleta seletiva, que onera os serviços públicos de limpeza urbana, seja de responsabilidade única dos Municípios. É essencial que os agentes econômicos, que auferem os lucros pelo



aumento do consumo dessas embalagens, assumam a responsabilidade por esses resíduos, de acordo com o princípio do poluidor-pagador.



As medidas propostas devem levar a padrões de produção e consumo, ao menos no caso das embalagens, ambientalmente mais sustentáveis. Este é o objetivo deste projeto de lei, o qual esperamos ver rapidamente aprovado nesta Casa.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2007.

Deputada REBECCA GARCIA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO VI
DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V - destruição ou inutilização do produto;
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII - embargo de obra ou atividade;



VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

.....

.....

--

PROJETO DE LEI N.º 2.388, DE 2007

(Do Sr. Rogerio Lisboa)



Dispõe sobre a adoção de metas de processamento de lixo urbano em cidades com mais de 250 mil habitantes.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

2

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º: Todas as cidades brasileiras com mais de 250 mil habitantes deverão, nos prazos infracitados, contados da publicação desta lei, adotar as seguintes metas em relação ao processamento do lixo urbano produzido em seu território:

I - No prazo de 5 anos, pelo menos 25% do lixo produzido no município deverá ser ou reciclado ou utilizado como recurso para geração de energia através de projetos que sigam a metodologia MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), instituída pelo Protocolo de Quioto.

II - No prazo de 10 anos, pelo menos 50% do lixo produzido no município deverá ser ou reciclado ou utilizado como recurso para geração de energia através de projetos que sigam a metodologia MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), instituída pelo Protocolo de Quioto.

III - No prazo de 15 anos, pelo menos 75% do lixo produzido no município deverá ser ou reciclado ou utilizado como recurso para geração de energia através de projetos que sigam a metodologia MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), instituída pelo Protocolo de Quioto.

IV - No prazo de 20 anos, pelo menos 95% do lixo produzido no município deverá ser ou reciclado ou utilizado como recurso para geração de energia através de projetos que sigam a metodologia MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), instituída pelo Protocolo de Quioto.

Parágrafo único: As metas a que se refere o caput deste artigo poderão ser implementadas em parceria com a iniciativa privada.

Art. 2º: O Poder Executivo regulamentará, no prazo máximo de cento e oitenta dias de sua publicação, o disposto nesta Lei, estipulando, inclusive, as penalidades cabíveis ao não cumprimento das metas estipuladas no art. 1º.

Art. 3º: Esta lei entra em vigor na data da sua publicação



JUSTIFICAÇÃO

A destinação do lixo gerado nas grandes cidades constitui, nos dias atuais, um dos principais desafios econômicos e ambientais da nossa sociedade.

O volume de lixo produzido nas cidades é a manifestação da evolução da economia mundial do descarte. Produtos descartáveis, facilitados pelo apelo da conveniência e do custo artificialmente baixo de energia, são responsáveis por grande parte do lixo que produzimos. O desafio que enfrentamos, hoje, é substituir a economia do descarte pela economia da redução/reutilização/reciclagem.

Felizmente, há grandes esforços sendo realizados mundo afora em busca de alternativas. O principal direcionamento tem sido voltado para os processos de reciclagem. Ou seja, a idéia é estar viabilizando continuamente outras alternativas de uso para o lixo gerado e com isso, diminuir seus acúmulos nos aterros.

De fato, a produção excessiva de lixo assim como a crise energética e o aquecimento global, são hoje os temas de maior destaque quando se discute a sustentabilidade do nosso planeta no futuro. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto em 2005, surgiu a possibilidade de países desenvolvidos investirem em projetos de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa em países em desenvolvimento, conhecidos como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Esta possibilidade abriu novas perspectivas para a gestão do lixo urbano no Brasil.

Os municípios brasileiros enfrentam como podem o desafio do lixo. Além de um considerável desperdício financeiro, sobram problemas ambientais e de saúde pública. As últimas estatísticas disponíveis indicam que produzimos cerca de 240 mil toneladas de lixo diariamente. Deste total, 76 por cento ficam depositadas a céu aberto e apenas 24 por cento recebem tratamento adequado.

Por isso, é importante estabelecer metas para o processamento de lixo urbano em cidades com mais de 250 mil habitantes a partir de projetos que sigam a metodologia MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Ao estimular este tipo de solução, estaremos reduzindo a emissão de gás metano (um dos grandes

responsáveis pelo efeito estufa) e ao mesmo tempo, gerando novas fontes de receita para os municípios.



De fato, o lixo depositado nos aterros sanitários é considerado um dos principais geradores de metano, um gás altamente prejudicial e causador do efeito estufa. A captura dos gases gerados, para que sejam revertidos em energia, pode render créditos comercializáveis no mercado de carbono.

Este Projeto de Lei, ao estipular metas para as maiores cidades brasileiras no tocante ao processamento do lixo urbano, pretende também servir como instrumento de estímulo para que o gestor público municipal se interesse por alternativas que incorporem Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Com este projeto, incentivamos a reciclagem e a utilização do lixo como fonte de energia. Com isso, evitamos a extração de novas matérias primas e diminuimos, consideravelmente, a exposição de lixo *in natura* em nossas cidades, com seus potenciais riscos de degradação ambiental e de atentado à saúde pública. Por fim, com a construção e operação de projetos de MDL, geradores de energia e de créditos de carbono, ainda estaremos contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e gerando novos empregos e fontes de receita para nossos municípios.

Diante do exposto, e por sua aplicabilidade e vantagens, torna-se inquestionável a pertinência do presente projeto de lei, e contamos com o apoio dos nossos Ilustres pares para a aprovação do mesmo.

Brasília, 16 de novembro de 2007.

DEPUTADO ROGÉRIO LISBOA
DEM/RJ



PROJETO DE LEI N.º 2.428, DE 2007

(Do Sr. Raul Henry)



Estabelece prazo de cinco anos a partir da publicação desta lei para o fim da produção e comercialização de pilhas não recarregáveis e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. As pilhas não recarregáveis obrigatoriamente deixarão de ser produzidas e comercializadas no âmbito do território nacional após cinco anos da publicação desta lei.

Art. 2º Durante o período mencionado no artigo 1º desta lei, assim como nos dois anos seguintes, os estabelecimentos que comercializarem pilhas serão obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, visando a eliminação gradual do produto do meio ambiente.

§ único - Os produtos usados devolvidos serão transportados e acondicionados adequadamente e armazenados de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações expedidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 2º Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas não recarregáveis serão obrigados a

esclarecer os consumidores quanto a necessidade de, após o seu uso, serem elas devolvidas aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada para a coleta do produto.



Art. 3º Ficam sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas não recarregáveis que descumprirem o disposto nesta lei, com fiscalização dos Órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, no limite de suas competências.

Art. 4º As políticas de incentivo à devolução de pilhas não recarregáveis aos estabelecimentos responsáveis pelo seu recolhimento, assim como, as formas de divulgação à população do disposto nesta lei e a fiscalização do seu cumprimento, serão estabelecidas em regulamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Durante muitos anos, devido ao pouco uso de aparelhos eletrônicos, não havia a preocupação com a reciclagem de pilhas.

Com o passar dos anos e com o avanço da tecnologia, aparelhos como os que usam pilhas tornaram-se mais utilizados pela população em geral, tornando-se fundamentais para o atual modo de vida das pessoas.

Diante dessa situação, a sociedade deparou-se com o seguinte problema: O que fazer com as pilhas e baterias velhas que não servem mais para recarga e nem fazem os aparelhos continuarem funcionando? Que problemas esses elementos causam à natureza e à vida quando perdem seu tempo de uso? O que

pode ser feito para que essa situação seja revertida e o que cabe a cada um de nós contribuir nesta mudança?



De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, apenas na cidade de São Paulo são anualmente descartadas no meio ambiente 152 milhões de pilhas comuns e 40 milhões de pilhas alcalinas.

O perigo de todo esse descarte sem critérios está no risco dos metais pesados, inflamáveis e elementos químicos perigosos, presentes nessas pilhas, entrarem em contato com alimentos por meio da irrigação da agricultura, gerando sérios riscos à saúde da população

Tais substâncias chegam à cadeia alimentar humana por meio da ingestão de água ou alimentos contaminados e se acumulam no organismo das pessoas produzindo vários tipos de intoxicações e doenças.

A única alternativa para solucionar esse problema é suspender definitivamente a utilização de pilhas não recarregáveis para qualquer finalidade, partindo-se para o uso de baterias recarregáveis.

Sabemos que em alguns países de primeiro mundo já existem coletas especiais para resíduos perigosos. Portanto, em nosso país é dever de cada pessoa assumir o seu papel de cidadão e destinar o lixo químico ao local correto, como também, evitar a utilização dessa forma de energia. A situação ainda pode ser revertida e o prejuízo ecológico reduzido.

Nesse sentido, o projeto de lei que agora apresento tem a finalidade de resolver de vez o problema da contaminação provocada por pilhas não recarregáveis, proibindo definitivamente a sua produção, comercialização e utilização.

Tal medida não acarretaria qualquer prejuízo à população e à economia nacional, uma vez que, nos dias de hoje, já existem baterias recarregáveis e recicláveis perfeitamente adaptáveis aos equipamentos mais utilizados na vida moderna.



Para que não haja sensível impacto econômico, a presente proposição estabelece prazo de cinco anos para que a proibição definitiva do uso de pilhas não recarregáveis passe a valer. Assim, os usuários de equipamentos à pilhas e as fábricas desses aparelhos terão tempo suficiente para se adaptarem.

Da mesma forma, o projeto traz propostas educativas no sentido de que o descarte do material tóxico seja corretamente realizado e estabelece penalidades para quem descumpri-las, impondo as normas ambientais.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus Pares para a aprovação desta proposição, pois trata-se de uma importante iniciativa para a melhoria do equilíbrio ecológico em nosso planeta.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2007.

Deputado **RAUL HENRY**

PMDB-PE

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.



PROJETO DE LEI N.º 2.497, DE 2007
(Do Sr. Sarney Filho)



Dispõe sobre a isenção de Imposto Sobre Produto Industrializado - IPI e a redução de 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, para materiais e produtos originados de reciclagem.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-904/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura a isenção de Imposto Sobre Produto Industrializado - IPI e redução de 50% (cinquenta) por cento da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, para materiais e produtos originados de reciclagem, como forma de incentivar sua produção e comercialização.

Art. 2º Considera-se reciclagem o processo de transformação que torna útil e disponível, quantas vezes se mostrar viável, técnica e economicamente, o material ou produto que já foi utilizado.

Art. 3º Ficam isentos de IPI os materiais e produtos originados de reciclagem.

Art. 4º As pessoas jurídicas que utilizem como matéria-prima materiais e produtos originados de reciclagem, podem recolher o IRPJ com redução de 50% (cinquenta por cento) da alíquota.

§ 1º A redução de que trata o caput somente se aplica ao imposto calculado com base no lucro da exploração relativo às atividades incentivadas da pessoa jurídica, não alcançando o adicional do imposto de renda.

§ 2º A redução de que trata o caput não impede a aplicação em incentivos fiscais, nas condições previstas na legislação tributária, com relação ao montante de imposto a pagar.

§ 3º Na hipótese de haver pluralidade de estabelecimentos, é reconhecido o direito à redução de que trata esta Lei apenas em relação aos rendimentos dos estabelecimentos que realizem as atividades mencionadas no art. 2º desta Lei.

§ 4º Para os efeitos do disposto no **caput**, as pessoas jurídicas beneficiárias da redução devem demonstrar em sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem as operações e os resultados do período de apuração de cada um de seus estabelecimentos.

§ 5º Se a pessoa jurídica mantiver atividades não abrangidas pela redução de que trata esta Lei, deverá efetuar, em relação às atividades beneficiadas, registros contábeis específicos, para efeito de destacar e demonstrar os elementos de que se compõem os respectivos custos, receitas e resultados.

§ 6º Na hipótese de o sistema de contabilidade adotado pela pessoa jurídica não oferecer condições para a apuração do lucro por atividade, este pode ser estabelecido com base na relação entre as receitas líquidas das atividades beneficiadas pela redução e a receita líquida total.

Art. 5º A fruição da redução de que trata o art. 4º desta Lei, fica condicionada à observância, pela pessoa jurídica beneficiária, dos dispositivos da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil convive nos dias de hoje com enorme desperdício de recursos naturais por falta de reciclagem e conseqüentemente pela não reutilização dessa matéria-prima.

Como se sabe, os recursos ambientais, especialmente os não renováveis, estão em franco processo de esgotamento no planeta. Nenhum País do mundo pode se dar ao luxo de explorar os recursos da natureza sem se preocupar com o elevado grau de erosão genética dos recursos renováveis e exaurimento dos recursos não renováveis.

A produção diária de lixo no Brasil, em 2000, alcançava o total de 125.281 toneladas, expressando em toda a sua plenitude a



evolução da economia mundial da utilização dos produtos descartados. Esta realidade, refletida em mais de 60% dos municípios brasileiros que utilizam, infelizmente, os lixões como forma de destinação final do lixo produzido. Assim, a cada dia, o desafio de substituir a economia do descarte pela economia dos três erres: **reduzir** o consumo, **reutilizar** e **reciclar** em todas as etapas do desenvolvimento, está cada vez mais presente no cotidiano.



A adoção da reciclagem atua de forma positiva nas extremidades do processo produtivo. Primeiramente contribui para a diminuição da pressão por recursos naturais, muito vezes escassos e explorados de forma predatória, como no caso do desmatamento para a produção de papel. Na outra extremidade, contribui para a diminuição dos impactos negativos oriundos da poluição pelo acúmulo e destinação inadequada do lixo urbano.

Do ponto de vista social, o incremento da reciclagem de materiais e produtos, contribuirá para a geração de mais oportunidades de trabalho, inclusive na forma de cooperativas, propiciando a inclusão de muitas pessoas no sistema produtivo, hoje marginalizadas.

A presente proposição visa exatamente criar as condições de incentivo aos setores produtivos mediante a isenção do Imposto Sobre o Produto Industrializado – IPI, bem como a redução de 50% (cinquenta por cento) da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas que utilizem o processo de transformação que torna útil e disponível, quantas vezes se mostrar viável, técnica e economicamente, o material ou produto que já foi utilizado.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2007

Deputado SARNEY FILHO
PV-MA

PROJETO DE LEI N.º 2.653, DE 2007

(Do Sr. Homero Pereira)



Acresce incisos ao parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-7047/2006.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VIII a X:



"Art. 13.
Parágrafo único.

VIII – a sensibilização da sociedade para o consumo responsável, que leve à redução da geração de resíduos;

IX – a sensibilização da sociedade para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos;

X – a sensibilização da sociedade para sua responsabilidade no gerenciamento dos resíduos sólidos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Os resíduos sólidos constituem uma das mais severas questões a resolver para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável. É preciso não apenas coletar, tratar e dispor corretamente os resíduos sólidos gerados mas, principalmente, evitar a geração de resíduos, por meio do consumo responsável. Para lograr êxito nessa tarefa, é imprescindível a conscientização e o engajamento de toda a sociedade.

Com o objetivo de formular uma política nacional de resíduos sólidos, que contemple diretrizes para solucionar vários dos aspectos relacionados à gestão dos resíduos sólidos, encontram-se em tramitação vários projetos de lei, todos apensos ao PL 203/1991, pronto para a Ordem do Dia do Plenário. Ressalte-se que a esse processo foi apensado o PL 1.991/2007, do Poder Executivo.

Todavia, o aspecto primordial na gestão dos resíduos sólidos a que nos referimos – o engajamento de toda a sociedade –, a nosso ver, não está

devidamente contemplado nas proposições sobre resíduos sólidos em trâmite no Legislativo.

Considerando que esse aspecto deve integrar, também, as ações de educação ambiental, cujas diretrizes são dadas pela Lei da Política Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 1999), houremos por bem propor alteração a esta Lei, acrescentando-lhe dispositivos voltados à sensibilização da sociedade no que se refere ao consumo sustentável, à gestão dos resíduos sólidos e sua participação nessa gestão.



Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2007.

HOMERO PEREIRA
Deputado Federal (PR/MT)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção III
Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.



CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

.....

.....



PROJETO DE LEI N.º 2.707, DE 2007

(Do Sr. Luiz Carlos Busato)



Dispõe sobre a produção e comercialização de cerveja em embalagens de resina PET (PolietilenoTereftalato) e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-520/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - Fica proibida a produção e o envase de cerveja em PET, em todo o território nacional.

Art. 2º - Fica proibida a concessão do registro de produção e do comércio a que se refere a Lei n.º 8918 de 14 de julho de 1994 para o produto objeto desta Lei, cerveja envasada em embalagens de resina (PET – Polietileno Tereftalato),

Art. 3º - Na hipótese de infração das determinações desta Lei, os órgãos de fiscalização competentes, sem prejuízo de outras cominações legais, aplicarão uma ou mais das seguintes medidas:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária da atividade industrial; e

IV - suspensão definitiva da atividade industrial.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



O Impacto Ambiental

O Brasil é um país com infra-estrutura precária na área de reciclagem de lixo. Somente cerca de 200 municípios contam com sistema de coleta seletiva. Juntos, eles recuperam cerca de 1 mil toneladas de garrafas por ano. Além disso, 30% dos mais de 5 mil municípios brasileiros não contam com nenhum tipo de coleta.

Das 2,2 milhões de toneladas de plástico pós-consumo (embalagem de bebida, alimentos, produtos limpeza) geradas no Brasil em 2003, 17% (ou 380 mil toneladas) eram PET.

No Brasil, segundo a ABIPET e o CEMPRE, apenas 47% do total de embalagens PET pós-consumo foram recicladas em 2004, totalizando 167 mil toneladas. O restante foi parar em aterros, o que é preocupante, já que o PET é de difícil degradação (cerca de 100 anos) e é altamente combustível. O PET, em decomposição, libera gases residuais como monóxido e dióxido de carbono, acetaldeído, benzoato de vinila e ácido benzóico.

No Brasil, os plásticos hoje já correspondem, em média, a 10% do peso do lixo urbano. De acordo com a LIMPURB, em 2004 os plásticos representaram 14,8% do total de lixo produzido só na cidade de São Paulo, só perdendo para o lixo orgânico, que representou 61% do total.

De acordo com a PLASTIVIDA, o índice de reciclagem de plástico, em geral no pós-consumo (quantidade de produtos reciclados / quantidade de resíduos sólidos gerados), no Brasil está em cerca de 17,5%.

O índice de reciclagem de plástico pós-consumo no Brasil parece pouco significativo, mas na verdade só perde para a Alemanha (31%) e para a Áustria (19%). No entanto, se a quantidade de PET despejada pela indústria aumentar, o índice tende a baixar significativamente. Foi o que aconteceu nos EUA. O índice de reciclagem de PET no mercado norte-americano varia entre 21% (segundo PLASTIVIDA) e 25% (segundo a ABIPET). De acordo com a ABIPET, esse índice já

chegou a 40% nos EUA. No entanto, a produção de embalagem cresceu mais do que a infra-estrutura do mercado de reciclagem.

Se os fabricantes substituírem o vidro pelo plástico na embalagens de cerveja, certamente a taxa de reciclagem da embalagem pós-consumo no país vai sofrer uma queda significativa, como aconteceu nos EUA, onde a reciclagem não conseguiu acompanhar o ritmo da produção.

Nos EUA, a variação do índice de reciclagem de PET vem caindo de um ano para outro: 1997 – 27% , 1998 – 25%, 1999 – 23,7%, 2000 – 22,3%, 2001 – 21% , 2002 – 19%, 2003 – 18% .

A variação do índice de reciclagem de PET no Brasil apresenta crescimento anual acima de 20%, desde 1997, atingindo picos de 35% entre os anos de 2002 e 2003. Enquanto isso, a indústria que fabrica embalagens novas vem crescendo em torno de 10%. Se a indústria aumentar significativamente a quantidade de embalagem pós-consumo despejada no mercado, o setor de reciclagem deverá sofrer o mesmo efeito ocorrido nos EUA e o índice certamente vai entrar em declínio.

Outro ponto importante é que caso a transferência para o PET ocorra na cerveja, cerca de 500 mil profissionais que vivem da reciclagem de latas serão prejudicados, já que o preço do PET recolhido pelos catadores é metade do preço conseguido com a lata.

Caso as cervejarias adotem o PET, teremos a produção de 4,5 bilhões de garrafas adicionais aos quase 9 bilhões anuais já produzidos: uma verdadeira catástrofe ambiental, uma vez que além da não reciclagem, o PET demora 10 anos para se decompor.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2007.

Deputado LUIZ CARLOS BUSATO

Deputado JOVAIR ARANTES



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994



Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a Criação da Comissão Intersectorial de Bebidas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do registro, da padronização, da classificação, da inspeção e da fiscalização da produção e do comércio de bebidas.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei incidirão sobre:

I - Inspeção:

a) equipamentos e instalações, sob os aspectos higiênicos, sanitários e técnicos;
b) embalagens, matérias-primas e demais substâncias, sob os aspectos higiênicos, sanitários e qualitativos;

II - Fiscalização:

a) estabelecimentos que se dediquem à industrialização, à exportação e importação dos produtos objeto desta Lei;
b) portos, aeroportos e postos de fronteiras;
c) transporte, armazenagem, depósito, cooperativa e casa atacadista; e
d) quaisquer outros locais previstos na regulamentação desta Lei.

Art. 2º O registro, a padronização, a classificação, e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.735, DE 2008

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)



Dispõe sobre medidas de incentivo fiscal à reciclagem, com vistas a preservar e reduzir o uso de recursos naturais escassos, a minimizar a poluição e a diminuir a quantidade de lixo no meio urbano.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2497/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre medidas de incentivo fiscal à reciclagem, com vistas a preservar e reduzir o uso de recursos naturais escassos, a minimizar a poluição e a diminuir a quantidade de lixo produzido no meio urbano.

Art. 2º. Para efeito desta Lei, consideram-se:

I - reciclagem: a recuperação de materiais e de suas propriedades físicas, químicas e/ou mecânicas dos bens de consumo industrializados descartados ou inservíveis, mediante processamento industrial compreendendo um novo ciclo de produção e de consumo, quantas vezes for técnica e economicamente possível;

II - reciclável: o material que possa ser submetido a processos de reciclagem, bem como o material ou o produto final acabado produzido por reciclagem;

III - indústria recicladora: a empresa industrial que tenha como a principal atividade econômica geradora de suas receitas a reciclagem de materiais e bens descartados e inservíveis, inclusive para terceiros;

IV - produtos reciclados: produtos que em sua receita, para composição, tenha mais de 75% das Matérias Primas originárias de materiais e bens de consumo industrializados descartados ou inservíveis, do pós consumo;

V - produtos semi reciclados: produtos que em sua receita, para composição, tenha menos de 75% e mais de 25%, das Matérias Primas originárias de materiais e bens de consumo industrializados descartados ou inservíveis, do pós consumo;

VI - produtos reaproveitados: produtos que em sua receita, para composição, tenha matérias primas originárias de materiais e bens de consumo industrializados, descartados ou inservíveis do mesmo processo de produção, internos, ou externos do pré-consumo;



VII - produtos reutilizados: produtos que ainda não terminaram seu ciclo produtivo, podendo ser utilizados novamente em outro ciclo produtivo, sem, contudo, terem sido modificadas suas propriedades físicas ou químicas;

VIII - materiais do pós consumo: produtos materiais ou bens de consumo industrializados que atingiram sua vida plena, e que foram descartados ou considerados inservíveis, que suas características e múltiplos usos, não permitam mais condições de uso no ciclo produtivo original e que foram colocados à disposição, como resíduos finais (industriais ou domésticos), para serem destinados à aterros, ou à reciclagem ou para outro aproveitamento possível;

IX - materiais do pré consumo: produtos materiais ou bens intermediários e de consumo, industrializados ou semi-industrializados ou não industrializados, que foram descartados de um processo produtivo ou processo intermediário de produção que considerados inservíveis, ou imprestáveis, antes mesmo de completarem seu ciclo produtivo original e que foram colocados à disposição, como resíduos para reaproveitamento no mesmo, ou em outro processo produtivo, ou para serem destinados à aterros, ou para outro re-aproveitamento possível.

Art. 3º. A empresa recicladora gozará dos seguintes incentivos fiscais:

I - a redução da base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI incidente na saída do produto reciclado do estabelecimento industrial, proporcional a quantidade de material reciclável utilizado para a produção do bem ou produto final acabado;

II - o diferimento do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI incidente sobre o produto reciclado e o diferimento do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI relativo ao diferencial de alíquota e devido sobre a aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, peças, partes, componentes, acessórios e materiais destinados ao ativo fixo da empresa recicladora de papel, para o momento da alienação ou da saída do estabelecimentos desses bens;

III - depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 2 (dois), sem prejuízo da depreciação normal, das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, de fabricação nacional, utilizados para os processos industriais de reciclagem da empresa.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo recolhimento do IPI, nos termos deste artigo, é do estabelecimento adquirente do produto final acabado obtido por reciclagem, na qualidade de contribuinte substituto, devendo os tributos serem:

a) recolhidos no momento da alienação ou saída dos bens para as hipóteses de aquisição interna de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, peças, partes, componentes, acessórios e materiais destinados ao ativo fixo da empresa;

b) apurados de forma global no momento da venda do produto final acabado nas hipóteses de entrada de matérias-primas, insumos, partes, componentes e demais mercadorias que sejam consumidas ou integradas ao processo da reciclagem resultando no produto final acabado, seja a entrada deles por processo de importação, seja por meio de operações internas.



Art. 4o. Os incentivos criados por esta Lei somente serão aplicados sobre a parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI que for devido pela empresa, em razão de suas atividades próprias.

Art. 5o. Para fazer jus aos incentivos criados por esta Lei, a empresa recicladora deverá elaborar e apresentar, para aprovação, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, plano de modernização e desenvolvimento, que contemple projeções de ampliação da capacidade produtiva instalada, de percentuais crescentes de aproveitamento de material reciclável nos processos de reciclagem adotados, descrevendo, especificando e compromissando os investimentos e dispêndios programados e a utilização prevista dos incentivos fiscais ora instituídos, demonstrando sua economicidade para as metas de produção e de expansão pretendidas.

Parágrafo único. Para a aprovação do plano de modernização e desenvolvimento e a consequente utilização dos benefícios instituídos nesta Lei, a empresa recicladora obrigará-se a operar no País e a aumentar, no prazo que estabeleça proporcional à fruição dos incentivos fiscais efetivamente utilizados, o consumo em suas linhas de produção de material reciclável de origem exclusivamente, do pós consumo interno do país.

Art. 6o. Os incentivos fiscais previstos nesta Lei irão vigorar no período compreendido entre a data da publicação do ato concessivo e o último dia útil do décimo ano subsequente.

Art. 7o. Não farão jus aos incentivos aqui previstos as empresas que estiverem inadimplentes com o Fisco Municipal, Estadual ou Federal ou que tenham dentre seus administradores ou sócios ou acionistas pessoa física ou jurídica nas mesmas condições, ou integrem grupo empresarial que se encontre nestas condições.

Art. 8o. A empresa beneficiada nos termos desta Lei terá suspenso o incentivo fiscal a que tenha feito jus, caso venha a ser, enquanto usufruindo-o, denunciada por crime de sonegação e, caso venha a ser condenada definitivamente, decorrerá como pena acessória a perda e o cancelamento irrecorrível do mesmo, com a consequente restauração da sistemática normal de apuração do IPI e do II, e a imediata devolução aos cofres públicos de todos os valores não recolhidos, a partir do ato ilícito, em virtude do benefício concedido, caso a sua suspensão não tenha operado, devidamente atualizados e acrescidos de multa e juros de mora, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.



Art. 9o. A concessão dos incentivos fiscais previstos nesta Lei terá efeito a partir da publicação da aprovação do plano de modernização e desenvolvimento referido pelo artigo 5o., supra, e de acordo com os termos em que se der esta aprovação pela autoridade.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará por decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, a concessão dos incentivos fiscais e o procedimento a ser seguido na aprovação do plano de modernização e desenvolvimento referidos nos artigos 5o. e 9o. desta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional mensagem comunicando o incentivo fiscal disposto nesta Lei, bem como o impacto fiscal decorrente deste, na conformidade do art. 14 da Lei Complementar no. 101/2000.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A urbanização acelerada por que passou o Brasil, na metade do século XX, aliada ao adensamento geográfico em alguns centros urbanos, deu causa a inúmeras tensões e pressões sobre os recursos naturais, particularmente água, solo e a cobertura vegetal.

Ao lado disto, o aumento da produção industrial, condição para o desenvolvimento econômico e a diversificação do tecido produtivo instalado no País, gerou o aumento no volume de lixo urbano e a conseqüente necessidade de cuidar de seu descarte e adequada disposição final.

O lixo urbano assim produzido tem sido direcionado, nas áreas metropolitanas, para aterros sanitários e lixões, nem sempre construídos e gerenciados segundo as melhores técnicas de manejo, o que vem causando redução na sua vida útil, além de crescentes riscos ambientais. Portanto, a adequada disposição do lixo urbano deve ser uma preocupação permanente das autoridades.

Para possibilitar o aumento da via útil de aterros sanitários, como forma também de conter os custos econômicos e ambientais dessa disposição do lixo, o estímulo à reciclagem de materiais é contribuição significativa e apropriada. Contribui ainda para a economia no uso de matéria-prima para cuja obtenção ou produção os recursos ambientais também são consumidos. Assim, a reciclagem de materiais propicia, numa ponta, redução no estresse ambiental a que estão submetidos recursos naturais escassos, na outra ponta, limita o impacto da poluição urbana e a esterilização de áreas e terrenos que, uma vez destinados à construção de aterros e lixos, tornam-se inadequados para qualquer outra utilização por décadas e até séculos.

Neste sentido, no caso da reciclagem de papéis, além de reduzir sensivelmente o desmate de áreas com florestas nativas e a conversão em florestas homogêneas para corte e produção de polpa de papel de áreas para possível recuperação da cobertura vegetal, resulta

em economia de energia e na preservação dos recursos hídricos, além de reduzir a poluição e a perda da qualidade ambiental.

A indústria recicladora de papel também viabiliza e institui um ciclo produtivo distinto, envolvendo segmentos sociais marginalizados e dando a eles condições de integração à vida social e ao mundo do trabalho, por exemplo, catadores de lixo urbano, que podem ainda organizar-se em cooperativas de trabalho, resgatando-os da indigência e da marginalização.

A utilização de mecanismos fiscais para a indução de atividades econômicas é meio hábil e ao alcance do Estado moderno.

O sistema tributário admite conformações que atinjam esse resultado. No que resguardo o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, por exemplo, o preceito constitucional determina que será “seletivo, em função da essencialidade do produto” (inc. I, do Artigo 153, parágrafo terceiro) e “não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores” (inc. II).

A redução da base de cálculo do IPI funciona, também, como modalidade de incentivo fiscal para logra atingir igualmente a não cumulatividade do imposto preconizada.

Vale destacar que “qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, parágrafo 2o., XII “ (cfme. Art. 150, parágrafo 3o., da Constituição Federal).

A presente proposição prevê a obrigatoriedade da empresa industrial recicladora de apresentar um plano de modernização e desenvolvimento, que contemple projeções de ampliação da capacidade produtiva instalada, de percentuais crescentes de aproveitamento de material reciclável nos processos de reciclagem adotados, descrevendo, especificando e compromissando os investimentos e dispêndios programados e a utilização prevista dos incentivos fiscais, como condição para examinar a pretensão a usufruir os incentivos concebidos e, assim, estabelecendo um efetivo controle sobre as vantagens fiscais instituídos e o atendimento aos princípios inspiradores da ação estatal indutora do desenvolvimento da atividade econômica. Fica assim inteiramente acorde a presente proposição com o ditame constitucional do artigo 174, quando estabelece os parâmetros para a ação estatal regulamentadora da atividade econômica.

Sala da Sessões, em 07 de fevereiro de 2008.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988



TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção II
Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

** § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

VI - instituir impostos sobre:



a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
b) templos de qualquer culto;
c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

** § 1º com redação dada Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 2º A vedação do inciso VI, *a*, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, *a*, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas *b*, *c*, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, *g*.

** § 6º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

** § 7º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.



Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I - importação de produtos estrangeiros;
- II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV - produtos industrializados;
- V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

** Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

** § 4º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:



I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Seção IV Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

* § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o *de cujus* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

* § 2º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;



IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

** Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;



- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;
- h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;

** Alínea h acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

- i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

** Alínea i acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 4º Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:

** § 4º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:

** Inciso IV, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

** Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

** Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

** Alínea c acrescida pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.*

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g.

* § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 33, de 11/12/2001.

§ 6º O imposto previsto no inciso III:

* § 6º, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.



Seção V Dos Impostos dos Municípios

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar;

* Inciso III com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

* § 1º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, caberá à lei complementar:

* § 3º, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

* Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

* Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 12/06/2002.

§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993).

TÍTULO VII
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA



Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CAPÍTULO III DA RECEITA PÚBLICA



Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

PROJETO DE LEI N.º 2.882, DE 2008

(Do Sr. Márcio França)



Dispõe sobre o prazo de validade em pilhas e baterias e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Pilhas e baterias somente poderão ser comercializadas obedecendo as seguintes condições:

I - com o prazo de validade impresso de forma visível na embalagem e no corpo da pilha ou bateria;

II - com alerta sobre a necessidade de reciclagem do produto após uso;

III - detalhamento da composição química do produto, sendo permitida somente aquela definida pelas Resoluções 257 e 263 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente; e

IV - detalhamento sobre as consequências e riscos do mal uso do produto para o ser humano e para o meio ambiente.

Art. 2º. As empresas responsáveis pela fabricação de pilhas e baterias deverão disponibilizar pontos de coleta em centros comerciais, supermercados, estabelecimentos que as comercializam e na rede de assistência técnica autorizada pelas indústrias, assim como promover campanhas publicitárias de conscientização da população sobre a necessidade da coleta e reciclagem de pilhas e baterias.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) cerca de 1% do lixo urbano é constituído por resíduos sólidos urbanos contendo elementos tóxicos. Esses



resíduos são provenientes de lâmpadas fluorescentes, termômetros, latas de inseticidas, **pilhas, baterias**, latas de tinta, entre outros produtos que a população joga no lixo, pois não sabe que se trata de resíduos perigosos contendo metais pesados ou elementos tóxicos ou não tem alternativa para descartar esses resíduos.

As pilhas e baterias apresentam em sua composição metais considerados perigosos à saúde humana e ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cobre, zinco, cádmio, manganês, níquel e lítio. Dentre esses metais os que apresentam maior risco à saúde são o chumbo, o mercúrio e o cádmio.

Uma maneira de reduzir o impacto ambiental do uso de pilhas e baterias é a substituição de produtos antigos por novos que propiciem um *maior tempo de uso*, como por exemplo o uso de pilhas alcalinas ou de baterias recarregáveis no lugar de pilhas comuns. Também pode-se eliminar ou diminuir a quantidade de metais pesados na constituição das pilhas e baterias. Para o consumidor é importante saber do prazo de validade do produto, o uso correto e a necessidade da disposição final adequada de pilhas e baterias para proteção da saúde e meio ambiente.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da iniciativa em comento.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008.

Deputado Márcio França

PSB/SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

RESOLUÇÃO Nº 257, DE 30 DE JUNHO DE 1999

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu *Regimento Interno*,
e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo Único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no caput deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente.(NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química.(NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo, e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico. (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor.(NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel, ou ainda tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemblhados;



VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletro-eletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;



VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletro-eletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

.....

.....

RESOLUÇÃO Nº 263, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1999

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e;

Considerando a necessidade de tornar explícita no Art. 6º da Resolução Conama n.º 257, de 30 de junho de 1999, a consideração do limite estabelecido no Art. 5º, inciso IV, da referida Resolução, para as pilhas miniatura e botão, resolve:

Atr.1º. Incluir no Art. 6º da Resolução Conama n.º 257, de 30 de junho de 1999, o inciso IV, com a seguinte redação:

"IV – com até 25 mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo pilhas miniatura e botão."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente do CONAMA

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Secretário-Executivo

PROJETO DE LEI N.º 2.885, DE 2008

(Do Sr. Lobbe Neto)



Dispõe sobre programas de uso de papel reciclado para as concessionárias de serviços públicos.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece que as agências reguladoras deverão criar programas de uso de papel reciclado junto às concessionárias de serviços públicos.

Art. 2º Os programas de uso de papel reciclado acima mencionados deverão estabelecer que as correspondências de qualquer espécie destinadas aos usuários dos serviços públicos sejam feitas em papel reciclado.

Art 3º No caso de já existirem programas de reciclagem nas concessionárias de serviços públicos, estes deverão se adequar à presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O planeta passa por graves problemas ambientais. Existe um alarmante crescimento do desmatamento de nossas terras, da poluição do ar e das águas. A quantidade de lixo produzida diariamente também é assustadora. Só o Brasil produz cerca de 240 mil toneladas de lixo por dia. Devemos dar a devida importância a esse problema para garantir o futuro desta e das próximas gerações. Quanto mais programas e iniciativas no sentido de preservar a natureza existirem, melhor será o futuro do planeta e a qualidade de vida da população.

O presente projeto tem o objetivo de ampliar o uso de papéis reciclados nas concessionárias de serviços públicos. As concessionárias, como as de água, luz, telefone e transporte, usam mensalmente toneladas de papéis no envio de correspondências aos seus usuários. Grande parte dos papéis produzidos acabam nos aterros de lixo, sem posterior uso inteligente dos mesmos.



Atualmente, a matéria-prima vegetal mais utilizada na fabricação do papel é a madeira. Cada 50 quilos de papel usado, transformado em papel novo, evita que uma árvore seja cortada. Podem ser reciclados jornais, papel de impressoras, sacos de papel, papéis de escritório, revistas, impressos em geral, papel branco, papel misto, papelão e embalagens longa vida.

O mesmo papel pode ser reciclado entre 7 a 10 vezes. O papel é formado essencialmente por fibras celulósicas e estas vão se degradando a cada reciclagem. Apenas 2% do lixo de todo o Brasil é reciclado

Portando, criar programas para que as concessionárias públicas usem papel reciclado nas correspondências enviadas aos seus usuários. é um mecanismo eficiente de se aumentar os números da reciclagem do Brasil e proteger a natureza e o futuro do planeta.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008

Deputado **LOBBE NETO**
PSDB/SP

PROJETO DE LEI N.º 2.928, DE 2008

(Do Sr. Vital do Rêgo Filho)



Torna obrigatório o uso de papel reciclado por parte das instituições de ensino federais, estaduais e municipais.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o uso de papel reciclado nas instituições de ensino federais, estaduais e municipais.

§ 1º A partir da data de vigência desta lei, o uso de papel reciclado deve seguir os seguintes percentuais mínimos:

I – 5% (cinco por cento) do peso total de papel utilizado, no primeiro ano;

II – 25% (vinte e cinco por cento) do peso total de papel utilizado, no segundo ano, e

III – 50% (cinquenta por cento) do peso total de papel utilizado, no terceiro ano.

§ 2º O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator ao pagamento de multa, no valor a ser instituído pelo órgão ambiental competente da Administração Pública Federal.

§ 3º A instituição de ensino fica desobrigada do pagamento de multa, mediante justificativa fundamentada, quando houver indisponibilidade de oferta de papel reciclado no mercado.

Art. 2º Compete ao Poder Público:

I – promover campanhas de incentivo ao uso do papel reciclado nas instituições públicas e privadas;

II – estimular a reciclagem de papel e demais resíduos sólidos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

O consumo sustentável é um dos pilares de uma economia ecologicamente equilibrada. Portanto, promover uma política de proteção ambiental, capaz de reduzir o desmatamento e a poluição, implica tomar medidas que vão além da conservação da natureza e da edição de normas de qualidade ambiental. Requer, sobretudo, a boa gestão dos recursos naturais, por meio da redução das taxas de uso de matérias-primas em bruto e da reciclagem e reuso de materiais e produtos.

Nesse sentido, reduzir o consumo de celulose para fabricação de papel, torna-se uma medida louvável de economia de recursos naturais.

Contrariando as expectativas dos cientistas sociais, de que os avanços da computação e a redução de matéria-prima reduzissem o uso do papel, o consumo desse produto foi recorde, nas duas últimas décadas do século XX.

Nesse quadro, a reciclagem do papel assume deferência cada vez maior na conservação das florestas, de energia e de água. Sabe-se que uma tonelada de aparas pode substituir de 2 a 4 m³ de madeira, o que se traduz em uma nova vida útil para 15 a 30 árvores. A fabricação de uma tonelada de papel reciclado requer apenas 2% da água utilizada no processo tradicional. Além disso, a reciclagem pode economizar 80% da energia usada no seguimento de fabricação do papel virgem.

A reciclagem tem, também, importante aspecto social. Com a produção do papel de celulose virgem, gera-se cinco vezes mais empregos, porém, esse número passa a ser duplicado quando se recorre ao uso da coleta e destinação final de lixo.

Embora 75% do total de papéis circulantes no mercado brasileiro sejam recicláveis, há poucos incentivos para a reciclagem no País. Somos

grande produtores de celulose virgem, oriunda de reflorestamentos, mas desperdiçamos o papel usado, que representa 40% do lixo urbano.

Destarte, esta proposição visa a estimular o processo de reciclagem de papéis no Brasil, promovendo o uso obrigatório de papéis reciclados nas instituições públicas de ensino. Busca-se, assim, criar um mercado que estimule os empreendedores brasileiros com espírito ambientalista. Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 04 de março de 2008.

Deputado VITAL DO RÊGO FILHO



PROJETO DE LEI N.º 2.659, DE 2007

(Do Sr. Vital do Rêgo Filho)



Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para responsabilizar o empreendimento ou atividade pelos resíduos sólidos gerados.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

2

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a responsabilizar o empreendimento ou atividade pelos resíduos sólidos gerados.

Art. 2º A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Art. 10-A. Inclui-se entre as responsabilidades do empreendimento ou atividade sujeito a licenciamento ambiental, nos termos do art. 10, o gerenciamento dos resíduos sólidos por ele gerados.

§ 1º O gerenciamento de resíduos sólidos compreende a segregação, conforme categorias definidas em regulamento, o acondicionamento, o transporte, o armazenamento, o tratamento, a valorização e a disposição final de resíduos sólidos.

§ 2º Sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, será exigida, para a concessão ou renovação de licença ambiental, a apresentação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos que contenha, no mínimo:

I – a origem, a caracterização e o volume de resíduos gerados;

II – os procedimentos a serem adotados na segregação, acondicionamento, armazenamento e transporte, conforme o tipo de resíduo;

III – as formas de tratamento, valorização e destinação final a serem adotados, com indicação dos locais e das condições onde essas atividades serão implementadas;

IV – as ações preventivas e corretivas a serem adotadas no caso de situações de manuseio incorreto ou acidentes;

V – a designação do responsável técnico pela elaboração e execução do plano.

§ 3º No gerenciamento de resíduos sólidos de que trata este artigo, deve-se adotar a seguinte ordem de prioridade:

I – valorização dos resíduos sólidos, sempre que exista processo tecnicamente viável para tal;

II – tratamento dos resíduos sólidos cuja valorização não seja viável, de forma a reduzir seu volume e periculosidade;

III – disposição final apenas dos resíduos resultantes de valorização e tratamento."

Art. 3º O descumprimento desta lei sujeita o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

Os estudos recentes sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas confirmam o que muitos já alertavam há anos: a Terra está à beira de um colapso.

Se quisermos evitar o pior, é preciso mudar substancialmente os padrões de produção e consumo da nossa sociedade. É preciso reduzir o consumo de recursos naturais e energia e a produção de resíduos sólidos, pois, conforme preconiza a Agenda 21, o manejo ambientalmente correto dos resíduos sólidos constitui um dos requisitos para o desenvolvimento sustentável.

Para atingir esse objetivo, é imprescindível o envolvimento de toda a sociedade, incluindo o Poder Público, o setor produtivo e os consumidores. No que se refere às empresas, é preciso que assumam maior responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos que geram.

Embora existam algumas normas que tratam dessa questão, não têm a força de uma lei, razão pela qual apresentamos este projeto, para o qual contamos com o apoio de todos os ilustres Deputados.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2007.

Deputado VITAL DO RÉGO FILHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.



DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

** Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2º Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do IBAMA.

§ 3º O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, este em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

§ 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA o licenciamento previsto no *caput* deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

** § 4º com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 1º A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pelo IBAMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.

§ 2º Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....



PROJETO DE LEI N.º 3.152, DE 2008
(Do Sr. Fernando de Fabinho)



Estabelece a obrigatoriedade de recolhimento, reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de equipamentos e materiais inservíveis de informática e telefonia.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º Esta Lei torna obrigatório o recolhimento, reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de equipamentos e materiais inservíveis de informática e telefonia pelos respectivos fabricantes ou importadores.

Parágrafo único. Consideram-se, para os efeitos desta Lei, como materiais e equipamentos de informática e telefonia:

I – computadores, impressoras, copiadoras e outros equipamentos periféricos, incluindo suas peças de reposição e atualização;

II – discos e outros materiais, descartáveis ou não, para gravação de dados e cartuchos de impressoras;

III – telefones fixos e móveis e aparelhos de fax, incluindo suas peças de reposição e atualização;

IV – cabos, conectores e carregadores de baterias;

V – pilhas e baterias para quaisquer fins.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de equipamentos e materiais de informática e telefonia são responsáveis pelo recolhimento, reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada dos produtos por eles colocados no mercado, quando considerados inservíveis pelos usuários finais.

Parágrafo único. Cada fabricante ou importador será responsável pelo recolhimento de equipamentos e materiais de informática e telefonia por ele distribuídos para comercialização ou vendidos diretamente, conforme devolução feita pelos usuários finais, na medida em que esses materiais e equipamentos se tonem inservíveis pelo desgaste, esgotamento da vida útil, ou defasagem tecnológica.

Art. 3º Os fabricantes e importadores de equipamentos e materiais de informática e telefonia deverão implantar centros de recebimento e armazenagem de seus produtos inservíveis, em condições que atendam as normas

federais, estaduais e municipais pertinentes, para posterior reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação final.

§ 1º O recolhimento de equipamentos e materiais de informática e telefonia inservíveis será feito pelos estabelecimentos comerciais encarregados de suas vendas, os quais os encaminharão aos centros de recebimento e armazenamento referidos no *caput*.

§ 2º Os fabricantes e importadores poderão implantar centros de recebimento e implementar medidas e ações conjuntas para reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de seus produtos, mediante associação ou contratação de serviços de terceiros, para o cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 4º É proibida a disposição equipamentos e materiais de informática e telefonia inservíveis:

I – junto com o lixo doméstico;

II - em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator.

Art. 4º Consideram-se infrações ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às penalidades elencadas naquele artigo:

I – misturar e dispor com o lixo doméstico, equipamentos e materiais de informática e telefonia inservíveis;

II – dispor ou lançar em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator, equipamentos e materiais de informática e telefonia inservíveis;

III – não atenderem, os fabricantes e importadores de equipamentos e materiais de informática e telefonia, ao disposto nesta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

Cresce cada vez mais o uso da informática e das telecomunicações, notadamente da telefonia, em nossa sociedade. É a democratização do acesso ao desenvolvimento tecnológico, a eliminação do analfabetismo digital, hoje fundamental para o exercício de qualquer atividade econômica e para manter a competitividade de um povo na economia global.



A expansão dos recursos tecnológicos proporcionados pela eletrônica, em especial pela informática, traz, contudo, efeitos colaterais. O mais significativo desses efeitos é o chamado "lixo tecnológico", constituído por computadores e periféricos e aparelhos de telefonia desativados por obsolescência tecnológica, além de materiais empregados na informática, como discos e fitas para gravação de dados, cartuchos de tinta para impressoras, além de vasta lista de peças de reposição e atualização, como placas de memória, pilhas e baterias.

Em decorrência da evolução tecnológica cada vez mais rápida, os equipamentos de informática e de telefonia estão com vida útil cada vez mais curta. Hoje já se adquire um novo computador sabendo-se que no máximo dentro de um ano ele estará superado, requerendo, no mínimo, um "upgrade", com troca de placas de memória e novo disco rígido com maior capacidade de processamento e armazenamento de dados. Situação semelhante ocorre também no mundo das telecomunicações. Novos telefones celulares, com mais recursos tecnológicos que substituem, por exemplo, as velhas agendas manuscritas, ou simplesmente menores e mais bonitos, levam à aposentadoria precoce de aparelhos que ainda funcionam bem, mas que não atendem aos sonhos de consumo de seus donos.

O descarte de equipamentos e materiais de informática e telefonia tem, enfim, se constituído em um problema ambiental de dimensões crescentes. Pilhas, baterias e outros componentes neles utilizados contêm materiais tóxicos, inclusive metais pesados, que trazem riscos para a saúde humana e para o meio ambiente natural. As carcaças de computadores, monitores e impressoras, se deixados ao léu, podem servir de abrigo e local de reprodução de roedores e insetos transmissores de doenças como a leptospirose, a dengue e a febre amarela. Essas mesmas carcaças, se lançadas no lixo urbano comum, aumentam os espaços vazios em caminhões coletores e aterros sanitários, elevando os custos municipais com os serviços de limpeza urbana.

Por outro lado, os equipamentos de informática e telefonia contêm, em seus componentes, matérias-primas preciosas, que podem ser reaproveitadas com vantagens econômicas e ambientais. Vantagens econômicas por que o reaproveitamento de metais e plásticos por meio de refundição será, se obtida escala adequada de reciclagem, mais barato do que o uso de matérias-primas novas. Ambientais por que, com o reaproveitamento ou reciclagem, estarão sendo poupados recursos naturais como minerais, petróleo e água, que seriam empregados na produção de matérias-primas novas, isto sem contar que será evitada – ou pelo menos reduzida – a poluição do solo, da água e da paisagem, com a disposição inadequada desses materiais.



Isto posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do projeto de lei que ora submetemos ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2008.

Deputado FERNANDO DE FABINHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção III
Da Poluição e outros Crimes Ambientais**



Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.



PROJETO DE LEI N.º 3.209, DE 2008

(Do Sr. Fábio Souto)



Acresce inciso ao parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL 2929/2004.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 13.

Parágrafo único.

.....

VIII – a adoção de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos nas escolas públicas do País."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), no ano passado, tomou muito mais evidente que a crise ambiental que o Planeta sofre é extremamente grave. Ficou evidente, também, a partir da análise desses relatórios, que a superação ou, ao menos, a minoração dessa crise requer esforços de todas as nações e de todos os setores, assim como o engajamento de toda a sociedade.

Como são muitas e complexas as linhas de atuação, proponho que comecemos com as mais simples, que demandem menos esforços e, ao mesmo

tempo, tenham grande alcance social, ambiental e econômico. Nesse aspecto, a coleta seletiva, com vistas ao reaproveitamento da matéria-prima, constitui uma excelente opção, uma vez que possibilita a economia de energia e recursos naturais, incluindo a água, um bem cada vez mais escasso, e proporciona a geração de emprego e renda para um grande número de famílias carentes.



As escolas oferecem excelente oportunidade para o estabelecimento de um amplo programa nacional de coleta seletiva. Outrossim, a coleta seletiva pode ser também o ponto de partida para a conscientização das crianças e jovens para a crise ambiental que atravessamos, razão pela qual proponho sua inserção nas ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, previstas na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a Lei da Política Nacional da Educação Ambiental.

Pelas razões apresentadas, contamos com o apoio dos ilustres Membros desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 08 de Abril de 2008.

Deputado Fábio Souto

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Seção III
Da Educação Ambiental Não-Formal**

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 3.341, DE 2008

(Do Sr. Henrique Fontana)

Institui a responsabilidade pós-consumo em relação aos produtos e embalagens que especifica e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE A(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída em âmbito nacional, na forma desta Lei, a responsabilidade pós-consumo em relação a produtos e embalagens.

Seção I

Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – responsabilidade pós-consumo: a responsabilidade solidária do fabricante, do distribuidor, do importador e do comerciante, de arcar com o custo da coleta e destinação ambientalmente adequada de seu produto ou das embalagens nele utilizadas ao final de seu ciclo de vida útil;

II – consumo sustentável: consumo de bens e serviços produzidos de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

III – consumidor: toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;

IV – fornecedor: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços;

V - salubridade ambiental: a qualidade do ambiente favorável à manutenção da saúde pública e do bem-estar das populações urbanas e rurais;

VI - análise ambiental do ciclo de vida do produto – AACV: estudo para identificação dos aspectos ambientais e avaliação do impacto causado à saúde humana e à qualidade ambiental pela produção, distribuição ou consumo de produtos e serviços, compreendendo a obtenção das matérias-primas e insumos, a sua manufatura, distribuição, consumo e disposição final, bem como as etapas de pós-consumo, e abrangendo, no mínimo:

a) definição do escopo do estudo;

b) inventário de emissões sólidas, líquidas e gasosas, e do consumo dos recursos naturais;

c) avaliação final do impacto à saúde humana e à qualidade ambiental;

VII - disposição final ambientalmente adequada: técnica de distribuição ordenada de rejeitos no solo, mediante confinamento das camadas cobertas com material inerte, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à salubridade ambiental;

VIII - destinação ambientalmente adequada: a reciclagem ou reutilização dos produtos ou das embalagens, respeitadas as normas ambientais e de saúde pública, ou outra destinação prevista no plano de saneamento básico, na forma da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Seção II

Objetivos

Art. 3º São objetivos desta Lei:

- I – estimular o consumo sustentável de produtos industrializados;
- II – garantir a salubridade ambiental das bacias hidrográficas;
- III – estimular o uso da AACV como ferramenta de planejamento ambiental para tomada de decisões quanto ao uso de matérias primas;
- IV – estimular a adoção e o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis;
- V – estimular o mercado de recicláveis;
- VI - assegurar a implementação da responsabilidade pós-consumo.

Seção III

Instrumentos

Art. 4º São instrumentos para a consecução dos objetivos desta Lei:

- I - a política nacional de relação de consumo;
- II – a política nacional de recursos hídricos;
- III - a política federal de saneamento básico;
- IV – o sistema nacional de defesa do consumidor;
- V – os instrumentos de fomento a pesquisa e desenvolvimento;





VI – a avaliação de impacto ambiental;

VII – o Sistema Nacional de Informações Ambientais - SINIMA e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Seção IV

Da obrigação de fazer

Art. 5º Os fornecedores têm responsabilidade que abrange:

I – o desenvolvimento, a fabricação e a colocação no mercado de produtos:

a) que sejam reutilizáveis, tecnicamente duradouros e aptos, após o uso, a reciclagem ou disposição final ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade possível de resíduos;

II – a divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos de seus respectivos produtos e serviços;

III – o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de retorno pós-consumo estabelecido pelo art. 6º.

Art. 6º Devem estruturar e manter sistema de retorno pós-consumo os fornecedores de:

I – pilhas e baterias;

II – pneus;

III – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

IV – produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas regras específicas de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em normas regulamentares ou técnicas;

V – na forma do estabelecido por esta Lei e por cronograma fixado em regulamento elaborado com base em acordos setoriais entre o Poder Público e o

setor produtivo, produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro;

VI – outros produtos e embalagens previstos por regulamento elaborado com base em acordos setoriais entre o Poder Público e o setor produtivo.

§ 1º Os consumidores devem efetuar a devolução, após o uso, aos comerciantes ou distribuidores dos produtos a que se referem os incisos I a IV do *caput*.

§ 2º Os comerciantes ou distribuidores devem aceitar a devolução pelo consumidor final, após o uso:

I - dos produtos a que se referem os incisos I a IV do *caput*;

II – das embalagens fabricadas com polietileno tereftalato (PET) ou policloreto de vinila (PVC);

III – de outros produtos ou embalagens com sistema de retorno pós-consumo obrigatório estabelecido por regulamento.

§ 3º Os comerciantes e distribuidores devem efetuar a devolução aos fabricantes dos produtos e embalagens a que se referem os §§ 1º e 2º.

§ 4º Os fabricantes devem dar destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para disposição final ambientalmente adequada, nos termos estabelecidos pela autoridade competente do SISNAMA.

§ 5º Os fornecedores podem instituir sistemas conjuntos para cumprimento das obrigações previstas nos §§ 3º e 4º de forma solidária.

§ 6º Os fornecedores de produtos referidos no inciso V do *caput* devem estabelecer e manter procedimentos de recompra, após o uso, do produto ou das embalagens objeto de devolução pelos consumidores.

§ 7º O não cumprimento do que dispõem os §§ 1º a 4º e 6º sujeita o infrator a uma ou mais das sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na esfera penal, bem como da responsabilidade, independentemente de culpa, por reparar os danos causados.



6

Art. 7º As embalagens devem ser fabricadas com materiais que não impeçam, técnica ou economicamente, a reutilização ou reciclagem.

Parágrafo único. Os responsáveis devem assegurar que as embalagens sejam:

I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II – projetadas de forma a serem retornáveis de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III – recicláveis, se a recarga não for possível.

Seção V

Da responsabilidade pós-consumo em relação às embalagens

Art. 8º São responsáveis pela destinação ambientalmente adequada das embalagens utilizadas para comercialização de seus produtos os fornecedores de bebidas de qualquer natureza, alimentos, óleos combustíveis, lubrificantes e similares, cosméticos e produtos de higiene e limpeza.

Parágrafo único. Não sendo o caso de produtos ou embalagens com sistema de retorno pós-consumo, na forma do art. 6º, o cumprimento da obrigação estabelecida no *caput* dever ser efetivado mediante destinação de recursos para o sistema municipal de limpeza pública, na forma de regulamento elaborado com base em acordos setoriais entre o Poder Público e o setor produtivo.

Art. 9º O preço mínimo para a recompra prevista no § 6º do art. 6º, em relação às embalagens entregues pelo consumidor final à rede de comercialização, quando adquire novo produto de natureza semelhante, deve corresponder a, no mínimo:

I – R\$ 0,20 (vinte centavos) por unidade, para as embalagens fabricadas com PET ou PVC com mais de um litro e meio;

II – R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade, para as embalagens fabricadas com PET ou PVC com menos de um litro e meio;





III – R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade, para as embalagens de alumínio;

IV – R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade, para as embalagens de aço;

V – R\$ 0,10 (dez centavos) por unidade, para as embalagens de vidro.

§ 1º O preço mínimo para recompra previsto no *caput* deve estar fixado em local visível ao consumidor.

§ 2º Os preços de venda de embalagens comercializadas junto aos fornecedores por pessoas físicas ou jurídicas ou entes despersonalizados que atuam na coleta e triagem de material reciclável deve ser estabelecido pelas partes envolvidas.

§ 3º Na veiculação de propaganda dos produtos referidos neste artigo, devem ser incluídas:

I - orientação ao consumidor sobre o sistema de retorno pós-consumo;

II – mensagens voltadas a estimular a coleta das embalagens para reciclagem e a combater o lançamento de embalagens em corpos d'água.

§ 4º Os recursos financeiros despendidos com a recompra de embalagens, na forma deste artigo, devem ser discriminados nas notas fiscais das operações de venda e compra, bem como nos balanços e registros de controle contábil das pessoas jurídicas envolvidas, sob pena da nulidade desses documentos.

Seção VII

Disposições finais

Art. 10. Na forma de regulamento, as pessoas jurídicas devem ter condições especiais de crédito, junto a instituições financeiras controladas pela União, para o desenvolvimento de projetos considerados prioritários para a implantação do que dispõe o art. 6º.

Art. 11. Os valores previstos nos incisos I a V do *caput* do art. 9º serão atualizados monetariamente, por meio de regulamento.

Art. 12. Fica assegurado acesso aos documentos referidos no § 4º do art. 9º, a qualquer tempo, às autoridades competentes do SISNAMA, para efeito do controle das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 13. O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



"Art. 31."

Parágrafo único. O fornecedor de produtos comercializados em embalagens recicláveis sujeitos a sistema de recompra devem informar na embalagem o valor a ser pago ao consumidor final no ato da devolução do mesmo. (NR)"

Art. 14. Esta Lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Embora a economia mundial tenha quintuplicado desde 1950¹, os benefícios e impactos sobre o meio ambiente dela decorrentes foram distribuídos de forma desigual, tanto entre as nações, quanto no âmbito interno das mesmas.

Objetivando dar equidade a esse crescimento econômico, assim como ao desenvolvimento dele resultante foi que, antecedendo a ECO 92, o PNUMA - Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente, no relatório "Nosso Futuro Comum" (1987), apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como aquele que "atende as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".

Nos dias atuais, os princípios do desenvolvimento sustentável já constituem parte integrante de muitos projetos e atividades gerenciais do setor privado e do Governo. Mas há ainda muito a ser feito nesse sentido.

A indústria de embalagem, pelo seu papel fundamental no desenvolvimento de qualquer produto e pela sua participação na geração do resíduo sólido urbano, desde cedo se deparou com várias questões que se inserem no desafio do desenvolvimento sustentável.

¹ Flavin, Christopher, Youg, Jonh E. "Um perfil da próxima revolução Industrial".



Preocupa-nos, em especial, o problema das embalagens plásticas. Responsáveis por 17% da massa do resíduo sólido urbano brasileiro, que corresponde a 280 mil toneladas/ dia, as embalagens de plástico são grandes vilãs do meio ambiente.

Sua cadeia produtiva inicia-se na prospecção do petróleo e continua até sua transformação em resinas e polímeros sintéticos e, posteriormente, nos mais diversos tipos de plásticos com os mais diversificados usos.

O Brasil consome 11 quilos de plástico por habitante/ano. Perto de países como o Japão, que consome 70 quilos de plástico por habitante/ano, esse consumo é considerado baixo, situação que tem direcionado os fabricantes de embalagens em nosso país para uma política industrial de ocupação deste "vazio" de mercado.

Para ilustrar a ocupação deste "vazio", temos que, até o ano de 1989, o consumo anual de PET – polietilenotereftalato - era nulo. Em 1990, esse consumo foi de 7 mil toneladas/ano e, em 1991, saltou para 12 mil. No ano de 2005, o consumo elevou-se para 374 mil toneladas de resina PET na fabricação de embalagens.

Atualmente, o maior mercado para o PET pós-consumo no Brasil é a produção de fibra de poliéster para indústria têxtil (multifilamento), onde é aplicada na fabricação de fios de costura, forrações, tapetes e carpetes, mantas de TNT (tecido não tecido), entre outras. Utilização também muito freqüente é o emprego na fabricação de cordas e cerdas de vassouras e escovas (monofilamento). Outra parte é destinada à produção de filmes e chapas para boxes de banheiro, termoformadores, formadores a vácuo, placas de trânsito e sinalização em geral. Também é crescente o uso das embalagens pós-consumo recicladas na fabricação de novas garrafas para produtos não alimentícios. É possível utilizar os flocos da garrafa na fabricação de resinas alquídicas, empregadas na produção de tintas e também de resinas insaturadas, para produção de adesivos e resinas poliéster. As aplicações mais recentes estão na extrusão de tubos para esgotamento predial, cabos de vassouras e na injeção para fabricação de torneiras.

É certo que, conforme já foi comentado, o Brasil consome pouco plástico em relação aos países ditos desenvolvidos. Entretanto, é de se esperar que

a demanda aumente muito, devido ao baixo custo da embalagem plástica e à falta de leis que obriguem os fabricantes a recolher as embalagens produzidas, consoante o "princípio do berço ao túmulo".



Esse crescimento de consumo necessita ser acompanhado por um bom planejamento quanto à gestão dos resíduos plásticos, pois caso contrário teremos conseqüências semelhantes às aquelas já vividas em países que desenvolveram as embalagens plásticas apenas pela ótica de economia de mercado, sem considerar a Avaliação Ambiental de Ciclo de Vida - AACV do polímero utilizado para a fabricação de embalagens. Aliás, as graves enchentes que assolam os grandes centros urbanos já constituem reflexo desse crescimento desregrado.

Dentro do aspecto de crescimento do uso de resinas plásticas para fabricação de embalagens, temos o debate sobre o uso da PET no envasamento de cerveja. Segundo dados do SINDCERV - Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, a distribuição do envasamento da cerveja no Brasil dá-se da seguinte forma:

- 80% envasadas em embalagens retornáveis, sendo 77% em vidro e 3% em barris; e
- 20% envasadas em embalagens descartáveis, sendo 18% em alumínio e 2% em vidro.

Para a Rhodia-ster, detentora da tecnologia de fabricação de garrafas PET para cervejas, serão necessários investimentos na ordem de 10 a 20 milhões de reais na indústria de cervejaria. Segundo dados do SINDCERV, os supermercados são responsáveis por 45% das vendas de cervejas em embalagens descartáveis nas capitais, e a embalagem PET não representará mais do que 10% desse mercado.

O Brasil possui o maior acervo mundial de garrafas de vidro retornável, com cinco bilhões de unidades com vida útil estimada em sete anos e com um período de reutilização de até quatro vezes. Entretanto, esse acervo representa um custo financeiro de manutenção cada vez maior para a indústria de fabricação de cerveja.

Com o objetivo de reduzir esse custo, a indústria tem investido em tecnologias de embalagens que reduzam o acervo das retornáveis e aumentem a

participação no mercado das embalagens descartáveis, tais como as "garrafas *long neck*".

Ocorre que essa mudança de embalagem pela indústria mascara uma transferência de passivo ambiental, pois, ao não ter mais o custo de logística reversa que envolve a coleta, esterilização, armazenamento e tratamento dos resíduos provenientes da lavagem dos cascos, a indústria transfere esse custo para o poder público e a sociedade na forma de "lixo reciclável".

Nesse diapasão, a responsabilização ambiental pós-consumo diz respeito à extensão do âmbito da responsabilidade civil ambiental visando à prevenção e reparação de danos ambientais causados pelos resultados de um dado processo produtivo que já tenha deixado a órbita do produtor ou fabricante, por sua assimilação como produto pelo mercado de consumo e subsequente descarte pelo consumidor. Trata-se, portanto, de fazer com que a responsabilidade do fabricante abranja todo o ciclo de vida do produto, desde a origem, ao longo de sua cadeia de produção, até a destinação apropriada dos resíduos gerados pela atividade, no caso o produto regularmente consumido ou utilizado descartado no meio ambiente. Tal princípio de gestão ambiental também é conhecido como "princípio do berço ao túmulo", e está presente nas diretrizes da União Européia, em especial nos modelos francês e alemão de gestão pós-consumo de produtos industrializados. Cumpre registrar que é relevante equiparar, na qualidade de geradores dos resíduos pós-consumo, os produtores, os fabricantes e os importadores.

Justifica-se essa ampliação na proteção em razão da própria natureza do dano ambiental e de seu grande potencial de intensificação, a partir das características de periculosidade intrínsecas a certos resíduos ou dos efeitos de seu acúmulo e interação com o meio ambiente.

A responsabilização pós-consumo, anteriormente à questão da causalidade múltipla e dispersa entre diferentes agentes relacionados a um mesmo dano ambiental, envolve a extensão vertical do nexos causal ao longo de todo o ciclo de vida do produto, desde sua linha de fabricação e distribuição, passando pela geração do resíduo (eventualmente o próprio produto final), transporte, armazenamento e destinação ambientalmente adequada do mesmo. Para determinados produtos, portanto, o nexos não se estabelece apenas em relação aos



dejetos do processo produtivo, extinguindo-se com a chegada do produto aos consumidores finais. Da mesma forma, a solidariedade entre co-autores do dano ocasionado pela má disposição de resíduos é verticalizada, diz respeito àqueles envolvidos na cadeia de produção, distribuição, geração e manipulação dos resíduos, ou seja, gerador, transportador, armazenador e depositário final. Tal concepção é apresentada pela doutrina como solução à problemática de identificação e delimitação dos sujeitos responsáveis pelo dano ambiental decorrente da disposição final inadequada de embalagens e determinados produtos.

Com efeito, a responsabilização pós-consumo confronta o poluidor com o ônus do processo produtivo por meio do mesmo veículo que lhe trouxe o lucro da atividade produtiva, ou seja, o próprio produto convertido em resíduo. À medida que a disposição final de tal resíduo requeira cuidados especiais e custosos, é justo que arque com esse encargo aquele que auferiu benefício na composição e introdução do bem no mercado. A concretização do princípio aqui se dá, exemplarmente, nas duas esferas que o compõem: seu caráter reparatório e repressivo manifestando-se quando o autor do dano causado pela destinação ou disposição final inadequada é por ele responsabilizado; e seu caráter preventivo, educativo e desenvolvimentista manifestando-se quando os custos de gestão e ou reparatórios incorridos ou potenciais estimulam o produtor à boa gestão de resíduos, e ainda a fomentar o investimento em tecnologias e alternativas de processos e produtos mais modernos e ambientalmente adequados.

Cumprе trazer à baila alguns exemplos de previsão da responsabilidade de gestão de resíduos sólidos pela legislação estadual brasileira, entre as quais destacamos aquelas relacionadas especialmente à responsabilidade pós-consumo:

I - Responsabilidade do gerador, em relação prevenção e reparação a danos ambientais, pela destinação ambientalmente adequada e disposição final :

1. art. 8º da Lei 4.191/2003 (Política Estadual de Resíduos Sólidos – RJ);
2. art. 4º da Lei 3.007/1998 (RJ);



3. art. 8º da Lei 9.921/1993 (Lei de Gestão de Resíduos Sólidos - RS);
4. art. 45 da Lei 13.013/2001 (Política Estadual de Resíduos Sólidos - CE);
5. art. 71 da Lei 14.248/2002 (Política Estadual de Resíduos Sólidos - GO);
6. arts. 48, 49, 51 e 52 da Lei 12.300/2006 (Política Estadual de Resíduos Sólidos - SP).



A tônica em todos esses dispositivos é a responsabilidade do gerador na prevenção e reparação de danos ocorridos em razão do gerenciamento inadequado de resíduos, vale dizer, em todas as etapas da cadeia de produção, distribuição, geração, manejo, tratamento, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos mesmos. Em suma, o gerenciamento dos resíduos cabe a quem os produz ou gera, estabelecendo-se o nexo causal para a responsabilização.

II - Responsabilidade do gerador, em relação a periculosidade do resíduo, pela destinação ambientalmente adequada e disposição final:

1. art. 7º da Lei 13.796/2000 (MG);
2. art. 8º, §3º, da Lei 9.921/1993 (RS);
3. art. 9º da Lei 4.191/2003 (RJ);
4. arts. 2º e 5º da Lei 3.007/1998 (RJ);
5. art. 18 da Lei 12.493/1999 (PR);
6. art. 44 da Lei 13.013/2001 (CE);
7. arts. 49, 51 e 52 da Lei 12.300/2006 (SP).

Aqui, identifica-se o risco da atividade como fundamento da solidariedade entre produtor/gerador (bem como seus sucessores) e terceiros por eles eleitos, contratados e envolvidos no processo de gerenciamento e disposição final dos resíduos, e que atuam, de fato, como seus prepostos. Esse é, na verdade, um corolário lógico da responsabilidade integral do produtor e gerador pelo gerenciamento dos resíduos como acima descrito. Havendo responsabilidade do gerenciador por todas e cada uma das etapas da cadeia de produção, distribuição, geração, manejo, tratamento, armazenamento, transporte, destinação



ambientalmente adequada e disposição final dos resíduos, resta claro que a terceirização total ou parcial dessas etapas não rompe o vínculo do gerenciador com o processo e, por conseguinte, não o isenta de sua responsabilidade. A única exceção cabível dá-se quando o resíduo torna-se matéria-prima em processos de reaproveitamento, seja no re-uso ou em processo de reciclagem. Ainda assim, a desvinculação só ocorre após a transformação do resíduo, descaracterizando-o como tal, consoante o previsto no art. 6º da Lei Estadual 3.007/1998 (RJ).

III - Responsabilidade pós-consumo:

1. Art. 53 da Lei 12.300/2006 (Política Estadual de Resíduos Sólidos – SP):

“Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mesmo após o consumo de seus resíduos desses itens (*sic*), são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.”

2. Art. 74 da Lei 14.248/2002 (Política Estadual de Resíduos Sólidos – GO):

“O fabricante ou importador de produtos dos quais, por suas características de composição, volume, quantidade ou periculosidade, resultem resíduos sólidos urbanos de grande impacto ambiental, é responsável, mesmo após o consumo desses itens pelo atendimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental, tendo em vista a eliminação, o recolhimento e o tratamento ou a disposição final desses resíduos, bem como a mitigação dos efeitos nocivos que causam ao meio ambiente.”

3. Art. 9º da Lei 9.921/1993 (Lei de Gestão de Resíduos Sólidos - RS):

“Os recipientes, embalagens, contêineres, invólucros e assemelhados, quando destinados ao acondicionamento dos produtos perigosos

definidos no regulamento, deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fornecedor destes produtos."



Observa-se que o nível de periculosidade verificado a partir da composição e características intrínsecas de determinados produtos (materiais não biodegradáveis ou com a presença de elementos químicos de alto risco) e o risco de dano representado por seu descarte inadequado *deflagram a responsabilidade pós-consumo*.

O produto, e, em certos casos, também sua embalagem, após regularmente consumido, torna-se resíduo de mesmo processo produtivo que o criou, devendo por isso voltar à esfera de gerenciamento de resíduos (e, portanto, de responsabilidade) de seu produtor ou gerador, nos moldes acima apresentados.

Vale aqui trazer à baila os ditames da Lei Estadual 3.369, de 2000, do Estado do Rio de Janeiro, que traz obrigação específica para as embalagens do tipo PET. Diz o texto, *literis*:

3

"Art. 1º Todas as empresas que utilizam garrafas e embalagens plásticas na comercialização de seus produtos são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das mesmas.

Parágrafo único. Considera-se destinação final ambientalmente adequada para os efeitos desta Lei:

I - a utilização das garrafas e embalagens plásticas em processos de reciclagem, com vistas à fabricação de embalagens novas ou a outro uso econômico;

II - a reutilização das garrafas e embalagens plásticas, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

Art. 2º As empresas de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores."

Com efeito, a jurisprudência nacional já apresenta alguns julgados relativos à responsabilidade ambiental pós-consumo. Nesse sentido, é emblemática

a decisão do Desembargador Ivan Bortoleto, em 05/08/2002, na Apelação Cível nº 118.652-1, de Curitiba - 4ª Vara Cível:



"1. Se os avanços tecnológicos induzem o crescente emprego de vasilhames de matéria plástica tipo PET (polietileno tereftalato), propiciando que os fabricantes que delas se utilizam aumentem lucros e reduzam custos, não é justo que a responsabilidade pelo crescimento exponencial do volume do lixo resultante seja transferida apenas para o governo ou a população.

2. A chamada responsabilidade pós-consumo no caso de produtos de alto poder poluente, como as embalagens plásticas, envolve o fabricante de refrigerantes que delas se utiliza, em ação civil pública, pelos danos ambientais decorrentes. Esta responsabilidade é objetiva nos termos da Lei nº 7347/85, artigos 1º e 4º da Lei Estadual nº 12.943/99, e artigos 3º e 14, § 1º da Lei nº 6.938/81, e implica na sua condenação nas obrigações de fazer, a saber: adoção de providências em relação a destinação final e ambientalmente adequada das embalagens plásticas de seus produtos, e destinação de parte dos seus gastos com publicidade em educação ambiental, sob pena de multa."

O magistrado identifica a atuação sobre os setores de produção e consumo como sendo fundamental na limitação contra os efeitos do progresso econômico desenfreado, sem que se lhes contraponham medidas de adequação. A aplicação do princípio poluidor-pagador na responsabilidade pós-consumo visa desestimular (ou mesmo impedir, conforme seu potencial poluidor), a produção degradadora (aspecto preventivo), bem como a orientação do consumidor em prol do consumo ambientalmente sustentável (aspecto educativo).

A decisão não perde de vista, entretanto, os limites e desafios impostos pela realidade cultural e econômica da sociedade moderna quanto à esfera de aplicação do instituto.

"[...] não se pode simplesmente impedir o ato de envase de bebidas e refrigerantes em embalagens plásticas tipo PET, como quer a apelante. Tal pretensão é juridicamente impossível, pois seu acolhimento



afrontaria as normas constitucionais que asseguram o respeito aos valores sociais do trabalho, da livre iniciativa, e do livre exercício de qualquer atividade econômica (CF, art. 1º, IV e 170, § único).

Também não se acolhe, por igual motivo, o pedido de [...] substituição deste material em sua linha de produção [...], pois a utilização da matéria plástica nos mais diversos ramos da indústria, inclusive nas embalagens de bebidas e refrigerantes, é um fato irreversível, pelos fundamentos já apresentados, além de não ser vedada em nosso ordenamento jurídico. Porém, se a causa não pode ser combatida, deve-se ao menos atacar objetiva e eficientemente os seus efeitos pelas mais diversas formas, sob pena de resignação e assentimento em relação à lenta transformação do planeta num gigantesco depósito de lixo."

Como exemplificado acima, longe de ser evidente, a solução proposta pela responsabilidade pós-consumo é confrontar não apenas a questão dos processos produtivos, dos hábitos de consumo da sociedade e da capacidade de implementação de políticas públicas de saneamento, mas também, talvez principalmente, a questão do estabelecimento de limites, do ponto de corte, para que se possa fechar o círculo em torno dos responsáveis pelo dano.

Destarte, podemos afirmar que a responsabilidade pós-consumo implica:

1. assegurar que os produtos lançados no mercado, após seu uso e recolhimento, sejam reutilizados, reciclados ou eliminados de maneira ambientalmente adequada, mediante a responsabilização, legal, pós-consumo do agente que o criou; e
2. difundir entre os consumidores os sistemas de retorno pós-consumo.

Com efeito, a responsabilidade pós-consumo deve envolver vários atores além dos fabricantes: os comerciantes e distribuidores, a comunidade em geral, os meios de comunicação, estabelecimentos educacionais e os governos federal, estaduais e municipais.

Nesse ponto, cumpre fazer um esclarecimento no que tange à diferença entre regulamentar-se a responsabilidade pós-consumo e a logística reversa.



Enquanto a responsabilidade pós-consumo encontra-se, juridicamente, no universo do "dever ser", de atribuição da obrigação de fazer, a logística reversa está no universo do "ser", que implica no ato de como fazer a partir de uma obrigação de fazê-lo. Essa diferenciação é fundamental, pois se tratamos de naturezas jurídicas diferentes, confundi-las terá como efeito a insegurança jurídica que irá criar problemas e mesmo inviabilizar a aplicação da norma.

Com relação ao sistema de recompra previsto no projeto de lei aqui apresentado, tivemos o cuidado de estabelecer uma linha de corte para diferenciar o consumidor dos demais usuários do processo de recompra. Assim, o preço das embalagens comercializadas junto aos fornecedores por pessoas físicas ou jurídicas ou entes despersonalizados que atuam na coleta e triagem de material reciclável deve ser estabelecido pelas partes envolvidas. Dessa forma, poderemos garantir que o nicho de atuação de cooperativas de recicladores, condomínios ou catadores *autônomos de material reciclável seja preservado, e que eles possam atuar de acordo com as regras de mercado já pacificadas para esse seguimento da economia.*

É relevante ressaltar o cuidado que tivemos ao estabelecermos uma relação entre o projeto, que ora apresentamos, e o Código de Defesa do Consumidor - CDC, em especial quanto à proteção do consumidor, entendendo ser este a parte mais vulnerável na relação de consumo, conforme preconiza o CDC.

Devido ao acima exposto, conclamamos nossos nobres Pares desta douta Casa de Leis a aprovarem este projeto de lei, cujo conteúdo consolidar-se-á como marco regulatório indispensável para a solução de problemas ambientais extremamente relevantes.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2008.

Henrique Fontana
Deputado Federal (PT/RS)



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**TÍTULO VII
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;



VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003.*

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

**Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995.*

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 171. (Artigo revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;



IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio Ambiente, e dá outras providências.

CAPÍTULO VI DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)



XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do *caput* obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do *caput* serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:



TÍTULO I
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO V
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

Seção II
Da Oferta

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

LEI Nº 4.191, DE 30 DE SETEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º - As atividades geradoras de resíduos sólidos e executores, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas.



Art. 9º - A responsabilidade pela execução de medidas para prevenir e/ou corrigir a poluição e/ou contaminação do meio ambiente decorrente de derramamento, vazamento, lançamento e/ou disposição inadequada de resíduos sólidos é:

I – da atividade geradora dos resíduos, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer em suas instalações ou em locais onde os resíduos foram acondicionados ou destinados pela geradora;

II – da atividade geradora de resíduos e da atividade transportadora, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer durante o transporte;

III – da atividade geradora dos resíduos e da atividade executora de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final dos resíduos, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação ocorrer no local de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final.

Art. 10 - Não serão permitidos depósitos de qualquer tipo de resíduos a céu aberto, ficando os responsáveis obrigados a encaminhar os referidos resíduos a atividades licenciadas pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, no prazo de um (01) ano, a contar da data de sua publicação.

LEI Nº 3.007, DE 9 DE JULHO DE 1998.

Dispõe sobre o transporte, armazenamento e queima de resíduos tóxicos no estado do Rio de Janeiro.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em todo o território do Estado do Rio de Janeiro a coleta, o armazenamento, transporte, tratamento e a disposição final de resíduos poluentes, perigosos, nocivos e tóxicos sujeitar-se-ão à presente lei, bem como à legislação específica e ao processo de licenciamento perante o órgão ambiental competente.

Art. 2º - Compete ao gerador, bem como aos manipuladores secundários, em qualquer estágio, a responsabilidade pelos resíduos, de modo que sejam processados, transportados e manipulados, em condições que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana, ao equilíbrio ecológico das espécies e ao bem estar público, nem causem prejuízos ao meio ambiente.



Art. 3º - Compete ao Poder Executivo prever, nas diversas regiões do Estado, locais e condições adequadas de disposição final de resíduos, mantendo cadastro atualizado de acesso público que os identifique.

§ 1º - Neste locais deverão ser afixadas placas indicativas do tipo de resíduo, procedência, cuidados necessários, efeitos e impactos sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente.

§ 2º - O Poder Executivo deverá priorizar critérios que levem pela ordem a evitar, minimizar, reutilizar, reciclar, tratar e, por fim, dispor adequadamente sobre os resíduos gerados.

Art. 4º - Compete ao gerador a responsabilidade pelos resíduos produzidos, compreendendo as etapas de acondicionamento, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final.

Art. 5º - A tercerização de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos não isentam de responsabilidade o gerador pelos danos que vierem a ser causados, bem como não isentam também os responsáveis pelo serviço terceirizado.

Art. 6º - A utilização de resíduos por terceiros como matéria prima em processos, cessará a responsabilidade do gerador somente após sofrer transformações que o descaracterizem como tal, sujeitas ao processo prévio de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

Art. 7º - Fica vedado o transporte de resíduos tóxicos, perigosos, poluentes e nocivos para dentro ou para fora dos limites geográficos do Estado do Rio de Janeiro sem o licenciamento ambiental pelo órgão responsável.

Parágrafo único - O Poder Executivo manterá um cadastro para consulta pública de empresas e de seus responsáveis que transportem as substâncias perigosas e tóxicas pelo território fluminense.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº 9.921, DE 27 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º, da Constituição do Estado e dá outras providências.



Art. 8º - A coleta, o transporte, o tratamento, o processamento e a destinação final dos resíduos sólidos de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, inclusive de saúde, são de responsabilidade da fonte geradora, independentemente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

§ 1º - Os executores das atividades mencionadas no "caput" deverão estar cadastrados junto ao órgão ambiental do Estado.

§ 2º - A prefeitura, quando contratada nos termos deste artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

§ 3º - No caso de utilização de resíduos como matéria-prima, a responsabilidade da fonte geradora só cessará quando da entrega dos resíduos à pessoa física ou jurídica que os utilizará como matéria-prima.

Art. 9º - Os recipientes, embalagens, contêineres, invólucros e assemelhados, quando destinados ao acondicionamento dos produtos perigosos, definidos no regulamento, deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fornecedor desses produtos.

Parágrafo único - É vedada a reutilização desses recipientes para qualquer fim, exceto para o armazenamento dos produtos, definidos no "caput" deste artigo.

Art. 10 - As indústrias de embalagens localizadas no Rio Grande do Sul, na medida das possibilidades e limitações tecnológicas atuais, obrigam-se a incluir em seus produtos indicações que possam facilitar a reciclagem dos mesmos, segundo critérios e prazos estabelecidos no regulamento desta Lei.

LEI Nº 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO IV DO CONTROLE, DAS RESPONSABILIDADES E DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES



CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 44. No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em risco o meio ambiente e a saúde pública, a responsabilidade pela execução das medidas corretivas será:

- I – do gerador, nos acidentes ocorridos em suas instalações;
- II – do gerador e do transportador, nos acidentes ocorridos durante o transporte de resíduos sólidos; e
- III – do gerenciador de unidades receptoras, nos acidentes ocorridos em suas instalações.

§ 1º Os derramamentos, os vazamentos ou os despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, à defesa civil e aos órgãos ambiental e de saúde pública competentes.

§ 2º O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as informações relativas a quantidade e composição do referido material, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e de descontaminação.

§ 3º Para os efeitos deste artigo equipara-se ao gerador o órgão municipal ou a entidade responsável pela coleta, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos urbanos.

Art. 45. O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem civilmente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes do gerenciamento inadequado desses resíduos.

Art. 46. A responsabilidade do receptor de resíduos persiste durante o prazo estipulado pela autoridade competente, após a desativação do local como unidade receptora.

.....

.....



LEI Nº 14.248, DE 29 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 131 § 1º da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO VI CONTROLE, RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 71. Os geradores de resíduos sólidos industriais, de serviços de saúde, transporte e seus sucessores são responsáveis pela prevenção e pelos danos ambientais causados pela geração, manejo, acondicionamento, armazenamento, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos.

§ 1º. Os geradores dos resíduos de que trata o caput deste artigo, em atendimento ao princípio do poluidor-pagador e seus sucessores, são responsáveis pelos resíduos remanescentes da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação das áreas por eles contaminadas.

§ 2º. Os geradores de resíduos perigosos devem apresentar, anualmente, ao órgão ambiental estadual competente, relatório circunstanciado sobre armazenagem, uso, transporte e disposição dos produtos perigosos ao meio ambiente e à saúde pública, nos termos estabelecidos em regulamentação.

Art. 72. A responsabilidade do receptor de resíduos persiste durante o prazo estipulado pela autoridade competente, após a desativação do local como Unidade Receptora.

Art. 73. O gerador de resíduos sólidos de qualquer origem ou natureza responde civilmente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes de sua atividade, cabendo-lhe proceder, à suas expensas, as atividades de prevenção, recuperação ou remediação, em conformidade com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, nos prazos assinalados, ou, em caso de inadimplemento, ressarcir, integralmente, todas as despesas realizadas pela Administração Pública para a devida correção ou reparação do dano ambiental.



Art. 74. O fabricante ou importador de produtos dos quais, por suas características de composição, volume, quantidade ou periculosidade, resultem resíduos sólidos urbanos de grande impacto ambiental é responsável, mesmo após o consumo desses itens, pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental, tendo em vista a eliminação, o recolhimento e o tratamento ou a disposição final desses resíduos, bem como a mitigação dos efeitos nocivos que causam ao meio ambiente.

Parágrafo único. Na hipótese de inobservância das obrigações preceituadas neste artigo caberá ao fabricante ou importador, nos termos do § 3º do art. 225 da Constituição Federal, o dever de reparar os danos causados.

CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 75. Constitui infração, para efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de seus preceitos ou na desobediência às determinações complementares por órgãos e autoridades administrativas competentes.

LEI Nº 12.300, DE 16 DE MARÇO DE 2006

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

TÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 48 - Os geradores de resíduos são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao gerador o órgão municipal ou a entidade responsável pela coleta, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 49 - No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em risco o ambiente e a saúde pública, a responsabilidade pela execução de medidas corretivas será:

I - do gerador, nos eventos ocorridos em suas instalações;



II - do gerador e do transportador, nos eventos ocorridos durante o transporte de resíduos sólidos;

III - do gerador e do gerenciador de unidades receptoras, nos eventos ocorridos nas instalações destas últimas.

§ 1º - Os derramamentos, os vazamentos ou os despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, à defesa civil, aos órgãos ambiental e de saúde pública competentes.

§ 2º - O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as informações relativas à quantidade e composição do referido material, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e de descontaminação.

Artigo 50 - Os geradores e gerenciadores de unidades receptoras de resíduos sólidos deverão requerer, junto aos órgãos competentes, registro de encerramento de atividades.

Parágrafo único - A formalização do pedido de registro a que se refere o "caput" deste artigo deverá, para as atividades previstas em regulamento, ser acompanhada de relatório conclusivo de auditoria ambiental atestando a qualidade do solo, do ar e das águas na área de impacto do empreendimento.

Artigo 51 - O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais.

§ 1º - Os geradores dos resíduos referidos, seus sucessores, e os gerenciadores das unidades receptoras, em atendimento ao princípio do poluidor-pagador, são responsáveis pelos resíduos remanescentes da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação das áreas por eles contaminadas.

§ 2º - O gerenciador de unidades receptoras responde solidariamente com o gerador, pelos danos de que trata este artigo, quando estes se verificarem em sua instalação.

Artigo 52 - O gerador de resíduos sólidos de qualquer origem ou natureza, assim como os seus controladores, respondem solidariamente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes de sua atividade, cabendo-lhes proceder, às suas expensas, às atividades de prevenção, recuperação ou remediação, em conformidade com a solução técnica aprovada pelo órgão ambiental competente, dentro dos prazos assinalados, ou, em caso de inadimplemento, ressarcir, integralmente, todas as despesas realizadas pela administração pública para a devida correção ou reparação do dano ambiental.

Artigo 53 - Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mesmo após o consumo de seus resíduos desses itens, são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

Artigo 54 - As unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde somente poderão ser licenciadas quando localizadas em áreas em que a legislação de uso e ocupação do solo permitir o uso industrial ou quando localizadas dentro de áreas para recepção de resíduos previamente licenciadas.



LEI Nº 13.796, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado.

Art. 7º - O Produtor ou o gerador de resíduos perigosos serão responsáveis pelo transporte, pelo armazenamento, pela reciclagem, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos do empreendimento, e co-responsáveis no caso de transferência a terceiros.

Art. 8º - O produtor ou o gerador poderão encaminhar os resíduos perigosos a unidade receptora de resíduos perigosos operada por terceiros, para fins de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, desde que a unidade esteja devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante autorização específica para o transporte dos resíduos.

§ 1º - O contrato entre o gerador e a unidade receptora de resíduos perigosos especificará a composição e as características técnicas dos resíduos, bem como o processo que será utilizado pela unidade receptora para lhes dar a destinação contratada.

§ 2º - Cumpridas as condições estabelecidas neste artigo, caberá à unidade receptora de resíduos perigosos a responsabilidade pela gestão correta e ambientalmente segura do resíduo recebido do gerador.

LEI Nº 12.493, DE 22 DE JANEIRO DE 1999

Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidos, na forma desta lei, princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Art. 2º Para os fins desta lei, entende-se por resíduos sólidos qualquer forma de matéria ou substância, nos estados sólido e semi-sólido, que resulte de atividade industrial,



doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços, de varrição e de outras atividades da comunidade, capazes de causar poluição ou contaminação ambiental.

Parágrafo único. Ficam incluídos entre os resíduos sólidos definidos no caput deste artigo, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e os gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como os líquidos cujas características tornem inviável o seu lançamento em rede pública de esgotos ou corpos d' água ou exijam, para tal fim, solução técnica e economicamente inviável, em face da melhor tecnologia disponível, de acordo com as especificações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes princípios no tocante a atividades de geração, importação e exportação de resíduos sólidos:

I - a geração de resíduos sólidos, no território do Estado do Paraná, deverá ser minimizada através da adoção de processos de baixa geração de resíduos e da reutilização e/ou reciclagem de resíduos sólidos, dando-se prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e disposição final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável;

II - os resíduos sólidos gerados no território do Estado do Paraná somente terão autorização de transporte para outros Estados da Federação, após autorização ou declaração de aceite emitida pela autoridade ambiental competente dos Estados receptores dos mencionados resíduos;

III - os resíduos sólidos gerados nos outros Estados da Federação somente serão aceitos no Estado do Paraná, desde que previamente aprovados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, ouvido o Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

IV - os resíduos sólidos gerados em outros países somente serão aceitos no Estado do Paraná, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e demais normas federais bem como o disposto no inciso III deste artigo.

Parágrafo único. No caso do Inciso III do presente artigo, fica facultado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, ouvido o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovar grupos ou categorias de resíduos sólidos que pela sua natureza e condições de reciclagem e reaproveitamento, fiquem sujeitos apenas às autorizações de lotes pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º As atividades geradoras de resíduos sólidos, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas.

Art. 5º Os resíduos sólidos deverão sofrer acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final adequados, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitadas as demais normas legais vigentes.



Art. 18. A responsabilidade pela execução de medidas para prevenir e/ou corrigir a poluição e/ou contaminação do meio ambiente decorrente de derramamento, vazamento, lançamento e/ou disposição inadequada de resíduos sólidos é:

I - da atividade geradora dos resíduos, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer em suas instalações;

II - da atividade geradora de resíduos e da atividade transportadora, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação originar-se ou ocorrer durante o transporte;

III - da atividade geradora dos resíduos e da atividade executora de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final dos resíduos, solidariamente, quando a poluição e/ou contaminação ocorrer no local de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final.

Parágrafo único. Para fins de responsabilidade de que trata o caput deste artigo, considera-se como atividade geradora dos resíduos o Município, em se tratando de resíduos sólidos urbanos provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como os de limpeza pública urbana.

Art. 19. Sem prejuízo das sanções civil e penais, as atividades geradoras, transportadoras e executoras de acondicionamento, de tratamento e/ou de disposição final de resíduos sólidos, no Estado do Paraná, que infringirem o disposto na presente Lei, ficam sujeitas às seguintes penalidades administrativas, que serão aplicadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP:

I - multa simples ou diária, correspondente no mínimo a R\$ 500.00 e no máximo, a R\$ 50.000.00, agravada no caso de reincidência específica;

II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimento oficial de crédito;

IV - suspensão da atividade;

V - embargo de obras;

VI - cassação de licença ambiental.

LEI Nº 3.369, DE 7 DE JANEIRO DE 2000

Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º - Todas as empresas que utilizam garrafas e embalagens plásticas na comercialização de seus produtos são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada das mesmas.

Parágrafo único - Considera-se destinação final ambientalmente adequada para os efeitos desta Lei:

I - a utilização das garrafas e embalagens plásticas em processos de reciclagem, com vistas à fabricação de embalagens novas ou a outro uso econômico;

II - a reutilização das garrafas e embalagens plásticas, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes da área de saúde.

Art. 2º - As empresas de que trata o art. 1º estabelecerão e manterão, em conjunto, procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após o uso do produto pelos consumidores.

Parágrafo único - VETADO

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

* *Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 8.884, de 11/06/1994.*

I - ao meio ambiente;

II - ao consumidor;

III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo;

* *Item acrescentado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

V - por infração da ordem econômica e da economia popular;

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

* **Vide Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de Agosto de 2001.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001



Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....

Art. 6º. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.

V - por infração da ordem econômica e da economia popular;

VI - à ordem urbanística.

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados." (NR)

"Art. 2º.

Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto." (NR)

Art. 7º. O art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"§ 5º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto." (NR)

.....

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.180-34, de 27 de julho de 2001.



Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogado o art. 53 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Martus Tavares

Gilmar Ferreira Mendes

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

** Inciso V com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;



II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o Regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º (Revogado pela Lei nº 9.966, de 28/04/2000).

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo.

* § 5º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.



Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogado o art. 53 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Martus Tavares

Gilmar Ferreira Mendes

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

** Inciso V com redação determinada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.*

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

PROJETO DE LEI N.º 3.466, DE 2008

(Do Sr. Vital do Rêgo Filho)

Dispõe sobre o recolhimento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias inservíveis utilizadas em equipamentos elétricos e eletrônicos.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o recolhimento, a reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias inservíveis utilizadas em equipamentos elétricos e eletrônicos.

Parágrafo único. Consideram-se, para os efeitos desta Lei, como equipamentos elétricos e eletrônicos:

I – computadores, impressoras, copiadoras e outros equipamentos periféricos;

II – televisores, rádios e aparelhos de reprodução de áudio e vídeo;

III – telefones fixos e móveis, celulares e aparelhos de fax;

IV – outros equipamentos que utilizem pilhas ou baterias como fonte principal ou parcial de energia elétrica.



Art. 2º Os estabelecimentos que comercializam equipamentos elétricos ou eletrônicos que utilizam pilhas ou baterias são obrigados a colocar a disposição do público recipientes para coleta de pilhas e baterias descartadas por seus usuários.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais a que se refere o *caput* poderão instalar pontos de recepção em consórcio ou parceria, desde que localizados em um mesmo centro comercial, quadra ou quarteirão.

Art. 3º Os fabricantes e importadores de pilhas e baterias deverão recolher, com periodicidade máxima de um mês, as pilhas e baterias descartadas nos termos do art. 2º, para as quais deverão providenciar a reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada.

§ 1º Cada fabricante ou importador será responsável pelo recolhimento da quantidade de pilhas e baterias por ele distribuídos para comercialização.

§ 2º Os fabricantes e importadores poderão implantar centros de recebimento e implementar medidas e ações conjuntas para reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de seus produtos, mediante associação ou contratação de serviços de terceiros, para o cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 4º É proibida a disposição de pilhas e baterias:

I - junto com o lixo doméstico;

II - em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator.



Art. 5º Consideram-se infrações ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às penalidades previstas naquele artigo:

I – misturar e dispor pilhas e baterias descartadas com o lixo doméstico;

II – dispor ou lançar pilhas e baterias descartadas em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator;

III – não atenderem, os estabelecimentos comerciais e os fabricantes e importadores de pilhas e baterias, ao disposto nesta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É cada vez mais intensivo o uso de equipamentos elétricos e eletrônicos portáteis, como computadores, equipamentos de áudio e vídeo, telefones celulares e telefones sem fio que têm como fonte de eletricidade pilhas e baterias. O benefício pessoal decorrente é indiscutível, pois equipamentos de trabalho ou lazer tornam-se cada vez mais leves e acessíveis em qualquer lugar.

O desenvolvimento da eletrônica exige pilhas e baterias cada vez mais leves e com vida útil cada vez maior, com vistas a proporcionar maior autonomia de



uso e melhor portabilidade. Com isso, são utilizados metais pesados e outras substâncias altamente tóxicas para formar o núcleo químico desses dispositivos, tornando um grave problema ambiental e de saúde pública o seu descarte na natureza. Uma única pilha de celular, por exemplo, pode contaminar por anos a fio um lençol de água subterrâneo ou uma nascente. Metais pesados têm efeito cumulativo na cadeia alimentar, podendo causar, a médio e longo prazos, efeitos devastadores sobre recursos pesqueiros e até sobre terras agricultáveis.

Por outro lado, as pilhas e baterias contêm, em seus componentes, matérias-primas preciosas, que podem ser reaproveitadas com vantagens econômicas e ambientais. Vantagens econômicas por que o reaproveitamento de metais e plásticos por meio de refundição será, se obtida escala adequada de reciclagem, mais barato do que o uso de matérias-primas novas. Ambientais por que, com o reaproveitamento ou reciclagem, estarão sendo poupados recursos naturais como minerais, petróleo e água, que seriam empregados na produção de matérias-primas novas, isto sem contar que será evitada – ou pelo menos reduzida – a poluição do solo, da água e da paisagem, com a disposição inadequada desses materiais.

Isto posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do projeto de lei que ora submetemos ao Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2008.

Deputado VITAL DO RÉGO FILHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.



CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III Da Poluição e outros Crimes Ambientais

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

PROJETO DE LEI N.º 3.636, DE 2008

(Do Sr. Manato)

Dispõe sobre a coleta de pneus usados para reciclagem, pelas entidades a que se refere, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2075/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas fabricantes, distribuidoras e importadoras de pneumáticos e as Prefeituras municipais ficam obrigadas a estabelecer pontos de coleta de pneus usados, com a finalidade de encaminhá-los, posteriormente, para reciclagem.

§ 1º Os pontos de coleta poderão ser localizados nas oficinas mecânicas, nas borracharias, nas revendedoras e lojas de pneus, ou em outros locais de fácil acesso para a população.

§ 2º As entidades mencionadas no *caput* deverão responsabilizar-se tanto pela coleta, quanto pelo armazenamento e pela destinação dos produtos recolhidos.

Art. 2º — É facultada a instalação de pontos de coleta pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) e pelas Associações de Catadores de materiais recicláveis, às quais caberá a adoção das medidas necessárias para tanto.

Art. 3º — O consumidor deverá proceder ao recolhimento do pneu usado junto aos postos de coleta.

Parágrafo único - A inobservância dessa norma será passível de aplicação de pena de multa, a ser cominada pelos órgãos competentes.



Art. 4º — As entidades mencionadas nos artigos 1º e 2º serão responsabilizadas civil e penalmente pela guarda e destinação dos pneus usados que tenham sido objeto de recolhimento nos respectivos postos de coleta, observadas as normas ambientais pertinentes.

Art. 5º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de ser proibido o armazenamento de pneus velhos em grandes espaços, a céu aberto, segundo levantamentos técnicos, atualmente existem cerca de 100 milhões de pneus abandonados em aterros, lixões, córregos, lagoas e rios do Brasil. A triste realidade serve apenas para oferecer mais riscos ao Meio Ambiente e à saúde pública.

Os pneus usados no Brasil têm, assim, servido principalmente como criadouro para mosquitos, sobretudo o da dengue, além da poluição ambiental a que já nos referimos. No entanto, se devidamente recolhidos e encaminhados à reciclagem, podem vir a ser utilizados de diversas formas: se retalhados e incinerados nas condições de segurança adequadas, são transformados em combustível para alimentar a fornalha que produz cimento na empresa. Neste particular, cumpre mencionar que, no Brasil, a cada hora, passam por esse processo dois mil pneus, ou o equivalente a dez toneladas de material. As cinzas que sobram da incineração ainda são aproveitadas na massa que compõe o cimento.

Além de combustível, a borracha dos pneus pode, ainda, ser reutilizada em tapetes de automóveis e solados de sapatos. Como se não bastasse, o material de grande resistência também é aproveitado para reforçar muros de arrimo, encanamentos de córregos ou na drenagem de gases em aterros sanitários. Em Piracicaba, os pneus servem para conter a erosão do solo. Já, em Limeira, o mesmo produto facilita a drenagem de líquidos percolados de aterros.



Eles são muito úteis, mesmo depois de gastos. Recortando o talão, a parte mais resistente do pneu, podemos fazer até tubulações para água pluvial. Isso acaba trazendo economia para qualquer Prefeitura. Sem falar nos ganhos para a saúde da população, que se vê livre de terríveis doenças decorrentes da má destinação dos pneus inservíveis.

A rede Dpaschoal, em parceria com a fabricante Goodyear, já mantém um processo de coleta de pneus com foco na destinação correta do produto usado e deixado nas mais de 180 lojas espalhadas pelo País. A empresa Midas Elastômeros do Brasil, sediada em Itupeva, recicla anualmente seis milhões de pneus. Com esta iniciativa, o rendimento previsto do grupo para este ano é de R\$ 100 milhões.

O mesmo pneu velho que incomoda e ameaça a saúde da população nos aterros sanitários e lixões também pode garantir uma viagem tranquila pelas estradas do País. Um trecho de dois quilômetros da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga o Sul ao Nordeste do Brasil, está utilizando o inédito "asfalto ecológico" e chegando a ótimos resultados. No trecho da estrada que passa pela cidade gaúcha de Guaíba - entre os quilômetros 318 e 320 - cerca de 700 pneus foram derretidos e unidos à massa asfáltica para reforçar toda a estrutura e, de quebra, acabar com os insistentes buracos que colocam em risco quem passava pelo local. A iniciativa partiu dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Outro trabalho interessante é o desenvolvido pela concessionária Ecovia Caminho do Mar, que administra a BR-277, que liga Curitiba (PR) a Paranaguá (PR). Do quilômetro 51 ao 56, toda a estrada será coberta pelo asfalto reforçado com pedaços de pneus.

Além de estradas mais qualificadas para escoar a produção nacional, a matéria-prima retirada dos pneus ainda pode cumprir imenso papel social. Em bairros carentes, que lutam anos a fio para contar com o mínimo de asfalto em suas ruas, a alternativa ecológica também se torna viável.



A preocupação com o meio ambiente garantiu à indústria brasileira de pneus um retorno significativo em 2005. No ano passado, o sistema de coleta de pneus velhos, coordenado pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), registrou o total de 100 milhões de pneus coletados, desde que o Programa de Coleta e Destinação de Pneus teve início, em 2002. Desse modo, todo material recolhido deixou de poluir a natureza para ser utilizado como matéria-prima em aplicações alternativas.

O objetivo desta proposição é estabelecer regras mais claras com relação ao recolhimento, à armazenagem e ao encaminhamento dos pneus considerados inservíveis à reciclagem, em todo o Brasil. Para isso, deve-se contar com a colaboração das prefeituras, da indústria e dos distribuidores, bem como dos borracheiros e dos proprietários de oficinas. A responsabilidade pelos pneus encontrados irregularmente não pode recair totalmente sobre os fabricantes e importadores de pneus. A população como um todo também será chamada a fazer sua parte, encaminhando os pneus usados para um posto de coleta, evitando que esses objetos potencialmente tão danosos à natureza remanesçam abandonados nos quintais, lixões ou jogados nas ruas.

Assim, todos terão cidades mais limpas, livres, inclusive, de criadouros para o mosquito da dengue e outras pestes, o que repercute favoravelmente na área da saúde pública. Os lucros para o meio-ambiente que advêm com a reciclagem são também óbvios. Espero, portanto, contar com o apoio dos nobres colegas desta Casa das leis.

Sala das Sessões, em 1 de julho de 2008.

Deputado **MANATO**

PDT/ES

PROJETO DE LEI N.º 3.795, DE 2008

(Da Sra. Rebecca Garcia)

Obriga os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes ao recolhimento das mesmas para destinação adequada.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1724/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes ficam obrigados a promover o recolhimento, a reciclagem e a descontaminação das lâmpadas fluorescentes comercializadas no país.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator às penas do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor um ano após sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As lâmpadas de mercúrio de baixa pressão, também conhecidas como lâmpadas fluorescentes, constituem-se objetos de consumo de extrema utilidade e elevada capacidade de produzir impactos ambientais. A utilidade deriva da economia energética e das características dessas lâmpadas de garantir índices de reprodução de cores de até 85%, tornando muito mais nítidos os objetos iluminados, pois aproximam-se das características da iluminação natural (solar). Já os impactos ambientais negativos decorrem principalmente da presença de mercúrio, que é liberado quando se quebram as lâmpadas, podendo ser inalado por quem estiver próximo, além de ser um sério contaminante ambiental.¹



A NBR 10004 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) classificou as lâmpadas de vapor metálico como resíduo Classe I (perigoso). Já a NR-15 do Ministério do Trabalho, que trata das atividades e operações em locais insalubres, lista o mercúrio como um dos principais agentes nocivos a afetar a saúde do trabalhador.

No Brasil são consumidas entre 80 e 100 milhões de lâmpadas fluorescentes por ano, dependendo da fonte consultada. Desse total, entre 94 e 98% são descartadas em aterros sanitários, sem nenhum tipo de tratamento, contaminando o solo e a água com metais pesados. Como os custos com transporte especial são grandes, os consumidores acabam estocando as lâmpadas estragadas, ou simplesmente jogando-as no lixo.

Alguns estados e municípios se adiantaram e criaram leis próprias, obrigando o correto descarte de resíduos perigosos. Desejamos estender essa obrigação a todo o território nacional, considerando-a como responsabilidade pós-consumo, ou seja, a responsabilidade solidária do fabricante, do distribuidor, do importador e do comerciante, de arcar com o custo da coleta e destinação ambientalmente adequada de seu produto ao final de seu ciclo de vida útil.

Assumindo essa responsabilidade pós-consumo, estaremos estimulando a proteção da saúde humana e do meio ambiente, o consumo responsável de lâmpadas fluorescentes e o mercado de recicláveis. As opções de descarte correto de lâmpadas fluorescentes ampliam-se gradualmente em nosso país:

- No Estado de São Paulo, há lojistas que aceitam as lâmpadas usadas e se comprometem com seu frete e reciclagem, com a devida descontaminação, junto à uma indústria licenciada para esta atividade.
- Também no Estado paulista uma empresa do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas – Cietec da Universidade de São Paulo – USP desenvolveu um sistema que recupera os componentes presentes nas lâmpadas, reaproveitando mais de 98% da matéria-prima utilizada na fabricação. Por meio de um sistema de vácuo associado a alta temperatura, o equipamento separa o mercúrio, metal tóxico com alto risco de contaminação, de outros elementos, como cobre, pó fosfórico, vidro e alumínio.



- Um grupo de professores do Departamento de Química da Universidade Estadual de Londrina está desenvolvendo um processo de descontaminação e reciclagem de materiais que compõem as lâmpadas fluorescentes. A equipe conseguiu separar, em laboratório, a poeira fosforosa das lâmpadas, composta por cálcio, mercúrio, fosfato e outros elementos em pequenas concentrações. Com essa descontaminação, o vidro, o cobre e o alumínio utilizados na estrutura das lâmpadas ficam aptos a serem reciclados. Outro elemento passível de reciclagem é o mercúrio, que inclusive não tem extração no Brasil, tendo que ser importado para fabricação das próprias lâmpadas. O restante da poeira fosforosa pode ser lançado em solos degradáveis por não oferecer risco de contaminação ao meio ambiente.²
- Na tentativa de dar destinação correta e em larga escala para lâmpadas fluorescentes, uma empresa de Curitiba desenvolveu um equipamento portátil que pode ser utilizado em qualquer lugar com grande quantidade de lâmpadas. Armazena com segurança todos os componentes, separando-os e possibilitando a reutilização dos resíduos.³

São iniciativas pioneiras, que transformam resíduos em matéria prima, com um imensurável ganho ambiental. No entanto são esparsas, localizadas em algumas regiões do país, e carecem de um incentivo em escala nacional. Cremos que a aprovação de uma norma específica, tomando a descontaminação um imperativo legal, e não apenas uma opção voluntária, seria rapidamente assimilado pelo mercado como uma oportunidade, mais que um custo, motivo pelo qual contamos com os ilustres parlamentares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2008.

Deputada REBECCA GARCIA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998



Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais**

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

Art. 57. (VETADO)

NR 15 - NORMA REGULAMENTADORA 15

ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES

15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.ºs 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 Revogado pela Portaria nº 3.751, de 23-11-1990 (DOU 26-11-90)



15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.ºs 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.ºs 7, 8, 9 e 10.

15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.

15.2 O exercício de trabalho em condições de insalubridade, de acordo com os subitens do item anterior, assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo* da região, equivalente a: (115.001-4/11)

(*) Com a publicação da Súmula Vinculante n.º 4 do STF, a partir de 09 de maio de 2008 a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário base do empregado e não o salário mínimo.

15.2.1 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

15.2.2 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

15.2.3 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo;

15.3 No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.

15.4 A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

15.4.1 A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância; (115.002-2 / 14)

b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

15.4.1.1 Cabe à autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, comprovada a insalubridade por laudo técnico de engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, devidamente habilitado, fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização.

15.4.1.2 A eliminação ou neutralização da insalubridade ficará caracterizada através de avaliação pericial por órgão competente, que comprove a inexistência de risco à saúde do trabalhador.

15.5 É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho, através das DRTs, a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou determinar atividade insalubre.

15.5.1 Nas perícias requeridas às Delegacias Regionais do Trabalho, desde que comprovada a insalubridade, o perito do Ministério do Trabalho indicará o adicional devido.

15.6 O perito descreverá no laudo a técnica e a aparelhagem utilizadas.

15.7. O disposto no item 15.5. não prejudica a ação fiscalizadora do MTb nem a realização ex-officio da perícia, quando solicitado pela Justiça, nas localidades onde não houver perito.

PROJETO DE LEI N.º 3.825, DE 2008

(Do Sr. Valdir Colatto)

Obriga os fabricantes e importadores a procederem à coleta e descarte adequado das lâmpadas de mercúrio de baixa pressão.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-1724/1999.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes e os importadores de lâmpadas de mercúrio de baixa pressão ficam obrigados a receber e dar às mesmas destinação adequada.

§ 1º Considera-se lâmpadas de mercúrio de baixa pressão aquelas que contenham em suas composições mercúrio e seus compostos.

§ 2º A coleta, descontaminação, reciclagem e disposição final dos componentes das lâmpadas citadas no *caput* e de seus resíduos serão realizadas na forma que dispuserem os órgãos ambientais competentes.

§ 3º As empresas a que se refere o *caput*, individualmente ou em conjunto, deverão manter uma rede de coleta de lâmpadas com postos localizados preferencialmente nos locais de aquisição das mesmas.

Art. 2º Os fabricantes e os importadores das lâmpadas citadas no art. 1º deverão manter programas de esclarecimento aos consumidores, acerca da importância de entregarem os produtos na rede de postos de coleta.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As lâmpadas de mercúrio de baixa pressão (lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de luz mista, etc.) doravante denominadas de lâmpadas fluorescentes, para simplificar o texto, foram inventadas



em 1938, e apresentam vantagens incontestáveis em relação às lâmpadas incandescentes. A eficiência luminosa é de três a seis vezes superior à das demais lâmpadas, e apresentam vida útil até 15 vezes maior. Por tais características de economia de energia e durabilidade, tornaram-se padrão no uso doméstico e institucional. Respondem hoje por 70% da iluminação artificial no mundo.

Do ponto de vista ambiental, se por um lado as lâmpadas fluorescentes economizam energia e matérias primas, por outro lado seu descarte oferece sérios riscos ambientais. A composição das lâmpadas inclui vapor de mercúrio, cádmio, chumbo, níquel, antimônio, cromo, bário e outros metais com distintos níveis de toxidez.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama aprovou a Resolução nº 257/1999, estabelecendo que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados. Embora as lâmpadas fluorescentes apresentem as mesmas substâncias tóxicas, não há obrigação de reciclagem ou descarte seguro das mesmas. Para suprir essa lacuna, alguns estados e municípios brasileiros já proibem o descarte comercial de resíduos que contenham metais pesados junto ao lixo doméstico. É o caso, por exemplo, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Americana, em São Paulo.

Já operam, no Brasil, pelo menos quatro empresas, em três estados diferentes, que procedem à reciclagem de lâmpadas fluorescentes, e a prática também é comum em outros países. Inexiste, portanto, um obstáculo tecnológico a ser transposto, e entendemos que a obrigação legal de dar destino adequado aos resíduos estimulará o setor a se organizar para atingir esta importante meta ambiental.

Por esses motivos, apresentamos o projeto de lei aqui exposto, e contamos com a presteza dos nobre parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2008.

Deputado Valdir Colatto



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 257, DE 30 DE JUNHO DE 1999

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo Único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no caput deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente.(NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química.(NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo, e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico. (NBR 7039/87);



IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor.(NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel, ou ainda tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletro-eletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletro-eletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.070, DE 2008

(Do Sr. Juvenil)

Dispõe sobre benefício fiscal incidente na produção de papel reciclado.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-904/2007.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo, em conformidade com as Leis tributárias específicas, concederá benefício fiscal à produção de papel reciclado, suficiente à redução do preço final deste.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (centro e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei cuida de determinar que o Poder Executivo conceda benefício fiscal incidente sobre a produção de papel reciclado, suficiente a acarretar a redução do preço final deste produto e a induzir o consumidor a preferir o papel reciclado ao papel convencional. Aqui optamos por não especificar qual o benefício fiscal e em que dimensão, para que o Poder Executivo possa avaliar os impactos desta Lei no orçamento público e, assim, buscar a melhor execução desta Lei sem dispor do interesse público.

O uso do papel é tão difundido que ninguém imagina viver sem ele. Todos os dias, invariavelmente, manuseamos papel na forma de jornais, revistas, cadernos, panfletos, livros, extratos bancários.

O que pouca gente sabe é que a cada tonelada de papel



produzida são gastos de duas a três toneladas de madeira. Isto representa cerca de dez árvores abatidas. E ainda é importante ressaltar que no processo de produção de papel é utilizado uma grande quantidade de água (mais do que qualquer outra atividade industrial) e é consumida grande quantidade de energia (está em quinto lugar na lista das que mais consomem energia). Há também o uso de produtos químicos altamente tóxicos na separação e no branqueamento da celulose, o representa um sério risco para a saúde humana e para o meio ambiente, comprometendo a qualidade da água, do solo e dos alimentos.

A verdade é que todo esse material (ou grande parte dele) poderia ser reaproveitado, transformando-se em novos produtos, através da reciclagem. Mas, infelizmente, o papel reciclado para impressão é mais caro do que o papel fabricado a partir de matéria prima virgem e por isso torna-se cada vez mais "prático" e "barato" continuar a produção e o consumo de papel convencional (produzido a partir de matérias virgens).

Muitos são os fatores que fazem com que os empresários resistam a investir na produção de papel reciclado, dentre eles, já existe um processo centenário de fabricação de papel "virgem" e a fabricação de papel reciclado para impressão é relativamente nova e ainda precisa de tempo para se estruturar e ser competitiva. Ainda há pouca concorrência no mercado de papel reciclado para impressão (o que faz com que o preço permaneça elevado em relação ao papel virgem).

O papel reciclado no Brasil está basicamente restrito ao uso corporativo e enquanto for produto de um nicho de mercado também se mantém com valor mais alto. Porém, a tendência é que nos próximos anos a utilização de papel reciclado seja algo comum e, por isso, é necessário que esta prática ambiental seja urgentemente incentivada no Brasil.

Reciclar papel e papelão não só ajuda a reduzir o volume de lixo como evita a derrubada de árvores. No Brasil, apenas 37% do papel produzido vai para a reciclagem. De todo o papel reciclado, 80% é destinado à confecção de embalagens, 18% para papéis sanitários e apenas 2% para impressão. O atual desafio é aumentar a produção e construir um mercado mais competitivo para os reciclados. Porém, o setor esbarra na precariedade do sistema de coleta seletiva e



no elevado custo tributário.

Atualmente quando uma pessoa compra papel virgem, evidentemente paga impostos. E quando este mesmo papel é transformado em papel reciclado, uma nova carga de impostos é gerada para o papel que já estava taxado, onerando cada vez mais o produto.

Por todos os motivos supracitados, é de fundamental importância que os governos passem a incentivar o setor industrial para a fabricação de reciclados através da redução de impostos.

Diante do avanço que este projeto de lei pode produzir no consumo de papel reciclado e proteção do meio ambiente, esperamos contar com o necessário apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2008.

Deputado JUVENIL
Líder do PRTB

PROJETO DE LEI N.º 4.177, DE 2008

(Do Sr. Léo Vivas)

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor de reciclagem e do setor metal mecânico.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2497/2007.

APRECIACÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedido às empresas que se dediquem à reciclagem de vidro, plástico, papel, pneu e metal, os seguintes benefícios fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e do Imposto sobre a Importação - II:

I – crédito presumido correspondente ao valor da alíquota do IPI incidente sobre operação promovida por estabelecimento industrial nas saídas dos produtos reciclados;

II – diferimento do IPI e do II incidentes sobre as importações de máquinas, equipamentos, peças, partes e acessórios destinados a integrar o ativo fixo das empresas, para o momento da alienação ou eventual saída desses bens;

III – diferimento do IPI sobre a aquisição, no mercado interno, de máquinas, equipamentos, peças, partes, acessórios e materiais destinados a integrar o ativo fixo das empresas, para o momento da alienação ou eventual saída desses bens.

§ 1º Nas aquisições internas de máquinas, equipamentos, peças, partes e acessórios destinados a integrar o ativo fixo das empresas, o imposto será de responsabilidade do estabelecimento adquirente da mercadoria, na qualidade de contribuinte substituto, e recolhido no momento da alienação ou saída dos respectivos bens.

§ 2º Nas operações internas de entrada de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, o imposto será de



responsabilidade do estabelecimento adquirente do produto final, na qualidade de contribuinte substituto, e apurado de forma global no momento da venda dos produtos fabricados.

§ 3º Os impostos incidentes sobre as importações de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem serão apurados de forma global no momento da venda dos produtos fabricados.

§ 4º Perderá o direito ao tratamento tributário previsto neste artigo, com a conseqüente restauração da sistemática normal de apuração dos impostos e a imediata devolução aos cofres públicos, com os acréscimos legais devidos, de todos os valores não recolhidos, decorrentes do benefício concedido, o contribuinte que, ao longo do gozo do benefício, apresentar qualquer irregularidade com relação ao cumprimento das exigências previstas no art. 5º desta lei.

§ 5º Não será permitido às empresas beneficiadas o aproveitamento de qualquer crédito relativo às operações de entrada de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem necessários às suas atividades.

Art. 2º As empresas do setor metal mecânico terão reduzida as bases de cálculo do IPI e do II, na proporção de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), nas operações de saídas internas.

Art. 3º Os benefícios estabelecidos nesta Lei não se aplicam ao contribuinte que: possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com a Fazenda Pública Federal, cuja exigibilidade não esteja suspensa.

Art. 4º Os incentivos fiscais previstos nesta Lei vigorarão até o último dia útil do décimo ano subsequente ao da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É crescente em nosso País a geração de resíduos sólidos. Torna-se necessário, pois, a instituição de benefícios fiscais no sentido de incentivar a reciclagem desses resíduos.

Estas são as razões pelas quais propomos, no presente projeto de lei, a concessão de incentivos fiscais no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e do Imposto sobre a Importação – II.



Por se tratar de proposta com grande alcance social e econômico, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 2008.

Deputado LÉO VIVAS

PROJETO DE LEI N.º 4.193, DE 2008

(Do Sr. Brizola Neto)

Institui benefício fiscal para produtos fabricados com material reciclado.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-904/2007.

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI incidente sobre mercadorias que utilizem como matéria prima papel ou plástico reciclado.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se material reciclado a matéria prima obtida pelo reaproveitamento de produtos descartados do sistema de produção ou de consumo com o intuito de reintroduzi-los na cadeia produtiva para fabricação de novas mercadorias.

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do IPI incidente sobre produtos classificados nos capítulos 39 (plásticos e suas obras) e 48 (papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão) da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM em que na fabricação utilizou-se material reciclado.

Parágrafo único. Para ter direito ao benefício de que trata o *caput*, a composição do produto deve possuir no mínimo 80% (oitenta por cento) de material reciclado.

Art. 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá alterar o percentual de que trata o parágrafo único do art 3º, assim como estabelecer novos critérios para utilização do benefício, por classificação fiscal do produto conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A reciclagem é um processo industrial que reaproveita o lixo descartado, seja ele originado da própria produção ou do consumo. De acordo com o portal Ambiente Brasil, somente a cidade de São Paulo produz 12.000 toneladas de lixo por dia. Em uma semana, essa produção é capaz de encher um estádio de futebol para 80 mil pessoas! Estima-se que o Brasil desperdiça R\$4,6 bilhões a cada ano por não reciclar tudo que poderia.

Cada 50 quilos de papel reciclado evita que uma árvore seja cortada. Cada garrafa *pet* pode demorar até 1 milhão de anos para se decompor. O desenvolvimento da indústria de reciclagem pode oferecer alternativa digna de emprego a milhares de indivíduos que sobrevivem em condições precárias nos aterros sanitários das grandes cidades. Infere-se, portanto, que a reciclagem de papel e plástico traz benefícios nas áreas social, econômica e ambiental.

A proposta apresentada tem como objetivo estimular a fabricação de produtos com material reciclado. Para isso, reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI incidente sobre mercadorias fabricadas com papel e plástico reciclados. Mais do que beneficiar o setor de reciclagem, o incentivo possibilita a redução dos preços dessas mercadorias, estimulando o incremento de seu consumo.

Adicionalmente, a medida não trará prejuízos ao Estado, pois, ocorrendo o aumento na reciclagem de materiais descartados, a renúncia na arrecadação do imposto estará plenamente compensada pela economia obtida pela reutilização de dejetos cujo tratamento traz enormes custos ao Estado na área de saneamento básico, além de evitar outros custos indiretos na área de saúde.

Por essas razões, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2008.

Deputado Brizola Neto

PROJETO DE LEI N.º 4.195, DE 2008

(Da Sra. Rebecca Garcia)

Dispõe sobre as embalagens de polietilenotereftalato (PET) pós-consumo reciclado e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3750/1997.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei consideram-se:

I – PET pós-consumo: é o material proveniente de embalagens de polietilenotereftalato ou artigos precursores usados e que se obtêm a partir dos resíduos sólidos;

II – PET de descarte industrial: é o material de descarte proveniente de embalagens de polietilenotereftalato ou artigos precursores das mesmas, gerados no estabelecimento industrial que elabora embalagens, artigos precursores ou alimentos.

Art. 2º A aquisição, por estabelecimentos industriais, de PET pós-consumo ou de PET de descarte industrial para utilização como matéria-prima ensejará ao adquirente o direito à fruição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, conforme regulamento a ser expedido pela autoridade federal competente.

Parágrafo único. O *caput* deste artigo será regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º As embalagens do tipo PET deverão conter, no mínimo, os seguintes percentuais de PET pós-consumo reciclado:

I – 20%, no período de 180 dias até dois anos após a publicação desta Lei.



II – 30%, no período de dois anos até três anos a contar da publicação desta Lei.

III – 40%, a partir do terceiro ano da publicação desta Lei.

§ 1º Os fabricantes de produtos que utilizam embalagens PET disporão de 180 dias para se adaptarem às disposições desta Lei.

§ 2º No caso de embalagens de PET pós-consumo reciclado, destinado a entrar em contato com alimentos, os percentuais serão decrescidos em 10% a cada período previsto neste artigo.

Art. 4º O PET pós-consumo reciclado, destinado a entrar em contato com alimentos, deverá estar de acordo com os critérios técnicos para descontaminação do produto exigidos pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. O descumprimento da exigência estabelecida no *caput* deste artigo configura infração sanitária e sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto, de 1977.

Art. 5º Na embalagem PET pós-consumo reciclada, deverá constar, de forma legível, a identificação do produtor, o número de lote ou codificação que permita sua rastreabilidade e a expressão "PET-PCR".

Art 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Informe Analítico da Situação da Gestão Municipal de Resíduos, do Ministério das Cidades, o Brasil produziu, em 2006, cerca de 149 mil toneladas de resíduos sólidos, dos quais apenas 9% são recicladas.

As embalagens de alimentos, por sua vez, respondem por dois terços do volume total de resíduos sólidos produzidos no Brasil, entre as quais se encontram as embalagens do tipo PET. O Brasil é hoje o terceiro maior consumidor mundial de PET para produção de garrafas no mundo. Em 2004, segundo o CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), apenas nas regiões metropolitanas foram consumidas 6 bilhões de embalagens de PET.

O PET - o plástico mais utilizado pela indústria de bebidas por ser resistente e leve, reduzindo custos da indústria de produtos embalados - é



considerado por ambientalistas como o grande vilão dos resíduos sólidos, devido à demora em sua decomposição (aproximadamente 100 anos), causando enormes prejuízos ambientais. A Anvisa estima que, em 2007, 184 mil toneladas, ou 50% do total de garrafas PET, não foram recicladas.

O grande desafio da reciclagem reside na logística reversa, que permita que a matéria-prima usada chegue às empresas fabricantes de produtos reciclados. Nesse contexto, a definição do papel e da participação dos agentes econômicos nessa cadeia – indústrias de embalagens, indústrias de produtos embalados, governos e consumidores – não é clara nem tampouco simples, gerando polêmicas e indefinições.

Outra grande dificuldade para a reciclagem é a ausência de coleta seletiva de lixo na maioria das cidades brasileiras. Dessa forma, é freqüente que catadores busquem a matéria-prima para reciclagem em aterros sanitários, misturadas ao lixo orgânico. No caso do PET, que exige grande descontaminação para a produção de embalagens, este problema é agravado, especialmente, para as embalagens usadas para acondicionar alimentos e bebidas.

Por esse motivo, até recentemente, não era permitido, por determinação da Anvisa, que as embalagens de PET recicladas fossem usadas para o acondicionamento de alimentos e bebidas. Assim, a maior parte do PET reciclado é utilizado na produção de poliéster para a indústria têxtil e na fabricação de escovas, vassouras e outros objetos.

Porém, com a edição da Resolução da Anvisa – RDC nº 20, de 26 de março de 2008 -, foram estabelecidos requisitos gerais e critérios de avaliação, autorização e registro de embalagens de PET reciclado, destinadas a entrar em contato com alimentos. Assim, somente o PET pós-consumo reciclado descontaminado de grau alimentício – que é obtido por meio de tecnologia de reciclagem com alta eficiência de descontaminação e sujeito a procedimento de validação normalizado ("challenge test") - pode ser utilizado na fabricação de embalagens recicladas destinadas a entrar em contato direto com alimentos.

Com a publicação da referida Resolução e contando o País com tecnologia e capacidade produtivas necessárias para a produção da embalagem reciclada, julgamos que o caminho correto é estipular um percentual



mínimo de embalagens recicladas a ser utilizado pela indústria de produtos embalados. Ao gerar demanda pelo produto reciclado, essa medida gera incentivos para o desenvolvimento dos demais elos da cadeia da reciclagem, criando condições para a logística reversa da reciclagem do PET.

Outro incentivo que, a nosso ver, é imprescindível para o funcionamento do mercado, diz respeito ao tratamento tributário dispensado a esse setor. Cabe destacar que o único material reciclável que não é isento de IPI é o plástico. A esse respeito, foi editada Medida Provisória (MP nº 75, de 24 de outubro de 2002), que concedia direito a crédito presumido de IPI à empresa que adquirisse resíduos plásticos para reciclagem. Essa MP, que visava a equalizar os tratamentos dispensados à matéria-prima virgem e à reciclada, foi rejeitada, em 18 de dezembro de 2002, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Como forma de corrigir tal distorção, sugerimos reapresentar o conteúdo dessa MP, no que diz respeito à reciclagem de plásticos. Tal medida, ao reduzir o custo da reciclagem de PET e outros plásticos, torna a atividade mais rentável, estimulando a reciclagem e, portanto, desestimulando a produção de lixo.

Os benefícios da reciclagem de PET são inúmeros: utiliza apenas 30% da energia necessária para a produção da resina virgem; o PET pode ser reciclado várias vezes; fortalece e movimenta um setor com grande capacidade de geração de empregos e renda, especialmente, entre os estratos mais pobres da população; e, finalmente, produz grande impacto positivo sobre o meio-ambiente.

Pelos motivos expostos, solicitamos aos nobres Pares o apoio ao projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2008.

Deputada REBECCA GARCIA



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 1º As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as configuradas na presente Lei.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

.....

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 75, DE 24 DE OUTUBRO DE 2002

(Rejeitada, através de Ato do Presidente da Câmara dos Deputados)

Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente à atividade de agência de viagem.

Art. 2º Poderão ser objeto de parcelamento os débitos relativos aos tributos e contribuições de pessoa jurídica optante pelo Simples.

§ 1º O disposto neste artigo aplicar-se-á segundo as normas de parcelamento aplicáveis aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do



Ministério da Fazenda, ainda que se refiram a débitos administrados por outros órgãos federais ou da competência de outra entidade federada.

§ 2º Constitui hipótese de exclusão do Simples a rescisão do parcelamento por falta de pagamento de parcelas, conforme dispuserem as normas referidas no § 1.

§ 3º A exclusão, na hipótese referida no § 2, produzirá efeito a partir do ano-calendário subsequente ao da rescisão do parcelamento.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril 2000, ou no parcelamento a ele alternativo.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA**

RESOLUÇÃO - RDC Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 2008

Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre embalagens de polietilenotereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício) destinados a entrar em contato com alimentos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 18 de março de 2008, e

considerando a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos, visando à proteção da saúde da população;

considerando a necessidade de segurança de fabricação e uso de embalagens produzidas com polietilenotereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício em contato com alimentos;

considerando o estabelecido no item 9 das Disposições Gerais da Resolução GMC nº 56/92: que seja possível estudar processos tecnológicos especiais de obtenção de resinas a partir de materiais recicláveis;

considerando que os estudos realizados avaliam a inclusão de novas tecnologias para o reciclado de PET pós-consumo e são fundamentados na avaliação da segurança de uso do material mencionado;

considerando que é conveniente dispor de uma regulamentação comum sobre as embalagens de PET pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício);

considerando que, por consequência, os Estados Parte acordaram regulamentar as embalagens de PET-PCR grau alimentício destinados a entrar em contato com alimentos;



considerando que a harmonização dos Regulamentos Técnicos tende a eliminar os obstáculos que geram as diferenças nas regulamentações nacionais vigentes, dando cumprimento ao estabelecido no Tratado de Assunção;

considerando que este Regulamento Técnico contempla as solicitações dos Estados Partes do Mercosul; adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Aprovar o "Regulamento Técnico sobre embalagens de polietilnotereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício) destinados a entrar em contato com alimentos", que consta como Anexo da presente Resolução.

Art. 2º O descumprimento desta Resolução constitui infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais disposições aplicáveis.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE EMBALAGENS DE POLIETILENOTEREFTALATO (PET) PÓS-CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO (PET-PCR GRAU ALIMENTÍCIO) DESTINADOS A ENTRAR EM CONTATO COM ALIMENTOS

1. ALCANCE

1.1 Objetivo

Estabelecer os requisitos gerais e os critérios de avaliação, aprovação/autorização e registro de embalagens de PET elaborados com proporções variáveis de PET virgem (grau alimentício) e de PET pós-consumo reciclado descontaminado (grau alimentício), destinados a entrar em contato com alimentos.

1.2. Âmbito de aplicação

O presente Regulamento se aplica aos produtos finais (embalagens de PET-PCR grau alimentício), artigos precursores dos mesmos e matéria-prima (PET-PCR grau alimentício).

2. DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste Regulamento se consideram:

2.1. PET de descarte industrial: é o material de descarte proveniente de embalagens ou artigos precursores dos mesmos, ambos de grau alimentício, gerado no estabelecimento industrial que elabora embalagens, artigos precursores e/ou alimentos, e que não se recupera a partir dos resíduos sólidos domiciliares.

Não inclui o "scrap".

2.2. "Scrap" (Aparas de processo): PET de grau alimentício que não está contaminado nem degradado, que se pode reprocessar com a mesma tecnologia de transformação que o originou, e que pode ser utilizado para a fabricação de embalagens e materiais destinados a entrar em contato com alimentos.



2.3. PET pós-consumo: é o material proveniente de embalagens ou artigos precursores usados, ambos de grau alimentício, e que se obtêm a partir dos resíduos sólidos para os efeitos de aplicar as tecnologias de descontaminação.

2.4. Procedimento de validação normalizado ("challenge test" ou equivalente): protocolo de análise destinado a avaliar a eficiência de eliminação de contaminantes modelo da tecnologia de reciclagem física e/ou química com que se processa o PET pós-consumo e/ou de descarte industrial. O mesmo está estabelecido ou reconhecido pelo Food and Drug Administration (FDA) dos EUA, pela European Food Safety Authority (EFSA), pela Direção Geral de Sanidade e Proteção dos Consumidores (Directorate General of Health and Consumer Protection) da Comissão Europeia, pelas Autoridades Sanitárias Competentes dos Estados Membros da União Europeia, ou por aquele que no futuro seja consensuado no âmbito do MERCOSUL.

2.5. Contaminantes modelo ("surrogates"): substâncias utilizadas nos ensaios de validação ("challenge test" ou equivalente) das tecnologias de reciclagem física e/ou química, para avaliar sua eficiência de descontaminação, e que são representativas dos potenciais contaminantes presentes no PET pós-consumo e/ou de descarte industrial.

2.6. Autorizações especiais de uso: são as Cartas de não Objeção ("no objection letter" ou "NOL") ao uso de PET-PCR grau alimentício, ou as Aprovações ou Decisões referentes ao seu uso, emitidas pelo Food and Drug Administration (FDA) dos EUA, pela European Food Safety Authority (EFSA), pela Direção Geral de Sanidade e Proteção dos Consumidores (Directorate General of Health and Consumer Protection) da Comissão Europeia, pelas Autoridades Sanitárias Competentes dos Estados Membros da União Europeia, ou por aquele que no futuro seja consensuado no âmbito do MERCOSUL.

2.7. PET-PCR grau alimentício (PET pós-consumo reciclado descontaminado de grau alimentício):

- é o material proveniente de um fornecedor de PET pós-consumo e/ou de descarte industrial;
- obtido por meio de uma tecnologia de reciclagem física e/ou química com alta eficiência de descontaminação, que tenha sido demonstrada submetendo-a a um procedimento de validação normalizado ("challenge test" ou equivalente), e que por isso, conta com autorizações especiais de uso, validadas pela Autoridade Nacional Competente;
- e que pode ser utilizado na elaboração de embalagens em contato direto com os alimentos.

2.8. Embalagens de PET-PCR grau alimentício: embalagens fabricadas com proporções variáveis de PET virgem e de PET-PCR grau alimentício, destinadas a entrar em contato com alimentos.

2.9. Artigos precursores de embalagens de PET-PCR grau alimentício: materiais semi-elaborados ou intermediários (películas, lâminas e pré-formas), fabricados com proporções variáveis de PET virgem e de PET-PCR grau alimentício, a partir dos quais se elaboram embalagens destinadas a entrar em contato com alimentos.

2.10. Grau alimentício: características próprias da composição dos materiais plásticos virgens que determinam sua adequação sanitária conforme a Regulamentação MERCOSUL correspondente.

No caso dos materiais reciclados implica ainda, a remoção de substâncias contaminantes potencialmente presentes nos mesmos, obtida pela aplicação dos processos de descontaminação das tecnologias de reciclagem física e/ou química validadas, a tais níveis que seu uso não implica em risco sanitário para o consumidor, nem modificam a qualidade

sensorial dos alimentos. Em ambos os casos estas características permitem o uso destes materiais em contato direto com os alimentos.

2.11. Matéria-Prima: é o material destinado à produção de PET-PCR, compreendendo PET de descarte industrial e PET pós consumo, todos de grau alimentício.

.....



PROJETO DE LEI N.º 4.323, DE 2008

(Do Sr. Vital do Rêgo Filho)

Dispõe sobre procedimentos que devem ser adotados pelos fabricantes e importadores de produtos que utilizam pilhas e baterias no território nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4344/1998.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre procedimentos que devem ser adotados pelos fabricantes e importadores de produtos que utilizam pilhas e baterias no território nacional.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de produtos que utilizam pilhas e baterias devem informar:

§ 1º A data de fabricação e o prazo de validade do produto, respectivamente, na embalagem e no corpo da pilha ou bateria.

§ 2º Se a composição química da pilha ou bateria, obedece aos critérios e padrões previstos na Resolução nº 401, de 2008 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente ou outro dispositivo legal que venha a substituí-la.

Parágrafo único. A data de fabricação e o prazo de validade previstos no § 1º, do art. 2º desta lei, devem ser impressos em etiqueta indelével e fixada na embalagem e no corpo da pilha ou bateria, para a sua ulterior verificação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As pilhas e baterias comercializadas em todo o território nacional nem sempre trazem em suas embalagens e principalmente no corpo do produto, a data de fabricação e da validade destas ou no mínimo o seu tempo de vida útil.



Na maioria das vezes os fabricantes e importadores sequer se preocupam em disponibilizar tais dados ao consumidor, ou quando isto acontece, as informações são fixadas somente na embalagem do produto que são descartados, ao invés de colocá-las no corpo das pilhas ou baterias, e também, em material durável ou indelével. Ocorre que por um simples toque ou manuseio nos locais onde são fixados tais dados, estes desaparecem instantaneamente.

Dá a necessidade de se garantir ao consumidor que a data de fabricação e validade das pilhas e baterias sejam impressas em etiquetas indeléveis e aplicadas diretamente nestas para facilitar a sua verificação a qualquer momento.

Frisando ainda que a fabricação das pilhas e baterias devem atender às especificações e critérios estabelecidos pela legislação brasileira. Especificamente no tocante aos limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, que são produtos perigosos, tóxicos e danosos ao meio ambiente, devem obedecer ao previsto na Resolução nº 401, de 04 de novembro último, do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que dispõe ainda, sobre os critérios e padrões para o gerenciamento ambientalmente adequado destes produtos.

Tratando-se de proposição que efetivamente dará maior segurança ao consumidor quanto à verificação dos quesitos referenciados, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 2008.

Deputado Vital do Rêgo Filho

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

RESOLUÇÃO Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008



Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelo art. 7º, incisos VI e VIII e § 3º, do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e o que consta do Processo nº 02000.005624/1998-07, e Considerando a necessidade de minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias;

Considerando a necessidade de se disciplinar o gerenciamento ambiental de pilhas e baterias, em especial as que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando a necessidade de reduzir, tanto quanto possível, a geração de resíduos, como parte de um sistema integrado de Produção Mais Limpa, estimulando o desenvolvimento de técnicas e processos limpos na produção de pilhas e baterias produzidas no Brasil ou importadas;

Considerando a ampla disseminação do uso de pilhas e baterias no território brasileiro e a conseqüente necessidade de conscientizar o consumidor desses produtos sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente do descarte inadequado;

Considerando que há a necessidade de conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas ou reduzir o seu teor até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente; e

Considerando a necessidade de atualizar, em razão da maior conscientização pública e evolução das técnicas e processos mais limpos, o disposto na Resolução CONAMA nº 257/99, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e os critérios e padrões para o gerenciamento ambientalmente adequado das pilhas e baterias portáteis, das baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais e das pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, relacionadas nos capítulos 85.06 e 85.07 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM, comercializadas no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considerasse:

I - bateria: acumuladores recarregáveis ou conjuntos de pilhas, interligados em série ou em paralelo;



II - pilha ou acumulador: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão de energia química, podendo ser do tipo primária (não recarregável) ou secundária (recarregável);

III - pilha ou acumulador portátil: pilha, bateria ou acumulador que seja selado, que não seja pilha ou acumulador industrial ou automotivo e que tenham como sistema eletroquímico os que se aplicam a esta Resolução.

IV - bateria ou acumulador chumbo-ácido: dispositivo no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo e o das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico;

V - pilha-botão: pilha que possui diâmetro maior que a altura;

VI - bateria de pilha botão: bateria em que cada elemento possui diâmetro maior que a altura;

VII - pilha miniatura: pilha com diâmetro ou altura menor que a do tipo AAA - LR03/R03, definida pelas normas técnicas vigentes;

VIII - plano de gerenciamento de pilhas e baterias usadas: conjunto de procedimentos ambientalmente adequados para o descarte, segregação, coleta, transporte, recebimento, armazenamento, manuseio, reciclagem, reutilização, tratamento ou disposição final;

IX - destinação ambientalmente adequada: destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta, recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente;

X - reciclador: pessoa jurídica devidamente licenciada para a atividade pelo órgão ambiental competente que se dedique à recuperação de componentes de pilhas e baterias.

XI - importador: pessoa jurídica que importa para o mercado interno pilhas, baterias ou acumuladores ou produtos que os contenham, fabricados fora do país.

Art. 3º Os fabricantes nacionais e os importadores de pilhas e baterias referidas no art 1º e dos produtos que as contenham deverão:

I - estar inscritos no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais - CTF, de acordo com art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

II - apresentar, anualmente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao Instituto Nacional de Metrologia e de Normatização-INMETRO;

III - apresentar ao órgão ambiental competente plano de gerenciamento de pilhas e baterias, que contemple a destinação ambientalmente adequada, de acordo com esta Resolução.

§ 1º Caso comprovado pelo laudo físico-químico de que trata o inciso II que os teores estejam acima do permitido, o fabricante e o importador estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação.

§ 2º Os importadores de pilhas e baterias deverão apresentar ao IBAMA plano de gerenciamento referido no inciso III para a obtenção de licença de importação.

§ 3º O plano de gerenciamento apresentado ao órgão ambiental competente deve considerar que as pilhas e baterias a serem recebidas ou coletadas sejam acondicionadas



adequadamente e armazenadas de forma segregada, até a destinação ambientalmente adequada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, contemplando a sistemática de recolhimento regional e local.

§ 4º O IBAMA publicará em 30 dias, a contar da vigência desta resolução, o termo de referência para a elaboração do plano de gerenciamento.

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializam os produtos mencionados no art. 1º, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores.

Art. 5º Para as pilhas e baterias não contempladas nesta Resolução, deverão ser implementados, de forma compartilhada, programas de coleta seletiva pelos respectivos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e pelo poder público.

Art. 6º As pilhas e baterias mencionadas no art. 1º, nacionais e importadas, usadas ou inservíveis, recebidas pelos estabelecimentos comerciais ou em rede de assistência técnica autorizada, deverão ser, em sua totalidade, encaminhadas para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou importador.

Parágrafo único. O IBAMA estabelecerá por meio de Instrução Normativa a forma de controle do recebimento e da destinação final.

CAPÍTULO II DAS PILHAS E BATERIAS DE PILHAS ELÉTRICAS ZINCO-MANGANÊS E ALCALINO-MANGANÊS

Art. 7º A partir de 1º de julho de 2009, as pilhas e baterias do tipo portátil, botão e miniatura que sejam comercializadas, fabricadas no território nacional ou importadas, deverão atender aos seguintes teores máximos dos metais de interesse:

I - conter até 0,0005% em peso de mercúrio quando for do tipo listado no inciso III do art. 2º desta resolução;

II - conter até 0,002% em peso de cádmio quando for do tipo listado no inciso III do art. 2º desta resolução;

III - conter até 2,0% em peso de mercúrio quando for do tipo listado nos incisos V, VI e VII do art. 2º desta resolução.

IV - conter traços de até 0,1% em peso de chumbo.

CAPÍTULO III DAS BATERIAS CHUMBO-ÁCIDO

Art. 8º As baterias, com sistema eletroquímico chumboácido, não poderão possuir teores de metais acima dos seguintes limites:

I - mercúrio - 0,005% em peso; e

II - cádmio - 0,010% em peso.



Art. 9º O repasse das baterias chumbo-ácido previsto no art. 4º poderá ser efetuado de forma direta aos recicladores, desde que licenciados para este fim.

Art. 10. Não é permitida a disposição final de baterias chumbo ácido em qualquer tipo de aterro sanitário, bem como a sua incineração.

Art. 11. O transporte das baterias chumbo-ácido esgotadas, sem o seu respectivo eletrólito, só será admitido quando comprovada a destinação ambientalmente adequada do eletrólito.

CAPÍTULO IV DAS BATERIAS NÍQUEL-CÁDMIO E ÓXIDO DE MERCÚRIO

Art. 12: O repasse das baterias níquel-cádmio e óxido de mercúrio previsto no art. 4º poderá ser efetuado de forma direta aos recicladores, desde que licenciados para este fim.

Art. 13. Não é permitida a incineração e a disposição final dessas baterias em qualquer tipo de aterro sanitário, devendo ser destinadas de forma ambientalmente adequada.

CAPÍTULO V DA INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. Nos materiais publicitários e nas embalagens de pilhas e baterias, fabricadas no País ou importadas, deverão constar de forma clara, visível e em língua portuguesa, a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após seu uso, serem encaminhadas aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada, conforme Anexo I.

Art. 15. Os fabricantes e importadores de produtos que incorporem pilhas e baterias deverão informar aos consumidores sobre como proceder quanto à remoção destas pilhas e baterias após a sua utilização, possibilitando sua destinação separadamente dos aparelhos.

Parágrafo único. Nos casos em que a remoção das pilhas ou baterias não for possível, oferecer risco ao consumidor ou, quando forem parte integrante e não removíveis do produto, o fabricante ou importador deverá obedecer aos critérios desta Resolução quanto à coleta e sua destinação ambientalmente adequada, sem prejuízo da obrigação de informar devidamente o consumidor sobre esses riscos.

Art. 16. No corpo do produto das baterias chumbo-ácido, níquel-cádmio e óxido de mercúrio deverá constar:

I - nos produtos nacionais, a identificação do fabricante e, nos produtos importados, a identificação do importador e do fabricante, de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, mediante a utilização de etiquetas indelévels, legíveis e com resistência mecânica suficiente para suportar o manuseio e intempéries, visando assim preservar as informações nelas contidas durante toda a vida útil da bateria;



II - a advertência sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente; e

III - a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada para repasse aos fabricantes ou importadores.

Parágrafo único. No caso de importação, as informações de que trata este artigo constituem-se pré-requisito para o desembaraço aduaneiro.

Art. 17. Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes destas pilhas e baterias, ou de produtos que as contenham para seu funcionamento, serão incentivados, em parceria com o poder público e sociedade civil, a promover campanhas de educação ambiental, bem como pela veiculação de informações sobre a responsabilidade pós-consumo e por incentivos à participação do consumidor neste processo.

Art. 18. Os fabricantes e importadores dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão periodicamente promover a formação e capacitação dos recursos humanos envolvidos na cadeia desta atividade, inclusive aos catadores de resíduos, sobre os processos de logística reversa com a destinação ambientalmente adequada de seus produtos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os estabelecimentos de venda de pilhas e baterias referidas no art. 1º devem obrigatoriamente conter pontos de recolhimento adequados.

Art. 20. Os fabricantes e importadores dos produtos abrangidos por esta Resolução, que estejam em operação na data de sua publicação, terão prazo de até 12 meses para cumprir o disposto no Inciso III do art. 3º

Art. 21. Para cumprimento do disposto nos arts. 4º, art. 5º e caput do art. 6º, será dado um prazo de até 24 meses, a contar da publicação desta resolução.

Art. 22. Não serão permitidas formas inadequadas de disposição ou destinação final de pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Art. 23. O IBAMA, baseado em fatos fundamentados e comprovados, poderá requisitar, a seu critério, amostra de lotes de pilhas e baterias, de quaisquer tipos, produzidos ou importados para comercialização no país, para fins de comprovação do atendimento às exigências desta Resolução, mediante a realização da medição dos teores de metais pesados,



em laboratórios acreditados por órgãos competentes para este fim, signatários dos acordos do "International Laboratory Accreditation Cooperation" - ILAC.

§ 1º Os custos dos ensaios de comprovação de conformidade, realizados no país ou no exterior, assim como os decorrentes de eventuais ações de reparo e armazenamento, correrão por conta do fabricante ou importador das pilhas e baterias.

§ 2º A verificação do não cumprimento das exigências previstas nesta resolução resultará na obrigação para o fabricante ou importador de recolhimento de todos os lotes em desacordo com esta norma.

Art. 24. O órgão ambiental competente, poderá adotar procedimentos complementares relativos ao controle, fiscalização, laudos e análises físico-químicas, necessários à verificação do cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 25. Compete aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades da Administração Pública, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Resolução.

Art. 26. Os fabricantes e importadores dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão conduzir estudos para substituir as substâncias potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o seu teor até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente.

Parágrafo único. Os estudos e resultados mencionados no caput devem ser entregues ao IBAMA, que os avaliará tecnicamente e encaminhará relatório ao CONAMA, respeitados o sigilo industrial e as patentes.

Art. 27. O não-cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação em vigor.

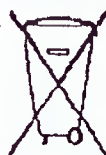
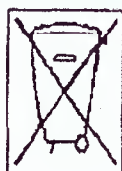
Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 257, de 30 de junho 1999.

CARLOS MINC
Presidente do Conselho

ANEXO

Simbologias adotadas para pilhas e baterias:

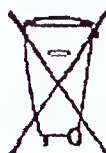
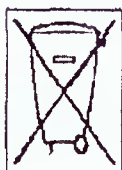
A. Chumbo ácido: Utilizar qualquer das 3 alternativas abaixo:



Se o fabricante ou o importador adotar um sistema de reciclagem poderá utilizar complementarmente a simbologia abaixo.



B. Níquel-cádmio: Utilizar qualquer das 3 alternativas abaixo.



Se o fabricante ou o importador adotar um sistema de reciclagem poderá utilizar complementarmente a simbologia abaixo.



PROJETO DE LEI N.º 4.349, DE 2008

(Do Sr. Edigar Mão Branca)

Institui benefício fiscal para produtos fabricados com material reciclado.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-904/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI incidente sobre mercadorias que utilizem como matéria prima papel, plástico ou borracha reciclados.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se reciclagem a obtenção de matéria prima pelo reaproveitamento de produtos descartados do sistema de produção ou de consumo visando a fabricação de novas mercadorias.

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do IPI incidente sobre produtos em que no processo de fabricação houve reciclagem de material classificado na Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM nos capítulos:

- I – 39 (plásticos e suas obras);
- II – 40 (borracha e suas obras); e
- III – 48 (papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão).

Parágrafo único. Para ter direito ao benefício de que trata o *caput*, a composição do produto fabricado deve possuir no mínimo 70% (setenta por cento) de material reciclado.

Art. 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá alterar em até dez (10) pontos percentuais o limite mínimo de que trata o parágrafo único do art. 3º, assim como estabelecer novos critérios para utilização do benefício, por classificação fiscal do produto conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A palavra reciclagem foi introduzida no contexto internacional ao final da década de 80, quando percebeu-se que as fontes de petróleo e outras matérias-primas não renováveis estavam se esgotando. Reciclar significa Re



(repetir) + cycle (ciclo)¹. O termo reciclagem é genericamente utilizado para designar o reaproveitamento, na fabricação de novos produtos, de material descartado. Suas grandes vantagens são a reutilização de recursos naturais muitas vezes não renováveis e a diminuição do lixo produzido pelos grandes centros urbanos.

A garrafa Pet de refrigerante, por exemplo, pode demorar milhares de anos para se decompor. Fraldas descartáveis, plástico em geral e alumínio levam centenas de anos para voltar à natureza. Nesse contexto, segundo o último censo do IBGE, a quantidade diária de lixo urbano coletado no Brasil é de 228.413 toneladas, o que representa 1,25Kg diários para cada um dos cerca de 182.420.808 habitantes. Desse lixo, de acordo com o mesmo instituto, 76% é jogado a céu aberto.

Atualmente, 52,8% dos municípios brasileiros descartam seus resíduos em lixões. Um lixão é uma área de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Não há nenhum sistema de tratamento de compostos líquidos, que penetram pela terra levando substâncias contaminantes para o solo e para o lençol freático. Moscas, pássaros e ratos convivem com o lixo livremente a céu aberto, ajudando também a propagar doenças².

O Projeto que apresentamos visa estimular o reaproveitamento de boa parte do material descartado pela população por intermédio da reciclagem. Assim, evita-se os efeitos nocivos trazidos pelo acúmulo de lixo nas grandes cidades, além de se auxiliar sensivelmente a preservação ambiental, com a diminuição da poluição, a preservação de florestas e a economia de recursos naturais não-renováveis.

Adicionalmente, o desenvolvimento da indústria de reciclagem traz sensíveis ganhos sociais e econômicos. Oferece uma fonte de renda para parcela da população sem alternativa de emprego, através da coleta de material para reaproveitamento, assim como gera economia aos cofres públicos nas áreas de saneamento básico e saúde. Cabe ressaltar que a renúncia trazida pela redução de alíquota do IPI será mais do que compensada pela economia de recursos públicos nas referidas áreas. Nesse sentido, mais do que uma renúncia fiscal, o benefício



proposto é um investimento indireto do Estado no saneamento básico e na prevenção de doenças.

Além disso, entendemos que a ressalva contida no §3º do art.14 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, deva se aplicar também a matérias de iniciativa do legislativo. Acreditamos que, se há razões para abrir a exceção em relação a Decreto do Poder Executivo, as mesmas, obviamente, são aplicadas a Leis aprovadas pelo legislativo e sancionadas pelo Presidente da República.

Por essas razões, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2008.

Deputado EDIGAR MÃO BRANCA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**CAPÍTULO III
DA RECEITA PÚBLICA**

**Seção II
Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:



I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo ocorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CAPÍTULO IV DA DESPESA PÚBLICA

Seção I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.074, DE 2007

(Do Sr. William Woo)

Dispõe sobre a obrigação dos postos de gasolina, hipermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha e estabelecimentos similares de manter estruturas destinadas à coleta de óleo de cozinha usado e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO;
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os postos de gasolina e hipermercados ficam obrigadas a manter estruturas destinadas à coleta de óleo de cozinha usado.

§1º. Ficam sujeitas à mesma obrigação disposta no *caput* as empresas que façam a comercialização ou distribuição de óleo de cozinha.

§2º. Para o cumprimento a finalidade disposta neste artigo, as empresas referidas darão a devida divulgação das atividades de coleta para que a população tenha conhecimento.

§3º. As estruturas referidas no *caput* deverão apresentar cartazes divulgando formas de armazenamento do óleo usado, os danos que o despejo de óleo pode causar ao meio ambiente e a importância da reciclagem.

Art. 2º As empresas referidas no artigo anterior ficam obrigadas a reciclar os resíduos coletados ou destiná-los a instituições que possam fazer uso ambientalmente sustentável do óleo dispensado.

Parágrafo único. Para a finalidade disposta no *caput*, a empresa poderá contratar serviço de entidades que poderão se responsabilizar pelo encaminhamento dos resíduos aos devidos procedimentos de reciclagem.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje em dia, um dos temas mais caros à humanidade é a proteção da natureza e, em especial, a preservação dos recursos hídricos próprios para o consumo. Diversas são as atividades do homem que trazem consigo gravíssimos danos colaterais para o meio ambiente. Dentre elas, uma das mais nocivas é o despejo de óleo de cozinha, ato tão cotidiano e aparentemente inofensivo.

Diversos estudos apontam para a possibilidade de reciclagem do óleo de cozinha após sua utilização. Mais que isso, tais estudos apontam para a **necessidade** de se proceder com a reciclagem do óleo. Este é, costumeiramente, jogado em lixos ou em pias. Dispensados dessa forma, os restos do óleo usado invariavelmente encerram seu ciclo no solo ou nos rios e oceanos, contaminando milhares de litros de água superficial e subterrânea.

Atualmente, o óleo de cozinha, após seu uso, pode ser destinado à produção de sabão, detergente e mesmo de biocombustíveis. Dessa forma, os referidos resíduos podem, em vez de ser jogados no lixo ou despejados na pia, ser destinados à produção de bens de uso comum, dando ao óleo usado um destino útil e ambientalmente sustentável.

Ocorre, no entanto, que a falta de informação popular nesse sentido faz com que os usuários do óleo de cozinha não tenham noção da utilidade que têm os resíduos, nem tampouco dos malefícios que podem ser causados pelo despejo do óleo ou mesmo pelo armazenamento mal realizado dos resíduos.

Em razão disso e tendo em vista a responsabilidade socioambiental que deve permear a atividade das empresas vendedoras e distribuidoras de óleo, apresento o presente Projeto de Lei para obrigar tais entidades a promover a coleta dos resíduos para seu posterior aproveitamento em

procedimentos de reciclagem. Além disso, os postos de gasolina devem ter igual responsabilidade, devido ao uso dos resíduos de óleo de cozinha na produção de biocombustíveis.

Assim, em face do patente interesse público deste Projeto, conclamamos os ilustres Pares no Congresso Nacional a aprová-lo com a brevidade necessária.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2007.

Deputado WILLIAM WOO

PROJETO DE LEI N.º 2.075, DE 2007

(Do Sr. William Woo)

Dispõe sobre a obrigação das empresas produtoras de óleo de cozinha de informar em seus rótulos sobre a possibilidade de reciclagem do produto e de manter estruturas adequadas para a coleta de óleo dispensado.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2074/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As empresas produtoras de óleo de cozinha ficam obrigadas a manter, nos rótulos de seus produtos, em letras de tamanho legível, advertência informando o seguinte:

I – após seu uso, o óleo não deve ser dispensado na pia, no lixo ou no esgoto, pois pode causar danos ao meio ambiente;

II – o óleo de cozinha é reciclável e, portanto, deve ser guardado em recipiente vedado que permita o transporte seguro e a coleta para uso posterior;

III – a forma adequada de armazenar o óleo usado é guardando-o em garrafa de plástico (pet) após seu resfriamento;

IV – informações a respeito de locais em que os usuários do óleo podem entregar o produto após seu uso.

Parágrafo único. Além do disposto no *caput*, deve constar no rótulo da embalagem de óleo a gravura que simboliza a capacidade de reciclagem do produto.

Art. 2º As empresas produtoras de óleo deverão manter, em locais de fácil acesso à população, estruturas adequadas para a coleta de óleo dispensado.

Parágrafo único. As estruturas a que se refere o *caput* poderão ser mantidas em conjunto com outras empresas produtoras de óleo ou que comercializem o produto, desde que tal acordo não impeça o acesso da população.

Art. 3º Os resíduos de óleo coletados na forma do artigo anterior deverão ser destinados à reciclagem.

Parágrafo único. Para a finalidade disposta no *caput*, a empresa poderá contratar serviço de entidades que poderão se responsabilizar pelo encaminhamento dos resíduos aos devidos procedimentos de reciclagem.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje em dia, um dos temas mais caros à humanidade é a proteção do meio ambiente e, em especial, a preservação dos recursos hídricos próprios para o consumo. Diversas são as atividades do homem que trazem consigo gravíssimos danos colaterais para o meio ambiente. Dentre elas, uma das mais nocivas é o despejo de óleo de cozinha, ato tão cotidiano e aparentemente inofensivo.

Diversos estudos apontam para a possibilidade de reciclagem do óleo de cozinha após sua utilização. Mais que isso, tais estudos apontam para a

necessidade de se proceder com a reciclagem do óleo. Este é, costumeiramente, jogado em lixos ou em pias. Dispensados dessa forma, os restos do óleo usado invariavelmente encerram seu ciclo no solo ou nos rios e oceanos, contaminando milhares de litros de água superficial e subterrânea.

Atualmente, o óleo de cozinha, após seu uso, pode ser destinado à produção de sabão, detergente e mesmo de biocombustíveis. Dessa forma, os referidos resíduos podem, em vez de ser jogados no lixo ou despejados na pia, ser destinados à produção de bens de uso comum, dando ao óleo usado um destino útil e ambientalmente sustentável.

Ocorre, no entanto, que a falta de informação popular nesse sentido faz com que os usuários do óleo de cozinha não tenham noção da utilidade que têm os resíduos, nem tampouco dos malefícios que podem ser causados pelo despejo do óleo ou mesmo pelo armazenamento mal realizado dos resíduos.

Em razão disso e tendo em vista a responsabilidade socioambiental que deve permear a atividade das empresas produtoras de óleo, apresento o presente Projeto de Lei para obrigar tais entidades a informar o público acerca do tema aqui tratado e, também, a manter estruturas destinadas ao recebimento dos resíduos.

Assim, em face do patente interesse público deste Projeto, conclamamos os ilustres Pares no Congresso Nacional a aprová-lo com a brevidade necessária.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2007.

Deputado WILLIAM WOO

PROJETO DE LEI N.º 2.076, DE 2007

(Do Sr. William Woo)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos geradores de óleo de cozinha dispensado de destinarem os resíduos gerados a processo de reciclagem.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2074/2007.

APRECIACÃO:
Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Restaurantes, lanchonetes, cantinas, padarias, empresas produtoras de alimentos, cozinhas industriais e estabelecimentos de natureza similar que utilizarem grandes quantidades de óleo de cozinha para ao menos uma de suas atividades ficam obrigados a destinar a processo de reciclagem os resíduos gerados pelo uso do óleo de cozinha.

Parágrafo único. Para o devido cumprimento dos fins dispostos no *caput*, os referidos estabelecimentos serão responsáveis pelo devido armazenamento dos resíduos antes do encaminhamento à reciclagem.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam autorizados a encaminhar o óleo de cozinha dispensado a instituições ou empresas que se responsabilizem pela reciclagem, pelo encaminhamento a processo de reciclagem ou pelo uso ambientalmente sustentável dos resíduos produzidos pelo uso do óleo de cozinha.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje em dia, um dos temas mais caros à humanidade é a proteção da natureza e, em especial, a preservação dos recursos hídricos próprios para o consumo. Diversas são as atividades do homem que trazem consigo gravíssimos danos colaterais para o meio ambiente. Dentre elas, uma das mais nocivas é o despejo de óleo de cozinha, ato tão cotidiano e aparentemente inofensivo.

Diversos estudos apontam para a possibilidade de reciclagem do óleo de cozinha após sua utilização. Mais que isso, tais estudos apontam para a **necessidade** de se proceder com a reciclagem do óleo. Este é, costumeiramente, jogado em lixos ou em pias. Dispensados dessa forma, os restos do óleo usado invariavelmente encerram seu ciclo no solo ou nos rios e oceanos, contaminando milhares de litros de água superficial e subterrânea.

Atualmente, o óleo de cozinha, após seu uso, pode ser destinado à produção de sabão, detergente e mesmo de biocombustíveis. Dessa forma, os referidos resíduos podem, em vez de ser jogados no lixo ou despejados na pia, ser destinados à produção de bens de uso comum, dando ao óleo usado um destino útil e ambientalmente sustentável.

Por conta disso, é indispensável que estabelecimentos que utilizam grandes quantidades sejam obrigados a destinar os resíduos produzidos à reciclagem com o intuito de evitar que suas atividades econômicas tragam danos colaterais irreparáveis ao meio ambiente.

Em razão disso e tendo em vista a responsabilidade socioambiental que deve permear a atividade dos estabelecimentos geradores de grandes quantidades de resíduo de óleo de cozinha utilizado, apresento o presente Projeto de Lei para obrigar tais entidades a destinar os resíduos para procedimentos de reciclagem ou para instituições que possam cuidar de tais procedimentos.

Assim, em face do patente interesse público deste Projeto, conclamamos os ilustres Pares no Congresso Nacional a aprová-lo com a brevidade necessária.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2007.

Deputado WILLIAM WOO

PROJETO DE LEI N.º 2.115, DE 2007

(Do Sr. Filipe Pereira)

Dispõe sobre a proibição dos estabelecimentos comerciais e industriais de descartarem óleo vegetal ou mineral na rede de esgotos ou junto ao meio ambiente natural.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2076/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – É proibido às pessoas jurídicas o descarte de produto, subproduto ou resíduo, que contenha óleo vegetal ou mineral na rede de esgoto ou junto ao meio ambiente natural.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei constitui infração punível com as sanções administrativas cabíveis dentre as previstas na Lei nº 9.605/98.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O descarte de óleos vegetais (óleo de cozinha) e minerais diretamente na rede de esgoto prejudica o meio ambiente, além de encarecer o tratamento dos resíduos em até 45%. Sendo o que permanece nos rios provoca a impermeabilização dos leitos e terrenos adjacentes que contribuem para as enchentes.

Muitas empresas não descartam corretamente os resíduos dos óleo vegetais e minerais. O mais comum é o produto ser despejado na rede de esgoto ou no meio ambiente natural, essa atitude é altamente poluidora, podendo causar prejuízos irreversíveis ao meio ambiente.

Segundo a Sabesp, cada litro de óleo despejado no esgoto tem potencial para poluir cerca de um milhão de litros de água, o que equivale a quantidade que uma pessoa consome ao longo de quatorze anos de vida.

Entre as consequências dessa atitude está:

- a) a impermeabilização do solo, que contribui com o aumento de enchentes e alagamentos;
- b) a criação de uma fina camada sobre a superfície da água, o que impede a oxigenação e a entrada de luz, além de prejudicar a reprodução dos fitoplânctons, que são muito importantes na cadeia alimentar aquática;
- c) a produção de mau-cheiro decorrente de decomposição;
- d) o entupimento das tubulações.

Diante da importância da matéria, solicitamos o valioso apoio de nossos pares desta Casa para a rápida transformação da proposição que ora apresentamos em Lei, de modo a garantir ao povo brasileiro um meio ambiente mais saudável e preservado para as atuais e futuras gerações de nossos cidadãos.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2007.

Deputado **FILIPÉ PEREIRA**

<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.605 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou

mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.116, DE 2007

(Do Sr. Filipe Pereira)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de mensagem, no rótulo das embalagens de óleos vegetais, contendo advertência sobre a destinação correta do produto após o uso.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2075/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Os rótulos ou embalagens de óleos vegetais deverão conter dizeres advertindo sobre a destinação correta do produto após o uso, de forma a evitar a contaminação dos recursos hídricos.

Parágrafo único – A mensagem de que trata o "caput" deverá ser inserida de modo legível e visível, ocupando área de, no mínimo, 15% (quinze por cento) da dimensão do rótulo ou da parte impressa da embalagem do produto.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei constitui infração punível com as sanções administrativas cabíveis dentre as previstas na Lei nº 8.078/90.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O descarte de óleos vegetais (óleo de cozinha) diretamente na pia prejudica o meio ambiente. Se o produto for para a rede de esgoto encarece o tratamento dos resíduos em até 45%, e o que permanece nos rios provoca a impermeabilização dos leitos e terrenos adjacentes que contribuem para a enchente.

Muitas pessoas ainda não sabem como descartar corretamente o óleo sujo (ou óleo de fritura). O mais comum é o produto ser despejado no ralo da pia da cozinha, essa atitude é altamente poluidora, podendo causar prejuízos irreversíveis ao meio ambiente.

Segundo a Sabesp, cada litro de óleo despejado no esgoto tem potencial para poluir cerca de um milhão de litros de água, o que equivale a quantidade que uma pessoa consome ao longo de quatorze anos de vida.

Entre as conseqüências dessa atitude está:

- e) a impermeabilização do solo, que contribui com o aumento de enchentes e alagamentos;
- f) a criação de uma fina camada sobre a superfície da água, o que impede a oxigenação e a entrada de luz, além de prejudicar a reprodução dos fitoplânctons, que são muito importantes na cadeia alimentar aquática;
- g) a produção de mau-cheiro decorrente de decomposição;
- h) o entupimento das tubulações.

Diante da importância da matéria, solicitamos o valioso apoio de nossos pares desta Casa para a rápida transformação da proposição que ora apresentamos em Lei, de modo a garantir ao povo brasileiro um meio ambiente mais saudável e preservado para as atuais e futuras gerações de nossos cidadãos.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2007.

Deputado **FILIPPE PEREIRA**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a Proteção do Consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O presente Código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

PROJETO DE LEI N.º 4.015, DE 2008
(Da Sra. Sueli Vidigal)

Institui o Programa de Reciclagem do óleo de Uso Culinário.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2074/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Reciclagem do Óleo de Uso Culinário, utilizado em cozinhas residenciais, escolares e hospitalares, em comércios, indústrias e demais setores que façam uso do produto.

Art. 2º O Programa criado pela presente Lei tem por objetivos:

I – preservar o meio ambiente, especialmente os recursos hídricos, uma vez que se evitará o descarte do óleo nas redes de esgotos;

II- incentivar a coleta seletiva e a reciclagem do óleo;

III- promover a inclusão social por meio de geração de renda obtida a partir do fabrico de produtos que tenham como matéria-prima o óleo já utilizado.

Parágrafo Único. O Estado determinará o cadastramento de empresas, cooperativas e outras entidades de reciclagem, e divulgará os endereços dos postos de coleta, bem como a forma adequada para o armazenamento do óleo usado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O desfazimento diário do óleo já saturado, utilizado na culinária em residências, no comércio e na indústria, gera resíduos que impactam desastrosamente o meio ambiente.

De acordo com estudos de impacto ambiental desenvolvidos por Organizações Não Governamentais – ONGs e de órgãos governamentais, para cada litro de óleo descartado há a contaminação de um milhão de litros de água, observando, ainda, que sua decomposição produz o metano (o mais simples dos hidrocarbonetos – carbono e hidrogênio – gasoso e incolor), um dos principais vilões do Efeito Estufa.

Esperando contar com o apoio de meus Pares para a aprovação do presente projeto de lei, asseguro que este terá grande alcance social e impacto ambiental positivo.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2008.

Sueli Vidigal
Deputada Federal - PDT/ES

PROJETO DE LEI N.º 4.532, DE 2008

(Do Sr. Mauro Mariani)

Dispõe sobre o recolhimento e a reciclagem ou destinação final de vidros automotivos inservíveis.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilidade de fabricantes e importadores de vidros automotivos quanto ao recolhimento, reciclagem e destinação final desses produtos, quando considerados inservíveis.

Art. 2º As empresas que fabricam ou importam vidros automotivos são responsáveis pela destinação final ou pela reciclagem desses produtos, sem causar impacto ao meio ambiente e de modo a atender à legislação ambiental em vigor e às normas de saúde e segurança pública, respeitando-se as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos públicos competentes.

§ 1º Consideram-se vidros automotivos, para os efeitos desta Lei, os pára-brisas, tetos solares, protetores de faróis e outras peças ou componentes de vidro empregadas na montagem de veículos automotores.

§ 2º Consideram-se importadores de vidros automotivos, para os efeitos desta Lei, as empresas importadoras de veículos automotores.

Art. 3º Cada fabricante ou importador será responsável pelo recolhimento dos vidros automotivos por ele distribuídos para comercialização ou vendidos diretamente, conforme devolução feita pelos usuários finais, na medida em que esses materiais se tonem inservíveis. *

Art. 4º Para atender ao disposto no art. 3º, os fabricantes e importadores de vidros automotivos deverão implantar centros de recebimento e armazenagem de seus produtos inservíveis, em condições que atendam as normas federais, estaduais e municipais pertinentes, para posterior reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação final.

§ 1º O recolhimento dos vidros automotivos inservíveis será feito nos estabelecimentos comerciais encarregados de suas vendas, os quais os encaminharão aos centros de recebimento e armazenamento referidos no *caput*.

§ 2º Os fabricantes e importadores poderão implantar centros de recebimento e implementar medidas e ações conjuntas para reaproveitamento, reciclagem ou destruição e destinação ambientalmente adequada de seus produtos, mediante associação ou contratação de serviços de terceiros, para o cumprimento do disposto no *caput*.

Art. 5º É proibida a disposição vidros automotivos inservíveis:

I – junto com o lixo doméstico;

II – em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator.

Art. 6º Consideram-se infrações ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sujeitando-se os infratores às penalidades elencadas naquele artigo:

I – misturar e dispor com o lixo doméstico, vidros automotivos inservíveis ou partes destes;

II – dispor ou lançar em corpos hídricos, praias, margens de vias públicas e em terrenos baldios, mesmo que de propriedade do infrator, vidros automotivos inservíveis ou partes destes;

III – não atenderem, os fabricantes e importadores de vidros automotivos, ao disposto nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Foi recentemente sancionada pelo governador do Estado do Espírito Santo uma lei que obriga as empresas que vendem ou instalem vidros automotivos naquele Estado, a darem destinação ambientalmente adequada aos vidros tornados inservíveis em suas atividades.

Segundo o presidente do Instituto Autoglass Socioambiental de Educação - IASE, Fernando Carreira, "no Brasil, são substituídos 1,5 milhão de pára-brisas por ano, o que equivale a 22.500 toneladas. Destes, apenas 5% são reciclados. Se esses pára-brisas fossem alinhados lado a lado, formariam um tapete que se estenderia por uma distância 1.500 km". E completa: "não podemos esquecer que não há estimativa de tempo para a decomposição do vidro, se jogado na natureza. Some-se a isso, o fato dos pára-brisas automotivos necessitarem de tecnologia específica para separar os produtos que o compõem (vidro + plástico), o que dificulta sua reciclagem".

"Essa medida vem ao encontro de uma série de movimentos em prol do meio ambiente, que tem ocorrido em todo o mundo. As atividades empresariais com foco no desenvolvimento sustentável estão cada vez mais presentes na sociedade global, devido à sua relevância para a população do planeta. Por isso, entidades, como o IASE, estão investindo em formas de se relacionar harmoniosamente com a comunidade ao seu redor, visando contribuir, de maneira sustentável, com a preservação social e ambiental", completou Fernando Carreira.

A reciclagem dos vidros automotivos, além de livrar o meio ambiente de uma substância de difícil degradação, reduz a necessidade de novas matérias-primas de origem mineral, principalmente areia, para a fabricação de novos vidros, contribuindo para a sustentabilidade da indústria automobilística. Daí nossa iniciativa para tornar nacional o exemplo do Estado do Espírito Santo.

Por estas razões, contamos com o apoio dos ilustres Pares do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2008.

Deputado Mauro Mariani

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas
Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao
Meio Ambiente, e dá outras providências.

.....
CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE
.....

Seção III
Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.656, DE 2009

(Do Sr. Jorginho Maluly)

Determina a otimização do uso de papel pela administração pública.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta utilizarão, sempre que possível, ambas as faces de cada folha de papel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Além da óbvia repercussão econômica, o desperdício de papel tem consideráveis conseqüências ambientais. A racionalização do uso de produtos celulósicos contribui para atenuar o impacto ambiental resultante do processo de produção e, ainda, ao diminuir a quantidade de resíduos sólidos depositados em aterros sanitários.

A despeito da progressiva conscientização sobre a necessidade de adoção de práticas menos danosas ao meio ambiente, a administração pública usa normalmente apenas uma face de cada folha de papel, sendo que, via de regra, o verso também poderia ser utilizado.

Pelo exposto, propomos tornar regra, no serviço público, a impressão frente e verso, reduzindo o consumo de papel a pouco mais da metade do atual. Com essa simples norma, proporcionar-se-á ao Erário considerável economia, bem como se prestará valiosa contribuição para a redução dos danos ambientais gerados pela produção e pelo descarte de papel.

São essas as razões que justificam o engajamento dos nobres Pares na tarefa de transformar esta proposição em norma jurídica.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2009.

Deputado Jorginho Maluly

PROJETO DE LEI N.º 4.839, DE 2009

(Do Sr. Luciano Pizzatto)

Dispõe sobre a coleta e a destinação ambientalmente adequada de embalagens PET.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1857/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga as empresas fabricantes e importadoras de produtos comercializados em embalagens PET ou embalagens similares a coletar e a dar destinação final ambientalmente adequada às embalagens desse tipo após o uso pelo consumidor, na forma que estabelece.

Art. 2º As empresas fabricantes e importadoras de produtos comercializados em embalagens PET ou embalagens similares ficam obrigadas a coletar e a dar destinação final ambientalmente adequada às embalagens desse tipo após o uso pelo consumidor, em proporção direta às quantidades fabricadas ou importadas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – embalagem PET ou similar: embalagem produzida a partir de Politereftalato de Etileno ou resina similar obtida a partir do petróleo;

II – destinação final ambientalmente adequada: procedimento ou técnica de destinação de resíduos, que pode incluir reutilização, reciclagem ou recuperação energética, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

III – peso líquido: o peso da embalagem sem nenhum conteúdo ou agregado e sem tampa ou dispositivo que não seja de PET ou similar, na sua forma original.

§ 2º A obrigação estabelecida no *caput* não se aplica:

I – às embalagens retornáveis;

II – às embalagens comercializadas em quantidades não significativas, de caráter social ou comunitário, na forma de regulamento.

Art. 3º A proporção a que se refere o *caput* do art. 2º será definida e publicada anualmente, até 30 de junho, pelo órgão federal integrante do Sisnama, com base na quantidade, em peso líquido, das embalagens fabricadas ou importadas no ano imediatamente anterior.

Parágrafo único. A proporção definida na forma do *caput* aplica-se ao ano seguinte ao de sua publicação.

Art. 4º A coleta e a destinação previstas no *caput* do art. 2º podem ser efetuadas diretamente ou por meio de terceiros devidamente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

§ 1º A empresa ou entidade de que trata o *caput* deve contar com responsável técnico que manterá registro para comprovação da quantidade de embalagens, em peso líquido, sob sua responsabilidade e formas de destinação final adotadas.

§ 2º Independentemente de outras cominações legais, incorre no crime previsto no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o responsável técnico que deixar de manter atualizado o registro de que trata o § 1º ou apresentar informações falsas.

Art. 5º Aplicam-se aos infratores desta Lei as sanções administrativas previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em especial as dos incisos I, II, III, VII e IX.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A explosão do consumo e uso de embalagens produzidas a partir de resinas plásticas tem consequências ambientais graves, uma vez que esse material é de difícil degradação natural.

De grande importância nesse contexto são as embalagens PET, pela quantidade consumida no País. Descartadas em conjunto com o restante do lixo doméstico, tendo um aterro sanitário como destino final, essas embalagens causam inúmeras desordens, como a redução da vida útil do aterro, pelo volume que ocupam, e, ainda, a interferência com a capacidade de decomposição dos outros materiais ali depositados, uma vez que limitam as trocas e a aeração do terreno.

Muitas vezes, porém, essas embalagens são lançadas na rua ou em terrenos baldios e, inevitavelmente, acabam em cursos de água, o que se evidencia quando ocorrem eventos como enchentes e inundações, a cada dia mais comuns em nossas cidades.

Tentar banir ou restringir o uso desses polímeros, ainda que cabível, seria medida inviável, diante da realidade do mercado e das necessidades dos consumidores.

Ocorre que as embalagens PET podem ter melhor destinação não apenas sob o aspecto ambiental, mas também econômico, como a produção de fibra de poliéster, que pode ser usada na indústria têxtil, de cordas e cerdas de

vassouras e escovas, de filmes e chapas para boxes de banheiro, placas de trânsito e sinalização em geral, e até para a fabricação de novas garrafas para produtos não alimentícios, entre tantos usos.

Parte das embalagens PET já é hoje coletada e reciclada, por meio de projetos voluntários. É preciso, no entanto, tornar a coleta e a destinação ambientalmente adequada de embalagens PET parte da responsabilidade dos que se utilizam dos seus benefícios, adotando o princípio do poluído-pagador. Esse princípio, deve-se registrar, é adotado em nosso País para outros produtos de uso intensivo, como os pneus, com grande êxito.

Diante do exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a rápida aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2009.

Deputado LUCIANO PIZZATTO

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção I
Dos Crimes Contra a Administração Ambiental**

.....

Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

** Artigo, caput, acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

** § 1º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

** § 2º acrescido pela Lei nº 11.284, de 02/03/2006.*

CAPÍTULO VI DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;
 III - multa diária;
 IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos VI a V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

PROJETO DE LEI N.º 4.965, DE 2009

(Do Sr. Lira Maia)

Obriga a utilização de papel reciclado para impressão de documentos oficiais em órgãos e entidades da administração pública federal, inclusive no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público da União.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A impressão de documentos de caráter oficial em órgãos e entidades da administração pública federal somente ocorrerá em papel reciclado.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo abrange os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, as varas da justiça federal, as varas do trabalho, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir do primeiro dia útil do ano subsequente à de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nas atuais circunstâncias, não existe razão para que o Estado siga depredando o meio ambiente em áreas na qual isso pode e deve ser evitado. Se se apresenta como determinação de excessivo rigor pedir a particulares que acomodem suas operações a medidas voltadas à preservação de recursos naturais, em áreas que poderiam afetar sua economia interna, não se pode aplicar veredicto semelhante ao Poder Público, cuja atuação deve pautar-se por tal preocupação.

O projeto que ora é submetido à apreciação dos nobres Pares parte desse pressuposto. Justifica-se em termos econômicos e como instrumento para adequar as unidades da administração pública federal às exigências do mundo contemporâneo, onde a disseminação de comportamentos ecologicamente corretos passou a ser freqüente no aparato normativo dos povos mais avançados.

Com base nesses argumentos, pede-se a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2009.

Deputado Lira Maia

PROJETO DE LEI N.º 5.047, DE 2009 (Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Dispõe sobre a substituição gradativa do papel comum por reciclado no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-1786/2003.

APRECIÇÃO:
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a substituição gradativa do papel comum por reciclado no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.

Art. 2º É obrigatório o uso de papel reciclado nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta a partir do ano seguinte ao da publicação desta Lei, segundo os seguintes percentuais mínimos:

- I – 10% (dez por cento), no primeiro ano;
- II – 25% (vinte e cinco por cento), no segundo ano;
- III – 40% (quarenta por cento), no terceiro ano;
- IV – 60% (sessenta por cento), a partir do quarto ano.

§ 1º O dirigente do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta ou indireta que descumprir o previsto nesta Lei estará sujeito às penas do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”), independentemente da aplicação de outras sanções de natureza administrativa.

§ 2º As sanções previstas no § 1º deste artigo só não serão aplicadas em caso de justificação devidamente fundamentada e comprovada, ou quando provada a insuficiência da oferta de papel reciclado no mercado.

§ 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta que superarem em mais de 50% (cinquenta por cento) os percentuais mínimos previstos do primeiro ao quarto ano serão agraciados, na pessoa de seus dirigentes, servidores ou contratados, com uma comenda de responsabilidade ambiental, sem prejuízo de outros eventuais benefícios.

Art. 3º Compete ao Poder Público:

- I – promover campanhas de conscientização e incentivo ao uso do papel reciclado;
- II – estimular a reciclagem de papel e demais resíduos sólidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A demanda da sociedade moderna pela redução da poluição e pela melhoria da qualidade de vida passa, necessariamente, pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais, segundo a cartilha dos três Rs, ou seja, a redução da geração de resíduos, sua reutilização e, só então, sua reciclagem.

Com relação a esta última, e de acordo com os dados do CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem, disponíveis no *site* http://www.cempre.org.br/fichas_tecnicas.php, foram reciclados no nosso País, em 2006, 77% do papel ondulado, 47% do papel de escritório, 20% dos plásticos rígidos e filme, 51% das embalagens PET, 24% das embalagens cartonadas longa vida, 94% das latas de alumínio, 47% das latas de aço, 46% das embalagens de vidro, 73% dos pneus, 27% do óleo lubrificante usado e 97% das baterias de chumbo.

Centrando nossa atenção especificamente no papel, é provável que, em poucos anos, caso aprovado o projeto de lei ora proposto, o índice de reciclagem, hoje por volta de 47% (papel de escritório), suba rapidamente para percentuais próximos aos de latas de alumínio, com inúmeros efeitos positivos, tanto para a saúde pública quanto para o meio ambiente.

Como é do conhecimento geral, há duas grandes fontes de papel para reciclagem: as aparas pré-consumo (recolhidas pelas próprias fábricas antes que o material passe ao mercado consumidor) e os papéis pós-consumo (geralmente recolhidos por catadores de rua). De um modo geral, o papel reciclado utiliza os dois tipos na sua composição.

No *site* www.reviverde.org.br são especificados alguns dos benefícios esperados com a substituição gradativa e economicamente responsável do papel comum pelo reciclado, a saber:

- redução dos custos das matérias-primas: a pasta de aparas é mais barata que a celulose de primeira;
- economia de recursos naturais, entre os quais:

. madeira: uma tonelada de aparas pode substituir de 2 a 4 m³ de madeira, conforme o tipo de papel a ser fabricado, o que se traduz em uma nova vida útil para 15 a 30 árvores;

. água: na fabricação de uma tonelada de papel reciclado são necessários apenas 2.000 litros de água, ao passo que, no processo tradicional, esse volume pode chegar a 100.000 litros por tonelada; e

. energia: em média, economiza-se metade da energia, podendo-se chegar a 80% de economia quando se comparam papéis reciclados simples com papéis virgens feitos com pasta de refinador;

- redução da poluição: em tese, as fábricas recicladoras podem funcionar sem maiores impactos ambientais, pois a fase crítica de produção de celulose já foi feita anteriormente;

- criação de empregos: estima-se que, ao reciclar papéis, sejam criados cinco vezes mais empregos do que na produção do papel de celulose virgem e dez vezes mais empregos do que na coleta e destinação final de lixo;

- redução da "conta do lixo" etc.

Portanto, esses são motivos mais do que suficientes para justificar a proposição deste projeto de lei prevendo a substituição gradativa do papel comum por reciclado no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, de acordo com percentuais crescentes ao longo dos anos.

Contudo, para evitar que a futura lei corra o risco de cair no vazio, propõe-se, por um lado, que o dirigente do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta ou indireta que a descumpra fique sujeito, entre outras sanções, às penas do art. 68 da Lei de Crimes Ambientais. Por outro lado, aqueles que tiverem desempenho na substituição significativamente acima do percentual previsto nos quatro primeiros anos terão reconhecimento público e poderão obter benefícios diversos.

Por todas essas razões, e tendo em vista a relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres Pares para o eventual aperfeiçoamento e a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2009.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE**

**Seção V
Dos Crimes contra a Administração Ambiental**

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

Art. 69. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

**PROJETO DE LEI N.º 5.272, DE 2009
(Do Senado Federal)**

PLS Nº 112/2008

OFÍCIO Nº 743/2009 (SF)

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 15.

§ 9º A Administração Pública direta e indireta comprará, prioritariamente, materiais de expediente confeccionados em papel reciclado, observadas as seguintes condições:

I – o papel reciclado deverá atender às especificações técnicas mínimas requeridas para o uso a que se destina;

II – o disposto no **caput** deste parágrafo não se aplica a livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela Administração Pública;

III – sempre que houver indisponibilidade de oferta pelo mercado de papel reciclado na quantidade requerida pela Administração, o órgão ou entidade licitante procederá à compra de papel comum.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de maio de 2009.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da
Constituição Federal, institui normas para
licitações e contratos da Administração Pública e
dá outras providências.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

.....

**Seção V
Das Compras**

.....

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

Art. 16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

** Artigo, caput, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no inciso IX do art. 24.

** Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994.*

PROJETO DE LEI N.º 5.381, DE 2009

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-1720/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Papel higiênico usado reciclado vem sendo utilizado na elaboração de embalagem de ovos. Esse tipo de material é recolhido por catadores de lixo não cooperados, os chamados carroceiros, que não tem acesso às fontes mais nobres de papel reciclável produzido por escritórios e empresas, como papéis, aparas e jornais. O papel higiênico é vendido a empresas de aparas que o prensam com outros tipos de papel e o vendem para empresas variadas.

O fato foi objeto de denúncia feita pelo Jornalista Cesar Giobbi, em artigo publicado no jornal Gazeta Mercantil, em sua edição de 22 de abril último, sob o título **TEM PAPEL HIGIÊNICO USADO NA CARTELA DE OVOS**, e que merece constar integralmente na justificativa desta proposição, como forma de alertar nossos pares sobre a medida sugerida:

Nunca, nem no pior dos pesadelos, a gente poderia pensar que no Brasil se usa papel higiênico usado para fabricar cartelas para ovos! Bem, é para assustar mesmo, e é isso mesmo que vocês acabaram de ler. Quem descobriu isso foi um dos assessores da Subprefeitura da Sé, centro de São Paulo, que está trabalhando justamente com os carroceiros catadores de lixo.

A história toda é a seguinte. A região central da cidade não tem coleta seletiva de lixo. Aliás, a cidade inteira não tem, o que nos coloca no mesmo patamar das mais atrasadas cidades do mundo. Continuando: os escritórios produzem uma quantidade muito grande de lixo reciclável, papéis, aparas, jornais. O melhor desse lixo fica com os síndicos e zeladores desses condomínios comerciais, que o vendem para cooperativas. O resto fica para o carroceiro. E, pasmem, segundo o assessor, de 70 a 80% deste resto é formado por papel higiênico usado! O carroceiro vende esse material para empresas de aparas que prensam essa sujeira com outro tipo de papel e vende o resultado para empresas variadas. Uma delas, localizada em Santa Catarina. E esse material, provavelmente depois de passar por muita química, onde nenhuma bactéria pode sobreviver, é usado na fabricação das tais cartelas de papelão para ovos. Eca, eca, eca!

Por mais que a gente imagine que os grandes produtores de ovos devam saber onde comprem as cartelas, e que os supermercados de São Paulo, onde consumimos, também tenham uma seleção criteriosa de

fornecedores, eu vou passar a dar preferência para embalagens plásticas, de agora em diante. Por via das dúvidas.

Resolvido o meu problema, como consumidor, fica o do carroceiro, que manuseia um material altamente duvidoso, para dizer o mínimo. Imagino o quanto de bactérias há em tudo o que remexem e carregam! O trabalho desse assessor da SubSé, agora, é o de convencer estes carroceiros a não catarem esse tipo de papel. Ele diz que tem "colbido" a ação, informando sobre os riscos de saúde que correm, mas que não consegue "proibir" porque é praticamente tudo o que sobra para estes coitados comercializarem. Dos cerca de 80 catadores cadastrados pela SubSé, pelo menos 60 trabalham com isso. Esse problema, quem tem de resolver são a administração municipal, a estadual e a federal, porque trata-se de uma tragédia social. É um problema de Saúde Pública, que pode dar em epidemias.

Tudo seria muito mais simples se não sobrasse esse tipo de lixo. Se sempre fosse jogado no vaso sanitário depois de usado. Acontece que a prática é desaconselhada nos prédios antigos do centro, com canalizações velhas que entopem com facilidade. E sinto que isso já virou um traço cultural. Ou seja, estamos involuindo. Porque o certo é esse lixo contagioso ir embora com o esgoto. Quando há esgoto. E esse é outro problema que...

No Brasil é sempre assim. Mesmo em São Paulo. Quando o assunto é a pobreza imensa, um problema vai puxando o outro e a soma é o tal pesadelo do começo do texto. Pra quem a gente pede socorro?

Os fatos indicam uma enorme dificuldade do poder público para controlar essa prática. De modo que, no nosso entendimento, a única forma de impedir que isso continue acontecendo, é proibir o uso de papel reciclado na fabricação de embalagens de produtos alimentícios.

Dada a relevância do tema para a saúde da população, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas nesta Casa à nossa proposição

Sala das Sessões, em 9 de junho de 2009.

DEPUTADO CARLOS BEZERRA

PROJETO DE LEI N.º 5.573, DE 2009

(Do Sr. Homero Pereira)

Institui o Programa de Coleta Seletiva Solidária nos estabelecimentos de ensino, órgãos e instituições da administração pública, direta ou indireta, com destinação às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2929/2004.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Coleta Seletiva Solidária nos estabelecimentos de ensino, órgãos e instituições da administração pública, direta ou indireta, com destinação às associações e ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - coleta seletiva: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para o encaminhamento ao processo de reciclagem;

II - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

III - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados e inaproveitáveis pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

Art. 3º Cada órgão criará uma comissão a ser constituída por, no mínimo, dois representantes do respectivo órgão ou instituição, a fim de implantar

e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá criar uma Comissão Geral para Coleta Seletiva Solidária com o intuito de fiscalizar as comissões citadas no caput deste artigo.

Art. 4º Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis e descartados pelos estabelecimentos de ensino, órgãos e instituições da administração pública, as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II - não possuam fins lucrativos;

III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

§ 1º A comprovação das exigências previstas nos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e a comprovação das exigências previstas nos incisos III e IV, será feita por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

§ 2º A comprovação das exigências previstas neste artigo deverá ser feita perante a Comissão para Coleta Seletiva Solidária indicada no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Poderão ser implementadas ações de publicidade que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos é um dos maiores desafios das administrações públicas e da sociedade em geral. As cidades geram, inevitavelmente, toneladas de lixo todos os dias. O lixo urbano gerido de forma inadequada é fonte de graves problemas para a saúde da população e para o meio ambiente.

Três caminhos, complementares, têm sido propostos para o problema do lixo: redução, reutilização e reciclagem, a denominada política dos 3Rs.

A coleta seletiva, especialmente a separação entre o lixo orgânico e o lixo seco, é um procedimento fundamental para viabilizar a reciclagem das matérias primas contidas no lixo urbano, como plásticos, papel e vidro.

Uma parcela significativa do trabalho de coleta e separação do lixo urbano pode ser e é em muitos casos realizada pelos chamados catadores. A coleta seletiva pode gerar emprego e ser fonte de renda para milhares de brasileiros, pessoas que em geral vivem em situação de extrema pobreza, se for dirigida para as cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos.

Com o presente projeto, que institui o Programa de Coleta Seletiva Solidária nos estabelecimentos de ensino, órgãos e instituições da administração pública, direta ou indireta, com destinação às associações e ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis esperamos contribuir para reduzir o problema do lixo urbano e, ao mesmo tempo, melhorar renda e a vida de milhares de cidadãos brasileiros. Esperamos, portanto, contar com o apoio incondicional dos nossos pares nesta Casa.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2009.

DEPUTADO HOMERO PEREIRA

PROJETO DE LEI N.º 5.626, DE 2009

(Da Sra. Sueli Vidigal)

Obriga as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de politereftalato de etila (PET) ou de qualquer outro tipo de polímero termoplástico com o mesmo objetivo, estabelecidas no País, ficam obrigadas a desenvolver, implantar e manter programas de reciclagem desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde do consumidor final.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1857/1999.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas de politereftalato de etila (PET) ou de qualquer outro tipo de polímero termoplástico com o mesmo objetivo, estabelecidas no País, ficam obrigadas a desenvolver, implantar e manter programas de reciclagem desses produtos, dando-lhes destinação final adequada, de forma a preservar o meio ambiente e a saúde do consumidor final.

Parágrafo único. Considera-se reciclagem todo processo de termo reação ou ar quente de reaproveitamento da matéria-prima que trata o *caput*, beneficiando-a para convertê-la em um novo produto, diverso daquele originalmente concebido.

Art. 2º As empresas enquadradas no *caput* do art. 1º ficam obrigadas a inserir, nos rótulos de suas embalagens, mensagens sobre a sua correta destinação, bem como dos eventuais danos que elas podem causar à saúde e ao meio ambiente, se utilizadas inadequadamente.

Parágrafo único. Os programas criados em decorrência do atendimento do disposto no *caput* do art. 1º deverão, necessariamente, incluir formas de aprimoramento dos processos de lavagens das garrafas plásticas, de forma a impedir a permanência de traços de contaminantes (adesivos plásticos "base cup") no floco de PET.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a infração ao disposto na presente Lei será punida, alternativa ou cumulativamente, com a penalidade de:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – apreensão de produto;
- IV – inutilização de produto;
- V – interdição de produto;
- VI – suspensão de vendas e/ou fabricação, distribuição ou envase de produto;
- VII – interdição parcial ou total do estabelecimento;
- VIII – cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- IX – intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera;
- X – imposição de mensagem retificadora;
- XI – suspensão de propaganda e publicidade.

§ 1º A pena de multa consiste no pagamento de quantia entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º A multa prevista neste artigo será aplicada em dobro em caso de reincidência e, assim, sucessivamente.

§ 3º Na aplicação da penalidade de multa a autoridade competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 4º Aos valores das multas previstas nesta Lei aplicar-se-á o coeficiente de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa contribuir com o direito que todo o cidadão tem de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que possa usufruir de melhor qualidade de vida e de saúde. Portanto, como membro desta Casa Legislativa, é nosso dever buscar soluções que visem à proteção do ecossistema em que vivemos, bem como buscar formas alternativas de implementação de medidas e programas que visem o uso racional dos recursos naturais e já processados industrialmente.

Os problemas decorrentes de produtos plásticos vão desde o seu processo de fabricação até sua destinação final. Durante a sua fabricação, ocorre a produção de algumas substâncias que integram o grupo dos chamados poluentes orgânicos persistentes – POPs. São substâncias biocumulativas, ou seja, não são eliminadas pelos organismos vivos que as absorvem, nem são dissolvidas facilmente pelo meio ambiente, constituindo-se, assim, em substâncias prejudiciais à saúde humana e causa originárias de diversas doenças, inclusive o câncer.

São inumeráveis os problemas causados pelo acúmulo desproporcional de materiais inorgânicos, sobretudo daqueles decorrentes da produção de polímeros termoplásticos. Podem ser arrolados, sem exclusão de outros: o entupimento dos bueiros em vias urbanas; quando incinerados, emanam substâncias altamente tóxicas; depositadas em aterros sanitários, são recipientes propícios ao acúmulo de águas pluviais e, por conseguinte, de berçário das mais diversas pragas, entre elas do *aedes aegypti* (mosquito transmissor da dengue).

Ademais, é fato que os resíduos plásticos dificultam o processo de decomposição de materiais biologicamente degradáveis, uma vez que criam camadas impermeáveis prejudiciais às trocas de líquidos e gases gerados no processo de biodegradação da matéria orgânica.

As vantagens da reciclagem são expressivas e inquestionáveis, tanto para o meio ambiente, como economicamente.

A redução do acúmulo de lixo é medida que se impõe para um meio ambiente auto-sustentável. No caso do papel, considera-se a sensível preservação do ecossistema, com um menor número árvores derrubadas para a extração da celulose, e, por conseguinte, de emissão de gases na atmosfera decorrente do processo industrial e, ainda, de agressão ao solo e mananciais hídricos.

No econômico, é fácil perceber o uso racional dos recursos naturais e do seu reaproveitamento e, por conseguinte, numa cadeia infinitamente mais próxima do processo produtivo, sem considerar que o reflorestamento de corte, além de oneroso é extremamente moroso.

Somem-se aos indicadores supra o fato inquestionável que a preservação do meio ambiente traduz-se em considerável melhoria na qualidade de vida para as pessoas. Mas não é somente nesta particularidade que a reciclagem se mostra, além de racional, mais econômica, é de se considerar, ainda, o fato de movimentar uma substancial massa de trabalhadores informais que tem na "cata do lixo" a única forma de sustentação própria e de terceiros. Esse segmento, à margem da sociedade, poderão ser profissionalizados e educados mediante a formação de associação e cooperativas de coleta de materiais recicláveis, que lhes permitirão, além da sustentação econômica, conhecimento para a prevenção - mediante cursos - de procedimentos de coleta dos materiais recicláveis sem que constituam vítimas de doenças decorrentes desse manuseio do lixo, sem a devida orientação.

Assim sendo, é imprescindível a elaboração de uma legislação mais rígida, que garanta a disposição correta não apenas desse tipo de material, como, também, de qualquer outro que, de alguma forma, contribua para o desequilíbrio do ecossistema.

Este projeto tem como objetivo conscientizar os cidadãos de que os menores atos praticados no cotidiano podem ter impactos irreparáveis sobre o meio ambiente, prejudicando, principalmente, as futuras gerações. Objetiva-se, ainda, garantir que as

empresas envolvidas nos processos de produção, distribuição e envasamento daqueles produtos, promovam programas que lhes dêem destinação final ecologicamente correta.

Por ser justa e necessária, conto, mais uma vez, com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2009.

SUELI VIDIGAL
Deputada Federal – PDT/ES

PROJETO DE LEI N.º 5.860, DE 2009

(Do Sr. Dimas Ramalho)

Institui, normas e procedimentos para a coleta, a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-4178/1998.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui normas e procedimentos para a coleta, a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico.

Art. 2º A coleta, a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final do lixo tecnológico são de responsabilidade compartilhada entre as empresas que produzem, comercializam ou importam produtos e componentes eletroeletrônicos.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, constituem lixo tecnológico os seguintes aparelhos e equipamentos eletroeletrônicos, assim como seus

componentes, de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços, após o uso pelo consumidor e sujeitos à disposição final:

- I – componentes e periféricos de computadores;
- II – monitores e televisores;
- III – acumuladores de energia (baterias e pilhas);
- IV – produtos magnetizados.

§ 2º As empresas que fabricam, importam e comercializam os aparelhos, equipamentos e componentes a que se refere o § 1º devem:

- I – manter pontos de coleta para receber o lixo tecnológico a ser descartado pelo consumidor;
- II – dar destinação final ao lixo tecnológico de forma a não provocar danos ou impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública.

§ 3º Considera-se destinação final ambientalmente adequada:

- I – os processos de reciclagem e aproveitamento do aparelho ou equipamento ou de seus componentes para a finalidade original ou diversa;
- II – as práticas de reutilização total ou parcial de aparelho, equipamento ou seus componentes;
- III – a neutralização e a disposição final apropriada do lixo tecnológico após esgotadas as possibilidades de destinação previstas nos incisos I e II.

§ 4º A destinação final do lixo tecnológico deve ser feita em consonância com a legislação ambiental e as normas de saúde e segurança pública, respeitando-se as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos públicos competentes.

§ 5º No caso de lixo eletrônico que contenha metais pesados, substâncias tóxicas ou outros resíduos perigosos, a destinação final deve ser feita mediante a obtenção de licença ambiental.

Art. 3º Os aparelhos, equipamentos e componentes referidos no § 1º do art. 2º comercializados no País devem indicar com destaque, na embalagem ou rótulo, as seguintes informações ao consumidor:

- I – advertência para não descartar o produto em lixo comum;
- II – orientação sobre postos de entrega do lixo tecnológico;
- III – endereço e telefone de contato dos responsáveis pelo descarte do material em desuso e sujeito à disposição final;
- IV – alerta sobre a existência de metais pesados, substâncias tóxicas ou outros resíduos perigosos entre os componentes do produto.

Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeita-se às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências".

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, com a popularização de computadores, televisores, aparelhos celulares e eletrodomésticos, um grave problema ambiental começou a surgir: o lixo eletrônico ou lixo tecnológico. O nome refere-se às milhares de toneladas de lixo produzidas diariamente no País a partir dos resíduos resultantes da rápida obsolescência de equipamentos eletrônicos. No meio do lixo, estão produtos que rapidamente perderam a utilidade ou simplesmente ficaram ultrapassados.

O crescimento do lixo tecnológico multiplica-se no ritmo da aceleração da produção industrial que, a cada ano, lança novos e sofisticados equipamentos no mercado consumidor. Mesmo em dimensões menores, em comparação com países mais desenvolvidos, o Brasil já sente os efeitos da era da "sucata eletrônica". O que era objeto de tecnologia de ponta entra para obsolescência em poucos anos e até meses de uso. O tempo médio para troca dos celulares – que já passam dos 100 milhões no País – é de menos de dois anos. Os computadores, com mais de 33 milhões de unidades espalhadas pelo território nacional, são substituídos a cada quatro anos nas empresas e a cada cinco anos pelos usuários domésticos.

Inevitavelmente, sem reciclagem, reutilização ou destinação final ambientalmente adequada, o lixo tecnológico prolifera no meio ambiente. O maior perigo advém de substâncias perigosas presentes nesses produtos, como metais pesados altamente tóxicos (entre os quais mercúrio, cádmio, berílio e chumbo), retardantes de chamas (BRT) e cloreto de polivinila (PVC). Um único monitor colorido de computador ou televisor pode conter até três quilos e meio de chumbo.

Em contato com o solo, essas substâncias contaminam o lençol freático e, conseqüentemente, os mananciais de água que abastecem a população. Quando queimados, liberam substâncias altamente tóxicas para a atmosfera. Também causam doenças graves e distúrbios no sistema nervoso de catadores que sobrevivem da venda dos materiais coletados nos lixões. Podem, ainda, afetar os rins e o cérebro, além de provocar a morte por envenenamento.

Apesar dessas ameaças, as empresas pouco colaboram para o esclarecimento da população. As embalagens dos produtos eletroeletrônicos não alertam sobre o perigo de contaminação e eventuais danos ambientais.

Na classificação dos diversos tipos de lixo, o tecnológico já representa 5% do total gerado no Planeta. O percentual pode ser ainda maior até o final desta década com a expansão do sucateamento eletroeletrônico. O *Greenpeace*, organização não-governamental internacional de defesa do meio ambiente, calcula que o mundo produz, anualmente, 50 milhões de toneladas de lixo eletroeletrônico. Se todo esse material fosse depositado em vagões de trem, teríamos uma composição de trens que, só de extensão, daria uma volta completa no mundo. Nos Estados Unidos, país que apresenta as estatísticas mais precisas sobre o lixo tecnológico, especialistas estimam que 12 toneladas do chamado "e-lixo" vão parar anualmente nos aterros sanitários.

Embora de forma tímida e bastante tardia, o mundo já começa a se mobilizar para conter o avanço desse novo lixo. Países europeus forçam os fabricantes a recolher de volta os equipamentos descartados pelos usuários. Os estados americanos da Califórnia e Massachusetts baniram o lixo eletrônico de seus aterros sanitários, com a aprovação de leis mais rigorosas de controle.

No Brasil, há iniciativas isoladas de fabricantes que já adotam a reciclagem do lixo tecnológico. A fábrica de computadores *Dell* é um bom exemplo. Em 2006, a empresa lançou um programa de recolhimento de máquinas, colocando em operação dois centros de reciclagem, em São Paulo e Porto Alegre. De acordo com o programa, o consumidor precisa entrar em contato com a companhia por meio da página na Internet para ter o seu computador recolhido, sem custo. A *Dell* avalia o estado das máquinas, recondiciona o equipamento e depois o envia para organizações não-governamentais que desenvolvem trabalhos de inclusão digital. O programa é global e tem meta de recolher 125 mil toneladas de equipamentos até 2009. No entanto, a atitude da empresa ainda é uma rara exceção em um universo cada vez maior de lixo tecnológico.

A maioria dos fabricantes, importadores e comerciantes perde o controle dos seus produtos depois que esses são adquiridos pelos consumidores. Mais tarde, os mesmos equipamentos, já em estado de sucata, tornam-se ameaças ambientais. Andando pelas ruas de várias cidades, podemos encontrar restos de computadores e televisores abandonados pela população. Aquilo que não pode ser reciclado, invariavelmente, vai parar em aterros e lixões.

A situação é alarmante e precisa ser urgentemente solucionada com regras e procedimentos obrigatórios para o gerenciamento do lixo tecnológico. Esse é o objetivo desta proposição, inspirada em lei recentemente aprovada em São Paulo, de autoria do ilustre Deputado Estadual de São Paulo, Sr. Paulo Alexandre Barbosa, para a qual solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de leis.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2009.

Deputado DIMAS RAMALHO

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 5.975, DE 2009
(Do Sr. Antônio Roberto)

Torna obrigatório o uso de papel reciclado ou oriundo de florestas plantadas na impressão de livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2928/2008.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei torna obrigatória a utilização de papel reciclado ou oriundo de florestas plantadas na impressão de livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Art. 2º A partir da data de vigência desta lei, é obrigatório o uso de papel reciclado ou oriundo de florestas plantadas na impressão de livros a serem adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Parágrafo único. Papel reciclado é aquele proveniente do reaproveitamento de aparas produzidas pelos fabricantes, antes do consumo, ou a partir da coleta pós-consumo.

Art. 3º A aquisição de livros com utilização de papel oriundo de florestas plantadas deve ser feita apenas quando houver indisponibilidade de oferta de papel reciclado no mercado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal executa o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com o objetivo de prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades participantes do programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas. Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente para os alunos de todas as séries da educação básica da rede pública e para os matriculados em classes do programa Brasil Alfabetizado, além de estudantes cegos ou deficientes visuais, alunos das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas.

O programa atinge assim crianças e jovens em formação e que devem ser despertados desde cedo para a importância de se evitar o desperdício dos escassos recursos oriundos da natureza. A fabricação de uma tonelada de papel utiliza cerca de sessenta eucaliptos adultos a mais do que a reciclagem da mesma quantidade de papel, sem considerar uma maior utilização de outros bens naturais não renováveis que também entram no processo, como água e energia elétrica.

Mesmo com o aumento da informatização e da consciência social da população sobre a importância do reaproveitamento e reutilização de matérias primas escassas, o consumo de papel tem aumentado nas últimas décadas. Portanto, tornam-se necessárias posturas mais aguerridas do que meras campanhas educativas.

Vislumbramos no Programa Nacional do Livro Didático um excelente meio de difundir às novas gerações de brasileiros a importância de se evitar o desperdício de materiais escassos e valiosos. Além disso, não se pode desprezar a considerável redução de resíduos sólidos nos lixões e aterros das cidades brasileiras que a aprovação desta proposta traria.

Pela relevância da matéria no aumento da consciência ambiental de crianças e jovens e pelo impacto benéfico na produção editorial nacional, com o aumento do uso do papel reciclado, conclamamos os nobres Pares a apoiar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 2009.

Deputado ANTÔNIO ROBERTO
PV-MG

PROJETO DE LEI N.º 6.157, DE 2009

(Do Sr. Sarney Filho)

Dispõe sobre a eliminação controlada das Bifenilas Policloradas - PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e a eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos que contenham PCBs, e dá outras providências correlatas.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-203/1991.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da eliminação controlada da substância Bifenilas Policloradas - PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e a eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos que contenham PCBs (bifenilas policlorada).

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam ou tenham sob a sua guarda transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCBs, bem como óleos ou outros materiais contaminados por PCBs, ficam obrigadas a providenciar a sua eliminação progressiva até 2020, de acordo com os critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 3º Para o efeito do estabelecido nesta lei, consideram-se:

I - PCBs - bifenilas policloradas, substância sintética constituída de óleos isolantes utilizados em transformadores, capacitores e outros equipamentos elétricos, comercialmente conhecida como Ascarel ou Askarel, dentre outras denominações, tais como Aroclor, Pyralene, Clorophen, Inerteen, Asbetol e Kneclor;

II - Resíduos de PCBs ou "material contaminado por PCBs" - todo material sólido, líquido ou pastoso que contenha teor de PCBs superior a 0,005% em peso (50mg/kg), quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882;

III - Detentor de PCBs - qualquer pessoa física ou jurídica que utilize ou tenha sob a sua guarda PCBs e/ou seus resíduos, e/ou equipamentos que contenham PCBs, independentemente de sua origem;

IV - Destinação Final - a eliminação dos PCBs e de seus resíduos, através do seu processamento industrial e conseqüente destruição via incineração ou descontaminação (sólidos ou líquidos) a níveis de PCBs inferiores a 0,005% em peso (50mg/kg), quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, obrigatoriamente em unidades industriais devidamente licenciadas ambientalmente para este fim específico;

V - Equipamentos elétricos selados - transformadores, capacitores e outros equipamentos elétricos que não apresentam dispositivos que permitam a drenagem do seu óleo isolante ou substituição do mesmo por outro tipo de óleo ou a compensação do seu nível;

VI - Equipamentos elétricos isentos de PCBs - transformadores, capacitores e outros equipamentos elétricos cujo líquido isolante contenha teores de PCBs inferiores ao limite de quantificação do método de ensaio, quando ensaiados conforme a ABNT NBR 13882.

Art. 4º A destinação final dos transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que se encontram em operação e instalados em logradouros públicos, deve ser processada imediatamente, cujo prazo máximo não deve ultrapassar o mês de dezembro de 2020.

Art. 5º Os detentores de PCBs e seus resíduos, de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que estejam fora de operação, mesmo permanecendo instalados no seu local de origem e/ou armazenados, deverão providenciar a sua destinação final até dezembro de 2015.

Art. 6º Os transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que forem desativados por atingirem o final da sua vida útil, ou por qualquer outro motivo, deverão ter a sua destinação final processada, no máximo, após 3 anos da data da sua desativação, não podendo ultrapassar dezembro de 2015.

Art. 7º Os demais transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que não se enquadrarem nas condições previstas nos artigos 4º a 5º, deverão ter a sua destinação final até dezembro de 2020.

Art. 8º Os detentores de PCBs deverão elaborar um inventário, a ser enviado ao órgão ambiental competente, no prazo máximo de 180 dias, a contar da publicação desta lei, juntamente com a programação de eliminação dos materiais inventariados, observados os prazos estabelecidos nos artigos 4º a 7º.

I - Os detentores de transformadores e capacitores e demais equipamentos elétricos "selados" e não violados deverão elaborar um inventário dos mesmos, com os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço e CNPJ do detentor;
- b) Localização e descrição do equipamento, com informações se está ou não desativado e se contém óleo isolante a base de PCBs, indicado na sua placa de identificação;
- c) Fabricante e data de fabricação;
- d) Data do inventário;

II - Os detentores de transformadores de uma maneira geral, e demais equipamentos elétricos não "selados" ou "selados", mas violados, sendo, portanto, passíveis de estarem contaminados com PCBs, deverão elaborar um inventário dos mesmos, com os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço e CNPJ do Detentor;
- b) Localização e descrição do equipamento, com informações se está ou não desativado e se contém óleo isolante a base de PCBs, indicado na sua placa de identificação;
- c) Teor de PCBs no óleo isolante, determinado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, por laboratório devidamente habilitados para este fim;
- d) Fabricante e data de fabricação;
- e) Data do inventário;

III - Os detentores dos demais resíduos de PCBs que não se enquadrarem no estabelecido nos incisos I e II deste artigo, tais como; óleos isolantes a base de PCBs, outros óleos e demais líquidos contaminados com PCBs, bem como os materiais sólidos e pastosos contaminados com PCBs (solos, britas, materiais absorventes, tambores e outros) deverão elaborar um inventário dos mesmos, com os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço e CNPJ do Detentor;
- b) Quantificação dos resíduos;
- c) Localização e descrição do tipo de resíduo (óleo, solo, brita, EPI, e outros);
- d) Acondicionamento e descrição da condição em que se encontram;
- e) Data do inventário.

Parágrafo único - As análises para a identificação do teor de PCBs, realizadas anteriormente à publicação desta lei, serão consideradas válidas, desde que tenham ocorrido em data posterior à última manutenção do equipamento em questão ou à qualquer intervenção no óleo isolante, tais como; complementação do nível, regeneração e/ou substituição total ou parcial do mesmo.

Art. 9º A contar da data da entrega do primeiro inventário, a cada 3 (três) anos o mesmo deve ser refeito, atualizado e encaminhado ao órgão ambiental competente, observado o disposto no art. 8º.

Art. 10. As pessoas físicas e jurídicas detentoras de PCBs e de seus resíduos, de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados por PCBs, sem prejuízo de inscrição junto nos cadastros dos órgãos ambientais estaduais, deverão estar inscritas também no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais, a que alude o art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 11 Periodicamente deverão ser realizadas vistorias nas instalações dos detentores de resíduos de PCBs, pelo órgão ambiental competente, para constatação da veracidade das informações apresentadas nos inventários de que trata esta lei.

Art. 12. Os detentores de PCBs e de seus resíduos, de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, deverão proceder a sua eliminação em unidades de destinação final, de acordo com a programação previamente elaborada, observados os critérios de prioridade e proporcionalidade.

§ 1º Pelo critério de prioridade, aqueles que representarem maior potencial de risco ao meio ambiente e à saúde humana, pelas suas condições de conservação, local e demais fatores de risco, deverão ser priorizados na programação de destinação final.

§ 2º Pelo critério de proporcionalidade, a quantidade mínima anual a ter destinação final não poderá ser inferior ao valor correspondente ao total do passivo dividido pelo prazo definido para a sua total eliminação, de que trata esta lei.

Art. 13. Excepcionalmente para os transformadores originalmente fabricados com óleos isolantes "isentos de PCBs", que tiveram o seu óleo contaminado por PCBs, por qualquer motivo que seja, com teor de PCBs superior a 50mg/kg e inferior a 500mg/kg, segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, a destinação final do óleo isolante deverá ser feita por incineração e ou descontaminação a valores inferiores a 50mg/kg.

Parágrafo único - Os materiais sólidos, constituintes da carcaça e parte ativa, permeáveis e impermeáveis, somente estarão dispensados da destinação final de que trata esta Lei, se os mesmos apresentarem teor de PCBs inferior a 50mg/kg, quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, por laboratórios devidamente habilitados para este fim.

Art. 14. Fica expressamente proibida a circulação em todo o País de qualquer resíduo de PCBs, transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contaminados com PCBs, que não seja para a sua destinação final, de acordo com os critérios estabelecidos nesta lei, em especial no inciso IV do artigo 2º.

Art. 15. Após a entrega dos inventários de resíduos de que trata o Capítulo III, caberá ao órgão ambiental competente, disponibilizar publicamente em seu sítio na rede mundial de computadores, sem a identificação dos detentores dos resíduos de PCBs, um inventário consolidado, com o objetivo de:

I - permitir que as empresas de destinação final de resíduos de PCBs possam adequar suas capacidades de processamento para que o prazo final de eliminação seja respeitado, e;

II - permitir que os fabricantes de transformadores e capacitores atendam à demanda de novos equipamentos que deverão substituir os que serão desativados.

Art. 16. Além da publicação de que trata o artigo 14, a cada período de renovação do inventário por parte dos detentores de resíduos de PCBs, o órgão ambiental competente promoverá, se necessário, ações corretivas para que o prazo final da eliminação dos resíduos de PCBs seja atendido.

Art. 17. Fica expressamente proibida a comercialização, para qualquer finalidade, de transformadores e capacitores elétricos não "selados", e os "selados" violados, sem a comprovação formal de que o óleo isolante contido nesses equipamentos não apresentam teor de PCBs superiores a 50mg/kg, quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, por laboratório devidamente habilitado para este fim.

Parágrafo único - Da Nota Fiscal da operação comercial deverá constar o teor de PCBs do equipamento, bem como o nome e CNPJ do laboratório que atestou o seu teor, com a respectiva data da análise, nome e CRQ do analista.

Art. 18. O disposto nesta lei se aplica às empresas de leilão, nos mesmos termos que aos demais detentores de resíduos de PCBs, independentemente da origem dos seus passivos de PCBs, que ficam obrigadas a manter em seus arquivos todas as Notas Fiscais de compra e venda, observado o estabelecido no parágrafo único do art. 16.

Art. 19. Exceto os óleos isolantes novos, produzidos e comercializados pelos seus fabricantes, importadores e/ou seus representantes e distribuidores autorizados, fica expressamente proibida a comercialização, em qualquer modalidade, de óleos dielétricos isolantes usados provenientes ou não de transformadores, com teor de PCBs superior a 50mg/kg, quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882.

Parágrafo único - A comercialização de óleos isolantes usados somente será permitida se constar na Nota Fiscal o nome e o CNPJ do laboratório que determinou o teor de PCBs inferior a 50mg/kg, com a respectiva data da análise, nome e CRQ do analista.

Art. 20. Fica expressamente proibido o processo de regeneração das propriedades dielétricas de óleos isolantes, que apresentem teor de PCBs superiores a 50mg/kg, quando analisado segundo os critérios da Norma ABNT NBR 13882, quer seja em instalações industriais fixas ou móveis.

§ 1º - Quando o teor de PCBs for inferior a 50mg/kg, deverá constar da Nota Fiscal de envio do óleo para as empresas de regeneração o nome e CNPJ do laboratório que determinou o teor de PCBs, com a respectiva data da análise, nome e CRQ do analista.

§ 2º - Todo óleo isolante proveniente de Empresas de Regeneração de óleo isolante, quer seja de unidades fixas ou móveis, quando vendido ou devolvido ao seu cliente original, deverá ser acompanhado por Nota Fiscal constando o nome e CNPJ do laboratório que determinou o teor de PCBs inferior a 50mg/kg, com a respectiva data, nome e CRQ do analista.

§ 3º - Excepcionalmente, o processo de regeneração de óleos isolantes com teor superior de PCBs a 50mg/kg, poderá ser realizado por empresas devidamente licenciadas pelo órgão de controle ambiental do Estado, que detenham, além do processo de regeneração, o de descontaminação, quer seja em instalações industriais fixas ou móveis, que garantam a devolução do óleo isolante ao seu cliente original e/ou a venda do mesmo, com teor de PCBs inferior a 50mg/kg, acompanhado de Nota Fiscal onde conste o nome e CNPJ do laboratório que determinou o teor de PCBs, com a respectiva data, nome e CRQ do analista.

Art. 21. As infrações às disposições desta lei, serão punidas administrativa, civil e criminalmente com base na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e seu regulamento.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As bifenilas policloradas, conhecidas como PCBs, são substâncias sintéticas, enquadradas no âmbito da Convenção de Estocolmo, como um dos 12 Poluentes Orgânicos Persistentes – POPs, que devem ser banidos da terra, por apresentarem riscos ambientais e à saúde humana, sendo classificados como resíduos perigosos, em função da sua toxicidade, no âmbito da Norma ABNT 10004.

Os PCBs, do inglês *Polychlorinated Biphenyls* (bifenilas policloradas), é o nome genérico dado à classe de compostos organoclorados resultante da reação do grupo bifenila com cloro anidro na presença de catalisador. Foram sintetizados inicialmente por volta de 1800 na Alemanha, porém sua produção em escala industrial foi iniciada a partir de 1922. São constituintes de óleos isolantes utilizados em transformadores, capacitores e outros equipamentos elétricos, sendo comercialmente conhecidos como Ascarel ou Askarel, Aroclor, Pyralen, Clorophen, Inerteen, Asbetol e Kneclor.

A produção de PCBs nos Estados Unidos foi iniciada em 1920 sendo que apenas em 1966 foram reconhecidos como contaminantes ambientais devido à detecção de altas concentrações, durante a determinação de resíduos de pesticidas organoclorados. Seu pico de produção ocorreu em 1970 com 50.000 toneladas, onde a maior parte foi consumida pela indústria eletro-eletrônica. Em 1978

começaram a surgir as primeiras leis americanas restringindo seu uso somente para sistemas fechados como trocadores de calor. Em 1983 foi publicada lei federal proibindo o uso de PCBs em todo o território americano a partir de 1988.

Estima-se que devido ao grande emprego de PCBs a produção mundial acumulada foi de aproximadamente 1.200.000 toneladas. Deste total, cerca de 60% foi utilizado em transformadores e capacitores; 15% para fluidos de transferência de calor e 25% como aditivos na formulação de plastificantes, tintas, adesivos e pesticidas. Pode-se estimar que cerca de 40% (300.000 toneladas) entrou para o ambiente desde 1920 e que grande parte do restante ainda está em uso, principalmente em equipamentos eletro-eletrônicos antigos.

A sua potencialidade de risco ao meio ambiente e à saúde humana advém de suas características intrínsecas. A sua alta persistência confere a presença, por longos períodos, no ambiente. Também não são biodegradáveis e podem se acumular nos tecidos gordurosos dos seres vivos, sendo também, altamente tóxico, mesmo em baixas concentrações. Por fim por terem baixa solubilidade em água, apresentam uma capacidade de percorrer longas distâncias, em função da sua capacidade de propagação pelo ar, pela água e por espécies migratórias.

Podem, dentre outras anomalias à saúde humana, causar problemas no sistema imunológico, cardiovascular, endócrino, gastrointestinal, respiratório e reprodutivo. Também apresenta a capacidade de causar interferências hormonais durante a gestação, o que pode levar a malformações congênitas. Podem inclusive causar câncer.

Com efeito, um Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1987, classifica os PCBs como pertencentes ao Grupo 2 A, ou seja, uma substância que tem um potencial definido como "provável cancerígeno humano".

Também, um recente Estudo da UNICAMP, decorrente de uma pesquisa realizada em 9 (nove) estados brasileiros, com a análise de 200 (duzentas) amostras de leite coletadas em Bancos de Leite Humanos, aponta que o leite materno está contaminado por bifenilas policloradas – PCBs.

Os resultados da análise das amostras levaram à constatação de que em cidades metropolitanas o acúmulo de PCB no leite materno é mais expressivo que em outras regiões, a exemplo do município de São Paulo, onde 58% das amostras estão contaminadas. Os resultados também mostram que os maiores índices de contaminação verificaram-se no leite das mães que moram nas proximidades de indústrias ou rios poluídos, comprovando que os PCBs chegam facilmente ao meio ambiente e em seguida aos seres humanos, em função de sua capacidade de propagação pela água.

Assim, mesmo antes do nascimento, os recém-nascidos já são contaminados pela transferência dos PCBs através da placenta e, posteriormente, por meio da

amamentação. Como consequência podem apresentar calcificação anormal do crânio, pigmentação escura da pele e das membranas mucosas, hiperplasia gengival, baixo peso, anemia, crescimento reduzido e baixo Quociente de Inteligência – QI.

A comercialização e a fabricação dos PCBs foram proibidos no Brasil em 1981, por força do disposto na Portaria Interministerial nº 19, de 29 de janeiro de 1981, dos Ministérios do Interior, da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia. Todavia os PCBs ainda continuam a ser largamente utilizados como base dos óleos isolantes em transformadores, capacitores e outros equipamentos elétricos.

O risco de contaminação é cada vez mais iminente pois, muitos transformadores com óleo isolante a base de PCBs se encontram em locais confinados de grande circulação de pessoas, tais como, *shopping centers*, estádios de futebol, ginásios, hospitais, metrô, dentre outros. A possibilidade da ocorrência de um incêndio atingindo esses equipamentos, certamente também eleva o risco à população, haja vista a liberação de dioxinas e furanos a partir da combustão dos PCBs.

Atualmente, existe toda uma base normativa voltada para a gestão do assunto no País, representada, dentre outros diplomas, pelas Resoluções 06/88, 19/04, 23/96 todas do CONAMA, pela Instrução Normativa SEMA/STC/CRS Nº 1 de 1983 e pela Portaria nº 204/97 do Ministério dos Transportes, além da própria Portaria Interministerial 019, de 1981. Estes instrumentos abordam proibições, a instituição de controle de resíduos, a questão dos resíduos gerados, as condições de manuseio, o armazenamento e o transporte.

Contudo, esta base legal é extremamente insuficiente para se garantir a total proteção ao meio ambiente e a saúde humana, em função das características intrínsecas dos PCBs. Muito pelo contrário, existem lacunas enormes que precisam ser preenchidas.

Assim, a presente proposição criará, legalmente, todas as condições necessárias para que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam, e/ou tenham sob sua guarda, transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCBs ou óleos contaminados por PCBs e por seus demais resíduos, possam efetivamente, providenciar a sua eliminação progressiva até 2020, também em total consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito da Convenção de Estocolmo, que prevê a eliminação progressiva até 2025.

Paralelamente, até a eliminação total da substância, o processo de gestão e controle da matéria também será extremamente beneficiado, haja vista a obrigatoriedade da realização de inventários, que propiciarão, adicionalmente, uma ação mais efetiva em termos de fiscalização, por parte dos órgãos ambientais estaduais e de controle, inclusive do próprio IBAMA, em termos de combate ao

mercado de reposição dos PCBs, dos depósitos em lixões, das fundições de resíduos metálicos que geram a liberação de dioxinas e furanos.

À luz de todo o exposto, solicito aos meus pares o apoio necessário à célere aprovação da presente proposição, lembrando que esta providência, à nível internacional, já foi efetivado na década de 70, do século passado, com a restrição e o banimento da produção e do uso dos PCBs, tanto pelos Estados Unidos como pela Europa.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2009.

Deputado Sarney Filho
PV/MA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (*"Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.028, de 12/4/1990*)

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e

comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora. (Artigo com redação dada pela Lei nº 7.804, de 18/7/1989)

Art. 17-A. São estabelecidos os preços dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a serem aplicados em âmbito nacional, conforme Anexo a esta Lei. (Artigo acrescido pela Lei nº 9.960, de 28/1/2000)

.....

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de agosto de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreazza

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

.....

.....

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 19, DE 29 DE JANEIRO DE 1981

Revogada

Considerando ser urgente e indispensável evitar a contaminação do ambiente por bifenil policlorados-PCB's (comercialmente conhecidos como Askarel, Aroclor, Clophen, Phenoclor, Kancchlor e outros), devido aos efeitos nocivos que esses compostos causam ao Homem e animais;

OS MINISTROS DE ESTADO DO INTERIOR, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO e DAS MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, acolhendo proposta da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e de acordo com o que dispõem o Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, o Decreto-lei nº 1413, de 14 de agosto de 1975 e o Decreto nº 76.389, de 03 de outubro de 1975;

Considerando que os mencionados compostos provocam males, como lesões dermatológicas acentuadas, alterações no fígado e rins, alterações morfológicas nos dentes á, alterações psíquicas, perda da libido, efeitos tetratogênicos e cancerígenos.

Considerando, ainda, os efeitos nefastos sobre o Homem e animais, de acordo com estudos realizados, por ocasião de contaminação acidental de alimentos com PCB's em alguns países;

RESOLVEM BAIXAR AS SEGUINTE NORMAS:

I - A partir da data da publicação desta Portaria, fica proibida, em todo Território Nacional, a implantação de processos que tenham como finalidade principal a produção de bifenil policlorados - PCB's.

II - Ficam proibidos, em todo Território Nacional, o uso e a comercialização de bifenil policlorados-PCB's, em todo estado, puro ou em mistura, em qualquer concentração ou estado físico, nos casos e prazos relacionados abaixo:

a) como fluído dielétrico nos transformadores novos, encomendados a partir de 06 (seis) meses da data da publicação da presente Portaria;

b) como fluído dielétrico nos transformadores novos, encomendados a partir de 20 (vinte) meses da data da publicação desta Portaria;

c) como aditivo para tintas, plásticos, lubrificantes e óleo de corte, fabricados a partir de 12 (doze) meses da data da publicação desta Portaria;

d) em outras aplicações, que não as acima citadas, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da data da publicação da presente Portaria.

III - Os equipamentos de sistema elétrico, em operação, que usam bifenil policlorados-PCB's, como fluído dielétrico, poderão continuar com este dielétrico, até que

seja necessário o seu esvaziamento, após o que somente poderão ser preenchidos com outros que não contenha PCB's.

IV - As empresas usuárias de equipamentos elétricos deverão considerar, nas especificações de novos capacitadores de potências, a aquisição de equipamentos que não utilizem PCB's.

V - Fica terminantemente proibido o despejo de bifenil policlorados-PCB's, ou produtos que contenham, quer direta ou indiretamente, nos cursos d'água ou locais expostos às intempéries.

VI - Cabe aos órgãos estaduais do meio ambiente a vigilância e fiscalização para o cumprimento das normas contidas nesta Portaria.

VII - A SEMA poderá estabelecer, através de Instruções Normativas, procedimentos e exigências referentes a esta Portaria.

VIII - A não observância das normas baixadas por esta portaria sujeitará os infratores às cominações previstas na legislação pertinente.

IX - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO DAVID ANDREAZZA
Ministro do Interior

JOÃO CAMILO PENNA
Ministro da Indústria e do Comércio

CESAR CALS DE OLIVEIRA FILHO
Ministro das Minas e Energia

RESOLUÇÃO/CONAMA/N.º 6, DE 15 DE JUNHO DE 1988

**Revogada pela Resolução CONAMA nº 313, de 29 de outubro de 2002*

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Artigo 89, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, inciso III, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 91.305, de 03 de junho de 1985 e

Considerando a ausência de informações sobre os tipos e destinos dos resíduos gerados no Parque Industrial do País;

Considerando a necessidade de dados precisos sobre os estoques de Bifenilas Policloradas - PCB'S e agrotóxicos fora de especificação ou de uso proibido no País;

Considerando que estes produtos podem apresentar características extremamente prejudiciais, à saúde humana e ao meio ambiente;

Considerando, ainda, que para a elaboração de diretrizes nacionais visando o controle dos resíduos perigosos, é essencial, à realização de um inventário dos resíduos industriais gerados e/ou existentes no País, RESOLVE:

Art. 1º - No processo de licenciamento ambiental de atividades industriais, os resíduos gerados dou existentes deverão ser objeto de controle específico.

Art. 2º - As indústrias geradoras de resíduos, enquadradas nos critérios abaixo, com orientação do órgão de controle ambiental do Estado ou da SEMA em caráter supletivo deverão, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Resolução, ou a partir de 60 (sessenta) dias após a notificação, apresentar ao órgão ambiental competente, informações sobre a geração, características e destino final de seus resíduos, na forma definida no anexo I, desta Resolução:

I - indústrias metalúrgicas com mais de 100 (cem) funcionários;

II - indústrias químicas com mais de 50 (cinquenta) funcionários;

III- indústrias de qualquer tipo grupo 00 a 30) com mais de 500 (quinhentos) funcionários;

IV- indústrias que possuem sistemas de tratamento de água residuárias do processo industrial;

V- indústrias que gerem resíduos perigosos como tais definidos pelos órgãos ambientais competentes.

Parágrafo Único - O órgão ambiental competente terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, para emitir a notificação a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º - As entidades públicas e/ou privadas que possuam estoques agrotóxicos fora de condições de uso proibido, deverão apresentar ao órgão ambiental competente dentro de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Resolução, o inventário destes estoques, na forma definida no Anexo I.

Art. 4º - As concessionárias de energia elétrica e empresas que possuam materiais e/ou equipamentos contaminados com Bifenilas Policloradas - PCB'S, bem como estoques e/ou equipamentos fora de uso, contendo óleos ascaréis, deverão apresentar ao órgão ambiental competente, dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, o inventário destes estoques, na forma definida no Anexo I.

Art. 5º - O não cumprimento do disposto nesta Resolução, acarretará aos infratores multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) OTN'S, aplicável em dobro nas reincidências, na forma do Artigo 14, da Lei nº 6.938/81 e no Artigo 37, do Decreto nº 88.351/83, complementado pelo Decreto nº 89.532/84.

Art. 6º - As penalidades aqui previstas serão aplicadas pelos órgãos ambientais, nas suas respectivas esferas de competência ressalvada a supletividade de ação do IBAMA, conforme previsto em Lei

Art. 7º - Estabelecer que o IBAMA e os órgãos estaduais, coordenadamente e nas áreas de suas competências, apresentem:

I - em até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação desta Resolução, diretrizes visando o controle da poluição por resíduos industriais, e em particular os perigosos;

II - em até 200 (duzentos) dias, programas estaduais, e em até 240 (duzentos e quarenta) dias, a partir da publicação desta Resolução, plano nacional, para gerenciamento de resíduos industriais.

Parágrafo Único - nas diretrizes dos planos previstos neste artigo serão estabelecidos os prazos e formas de atualização das informações alinhadas nesta Resolução.

Art. 8º - Quando a empresa geradora contratar a disposição de seus resíduos a outra pessoa física ou jurídica, esta deverá submeter o plano de disposição dos mesmos ao órgão ambiental competente.

Art. 9º - Os anexos de I a V, constituem parte integrante desta Resolução.

Art. 10 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

João Alves Filho

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 313, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso de suas competências atribuídas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 326, de 15 de dezembro de 1994¹⁴⁵; e

Considerando a necessidade da elaboração de Programas Estaduais e do Plano Nacional para Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais;

Considerando a ausência de informações precisas sobre a quantidade, os tipos e os destinos dos resíduos sólidos gerados no parque industrial do país;

Considerando que esses resíduos podem apresentar características prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente;

Considerando que para a elaboração de diretrizes nacionais visando o controle dos resíduos industriais é essencial a realização de um inventário dos resíduos industriais gerados e existentes no país;

Considerando que o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais é um dos instrumentos de política de gestão de resíduos, resolve:

.....

Art. 10. Fica revogada a Resolução CONAMA nº 6, de 15 de junho de 1988.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA MARIA LIBÓRIO - Secretária-Executiva do Conselho

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 23, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre as definições e o tratamento a ser dado aos resíduos perigosos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos perigosos e seu Depósito.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.490, de 19 de novembro de 1992¹³, pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e,

Considerando os riscos reais e potenciais que a manipulação de resíduos pode acarretar à saúde e ao meio ambiente;

Considerando a necessidade de controlar e, em muitos casos, banir a entrada de resíduos, especialmente aqueles considerados perigosos, em nosso País;

Considerando que a Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada sob a égide da Organização das Nações Unidas, concluída em Basileia, Suíça, em 22 de março de 1989, foi promulgada pelo Governo Brasileiro, através do Decreto nº 875, de 19 de julho de 1993, publicado no DOU do dia subsequente, e preconiza que o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e outros resíduos seja reduzido ao mínimo compatível com a administração ambientalmente saudável e eficaz desses resíduos e que seja efetuado de maneira a proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos adversos que possam resultar desse movimento;

Considerando que a referida Convenção reconhece plenamente que qualquer país que seja parte tem o direito soberano de proibir a entrada ou depósito de resíduos perigosos e outros resíduos estrangeiros em seu território;

Considerando, ainda, a Decisão II-12 da 2ª Reunião das Partes da Convenção de Basileia que proibiu, a partir de 25 de março de 1994, a movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos para disposição final e proíbe, a partir de 31 de dezembro de 1997, os movimentos transfronteiriços de tais resíduos para operações de reciclagem ou recuperação provenientes de Estados membros para Estados não membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (anexo 4), resolve:

Art. 1º Para efeito desta Resolução serão adotadas as seguintes definições:

a) Resíduos Perigosos - Classe I: são aqueles que se enquadrem em qualquer categoria contida nos anexos 1-A a 1-C, a menos que não possuam quaisquer das características descritas no anexo 2, bem como aqueles que, embora não listados nos anexos citados, apresentem quaisquer das características descritas no anexo 2.

b) Resíduos Não Inertes - Classe II: são aqueles que não se classifiquem como resíduos perigosos, resíduos inertes ou outros resíduos, conforme definição das alíneas a, c e d, respectivamente,

.....

.....

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMA/STC/CRS Nº 1, DE 10 DE JUNHO DE 1983

Disciplina as condições de armazenamento e transporte de bifenilas policloradas (PCBs) e/ou resíduos contaminados com PCBs.

O Secretário Especial do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item "c", Artigo 4º, do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, considerando ainda o disposto no inciso VII da Portaria Interministerial nº 019, de 29 de janeiro de 1981,

RESOLVE:

Disciplinar as condições a serem observadas no manuseio, armazenamento e transporte de bifenilas policloradas (PCBs) e/ou resíduos contaminados com PCBs.

1. OBJETIVO

A execução das atividades de manuseio, armazenamento e transporte de bifenilas policloradas (PCBs) e/ou resíduos contaminados com PCBs reger-se-ão pelo disposto na presente Instrução Normativa e demais atos complementares a serem baixados por esta Secretaria.

2. NORMAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Na apreciação desta Norma se faz necessário consultar:

- NBR 7500 - Simbologia para o Transporte, Armazenamento e Manuseio de Materiais;
- NBR 7501 - Terminologia para Transporte de Cargas Perigosas;
- NBR 7502 - Classificação para Transporte de Cargas Perigosas;
- NBR 7503 - Ficha de Emergência;
- NBR 7504 - Envelope para o Transporte de Cargas Perigosas;
- Portaria Interministerial nº 019, de 29 de janeiro de 1981 - MINTER/SEMA;
- Transporte de Produtos Perigosos
- Instituto Brasileiro de Petróleo.

3. DEFINIÇÕES

Para efeito desta Instrução Normativa adotar-se-ão as seguintes definições:

3.1 - Bifenilas Policloradas (PCBs)

Grupo de compostos com a seguinte estrutura geral onde pelo menos dois dos dez Z's representam átomos de cloro e os demais Z's podem representar um átomo de cloro ou um átomo de hidrogênio.

Os PCBs são conhecidos comercialmente como Askarel, Aroclor, Clophen, Phenoclor, Kaneclor, Piranol e outros.

Para efeito desta IN, os PCBs são classificados como substâncias tóxicas.

3.2 - Manuseio

Qualquer atividade onde PCBs ou seus continentes possam entrar em contato com seus operadores.

3.3 - Armazenamento

Ato ou efeito de guardar provisoriamente PCBs até posterior destinação final.

3.4 - Transporte

Ato ou efeito de transportar PCBs, quer seja por via rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea.

3.5 - Acidente

É o ato de colocar PCBs em contato com pessoas e/ou meio ambiente.

3.6 - Continte

Qualquer recipiente ou componente usado para conter e/ou proteger o conteúdo.

4. MANUSEIO

4.1 - A atividade de manuseio de PCBs não deverá ser exercida por pessoas acometidas ou sujeitas à inflamação de garganta e brônquios, doenças crônicas dos órgãos internos, doenças infecciosas, eczemas e dermatites alérgicas, bem como pessoas que apresentam reações específicas.

4.2 - No contato direto deve-se usar óculos de segurança ou protetor facial, luvas à base de acetato de polivinila (PVA) ou polietileno, botas ou sapatos com solado sintético e roupas protetoras (avental não absorvente descartável). Não devem ser usados equipamentos de proteção individual à base de borracha. Os E.P.I.s (equipamentos de proteção individual) devem ser preservados para o manuseio exclusivo de PCBs. As roupas contaminadas não podem ser usadas novamente, devendo ser descartadas conforme item 5.1.

4.3 - O manuseio de equipamento e/ou continente que contenham PCBs a temperaturas elevadas (acima de 60° C) deve ser evitado.

4.4 - Em caso de manuseio acima de 60° C, devem ser usados, além dos E.P.I.s, já mencionados, máscara contra gases com filtro orgânico código B Norma DIN 3181 ou máscara autônoma.

4.5 - Não é recomendável comer, beber, fumar ou usar artigos de higiene pessoal nos locais onde se trabalha com PCBs.

4.6 - Após trabalhos com PCBs, antes de qualquer refeição e uso de instalações sanitárias, o rosto, mãos e braços devem ser lavados com água morna e sabão neutro. É desaconselhável o uso de solventes, detergentes ou abrasivos (areia, sabões especiais, etc.).

4.7 - Os equipamentos contendo PCBs devem ser manuseados e movimentados com cuidado a fim de evitar choques mecânicos que possam causar vazamentos. Os capacitores devem ser manuseados através das abas laterais e nunca pelas buchas. Os transformadores devem ser manuseados de acordo com as recomendações do fabricante.

4.8 - Não tombar equipamentos ou continentes para evitar derramamentos.

4.9 - Os equipamentos ou continentes devem ser movimentados, preferencialmente, através de empilhadeiras, guinchos, telhas ou caixas apropriadas e conduzidas por profissionais especializados em movimentação de carga.

4.10 - Os continentes ou equipamentos devem ser movimentados na posição vertical e amarrados para evitar tombamento.

4.11 - Quando os equipamentos forem movimentados por guinchos ou talhas devem ser utilizados "estropos", adequados, evitando-se o contato de cabo de aço ou corrente com bucha.

4.12 - Quando movimentados por empilhadeiras, os equipamentos devem ser dispostos sobre estrados e amarrados.

5. ARMAZENAMENTO

5.1 - O armazenamento do material deverá ser em continentes que atendam as exigências desta IN ou do item 5.2.

5.2 - Os continentes para armazenagem deverão ser construídos em chapas nº 18, com as bordas especialmente seladas e deverão também, ser protegidos internamente por tinta epóxi, polietileno ou galvanizados. Deverão ser facilmente identificados através do nome do material pintado no seu corpo e na tampa.

5.3 - A armazenagem de equipamentos danificados ou continentes contendo PCBs deverá ser feita em local que atenda às seguintes condições:

- a) ser bem ventilado;
- b) localizar-se distante de depósitos de alimentos, água potável, remédios e óleo isolante;
- c) ter cobertura de proteção contra chuva;
- d) ter piso falso de madeira sobre piso de cimento e caixa coletora para PCBs (vide Anexos A e B);
- e) ser sinalizado com placa de "Entrada Proibida" e
- f) ter afixado em local bem visível as instruções do Anexo D.

5.4 - Os equipamentos e/ou continentes contendo PCBs deverão ser armazenados verticalmente e amarrados para evitar tombamento.

5.5 - Todos os equipamentos e/ou contendo PCBs deverão ser vistoriados mensalmente verificando se há vazamentos.

5.6 - Em caso de incêndio, deve-se entrar no ambiente usando máscaras contra gases, com filtro orgânico código B Norma DIN 3181.

5.7 - Não poderão ser vendidos tambores ou outros continentes contaminados, nem utilizá-los para acondicionar outros produtos.

5.8 - Todo continente e equipamento que contiver PCBs deverá apresentar o rótulo de identificação conforme Anexo D.

5.9 - Os equipamentos danificados com vazamentos deverão ser colocados em sacos plásticos e estes em continentes cuja especificação encontra-se no item 5.1 e deverá Ter o rótulo de identificação conforme o Anexo D.

5.10 - Os transformadores danificados com vazamento deverão Ter seu óleo drenado e colocado em continentes de acordo com o item 5.2 desta IN.

5.11 - Os equipamentos em funcionamento deverão exibir em local visível as instruções contidas no Anexo D.

5.12 - O responsável pelo local de armazenamento deverá manter um registro dos equipamentos e continentes armazenados no local. Deverão constar no registro as seguintes informações:

- a) data de entrega do equipamento ou continente;
- b) se for equipamento
 - . tipo (transformador, capacitor)
 - . quantidade de óleo contendo PCBs;

5.13 - Estas informações deverão ser encaminhadas anualmente ao órgão estadual de controle do meio ambiente.

6. TRANSPORTE

6.1 - O transporte de PCBs deverá ser realizado em continentes individuais hermeticamente fechados e que atendam todos os requisitos desta IN.

6.2 - O PCB não deverá ser transportado no mesmo veículo ou compartimento de veículo, com substâncias identificadas ou conhecidas como material alimentício para consumo humano ou animal e outros óleos isolantes.

6.3 - Caso seja caracterizada contaminação no veículo, o mesmo não poderá retornar ao serviço antes da descontaminação.

6.4 - Os continentes ou equipamentos deverão ser transportados verticalmente e adequadamente fixados.

6.5 - Deverá ser evitada a danificação das embalagens e etiquetas.

6.6 - Os continentes ou equipamentos deverão portar em local visível seu rótulo de risco (Anexo C) e seu rótulo de identificação (Anexo D).

6.7 - O transporte de PCBs deverá ainda obedecer as normas de transporte de cargas perigosas NBR 7503 e NBR 7504. O anexo "E" apresenta o modelo de preenchimento da Ficha de Emergência. (NBR 7503).

7. ACIDENTES

7.1 - Em caso de vazamento ou derramamento, o equipamento ou qualquer material contaminado deverá ser envolvido em sacos plásticos e, posteriormente,

acondicionado em continentes. Para limpeza da área, deverão ser usados absorventes comuns (areia, serragem, estopa, etc), os quais também deverão ser acondicionados em sacos plásticos e em seguida em continentes (vide item 5.2).

7.1.1 - Nunca usar solventes como gasolina, thinner, detergentes, etc.

7.1.2 - Esses continentes deverão ser armazenados conforme item 5.

7.1.3 - Deverá ser evitado qualquer tipo de descarte: jogar no lixo, em esgotos, em rios ou lados, próximo a alimentos, abandonar e/ou enterrar.

7.2 - Em casos de contato com PCB e/ou seus vapores sugerem-se os seguintes procedimentos:

7.2.1 - Contato com a pele

Lavar com água morna e sabão neutro em abundância. Nunca usar solventes, detergentes ou abrasivos. Passar sobre a pele creme ou vaselina.

7.2.2 - Contato com os olhos

Lavar com água corrente em abundância ou, se possível, em solução de água boricada ou sal de cozinha a 1,5%.

7.2.3 - Aspiração

Respirar ar fresco. Na intoxicação aguda, efetuar respiração boca-a-boca e eventualmente usar máscara de oxigênio.

7.2.4 - Ingestão

Tomar 3 ml de vaselina líquida para cada quilo de peso da vítima. e tomar , em seguida, uma colher (de sopa) de sulfato de sódio diluído em 250 ml de água.

7.2.5 - Após as medidas dos itens anteriores, deve-se procurar assistência médica.

7.2.6 - A não observância das normas baixadas por esta IN sujeitará os infratores às cominações previstas na legislação pertinente.

Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA GM Nº 204, DE 20 DE MAIO DE 1997

**Vide Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004*

Aprova as Instruções Complementares aos Regulamentos dos Transportes Rodoviários e Ferroviários de Produtos Perigosos (as Instruções foram publicadas, na sua íntegra, no Suplemento ao Diário Oficial da União de n.º 98, de 26.05.1997).

(Substituída pela Resolução nº 420/ANTT)

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988, e no art. 2º do Decreto nº 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, resolve:

I - Aprovar as anexas Instruções Complementares aos Regulamentos dos Transportes Rodoviários e Ferroviários de Produtos Perigosos.

II - Conceder os seguintes prazos para entrada em vigor das disposições referentes aos padrões de desempenho fixados para embalagens:

a) três anos para embalagens novas; e

b) cinco anos para embalagens já produzidas, ou que venham a sê-lo no prazo previsto na alínea anterior, e passíveis de reutilização.

III - Conceder prazo de dois anos, a partir da data de aprovação pelo Conselho Nacional de Trânsito, para entrada em vigor do programa de reciclagem periódica destinado a condutores de veículos automotores utilizados no transporte de produtos perigosos.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias nº 291, de 31 de maio de 1988, e nº 111, de 5 de março de 1990, e demais disposições em contrário.

ALCIDES JOSÉ SALDANHA

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 420, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2004

Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 036/2004, de 11 de fevereiro de 2004 e CONSIDERANDO o disposto no art. 3º do Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988, no art. 2º do Decreto nº 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, os quais aprovam, respectivamente, os Regulamentos para o Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 22, inciso VII, estabelece que “constitui esfera de atuação da ANTT o transporte de produtos perigosos em rodovias e ferrovias”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 24, inciso XIV, determina que “ cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuição geral, estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de produtos perigosos”;

CONSIDERANDO o disposto no PARECER/ANTT/PRG/FAB/nº 151-4.13/2003, de 15 de abril de 2003, que conclui ser atribuição da ANTT expedir atos complementares e as modificações de caráter técnico que se façam necessários para a permanente atualização dos Regulamentos e obtenção de níveis adequados de segurança no transporte desse tipo de carga;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das instruções complementares ao regulamento do transporte terrestre de produtos perigosos, tendo em vista a evolução técnica das normas e padrões praticados internacionalmente com base nas recomendações emanadas do Comitê de Peritos das Nações Unidas, no qual o Brasil integra como representante oficial;

CONSIDERANDO a Audiência Pública nº 008/2003, realizada no período de 15 de setembro a 10 de outubro de 2003; e

CONSIDERANDO a atribuição do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro de regulamentar e acompanhar os programas de avaliação da conformidade e fiscalização de embalagens, embalagens grandes, contentores intermediários para graneis (IBCs) e tanques portáteis, de acordo com o disposto nas Leis nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 e nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Aprovar as anexas Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Art. 2º Determinar o prazo de 8 (oito) meses, contados a partir da vigência desta Resolução, para exigência do cumprimento das disposições referentes à identificação das unidades de transporte, unidades de carga e dos volumes, alteradas por esta Resolução.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOLOG que adote as providências para estabelecer Convênios de Cooperação, visando promover a fiscalização nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. Para fins de fiscalização será observado somente o disposto nesta Resolução.

Art. 4º Estabelecer que esta Resolução entre em vigor em 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação, substituindo as Portarias do Ministério dos Transportes de nº 261, de 11 de abril de 1989, de nº 204, de 20 de maio de 1997, de nº 409, de 12 de setembro de 1997, de nº 101, de 30 de março de 1998, de nº 402, de 09 de setembro de 1998, de nº 490, de 16 de novembro de 1998, de nº 342, de 11 de outubro de 2000, de nº 170, de 09 de maio de 2001 e de nº 254, de 10 de julho de 2001.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

PROJETO DE LEI N.º 6.235, DE 2009

(Do Sr. Felipe Bornier)

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, orientando a Administração Pública a utilizar prioritariamente papel reciclado em suas publicações oficiais

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-5272/2009.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 9º:

“Art. 15.

§ 9º A Administração Pública direta e indireta comprará, prioritariamente, papel reciclado para a produção direta de suas publicações, exigindo o mesmo de empresas contratadas, quando o serviço for terceirizado, requisito este dispensável no caso da indisponibilidade de papel reciclado no mercado”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Cada dia fica mais evidente a necessidade de evitarmos o desperdício de papel, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental do planeta.

Sabe-se que cada tonelada de papel reciclado diminui, em média, o consumo de 60 eucaliptos adultos, de 2,5 barris de petróleo e de 30 m³ de água, se comparado ao processo normal de fabricação de papel.

Muito embora o Brasil venha apresentando índices crescentes de reciclagem de produtos, como embalagens de alumínio, papel, vidro, plástico e outros, ainda estamos longe de alcançar um nível de reciclagem de materiais adequado à demanda dos tempos atuais de controle da poluição urbana e da emissão de carbono para a atmosfera.

Em 2006, foram reciclados no Brasil 77% do papel ondulado, 47% do papel de escritório, 20% dos plásticos rígidos e filme, 51% das embalagens PET, 24% das embalagens cartonadas longa vida, 94% das latas de alumínio, 47% das latas de aço, 46% das embalagens de vidro, 73% dos pneus, 27% do óleo lubrificante usado e 97% das baterias de chumbo, segundo dados fornecidos pela organização CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem¹.

Avalia-se que o índice de reciclagem de papel poderia elevar-se a percentuais próximos aos das latas de alumínio, se houvesse incentivo suficiente e que tal incentivo refletir-se-ia inclusive na criação de empregos, meta de qualquer programa de governo. Estima-se que a reciclagem de papéis é capaz de criar cinco vezes mais empregos que a produção convencional do papel de celulose e dez vezes mais empregos que a coleta e destinação final de lixo².

Importa lembrar que a aceitação do papel reciclado em

¹ http://www.cempre.org.br/fichas_tecnicas.php

² dados do site www.reviverde.org.br

diversos produtos é crescente e que seu custo tem diminuído bastante no decorrer dos últimos anos. Em 2001, os papéis reciclados chegavam a custar 40% mais que o papel convencional. Em 2004, essa diferença caiu para 3% a 5%. Tal redução de preços foi alcançada por ganhos de escala e pela minoração da margem média de lucro. A eficiência da coleta seletiva também tem tido papel relevante para a diminuição dos preços do papel reciclado.

Quanto à utilização de papel reciclado para a impressão no mercado editorial, temos, no Brasil, ainda muito baixa concorrência e baixa oferta do material adequado. Porém, se verificarmos a performance de outros países, veremos que metas audaciosas poderiam ser facilmente alcançadas. Desde o ano 2000, por exemplo, mais de 6 milhões de livros foram impressos em papel reciclado no Canadá. Na Espanha, mais de 450 mil livros foram impressos em papel reciclado ou certificado.

Não temos dúvida de que o melhor incentivo que o Estado poderia dar para fazer elevar rapidamente o uso de papel reciclado em publicações impressas seria a orientação do mercado por meio do instrumento das compras governamentais.

Sabe-se que as compras governamentais no Brasil movimentam recursos equivalentes a 10% do PIB e que são capazes, sem sombra de dúvida, de mobilizar setores importantes da economia, principalmente aqueles que muito se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação.

São estes os argumentos que nos levam a apresentar a presente proposição e a solicitar dos demais componentes desta Casa todo o apoio para que a medida proposta logo venha a vigorar.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2009.

Deputado FELIPE BORNIER

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****Seção V
Das Compras**

Art. 15. As compras, sempre que possível deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições;

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

Art. 16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no inciso IX do art. 24.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.315, DE 2009

(Da Sra. Manuela D'Ávila)

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para determinar a proibição de importação de bens usados e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL449/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 13-A:

“Art. 13-A Fica proibido em todo território nacional, a importação de resíduos e rejeitos, cujas características causem danos ao meio ambiente e à saúde pública, sob qualquer forma e para qualquer fim.

“Parágrafo único. Os resíduos e rejeitos importados que não causem danos ao meio ambiente e à saúde pública serão definidos em regulamento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 6-A:

“Art. 56-A Importar resíduos e rejeitos, sob qualquer forma e para qualquer fim, sem autorização.

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os resíduos tornaram-se um gigantesco desafio para as administrações públicas. A utilização de grandes espaços para armazenagem dos resíduos das grandes cidades é cada vez mais restrita. O risco de contaminação do solo e dos lençóis freáticos é cada vez maior. Consoante a isso, o percentual de resíduos aproveitados para a reciclagem não chega a 1% do total recolhido.

O Brasil é signatário da Convenção de Basileia, acordo que define a organização e o movimento de resíduos sólidos e líquidos perigosos. Essa convenção permite a concessão prévia e explícita de importação e exportação dos resíduos autorizados entre os países de modo a evitar o tráfico ilícito. Nosso país ratificou a Convenção em 1993 proibindo a importação e exportação de resíduos perigosos sem consentimento.

Por essa Convenção, os países em desenvolvimento se comprometem a só importar produtos de difícil degradação ou reciclagem, se os países exportadores comprovarem tecnicamente o não comprometimento do meio ambiente.

Ante o exposto, objetivando manter o papel do Brasil na defesa do meio ambiente e da sustentabilidade de seu desenvolvimento, sem a necessidade de recebimento, via importação, de material usado para qualquer finalidade, que mais rapidamente se transformará em lixo, com enormes custos para nossa sociedade, apresentamos a presente proposição, para se somar as existentes nesta Casa e contribuir para resolvermos este problema.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 2009.

Deputada Manuela d'Ávila
PCdoB/RS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências.

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 13. O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

- I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;
- II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;
- III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo único. Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º *(Revogado pela Lei nº 9.966, de 28/4/2000)*

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.284, de 2/3/2006)*

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção III

Da Poluição e Outros Crimes Ambientais

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 57. (VETADO)

PROJETO DE LEI N.º 6.360, DE 2009

(Do Senado Federal)

PLS Nº 134/07
OFÍCIO Nº 2410/09 (SF)

Atera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricam e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-203/1991.

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio, do transporte, do emprego, da disposição dos resíduos e das embalagens, dos produtos de uso veterinário.

.....” (NR)

“Art. 2º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, importem, fracionem, transportem, comercializem ou armazenem produtos de uso veterinário.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata o caput deste artigo estende-se à manipulação, à disposição dos resíduos e das embalagens, ao acondicionamento, ao transporte e à fase de utilização.” (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº 467, de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A. É responsabilidade dos estabelecimentos privados e oficiais, das cooperativas, dos sindicatos rurais ou das entidades congêneres que fabriquem, importem, fracionem e comercializem produtos de uso veterinário a destinação final dos produtos tornados impróprios para consumo e das embalagens vazias dos produtos de uso veterinário.

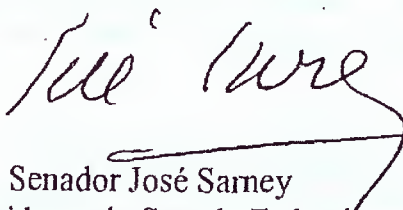
§ 1º São considerados produtos tornados impróprios para consumo aqueles com prazo de validade vencido ou contaminados ou de utilização proibida.

§ 2º As embalagens vazias e os produtos tornados impróprios para consumo, a critério do órgão fiscalizador, serão devolvidos aos estabelecimentos comerciais onde foram adquiridos, para posterior encaminhamento aos fabricantes ou importadores para reciclagem ou destruição.

§ 3º A critério das autoridades responsáveis pela fiscalização, também poderão ser estabelecidos pontos de coleta para o recebimento das embalagens e dos produtos veterinários impróprios para consumo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 04 de outubro de 2009.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO-LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 2º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, estendendo-se essa fiscalização à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização dos mesmos.

Art. 3º Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem, e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1º A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da exceção prevista no Art. 5º deste Decreto-Lei.

§ 4º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no Órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 4º Os produtos definidos no Artigo 1º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no país, dentro do prazo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo será contado, a partir da data da publicação deste Decreto-Lei, para os produtos já licenciados e da data do respectivo licenciamento, para aqueles que, nas mesmas condições, venham a ser comercializados.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.423, DE 2009

(Do Sr. William Woo)

Estabelece critérios para a produção de garrafas de Politereftalato de Etileno - PET.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-520/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a produção de garrafas de Politereftalato de Etileno – PET.

Art. 2º A garrafa de Politereftalato de Etileno – PET deve ser incolor e facilmente comprimível.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto na segunda parte deste artigo as garrafas com mais de dois litros, nos casos em que for necessária maior rigidez para evitar deformação durante o transporte e para garantir um uso seguro do produto embalado.

Art. 3º As garrafas de Politereftalato de Etileno – PET devem ser projetadas/produzidas seguindo uma padronização em função de capacidade volumétrica e com geometria que propicie fácil recorte e empilhamento quando de seu recolhimento para encaminhamento à reciclagem.

Art. 4º No caso de embalagem que requeira alça de segurança, devem ser usados pegadores de PET incolor.

Parágrafo único. Nos casos necessários deve ser usado plástico com densidade específica inferior a 1,0 g/cm³

Art. 5º Fica proibido o uso de base (base-cup) constituída por material diferente do PET.

Art. 6º O rótulo das embalagens deve ser fisicamente removível e possuir densidade específica inferior a 1,0 g/cm³, de modo que seja separável por densidade ou método de flotação aérea

§ 1º O adesivo do rótulo deve ser removível da embalagem, sem deixar aderências, quando ela for lavada em solução de soda cáustica a 1,5 %, por 15 min, à temperatura de 85°C.

§ 2º A tinta de impressão do rótulo não pode migrar para a embalagem.

§ 3º Fica proibido o rótulo impresso diretamente na embalagem.

Art. 7º O vedante deve ser fabricado com material com densidade específica inferior a 1,0 g/cm³

Art. 8º Deve constar no rótulo da embalagem recomendação ao consumidor da forma de armazenar a(s) garrafa(s) usada(s) – (corte transversal, retirada do rótulo e empilhamento no sentido longitudinal; tanto para o corpo principal, como para a base inferior) e envio para estações de reciclagem.

Art. 9º O produtor deve orientar o varejista a fixar a etiqueta de preço sobre o rótulo ou a tampa da embalagem.

Art. 10 A infração a esta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de 10 a 50% do valor de venda de cada embalagem irregular colocada no mercado.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O PET (Politereftalato de Etileno) é um poliéster, polímero termoplástico. PET é o melhor e mais resistente plástico para fabricação de garrafas e embalagens para refrigerantes, águas, sucos, óleos comestíveis, medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, destilados, isotônicos, cervejas, etc.

O PET possui alta resistência mecânica e química, proporciona excelente barreira para gases e odores, e possui peso muito menor que o das embalagens tradicionais, o que reduz os custos de produção e transporte. Por essas qualidades, o PET tornou-se o material mais utilizado para a fabricação de embalagens de bebidas em todo o mundo.

O PET chegou ao Brasil em 1988 e seguiu uma trajetória semelhante ao resto do mundo, sendo utilizado primeiramente na indústria têxtil. A partir de 1993 passou a ocupar um lugar de destaque no mercado de embalagens, notadamente para os refrigerantes. Em 1994 o Brasil consumia 80 mil toneladas de PET. Em 2008, o consumo foi de 462 mil toneladas, um aumento de quase seis vezes em quinze anos.

O aumento vertiginoso da produção e consumo de PET foi acompanhada pelo problema do crescente volume de resíduos gerado. Felizmente, porém, o problema vem sendo enfrentado com relativo sucesso no Brasil através da reciclagem, já que a embalagem PET é 100% reciclável. O País reciclou, em 2007, 231.000 toneladas de PET, o que correspondeu a uma taxa de reciclagem de 53,5%. O Brasil é o segundo país que mais recicla PET no mundo, superado apenas pelo Japão, com uma taxa de reciclagem de 66,3%.

A reciclagem do PET tem muitos benefícios, como:

- redução do volume de lixo coletado, que é removido para aterros sanitários, proporcionando melhorias sensíveis no processo de decomposição da matéria orgânica (o plástico impermeabiliza as camadas em decomposição, prejudicando a circulação de gases e líquidos);
- redução do volume de lixo acumulado nas ruas, nas galerias pluviais, nos rios;
- economia de energia elétrica e petróleo, pois a maioria dos plásticos é derivada do petróleo, e um quilo de plástico equivale a um litro de petróleo em energia;
- geração de empregos (catadores, sucateiros, operários, etc.)
- menor preço para o consumidor dos artefatos produzidos com plástico reciclado aproximadamente 30% mais baratos do que os mesmos produtos fabricados com matéria-prima virgem.

Diversos produtos podem ser produzidos a partir da reciclagem do PET, como:

- indústria automotiva e de transportes - tecidos internos (estofamentos), carpetes, peças de barco;
- pisos - carpetes, capachos para áreas de serviços e banheiros;
- artigos para residências - enchimento para sofás e cadeiras, travesseiros, cobertores, tapetes, cortinas, lonas para toldos e barracas;
- artigos industriais - rolos para pintura, cordas, filtros, ferramentas de mão, mantas de impermeabilização;
- embalagens - garrafas, embalagens, bandejas, fitas;
- têxteis - roupas esportivas, calçados, malas, mochilas, vestuário em geral;
- uso químico - resinas alquídicas, adesivos.

Embora expressiva, a taxa de reciclagem no Brasil poderia ser muito maior. Considerando um valor de R\$ 0,70 por quilo de PET reciclado, o País perde cerca de R\$ 140 milhões por ano com garrafas de PET jogadas no lixo (como cada kilo de PET é equivalente a 20 garrafas de 2 litros, descartamos no mínimo 4 Bilhões de garrafas por ano). O maior obstáculo para o aumento da taxa de reciclagem, sem dúvida, é o baixo índice de coleta seletiva do lixo no País.

A razão principal é que não existe padronização na produção das garrafas (formatos e tamanhos são diversos de fabricante para fabricante e de produto para produto) e desta forma, no momento do descarte, não é possível empilhá-las ou compactá-las para termos eficiência na coleta e transporte para reciclagem (como exemplo, as latinhas de alumínio são amassadas facilmente e permitem uma eficiente armazenagem e recolhimento – gerando um preço por kilo vantajoso para reciclagem).

Mas não é o único. A taxa de reciclagem poderia crescer significativamente, com aumento dos benefícios acima indicados, com a redução do volume de contaminantes existentes nas embalagens PET. Além de areia, terra e ferrugem, que acompanham as embalagens em função de deficiências nos processos de coleta, contaminantes são acrescentados às embalagens nos processos de fabricação das mesmas, como colas, outros tipos de plásticos e metais. As dificuldades encontradas pelas indústrias recicladoras para separar o PET desses contaminantes prejudica a produção de PET reciclado.

O objetivo principal do presente Projeto é obrigar as indústrias a produzirem embalagens PET com características que facilitem a reciclagem do PET, de modo que se possa obter, como já indicado acima, redução significativa no volume de resíduos produzidos, economia no consumo de energia, geração de emprego e renda e redução dos preços pagos pelo consumidor por produtos embalados ou elaborados com PET.

Em adição, procuramos também estimular algumas medidas simples que também facilitam a reciclagem, como a colocação das etiquetas de preço pelos varejistas nas tampas ou nos rótulos, para facilitar sua remoção e evitar a contaminação por cola do PET, e o empilhamento das garrafas pelo consumidor final, para facilitar a armazenagem, recolhimento, transporte e reutilização para produção de produtos mencionados acima.

Esperamos contar com o apoio de nossos pares nesta Casa para seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2009.

Deputado WILLIAM WOO

PROJETO DE LEI N.º 6.560, DE 2009

(Do Sr. Fernando Nascimento)

"Institui o programa de reciclagem de lixo nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo."

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-5573/2009.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o programa de reciclagem de lixo em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

Artigo 2º - Os órgãos públicos da Administração Direta e Indireta, responsáveis pela execução dos serviços públicos, coletivamente implementarão ações de treinamento e informação básica sobre os benefícios da reciclagem, através de material de campanha e divulgação.

Artigo 3º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais, outras organizações sociais e empresas específicas na reciclagem de lixo, para execução do Programa.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O acúmulo de material para reciclagem de lixo em órgão de médio e grande porte é recorrente e representa um desafio aos governos e administrações de quaisquer âmbitos. Para isso, a administração poderá consolidar uma iniciativa favorável ao enfrentamento desse problema.

A medida de reciclagem de lixo, através da realização de campanha específica entre os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo será um marco na colaboração dos cuidados e da preservação do meio ambiente.

De outra forma, o envolvimento de grupos e organizações sociais e/ou não governamentais que já desenvolvem essa medida, contribuirá decisivamente para a aquisição de resultados positivos na aplicabilidade da campanha e na perseguição de resultados.

Conto com os meus pares para a aprovação dessa iniciativa em conformidade com a urgência requerida pela própria natureza.

Sala das Sessões, em 8 de dezembro 2009

Deputado FERNANDO NASCIMENTO

PROJETO DE LEI N.º 6.599, DE 2009

(Do Sr. Manoel Junior)

Institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública de ensino.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2929/2004.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º- Fica instituído o Programa "*Lixo Reciclado na Escola*", nas escolas da rede pública em todo o País.

Art. 2º- O Programa "*Lixo Reciclado na Escola*", consiste na implantação de sistema de coleta seletiva de resíduos recicláveis nos estabelecimentos de ensino da rede pública, sob a orientação da direção da escola, professores e funcionários habilitados.

§ 1º - As atividades didático-pedagógicas fundamentadas na educação ambiental consistem em ações por parte dos professores, que possibilitem a compreensão do gerenciamento do programa, bem como a implementação do processo da coleta seletiva e sua viabilidade econômica, estimulando, ainda, a apresentação de trabalhos, por parte dos alunos, envolvendo o tema.

§ 2º - Caberá ainda aos professores dar ênfase à educação ambiental, podendo contar com a participação de Organizações Não Governamentais.

Art. 3º O Processo de coleta seletiva a que se refere esta Lei, consiste na separação de materiais descartados, tais como papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, entre outros bem como seu armazenamento em recipientes próprios dispostos no interior das escolas, em local de fácil acesso para sua posterior comercialização.

Parágrafo único - Os recipientes a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser utilizados para armazenar o lixo, de forma separada, identificados com as cores padronizadas para reciclagem, na forma abaixo:

- I – verde, para armazenamento do vidro;
- II – azul, para armazenamento de papel e papelão;
- III – vermelho, para armazenamento dos plásticos;
- IV – amarela, para armazenamento de alumínio e metal;

V- cinza, para armazenamento de Resíduos gerais não recicláveis ou misturados, ou contaminado não passível de separação; e

VI – marrom, para armazenamento de lixo orgânico.

Art. 4º- No início de cada ano letivo, será formado um grupo de conselheiros constituído por pais, alunos, professores e funcionários em cada unidade escolar, com o objetivo de discutir e planejar as ações a serem desenvolvidas, e visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no Programa.

Art. 5º- Compete ao conselho, juntamente com a direção da escola, apresentar semestralmente, o balanço financeiro do produto obtido com o material reciclado.

Art. 6º - Caberá ainda ao Conselho :

I – planejar e executar ações com o objetivo de recolher materiais recicláveis junto à comunidade onde a escola esteja instalada;

II – promover atividades didáticas com o propósito de difundir a educação ambiental dentro e fora da escola;

III – participar e organizar, junto à comunidade, de ações referentes à conservação e preservação do meio ambiente;

IV – instituir o espaço físico que será destinado ao armazenamento dos materiais recicláveis recolhidos pelos alunos, bem como os doados pela comunidade;

V – manter o controle da quantidade dos materiais recicláveis que entram no recinto escolar;

Art. 7º- O lucro financeiro obtido com a comercialização do lixo será revertido em benefício da própria escola.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Programa "Lixo Reciclado na Escola" tem por objetivo conscientizar os alunos da rede pública, para a necessidade de preservação do meio ambiente, integrando pais, alunos e profissionais de educação, na busca do desenvolvimento sustentável ambiental.

A presente propositura visa manter uma melhor organização do ambiente escolar, bem como obter recursos financeiros com a venda do material reciclado revertendo-os na compra de material didático e demais benefícios para o próprio estabelecimento de ensino.

Conscientizar os jovens da necessidade da reciclagem do lixo é matéria de suma importância nos dias de hoje em que o lixo e o desperdício são assunto que vem exigindo grande atenção da sociedade como um todo.

Diante do aqui exposto, e do grande alcance social da presente proposição num momento em que todo o mundo volta suas atenções para as questões ambientais solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposta.

09/DEZEMBRO/2009

Deputado MANOEL JUNIOR

(PMDB/PB)

PROJETO DE LEI N.º 6.617, DE 2009

(Do Sr. José Genoíno)

Dispõe sobre a destinação de materiais recicláveis a associações e cooperativas de catadores.

DESPACHO:

Apense-se à(ao) PL 5573/2009

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei regula a destinação de resíduos recicláveis descartados a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Art. 2º. As associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis poderão se habilitar à coleta de resíduos recicláveis descartados por órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, observado o disposto nesta Lei e, especialmente, o seguinte, mediante comprovação pela apresentação dos respectivos estatutos, contratos sociais ou declaração, conforme estabelecido no correspondente Regulamento aprovado pelo Poder Executivo:

I – as associações e cooperativas mencionadas neste artigo sejam, formal e exclusivamente, constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II – não tenham fins lucrativos;

III – disponham de estrutura operacional para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

IV – adotem, prática e estatutariamente, sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Art. 3º. A administração pública federal, direta e indireta, promoverá e implantará a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos respectivos órgãos e entidades, na fonte geradora, destinando-os às associações e cooperativas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I – coleta seletiva solidária a coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

II – resíduos recicláveis descartados os materiais passíveis de retorno ao respectivo ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Art. 4º. Poderá ser constituída comissão para coleta seletiva solidária, no âmbito de cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta, em prazo, condições e composição a serem previstos no Decreto regulamentador desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os catadores de materiais recicláveis são homens e mulheres que, desde algum tempo, vêm dando um grandioso exemplo de superação a condições humanas de vida completamente adversas, exemplo de organização racional do trabalho, de coragem no enfrentamento dos desafios à sobrevivência diante dos constantes perigos à saúde, vencendo inclusive a indiferença social e a discriminação relativas ao trabalho que executam.

É hora de o poder público, reconhecendo todo o esforço desenvolvido por esses trabalhadores, a utilidade social e o interesse ambiental como resultado

extremamente positivo daquilo que realizam, dê o apoio que eles merecem e necessitam.

O mínimo que se pode fazer, por enquanto, seria categorizá-los como destinatários, enquanto associados ou cooperados, da coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis, descartados por órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, como se propõe no presente projeto de lei.

A medida aqui proposta propiciaria, de um lado, a implantação de um sistema permanente de coleta seletiva de materiais recicláveis, com destinação certa para esses trabalhadores e, de outro lado, o incentivo da organização dos catadores de materiais recicláveis sob a forma de associações ou cooperativas.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2009.

Deputado JOSÉ GENOINO

PROJETO DE LEI N.º 6.673, DE 2009

(Do Sr. Lobbe Neto)

Dispõe sobre a ampliação das campanhas sobre os Centros de Coleta de pilhas, baterias, material tóxico e dá outras providências

DESPACHO:

APENSE-SE À (AO) O PL 4344/1998.

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Art. 1º Ficam ampliadas as campanhas para divulgação e conscientização sobre os Centros de Coleta de pilhas, baterias e outros materiais tóxicos, no âmbito da federação

Art. 2º Caberá aos fabricantes dos materiais desenvolverem campanhas para divulgar os locais para entrega do lixo tóxico.

Parágrafo único. Estes fabricantes poderão estabelecer parcerias para implementar as ações previstas.

Art. 3º Além das campanhas para divulgar os Centros de Coleta de pilhas, baterias e material tóxico, os fabricantes dos produtos deverão fazer constar no invólucro as informações sobre o perigo que os produtos representam para a saúde humana, caso não sejam devidamente colocados nos locais indicados.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição foi apresentada pelo Deputado Jovem Wagner Almeida de Almeida, do Estado do Rio Grande do Sul, na 4ª edição do Parlamento Jovem Brasileiro, realizado em 2007.

A Resolução 257, de 30 de junho de 1999 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que estabelece normas sobre o repasse aos fabricantes e importadores de pilhas e baterias – tidas como material nocivo à saúde, determina que os mesmos adotem os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, ambientalmente adequada aos produtos.

Em sua justificação do projeto, o Deputado Jovem ressalta que mesmo com a Resolução citada acima, a população ainda encontra dificuldades para o descarte e a destinação dos produtos. No ano de 2003, pesquisas indicavam que apenas em São Paulo, anualmente, eram descartados no meio ambiente 152 milhões de pilhas comuns, 40 milhões de pilhas alcalinas e cerca de 12 milhões de baterias de telefone celular. Em sua grande maioria esse material acaba em aterros sanitários, contaminando o ambiente.

Esse material põe em risco não só os trabalhadores de limpeza pública que entram em contato direto com o lixo tóxico, como também prejudica toda a comunidade por meio dos danos causados à natureza, como por exemplo, a contaminação de nascentes de água.

Esse Projeto de Lei visa ampliar a publicidade dos Centros de Coleta de pilhas, baterias e outros materiais tóxicos, assim como uma maior conscientização da população a respeito da nocividade do descarte incorreto desses materiais.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2009

Deputado LOBBE
PSDB/SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

Resolução Nº 257, de 30 de junho de 1999

** Revogada pela Resolução 401, de 4 de novembro de 2008.*

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas;

Considerando a necessidade de se disciplinar o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando que tais resíduos além de continuarem sem destinação adequada e contaminando o ambiente necessitam, por suas especificidades, de procedimentos especiais ou diferenciados, resolve:

Art. 1º As pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo Único. As baterias industriais constituídas de chumbo, cádmio e seus compostos, destinadas a telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme, segurança, movimentação de cargas ou pessoas, partida de motores diesel e uso geral industrial, após seu esgotamento energético, deverão ser entregues pelo usuário ao fabricante ou ao importador ou ao distribuidor da bateria, observado o mesmo sistema químico, para os procedimentos referidos no caput deste artigo.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente.(NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química.(NBR 7039/87);

III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo, e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico. (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor.(NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel, ou ainda tracionárias, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletro-eletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletro-eletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no art.1º, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos, ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas, com vistas aos procedimentos referidos no art. 1º.

Art. 4º As pilhas e baterias recebidas na forma do artigo anterior serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos.

Art. 5º A partir de 1º de janeiro de 2000, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,025% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,025% em peso de cádmio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

III - com até 0,400% em peso de chumbo, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

IV - com até 25 mg de mercúrio por elemento, quando forem do tipo pilhas miniaturas e botão.

Art. 6º A partir de 1º de janeiro de 2001, a fabricação, importação e comercialização de pilhas e baterias deverão atender aos limites estabelecidos a seguir:

I - com até 0,010% em peso de mercúrio, quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês;

II - com até 0,015% em peso de cádmio, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês;

III - com até 0,200% em peso de chumbo, quando forem dos tipos alcalina-manganês e zinco-manganês.

Art. 7º Os fabricantes dos produtos abrangidos por esta Resolução deverão conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas neles contidas ou reduzir o teor das mesmas, até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente.

Art. 8º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final de pilhas e baterias usadas de quaisquer tipos ou características:

I - lançamento "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Art. 9º No prazo de um ano a partir da data de vigência desta resolução, nas matérias publicitárias, e nas embalagens ou produtos descritos no art. 1º deverão constar, de forma visível, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada para repasse aos fabricantes ou importadores.

Art. 10 Os fabricantes devem proceder gestões no sentido de que a incorporação de pilhas e baterias, em determinados aparelhos, somente seja efetivada na condição de poderem ser facilmente substituídas pelos consumidores após sua utilização, possibilitando o seu descarte independentemente dos aparelhos.

Art. 11. Os fabricantes, os importadores, a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de doze meses contados a partir da vigência desta resolução, implantar os mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento.

Art. 12. Os fabricantes e os importadores de pilhas e baterias descritas no art. 1º ficam obrigados a, no prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da vigência desta Resolução, implantar os sistemas de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, obedecida a legislação em vigor.

Art. 13. As pilhas e baterias que atenderem aos limites previstos no artigo 6º poderão ser dispostas, juntamente com os resíduos domiciliares, em aterros sanitários licenciados.

Parágrafo Único. Os fabricantes e importadores deverão identificar os produtos descritos no caput deste artigo, mediante a aposição nas embalagens e, quando couber, nos produtos, de símbolo que permita ao usuário distingui-los dos demais tipos de pilhas e baterias comercializados.

Art. 14. A reutilização, reciclagem, tratamento ou a disposição final das pilhas e baterias abrangidas por esta resolução, realizadas diretamente pelo fabricante ou por terceiros, deverão ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada, com vistas a evitar riscos à saúde humana e ao meio ambiente, principalmente no que tange ao manuseio dos resíduos pelos seres humanos, filtragem do ar, tratamento de efluentes e cuidados com o solo, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade.

Parágrafo Único. Na impossibilidade de reutilização ou reciclagem das pilhas e baterias descritas no art. 1º, a destinação final por destruição térmica deverá obedecer as condições técnicas previstas na NBR - 11175 - Incineração de Resíduos Sólidos Perigosos - e os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução Conama no 03, de 28 de junho de 1990.

Art. 15. Compete aos órgãos integrantes do SISNAMA, dentro do limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta resolução.

Art. 16. O não cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008

Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelo art. 7º, incisos VI e VIII e § 3º, do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e o que consta do Processo no 02000.005624/1998-07, e

Considerando a necessidade de minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias;

Considerando a necessidade de se disciplinar o gerenciamento ambiental de pilhas e baterias, em especial as que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final;

Considerando a necessidade de reduzir, tanto quanto possível, a geração de resíduos, como parte de um sistema integrado de Produção Mais Limpa, estimulando o desenvolvimento de técnicas e processos limpos na produção de pilhas e baterias produzidas no Brasil ou importadas;

Considerando a ampla disseminação do uso de pilhas e baterias no território brasileiro e a conseqüente necessidade de conscientizar o consumidor desses produtos sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente do descarte inadequado;

Considerando que há a necessidade de conduzir estudos para substituir as substâncias tóxicas potencialmente perigosas ou reduzir o seu teor até os valores mais baixos viáveis tecnologicamente; e

Considerando a necessidade de atualizar, em razão da maior conscientização pública e evolução das técnicas e processos mais limpos, o disposto na Resolução CONAMA no 257/99, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e os critérios e padrões para o gerenciamento ambientalmente adequado das pilhas e baterias portáteis, das baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais e das pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, relacionadas nos capítulos 85.06 e 85.07 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM, comercializadas no território nacional.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considerase:

I - bateria: acumuladores recarregáveis ou conjuntos de pilhas, interligados em série ou em paralelo;

II - pilha ou acumulador: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão de energia química, podendo ser do tipo primária (não recarregável) ou secundária (recarregável);

III - pilha ou acumulador portátil: pilha, bateria ou acumulador que seja selado, que não seja pilha ou acumulador industrial ou automotivo e que tenham como sistema eletroquímico os que se aplicam a esta Resolução.

IV - bateria ou acumulador chumbo-ácido: dispositivo no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo e o das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico;

V - pilha-botão: pilha que possui diâmetro maior que a altura;

VI - bateria de pilha botão: bateria em que cada elemento possui diâmetro maior que a altura;

VII - pilha miniatura: pilha com diâmetro ou altura menor que a do tipo AAA - LR03/R03, definida pelas normas técnicas vigentes;

VIII - plano de gerenciamento de pilhas e baterias usadas:

conjunto de procedimentos ambientalmente adequados para o descarte, segregação, coleta, transporte, recebimento, armazenamento, manuseio, reciclagem, reutilização, tratamento ou disposição final;

IX - destinação ambientalmente adequada: destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta, recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente;

X - reciclador: pessoa jurídica devidamente licenciada para a atividade pelo órgão ambiental competente que se dedique à recuperação de componentes de pilhas e baterias.

XI - importador: pessoa jurídica que importa para o mercado interno pilhas, baterias ou acumuladores ou produtos que os contenham, fabricados fora do país.

.....

Art. 27. O não-cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 257, de 30 de junho 1999.

CARLOS MINC

Presidente do Conselho

